SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 24 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3601

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
AMSOP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
DISPENSA Nº 028/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026

OBJETO: Aquisição de 01 (um) soprador de folhas portátil a bateria, destinado à utilização pela Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP.
CONTRATADA: SCHNEIDER FERRAMENTAS LTDA (CNPJ: 06.173.829.0001-72)
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 3.049,00 (três mil e quarenta e nove reais), para o objeto desta Dispensa.
FUNDAMENTO: Artigo 75 inciso II, da Lei 14.133/2021.
RATIFICO nos termos do artigo 72, da Lei 14.133/2021 a Dispensa de Licitação nº 028/2026, em conformidade com o Termo de Referência e o Parecer Jurídico, emanado pela Assessoria Jurídica.

Francisco Beltrão, estado do Paraná, 21 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS TURATTO
Presidente - AMSOP

Publicado por:
Jessika Luft
Código Identificador:F4879959

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO LEGISLATIVO Nº 05, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Decreta Luto Oficial de 3 (três) dias no Poder Legislativo Municipal.

TIAGO DREVES, Presidente da Câmara
Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei

D E C R E T A

Art. 1º - Fica Decretado Luto Oficial de 3 (três) dias no Poder Legislativo Municipal, em virtude do falecimento do Senhor ***VALDEVINO CANDIOTTO***, ex-vereador do Município de Boa Esperança do Iguaçu Paraná, ocorrido em 19 de agosto de 2026.
Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Esperança do Iguaçu, 20 de agosto de 2026.

TIAGO DREVES
Presidente.

Publicado por:
Givanildo Rizelo
Código Identificador:1FADA7B6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3554, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Exonera, a pedido, a servidora pública Municipal ocupante de cargo efetivo Odilmara Terezinha Dreves Freitas, e da outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 12.06/2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **exonerada**, a pedido, a servidora pública municipal **Odilmara Terezinha Dreves Freitas**, portadora da carteira de identidade nº 7.010.442-3-SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 005.034.549-40, ocupante do cargo efetivo de Pedagogo 40 Horas, exonerada a partir de 18 de agosto de 2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir do dia 18 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:08823AD6

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 77.774.511/0001-95, com sede na Rua Diogo Antônio Feijó, nº 4073, Centro, neste Município e Comarca de Chopinzinho/PR, neste ato representada pela sua Presidente, **Sra. LÍDIA POSSO**, em pleno exercício de seu mandato e funções, **TORNA PÚBLICA A INTENÇÃO DE OBTER PROPOSTAS DE PREÇOS ADICIONAIS** de eventuais interessados, inclusive dos que já apresentaram orçamentos, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, observadas as especificações e condições do termo de referência, com fulcro no art. 75, inciso II, e §3º, da Lei nº 14.133/21 e Resolução nº 007/2023 desta Câmara Municipal.

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de equipamento de controle de ponto eletrônico por reconhecimento facial, bem como de licença de uso de *software* de gestão de ponto eletrônico, em ambiente em nuvem, a fim de atender às necessidades da Câmara Municipal de Chopinzinho/PR, conforme especificações constantes do termo de referência

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026

VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 3.050,00

DATA LIMITE PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO: 27/08/2026
HORÁRIO FINAL: 23h59min (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA: licitacao@chopinzinho.pr.leg.br

São partes integrantes deste Aviso, os seguintes Anexos: Anexo I – Termo de referência; II – Minuta de termo de contrato; III – Modelo de proposta de preços; IV – Modelo de declaração unificada

Os documentos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial <https://camarachopinzinho.pr.gov.br/ >, na aba "Avisos e editais de licitações e dispensas".
Informações poderão ser obtidas pelo *e-mail* <licitacao@chopinzinho.pr.leg.br>, pelo telefone nº (46) 32421686 ou presencialmente na sede da Câmara Municipal, durante o expediente.

(Datado e Assinado Digitalmente)
LÍDIA POSSO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Nataly Klabunde
Código Identificador:E162B4CC

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90054/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO COMPLETA EM TELEFONIA VOIP, CONTEMPLANDO PABX IP EM NUVEM, LICENCIAMENTO, ASSINATURAS SIP (LINHAS TELEFÔNICAS DIGITAIS), PACOTE DE MINUT

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90054/2026. (987503 - 18/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia 10 de setembro de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução completa em telefonia VoIP, contemplando PABX IP em nuvem, licenciamento, assinaturas SIP (linhas telefônicas digitais), pacote de minutos ilimitado para ligações locais e de longa distância, além de suporte técnico especializado e manutenção. Valor máximo estimado: R$ 113.016,72 (cento e treze mil, dezesseis reais, setenta e dois centavos). Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:2397F29B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 906-2026 - NOMEAÇÃO LOTAÇÃO ELIANE JAQUELINE NICOLLI DOS SANTOS

PORTARIA Nº 906/2026

Nomeia servidor temporário e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, visto os resultados finais do Processo Seletivo Público Simplificado, realizado de acordo com Edital de Abertura nº 045/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Eliane Jaqueline Nicolli dos Santos, RG nº 8.***.*96-0 SSP/PR, chamado através do Edital de Convocação nº 080/2026, para exercer o cargo Temporário de Técnico de Enfermagem, percebendo vencimentos mensais correspondentes ao nível básico do cargo efetivo, a partir de 11 de agosto de 2026.

Art. 2º. Lotar a servidora Eliane Jaqueline Nicolli dos Santos, matrícula funcional nº 4037-0, ocupante do cargo Temporário de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria de Saúde/ESF Cristo Rei, a partir de 11 de agosto de 2026.

Art. 3º. Conceder o pagamento de Adicional pelo Exercício de Atividade Insalubre, em Grau Médio, à servidora Eliane Jaqueline Nicolli dos Santos, matrícula funcional nº 4037-0, ocupante do cargo Temporário de Técnico de Enfermagem, a partir de 11 de agosto de 2026.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE SAÚDE DE CHOPINZINHO, PR, 21 DE AGOSTO DE 2026.

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:BB62E783

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 903/2026

PORTARIA Nº 903/2026

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 524/2022 E ALTERADA PELA

PORTARIA Nº 047/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto no § 12 do art. 33 da Lei Complementar nº 68/2012, que estabelece a competência da Comissão Coordenadora para apreciar e decidir os recursos administrativos relativos aos procedimentos de avaliação de desempenho em estágio probatório e de progressão funcional;

CONSIDERANDO a nomeação dos membros da Comissão Coordenadora por meio da Portaria nº 524/2022, de 26 de abril de 2022, posteriormente alterada pela Portaria nº 047/2023;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição da referida Comissão;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do art. 1º da Portaria nº 524/2022, de 26 de abril de 2022, que dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Coordenadora, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º.....
I – *Neide Marinês Caldato, servidora efetiva e estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo;*
(...)
§ 2º *Ficam designados como suplentes da Comissão Coordenadora os seguintes servidores: Clevis Trindade da Silva e Clécia Steilmann Weber."*

Art. 2º Permanecem inalterados e em pleno vigor os demais dispositivos da Portaria nº 524/2022, de 26 de abril de 2022, bem como as alterações promovidas pela Portaria nº 047/2023, não abrangidos pela presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Chopinzinho/PR, 21 de agosto de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:B92491EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE SESSÃO PÚBLICA - SANDBOX REGULATÓRIO

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA
Modalidade: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026
Objeto: Seleção de proponentes para participação no Ambiente Regulatório Experimental (Sandbox Regulatório) do Município de Chopinzinho/PR, visando a testagem de modelos de negócio inovadores, produtos ou serviços que demandem a dispensa temporária de normas municipais vigentes, nos termos do Decreto Municipal n.º 85/2026, que regulamenta o Ambiente Regulatório Experimental (Sandbox Regulatório).
Data: 27 de agosto de 2026, às 13h:30min.
Local: Online - Link de acesso: https://meet.google.com/ikv-gpra-yke
Ficam os interessados intimados a comparecer à sessão pública de apresentação da proposta da empresa RAMBO & RAMBO TECNOLOGIA, METODOS E GOVERNANCA LTDA, incrita no CNPJ 52.252.471/0001-90, conforme previsto no Edital de Chamamento Público 02/2026, na data e local acima indicados.
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia – Rua Padre Anchieta, 4212 – Centro, Chopinzinho – PR, no horário de atendimento: 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00. ou pelo site https://www.chopinzinho.pr.gov.br/filter/5216. Informações pelo Telefone: (46) 9 9937-0786.

JOSÉ FRANCISCO GREZZANA
Presidente do Comitê de Gestão de Inovação

Publicado por:
Alana Patrícia Locatelli
Código Identificador:99958CD2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026 DISPENSA ELETRÔNICA REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2026

MENOR PREÇO POR LOTE

O Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, em conformidade com Art. 75, Inciso II e Parágrafo 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a Contratação de empresa para ministrar oficinas socioeducativas, destinadas aos usuários atendidos pelos serviços da Política Municipal de Assistência Social, em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme anexo I, parte integrante do processo administrativo.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 26/08/2026 às 08h00min (oito horas).

Os interessados deverão se inscrever realizando o devido credenciamento junto à BNC - Bolsa Nacional de Compras; telefone: (42) 3026-4550; e-mail: contato@bnc.org.br; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento.

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Corumbataí do Sul e na plataforma eletrônica BNC. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

CORUMBATAÍ DO SUL – PR, 21 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:573D4FA5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 133/2026

PORTARIA Nº 133/2026
DE 03/08/2026

SÚMULA: EXONERAR SERVIDOR (A) OCUPANTE DE CARGO PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO,** no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR a partir de 03 de agosto de 2026, a servidora **Valdenice Capaci**, matrícula n.º 1367, inscrita no CPF nº. 867.733.309-63, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor IV.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 03 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:3961B9A9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 134/2026

PORTARIA Nº 134/2026
DE 03/08/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À FUNCIONÁRIO (A) OCUPANTE DE CARGO DE EMPREGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias a funcionária Sra. Inês de Paiva**,** matrícula nº. 425, inscrita no CPF nº 017.185.859-00, ocupante do cargo de emprego público de Agente Comunitário de Saúde, no período de 03 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 2024/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 03 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:B87B624C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 135/2026

PORTARIA Nº 135/2026
DE 03/08/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À SERVDIOR (A) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias a servidora Luciana Aparecida Evangelista **,** matrícula nº. 1254, inscrita no CPF nº 074.638.229-40, ocupante do cargo em comissão de Assessor V, no período de 03 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 03 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:B9A29A35

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6578-2026

DECRETO Nº 6578/2026

Concede Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento Cursos de Capacitação e, dá outras providências.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e, nos termos que dispõe o inciso VIII do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e no que assegura a Lei Municipal nº **1104/2015** de **08/12/2015**, considerando o contido no Protocolo n° **332/2026 1DOC** de **24/07/2026**.

DECRETA:

Art. 1º Concede Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento - Curso de Capacitação no percentual de **5%** (cinco por cento), sobre o vencimento básico da servidora **BRUNA RESTELATTO**, portadora do RG **7.128.***-***, nomeada através do Decreto n° **4162/2019** de **01/02/2019**, função **"Assistente Social"**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data, com base no Art. **107 - § 1º e § 2º** da Lei em epigrafe.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:335BFB1C

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6580-2026

DECRETO Nº 6580/2026

Concede Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento - Curso de Pós-Graduação e, dá outras providências.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e, nos termos que dispõe o inciso VIII do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e no que assegura a Lei Municipal nº **1104/2015** de **08/12/2015**, considerando o contido no Protocolo n° **359/2026 1DOC** de **28/07/2026**.

DECRETA:

Art. 1º Concede Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento - Curso de Pós-Graduação no percentual de **5%** (cinco por cento), sobre o vencimento básico da servidora **ELIZANGELA BERRES**, portadora do RG **12.612.***-***, nomeada através do Decreto n° **5392/2023** de **24/07/2023**, função Cirurgiã Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data, com base no Art. **106 –** Inciso **III** da Lei em epigrafe.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:96E3A3C4

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6581-2026

Decreto nº 6581/2026

Anula o Decreto 6571/2026 e dá outras providências.

JEAN CARLOS CARDOSO, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação vigente,

CONSIDERANDO os termos do Parecer Jurídico nº 005/2026 – GERAL, inserto ao "Memorando 1933/2026"

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Decreto 6571/2026.

Art. 2º Determino que o retorno do processo de inexigibilidade nº 017/2026 *ao status quo ante*, restabelecendo-se a vigência dos atos praticados e a plena eficácia do respectivo contrato administrativo para a realização do curso de formação aos professores da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º Determino que o processo seja encaminhado à secretaria contratante, para manifestação acerca da contratação realizada, remetendo-se os autos, após, a Procuradora Karina Maier Cantelli, para emissão de parecer definitivo e conclusivo antes de qualquer deliberação extintiva.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:CE1FF849

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8068-2026

PORTARIA Nº 8068/2026

Nomeia Comissão Especial de Licitação, e dá outras providências.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 68 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto Federal nº 11.246 de 27 de outubro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a comissão especial de licitação, para receber, examinar e julgar os documentos na modalidades de concorrência presencial, sendo composta pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO e EQUIPE DE APOIO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 a saber:

NOME	CPF:	FUNÇÃO
KELLI MORESQUI	***.665.549-**	Agente de Contratação
SIRLEI DA ROCHA	***.610.679-**	Equipe de Apoio
TATIANE APARECIDA DO PRADO GULHAK	***.203.249-**	Equipe de Apoio
JOAO ANTONIO LEBKUCHEN CRESTANI	***.133.259-**	Equipe de Apoio
ALEXANDRE TIEZZI ZUNTINE	***.914.268-**	Equipe de Apoio

Art. 2º As funções do Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio estão descritas no Decreto Federal nº 11.246 de 27 de Outubro de 2022.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário e, em especial a Portaria nº **7709/2026** de **09/02/2026**, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor De Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria De Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:8401E8BE

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8074-2026

PORTARIA Nº 8074/2026

Concede férias.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. **89º** da **Lei Municipal** nº **073/1994** de **19/09/1994**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder trinta **(30)** dias de férias ao servidor **MARCOS SANDRO FERREIRA DA SILVA**, portador do RG **8.381.***-***,

função Motorista, a contar de **02/setembro/2026** a **01/outubro/2026**, referente ao período aquisitivo de **27/06/2025** a **26/06/2026**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:B5A9C979

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8075-2026

PORTARIA Nº 8075/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Diárias ao servidor público municipal, lotado na Secretaria de Administração, conforme segue:

Servidor: **JAIRO RIBEIRO DOS SANTOS**
Função: **Assessor Setorial**
Cidade: **Cascavel - PR**
Datas: **20 e 21/08/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 327,95 correspondente a 100% = R$ 327,95**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 327,95 correspondente a 50% = R$ 163,97**
Justificativa: **Levar e buscar documentação na Capitania dos Portos, referente cursos realizados em nosso município.**

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:30EB8372

SECRETARIA DE FINANCAS
6582/2026

DECRETO Nº6582/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632/2025** publicada em **09/12/2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**164.237,00** (Cento e sessenta e quatro mil, duzentos e trinta e sete reais) para atender despesas conforme Relatório de Alteração Orçamentária, anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constantes deste Decreto serão utilizados Remanejamento - Anulação de dotação orçamentária e Excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Sec. Mun. Da Administração

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:51DBE7DC

SECRETARIA DE FINANCAS
AVISO DE SUSPENSAO

AVISO DE SUSPENSÃO

COMUNICAMOS que está suspenso a **CONCORRÊNCIA Nº 90004/2026**, por motivos operacionais, cujo O objeto Contratação de empresa especializada para execução de 10 (dez) unidades habitacionais unifamiliares com 47,33m² cada, totalizando 473,30m².
Outras informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura, nos dias úteis das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou através da web Page: http: // www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br/ e demais informações através do telefone/fax (0xx46)35728000.

Cruzeiro do Iguaçu – Pr, 21 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:F4B0176D

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE GESTÃO SUAS
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação do Projeto "Música, Convivência e Cidadania" e dá outras providencias.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Enéas Marques – PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 883 de 26 de setembro de 2013, em conformidade com a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e considerando a necessidade de aprovação do Projeto "Música, Convivência e Cidadania" a ser executado com o público infanto-juvenil,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar *ad referendum* do plenário, o Projeto "Música, Convivência e Cidadania" visando contribuir para a promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Município de Enéas Marques.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Enéas Marques, 21 de agosto de 2026.

LUIZA FERNANDA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Jiselli Marchesi Pissaia
Código Identificador:2B8EE886

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 113/2026

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 113/2026
Pregão Eletrônico Nº 13/2026

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **METALURGICA BOMFIM LTDA**.
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais, ferramentas, equipamentos e contratação de serviços especializados destinados à manutenção preventiva, corretiva e eventual dos imóveis públicos pertencentes ou utilizados pelo Município de Enéas Marques - PR, conforme condições, quantidades estimadas, exigências e especificações estabelecidas neste instrumento e em seus anexos**
Valor: **R$ 125.000,00(cento e vinte e cinco mil reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **21/08/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 21 de agosto de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:C1EE65B3

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 125/2026

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 125/2026
Pregão Eletrônico Nº 12/2026

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **CBX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA**.
Objeto: **Sistema Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos destinados à manutenção preventiva e corretiva, modernização, ampliação e melhoria das instalações elétricas dos prédios públicos municipais e da rede de iluminação pública do Município de Enéas Marques/PR**
Valor: **R$ 33.133,20(trinta e três mil, cento e trinta e três reais e vinte centavos)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **21/08/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**
Enéas Marques, 21 de agosto de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:8477C7AC

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 128/2026

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 128/2026
Pregão Eletrônico Nº 12/2026

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **DGA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**.
Objeto: **Sistema Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos destinados à manutenção preventiva e corretiva, modernização, ampliação e melhoria das instalações elétricas dos prédios públicos municipais e da rede de iluminação pública do Município de Enéas Marques/PR**
Valor: **R$ 5.472,00(cinco mil e quatrocentos e setenta e dois reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **21/08/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 21 de agosto de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:6333BC4F

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 251/2025

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato do Segundo Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato Nº 251/2025
Pregão Eletrônico Nº 25/2025

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **BAR FARROUPILHA LTDA - ME**.
Objeto: **Contratação da prestação de serviços de Transporte Escolar Gratuito, destinado ao atendimento de alunos**

regularmente matriculados nas Redes de Ensino Público Municipal e Estadual, residentes na zona rural do Município de Enéas Marques/PR, nos turnos matutino e vespertino, que restaram frustrados do pregão n° 021/2025.
Valor: **R$ 153.846,00 (cento e cinquenta e três mil e oitocentos e quarenta e seis reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Nova vigência: **27/08/2026 à 27/08/2027**
Data Assinatura: **21/08/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**
Enéas Marques, 21 de agosto de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:0840DACD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 11/2026 - UNICURSOS CAPACITACAO E TREINAMENTOS LTDA ME – CNPJ 19.949.769/0001-89

TERMO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO: 11/2026
LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE 11/2026
DATA DE EMISSÃO: 21/08/2026.
FORNECEDOR: UNICURSOS CAPACITACAO E TREINAMENTOS LTDA ME – CNPJ 19.949.769/0001-89

OBJETO: INSCRIÇÃO INDIVIDUAL EM CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DESTINADO A VEREADORES.

JUSTIFICATIVA: Tendo como motivação a solicitação contida REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA Nº. 16/2026 de autoria dos nobres vereadores EMERSON LUIZ BAIA, JOAQUIM RODRIGUES NOVO, MARCOS ROBERTO DOS SANTOS, e do servidor efetivo MAURO PEREIRA DOS SANTOS, que argumentam como justificativa: *"(..) A participação de vereadores e servidores públicos no curso presencial "Cooperação entre Poderes para uma Gestão Pública mais Eficiente – Fiscalização e Governança de Acordo com novas Exigências do TCE", justifica-se pela imperiosa necessidade de alinhar as rotinas de controle e fiscalização municipais às novas exigências fixadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR). Diante de um cenário regulatório dinâmico, a capacitação técnica dos agentes do Legislativo e do Executivo torna-se indispensável para mitigar riscos jurídicos, prevenir a ocorrência de irregularidades administrativas e evitar futuras penalidades aos gestores. O treinamento abordará, por meio de uma abordagem prática e com carga horária de 15 horas, temas centrais como governança, integridade, prestação de contas, fiscalização de contratos e execução orçamentária. Além disso, a imersão proporcionará aos participantes ferramentas metodológicas voltadas para o aprimoramento da transparência e da eficiência institucional. Ao propiciar uma atuação preventiva e orientada para resultados, a formação não apenas resguarda a legalidade dos atos administrativos, mas também qualifica o debate parlamentar e otimiza a aplicação dos recursos públicos. Desse modo, o investimento na inscrição configura-se como medida estratégica e de relevante interesse público para o aperfeiçoamento da governança do município. O curso promove integração entre teoria e prática, aproximando o conhecimento acadêmico da realidade legislativa. Por fim reitera-se que o referido curso oferece aprimoramento e atualização dos conhecimentos técnicos, relacionando teoria e prática, através da análise de situações problemas do dia a dia."*. Inicialmente reconhece-se que as atividades legislativas carregam particular compressibilidade e exigem de agentes políticos e servidores ligados ao assessoramento e controle, contínuo aperfeiçoamento técnico dentre os diversos campos do conhecimento. Dessa forma a realização de cursos de curta duração, com temas direcionados a realidade dessa casa legislativa torne-se ferramenta fundamental e indispensável para qualificação de agentes políticos e servidores cuja atividade esteja atrelada ao assessoramento técnico e/ou fiscalização.
.

DOTAÇÕES:

01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00. - 1005 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	UN	QTD	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	Inscrição Individual em curso de Capacitação técnica: Cooperação entre Poderes para uma Gestão Pública mais Eficiente – Fiscalização e Governança de Acordo com novas Exigências do TCE.	SERVIÇO	04	2.590,00	10.360,00
TOTAL					**10.360,00**

Valor Total: R$ 10.360,00 (Dez mil Trezentos e Sessenta reais).

EMBASAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021: Art. 74, III, f).

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes no processo, torna-se público a adjudicação e homologação do procedimento licitatório em epígrafe.

JOAQUIM RODRIGUES NOVO
Presidente da Câmara Municipal de Fênix

Publicado por:
Edson Aparecido Teixeira
Código Identificador:0D553849

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DA ATA 54/2025

TERMO DE ADITIVO

1º Termo aditivo da Ata 54/2025 decorrente da Pregão nº 24/2025 de AQUISIÇÃO DE CÂMARAS, PNEUS E PROTETORES.

O **MUNICIPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. **EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR**, e a empresa **FG COMERCIO DE PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 17.234.948/0001-04, com sede no endereço Rua Desembargador Clotario Portugal, 1997, Centro, Apucarana-Pr, neste ato representada por **GIOVANA MENDES GONÇALES**, portador do CPF sob nº 11383225982, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de valores na importância de R$ 4,740.00, justifica-se o acréscimo de até 25% do valor inicial do contrato, em razão da necessidade de aumento dos quantitativos para atender adequadamente à demanda. A alteração mantém o objeto originalmente contratado e encontra amparo nos arts. 124, I, "b", e 125 da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
6	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA DE RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, TIPO ESTRUTURA: CARCAÇA RADIAL, DIMENSÕES: 225/65 R16, 112/110R; COM SELO INMETRO IMPRESSO. - CATMAT 468478.	UND.	12	395,00	4.740,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix 19 de agosto de 2026.

Município De Fênix	FG Comercio De Pneus LTDA
Contratante	Contratada
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***GIOVANA MENDES GONÇALES***
Prefeito Municipal	Representante Legal

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:680640D7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 14/2025

TERMO DE ADITIVO

1º Termo aditivo do contrato n° 14/2025 decorrente da Inexigibilidade nº 13/2025 de LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, LOCALIZADO NA AVENIDA DR. JOAQUIM VICENTE DE CASTRO, 260, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE FÊNIX – PR.

O **MUNICIPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR, e MARCOS CARLOS VASQUES, inscrito no CPF sob nº. 917.700.689-53, com sede no endereço Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro, 940, Centro, Fênix -Pr, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do prazo de vigência para término em 06/05/2027, justifica-se a prorrogação da locação do imóvel situado na Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro, nº 260, Centro, Fênix/PR, onde são realizadas as oficinas e cursos do CRAS. A continuidade da locação é necessária para manter os serviços socioassistenciais ofertados à população, com fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix, 06 de maio de 2026.

Município De Fênix	***MARCOS CARLOS VASQUES***
Contratante	Contratada
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:CFEB8474

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 14/2025

TERMO DE ADITIVO

2º Termo aditivo do contrato n° 14/2025 decorrente da Inexigibilidade nº 13/2025 de LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, LOCALIZADO NA AVENIDA DR. JOAQUIM VICENTE DE CASTRO, 260, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE FÊNIX – PR.

O **MUNICIPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR, e o Sr. MARCOS CARLOS VASQUES, inscrito no CPF sob nº. 917.700.689-53, com sede no endereço Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro, 940, Centro, Fênix -Pr, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de valores na importância de R$ 14.400,00. Justifica-se a prorrogação da locação do imóvel situado na Avenida Dr. Joaquim Vicente de Castro, nº 260, Centro, Fênix/PR, onde são realizadas as oficinas e cursos do CRAS. A continuidade da locação é necessária para manter os serviços socioassistenciais ofertados à população, com fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, LOCALIZADO NA AVENIDA DR. JOAQUIM VICENTE DE CASTRO, 260, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE FÊNIX – PR, QUADRA 56, LOTE 15.	MÊS	12	1.200,00	14.400,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix, 06 de maio de 2026.

Município De Fênix	***MARCOS CARLOS VASQUES***
Contratante	Contratada
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:B1C8D1AD

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
277/2026

PORTARIA Nº 277/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **ELAINE PEREIRA MALAGUTTI 03 (Três)** meses de **Licença** remunerada a que faz jus, de acordo com o art. 152 da Lei Complementar nº 018/2024, referente ao período de trabalho compreendido 20/01/2020 a 04/05/2025 a ser usufruída de 18 de agosto a 15 de novembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 18 de agosto de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 21 de agosto de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:72B9DB0E

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
278/2026

PORTARIA Nº 278/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º -Exonerar por motivo de falecimento na data de 19 de agosto de 2026**, LOURDES DA CUNHA MARQUES,** do quadro de servidores aposentado.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 19 de agosto de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 21 de agosto de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:F1FFE033

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
279/2026

PORTARIA Nº 279/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º -Exonerar a pedido na data de 21 de agosto de 2026**, ELISANGELA DE ALENCAR LOPES,** do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Transporte Escolar.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 21 de agosto de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 21 de agosto de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:6128A654

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
280/2026

PORTARIA Nº 280/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **JONSON RODRIGUES FARIAS,** 30 (Trinta) dias de **Férias** a que faz jus, referente ao período de trabalho compreendido de 31/05/2025 a 30/05/2026 a ser usufruída de 25 de agosto a 23 de setembro de 2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 21 de agosto de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:DE4A778A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
FICA DECRETADO PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2026, DAS 12H00 ÀS 17H00, EM RAZÃO DO FALECIMENTO DA SENHORA SERGINA ANDRADE E EX-SERVIDORA MUNICIPAL, OCORRIDO NESTA DATA.

DECRETO Nº 73/2026

SÚMULA: DECRETA PONTO FACULTATIVO

O Poder Executivo do Município de Fênix, Estado do Paraná, por seu Representante Legal, senhor **EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR**, Prefeito Municipal, que ao final subscreve, resolve:

D E C R E T A R

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 21 de agosto de 2026, das 12h00 às 17h00, em razão do falecimento da Senhora Sergina Andrade e ex-servidora municipal, ocorrido nesta data.

Art. 2 Durante o período de ponto facultativo, Ficarão suspensas, das 12h00 às 17h00, as atividades administrativas nas repartições públicas municipais, exceto nos setores de Licitação e Tributação:

I – Ficarão suspensas as atividades administrativas nas repartições públicas municipais, exceto nos setores de Licitação e Tributação;
II – O Pronto Atendimento da área da saúde funcionará normalmente, em regime de plantão, durante **24 (vinte e quatro) horas**, para atendimento de urgência e emergência;
III – serão mantidos os serviços de coleta de lixo e demais atendimentos emergenciais.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

Fênix, 21 de agosto de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:C5D1D395

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – FUMPDEC DO MUNICÍPIO DE FÊNIX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 17/2026

Súmula: Institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC do Município de Fênix e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, submete à apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Vereadores a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituído o **Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC**, de natureza contábil e financeira, vinculado à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.
§1º O Fundo constitui instrumento de captação e aplicação de recursos destinados às ações de proteção e defesa civil.
§2º O Fundo terá duração por prazo indeterminado.
Art. 2º O Fundo tem por finalidade financiar ações de:
I – prevenção e redução dos riscos de desastres;
II – mitigação;
III – preparação;
IV – resposta;
V – assistência humanitária;
VI – recuperação das áreas atingidas;
VII – aquisição de equipamentos, materiais permanentes, veículos, insumos e infraestrutura;

VIII – capacitação de agentes públicos, voluntários e integrantes da Defesa Civil.
Art. 3º Constituem receitas do Fundo:
I – dotações orçamentárias;
II – créditos adicionais;
III – transferências da União;
IV – transferências do Estado;
V – recursos oriundos de outros fundos;
VI – transferências fundo a fundo;
VII – convênios;
VIII – auxílios;
IX – subvenções;
X – doações;
XI – aplicações financeiras;
XII – créditos extraordinários;
XIII – outras receitas legalmente destinadas.
Parágrafo único. Os recursos do Fundo não substituem as dotações próprias do orçamento municipal destinadas às ações de proteção e defesa civil.
§2º É vedada a utilização dos recursos do Fundo para pagamento de despesas permanentes com pessoal, encargos sociais, vantagens funcionais ou quaisquer despesas de manutenção ordinária da Administração Pública, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas em legislação específica.
Art. 4º Os recursos serão movimentados em conta bancária específica, mantida preferencialmente em instituição financeira oficial.
§1º A contabilidade será realizada pelo setor competente.
§2º O saldo financeiro será automaticamente transferido para o exercício seguinte.
Art. 5º O Fundo será administrado pelo Poder Executivo, por intermédio da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.
§1º A gestão observará:
I – Gestão Política: Prefeito Municipal;
II – Gestão Financeira: Secretaria Municipal de Finanças;
III – Gestão Operacional: Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.
§2º Compete à Coordenadoria:
I – elaborar o plano anual de aplicação;
II – executar ações emergenciais;
III – elaborar relatórios;
IV – acompanhar os resultados.
Art. 6º O Fundo será acompanhado por Conselho Diretor.
§1º O Conselho será composto por representantes:
I – Gabinete do Prefeito;
II – Defesa Civil;
III – Assistência Social;
IV – Secretaria de Finanças;
V – Meio Ambiente;
VI – Secretaria Municipal de Obras.
§2º A participação será considerada serviço público relevante e não remunerado.
§3º O funcionamento será regulamentado por Decreto.
§4º Compete ao Conselho:
I – acompanhar a aplicação dos recursos;
II – estabelecer prioridades;
III – fiscalizar a execução;
IV – analisar prestações de contas.
§5º Nas situações de emergência ou calamidade pública oficialmente reconhecidas, a aplicação dos recursos poderá observar procedimento simplificado, preservadas a legalidade, a transparência e a posterior prestação de contas.
Art. 7º Os recursos do Fundo poderão ser utilizados para:
I – execução de ações de proteção e defesa civil;
II – atendimento às populações atingidas;
III – aquisição de bens e serviços necessários ao enfrentamento de desastres;
IV – assistência humanitária;
V – reconstrução de áreas afetadas;
VI – manutenção dos registros administrativos, financeiros e operacionais.
Art. 8º A aplicação dos recursos ficará sujeita à fiscalização do Controle Interno, do Tribunal de Contas e dos demais órgãos competentes, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 e demais legislações pertinentes.
Art. 9º Na hipótese de extinção do Fundo, seus recursos serão incorporados ao patrimônio do Município e destinados exclusivamente às ações de proteção e defesa civil.
Art. 10 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até **90 (noventa) dias**.
Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Fênix 21 de agosto de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:BEA4DCFA

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA AO CONTRATO N° 161/2024.

ESPÉCIE: Prestação de serviços.
REF.: Dispensa nº33/2024.
PARTES: Município de Nossa Senhora das Graças e a empresa Avalon Assessoria Ambiental Ltda.
CNPJ: 50.014.121/0001-60.

DO OBJETO : O presente termo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência por 180 (cento e oitenta) dias ao Contrato nº161/2024 oriundo da Dispensa n°33/2024 que teve por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços, com fornecimento de mão de obra, materiais e demais insumos necessários, para proteção e recuperação de 21 (vinte e uma) nascentes de água, no perímetro rural, do município de Nossa Senhora das Graças, visando atender ao convênio firmado com a ITAIPU BINACIONAL de acordo com instrumento de repasse nº 4116406/2023, ITAIPU BINACIONAL/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em atendimento das necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Nossa Senhora das Graças.

DA VIGÊNCIA: Com a prorrogação de prazo de vigência por 180 (cento e oitenta) dias o contrato passará a viger de **22/08/2026 á 18/02/2027.**

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 17/08/2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:20B7F174

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 527/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Conceder 10 dias de férias em forma de abono pecuniário, à funcionária:

- LARYSSA CLAUDIA MARIANO, matrícula nº 920– Referente ao exercício: 2023/2024.
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 21 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:02F17EF3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
FORMALIZA E CONSOLIDA AS ALTERAÇÕES DO PAAR

DECRETO Nº 5020/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Formaliza, consolida e dá publicidade às alterações do Plano Anual de Aplicação dos Recursos - PAAR, referente ao Ciclo 1 da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, e a Portaria MinC nº 80, de 27 de outubro de 2023, que regulamentam a execução da PNAB;
CONSIDERANDO os arts. 5º e 6º da Instrução Normativa MinC nº 19, de 15 de outubro de 2024, que permitem alterações no PAAR durante sua execução, dispensado o preenchimento de formulário eletrônico, desde que as alterações sejam publicadas e posteriormente informadas e justificadas no Relatório de Gestão;
CONSIDERANDO o processo de participação social realizado em 23 de maio de 2024 para elaboração do PAAR do Município;
CONSIDERANDO a necessidade de consolidar as ações e os remanejamentos efetivamente realizados durante a execução do Ciclo 1, assegurando publicidade, transparência e compatibilidade entre o PAAR e o Relatório de Gestão;
DECRETA:
Art. 1º Ficam formalizadas, consolidadas e publicizadas as alterações realizadas durante a execução do Plano Anual de Aplicação dos Recursos - PAAR do Ciclo 1 da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB, conforme demonstrativo constante do Anexo Único deste Decreto.
Art. 2º As alterações referem-se ao Plano de Ação atualmente identificado na Plataforma Transferegov sob o nº 30882120230009-020499, correspondente ao PAAR originalmente emitido sob a referência nº 30882120230005-020499, no valor de repasse de R$ 81.950,55 (oitenta e um mil, novecentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos).
Art. 3º Os recursos originalmente previstos para aquisição ou modernização de espaço cultural e para subsídio e manutenção de espaços e organizações culturais foram remanejados para ações de fomento cultural, preservada a finalidade pública da PNAB.
Art. 4º A execução consolidada compreende as ações culturais "Natal Encantado - Uma Noite Mágica 2024" e "Proteja Meu Mundo - Maio Laranja em Cena", bem como a contratação de assessoria técnica para apoio à execução da Política.
Art. 5º A alocação consolidada do repasse original passa a ser de R$ 81.450,55 (oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos) em fomento cultural e de R$ 500,00 (quinhentos reais) em custo operacional, totalizando R$ 81.950,55 (oitenta e um mil, novecentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos).
Art. 6º Os rendimentos financeiros da conta específica foram destinados às mesmas finalidades culturais previstas neste Decreto, e o saldo remanescente de R$ 430,52 (quatrocentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos) foi transferido para a conta do Ciclo 2, conforme documentação bancária e informações do Relatório de Gestão.
Art. 7º As alterações consolidadas não modificam a finalidade da Política Nacional Aldir Blanc, permanecendo vinculadas ao fomento, à democratização do acesso e à realização de ações culturais de interesse público no Município.
Art. 8º O órgão municipal responsável pela Cultura deverá providenciar a publicação deste Decreto e de seu Anexo Único no meio oficial adotado pelo
Município, disponibilizá-los na página pública da PNAB e juntá-los ao Relatório de Gestão na Plataforma Transferegov.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Jorge d'Oeste, 18 de agosto de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
DEMONSTRATIVO DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PAAR - PNAB
CICLO 1
1. Distribuição originalmente publicada no PAAR

Ação	Atividade prevista	Valor
Fomento Cultural	Festival de Cultura Popular	R$ 49.170,33
Obras, reformas e aquisição de bens culturais	Aquisição de bens/modernização de espaço cultural	R$ 16.390,11
Subsídio e manutenção de espaços e organizações culturais	Subsídio e manutenção	R$ 12.142,58
Custo operacional	Contratação de comissão de desenvolvimento de ações	R$ 4.247,53
Total		R$ 81.950,55

2. Distribuição consolidada do repasse original

Ação consolidada	Atividade executada	Valor do repasse
Fomento Cultural	Realização das ações "Natal Encantado - Uma Noite Mágica 2024" e "Proteja Meu Mundo - Maio Laranja em Cena"	R$ 81.450,55
Custo operacional	Assessoria técnica para apoio à execução da PNAB	R$ 500,00
Total		R$ 81.950,55
Nota: os valores consolidados acima correspondem exclusivamente ao repasse original de R$ 81.950,55. Os rendimentos financeiros, os pagamentos realizados e a transferência do saldo remanescente são demonstrados nos documentos bancários, contábeis e no Relatório de Gestão.		

3. Síntese das alterações
1. remanejamento integral das previsões destinadas à aquisição ou modernização de espaço cultural e ao subsídio e manutenção de espaços e organizações culturais para a ação de fomento cultural;
2. redução do custo operacional de R$ 4.247,53 para R$ 500,00, com remanejamento da diferença para o fomento cultural;
3. consolidação das ações executadas no âmbito do fomento cultural, preservando-se a finalidade pública e cultural do Plano; e
4. aplicação dos rendimentos financeiros nas finalidades do PAAR e transferência do saldo remanescente de R$ 430,52 para o Ciclo 2.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Franceschina
Código Identificador:82D35748

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 926478 – 11/2026.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTERNA Nº 06/2026

O Município de São Jorge D'Oeste-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 08/09/2026 até as **08h00**, a abertura da licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, tipo Maior desconto que tem por objeto **Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de substituição de telhas de fibrocimento por metálicas, substituição de rufos "chapim", impermeabilização de calhas, substituição de pisos e revestimentos cerâmicos, substituição de luminárias, tratamento de infiltrações, pintura de paredes e tetos internos, pintura da fachada, pintura de muros e calçadas, e demais serviços conforme previstos para a Unidade Básica de Saúde do tipo 1, do bairro da Lapa, no município de**

São Jorge D'Oeste - Pr. Recursos obtidos através da Secretaria de Estado da Saúde pela Resolução SESA n° 388/2023 e habilitado pela Resolução SESA n° 1.392/2025. Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das **08h00 do dia 08 de setembro de 2026,** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br**.

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP); no site oficial do Município com endereço eletrônico www.pmsjorge.pr.gov.br (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

Informações complementares através do telefone (46) 3534-8050.

São Jorge D'Oeste-PR, 21/08/2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeit**o**

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:8BA66EAD

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO CONTRATO 112/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 112/2026**, parte integrante do(a) Pregão nº 39/2024
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**Panificadora Moraes LTDA – CNPJ nº.** 03.508.500/0001-27
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditamento de valor do Contrato em R$ 2.847,90 (dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e noventa centavos), nos limites permitidos por lei, em decorrência dos acréscimos quantitativos diante da necessidade da administração.**
Prazo de vigência	**18/11/2026**
Prazo de execução	**18/11/2026**
Data assinatura	21/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:8DA4FD55

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 112/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 112/2026 Pregão N°. 39/2024**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	Panificadora Moraes LTDA- CNPJ nº. 03.508.500/0001-27
Objeto	**Registro de preços, objetivando futura e eventual objetivando a futura ou eventual aquisição de refeições (almoço, janta ou café da manhã) na cidade de Francisco Beltrão - Pr, para os servidores do município que se deslocam até esta cidade por diversos motivos, para as diversas secretarias do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.**
Valor	R$ 11.469,27 (Onze Mil Quatrocentos e Sessenta e Nove Reais e Vinte e Sete Centavos)
Prazo de execução	90 (noventa) dias, até 18/11/2026
Prazo de vigência	até 18/11/2026
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 21/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:9974BD52

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO PE 90029/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE-PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900 29/2026 – Processo nº 134/2026.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a futura ou eventual aquisição de materiais e equipamentos esportivos para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São Jorge D'Oeste-PR.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e Decreto Municipal 3.927/2023.
EMPRESA VENCEDORA
1 – Licitante LUIZ TADEO DAMASCHI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.424.128/0001-45. Item: 1 – R$ 15,38. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 230,70 (Duzentos e trinta reais e setenta centavos).
2 – JEVERSON IVAN PAESE - PITTY SPORTS, inscrita no CNPJ sob o nº 25.371.647/0001-50. Itens: 2 - R$ 2,58; 3 - R$ 9,49; 5 - R$ 7,22; 7 - R$ 494,88; 8 - R$ 478,00; 9 - R$ 479,00; 11 - R$ 121,00; 12 - R$ 47,99; 13 - R$ 54,99; 14 - R$ 50,99; 15 - R$ 54,45; 16 - R$ 63,25; 17 - R$ 63,90; 18 - R$ 55,19; 19 - R$ 78,93; 20 - R$ 82,00; 21 - R$ 53,28; 24 - R$ 43,89;25 - R$ 275,00; 26 - R$ 26,00; 27 - R$ 35,00; 28 - R$ 19,00; 29 - R$ 294,00; 30 - R$ 26,00; 31 - R$ 29,99; 32 - R$ 3,76; 33 - R$ 649,99; 36 - R$ 16,00; 37 - R$ 24,00; 40 - R$ 12,66; 44 - R$ 97,00; 46 - R$ 45,00; 53 - R$ 400,00; 54 - R$ 300,00; 55 - R$ 309,99; 59 - R$ 63,00; 61 - R$ 20,00; 62 - R$ 50,00; 65 - R$ 4,50; 67 - R$ 183,00; 68 - R$ 128,00; 70 - R$ 99,88;. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 116.498,78 (Cento e dezesseis mil e quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e oito centavos).
3 – ANSAH COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 54.496.178/0001-02. Item: 6 – R$ 49,90. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 4.990,00 (Quatro mil e novecentos e noventa reais).
4 – KEMARY ESPORTES LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 58.546.968/0001-06. Item: 10 - R$ 12,27; Item 22 – R$ 12,99 e o Item 42 - R$ 98,32. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 4.288,60 (Quatro mil e duzentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos).
5 – ARENA ESPORTES LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 48.348.052/0001-80. Item: 23 - R$ 19,97; Item 43 – R$ 6,97; Item 50 - R$ 69,89; Item 64 - R$ 13,69; Item 66 - R$ 99,99; Item 69 - R$ 179,99; Item 71 - R$ 49,91. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 28.550,14 (Vinte e oito mil e quinhentos e cinquenta reais e quatorze centavos).
6 – VANINHA UTILIDADES LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 58.421.861/00001-23. Item: 34 - R$ 66,67; Item 35 – R$ 9,65; Item 45 - R$ 223,99; Item 47 - R$ 79,99; Item 58 - R$ 8,99; Item 63 - R$ 1,74 e o Item 73 - R$ 26,85. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 4.908,82 (Quatro mil e novecentos e oito reais e oitenta e dois centavos).
7 – RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 22.382.705/0001-53. Item: 41 – R$ 31,87. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 1.912,20 (Um mil e novecentos e doze reais e vinte centavos).
8 – TRAUM ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 02.441.945/0001-74. Item: 51 – R$ 55,57; Item 52 – R$ 48,99; Item 56 - R$ 2.999,00. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 15.270,60 (Quinze mil e duzentos e setenta reais e sessenta centavos).
Restando FRACASSADO OS ITENS: 4, 38, 39, 48, 49, 57, 60 e 72.
São Jorge D'Oeste-PR, 21 de agosto de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clodoaldo Blank
Código Identificador:E44A1AA7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 148/2026, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 148/2026, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.660/2025, de 18 de dezembro de 2025 (LOA 2026), DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 26.003,85 (vinte e seis mil, três reais e oitenta e cinco centavos), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.007 – Atividades da Administração Geral
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas
Valor em R$: 5.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 22 – Saudade do Iguaçu Com Mais Qualidade de Vida
Ação: 2.022 – Serviços do Departamento de Urbanismo
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 21.003,85

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 26.003,85.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025 e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 7.217,42

Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Valor do Superávit Financeiro R$: 13.786,43

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 21.003,85.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.007 – Atividades da Administração Geral
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 5.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 5.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 21 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:8431254A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 - PMSI

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026-PMSI-SRP
PROCESSO N.º 76/2026
REGIDO PELA LEI 14.133/2021
A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 4 de setembro de 2026, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de brindes para o Programa PROERD e lembranças em comemoração ao Dia das Crianças que fazem parte da rede municipal de ensino do município de Saudade do Iguaçu – PR., de acordo com as especificações estabelecidas no termo de referência e nos termos do edital e seus anexos.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 42.784,20 (quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos).
MODO DE DISPUTA: "ABERTO".
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8h do dia 4 de setembro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 8h01 do dia 4 de setembro de 2026.
RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **8h30 do dia 4 de setembro de 2026**, no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".
Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do site: www.bll.org.br e PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.
Informações complementares através dos telefones 0800 090 6545 – ramal 212.
Saudade do Iguaçu, 21 de agosto de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:8272A1EA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026 - PMSI

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026-PMSI
Com base nos memorandos, justificativas e parecer jurídico, anexos, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº. 20/2026-PMSI, para a aquisição de uniformes esportivos, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ADJUDICO o objeto em favor da

empresa JEVERSON IVAN PAESE PITTY SPORTS, CNPJ nº. 25.371.647/0001-50, com sede na cidade de Itapejara d´Oeste-PR, pelo valor total de R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais).

Saudade do Iguaçu/PR, 21 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:7C9A5162

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 07/2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 07/2026
O MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, torna público que realizará a **AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 07/2026**, destinada à apresentação, discussão e participação da comunidade na elaboração do **Plano Municipal Decenal do Esporte**.
A Audiência Pública será realizada no dia **01 de setembro de 2026**, às **19h30min**, nas dependências da **Câmara Municipal de Vereadores de Saudade do Iguaçu – PR**.
Ficam convidados os representantes de entidades esportivas, atletas, profissionais da área, associações, instituições, servidores públicos e toda a comunidade interessada a participar e contribuir com a construção das diretrizes e ações do esporte municipal para os próximos dez anos.
Saudade do Iguaçu – PR, 21 de agosto de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:DC386A90

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 149/2026, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 149/2026, de 21 de agosto de 2026.

Dispõe sobre a nomeação e posse dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE DE SAUDADE DO IGUAÇU/PR.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei nº1.584/2024, de 27 de junho de 2024

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Esporte – CME para o período 2026 a 2027.

GOVERNAMENTAIS

Representantes da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura:
Titular: Mayara Ferreira Soares
Suplente: Adroaldo da Rosa

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:
Titular: Fabiane Grigoletto Martimianos
Suplente: Clovis Luiz Zanela

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Gislene Gonçalves de Azevedo
Suplente: Silvania Bom

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Herondi de Avila Duarte Junior
Suplente: Noeli Comin Derlan

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Representante dos Pais de Atletas da Modalidade de Handebol
Titular: Tiago Zilio
Suplente: Rafaela Chiuchetta Zilio

Representante dos Pais de Atletas da Modalidade de Futsal
Titular: Alexnadre Rodrigo Schimidt
Suplente: Tiago de Souza

Representante dos Pais de Atletas da Modalidade Taekwondo
Titular: Luis Carlos Malgarezi
Suplente: Cleia Maria Giordani Malgarezi

Representante dos Atletas Amadores das Comunidades do Interior.
Titular: Vanderlei Fabris
Suplente: Maicon Frizon

Art. 2º - As atribuições durante o mandato, composição e funcionamento do Conselho Municipal e Esporte serão de acordo com as determinações constantes da Lei Municipal nº. 1.584/2024, de 27 de junho de 2024 e Regimento Interno do Conselho.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto 29-A/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 21 de agosto de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:9452A476

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº 80/2026

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 80/2026
Nº PROC. ADM. 279/2026 e 280/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE ABATIA, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS e tendo como autoridade SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES.

PUBLICAÇÃO: 21/08/2026 10:11
INÍCIO REC. PROPOSTA: 21/08/2026 10:30
FIM REC. PROPOSTA: 28/08/2026 08:00
INÍCIO DISPUTA: 28/08/2026 08:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 24.309,9600

OBJETO DO PROCESSO

Aquisição de suplemento enteral e materiais médicos hospitalares para atendimento da paciente A.L.S.M. por ordem judicial.

Para demais informações contato via e-mail: gabinete@abatia.pr.gov.br, telefone: 4335561222 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DydzYGPzawaKWcTSrfKsEpo26kgzN78VlibYU

A43bqao13wzYC9gNpTzEYe0mL6q2ZyKLo3DtTB6WZp7tpfM8w0P bRKH5HRm3v3Isl3zls3Q%3D

_____

ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS

ABATIÁ-PR - 21/08/2026

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:C9008168

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
PROCEDIMENTO DE COMPRA DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 09/2026.

PROCESSO ADM.: Nº 25/2025

RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Abatiá, Estado do Paraná, torna público a homologação e adjudicação do "**AQUISIÇÃO DE MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL COM TRITURADOR PARA A ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO (E.E.E) DO SAMAE"**, nos termos da Lei n° 14.133/2021 e conforme exigências do Termo de Referência**.** Empresa contratada **CBL COMERCIO DE BOMBAS HIDRAULICAS LTDA, CNPJ n° 82.082.843/0001-49, com sede na Rua Tomazina, n° 239, Bairro Vitória, na cidade de Londrina, estado do Paraná**. Empresa detentora do fornecimento de produtos que atendem aos elevados padrões de qualidade exigidos e encargos com maior economia, inviabilizando a competição; com valor total de **R$ 16.700,00 (dezesseis mil e setecentos reais).**

Abatiá – PR, 21 de agosto de 2026.

WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA
Diretor SAMAE

Publicado por:
Willian Custodio Nogueira
Código Identificador:56DB13FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
REGISTRO DE PREÇOS
www.bllcompras.org.br

O **MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL**, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº. 14.133/21 e Decreto Municipal nº 161/23, encontra-se aberta a licitação sob a modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO – GLOBAL,** para contratação do objeto abaixo descrito:
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE CAMINHÃO EQUIPADO COM CESTO AÉREO HIDRÁULICO ISOLADO, E EQUIPE QUALIFICADA (MOTORISTA E ELETRICISTA), PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL/PR.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 13h00min do dia 24/08/2026 até às 08h00min do dia 09/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE LANCES: às 09h00min do dia 09/09/2026.

LOCAL: www.bllcompras.org.br - BLL

O Edital completo estará disponível nos *sites* www.bllcompras.org.br, www.agudosdosul.pr.gov.br, www.gov.br/pncp/pt-br ou por solicitação no e-mail licitacao@agudosdosul.pr.gov.br

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Debora Nogueira Fagundes Rocha
Código Identificador:7075A9E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO DE INSERVÍVEIS 001/2026

AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO DE INSERVÍVEIS
DATA:18/09/2026
Hora 10h00.

O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade LEILÃO , considerados inservíveis para a Administração Pública Municipal, por intermédio do Leiloeiro Público Oficial Miguel Donha Júnior, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Lei nº 13.160 de 25 de Agosto de 2015 e do Decreto Federal nº 21.981/1932, alterado pelo Decreto Federal nº 22.427/1933, pela IN DREI 17/2013, e pela Resolução nº 623/2016 CONTRAN e do Contrato nº 094/2022 com esta Municipalidade.

O Leilão presencial acontecera no Centro de Convenções Edson Dalke, na Rua Rachel de Siqueira, 533, esquina com a rua João Antônio Zem, Centro de Almirante Tamandaré. Simultaneamente ocorre por meio eletrônico,

O Edital encontra-se à disposição no portal www.donhaleiloes.com.br, no site oficial da Prefeitura.

O valor mínimo inicial total é de R$ 267.100,00 (duzentos e sessenta e sete mil e cem reais)

LOTES	VALOR MÍNIMO/INICIAL
1	R$ 5.000,00
2	R$ 6.000,00
3	R$ 1.500,00
4	R$ 900,00
5	R$ 3.500,00
6	R$ 3.500,00
7	R$ 3.000,00
8	R$ 5.000,00
9	R$ 4.500,00
10	R$ 4.000,00
11	R$ 4.200,00
12	R$ 8.000,00
13	R$ 10.000,00
14	R$ 10.000,00
15	R$ 8.000,00
16	R$ 10.000,00
17	R$ 10.000,00
18	R$ 50.000,00
19	R$ 45.000,00
20	R$ 15.000,00
21	R$ 10.000,00
22	R$ 30.000,00
23	R$ 5.000,00
24	R$ 2.000,00
25	R$ 2.000,00
26	R$ 500,00
27	R$ 500,00
28	R$ 500,00
29	R$ 4.500,00
30	R$ 5.000,00
TOTAL	R$ 267.100,00

LEILOEIRO OFICIAL: MIGUEL DONHA JÚNIOR

FONES: (41) 99686-8289 ou (41) 99161-5017

E-MAIL: migueldonha@hotmail.com
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, à Secretaria Municipal de Administração e Previdência.
TELEFONES: (41) 3699-8609 ou no site acima mencionado.

Almirante Tamandaré, 20 de agosto de 2026.

MIGUEL DONHA JUNIOR
Leiloeiro Oficial

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:C6DE2667

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 047/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 24/08/26 às 08h00min.

DATA INÍCIO DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA: 09/09/26 às 09h00min.

Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO, POR DEMANDA, DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E EMERGENCIAL EM EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS PESADAS), SENDO MECÂNICA EM GERAL, ELÉTRICA AUTOMOTIVA, ELETRÔNICA, ESTOFARIA, FUNILARIA E PINTURA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DA FROTA PERTENCENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR".**

Valor Máximo: **R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).**

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://bnc.org.br na plataforma do Bolsa Nacional de Preço – BNC.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico na plataforma do Bolsa Nacional de Preços - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8600.

Almirante Tamandaré, 21 de agosto de 2026.

ROSANA APARECIDA ESSER
Agente de Contratação Responsável / Pregoeira

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:29913B00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 265/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
OBJETO:" AQUISIÇÃO DE LUVAS E ÁLCOOL PARA SAÚDE BUCAL".
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais ou menores períodos, conforme o interesse da Administração Pública e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021
VALOR: R$ 44.460,00 (QUARENTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA REAIS),
DATA DA ASSINATURA:21/08/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
DOTAÇÃO DESCRIÇÃO
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.032 Atenção Primária em Saúde PAP
3.3.90.30.00 - 1341 Material de Consumo 150
3.3.90.30.00 - 1347 Material de Consumo 150
3.3.90.30.00 - 1494 Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037 Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 - 1343 Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 - 1000 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 - 1303 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 - 1494 Material de Consumo 173

Almirante Tamandaré, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:91C7997F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 220/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 220/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO (NÃO LETAIS)".
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: SERÁ DE 12 (DOZE) MESES CONTADOS DA DATA DA SUA ASSINATURA.
VALOR: R$ 135.576,00 (CENTO E TRINTA E CINCO MIL QUINHENTOS E SETENTA E SEIS REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 05/08/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

17.01	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA**
04.122.0004.2.103	Manutenção do Departamento de Segurança Pública
3.3.90.30.00-1000	Material de Consumo 449
3.3.90.30.00- 1281	Material de Consumo 449
4.4.90.52.00-1000	Equipamento de material permanente 451
4.4.90.52.00- 1281	Equipamento de material permanente 451

Almirante Tamandaré, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Luana Pereira Lopes
Código Identificador:E37AE590

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 228/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 228/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 228/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 900.901,50 (novecentos mil, novecentos e um reais e cinquenta centavos).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:037AD96F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 231/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 231/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 231/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 133.195,00 (cento e trinta e três mil, cento e noventa e cinco reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:953EFE01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 232/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 232/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 232/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA EXITUSMED COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA EPP.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 42.225,00 (quarenta e dois mil, duzentos e vinte e cinco reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:785A74B5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 236/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 236/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 236/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA ESSÊNCIA SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 68.140,00 (sessenta e oito mil, cento e quarenta reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:4A4C5B1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 243/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 243/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 243/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 34.014,00 (trinta e quatro mil e quatorze reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:25EBA85E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 258/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 258/2026

Partes: **TERMO DE CONTRATO Nº 258/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA BIMEX RS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS À UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 480.165,00 (quatrocentos e oitenta mil, cento e sessenta e cinco reais).**

Data de Assinatura: 17.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 182
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 182

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:D5A4A1CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 266/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 266/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 266//2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA FABIANO ALEXANDRE LTDA.**

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E DIVERSOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, UNIDADES ESCOLARES, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**".

Prazo: O prazo de execução será de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação formal de fornecimento. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 330.740,00 (trezentos e trinta mil setecentos e quarenta reais).**
Data de Assinatura: 20.08.2026.

06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
04.122.0004.2.013 Manutenção do Departamento de Administração
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 66
08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
04.122.0004.2.023 Departamento de Obras e Infraestrutura
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 117
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.032 Atenção Primária em Saúde PAB
3.3.90.30.00 – 1347 Material de Consumo 150
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037 Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343 Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 173
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 180
10.301.0015.2.048 Manutenção do SAMU
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 184
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 184
10.304.0016.2.041 Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 200
10.305.0016.2.042 Serviço de Vigilância em Saúde
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 205
10.01 SECR. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.244.0010.2.049 Coordenação do Serviço Social
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1022 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1913 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1960 Material de Consumo 221
08.244.0010.2.054 Manutenção do CREAS
3.3.90.30.00 – 1940 Material de Consumo 230
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 230
08.244.0010.2.056 Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 238
10.02 SEC. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.243.0013.6.003 Manutenção do Centro Estrelar
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 268
3.3.90.30.00 – 1832 Material de Consumo 268
11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0018.6.008 Ensino Fundamental Fundeb 30%
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 285
12.365.0019.6.009 Ensino Infantil Fundeb – Creche
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 325
12.365.0019.6.010 Ensino Infantil Fundeb - Pré Escola
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 328
12.361.0018.6.016 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 – 1103 Material de Consumo 294
3.3.90.30.00 – 1104 Material de Consumo 294
12.361.0018.6.019 Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1103 Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1104 Material de Consumo 305
12.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
27.812.0034.2.081 Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 364
13.01 SEC. MUN. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
20.606.0030.2.084 Manutenção da Agricultura e do Abastecimento
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 379

13.02 SEC. MUN. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
18.541.0027.2.088 Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 403
14.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
23.691.0031.2.092 Manut.do Gab.do Secretário de Indústria e Comércio
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 419
15.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
16.482.0028.2.095 Serviços Habitacionais
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 430
17.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
04.122.0004.2.103 Manutenção Depto.de Segurança Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 449
18.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
04.122.0004.2.096 Manutenção do Departamento de Planejamento
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 471
20.01 SEC. MUNICIPAL DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA
11.334.0017.2.094 Programa de Desenvolvimento do Trabalho
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 491
21.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E OUVIDORIA
04.122.0004.2.012 Ouvidoria
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 498
23.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
13.392.0023.2.079 Manutenção de Bibliotecas Públicas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 526
13.392.0023.2.080 Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 526

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:6016DCBE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 267/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 267/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 267//2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA MÁXIMA ATACADISTA EIRELI.**

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E DIVERSOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, UNIDADES ESCOLARES, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**".

Prazo: O prazo de execução será de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação formal de fornecimento. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 80.880,00 (oitenta mil oitocentos e oitenta reais).**

Data de Assinatura: 20.08.2026.

06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
04.122.0004.2.013 Manutenção do Departamento de Administração
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 66
08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
04.122.0004.2.023 Departamento de Obras e Infraestrutura
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 117
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.032 Atenção Primária em Saúde PAB
3.3.90.30.00 – 1347 Material de Consumo 150
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037 Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343 Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 173
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 180
10.301.0015.2.048 Manutenção do SAMU
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 184
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 184
10.304.0016.2.041 Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 200
10.305.0016.2.042 Serviço de Vigilância em Saúde
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 205
10.01 SECR. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.244.0010.2.049 Coordenação do Serviço Social
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1022 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1913 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1960 Material de Consumo 221
08.244.0010.2.054 Manutenção do CREAS
3.3.90.30.00 – 1940 Material de Consumo 230
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 230
08.244.0010.2.056 Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 238
10.02 SEC. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.243.0013.6.003 Manutenção do Centro Estrelar
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 268
3.3.90.30.00 – 1832 Material de Consumo 268

11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0018.6.008 Ensino Fundamental Fundeb 30%
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 285
12.365.0019.6.009 Ensino Infantil Fundeb – Creche
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 325
12.365.0019.6.010 Ensino Infantil Fundeb - Pré Escola
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 328
12.361.0018.6.016 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 – 1103 Material de Consumo 294
3.3.90.30.00 – 1104 Material de Consumo 294
12.361.0018.6.019 Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1103 Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1104 Material de Consumo 305
12.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
27.812.0034.2.081 Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 364
13.01 SEC. MUN. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
20.606.0030.2.084 Manutenção da Agricultura e do Abastecimento
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 379
13.02 SEC. MUN. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
18.541.0027.2.088 Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 403
14.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
23.691.0031.2.092 Manut.do Gab.do Secretário de Indústria e Comércio
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 419
15.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
16.482.0028.2.095 Serviços Habitacionais
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 430
17.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
04.122.0004.2.103 Manutenção Depto.de Segurança Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 449

18.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
04.122.0004.2.096 Manutenção do Departamento de Planejamento
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 471
20.01 SEC. MUNICIPAL DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA
11.334.0017.2.094 Programa de Desenvolvimento do Trabalho
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 491
21.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E OUVIDORIA
04.122.0004.2.012 Ouvidoria
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 498
23.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
13.392.0023.2.079 Manutenção de Bibliotecas Públicas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 526
13.392.0023.2.080 Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 526

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:07F2A763

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 268/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 268/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 268//2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA AMORIM PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA.**

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E DIVERSOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, UNIDADES ESCOLARES, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**".

Prazo: O prazo de execução será de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação formal de fornecimento. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 49.120,17 (quarenta e nove mil, cento e vinte reais e dezessete centavos).**

Data de Assinatura: 20.08.2026.

06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
04.122.0004.2.013 Manutenção do Departamento de Administração
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 66
08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
04.122.0004.2.023 Departamento de Obras e Infraestrutura
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 117
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.032 Atenção Primária em Saúde PAB
3.3.90.30.00 – 1347 Material de Consumo 150
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037 Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343 Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 173
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 180
10.301.0015.2.048 Manutenção do SAMU
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 184
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 184
10.304.0016.2.041 Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 200
10.305.0016.2.042 Serviço de Vigilância em Saúde
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 205
10.01 SECR. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.244.0010.2.049 Coordenação do Serviço Social
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1022 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1913 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1960 Material de Consumo 221
08.244.0010.2.054 Manutenção do CREAS
3.3.90.30.00 – 1940 Material de Consumo 230
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 230
08.244.0010.2.056 Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 238
10.02 SEC. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.243.0013.6.003 Manutenção do Centro Estrelar
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 268
3.3.90.30.00 – 1832 Material de Consumo 268

11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0018.6.008 Ensino Fundamental Fundeb 30%
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 285
12.365.0019.6.009 Ensino Infantil Fundeb – Creche
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 325
12.365.0019.6.010 Ensino Infantil Fundeb - Pré Escola
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 328
12.361.0018.6.016 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 – 1103 Material de Consumo 294
3.3.90.30.00 – 1104 Material de Consumo 294
12.361.0018.6.019 Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1103 Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1104 Material de Consumo 305
12.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
27.812.0034.2.081 Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 364
13.01 SEC. MUN. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
20.606.0030.2.084 Manutenção da Agricultura e do Abastecimento
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 379
13.02 SEC. MUN. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
18.541.0027.2.088 Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 403
14.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
23.691.0031.2.092 Manut.do Gab.do Secretário de Indústria e Comércio
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 419
15.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
16.482.0028.2.095 Serviços Habitacionais
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 430
17.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
04.122.0004.2.103 Manutenção Depto.de Segurança Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 449
18.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
04.122.0004.2.096 Manutenção do Departamento de Planejamento
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 471
20.01 SEC. MUNICIPAL DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA
11.334.0017.2.094 Programa de Desenvolvimento do Trabalho
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 491
21.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E OUVIDORIA
04.122.0004.2.012 Ouvidoria
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 498
23.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

13.392.0023.2.079 Manutenção de Bibliotecas Públicas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 526
13.392.0023.2.080 Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 526

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:5617E5EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 269/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 269/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 269//2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA J R ARGENTA COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA.**

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E DIVERSOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, UNIDADES ESCOLARES, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**".

Prazo: O prazo de execução será de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação formal de fornecimento. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 132.550,00 (cento e trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta reais).**

Data de Assinatura: 20.08.2026.

06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
04.122.0004.2.013 Manutenção do Departamento de Administração
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 66
08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
04.122.0004.2.023 Departamento de Obras e Infraestrutura
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 117
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.032 Atenção Primária em Saúde PAB
3.3.90.30.00 – 1347 Material de Consumo 150
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037 Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343 Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 173
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 180
10.301.0015.2.048 Manutenção do SAMU
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 184
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 184
10.304.0016.2.041 Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 200
10.305.0016.2.042 Serviço de Vigilância em Saúde
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 205
10.01 SECR. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.244.0010.2.049 Coordenação do Serviço Social
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1022 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1913 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1960 Material de Consumo 221
08.244.0010.2.054 Manutenção do CREAS
3.3.90.30.00 – 1940 Material de Consumo 230
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 230
08.244.0010.2.056 Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 238
10.02 SEC. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.243.0013.6.003 Manutenção do Centro Estrelar
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 268
3.3.90.30.00 – 1832 Material de Consumo 268

11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0018.6.008 Ensino Fundamental Fundeb 30%
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 285
12.365.0019.6.009 Ensino Infantil Fundeb – Creche
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 325
12.365.0019.6.010 Ensino Infantil Fundeb - Pré Escola
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 328
12.361.0018.6.016 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 – 1103 Material de Consumo 294
3.3.90.30.00 – 1104 Material de Consumo 294
12.361.0018.6.019 Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1103 Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1104 Material de Consumo 305
12.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
27.812.0034.2.081 Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 364
13.01 SEC. MUN. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
20.606.0030.2.084 Manutenção da Agricultura e do Abastecimento
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 379
13.02 SEC. MUN. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
18.541.0027.2.088 Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 403
14.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
23.691.0031.2.092 Manut.do Gab.do Secretário de Indústria e Comércio
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 419
15.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
16.482.0028.2.095 Serviços Habitacionais
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 430
17.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
04.122.0004.2.103 Manutenção Depto.de Segurança Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 449
18.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
04.122.0004.2.096 Manutenção do Departamento de Planejamento
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 471
20.01 SEC. MUNICIPAL DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA
11.334.0017.2.094 Programa de Desenvolvimento do Trabalho
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 491
21.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E OUVIDORIA
04.122.0004.2.012 Ouvidoria
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 498
23.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
13.392.0023.2.079 Manutenção de Bibliotecas Públicas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 526
13.392.0023.2.080 Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 526

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:0B7657D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 272/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 272/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 272//2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA SOLO G9 EIRELI.**

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E DIVERSOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, UNIDADES ESCOLARES, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**".

Prazo: O prazo de execução será de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação formal de fornecimento. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 600 (Seiscentos reais).**

Data de Assinatura: 20.08.2026.

06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
04.122.0004.2.013 Manutenção do Departamento de Administração
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 66
08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
04.122.0004.2.023 Departamento de Obras e Infraestrutura
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 117
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.032 Atenção Primária em Saúde PAB
3.3.90.30.00 – 1347 Material de Consumo 150
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037 Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343 Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 173
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 180
10.301.0015.2.048 Manutenção do SAMU
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 184
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 184
10.304.0016.2.041 Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 200
10.305.0016.2.042 Serviço de Vigilância em Saúde
3.3.90.30.00 – 1494 Material de Consumo 205
10.01 SECR. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.244.0010.2.049 Coordenação do Serviço Social
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1022 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1913 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1960 Material de Consumo 221
08.244.0010.2.054 Manutenção do CREAS
3.3.90.30.00 – 1940 Material de Consumo 230
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 230
08.244.0010.2.056 Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 238
10.02 SEC. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.243.0013.6.003 Manutenção do Centro Estrelar
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 268
3.3.90.30.00 – 1832 Material de Consumo 268

11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0018.6.008 Ensino Fundamental Fundeb 30%
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 285
12.365.0019.6.009 Ensino Infantil Fundeb – Creche
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 325
12.365.0019.6.010 Ensino Infantil Fundeb - Pré Escola
3.3.90.30.00 – 1102 Material de Consumo 328
12.361.0018.6.016 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 – 1103 Material de Consumo 294
3.3.90.30.00 – 1104 Material de Consumo 294
12.361.0018.6.019 Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1103 Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1104 Material de Consumo 305
12.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
27.812.0034.2.081 Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 364
13.01 SEC. MUN. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
20.606.0030.2.084 Manutenção da Agricultura e do Abastecimento
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 379
13.02 SEC. MUN. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
18.541.0027.2.088 Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente
3.3.90.30.00 – 1510 Material de Consumo 403
14.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
23.691.0031.2.092 Manut.do Gab.do Secretário de Indústria e Comércio
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 419
15.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
16.482.0028.2.095 Serviços Habitacionais
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 430
17.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
04.122.0004.2.103 Manutenção Depto.de Segurança Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 449
18.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
04.122.0004.2.096 Manutenção do Departamento de Planejamento
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 471
20.01 SEC. MUNICIPAL DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA
11.334.0017.2.094 Programa de Desenvolvimento do Trabalho
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 491
21.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E OUVIDORIA
04.122.0004.2.012 Ouvidoria
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 498
23.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
13.392.0023.2.079 Manutenção de Bibliotecas Públicas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 526
13.392.0023.2.080 Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 526

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:0A08856B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CREDENCIAMENTO 007/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026

PROCESSO Nº 0018.000008064/2026
INTERESSADO: COMISSÃO ORGANIZADORA DA 5º FESTA DO MORANGO
Objeto: "CREDENCIAMENTO A PERMISSÃO SEM OUTORGA ONEROSA PARA INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, COM BASE NA LEI 14.133/2021, PARA A UTILIZAÇÃO DE 1 (UM) ESPAÇO COBERTO 5X5 M, TOTAL 25 M2, NOS DIAS 06 (DAS 18H ÀS 23H), 07 (DAS 10H ÀS 00H) E 08 DE NOVEMBRO DE 2026 (DAS 09H ÀS 22H), NO PARQUE MUNICIPAL AMBIENTAL ANÍBAL KHURY, DURANTE O EVENTO 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO."

CONSIDERANDO que a utilização dos espaços públicos se darão **sem outorga onerosa**, garantindo a gratuidade do uso em benefício da comunidade;

CONSIDERANDO a análise documental que atesta a viabilidade das solicitações;

RESOLVO:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR o credenciamento de:

Espaço 01
MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA –
PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
CNPJ 76.648.500/0011-78

Espaço 02
MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA - PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA
CNPJ 76.648.500/0165-23

Espaço 03
MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA - PARÓQUIA ANJO DA GUARDA
CNPJ 76.648.500/0149-03

Espaço 04
IGREJA DO CULTO ECLETIDO -CEU DE SÃO SEBASTIÃO
CNPJ 17.559.090/0001-58

AUTORIZAR a utilização dos espaços públicos temporários, no período de 06/11/2026 a 08/11/2026, conforme o cronograma apresentado.

DETERMINAR que os interessados cumpram com todas as normas e regulamentos pertinentes à utilização dos espaços públicos, assegurando a segurança e o bem-estar da população.

Almirante Tamandaré, 20 de agosto de 2026.

SIMONE S. STEDILE
Presidente da Comissão Organizadora
Decreto 010/2026ora
Decreto 010/2026

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:61D4732A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CREDENCIAMENTO 014/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 014/2026
PROCESSO Nº 0018.000008348/2026
INTERESSADO: COMISSÃO FESTA DO MORANGO.
Objeto: "CESSÃO SEM OUTORGA ONEROSA PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ARTESANAIS de Almirante Tamandaré, com base na Lei 14.133/2021, para a utilização de 1 (um) espaço coberto 3x3 m, total 9 m2, nos dias 06 (das 18h às 23h), 07 (das 10h às 00h) e 08 de novembro de 2026 (das 09h às 23h), no Parque Municipal Ambiental Aníbal Khury, no evento 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO, comercialização para produtos artesanais. A cessão do espaço será dividida em 05 (cinco) lotes".

CONSIDERANDO que a utilização dos espaços públicos se darão **sem outorga onerosa**, garantindo a gratuidade do uso em benefício da comunidade;

CONSIDERANDO a análise documental que atesta a viabilidade das solicitações;

RESOLVO:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR o credenciamento de:
CATIA PACHECO MARQUES 042.486.449-59
EVELYN PACHECO MARQUES 093.806.369-38
MARISTELA PAES NADALINE PIAZZETTA 923.117.419-34
ROSA FERREIRA GOMES DA SILVA 716.529.659-04
VANESSA BARBOZA DOS SANTOS 059.927.349-61

2. AUTORIZAR a utilização dos espaços públicos temporários, no período de 06/11/2026 a 08/11/2026, conforme o cronograma apresentado.

DETERMINAR que os interessados cumpram com todas as normas e regulamentos pertinentes à utilização dos espaços públicos, assegurando a segurança e o bem-estar da população

Almirante Tamandaré, 20 de agosto de 2026.

SIMONE S. STEDILE
Presidente da Comissão Organizadora
Decreto 010/2026

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:FFBCAFF4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026 EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 32/2026

ATA DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 32/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames laboratoriais, destinados ao apoio diagnóstico da rede municipal de saúde, Contemplando exames voltados à detecção de arboviroses, especialmente Dengue e Chikungunya, bem como a realização do exame BNP (Peptídeo Natriurético tipo B) e demais exames previstos neste Termo de Referência, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Altamira do Paraná.

LOTE 01 – ADJUDICADO – 21/08/2026
DESCRIÇÃO: Teste rápido dengue ns1 método Imunocromatografico até 5º dia de sintoma.
QUANTIDADE: 500
VALOR UNITÁRIO: R$ 44,00
VALOR TOTAL: R$ 22.200,00

LOTE 02 – ADJUDICADO – 21/08/2026
DESCRIÇÃO: Teste dengue ns1 método elisa até 5º dia de sintoma.
QUANTIDADE: 50
VALOR UNITÁRIO: R$ 48,86
VALOR TOTAL: R$ 2.443,00

LOTE 03 – ADJUDICADO – 21/08/2026
DESCRIÇÃO: Teste rápido dengue igm método Imunocromatografico após 6º dia de sintoma.
QUANTIDADE: 200
VALOR UNITÁRIO: R$ 29,10
VALOR TOTAL: R$ 5.820,00

LOTE 04 – ADJUDICADO – 21/08/2026
DESCRIÇÃO: Teste dengue igm método Elisa.
QUANTIDADE: 50
VALOR UNITÁRIO: R$ 55,49
VALOR TOTAL: R$ 2.774,50

LOTE 05 – ADJUDICADO – 21/08/2026
DESCRIÇÃO: Teste rápido dengue igg método Imunocromatografico após 6º dia de sintoma.

QUANTIDADE: 50
VALOR UNITÁRIO: R$ 29,00
VALOR TOTAL: R$ 1.450,00

LOTE 06 – ADJUDICADO – 21/08/2026
DESCRIÇÃO: Sorologia igm/igg chikungunya método Enzimaimunoensaio após 6º dia de sintoma.
QUANTIDADE: 50
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,00
VALOR TOTAL: R$ 11.000,00

LOTE 07 – ADJUDICADO – 21/08/2026
DESCRIÇÃO: Teste rápido igm/igg chikungunya método imunocromatografico após 6º
dia de sintoma.
QUANTIDADE: 50
VALOR UNITÁRIO: R$ 46,00
VALOR TOTAL: R$ 2.300,00

LOTE 08 – ADJUDICADO – 21/08/2026
DESCRIÇÃO: Bnp (peptídeo natriurético tipo b)
QUANTIDADE: 80
VALOR UNITÁRIO: R$ 156,00
VALOR TOTAL: R$ 12.480,00

Com fundamento no resultado do julgamento e da habilitação, em conformidade com o disposto no Art. 71, Inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando que foram cumpridos todos os requisitos do edital da Dispensa Eletrônica nº 032/2026, a Prefeita Municipal resolve **ADJUDICAR** o objeto da contratação supramencionada, tendo como Contratada, **LABORATÓRIO BIOCLINICO MIGUEL LTDA, CNPJ/MF 80.869.217/0001-71.**

Encaminhe-se para homologação da autoridade superior e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 21 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:C7017DD6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 30/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 30/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **ELZA APARECIDA DA SILVA**.

CONTRATADA: OXIDAKAR COMÉRCIO DE OXIGÊNIO LTDA, estabelecida na com sede na cidade de Almirante Tamandaré/PR na Rodovia dos Minérios, KM 11,8 número 2126, Jardim Monterrey, CEP 83.507-000 devidamente inscrita no inscrita no CNPJ sob o n. **15.025.390/0001-21**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de oxigênio medicinal, recarga de cilindros, disponibilização de cilindros em regime de comodato e fornecimento dos equipamentos acessórios necessários, destinados ao atendimento das necessidades do Hospital Municipal Jadelmo Gomes Duarte, da Unidade Básica de Saúde (UBS), das ambulâncias e demais serviços vinculados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Altamira do Paraná/PR, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta Vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento na Lei
Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decorrente do Processo de Dispensa Eletrônica n°
30/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA compromete-se a fornecer e entregar o OBJETO conforme as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, responsabilizando-se pela qualidade, pelo transporte até o local indicado e pela comunicação prévia à CONTRATANTE de qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 44.999,20 **(Quarenta e Quatro Mil e Novecentos e Noventa e Nove Reais e Vinte Centavos)**

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
07.001.10.302.0019.2057 - ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL.
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

Altamira do Paraná/PR, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:042F544B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 32/2026

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 32/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames laboratoriais, destinados ao apoio diagnóstico da rede municipal de saúde, Contemplando exames voltados à detecção de arboviroses, especialmente Dengue e Chikungunya, bem como a realização do exame BNP (Peptídeo Natriurético tipo B) e demais exames previstos neste Termo de Referência, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Altamira do Paraná.

Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021, a Prefeita Municipal resolve **HOMOLOGAR** a DISPENSA ELETRÔNICA 32/2026 para a contratação supramencionada, tendo como Contratada, **LABORATÓRIO BIOCLINICO MIGUEL LTDA, CNPJ/MF 80.869.217/0001-71.**

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 21 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:CF1E8265

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 339/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares ao servidor público municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;*
RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 20 (vinte) de agosto de 2026, 30 (trinta) dias de férias ao servidor **ANTONIO PEREIRA DE SOUZA,** matrícula funcional nº **14047**, exercendo o cargo efetivo de MOTORISTA DE VEICULO LEVE, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 03/02/2025 à 02/02/2026, nos termos da Lei nº 680/2022.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:29776016

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 100/2026 DE 03/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$57.830,00 (cinquenta e sete mil e oitocentos e trinta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
38 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 15.000,00
41 - 3.3.90.93.00.00 904 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 10.030,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.0020.1.059 AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS UNIDADES DE SAÚDE
192 - 4.4.90.52.00.00 518 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 7.500,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
212 - 3.3.90.30.00.00 905 MATERIAL DE CONSUMO 12.000,00
215 - 3.3.90.39.00.00 904 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 5.000,00
07.002.10.301.0021.2.059 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL
227 - 3.3.90.30.00.00 871 MATERIAL DE CONSUMO 1.300,00
229 - 3.3.90.39.00.00 905 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 1.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.071 AÇÕES DE PROMOÇÃO SOCIAL E PROTEÇÃO A FAMÍLIA
254 - 3.3.90.30.00.00 895 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00
08.002 FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.002.08.243.0023.2.224 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SERVIÇOS DE CONV. E FORT. DE VINCULOS
288 - 3.3.90.30.00.00 895 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00
Total Suplementação: 57.830,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Receita
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - DIVERSAS - Fonte: 518 7.500,00
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - DIVERSAS - Fonte: 871 1.300,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.19 INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB - Fonte: 904 15.030,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.19 INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB - Fonte: 905 13.000,00
Receita: 1.7.1.6.50.0.1.08 ESTRUTURA SUAS CUSTEIO - GND3 - Fonte: 895 6.000,00
Receita: 1.9.2.2.01.1.1 Restituição de Convênios - Primárias - Principal - Fonte: 1000 15.000,00
Total da Receita: 57.830,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 3 de Agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:F8ED0AA4

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 101/2026 DE 03/08/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
37 - 3.3.90.36.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00
Total Suplementação: 5.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Reserva de contingência, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
99 ENCARGOS GERAIS
99.999 ENCARGOS GERAIS

99.999.99.9 Reserva de Contigência
404 - 9.9.99.99.00.00 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 5.000,00
Total Redução: 5.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboraçaõ, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 3 de Agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:C450F210

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 102/2026 DE 03/08/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$37.220,00 (trinta e sete mil e duzentos e vinte reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
41 - 3.3.90.93.00.00 3000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 10.020,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.304.0021.2.055 AÇÕES VIG. SANITÁRIA, EPIDEMIOLOGIA E CONT. DE DOENÇAS
193 - 3.3.90.30.00.00 92497 MATERIAL DE CONSUMO 500,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
212 - 3.3.90.30.00.00 2867 MATERIAL DE CONSUMO 5.400,00
212 - 3.3.90.30.00.00 2870 MATERIAL DE CONSUMO 1.300,00
07.002.10.301.0021.2.059 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL
227 - 3.3.90.30.00.00 2871 MATERIAL DE CONSUMO 3.500,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS
09.001 DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA E MEIO AMBIENTE
09.001.20.606.0030.2.104 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
315 - 3.3.90.30.00.00 3000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
09.001.20.606.0030.2.105 ATIVIDADES APOIO E INCENTIVOS Á AGRICULTURA E PECUÁRIA
321 - 3.3.90.30.00.00 3000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.002 DIVISAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
10.002.26.782.0026.2.086 ATIVIDADES OPERACIONAIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
375 - 3.3.90.30.00.00 3000 MATERIAL DE CONSUMO 1.500,00
Total Suplementação: 37.220,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 3 de Agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:F0347E4D

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 103/2026 DE 03/08/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$82.500,00 (oitenta e dois mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
34 - 3.3.90.30.00.00 1511 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
38 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 10.000,00
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
04.001 DIVISAO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.001.04.123.0005.2.015 ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
56 - 3.3.90.35.00.00 1000 SERVIÇOS DE CONSULTORIA 7.000,00
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
82 - 3.3.90.30.00.00 1103 MATERIAL DE CONSUMO 6.000,00
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0074.2.026 MANTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL
122 - 3.3.90.30.00.00 1103 MATERIAL DE CONSUMO 14.000,00
122 - 3.3.90.30.00.00 31131 MATERIAL DE CONSUMO 7.000,00
124 - 3.3.90.36.00.00 1103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.500,00
05.004.12.361.0084.2.042 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO
128 - 3.3.90.32.00.00 1107 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 3.500,00
06 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
06.001 DEPARTAMENTO DE ESPORTE
06.001.27.812.0018.2.049 ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESPORTE
163 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 1.500,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.0019.2.057 ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
187 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 6.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.001 DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.222 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PARA PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIENCIA
268 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 500,00
08.003 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
08.003.08.244.0053.2.082 EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE BENEFICIOS EVENTUAIS
302 - 3.3.90.32.00.00 855 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 9.500,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS
09.001 DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA E MEIO AMBIENTE
Suplementação
09.001.18.541.0083.2.228 Executar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Residuos Sólidos
310 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 5.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.002 DIVISAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
10.002.26.782.0026.1.088 Programa de conservação de Estradas Rurais
370 - 3.3.90.30.00.00 1504 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00
Total Suplementação: 82.500,00
Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0074.2.026 MANTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL
123 - 3.3.90.33.00.00 1103 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 21.500,00
123 - 3.3.90.33.00.00 31131 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 7.000,00
05.004.12.361.0084.2.042 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO
129 - 3.3.90.33.00.00 1107 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 3.500,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
205 - 3.1.90.11.00.00 1511 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 1.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.071 AÇÕES DE PROMOÇÃO SOCIAL E PROTEÇÃO A FAMÍLIA
254 - 3.3.90.30.00.00 855 MATERIAL DE CONSUMO 9.500,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.001 DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.15.452.0026.2.085 ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE OBRAS E URBANISMO
344 - 3.3.90.30.00.00 1504 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00
99 ENCARGOS GERAIS
99.999 ENCARGOS GERAIS
99.999.28.123.0000.2.011 SENTENÇAS JUDICIAIS
403 - 3.3.90.91.00.00 1000 SENTENÇAS JUDICIAIS 30.000,00
Total Redução: 82.500,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 3 de Agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:5D5EA537

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Concorrência Eletrônica nº 006/2026

O Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, Senhor MARCOS MARIN no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas, **RESOLVE**:

HOMOLOGAR e **adjudicar** o resultado do certame licitatório contido **Concorrência nº 006/2026** – Município de Amaporã e Parecer Jurídico nº 154/2026, sendo o critério de julgamento o **menor preço por Lote**, que tem como objeto **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS EM CBUQ, 40.777,23 M², INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO COM SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE OBRA, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 603/2026 – SECID..** que preenchendo os requisitos legais contidos na Lei 14.133/2021 e nas demais legislações seguintes, foi pelo Agente de Contratação do Município e Equipe de Apoio julgada habilitada e declarada vencedora do certame a empresa:

LOTE 01: CONSTRUTORA LONGUINI LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 16.514.870/0001-19, sediada na Rua Edmundo Mercer Junior, n° 1565, Jardim Alvorada, CEP: 87400-000, cidade de Cruzeiro do Oeste-PR, vencedora no valor total de **R$ 10.390.224,52 (**Dez Milhões, Trezentos E Noventa Mil, Duzentos E Vinte E Quatro Reais E Cinquenta E Dois Centavos).

A empresa vencedora deverá executar os serviços em até 300 (Trezentos) dias, contatos a partir 21° (vigésimo primeiro) contados a partir da data da assinatura, citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21, para que surta os efeitos legais e consequentemente gere direitos e obrigações para ambas às partes.

Amaporã/PR, em 21 de agosto de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:DFDE52B8

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 046/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 046/2026

O Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** aberto pelo **Edital nº 033/2026**, a comparecer na Prefeitura Municipal de Amaporã - Divisão de Recursos Humanos em horário de expediente, no período de **24 de agosto a 2 de setembro de 2026**, a fim de submeter ao

processo admissional, munida de fotocópias dos seguintes documentos:

( ) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

( ) Certidão de Casamento ou Nascimento;

( ) Certidão de Nascimento dos filhos;

( ) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

( ) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

( ) Cadastro do PIS/PASEP;

( ) Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

( ) Título de Eleitor;

( ) Atestado Médico Admissional de acordo com o Decreto Municipal 085/2014;

( ) Foto 3x4, colorida e recente;

( ) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

( ) Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

( ) Comprovante de Residência na data da Contratação em nome do admitido e/ou declaração de residência;

( ) Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida em cartório; salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF;

( ) Declaração de Bens;

( ) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

( ) Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho) e/ou extrato da CTPS Digital;

( ) Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais junto ao Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;

( ) Registro no respectivo Conselho Regional de sua classe, ao cargo inscrito (quando for o caso).

( ) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:

-Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;

-Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);

-Carga horária do outro vínculo;

-Horário de trabalho do outro vínculo;

CARGO: ENFERMEIRO

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Nº DO CPF	DATA DE NASC.	PONT.	CLASSIFIC.
26	Rafael Martins Felipe	146.229.669-64	13/03/2003	86,00	3º LUGAR
14	Airana Nadja A. Ribeiro Schotten	077.389.979-07	22/10/1989	82,00	4º LUGAR

O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação da candidata.

Edifício da Prefeitura do Município de Amaporã, Estado do Paraná, aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:5A834DC4

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2026 (REF. EDITAL DE CONC.PÚB. N.º 01.54/2025 DE 11/12/2025).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2026

(**Ref. Edital de Conc.Púb. n.º 01.54/2025 de 11/12/2025).**

O Prefeito Municipal de Amaporã, Sr. **MARCOS MARIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais – Q04 Lt22, cidade de Amaporã - Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 8.457.343-4 - SSP/PR e do CPF nº 044.142.109-17, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos aprovados no **Concurso Público nº 001/2025**, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer no período de **24 a 28 de agosto de 2026,** na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Amaporã no horário de expediente, para apresentar os documentos exigidos conforme relação abaixo. Após, cumpridas as exigências legais expressas no presente Edital, o aprovado será posteriormente empossado em seu cargo.

AMPLA CONCORRÊNCIA

Auxiliar Administrativo

Nome	Nº CPF	Nº Inscrição	Nota Final
Luciana Falacio Peres Romagna	938.347.569-20	0042856	87,00

Motorista

Nome	Nº CPF	Nº Inscrição	Nota Final
Eduardo Hobold	049.357.129-96	0042070	177,00

PCD

Auxiliar Administrativo

Nome	Nº CPF	Nº Inscrição	Nota Final
Aldair Francisco Caldeira	079.290.199-18	0043210	86,00

Professor 20h

Nome	Nº CPF	Nº Inscrição	Nota Final
André de Almeida Andreta	070.476.829-10	0041431	108,50

Os candidatos convocados para a contratação terão o prazo de **05 (cinco) dias**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, para cumprir as formalidades para a concretização do ato supracitado. Este Edital de Convocação entra em vigor na data de sua publicação no órgão oficial de divulgação da Prefeitura Municipal. Relação dos documentos a serem apresentados originais e fotocópias abaixo citados;

• Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
• Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
• Cópia do documento de Identificação;
• Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

• Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
• Cópia do Registro no órgão de classe;
• 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
• Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
• Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
• Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da contratação, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua contratação;
• Cópia da Certidão de Nascimento e CPF do(s) filho(s), menores de 21 (vinte e um) anos;
• Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
• Cópia do comprovante de residência;
• Número do PIS/PASEP;
• Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
• Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
• Atestado de aptidão física e mental devidamente preenchidos por médicos competentes (medico do trabalho e psicólogo)

O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de convocação sem justo motivo, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
Amaporã, 21 de agosto de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:0F9DFB52

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2026 (REF. EDITAL DE CONC.PÚB. N.º 001/2022 DE 04/10/2022).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2026

(**Ref. Edital de Conc.Púb. n.º 001/2022 de 04/10/2022).**

O Prefeito Municipal de Amaporã, Sr. **MARCOS MARIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais – Q04 Lt22, cidade de Amaporã - Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 8.457.343-4 - SSP/PR e do CPF nº 044.142.109-17, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** a candidata aprovada no **Concurso Público nº 001/2022**, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para **comparecer no período 24 de agosto a 07 de setembro de 2026,** na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Amaporã no horário de expediente, para apresentar os documentos exigidos conforme relação abaixo. Após, cumpridas as exigências legais expressas no presente Edital, a aprovada será posteriormente empossada em seu cargo.

NUTRICIONISTA

Nome	Nº Inscrição	Nota Final
PATRICIA GUILHERME DE ALMEIDA FRANCISCO	614440	53.00

A candidata convocada para a contratação terá o prazo improrrogável de **15 (quinze) dias**, para cumprir as formalidades para a concretização do ato supracitado. Este Edital de Convocação entra em vigor na data de sua publicação no órgão oficial de divulgação da Prefeitura Municipal. Relação dos documentos a serem apresentados originais e fotocópias abaixo citados;
Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da contratação;
Cédula de identidade;
CPF em situação regular perante a Receita Federal;
PIS/PASEP;
Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição;
Certificado de Reservista (sexo masculino);
Atestado de antecedentes criminais do domicílio;
Certidão de Nascimento/Casamento ou Certidão de Óbito (do cônjuge, quando for o caso de viúvo) e a Averbação quando for separado judicialmente;
Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos menores de 21 anos, e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade, e dos filhos deficientes de qualquer idade;
Declaração de Frequência Escolar dos filhos;
Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
Carteira de trabalho (parte da foto-frente e verso e o último contrato);
Comprovante de endereço;
Declaração de acumulação legal de cargo ou não acumulação de cargos com firma reconhecida e cartório e nos termos no Art. 37 da Constituição Federal, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente. Em caso de acumulação legal de
cargos deverá especificar o cargo, a carga horária, o horário de trabalho e o órgão que atua.

01 (uma) foto 3x4, recente;
Diploma e / ou Certificado de Conclusão do curso específico, reconhecido pelo MEC.
Atestado de Sanidade Física Mental, comprovados em Avaliação médica e Psicológica conforme determina o Decreto nº 085/2014 de 30/05/2014.
Registro no Órgão de Classe (cópia autenticada) para os cargos de**:** Assistente Social, Contador, Enfermeiro(a), Engenheiro, Farmacêutico(a), Fisioterapeuta, Nutricionista, Técnico(a) em Enfermagem, Técnico(a) de Higiene Dental - THD.
Carteira Nacional de Habilitação - CNH para os cargos de; Motorista, Operador de Máquinas, Tratorista.

O não comparecimento no prazo determinado implicará na desclassificação da candidata, podendo a Prefeitura Municipal convocar imediatamente os posteriores, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

Amaporã, 21 de agosto de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:10B9D241

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 238/2026

PORTARIA Nº 238/2026

O Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1° Revoga-se a portaria nº **291/2025** que concedia Gratificação por Tempo Integral a servidor lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria tem efeito retroativo a 10 de agosto de 2026, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal de Amaporã, 21 de agosto de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:9E50F146

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO MUNICIPAL Nº 181 DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Dispõe sobre a renúncia de Conselheira Tutelar Suplente, exoneração a pedido de Conselheira Tutelar e convocação de Conselheiro Tutelar suplente para assumir a titularidade da função.

MARCOS MARIN, Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e pela Constituição da República Federativa do Brasil;

DECRETA:

Art. 1º Fica registrada, para todos os fins administrativos, a renúncia da Senhora **ALINE ROSA DA SILVA BONI** ao cargo de Conselheira Tutelar Suplente, apresentada perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em 20 de agosto de 2026, conforme registrado na Ata nº 09/2026 do CMDCA.

Art. 2º Fica exonerada, a pedido, a Conselheira Tutelar **SILVANIA MONTEIRO DOS SANTOS**, a partir de 19 de agosto de 2026, ficando, a partir dessa data, desligada do exercício da função de Conselheira Tutelar do Município de Amaporã, conforme registrado na Ata nº 09/2026 do CMDCA.

Art. 3º Fica convocado o Senhor **LEOMIR DA SILVA DOERNER**, 7º (sétimo) classificado no Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar realizado em 03 de setembro de 2025, nos termos do Edital nº 03/2025 – CMDCA, para assumir a titularidade da função de Conselheiro Tutelar do Município de Amaporã, em decorrência da vacância do cargo ocasionada pela exoneração, a pedido, da Conselheira Tutelar **S**ILVANIA MONTEIRO DOS SANTOS, observada a ordem de classificação do referido Processo de Escolha, conforme registrado na Ata nº 09/2026 do CMDCA.

Art. 4º O convocado deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Amaporã, nos dias **24 a 28 de agosto de 2026**, para apresentação da documentação necessária à formalização de sua convocação e exercício da função, apresentando os seguintes documentos:
I – Cédula de Identidade, comprovando idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
II – Certidão de Casamento ou Nascimento;
III – Certidão de Nascimento dos filhos;
IV – Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos, se for o caso;
V – Cartão de Identificação do Contribuinte – CPF;
VI – Cadastro do PIS/PASEP;
VII – documentos que comprovem estar quite com as obrigações eleitorais;
VIII – Título de Eleitor;
IX – Atestado Médico Admissional, de acordo com o Decreto Municipal nº 085/2014, acompanhado de comprovação de aptidão mental mediante avaliação psicológica;
X – 01 (uma) fotografia 3x4, colorida e recente;
XI – Certidão de Reservista, quando do sexo masculino;
XII – comprovante de escolaridade, mediante histórico escolar ou diploma, conforme exigência para o exercício da função, devidamente registrado pelo MEC, quando aplicável;
XIII – comprovante de residência atualizado, em nome do convocado, ou declaração de residência;
XIV – Carteira de Trabalho, nas páginas onde constam fotografia, número e série, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho, e/ou extrato da Carteira de Trabalho Digital;
XV – Certidão Negativa dos últimos 05 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;
XVI – Registro no respectivo Conselho Regional de sua classe, quando for o caso;
XVII – declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinada pelo servidor, com firma reconhecida em cartório, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Na hipótese de enquadramento nas exceções previstas no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, deverá ser apresentada declaração contendo a função exercida, remuneração, carga horária de cada vínculo e respectivos horários de trabalho. No caso de percepção de proventos de aposentadoria, deverá ser informado o cargo ou emprego que originou o benefício previdenciário, observados os limites remuneratórios previstos no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 5º O não comparecimento do convocado no prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação exigida poderá implicar a perda da convocação, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 6º Durante o período em que estiver no exercício da função, o Conselheiro Tutelar convocado fará jus à remuneração e aos demais direitos previstos na legislação municipal aplicável aos Conselheiros Tutelares.

Art. 7º O Conselheiro Tutelar convocado exercerá a titularidade da função enquanto perdurar a vacância decorrente da exoneração prevista no art. 2º deste Decreto, observadas as disposições da legislação municipal aplicável.

Art. 8º O Departamento de Recursos Humanos e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deverão adotar as providências administrativas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos quanto à exoneração prevista no art. 2º a partir de 19 de agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos vinte e um (21) do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte e seis (2026)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Naira Lígia Lopes Ferreira do Vale
Código Identificador:ACFFB4DC

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA N.º 05/2026

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE AMAPORÃ no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 275 de 23 de junho de 2009 e demais disposições aplicáveis;

RESOLVE:

Art. 1º Fica registrada e reconhecida, para os fins administrativos pertinentes, a renúncia da Senhora **ALINE ROSA DA SILVA BONI** ao cargo de Conselheira Tutelar Suplent**e**, apresentada perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em 20 de agosto de 2026, conforme registrado na Ata nº 09/2026 do CMDCA.

Art. 2º Fica registrada a vacância da função de Conselheiro Tutelar decorrente da exoneração, a pedido, da Conselheira Tutelar **SILVANIA MONTEIRO DOS SANTOS**, a partir de 19 de agosto de 2026.

Art. 3º O CMDCA delibera pela convocação do Senhor **LEOMIR DA SILVA DOERNER**, 7º (sétimo) classificado no Processo de

Escolha dos membros do Conselho Tutelar realizado em 03 de setembro de 2025, nos termos do Edital nº 03/2025 – CMDCA, para assumir a titularidade da função de Conselheiro Tutelar do Município de Amaporã, em decorrência da vacância mencionada no art. 2º desta Resolução, observada a ordem de classificação do referido Processo de Escolha.

Art. 4º O convocado deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Amaporã, nos dias **24 a 28 de agosto de 2026**, para apresentação da documentação necessária à formalização de sua convocação e exercício da função.

Art. 5º Durante o exercício da função, o Conselheiro Tutelar convocado estará sujeito aos direitos, deveres, atribuições, responsabilidades e demais disposições previstas na legislação municipal aplicável ao Conselho Tutelar.

Art. 6º O CMDCA encaminhará a presente Resolução ao Poder Executivo Municipal, para conhecimento e adoção das providências administrativas necessárias à formalização da convocação e do exercício da titularidade pelo candidato classificado.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Amaporã/PR, 21 de agosto de 2026.

SIRLEI MARIA FARIAS DA SILVA MARQUES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Naira Lígia Lopes Ferreira do Vale
Código Identificador:35EA76D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 069/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2026 - REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2026

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços visando à aquisição parcelada de gêneros alimentícios, para suprir as necessidades dos Departamentos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social do Município de Anahy/PR, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: Dia 24/08/2026 das 09:00 até às 08:00 horas do dia 03/09/2026. **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**: Das 08:00 às 09:00 do dia 03/09/2026. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: às 09h horas do dia 03/09/2026. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. **VALOR ESTIMADO:** R$ 999.087,16 (novecentos e noventa e nove mil, oitenta e sete reais e dezesseis centavos). Edital disponível no site da Prefeitura www.anahy.pr.gov.br ou por e-mail:licitacaoanahy.pr@gmail.com. **INFORMAÇÕES**: (45) 98806-4345. **Anahy-PR, 21 de agosto de 2026.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:7D576790

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.525/2026.

Concede Licença Especial a servidora efetiva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no Art. 87 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Licença Prêmio remunerada de 03 (três) meses a servidora efetiva Creonice Santina da Silva, portadora do RG. 7.843.748-0/PR, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, lotada no Departamento de Administração, matrícula funcional nº 4740-1, por ter completado quinquênio de efetivo exercício na função pública, referente ao período aquisitivo 2020/2025; no período de 10 de agosto à 09 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 dias do mês de agosto de 2026

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:B4DE76F3

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.526/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor da servidora efetiva Roseli Aparecida Simões Miranda, professora (Diretora do Depto. de Educação), portadora do CPF.: 927.987.219-20, lotada no Departamento de Educação, matrícula funcional nº 5096-1; meia diária para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Educação, sendo:

Data:	25 a 27 de agosto de 2026.
Destino:	Foz do Iguaçu – PR.
Objetivo:	Participar do Encontro de Gestores da Educação Pública 2026 – Gestão com intencionalidade. Educação com resultado, promovido pela FTD Educação, no Mabu Thermas Grand Resort. O deslocamento será realizado com veículo Reanult Kwid, placa RHV8G91.
Protocolo nº	357/2026
Quant. de Diárias:	Meia diária.
Valor total:	R$ 175,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 dias do mês de agosto de 20

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:101A7287

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.527/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor da servidora efetiva Sidinéia Lopes Camargo, professora (Coordenadora Pedagógica), portadora do RG. 10.777.021-6/PR, lotada no Departamento de Educação, matrícula funcional nº 8850-1 e 8850-2; meia diária para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Educação, sendo:

Data:	25 a 27 de agosto de 2026.
Destino:	Foz do Iguaçu – PR.
Objetivo:	Participar do Encontro de Gestores da Educação Pública 2026 – Gestão com intencionalidade. Educação com resultado, promovido pela FTD Educação, no Mabu Thermas Grand Resort. O deslocamento será realizado com veículo Reanult Kwid, placa RHV8G91.
Protocolo nº	116/2026
Quant. de Diárias:	Meia diária.
Valor total:	R$ 150,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 dias do mês de agosto de 202

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:8E405BEE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
RESOLUÇÃO Nº. 25/2026

SÚMULA: O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Andirá/PR, aprovou a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) da Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante do município de Andirá/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Andirá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.435, de 29 de junho de 2021, e

CONSIDERANDO a apresentação da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) em reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 18 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) da Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante do município de Andirá/PR, no valor mínimo de R$6.722.395,00 (seis milhões, setecentos e vinte e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais).

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Andirá-Paraná, 19 de agosto de 2026.

CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:116BAF4D

GABINETE DA PREFEITA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo de Compras nº 171/2026
Pregão Eletrônico nº 019/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e insumos para construção civil, atendendo às diversas Secretarias Municipais e FUNPESPA.
Vistos e examinados os autos.
CONSIDERANDO que, durante a conferência dos atos praticados no âmbito do Pregão Eletrônico nº 019/2026, foi identificada divergência entre as especificações constantes do Edital e aquelas cadastradas na plataforma eletrônica BNC, a partir do lote nº 331, ocasionando incompatibilidade entre os objetos previstos no instrumento convocatório e aqueles disponibilizados para disputa;
CONSIDERANDO que a referida inconsistência comprometeu a correta formulação das propostas, a isonomia entre os participantes, a competitividade do certame e a regularidade do procedimento licitatório;
CONSIDERANDO a manifestação da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, que se posicionou favoravelmente à anulação do Pregão Eletrônico nº 019/2026, diante da impossibilidade de regular prosseguimento do certame nas condições estabelecidas;
CONSIDERANDO que foi oportunizada às licitantes a prévia manifestação acerca dos fatos e da medida pretendida, mediante concessão do prazo de 03 (três) dias úteis, o qual transcorreu sem qualquer manifestação;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 371/2026, da Procuradoria Geral do Município, que opinou favoravelmente à anulação do procedimento licitatório, com fundamento no artigo 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO, por fim, o dever da Administração Pública de observar os princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, competitividade, motivação e interesse público;
ACOLHO os fundamentos e a conclusão constantes do Parecer Jurídico nº 371/2026 e, com fundamento no artigo 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECIDO PELA ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026**, em razão da existência de vício insanável decorrente da divergência entre as especificações constantes do Edital e aquelas cadastradas na plataforma eletrônica BNC a partir do lote nº 331, circunstância que comprometeu a regularidade do procedimento licitatório.
Em consequência, ficam sem efeito os atos subsequentes dependentes dos atos atingidos pela nulidade, na forma da legislação aplicável.
DETERMINO:
I – a adoção das providências necessárias à formalização da anulação do Pregão Eletrônico nº 019/2026;
II – que seja dada a devida publicidade à presente decisão, inclusive na plataforma eletrônica em que se processou o certame e nos demais meios legalmente exigidos;
III – o encaminhamento dos autos à Pregoeira Municipal e aos setores competentes para ciência e cumprimento desta decisão, bem como

para adoção das providências administrativas subsequentes necessárias à continuidade da demanda, observada a legislação aplicável; e
IV – a adoção das providências pertinentes quanto ao disposto no § 1º do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Cumpra-se.
Andirá/PR, 13 de agosto de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:8F0DC0ED

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.326/2026 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinqüenta reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.034.		Manter os Postos de Saúde do Município	
347 - 3.1.90.94.00.00	1303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.750,00
06.002.10.301.0012.2.038.		Manter os Serviços de Transporte da Saúde	
401 - 3.1.90.13.00.00	1303	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00
		Total Suplementação:	**9.750,00**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.034.		Manter os Postos de Saúde do Município	
341 - 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.750,00
06.002.10.301.0012.2.038.		Manter os Serviços de Transporte da Saúde	
400 - 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
		Total Redução:	**9.750,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:58ABCF04

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 3° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
FORTICO SEGURANÇA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **21/08/2026** e término em **20/08/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 21.08.2026

Pregão Eletrônico n° 026/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

ADRIANO ROBERTO MATHIAS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:9FCC43A5

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 7° TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 113/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
TOP TOUR LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Redimensionamento de Objeto na importância de **R$ 3.284,40** (três mil duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), corresponde ao acréscimo de 2,64% do item com fundamento no art. 65, da Lei n° 8.666/93, §1°.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 21.08.2026

PREGÃO ELETRÔNICO N° 090/2023

ASSINATURAS

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

ADEMIR DONIZETTI REGO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:881B088B

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO 001/2026

CONTRATANTE/EMPREGADOR – MUNICÍPIO DE ANDIRÁ-PR., pessoa jurídica de direito público, inscrição no CNPJ n. 76.235.761/0001-94, com sede na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190, nesta cidade de Andirá-Pr., neste ato representado pela Prefeita Municipal Ednyra Aparecida Sanches Bueno de Godoy Ferreira, brasileira, portadora da cédula de identidade com RG n. **156582 e CPF/MF sob n. ***.719.419-49.

CONTRATADO/EMPREGADO PÚBLICO – **FERNANDO DINIZ**, brasileiro, portador da CTPS n. 8***3 serie **00058** - PR e CPF/MF sob n. 040.***.599-98 residente e domiciliada na cidade de Andirá – PR.

OBJETO – contrato de trabalho para cargo público de **MOTORISTA ESCOLAR/AMBULÂNCIA - PSS,** aprovada por Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital n. 005/2025, regido pelas normas contida no Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei Municipal nº 1.170/1993, sob a égide do regime administrativo de contratação temporária e por excepcional interesse público.

O recolhimento previdenciário será feito perante o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

PREÇO – salário base de R$ 2.174,09 (dois mil, cento e setenta e quatro reais e nove centavos).

VIGÊNCIA – Pelo prazo máximo de 12(doze) meses em caráter excepcional, que poderá ser prorrogado nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 2.628/2015, alterada pela Lei Municipal nº 2.838/2016.

PMA, 20/08/2026

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:E760F50A

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO 002/2026

CONTRATANTE/EMPREGADOR – MUNICÍPIO DE ANDIRÁ-PR., pessoa jurídica de direito público, inscrição no CNPJ n. 76.235.761/0001-94, com sede na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190, nesta cidade de Andirá-Pr., neste ato representado pela Prefeita Municipal Ednyra Aparecida Sanches Bueno de Godoy Ferreira, brasileira, portadora da cédula de identidade com RG n. **156582 e CPF/MF sob n. ***.719.419-49.

CONTRATADO/EMPREGADO PÚBLICO – **WAGNER DIAS FERREIRA,** brasileiro, portador da CTPS n. 12***13 serie 001-0 - PR e CPF/MF sob n. 044.***.719-71 residente e domiciliada na cidade de Andirá – PR.

OBJETO – contrato de trabalho para cargo público de **MOTORISTA ESCOLAR/AMBULÂNCIA - PSS,** aprovada por Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital n. 005/2025, regido pelas normas contida no Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei Municipal nº 1.170/1993, sob a égide do regime administrativo de contratação temporária e por excepcional interesse público.

O recolhimento previdenciário será feito perante o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

PREÇO – salário base de R$ 2.174,09 (dois mil, cento e setenta e quatro reais e nove centavos).

VIGÊNCIA – Pelo prazo máximo de 12(doze) meses em caráter excepcional, que poderá ser prorrogado nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 2.628/2015, alterada pela Lei Municipal nº 2.838/2016.

PMA, 20/08/2026

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:2346A738

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO 003/2026

CONTRATANTE/EMPREGADOR – MUNICÍPIO DE ANDIRÁ-PR., pessoa jurídica de direito público, inscrição no CNPJ n. 76.235.761/0001-94, com sede na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190, nesta cidade de Andirá-Pr., neste ato representado pela Prefeita Municipal Ednyra Aparecida Sanches Bueno de Godoy Ferreira, brasileira, portadora da cédula de identidade com RG n. **156582 e CPF/MF sob n. ***.719.419-49.

CONTRATADO/EMPREGADO PÚBLICO – **ADRYON KESLLEY BOHRER DE SOUZA,** brasileiro, portador da CTPS n. 0008**7 serie 00433 - PR e CPF/MF sob n. 100.***.649-97, residente e domiciliado na cidade de Andirá – PR.

OBJETO – contrato de trabalho para cargo público de **MOTORISTA ESCOLAR/AMBULÂNCIA - PSS,** aprovada por Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital n. 005/2025, regido pelas normas contida no Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei Municipal nº 1.170/1993, sob a égide do regime administrativo de contratação temporária e por excepcional interesse público.
O recolhimento previdenciário será feito perante o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

PREÇO – salário base de R$ 2.174,09 (dois mil, cento e setenta e quatro reais e nove centavos).

VIGÊNCIA – Pelo prazo máximo de 12(doze) meses em caráter excepcional, que poderá ser prorrogado nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 2.628/2015, alterada pela Lei Municipal nº 2.838/2016.

PMA, 20/08/2026

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:68B1F1D6

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.303 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 10 dias de férias iniciais, a partir do dia 20 de agosto de 2026, ao Servidor Público Municipal **ALEX GERHARD VATER** ocupante do cargo de **MOTORISTA (ESCOLAR/AMBULÂNCIA),** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo: 02-05-2024 a 01-05-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 20 de agosto de 2026.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:8B246D4A

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.304 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o atestado médico emitido pelo **Dr. José Antonio Otoni da Fonseca**, na data de 10 de agosto de 2026, a Servidora Pública Municipal **AMANDA CRISTINA DOS SANTOS.**

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder**,** à referida Servidora,**AMANDA CRISTINA DOS SANTOS**, ocupante do cargo de**EDUCADORA INFANTIL**, Licença Maternidade, prevista na Lei nº. 1.170/1993, por um período de 180 dias (06 meses), iniciando no dia 10 de agosto de 2026. A Servidora atualmente se encontra lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 10 de agosto de 2026.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:81684229

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO E LOCAÇÃO DE BOMBA PARA LANÇAMENTO DE CONCRETO. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até as 08h:00 do dia 04/09/2026; **INÍCIO DA SESSÃO**: 09h:00m do dia 04/09/2026. **LOCAL:** BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br. **AQUISIÇÃO DO EDITAL**: O edital completo encontra-se no site do SAMAE de Andirá https://samaeandira.com.br/licitacoes ou www.bnc.org.br, maiores informações no Departamento de Licitações e Compras - Rua Minas Gerais, nº 828 – Jardim Centenário – Andirá – PR, das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m às 17h:00m, ou pelo telefone 43 3538 – 7575. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Andirá, 21 de agosto de 2026.

RONIVALDO VISOTO,
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:0B9CC261

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE 2º TERMO DE ADITIVO DE ARP Nº 24/2025 - PREGÃO Nº 11/2025

PARTES: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ/PR E TOP ASFALTO RÁPIDO LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de **22/08/2026** e término em **21/08/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores, na importância de **R$ 85.290,00 (Oitenta e cinco mil e duzentos e noventa reais)**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.
Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
DATA: 21/08/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 11/2025

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:A8637DCF

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RESULTADO DE LICITAÇÃO- PREGÃO Nº 10/2026- PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 133/2026.
HOMOLOGADO DIA: 21/08/2026.

OBJETO:SERVIÇOS AUTOMOTIVOS DIVERSOS: SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, FUNILARIA E PINTURA DE VEÍCULOS

RESULTADO:
JOÃO ANTONIO ALVES DA SILVA, CNPJ 39.813.117/0001-20, Valor total: R$ 70.057,44 (setenta mil e cinquenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).
MARIO ALVES DA SILVA - FUNILARIA E MECÂNICA DE AUTOS, CNPJ: 04.256.739/0001-10, valor total: R$ 37.600,00 (trinta e sete mil e seiscentos reais).

ANDIRÁ, 21/08/2026.

RONIVALDO VISOTO
Pregoeiro

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:0DCE1BF1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 004/2026- CEOEDEM - LISTA DOS CANDIDATOS ELEITOS APÓS CONSULTA A COMUNIDADE ESCOLAR PARA A ESCOLHA DE DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ANTONINA/PR

EDITAL N° 004/2026- CEOEDEM

Lista dos Candidatos eleitos após consulta a comunidade escolar para a escolha de Diretores das Escolas Municipais da Rede Pública Municipal de Ensino de Antonina/PR

Jacqueline Aparecida Gaspar de Abreu Balera, Presidente da Comissão Especial para Organização das Eleições para Direção das Escolas Municipais da Rede Pública Municipal de Ensino de Antonina/PR, designada pelo decreto 257/2026 torna público por este edital, o que segue:

Candidatos eleitos após consulta à comunidade
Segue abaixo os candidatos eleitos após consulta a comunidade que ocorreu no dia 19 de agosto de 2026 no período das 09:00h às 16:00h.
.

Candidato eleito	Escola
Ednei Strapassan	Escola Municipal Profª. Aracy Pinheiro Lima E.I.E.F.
Giovana Cristina de Souza	Escola Municipal Profª. Caetana Martins E.I.E.F.
Josiane Rodrigues da Veiga	Escola Municipal Prof. Gil Feres E.I.E.F.
Marcia Regina Carvalho Cordeiro	Escola Municipal Prof. João Paulino Vieira Filho
Maria Alice Ribeiro Barreto	Escola Municipal Profª. Maria Rosa Martins Cecyn E.I.E.F.
Maria Gabriela Nunes da Conceição	Escola Municipal Profª. Cleuza Mari de Lima Tagliatela E.I.E.F.
Neuzicléia Pilar Correa	Escola Rural Municipal Profª. Olímpia Breyer- E.I.E.F.
Regina de Fátima Bastos Maurício	Escola Municipal Dr. Miranda Couto- E.I.E.F.

Antonina, 20 de agosto de 2026

JACQUELINE APARECIDA GASPAR DE ABREU BALERA
Presidente da Comissão Eleitoral

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:944B4DAC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL - CMU - SMECE/BN Nº 03/2026 AUTOS Nº 27914/2024

EDITAL - CMU - SMECE/BN Nº 03/2026
AUTOS Nº 27914/2024

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Balsa Nova, pelo presente edital,**TORNA PÚBLICO**, as instruções referentes aos Decreto n°.443/2024 e Decreto nº 019/2025, para inscrição no Cadastro Municipal Unificado, Classificação, Reclassificação, Transferência e Matrícula nas Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino e, eventualmente, nas Instituições conveniadas esta Municipalidade, que atendem a etapa da Educação Infantil – CMEI, para o **Ano Letivo de 2026.**

I – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições para cadastramento de crianças, que residem em Balsa Nova, cujos pais ou responsáveis legais tenham interesse em vagas para a etapa da Educação Infantil – Pré-Escolar - Creche, para o **Ano Letivo de 2026**,***estarão abertas na data de 24/08/2026 a 28/08/2026 das 08:30h às 11:30h e das 13:30min às 16:30min nas instituições de ensino /da Rede Municipal de Ensino que atendem a etapa da Educação Infantil*** **- Pré-Escolar - Creche, com realização do Protocolo nos CMEIS, Centros Municipais de Educação Infantil.**

2. Os pais ou responsáveis legais deverão realizar uma única inscrição em qualquer Instituição Educacional Municipal que atenda a etapa da Educação Infantil, conforme relação abaixo:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	ENDEREÇO	BAIRRO	ATENDIMENTO
CMEI BRINCANDO E CRIANDO	Rua Getúlio Vargas, s/n°	Centro	Integral
CMEI PROF. MARGARIDA FLORIDA CHILÓ	Rua Augusto Perussolo, n° 430	São Caetano	Integral
CMEI TIA NIVA	Rua Antônio Gequelin, nº 101	Bugre	Integral
CMEI JARDIM DA ALEGRIA	Rua D. Pedro II, n° 570	Jardim Serrinha	Integral
CMEI CANTINHO DA SERRA	Rua Sabina Serra Rissetto, nº 852	São Luiz do Purunã	Integral

3. Para inscrição no "***Cadastro Municipal Unificado de Espera de vaga para Matrícula nos Centros Municipais de Educação Infantil"***, nos termos do Decreto n°443/202 e 019/2025, os pais ou responsáveis legais deverão apresentar os documentos originais ou fotocópias autenticadas. A lista de documentos constituir-se-á de:
3.1. Certidão de nascimento da criança cadastrada e dos demais filhos de 0 a 18 anos de idade incompletos;
3.2. Do CPF e CIRG ou documento oficial com foto, dos pais e/ou dos responsáveis legais da criança, e demais membros integrantes daquele conjunto familiar;
3.3. Comprovante judicial de guarda, em sendo o caso;
3.4. Comprovante de residência no Município de Balsa Nova, **atualizado**, em nome dos pais ou responsáveis legais, conforme discriminado abaixo:
3.4.1. COPEL ou SANEPAR;
3.4.2. Caso o comprovante de residência apresentado no CMEI, não esteja no nome do responsável pelo estudante ou não seja possível apresentar o documento emitido pela COPEL ou SANEPAR, deverá ser apresentado um comprovante complementar em nome do responsável, como: correspondência institucional de bancos, empresas telefônicas, lojas, com data atualizada;
3.4.3. Contrato de aluguel em vigor, com devido registro em cartório;
3.4.4. Declaração do proprietário do imóvel confirmando a residência, com firma reconhecida;
3.5. Laudo médico da criança com deficiência (em atendimento), sendo o caso;
3.6. Documento que comprove participação no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e/ou Municipal comprovando situação de extrema vulnerabilidade social;
3.7. Comprovante de rendimento (holerite) atualizado dos pais ou responsáveis legais e demais membros integrantes daquele conjunto familiar;
3.8. Declaração atualizada de matrícula e frequência dos pais se menores de dezoito anos de idade, constando a escola e o período em que estuda, no ensino obrigatório, sendo o caso;
3.9. Apresentação do protocolo do visto de permanência para as famílias estrangeiras, sendo o caso;
3.10. Em caso da criança encontrar-se na espera de vagas remanescentes do Calendário Escolar de 2025, esta será inserida automaticamente para a lista de espera do próximo ano letivo, **com a última pontuação publicada**;
3.11. Permanece válido a declaração assinada de obrigatoriedade de renovação do cadastro pelo período de 6 meses.

4. Destaca-se, que o único documento hábil para comprovação do tempo de espera de vagas remanescentes nos Centros Municipais de Educação Infantil de Balsa Nova será o documento (cópia ou original) do "**PROTOCOLO**", realizado no**PROTOCOLO DO CMEI CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, informando sem rasuras o número do Processo Administrativo contendo a solicitação de matrícula em favor da criança beneficiária e, principalmente, a data e horário de sua autuação

5. A Secretaria Municipal de Educação utilizará o georreferenciamento para priorizar a oferta de vagas aos munícipes residentes na área onde o CMEI está localizado, atribuindo a essa condição uma pontuação de 3,0.

6. Os benefícios do**PROTOCOLO**são intransferíveis, de modo, que somente a criança indicada no documento será beneficiária da pontuação (0,2) a cada mês por tempo de espera na lista de vagas remanescentes.

7. As crianças que estejam em situação de risco e aquelas com deficiência na forma do artigo 98 da Lei nº8.069/1990, serão preteridas.

8. Nas situações que os responsáveis exerçam atividades profissionais e não tenham parentes ou terceiros próximos para deixar seus filhos em decorrência de incompatibilidade de jornada de trabalho, para efeitos de avaliação sócio econômica será atribuído uma pontuação (0,1)

9. No ato de inscrição os pais ou responsáveis legais:
9.1). Poderão optar por **até três (03)** Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino ou Instituições diferentes, que atendem a etapa da Educação Infantil.

10. **A disponibilidade das vagas não está vinculada ao local utilizado para fins de inscrição.**

II - DA CLASSIFICAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS
1. A classificação dos cadastrados para as instituições educacionais que atendem a etapa Educação Infantil - CMEI se dará conforme Decreto n°443/2024:
1.1. As avaliações das solicitações de cadastros podem ser submetidas à analise final realizadas pelas Equipes de Profissionais Multidisciplinares designadas para prestarem serviços de assessoramentos técnicos para Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova, com atribuições especiais para promoverem a coleta de dados e realização do Relatório Social das famílias cadastradas a pedido das Diretoras dos Centros Municipais de Educação Infantil.
1.2. A Lista Classificatória do Cadastro Municipal, será publicado na Imprensa Oficial Municipal e disponibilizado do sítio eletrônico desta Municipalidade na forma de "***boletim eletrônico***" expedido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova (http://www.balsanova.pr.gov.br);

2. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova publicará no endereço do sítio eletrônico do Município de Balsa Nova as listas classificatórias, conforme segue:
a) Para as inscrições realizadas em até **28/08/2026**, a publicação das listas contendo o resultado final do Cadastro Municipal Unificado para a Matrícula nos Centros Municipais Infantis de Balsa Nova serão publicados a partir de**11/09/2026**;
b) As instituições de ensino deverão enviar à Secretaria Municipal de Educação a lista com o resultado final até o dia 04/09/2026;
c) Para as **efetivações das matrículas**, estas serão realizadas do dia 14/09/2026 a 18/09/2026.

3. Os pais ou responsáveis legais deverão consultar as listas classificatórias na data acima mencionada no***endereço eletrônico do Município de Balsa Nova***ou numa instituição educacional que atende a etapa Educação Infantil.
4. Por ocasião do recadastramento será entregue aos pais ou responsáveis das crianças protocolo de inscrição devendo constar nesse documento que para permanência na lista de espera deverá ser realizada a renovação da inscrição a cada seis meses, sob pena do nome ser retirado da lista. No momento da renovação da inscrição será entregue novo protocolo com a referida advertência.
5. Os pais e/ou responsáveis legais que necessitarem alterar as condições que determinaram a classificação de seus filhos, de acordo com os critérios do Decreto nº.443/2024, poderão fazê-lo, nos 5 (cinco) últimos dias úteis de cada mês, de fevereiro a outubro, do ano letivo de 2026, a ser realizado via protocolo, junto à Secretaria de Educação, no horário de atendimento das 8h às 12h e das 13h às 17h.

III - DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS
1. A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará as vagas conforme oferta em cada Instituição de Ensino e respeitará a relação de quantidade criança/adulto, a faixa etária e o espaço físico da mesma.

2. Em caso de vagas remanescentes após a efetivação das matrículas, realizadas em setembro de 2026, a Secretaria da Educação poderá promover a "***distribuição extraordinária de vagas***" no decorrer do ano **com última publicação em outubro.**

IV - DA MATRÍCULA
1. As vagas disponibilizadas serão informadas aos pais e/ou responsáveis por meio do sítio eletrônico do Município de Balsa Nova nas datas mencionadas no item II – Da Classificação e Reclassificação.

2. Os pais e/ou responsáveis legais deverão comparecer na instituição de Ensino onde foi disponibilizada a vaga para efetuar a matrícula do dia **14/09/2026 até dia 18/09/2026, das 8 horas às 11horas e das 13 horas às 16 horas**, nas respectivas instituições.

3. No **ato da matrícula**, os pais e/ou responsáveis legais, deverão preencher formulário específico, constando dados e informações pessoais, entregar na instituição educacional **uma foto 3X4** da criança e acompanhada dos respectivos originais dos seguintes documentos**, para simples conferência** dos documentos apresentados no momento do cadastro:
3.1. Certidão de nascimento da criança;
3.2. Comprovante de residência no Município de Balsa Nova, **atualizado**, em nome dos pais ou responsáveis legais, conforme discriminado abaixo:
3.2.1. COPEL ou SANEPAR;
3.2.2. Caso o comprovante de residência apresentado no CMEI, não esteja no nome do responsável pelo estudante ou não seja possível apresentar o documento emitido pela COPEL ou SANEPAR, deverá ser apresentado um comprovante complementar em nome do responsável, como: correspondência institucional de bancos, empresas telefônicas, lojas, com data atualizada;
3.2.3. Contrato de aluguel em vigor, com firma do proprietário do imóvel reconhecida em cartório;
3.2.4. Declaração do proprietário do imóvel confirmando a residência, acompanhada de um dos comprovantes de conta de energia elétrica, gás, telefone em nome do proprietário do imóvel, com data de expedição de, no máximo, noventa dias.
3.2.5. Guia ou carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
3.2.6. Declaração de vacinas atualizada;
3.2.7. Cartão do SUS da criança;
3.2.8. CPF e RG ou documento oficial com foto, dos pais e/ou dos responsáveis legais da criança;
3.2.9. Comprovante judicial de guarda, sendo o caso;
3.2.10. Laudo médico para a comprovação do que dispõe no Decreto nº 443/2023, sendo o caso;
3.2.11. Documento que comprove participação no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e ou Municipal comprovando situação de extrema vulnerabilidade social;
3.2.12. Declaração atualizada de matrícula e frequência dos pais menores de dezoito anos de idade, constando a escola e o período em que estuda, no ensino obrigatório, para a comprovação do critério previsto Decreto nº 443/2024, sendo o caso;
3.2.13. Apresentação do protocolo do visto de permanência para as famílias estrangeiras, sendo o caso;
3.2.14. Comprovante(s) de trabalho(s) dos pais ou responsáveis legais, sendo o caso:
3.2.14.1. Carteira de trabalho constando contrato de trabalho e comprovante de rendimentos (holerite);
3.2.14.2. Trabalhadoras autônomas ou informais: carnê de contribuição do INSS, registro de Microempresário Individual, declaração ou carnê de contribuição do ISS;
3.2.14.3. Declaração de trabalho do empregador, informando o tipo de atividade realizada, renda e carga horária semanal, assinada por duas testemunhas.

4. **Afim de confirmação dos dados, poderá ocorrer visitas por parte da municipalidade no endereço indicado no cadastro a qualquer momento.**

5. O não comparecimento dos pais e/ou responsáveis legais para a efetivação da matrícula na instituição de Ensino, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** após a publicação do resultado, ensejará na desclassificação do candidato e no chamamento dos pais e/ou responsáveis legais do próximo candidato classificado.

6. A criança que não frequentar as aulas na Instituição de Ensino na qual teve a matrícula efetivada, sem justificativa dos pais ou responsáveis legais, **por 10 (dez) dias consecutivos** será submetida ao serviço de apoio psicológico e social escolar que elaborará manifestação técnica acerca da situação que poderá resultar em disponibilização da vaga para os demais candidatos da lista de classificação.

7. O afastamento da criança motivado por situações particulares poderá ser concedido pela Direção da Instituição de Ensino.

V - DAS TRANSFERÊNCIAS
1. As inscrições para solicitação de transferências das crianças matriculadas nas instituições educacionais municipais que atendem a etapa da Educação Infantil, será da seguinte forma:
1.1. Os pais e/ou responsáveis legais interessados, deverão solicitar a transferência de vaga na instituição de educação infantil em que a criança se encontra matriculada, requerendo declaração de matricula, e avaliação social realizado no cadastro, protocolando o pedido junto ao Protocolo Geral, podendo indicar até 03 (três) opções de instituições educacionais municipais e ou Instituições conveniadas com o município que atendem a etapa da Educação Infantil.
1.2. Os pedidos de transferência serão computados e divulgados juntamente com as solicitações de vagas no CMU, constando ao lado a inscrição **TRANSFERÊNCIA;**
1.3. A pontuação de classificação será a mesma que foi utilizada para a concessão da vaga, a qual **terá acréscimo 0,1 por mês de espera após o protocolo de solicitação de transferência**;
1.4. Após a publicação da lista do Cadastro Municipal Unificado, em caso de aprovação, a direção das instituições de educação infantil, onde a transferência foi solicitada, entrará em contato através do telefone informado no pedido de transferência, e orientará sobre os procedimentos e documentos necessários à matrícula na instituição de Ensino de destino;
1.5. Após a publicação da lista no diário oficial, os pais e/ou responsáveis legais deverão efetuar a matrícula na instituição de Ensino de destino, no prazo de **5 dias úteis.**
1.6. Durante o mesmo período (nos cinco primeiros dias úteis de cada trimestre), pais e/ou responsáveis legais que solicitaram transferência poderão desistir da mesma mediante o comparecimento na instituição de Ensino onde a criança está matriculada, desde que ainda não tenha sido atendido, e requisitar o cancelamento.
1.7. O pai ou responsável, poderá solicitar a transferência da criança, mediante protocolo junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;
1.8. Uma vez sendo atendida a transferência solicitada pelo pai e/ou responsável legal, **não poderá haver desistência**.

VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

1. As inscrições e atendimento à demanda da educação infantil deverão respeitar as seguintes idades no ato da matrícula:

ETAPA	FAIXA ETÁRIA
Berçário	De 04 meses completos até 12 meses de idade completos até 31/março
Infantil I	De 01 ano a 1 ano 11meses e 29 dias de idade completos até 31/março
Infantil II	De 02 anos a 2 anos 11meses e 29 dias completos até 31/março
Infantil III	De 03 anos a 3 anos 11meses e 29 dias de idade completos até 31/março

2. As ocorrências no processo de inscrição e matrícula deverão ser registradas em ata pela direção da instituição de educação infantil e encaminhadas ao Documentador Oficial da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova, no prazo de até dois dias úteis da ocorrência.

3. O ato da inscrição implicará, por parte dos pais e/ou responsáveis legais, o conhecimento e o compromisso da aceitação deste Edital e do Decreto nº 443/2024.

4. **A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades de documentos ainda que verificadas posteriormente, ACARRETARÃO A NULIDADE DA INSCRIÇÃO.**

5. É direito dos pais e/ou responsáveis legais, no ato da matrícula, ter ciência do Regimento Escolar.

6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 21 de agosto de 2026.

IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretaria Municipal De Educação, Cultura E Esporte.

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:571DE151

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 054/2023

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 054/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Contratada: PMT GESTÃO EM SAÚDE LTDA.
Objeto: Aditamento correspondente a prorrogação e renovação do Contrato Administrativo nº 054/2023 pelo período de 30/08/2026 até o dia 29/08/2027, e reajuste de preços inicialmente pactuados tendo como base a variação registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, referente a prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, permanecendo inalteradas as demais condições inicialmente pactuadas.
Valor: Até R$ 318.442,54 (trezentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), por todo o objeto contratado aditivado.
Dotação Orçamentária:
05.001.04.122.0002.2017-3.3.90.39.00.00.510
05.001.04.122.0002.2017-3.3.90.39.00.00.1000
08.001.12.122.0009.2047-3.3.90.39.00.00.103
12.001.10.301.0016.2118-3.3.90.39.00.00.1008
12.001.10.301.0016.2118-3.3.90.39.00.00.1102
09.002.04.122.0002.2093-3.3.90.39.00.00.1000
06.001.04.122.0002.2026-3.3.90.39.00.00.1000
13.002.08.122.0015.2129-3.3.90.39.00.00.1006
04.001.04.122.0002.2012-3.3.90.39.00.00.1000
07.002.23.122.0002.2042-3.3.90.39.00.00.1000
Foro: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições do Contrato Administrativo nº 054/2023.
Balsa Nova, 18 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:FE763B78

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 101/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 101/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 086/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: QUARTETO DE CORDAS ALBERTO NEPOMUCENO.
OBJETO: Contratação do "SHOW, CLÁSSICOS DO ROCK", do conjunto musical denominado “ORQUESTRA CORDAS DO IGUAÇU”, para apresentação a ser realizada no Município, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
VALOR: Até R$ 38.950,00 (trinta e oito mil, novecentos e cinquenta reais) por todo o objeto contratado.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
08.002.13.392.0011.2085-3.3.90.39.00.00.1001
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 02/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.

Balsa Nova, 21 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:C924F1FC

ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PROVISÓRIO DE CREDENCIADOS

RESULTADO PROVISÓRIO DE CREDENCIADOS

Credenciamento nº 001/2026
Processo Administrativos nº 13368/2026

A Comissão Permanente de Avaliação de Credenciamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, no exercício de suas atribuições legais, divulga o resultado provisório do Edital de Chamamento Público referente ao Credenciamento nº 001/2026.

O credenciamento é voltado a pessoas jurídicas interessadas na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**.

O edital permanece possui vigência de 2 (dois) anos a partir da sua publicação, com possibilidade de prorrogação e as inscrições estão abertas durante toda a vigência do Edital em fluxo contínuo, permitindo o ingresso de novos interessados a cada ciclo, conforme os critérios definidos no próprio edital.

1 RESULTADO PROVISÓRIO

PROCESSO	REQUERENTE	DATA	HORA	Situação
14185/2026	FRATERNITAS	16/06/2026	13H 41	DEFERIDO
14202/2026	GIANA SOVINSKI – LAR RECANTO FELIZ	16/06/2026	14H 33	INDEFERIDO
19298/2026	GIANA SOVINSKI – LAR RECANTO FELIZ	07/08/2026	12H 36	DEFERIDO
19840/2026	FREIRE SILVA INSTITUIÇOES PARA IDOSOS	13/08/2026	14H 12	DEFERIDO

2 RANKEAMENTO PROVISÓRIO DOS CREDENCIADOS

Identificação da CREDENCIADA	Data de habilitação	Data de Ordem de Serviço	Status na fila
FRATERNITAS	16/07/2026		1ª
GIANA SOVINSKI – LAR RECANTO FELIZ	07/08/2026		2ª
FREIRE SILVA INSTITUIÇOES PARA IDOSOS	13/08/2026		3ª

3 PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Os interessados em apresentar recurso contra o resultado provisório poderão fazê-lo no período de 3 (três) dias, por meio do link:

https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo/1/aberturaProcessoExterno, utilizando o código de assunto: 834 – Credenciamento Recurso.
Em alternativa, os recursos também poderão ser protocolados presencialmente, junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, situado na Avenida Brasil, nº 665, Centro.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

A convocação do credenciados ocorrerá de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, respeitando os critérios do Edital.
Para esclarecimentos adicionais, os interessados poderão contatar a Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na **Avenida Iguaçu, nº 959, Centro – Balsa Nova**, ou pelo telefone **(41) 3636-8045**.

Balsa Nova, 21 de Agosto de 2026.

GLACI ANTONIA MERCHIORI,
Matricula N.º 541910
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação

VANESSA APARECIDA ABRAMOSKI,
Matrícula N.º 42901
Secretário da Comissão Permanente de Avaliação

NILCEIA APARECIDA DA SILVA,
Matrícula N.º 541926
Membro da Comissão Permanente de Avaliação

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:6A1031C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 20/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2026

O SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BANDEIRANTES-PR., avisa aos interessados que realizará no dia **22 de setembro de 2026, às 09h:05min,** na plataforma da BLL-Compras (Bolsa de Licitações do Brasil) – www.bll.org.br a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** que tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE AUTOMAÇÃO, TELEMETRIA E TELECOMANDO, COM MONITORAMENTO (24 HORAS) VIA GPRS E WI-FI, DAS UNIDADES DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO.,** de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. A retirada do edital poderá ser feita no departamento de licitações do SAAE na Rua Antonio Sartório, 1001 – Vila Rubi – Bandeirantes – Pr., ou no sítio eletrônico do SAAE – www.saaebandeirantes.com.br ou ainda na plataforma da BLL Compras www.bll.org.br a partir do dia 25 de agosto de 2026.

Bandeirantes, 21 de agosto de 2026.

JOÃO GUIN FILHO
Diretor

Publicado por:
Gilmara Cristina Neri
Código Identificador:38C16D7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

2° Termo aditivo do contrato nº 49/ 2024, decorrente de Pregão N°16 / 2023 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS E RECREATIVOS, CONTEMPLANDO A INSTALAÇÃO, REMOÇÃO E ACOMPANHAMENTO POR MONITOR/OPERADOR EM FESTIVIDADES E EVENTOS A SEREM REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Carlos Rosa Alves, e a empresa **LILIAN PAULA GALAN BUENO 02943176940,** portador do CPF/CNPJ sob nº22.438.080/0001-02, com sede no endereço JORGE WALTER neste ato representada por LILIAN PAULA GALAN BUENO, portador do CPF sob n° 02943176940, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 30/12/2026, com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente. A contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir a prestação de serviços em questão, com fundamento da Lei nº. 8.666/93..

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

BARBOSA FERRAZ, 01 de agosto de 2026

Contratante
Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Lilian Paula Galan Bueno 02943176940
22.438.080/0001-02
LILIAN PAULA GALAN BUENO
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:B18AD9FE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DECRETO Nº 68/2026.

DECRETO Nº 68/2026.

Súmula: Institui as Diretrizes Municipais para a implementação da Educação Digital e Computação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino de Barbosa Ferraz e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Constituição Federal, a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a obrigatoriedade de assegurar a formação básica comum e o direito de aprendizagem de todos os estudantes;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital e inclui a educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, na organização curricular da Educação Básica;

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CEB nº 2/2022, a Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, e o Complemento à Base Nacional Comum Curricular – BNCC Computação;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, no que se refere à educação digital e midiática e à proteção das crianças e dos adolescentes nos ambientes escolares;

CONSIDERANDO a Deliberação CEE/PR nº 04/2025, que estabelece normas e orienta a implementação da Educação Digital e Computação na Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, e o Volume 2 do Referencial Curricular do Paraná – Educação Digital e Computação;

CONSIDERANDO os Referenciais Curriculares Municipais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Barbosa Ferraz, atualizados em 2023, e a necessidade de complementá-los com as aprendizagens previstas na BNCC Computação;

CONSIDERANDO a Jornada Pedagógica 'Aprender com Equidade: da Educação Infantil aos Anos Iniciais', realizada em 22 de julho de 2026, com carga horária de 8 (oito) horas, que promoveu formação dos profissionais da Rede Municipal sobre equidade, percurso alfabetizador na organização pedagógica da BNCC Computação integrada ao currículo;

CONSIDERANDO o Referencial Curricular Complementar – Educação Digital e Computação e os materiais técnico-pedagógicos elaborados para orientar a formação, o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das aprendizagens na Rede Municipal de Ensino;

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes Municipais para a implementação da Educação Digital e Computação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino de Barbosa Ferraz, em complemento aos Referenciais Curriculares Municipais e em consonância com a BNCC, a BNCC Computação e o Referencial Curricular do Paraná.

Art. 2º A Educação Digital e Computação será organizada a partir dos seguintes eixos:

I – Pensamento Computacional;
II – Mundo Digital; e
III – Cultura Digital.

Art. 3º Constituem princípios da implementação:

I – garantia do direito de aprender, com equidade, inclusão, acessibilidade e respeito às singularidades dos estudantes;
II – progressão contínua das aprendizagens da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental;
III – integração entre experiências desplugadas e plugadas, sem condicionar o desenvolvimento das habilidades à disponibilidade de dispositivo individual;
IV – articulação com alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Educação Física e demais experiências e componentes curriculares;
V – uso crítico, criativo, ético, seguro e responsável das tecnologias e das informações;
VI – respeito à infância, à proteção de dados, de imagens, da privacidade e da integridade das crianças; e
VII – formação continuada, planejamento colaborativo e acompanhamento pedagógico da implementação.

Art. 4º Na Educação Infantil, as aprendizagens de Educação Digital e Computação serão desenvolvidas de forma integrada aos direitos de aprendizagem e aos campos de experiências, por meio de interações, brincadeiras, investigação, exploração, criação, movimento e resolução de problemas, com predominância de experiências concretas e desplugadas.

Parágrafo único. A progressão municipal contemplará experiências preparatórias nos Berçários e Maternais e as aprendizagens correspondentes à etapa EI03CO no Pré I e no Pré II, respeitados o desenvolvimento integral, os tempos e as formas de expressão das crianças.

Art. 5º No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, as aprendizagens de Educação Digital e Computação serão asseguradas do 1º ao 5º ano, mediante organização curricular definida pela Secretaria Municipal de Educação, com articulação aos demais componentes curriculares e observância da progressão estabelecida para cada ano.

Parágrafo único. A articulação transversal não afastará a responsabilidade da Rede Municipal de assegurar, acompanhar e registrar o desenvolvimento das competências e habilidades específicas da Educação Digital e Computação.

Art. 6º A implementação deverá assegurar condições equitativas de participação, incluindo, conforme as necessidades dos estudantes:

I – recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas;
II – múltiplas formas de participação, comunicação, experimentação e registro;
III – tempo ampliado e mediação pedagógica adequada;
IV – comandos e apoios visuais, táteis, sonoros e concretos; e
V – organização cooperativa das atividades e alternativas pedagógicas quando houver limitação de acesso a equipamentos ou conectividade.

Art. 7º A avaliação terá caráter diagnóstico, processual e formativo e considerará as estratégias utilizadas, a capacidade de explicar procedimentos, a criação de soluções, a participação, a cooperação, a autonomia e a progressão das aprendizagens.

Parágrafo único. Poderão ser utilizados registros de observação, produções individuais e coletivas, portfólios, relatos, projetos, rubricas e outras evidências adequadas à etapa de ensino.

Art. 8º Fica reconhecida como etapa inicial de implementação a formação realizada em 22 de julho de 2026, comprovada mediante programação, pauta, materiais formativos, lista de presença, certificados e demais registros institucionais.

Parágrafo único. A formação inicial não substitui a continuidade dos estudos, do acompanhamento e das ações formativas necessárias à consolidação das diretrizes na prática pedagógica.

Art. 9º O Referencial Curricular Complementar – Educação Digital e Computação, a Matriz Curricular Complementar e o Encarte do Professor constituem documentos técnico-pedagógicos institucionais da Rede Municipal e orientarão o planejamento, a formação continuada, a implementação, o acompanhamento e a avaliação.

§ 1º Os documentos referidos no caput serão mantidos sob guarda da Secretaria Municipal de Educação, que disciplinará sua distribuição, utilização, atualização e controle de versões, observada a legislação relativa ao acesso à informação.

§ 2º A aplicação dos materiais pressupõe estudo, formação, seleção, adaptação e contextualização pelo professor, de acordo com a etapa, a turma, as necessidades dos estudantes e as condições da unidade escolar.

§ 3º A reprodução ou utilização externa deverá preservar a integridade do conteúdo, a identificação da Rede Municipal de Ensino de Barbosa Ferraz, os créditos técnicos, a versão e o contexto formativo de sua elaboração.

§ 4º A atualização dos documentos técnico-pedagógicos poderá ser realizada pela Secretaria Municipal de Educação sempre que necessária, desde que preservados os princípios e as diretrizes estabelecidos neste Decreto e observadas as normas educacionais vigentes.

Art. 10. As unidades escolares deverão incorporar as presentes diretrizes aos seus Projetos Político-Pedagógicos, propostas pedagógicas curriculares, planejamentos, registros de classe e demais documentos institucionais, conforme orientação e cronograma estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – orientar e acompanhar a implementação das diretrizes;
II – organizar ações de formação continuada;
III – assegurar coerência entre o Referencial Curricular Complementar, os planejamentos e as práticas pedagógicas;
IV – acompanhar as condições de acesso, participação e aprendizagem, adotando medidas de equidade;
V – manter o processo administrativo com o Decreto, os documentos técnico-pedagógicos, os registros da formação e as atualizações realizadas; e
VI – promover os encaminhamentos necessários junto ao Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão e aos demais órgãos competentes.
Art. 12. A implementação será realizada de forma progressiva, acompanhada e avaliada pela Secretaria Municipal de Educação, respeitadas a organização da Rede, a formação dos profissionais, a infraestrutura disponível e o direito de aprendizagem dos estudantes.
Art. 13. Os casos omissos e as orientações complementares serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente e, quando necessário, mediante consulta ao Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão.
Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 21 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito do Município de Barbosa Ferraz

ANA CATARINA BARBOSA BLESSA PEGORARO
Secretário(a) Municipal de Educação

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:2CAD6A14

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
PORTARIA N°. 280/2026

PORTARIA N°. 280/2026

SUMULA: *Nomeia servidores para Gestor e Fiscal de Convênio, junto a SETU/PR.*

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal Rita de Cassia Silvério Alves, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Ação Social, portadora do CPF n°. 816.389.229-34 como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao **LANÇAMENTO DO PRATO TÍPICO E APRESENTAÇÃO DA RAINHA DO RODEIO DE BARBOSA FERRAZ**.
Art. 2° - Designar a Servidora Pública Municipal Carla Cassia Alves, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Inovação Tecnológica, Industria e Comércio, portadora do CPF n°. 078.527.089-27 como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao **LANÇAMENTO DO PRATO TÍPICO E APRESENTAÇÃO DA RAINHA DO RODEIO DE BARBOSA FERRAZ**.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 20 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz-PR

Publicado por:
Kleyton Luis Leme Cracco
Código Identificador:780D43D8

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
PORTARIA N°. 281/2026

PORTARIA N°. 281/2026

SUMULA: *Nomeia servidores para Gestor e Fiscal de Convênio, junto a SETU/PR.*

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal Rita de Cassia Silvério Alves, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Ação Social, portadora do CPF n°. 816.389.229-34 como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao **66º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE BARBOSA FERRAZ**.
Art. 2° - Designar a Servidora Pública Municipal Carla Cassia Alves, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Inovação Tecnológica, Industria e Comércio, portadora do CPF n°. 078.527.089-27 como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao **66º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE BARBOSA FERRAZ**.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 20 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz-PR

Publicado por:
Kleyton Luis Leme Cracco
Código Identificador:873F9B8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
CONTRATO

4. EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E CONTRATO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026

OBJETO DA CONTRATAÇÃO	Aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba – PR, compreendendo jaqueta de segurança, camiseta gola polo e camiseta gola redonda (LOTE ÚNICO). Contratação reduzida para 18 itens, após descarte de orçamento excedente do dia 12/08/2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c o Decreto Legislativo nº 150/2023 do Município de Bela Vista da Caroba - PR.
EMPRESA CONTRATADA	JC UNIFORMES (JC UNIFORMES DATA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.627.290/0001-01, com sede em Capanema-PR.
CONTRATO / VALOR	Contrato Administrativo nº 012/2026 | Valor Total: R$ 2.046,72 (dois mil e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA	12 (doze) meses, compreendendo o período de 21/08/2026 a 20/08/2027.

Bela Vista da Caroba – PR, 20 de agosto de 2026.

JOSÉ VALDIR RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:36C15E98

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 012/2026
Dispensa nº 002/2026

OBJETO: Aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba – PR, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e demais atos correspondentes ao presente procedimento

Aplicando-se, a presente contratação as disposições Decreto Legislativo 150/2023 C/C LEI 14.133/2021.
Data da Abertura: 20 de Agosto de 2026.
Data da Homologação: 21 de Agosto de 2026.

Empresa Contratada:

JC UNIFORMES (JC UNIFORMES DATA)
CNPJ: 23.627.290/0001-01

TOTAL GERAL DA AQUISIÇÃ/FORNECIMENTO

R$ 2.046,72 (dois mil quarenta e seis reais e setenta e dois centavos).

Agente de Contratação: Douglas Mazurek

JOSÉ VALDIR RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:CFB61AFE

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO / ADJUDICAÇÃO
JOSÉ VALDIR RODRIGUES, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bela Vista da Caroba - PR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em consonância com as manifestações técnicas e o parecer favorável exarado pela Assessoria Jurídica deste Poder Legislativo, **HOMOLOGO, RATIFICO e ADJUDICO** o resultado do Processo Administrativo nº 012/2026, sob a modalidade Dispensa Eletrônica nº 002/2026, cujo objeto consiste na aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba – PR, compreendendo jaqueta de segurança, camiseta gola polo e camiseta gola redonda (LOTE ÚNICO). Fica ratificado o descarte do orçamento preliminar e excedente do dia 12/08/2026 pelas razões técnico-jurídicas expostas, recaindo a adjudicação sobre a proposta adequada de 18/08/2026, em favor da empresa vencedora:
Empresa Adjudicatária: JC UNIFORMES (JC UNIFORMES DATA)
CNPJ: 23.627.290/0001-01
Sede Comercial: Av. 25 de Maio, 628 - Pq. Industrial, Capanema - PR, CEP 85760-000
Valor Total Adjudicado: R$ 2.046,72 (dois mil e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos)
Determino que sejam tomadas as providências administrativas complementares, promovendo-se o empenho da despesa, a celebração do correspondente instrumento contratual e a devida publicação do seu extrato, para que o presente ato administrativo produza seus regulares e jurídicos efeitos.

Bela Vista da Caroba - PR, 20 de agosto de 2026.

JOSÉ VALDIR RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal

4. EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E CONTRATO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026

OBJETO DA CONTRATAÇÃO	Aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba – PR, compreendendo jaqueta de segurança, camiseta gola polo e camiseta gola redonda (LOTE ÚNICO). Contratação reduzida para 18 itens, após descarte de orçamento excedente do dia 12/08/2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c o Decreto Legislativo nº 150/2023 do Município de Bela Vista da Caroba - PR.
EMPRESA CONTRATADA	JC UNIFORMES (JC UNIFORMES DATA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.627.290/0001-01, com sede em Capanema-PR.
CONTRATO / VALOR	Contrato Administrativo nº 012/2026 | Valor Total: R$ 2.046,72 (dois mil e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA	12 (doze) meses, compreendendo o período de 21/08/2026 a 20/08/2027.

Bela Vista da Caroba – PR, 20 de agosto de 2026.

JOSÉ VALDIR RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:679C453F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO Nº 02 - CONTRATO Nº 077/2024 - ACRÉSCIMO

Contratante...: Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba
Contratada....: OX-AIR GASES LTDA
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E INDUSTRIAL PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Valor.....: R$ 1.020,00 (um mil e vinte reais)
Vigência.....: Início: 22/08/2026 Término: 17/11/2026
Licitação.....: Pregão Nº.: PR40/2024
Bela Vista da Caroba, 21 de agosto de 2026

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:2E3A6339

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR051/2026

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA torna público a realização do Pregão Eletrônico Nº PR051/2026.
1. OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS SEDAN, NOVOS, ZERO KM, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA - PR.
2. DATA DE ABERTURA: Dia 03/09/2026, às 08:00 horas.
3. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.
O Edital e Anexos estarão disponíveis em www.licitanet.com.br.

Bela Vista da Caroba - PR - 21 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipa

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:DDE0B152

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR52/2026

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA torna público a realização do Pregão Eletrônico Nº PR52/2026.
1. OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.
2. DATA DE ABERTURA: Dia 08/09/2026, às 08:00 horas.
3. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.
O Edital e Anexos estarão disponíveis em www.licitanet.com.br.

Bela Vista da Caroba - PR - 21 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:B6BA0F7D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026

Objetivo:
O objetivo da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de Termo de colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, inscrita no CNPJ nº 07.703.016/0001-00, com sede na cidade de Bela Vista da Caroba/PR, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

Instrumento:
Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais dos Excepcionais de Bela Vista da Caroba/PR.

Dotação Orçamentária:
Unidade Orçamentária –07.02 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade:2.033 –Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
Elemento: 3.3.50.43.00 – Subvenções Sociais Vínculo: 494 – Atenção Básica
Valor total do repasse:
R$ 45.730,00 (quarenta e cinco mil e setecentos e trinta reais)

Vigência: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

Resumo da Justificativa:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é a única e exclusiva entidade capaz de atender os requisitos e exigências previstos nesse procedimento.

Justifica-se a inexigibilidade para a formalização do termo de colaboração entre o Município de Bela Vista da Caroba e a Organização da Sociedade Civil, nos termos do art. 31, inciso II da Lei Federal nº 13.019/2014, os quais estabelecem o seguinte:

"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
(...)
II – a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
"Art. 4º. § 4º - O chamamento público poderá ser dispensado ou inexigível nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei".

O embasamento para a referida inexigibilidade encontra amparo na declaração emitida pelo Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal (anexo ao processo), que dispõe que Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, "*possui inscrição no município, sendo a ÚNICA entidade denominada osc, prestadora desta natureza de serviço no Município*".

Por derradeiro, informa-se que a entidade presta os serviços relacionados neste termo desde 29/10/2005, quando foi fundada.

Nos termos do § 2º do art. 32, da Lei Federal nº 13.019/2014, após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração

Bela Vista da Caroba/PR, 21 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Juliane Levandoski Severo
Código Identificador:219BB7C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 235/2026

DECRETO Nº 235/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

EXONERAR: Fica exonerado, a pedido, em 21de Agosto de 2026, o servidor Renildo Pires da Silva, matricula de nº 417998, do Cargo Comissão de Diretor de Departamento de Obras, para o qual foi nomeado por meio do Decreto nº 12/2025.
Revogadas as disposições em contrário, este Decreto passa a vigorar a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 21 de Agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:1ABFDB67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 298/2026

PORTARIA Nº 298/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.
RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor José Luiz Steinmetz, Matricula 53-1, nomeado através da Portaria n°484/1999, para exercer o cargo de Desenhista e Reenquadrado pela portaria 138/2007 para exercer o cargo de Assistente Administrativo e Reconduzido ao Cargo de Desenhista pelo Decreto 016/2010 conforme Lei Municipal 495/2010, 05 (cinco) dias de férias relativas ao período de 01/08/2025 à 31/07/2026 que serão fruídos a partir de 31/08/2026 a 04/09/2026e adicional de 1/3 (um terço) da sua remuneração referente ao período. Conforme Lei 832/15 art. 101. Com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 17 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:517DB061

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº304/2026

PORTARIA Nº304/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Adelina Moreira Batista, Matricula de Nº 181-1 nomeado através do Decreto 689/2000 para exercer o Cargo de Agente de Saúde, 15 (dez) dias de férias 10 (dez) relativas ao período de 26/06/2024 a 25/06/2025 e 05 (cinco) dias relativas ao período 26/06/2025 a 25/06/2026 que serão fruídas de 01/09/2026 a 15/09/2026 e adicional de 1/3 (um terço) da sua remuneração referente ao período, conforme lei 832/2015 em seu art. 101. Com plena anuência da servidora.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 20 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:84EA1B3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 307/2026

PORTARIA Nº 307/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor José Rodrigues de Quadros, portador da Matricula de Nº 217-1, nomeado através da Portaria nº 670/2000 para exercer o Cargo de Auxiliar de Fiscalização e Reenquadrado pela Portaria nº 100/2007 para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo, 05 (cinco) dias de férias relativas ao período de 15/05/2025 à 14/05/2025 que serão fruídos de 19/08/2026 a 23/08/2026 e adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias. Conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 21 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:91D1D9C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº308/2026

PORTARIA Nº308/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor Gilberto Quirino dos Reis, matricula de Nº 375-1 para exercer o Cargo de motorista, 05 (cinco) dias de férias referente ao período de 02/03/2025 a 01/03/2026 que serão fruídas em 24/08/2026 a 28/08/2026, conforme lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do Servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 21 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:0D33AF42

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA "ELETRÔNICA" Nº 014/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA "ELETRÔNICA" Nº 014/2026
O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: "**MENOR PREÇO GLOBAL**", visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 10 (DEZ) UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL, TIPOLOGIA FAD 47, NO ÂMBITO DO PROGRAMA CASA FÁCIL PARANÁ, CONFORME CONVÊNIO Nº 258/CONV/2026 – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR.**
- DATA DE ABERTURA: 30/09/2026
- HORÁRIO: 09h00min
- LOCAL: https://www.bnc.org.br
A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-8328.
P U B L I Q U E - S E
Boa Vista da Aparecida – PR, em 18 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:11E15CE0

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 20/2026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 20/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: POZZEBON ENGENHARIA EIRELI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS EM CBUQ, COM ÁREA TOTAL DE 41.194,44 M²,

INCLUINDO SER-VIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO ASFÁL-TICO EM CBUQ, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS, PLACA DE CO-MUNICAÇÃO VISUAL, E EXECUÇÃO CONFORME PROJETO, MEMORIAL E ESPECIFICA-ÇÕES TÉCNICAS..

PRAZO DE EXECUÇÃO ORIGINAL: 24 de agosto de 2026.

PRAZO DE EXECUÇÃO ADITADO: 22 de novembro de 2026.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **21 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:223D9061

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 48/2026 CONVOCAÇÃO DE APROVADOS CONCURSO PUBLICO

Edital de Convocação nº 48/2026

Jõao de Lima, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Convocar os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal, abaixo relacionado, conforme o Edital nº 01/2024, para comparecer na Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, sito a Rua Carlos Alberto Ribeiro, nº 21, no período compreendido entre os dias 24 de agosto à 08 de setembro de 2026, a fim de submeter-se ao processo admissional, o não comparecimento no período mencionado implica na desistência da vaga:

CIRURGIÃO (A) DENTISTA 20 HORAS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Geovana Ferreira Lourenço	3º

ASSISTENTE SOCIAL (A)

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Fabiane Fabienski dos Santos	6º

MEDICO CLINICO (A) 20 HORAS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Leticia Vasconcelos da Silva	6º

ENGENHEIRO CIVIL

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Herdman Soares Almeida	10º
Leandro Zultanski Fontoura Alves Ferreira	11º

FARMACEUTICO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Carolina Miyuki Onuki	5º

PSICOLOGO 40 HORAS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Stefhani Biora Nascimento	12º

CPF
RG OU CNH
Número do PIS/PASEP
Carteira de trabalho
Título de eleitor
Diploma ou certificado de conclusão do curso de escolaridade obrigatória,
acompanhado de histórico escolar, conforme exigido para o cargo;
Cópia do registro profissional
1 foto ¾
Comprovante de endereço atualizado
Número de conta corrente do banco SICREDI
Atestado de Saúde Ocupacional
Certidão de nascimento ou casamento
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos com CPF
Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de reservista ou dispensa de incorporação
Certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal
Declaração de não acúmulo de cargos públicos

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 21 de agosto de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:24ACFA4C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 170/2026

PORTARIA Nº170/2026

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, de conhecimento de fato, ouvida a chefia imediata da servidora, **RESOLVE:**

Conceder:

Licença Maternidade de 120 dias a Servidora Graciele Aparecida Ribeiro de Lima, Inscrita no CPF N º***- 824.049-**, ocupante do cargo de Agente de Apoio Educacional, podendo ausentar-se de suas atividades normais do seu local de trabalho na Secretaria Municipal de Educação, de 18 de agosto de 2026 à 15 de dezembro de 2026 e devendo retornar as suas atividades normais em 16 de dezembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 18 de agosto de 2026.

Registre / Comunique-se.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:06319B55

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 171/2026

PORTARIA Nº 171/2026

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Conceder:
Férias normais aos servidores relacionados nesta, de acordo com a escala anual organizada através da unidade de trabalho que estão lotados, conforme relação em anexo:
11 DE SETEMBRO À 30 DE SETEMBRO DE 2026
Estefania Tavares de Freitas Silva Busato
08 DE SETEMBRO À 27 DE SETEMBRO DE 2026
Angelica Cristina da Silva
01 DE SETEMBRO À 30 DE SETEMBRO DE 2026
Ezequiel Lima Gonçalves
Kaira Figueiro
Vera Liz Regina Lourenço

Municipal de Bocaiúva do Sul, 20 de agosto de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:A39D0270

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO – CONTRATO 127/2026 - DISPENSA Nº 17/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SMARTPHONES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL/PR.

CONTRATADO: INOVE COMERCIO E LICITACOES LTDA
CNPJ: 57.065.960/0001-57
VALOR: R$ 30.599,00(trinta mil, quinhentos e noventa e nove reais
Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027

BOCAIÚVA DO SUL, 21 DE AGOSTO DE 2026.

MARCIA PEREIRA SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:2288D158

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 125/2026 - INEXIGIBILIDADE 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO OPERACIONAL INTERNO
CONTRATADO: ESTHER OLIVEIRA DOS SANTOS
CPF: XXX.524.XXX-80
VALOR: R$ 43.807,44 (Quarenta e três mil, oitocentos e sete reais e quarenta e quatro centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 21/08/2026 a 21/08/2028

BOCAIÚVA DO SUL, 21 DE AGOSTO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:9BD2D6DA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 126/2026 - INEXIGIBILIDADE 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO OPERACIONAL INTERNO
CONTRATADO: ROSIMARA DE FREITAS CAMARGO
CPF: XXX.114.XXX-24
VALOR: R$ 43.807,44 (Quarenta e três mil, oitocentos e sete reais e quarenta e quatro centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 21/08/2026 a 21/08/2028

BOCAIÚVA DO SUL, 21 DE AGOSTO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:C6B0EDFC

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº17/2026

Eu MARCIA PEREIRA SANTOS, inscrita no CPF/MF sob nº XXX.828.809-XX, nomeada pelo Decreto nº 04/2025, e conforme o Decreto nº 353/2025 Secretária Municipal de Administração do Município de Bocaiúva do Sul – PR, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a Dispensa nº 17/2026, autorizo a despesa e emissão de empenho em favor de INOVE COMERCIO E LICITACOES LTDA, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 57.065.960/0001-57, no valor total de R$ 30.599,00(trinta mil, quinhentos e noventa e nove reais), referente a AQUISIÇÃO DE SMARTPHONES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, de acordo com Parecer da Assessoria Jurídico deste Município e tendo em vista documentos que instruem o processo.

Bocaiúva do Sul, 21 de agosto de 2026.

MÁRCIA PEREIRA SANTOS
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:61BF31F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°157-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°157/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: EDUARDO GAIAO STELLA.
OBJETO: Aquisição de Computadores All In One e Notebooks.
VIGÊNCIA: 21/08/2026 à 20/08/2027.
VALOR: R$ 6.968,00 (seis mil, novecentos e sessenta e oito reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°44/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:34F69A72

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°158-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°158/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: PROSUL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de Computadores All In One e Notebooks.
VIGÊNCIA: 21/08/2026 à 20/08/2027.
VALOR: R$ 119.287,00 (cento e dezenove mil, duzentos e oitenta e sete reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°44/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:2CE59240

ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – PERÍODO APURADO: 01/09/2024 À 30/08/2026.

NOME	ADMISSÃO	CLASSE	NÍVEL	NOTA	CONCEITO
AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO					
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL					
Caroline Aparecida Limberg Heinz	13/10/2014	A	5	740	Ótimo

Bom Jesus do Sul-PR, 18 de agosto de 2026.

ALCIONE MAZZOCATO
Presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:3F45A91C

SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº.06/2026

SÚMULA: Regulamenta a previsão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social, no Município de Bom Jesus do Sul/PR. e revoga disposição anterior a esta matéria.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 794/2017, de 30 de novembro de 2017, vem tornar público que em Reunião Ordinária, levada a efeito no dia 20 do mês de agosto de 2026, foi aprovada a regulamentação dos Benefícios Eventuais do município de Bom Jesus do Sul/Pr.
CONSIDERANDO que os Benefícios Eventuais são benefícios da Política de Assistência Social, de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de intempéries e calamidade pública, conforme expresso no art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 1993 – LOAS;
CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 212 de 19 de outubro de 2006, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão dos benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007 que dispõe sobre os benefícios eventuais e ainda a Resolução CNAS 213 de 28 de outubro de 2025;
CONSIDERANDO a Resolução nº 109 CNAS de 25 de novembro de 2009, que dispõe da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
Considerando a competência do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no exercício do controle social, notadamente no que se refere ao acompanhamento, à avaliação e à fiscalização da política de assistência social;
Considerando a análise minuciosa da documentação apresentada pelo órgão gestor da Assistência Social, a qual abrange a Lei Municipal 1212/2026 – datada de 19 de agosto de 2026 – que trata da concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito do município.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), alterada pela Lei nº. 12.435, de 06 de julho de 2011 e conferida pela Lei Municipal nº. 1212/2026 de 19 de agosto de 2026.
Art. 2º. Nos termos desta resolução, fica instituída a provisão de benefícios eventuais para situações de vulnerabilidade e risco social temporários e de calamidade pública, no âmbito da Política Pública de Assistência Social do Município Bom Jesus do Sul, Paraná, quais sejam: a) Auxílio-natalidade; b) Auxílio-funeral; c) Vulnerabilidade temporária; d) Situações de desastre, calamidade pública e emergências.
Art. 3º. Os Benefícios Eventuais constituem provisões socioassistenciais suplementares e provisórias, integrantes da Política de Assistência Social, destinadas a indivíduos e famílias em situação de insegurança e desproteção social decorrente de vulnerabilidade temporária, nos termos do art. 22 da LOAS, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência social – SUAS, com fundamentação nos princípios da cidadania, nos direitos sociais e humanos.
Art. 4º. O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com as necessidades urgentes para o enfrentamento das contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros e devem ser providos de forma integrada com os serviços socioassistenciais, visando garantir a segurança de acolhida, convívio, sobrevivência e autonomia aos indivíduos e às famílias que vivenciam situações de vulnerabilidades temporárias, conforme disposto no art. 6º, inciso VI, da Lei n° 8.742/1993.
Parágrafo único. As situações de insegurança e de desproteção social podem ser de natureza material e relacional.

Art. 5º. A concessão dos benefícios eventuais será realizada pelas equipes de referência das unidades públicas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, mediante identificação da situação de vulnerabilidade temporária e reconhecimento do direito de acesso, observados os critérios estabelecidos nesta regulamentação e nas normativas vigentes da Política de Assistência Social.
§ 1º. A análise da situação apresentada pelo indivíduo ou pela família será realizada por profissional ou equipe de referência do SUAS, de acordo com suas atribuições e competências profissionais, podendo utilizar-se de estudo social, avaliação técnica, entrevista, visita domiciliar ou outros procedimentos técnicos que se mostrem necessários à adequada identificação da situação de vulnerabilidade e desproteção social.
§ 2º. A ausência de relatório, parecer ou outro procedimento técnico não poderá, em nenhuma hipótese, constituir motivo para postergar ou impedir a concessão do benefício eventual quando estiver caracterizada a situação de vulnerabilidade temporária e reconhecido o direito de acesso, especialmente nas situações de emergência que demandem atendimento imediato.
§ 3º. A concessão do benefício eventual não poderá ser condicionada à inserção ou permanência do usuário em acompanhamento familiar, serviço socioassistencial, programa de transferência de renda ou qualquer outra política pública.

Art. 6º. Os Benefícios Eventuais serão ofertados de forma integrada aos serviços socioassistenciais, garantindo as seguranças de:
I – Acolhida;
II – Convivência familiar e comunitária;
III – Sobrevivência;
IV – Autonomia.

Art. 7º. O acesso aos Benefícios Eventuais será garantido mediante avaliação técnica simplificada, sendo vedado:
I – Exigência de cadastramento prévio no CadÚnico;
II – Exigência de documentação completa como condição impeditiva;
III – Imposição de condicionalidades;
IV – Práticas discriminatórias ou constrangedoras.

CAPÍTULO II
DAS MODALIDADES

Art. 8º. Os Benefícios Eventuais serão ofertados nas seguintes modalidades:
I – Auxílio natalidade;
II – Auxílio funeral;
III – Vulnerabilidade temporária;
IV – Situações de desastre, calamidade pública e emergências.

CAPÍTULO III
DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS
Seção I
Auxílio Natalidade

Art. 9º. O benefício eventual na forma de auxílio natalidade constitui-se em uma prestação temporária e não contributiva da assistência social para reduzir a vulnerabilidade provocada pelo nascimento de um novo membro da família, efetivando-se com a transferência de itens materiais como, enxoval, incluindo itens de vestuário e higiene, entre outros, que contribuam para os cuidados do noeonato.

Art. 10. O auxílio natalidade deverá ser requerido pela gestante diretamente na Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação, a partir do 7º mês de gravidez até 30 (trinta) dias após o

nascimento. Para ter acesso ao benefício eventual auxílio natalidade, a nutriz deverá:
I - Comprovar o estado de gravidez;
II - Residir no município de Bom Jesus do Sul;
III - Possuir renda percapita Familiar de até ½ (meio) salário mínimo;
IV - Comprovar acompanhamento pré-natal e exames regulares especificados na agenda mínima do Ministério da Saúde, salvo se devidamente justificado pela equipe;
V - Caso a gestante seja menor de 14 (quatorze) anos de idade, deverá ser inserida no acompanhamento da Proteçao Social Especial – PSE.

Seção II
Auxílio Funeral

Art. 11. O benefício eventual de auxílio funeral constitui-se em uma prestação temporária não contributiva da assistência social de bens de consumo, para reduzir a fragilidade provocada pela morte de membro da família.

Art. 12. O benefício eventual de auxílio funeral ocorrerá nas seguintes modalidades:
Custeio de despesas de serviços funerários;
Custeio de translado.
§ 1º O requerimento do benefício eventual auxílio funeral deverá ocorrer imediatamente ou até no prazo máximo de 30 dias após o falecimento do membro da família beneficiária junto a Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação, de segunda a sexta feira, das 07h30 às 11h e das 13h às 16h.

Art. 13. Ao requerer o benefício deverá ser preenchido pelo técnico documento específico para a obtenção do auxílio funeral apresentando os seguintes documentos;
I - Atestado de Óbito e Carteira de Identidade do falecido ;
II - Carteira de Identidade do requerente e/ou documento que substitua;
III - CPF do requerente;
IV - Comprovante de residência do requerente e do falecido.

Art. 14. Para a concessão do benefício eventual na forma de auxílio funeral será considerado o valor de R$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais) com reajuste anual pelo índice do INPC para o pagamento de gastos funerais a ser transferido em forma de pecúnia a funerária responsável pelos serviços após emissão de nota fiscal.
§ 1º - Fica a Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação autorizada a auxiliar com valor superior ao estabelecido no caput, nos casos em que o falecimento tenha ocorrido em outras cidades e que, o falecido tenha sido referenciado pelo SUS ou SUAS, ocasionando a necessidade de translado, efetuando o repasse do valor (km/rodado), conforme credenciamento de empresas de valor Km rodado junto ao município.
§ 2º – Em casos excepcionais quando o falecido (a) não tiver família, ou estiver em situação de: (rua, migrantes, refugiados, quilombolas) o auxílio funeral poderá ter acréscimo de valor, após estudo social com parecer técnico, comprovando a necessidade, considerando a disponibilidade orçamentária Municipal.

Seção III
Auxílio alimentação

Art. 15. A vulnerabilidade temporária compreende situações decorrentes de contingências que provoquem danos, perdas ou riscos pessoais e sociais, de natureza:
I – Material;
II – Relacional;
III – Social.

Art. 16. O benefício eventual auxílio alimentação, constitui-se no fornecimento de bens de consumo que garanta o Direito Humano à alimentação adequada para famílias com situação de vulnerabilidade.

Art. 17. O alcance do benefício eventual auxílio alimentação, atenderá aos seguintes aspectos:
I - atenção necessária às famílias para garantir a segurança alimentar e nutricional;
II - situações emergenciais e transitórias.

Art. 18. O benefício eventual auxílio alimentação, será concedido em bens de consumo, estipulado previamente pela SMAS, que consiste em "cesta básica" observado a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.
§ 1º O benefício eventual auxílio alimentação deve ser requerido junto a equipe técnica da Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação/CRAS.
§ 2º Ao requerer o benefício deverá ser preenchido, junto a equipe técnica PSB e PSE, (onde for sua referência de acompanhamento), documento específico para a obtenção do auxílio.

Art. 19. O benefício eventual auxílio alimentação, deverá ser requerido por um integrante da família.

Art. 20. Para habilitar-se a concessão do benefício eventual auxílio alimentação, o requerente deverá comparecer munido dos documentos pessoais.

Seção IV
Situações de desastre, calamidade pública e emergências.

Art. 21. O benefício eventual auxílio por situações de Desastres e Calamidade Pública e outras situações sociais decretadas pelo município que comprometem a sobrevivência, destina-se as ações emergenciais de caráter temporário, advindo de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar.

Art. 22. São consideradas provisões compatíveis com os benefícios eventuais, desde que não ofertadas por outras políticas setoriais, as destinadas.
I - À alimentação, (cesta básica de alimentos);
II - Despesas com transporte para o acesso aos serviços;
III - Aquisição de materiais de limpeza e desinfecção;
IV - Colchões e cobertores.
Parágrafo único: A Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação deverá assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial e elaboração de fluxos, principalmente com a Defesa Civil Local para a mitigar os danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas, conforme legislações vigentes.

Art. 23. O benefício eventual auxílio por situações de Desastres e Calamidade Pública destinar-se-á:
I - As famílias afetadas por desastre climático e ecológico, epidemias e outros danos que afetem as comunidades acarretando a segurança e/ou a vida da população;
II - Todos os demais benefícios desta Lei serão garantidos quando necessários para o requerente por situações de Desastre e Calamidade Pública visando a superação da vulnerabilidade destas famílias.

Art. 24. O benefício eventual auxílio por situações de Desastres e Calamidade Pública só incidirá sobre as espécies previstas no art. 23 da presente lei, correspondente ao serviço a ser executado.
§ 1º A família poderá requerer o benefício de imediato ou com o prazo de 15 dias, mediante avaliação técnica.
§ 2º Será realizado visita domiciliar e/ou avaliação preferencialmente por profissional de Serviço Social ou, excepcionalmente, por outro técnico de nível superior previsto na NOB/RH – SUAS, a fim de comprovar se o requerente atende aos critérios estabelecidos nesta lei.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. Os benefícios eventuais deverão ser concedidos conforme descrito na seção correspondente.

Art. 26. Durante o período em que a família permanecer beneficiária dos benefícios eventuais e emergenciais, deverão ser acompanhadas de forma integral pela equipe técnica da Assistência Social a fim de romper com a situação geradora da vulnerabilidade e risco social, devendo ainda incluí-los, a medida do possível e se necessário, nos programas de geração de renda, de habitação de interesse social, de

apoio a pessoas em situação de violências e outros que se fizerem necessários.

Art. 27. Ao Município através da Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação compete:
I - A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais e emergenciais, bem como o seu funcionamento;
II - A realização de estudos da realidade e o monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais e emergenciais;
III - Expedir às instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;
IV - Manter a equipe técnica necessária e suficiente para o atendimento à demanda.

Art. 28. Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social:
I - Fornecer ao Município informações sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais e emergenciais;
II - Avaliar e reformular se necessário, a cada ano, a regulamentação de concessão e valor dos benefícios;
III - Indicar ao Município a necessidade de ampliação ou redução do atendimento e incluir ou excluir novos benefícios eventuais e emergenciais.
Parágrafo único: o Conselho Municipal de Assistência Social fixará:
I – Prazos máximos para análise;
II – Prazos para concessão;
III – Prazos para entrega do benefício.
Parágrafo único. Os prazos deverão assegurar resposta imediata em situações emergenciais.

Art. 29. Para a conseção dos benefícios eventuais e emergenciais, o Município de Bom Jesus do Sul, disporá de recursos orçamentários específicos vinculados a Secretaria da Familia Desenvolvimento Social e Habitação , bem como os recursos advindos dos entes Federal e Estadual, suplementados, se necessário, sem prejuízo da vinculação.

Art. 30. Os Benefícios Eventuais são direitos socioassistenciais e não podem ser condicionados à participação em serviços.

Art. 31. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul, 20 de agosto de 2026.

MARINES ANDRADE DOS REIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:4295BDBF

SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº.07/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação de ajustes no Plano de Aprimoramento após Parecer Técnico encaminhado pelo Núcleo Regional da SEDEF de Francisco Beltrão.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de Bom Jesus do Sul, Paraná no uso de suas atribuições legais e regimentais:
CONSIDERANDO o Relatório de Visita Técnica elaborado pelo Núcleo Regional da SEDEF de Francisco Beltrão/IARA de Pato Branco;
CONSIDERANDO o Parecer Técnico de nº 004/2026 elaborado pelo Núcleo Regional da SEDEF de Francisco Beltrão / IARA de Pato Branco;
CONSIDERANDO as fragilidades identificadas na organização e execução da Política de Assistência Social local;
CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas para qualificação da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
CONSIDERANDO o deliberado em reunião ordinária de nº 10/2026, realizada no dia 20 de agosto de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar as alterações no Plano de Aprimoramento da Política de Assistência Social do Município, elaborado pela Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação em atendimento ao Parecer Técnico, através de oficio 004/2026- SEDEF/FB, conforme documento anexo que passa a integrar esta Resolução.
Art. 2º Determinar que a Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação encaminhe cópia deste plano, juntamente com esta Resolução ao Núcleo Regional da SEDEF.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul, 20 de agosto de 2026.

MARINES ANDRADE DOS REIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:262886C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO P.E 35/2026

ATA DE JULGAMENTO E DECISÃO RECURSAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026 — PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº82/2026
ÓRGÃO LICITANTE: Município de Bom Sucesso do Sul — Estado do Paraná
CERTAME: Pregão Eletrônico nº 035/2026 | Processo Administrativo nº 82/2026
OBJETO DO EDITAL: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de utensílios e equipamentos escolares
RECORRENTE: K.C.R.S. Comércio de Equipamentos Eireli EPP
REPRESENTANTE: Sra. Karen Cristiane Ribeiro Stanicheski (Procuradora, RG: 27.601.293-8 SSP/SP)
RECORRIDAS: Cruzeiro Lago Dourado Ltda, S & K Informática Ltda, Prosul Comércio e Serviços Ltda, Lotérica
e Comércio SL Ltda, Inove Licitações Ltda, 66.130.552 Tiago Luiz Marcondes Ghirardi, MBM
Marketing Digital E-Commerce, Distribuidora Tio Ivo Ltda, Farmácias Remedin Ltda e M10
Importações Ltda
ITEM IMPUGNADO: Item 87 — Balança Digital (tipo de chão, capacidade mínima de 180 kg, destinada às
cozinhas escolares)
FATO GERADOR: Memorando nº 229/2026 do Depto. de Educação, Cultura e Esportes (Solicitação de
Cancelamento)
I. RELATÓRIO PROCESSUAL
No âmbito do processamento do Pregão Eletrônico nº 035/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços
para eventual aquisição de utensílios e equipamentos, a licitante K.C.R.S. Comércio de Equipamentos Eireli
EPP apresentou tempestivo Recurso Administrativo (com fundamento no art. 165, inciso I, alínea 'b' da Lei nº
14.133/2021), insurgindo-se contra o julgamento proferido pela Douta Comissão de Licitação, que manteve
classificadas as demais proponentes para o Item 87 (Balança Digital).
Em síntese, a Recorrente fundamentou suas razões em duas premissas centrais:
a) Omissão formal de marcas/fabricantes: Afirma que as recorridas MBM Marketing Digital E-Commerce,
Farmácias Remedin Ltda e M10 Importações Ltda violaram os comandos editalícios por não terem indicado,
em suas propostas de sistema, as respectivas marcas e fabricantes dos produtos ofertados, o que
comprometeria o julgamento isonômico e isentaria a Administração de vincular-se a um produto devidamente

identificado.
b) Ausência de certificação metrológica obrigatória (INMETRO): Assegura que as marcas SQ, Moment,
Welmix, Bons Cheff, Garbor e Original, ofertadas pelas demais recorridas, carecem de regular registro de
aprovação de modelo junto ao INMETRO. Sob seu entendimento, amparado na Lei Federal nº 9.933/1999 e na
Portaria INMETRO nº 157/2022, qualquer balança utilizada por pessoa jurídica pública necessita de
MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL — ESTADO DO PARANÁ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
Processo Administrativo nº 82/2026 | Item 87 (Balança Digital) Página 2 Secretaria de Administração
homologação e selo metrológico obrigatório, não se sustentando a tese de 'uso exclusivamente doméstico ou
residencial' livre de verificação compulsória.
Diante da gravidade técnica das alegações, a Recorrente requereu a conversão do julgamento em diligência
ao Instituto de Pesos e Medidas (IPEM) local, e a subsequente desclassificação das propostas tidas por
irregulares.
II. FATO SUPERVENIENTE: O MEMORANDO Nº 229/2026 E O LEGÍTIMO INTERESSE DE
CANCELAMENTO
Ocorre que, concomitantemente ao trâmite de análise das razões de recurso, sobreveio relevante expediente
da unidade demandante. Em 20 de agosto de 2026, o Departamento Municipal de Educação, Cultura e
Esportes encaminhou ao setor de licitações o Memorando nº 229/2026, subscrito pela Nutricionista
Responsável Técnica do PNAE, Sra. Juliane Nunes da Silva Nesi.
A manifestação da área técnica, embora ratifique a finalidade eminentemente culinária e logística da balança
de chão (como pesagem de panelas industriais, recipientes e gêneros alimentícios, e não para fins
antropométricos ou de saúde no sentido estrito), ponderou com prudência que os desdobramentos recursais
evidenciaram controvérsias complexas sobre a metrologia legal aplicada a equipamentos utilizados no serviço
público de alimentação.
Por esse motivo, visando mitigar quaisquer riscos regulatórios, garantir absoluta lisura jurídica nas futuras
contratações e resguardar o erário municipal, o Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes
formalizou a solicitação de cancelamento/revogação do Item 87 no presente Pregão. O objetivo declarado é
promover o aperfeiçoamento das especificações técnicas, com novo planejamento e pesquisa mercadológica
minuciosa, para amoldar as exigências editalícias à realidade dos regulamentos do INMETRO de forma
explícita.
III. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O PODER-DEVER DE AUTOTUTELA E AS SÚMULAS DO STF
O controle de legalidade e oportunidade sobre os atos do procedimento licitatório é corolário direto do
Princípio da Autotutela Administrativa. A Administração Pública não se submete à inércia diante de
situações de risco técnico-regulatório que possam comprometer a integridade dos contratos administrativos.
A jurisprudência pátria, consolidada pelo Excelso Supremo Tribunal Federal (STF), confere caráter de
poder-dever ao exercício da autotutela, conforme rezam os enunciados sumulares abaixo transcritos:
SÚMULA Nº 346 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:
"A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos."
SÚMULA Nº 473 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:
"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se
originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e
ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."
No caso em análise, ao deparar-se com uma controvérsia em que o objeto demandado (Balança de Chão)
poderia acarretar dúvidas na fiscalização do IPEM/INMETRO, o ato preventivo de solicitar o cancelamento do
item por conveniência técnica e administrativo-gerencial do órgão requisitante consubstancia o escopo central
da Súmula nº 473. Trata-se do exercício da discricionariedade técnica e do juízo de oportunidade para afastar
MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL — ESTADO DO PARANÁ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
Processo Administrativo nº 82/2026 | Item 87 (Balança Digital) Página 3 Secretaria de Administração
uma contratação que, em sua concepção original, não detinha a precisão técnica necessária para transpor as
dúvidas regulatórias de forma cabal.
IV. DA PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO RECURSAL
No plano processual e hermenêutico, a pretensão recursal da recorrente K.C.R.S. consistia no pleito de
desclassificação das demais licitantes no Item 87 do certame. Contudo, em decorrência da manifestação e do
acolhimento da solicitação do Departamento de Educação, o Item 87 foi extirpado do Pregão Eletrônico nº
035/2026, restando o seu objeto material formalmente cancelado por ato administrativo superveniente da
autoridade superior.
Ora, operado o cancelamento do item licitado, há o esvaziamento imediato da utilidade e necessidade jurídica
do provimento recursal solicitado. Sob a ótica do contencioso administrativo, o desfazimento legítimo do
certame no tocante ao Item 87 provoca a perda superveniente de objeto, restando prejudicada qualquer
análise meritória acerca do saneamento das marcas, fabricantes ou omissões editalícias das licitantes
recorridas, vez que o item já não mais integrará a futura ata de registro de preços municipal.
V. PARTE DISPOSITIVA E DELIBERAÇÃO FINAL
A Pregoeira designada, em conjunto com os membros de sua Equipe de Apoio, amparados na manifestação
técnica emanada pelo Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes e com fulcro no Princípio da
Autotutela Administrativa (Súmulas 346 e 473 do STF) e disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, resolvem:
1. CONHECER DO RECURSO interposto pela licitante K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
EPP, eis que tempestivo e formalmente admissível;
2. DECLARAR A PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO RECURSAL, julgando prejudicado o mérito da
pretensão recursal de desclassificação das empresas recorridas, tendo em vista o desfazimento e
cancelamento do Item 87 no procedimento licitatório;
3. ACOLHER INTEGRALMENTE O PLEITO DE CANCELAMENTO veiculado no Memorando nº 229/2026 do
Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com fulcro na discricionariedade técnica,
conveniência pública e no poder-dever de autotutela, cancelando de forma definitiva o Item 87 (Balança Digital)
no Pregão Eletrônico nº 035/2026 (Processo nº 82/2026);
4. RECOMENDAR ÀS ÁREAS REQUISITANTES que, para fins de futuras contratações de instrumentos de
pesagem, realizem detido Estudo Técnico Preliminar (ETP) com base nas exigências de metrologia legal e na
Portaria INMETRO nº 157/2022, especificando de forma explícita e clara no Termo de Referência a
necessidade de Portaria de Aprovação de Modelo (PAM), selo de verificação inicial e lacre físico,
resguardando integralmente o interesse público e prevenindo novas querelas editalícias;
5. ENCAMINHAR os autos à Douta Autoridade Superior para ratificação e homologação desta deliberação
recursal e do ato de cancelamento, devendo ser promovida a regular publicação de praxe.
Bom Sucesso do Sul — PR, 20 de agosto de 2026.

_____

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL — ESTADO DO PARANÁ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

Processo Administrativo nº 82/2026 | Item 87 (Balança Digital) Página 4 Secretaria de Administração

JOSIANE FOLLE
Pregoeira Municipal

VALENTINA R. MARINHUK
Equipe de Apoio

RAFAELA CLERIS ALVES CORDEIRO
Equipe de Apoio

YONARA BEATRIZ DE ARAUJO PENSO
Equipe de Apoio

FABIANA MAGÁLI NOVADZKI
Equipe de Apoio

JULIANE NUNES DA SILVA NESI
Nutricionista RT/PNAE - CRN-8 3163

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:B1F1FC7D

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 186/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 19/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 186/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 19/2026 – (Processo Licitatório 79/2026). Homologado em: 19/08/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.
CONTRATADA: IMPONENCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - CNPJ: 04.379.027/0001-98.
OBJETO: **O objeto do presente instrumento é a seleção de empresa MENOR PREÇO GLOBAL, visando a contratação de empresa para a execução da obra construção de 10 unidades habitacionais unifamiliares compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos, conforme projetos arquitetônicos, projetos complementares, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, quantitativos e demais documentos técnicos fornecidos pela Administração Municipal em atendimento ao convênio firmado com a COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná, incluindo serviços preliminares, fundações, estrutura, alvenaria, cobertura, instalações elétricas e hidrossanitárias, revestimentos, esquadrias, pinturas, limpeza final da obra e demais serviços correlatos necessários à entrega das unidades em plenas condições de uso e habitabilidade,** os documentos encontram-se em anexo, bem como o Termo de Referência.
Objeto da contratação:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada em execuções de unidades habitacionais mediante ao "**PROGRAMA CASA FÁCIL PARANÁ, DESENVOLVIDO E EXECUTADO PELA COHAPAR - FAC47- FNHIS/SUB-25"**, contendo 47.33m² de área construída, sendo 50.91m² de área construída coberta e 41.09m² de área útil de cada unidade, sendo composta por sala de estar e jantar, cozinha, dois dormitórios e banheiro. Previsto muro de arrimo com 1,80 m de altura para desníveis entre lotes. As unidades habitacionais serão destinadas pelo Governo Federal, por intermédio do Programa Casa Fácil PR, instituído pela Lei Estadual nº 20.394/2020 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 7.666/2021, constitui-se como a política habitacional do Governo do Estado do Paraná, o qual é desenvolvido e executado pela, com a permissão de uso de terreno, do Município de Bom Sucesso do Sul – Paraná. Todos os detalhes construtivos devem seguir os projetos arquitetônicos e complementares, juntamente com os memoriais descritivos desenvolvidos pela COHAPAR, anexo ao processo.	10 (dez)	unidades	**R$ 1.820.000,00**

VALOR TOTAL e PAGAMENTO: O valor total do contrato é de **R$ 1.820.000,00 (um milhão, oitocentos e vinte mil reais).** O pagamento será efetuado conforme cronograma físico/financeiro aprovado. Vinculadas as medições, com o Laudo de Liberação. A empresa deverá **emitir a nota fiscal e todas as certidões negativas vigentes**, após autorização no Laudo de Liberação; sendo que os pagamentos deverão ser realizados **em até 20 (vinte) dias úteis** após a apresentação da Nota Fiscal e demais documentos vinculantes as medições, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, conforme abaixo: 06.00 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos; 06.01 – Divisão dede Obras e Serviços Urbanos; 15.452.0006.1.107 Construção de Conjuntos Habitacionais. 40.90.51 – Obras e Instalações; Despesa 1564.
VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRAZOS DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses contados** da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. Início da execução se dará após o recebimento da ordem de serviço, com previsão de término em **11 (onze) meses.**
Bom Sucesso do Sul, 21 de agosto de 2026**.**

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:C7D44692

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 430, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Determina a lotação do servidor Wandemarkson Rodrigues Pereira da Silva.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe confere o Art. 46, XXV, Art. 61, inciso II, alínea 'b', ambos da Lei Orgânica,
RESOLVE
Art. 1º Determina a lotação do servidor Wandemarkson Rodrigues Pereira da Silva, matricula nº 699-8/1, ocupante do cargo efetivo de Zelador, para exercer suas funções junto ao Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Art. 2º A lotação do servidor decorre da necessidade do serviço e do interesse público.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:04F90463

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 431, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Determina a lotação do servidor Célio José de Vargas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe confere o Art. 46, XXV, Art. 61, inciso II, alínea 'b', ambos da Lei Orgânica,
RESOLVE
Art. 1º Determina a lotação do servidor Célio José de Vargas, matricula nº 768-4/1, ocupante do cargo efetivo de Motorista, para exercer suas funções junto ao Departamento Municipal de Saúde.
Art. 2º A lotação do servidor decorre da necessidade do serviço e do interesse público.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:1AFADBE0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY
SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO VINCULADO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2024 DE 20/08/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO VINCULADO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2024 DE 20/08/2024

TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO N.º 08/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY E A EMPRESA SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA.

A Câmara Municipal de Braganey, inscrita no CNPJ n.º 01.551.484/0001-20, localizada à Avenida Arthur Pereira, nº 993, Centro, na cidade de Braganey, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Sr. **ADRIANO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Carteira de Identidade nº 12.490.645-8 SESP/Pr., inscrito no CPF sob o nº. 092.846.049-58, residente e domiciliado na zona rural estrada São Miguel, distrito de Bragantina, nº s/n, Município de Braganey/Pr e a empresa **SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 24.092.271/0001-82, estabelecida à Rua Osmar Pedro Werner, n.º 88, Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, CEP 88.750-000, endereço eletrônico contato@softcam.com.br, doravante denominado como **CONTRATADO**, neste ato representada por seu representante legal, o **Sr. ADEMIR SEBOLD**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº. 033.029.689-22, residente e domiciliado à Rua Ludgero Rodolfo Philippi, n.º 203, São Januário, na cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, CEP 88.750-000 e **Sr. FABRICIO DE SOUZA**, brasileiro, inscrito no CPF 005.160.539-22, residente e domiciliado à Rua Jose Waterkemper, nº. 123, Vila Nova, Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, CEP 88.750-000, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO** pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 O presente instrumento tem por objeto o reajuste de valor e prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 08/2024 por mais 12 (doze) meses a partir de 22 de agosto de 2026 até 21 de agosto de 2027 podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL
Do valor do contrato e Reposição Inflacionária: Quanto a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro acordam as partes em repactuar o valor do contrato com aumento de 4,4393% com base no indice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do período acumulado de 01/08/2025 a 31/07/2026. O valor que era de R$ 12.048,00 passa a ser de R$ 12.582,84 (doze mil e quinhentos e oitenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) tendo assim um aumento de R$ 534,84 (quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste contrato o valor mensal de R$ 1.048,57 (um mil e quarenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), totalizando o valor global de R$ 12.582,84 (doze mil e quinhentos e oitenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

Dotação orçamentária: 01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.40.00.00.– Serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação.
Desdobramento – 57.00 – Serviço de processamento de dados. Fonte de Recursos – 001 - Recurso do Tesouro (Descentralizado).

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO
Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Diário oficial dos Municípios do Paraná, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLAUSULA SEXTA – DO FORO:
É competente o foro da Comarca de Corbélia PR, para dirimir questões decorrentes deste **TERMO ADITIVO**, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente **ADITIVO CONTRATUAL.**

Braganey, 20 de agosto de 2026.

Representante Legal Do Contratante
ADRIANO DA SILVA
Presidente Da Câmara Municipal De Braganey

ADEMIR SEBOLD
Representante Legal Do Contratado

FABRICIO DE SOUZA
Representante Legal Do Contratado

TESTEMUNHAS:	
_____ ELAINE SALETE DA ROCHA	_____ BRUNO GONÇALVES DA LOMBA

Publicado por:
Elaine Salete da Rocha
Código Identificador:031B82CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 096/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 037/2026

EXTRATO
CONTRATO N° 096/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 037/2026

PREÂMBULO
Pelo presente CONTRATO:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa MICROTEC TELECOMUNICAÇÕES LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 22.960.730/0001-77, sediada na, Rio Grande do Sul,500 Centro, na cidade de Corbélia, Estado do PR, CEP: 85420-000, neste ato representada pelo **Sr** ALDO QUELES DETONI**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 024.605.509-01** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 037/2026** e pelas cláusulas a

seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de internet banda larga em fibra óptica, com velocidade de 400 Mbps simétricos, garantia integral de banda e conexão de backup por rádio, destinada ao atendimento das secretarias e equipamentos públicos do Município de Braganey – PR.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 21.360,00 (vinte e um mil, trezentos e sessenta reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **21/08/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 21 de Agosto de 2026.

.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:1982772A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICADO AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 058/2026
EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI

RETIFICADO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 058/2026
Exclusiva para ME, EPP, MEI

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 058/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de baterias automotivas e para equipamentos pesados, destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, caminhões, ônibus, micro-ônibus, máquinas e equipamentos do Município de Braganey – PR.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO:R$ 67.407,90 (sessenta e sete mil, quatrocentos e sete reais e noventa centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 11/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 11/09/2026.

Braganey – PR, 21 de AGOSTO de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:DF48C7E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 37/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 86/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico N°. 37/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 86/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de internet banda larga em fibra óptica, com velocidade de 400 Mbps simétricos, garantia integral de banda e conexão de backup por rádio, destinada ao atendimento das secretarias e equipamentos públicos do Município de Braganey – PR.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico N°. 37/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
MICROTEC TELECOMUNICAÇÕES LTDA	22.960.730/0001-77	R$ 21.360,00

Braganey, 21 agosto 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:C82755B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 09/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026

A autoridade municipal do órgão CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA, no uso de suas atribuições legais, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório:
Objeto: Realização de 04 (quatro) inscrições no curso "INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À FISCALIZAÇÃO (Imersão Prática) e o exercício dos Controles Interno e Externo," a ser realizado entre os dias 25 e 28 de agosto de 2026, em Curitiba – PR.
Empresa vencedora: IDADI CONSULTORIA & TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 58.511.090/0001-65, no valor total de R$10.360,00 (Dez mil, trezentos e sessenta reais).

Embasamento: Lei 14133/21, Art. 74, III, f.

CAFEARA (PR), 21 de agosto de 2026.

ISAAC MAIA LEMES
Presidente da Câmara Municipal de Cafeara

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:5B1039AB

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 2623/2026

Súmula: Institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização no Município de Cafeara – PR, em consonância com o Programa Educa Juntos (Lei

Estadual nº 21.323/2022), a estratégia Alfabetiza Juntos (Resolução nº 5158/2023) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Lei Federal nº 15.247/2025).

O Prefeito do Município de Cafeara, Estado do Paraná, ELTON FÁBIO LAZARETTI, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná, na Resolução nº 5158, de 07 de agosto de 2023, que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos, e na Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

DECRETA:

Art. 1.º Instituir a Política Municipal de Alfabetização, com o objetivo de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio da colaboração entre a União, Estado e Município, visando à consolidação da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.
Parágrafo Único. A Política Municipal de Alfabetização buscará garantir que 100% das crianças matriculadas na rede municipal de Cafeara estejam plenamente alfabetizadas até o final do 2.º ano do Ensino Fundamental.

Art. 2.º São princípios que compõem a Política Municipal de Alfabetização:
I – regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
II – garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2.º ano do Ensino Fundamental;
III – equidade nas condições de ensino e aprendizagem;
IV – avaliação formativa como subsídio ao planejamento pedagógico;
V – formação continuada dos profissionais da educação com foco na prática em sala de aula;
VI – tomada de decisão baseada em evidências e dados de aprendizagem;
VII – oferta de condições pedagógicas e materiais didáticos adequados.

Art. 3.º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – elevar a qualidade do processo de alfabetização no Município;
II – assegurar que todos os estudantes concluam o 2.º ano do Ensino Fundamental com domínio das competências de leitura e escrita;
III – apoiar as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação de Cafeara;
IV – fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas de alfabetização;
V – promover o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização;
VI – fomentar a troca de experiências exitosas entre os docentes da rede;
VII – articular a Educação Infantil (pré-escola) com o ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental.

Art. 4.º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I – priorização da alfabetização nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental;
II – desenvolvimento integrado das competências de leitura, escrita e oralidade;
III – apoio técnico às equipes gestoras das escolas municipais;
IV – monitoramento constante do progresso de aprendizagem de cada estudante;
V – implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens para reduzir disparidades;
VI – engajamento das famílias no processo de alfabetização e letramento;
VII – suporte pedagógico contínuo aos professores alfabetizadores.

Art. 5.º A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I – crianças matriculadas na Pré-Escola (4 e 5 anos);
II – estudantes matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1.º ao 5.º ano), com foco prioritário no 1.º e 2.º anos.

Art. 6.º São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:
I – gestores da Secretaria Municipal de Educação;
II – equipes pedagógicas e diretores escolares;
III – professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais;
IV – comunidade escolar e famílias.

Art. 7.º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por ações que incluam:
I – adequação das diretrizes curriculares municipais;
II – definição de metas anuais de aprendizagem para cada unidade escolar;
III – adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;
IV – distribuição de materiais didáticos complementares e recursos de apoio;
V – estratégias de intervenção pedagógica imediata para estudantes em risco de defasagem;
VI – realização de avaliações diagnósticas e formativas periódicas;
VII – monitoramento dos resultados por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e avaliações estaduais.

Art. 8.º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento:
I – acompanhamento sistemático dos níveis de alfabetização por aluno, turma e escola;
II – indicadores de fluxo escolar e rendimento;
III – relatórios periódicos da Secretaria Municipal de Educação;
IV – uso de dados oficiais, incluindo o IDEB e o Indicador Criança Alfabetizada, para replanejamento de metas.

Art. 9.º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cafeara a coordenação estratégica das ações decorrentes desta Política Municipal de Alfabetização.

Art. 10.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE CAFEARA, ESTADO DO PARANÁ, em 18 de agosto de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal de Cafeara

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:1E60E01D

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 2624, DE 18 DE AGOSTO 2026.

Súmula: Convoca a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito Municipal de Cafeara - PR, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deste Município, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação de políticas voltadas à Infância e Adolescência no Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 13° Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 10 de novembro 2026, tendo como tema central: "Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Cafeara.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Cafeara, 18 de agosto de 2026.

ELTON FABIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

GUSTAVO CURAN
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:97F12366

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 2625/2026

SÚMULA: Nomeia os membros, do Comitê da Politica Municipal de Alfabetização.

O Prefeito municipal de Cafeara Elton Fabio Lazaretti - Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 56, VI da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Comitê da Política Municipal de Alfabetização de Cafeara:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Elvanda Fernandes Costa Soares - CPF: ***.434.729-**
Patrícia Marcelino da Silva - CPF: ***.826.289-**

Representante da Coordenação Pedagógica Escolar:
Gracielli Constantino de Oliveira - CPF: ***.841.309-**
Ariana Brito de Jesus Turozi - CPF: ***.797.539-**

Representante da Gestão Escolar:
Eliane Ferrari Bughi - CPF: ***.083.198-**

Representante de Professores Alfabetizadores do ensino Fundamental:
Hélen Cristina Rodrigues - CPF: ***881.599-**
Maria Cristina de Melo - CPF: ***.086.458-**

Representante de Professores da Educação Infantil:
Gilmara Milani Lazaretti - CPF: ***.048.649-**
Ligia Cristina Turozi Tomadon - CPF: ***.193.659-**

Representante do Conselho Municipal de Educação:
Presidente: Debora Muriel Joli de Souza - CPF: ***.396.089-**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Cafeara, 20 de agosto de 2026.

ELTON FABIO LAZARETTI
Prefeito Municipal de Cafeara - PR

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:68B8CA63

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO N.º 2626/2026

SÚMULA: Nomeia agente de contratação, pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da lei federal nº 14.133/2021.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA**, Estado do Paraná, senhor **ELTON FÁBIO LAZARETTI**, no pleno exercício de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação em vigor (artigo 8º da Lei nº 14.133/2021):

DECRETA:

Art. 1º. Fica a partir do dia 24 de agosto de 2026, nomeado o servidor **CAÍQUE HANDA DE OLIVEIRA,** matrícula 12968, para exercer a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** e de **PREGOEIRO** do Município de Cafeara/PR, a fim de conduzir os atos das Licitações e Contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Único. Somente em licitações na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame é designado pregoeiro.

Art. 2º. Nomeia-se os servidores abaixo para exercerem a função de **EQUIPE DE APOIO** das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Elisangela Valéria Rôjo da Mota - matrícula 407;
b) Marco Aurélio Carvalho Borges - matrícula 12973;
c) Jaqueline Yuriko Shigueoka - matrícula 12958.

Parágrafo Único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º. Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro, o disposto no Decreto Municipal nº 2220/2023, para a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º. O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º. O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cafeara/PR, 21 de agosto de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:4809830A

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA N. 72/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) instaurado em face do servidor H.R.M.

O Prefeito do Município de Cafeara, Estado do Paraná, ELTON FÁBIO LAZARETTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e em conformidade com os artigos 247 e seguintes da Lei Municipal nº 354/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cafeara),

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela Comissão Processante, solicitando a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos, em razão da necessidade de continuidade da instrução processual e da adoção de todas as diligências necessárias à completa apuração dos fatos;
RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado, a pedido da Comissão Processante, por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) instaurado em face do servidor H. R. M, a fim de

possibilitar a conclusão dos trabalhos com a observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Cafeara/PR, 21de agosto de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:336006A8

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 070/2026

ELTON FÁBIO LAZARETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei.

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a partir de 17/08/2026, o (a) Sr. (a) **RODRIGO MACIEL SANCHES**, matrícula nº 12913, do cargo de AGENTE DE MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS: PEDREIRO, da Prefeitura do município de Cafeara/PR.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E;
P U B L I Q U E – S E;
C U M P R A – S E.

Cafeara/PR, 19 de agosto de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:2C8A7774

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 071/2026

ELTON FÁBIO LAZARETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei.

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a partir de 20/08/2026, o (a) Sr. (a) **GUILHERME ANGELIN BURIOLA**, matrícula nº 12960, do cargo de AGENTE UNIVERSITÁRIO: FISCAL TRIBUTÁRIO II, da Prefeitura do município de Cafeara/PR.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E;
P U B L I Q U E – S E;
C U M P R A – S E.

Cafeara/PR, 20 de agosto de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:EEB4D082

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 074/2026

ELTON FÁBIO LAZARETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei.

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a partir de 21/08/2026, o (a) Sr. (a) **MARCELO GALVÃO**, matrícula nº 12945, do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO: ATENDENTE ADMINISTRATIVO, da Prefeitura do município de Cafeara/PR.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E;
P U B L I Q U E – S E;
C U M P R A – S E.

Cafeara/PR, 21 de agosto de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
" Prefeito Municipal"

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:99D47840

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA N.º 73/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 023/2026 e nova designação para a Chefia da Divisão de Compras e Licitação, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA**, Estado do Paraná, senhor **ELTON FÁBIO LAZARETTI**, no pleno exercício de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica expressamente revogada a Portaria nº 023/2026.

Art. 2º. Fica, a partir de 24 de agosto de 2026, designado o servidor **CAÍQUE HANDA DE OLIVEIRA,** matrícula 12968, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo: Atendente Administrativo, para exercer, em caráter definitivo, a função de confiança de Chefe da Divisão de Compras e Licitação, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura do Município de Cafeara.

Parágrafo único. A remuneração do servidor ora designado será composta pelos vencimentos de seu cargo efetivo, acrescida da gratificação correspondente à função de confiança, conforme estabelecido pelo artigo 25 da Lei Municipal nº 353/2011, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 510/2018, e de acordo com a tabela do ANEXO III (SÍMBOLO FG - 11) da Lei Municipal nº 669/2025.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

Cafeara/PR, 21 de agosto de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:3062B40A

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO para LOCAÇÃO DE IMOVÉL EM ALVENARIA, LOCALIZADO À AVENIDA BRASIL, Nº133 CENTRO, NA CIDADE DE CAFEARA- PR, para o funcionamento do escritório da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 21/2025- CONTRATO Nº 121/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAFEARA E O LOCADOR ANTONIO SALVIANO NETO, na forma abaixo.

A Prefeitura Municipal de Cafeara, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.545/0001-06, com sede na Avenida Brasil, 188, em Cafeara – PR, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Elton Fabio Lazaretti, R.G. nº 4.934.272-1 SSP/PR e CPF/MF nº 858.230.159-68, doravante denominada LOCATÁRIA, e a pessoa física ANTONIO SALVIANO NETO, portador do RG nº 595.828-8 SSP/PR, CPF 207.194.429-15, residente e domiciliado no Sítio São Sebastião Água Da Anta, na Cidade de Cafeara-Pr, DENOMINADO LOCADOR, celebram o presente Termo Aditivo, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e nas cláusulas contratuais aplicáveis, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 87/2025 por mais 12 (doze) meses, com fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021; e aplicar o reajuste do valor unitário pelo índice INPC acumulado nos últimos 12 meses.
O aluguel convencionado atualizado é de R$ 747,05 (Setecentos e Quarenta e Sete Reais e Cinco Centavos) mensais, devendo ser pago até o dia 15 (quinze) do mês de uso, em conta corrente do Locador.

Com o reajuste, o valor total do contrato passa de R$ 8.611,56 (Oito Mil, Seiscentos e Onze Reais e Cinquenta e Seis Centavos) para R$ 8.964,6 (Oito Mil, Novecentos e Sessenta e Quatro Reais e Sessenta Centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA
O prazo originalmente firmado entre as partes fica prorrogado até 24/08/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA
As demais Cláusulas e Condições do Contrato de que trata o presente Termo Aditivo, permanecem válidas e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA
O presente tornar-se-á perfeito, cumpridas as formalidades legais.
E por assim estarem as partes ajustadas, assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Cafeara-PR, 21 de agosto de 2026

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:341E59C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 050.2026 - VAN

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº 054/2026, referente ao Processo Administrativo nº 110/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 050/2026, que tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo automotor, tipo van de passageiros, novo, zero quilômetro, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Cafelândia/PR, com a finalidade de qualificar e ampliar os serviços de transporte sanitário eletivo no âmbito da Atenção Primária à Saúde, custeada com recursos provenientes da Resolução SESA nº 1.357/2025, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, verificou-se como vencedora do certame a empresa abaixo relacionada:

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
ALMAJ COMERCIAL LTDA CNPJ nº 64.076.816/0001-81	303.900,00	trezentos e três mil e novecentos reais	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	001

O valor total a ser adjudicado e homologado perfaz a quantia de R$ 303.900,00 (trezentos e três mil e novecentos reais), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do presente processo ao setor competente para adoção das providências administrativas cabíveis, especialmente quanto à emissão e formalização da respectiva Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, conforme a natureza do objeto e disposições constantes no instrumento convocatório.

Cafelândia/PR, 21 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:6C980C10

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 054.2026 - PREGÃO Nº 050.2026 - VAN

ATA Nº 054/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 050/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2026
Aos quatorze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 14h00min, por meio da plataforma eletrônica www.gov.br/compras, foi aberta a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 050/2026, referente ao Processo Administrativo nº 110/2026, promovido pelo Município de Cafelândia/PR, cujo objeto consiste na aquisição de 01 (um) veículo automotor, tipo van de passageiros, novo, zero quilômetro, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Cafelândia/PR, com a finalidade de qualificar e ampliar os serviços de transporte sanitário eletivo no âmbito da Atenção Primária à Saúde, custeada com recursos provenientes da Resolução SESA nº 1.357/2025. O procedimento foi processado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, com valor máximo estimado de R$ 378.358,50, adotando-se o critério de julgamento de menor preço, no modo de disputa aberto, em lote único e com participação de ampla concorrência. Durante a sessão, o Agente de Contratação acompanhou a fase competitiva de lances e procedeu à análise da proposta classificada em primeiro lugar. A empresa ALMAJ COMERCIAL LTDA foi convocada para apresentação de proposta ajustada, catálogo, ficha técnica do veículo ofertado e documentos de habilitação, tendo encaminhado os documentos dentro do prazo concedido. Após análise, a proposta, no valor de R$ 303.900,00, referente ao veículo FORD TRANSIT, foi considerada compatível com as especificações mínimas do Edital e do Termo de Referência, sendo julgada classificada. Na fase de habilitação, foi realizada diligência quanto à regularidade fiscal municipal da empresa, uma vez que o documento anexado como Certidão Municipal correspondia a Certidão Estadual. Em consulta ao sítio eletrônico oficial do Município de Curitiba/PR, foi confirmada a regularidade da licitante perante a Fazenda Municipal, considerando-se atendida a exigência do item 8.3.4 do Edital, sendo a empresa declarada habilitada. Foi registrada intenção de recurso pela empresa SOCIETE COMERCIO

DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.987.662/0001-89, na fase de habilitação. Contudo, transcorrido o prazo concedido para apresentação das razões recursais, a empresa não apresentou suas razões, operando-se a preclusão do direito recursal. Dessa forma, permaneceram inalteradas as decisões de classificação e habilitação da empresa vencedora, seguindo o processo regularmente para a fase de adjudicação e homologação pela Autoridade Competente.

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
ALMAJ COMERCIAL LTDA CNPJ nº 64.076.816/0001-81	303.900,00	trezentos e três mil e novecentos reais	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	001

O valor total a ser adjudicado é de R$ 303.900,00 (trezentos e três mil e novecentos reais), contemplando com o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como o Contrato será encaminhado ao setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 20/08/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:92C26740

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 110 DE 021 DE AGOSTO DE 2026

Decreto nº 110 de 21 de agosto de 2026

SÚMULA: Abre crédito Adicional Suplementar/Especial no orçamento do Município de Cafelândia, para o exercício de 2026, conforme Lei nº 2.070/2026.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2.070 de 01 de agosto de 2026, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar/especial no orçamento-programa da Prefeitura Municipal de Cafelândia,
para o exercício de 2026, no valor total de R$1.010.516,00 (um milhão dez mil e quinhentos e dezesseis reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

1 - Inclusão de valor nas dotações orçamentárias:

7		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
7.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10.304.0007-2025		AÇÕES DE VIGILANCIA SANITÁRIA		
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTO E MATERRIAL PERMANENTE		
3214	367	Transf Estadual Resolução 1357/2025	EXCESSO	220.000,00

7		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
7.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10.304.0007-2025		AÇÕES DE VIGILANCIA SANITÁRIA		
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTO E MATERRIAL PERMANENTE		
3215	995	Emenda Parlamentar Portaria 11061	EXCESSO	97.516,00

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008-2031		FUNDEB 70% ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.04.00.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
4338	0	Recursos Ordinarios Livres	Suplementar	10.000,00
4339	101	Fundeb 70% Ensino Fundamental	Suplementar	200.000,00

10		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		
10.001		SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. PUBLICOS		
15.122.0016-2053		GESTÃO DAS POLITICAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		
3.1.90.16.00.00		OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL		
6212	0	Recursos Ordinários Livres	Suplementar	10.000,00

11		SECRETARIA MUNIC DE AGRIC, MEIO AMB, COM. IND E TURISMO		
11.002		COORD DE DESENV. DA INDUSTRIA E COMERCIO		
22.661.0018-2070		MANUTENÇÃO DA COORD. DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO		
3.3.50.41.00.00		CONTRIBUIÇÃO		
7405	0	Recursos Ordinários Livres	Suplementar	23.000,00

12		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
27.812.0011-1071		AQUISIÇÕES/EDIFICAÇÕES PARA O ESPORTE E LAZER		
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		
7482	993	Transf. Voluntaria Estaduais Investimentos	EXCESSO	100.000,00

12		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
27.812.0011-2072		MANUTENÇÃO E DEZENVOLVIMENTO DO ESPORTE		
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE		
7654	993	Transf. Voluntaria Estaduais Investimentos	EXCESSO	350.000,00

Art. 2º - Constituem recursos para o atendimento do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o Artigo anterior, de
conformidade com o Artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II e III (Excesso e Cancelamento) da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, a seguir especificado:

8		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
8.001		COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0008-2031		FUNDEB 70% ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.04.00.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
4340	0	Recursos Ordinarios Livres	Cancelar	10.000,00
4350	101	Fundeb 70% Ensino Fundamental	Cancelar	200.000,00

10		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		
10.001		SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. PUBLICOS		
15.122.0016-2053		GESTÃO DAS POLITICAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
6200	0	Recursos Ordinários Livres	Cancelar	10.000,00

11		SECRETARIA MUNIC DE AGRIC, MEIO AMB, COM. IND E TURISMO		
11.001		FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. RURAL E MEIO AMBIENTE		
20.608.0017-2067		MANUTENÇÃO DA COORD. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
7280	0	Recursos Ordinários Livres	Cancelar	23.000,00

EXCESSO	FONTE	VALOR
24119901010000 - TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO ESTADO RESOLUÇÃO 1357/2025	367	220.000,00
24299901040000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO P/ ESPORTE - INVESTIMENTO	993	450.000,00
24195101020000 - EMENDA PARLAMENTAR PORTARIA 11061	995	97.516,00
TOTAL		**767.516,00**

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2026

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 21 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

ALTAIR PAULETTI
Téc. em Contab.
CRC PR-30.705

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:6086C404

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 111 DE 021 DE AGOSTO DE 2026

Decreto nº 111 de 21 de agosto de 2026.

SÚMULA: Libera cauções de terrenos em razão do cumprimento de meta física estabelecida para a implantação do Loteamento denominado "JARDIM VENEZA II".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam liberadas as cauções estabelecidas pelo Decreto nº 005, de 18 de janeiro de 2024, relativas aos seguintes imóveis urbanos:

***quadra nº 02 (dois):** lotes nºs 01 (um), 02 (dois) e 03 (três);

***quadra nº 03 (três):** lotes nºs 01 (um), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 06 (seis), 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove) e 10 (dez);

***quadra nº 04 (quatro):** lotes nºs 01 (um), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 06 (seis), 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove), 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze), 14 (quatorze), 15 (quinze), 16 (dezesseis), 17 (dezessete), 18 (dezoito), 19 (dezenove) e 20 (vinte);

***quadra nº 08 (oito):** lotes nºs 01 (um) e 02 (dois);

***quadra nº 09 (nove):** lotes nºs 01 (um), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 06 (seis), 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove) e 10 (dez).

Parágrafo Único: Os lotes acima relacionados pertencem ao Loteamento denominado "JARDIM VENEZA II", situado no Município de Cafelândia, Estado do Paraná, e têm suas respectivas cauções liberadas em razão do cumprimento do plano de obras do referido empreendimento.

Art. 2º. Fica o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Aurora autorizado a proceder à baixa dos respectivos gravames nas matrículas dos imóveis relacionados no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 21 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:D6C0C1AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 112 DE 021 DE AGOSTO DE 2026

Decreto nº 112 de 21 de agosto de 2026.

SÚMULA: Libera cauções de terrenos em razão do cumprimento de meta física estabelecida para a implantação do Loteamento denominado "JARDIM VENEZA III".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam liberadas as cauções estabelecidas pelo Decreto nº 033, de 17 de março de 2025, relativas aos seguintes imóveis urbanos:

***quadra nº 02 (dois): lote nº 01 (um).**

*** quadra nº 03 (três): lote nº 01 (um).**

Parágrafo Único: Os lotes acima relacionados pertencem ao Loteamento denominado "JARDIM VENEZA III", situado no Município de Cafelândia, Estado do Paraná, e têm suas respectivas cauções liberadas em razão do cumprimento do plano de obras do referido empreendimento.

Art. 2º. Fica o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Aurora autorizado a proceder à baixa dos respectivos gravames nas matrículas dos imóveis relacionados no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 21 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:49F7678D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO/ ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2025 - DISPENSA Nº 15/2025

Extrato do 2° Termo Aditivo ao Contrato/ ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 79/2025 - Dispensa Nº 15/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: ALLEGRO MANUTENCAO DE APARELHOS ELETROMEDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 13.314.434/0001-08, R. MARECHAL CANDIDO RONDON, 3171 SALA 01 - CEP: 85811080 - BAIRRO: CANCELLI, e-mail: eletromedica.assistenciatecnica@hotmail, TELEFONE:(45) 3038-0030, CIDADE: Cascavel/PR neste ato representado pelo seu sócio

administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) GEMA FONTANA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA E PEÇAS DE REPOSIÇÃO, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL, ASSEGURANDO A CONTINUIDADE E A QUALIDADE DOS ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS PRESTADOS NO ÂMBITO DO SUS.

Valor Total: R$ 64.667,52 (Sessenta e Quatro Mil, Seiscentos e Sessenta e Sete Reais e Cinqüenta e Dois Centavos
Assinaturas: Junior Motter, GEMA FONTANA
Vigência: 27/07/2027 A 27/07/2027
Data da Assinatura:27/07/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:33CFB438

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2026 – DISPENSA Nº 25/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2026 – Dispensa nº 25/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: AGUA & MINERIO SONDAGENS DE SOLO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 12.043.671/0001-19, R CAMOES, 1454 - CEP: 80040180 - BAIRRO: HUGO LANGE, E-MAIL: hidropar@terra.com.br, Telefone, (41) 3019-8789 CIDADE: Curitiba/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) JOÃO NOGUEIRA FILHO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO ESTUDO DE PASSIVO AMBIENTAL PARA OS CEMITÉRIOS JARDIM DA PAZ, CENTRAL SANTA CRUZ E CENTRAL SANTO ANTÔNIO.

Valor Total: R$ 45.600,00 (Quarenta e Cinco Mil e Seiscentos Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, JOÃO NOGUEIRA FILHO
Vigência: 21/08/2026 a 20/08/2027.
Data da Assinatura:21/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:FD917A01

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CANCELAMENTO PARCIAL DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026 - PREGÃO Nº 103/2025.

Extrato do Termo Aditivo DE CANCELAMENTO PARCIAL DE ITEM Da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 043/2026 - Pregão Nº 103/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: 45.621.558 CLAUDIA DARGUEL DE PAULA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 45.621.558/0001-22, sediada na Rua Mangabas, 834 - CEP: 86035340 - Bairro: Panorama, Telefone:(43) 3337-0346 / 99994-2623, e-mail: ndpdarguel@hotmail.com, na cidade de Londrina/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) **NELSON DARGUEL DE PAULA**.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE LIMPEZA URBANA, DESTINADOS ÀS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DAS VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS E DEMAIS ESPAÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR.

CLAUSULA PRIMEIRA
Fica cancelado a partir de 19/05/2026, através deste instrumento, o item do registro de preços conforme segue:

LOTE	ITEM	CÓDIGO DO PRODUTO/SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MARCA DO PRODUTO
Lote 038	1	46080	ROÇADEIRA COSTAL MOTOR À GASOLINA COM POTÊNCIA MINÍMA DE 2,3CV . CAPACIDADE MINÍMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL: 0,580 LITROS. CABO PARA DUAS MÃOS. INCLUSO: FIO DE CORTE, LÂMINA DE CORTE DE 2 PONTAS, CINTO DE SUPORTE, ÓCULOS DE PROTEÇÃO. GARANTIA MINÍMA DE 12 MESES.	TERRA

Da empresa **45.621.558 CLAUDIA DARGUEL DE PAULA**, inscrita no CNPJ/MF nº 45.621.558/0001-22, da Ata de Registro de Preço Nº 043/2026, firmada com o **CONTRATANTE,** que para todos os efeitos legais, considerar-se-á anulado.

Assinaturas: Junior Motter, NELSON DARGUEL DE PAULA.
Data da Assinatura:21/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:F3910A69

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PORTARIA DE DIÁRIA Nº 061/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 061/2026.

SÚMULA: Concede Diárias ao Servidor Público nos termos da Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea "b", ao Servidor Publico, Sr. Marcos Roberto Alves Sampaio, portador do R.G. nº 5.***.867-3 - SSP/PR, 03 (três) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Curitiba - Paraná, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 24 (vinte e quatro) de agosto de 2026.
Horário de saída: 12h00min.

Motivo: Participar de: Evento de Capacitação em Seguro Desemprego, Abono Salarial e Carteira Digital.

Data do retorno: 27 (vinte e sete) de agosto de 2026..
Horário do retorno: 12h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 21 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:D9959421

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 062/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 062/2026.

SÚMULA: Concede Diárias ao Servidor Público nos termos da Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea "b", ao Servidor Publico, Sr. Pedro Henrique Mello Jerônimo Souza, portador do R.G. nº 13.***.414-9 - SSP/PR, 03 (três) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Curitiba - Paraná, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 24 (vinte e quatro) de agosto de 2026.
Horário de saída: 12h00min.

Motivo: Participar de: Evento de Capacitação em Seguro Desemprego, Abono Salarial e Carteira Digital.

Data do retorno: 27 (vinte e sete) de agosto de 2026..
Horário do retorno: 12h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 21 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:E4DB44C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 420/2026 - DRH

PORTARIA N. º 420/2026-DRH

SÚMULA: Aprova Estágio Probatório e Torna Estáveis os Servidores Públicos.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º Declarar aprovado o Estágio Probatório e Tornar Estáveis os Servidores Públicos Municipais**,** abaixo relacionados:

NOME	CARGO	MATRÍCULA	NOMEAÇÃO	DATA ESTÁVEL
JOÃO BATISTA FELICIANO	MESTRE DE OBRAS	767322384	21/08/2023	21/08/2026

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 21 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:69624A4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 421/2026 - DRH

PORTARIA N.º 421/2026-DRH

SÚMULA: Transferir Servidora Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º TRANSFERIR a partir de 03/08/2026 o Servidor **VANDERLEI BARBOSA DA SILVA**, matrícula 76911, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **SERVIÇOS GERAIS,** da Secretaria Municipal de Assistência Social para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Governo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em conformidade com o ofício nº 157/20026 – S.M.A.S.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 21 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:53FC06C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 029.2025 - MÉDICOS 40 HORAS

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 029/2025
CREDENCIAMENTO N° 007/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 156/2025

Fundamenta-se a presente contratação nas hipóteses previstas nos arts. 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dessa forma, RATIFICO a inexigibilidade de licitação para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos na especialidade de Clínico Geral, visando assegurar o atendimento da demanda no âmbito da Estratégia Saúde da Família – ESF.

Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos na especialidade de CLÍNICO GERAL, destinados ao atendimento da demanda da Estratégia Saúde da Família – ESF, nos dias e horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cafelândia/PR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a serem cumpridas de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, junto às Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme Anexo I – Termo de Referência.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTES CREDENCIADOS
CASTRILLON SERVIÇOS MÉDICOS LTDA CNPJ N° 62.243.767/0001-07	001

HB MEDCARE LTDA CNPJ N° 60.099.071/0001-15	001

Cafelândia, 21 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:7FA6EBE2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 215

DECRETO 215/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 622.546,84 (seiscentos e vinte e dois mil e quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SESLA
11.002 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FUMDEL
11.002.27.812.0027.1.010 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMAS DE QUADRAS E OUTRAS AREAS PARA A PRATICA DE ESPORTES.
4.4.90.51.00.00 675 OBRAS E INSTALACOES 268.628,12
4.4.90.51.00.00 901 OBRAS E INSTALACOES 353.918,72

Total Suplementação: 622.546,84

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Fonte:
675 - Programa Esporte que Queremos
901 - Programa Paraná Mais Esporte

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 21 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:813CE5E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 216

DECRETO 216/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 502.871,26 (quinhentos e dois mil e oitocentos e setenta e um reais e vinte e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SESLA
11.002 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FUMDEL
11.002.27.812.0027.1.010 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMAS DE QUADRAS E OUTRAS AREAS PARA A PRATICA DE ESPORTES.
4.4.90.51.00.00 675 OBRAS E INSTALACOES 478.750,98
4.4.90.51.00.00 901 OBRAS E INSTALACOES 24.120,28

Total Suplementação: 502.871,26

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Receita:
1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 675 12.684,98
1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 901 24.120,28
1.7.2.9.99.0.1.08 Programa Esporte que Queremos - 66.066,00
2.4.2.9.99.0.1.10 Programa Esporte que Queremos - Linha I Investimento (Campo Suiço) 400.000,00

Total da Receita: 502.871,26

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 21 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:017BF2BE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 217

DECRETO 217/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 230.066,28 (duzentos e trinta mil e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU

07.001 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO / FUNDO MUNICIOPAL DA EDUCACAO - FME
07.001.12.122.0036.2.044 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO
3.3.90.30.00.00 107 MATERIAL DE CONSUMO 8.895,00

07.006 DEPARTAMENTO DE DISTRIBUICAO DA MERENDA ESCOLAR
07.006.12.361.0021.2.052 DISTRIBUICAO DA MERENDA ESCOLAR.
3.3.90.32.00.00 1000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA 12.825,80

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SESLA
11.002 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FUMDEL
11.002.27.812.0027.1.010 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMAS DE QUADRAS E OUTRAS AREAS PARA A PRATICA DE ESPORTES.
4.4.90.51.00.00 1000 OBRAS E INSTALACOES 208.345,48

Total Suplementação: 230.066,28

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Redução
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC
06.001 DEPARTAMENTO DA ASSISTENCIA SOCIAL
06.001.08.244.0011.2.032 MANUTENCAO DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS
3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 138.345,48

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.001 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO / FUNDO MUNICIOPAL DA EDUCACAO - FME
07.001.12.122.0036.2.044 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO
3.3.90.39.00.00 107 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 8.895,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E OBRAS - SEHADO
08.003 DEPARTAMENTO DE OBRAS, PROJETOS E INFRAESTRUTURA URBANA
08.003.15.451.0005.2.057 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E PROJETOS.
3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 12.825,80

12 SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVACAO, COMUNICACAO, TURISMO E CULTURA - SEICOMTURC
12.004 DEPARTAMENTO DA CULTURA
12.004.13.122.0029.2.070 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DA CULTURA.
4.4.90.52.00.00 1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 70.000,00

Total Redução: 230.066,28

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 21 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:F47AEB97

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 23/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 23/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/ 2026
MODALIDADE Pregão Nº 2/ 2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de acesso à internet, por controle mensal, por meio das tecnologias fibra óptica e internet via rádio, visando atender às necessidades de conectividade dos prédios públicos pertencentes às secretarias municipais, localizados na zona urbana e zona rural do Município.
FORNECEDOR: IVATEL REDES E INTERNET LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 14.032.397/0001-08
REPRESENTANTE LEGAL: MAIKON ANTONIO OLIVEIRA SILVA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 57.468,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/02/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:57F994EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 144- FERIAS

PORTARIA Nº 144/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Artº. 1º - Conceder férias regulamentares ao seguinte servidor:

Servidor(a)	Período Aquisitivo	Período /de Gozo
MAICON SILVA CASSIMIRO	22/04/2024 a 21/04/2025	21/09/2026 a 25/09/2026

Artº. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 21° dia do mês de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:5334DAB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
AVISO DE COMPRA DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026

A Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, através de seu Agente de Contratação designado pela Portaria 44/2025, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar contratação direta na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, sob o regime de MENOR PREÇO POR ITEM, na hipótese do disposto no Art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e sua alterações, objetivando Aquisição de 01 (um) aparelho de televisão tipo Smart TV, destinado à substituição do equipamento atualmente utilizado no apoio às sessões plenárias da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, conforme informações constantes do Termo de Referência.

INFORMAÇÕES: Cadastro das propostas até 27/08/2026 às 09h00min.
Data da sessão: 27/08/2026
Horário da fase de lances: 09h:00min. às 15h:00min.

Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM
Valor Total máximo R$ 17.644,18 (dezessete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos).

Local da realização: https://comprasbr.com.br
O Aviso de Contratação pode ser obtido no site www.campinagrandedosul.pr.leg.br na opção Transparência – Licitações e no site https://comprasbr.com.br.
Outras informações via e-mail: compras@campinagrandedosul.pr.leg.brou por telefone (41) 3676-1077 ou 3676-1395.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Adriano Junior Frason Ribeiro
Código Identificador:4417DD02

GABINETE
DECRETO N° 2724/2026 DE 21/08/2026

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 2724/2026 de 21/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1129/2026 de 21/08/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$315.000,00 (trezentos e quinze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.002		COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.002.12.365.0006.1.014		Edificações, Revitalização e Infraestrutura na rede Municipal de Ensino	
603 - 4.4.90.61.00.00	1103	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	300.000,00
603 - 4.4.90.61.00.00	1104	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15.000,00
		Total Suplementação:	315.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001		ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.361.0022.1.004		Edificações e Revitalizações da Rede de Ensino	
101 - 4.4.90.51.00.00	1103	OBRAS E INSTALAÇÕES	300.000,00
101 - 4.4.90.51.00.00	1104	OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
		Total Redução:	315.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 21 de Agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:326BA092

GABINETE
DECRETO N° 2726/2026 DE 21/08/2

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 2726/2026 de 21/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1093/2025 de 02/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.480.000,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	
06.001.10.301.0011.2.019		Manutenção dos Programas da Saúde	
187 - 3.3.71.70.00.00	1248	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	100.000,00
187 - 3.3.71.70.00.00	1249	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	250.000,00
187 - 3.3.71.70.00.00	1250	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	350.000,00
196 - 3.3.90.39.00.00	1248	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
196 - 3.3.90.39.00.00	1249	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	250.000,00
196 - 3.3.90.39.00.00	1250	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	350.000,00
06.001.10.302.0011.2.017		Manutenção de Ações de Atenção a Media e Alta complexidade	
212 - 3.3.71.70.00.00	1247	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	105.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.005		FUNDO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL	
08.005.08.241.0015.2.040		Atividades a Cargo do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso	
362 - 3.3.90.30.00.00	1229	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
		Total Suplementação:	1.480.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.7.1.3.50.1.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	150.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	500.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	700.000,00
Receita: 1.7.2.3.50.0.1.03 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS - Custeio Estadual - Fonte: 1247	105.000,00
Receita: 1.7.2.9.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRINCIPAL - Fonte: 1229	25.000,00
Total da Receita:	1.480.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 21 de Agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:B54A0931

GABINETE
EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 01/2026

Pelo presente Edital, a Secretaria Municipal de Administração do Município de Campina Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e, para fins previstos no artigo 145, III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; dos artigos 81 e 82 da Lei nº. 5.172/1966 do Código Tributário Nacional; dos artigos 1º ao 5º do Decreto-Lei nº. 195/1967; dos artigos 94, 95 inciso I, 96 e 101 da Lei

Complementar nº. 01/2005- Código Tributário Municipal e; dos artigos 6º ao 11º da Lei Municipal nº. 1.133/2026, divulga o presente Edital, no que concerne sobre os atos prévios da instituição do tributo de contribuição de melhoria, com os elementos relativos à obra pública de pavimentação asfáltica, em conformidade com os itens a seguir relacionados.

1.DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DIRETAMENTE BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS:
A obra de melhoria será executada nas seguintes regiões do Município de Campina Grande do Sul-Anexo I:

I – Bairro Joana Olimpia: Rua Professora Guiomar Moura Arruda de Abreu - (trecho entre Rua Antonio Collere e o final da rua na Estaca 8+2,00m).

II – Bairro Jardim Paulista: Rua Líbero Martins da Rocha - (trecho entre Rua Pres. Humberto Alencar Castelo Branco e Avenida Pres. Jucelino Kubitschek de Oliveira).

III – Bairro Jardim João Paulo II:
a) Rua Gilberto Maurício de Oliveira - (trecho entre Rua Carlos Mocelin e o Rua Sebastião da Costa Franco);
b) Rua Waldomiro Crozeta de Souza - (trecho entre Rua Antonio Custel Sobrinho e a Rua Elísio Gheno);
c) Rua Agostinho Manica - (trecho entre Rua Gilberto Maurício de Oliveira e a Rua Atanazildo Bonfim);
d) Rua Antonio Custel Sobrinho - (trecho entre Rua Antônio Mocelin e a Rua Paulo Roberto Baggio);
e) Rua Atanazildo Bonfim - (trecho entre a Rua Antônio Mocelin e a Rua Paulo Roberto Baggio);
f) Rua Bento Rodrigues de Lima - (trecho entre Rua Atanazildo Bonfim e a Rua Manoel de Souza);
g) Rua Gilberto Maurício de Oliveira - (trecho entre a Rua Jorge Calixto de Andrade e a Rua Paulo Roberto Baggio);
h) Rua Manoel de Souza - (trecho entre a Rua Atanazildo Bonfim e a Rua Antônio Mocelin);
i) Rua Paulo Roberto Baggio - (trecho entre a Rua Elísio Gheno e a Rua Atanazildo Bonfim).

IV – Bairro Rancho Alegre: Rua Dr. João Cândido - (trecho entre Estrada Municipal Genjiro Abe e o final da rua na Estaca 18+11,65m).

V – Bairro: Recanto Verde (Área Industrial Riachuelo La Plata): Rua José Neves - (trecho entre a Rua Marcos Nicolau Strapassoni até o final da rua na Estaca 13+9,37 m).

VI – Bairro Jardim Santa Angelina: Rua Tereza Buzzi Bernardi - (trecho entre a Rua Professora Maria Mota e a Rua Angélica Ribas Cordeiro).

2. MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA
A obra de pavimentação das vias urbanas abrangerá a área total de 25.600,13m² (vinte e cinco mil, seiscentos metros quadrados e treze decímetros quadrados), com execução dos serviços preliminares terraplenagem, drenagem, base e sub-base, meio fio e sarjeta, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, serviços diversos e ensaios tecnológicos, conforme memorial descritivo e demais obras que se
fizerem necessárias.
Os documentos compreendendo o memorial descritivo da obra e respectivos projetos se encontram anexo ao presente edital, bem como estará disponível para consulta junto a Secretaria de Administração do Município.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO DO CUSTO DA OBRA
De acordo com o orçamento elaborado pelo Departamento de Engenharia da Secretaria de Urbanismo, relacionado no presente Edital-Anexo III, o custo estimado da obra será o valor inicial de R$9.866.891,78 (nove milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e noventa e um reais e setenta e oito centavos), podendo ocorrer variações no decorrer da execução da obra.
Nos casos de revitalização de pavimentação, por não se tratar de obra nova, não incidirá cobrança pela ausência de fato gerador.

4. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES
O valor a ser ressarcido pelos contribuintes, corresponderá ao percentual de até 100% (cem por cento), tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor, caso ocorra à valorização imobiliária dos imóveis beneficiados, conforme preconiza o art. 81 do Código Nacional Tributário.
A definição da porcentagem e o valor da parcela a ser ressarcida pelo contribuinte, será devidamente publicada no Edital de Lançamento, observando a valorização do imóvel, a qual somente será possível ser constatada após a conclusão da obra.

5. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA:
Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada do proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título dos imóveis situados nas áreas beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com os trechos das ruas mencionadas no item 1, as quais sejam valorizadas.

6. AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS.
A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, instituída através de Portaria, com base nas normas da ABNT, procedeu à avaliação individual prévia dos móveis beneficiados, conforme laudos de avaliação imobiliária de Anexo IV.

7. CRITÉRIO DE REPARTIÇÃO DO TRIBUTO
Para determinar o valor do tributo de Contribuição de Melhoria, a ser atribuída a cada contribuinte após a conclusão da obra, aplicar-se-á a seguinte formula de cálculo:

$CM = Vi \times Co / \Sigma Vi$

CM – Contribuição de melhoria;
Vi – Valorização individual do imóvel;
Co – Custo da obra a ser financiado pela contribuição;
ΣVi – Somatória da valorização de todos os imóveis beneficiados.

8. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
A Contribuição de Melhoria poderá ser paga à vista, ou em no máximo 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, através de carnês que serão entregues aos contribuintes após o término da obra e publicação do edital de lançamento.
Quando parcelado incidirá sobre a parcela mensal de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.
O vencimento para o pagamento à vista ou pagamento da primeira parcela será de 30 (trinta) dias, após o lançamento.
O atraso no pagamento das parcelas implicará ao contribuinte o pagamento de multa de 0,33% ao dia, limitada ao total de 10%, acrescidos 0,5% (meio por cento) de juros ao mês e correção monetária, conforme art. 108 do Código Tributário Municipal.
O pagamento deverá ser efetuado através das instituições financeiras autorizadas, até seus vencimentos.

9. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, para impugnação de quaisquer dos elementos nele constante, cabendo ao impugnante o ônus da prova.
a) A impugnação ao Edital Prévio deverá ser dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis e deverá obedecer aos seguintes critérios:
I - o interessado deverá comprovar seu interesse e legitimidade;
II – a impugnação deverá ocorrer através de protocolo físico ou por meio eletrônico, dirigido à Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, mediante petição escrita e fundamentada, devidamente firmada pelo próprio interessado ou por procurador constituído, cabendo ao impugnante o ônus da prova de suas alegações;
III - somente serão apreciadas as impugnações expressas em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, não sendo aceitas impugnações intempestivas ou meramente protelatórias;
IV - recebida à impugnação, caberá a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, apreciar e proferir decisão administrativa no prazo de 30 (trinta) dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

b) A Comissão competente, cientificará o interessado imediatamente após proferida a decisão administrativa, para que, querendo, adote outras medidas cabíveis por qualquer um dos seguintes meios:
I - pessoalmente, por ocasião do ciente no processo;
II - pelo correio, com aviso de recebimento;
III - através de endereço eletrônico devidamente informado pela parte;
IV - por edital publicado no diário oficial do Município, quando não encontrada a parte interessada.
c) Uma vez julgada a impugnação, caberá pedido de revisão da decisão junto à Secretária de Administração, no prazo de 10 (dez) dias, devendo a parte interessada instruir o processo com todos os documentos e fundamentos, sob pena de preclusão.

Parágrafo único. A Secretária de Administração analisará o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias e dará ciência ao interessado, pelos mesmos meios previstos no art. 10 da Lei Municipal nº. 1.133/2026.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS
São partes integrantes deste Edital:
ANEXO I – Relação de imóveis beneficiados
ANEXO II – Memorial descritivo da obra de pavimentação
ANEXO III –Orçamento detalhado da obra;
ANEXO IV – Laudo de avaliação imobiliária

Campina Grande do Sul, 20 de agosto de 2026.

SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO
Secretária Municipal de Administração

ANEXO I
RELAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Rua Professora Guiomar Moura Arruda de Abreu (trecho entre Rua Antonio Collere e o final da rua na Estaca 8+2,00m).

PLANTA	QUADRA	LOTES
JOANA OLÍMPIA	07	01, 02, 03 e 04
	03	06-A, 06-B, 06-C e 06-D
	04	06-A, 06-B, 06-C, 06-D, 12-A, 12-B, 12-C e 12-D

Rua Líbero Martins da Rocha (trecho entre Rua Pres. Humberto Alencar Castelo Branco e Avenida Pres. Jucelino Kubitschek de Oliveira).

PLANTA	QUADRA	LOTES
JARDIM PAULISTA	106	09 e 10
	101	26-A, 26-B, 27, 28 e 01
	107	02/03, 10, 09, 08, 07 e 04/05/06
	102	01 e 02
	103	01 e 02

Rua Gilberto Maurício de Oliveira (trecho entre Rua Waldomiro Crozeta de Souza e a Rua Sebastião da Costa Franco)

PLANTA	QUADRA	LOTES
JARDIM JOÃO PAULO II	02	11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20
	09	14, 15, 42 e 43
	10	01, 02, 03 e 04

Rua Waldomiro Crozeta de Souza (trecho entre Rua Antonio Custel Sobrinho e a Rua Elísio Gheno)

PLANTA	QUADRA	LOTES
JARDIM JOÃO PAULO II	08	16, 15, 14, 12, 10, 08, 01 e 03
	09	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14
	01	09 e 19
	02	01 e 11

Rua Agostinho Manica (trecho entre Rua Gilberto Maurício de Oliveira e a Rua Atanazildo Bonfim)

PLANTA	QUADRA	LOTES
JARDIM JOÃO PAULO II	13	01, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16 e 20
	14	01, 07, 08, 09, 11, 13 e 15
	23	04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28 e 32
	24	01, 05, 07, 09, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27 e 29

Rua Antonio Custel Sobrinho (trecho entre Rua Antônio Mocelin e a Rua Paulo Roberto Baggio)

PLANTA	QUADRA	LOTES
JARDIM JOÃO PAULO II	13	17, 18, 19 e 20
	14	15, 16, 17 e 18
	23	01, 02, 03 e 04
	24	01, 02, 03 e 04

Rua Atanazildo Bonfim (trecho entre a Rua Antônio Mocelin e a Rua Paulo Roberto Baggio)

PLANTA	QUADRA	LOTES
JARDIM JOÃO PAULO II	23	29, 30, 31 e 32
	24	29, 30, 31 e 32
ÁREA NÃO LOTEADA	-	À IDENTIFICAR (LADO DIREITO DA RUA)

Rua Bento Rodrigues de Lima (trecho entre Rua Atanazildo Bonfim e a Rua Antonio Custel Sobrinho)

PLANTA	QUADRA	LOTES
JARDIM JOÃO PAULO II	17	01, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18 e 22
	18	01, 05, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22 e 24

Rua Gilberto Maurício de Oliveira (trecho entre a Rua Antônio Mocelin e a Rua Paulo Roberto Baggio)

PLANTA	QUADRA	LOTES
JARDIM JOÃO PAULO II	04	08, 09, 10, 11, 05, 12, 13 e 14
	13	01
	14	01, 02 e 03

Rua Manoel de Souza (trecho entre a Rua Atanazildo Bonfim e a Rua Antonio Custel Sobrinho)

PLANTA	QUADRA	LOTES
JARDIM JOÃO PAULO II	16	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 14
	17	01, 02, 03, 05, 07, 09, 11, 13, 15, 17, 19-A e 19-B

Rua Antonio Custel Sobrinho (trecho entre a Rua Manoel de Souza e a Rua Waldomiro Crozeta de Souza)

PLANTA	QUADRA	LOTES
JARDIM JOÃO PAULO II	06	01
	07	23, 24, 25 e 26
	08	16
	17	01
	18	01, 02, 03 e 04

Rua Paulo Roberto Baggio (trecho entre a Rua Elísio Gheno e a Rua Atanazildo Bonfim)

PLANTA	QUADRA	LOTES
JARDIM JOÃO PAULO II	04	07 e 14
	05	01 e 07
	14	03, 04, 05, 06, 07, 10, 12, 14 e 18
	15	01, 05, 07, 09, 11, 13, 15, 20 e 19
	24	04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28 e 32
	25	01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15

Rua Dr. João Cândido (trecho entre Estrada Municipal Ginjiro Abe e o final da rua na Estaca 18+11,65m)

PLANTA	QUADRA	LOTES
MORADAS DA CAMPINA	12	32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 62

	13	10, 11, 12 e 13
	14	13, 14 e 15
RANCHO ALEGRE	-	92, 90, 88, 86 e ÁREA NÃO CADASTRADA

Rua José Neves (trecho entre a Rua Marcos Nicolau Strapassoni até o final da rua na Estaca 13+9,37 m)

PLANTA	QUADRA	LOTES
ÁREA IND. RIACHUELO LA PLATA	-	5A-2, 5A-4, 5-A, A-1, 5-A-1, "G", "C", "B", "E" e A-2

Rua Tereza Buzzi Bernardi (trecho entre a Rua Professora Maria Mota e a Rua Angélica Ribas Cordeiro)

PLANTA	QUADRA	LOTES
JARDIM SANTA ANGELINA	04	24-A, 23, 22, 21, 20, 19, 18, 17, 16, 15, 14 e 13
	03	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12

NOTA EXPLICATIVA – PROCESSOS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Município de Campina Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 76.105.600/0001-86, com sede na Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, n.º 30, Centro, Campina Grande do Sul, vem, por meio desta, em razão da publicação do Edital Prévio referente aos atos prévios para instituição da Contribuição de Melhoria decorrente de obra pública de pavimentação asfáltica, nos termos da Lei Municipal n.º 1.133/2026, esclarecer e tornar público o que segue.
Os ANEXOS referentes ao Edital Prévio encontram-se disponíveis para consulta em cópia física na sede da Secretaria Municipal de Administração, bem como em cópia digital, na íntegra, no site oficial do Município, através do endereço eletrônico: https://www.campinagrandedosul.pr.gov.br/contribuicao-melhorias.
Eventuais impugnações ou contestações poderão ser apresentadas nos termos e prazos especificados no respectivo Edital.
Dúvidas ou informações complementares poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração, pelo telefone (41) 3162-7054, ou junto à Procuradoria Geral do Município, pelo telefone (41) 3162-7280.

Campina Grande do Sul, 20 de agosto de 2026.

SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:09F12C91

GABINETE
LEI N.º 1.134, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Acrescenta dispositivo à Lei Municipal n.º 542, de 21 de março de 2018, que institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, do Município de Campina Grande do Sul e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivo à Lei Municipal n.º 542, de 21 de março de 2018, que institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, do Município de Campina Grande do Sul e dá outras providências, na forma que especifica.

Art. 2º A Lei Municipal n.º 542 de 21 de março de 2018 passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

"Art. 5º-A. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável constitui o órgão de gestão administrativa do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 20 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:631C0E8E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1122/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

N O M E I A

LARISSA MARIA COLLERA ROSA - R.G.: nº. 12.720.812-3-PR, para exercer o cargo em comissão de Supervisor Técnico, responsável em supervisionar, na posição de liderança intermediária, os serviços e atividades que lhes forem designadas, com observância aos princípios norteadores da Administração Pública, indicadores de qualidade e eficiência; liderar, orientar e supervisionar a equipe de trabalho, garantindo que as atividades sejam realizadas de acordo com os padrões e prazos estabelecidos, no Setor de Fiscalização, junto à Secretaria Municipal de Administração, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 19 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:43FCF0A1

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1123/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento do servidor protocolado sob nº. 28.110/2026;

Considerando o Enunciado nº. 01/2025 da Procuradoria Geral do Município;

C O N C E D E

Licença sem vencimentos com base no artigo 107 da Lei Municipal nº. 09/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campina Grande do Sul) pelo período de 01 (um) ano ao servidor **LEANDRO LEINZ DOS SANTOS - Matrícula nº. 247081,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário – Nível A10 da Tabela de Vencimentos Anexo VI da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, a partir do dia 24 de agosto de 2026 até 23 de agosto de 2027.

Campina Grande do Sul, 19 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:6F302D2C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1124/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **FRANCIELE ARMSTRONG DOS SANTOS - Matrícula nº. 319331,** ocupante do emprego público de Agente de Combate a Endemias, lotada no Departamento de Vigilância Ambiental, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Mostra de Experiências em Vigilância de Zoonoses da 2ª Regional de Saúde"**.
VI	Período da viagem;	Dia 26 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 19 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:FE967AE4

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1125/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **LUANY YONE MIYOSHI - Matrícula nº. 329443,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Veterinário, lotada no Centro de Vigilância em Saúde, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Mostra de Experiências em Vigilância de Zoonoses da 2ª Regional de Saúde"**.
VI	Período da viagem;	Dia 26 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 19 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:D1E5D0FB

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1126/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **PERPÉTUA DE CÁSSIA JACINTO DA SILVA - Matrícula nº. 326544,** ocupante do emprego público de Agente de Combate a Endemias, lotada no Departamento de Vigilância Ambiental, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Mostra de Experiências em Vigilância de Zoonoses da 2ª Regional de Saúde"**.
VI	Período da viagem;	Dia 26 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 19 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:08D63CD0

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1127/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **CLAUDIA GOMES DE LIZ - Matrícula nº. 272781,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Curso de Intervenção e Gestão em Desastres"**.
VI	Período da viagem;	Dia 31 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 19 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:6E8FC642

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1128/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 170/2026, emitido pela Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança, protocolado sob nº. 30.482/2026;

E X O N E R A

A partir da presente data, a função gratificada de Comandante do GOTE, da servidora **BEATRIS MACHADO MEIRA DA SILVA - Matrícula nº. 185381,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente da Guarda Civil Municipal – Nível A10 da Tabela de Vencimentos Anexo I da Lei Complementar Municipal nº. 31/2017.

Campina Grande do Sul, 20 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:7FF02EDD

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1129/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 170/2026, emitido pela Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança, protocolado sob nº. 30.482/2026;

D E S I G N A

A servidora **BEATRIS MACHADO MEIRA DA SILVA - Matrícula nº. 185381,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente da Guarda Civil Municipal – Nível A10 da Tabela de Vencimentos Anexo I da Lei Complementar Municipal nº. 31/2017, para exercer a função gratificada de Supervisor da Guarda Civil Municipal, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 21 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:13EFC9C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA 022/2026 - ERRATA

Dispõe sobre a posse de suplente de vereador convocado por vacância de cargo

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE-PR,**RAFAEL DE JESUS VENTURA**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Câmara e pela Lei Orgânica Municipal, visando a transparência e publicidade ao que se refere a Câmara Municipal de Vereadores de Campo do Tenente.

Considerando o Decreto Legislativo 002/2026 - Dispõe sobre a cassação do mandato eletivo do Vereador Jorge Luiz Quege por quebra de decoro parlamentar e dá outras providências.

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica empossado, a partir de 25 de agosto, o suplente vereador**Rivanildo Braz Cavalheiro,**em face da cassação do mandato do vereador Jorge Luiz Quege

Art. 2°.A referida convocação e posse na forma dos artigos 102, §1º e 103 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Campo do Tenente é em caráter definitivo.

Art. 3º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Campo do Tenente, 19 de agosto de 2026.

RAFAEL DE JESUS VENTURA
Presidente

Dê-se ciência, registre-se e publique-se

Publicado por:
Mariane de Souza
Código Identificador:EC2AE8FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°287/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Edvaldo Dias dos Santos, ocupante do cargo de Técnico em

Agrimensura, matrícula nº 10481, no período de 17 de Setembro de 2026 a 06 de Outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 09 de Outubro de 2023 a 08 de Outubro de 2024.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 19 de Agosto de 2026

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:4C87D9FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°288/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Geovane Martins Carneiro, ocupante do cargo de Técnico em Radiologia, matrícula nº 991141603, no período de 28 de Julho de 2026 a 16 de Agosto de 2026, referente ao período aquisitivo de 17 de Março de 2025 a 16 de Março de 2026, ficando a definir os dias restantes.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 19 de Agosto de 2026

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:B2D398D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°291/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Marcos Junior Viana, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 12271, no período de 14 de Setembro de 2026 a 13 de Outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 13 de Fevereiro de 2025 a 12 de Fevereiro de 2026.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 19 de Agosto de 2026

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:1FA8179A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº284/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Maria Rosana da Silva Zych, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula nº 12211, no período de 14 de Setembro de 2026 a 23 de Setembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 04 de Fevereiro de 2021 a 03 de Fevereiro de 2022.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciou seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 14 de Agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:61593B88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº285/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Flavia Maria Mainetti Grein, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 9051, no período de 28 de Setembro de 2026 a 17 de Outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 04 de Julho de 2024 a 03 de Julho de 2025.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciou seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 19 de Agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:58B0347A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº286/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Andrea Aparecida Lavandoski Piscke, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 7712, no período de 08 de Setembro de 2026 a 22 de Setembro de 2026, e também no período de 18 de Janeiro de 2027 a 01 de Fevereiro de 2027, referente ao período aquisitivo de 03 de Abril de 2025 a 02 de Abril de 2026.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciou seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 19 de Agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:C7FC403E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº289/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Maria Claudiana Fagundes, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 3711, no período de 08 de Setembro de 2026 a 27 de Setembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 08 de Fevereiro de 2023 a 07 de Fevereiro de 2024.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciou seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 19 de Agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:2B06F1E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº290/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Marcia Aparecida da Silva Ribeiro , ocupante do cargo de Técnica de Higiene Bucal, matrícula nº 6501, no período de 24 de Agosto de 2026 a 02 de Setembro de 2026, também no período de 21 de Setembro de 2026 a 30 de Setembro de 2026 e também no período de 02 de Dezembro de 2026 a 11 de Dezembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 02 de Maio de 2025 a 01 de Maio de 2026.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciou seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 19 de Agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:B2A9A74A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº292/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Stefany Maria Baumgartner, ocupante do cargo de Enfermeira, matrícula nº 991141592, no período de 08 de Setembro de 2026 a 17 de Setembro de 2026, também no período de 23 de Novembro de 2026 a 02 de Dezembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 14 de Fevereiro de 2025 a 13 de Fevereiro de 2026.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciou seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 19 de Agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:7099387A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº293/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Aline Birolli Gonçalves, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, matrícula nº 9111, no período de 03 de Setembro de 2026 a 17 de Setembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 06 de Agosto de 2024 a 05 de Agosto de 2025, ficando a definir os dias restantes.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciou seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 19 de Agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:8906F6A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº294/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Ana Maria Rodrigues, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula nº 10301, no período de 16 de Setembro de 2026 a 30 de Setembro de 2026, também no período de 03 de Fevereiro de 2027 a 17 de Fevereiro de 2027, referente ao período aquisitivo de 15 de Setembro de 2025 a 14 de Setembro de 2026.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciou seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 19 de Agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:7BD2CA6F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DA LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

O Município de Campo Magro/PR torna público com base na Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Complementar de n.º 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 22/2024 a **ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA** do **Pregão Eletrônico** nº **16/2026**, sem alterações no edital.

OBJETO: Contratação de serviço de conexão à internet por meio de links dedicados via fibra óptica, incluindo fornecimento, instalação, operação, suporte técnico e manutenção, destinados ao atendimento das unidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações técnicas, quantitativos, níveis de serviço e demais condições estabelecidas neste edital.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 94.561,44 (noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/08/2026 às 09h00min (horário Oficial de Brasília), no site www.bnc.org.br. O edital está disponível no endereço acima mencionado, através de download no site da Prefeitura (Portal da Transparência), ou por solicitação via e-mail: pregoeiro@campomagro.pr.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4044.

Campo Magro/PR, 21 de agosto de 2026.

ELAINE PROENÇA ERDEMAN
Agente De Contratação
Decreto Nº 394/2025

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:ED5581CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e cumprindo os princípios da legalidade, da publicidade e da transparência, e com base na Constituição Federal e Art. 48, § 1º, INCISO I, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, faz saber à população em geral e a quem possa interessar, que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para apresentação e discussão da **Proposta da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027**, nos seguintes termos:

Data: 24 de agosto de 2026;
Horário: às 10:00H;
Local: Câmara Municipal de Candói, situada a Av. Alfredo Antonio Budel nº 1067 – Bairro Pioneiros - Candói-Pr.

Candói, 04 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:D4BE1310

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 01/2024
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: MARIA DE LOURDES OLIVEIRA
OBJETO: CROCHÊ DA LU: CONFECÇÃO E DOAÇÃO DAS PEÇAS PRA A COMUNIDADE LOCAL
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 02/2024
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: LUCI BATISTA
OBJETO: BELAS ARTES: CONFECÇÃO DE CAIXINAS DE PRESENTE DE MATERIAIS RECICLADOS.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 03/2024
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: CLEIDE ANTUNES DAS CHAGAS
OBJETO: ARTESANATO DA CLEIDE – OFICINA GRATUITA PARA MULHERES ARTESÃS DA COMUNIDADE DO DESPRAIADO.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 04/2024

CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: ANGIELI ALCANTARA DOS SANTOS
OBJETO: BINGO SOLIDÁRIO E PALESTRA: VALORIZAÇÃO DO ARTESANATO.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 05/2024
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: ANGELITA ALVES DE ALCANTARA
OBJETO: ARTESANATO SOLIDÁRIO: CONFECÇÃO DE PEÇAS PARA BINGO SOLIDÁRIO NA COMUNIDADE.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 06/2024
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: CLEICI FRANCIELI DOS SANTOS
OBJETO: CLEICI CROCHÊ: CONFECÇÃO E PEÇAS EM CROCHÊ PARA BINGO NA COMUNIDADE.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 07/2024
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: SIRLEI DE FÁTIMA NUNES
OBJETO: SIRLEI CROCHÊ: DOAÇÃO DE PEÇAS PARA BINGO SOLIDÁRIO.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 08/2024
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: CAMILA NUNES FERREIRA
OBJETO: CAMILA ACESSÓRIOS DE MIÇANGAS.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 09/2024
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: MAICON BARBOZA PEREIRA
OBJETO: MAICON SAX: OFICINA DE SAXOFONE.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 10/2024
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: ANDREIA APARECIDA BATISTA
OBJETO: ANDREIA PINTURAS: PANOS DE PRATO PINTADOS PARA DOAÇÃO.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 11/2024
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: ROSILAINE AVELINO FERNANDEZ
OBJETO: LACINHOS DA ROSI: OFICINA DE ARTESANATO.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 12/2024
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: DUAINE DE FRANÇA
OBJETO: OFICINA DE CLARINETE PARA ALUNOS DA APAE.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 13/2024
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2024 - ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
PROPONENTE: LUANA APARECIDA MOTTA
OBJETO: LUANA MOTTA: ARTE E BELEZA: OFICINA DE MAQUIAGEM ARTÍSTIA E AUTOMAQUIAGEM PARA MULHERES PRETAS.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 2.041,66
PRAZO DE VIGENCIA: 18/12/2025.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 01/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: IDAZIMA APARECIDA DA COSTA MENEGUEL
OBJETO: UNIDOS PELA ARTE – CLUBE DE MÃES
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 02/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: ALCEU SANTOS DA CUNHA
OBJETO: COMUNIDADE UCRANIANA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOVIMENTO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CANDÓI.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 03/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: ALTAIR DA LUZ PALUCH
OBJETO: CÍRCULO ITALIANO DE CANDÓI.

RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 04/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: RENATA PADILHA ARAÚJO
OBJETO: SONHOS: OFICINA DE MÚSICA.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 05/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: ALFREDO GUNTER EHMES FILHO
OBJETO: MINI DOCUMENTÁRIO SOBRE O CACIQUE CANDÓI.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 06/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: RENATO RAMOS DE SIQUEIRA
OBJETO: GALO ROXO: O DOCUMENTÁRIO.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 07/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: SUELEN DE FREITAS SEBOLT
OBJETO: MINI DOCUMENTÁRIO SOBRE O CHARQUE E A FESTA NACIONAL DO CHARQUE.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 08/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: HALLAN PAULO MALAQUIAS
OBJETO: REALIZANDO UM SONHO: OFICINA DE MÚSICA.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 09/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: EDER SELESTRINO
OBJETO: VIDEO CLIPE DE UMA MÚSICA INÉDITA.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 10/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: JEFERSON NUNES FERREIRA
OBJETO: MINI DOCUMENTÁRIO SOBRE A BANDA MUNICIPAL TALENTOS DA TERRA.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 11/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: TIAGO FERNANDO FARIAS
OBJETO: MINI DOCUMENTÁRIO SOBRE AS BELEZAS NATURAIS DE CANDÓI.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 12/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: PAULO RENAN BRAGA
OBJETO: MINI DOCUMENTÁRIO SOBRE OS BASTIDORES DA CAVALGADA DA INTEGRAÇÃO.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 13/2025
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO
EDITAL Nº 01/2025 – PROJETOS AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE
PROPONENTE: EDINALDO DOS SANTOS RIBEIRO
OBJETO: OFICINA DE PINTURA EM TELA PARA PESSOAS COM TEA.
RECURSOS FINANCEIROS: R$ 3.364,36
PRAZO DE VIGENCIA: 10/06/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:D864CE1F

SECRETARIA DE SAÚDE
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADOS A ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.
.

EDITAL Nº 03/2026
DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O**MUNICIPIO DE CANDÓI**, por meio da Secretaria de Cultura, **DIVULGA** a relação das inscrições deferidas e indeferidas do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 –** POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADOS A ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, conforme a seguir:

Inscrições Deferidas.

ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

OR.	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO PROPONENTE	DADOS DO PROJETO
01	01	Angelita Alves de Alcântara	**Arte em pontos: Crochê** Oficina de crochê para mulheres do Despraiado.
02	02	Angieli Alcântara dos Santos	**Crochê para todas** Oficina prática de crochê.
03	03	Renato Ramos de Siqueira	**Festa em honra a São Pedro e São Paulo** – Comunidade São Pedro. Minidocumentário
04	04	Simone Neves da Silva	**Vozes Do Despraiado – Saberes, Mulheres E Tradições Quilombolas** Videoclipes da comunidade

Eventuais recursos deverão ser protocolados junto a Secretaria de Cultura, situada no Centro Cultural Doridin Antunes na Av. José Antunes Fabrício, 1944 ou pelo e-mail: cultura@candoi.pr.gov.br, **até às 17h do dia 26 de agosto de 2026**.
Candói, 21 de agosto de 2026.

MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA
Secretário de Cultura

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:81643D22

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 022/202

CONTRATO Nº 022/202
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90097/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4.437/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: DUTRA & DELIBERALLI CONSTRUÇÕES LTDA. - CNPJ nº 29.304.186/0001-54.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo e a supressão, no âmbito do Contrato nº 022/2026, cujo objeto consiste na prestação de serviços de manutenção predial na edificação da Casa Lar, abrangendo sistemas elétricos, revestimentos, pisos, esquadrias, cobertura e pintura, com base na tabela de insumos do SINAPI (Não Desonerado), conforme detalhamento técnico e orçamento anexos a este instrumento.
FUNDAMENTO O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos arts. 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na Cláusula Décima Oitava do Contrato nº 022/2026, em razão da necessidade de acréscimo e supressão, conforme justificativa e parecer técnico constantes dos autos, observados os limites legais e contratuais.
VALOR ACRÉSCIMO: R$ 10.003,50 (dez mil e três reais e cinquenta centavos).
VALOR SUPRESSÃO: R$ 5.589,17 (cinco mil quinhentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos).
DATA DE ASSINATURA: 21/08/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:B4EB7A08

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 166/2025

CONTRATO Nº 166/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90008/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4.077/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: DUTRA & DELIBERALLI CONSTRUÇÕES LTDA. - CNPJ nº 29.304.186/0001-54.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo e a supressão de serviços, com consequente alteração do valor do Contrato Administrativo nº 166/2025, cujo objeto consiste na execução, por empreitada por preço global, da obra de reforma da edificação do Clube de Mães na Comunidade Cachoeira, no Município de Candói/PR, conforme justificativas constantes do parecer técnico, planilhas orçamentárias de acréscimos e glosas e demais documentos integrantes do processo administrativo.
FUNDAMENTO: O presente Termo Aditivo fundamenta-se no disposto nos arts. 124, inciso I, alínea "a", e 125, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como na Cláusula Décima Oitava – Das Alterações Contratuais, especialmente nos itens 18.1 e 18.2 do Contrato Administrativo nº 166/2025.
VALOR SUPRESSÃO: R$ 10.168,54 (dez mil, cento e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos).
VALOR ACRÉSCIMO: R$ 25.072,31 (vinte e cinco mil, setenta e dois reais e trinta e um centavos).
DATA DE ASSINATURA: 21/08/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:882C3535

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 127/2025

CONTRATO Nº 127/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e do valor do Contrato Administrativo nº 127/2025, cujo objeto é a Contratação de serviço de Merendeira, através de cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme características, quantitativos e demais exigências estabelecidas no instrumento contratual.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamento legal as disposições contidas no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, em conformidade com o previsto na Cláusula 2.1, § 1º, do Contrato Administrativo.
VALOR: R$ 39.106,92 (trinta e nove mil, cento e seis reais e noventa e dois centavos).

VIGÊNCIA: 29/08/2027.

DATA DE ASSINATURA: 21/08/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:EFAF75AD

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 114/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 (90.004/2025)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ sob o nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: Contratação de serviço de inspetor de alunos de 40h semanais, através de cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
VALOR GLOBAL: R$ 60.543,72 (sessenta mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contado da assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 19/08/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:FB8D21C2

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO Nº 3.102/2026 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026.

NUMERO DA CONTRATAÇÃO PNCP 985499 - 019/2026. **ÓRGÃO LICITANTE:** Município de Candói, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 95.684.478/0001-94. **UASG:** 985499. **OBJETO:** Registro de preços para a futura e eventual prestação de serviços de transporte com caminhões caçamba basculante, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos. **VALOR ESTIMADO: R$ 506.800,00** (quinhentos e seis mil e oitocentos reais). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço. **LOCAL:** Sistema Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras/pt-br). **DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO:** 10/09/2026 – 08h30min. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.candoi.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:** através de protocolo pelo sistema de Processos Digitais do município (https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp) ou pelo e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br. Assinado digitalmente em 21/08/2026 por

SILVESTRE GONÇALVES FERREIRA FILHO,
Agente de Contratação,
Portaria nº 217/2023.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:7F9DC2A6

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE PERMISSÃO Nº 001/2026

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO

TERMO DE PERMISSÃO Nº 001/2026
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
PROCESSO Nº 2.970/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: ANTHARYS EVENTOS LTDA - CNPJ sob o nº 00.816.905/0001-34.
OBJETO: O presente Termo tem por objeto a permissão de uso, a título precário e oneroso, do espaço público descrito a seguir, localizado no Parque do Lago, durante os dias 27 a 30 de agosto de 2026, para fins de exploração comercial de lanches em geral, tais quais: churros, crepe suíço, pasteis, hamburger ou similares e bebidas destiladas tais quais: drinks, caipiras, coquetéis (capetas) cervejas, chopp, refrigerantes, água, bebidas em geral, durante a XX Festa Nacional do Charque.
VALOR GLOBAL: R$ 153.200,00 (cento e cinquenta e três mil, e duzentos reais)
VIGÊNCIA: A presente permissão de uso tem vigência de 03 (três) meses, contados da data de sua assinatura, para fins de formalização, controle e efeitos administrativos.
DATA DE ASSINATURA: 21/08/2026.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:ED1E4218

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO N.º 323/2026 DATA: 19-08-2026

SÚMULA: Nomeia Servidora em Estágio Probatório e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, com base nas Leis n.º 1.784/2012, 1.785/2012 e no Edital nº 17.001/2025, de Homologação do Concurso Público Municipal,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica a abaixo relacionada, nomeada em Estágio Probatório, no Cargo, Tabela de Vencimento e Referências que mencionam, em virtude de habilitação em Concurso Público Edital n.º 001/2025.

SERVIDOR (A)	RG-CPF Nº.	CARGO	Tabela de Vcto.	Ref.
Kaoana Nayara Grisa	075.***.***-77	Agente de Administração	I	30

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, PR., 19 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:B52597B5

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 324/2026 DATA: 21-08-2026

SÚMULA: Exonera a pedido, as ocupantes de emprego público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam exoneradas a pedido, as ocupantes de emprego público de Professor - PSS, abaixo relacionadas:

Matrícula	Nome	RG-CPF. nº	Emprego Público
124302/1	Antoninha Grassi Pereira	061.***.***-10	Professor – PSS
124359/1	Ataize Fernanda Machado de Salles	098.***.***-38	Professor – PSS

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Junior Bertramelli
Código Identificador:040D57A8

GABINETE PREFEITO
DECRETO N.º 326/2026 DATA: 21-08-2026

SÚMULA: Nomeia Servidora em Estágio Probatório e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, com base nas Leis n.º 1.784/2012, 1.785/2012 e no Edital nº 17.001/2025, de Homologação do Concurso Público Municipal,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica a abaixo relacionada, nomeada em Estágio Probatório, no Cargo, Tabela de Vencimento e Referências que mencionam, em virtude de habilitação em Concurso Público Edital n.º 001/2025.

SERVIDOR (A)	RG-CPF Nº.	CARGO	Tabela de Vcto.	Ref.
Isadora Lourenço	123.***.***-82	Técnico em Enfermagem	I	36

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, PR., 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:B7E46CE5

GABINETE PREFEITO
DECRETO N.º 327/2026 DATA: 21-08-2026

SÚMULA: Nomeia servidora em Estágio Probatório e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, com base nas Leis n.º 1.784/2012 e nº 2.358/2018 e no Edital nº 17.001/2025 (Homologação do Concurso Público),

D E C R E T A

Art. 1º - Fica a abaixo relacionada nomeada, em Estágio Probatório, no Cargo, Nível e Classe que menciona, em virtude de habilitação em Concurso Público Edital n.º 001/2025.

SERVIDOR (A)	RG-CPF Nº	CARGO	LF.	Nível	Classe.
Jessica Caroline Ragação	102.***.***-55	Professor(a)	01	B	1

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:B2EE9CFA

GABINETE PREFEITO
DIARIA 347/2026 SAUDE

PORTARIA Nº 347/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Elenoir Lucas Fontana	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	16 de agosto de 2026.	HOSPITAL E POLI AMBULATORIO NOSSA SENHORA APARECIDA
Fabian de Oliveira Martins	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	14 de agosto de 2026.	HOSPITAL E POLI AMBULATORIO NOSSA SENHORA APARECIDA
Valdemar Domingos de Quadros	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	13 de agosto de 2026.	HOSPITAL REGIONAL DE GUARAPUAVA INTERNAMENTO DE PACIENTE
Israel Reis Bento	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	13 de agosto de 2026.	. HOSPITAL REGIONALDE GUARAPUAVA BUSCAR PACIENTE DE ALTA .
Elisange Hartman	Técnica Enfermagem	01 (uma)	Guarapuava – PR	13 de agosto de 2026.	

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:0B5520DD

GABINETE PREFEITO
DIARIA 348/2026 SAUDE ASSISTENCIA E INDUSTRIA COMERCIO

PORTARIA Nº 348/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Tatiane Schweing de Paula	Técnica Enfermagem	10 (dez)	Cascavel – PR	03,04,05,06,07,10,11,12,13,14 de agosto de 2026.	HUOP, INOVA SÃO LUCAS, CEONC,
Oatana Greicy Estival	Técnica Enfermagem	07 (sete)	Cascavel e São Miguel – PR	03,05,06,09,10,13,14 de agosto de 2026.	HUOP, INOVA SÃO LUCAS, CEONC
Simone Ferreira Neto Olegario	Enfermeira	02 (duas)	Cascavel – PR	06 e 09 de agosto de 2026.	HUOP
Rosimeri Nunes	Agente comunitária de saude	02 (duas)	Cascavel – PR	06 e 13 de agosto de 2026.	. Acompanhar paciente na Proneuro
Tayna Kananda Ribeiro	Conselheira tutelar	01 (uma)	Cascavel – PR	07 de agosto de 2026.	Acompanhar usuária na realização de exame de DNA para investigação de paternidade
Rosangela Cristina Capeleti Sedoski	Agente de ADM/responsavel pelo posto de identificação	01 (uma)	Cascavel – PR	21 de agosto de 2026.	Buscar documentos no IIPR, JSM cascavel

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:834255DC

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUARIA
TERMO ADITIVO Nº. 002/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 078/2024. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 387/2024.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* e de outro lado a empresa ***ODAIR GRABOSKI - ME,*** com sede na Rua Oiapós, 725, Bairro São José Operário, em Capanema, Estado do Paraná, CEP: 85.760-000, inscrita no CNPJ sob n. º 17.179.825/0001-18, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *ODAIR GRABOSKI,* portador do CPF sob n. º 028.455.839-74. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência e prestação dos serviços, para até mais 12 (doze) meses e do valor do Termo Contratual original com aplicação de reajuste, mantidas as demais condições firmadas em 15 agosto de 2024 e aditivos subsequentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL
Prestação de serviços terceirizados (encarregado e coletores), mediante o regime de execução indireta, com natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, atendendo a coleta anual de

até 2.520 toneladas/ano de resíduos orgânicos/rejeitos, na área urbana do município de Capitão Leônidas Marques/PR, incluindo Bom Jesus e Distrito de Alto Alegre do Iguaçu, passa de R$ 235,07 (duzentos e trinta e cinco reais e sete centavos) para R$ 241,59 (duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e nove centavos) a tonelada, com aplicação da variação do índice no percentual de 2,7722% de acordo com o cálculo atualizado pelo IGP-M (Ind. Geral de Preços do Mercado).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Soma-se ao valor inicialmente contratado o total de R$ 608.806,80 (seiscentos e oito mil oitocentos e seis reais e oitenta centavos), referente ao período de renovação.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência até 15 de agosto de 2027.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ratificam-se as demais disposições do Contrato e Alteração não modificadas por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 14 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

ODAIR GRABOSKI - ME
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:772BEB95

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
TERMO ADITIVO Nº 001/2026. TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 051/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N º 177/2026.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa VIGORE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita à Rua Jacinto Roveda, 1098, Bairro Santa Bárbara, Capanema, Estado do Paraná, CEP: 85.761-316, inscrita no CNPJ sob nº 19.224.408/0001-75, neste ato representada legalmente por seu Presidente, Sr. JÚLIO ANTÔNIO FULMAN SANCHES portador do CPF sob nº 073.039.839-02. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência para até mais 01 (um) mês a partir do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

Fica prorrogada o prazo de vigência para até 05.09.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

VIGORE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:7AB8541E

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 308/2026

DATA: 06.08.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 2.800,00 (Dois Mil e Oitocentos Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:

10.000 - SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
10.001 – DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL
10.001.8.245.1028.2183-3.3.90.39.00.00.00.00 – Out S R$2.800,00 00954/01011.09.06(SF) - Fortalec. Rede Prot. e Enfrent. 2.800,00

Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:

10.000 - SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
10.001 - DEPARTAMENTO DE PROTEÇAO SOCIAL
10.001.8.245.1028.2183-3.3.90.30.00.00.00.00 - Mat C R$2.800,00 00954/01011.09.06(SF) - Fortalec. Rede Prot. e Enfrent. 2.800,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 06 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:27AE574A

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
INEX. 134/2026 - EXTRATO CTO 386/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 134/2026.

Processo Adm. Nº 139/2026.
Solicitação Nº 281/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 79.040,00 (setenta e nove mil e quarenta reais), a favor da empresa ***TORNEARIA DIRCEU LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Rodovia Br 163, Vila Rural, município de Capitão Leônidas Marques-Pr, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob nº 45.581.608/0001-95, para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 386/2026.

REF:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 134/2026.

Processo Adm. Nº 239/2026.
Solicitação Nº 281/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: TORNEARIA DIRCEU LTDA.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

VALOR: R$ 79.040,00 (setenta e nove mil e quarenta reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 535 – 15.001.18.541.1017.2211.3.3.90.39.00 – 511, 504 e livre;**
*** 513 – 14.001.20.606.1015.2209.3.3.90.39.00;**
*** 471 – 13.001.15.451.1010.2204.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:322C1278

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
INEX. 135/2026 - EXTRATO CTO 387/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 135/2026.

Processo Adm. Nº 240/2026.
Solicitação Nº 282/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 79.040,00 (setenta e nove mil e quarenta reais), a favor da empresa ***MARCOS ANTONIO VIEIRA,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Estrada Municipal, nº 113, residência Colina, município de Capitão Leônidas Marques-Pr, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob nº 15.136.601/0001-01, para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 387/2026.

REF:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 135/2026.
Processo Adm. Nº 240/2026.
Solicitação Nº 282/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: MARCOS ANTONIO VIEIRA.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

VALOR: R$ 79.040,00 (setenta e nove mil e quarenta reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 535 – 15.001.18.541.1017.2211.3.3.90.39.00 – 511, 504 e livre;**
*** 513 – 14.001.20.606.1015.2209.3.3.90.39.00;**
*** 471 – 13.001.15.451.1010.2204.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:5BA7E67A

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
INEX. 136/2026 - EXTRATO CTO 388/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 136/2026.

Processo Adm. Nº 241/2026.
Solicitação Nº 283/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 53.950,00 (cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta reais), a favor da empresa ***JF TORNO E SOLDA LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Rodovia BR 163, s/nº, bairro São Gabriel, município de Capitão Leônidas Marques-Pr, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob nº 46.951.500/0001-00, para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 388/2026.

REF:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 136/2026.
Processo Adm. Nº 241/2026.
Solicitação Nº 283/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: JF TORNO E SOLDA LTDA.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

VALOR: R$ 53.950,00 (cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 535 – 15.001.18.541.1017.2211.3.3.90.39.00 – 511, 504 e livre;**
*** 513 – 14.001.20.606.1015.2209.3.3.90.39.00;**
*** 471 – 13.001.15.451.1010.2204.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:CB9A1662

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
INEX. 137/2026 - EXTRATO CTO 389/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 137/2026.

Processo Adm. Nº 242/2026.
Solicitação Nº 284/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais), a favor da empresa ***ALCIR BORGES DOS SANTOS - ABS - CARROCERIAS,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Rodovia de Acesso Secundário a Capitão Leônidas Marques, s/nº, Km 1.7, zona rural, Linha Tigrinho, município de Capitão Leônidas Marques-Pr, Estado do Paraná, CEP: 85.792-899, inscrita no CNPJ sob nº 18.630.666/0001-99, para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 389/2026.

REF:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 137/2026.
Processo Adm. Nº 242/2026.
Solicitação Nº 284/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: ALCIR BORGES DOS SANTOS - ABS - CARROCERIAS.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

VALOR: R$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 535 – 15.001.18.541.1017.2211.3.3.90.39.00 – 511, 504 e livre;**
*** 513 – 14.001.20.606.1015.2209.3.3.90.39.00;**
*** 471 – 13.001.15.451.1010.2204.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:26DC6FA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001/2026. TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 058/2024. CONTRATO DE FORNECIMENTO N º 382/2024.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI*, em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***MAFUZ ABRÃO, RIBEIRO & CARON advogados,*** com sede na Rua Marechal Deodoro, 51, conj., 201, 2º andar, CEP: 80.020-320, Centro, Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 05.726.626/0001-01, neste ato representada legalmente por **MAFUZ ANTONIO *ABRÃO,*** Sócio Advogado, inscrito na OAB/PR sob o nº 7151. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 12 (doze) meses do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:
Fica prorrogada a vigência para até 15.08.2027.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, em 14 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

MAFUZ ABRÃO, RIBEIRTO & CARON ADVOGADOS
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:7E5333CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 325 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAXWELL SCAPINI, Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei nº 2.166/2016, DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os Conselheiros e Suplentes abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Educação – CME com prazo de vigência de 03 (três) anos:
I – Representantes do Poder Executivo Municipal:
Titular: Cristiano Júnior Bertramelli
Suplente: Cleuza Maria da Silva

II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Luiz Carlos Ledur
Suplente: Elaine Maria de Moura de Oliveira

III – Representantes dos trabalhadores da educação da Rede Municipal de Ensino de qualquer nível e modalidade:
Titular: Luana Andrieli Scherer Pontes
Suplente: Amanda Locks da Silva

IV - Representantes dos trabalhadores da educação da Rede Estadual de Ensino de qualquer nível e modalidade:
Titular: Andreo Francisco Steuernagel
Suplente: Thaisy Galdino Pivato

V – Representantes dos Professores dos Centros Municipais de Educação Infantil:
Titular: Francieli Pereira Anders
Suplente: Maryzangela Bonfanti

VI – Representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Sheila da Silva
Suplente: Rosméri Prause da Silva

VII - Representantes dos Professores da Rede Estadual de Ensino:
Titular: Teresinha Cristina Bertramelli Casali
Suplente: Cláudia Regina Pelizzari da Silva

VIII - Representante dos Professores Rede Privada de Ensino:
Titular: Henri Vinícius Corrêa

IX – Representantes da Escola de Educação Básica na modalidade de Educação Especial:
Titular: Fabíola Nardin
Suplente: Márcia Raulino Barea Vcozak

X – Representantes dos Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Eliane Maia de Oliveira Nunes
Suplente: Jacqueline Viviane do Nascimento

XI - Representantes dos Conselhos Escolares da Rede Estadual de Ensino:
Titular: Geraldina Marli das Dores Rossi
Suplente: Paulo Batista

XII - Representantes do Conselho Tutelar:
Titular: Tayna Kananda Ribeiro
Suplente: Francielli das Dores

XIII – Representantes dos diretores da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Jandira Salete Fernandes Graciolli
Suplente: Rosângela Rosemeri da Rosa Bernardi

XIV- Representantes dos diretores da Rede Estadual de Ensino:
Titular: Solange Neves Pain Grosseli
Suplente: Rosimary Rocha dos Santos Kuhn

XV – Representantes dos pais de alunos da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Marli de Chechi Afonso
Suplente: Cleidir Maria Sfolia

XVI- Representantes dos pais de alunos da Rede Estadual de Ensino:
Titular: Iara Pessatto
Suplente: Regiane Cristina Carraro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, alterando o Decreto nº 124, de 26 de março de 2024 e suas disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Paraná, 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Rohr Grohalski Gomes
Código Identificador:979F0C71

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 082/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2026.
CÓDIGO COMPRAS.GOV: 26/2026.

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recarga de extintores de incêndio, visando adequar as Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil e demais unidades vinculadas à SEMED, atendendo ao previsto no Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, CB/PMPR, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 8.322,29 (oito mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: até às 08:15h do dia 15.09.2026.

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30h do dia 15.09.2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***Menor preço por lote***

MODO DE DISPUTA: ***Aberto***

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***

· ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.***
· ***AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.***
· ***SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 **– Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(transparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:EF76A036

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 076/2024. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 381/2024.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI,* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***MISSÃO VIAGENS E TURIMOS LTDA,*** com sede na Rua Campo Grande, 106, em Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob n. º 84.940.287/0001-20, neste ato devidamente representada por sua Titular, Senhora *EDIMARA CATANI,* portadora do CPF sob n. º 577.816.219-72. Fundamentando-se na Lei 14.133 de 01.04.2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência e prestação dos serviços, para até mais 12 (doze) meses e do valor do Termo Contratual original com aplicação de reajuste, mantidas as demais condições firmadas em 13 de agosto de 2024 e aditivos subsequentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL
Prestação de serviço de transporte escolar, incluindo o fornecimento de veículo com capacidade mínima de 20 (vinte) lugares, abastecidos de combustível, com dois operadores por veículo, sendo um motorista/condutor e outro monitor/acompanhante dos alunos, público alvo da educação especial. O transporte destina-se aos alunos que frequentam a Escola de Educação Básica Aristelino Bittencourt Voltolini Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Educação de Jovens e Adultos – Fase I, na modalidade de Educação Especial de Capitão Leônidas Marques. O serviço compreende tanto o deslocamento dos alunos da sua residência até a escola, quanto o retorno, seguindo os roteiros e quilômetros estabelecidos diariamente, conforme itinerário, em conformidade com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, passa de R$ 12,58 (doze reais e cinquenta e oito centavos) para R$ 13,14 (treze reais e quatorze centavos) o quilômetro, com aplicação da variação do índice no percentual de 4,4430% de acordo com o cálculo atualizado pelo IPCA (Ind. Preços ao Consumidor Amplo).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Soma-se ao valor inicialmente contratado o total de R$ 210.240,00 (duzentos e dez mil e duzentos e quarenta reais), referente ao período de renovação.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência até 13 de agosto de 2027.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ratificam-se as demais disposições do Contrato e Alteração não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

MISSÃO VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:A1C96E95

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 002/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 077/2021. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 328/2021.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI,* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***MISSÃO VIAGENS E TURISMO LTDA - ME***, sita à Rua Campo Grande, 106, Loteamento Malmann, em Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 84.940.287/0001-20, neste ato devidamente representada por sua Titular, Senhora *EDIMARA CATANI* portadora do CPF sob n. º 577.816.219-72. Fundamentando-se na Lei 8.666/93 de 21.06.93, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência e prestação dos serviços em caráter excepcional, para até mais 06 (seis) meses e do valor do Termo Contratual original e aditivado, mantidas as demais condições firmadas em 22 de julho de 2021 e aditivos subsequentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL
ITEM I - CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO PARA DESLOCAMENTO DE ESTUDANTES, COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR PARA 42 PASSAGEIROS, COM AR CONDICIONADO, BANCOS RECLINÁVEIS, SEGUROS DOS PASSAGEIROS, REGISTRO NO ÓRGÃO FISCALIZADOR, COM DISPONIBILIDADE DE MOTORISTA, PARA TRANSPORTE DE ESTUDANTE UNIVERSITÁRIOS, PARA ATENDER A ROTA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES E REALEZA (IDA E VOLTA). FAZENDO PARTE DA ROTA UFFS, CESREAL, IFPR, no valor de R$ 779,79 (setecentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos) a viagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Soma-se ao valor inicialmente contratado e aditivado o total de R$ 97.473,75 (noventa e sete mil quatrocentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos), referente ao período de renovação.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência até 22 de janeiro de 2027.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ratificam-se as demais disposições do Contrato e Alteração não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

MISSÃO VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:198DC820

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SRP Nº 07/2026 PROCESSO INTERNO Nº 96/2026

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**PACTO AMBIENTAL CONSULTORIA LTDA – CNPJ Nº**

	31.377.531/0001-21
Objeto	Contratação de pessoa jurídica para consultoria técnica ambiental ao Município de Carlópolis, incluindo elaboração de estudos e relatórios, apoio em licenciamento e regularização ambiental e assessoramento técnico conforme diretrizes do IAT e demais órgãos competentes
Vigência da Ata de Registro de Preços	20/08/2026 à 20/08/2027
Valor Contratual	**R$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 20 de agosto de 2026.

ALCEU CARDOSO MENDES FILHO
Secretario Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
PACTO AMBIENTAL CONSULTORIA LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:8D60680D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 302/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026 PROCESSO INTERNO Nº 88/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**NET SAT ORIGINAL LTDA, CNPJ 30.736.640/0001-25**
Objeto:	Contratação de empresa para realização e organização de Rodeio em touros e cavalos, locação de som para o rodeio, locação de mini fazendinha, prova de três tambores, premiações inclusas, seguro para os participantes, para festividades da XV FRUTFEST, entre os dias 03, 04, 05, 06 e 07 de setembro de 2026
Vigência do Contrato:	21/08/2026 à 21/08/2027
Valor Contratual:	**R$ 449.800,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais)**

Dotação Orçamentária
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 963 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 21 de agosto de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Contratante

NET SAT ORIGINAL LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:CE5AC921

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 228/2026 - GRATIFICA SERVIDORES MUNICIPAIS MEMBROS DE COMISSÃO.

DECRETO Nº 228/2026

SÚMULA: Gratifica servidores municipais e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º) – Ficam gratificadas em percentual de 20% (vinte por cento), em virtude de terem desempenhado a atribuição de membro de comissão de processo administrativo, nos termos do artigo 6º da Lei nº 199/2021, as servidoras públicas municipais:

Adriana Ramina Gava, matrícula nº 823-0;
Patricia Pavan Zardo, matrícula nº 99766-8.
Viviane dos Santos Almeida Thomé, matrícula nº 100257-0.

Art. 2º) A gratificação de que trata o artigo anterior, refere-se ao período correspondente à atuação na referida comissão, conforme designação através da Portaria nº 024/2026.

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 20 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:46FF7C2F

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 229/2026 - GRATIFICA SERVIDORES MUNICIPAIS MEMBROS DE COMISSÃO.

DECRETO Nº 229/2026

SÚMULA: Gratifica servidores municipais e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º) – Ficam gratificados em percentual de 20% (vinte por cento), em virtude de terem desempenhado a atribuição de membro de comissão de concurso público, nos termos do artigo 6º da Lei nº 199/2021, os servidores públicos municipais:

Luciano Zin, Presidente, matrícula nº 99819-2;
Paulo Roberto Ramos Machado, Secretário, matrícula nº 819-2.
Lucas Mathias dos Santos Silva, membro, matrícula nº 99826-5.

Art. 2º) A gratificação de que trata o artigo anterior, refere-se ao período correspondente à atuação na referida comissão, conforme designação através da Portaria nº 025/2026.

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 20 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:0CF19AE4

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 230/2026 - CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 230/2026

SÚMULA: Gratifica servidora municipal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º Fica concedida à servidora GEIZIMAR ALVES DE ARAÚJO, matrícula nº 100227-9, ocupante do cargo efetivo de Professora, gratificação correspondente a 50% (cinquenta por cento), em razão do desempenho de atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme necessidade e interesse da Administração, nos termos da legislação municipal vigente, em especial a lei 199/2021.

Art. 2º A gratificação será devida enquanto perdurar a situação que fundamentou sua concessão, podendo ser cessada mediante ato da Administração, observando a necessidade e possibilidade e a legislação aplicável.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 20 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:E40A8FC6

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 234/2026

Súmula: Declara inservível bem da administração pública e autoriza a exclusão dos mesmos do registro patrimonial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
Considerando que o parecer da Comissão de Patrimônio Público nomeada pela Portaria nº 111/2025, constatou que o bem patrimonial abaixo especificado foi julgado inservível, inutilizável, obsoleto ou perdido;
Considerando que o referido bem, quando passível de reparação ou conserto têm custo de recuperação superior ao valor de mercado do respectivo bem restaurado;
Considerando que o Balanço Patrimonial deve refletir a exata situação dos bens municipais;

D E C R E T A

Art. 1º. Ficam declarado inservível o seguinte bem patrimonial.

Item	N° da Placa Patrimonial	Marca/Modelo	Placa	Ano/Mod.
1	3392	MICRO ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE A5 COR PRATA CHASSI: 93PB10A1S3CO531 RENAVAN: 80.718643-0	AOM - 1015	2003

Parágrafo único. Fica autorizada a baixa patrimonial do bem acima elencado.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 21 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:A7534AD5

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 235/2026 - CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 235/2026

SÚMULA: Concede aposentadoria a Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com as regras de transição previstas no artigo nº 29 concomitante com o artigo 30 da Lei Municipal nº 253/2022, com fundamento na Emenda Constitucional nº 47/2005,

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida ao servidor público municipal CELSO THISEN, CPF nº ***.519.899-**, matrícula nº 43-4, aposentadoria no cargo efetivo de Assistente Administrativo, por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, no valor de R$ 3.663,06 (três mil seiscentos e sessenta e três reais e seis centavos) assegurada a percepção do salário mínimo vigente, quando aplicável, observado o piso mínimo remuneratório estabelecido pela legislação do Município de Catanduvas/PR, nos termos da legislação previdenciária vigente, art. 29 da Lei 253 de 2022.
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 21 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:1747CAED

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 236/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA**.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:
I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.09.08.122.1200.2.022	3.1.90.13.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 1.494,88
02.09.08.122.1200.2.022	3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0	R$ 16.152,87

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.04.04.122.1050.2.005	3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0	R$ 16.152,87
02.09.08.244.1200.2.023	3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 1.494,88

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma Execução de Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 21 de Agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:83315ABF

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 237/2026 - GRATIFICA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 237/2026

SÚMULA: Gratifica servidora municipal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º Fica acrescentada gratificação em percentual de 50% (cinquenta por cento) à servidora Fabrícia Neto Cortes, matrícula nº 998451, em razão do desempenho de atribuições adicionais às inerentes ao cargo efetivo, na função de Gerente da Agência do Trabalhador, junto ao SEBRAE/PR, conforme estabelecido na Portaria nº 33/2026, nos termos da legislação municipal vigente.
Art. 2º A gratificação será devida enquanto perdurar o desempenho das atribuições adicionais que fundamentaram sua concessão, podendo ser cessada por ato da Administração, observada a legislação aplicável.
Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos enquanto perdurar a situação que fundamentou a concessão da gratificação.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 21 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:A0D32FF5

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2026 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 006/2026

Concurso Público nº 001/2026

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação vigente, CONVOCA o(s) candidato (s) classificado (s), no Concurso Público– Edital nº 001/2026, abaixo relacionado(s), para que compareça(m) ao Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente a publicação deste edital, munido (s) da documentação para iniciar o processo de contratação, conforme previsto no Edital nº 001/2026, observando o contido na Instrução Normativa correspondente a "Admissões de Pessoal" do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	CARGO	CLASS.
KAILAINE STEFANI ALMEIDA DA SILVA	Agente de Apoio	1ª
ALESSANDRA FÁTIMA SILVA	Agente de Apoio	2ª
JOSIANE PATRICIA GONCALVES SUTIL	Agente de Apoio	3ª
GABRIEL APARECIDO PECCHER	Motorista	5ª
ADRIANO BORILLE	Operador de Máquinas	3º

Conforme previsto no Edital nº 001/2026 do Concurso Público, o candidato aprovado e convocado para posse deverá apresentar os documentos originais, acompanhados de cópias a serem autenticadas no seu recebimento, além de cumprir todos os demais requisitos estabelecidos no referido Edital.
Gabinete do Prefeito, Município de Catanduvas/PR, em 21 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:F5A067BD

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EDITAL RECLASSIFICAÇÃO Nº 006/2026 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

EDITAL RECLASSIFICAÇÃO Nº 006/2026
Concurso Público nº 001/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, e das **disposições legais aplicáveis,**
Considerando o Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2026, especialmente os itens **1.4, 1.8, 2.3** e **9,** que estabelecem a aceitação das regras do certame pelos candidatos, o prazo de validade do concurso, a formação de cadastro de reserva, as convocações durante a vigência do certame e a observância da ordem de classificação;
Considerando o requerimento administrativo protocolado pelo candidato, por meio do qual manifesta expressamente sua renúncia à classificação originalmente obtida e requer sua reclassificação para o final da lista de classificados;
Considerando que o pedido decorre de manifestação livre e voluntária do candidato, inexistindo prejuízo à Administração Pública, aos demais candidatos aprovados ou à ordem de classificação do certame;
Considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, razoabilidade, segurança jurídica, autotutela administrativa e supremacia do interesse público;
Considerando o interesse da Administração em preservar a ordem de classificação e a continuidade das convocações, sem prejuízo aos demais candidatos;
TORNA PÚBLICO
Art. 1º. Fica **DEFERIDO** o pedido de reclassificação para o final da lista de aprovados do Concurso Público nº 001/2026, apresentado pelo candidato:
Nome: BIANCA REGINA RHODEN SPARES. Cargo: Fonoaudiólogo.
Inscrição nº: 711. Classificação Original: 2º
Edital de Convocação nº 005/2026.
Art. 2º. Em decorrência do deferimento do pedido, o candidato passa a ocupar a última colocação da lista de classificação correspondente à modalidade de concorrência para a qual foi aprovado, observada a ordem de classificação existente na data da reclassificação, passando todos os candidatos subsequentes a ocupar as posições imediatamente anteriores.
Art. 3º. A reclassificação importa na renúncia à classificação originalmente obtida, permanecendo o candidato apto às futuras convocações durante o prazo de validade do Concurso Público, sem direito de preferência em relação aos demais candidatos classificados.
Parágrafo único. A presente reclassificação possui caráter irrevogável, não sendo facultado ao candidato o retorno à classificação originalmente obtida.

Art. 4º. A futura convocação do candidato ficará condicionada à existência de vaga, ao interesse e à conveniência da Administração Pública, à observância da nova ordem de classificação e ao prazo de validade do Concurso Público nº 001/2026.
Parágrafo Primeiro. A reclassificação para o final da lista de aprovados não gera direito adquirido ou expectativa de direito à nova convocação, nomeação ou posse, constituindo mera possibilidade, condicionada à necessidade da Administração, à disponibilidade de vagas e à vigência do Concurso Público.
Parágrafo Segundo. O candidato será convocado exclusivamente de acordo com a nova ordem de classificação, aplicando-se lhe todas as regras previstas no Edital do Concurso Público nº 001/2026 relativas à nomeação, posse e exercício.
Art. 5º. A Administração promoverá a atualização da lista de classificação do cargo de **Fonoaudiólogo** do Concurso Público nº 001/2026, observando a reclassificação ora deferida, passando esta a produzir efeitos para todas as futuras convocações.
Art. 6º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 21 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:772B7916

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 056/2026

PORTARIA Nº 056/2026

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e em observância a Lei Orgânica do Município, face ao contido no art. 138, inciso XVIII, bem como o regulamentado pelo Decreto 099/2009 e considerando que o (os) requerente (s) atende (m) aos requisitos exigidos para deferimento do pedido,
RESOLVE
Art. 1º) -Conceder licença especial pelo período de três meses, ao Servidor abaixo relacionado:

Nome	CPF nº	Matricula	Cargo	Período da Licença
Luiz Cultz	***.112.059-**	2038-9	Operador de Máquinas	24/08/2026 a 23/11/2026

.
Art. 2º) O Servidor nominado e beneficiado com a licença especial deverá retomar suas atividades no primeiro dia útil subseqüente ao último dia da licença que ora é concedida, sem qualquer aviso ou notificação.
Art. 3º) -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 21 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:A3E4D5FC

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
RETIFICAÇÃO DE EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 7/2026

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 7/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA (S) DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA ON-GRID, COM INVERSORES EQUIPADOS COM OTIMIZADORES DE POTÊNCIA, CONECTADO(S) À REDE DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, EM CONFORMIDADE COM O INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 450007258, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A ITAIPU BINACIONAL. A CONTRATAÇÃO ABRANGE A INSTALAÇÃO DE SISTEMA(S) FOTOVOLTAICO(S) COMPLETO(S), EM TELHADO(S) PREVIAMENTE DEFINIDOS, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO SEU PLENO FUNCIONAMENTO, INCLUINDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, E COMPONENTES DO SISTEMA, A EXECUÇÃO INTEGRAL DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, COM TODA A MÃO DE OBRA INDISPENSÁVEL, A ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS E DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIAS, COM EMISSÃO DAS RESPECTIVAS ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ARTS), A REALIZAÇÃO DE COMISSIONAMENTO E OPERAÇÃO ASSISTIDA COM SUPORTE TÉCNICO DURANTE O PROCESSO DE ENTREGA E INÍCIO DE OPERAÇÃO, ALÉM DA HOMOLOGAÇÃO DO SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ON-GRID JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, COM ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DO PROCESSO ATÉ SUA EFETIVA CONCLUSÃO.

Diante do recebimento de pedido de esclarecimento, foi identificado a necessidade de alteração no edital, com isso, a Agente de contratação resolve RETIFICAR o edital, nos seguintes termos:

9.5 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Fica suprimido do edital a exigência do item 9.6.4 - Comprovante ou documento equivalente de que a empresa é cadastrada junto à Concessionária Copel.

OBS: A exclusão do item 9.6.4 não afasta a obrigação da futura contratada de cumprir integralmente as normas, padrões e procedimentos da Copel, bem como de realizar todos os procedimentos necessários à aprovação dos projetos, conexão e homologação dos sistemas fotovoltaicos objeto da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência.

TERMO DE REFERÊNCIA - NA TABELA DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO:

Onde se lê:

"As placas fotovoltaicas deverão possuir potência mínima de 550 Wp, e os inversores deverão ser dimensionados com potência entre 75% e 85% em relação à soma da potência dos módulos solares, além de serem compatíveis com a potência total do sistema."

Leia-se:
"As placas fotovoltaicas deverão possuir potência mínima de 550 Wp, e os inversores deverão ser dimensionados com potência mínima de 76% em relação à soma da potência dos módulos solares (placas), além de serem compatíveis com a potência total do sistema."

Diante das alterações supramencionadas e considerando que a presente publicação se encontra dentro do prazo de distribuição do edital, mantém-se a data para apresentação das propostas até as **08h59min do dia 09 de setembro de 2026**, com a sessão de julgamento prevista para as **09h00min do mesmo dia**.

NATIELLY SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:643A8B24

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
ATO DA MESA 053/2026

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.....

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias conforme as Resoluções 002/2018 e 001/2022 para o Vereador MARLON CRUZ PRÊMOLI**,** para ir até a cidade de CURITIBA-PR nos dias 23 a 25 de agosto, para ir em diversas Secretarias Estaduais e Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Gabinete da Presidência, 21 de agosto de 2026

MARLON CRUZ PRÊMOLI
Presidente

NOEL DE MOURA NETO
1º Secretário

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:1E639C51

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
ATO DA MESA 054/2026

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.....

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias conforme as Resoluções 002/2018 e 001/2022 para o Vereador VALDIR CORREA DA SILVA**,** para ir até a cidade de CURITIBA-PR nos dias 23 a 25 de agosto, para ir em diversas Secretarias Estaduais e Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Gabinete da Presidência, 21 de agosto de 2026

MARLON CRUZ PRÊMOLI
Presidente

NOEL DE MOURA NETO
1º Secretário

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:A54C2AF6

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 91/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N. 56/2026. EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 91/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. 56/2026.
EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Solicitação de abertura de Processo licitatório para a aquisição de EQUIPAMENTOS PARA FISIOTERAPIA, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Centenário do Sul..

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:45 horas do dia 10/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas do dia 10/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 10/09/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 153.523,26 (Cento e Cinqüenta e Três Mil, Quinhentos e Vinte e Três Reais e Vinte e Seis Centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br/.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Centenário do Sul (www.centenariodosul.pr.gov.br); **no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, situado à Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro E/OU** no **Portal Bll** (https://www.bll.org.br/).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações e Contratos, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378 – Centenário do Sul-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000.
Centenário do Sul/Pr, 20 de agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:7A66F6C9

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2026 PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 86/2026 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 2695/2026

EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 86/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 2695/2026

Objeto: Alienação de bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio do Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR.
ANEXO I - RELAÇÕES DE BENS PARA LEILÃO
ANEXO II - MODELO DE PROCURAÇÃO
PREÂMBULO
O Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR, através do LEILOEIRO OFICIAL, Jorge Marco Aurelio Biavati, JUCEPAR SOB O Nº 17/289-L, realizará a venda de ativos inservíveis, ao final deste edital discriminados, através de leilão público oficial on-line.

OBJETO
Constitui como objeto, a alienação de bens móveis e imóveis considerado inservíveis à Administração Municipal de CENTENÁRIO DO SUL/PR, no estado em que se encontram e conforme especificações constantes no anexo I deste edital, através de leilão público oficial on-line, onde o cadastro dos interessados e os lanços serão efetuados exclusivamente perante o Leiloeiro Público Oficial, Sr. LEILOEIRO OFICIAL, Jorge Marco Aurelio Biavati,

MATRICULA JUCEPAR SOB O Nº 17/289-L, na Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR, pelo seguinte sítio eletrônico (site na internet): www.jorgemarcoleiloes.com.br e e SUPERBID EXCHANGE www.superbid.net. Todo o processo de realização do leilão será acompanhado pela Comissão Especial formada pelos servidores nomeados pela Portaria nº 074/2026, publicada em 11/06/2026, de acordo com o Capítulo IX, DAS ALIENAÇÕES, da Lei Federal n°14.133/2021 e Lei Municipal n° 3231/2024.
O leilão será REALIZADO PELO LEILOEIRO OFICIAL acima descrito, em conformidade com o que dispõe o artigo 31, da Lei 14.1333 e suas modificações posteriores e será regido pelas disposições que seguem:
O leiloeiro ou comitente poderá, por motivos justificados e a qualquer tempo, inclusive após a arrematação e antes de entregar o bem, retirar do leilão quaisquer dos lotes.
A descrição dos lotes sujeita-se a correções, para cobertura de omissões ou eliminação de distorções acaso verificadas, desde que tais correções não ensejem alteração do preço mínimo de arrematação do lote.
Os bens mencionados no anexo ao presente Edital serão vendidos e entregues no estado e condições em que se encontram, em caráter "AD CORPUS, não cabendo à Unidade promotora deste leilão a responsabilidade por qualquer modificação ou alteração que venha a ser constatada na constituição, composição ou funcionamento das mercadorias licitadas.
A apresentação de propostas de valor de compra e o oferecimento de lances pressupõem o conhecimento das características e situação dos bens, ou o risco consciente do arrematante, não cabendo a respeito deles qualquer reclamação posterior, quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, procedência ou especificação.
É de responsabilidade do arrematante todas as despesas e providências necessárias,decorrentes da aquisição do bem, tal como: registros nos órgãos competentes. De igual modo, é de responsabilidade do arrematante eventuais despesas para transferência de titularidade do item arrematado.

LEILÃO
O leilão encerrará no dia 17 de Setembro de 2026, a partir das 15:00 horas no portal www.jorgemarcoleiloes.com.br e www.superbid.net, somente on-line.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO LEILÃO
Os interessados em participar do leilão deverão se cadastrar no sítio eletrônico www.jorgemarcoleiloes.com.br e www.superbid.net com pelo menos 24 horas de antecedência, sob pena de não ser possível participar do certame; após preencher as informações solicitadas no site, o participante receberá em seu e-mail a lista de documentos que deverá ser enviada para a finalização do cadastro; Somente após a entrega de todos os documentos o cadastro será finalizado e o participante estará apto a ofertar lances.
Para estar apto a ofertar lances para a aquisição dos bens expostos no PORTAL www.jorgemarcoleiloes.com.br e www.superbid.net, o interessado deverá ser capacitado para contratar, nos termos da legislação em vigor.
Menores de 18 (dezoito) anos não serão admitidos a participar do leilão, salvo os emancipados. Os interessados em participar do leilão deverão estar com seu CPF/CNPJ em situação regular junto à Receita Federal,
O participante deverá manter seus dados (endereço, números de telefones, endereço eletrônico (e-mail)) atualizados no site www.jorgemarcoleiloes.com.br e www.superbid.net.
Os veículosnas condições de SUCATA (Sucata Baixa ou Sucata com Motor Inservível) somente poderão participar deste lotes pessoas jurídicas que comprovem o registro da empresa no ramo de desmontagem de veículo, perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal em que atuam, conforme previsto na Lei Federal nº 12.977/2014 e Resolução nº 611/2016 – CONTRAN, as quais deverão apresentar Certificado de registro da empresa no ramo de desmontagem de veículos, conforme previsto em Lei.
A participação no leilão realizado na forma eletrônica, em quaisquer de suas fases implica responsabilidade legal do licitante e presunção de sua capacidade técnica ou infraestrutura tecnológica para realização das operações e transações inerentes à plataforma eletrônica, ainda que representado por intermédio de procurador.
Não poderão participar do leilão, as pessoas físicas ou as pessoas jurídicas que:
estejam cumprindo impedimento de contratar e licitar com a Administração Pública federal, nos termos do inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021; ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar, nos termos do inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
estejam impedidas de participar de licitações e contratar com o poder público, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.605/1998;
estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública ou tenham sido declaradas inidôneas, nos termos dos incisos IV e V do art. 33 da Lei nº 12.527/2011;
tenham sido proibidas de contratar com o poder público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992;
empreguem menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão promotor da presente licitação, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
exerçam, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público na Prefeitura Municipal de CENTENÁRIO DO SUL/PR, ou que possuam qualquer outro vínculo com a referida entidade, inclusive através de pessoa jurídica;
Para fins de participação no leilão, considera-se a matriz e as filiais de uma pessoa jurídica como um mesmo proponente.

BENS
Os bens apregoados estão relacionados no Anexo I do presente Edital e serão vendidos NO ESTADO DE CONSERVAÇÃO em que se encontram em caráter "AD CORPUS", NO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, reservando-se ao Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR, o direito de liberá-los, ou não, a quem MAIOR LANCE oferecer, bem como retirar os lotes de oferta, de acordo com o seu critério ou necessidade, por intermédio do Comissão Especial designada.
As fotos divulgadas no PORTAL www.jorgemarcoleiloes.com.br e www.superbid.net são meramente ilustrativas, não servindo de parâmetro para demonstrar o estado dos bens ou influenciar a decisão de oferta de lances para arrematação de bens.
Os veículos leiloados na condição de SUCATA, sendo sucatas aproveitáveis (baixados no RENAVAM - Registro Nacional de Veículos Automotores) e sucatas aproveitáveis com motor inservível, não podendo ser registrados ou licenciados e sendo absolutamente proibida a sua circulação em via pública, destinando-se exclusivamente para DESMONTE E REAPROVEITAMENTO comercial de suas peças e partes metálicas.
Os motores sem identificação da sua numeração (S/N ou Inservível) não poderão ser comercializados, destinando-se exclusivamente para DESMONTE E REAPROVEITAMENTO comercial de suas peças e partes metálicas. O Arrematante é responsável pela utilização e destino final das sucatas e responderá, civil e criminalmente, pelo uso ou destinação que esteja em desacordo com as restrições estabelecidas neste Edital, bem como pela comercialização delas na forma originalmente arrematada.
Os veículos leiloados na condição de MATERIAIS FERROSOS PARA RECICLAGEM –SUCATAS VEICULAR deverão ser destinados exclusivamente para RECICLAGEM, não podendo ser registrados e/ou licenciados (sendo absolutamente proibida a sua circulação em via pública), ou ainda comercializados como peças ou partes metálicas. O Arrematante é responsável pelo destino dos MATERIAIS FERROSOS PARA RECICLAGEM, inclusive a captação ambientalmente correta de fluídos, combustíveis e demais materiais e substâncias reconhecidos como contaminantes do meio

ambiente, e responderá, civil e criminalmente, pelo uso ou destinação em desacordo com as restrições estabelecidas neste Edital.
O interessado declara ter pleno conhecimento do presente Edital, SENDO DE SUA RESPONSABILIDADE A VISTORIA PRÉVIA DOS LOTES, isentando o Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR e o PORTAL WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET por eventuais vícios existentes no bem adquirido, inclusive por falta de peças.

VISITAÇÃO
Cabe aos interessados vistoriar os bens a serem apregoados a partir da publicação deste edital, no horário compreendido entre as 08h às 11h e das 13h às 17h, até o dia 16 de setembro de 2026, no mesmo horário compreendido. Os interessados deverão entrar em contato com a Prefeitura de CENTENÁRIO DO SUL/PR (43) 3675-8000 para agendamento de visita.
Os lotes a serem apregoados neste leilão encontram-se localizados no Pátio municipal.
Os lotes a serem apregoados estão devidamente descritos e caracterizados no Anexo I do presente Edital.

LANCES
Os lances poderão ser ofertados através do PORTAL www.jorgemarcoleiloes.com.br e www.superbid.net (Até a data do encerramento do leilão).
Os lances ofertados são IRREVOGÁVEIS e IRRETRATÁVEIS. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.
O Usuário poderá ofertar mais de um lance para um mesmo bem, prevalecendo sempre o maior lance ofertado.
O PORTAL WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET permite o recebimento de lances virtuais e em tempo real.
Caso algum lance seja recebido nos últimos minutos do fechamento do lote, o cronômetro retroagirá a 03 (três) minutos do encerramento do lote e assim sucessivamente a cada lance efetuado nos últimos 03 (três) minutos, para que todos os Usuários interessados tenham a oportunidade de efetuar novos lances.
LANCES AUTOMÁTICOS - O Usuário poderá programar lances automáticos, de forma que, se outro usuário cobrir seu lance, o sistema automaticamente gerará um novo lance para aquele Usuário, acrescido de um incremento fixo e pré-determinado, até um limite máximo definido pelo Usuário, com o objetivo de que o mesmo tenha certeza de que até o valor estipulado o seu lance será o vencedor. Os lances automáticos ficarão registrados no sistema com a data em que forem programados.

PREÇO MÍNIMO DE VENDA DO BEM OU PREÇO DE RESERVA
O valor atribuído para o lance inicial exibido no PORTAL SF LEILOES (“valor inicial do leilão” ou “valor de abertura”) é o preço mínimo de venda do bem (“valor reservado” ou “preço de reserva”). Os valores foram definidos através de comissão de avaliação designada para tal finalidade, com o apoio técnico e expertise do leiloeiro oficial.

DA FORMA DE RECOLHIMENTO/PAGAMENTO
Após encerra a disputa, o que deu o maior lance será declarado vencedor.
Os bens arrematados serão pagos à vista, e em moeda corrente nacional através da plataforma SUPERBID EXCHANGE que disponibilizara acesso a uma conta de pagamento na modalidade pré-paga, de titularidade única e exclusiva do usuário, a qual é utilizada para realizar os pagamentos devidos (“Conta Digital Superbid Pay”) no prazo de até 2 (dois dias) úteis após o leilão. Também correrá por conta do arrematante o pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do leiloeiro, bem como o valor de 0,9% (zero vírgula nove por cento) do valor da arrematação a título de recolhimento de ICMS.
Para tanto, o arrematante deverá acessar a seção “Minhas Compras” da plataforma SUPERBID EXCHANGE, clicar no botão “Continuar para Pagamento” e selecionar, na tela seguinte, a Forma de Pagamento de sua preferência (Utilizar Saldo Superbid Pay, Boleto Bancário, Transferência Bancária ou Cartão de Crédito, conforme disponível).
O arrematante poderá utilizar saldo previamente disponível em sua Conta Digital Superbid Pay para pagar os valores devidos pela arrematação. Caso o saldo na Conta Digital Superbid Pay seja insuficiente para pagamento dos valores devidos pela arrematação, o arrematante deverá complementá-lo pagando um Boleto Bancário no valor da diferença.
DA CONTA DIGITAL SUPERBID PAY
O SUPERBID EXCHANGE disponibiliza acesso a uma conta de pagamento na modalidade pré-paga, de titularidade única e exclusiva do usuário, a qual é utilizada para realizar os pagamentos devidos (“Conta Digital Superbid Pay”).
A Conta Digital Superbid Pay é emitida e gerenciada pela Superbid Pay Instituição de Pagamento LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.084.163/0001-84 (“Superbid Pay”).
O usuário poderá aportar recursos em reais na sua Conta Digital Superbid Pay, independentemente da realização de compras no SUPERBID EXCHANGE. Para tanto, deverá acessar a seção “Minha Conta” do SUPERBID EXCHANGE, clicar no botão “Adicionar Dinheiro” dentro da seção “Conta Digital” e selecionar uma das formas disponíveis: (I) Boleto Bancário ou (II) Transferência Bancária.
Não será aceito pagamento via depósito bancário em espécie ou cheque ou via PIX.
A liberação do bem ficará condicionada à confirmação dos Pagamentos referentes ao bem arrematado, à comissão do leiloeiro e ao valor correspondente ao ICMS, junto às contas:
Não será permitido pagamento com transferências de terceiros.
A Nota de venda em leilão será emitida em nome do arrematante ou da empresa da qual é proprietário, mediante apresentação de Contrato Social. Não será permitida a emissão da nota fiscal em nome de terceiro estranho ao ato de arrematação.
As retiradas das notas de vendas em leilão deverão ser entregues pelo Leiloeiro enviada via e-mail ao arrematante comprador. Os Documentos de Transferência deverão ser retirados juntos a Prefeitura Municipal no momento da retirada do lote (quando houver), em dias úteis, de segunda à sexta-feira.
Somente após o pagamento do valor total do bem arrematado, o arrematante estará autorizado a retirar os bens, sendo que o pagamento deverá ser realizado na totalidade das obrigações, que corresponde à somatória do valor do bem, do ICMS e da comissão do leiloeiro.
O arrematante deverá transferir junto ao DETRAN o BEM arrematado (quando for o caso), para sua propriedade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar de sua retirada, conforme prescreve o art. 123, I e § 1º, da Lei nº 9.503/1997, sob pena de o mesmo ser recolhido pela autoridade competente
Obriga-se também o arrematante a remover qualquer elemento gráfico que identifique o BEM como pertencente à Prefeitura Municipal de CENTENÁRIO DO SUL/PR, após a concretização da alienação.
É proibido ao arrematante do lance vencedor, ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociar o BEM antes do pagamento e da transferência do mesmo.
Na hipótese de o arrematante não efetuar o pagamento no prazo concedido de 48 horas, haverá a perda do direito de compra do licitante vencedor, com a rescisão de eventuais contratos de promessa de compra e venda ou de compra e venda, bem como a reversão do bem ao patrimônio do Município.

RETIRADA
BENS MOVEIS
Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e impostos incidentes sobre os bens arrematados. Será (ão) disponibilizado(s) pelo Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR para ser (em) retirado(s) pelo(s) arrematante(s) / procurador(es), mediante entrega de Procuração com firma reconhecida, se for caso.
O PORTAL WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET não tem qualquer responsabilidade pela entrega do(s) bem(s) arrematado(s) ao(s) arrematante(s)/procurador(es).
Da Retirada dos Veículos com DUT (Documento Único de Transferência). Somente a partir do 3º (terceiro) dia útil após a realização do Leilão e da confirmação do efetivo pagamento em conta do Município do valor do lance ofertado e do valor devido à WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E

WWW.SUPERBID.NET, inicia-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para a retirada do bem arrematado.
Da Retirada dos demais lotes. Somente a partir do 3º (terceiro) dia útil após a realização do Leilão e da confirmação do efetivo pagamento em conta do Município do valor do lance ofertado e do valor devido à WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET, inicia-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para a retirada do bem arrematado.
Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s) item 10.3. e 10.4., o arrematante(s)/procurador(es)deverá agendar data e horário junto ao Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR, através do número de telefone (43) 3675-8000 com o servidor municipal Marcos Antônio Leite - Secretário de Administração.
No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver(em). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).
O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de CENTENÁRIO DO SUL/PRconstante do bem arrematado.
Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de CENTENÁRIO DO SUL/PRqualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.
A retirada pelo arrematante/procurador de um ou mais lotes, ficara condicionado ao pagamento integral de todos os bens arrematados.
Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo estipulado no item 10.3. e 10.4, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1%/dia (um por cento), calculada sobre o valor da arrematação. A não retirada dos bens, a partir do 30° (trigésimo) dia útil a contar da data de liberação, implicará declaração tácita de "abandono", independente de notificação judicial ou extrajudicial, retornando o bem para ser leiloado em outra oportunidade.

BENS IMÓVEIS

Correrão por conta do arrematante todas as despesas ou custos e impostos incidentes sobre o bem arrematado.
É proibido ao arrematante ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociar o bem arrematado antes do pagamento total do imóvel e da extração da Nota de Venda.
A alienação do bem imóvel ofertado no procedimento de que trata este EDITAL será formalizada mediante Escritura Pública de Compra e Venda.
O ARREMATANTE deverá apresentar ao VENDEDOR (Comitente), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do efetivo pagamento total, os documentos necessários à elaboração da respectiva Escritura Pública, sendo que o Tabelião de Notas será definido pelo VENDEDOR (Comitente).
O ARREMATANTE será convocado para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, assinar a correspondente Escritura Pública e, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias de sua assinatura, encaminhar ao VENDEDOR (Comitente) cópia da Escritura Pública devidamente registrada, acompanhada da respectiva certidão atualizada da matrícula em que conste o registro efetuado.
Nesse mesmo prazo – de até 60 (sessenta) dias da assinatura da Escritura Pública – deverá comprovar a transferência da titularidade do imóvel junto aos órgãos competentes: Registro de Imóveis, Prefeitura/IPTU ou INCRA/CCIR, Receita Federal/ITR, IBAMA/Ato Declaratório Ambiental – ADA, CNA/Contribuição Sindical Rural, companhias de energia elétrica e de água, e respectivo condomínio, se for o caso, sob pena de decair do direito à arrematação, podendo o VENDEDOR (Comitente), nesse caso, adotar as medidas legais cabíveis com vistas à resilição da Escritura Pública, sem prejuízo das sanções previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.
O inadimplemento das obrigações financeiras assumidas com a arrematação imóvel objeto do presente edital, assim como a não apresentação dos documentos solicitados no prazo estipulado, ou a não assinatura da Escritura Pública por desistência, inclusive presumida, do arrematante, ou por motivo a ele atribuído, acarretará a perda de todos os direitos com relação à arrematação do bem, podendo o VENDEDOR (Comitente) adotar as medidas que entender necessárias ao desfazimento da arrematação (notificação extrajudicial ou judicial), bem como à imissão/reintegração na posse do imóvel arrematado, se for o caso, observadas as disposições, e aplicação das sanções legais cabíveis.
Relativamente ao bem imóvel, a tomada de posse, utilização e/ou entrega das chaves será efetivada no ato da assinatura da respectiva Escritura Pública de Compra e Venda.
É proibido ao arrematante ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociar o bem arrematado antes do pagamento e da extração da Nota de Venda.
É de exclusiva responsabilidade do Comprador todas as providências e despesas de transferência da propriedade ex: ITBI, taxas, alvarás, certidões (inclusive os pessoais do Vendedor e do imóvel), escrituras, inclusive de rerratificação, emolumentos cartorários, registros, averbações, desmembramentos, laudêmio, etc.

VEÍCULOS

Será de responsabilidade da Prefeitura de CENTENÁRIO DO SUL/PR o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito e IPVA relativos ao(s) veículo(s) apregoado(s), anteriores à data do leilão.
IMPORTANTE: APÓS A TRANFERÊNCIA DO VEÍCULO PARA O COMPRADOR PODERÁ OCORRER A COBRANÇA DO IPVA (IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES) PROPORCIONAL DO VALOR SOBRE OS MESES EM VIGÊNCIA DO ANO DE EXERCÍCIO. ESTE VALOR É DE RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE.
Somente a partir do 3º (terceiro) dia útil após a realização do Leilão e da confirmação do efetivo pagamento em conta do Município do valor do lance ofertado e do valor devido à WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET, inicia-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para a retirada dos veículos arrematados e a respectiva documentação de transferência (DUT) serão disponibilizados pelo Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR, para serem retirados pelo(s) arrematante(s)/procurador(es) mediante a apresentação da e fornecimento de cópia da Cédula de Identidade, CPF/MF e Carteira Nacional de Habilitação, no caso de Pessoa Física, e Contrato Social ou Estatuto Social acompanhado de Ata de Eleição da Diretoria, no caso de Pessoa Jurídica, bem como de Procuração com firma reconhecida, se o caso.
Deverá o arrematante transferir o(s) veículo(s) arrematado(s) para o seu nome nos 30 (trinta) dias subsequentes à entrega do(s) documento(s). Independentemente dessa providência, o Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR cientificará o DETRAN da(s) venda(s) ocorrida(s) através do envio de cópia do Documento Único de Transferência - DUT do(s) veículo(s) arrematado(s). Não sendo realizada a transferência do veículo no prazo acima estipulado, o Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR, poderá solicitar o bloqueio do mesmo junto ao órgão responsável.
Correrão por conta dos arrematantes todas as despesas de transferência do(s) veículo(s) para o seu nome, inclusive despesas com serviços de terceiros, despachantes, taxas, vistorias e quaisquer outras necessárias, como emissão de segunda via de documentos, mesmo que decorrentes da indisponibilidade, perda ou extravio do DUT na Prefeitura.
O PORTAL WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET não tem qualquer responsabilidade pela entrega do(s) veículo(s) arrematado(s) e respectiva documentação ao(s) arrematante(s).

INADIMPLÊNCIA

Caso o arrematante não pague o preço do bem arrematado e o valor devido à WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET no prazo acima estipulado de 1 (um) dia útil, a arrematação ficará cancelada, devendo o arrematante recolher o pagamento a título de multa o valor devido à

WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET 20% - (vinte por cento) acrescido de honorários advocatícios e o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ofertado, destinado ao Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR e ao pagamento de eventuais despesas incorridas. Nesta hipótese, os dados cadastrais do arrematante poderão ser incluídos nos órgãos de proteção ao crédito.
O arrematante inadimplente não será admitido a participar de qualquer outro leilão divulgado no PORTAL WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET, pelo que seu cadastro ficará bloqueado. Caso sejam identificados cadastros vinculados a este cadastro bloqueado, eles serão igualmente bloqueados.
Caso o arrematante esteja com seu CPF/CNPJ em situação "suspenso/irregular" junto à Receita Federal ou com seu endereço desatualizado junto à Receita Federal e/ou SINTEGRA, ficará sujeito à perda do lote arrematado e dos valores pagos.
O arrematante inadimplente poderá ter seu nome incluso por decisão do Comitente e do Leiloeiro, nos órgãos de proteção de crédito, dívida ativa, impedidos de licitar do TCU (Tribunal de Contas da União) e TCE (Tribunal de Contas do Estado), Cartório de Protesto e ação de cobrança.

ATA DA SESSÃO PÚBLICA
Encerrada a sessão pública, será lavrada ata, na qual figurarão os lotes vendidos, o valor da venda, os lotes não vendidos e os excluídos, bem como a correspondente identificação dos arrematantes e os trabalhos desenvolvidos no certame, em especial, os fatos relevantes.

SANÇÕES
O licitante que não efetuar nenhum pagamento do valor de arrematação do lote após os prazos previstos neste edital perderá o direito à aquisição do respectivo lote, e a ele poderão ser aplicadas, cumulativamente, as seguintes sanções, garantido o contraditório e a ampla defesa:
Impedimento de licitar e contratação com o Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR, por prazo não superior a 03 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Multa administrativa de 20% (vinte por cento) do valor do lanço, que deverá ser recolhida, espontaneamente, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio da guia respectiva emitida pelo Departamento de Tributação, nos termos do art. 156, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Declaração de inidoneidade impedindo o responsável pela infração administrativa de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) a 06 (seis) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
O licitante que incorrer em falta de pagamento de parte do valor de arrematação do lote após os prazos previstos neste edital, seja sinal ou complemento, perderá o valor já pago e o direito à aquisição do respectivo lote, sem prejuízo da aplicação da multa de que trata o subitem 14.1.2, garantido o contraditório e a ampla defesa.
Ao licitante que incorrer na conduta descrita no item 14.2 também poderá ser aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR, por prazo não superior a 3 (três) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa.
A sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR, por prazo não superior a 3 (três) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da perda do valor já pago, poderá ser aplicada ao licitante que:
deixar de comprovar as condições para a retirada do lote, conforme descrito no item respectivo;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
A sanção de declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da perda do valor já pago, será aplicada ao licitante que:
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
praticar atos que ensejariam a aplicação de impedimento de licitar e contratar com a Administração, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
As sanções decorrentes das condutas de que tratam os itens 14.1.1 e 14.1.3, na hipótese de não haver nenhum pagamento do valor de arrematação do lote, serão aplicadas cumulativamente à multa administrativa de 20% sobre o preço mínimo do lote, garantido o contraditório e a ampla defesa.
Na aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública, garantido o contraditório e a ampla defesa, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
O despacho de aplicação das penalidades será publicado no Diário Oficial do Município.

SISTEMA
O interessado responderá civil e criminalmente pelo uso de equipamento, programa ou procedimento que possa interferir no funcionamento do PORTAL WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET.
O PORTAL WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET não será responsável por qualquer prejuízo eventualmente acarretado aos interessados por dificuldades técnicas ou falhas no sistema da Internet.
O PORTAL WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET não garante o acesso contínuo de seus serviços, uma vez que a operação do PORTAL WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET poderá sofrer interferências acarretadas por diversos fatores fora do seu controle.
No caso de desconexão do Leiloeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do leilão, e permanecendo o mesmo acessível aos licitantes, a etapa terá continuidade para a recepção de lances, devendo o Leiloeiro, assim que for possível, retomar sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
Quando a desconexão persistir, e não for possível a sua retomada, por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão poderá ser suspensa por prazo estipulado pelo leiloeiro com reinício em novo horário ou data e horário previamente fixados no site do leilão.

MODIFICAÇÃO
O PORTAL WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET poderá, a qualquer momento e a seu livre arbítrio, acrescentar, extinguir ou alterar alguns ou todos os serviços disponíveis no PORTAL WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET.

REGISTRO
Uma vez aceitas as regras estabelecidas neste Edital, o Usuário autoriza o respectivo registro perante Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para que produza todos os efeitos legais, correndo por conta da WWW.JORGEMARCOLEILOES.COM.BR E WWW.SUPERBID.NET os custos envolvidos.

RECURSOS
Qualquer licitante poderá apresentar recurso ao leiloeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de intimação ou de lavratura da ata nos termos do art. 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando os demais licitantes habilitados a contra-arrazoar o recurso interposto, no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da comunicação acerca da interposição do recurso, em conformidade com o art. 165, § 4º, da Lei Federal 14.133/2021.
A falta de manifestação do licitante ou do representante indicado, na oportunidade própria, importará na decadência do direito de recorrer.
Caberá pedido de reconsideração, no prazo de 03 (três) dias úteis, nos casos que não exista possibilidade de recursos hierárquico, em virtude do disposto no art. 165, II, Lei Federal 14.133/2021.
O recurso será dirigido, por escrito ao leiloeiro oficial, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade máxima municipal, caso mantenha seu posicionamento, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dento do prazo de 03 (três) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
Eventual impugnação ou pedidos esclarecimentos ao Edital deverão ser protocolados junto à Prefeitura Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR, no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização do leilão. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.
Recebida a impugnação ou o pedido de esclarecimento, o leiloeiro divulgará a resposta na plataforma correspondente, em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior da data da abertura da fase de sessão pública.

DISPOSIÇÕES GERAIS
As dúvidas que surgirem durante o leilão serão analisadas pelo Servidor Municipal designado juntamente com a comissão de leilão e, a critério destes, repassadas à Procuradoria Geral do Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR.
O Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR, através de seu representante, se reserva no direito de revogar, adiar ou anular o presente leilão, total ou parcialmente, desde que haja a devolução dos recursos comprovadamente empregados na arrematação do lote.
A participação do licitante implica em aceitação de todos os termos do presente Edital.
As normas que disciplinam este leilão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que observado o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da licitação.
Os licitantes ficam responsáveis pelas consequências advindas da inobservância das normas e instruções previstas neste Edital, como também de quaisquer avisos ou erratas expedidas pelo Agente de Contratação.
Nenhuma indenização será devida aos licitantes em decorrência dos atos praticados para participar do procedimento licitatório.
A unidade promotora do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos, computadores ou conexões com o provedor do Sistema de Leilão Eletrônico, aos licitantes interessados em participar deste leilão.
Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na unidade promotora do leilão, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, deve-se antecipar o pagamento para o dia útil imediatamente anterior na hipótese de o vencimento recair em dia não útil, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
Todos os horários estabelecidos neste Edital, em avisos e erratas e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame; toda menção a valores neste Edital refere-se à moeda Real (R$).
Considera-se a data de realização do leilão, para fins de observância das normas aplicáveis à matéria, a data de abertura da sessão pública.
Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da sessão pública, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido.
Ao leiloeiro cabe o direito de suspender a sessão pública, mediante prévia comunicação eletrônica aos licitantes, sem que aos participantes caiba qualquer indenização.
Ao leiloeiro cabe o direito de excluir quaisquer lotes deste Edital, no interesse da Administração ou em atendimento a ordem judicial, mediante justificativa fundamentada, sem que aos participantes caiba qualquer indenização.
O dirigente da unidade promotora do leilão poderá revogar a presente licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado, ou proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.
No caso de anulação, o arrematante não terá direito à restituição do valor pago, se houver, de qualquer forma, concorrido para a prática da irregularidade.
Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o foro do Município de CENTENÁRIO DO SUL/PR.
Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela comissão especial formada pelos servidores nomeados pela Portaria nº 074/2026, com base na legislação em vigor.

CENTENÁRIO DO SUL/PR, 19 de Agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:92699C8D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 061-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 010/2026

CONTRATADA**: HG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA –** CNPJ nº **50.347.656/0001-53**.

OBJETO: A contratação de empresa especializada para o fornecimento e a montagem de estufas agrícolas destinadas à produção de mudas cítricas certificadas, no âmbito do Programa Rota do Progresso implantado no município de Cerro Azul/PR em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, ainda, a documentação, a proposta de preços, os lances apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar, visando contratações futuras.
VALOR TOTAL: R$ 314.860,00 (trezentos e quatorze mil, oitocentos e sessenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 17 de agosto de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:56452428

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 062-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026

PREGÃO ELETRÔNICO nº 012/2026

CONTRATADA**: PRECISÃO CONSULTORIA EM SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO LTDA –**CNPJ nº **40.602.516/0001-20**.

OBJETO: A contratação de Empresa especializada em Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho no Departamento de Recursos Humanos do Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações constantes no edital e seus anexos e, ainda, a documentação, a proposta de preços, os lances apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar, visando contratações futuras.
VALOR TOTAL: R$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 17 de agosto de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:B4BB42DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 063-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

CONTRATADA**: CONSTRUTORA POSSAMAI –** CNPJ nº **05.725.151/0001-20**.

OBJETO: A contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de piso modular esportivo indoor com sistema de amortecimento por pinos, destinado ao Ginásio Municipal de Cerro Azul/PR, em atendimento a Secretaria Municipal de Esportes.
VALOR TOTAL: R$ 320.511,09 (trezentos e vinte mil, quinhentos e onze reais e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:6E69C6B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1107, DE 19 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER 3(TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL, POR CONTAR 05(CINCO) ANOS DE SERVIÇOS PRESTADOS A ESTA MUNICIPALIDADE, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROZANA DA COSTA ROSA PLATNER, OCUPANTE DO CARGO DE ATENDENTE DE

PORTARIA Nº 1107, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Conceder 3(três) meses de Licença Especial, por contar 05(cinco) anos de serviços prestados a esta Municipalidade, a servidora pública municipal Rozana da Costa Rosa Platner, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Dentário.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 144 da Lei Complementar nº 01/2016, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder a servidora pública municipal Rozana da Costa Rosa Planter, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 3 (três) meses Licença Especial, em razão ao cumprimento de 05(cinco) anos de serviços ininterruptos prestados a esta Municipalidade, correspondente ao período aquisitivo de 12/03/2007 a 12/03/2012. A licença será usufruída de 24 de Agosto de 2026 a 21 de Novembro 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 19 de Agosto do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:C4942CAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1108, DE 19 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER 3(TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL, POR CONTAR 05(CINCO) ANOS DE SERVIÇOS PRESTADOS A ESTA MUNICIPALIDADE, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLETE CARNEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 1108, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Conceder 3(três) meses de Licença Especial, por contar 05(cinco) anos de serviços prestados a esta Municipalidade, a servidora pública municipal Marlete Carneiro, ocupante do cargo de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 144 da Lei Complementar nº 01/2016, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder a servidora pública municipal Marlete Carneiro, ocupante do cargo de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 3 (três) meses Licença Especial, em razão ao cumprimento de 05(cinco) anos de serviços ininterruptos prestados a esta Municipalidade, correspondente ao período aquisitivo de 29/07/2012 a 29/07/2022. A licença será usufruída de 30 de Agosto de 2026 a 27 de Novembro 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 19 de Agosto do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:0422B24D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1109, DE 19 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER 3(TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL, POR CONTAR 05(CINCO) ANOS DE SERVIÇOS PRESTADOS A ESTA MUNICIPALIDADE, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIZETE DE FÁTIMA CARNEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE SERVIÇOS GERAI

PORTARIA Nº 1109, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Conceder 3(três) meses de Licença Especial, por contar 05(cinco) anos de serviços prestados a esta Municipalidade, a servidora pública municipal Marizete de Fátima Carneiro, ocupante do cargo de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 144 da Lei Complementar nº 01/2016, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder a servidora pública municipal Marizete de Fátima Carneiro, ocupante do cargo de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 3 (três) meses Licença Especial, em razão ao cumprimento de 05(cinco) anos de serviços ininterruptos prestados a esta Municipalidade, correspondente ao período aquisitivo de 16/03/2017 a 16/03/2022. A licença será usufruída de 21 de Setembro 2026 a 19 de Dezembro 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 19 de Agosto do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:5EA26A30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1110, DE 19 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER 3(TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL, POR CONTAR 05(CINCO) ANOS DE SERVIÇOS PRESTADOS A ESTA MUNICIPALIDADE, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIANE BLUM, OCUPANTE DE PROFESSORA EFETIVA.

PORTARIA Nº 1110, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Conceder 3(três) meses de Licença Especial, por contar 05(cinco) anos de serviços prestados a esta Municipalidade, a servidora pública municipal Juliane Blum, ocupante de Professora Efetiva.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 144 da Lei Complementar nº 01/2016, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder a servidora pública municipal Juliane Blum, ocupante do cargo de Professora Efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 3 (três) meses Licença Especial, em razão ao cumprimento de 05(cinco) anos de serviços ininterruptos prestados a esta Municipalidade, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 11/02/2022. A licença será usufruída de 21 de Setembro 2026 a 19 de Dezembro 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 19 de Agosto do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:1337DA1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA E HOMOLOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 015/2026

O Prefeito Municipal, Edson Cordeiro do Nascimento, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em face aos princípios ordenados através da **Lei Federal nº 14.133/2021** e alterações posteriores, considerando a análise e o relatório conclusivo exarado pelo Pregoeiro, **resolve:**

I. DECLARAR FRACASSADO o Pregão Eletrônico nº 015/2026, Processo Administrativo nº 081/2026, o qual tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reparos, manutenção e pequenas reformas, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, em prédios ou áreas públicas municipais, da Prefeitura Municipal de Cerro Azul/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) deste edital – Sistema Registro de Preços**, tendo em vista a inexistência de proposta classificada ou fornecedor habilitado que atendesse às condições editalícias.
II. HOMOLOGAR os atos praticados pelo Pregoeiro no âmbito da presente licitação, ratificando a conclusão do procedimento como licitação fracassada.

III. DETERMINAR a publicação do presente ato de homologação no diário oficial e no sítio eletrônico oficial do município, assegurando o cumprimento do princípio da publicidade previsto no art. 13 da Lei nº 14.133/2021.

IV. ENCAMINHAR os autos ao setor requisitante para a reavaliação das especificações e demais elementos do Termo de Referência, com o objetivo de instruir nova contratação ou adotar as medidas legais cabíveis.

Prefeitura Municipal de Cerro Azul, em 21 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:D2EA7AEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 035-2026

Dispensa de Licitação nº 035/2026
Processo Administrativo nº 086/2026

Objeto: A aquisição de bolas gigantes de vinil – 18 polegadas / aproximadamente 45 cm, colorida, confeccionada em material vinílico, inflável, resistente à água, durável, de fácil enchimento, indicada para recreação infantil, com aproximadamente 120 cm de circunferência e 45 cm de diâmetro, destinada à distribuição gratuita aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Cerro Azul/PR, em comemoração ao Dia das Crianças, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Em favor da empresa: RAFAEL ANDERSON VILA LTDA (ATACADO VILA REAL) – CNPJ: 38.540.905/0001-27.

Valor total: R$ 15.580,00 (quinze mil, quinhentos e oitenta reais).

Pelo presente **TERMO DE RATIFICAÇÃO**, considerando a instrução do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação, elaborado pela Comissão de Licitação, designada pelo Decreto nº 002/2026, e com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como no art. 1º da Portaria nº 01 PGM, de 1º de outubro de 2025, diante da presença dos pressupostos legais para a contratação direta, conforme documentação constante dos autos.

Cerro Azul/PR, 21 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:93C801A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 03 SMAS, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a remoção de servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de educador social, lotado no Abrigo Municipal para a Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, em prol do interesse público.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 93 da Lei Orgânica do Município de Cerro Azul, e a delegação de competência conferida pelo Decreto Municipal no 194/2023 e

CONSIDERANDO o art. 67 da Lei Municipal nº 003/2002, o qual prevê que remoção é o deslocamento do servidor de uma unidade administrativa para outra, de ofício, a pedido ou por permuta;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de adequação da força de trabalho para a otimização dos serviços públicos e a eficiência do atendimento prestado no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO que o atendimento prestado no Abrigo Municipal exige ambiente estritamente equilibrado, protetivo e profilático, apto a resguardar integralmente o bem-estar físico, psicológico e social das crianças e adolescentes ali acolhidos;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de primar pela supremacia do interesse público, preservando a higidez do serviço social de alta complexidade e a adequação das rotinas pedagógicas e protetivas voltadas ao público infantojuvenil em situação de vulnerabilidade;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de readequar a lotação e as atribuições funcionais do servidor, visando a melhoria na prestação dos serviços e a manutenção da harmonia no ambiente de acolhimento institucional.

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER, ex officio, por imperativo do interesse público e conveniência do serviço, o servidor público municipal LUCIANO CAETANO DE JESUS TEILO, ocupante do cargo efetivo de Educador Social, atualmente em exercício no Abrigo Municipal, para prestar serviços junto à Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Caberá ao(à) gestor(a) imediato(a) do servidor na Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social definir as novas atribuições e rotinas de trabalho compatíveis com o cargo ocupado.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogas as disposições em contrário.

Cerro Azul, 18 de agosto de 2026.

JOSEMARA DA GUIA DE ARAÚJO
Secretária Municipal de Assistência Social

Dispõe sobre a remoção de servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de educador social, lotado no Abrigo Municipal para a Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, em prol do interesse público.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 93 da Lei Orgânica do Município de Cerro Azul, e a delegação de competência conferida pelo Decreto Municipal no 194/2023 e

CONSIDERANDO o art. 67 da Lei Municipal nº 003/2002, o qual prevê que remoção é o deslocamento do servidor de uma unidade administrativa para outra, de ofício, a pedido ou por permuta;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de adequação da força de trabalho para a otimização dos serviços públicos e a eficiência do atendimento prestado no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO que o atendimento prestado no Abrigo Municipal exige ambiente estritamente equilibrado, protetivo e profilático, apto a resguardar integralmente o bem-estar físico, psicológico e social das crianças e adolescentes ali acolhidos;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de primar pela supremacia do interesse público, preservando a higidez do serviço social de alta complexidade e a adequação das rotinas pedagógicas e protetivas voltadas ao público infantojuvenil em situação de vulnerabilidade;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de readequar a lotação e as atribuições funcionais do servidor, visando a melhoria na prestação dos serviços e a manutenção da harmonia no ambiente de acolhimento institucional.

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER, ex officio, por imperativo do interesse público e conveniência do serviço, o servidor público municipal LUCIANO CAETANO DE JESUS TEILO, ocupante do cargo efetivo de Educador Social, atualmente em exercício no Abrigo Municipal, para prestar serviços junto à Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Caberá ao(à) gestor(a) imediato(a) do servidor na Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social definir as novas atribuições e rotinas de trabalho compatíveis com o cargo ocupado.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogas as disposições em contrário.

Cerro Azul, 18 de agosto de 2026.

JOSEMARA DA GUIA DE ARAÚJO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Josemara da Guia Araújo
Código Identificador:8691B663

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO Nº 25/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO Nº 25/2026 — DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026 DISPENSA ELETRÔNICA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI
Torna-se público que a Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, por meio da Agente de Contratação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.
OBJETO Aquisição de equipamentos de uso permanente e diversos, compreendendo 01 (um) aparelho de ar-condicionado, 01 (uma) fragmentadora de papel e 01 (uma) encadernadora manual, destinados a suprir as necessidades administrativas e a climatização da sala da presidência da Câmara Municipal de Clevelândia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

• **Critério de Julgamento:** menor preço por item
• **Período para entrega de proposta:** Até 31/08/2026 às 07h59min (horário de Brasília)
• **Data prevista para abertura da sessão pública e envio de lances:** Dia 31/08/2026 das 08h00 às 14h00 (horário de Brasília)
• **Local/Link:** Portal de Compras do Governo Federal — www.gov.br/compras

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO R$ 12.351,15 (Doze mil, trezentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)
Id contratação PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/77774503000149/2026/30
Maiores Informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas. Fone: (46) 3252-2233, no endereço eletrônico www.clevelandia.pr.leg.br, acessando o menu Avisos e Editais de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@clevelandia.pr.leg.br.
Clevelândia, 21 de agosto de 2026.

JULIANA POGOGELSKI REALI
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:C553ACF4

GABINETE
DECRETO N°206/2026

DECRETO N°206/2026
A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Concede férias a Servidora Municipal, **Carise Zeferino**, a partir do dia 24/08/2026 à 12/09/2026.

Art. 2º - - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 21 DE AGOSTO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:1F537F42

GABINETE
DECRETO N°207/2026

DECRETO N°207/2026
A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Concede férias a Servidora Municipal, **Adiles Maria Ribeiro De Freitas**, desde o dia 17/08/2026 à 26/08/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à **17/08/2026**, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 21 DE AGOSTO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:FF1D02A2

GABINETE
EDITAL Nº 01/2026 PSS ESTAGIÁRIOS 12ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

A Prefeita Municipal Rafaela Martins Losi, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com o EDITAL Nº 01/2026, visando o preenchimento de 102 (cento e duas) vagas de estágio não obrigatório remunerado, TORNA PÚBLICA a 12ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS, a saber:

Secretarias Municipais - 30 horas	
Classificação	**Nome**
13°	Laryssa Tamilly Cachetto Farias

Os candidatos convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, no dia 26/08/2026, até 13h, portando seus documentos pessoais.
Eventuais casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Organizadora Municipal de Teste Seletivo Público Simplificado.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Clevelândia, 21 de Agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:71555BD3

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2019 CONTRATO Nº 30/2019

AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, **RAFAELA MARTINS LOSI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, TORNA PÚBLICO que RESCINDIU de forma AMIGÁVEL o contrato nº 30/2019 de 02/05/2019, firmada com o Sr. ELIAS ALVES FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 924.164.389-72, residente e domiciliado na Avenida Nossa Senhora da Luz, nº1200, Condomínio, Centro, no Município de Clevelândia, do artigo 79, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Clevelândia, 20 de agosto de 2026.

Municipio de Clevelândia
RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raissa Carolina Pedrollo Sarda
Código Identificador:32329D17

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 755/2026

PORTARIA N.º 755/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 376/2023, Processo Licitatório: Dispensa de Licitação n.° 099/2023, com objeto de Locação do Imóvel situado à Rua XV de Novembro, 321, 2º Andar – Sala 04 – Centro - Colombo/PR, com área de 42 m², a ser utilizada para instalação da Superintendência de Comunicação, vinculada à Secretaria Municipal de Governo, conforme segue:

Gestor do Contrato:
Gilvan Gomes, matrícula n.° 19004.

Fiscal de Contrato:
Erickson Ferrer da Costa Filho, matrícula n.° 14638.

Secretaria Municipal de Governo

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 20 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:72F8A8A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 756/2026

PORTARIA N.º 756/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 309/2026, Processo Licitatório: Dispensa n.º 065/2026, com objeto de Contratação de empresa para prestação de serviços de atração cultural, composta por apresentação de cantor/músico ao vivo, com fornecimento de sonorização, iluminação, instrumentos musicais, equipamentos complementares e demais estruturas necessárias, para realização dos Encontros de Integração das Pessoas Idosas do Município de Colombo/PR, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Jocelis Fátima Nunes Rolim, Matrícula: 13041, CPF: 046.XXX.XXX-82, RG: 8.104.016-8, telefone para contato: (41) 3675-5993, e-mail: departamentodapessoaidosaepcd@gmail.com.

Fiscal de Contrato:
Thaís da Silva Assis, Matrícula: 16926, CPF: 071.XXX.XXX-63, RG: 10.XXX.XXX-1, telefone para contato: (41) 3675-5993, e-mail: departamentodapessoaidosaepcd@gmail.com

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 20 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:511C4A8C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 757/2026

PORTARIA N.º 757/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 381/2022, Processo Licitatório: Pregão Presencial n.º 073/2022, com objeto de Contratação de empresa especializada para fornecimento de soluções HaaS (Hardware como Serviço), IaaS (Infraestrutura com Serviço), SaaS (Software como Serviço), prestação de serviços de digitalização, incluindo a locação de equipamentos para realização das demandas de captura, impressão, cópias, automação de fluxos de trabalhos, arquivamento e gerenciamento eletrônico de conteúdo coorporativo/institucional, fornecimento de Plataforma de Suporte a Transformação Digital disponibilizada em arquitetura Cloud Computing (Computação em Nuvem) na modalidade PaaS (Plataforma como Serviço) com alta disponibilidade, acesso ágil, seguro e monitorado através de um SOC (Centro de Operações e Segurança) presencial dedicado, em conformidade com Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, conforme segue:

Gestor do Contrato:
Jean Fellipe Sgoda Colli, matrícula 17366.

Secretaria: Diversas Secretarias

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 20 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:6BC54D08

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 758/2026

PORTARIA N.º 758/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 311/2026, Processo Licitatório: Dispensa n.º 070/2026, com objeto de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de extintores de incêndio e fornecimento de placas de sinalização de emergência/segurança, com mão de obra para transporte, instalação, manutenção preventiva/corretiva e posterior retirada, destinados aos eventos oficiais do calendário do Município

de Colombo/PR programados para o final de 2026 e início de 2027, a saber: 14ª Festa do Agricultor, 6ª Festa da Cerveja Artesanal, Natal Mágico de Colombo (2026) e 60ª Festa da Uva de Colombo (2027), conforme especificações contidas neste Termo de Referência e seus anexos, conforme segue:

Gestor de Contrato
Leandro Maschio, portador do RG n.º 7.xxx.xxx-6 e o CPF n.º 033.xxx.xxx-32 .

Fiscal de Contrato:
Leonardo D'Agostin Wolff, portador do RG n.º 8.xxx.xxx-0 e o CPF n.º 009.xxx.xxx-14, Telefone: (41) 98859-2489, e-mail: projetos.colombo@gmail.com

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 20 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:928FEFE3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 759/2026

PORTARIA N.º 759/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º -Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, da ATA n.º 372/2025, Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n.º 043/2025, com objeto de Aquisição gêneros alimentícios, conforme segue:

DESTITUIR:
Fiscal de Contrato: Carla Alves Moreira, matrícula n.º 7840.

NOMEAR:
Fiscal de Contrato: Ana Paula Camargo**,** matrícula n.º 19.696;
Fiscal de Contrato: Andrea Sereno Roman, matrícula n.º 12.976;
Fiscal de Contrato: Viviane Genovezzi Salatiel, matrícula n.º 10.779

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 20 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:0CA71CB0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 760/2026

PORTARIA N.º 760/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º -Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, da ATA n.º 318/2025, Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n.º 044/2025, com objeto de Aquisição de hortifrutigranjeiros de 1° qualidade com entrega ponto a ponto, conforme segue:

DESTITUIR:
Fiscal de Contrato: Carla Alves Moreira**,** matrícula n.º 7840.

NOMEAR:
Fiscal de Contrato: Ana Paula Camargo, matrícula n.º 19.696;
Fiscal de Contrato: Andrea Sereno Roman, matrícula n.º 12.976;
Fiscal de Contrato: Viviane Genovezzi Salatiel, matrícula n.º 10.779

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 20 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:4BD04C04

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 762/2026

PORTARIA N.º 762/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,e considerando:
O disposto no artigo 200 e seus incisos I, II, VI, VII e VIII da Constituição Federal de 1988; o disposto no artigo 18 da Lei Federal nº 8.080/90; o disposto no Código de Saúde do Estado, Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001 e Decreto Estadual nº 5.711, de 23 de maio de 2002; o disposto na Portaria MS nº. 1.378, de 9 de julho de 2013 além do disposto na Portaria MS/CNS nº 588, de 12 de julho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para desenvolverem suas funções como **Autoridade Sanitária do Departamento de Vigilância e Promoção à Saúde**, das Coordenações de Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental, Vigilância em Saúde do Trabalhador e Vigilância Epidemiológica, no âmbito de suas respectivas competências, com prerrogativas concernentes em acordo à legislação vigente e ainda conforme preconiza a Portaria MS nº. 1.378 de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde e a Portaria MS/CNS nº 588, de 12 de julho de 2018, que instituí a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), a designação é sem ônus para o município, conforme segue:

SERVIDORES	RG
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE	
Isabele Vicente de Brito	5.XXX.XXX-0
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
Caroline Daniela Filippi Busetti	9.XXX.XXX-6
Daíza Dóris da Costa Rosa	12.XXX.XXX-5
Débora Cristina Barreto	13.XXX.XXX-9
José Benedito de França Filho	29.XXX.XXX-3 SP
Josiane Tiborski Cesar	9.XXX.XXX-6
Juliana Russo Kieras	10.XXX.XXX-7
Leandro Xavier Weiss	4.XXX.XXX-2
Maiara Cristina Ribeiro das Neves	12.XXX.XXX-9
Marilize Sonntag Okoinski	8.XXX.XXX-5
Tadeu Roger Junior Volski	3.XXX.XXX-1
Tales Felgueiras das Neves	24.XXX.XXX-9
Thais Taura Imoto	6.XXX.XXX-5
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	
Luciana Ribeiro Oliveira	7.XXX.XXX-0
Lucielly Fernandes Rosa	13.XXX.XXX-9
Nagaissa Daniele Reinhardt	6.XXX.XXX-8
Rodrigo Marques de Oliveira	8.XXX.XXX-1
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	
Thays Wellyn Armstrong	9.XXX.XXX-3
Everson Assis de Oliveira	10.XXX.XXX-3

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
Antonioni Emanuel Lopes Pereira	7.XXX.XXX-8
SECRETÁRIA DE SAÚDE	
Marilda França Gimenes Zanoni	4.XXX.XXX-0

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 21 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:787C9D46

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 763/2026

PORTARIA N.º 763/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor **LUCAS CELSO MAKSEMIV MACHADO,** portador do RG n.° 13.XXX.XXX-5, CPF n.° 097.XXX.XXX-61, matrícula n.° 14242, do cargo de gestor do Núcleo de Frota, no Departamento Administrativo e de Infraestrutura, vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 17 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 21 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:BE8E22C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 019/2026

Objeto: Cessão onerosa e temporária do direito de uso de área pública delimitada no Bosque da Uva, para implantação, administração e exploração econômica de praça de alimentação composta por 17 pontos comerciais, durante a 6ª Festa da Cerveja Artesanal de Colombo 2026, incluindo as obrigações acessórias, estruturas, serviços e contrapartidas expressamente especificados.
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 25 de AGOSTO de 2026 até às 08:00 HORAS do dia 16 de SETEMBRO de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: às 09:00 HORAS do dia 16 de SETEMBRO de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link: bllcompras.org.br.
Preço Mínimo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: MAIOR VALOR.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro nº 105, Centro - Colombo - Paraná, ou pelos fones: (41) 3656–8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.
Colombo, 21 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:E4F7E91E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N.º 312/2026 – CHAMAMENTO Nº 016/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 052/2026

Processo: 32732/2026 – 36434/2026
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratada: COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CAMPOS GERAIS, GRANDE CURITIBA, VALE DO RIBEIRA E FORÇA DOS VENTOS - SICREDI, CNPJ n.º 81.466.286/0001-05
Fiscalização: Fica indicado a Diretora Executiva como Gestora JOSIANE DE FÁTIMA FERREIRA e o Fiscal Sr. FABIANO MORES MACHADO.
Objeto e valor: O presente contrato tem por objeto a Cota de Patrocínio no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), para a execução das ações do projeto denominado" 14ª Festa do Agricultor", que será realizado no período de 22 a 23 de agosto de 2026, no Parque Municipal da Uva, Rua Marechal Floriano Peixoto, 8771, na cidade de Colombo-Pr.
Vigência: O prazo de vigência e execução do Contrato de Patrocínio se iniciará no dia 21 (vinte e um) um dia antes, da realização da "14ª FESTA DO AGRICULTOR", a execução se encerrará 1 (um) dia após e a vigência no dia 24 de agosto de 2026.
Local e data da emissão: Colombo, 20 de agosto de 2026.
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:CF65B53C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N.º 313/2026 – CHAMAMENTO Nº 016/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 052/2026

Processo: 32732/2026 – 36434/2026
ontratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratada: *MOTOCAR PARANA LTDA*, inscrita no CNPJ sob n.º 59.282.524/0001-65.
Fiscalização: Fica indicado a Diretora Executiva como Gestora JOSIANE DE FÁTIMA FERREIRA e o Fiscal Sr. FABIANO MORES MACHADO.
Objeto e valor: O presente contrato tem por objeto a Cota de Patrocínio no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), para a execução das ações do projeto denominado" 14ª Festa do Agricultor", que será realizado no período de 22 a 23 de agosto de 2026, no Parque Municipal da Uva, Rua Marechal Floriano Peixoto, 8771, na cidade de Colombo-Pr.
Vigência: O prazo de vigência e execução do Contrato de Patrocínio se iniciará no dia 21 (vinte e um) um dia antes, da realização da "14ª FESTA DO AGRICULTOR", a execução se encerrará 1 (um) dia após e a vigência no dia 24 de agosto de 2026.
Local e data da emissão: Colombo, 20 de agosto de 2026.
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:53D8BB54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N.º 314/2026 – CHAMAMENTO Nº 016/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 052/2026

Processo: 32732/2026 – 36748/2026
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratada: LUSON VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 78.453.669/0001-26
Fiscalização: Fica indicado a Diretora Executiva como Gestora JOSIANE DE FÁTIMA FERREIRA e o Fiscal Sr. FABIANO MORES MACHADO.
Objeto e valor: O presente contrato tem por objeto a Cota de Patrocínio no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), para a execução das ações do projeto denominado" 14ª Festa do Agricultor", que será

realizado no período de 22 a 23 de agosto de 2026, no Parque Municipal da Uva, Rua Marechal Floriano Peixoto, 8771, na cidade de Colombo-Pr.
Vigência: O prazo de vigência e execução do Contrato de Patrocínio se iniciará no dia 21 (vinte e um) um dia antes, da realização da "14ª FESTA DO AGRICULTOR", a execução se encerrará 1 (um) dia após e a vigência no dia 24 de agosto de 2026.
Local e data da emissão: Colombo, 20 de agosto de 2026.
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:CC36C07A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N.º 315/2026 – CHAMAMENTO Nº 016/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 052/2026

Processo: 32732/2026 – 36751/2026
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratada: CENTER AUTOMOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.402.181/0001-70
Fiscalização: Fica indicado a Diretora Executiva como Gestora JOSIANE DE FÁTIMA FERREIRA e o Fiscal Sr. FABIANO MORES MACHADO.
Objeto e valor: O presente contrato tem por objeto a Cota de Patrocínio no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), para a execução das ações do projeto denominado" 14ª Festa do Agricultor", que será realizado no período de 22 a 23 de agosto de 2026, no Parque Municipal da Uva, Rua Marechal Floriano Peixoto, 8771, na cidade de Colombo-Pr.
Vigência: O prazo de vigência e execução do Contrato de Patrocínio se iniciará no dia 21 (vinte e um) um dia antes, da realização da "14ª FESTA DO AGRICULTOR", a execução se encerrará 1 (um) dia após e a vigência no dia 24 de agosto de 2026.
Local e data da emissão: Colombo, 20 de agosto de 2026.
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:9167ADAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 302/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: ELEVENN MATERIAIS MÉDICOS LTDA, CNPJ n.º 60.717.724/0001-82
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 62.310,00 (sessenta e dois mil, trezentos e dez reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:B735502D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 319/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2026

Processo: 39.862/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: LA DALLA PORTA JUNIOR, CNPJ n.º 11.145.401/0001-56
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 31.736,00 (trinta e um mil, setecentos e trinta e seis reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 21 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:42B6997E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 003/2026 -CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 376/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 099/2023

PROCESSO: 34580/2026
Locatário: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Governo.
Locador: SOLOFINO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL E CALCÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ: 79.348.207/0001-01.
Fiscalização: A fiscalização do presente Termo Aditivo será de responsabilidade do Gestor de Contrato Sr. Gilvan Gomes, matrícula 19004 e fiscal de contrato Sr. Erickson Ferrer da Costa Filho, matrícula 14638.
Objeto: Locação do Imóvel situado à Rua XV de Novembro, 321, 2º Andar – Sala 04 – Centro - Colombo/PR, com área de 42 m², a ser utilizada para instalação da Superintendência de Comunicação, vinculada à Secretaria Municipal de Governo.
Valor: Através do presente termo aditivo as partes resolvem reajustar o valor mensal do aluguel em R$ 1.698,34 (mil e seiscentos e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos). Perfazendo o valor total do aluguel de R$ 20.380,08 (vinte mil e trezentos e oitenta reais e oito centavos), referente ao valor pelos 12 (doze) meses de locação, e manter o valor mensal do condomínio de R$ 269,77 (duzentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos), perfazendo o valor total para os 12 (doze) meses de R$ 3.237,24 (três mil e duzentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta da classificação orçamentária constante na Lei Orçamentária Anual n.º LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de locação deste contrato será de 12 (doze) meses, com início em 10 de agosto de 2026 a 09 de agosto de 2027.
Local e Data: Colombo, 09 de agosto de 2026.
Assinatura: Onéias Ribeiro de Souza.

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:4255D02B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2026 AO CONTRATO N° 202/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025

Processo: 27501/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas secretarias
Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02.
Fiscalização: A fiscalização do presente Contrato será de responsabilidade do Gestor de contrato o Sr. Edson de França, Fiscal Técnico Sr. Marco Antônio Arone e o Fiscal de Contrato Sr. William Bernardes Silveira Duarte.
Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de Concurso Público destinado exclusivamente à contratação em caráter efetivo e a formação de cadastro de para atender aos programas e aos projetos da Secretaria Municipal de Educação, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
Prazo: O presente Termo Aditivo prorroga o presente contrato durante 12 (doze) meses, compreendendo o período de 04 de agosto de 2026 à 03 de agosto de 2027.
Local e data da emissão: Colombo, 03 de agosto de 2026.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:58E0E429

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO N° 017/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026 (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 053/2026).

Processos: 29674/2026 – 36755/2026.
Credenciante: MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio.
Fiscalização: A gestão e fiscalização das atividades ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio, por meio da Gestora JOSIANE DE FÁTIMA FERREIRA PERIN e do Fiscal/Técnico FABIANO MORES MACHADO.
Credenciada: LUNARI STORE COMERCIO DE MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.297/0001-24.
Objeto: Credenciamento para permissão não-onerosa de uso de espaço público destinado à exploração comercial de áreas específicas para a realização de uma Feira de Agronegócios, a ser realizada durante a 14ª da Festa Do Agricultor no Parque Municipal da Uva, em Colombo – PR, nos dias 22 e 23 de agosto de 2026, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Prazo: As atividades comerciais na 14ª Festa do Agricultor será nos dias 22 e 23 de agosto de 2026.
Local e data da assinatura: Colombo, 21 de agosto de 2026.
Assinatura: Jerônimo Strapasson.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:980A02CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 058/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP) para prestação de serviços de transporte de cargas diversas (freteiros).
Recebimento das Propostas: Das 09:00 horas do dia 25 de agosto de 2026 até às 08:00 horas do dia 10 de setembro de 2026
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 10 de setembro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço “Por Item”.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656–8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 21 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:2EB699F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Ad Referendun Nº. 55

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Lei Municipal nº 576/1995 e alteração Leis Municipal nº 1341/2014, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, resolve:

Art. 1º – Aprovar o Plano de trabalho e de Aplicação do cofinanciamento federal da Resolução nº 224/2026 CNAS – Proteção Social Especial – Média Complexidade - Dispõe sobre a aprovação dos critérios de elegibilidade e partilha visando o fortalecimento das provisões dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centros POP's.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:8AEE1185

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 9.5/2026 – SEMMA

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a
necessidade de licenciamento ambiental municipal para as atividades de Supressão de espécies
exóticas no município de Colombo – PR, estabelece para esta Instrução Normativa:
Considerando a Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional
do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA,
sob nº 237, de 19 de dezembro de 1997;
Considerando a Resolução CEMA nº 110 de 04 de maio de 2021, que estabelece critérios,
procedimentos e tipologias de atividades, empreendimentos e obras que causem ou possam causar
impacto ambiental de âmbito local;
Considerando a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas

gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, e dá outras providências;
Considerando o Decreto Estadual n° 9.541 de 11 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual
n° 22.252/2024;
Considerando a Lei Municipal nº 1.472 de 24 de setembro de 2018, que Institui a Política
Municipal de Resíduos Sólidos, estabelece normas e diretrizes para a Gestão Integrada dos
Resíduos Sólidos e dá outras providências;
Considerando a Lei Municipal nº 1.639 de 23 de maio de 2022, que institui o Plano Municipal de
Desburocratização da Administração Pública de Colombo e dá outras providências;
Considerando a Lei Municipal nº 1.859, de 07 de agosto de 2025, que institui as normas de Uso e
Ocupação do Solo no Município de Colombo, e dá outras providências;
Considerando a Lei Municipal nº 1.860, de 07 de agosto de 2025, que Regulamenta o
Parcelamento do Solo no Município de Colombo, e dá outras providências;
Considerando a Lei Municipal nº 1.834 de 22 de abril de 2025, que dispõe sobre o licenciamento
ambiental municipal e sua revisão, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as
atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente, institui taxas relativas ao
licenciamento.
Considerando: a Resolução CEMA 135/2025 que autoriza o ente municipal ao licenciamento
ambiental.

Art. 1º Estabelecer, em caráter específico, requisitos, critérios, diretrizes e procedimentos
necessários para o licenciamento florestal para Supressão de espécies exóticas FORA de áreas de
preservação permanente no município de Colombo – PR.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa consideram-se as seguintes definições:
I – Autorização Florestal Municipal – AF-M: autoriza a execução de corte ou supressão de
vegetação nativa ou exótica;
II - Corte / Supressão: termo que se aplica a remoção de toda e qualquer árvore independente do
seu estágio de desenvolvimento;
III – Espécies Nativas: as espécies, subespécies ou taxa inferiores ocorrentes dentro de sua área de
distribuição natural presente ou passada;
IV – Espécies Exóticas: as espécies, subespécies ou taxa inferiores introduzidos fora da sua área
natural de distribuição presente ou pretérita, incluindo qualquer parte, gametas, sementes, ovos ou
propágulos dessas espécies que possam sobreviver e posteriormente reproduzir-se;
V – Espécies Exóticas Invasoras: as espécies exóticas cuja introdução ou dispersão ameaça
ecossistemas, ambientes, populações, espécies e causa impactos ambientais, econômicos, sociais
e/ou culturais;
VI – Reposição Florestal (RF): é a compensação do volume de matéria-prima florestal extraído de
vegetação natura pelo volumo de matéria-prima resultante de plantio florestal para geração de
estoque ou recuperação de cobertura florestal;
VII – Vegetação Primária: vegetação de máxima expressão local, com grande diversidade
biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente
suas características originais de estrutura e de espécies;
VIII – Vegetação Secundaria ou em Regeneração: vegetação resultante dos processos naturais de
sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primaria por ações antrópicas ou causas
naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primaria;
IX – Controle de Espécies Exóticas Invasoras: aplicação de métodos físicos, químicos ou
biológicos que resultem da redução e, sempre que desejável e possível, na erradicação de
populações de espécies exóticas invasoras;
X – Área de Preservação Permanente – APP: área coberta ou não por vegetação nativa, com a
função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das
populações humanas e especialmente protegidas nos termos da Lei 12.651/2012.

CAPÍTULO II

DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE
SUPRESSÃO DE ESPÉCIES EXÓTICAS FORA DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE

Art. 3º O órgão licenciador competente, no exercício de sua competência de controle ambiental,
expedirá, licença ambiental florestal para Supressão de espécies exóticas FORA de áreas de
preservação permanente no município de Colombo – PR o seguinte ato administrativo:
I – Autorização Florestal Municipal – AF-M: autoriza a execução de corte ou supressão de
vegetação nativa e exótica;

CAPÍTULO III

DA DOCUMENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I

Da Autorização Florestal Municipal – AF-M

Art. 4º Os requerimentos para Autorização Florestal Municipal – AF-M, conforme Capítulo II da
presente Instrução Normativa, devem ser protocolados por meio do Sistema Municipal de
Protocolo, instruídos na forma prevista abaixo:
I. Para pessoa jurídica:
a) Extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
b) Cópia do Contrato Social ou Estatuto Social
II. Para pessoa física:
a) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
b) Cópia do Registro Geral – RG
III. Para representante legal:
a) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF do representante legal e do requerente;
b) Cópia do Registro Geral – RG do representante legal e do requerente;
c) Cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
IV. Matrícula ou transcrição do Cartório de Registro de Imóveis, do imóvel onde se realizará as
atividades passíveis de serem licenciadas expedida no máximo há 90 dias anteriores ao
requerimento da Licença;
V. Relatório Fotográfico contendo no mínimo 5 (cinco) fotos de cada árvore (raizes, tronco
base, tronco alto e copa) indicando a quantidade e a espécie (se conhecida);
VI. Croqui de localização do imóvel com a localização das árvores a serem suprimidas;
VII. Recolhimento da Taxa de Serviços Ambientais – TSA, conforme determinado pela Lei
Municipal nº 1.835, de 22 de abril de 2025, ou a que vier substituí-la.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS DE VALIDADE DAS LICENÇAS

Art. 5º O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade para cada tipo de licença e
autorização ambiental, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os
seguintes aspectos:

I – o prazo de validade da Autorização Florestal Municipal – AF-M será de até 2 (dois) anos,
podendo ser renovada a critério técnico do órgão ambiental competente;
CAPÍTULO V
ASPECTOS TÉCNICOS
Art. 6º A presente Instrução Normativa é aplicável a Atividade Florestal de Supressão de espécies
florestais exóticas.
Art. 7º Deverão ser observadas as disposições Portaria IAP nº 059 de 15 de abril de 2015 e suas
revisões/republicações, que Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado
do Paraná, estabelece normas de controle e dá outras providências.
Art. 8º Os arquivos em meio digital deverão ser apresentados nos formatos PDF quando solicitados
os arquivos editáveis em formato kml (Keyhole Markup Language) ou outro compatível com SIG
(Sistema de Informação Geográfica) compatível com software opensource..
Art. 9º A SEMMA poderá solicitar ao requerente os documentos e/ou informações complementares
referentes ao empreendedor, a atividade, ou a outras instituições envolvidas no licenciamento
ambiental em questão, sempre que entender necessário.
CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 10º Esta Instrução Normativa tem por base legal as leis, decretos, resoluções e demais
instrumentos legais e normativos expedidos em âmbito federal, estadual e municipal, pertinentes à
Atividade em questão, assim como os inerentes aos procedimentos por ela demandados.
Art. 12 Os casos omissos ou situações não previstas nesta Instrução Normativa serão analisados
pela Secretaria de Meio Ambiente - SEMMA e enquadrados na legislação ambiental vigente
conforme as características particulares de cada empreendimento.
Art. 13 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Instrução
Normativa 9.5/2025.

WILLIAN ZANINI
Secretário Municipal de Meio Ambiente.
Portaria nº 46/2026

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:F61DF386

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de mudas arbóreas, mudas ornamentais, flores, gramas, palmeiras, fertilizantes, substratos, defensivos agrícolas, insumos para plantio e demais materiais destinados às ações de arborização urbana, paisagismo, recuperação ambiental, compensação ambiental, manutenção e revitalização de áreas verdes do Município de Contenda/PR
VALOR TOTAL: R$ 26.453,62 (vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e dois centavos)
CONTRATADA: SPASSO VERDE COMERCIO DE PLANTAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 22.256.154/0001-81
DATA: 12/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:D2153480

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de mudas arbóreas, mudas ornamentais, flores, gramas, palmeiras, fertilizantes, substratos, defensivos agrícolas, insumos para plantio e demais materiais destinados às ações de arborização urbana, paisagismo, recuperação ambiental, compensação ambiental, manutenção e revitalização de áreas verdes do Município de Contenda/PR
VALOR TOTAL: R$ 68.118,78 (sessenta e oito mil, cento e dezoito reais e setenta e oito centavos)
CONTRATADA: VIVEIRO DE MUDAS MEURER LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.168.382/0001-06
DATA: 12/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:69C905F3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de mudas arbóreas, mudas ornamentais, flores, gramas, palmeiras, fertilizantes, substratos, defensivos agrícolas, insumos para plantio e demais materiais destinados às ações de arborização urbana, paisagismo, recuperação ambiental, compensação ambiental, manutenção e revitalização de áreas verdes do Município de Contenda/PR
VALOR TOTAL: R$ 4.533,84 (quatro mil, quinhentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos)
CONTRATADA: VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 61.954.306/0001- 71
DATA: 12/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:3FB084A6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de mudas arbóreas, mudas ornamentais, flores, gramas, palmeiras, fertilizantes, substratos, defensivos agrícolas, insumos para plantio e demais materiais destinados às ações de arborização urbana, paisagismo, recuperação ambiental, compensação ambiental, manutenção e revitalização de áreas verdes do Município de Contenda/PR
VALOR TOTAL: R$ 964,22 (novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos)
CONTRATADA: EDUARDO LUIZ COSTA TOBIAS PINTO, inscrita no CNPJ sob nº 59.413.652/0001-09
DATA: 12/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:44408CF5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de mudas arbóreas, mudas ornamentais, flores, gramas, palmeiras, fertilizantes, substratos, defensivos agrícolas, insumos para plantio e demais materiais destinados às ações de arborização urbana, paisagismo, recuperação ambiental, compensação ambiental, manutenção e revitalização de áreas verdes do Município de Contenda/PR
VALOR TOTAL: R$ 1.952,72 (mil novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos)
CONTRATADA: MARES SERVIÇOS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob nº 19.061.289/0001-87
DATA: 12/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:F115E4FE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de mudas arbóreas, mudas ornamentais, flores, gramas, palmeiras, fertilizantes, substratos, defensivos agrícolas, insumos para plantio e demais materiais destinados às ações de arborização urbana, paisagismo, recuperação ambiental, compensação ambiental, manutenção e revitalização de áreas verdes do Município de Contenda/PR
VALOR TOTAL: R$ 13.608,00 (treze mil, seiscentos e oito reais)
CONTRATADA: EVALDO GERALDO DA SILVA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.090.129/0001-07
DATA: 12/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:715B5A75

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de mudas arbóreas, mudas ornamentais, flores, gramas, palmeiras, fertilizantes, substratos, defensivos agrícolas, insumos para plantio e demais materiais destinados às ações de arborização urbana, paisagismo, recuperação ambiental, compensação ambiental, manutenção e revitalização de áreas verdes do Município de Contenda/PR
VALOR TOTAL: R$ 5.610,00 (cinco mil, seiscentos e dez reais)
CONTRATADA: PRECISAO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob no 00.113.772/0001-30
DATA: 12/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:34740152

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de mudas arbóreas, mudas ornamentais, flores, gramas, palmeiras, fertilizantes, substratos, defensivos agrícolas, insumos para plantio e demais materiais destinados às ações de arborização urbana, paisagismo, recuperação ambiental, compensação ambiental, manutenção e revitalização de áreas verdes do Município de Contenda/PR
VALOR TOTAL: R$ 29.019,90 (vinte e nove mil e dezenove reais e noventa centavos)
CONTRATADA: REMAR HANNEMANN COMÉRCIO DE FLORES LTDA, inscrita no CNPJ sob no 31.714.720/0001-42,
DATA: 12/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:3C0C1505

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de mudas arbóreas, mudas ornamentais, flores, gramas, palmeiras, fertilizantes, substratos, defensivos agrícolas, insumos para plantio e demais materiais destinados às ações de arborização urbana, paisagismo, recuperação ambiental, compensação ambiental, manutenção e revitalização de áreas verdes do Município de Contenda/PR
VALOR TOTAL: R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil)
CONTRATADA: SEF COMEX LTDA, inscrita no CNPJ sob no 49.650.279/0001-48
DATA: 12/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:399775C6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMUNICADO DE ABERTURA DE ENVELOPE CHAMADA PUBLICA Nº 003/2025

COMUNICADO DE ABERTURA DE ENVELOPE CHAMADA PUBLICA Nº 003/2025

OBJETO:

Credenciamento depessoas jurídicas preferencialmente MEI (Microempreendedor individual) para a futura prestação dos seguintes serviços: merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente, para atender as demandas dos órgãos vinculados ao Poder Executivo do Município de Contenda/PR
A Presidente da Comissão Permanente de Licitação que abaixo assina, comunica aos interessados na prestação dos serviços relativos ao processo licitatório em epígrafe, comunica que no dia 27/08/2026 as 9:00hs se dará a abertura dos envelopes, no departamento de Licitações, da prefeitura do Município de Contenda, localizado na Avenida João Franco, 400- Centro.

Contenda/PR, 21 d agosto de 2026

JAIME KFIATKOSKI
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 136/2026

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:AD7814CC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 181/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 134/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 201/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 181/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 134/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 201/2026
OBJETO: Chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 30.504,00 (trinta mil e quinhentos e quatro reais).
CONTRATADA: DAIANE PROENÇA DE PAULA, CNPJ: 62.021.968/0001-51
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 21/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:BD4E596C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 182/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 135/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 182/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 135/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203/2026
OBJETO: Chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais).
CONTRATADA: SIBELI GONÇALVES ALMEIDA CNPJ: 61.329.233/0001-27
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 21/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:F7F619EE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 183/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 136/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 183/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 136/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/2026
OBJETO: Chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 30.504,00 (trinta mil e quinhentos e quatro reais).
CONTRATADA: NEUSA MARIA HEBERLE DA SILVEIRA CNPJ: 61.285.456/0001-30
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 21/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:10DD1386

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 185/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 138/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 185/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 138/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026
OBJETO: Chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais).
CONTRATADA: MARIA DE LOURDES GONÇALVES CNPJ: 62.078.173/0001-80
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 21/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:7F608D64

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2025 PREGÃO ELETRONICO N° 059/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 219/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2025
PREGÃO ELETRONICO N° 059/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 219/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e de resíduos recicláveis gerados no município de Contenda para unidades de tratamento e locação de contentores plástico
VALOR: R$ 197.860,06 (cento e noventa e sete mil, oitocentos e sessenta reais e seis centavos).
CONTRATADO: C.BRASIL SERVICOS DE LIMPEZA CONSERVACAO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 10.745.254/0001-92
DATA: 11 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:B817AC30

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 290/2026

SÚMULA: Nomeia candidato (a) aprovado (a) em Concurso Público

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, e ainda conforme o ato homologatório do resultado final do Concurso Público nº 001/2024, por meio do Edital de Homologação nº 017/2024,

D E C R E T A

Art.1º Fica nomeado (a) o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a) e aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2024 para provimento ao cargo de DENTISTA, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 1342/2012.

Candidato	CPF	CLASSIFICAÇÃO	DATA
NATHALIA RISCAROLLI MAZZA CANEDO DOS SANTOS	082.865.289-99	02º PCD – (31º AC)	24/08/2026

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 21 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:ACD40157

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 291/2026

SÚMULA: Nomeia candidato (a) aprovado (a) em Concurso Público.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, e ainda conforme o ato homologatório do resultado final do Concurso Público nº 001/2024, por meio do Edital de Homologação nº 017/2024,

D E C R E T A

Art.1º Fica nomeado (a) o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a) e aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2024 para provimento ao cargo de EDUCADOR SOCIAL, em conformidade com as disposições contidas nas Leis Municipais nº 1342/2012 e 1824/2020.

Candidato	CPF	CLASSIFICAÇÃO	DATA
FERNANDA TOMAZ VIEIRA	089.590.779-84	34º	24/08/2026

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 21 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:F22569D2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 292/2026

SÚMULA: Nomeia candidato (a) aprovado (a) em Concurso Público.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, e ainda conforme o ato homologatório do resultado final do Concurso Público nº 001/2024, por meio do Edital de Homologação nº 017/2024,

D E C R E T A

Art.1º Fica nomeado (a) o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a) e aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2024, para provimento ao cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, em conformidade com as disposições contidas na Lei Complementar Municipal nº 032/2025.

Candidato	CPF	CLASSIFICAÇÃO	DATA
SILVANA MARIA SOCOLOSKI	027.298.459-09	72º	24/08/2026

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 21 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:5F57B513

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 293/2026

SÚMULA: Exonera servidor (a) efetivo (a).

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Capítulo XII - da Lei Municipal nº 1344/2012,

D E C R E T A

Art.1º Fica exonerado (a) o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

Nome	CPF	Cargo	Matr.	Data
ELIZA PAULA POVIDAIKO DE SOUZA	054.370.339-82	Professor de Educação Infantil	23211	21/08/2026
Regime: Estatutário Causa: Iniciativa do servidor				

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados seus efeitos conforme o disposto no Art. 1º.

Prefeitura do Município de Contenda, 21 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:96651209

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
ATO DE HOMOLOGAÇÃO N.º 11/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, mantenedora do CMEI Julia P. Baumel e Tereza C. de Oliveira, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações CEE/PR nº. 02 e 03/2018 e pelo Parecer de Legalidade nº 635/2026 – NRE AMS.

HOMOLOGA

Art. 1º – Art. 1º - O Regimento Escolar do CMEI Julia P. Baumel e Tereza C. de Oliveira do município de Contenda, com a oferta de: Educação Infantil (Infantil IV e V).

Art. 2º – O Regimento Escolar homologado por este ato de homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação n. º 002/2020 e disposições em contrário.

Contenda, 21 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Feitosa Verastegui
Código Identificador:FAC8947A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 06/2026 – CMDCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 06/2026 – CMDCA

Súmula: Dispõe sobre a formalização da Comissão destinada à avaliação da jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares e sobre a instituição de Grupo de Trabalho para estudos, análise e elaboração de proposta de atualização da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA, e dá outras providências**.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal n° 8.069/1990 – ECA e conforme Lei Municipal nº 733/1998,

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente formular, deliberar e acompanhar a política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a necessidade de permanente avaliação e aperfeiçoamento da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA, de modo a adequá-la à legislação vigente, às normativas do Sistema de Garantia de Direitos e às necessidades atuais do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de estudos técnicos e levantamento da legislação municipal correlata, com vistas à identificação de dispositivos que demandem atualização, adequação ou aperfeiçoamento;

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na reunião realizada em *09 de julho de 2026, às 14 horas*, na qual foi constituída Comissão destinada a avaliar a jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares;

CONSIDERANDO que a análise da jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares constitui matéria específica, permanecendo sob responsabilidade da Comissão constituída para essa finalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de organização dos trabalhos internos do CMDCA e de sistematização dos estudos necessários à eventual atualização da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA;

RESOLVE:

Art. 1° - Fica formalizada a **Comissão para Avaliação da Jornada de Trabalho dos Conselheiros Tutelares**, constituída em decorrência da deliberação do CMDCA, com a finalidade de realizar estudos, levantamento de informações e análise técnica acerca da jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares do Município.
§ 1º A Comissão terá por objeto exclusivo a matéria relativa à jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo da articulação com os demais órgãos e instâncias competentes.
§ 2º A composição da Comissão será aquela definida em deliberação, conforme registro em ata da reunião mencionada no caput.

Art. 2° - Fica instituído o **Grupo de Trabalho para Estudos e Proposição de Atualização da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA**, vinculado ao CMDCA, com caráter técnico, temporário e propositivo, a qual compete:
I – realizar levantamento e análise da legislação municipal que disciplina a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II – identificar dispositivos da PADCA que necessitem de atualização, adequação, aperfeiçoamento ou compatibilização com a legislação federal e estadual vigente;
III – analisar as normativas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e demais atos normativos pertinentes;
IV – promover levantamento de informações junto aos órgãos, entidades e serviços integrantes da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando necessário;
V – identificar eventuais lacunas, sobreposições ou incompatibilidades existentes na legislação municipal relacionada à matéria;
VI – elaborar estudos e proposições para o aperfeiçoamento da PADCA;

VII – elaborar, ao final dos trabalhos, **minuta de anteprojeto de lei destinada à atualização da PADCA**, acompanhada de justificativa técnica e exposição dos principais pontos de alteração;
VIII – apresentar relatório final ao CMDCA, contendo as conclusões e proposições resultantes dos trabalhos.

Art. 3° - O Grupo de Trabalho será composto por:
I - um represente da Secretaria de Promoção e Assistência Social;
II - um represente da Secretaria de Educação;
III - um represente da Secretaria de Saúde;
IV - um representante do Conselho Tutelar;
§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões do Grupo de Trabalho, sem direito a voto, representantes de órgãos públicos, outros Conselheiros Tutelares, organização da sociedade civil, profissionais, especialistas e demais pessoas cuja contribuição seja considerada pertinente à realização dos trabalhos.
§ 2º A participação no Grupo de Trabalho será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 4° - O Grupo de Trabalho poderá solicitar, por intermédio da Presidência do CMDCA, informações, documentos e contribuições técnicas aos órgãos públicos e demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, observadas as respectivas competências institucionais.

Art. 5° - O GT terá prazo de **cinco dias úteis para indicação dos membros e 90 dias (noventa dias)**, contados da publicação desta Resolução, para conclusão de seus trabalhos, podendo o prazo ser prorrogado, mediante justificativa apresentada à Presidência do CMDCA.

Art. 6° - O GT não possui competência deliberativa, normativa ou executiva, cabendo-lhe exclusivamente a realização de estudos e a formulação de proposições técnicas.
Parágrafo Único: A minuta de anteprojeto de lei e o relatório final elaborados pelo Grupo de Trabalho serão submetidos à apreciação e deliberação do CMDCA, a quem competirá deliberar sobre seu encaminhamento ao Poder Executivo Municipal.

Art. 7° - A instituição do GT prevista nesta Resolução não altera, substitui ou interfere nas atribuições da Comissão de Trabalho destinada à avaliação da jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares, cuja atuação permanecerá restrita ao objeto para o qual foi constituída.

Art. 8° - A Secretaria Executiva do CMDCA prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Grupo de Trabalho, observadas as disponibilidades administrativas do Conselho.

Art. 9° - Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência do CMDCA, observadas as disposições da legislação municipal e do Regimento Interno do Conselho, sem prejuízo da competência do Plenário para as matérias que lhe sejam reservadas.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda, 21 de agosto de 2026.

RUBIENE JANI SCHMITZ VANDRESEN
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:6045C743

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9089

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO N.º 9089/2026, de 20 de agosto de 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3588/2026, de 23 de março de 2026

DECRETA
Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 3.416,38 (três mil quatrocentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos**), conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1000	Secretaria Municipal de Assistência Social		
1003	Fundo Municipal da Infância e Adolescência		
1003.08.243.0022.6.054	Deliberação 013/2024 – FIA/CEDCA/PR – L.A. e P.S.C.		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	32002-EA	3.416,38
TOTAL			3.416,38

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:

I - Superávit Financeiro por Fonte de Recursos, conforme constatado nas disponibilidades constantes do Plano de Contas do final do Exercício Financeiro de 2025 e discriminado no quadro a seguir:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO SALDO EM 31.12.2025
32002	SEDEF/Deliberação n 13/2024-CEDCA/PR - Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços a Comunidade - PSC-SF	3.416,38
TOTAL		3.416,38

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:C7D690FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 2931/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Diamante D'Oeste/PR, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 562/2026 de 19-08-2026.

DECRETA
Art. 1º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município de Diamante D'Oeste, para o exercício financeiro de 2026, um **Crédito Adicional Especial** no valor de **R$ 13.676,29(Treze mil seiscentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos)**, destinado à inclusão das seguintes dotações orçamentárias no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026; classificadas nos elementos de despesas **3.1.71.70 / 3.3.71.70 / 4.4.71.70 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO**, conforme segue:

07.000.00.000.0000.0.000 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.08.244.0014.2.040 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
3.1.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
404 – 39361 – INCREMENTO TEMPORÁRIO CALAMIDADE..... R$ 4.902,33.
3.3.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
405 – 39361 – INCREMENTO TEMPORÁRIO CALAMIDADE..... R$ 8.577,71.
4.4.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
406 – 39361 – INCREMENTO TEMPORÁRIO CALAMIDADE..... R$ 196,25.
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL..... R$ 13.676,29.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado por esta Decreto, serão utilizados recursos provenientes do **superávit financeiro** apurado no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2025, na Fonte de Recursos **39361 – Incremento Temporário Calamidade**, nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Parágrafo único. O superávit financeiro referido no caput foi apurado no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2025 e demonstrado conforme o Anexo do Superávit Financeiro, observada a fonte de recursos correspondente.

Art. 3º As dotações orçamentárias criadas por este Decreto destinam-se exclusivamente à execução das despesas decorrentes do **Contrato de Rateio celebrado com o CIASOP – Consórcio Intermunicipal de Assistência Social do Oeste do Paraná**, observada a vinculação da Fonte de Recursos **39361 – Incremento Temporário Calamidade**, bem como as disposições da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e demais normas aplicáveis.

Art. 4º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:800C753B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 2932/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Diamante D'Oeste/PR, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 561/2026 de 19-08-2026.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 47.288,45(Quarenta e sete mil duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos)**, no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de **2026**, destinado à inclusão das seguintes dotações orçamentárias no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026; classificadas nos elementos de despesas **3.1.71.70 / 3.3.71.70 / 4.4.71.70 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO**, conforme segue:

07.000.00.000.0000.0.000 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.08.244.0014.2.040 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
3.1.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
407 – 00902 – PAS – PISO ÚNICO – DETALHAMENTO "27..... R$ 2.740,04.
401 – 01000 – RECURSO ORDINÁRIO LIVRES..... R$ 12.800,00.
3.3.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
408 – 00902 – PAS – PISO ÚNICO – DETALHAMENTO "27..... R$ 7.234,59.
402 – 01000 – RECURSO ORDINÁRIO LIVRES..... R$ 13.200,00.
4.4.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
409 – 00902 – PAS – PISO ÚNICO – DETALHAMENTO "27..... R$ 3.713,82.
403 – 01000 – RECURSO ORDINÁRIO LIVRES..... R$ 7.600,00.
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ..... R$ 47.288,45.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial aberto pelo artigo anterior, nos termos do disposto no art. 43, § 1º, inciso II, e § 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão utilizados recursos provenientes de **excesso de arrecadação** conforme as seguintes receitas e respectivas fontes de recursos:
Receita 1.7.2.9.51.01.04.1000 Fonte 902 ..... R$ 13.688,45.
Receita 1.1.1.2.53.01.00.0000 Fonte 1000 ..... R$ 33.600,00.
Total do Excesso de Financeiro.....R$ 47.288,45.

Art. 3º As dotações orçamentárias criadas por este Decreto destinam-se exclusivamente à execução das despesas decorrentes do Contrato de Rateio celebrado com o CIASOP – Consórcio Intermunicipal de Assistência Social do Oeste do Paraná, observadas as normas da Lei Federal nº 11.107/2005, da Lei nº 4.320/1964, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e das orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:4633E69A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2929/2026

DECRETO Nº 2929/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a Comissão Preparatória da Conferência Extraordinária da Cidade de Diamante D'Oeste.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, a Lei Ordinária Estadual nº 21.051 de 23 de maio de 2022, em especial o inciso II do § 5º do art 2º.

RESOLVE:

Art. 1° Criar a Comissão Municipal Preparatória da Conferência Extraordinária Municipal da Cidade de Diamante D'Oeste.

Art. 2º A Comissão Preparatória da Conferência Extraordinária Municipal da Cidade de Diamante D'Oeste terá como atribuições:

I. coordenar, supervisionar e promover a realização da Conferência Extraordinária da Cidade de Diamante D'Oeste atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;
II. organizar toda infraestrutura do local da conferência, os recursos humanos e materiais necessários ao bom andamento da conferência;
II. elaborar documento sobre o tema e lema da conferência que subsidiará as discussões no processo da Conferência Extraordinária da Cidade de Diamante D'Oeste;
III. elaborar a programação e a pauta da Conferência Extraordinária da Cidade de Diamante D'Oeste;
IV. apoiar e estimular as atividades preparatórias de discussão do tema da Conferência Extraordinária da Cidade de Diamante D'Oeste
V. aprovar o projeto de divulgação para a Conferência Extraordinária da Cidade de Diamante D'Oeste;
VI. elaborar o Regimento Interno da Conferência Extraordinária da Cidade de Diamante D'Oeste estabelecendo regras para o funcionamento do evento, tais como: do credenciamento, da organização, da pauta, da metodologia de debate do temário, dos grupos de debate, das deliberações e da eleição dos conselheiros e conselheiras, entre outras ações que se façam necessárias;
VII. elaborar o relatório final da Conferência Extraordinária da Cidade de Diamante D'Oeste;
VIII. encaminhar os documentos e relatórios resultantes da realização da Conferência Extraordinária da Cidade de Diamante D'Oeste para a aprovação do Prefeito Municipal e ao PARANACIDADE.

Art. 3º A composição da Comissão Municipal Preparatória da Conferência Extraordinária da Cidade de Diamante D'Oeste em respeito à participação dos diferentes segmentos representativos da sociedade local fica assim constituída:

I - Representante da Secretaria Municipal de Administração:
Leisa Mari Rodrigues**;**
II - Representante da Secretaria Municipal de Fazenda:
Adriane Hilgert**;**
IV - Representante da Secretaria Municipal de Serviços, Viação e Obras Públicas:
Levino Gonçalves de Souza
V - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:
Marcos Aurélio Mocellin;
VI - Representante dos Usuários de Meio Ambiente e Saneamento Básicos:
José Maria Dias;
VII - Representante da Associação Comercial e Industrial (ACIDI):
Fernando Vagner Ferreira Alves; e
VIII - Representante do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Diamante D'Oeste:
Rosani Linharis.

§ 1º Cada segmento deverá ser representado por no mínimo 01 (um) integrante.

§ 2º Não se enquadram nos segmentos acima descritos:
1) Conselhos temáticos, municipais bem como Orçamentos Participativos;
2) Partidos políticos, igrejas e seus movimentos de base, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos, Lions e Rotary, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade: ações discriminatórias, segregadoras, xenófobas, entre outras.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE. CUMPRA-SE
Diamante D'Oeste, 21 agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:29B01F70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2930, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 2930, de 21 de agosto de 2026

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as diretrizes nacionais de política urbana definidas pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001);

CONSIDERANDO os princípios fundamentais da política de desenvolvimento municipal constantes no Plano Diretor do Município, a saber, função social da cidade e da propriedade, sustentabilidade e preservação do patrimônio socioambiental e gestão democrática;

CONSIDERANDO a exigência contida no inciso I, § 5ºdo art 2º da Lei Estadual nº 21.051/2022, que alterou dispositivos da Lei Estadual nº 15229/2006, de 25 de julho de 2006, que dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141 da Constituição Estadual:
"§ 5º Durante o prazo de prorrogação previsto no § 4º deste artigo, para serem considerados elegíveis a firmar contrato de empréstimo, os municípios deverão cumprir as seguintes condicionantes:
I – realizar Conferência da Cidade para eleição e posse dos membros dos seus respectivos Conselhos Municipais, com composição mínima de 50%(cinquenta por cento) de membros da sociedade civil organizada, em até um ano da publicação desta Lei;"

CONSIDERANDO a inexistência ou o término da validade do mandato dos conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal da Cidade do município de Diamante D'Oeste.

D E C R E T A

Art. 1º Fica convocada a Conferência Extraordinária Municipal de Diamante D'Oeste, que terá como objetivo e finalidade: **Avaliar o Plano Diretor municipal e a eleição dos conselheiros titulares e suplentes.**

Art. 2º A Conferência Extraordinária Municipal de Diamante D'Oeste será realizada no dia 17 de setembro de 2026, com início previsto para as 14 (quatorze) horas, nas dependências do Centro de Convivência, Rua D, 55, Loteamento Parque Verde, Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná.

Art. 3º A Conferência Extraordinária Municipal de Diamante D'Oeste terá como tema **O Plano Diretor Municipal com Participação Social**, e como lema **O Papel do Conselho Municipal.**

Art. 4º A Comissão Municipal Preparatória da Conferência Extraordinária Municipal de Diamante D'Oeste foi definida pelo Decreto nº 2929/2026 e será composta pelos seguintes membros:

I – Representante da Secretaria Municipal de Administração:
Leisa Mari Rodrigues;
II – Representante da Secretaria Municipal de Fazenda:
Adriane Hilgert;
III – Representante da Secretaria Municipal de Serviços, Viação e Obras Públicas:
Levino Gonçalves de Souza;
IV – Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:
Marcos Aurélio Mocellin;
V – Representante dos Usuários de Meio Ambiente e Saneamento Básicos:
José Maria Dias;

VI – Representante da Associação Comercial e Industrial (ACIDI):
Fernando Vagner Ferreira Alves; e
VII – Representante do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Diamante D'Oeste:
Rosani Linharis.

Art. 5º A será presidida pelo (a) Prefeito (a) Municipal e na sua ausência ou impedimento eventual, por outro (a) representante indicado (a) pela Comissão Municipal Preparatória da Conferência Extraordinária Municipal de Diamante D'Oeste.

Art. 6º Fica delegada à Secretaria Municipal de Administração os encaminhamentos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 7º As despesas com a realização do evento correrão à conta dos recursos orçamentários do Município de Diamante D'Oeste.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, 21 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:C4267082

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 137/2026 RETIFICA A PORTARIA N° 135/2026

PORTARIA N.º 137/2026

RETIFICA A PORTARIA N° 135/2026

AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito do Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Diamante D'Oeste, Paraná, e considerando o Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608/2012 e Artigo 7º da Lei Estadual nº 18.519/2015,

RESOLVE:

Artigo 1º - Retificar a Portaria nº 135/2026, publicada em 20 de agosto de 2026, que por erro material indicou incorretamente a função de Marcos Aurélio Mocellin, conforme segue:

Onde se lê:
"PRESIDENTE DA ASSERMUD: Marcos Aurélio Mocellin;"

Leia-se:
"ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: Marcos Aurélio Mocellin;"

Artigo 2º – Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 135/2026.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:59F4A065

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EDITAL Nº. 03/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº. 03/2026
O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste - Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a urgência na contratação de profissional, para o cargo objeto do presente processo seletivo simplificado, com provimento de vaga à Secretaria Municipal de Assistência Social; o atendimento de necessidade temporária de interesse público, torna pública a abertura de processo seletivo simplificado, conforme disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, autorizado pela Lei Municipal n.º 35/2009, de 12 de novembro de 2009 e suas alterações, Lei 035/2011 e suas alterações, Lei Municipal nº 022/2013 e suas alterações, Lei Municipal nº 042/2014 e suas alterações, Lei Municipal nº 052/2014 e suas alterações, regidos pelas normas constantes neste Edital.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O processo seletivo simplificado para contratação imediata será regido por este Edital e coordenado pela comissão instituída pela Portaria nº132/2026 de 18/08/2026.

1.2 - A seleção de que se trata este Edital será realizada mediante análise curricular e avaliação de títulos de caráter classificatório e eliminatório.

1.3 - Serão aceitos apenas os documentos entregues pessoal-mente ou através de procurador. A procuração não precisa ser feita em cartório, mas deve ter firma reconhecida.

1.4 - A irregularidade ou ilegalidade constatada a qualquer tempo, em qualquer dos títulos acarretará a anulação do referido documento, bem como, na desclassificação e/ou exoneração do candidato.

1.5 - O cargo, vaga disponível, carga horária, remuneração, pré-requisitos e atribuições dos cargos serão aqueles informados no Anexo I deste Edital.

1.6 - O candidato poderá obter informações referentes ao processo seletivo simplificado na
Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Avenida Brasil nº66, Centro, Diamante D' Oeste – PR em horário comercial.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado;

2.2 - Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

2.3 - Atender aos requisitos para a vaga a qual concorre e cumprir todas as determinações deste Edital.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - A inscrição deverá ser efetuada por meio de entrega da ficha de inscrição (ANEXO II), currículo padronizado (ANEXO III), formulário de relação de títulos (ANEXO IV), e demais documentos (ANEXO V), no período de 24 a 28 de agosto de 2026, das 8h (oito horas) às 11h30min (onze horas e trinta minutos) e das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 16h30min (dezesseis horas e trinta minutos), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado na Avenida Brasil, 66, Centro, Diamante D' Oeste – PR.

3.2 - Não será cobrado qualquer valor a título de inscrição;

3.3 - As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão do Processo Seletivo o direito de excluir do processo seletivo simplificado as fichas de inscrições, currículos e formulários de relação de títulos, que estiverem preenchidos de forma incompleta, incorreta e ilegível e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

3.4 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

3.5 - No ato da entrega do currículo, não serão verificados os comprovantes das condições da participação, no entanto, o candidato que não as satisfizer será eliminado do processo seletivo.

4 - ANÁLISE CURRICULAR E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS - CLASSIFICATÓRIA E ELIMINATÓRIA – PSICÓLOGO (A).

4.1- A seleção será procedida da contagem de pontos e serão apurados conforme descrito nos quadros de critérios abaixo.

ENSINO SUPERIOR – PSICÓLOGO (A)

CRITÉRIOS AVALIADOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1. Especialização		
Certificação ou Diploma de Especialização com	10	**20**

carga horária mínima de 360h.		
2. Cursos		
Certificação ou Diploma de participação em cursos, ou afins, com carga horária acima de 20h/a.	10	**20**
3. Tempo de Serviço		
Tempo de exercício na Administração Pública, na função/cargo a que concorre (informar se administração pública federal, estadual ou municipal).	15 por ano completo	**30**
Tempo de exercício de atividade profissional na função/cargo a que concorre.	10 por ano completo	**30**
VALOR MÁXIMO DE PONTOS		**100**

4.2 - Cada título será considerado uma única vez.
4.3 - O curso superior em Psicologia não será avaliado como título para o Ensino Superior, mas **recomenda-se** que uma cópia do Diploma ou Certificado de Conclusão referente a estes cursos seja entregue juntamente com os documentos que compõem a Prova de Títulos, devendo o candidato identificar esta cópia com a expressão "**pré-requisito**".
4.4 - Serão considerados títulos aptos a serem valorizados:
a) Curso de Especialização, realizado em instituição de ensino credenciada pelo MEC;
b) Cursos ou afins, com carga horária acima de 20h (vinte horas);
c) Tempo de exercício na Administração Pública, na função/cargo a que concorre, com tempo igual ou superior a 12 (doze) meses;
d) Tempo de exercício de atividade profissional na função/cargo a que concorre, com tempo igual ou superior a 12 (doze) meses.
4.5 - Documentos comprobatórios para a Prova de Títulos:
a) Diploma (fotocópia frente e verso) ou Certificado de Conclusão em papel timbrado.
b) Certificados de Conclusão conforme item 4.4, alíneas a e b.
4.6 - Documentos comprobatórios para Tempo de Serviço:
a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS): foto-cópias que incluam as páginas com os dados de identificação do trabalhador – folha de rosto e de qualificação civil – e com o registro do contrato de trabalho com todos os campos preenchidos, inclusive o da rescisão, se for o caso, e assinaturas;
b) Contrato de Trabalho que expresse clara-mente a função exercida pelo candidato e indique o período de trabalho (data de início – dia, mês e ano – e de permanên-cia ou término, se for o caso);
4.7 - Quando houver diferença no nome do candidato, entre os documentos apresen-tados para a Prova de Títulos e o que consta no Requerimento de Inscrição, o mesmo deverá anexar comprovante de alteração de nome.
4.8 - A seleção do currículo e a avaliação de títulos (análise curricular) serão realizadas pela Comissão de Processo Seletivo da Prefeitura Municipal, designada por Portaria Interna, conforme item 1.1.
4.9 - A classificação será feita em ordem decrescente da pon-tuação final obtida individualmente, considerando todos os can-didatos aprovados.
4.9.1 - Havendo empate na ANÁLISE CURRICULAR e AVALIAÇÃO DE TÍTULOS, o critério para desempate será:
1º - O candidato com maior tempo de experiência na função a que concorre;
2º - O candidato com titularização mais elevada na área de Psicologia;
3º - O candidato de maior idade.

5 - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS/CONVOCAÇÃO

5.1 - Todos os atos do processo seletivo serão devidamente divulgados no site da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste (www.diamantedoeste.pr.gov.br), e no Diário Oficial do Município. É de inteira responsabilidade, o candidato acompanhar todas as etapas do processo seletivo simplificado nos canais de comunicação supracitados.
5.2 - A convocação para designação e/ou contratação obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos.
5.3 - O candidato que não comparecer no prazo de 02 (dois) dias úteis, após convocação de que trata o item anterior, será considerado desistente.

6 - DOS RECURSOS

6.1 - Recursos a fatos extraordinários deverão ser dirigidos a Secretaria Municipal de Assistência Social, em impresso próprio, entregues sob protocolo pelo próprio candidato, devidamente fundamentado, constando o nome do candidato, número da inscrição, endereço para correspondência e telefone.
6.2 - O prazo para interposição de recursos, quanto à homologação de inscritos e classificação final, será após publicação dos respectivos editais, no site da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste (www.diamantedoeste.pr.gov.br), e no Diário Oficial do Município, de acordo com a data estabelecida no cronograma do Anexo VI.
6.3 - Admitido o recurso, caberá a Comissão do Processo Seletivo manifestar-se pela reforma ou manutenção do ato ocorrido, cuja decisão será comunicada ao candidato pelo telefone informado pelo candidato no currículo, e disponibilizado cópia no prazo de 01 (um) dia útil.

7 - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO E O REGIME JURÍDICO DE CONTRATAÇÃO

7.1 - Os contratos serão vinculados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.
7.2 - O Regime Jurídico de contratação será por tempo determinado.

8. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

8.1 - Os documentos obrigatórios para contratação são: RG; CPF; Título com o comprovante da última votação ou quitação eleitoral; Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino; Comprovante de residência atual; Comprovante de escolaridade (diploma ou histórico escolar); Prova de Atestado Civil (Certidão de Nascimento ou Casamento); Carteira de Trabalho – CTPS (Parte da foto e data de expedição); Carteira Funcional e/ou comprovação de inscrição funcional ativa; PIS ou PASEP com data de expedição; CPF e RG do Cônjuge se houver; Declaração de dependentes com devida comprovação; Declaração de não acúmulo de cargo público.
8.2 - É vedada a contratação de servidor ou empregado da Administração Pública Direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas empresas públicas, sociedades de economia mista, bem como de suas subsidiárias ou controladas, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
8.3 - São condições para a designação e/ou contratação:
a) ter sido aprovado/classificado no processo seletivo simplificado;
b) apresentar documentação completa, devidamente relacionada no item 8.1 deste edital.

9- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o processo seletivo simplificado contido neste Edital.
9.2 - A participação do candidato no processo seletivo gera apenas a expectativa de designação e/ou contratação aos candidatos classificados, sendo obrigatória somente a contratação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas oferecidas.
9.3 - É reservado à Prefeitura Municipal o direito de proceder à designação e/ou contrato administrativo dos classificados, em número que atenda ao seu interesse e às suas necessidades.
9.4 - Os casos omissos no presente neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo, e se necessário, encaminhados a Procuradoria do Município.
9.5 - Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de retificação divulgada no Diário Oficial, e site da Prefeitura.
9.6 - O prazo de vigência do presente edital será de 06 (seis) meses.
9.7 - Os contratos dos referidos profissionais findam-se em 06 (seis) meses após a data da contratação, podendo ser prorrogados por igual período.
9.8 - Integram o presente Edital os seguintes Anexos:
Anexo I - Descrição e outras Informações Referentes aos Cargos
Anexo II - Ficha de Inscrição
Anexo III - Modelo de Currículo
Anexo IV - Formulário de Relação de Títulos
Anexo V - Documentação para Inscrição
Anexo VI - Cronograma do Processo Seletivo Simplificado

Diamante D' Oeste, 21 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

REGINA HERPICH FRONZA
Presidente da Comissão Especial de Seleção de Pessoal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº. 03/2026

ANEXO I - DESCRIÇÃO E OUTRAS INFORMAÇÕES REFERENTES AO CARGO

CARGO	Nº. CARGO	VAGAS	C/H	SALÁRIO	REQUISITOS BÁSICOS
PSICÓLOGO (A)	01	01	30 HORAS/ SEMANAIS	R$ 3.618,63	Graduação em Psicologia credenciado pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP).

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº. 03/2026
ANEXO II - FICHA DE INSCRIÇÃO

N.º da Inscrição_____ N.º do Cargo_____

CANDIDATO (A) AO CARGO DE: _____
Nome do Candidato: _____
Identidade: _____- _____ Órgão Expedidor:_____
C.P.F.: _____ Data de Nascimento: _____/____/_____
Nacionalidade:_____ Naturalidade: _____
Título de Eleitor: _____Zona:_____ Seção: _____
Endereço:_____Nº_____
Bairro:_____Município:_____UF:_____
Escolaridade: _____
Tel: ( ) _____Celular: ( )_____
E-mail: _____
DECLARO ESTAR CIENTE DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DO EDITAL Nº 03/2026.
DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, SER VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS.
Data da Inscrição: ____/08/2026.
Assinatura do candidato: _____

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
Destinatário: **CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Endereço: Avenida Brasil, 66, Centro, Diamante D' Oeste-PR;
Descriminação: Recebi a Ficha de Inscrição nº_____/2026, Anexo II do Edital nº 03/2026.
Assinatura do recebedor: _____
Diamante D'Oeste-PR, _____ de agosto, de 2026.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº. 03/2026
ANEXO III - MODELO DE CURRÍCULO

I - DADOS PESSOAIS
Nome: _____
Endereço:_____ Nº _____
Bairro: _____ Município _____ UF:_____
Telefone: ( ) _____ Celular ( ) _____
e-mail:_____
Data de nascimento: ____/ _____/____ Estado civil _____ Sexo: ( )F ( )M
Naturalidade: _____ UF: ____
Profissão:_____
a) FORMAÇÃO
b) CAPACIDADE TÉCNICA E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
b.1- Instituição onde trabalhou: _____
Cargos ocupados ou funções exercidas: _____
Período: _____/ ____/_____.
Descreva as atividades desenvolvidas:_____:_____
_____
b.2-Instituição onde trabalhou: _____
Cargos ocupados ou funções exercidas _____
Período: _____/ ____/_____.
Descreva as atividades desenvolvidas: _____
Tempo de experiência profissional na função/cargo a que concorre: _____

ANEXAR OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE TODOS OS ELEMENTOS DECLARADOS.

Assinatura: _____ Data: ____/ 08/2026.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 03/2026

ANEXO IV – FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE TÍTULOS

Cargo: Psicólogo (a) Nº de inscrição: _____

Nome do candidato: _____

Histórico/Resumo do documento		
Nº do Título	Histórico / Resumo	Pré-Pontuação

Observações: Preencha, em letra legível, os campos destinados ao candidato. Se necessário, faça cópia desta folha para completar sua relação.

Declaro, para os devidos fins que possuo como requisito de habilitação para o cargo de inscrição.

Diamante D'Oeste-PR, ____ de agosto, de 2026.

_____
Assinatura do(a) candidato(a)

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº. 03/2026

ANEXO V - DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

1. Ficha de inscrição devidamente preenchida (Anexo II);
2. Carteira de identidade (cópia e original para autenticação);
3. Cadastro de pessoa física CPF (Cópia e original para autenticação);
4. Título com o comprovante da última votação ou quitação;
5. Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
6. Comprovante de residência atual;
7. Comprovante de escolaridade (diploma ou histórico escolar);
8. Prova de Atestado Civil (Certidão de Nascimento ou Casamento);
9. Carteira de Trabalho – CTPS (Parte da foto e data de expedição);
10. Carteira Funcional;
11. PIS ou PASEP com data de expedição (Caso não possua o cartão, fazer pesquisa junto a Caixa Econômica Federal para verificar a inscrição);
12. Carteira de Motorista (caso possua);
13. Diploma de Especialização (quem tiver);
14. Cópia de certificados de cursos, participação em seminários, palestras e congressos específicos na área, com a carga horária igual ou maior há 20 horas (quem tiver);
15. Currículo (Anexo III);
16. Formulário de Relação de Títulos (Anexo IV).

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA DESIGNAÇÃO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 03/2026

ANEXO VI – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EVENTO	DATA
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	24 A 28 DE AGOSTO DE 2026
HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE INSCRITOS	02 DE SETEMBRO DE 2026
PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS QUANTO A LISTA DE INSCRITOS	03 DE SETEMBRO DE 2026
DIVULGAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE POSSÍVEIS RECURSOS QUANTO A LISTA DE INSCRITOS	09 DE SETEMBRO DE 2026
REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	10 DE SETEMBRO DE 2026
HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO	15 DE SETEMBRO DE 2026
PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS QUANTO A CLASSIFICAÇÃO	16 DE SETEMBRO DE 2026
DIVULGAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE POSSÍVEIS RECURSOS QUANTO A CLASSIFICAÇÃO	21 DE SETEMBRO DE 2026
HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	21 DE SETEMBRO DE 2026

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:8B07AA76

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO PRAZO PR 46/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná

1° Termo aditivo do contrato nº.316/2025, decorrente de Pregão n° 46/2025 de AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS E ALIMENTARES INDUSTRIALIZADAS PARA CRIANÇAS, IDOSOS E PACIENTES EM ESTADO VEGETATIVO OU COM ALIMENTAÇÃO VIA SONDA GÁSTRICA OU ENTERAL, OU COM COMPROMETIMENTO DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA RENAL, OU OUTRA DEMANDA APRESENTADA, MEDIANTE PRESCRIÇÃO MÉDICA OU DE NUTRICIONISTA,
ATENDIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D`OESTE,
EM CUMPRIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº120/2017, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE
DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa VTR COMERCIAL LTDA - EPP , inscrita no CNPJ sob nº.
52.932.346/0001-21, com sede no endereço , 220, CENTRO, DOIS VIZINHOS-PR neste ato
representada por VITOR ALBANO ACOSTA, portador do RG n° 104037615, portador do CPF sob n
° 080.363.639-33, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 29/08/2027
com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 316/2025, referente à
licitação Pregão Eletrônico sob nº 46/2025, com base na cláusula quinta e décima primeira, do
contrato primitivo e na lei 14.133/21, estender por 12 (doze) meses o vencimento do contrato,
renovando o vencimento primitivo da cláusula quinta do contrato supra descrito, para o dia 29 do
mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e sete (29-08-2027).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE VTR COMERCIAL LTDA - EPP
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:529.323.460-00121
VITOR ALBANO ACOSTA
PREFEITO MUNICIPAL RG:104037615
CPF:080.363.639-33
DIAMANTE DO OESTE 21 de agosto de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:4E374AB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO VALOR CP 03/2024

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
6° Termo aditivo do contrato nº.396/2024, decorrente de Concorrência n° 3/2024 de
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA REALIZAR
OBRA DE REFORMA/READEQUAÇÃO, PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA UNIDADE DE PRONTO
ATENDIMENTO MUNICIPAL – PAM, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D' OESTE/PR; SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE, INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4107157/2023 – ITAIPU BINACIONAL..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa N E BACKES CONSTRUÇÕES - ME , inscrita no CNPJ
sob nº. 37.510.464/0001-58, com sede no endereço , , CENTRO, - neste ato representada por
NELSON EDUARDO BACKES, portador do RG n° 106437742, portador do CPF sob n°
108.815.019-56, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 44.449,52
(quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) ,
corresponde ao acréscimo de 0,0% com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o
Contrato sob nº 396/2024, referente à licitação Concorrência Pública sob nº 03/2024, com base na
cláusula sétima e décima sexta, do contrato primitivo e na lei 14.133/21. Corrigindo o valor global da
cláusula quinta. Tendo um aumento de 12,83% no contrato, sendo o aumento global de R$
44.449,52 (quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE N E BACKES CONSTRUÇÕES - ME
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:375.104.640-00158
NELSON EDUARDO BACKES
PREFEITO MUNICIPAL RG:106437742
CPF:108.815.019-56
DIAMANTE DO OESTE 21 de agosto de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:214D8A8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO VALOR PR 46/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
2° Termo aditivo do contrato nº.316/2025, decorrente de Pregão n° 46/2025 de AQUISIÇÃO DE
FÓRMULAS INFANTIS E ALIMENTARES INDUSTRIALIZADAS PARA CRIANÇAS, IDOSOS E
PACIENTES EM ESTADO VEGETATIVO OU COM ALIMENTAÇÃO VIA SONDA GÁSTRICA OU
ENTERAL, OU COM COMPROMETIMENTO DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA RENAL, OU
OUTRA DEMANDA APRESENTADA, MEDIANTE PRESCRIÇÃO MÉDICA OU DE NUTRICIONISTA,
ATENDIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D`OESTE,
EM CUMPRIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº120/2017, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE
DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa VTR COMERCIAL LTDA - EPP , inscrita no CNPJ sob nº.
52.932.346/0001-21, com sede no endereço , 220, CENTRO, DOIS VIZINHOS-PR neste ato
representada por VITOR ALBANO ACOSTA, portador do RG n° 104037615, portador do CPF sob n
° 080.363.639-33, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância
de R$ 1.028,40 (um mil e vinte e oito reais e quarenta centavos) , corresponde ao acréscimo de
0,0% com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 316/2025, referente
à licitação pregão eletrônico sob nº 46/2025, com base na lei 14.133/21, fazer realinhamento de
preço dos itens do contrato, aumento de 4,44%, aplicando índice IPCA/IBGE; sendo aumento global
do contrato de R$ 1.028,40 (hum mil vinte e oito reais e quarenta centavos).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE VTR COMERCIAL LTDA - EPP
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:529.323.460-00121
VITOR ALBANO ACOSTA
PREFEITO MUNICIPAL RG:104037615
CPF:080.363.639-33
DIAMANTE DO OESTE 21 de agosto de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:BF1D98BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - EXTRATO DO CONTRATO Nº 421/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, O PREFEITO MUNICIPAL, **ADJUDICA E HOMOLOGA** nos termos do Inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epigrafe, junto a Dispensa DL19/2026**,** do Município de DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, em uso das atribuições que lhe são conferidas peça legislação em vigor, resolve:

01 – HOMOLOGAR nos termos do Inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133/2021, a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: DL19/2026
b) Modalidade: Dispensa
c) Data Homologação: 21/08/2026
d) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle tecnológico de solo, compreendendo a realização de ensaios CBR completos, dimensionamento de pavimento flexível em CBUQ e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), destinados à elaboração do projeto e à execução da obra de recape asfáltico da Estrada Rural Pinhalito, trecho entre o Município de Diamante do Sul e a Serraria Tonetti.
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores:
CMM ENGENHARIA E CONTROLE TECNOLÓGICO LTDA – CNPJ nº 41.936.439/0001-08
Item 01 – Ensaio CBR completo, compreendendo ensaio Proctor (energia normal), Índice de Suporte Califórnia – CBR, ensaio de expansão e ensaios físicos do solo, com emissão de laudo técnico. **Quantidade:** 20 serviços. **Valor unitário:** R$ 137,00. **Valor total:** R$ 2.740,00.
Item 02 – Dimensionamento de pavimento flexível em CBUQ, elaborado com base nos resultados dos ensaios geotécnicos executados. **Quantidade:** 1 serviço. **Valor unitário:** R$ 1.000,00. **Valor total:** R$ 1.000,00.
Item 03 – Emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente aos serviços executados. **Quantidade:** 1 serviço. **Valor unitário:** R$ 110,00. **Valor total:** R$ 110,00.
VALOR TOTAL: R$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais).

Diamante do Sul, 21/08/2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 421/2026

CONTRATANTE: Município de Diamante do Sul – PR.

CONTRATADA: CMM ENGENHARIA E CONTROLE TECNOLÓGICO LTDA, inscrita no CNPJ nº **41.936.439/0001-08**.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de ensaios CBR completos, dimensionamento de pavimento flexível em CBUQ e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme condições e especificações estabelecidas no processo de contratação.
VALOR TOTAL: R$ **3.850,00** (três mil, oitocentos e cinquenta reais).
CONTRATO Nº: 421/2026.
Diamante do Sul/PR, 21 de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:E5A08A90

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 008/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 008/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, resolve:

• **HOMOLOGAR** o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 003/2026, que trata da prestação de serviço técnico e aperfeiçoamento para a capacitação de servidores e vereadores municipais.
• **RATIFICAR** a contratação direta amparada no Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza singular do serviço e a notória especialização da empresa contratada.
• **DETALHES DA CONTRATAÇÃO:**

• **Contratada:** IDADI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA
• **CNPJ:** 58.511.090/0001-65
• **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de capacitação e aperfeiçoamento profissional, mediante a realização do curso " INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À FISCALIZAÇÃO E o exercício dos Controles Interno e Externo (Imersão Prática)", para a inscrição de 4 (quatro) agentes públicos do Poder Legislativo.
• **Valor Total:** R$ 10.760,00 (dez mil setecentos e sessenta reais), correspondente a 4 inscrições no valor unitário de R$ 2.690,00.
• **Dotação Orçamentária:**

01.001.01.031.0002.2002.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.

• **Data e Local:** 25 a 28 de agosto de 2026, em Curitiba - PR.

• **DETERMINAÇÃO DE PUBLICAÇÃO:** Determina-se a imediata publicação deste termo no Diário Oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para que produza seus efeitos jurídicos de eficácia e transparência, conforme exigido pela legislação vigente.

Dois Vizinhos – PR, 21 de agosto de 2026.

JUAREZ ALBERTON
Presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos – PR

Publicado por:
Cristiano Florintino Bratti
Código Identificador:1899F7FE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DECRETO Nº 23758/2026

DECRETO Nº 23758/2026

Contrata a Senhora Pollyane Celi Gusso Tedesco para o cargo de provimento temporário de Advogado.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Contrata a Senhora **POLLYANE CELI GUSSO TEDESCO,** matrícula funcional 20857-1, regularmente classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, para o cargo de provimento temporário de Advogado, para desempenhar suas atividades junto ao Gabinete do Prefeito/Procuradoria Jurídica, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 20 de agosto de 2026, com base nas Leis nº 2248/2018 e 2941/2025.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:EE9AEB8E

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2026.
OBJETO**: Locação de solução integrada de segurança de rede Firewall incluindo implantação, condução e treinamento.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90051/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor da licitante vencedora**: MICRODADOS SISTEMAS LTDA,** CNPJ: 07.228.857/0001-02, com proposta no valor total de **R$ 29.990,00 (vinte e nove mil, novecentos e noventa reais)**, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 21 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:597E1497

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO CM -DECRETO Nº 05/2026 SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 05/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Sr. MIGUEL DOS ANJOS DIAS, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
01.000.00.000.0000.0.000. CÂMARA MUNICIPAL
01.001.00.000.0000.0.000. Câmara Municipal
01.001.01.031.001.2.001. Manutenção das Atividades Legislativas
10 – 3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação – Pessoa Jurídica R$ 57.000,00
Total Suplementação: R$ 57.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Resolução, servirá como recurso a Anulação de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Dedução
01.000.00.000.0000.0.000. CÂMARA MUNICIPAL
01.001.00.000.0000.0.000. Câmara Municipal
01.001.01.031.001.2.001. Manutenção das Atividades Legislativas
7 – 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 57.000,00
Total Dedução: R$ 57.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Câmara Municipal de Doutor Ulysses, 21 de Agosto de 2026.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:60B683F5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 260/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 260/2026 de 21/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
06.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
06.001.04.122.0001.2.008.		Manutenção do Departamento de Contabilidade	
73 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
15.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
15.001.27.812.0018.2.057.		Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas	
420 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
422 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
423 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
424 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
		Total Suplementação:	**26.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.18.541.0007.2.093.		PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"	
413 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26.000,00
		Total Redução:	**26.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:7D5D56BE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - CAROLINA SIMÃO DOS SANTOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	57/2026
b) Licitação Nrº :	10/2026
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	21/08/2026
e) Objeto Homologado :	DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA MINISTRAR CURSO DE LIBRAS COMO ATIVIDADE SOCIOEDUCATIVA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - CIDADÃO DO FUTURO.
f) Processo Adm Nrº :	57/2026

08.243.0009.6.007. - Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – FIA Estadual

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: CAROLINA SIMÃO DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 66.015.583/0001-32

Item	**Descrição**	**unid**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
1	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA MINISTRAR CURSO DE LIBRAS COMO ATIVIDADE SOCIOEDUCATIVA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS - CIDADÃO DO FUTURO.	Horas	240	R$ 194,0000	R$ 46.560,0000

Valor Total Homologado - R$ 46.560,00

DOUTOR ULYSSES, 21 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:589E604A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2026

CONTRATO: 02/2026
CONTRATANTE: FUNDO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO FUNDOFEP
CNPJ: 02.318.953/0001-28

CONTRATADO: MATIAS E LEITÃO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.
CNPJ: 14.813.501/0001-00

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria de Valores Mobiliários, no âmbito de investimentos, voltados aos Regimes Próprios de Previdência Social, segundo legislação pertinente vigente à época da execução das atividades, Consultoria em Política de Investimentos, assessoria em credenciamento das instituições financeiras e fornecimento de pareceres, sistema de controle aos investimentos e emissão de APR conforme o artigo 116 da Portaria MTP nª 1467 de 02/06/2022. Emissão de relatórios exigidos pelo Pro gestão.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamento pelo Decreto municipal Nº 208/2024.

Fernandes Pinheiro, 21 de agosto de 2026.

SANDRA MARA SARNOSKI AFONSO
Presidente - FUNDOFEP

Publicado por:
Sidnei Antonio de Lima
Código Identificador:90E51A99

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2026

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, por intermédio de sua autoridade competente, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 052/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de concreto usinado com e sem bombeamento.
Considerando que não houve apresentação de propostas por parte de empresas interessadas, o certame foi declarado **DESERTO**, não havendo empresas vencedoras ou valores adjudicados.
Diante do resultado, a autoridade competente, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, HOMOLOGA o resultado do certame, nos termos dos trabalhos realizados pela Comissão de Contratação.

Fernandes Pinheiro – PR, 21 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:A06E226E

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 220/2026

SÚMULA: Altera o Decreto nº 196/2026 que concede pensão por morte

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 430, de 21 de julho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a lista de dependentes já reconhecidos pelo Art. 1º do Decreto nº 196/2026, passando a vigorar com a seguinte redação:
"Fica concedida, com efeitos financeiros a partir de **1º de julho de 2026**, **Pensão por Morte Temporária** aos dependentes do ex-servidor **ALBINO JOSIEL DE SOUZA**, falecido em **24 de junho de 2026**, sendo beneficiários:
I - **MARILVIA SERAJANE DE ANDRADE** (companheira), CPF: 096.***.***-79 - PENSÃO VITALÍCIA;
II – **ALLANA KAMILLY PSZIDZIMIRSKI DE SOUZA**, nascida em **1X/0X/2011** - PENSÃO TEMPORÁRIA;
III – **MILLENA GABRIELY DE SOUZA**, nascida em **1X/0X/2012** - PENSÃO TEMPORÁRIA;
IV – **GUSTAVO MIGUEL DE SOUZA**, nascido em **0X/1X/2015** - PENSÃO TEMPORÁRIA; e
V – **THÉO RAFAEL DE SOUZA**, nascido em **0X/0X/2025** - PENSÃO TEMPORÁRIA;

Art. 2º Fica alterado o Art. 2º do Decreto nº 196/2026, passando a vigorar com a seguinte redação:
"O benefício de que trata este Decreto será concedido nos termos dos artigos 109, 148, 149 e 150 da Lei Municipal nº 430/2010, correspondendo à cota de **25% (vinte e cinco por cento)** para cada um dos cinco dependentes, totalizando **100% (cem por cento)** do último vencimento de contribuição do ex-servidor, em conformidade com o disposto no art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, sendo o benefício custeado pelo Fundo Municipal de Assistência e Previdência de Fernandes Pinheiro – **FUNDOFEP**.

Art. 3º O valor mensal da pensão corresponde a **R$ 3.380,03 (três mil, trezentos e oitenta reais e três centavos)**, equivalente a 100% (cem por cento) do último vencimento de contribuição do ex-servidor, devendo ser rateado entre os beneficiários na forma prevista no artigo anterior.
Art. 4º O benefício de pensão será reajustado na mesma data e pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, observado o disposto na legislação vigente.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros retroativos a 1º de julho de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 21 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:DE915B94

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 115/2026

Súmula: Concede licença para tratamento de saúde à servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente embasado nas Leis n° 722/2019 e 734/2020, e em conformidade com o atestado médico apresentado,

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER ao servidor ADEMIR MATTOZO MACHADO, matrícula nº 1269-1, ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA DE VEICULOS**, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21 de julho de 2026 a 30 de julho de 2026.
Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 12 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:CECE5FBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

RH
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO PSS 03/2024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
4º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 053/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***EVANIR ALVES MACIEL***
OBJETO/CARGO: Monitor de Educação Infantil– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: Conforme contrato
VIGÊNCIA: 22/08/2026 a 18/12/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
4º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 055/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***THAIS MAIARA DOS SANTOS***
OBJETO/CARGO: Monitor de Educação Infantil– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: Conforme contrato
VIGÊNCIA: 22/08/2026 a 18/12/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
4º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 090/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***DAIANA DA SILVA***
OBJETO/CARGO: Monitor de Educação Infantil– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: Conforme contrato
VIGÊNCIA: 22/08/2026 a 18/12/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
4º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 094/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***ANDRESA KLEIN DE LARA***
OBJETO/CARGO: MONITOR ED. INFANTIL 30 HORAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: Conforme contrato
VIGÊNCIA: 22/08/2026 a 18/12/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
4º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 096/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***ELISSANDRA CAVALLI LAWISCH***
OBJETO/CARGO: MONITOR ED. INFANTIL 30 HORAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: Conforme contrato
VIGÊNCIA: 22/08/2026 a 18/12/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
2º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 003/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***KELIN CRISTINA DOS SANTOS LOFF***
OBJETO/CARGO: Monitor de Educação Infantil– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: Conforme contrato
VIGÊNCIA: 22/08/2026 a 18/12/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
2º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 005/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***VANESSA KAUFMANN CORDEIRO***
OBJETO/CARGO: Monitor de Educação Infantil– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: Conforme contrato
VIGÊNCIA: 22/08/2026 a 18/12/2026

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:02B7F95F

RH
PORTARIA 319/2026

PORTARIA Nº 319/2026

EXONERA SERVIDORA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO a Sra. **JOCIANE XAVIER**, inscrita no CPF Nº ***.203.839-**, do Cargo em Comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo "CC3", a partir de 21 de agosto de 2026.

A**rt. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 21 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:5EEC05E0

RH
PORTARIA 320/2026

PORTARIA Nº 320/2026

SÚMULA: Nomeia Servidores sob regime Jurídico Único Estatutário.

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

1º - NOMEAR, sob o Regime Único Estatutário, os servidores com os respectivos cargos, abaixo relacionados, aprovados em Concurso Público N° 02/2022 realizado em conformidade do Edital de Abertura de 13 de junho de 2022, e Edital de Homologação Final nº 011/2022, **a partir 24 de agosto de 2026**, com início de Estágio Probatório conforme o Termo de Posse.

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

NOME	CPF	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL/REF. ANEXO CFE. LEI 495/2011
CYNTHIA NARA PERONDI LOPES DE GÓES	058.820.049-26	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	30 Horas	"NS" "1" "V"

2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 24 de agosto de 2026, revogando as disposições em geral.

Gabinete do Prefeito de Flor da Serra do Sul – PR,
Em 21 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:2E39AC87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.639, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.639, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Concede férias regulamentares parcial e dispõe sobre a conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário ao servidor Ismael Leoni.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem os arts. 87 e 92-A da Lei Municipal nº 03/2001, **CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 5.134/2026 e **CONSIDERANDO** o requerimento do servidor, devidamente acompanhado da decisão fundamentada

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido, ao servidor Ismael Leoni, Fiscal de Serviços/40h, matrícula 2-01108, 5 (cinco) dias das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 01/01/2023 a 31/12/2023, para fruição no período de 31 de agosto a 4 de setembro de 2026
Parágrafo único. Fica convertido em pecúnia 1/3 (um terço) de férias, correspondente à remuneração equivalente a 10 (dez) dias de férias, acrescido do respectivo terço constitucional, referente ao mesmo período aquisitivo.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 21 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:ED67B25D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
DECRETO 54/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar, no exercício de 2.026, no valor de R$ 1.165.340,00 (um milhão, cento e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta reais) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, amparado na Lei Municipal nº 1114/2025, resolve:

Art. 1º: Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do exercício de 2026, o valor **R$ 1.165.340,00** (um milhão, cento e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta reais) a título de Crédito Adicional Suplementar, destinado ao suporte das despesas constantes no anexo a este decreto.

Art. 2º: Fica autorizada a suplementação das contas de despesas a título de Crédito Adicional suplementar, destinado ao suporte das despesas supramencionadas nas dotações orçamentárias constantes do relatório em anexo em contas denominadas "acréscimo".
No valor de R$ 550.340,00
Parágrafo único. Para cobertura do crédito será utilizada a anulação das contas de despesas constantes no relatório em anexo, denominadas por "anulação".
No valor de R$ 261.500,00 por anulação
No valor de R$ 288.840,00 por remanejamento

Art. 3º: Para cobertura do crédito a ser aberto serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação de recursos vinculados e livres apurado no exercício vigente, conforme previsto no inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 de 17/03/1964.
No valor de R$ 360.000,00
Art. 4º: Para cobertura do crédito a ser aberto serão utilizados recursos previstos no inciso I, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, até o limite da efetiva existência dos recursos de superávit financeiro nas fontes de recursos livres ou vinculados, devidamente apurados no balanço patrimonial do exercício anterior; sem que tal alteração seja computado para fins do limite previsto no inciso III.
No valor de R$ 255.000,00

Art. 5º: Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Jordão, em 01 de julho de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Itamara Presa
Código Identificador:1116249B

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
DECRETO 70/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial, no exercício de 2.026, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, amparado na Lei Municipal nº 1155/2026, resolve:

Art. 1º: Fica o Poder Executivo Municipal, a abrir no Orçamento Geral do exercício de 2026, o valor de **R$ 30.000,00** (trinta mil reais), em crédito adicional especial por excesso de arrecadação, na seguinte conta de despesa:

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL Acréscimo 30.000,00
005 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
08.241.0007.2088 FUNDO DA PESSOA IDOSA
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
3855 00797 CUIDA MAIS INVESTIMENTO

Parágrafo único. Para a abertura do crédito será utilizada, no orçamento da administração direta, recurso proveniente de excesso de arrecadação de transferência financeira oriunda do **Programa Estadual: " Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo"** , na seguinte conta de receita:

Conta: 24.29.99.01.01 ---------- R$ 30.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Jordão, em 21 de agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Itamara Presa
Código Identificador:811F65D0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
TERMO DE FOMENTO Nº 03/2026
CONCEDENTE: Município de Foz do Jordão - PR (CNPJ: 01.613.565/0001-08).
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC): ACIFOZ – Associação Comercial e Industrial de Foz do Jordão (CNPJ: 05.535.219/0001-09).
OBJETO: Mútua cooperação financeira para o apoio à realização da "Campanha Natal Premiado – Projeto Show de Prêmios 2026", custeando parte da premiação, com o intuito de estimular as compras no comércio local, promover o desenvolvimento económico, ampliar postos de trabalho e elevar a receita do Município de Foz do Jordão.
VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00 (quinze mil reais), divididos em 06 (seis) parcelas mensais, conforme o cronograma físico-financeiro do Plano de Trabalho aprovado.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 31, caput, da Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC), Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 1.100/2025 e Lei Municipal nº 966/2022.
JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE: Inviabilidade de competição devido à natureza singular do objeto e por ser a ACIFOZ a única entidade representativa do comércio e da indústria local com a estrutura técnica adequada localizada no território municipal para a execução e coordenação desta atividade específica de fomento comercial.
FONTE DE RECURSOS: Recursos Próprios Municipais / Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação orçamentária própria fixada para o exercício financeiro de 2026, emitida pelo setor de contabilidade municipal.
PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta publicação, para eventual apresentação de impugnação por qualquer interessado, nos termos do art. 32, § 2º da Lei nº 13.019/2014.

Foz do Jordão - PR, 21 de agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:238F7CCA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 209/2026

PORTARIA Nº 209/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores municipais, referente aos períodos aquisitivos e de gozos proporcionais, que seguem mencionadas:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
10000565	DORCAS FERNANDES BASSETTI	TEC. ENFERMAGEM	08/09/2026 07/10/2026
10000663	BRUNA SAVOLDI TEIXEIRA	PSICOLOGA	25/08/2026 03/09/2026
829051	LOURIVAL MERELES	MOTORISTA	16/07/2026 25/07/2026
10000652	JOÃO RENAN DE OLIVEIRA	AG. DE COMBATE A ENDEMIAS	09/09/2026 18/09/2026

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposição em contrário.

Foz do Jordão, 21 de Agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:F36AD787

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 532 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o CONCURSO PÚBLICO - Edital nº 01/2023 com Homologação de resultado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 01 de Novembro de 2023, Edição n° 2890.

DECRETA

ART. 1° - Fica **NOMEADA,** no dia 24 de AGOSTO de 2026**, NATIELE APARECIDA FERREIRA DA ROSA,** no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS- MODALIDADE ESTATUTÁRIO**, do CONCURSO PÚBLICO N° 01/2023.

ART. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 21 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:965B1D29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 141/2026
Pregão Eletrônico N° 051/2026

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **21 de agosto de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **051/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia de pintura, dividida em 02 (dois) itens, compreendendo: Item 01 – Serviço de pintura interna do CMEI Eresmira dos Anjos Ferreira, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra; e Item 02 – Execução de reforma do depósito do CMEI Arlene Vensão Lammel, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e demais serviços complementares necessários à execução da obra, com recursos oriundos de Emendas Impositivas destinadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

General Carneiro - PR, 21 de agosto de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:E57BB746

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

Chamamento Público n° **007/2026**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR
Credenciada: **MARCOS AURÉLIO DOMINGUES**

Objeto: **Chamada Pública para Credenciamento de pessoa física para a prestação de serviços técnicos profissionais de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em caráter temporário, destinada a suprir a ausência de profissional no quadro funcional, em razão da inexistência de candidatos remanescentes aprovados em concurso público vigente, assegurando a continuidade dos serviços socioassistenciais.**

Os documentos permanecerão disponíveis para consulta, respeitando-se os prazos legais para apresentação de **impugnações e recursos**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

KIMBERLY DE MOURA DA ROSA
Agente de Contratação

General Carneiro, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:CB446F56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.947/2026

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA DOS DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE GOIOERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNCIPIO DE GOIOERÊ – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 76, INCISO VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ:
CONSIDERANDO o que determina a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206, inciso VI;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.113/2020 que estabelece, como condicionalidade para a complementação-VAAR, o provimento do cargo ou função de gestor escolar mediante critérios técnicos de mérito e desempenho ou mediante escolha com participação da comunidade escolar entre candidatos previamente aprovados em avaliação de mérito e desempenho;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 64;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação, com vigência de dez anos, e que estabelece a consolidação da gestão democrática do ensino público como diretriz nacional;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.925/2022, que disciplina o processo de escolha dos Diretores das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil de Goioerê;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e organizar administrativamente as etapas do processo de escolha, preservando os critérios e procedimentos estabelecidos na legislação municipal;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1. O processo de escolha dos Diretores das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs da Rede Pública Municipal de Ensino de Goioerê, com vigência 2027 - 2029, será realizado mediante avaliação por mérito e desempenho, seguida de escolha pela comunidade escolar, nos termos da Lei Municipal nº 2.925/2022 e deste Decreto.

Art. 2. O processo de escolha será organizado em 03 (três) fases:
I – Fase I: Avaliação Escrita e Entrevista;
II – Fase II: Inscrição para Candidato à Direção Escolar e Análise do Plano de Gestão Escolar;
III – Fase III: Processo de Escolha pela Comunidade Escolar para a função de Diretor Escolar.
§ 1º O calendário, os prazos, locais, horários e demais atos necessários serão definidos em Portarias Complementares expedidas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II
AVALIAÇÃO ESCRITA E ENTREVISTA

Art. 3. A Fase I será realizada pela Secretaria Municipal de Educação e terá caráter obrigatório e eliminatório, observados os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 2.925/2022.

Art. 4. Fica dispensado da realização da Fase I o Diretor Escolar que já estiver no exercício da função e que tenha interesse em continuar na gestão da mesma instituição, desde que tenha sido aprovado em processo anterior na Fase I, devendo participar das Fases II e III.
Parágrafo único. Também poderá ser dispensado da Fase I o Diretor Escolar que, sem interrupção entre uma gestão e outra, seja indicado pela Secretaria Municipal de Educação para outra instituição, desde que tenha sido aprovado anteriormente na Fase I, observadas as condições da Lei Municipal nº 2.925/2022.

CAPÍTULO III
INSCRIÇÃO E PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
Art. 5. Poderá inscrever-se para a função de Diretor, em uma única Escola Municipal ou CMEI, o professor ou professor de educação infantil que atender integralmente aos requisitos previstos no art. 5º da Lei Municipal nº 2.925/2022.
Art. 6. A inscrição será realizada no prazo e na forma definidos em Portaria Complementar, sendo admitida candidatura para apenas uma instituição de ensino.

CAPÍTULO IV
PROCESSO DE ESCOLHA PELA COMUNIDADE ESCOLAR
Art. 7. A Fase III será realizada nas Escolas Municipais e nos CMEIs que possuam, no mínimo, 08 (oito) servidores concursados, observados os demais requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 2.925/2022.

Art. 8. A comunidade escolar apta a participar da escolha será composta pelos segmentos definidos no art. 13 da Lei Municipal nº 2.925/2022:

Art. 9. Será considerado apto a assumir a função de Diretor Escolar o candidato que:
I – obtiver a maior porcentagem de votos válidos, excluídos os votos brancos e nulos, quando houver mais de um candidato;
II – no caso de candidato único, obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos favoráveis, mediante cédula contendo as opções “SIM” e “NÃO”.
Parágrafo único. Havendo empate, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios: maior habilitação; maior tempo de serviço na Escola ou CMEI; maior tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino; e, permanecendo o empate, sorteio.

Art. 10. A contagem dos votos e a apuração do resultado observarão as regras estabelecidas na Lei Municipal nº 2.925/2022.

CAPÍTULO V
DAS COMISSÕES
Art. 11. A Comissão Central do Processo de Escolha do Diretor Escolar será composta pelos representantes previstos no art. 8º da Lei Municipal nº 2.925/2022, mediante ato próprio da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 12. Compete à Comissão Central:
I – acompanhar as Fases I e II e conduzir a Fase III;
II – acompanhar o processo em todas as Escolas Municipais e CMEIs;
III – orientar as Comissões Escolares Locais;
IV – analisar e homologar documentos e inscrições;
V – receber as atas e os resultados;
VI – receber, analisar e emitir parecer sobre recursos;
VII – acompanhar a apuração e assegurar a regularidade do processo;
VIII – promover a guarda e posterior inutilização das cédulas, observado o prazo e o procedimento definidos em Portaria Complementar.
Parágrafo único. A Comissão Central elegerá entre seus membros o Secretário.

Art. 13. A Comissão Escolar Local será escolhida em Assembleia Geral na Escola ou CMEI, nos termos do art. 10 da Lei Municipal nº 2.925/2022.

Art. 14. Compete à Comissão Escolar Local:
I – conduzir o processo no âmbito da instituição;
II – divulgar à comunidade escolar os candidatos aptos;
III – organizar a apresentação dos Planos de Gestão;
IV – credenciar fiscais, quando solicitados;
V – providenciar cédulas, urnas, cabine, lista ou livro de presença e demais materiais;
VI – constituir a mesa de votação e escrutinadora;
VII – lavrar atas e registrar ocorrências;
VIII – encaminhar à Comissão Central a documentação e as cédulas utilizadas;
IX – cumprir as orientações da Comissão Central e da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VI
DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO
Art. 15. A Fase III do processo de escolha será realizada em Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil com, no mínimo, 08 (oito) servidores concursados.
§ 1º Nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil que não possuírem o mínimo de servidores, não houver candidato ao processo de escolha ou haver candidato único e ocorrer que este não alcance os 50% mais um dos votos válidos, o Diretor será indicado pela Secretaria Municipal de Educação, após ouvir o Conselho Escolar, em conformidade com o Art. 5º, incisos II, III, IV, V, VI, IX, X, XI, XII, XIII e XIV da Lei Municipal nº 2.925/2022.

CAPÍTULO VII
DA VOTAÇÃO E ESCOLHA DO CANDIDATO
Art. 16. O Processo de Escolha, por meio da Fase III - Processo de Escolha dar-se-á em urnas da seguinte forma:
I - Uma urna para os participantes da escolha previstos nos Incisos I, II e III do art. 13, desta Lei, com peso de 50% (cinquenta por cento) no resultado final;
II - Uma urna para os participantes da escolha previstos nos Incisos IV a V do art. 13, desta Lei, com peso de 50% (cinquenta por cento) no resultado final
§ 1º Os membros da Comissão Escolar Local deverão compor a mesa de votação. § 2º As cédulas de votação com carimbo da Escola ou CMEI deverão ser rubricadas por dois membros da mesa no dia e local do processo de escolha.

Art. 17. Nas Escolas que ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, os alunos deverão participar da escolha na instituição de ensino em que frequentam.

Art. 18. Será considerado apto para assumir a função de Diretor Escolar o candidato no processo de escolha: I - Que obtiver maior porcentagem de votos válidos, não computados os votos brancos e nulos, se houver mais de um candidato; II - Em caso de candidato único, se 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos for "sim", considerando a cédula de escolha marcada com as inscrições "sim" e "não".
Havendo empate na votação será considerado apto a assumir a função de Diretor Escolar, em ordem de prioridade, o candidato que:
I - Tenha maior habilitação;
II - Tenha maior tempo de serviço na Escola ou CMEI;
III - Tenha maior tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino; IV - Sorteio

CAPÍTULO VIII
DOS RECURSOS, DA IMPUGNAÇÃO E DA PROPAGANDA
Art. 19. Qualquer membro da comunidade escolar poderá, de forma fundamentada e acompanhada dos documentos pertinentes, requerer a impugnação do processo de escolha da instituição de ensino junto à Comissão Central, no primeiro dia útil após a realização da Fase III, conforme o art. 18 da Lei Municipal nº 2.925/2022.

Art. 20. A divulgação das candidaturas e dos Planos de Gestão deverá assegurar igualdade de oportunidade, transparência, respeito à comunidade escolar e vedação de práticas que caracterizem coação, favorecimento, promessa de vantagem pessoal ou utilização indevida de recursos públicos.

CAPÍTULO IX
DA GESTÃO, VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO
Art. 21. A gestão do Diretor escolhido terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao processo de escolha e terá duração de 02 (dois) anos, ressalvadas as hipóteses de vacância e substituição previstas na Lei Municipal nº 2.925/2022.

Art. 22. A vacância da função de Diretor ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 21 da Lei Municipal nº 2.925/2022.

Art. 23. Quando o Diretor escolhido ou indicado estiver afastado por licença-maternidade, licença para tratamento de saúde superior a 30 (trinta) dias ou licença para concorrer a cargo eletivo, a Secretaria Municipal de Educação poderá indicar Diretor Interino para o período do afastamento, sem prejuízo da remuneração do Diretor afastado, conforme previsto na Lei Municipal nº 2.925/2022.

Art. 24. Na hipótese de designação de Diretor para período igual ou superior a 01 (um) ano, o período será computado como uma gestão completa para fins de recondução; quando inferior a 01 (um) ano, não será computado, observada a legislação municipal.

CAPÍTULO X
DA POSSE, TRANSIÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS
Art. 25. O Diretor escolhido ou indicado deverá assumir a função na data estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação, mediante assinatura do respectivo Termo de Posse e Compromisso.

Art. 26. A transição da gestão deverá compreender a entrega formal da documentação escolar, patrimonial, financeira e administrativa da instituição, com registro em ata.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 27. A Secretaria Municipal de Educação expedirá as Portarias Complementares, editais, formulários e demais atos necessários à execução deste Decreto, observada a Lei Municipal nº 2.925/2022.

Art. 28. Os atos normativos e procedimentos decorrentes deste Decreto deverão observar, no que couber, a legislação federal vigente relativa à gestão democrática, ao Fundeb, à complementação-VAAR, à Base Nacional Comum Curricular e às metodologias de aferição das condicionalidades.

Art. 29. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e pela Comissão Central do Processo de Escolha do Diretor Escolar, no âmbito de suas competências, observada a legislação vigente.

Art. 30. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê - Paraná, 21 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:FA2B2A1E

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 533/2026

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE GOIOERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNCIPIO DE GOIOERÊ – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 76, INCISO VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ:
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e complementar as disposições referentes ao processo de escolha dos Diretores das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Goioerê;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer cronograma complementar para o desenvolvimento das etapas previstas no processo de escolha;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a transparência, a organização, a publicidade e a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

RESOLVE:

Art. 1º Fica complementada a regulamentação do processo de escolha dos Diretores das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Goioerê, nos termos da legislação vigente e das disposições estabelecidas na presente Portaria.

Art. 2º O processo de escolha será desenvolvido mediante o cumprimento das etapas previstas na regulamentação específica, observando-se o cronograma estabelecido no Anexo I desta Portaria.

Art. 3º Os candidatos deverão observar rigorosamente os prazos, horários, locais, critérios e demais condições estabelecidas para cada etapa, sob pena de perda do direito de participação na respectiva fase, quando previsto na regulamentação.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação, por meio da comissão responsável pelo processo de escolha, acompanhar, organizar e fiscalizar o cumprimento das etapas previstas nesta Portaria, bem como dirimir eventuais dúvidas decorrentes de sua aplicação.

Art. 5º Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao processo de escolha.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê - Paraná, 21 de agosto de 2026

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

ANEXO I

Fase	Etapa / Evento	Data / Período
Fase I	Avaliação Escrita	31/08/2026
Fase I	Resultado da avaliação escrita	08/09/2026
Fase I	Entrevista	09/09/2026
Fase I	Recurso Fase I	11/09/2026
Fase I	Homologação da Fase I	14/09/2026
Fase II	Publicação dos candidatos aptos à Fase II	16/09/2026
Fase II	Registro de Candidatura - Entrega do Plano de Gestão	21 a 25/09/2026
Fase II	Prazo para recebimento de impugnação	28 a 30/09/2026
Fase II	Constituição das Comissões Escolares Locais	01 a 09/10/2026
Fase II	Apresentação dos candidatos e Planos de Gestão a Comunidade Escolar	19 a 23/10/2026
Fase II	Período de Campanha	26/10 a 23/11/2026
Fase II	Credenciamento de fiscais e preparação das urnas	24/11/2026
Fase III	Escolha pela Comunidade Escolar	27/11/2026
Fase III	**Apuração e Ata de Finalização**	27/11/2026
Fase III	Resultado preliminar	30/11/2026
Fase III	Recursos/impugnações	30/11/ a 01/122026
Fase III	Análise dos recursos	02 a 03/12/2026
Fase III	Homologação do resultado final	04/12/2026
Fase III	Transição da gestão	08 a 18/12/2026
Fase III	Posse dos novos Diretores	01/01/2027

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:1006A26D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 532/2026

Designa Coordenador Pedagógico e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 17 de agosto de 2026, o servidor público municipal JEISON JOSE DE MORAIS FONINI, matrícula funcional n°. 505937, ocupante do cargo efetivo de Professor, para desempenhar o cargo de Coordenador Pedagógico, na Escola Municipal Liduina Alves Gondim Primo, percebendo seus vencimentos por 20 horas semanais, mais função gratificada Porte II de 20% (vinte por cento), de acordo com lei complementar nº 98/2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de agosto de 2026.
PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 21 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:2ECBC277

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 534/2026

Exonera de cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 21 de agosto de 2026, o servidor público municipal HELTON JHON DE OLIVEIRA MAIA SANTOS, do cargo de Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito, com admissão em 02 de janeiro de 2025, nomeado por meio da Portaria nº 015/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 21 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:0D17F59E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 535/2026

Nomeia cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e
RESOLVE:
Art. 1º Nomear, a partir de 24 de agosto de 2026, a senhora LORAYNE DE OLIVEIRA ELOY, portadora do RG. nº.: 13.659.875-9 SESP/PR, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Promoção e Eventos Culturais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, percebendo seus vencimentos pelo CC-06, constante no anexo II da tabela de vencimentos dos cargos em comissão da Lei Municipal nº. 2.524/2017.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 21 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:C3D56031

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 536/2026

Nomear interinamente para o exercício de cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 24 de agosto de 2026, o senhor ANTONIO PACHECO, portador do RG. nº.: 5.310.168-2 SSP/PR, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Departamento de Segurança Pública e Trânsito, para acumular interinamente o cargo em comissão de Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito.
Art. 2º O servidor perceberá o subsídio correspondente ao cargo de Secretário Municipal durante o período da interinidade, sem acumulação de remuneração.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 21 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:42F56672

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2026

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2026 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIOERÊ.

Por este instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de Goioerê/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, estabelecido à Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, nesta cidade e comarca de Goioerê/PR, doravante denominado, simplesmente, CONCEDENTE, neste ato representado pelo prefeito Municipal senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, brasileiro, casado, portador do RG n.º 2.167.875-9 SSP/PR e inscrito no CPF sob o n.º 490.651.069-87, residente e domiciliado nesta cidade de Goioerê/Pr, e de outro lado a Organização da Sociedade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIOERÊ, instituição sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública por meio da Lei Municipal nº 802/05/76, inscrita no CNPJ sob o nº 75.838.672/0001-70, com sede na Rua Mário Ribeiro, nº 77, Jardim Lindóia, nesta cidade de Goioerê – PR, doravante denominada, simplesmente, TOMADOR**,** neste ato representada por seu presidente senhor SÉRGIO FORTIS**,**

portador da Cédula de Identidade e inscrito no CPF sob o nº 676.179.649-00, residente e domiciliado nesta cidade de Goioerê, Estado do Paraná, e ambos em conjunto denominados parceiros, pactuam o presente TERMO ADITIVO sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Complementar n.º l0l, de 04 de maio de 2000, Lei Federal n.º 13.019 de 3l de julho de 2014, Decreto Municipal n.º 7.843/2022, e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho deste instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O Termo de Fomento nº 005/2026 fica acrescido, em sua Cláusula Quarta, do seguinte parágrafo:
§ 2º O valor de R$ 18.032,09 (dezoito mil, trinta e dois reais e nove centavos), aditivado ao valor descrito no §1º do Primeiro Termo Aditivo, será repassado em parcela única, no mês de setembro de 2026, conforme o plano de aplicação e o cronograma de desembolso alterados no Plano de Trabalho, passando o valor global de R$40.370,27 (quarenta mil, trezentos e setenta reais e vinte e sete centavos) para R$58.402,36 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e dois reais e trinta e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – O período de vigência e execução, iniciado em 11 de fevereiro de 2026, com término inicialmente previsto para 31 de maio de 2026, conforme disposto na Cláusula Décima Quarta, passa a ter como data final o dia 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem em vigor as demais cláusulas e itens do instrumento inicial, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, assim, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para publicação e execução.

Goioerê-PR, 21 de agosto de 2026.

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê-PR
Concedente

SERGIO FORTIS
Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê-PR
Tomador

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:A552D1F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 79/2026
OBJETO: Aquisição de um VEÍCULO NOVO do tipo VAN TETO ALTO COM ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTE, ZERO KM, sendo 14 LUGARES + 1 CADEIRANTE + 1 MOTORISTA, através da Deliberação n° 013/2025 - CEDCA/PR, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Goioerê-PR.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: FALCON EMPREENDIMENTOS PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 329.950,00

DATA: 21/08/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Ayumi Matushita
Código Identificador:F107256D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 43/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 43/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 60/2026
HOMOLOGAÇÃO: 21/08/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE, para atender as SECRETARIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO e o DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, do Município de GOIOERÊ-PR, para o ano de 2026.
CONTRATADO: VIACAO MOURAOENSE LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 70.400,00
21/08/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Marçal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:E0D9EFBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.948/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.8.2052-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$25.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2057-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$20.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.8.2052-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$25.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2055-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$20.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 21 de agosto de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:DBE0B369

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	21/08/2026	R$ 27.321,21

Goioerê, 21 de agosto de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:509A85F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE CONTRATO 0104/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0104/2026

CONTRATANTE: Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, com sede à Rua LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 184, inscrito no CGC/MF nº 01.607.627/0001-78.

CONTRATADA: GRAFICA BONAPEL LTDA, inscrita CNPJ sob nº 02.350.173/0001-65, situada na RUA ALZIRA DE ABREU, 50 CENTRO - CEP: 85160000 - BAIRRO: CENTRO Cantagalo/PR; neste ato representada por Clodoaldo Bona, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º 37949388, e CPF sob n.º 569.439.039-34, residente e domiciliado à Rua Alzira de Abreu, 50 Casa - CEP: 85160000 - BAIRRO: CENTRO Cantagalo/PR,;

Objeto: Por disposição do Processo de Licitação Modalidade Pregão - Uso até 30/04/26 042/2024 e deste contrato a CONTRATADA se compromete em: Aquisição de material gráfico, com a finalidade de atender as necessidades dos departamentos municipais deste município. Conforme Proposta de Preços e Modalidade de Licitação.

VALOR DO CONTRATO: R$ 64.878,17 (Sessenta e Quatro Mil, Oitocentos e Setenta e Oito Reais e Dezessete Centavos)..

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 21/08/2026.

VIGENCIA: 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias)

FORO: Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:E7435F05

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 187 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 187 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Institui e nomeia a Comissão de Elaboração e Assessoria de Correção das Provas Objetivas do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, e a presidente da comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2025, Angela Fabiane Cagnini, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, regido pelo Edital nº 001/2026 e suas alterações;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada elaboração das provas objetivas, em conformidade com os conteúdos programáticos e critérios estabelecidos no Edital nº 001/2026;
CONSIDERANDO a necessidade de contar com profissionais com conhecimento técnico compatível com as áreas de conhecimento que integram as provas objetivas do certame;
CONSIDERANDO a necessidade de assessoria técnica à Comissão Organizadora e Examinadora na análise, correção e conferência das provas objetivas e respectivos gabaritos;

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR a Comissão de Elaboração e Assessoria de Correção das Provas Objetivas do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, destinada a atuar na elaboração, análise, revisão e assessoria técnica na correção das provas objetivas previstas no Edital nº 001/2026 e suas alterações.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:
I – EMILENE FOSS;
II – LUCIMERI NUNES DE OLIVEIRA;
III – TANIA MARA FOSCHERA.

Art. 3º Compete à Comissão de Elaboração e Assessoria de Correção das Provas Objetivas, observadas as disposições do Edital nº 001/2026 e suas alterações:
I – elaborar as questões das provas objetivas, de acordo com os conteúdos programáticos estabelecidos para os respectivos cargos;
II – observar, na elaboração das questões, a distribuição, quantidade e pontuação previstas no Edital nº 001/2026;
III – revisar as questões elaboradas, verificando sua clareza, correção, pertinência e compatibilidade com os conteúdos previstos no edital;
IV – elaborar e conferir os respectivos gabaritos das provas objetivas;
V – prestar assessoria técnica à Comissão Organizadora e Examinadora na correção das provas objetivas;
VI – auxiliar na análise de eventuais inconsistências identificadas nas questões ou nos gabaritos;
VII – manter absoluto sigilo sobre as questões, gabaritos e demais informações relacionadas à elaboração e correção das provas, até sua divulgação oficial;
VIII – desempenhar outras atividades de natureza técnica relacionadas à elaboração e correção das provas objetivas, quando solicitadas pela Comissão Organizadora e Examinadora do PSS nº 001/2026.

Art. 4º A Comissão de Elaboração e Assessoria de Correção das Provas Objetivas atuará em conjunto com a Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, competindo a esta última a condução geral do certame e a adoção dos atos administrativos necessários ao seu regular andamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:7A6F4EB8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 075/2026

PORTARIA Nº 075/2026
D a t a : 18 de agosto de 2026.

Ementa: Concede férias à servidora ANDRÉIA REJANE ZAVADZKI BRUNHARA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista.

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e com supedâneo no art. 89 e 217 da Lei Municipal n.1246/2003 e a pedido da servidora no memorando nº 2025000750,

R E S O L V E,

Art. 1º - Conceder férias à servidora ANDRÉIA REJANE ZAVADZKI BRUNHARA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista da Câmara Municipal, portadora do RG nº 7.XXX.115-6 SSP/PR e CPF/MF nº 985.XXX.299-00, **no período compreendido entre 13 a 27 de outubro de 2026**, relativo ao período aquisitivo de 03 de outubro de 2024 à 02 de outubro de 2025.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:49EC67AD

CAMARA MUNICIPAL
P O R T A R I A Nº 076/2026

P O R T A R I A Nº 076/2026
D a t a: 21 de agosto de 2026.

Ementa: Concede acréscimo ao vencimento mensal, por Grau de Instrução ao servidor SILMAX CORREIA BORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo de Controle Interno, nos termos da Lei municipal nº 2221/2022.

A Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais regimentais e em conformidade com o artigo 14, inciso II da Lei 2221/2022,

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder 20% (vinte por cento) de acréscimo nos vencimentos, por Grau de Instrução, para o servidor público SILMAX CORREIA BORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo de Controle Interno, inscrito na matrícula nº 1136, portador do Registro Geral/CPF n. 618.XXX.233-XX, por averbação de certificado de conclusão de 02 (duas) especializações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:5CF702B4

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 222/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 602/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **MARCOS ANTONIO BINDER 66264804991, CNPJ nº 44.662.592/0001-82**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (fanfarra), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 602/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **31 de dezembro de 2026**.

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, por cada hora/aula, o valor unitário de R$ 90,38 (noventa reais e trinta e oito centavos), tendo como limite máximo para contratações o valor total de R$ 144.969,52 (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os cre-denciados para o item.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:1A5B2B5D

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 223/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 603/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **JOSUE NEVES 66263670991, CNPJ nº 45.259.582/0001-63**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (instrumentos de sopro), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 603/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **31 de dezembro de 2026**.

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, por cada hora/aula, o valor unitário de R$ 77,37 (setenta e sete reais e trinta e sete centavos), tendo como limite máximo para contratações o valor total

de R$ 124.101,48 (cento e vinte e quatro mil, cento e um reais e quarenta e oito centavos), con-forme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para o item.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:FE46AD76

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 234/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 422/2025, Contrato nº 629/2025,
decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico nº 095/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **CIRURGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 29.426.310/0001-54**

Objeto do Contrato: Aquisição de medicamentos a serem dispensados pela Farmácia Municipal e Dispensários das Unidades Básicas de Saúde e utilizados a nível ambulatorial pelas Unidades Básicas de Saúde e pela Unidade de Pronto Atendimento – UPA no Município de Guaíra – PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor da Ata de Registro de Preços nº 422/2025 - Contrato nº 629/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **12 de agosto de 2027**.

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 7.047,50 (sete mil e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços e Contrato original.

Guaíra, Paraná, 12 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:D80BDD4F

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 235/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 423/2025, Contrato nº 630/2025,
decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico nº 095/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **DIMEBRAS - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL LTDA, CNPJ nº 76.472.349/0001-98**

Objeto do Contrato: Aquisição de medicamentos a serem dispensados pela Farmácia Municipal e Dispensários das Unidades Básicas de Saúde e utilizados a nível ambulatorial pelas Unidades Básicas de Saúde e pela Unidade de Pronto Atendimento – UPA no Município de Guaíra – PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor da Ata de Registro de Preços nº 423/2025 - Contrato nº 630/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **12 de agosto de 2027**.

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 22.445,00 (vinte e dois mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços e Contrato original.

Guaíra, Paraná, 12 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:894208F6

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 236/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 081/2026, da Inexigibilidade de Licitação nº 014/2026

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **INSTITUTO TEREZINHA VIEIRA, CNPJ nº 54.562.553/0001-67**

Objeto do Contrato: REPASSE, pelo CEDENTE, referente a serviços de exames especializados a serem realizados pelo Instituto HEMOLAB, conforme valores da Tabela CISCOPAR vigente, utilizando-se recursos financeiros oriundos da Portaria GM/MS nº 7.446, de 3 de julho de 2025 e Portaria GM/MS Nº 7.554, de 11 de julho de 2025.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a alteração no objeto do Contrato de Prestação de Serviços nº 081/2026.

Da alteração do objeto: Fica alterado o item **1.1.1 da Cláusula Primeira** do Contrato de Prestação de Serviços nº 081/2026, para excluir o procedimento de **Esofagogastroduodenoscopia (Endoscopia)** e incluir, em substituição, as consultas médicas especializadas, **Psiquiatria, Reumatologia, Endocrinologia, Cardiologia**, observados os respectivos códigos e valores unitários da Tabela CISCOPAR**.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 20 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:0923A5E1

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 237/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 426/2025, Contrato nº 633/2025,
decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico nº 095/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A, CNPJ nº 05.912.018/0001-83**

Objeto do Contrato: Aquisição de medicamentos a serem dispensados pela Farmácia Municipal e Dispensários das Unidades Básicas de Saúde e utilizados a nível ambulatorial pelas Unidades Básicas de Saúde e pela Unidade de Pronto Atendimento – UPA no Município de Guaíra – PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor da Ata de Registro de Preços nº 426/2025 - Contrato nº 633/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **12 de agosto de 2027**.

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 37.362,00 (trinta e sete mil e trezentos e sessenta e dois reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços e Contrato original.

Guaíra, Paraná, 12 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:85EEFA2B

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 238/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 427/2025, Contrato nº 634/2025,
decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico nº 095/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA, CNPJ nº 25.279.552/0001-01**

Objeto do Contrato: Aquisição de medicamentos a serem dispensados pela Farmácia Municipal e Dispensários das Unidades Básicas de Saúde e utilizados a nível ambulatorial pelas Unidades Básicas de Saúde e pela Unidade de Pronto Atendimento – UPA no Município de Guaíra – PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor da Ata de Registro de Preços nº 427/2025 - Contrato nº 634/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **12 de agosto de 2027**.

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 2.078,47 (dois mil e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços e Contrato original.

Guaíra, Paraná, 12 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:B230A992

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 239/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 429/2025, Contrato nº 636/2025,
decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico nº 095/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 04.470.877/0001-05**

Objeto do Contrato: Aquisição de medicamentos a serem dispensados pela Farmácia Municipal e Dispensários das Unidades Básicas de Saúde e utilizados a nível ambulatorial pelas Unidades Básicas de Saúde e pela Unidade de Pronto Atendimento – UPA no Município de Guaíra – PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor da Ata de Registro de Preços nº 429/2025 - Contrato nº 636/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **12 de agosto de 2027**.

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 87.265,00 (oitenta e sete mil e duzentos e sessenta e cinco reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços e Contrato original.

Guaíra, Paraná, 12 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:B46855AB

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 240/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 604/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **55.610.120 DAIANE NEVES DE SOUZA, CNPJ nº 55.610.120/0001-00**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (atletismo), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 604/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **31 de dezembro de 2026**.

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada hora/aula**, o valor unitário de **R$ 45,67 (quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)**, tendo como limite máximo para contratações o valor total de **R$ 83.119,40 (oitenta e três mil, cento e dezenove reais e quarenta centavos)**, conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para o item.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:002756D9

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 241/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Adesão nº 672/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 080/2025
Locatário: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Beneficiária: **EVELIN TAUANA VICENTE, CPF nº 098.761.659-50**

Objeto do Contrato: Concessão, pelo Poder Executivo, conforme Lei Municipal nº 1.933/2015, de benefício financeiro para custear integral ou parcialmente, a locação de imóvel residencial (localizado na **Rua José Damas de Oliveira, nº 195, fundos, Bairro Jardim Guaíra**), pelo prazo de 12 (doze) meses, permitida a prorrogação por igual período, à família da Sra. **Evelin Tauana Vicente**, que se encontra em situação habitacional de emergência e de vulnerabilidade socioeconômica.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Adesão.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de adesão por mais **12 (doze) meses**, ou seja, até **28 de agosto de 2027.**

Do valor contratual: O Locatário pagará à Beneficiária, pelo período aditado, o valor total máximo de **R$ 9.000,00 (nove mil reais),** correspondente a 12 (doze) mensalidades no valor de **R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Repasse / Prestação de Serviços original.

Guaíra, Paraná, 21 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:5D6781E1

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 242/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 605/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **RYAN DAVES SILVA SILMANN, CNPJ nº 17.245.823/0001-80**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (dança e zumba), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 605/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **31 de dezembro de 2026**.

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada hora/aula**, os valores unitários de: **R$ 80,82 (oitenta reais e oitenta e dois centavos)** no item 8 e **R$ 65,72 (sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos)** no item 20, tendo como limite máximo para contratações o valor total de **R$ 547.724,80 (quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos)**, conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para os itens.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:5F400F28

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 243/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 606/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **J X DA SILVEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 44.317.810/0001-41**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (tênis de mesa), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 606/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **31 de dezembro de 2026**.

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada hora/aula**, o valor unitário de **R$ 66,86 (sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos)**, tendo como limite máximo para contratações o valor total de **R$ 214.754,32 (duzentos e quatorze mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos)**, conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para o item.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:189B6D39

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 244/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 607/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **FRANCIELI DOS SANTOS VIEIRA, CNPJ nº 30.536.097/0001-12**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (beach tennis), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 607/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **31 de dezembro de 2026**.

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada hora/aula**, o valor unitário de **R$ 55,00 (cinquenta e cinco reais)**, tendo como limite máximo para contratações o valor total de **R$ 29.150,00 (vinte e nove mil, cento e cinquenta reais)**, conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para o item.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E13681CF

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 245/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 608/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **E DE LIMA ENSINO DE MUSICA, CNPJ nº 21.807.360/0001-70**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (violão), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 608/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **31 de dezembro de 2026**.

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada hora/aula**, os valores unitários de: **R$ 110,13 (cento e dez reais e treze centavos)** no item 18 e **R$ 49,74 (quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos)** no item 19, tendo como limite máximo para contratações o valor total de **R$ 235.596,84 (duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos)**, conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para os itens.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:F428A940

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 246/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 609/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **A L DOS REIS INFORMATICA E PUBLICIDADE, CNPJ nº 22.633.214/0001-38**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (informática), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 609/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **31 de dezembro de 2026**.

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada hora/aula**, o valor unitário de **R$ 63,18 (sessenta e três reais e dezoito centavos)**, tendo como limite máximo para contratações o valor total de **R$ 439.732,80 (quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e trinta e dois reais e ointenta centavos)**, conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para o item.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:34AA8F33

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 247/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 610/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **LUCIUS MENDES COLTRI, CNPJ nº 17.870.774/0001-76**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (informática), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 610/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **31 de dezembro de 2026**.

Do Valor Contratual: **80,82 (oitenta reais e oitenta e dois centavos)**, tendo como limite máximo para contratações o valor total de **R$ 402.483,60 (quatrocentos e dois mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos)**, conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para o item.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:54FD1081

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 248/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 611/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **RAFACHO CONSULTORIAS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 50.541.724/0001-10**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (Coral/Canto/Técnica, Fanfarra, Instrumentos de Sopro e Violão - sem fornecimento de violões), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 611/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **31 de dezembro de 2026**.

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada hora/aula**, os valores unitários de: **R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)** no item 7; **R$ 90,38 (noventa reais e trinta e oito centavos)** no item 9; **R$ 77,37 (setenta e sete reais e trinta e sete centavos)** no item 12 e **R$ 49,74 (quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos)** no item 19, tendo como limite máximo para contratações o valor total de **R$ 432.438,92 (quatrocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos)**, conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para os itens.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:5F50F942

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 249/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 612/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **55.194.612 MATEUS DE PAULA BATISTA BIQUETI, CNPJ nº 55.194.612/0001-54**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (teatro), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 612/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até **31 de dezembro de 2026**.

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada hora/aula**, o valor unitário de **R$ 84,14 (oitenta e quatro reais e quatorze centavos)**, tendo como limite máximo para contratações o valor total de **R$ 255.112,48 (duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e doze reais e quarenta e oito centavos)**, conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para o item.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:2A221183

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 160/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP) para futura e eventual aquisição de equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos e aparelhos de ar-condicionado, destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias e demais setores do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 09h00min do dia 03/09/2026

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 09h01min às 09h59min do dia 03/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 03/09/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 21 de agosto de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:D601F679

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 505/2026

Ementa: Declara REVOGADO o processo Licitatório na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico nº 073/2026 – Município de Guaíra, Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º - Declarar **REVOGADO** o processo licitatório na modalidade de Edital de **Pregão Eletrônico nº 073/2026**, que tem como objeto a ***contratação de empresa especializada para fabricação, fornecimento e instalação de tanque metálico para transporte de água, com capacidade de 10.000 (dez mil) litros, a ser instalado em caminhão trucado (6x2) da frota municipal, incluindo montagem no chassi, fornecimento de componentes e regularização do veículo junto aos órgãos competentes***, por razões de interesse público e conveniência administrativa, em estrita observância aos princípios da Administração Pública, nos termos do art. 71, inciso II, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, conforme o parecer emitido pela Procuradoria Municipal no **memorando interno nº 1.101/2026**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra/PR, em 21 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:EB3DA7DE

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 EDITAL Nº 149/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2024 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 242/2024 nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **24/08/2026 a 28/08/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
64º	2.449	MARCUS VINICIUS SCHMIDT DOS SANTOS	Agente Administrativo	Cascavel
65º	1.005	ELIANE DOS SANTOS OLIVEIRA	Agente Administrativo	Cascavel
132º	3.726	JORDANA MARTINS AMÉRICO DE SOUZA	Médico 24h / UPA / HOSPITAL / MACRORREGULAÇÃO	Cascavel
28º	3.513	DENISE CRISTINA DOS SANTOS	Agente Administrativo	Toledo

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Concurso Público, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).
OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Concurso Público, nos termos da

Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se. Cascavel, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:BB07B233

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 EDITAL Nº150/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2025 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 059/2026 nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **24/08/2026 a 28/08/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
67º	2.436	LUCIANE BROETTO	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
69º	976	ADRIANA MICHEL	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
70º	3.058	FERNANDA ROSA DO NASCIMENTO	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
71º	4.569	DEVID WILKISON NOGUEIRA DE SOUSA	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
72º	4.299	LUIS FERNANDO BOZIO	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
4º	3.688	CARLOS UELES CIRQUEIRA LOPES	Assistente Social	Guaíra
4º	140	ESRAEL DA SILVA *	Motorista Socorrista	Palotina
2º	857	ROBERSON THIAGO BERTOLIN	Técnico em Enfermagem / UPA	Toledo
3º	802	ADCLEY DOS SANTOS MORAES	Técnico em Enfermagem / UPA	Toledo
16º	253	ANDREIA PONTIM DO NASCIMENTO	Técnico em Enfermagem / UPA	Toledo

** Candidato autodeclarado preto ou pardo*

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Concurso Público, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).
OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Concurso Público, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se.

Cascavel, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:BB66D560

CONSAMU
PORTARIA Nº 169/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o Sr. Rodrigo Brunieri Castilho, RG nº 3.421.020-35 SSP SP, do Cargo Comissionado de Diretor Jurídico, que compõe a estrutura organizacional do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando a Portaria nº 117/2021 e demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 21 de agosto de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:932D17D4

CONSAMU
PORTARIA Nº 170/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. Felipe Pfeffer, RG nº 12.649.566-8 SESP PR, para o Cargo Comissionado de Diretor Jurídico, que compõe a estrutura organizacional do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU.
Art. 2º - O vínculo jurídico, a carga horária semanal e a remuneração da nomeada serão em conformidade com o Estatuto Social, Plano de Cargos, Funções, Salários e Benefícios do Pessoal do CONSAMU e legislação aplicável à espécie.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 21 de agosto de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:E34A8FF8

CONSAMU
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DOS OESTE DO PARANÁ / CONSAMU
EDITAL Nº 151/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 106/2026, nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **24/08/2026 a 28/08/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
03º	321/2026	Marcos Rafael Arfe De Assis	Agente Administrativo	Toledo
06º	640/2026	Daniele Guadalupe De Melo	Enfermeiro	Cascavel
14º	679/2026	Natanael Matos Mendes*	Motorista Socorrista	Cascavel
009º	210/2026	Gilmara Stocker Carneiro	Técnico em Enfermagem	Cascavel
010º	556/2026	Tatiane Cristina Menoncin Da Fonseca	Técnico em Enfermagem	Cascavel
011º	512/2026	Gislaine Uchoa Araujo	Técnico em Enfermagem	Cascavel

** Candidato autodeclarado portador de deficiência*

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).
OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social.
7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Teste Seletivo, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se.

Cascavel, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:F58AE867

PROJUR
DECRETO Nº 403/2026 DATA: 21.08.2026 EMENTA: EXONERA ASSESSORA DA DIRETORIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos das Leis Municipais nºs 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 022/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica exonerada **AQUILA PRISCILA GONÇALVES PERES DE AZEVEDO MORAIS**, portadora da CI/RG nº XX.037.80X-X SESP/PR, do cargo em comissão de Assessora da Diretoria de Atenção Primária, símbolo CC-04, com desligamento no dia 20 de agosto de 2026, sendo este o seu último dia de trabalho.

Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 067/2025 de 07 de janeiro de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 20 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:C9801296

PROJUR
DECRETO Nº 404/2026 DATA: 21.08.2026 EMENTA: EXONERA ASSESSORA DA DIRETORIA DE GESTÃO PLENA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos das Leis Municipais nºs 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 022/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica exonerada **KELLY KARINE ZAGER DOS SANTOS**, portadora da CI/RG nº X.X65.71X-X SESP/PR, do cargo em comissão de Assessora da Diretoria de Gestão Plena, símbolo CC-04, com desligamento no dia 20 de agosto de 2026, sendo este o seu último dia de trabalho.

Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 068/2025 de 07 de janeiro de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 20 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:FD7A405D

PROJUR
DECRETO Nº 405/2026 DATA: 21.08.2026 EMENTA: NOMEIA ASSESSORA DA DIRETORIA DE GESTÃO PLENA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, consoante dispositivos da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 022/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeada **AQUILA PRISCILA GONÇALVES PERES DE AZEVEDO MORAIS**, portadora da CI/RG nº XX.037.80X-X SESP/PR, para exercer, em comissão, o cargo de Assessora da Diretoria de Gestão Plena, símbolo CC-04, a partir de 21 de agosto de 2026, com atribuições descritas no artigo 92 da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, cuja remuneração dar-se-á nos termos da Legislação em vigor.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:76CA9153

PROJUR
DECRETO Nº 406/2026 DATA: 21.08.2026 EMENTA: NOMEIA ASSESSORA DA DIRETORIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, consoante dispositivos da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 022/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeada **KELLY KARINE ZAGER DOS SANTOS**, portadora da CI/RG nº X.X65.71X-X SESP/PR, para exercer, em comissão, o cargo de Assessora da Diretoria de Atenção Primária, símbolo CC-04, a partir de 21 de agosto de 2026, com atribuições descritas no artigo 89 da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, cuja remuneração dar-se-á nos termos da Legislação em vigor.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:67019C6B

PROJUR
PORTARIA N° 506/2026 DATA: 21.08.2026 EMENTA: INCLUI E GRATIFICA MEMBRO DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE EQUIPAMENTO, BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS EM GERAL, CONSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 059/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e, considerando o memorando on-line sob nº 039/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica incluída a Servidora Pública Municipal a seguir mencionada, como membro da Comissão de Recebimento de

Equipamento, Bens, Materiais e Serviços em Geral, constituída pela Portaria nº 059/2026 de 21/01/2026, a partir de 1º de agosto de 2026:

Nome	Matrícula nº
Alline Damiane Keunecke	17434-1

Art. 2º Fica atribuída a gratificação no valor de R$ 459,52 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), somando aos vencimentos básicos da servidora pública municipal mencionada, pelo exercício de encargo especial, nos termos da Portaria nº 059/2026.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 059/2026 de 21 de janeiro de 2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 1° de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:BCF56788

PROJUR
PORTARIA Nº 507/2026 DATA: 21.08.2026 EMENTA: CONCEDE LICENÇA ESPECIAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 2.286/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Especial à Servidora Pública Municipal mencionada, durante três (3) meses, conforme segue:

Nome	Função	Matrícula Nº	Período aquisitivo	Período de gozo
Andreia Bibiano	Professor de Educação Infantil	30069-01	**2021/2026**	27/08/2026 a 26/11/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 27 de agosto de 2026.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:B580070D

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20.03.97, **NOTIFICA** a **Câmara Municipal de Vereadores**, os **Partidos Políticos**, os **Sindicatos** e as **Entidades Empresariais,** com sede no Município de Guaíra, Estado do Paraná, que no dia 21/08/2026, foi creditado na conta corrente nº 574201872-6 da Agência nº 0722 no Banco Caixa Econômica Federal, o valor de R$ 20.463,16 (vinte mil, quatrocentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos), referente ao Termo de Compromisso nº 962528/2024, no âmbito do Programa Educação Básica Democrática, com Qualidade e Equidade, sob a gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que tem por objeto "Construção de Creche e Escola de Educação Infantil, CMEI Lourival José de Carvalho, no Bairro São Domingos, neste Município de Guaíra, Estado do Paraná.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Moro da Costa Silva
Código Identificador:2711B484

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA - 006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Encontra-se aberto no Município de Guaraci, **DISPENSA ELETRÔNICA nº 006/2026**, do tipo **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS URBANAS, DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, PERIODICIDADE E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.** A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia **01 de setembro de 2026**, às 09:00 horas. O credenciamento e recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia da sessão de disputa. O Aviso estará disponível aos interessados em participar da presente dispensa, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https:// www.bll.org.br/; ou então pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@guaraci.net.

Guaraci, 21 de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:FABB90F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA - 007/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Encontra-se aberto no Município de Guaraci, **DISPENSA ELETRÔNICA nº 007/2026**, do tipo **AQUISIÇÃO DE BRINDE, EM ATENDIMENTO AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM COMEMORAÇÃO AO "DIA DO PROFESSOR E FUNCIONÁRIO PÚBLICO".** A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia **02 de setembro de 2026**, às 09:00 horas. O credenciamento e recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia da sessão de disputa. O Aviso estará

disponível aos interessados em participar da presente dispensa, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https:// www.bll.org.br/; ou então pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@guaraci.net.

Guaraci, 21 de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:9916652A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 126/2026

SÚMULA: REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO E DESIGNA OS MEMBROS DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME DO MUNICÍPIO DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.898/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, especialmente o art. 53, inciso V, e com fundamento nos arts. 5º, 6º e 16 da Lei Municipal nº 1.898/2026,
DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentada a composição do Fórum Municipal de Educação – FME e ficam designados, para o mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período, os seguintes membros titulares e suplentes:

I – Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Talita de Moura Cabral Carvalho
Suplente: Leila Pereira de Oliveira Lima

II – Conselho Municipal de Educação:
Titular: Paula Incerilo da Silva
Suplente: Katia Cilene de Mendonça

III – Gestores das instituições da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Sintia Maria Colombar da Silva
Suplente: Rita de Cassia Toloy
Titular: Simone de Oliveira Freitas Martins
Suplente: Jaci Dias Rodrigues

IV – Profissionais do magistério da Educação Infantil:
Titular: Indiamara Duarte Preto Shimada
Suplente: Eliane Angelo Dias Padovan

V – Profissionais do magistério do Ensino Fundamental:
Titular: Juliana de Jesus Correa
Suplente: Marcela Rodrigues Munhoz

VI – Trabalhadores da educação não integrantes do magistério:
Titular: Elizabete Jesus da Silva Sales
Suplente: Camila Carvalho Brito da Silva

VII – Pais ou responsáveis por estudantes da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Dalila Alves Barboza
Suplente: Ricardo Henrique Prado Marçal

VIII – Instituições da Rede Estadual de Ensino localizadas no Município:
Titular: Thais Victor Toloi
Suplente: Chirlei dos Santos

IX – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:
Titular: Mara Cristina Lalli Alexandre
Suplente: José Lourenço da Silva Neto

X – Conselho de Alimentação Escolar:
Titular: Alisson da Silva Cardoso
Suplente: Keli Aparecida da Silva Oliveira

XI – Entidades, associações, movimentos sociais ou organizações da sociedade civil com atuação relacionada à educação, à infância, à juventude ou à promoção de direitos – APAE:
Titular: Sirlei Ramos dos Santos
Suplente: Eliane Gomes Cavalheri

XII – Poder Legislativo Municipal:
Titular: Rômulo Adriano Busignani
Suplente: Ronaldo Vladimir Moreira

XIII – Poder Executivo Municipal:
Titular: Alisson Gustavo Vieira da Silva
Suplente: Luiz Gustavo de Carvalho

XIV – Departamento Municipal de Esportes:
Titular: Ednilson da Silva
Suplente: Rafael Vitore

XV – Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Damaris Valéria da Silva
Suplente: Ana Maria Biacio

XVI – Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Alex Fernandes Monteiro
Suplente: Ana Carla Aparecida de Souza

XVII – Conselho Tutelar:
Titular: Arlindo Antônio da Silva Filho
Suplente: Denise Mendes de Oliveira Mendonça dos Santos

XVIII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
Titular: Maruilton Conceição Soares
Suplente: Paulo Henrique Padilha

§ 1º Os representantes dos estudantes e das instituições privadas de ensino integrarão o Fórum nas hipóteses previstas, respectivamente, nos incisos VIII e X do art. 5º da Lei Municipal nº 1.898/2026, mediante posterior designação por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º A participação dos órgãos e instituições relacionados nos incisos XII a XVIII deste artigo decorre do disposto no inciso XIV do art. 5º da Lei Municipal nº 1.898/2026, em razão de sua atuação relacionada às políticas públicas educacionais.

Art. 2º - Compete ao Fórum Municipal de Educação exercer as atribuições previstas no art. 4º da Lei Municipal nº 1.898/2026, observadas suas finalidades, sua autonomia de organização, manifestação e funcionamento e as competências legais dos demais órgãos colegiados municipais.

Art. 3º - O membro que deixar de integrar o órgão, a entidade ou o segmento que representa será substituído na forma prevista no Regimento Interno

Parágrafo único. A substituição de membro poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante solicitação fundamentada do órgão, da entidade ou do segmento representado, com posterior designação por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico, administrativo e operacional necessário à instalação e ao funcionamento do Fórum Municipal de Educação, observadas as disponibilidades administrativas e orçamentárias do Município.

Art. 5º O Fórum Municipal de Educação deverá aprovar seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da publicação deste Decreto, nos termos do art. 10 da Lei Municipal nº 1.898/2026.

Art. 6º A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de **Guaraci/PR**, aos **21** dias do mês **de agosto** de **2026**.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:C0024E3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 070/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 034/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 041/2026 e homologado pelo Decreto nº 062/2026:

RESOLVE:

Convocar o aprovado abaixo relacionado, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 20/08/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Motorista
Adriano Luiz Delfino

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:45F6C0A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede Travessa Sete de Setembro – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende realizar a contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, do objeto a seguir especificado:

1. ADJUDICO o objeto da presente Inexigibilidade de licitação a empresa CONCEITO METAL PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ nº 41.521.882/0001-18

2. HOMOLOGO, com fulcro no art. 74, c/c Art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a presente contratação por inexigibilidade de licitação

3. OBJETO: Aquisição e Instalação de 03 (três) parques infantis (playgrounds) destinados ao uso dos estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, via adesão à ATA N° 312/2024, SEDESE – GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, do item abaixo relacionado para o Município de Guaraqueçaba/PR.

4. CONTRATADA:CONCEITO METAL PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito no nº CNPJ 41.521.882/0001-18

5. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:A contratação fundamenta-se na adesão (carona) à ata de registro de preços de órgão gerenciador, com aceite formal da empresa detentora e autorização do Consórcio gestor, restando demonstrada a vantajosidade econômica e técnica para a Administração Municipal.

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:A presente contratação direta fundamenta-se noart. 74**,** c/c Art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. VALOR TOTAL ESTIMADO:R$ 106.350,00 (cento e seis mil, trezentos e cinquenta reais)

8. PRAZO DE VIHENCIA E EXECUÇÃO:O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura

9. DISPOSIÇÕES FINAIS: A documentação completa e integral do processo, incluindo o Documento de Formalização de Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência (TR), de Dotação, encontra-se devidamente autuada e disponível para consulta no Portal da Transparência do Município.

Guaraqueçaba/PR, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:6CE4B022

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 032.2026

AVISO DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº. 031/2026. Objeto: Contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), visando à futura e eventual aquisição dos kits de higiene, conforme a necessidade da Administração, durante o período estimado de 12 (doze) meses. Abertura: 11 de Setembro de 2026, as 14:00 (Quatorze horas), no Portal compras br, https://comprasbr.com.br/. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Edital: Estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Municipal de Guaraqueçaba, https://www.guaraquecaba.pr.gov.br/portal-da-transparencia E Portal Nacional de Contratações Publicas PNCP,

Guaraqueçaba, 21 de Agosto de 2026.

MIGUEL RUBENS PERIM NETO.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:AB0861FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 98/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E O SR WESLEY ALTENDORF DA SILVA

CONTRANTE **MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ,** pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Travessa Sete de Setembro, Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.
CONTRATADA Wesley Altendorf da Silva**,** inscrito no CPF: 117.710.909-36, residente na comunidade Batuva, Guaraqueçaba – PR

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar a**rescisão do Contrato 98/2026 da Inexigibilidade 16/2026,** cujo objeto consiste emCredenciamento de pessoas físicas para prestação de serviços temporários em à Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO
2.1. Fica rescindido, a partir de**21/08/2026**, o Contrato de Inexigibilidade 16/2026 nº**98/2026**, ficando o(a) CREDENCIADO(A), a partir dessa data, desvinculado(a) das obrigações contratual

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS JÁ PRESTADOS E DOS PAGAMENTOS
3.1. As partes declaram que os serviços/fornecimentos realizados até a data da rescisão serão devidamente apurados e, estando regulares, serão objeto de pagamento pelo Contratante, observadas as condições estabelecidas no contrato da Inexigibilidade 16/2026 e na legislação aplicável.
3.2. Caso existam valores pendentes de pagamento, estes serão quitados após a regular liquidação da despesa e apresentação dos documentos exigidos pela Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUSÊNCIA DE PENALIDADES
4.1. A presente rescisão, não decorrendo de infração contratual, inadimplemento ou aplicação de penalidade administrativa, razão pela qual não serão aplicadas penalidades ao(à) CREDENCIADO(A), ressalvadas eventuais irregularidades ou obrigações já constituídas e que venham a ser regularmente apuradas.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUITAÇÃO
5.1. Cumpridas as obrigações financeiras eventualmente existentes e após a regular apuração dos serviços/fornecimentos realizados até a data da rescisão, as partes darão entre si plena quitação quanto às obrigações decorrentes ao contrato

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
6.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 68/2026, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo de Prorrogação.
E, por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba/PR

WESLEY ALTENDORF DA SILVA
CPF:117.710.909-36

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:BD66CE3B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO N° 167/2026 ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO nº 167/2026

SÚMULA: Abertura de Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e com base na Lei nº 1081 de 11/12/2025;

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, crédito Suplementar no valor de **R$ 17.061,02 (Dezessete mil, sessenta e um reais e dois centavos)** para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 06 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			
Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			
Ação: 2012 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		**Funcional:**	**0004.0122.0017**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
517	44905200000000000 – Equipamentos e Material Permanente	11017	17.061,02
Total Ação			**17.061,02**

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto, serão utilizados recursos conforme detalhamento na sequência:
Superávit do exercício anterior junto a **Fonte de Recursos 11017 – Emendas de Bancada**, **Conta Bancária 31580-X – Transferências Especiais 4109568,** no valor de **R$ 17.061,02 (Dezessete mil, sessenta e um reais e dois centavos).**
Art. 3º - Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.
Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 21 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:3DBD36F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Edital de Convocação Audiência Pública

A Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, em cumprimento à legislação vigente, CONVOCA, a toda a população em geral para participar da Audiência Pública sobre LOA (Lei Orçamentária Anual) referente ao ano de 2027, a ser realizado no dia 27 de Agosto de 2026, às 19:00 nas dependências da Câmara Municipal de Iguaraçu, à Rua Manoel Abrantes Filho, 322, Jardim Bela Vista.

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:D9F54978

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 092/2026

Ref: Contrato n.º 092/2026
Assunto: Dispensa de Licitação nº 039/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR
CNPJ N.º 75.772.525/0001-44

CONTRATADA: GEVALCIR CORREA DE BRITO FILHO, CNPJ: 20.703.736/0001-33, sito Rod Pr 317, s/n – Estrada Zanin - Iguaraçu/PR- CEP: 86.750-000, Estado do Paraná, neste ato representado por Gevalcir Correa de Brito Filho, residente a sito Rod Pr 317, s/n – Estrada Zanin - Iguaraçu/PR- CEP: 86.750-000.

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, sucção, remoção, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos provenientes de fossas sépticas, a serem executados sob demanda, visando atender às unidades pertencentes ao Município de Iguaraçu/PR e aos imóveis beneficiários do Programa Municipal "Fossa Limpa", instituído pela Lei Municipal nº 08/2021.**

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 21/08/2026 a 21/08/2027.
VALOR CONTRATUAL: R$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais).

CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existente.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se à Dispensa de Licitação n.º 038/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99, a partir de 21/08/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:C860B232

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 093/2026

Ref: Contrato n.º 093/2026
Assunto: Dispensa de Licitação nº 040/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR
CNPJ N.º 75.772.525/0001-44

CONTRATADA: ESTILMAR MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA, CNPJ: 04.282.070/0001-30 sito Avenida 19 dezembro, 599-D – Zona 06 - Maringá/PR- CEP: 87.080-185

OBJETO: Aquisição de equipamentos motorizados destinados à manutenção, conservação e limpeza dos espaços públicos municipais, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística e da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Iguaraçu/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 21/08/2026 a 21/08/2027
VALOR CONTRATUAL: R$ 64.600,00 (sessenta e quatro mil e seiscentos reais).

CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existente.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se à Dispensa de Licitação n.º 040/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99, a partir de 21/08/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:81CA9A4A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 004/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 187/2026
CONTRATANTE: Município de Iguaraçu-Pr
CONTRATADA: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
OBJETO: O presente Termo de Colaboração tem por objetivo a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IGUARAÇU-PR, com a finalidade de promover atendimentos de Proteção Social Especial para pessoas com deficiências e suas famílias.
PAGAMENTO: Em parcela única no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) em até 10 dias posterior a publicação deste.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.19/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8726/2016, Lei nº 9394/96, Lei 8742/1993, Decreto Municipal nº 049/2018.
FORO: Comarca de Astorga, Estado do Paraná.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 21/08/2026
MUNICIPIO DE IGUARAÇU/PR

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:847AD878

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 106/2025
REF.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: nº 001/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR, inscrito no CNPJ nº 75.772.525/0001-44, com sede na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 294, Centro, Iguaraçu/PR.
CONTRATADA: DRALL CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 05.413.981/0001-12.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de execução da obra em 90 (noventa) dias e do prazo de vigência do Contrato nº 128/2025 em 120 (cento e vinte) dias, sem acréscimo de valor contratual, mantendo-se as demais cláusulas e condições contratuais.
OBJETO DO CONTRATO: Construção de 04 (quatro) salas de aula na Escola Municipal de Iguaraçu, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais insumos, conforme projetos, memorial descritivo e especificações técnicas, oriundo da Concorrência Eletrônica nº 001/2025.
VIGÊNCIA: Prorrogada por 120 (cento e vinte) dias, passando a vigorar de 19/08/2026 a 17/12/2026. Prazo de execução prorrogado em 90 (noventa) dias, totalizando 330 (trezentos e trinta) dias.
VALOR CONTRATUAL: Mantido integralmente em R$ 341.000,00 (trezentos e quarenta e um mil reais), sem reajuste ou acréscimo.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 17/08/2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:FAF1E072

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 146/2025
REF.: DISPENSA DE LICITAÇÃO: nº 041/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR, inscrito no CNPJ nº 75.772.525/0001-44, com sede na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 294, Centro, Iguaraçu/PR.
CONTRATADA: VENDRUGAS LTDA, situada na Rua João Brunetti, 572 – Fundos – Centro – Iguaraçu/PR, inscrita no CNPJ nº 27.897.934/0001-24.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 131/2025 por mais 12 meses e atualização do valor por reequilíbrio econômico-financeiro concedido em 08/04/2026, mantendo-se as demais cláusulas e condições contratuais.
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de galões de água mineral natural de 20 litros, com fornecimento dos respectivos vasilhames em regime de comodato, para atendimento da demanda contínua da Administração Municipal (entregas semanais, com a Secretaria Municipal de Saúde como principal unidade demandante), conforme instrumento contratual e processo Dispensa nº 041/2025.
VIGÊNCIA: Prorrogada por 12 meses, passando a vigorar de 22/08/2026 a 21/08/2027.
VALOR COM ATUALIZAÇÃO (REEQUILÍBRIO): Valor unitário de R$ 20,08 (vinte reais e oito centavos), perfazendo R$ 24.096,00 (vinte e quatro mil e noventa e seis reais) para o período prorrogado (1.200 galões).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 106, I, c/c Art. 124, II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:327C10A1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026

Ref: Termo de Credenciamento n.º 024/2026
Assunto: Inexigibilidade n° 034/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: 68.220.603 RANULFO ALVES DE SOUSA, inscrita no**CNPJ sob o nº 68.220.603/0001-32**, com sede na**Rua Principal, s/n, Vila Rural – Iguaraçu estado do Paraná.**

OBJETO: Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de motoristas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística do Município de Iguaraçu/PR, para prestação de serviços de condução de veículos da frota municipal, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 21/08/2026 à 24/08/2027
PRAZO DE EXECUÇÃO: 24/08/2026 à 24/08/2027

VALOR TOTAL: 47.232,00 (quarenta e sete mil, duzentos e trinta e dois reais).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no termo primitivo, o qual vincula-se à Inexigibilidade n.º 034/2025, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:989189BC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026

Ref: Termo de Credenciamento n.º 026/2026
Assunto: Inexigibilidade n° 034/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: 54.345.748 EDMAR SHIGUERU HIROTA, inscrita no**CNPJ sob o nº 54.345.748/0001-55**, com sede na**Avenida Sergipe, 25, Vila Santana, cep: 86.750-000 – Iguaraçu estado do Paraná.**

OBJETO: Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de motoristas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística do Município de Iguaraçu/PR, para prestação de serviços de condução de veículos da frota municipal, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 21/08/2026 à 25/08/2027
PRAZO DE EXECUÇÃO: 25/08/2026 à 25/08/2027

VALOR TOTAL: 47.232,00 (quarenta e sete mil, duzentos e trinta e dois reais).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no termo primitivo, o qual vincula-se à Inexigibilidade n.º 034/2025, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F824A0A8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 025/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026

Ref: Termo de Credenciamento n.º 025/2026
Assunto: Inexigibilidade n° 034/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: 68.154.321 JURACI BATISTA DA SILVA, inscrita no**CNPJ sob o nº 68.154.321/0001-84**, com sede na**Rua Lidio Minati, 236, Centro – Iguaraçu- Paraná.**

OBJETO: Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de motoristas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística do Município de Iguaraçu/PR, para prestação de serviços de condução de veículos da frota municipal, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 21/08/2026 à 24/08/2027
PRAZO DE EXECUÇÃO: 24/08/2026 à 24/08/2027

VALOR TOTAL: 47.232,00 (quarenta e sete mil, duzentos e trinta e dois reais).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no termo primitivo, o qual vincula-se à Inexigibilidade n.º 034/2025, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:C4121B65

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 027/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026

Ref: Termo de Credenciamento n.º 027/2026
Assunto: Inexigibilidade n° 034/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: 55.043.774 AYRON MESSIAS DOS SANTOS, inscrita no**CNPJ sob o nº 55.043.774/0001-91**, com sede na **Rua Ipê Roxo, 242, Jardim Paraiso – Iguaraçu/Paraná.**

OBJETO: Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de motoristas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística do Município de Iguaraçu/PR, para prestação de serviços de condução de veículos da frota municipal, conforme as

condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 21/08/2026 à 24/08/2027
PRAZO DE EXECUÇÃO: 24/08/2026 à 24/08/2027

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no termo primitivo, o qual vincula-se à Inexigibilidade n.º 034/2025, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:7EBF9E61

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 056/2026

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para aquisição de 01 (um) gerador de energia elétrica, trifásico, destinado à UBS 24 Horas do Município de Iguaraçu/PR, em favor da empresa **VMD – MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA** sob CNPJ N° 72.295.793/0002-05, situada na Avenida Laguna, nº 1656 – Zona 08 – na cidade de Maringá/PR, no valor de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 21/08/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:BA961BE6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 034/2026 PROCESSO Nº 156/2026

OBJETO: Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de motoristas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística do Município de Iguaraçu/PR, para prestação de serviços de condução de veículos da frota municipal, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: **68.220.603 RANULFO ALVES DE SOUSA**, inscrita no**CNPJ sob o nº 68.220.603/0001-32**, com sede na**Rua Principal, s/n, Vila Rural – Iguaraçu estado do Paraná.**

DISPOSIÇÕES GERAIS: Vide Termo.

Iguaraçu/PR., 21 de agosto de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:B9C84DBC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 034/2026 PROCESSO Nº 156/2026

OBJETO: Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de motoristas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística do Município de Iguaraçu/PR, para prestação de serviços de condução de veículos da frota municipal, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: **68.154.321 JURACI BATISTA DA SILVA**, inscrita no**CNPJ sob o nº 68.154.321/0001-84**, com sede na**Rua Lidio Minati, 236, Centro – Iguaraçu/Paraná.**

DISPOSIÇÕES GERAIS: Vide Termo.

Iguaraçu/PR., 21 de agosto de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:199F2873

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 034/2026 PROCESSO Nº 156/2026

OBJETO: Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de motoristas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística do Município de Iguaraçu/PR, para prestação de serviços de condução de veículos da frota municipal, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: **54.345.748 EDMAR SHIGUERU HIROTA**, inscrita no**CNPJ sob o nº 54.345.748/0001-55**, com sede na**Avenida Sergipe, 25, Vila Santana, cep: 86.750-000 – Iguaraçu estado do Paraná.**

DISPOSIÇÕES GERAIS: Vide Termo.

Iguaraçu/PR., 21 de agosto de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:91A2CF0D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 034/2026 PROCESSO Nº 156/2026

OBJETO: Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de motoristas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística do Município de Iguaraçu/PR, para prestação de serviços de condução de veículos da frota municipal, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: **55.043.774 AYRON MESSIAS DOS SANTOS**, inscrita no**CNPJ sob o nº 55.043.774/0001-91**, com sede na**Rua Ipê Roxo, 242, Jardim Paraiso – Iguaraçu/PR.**

DISPOSIÇÕES GERAIS: Vide Termo.

Iguaraçu/PR., 21 de agosto de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:57892E2F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 040/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 186/2026

Ratifico por este termo, a Dispensa para Aquisição de equipamentos motorizados destinados à manutenção, conservação e limpeza dos espaços públicos municipais, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística e da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Iguaraçu/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, em favor da empresa **ESTILMAR MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA**, CNPJ: 04.282.070/0001-30 sito Avenida 19 Dezembro, 599-D – Zona 06 - Maringá/PR- CEP: 87.080-185, no valor total de R$ 64.600,00 (sessenta e quatro mil e seiscentos reais), com base no Art. 75, inciso II, da *Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021*, e tendo em vista os elementos que instruem o **Processo de Dispensa de Licitação n.º 040/2026**.

Iguaraçu/PR., 21/08/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:142761FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE 66º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2022

EXTRATO DE 66º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2022

Início: 11/08/2026 Validade/Término: 21/02/2027

Objeto: Aquisição de Etanol e Gasolina Comum e Aditivada para veículos da Frota do CIS/AMCESPAR.

Razão Social: **POSTO POSECOL LTDA**
CNPJ: n.º 78.143.674/0001-32.
Endereço: Rua Benjamim Constant, nº197, Centro-IRATI – PR
Representante Legal: José Carlos Ivasko - RG Nº 5.507.464-0 e Paulo Cesar Ivasko- RG Nº 57.241.020-3.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **REEQUILIBRIO DE PREÇO/SUPRESSÃO**
Fica alterado o valor contratual do item relacionado em virtude de pedido da contratada de reequilíbrio de preço, devidamente comprovado

Item	Produto	Valor Unt.	Valor Unt. com reajuste
1	Gasolina Comum	R$ 6,39	R$ 6,29

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da ata de registro de preço, não atingido pelo presente termo aditivo.
E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente termo aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Irati, 11 de agosto de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

POSTO POSECOL LTDA
CNPJ: n. 78.143.674/0001-32
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:82C332F7

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2026

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2026 TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

A Comissão Permanente de Licitação em cumprimento com Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, faz publicar o **AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO** resumindo o processo a:

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição compartilhada de materiais médico-hospitalares, destinados aos Municípios consorciados participantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da AMCESPAR – CIS AMCESPAR, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I).

Tipo: Menor Preço por item.

Valor aproximado: R$ 14.733.376,13 (quatorze milhões, setecentos e trinta e três mil, trezentos e setenta e seis reais e treze centavos).

Recebimento das propostas: 08h00min do dia 24/08/2026 às 08 horas do dia 04/09/2026.
Abertura das propostas: Das 08h01min às 09 horas do dia 04/09/2026.
Início da sessão pública e disputa de preços: Das 09h01min as 09h06min do dia 04/09/2026, acrescido do período aleatório.
Local de acesso e participação: www.bll.org.br

Irati, 21 de agosto de 2026.

MÁRCIA JOSIANE PARTEKA
Pregoeira

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:8BF89B22

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 148/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a funcionária ANDREIA TABORDA, durante o período de 19/08/2026 a 19/08/2026, conforme atestado médico apresentado pelo servidor.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 19 de agosto de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:650C4D51

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 149/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

Edital de convocação 08/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS - Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

TORNAR PÚBLICO:
I – A convocação do (s) candidato (s) abaixo relacionado (s), aprovados em Processo Seletivo Simplificado conforme Edital nº 001/2025 de 08 de dezembro de 2025 e Resultado Final publicado em Diário Oficial do Município em 14 de janeiro de 2026;
II – Os candidatos deverão comparecer na unidade administrativa do CIS Amcespar no setor de Recursos Humanos, no Edifício Pérola do Sul, segundo pavimento, localizado Rua 19 de Dezembro, nº 280, Centro, Irati – PR, entre os horários 08:30 as 11:30 e 13:30 as 16:00, com os documentos exigidos para contratação, contados a partir da data de publicação, ou seja, de **20/08/2026 a 24/08/2026**, conforme descritos:
a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física ou digital;
b) PIS ou PASEP e data de cadastramento (se já for cadastrado);
c) Carteira de Identidade;
d) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
e) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
f) Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos, se possuir;
g) Comprovante de endereço atual;
h) Negativa de antecedentes criminais emitidas pelo Fórum da Comarca de Irati;
i) **DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS OU EMPREGOS**, **ANEXO III** do Edital;
j) Registro no Conselho Regional de Odontologia ou Conselho Regional de Enfermagem (para o cargo que couber).
III - Os candidatos que preencherem os requisitos documentais serão encaminhados para exames médicos admissionais;
IV – Em caso de não interesse em assumir a vaga imediatamente o candidato deverá assinar o termo: ***Termo de Reclassificação***, conforme modelo do **Anexo IV** do Edital nº 001/2025 de 08 de dezembro de 2025 ou de desistência da contração o: ***Termo de Desistência***, conforme modelo do **Anexo V** do Edital nº 001/2025 de 08 de dezembro de 2025. Ou em caso de não comparecimento para atender o presente Edital entre as datas estabelecidas, será considerado como desistência e o candidato perderá o direito a vaga do Processo Seletivo Simplificado, conforme item 11.2.3 alínea do Edital nº 001/2025 de 08 de dezembro de 2025.
AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTÁRIO:
1º - MARIA ALINE PORTELA;
V - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Irati, 20 de agosto de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:D9D7AD67

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 151/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

Edital de convocação 09/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS - Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

TORNAR PÚBLICO:
I – A convocação do (s) candidato (s) abaixo relacionado (s), aprovados em Processo Seletivo Simplificado conforme Edital nº 001/2025 de 08 de dezembro de 2025 e Resultado Final publicado em Diário Oficial do Município em 14 de janeiro de 2026;
II – Os candidatos deverão comparecer na unidade administrativa do CIS Amcespar no setor de Recursos Humanos, no Edifício Pérola do Sul, segundo pavimento, localizado Rua 19 de Dezembro, nº 280, Centro, Irati – PR, entre os horários 08:30 as 11:30 e 13:30 as 16:00, com os documentos exigidos para contratação, contados a partir da data de publicação, ou seja, de **21/08/2026 a 25/08/2026**, conforme descritos:
a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física ou digital;
b) PIS ou PASEP e data de cadastramento (se já for cadastrado);
c) Carteira de Identidade;
d) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
e) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
f) Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos, se possuir;
g) Comprovante de endereço atual;
h) Negativa de antecedentes criminais emitidas pelo Fórum da Comarca de Irati;
i) **DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS OU EMPREGOS**, **ANEXO III** do Edital;
j) Registro no Conselho Regional de Odontologia ou Conselho Regional de Enfermagem (para o cargo que couber).
III - Os candidatos que preencherem os requisitos documentais serão encaminhados para exames médicos admissionais;
IV – Em caso de não interesse em assumir a vaga imediatamente o candidato deverá assinar o termo: ***Termo de Reclassificação***, conforme modelo do **Anexo IV** do Edital nº 001/2025 de 08 de dezembro de 2025 ou de desistência da contração o: ***Termo de Desistência***, conforme modelo do **Anexo V** do Edital nº 001/2025 de 08 de dezembro de 2025. Ou em caso de não comparecimento para atender o presente Edital entre as datas estabelecidas, será considerado como desistência e o candidato perderá o direito a vaga do Processo Seletivo Simplificado, conforme item 11.2.3 alínea do Edital nº 001/2025 de 08 de dezembro de 2025.
AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTÁRIO:
2º - VANESSA NILVA MARÇAL GARSTKA;
V - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 21 de agosto de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:54A0B71B

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1131/2026

LEI n.º 1131/2026

SÚMULA: "Cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA, do município de Inácio Martins /PR".

A **Câmara Municipal de Inácio Martins**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1.º - Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA, do Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, órgão colegiado de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico e ambiental, no planejamento e na avaliação de sua execução, e com atribuições inerentes ao equilíbrio ecológico e implantação de ações destinadas a proteção, recuperação e conservação do meio ambiente e acompanhamento dos serviços prestados na área de saneamento básico e controle social.

Art. 2.º - São objetivos do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município:
I - Levantar o patrimônio ambiental natural, étnico e cultural do Município de Inácio Martins;
II - Localizar e mapear áreas críticas onde se desenvolvam atividades com utilização de recursos naturais ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como, empreendimentos capazes de causar degradação ambiental a fim de permitir a vigilância e o controle desses procedimentos e o cumprimento da legislação vigente;
III - Colaborar no planejamento municipal mediante recomendações à proteção do patrimônio ambiental do Município;
IV - Estudar, definir e propor normas e procedimentos visando à proteção ambiental do Município;
V - Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do Município;
VI - Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e proteção do meio ambiente;
VII - Colaborar em campanhas educacionais relativas ao meio ambiente e aos problemas de saúde, de saneamento básico, de uso e ocupação racional de águas e solos;
VIII - Manter intercâmbio com entidades oficiais e privadas de pesquisas e/ou atividades ligadas ao conhecimento e proteção ambiental;
IX - Identificar, prever e comunicar as agressões ambientais ocorridas no Município, diligenciando efetiva apuração e sugerindo aos poderes e órgãos públicos as medidas cabíveis, além de contribuir, em caso de emergência para mobilização da comunidade;
X - Participar ativamente da elaboração da Politica Municipal de Saneamento, bem como no seu planejamento e avaliação;
XI - Participar, opinar e deliberar sobre a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do Município;
XII - Participar na promoção da universalização dos serviços de saneamento básico, assegurando a sua qualidade por meio do acompanhamento de seus indicadores e do cumprimento das metas fixadas nos planos municipais;
XIII - Acompanhar o cumprimento das metas fixadas em Contratos de Concessões e Contratos de Programas das empresas concessionarias dos serviços de água e esgoto;
XIV - Promover estudos destinados a adequar os anseios da população à Politica Municipal de Saneamento;
XV - Buscar o apoio de órgãos e entidades realizadoras de estudos sobre meio ambiente e saneamento, de modo a dispor de subsídios técnicos e legais na implementação de suas ações;
XVI - Apresentar propostas ao Executivo ou Legislativo, versando sobre a matéria que lhe é de Interesse, sempre acompanhados de exposição de motivos;
XVII - Apreciar e opinar sobre os casos que lhe forem submetidos pelas partes interessadas, e
XVIII - Elaborar, aprovar e reformar seu próprio Regimento Interno, dispondo sobre a ordem dos trabalhos e sobre a constituição, competência e funcionamento.

Art. 3.º - O controle social será exercido pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município de Inácio Martins, por meio do recebimento de relatórios e informações que permitam o acompanhamento das ações de saneamento básico, da análise do Plano Plurianual e das propostas orçamentárias anuais e do acompanhamento da execução destes.

Art. 4.° - O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental será composto por um membro titular e seu respectivo suplente dos seguintes segmentos da sociedade.
I - Um representante da concessionaria de serviços de saneamento básico (SANEPAR);
II - Um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
III - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
IV - Um representante dos usuários de serviços de saneamento básico;
V - Um representante do Conselho Municipal de Saúde;
VI - Um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento.
§ 1.° - Os representantes dos incisos I, II e III serão indicados pelo Prefeito Municipal, o representante listado no inciso IV deste artigo será indicado pela SANEPAR e os representantes listados nos incisos V e VI deste artigo serão indicados pelos respectivos Conselhos.
§ 2.° - Caso não haja indicação dos membros representativos listados nos incisos IV, V e VI deste artigo, o Prefeito Municipal poderá fazê-lo em livre escolha, observados os segmentos previstos na lei.

Art. 5.° - O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental será nomeado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6.° - O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental terá o mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução.

Art. 7.º - A participação dos conselheiros é de interesse público e de relevante importância para a municipalidade e não será remunerado.

Art. 8.º - O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental reunir-se-á ordinariamente e extraordinariamente sempre que convocado e funcionará de acordo com o seu Regimento Interno.

Art. 9.º - Caberá ao Município fornecer toda a estrutura física e de pessoal para o regular funcionamento do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental.

Art. 10 - O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental manterá estreito intercâmbio com órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos inerentes à defesa e proteção do meio ambiente.

Art. 11 - Identificada qualquer agressão ambiental, o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental prestará informações às autoridades públicas constituídas, notadamente os poderes executivo e judiciário, ao Ministério Público e outros organismos competentes, alertando das possíveis implicações e sugerindo providências necessárias.

Art. 12 - O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental promoverá a divulgação de conhecimentos e providências relativas à conservação do patrimônio ambiental.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inácio Martins, em 19 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:6BE04873

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1132/2026

LEI N.º 1132/2026

SÚMULA: "Autoriza a constituição de Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA do Município de Inácio Martins/PR".

A **Câmara Municipal de Inácio Martins**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1.º - Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, de natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Administração de Inácio Martins, tendo como finalidade o custeio de ações destinadas à universalização e aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com a Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental ou o Plano Regional de Saneamento Básico e Ambiental, com as normativas da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - AGEPAR, e cuja realização seja de competência do município e não constitua obrigação contratual do prestador.

Parágrafo Único - São finalidades especificas do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental -FMSBA:

I - Garantir contrapartida financeira a operações de crédito para financiamento de investimentos em infraestruturas e bens vinculados aos serviços municipais de saneamento básico, especialmente as celebradas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com a Caixa Econômica Federal ou outros agentes financeiros que operem com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

II - Garantir contrapartida a contratos de repasse de recursos objeto de transferências voluntárias de entes da Federação ou de outras fontes não onerosas, destinados a investimentos em ações de saneamento básico no âmbito do município de Inácio Martins;

III - Garantir pagamentos de amortizações, juros e outros encargos financeiros relativos às operações de crédito previstas no Inciso I deste parágrafo único;

IV – Cobrir despesas extraordinárias decorrentes de investimentos emergenciais nos serviços de saneamento básico aprovadas pelo órgão regulador dos serviços e pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, e

V - Financiar diretamente as ações de investimentos em infraestruturas e outros bens vinculados aos serviços de saneamento básico de titularidade do Município.

Art. 2.º -O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA constituído por 06 (seis) membros, assegurada a participação de representantes do governo municipal e da sociedade civil especificamente designados para este fim, a serem nomeados por Decreto Municipal, possui as atribuições de:

I - Estabelecer e fiscalizar a política de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, observadas as diretrizes básicas e prioritárias da política e do plano municipal ou regional de saneamento básico e ambiental;

II - Elaborar o Plano Orçamentário e de Aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Aprovar as demonstrações mensais de receitas e despesas do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA;

IV - Aprovar as contas anuais do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, as quais integrarão as contas gerais do Município de lnácio Martins, e

V - Deliberar sobre questões relacionadas ao Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, em consonância com as normas de gestão financeira e os interesses do Município.

Parágrafo Único - A gestão administrativa do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA será exercida pela Secretaria Municipal de Administração por meio de suas unidades financeira e contábil.

Art. 3.º - As receitas do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA poderão ser constituídas por:

I - Recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II - Receitas vinculadas às receitas de taxas. tarifas e outros preços públicos
incidentes sobre os serviços de saneamento básico;

III - Receitas de contribuições de melhorias relativas à implantação de infraestruturas vinculadas aos serviços de saneamento básico;

IV - Receitas de multas relativas a infrações administrativas e de posturas municipais previstas na legislaşão pertinente;

V - Retornos de amortizações e remunerações de investimentos realizados direta ou iondiretamente pelo município com recursops ~eos e amortizações e remunerações de investimentos realizados direta ou indiretamente pelo Município com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA;

VI -Subvenções e transferências voluntárías de entes da Federaçâo, bem como contribuições, doações, auxílios e repasses de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações e de pessoas físicas e jurídicas privadas, destinadas a ações de saneamento básico no município de Inácio Martins, e

VII - Rendimentos provenientes de aplicações financeiras dos recursos disponíveis do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA.

§ 1.º - As receitas líquidas do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2.º - As disponibilidades de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, exceto as vinculadas a desembolsos de curto prazo e a garantias mínimas de contratos de financiamentos, deverão ser investidas em aplicações financeiras com prazos e liquidez compatíveis com o seu plano de aplicação.

§ 3.º - O saldo financeiro do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental -FMSBA, apurado ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

§ 4.º - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA as obrigações de qualquer natureza que venha a assumir para a execução dos programas e ações dos serviços de saneamento básico previstos na Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental ou no Plano Regional de Saneamento Básico e Ambiental e no Plano Plurianual, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5.º - O orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA integrará o orçamento da Prefeitura Municipal de Inácio Martins.

§ 6.º - A contabilidade do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA será organizada de forma a permitir o pleno controle e a gestão da sua execução orçamentária.

§ 7.º - A ordenação das despesas previstas no Plano Orçamentário e de Aplicação do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, caberá a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 4.º - É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA para:

I - O pagamento de despesas correntes ou a cobertura de déficits orçamentários resultantes daquelas despesas, por quaisquer órgãos e entidades do Município, e.

II - A execução de obras e outras intervenções urbanas integradas ou que afetem ou interfiram nos sistemas de saneamento básico, em montante superior à participação proporcional dos serviços de saneamento básico nos respectivos investImentos.

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inácio Martins, em 19 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:61CFEC91

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1133/2026

LEI N.º 1133/2026

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 27.308,58 (vinte e sete mil, trezentos e oito reais e cinquenta e oito centavos)".

A **Câmara Municipal de Inácio Martins**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1.º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 27.308,58 (vinte e sete mil, trezentos e oito reais e cinquenta e oito centavos), destinado à inclusão da seguinte dotação orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
06	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
06.002	**DEPARTAMENTO DE SERVIÇOSÉDICOS/ODONTOLOGIA/ENFERMAGEM**	
10.122.1001.2057	Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR	
3.3.72.30.00.00	Material de Consumo	
4985	00629 - Programa Estadual de Apoio a Atenção Especializada no Estado do Paraná - Regionaliza Mais PR - Apoio a Gestão Consorciada	R$ 2.308,58
3.3.72.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
5025	00629 - Programa Estadual de Apoio a Atenção Especializada no Estado do Paraná - Regionaliza Mais PR - Apoio a Gestão Consorciada	R$ 25.000,00
TOTAL A ACRESCENTAR:		**R$ 27.308,58**

Art. 2.º - Para cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1.º, será utilizado como recurso o excesso de arrecadação, conforme discriminado a seguir:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				
Natureza da Receita	**Descrição da Natureza da Receita**	**Fonte de Recursos**	**Descrição da Fonte de Recursos**	**Valor do Excesso**
1.7.2.3.50.0.1.05	Resolução 525/2026/SESA/PR - Programa Estadual de Apoio a Atenção Especializada no Estado do Paraná - Regionaliza Mais PR - Fonte 629	00629	Programa Estadual de Apoio a Atenção Especializada no Estado do Paraná - Regionaliza Mais PR - Apoio a Gestão Consorciada	R$ 27.308,58
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:				**R$ 27.308,58**

Art. 3.º - Os recursos adicionais que vierem a ser repassados pela SESA/PR vinculados ao Programa Estadual de Apoio à Atenção Especializada no Estado do Paraná - Regionaliza Mais PR - Apoio à Gestão Consorciada, poderão ser incorporados ao orçamento municipal mediante abertura de créditos adicionais, observadas as autorizações constantes na Lei Orçamentária Anual vigente e a legislação aplicável.

Art. 4.º - Fica a presente alteração orçamentária compatibilizada com as Leis Municipais n.º 1.112/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029, n.º 1.096/2025, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, e n.º 1.113/2025, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2026.

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inácio Martins, em 19 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:06022983

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1134/2026

LEI N.º 1134/2026

SÚMULA: "Autoriza o Município de Inácio Martins a aprovar e ratificar a alteração da natureza jurídica do Consórcio Intermunicipal SAMU Campos Gerais – CIMSAMU, de direito privado para direito público, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005".

A **Câmara Municipal de Inácio Martins**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono, a seguinte

L E I

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo do Município de Inácio Martins autorizado a aprovar e ratificar a alteração da natureza jurídica do Consórcio Intermunicipal SAMU Campos Gerais – CIMSAMU, de entidade de direito privado para entidade de direito público, sob a forma de associação pública, nos termos do art. 6.º, § 1.º, inciso I, combinado com o art. 12-A, ambos da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 2.º - A autorização prevista nesta Lei tem por finalidade ratificar, no âmbito do Município de Inácio Martins, a deliberação aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do CIMSAMU, realizada em 28 de maio de 2025, relativa à alteração da natureza jurídica do Consórcio.

Art. 3.º - A alteração da natureza jurídica autorizada por esta Lei não afasta a observância das obrigações já assumidas pelo Município de Inácio Martins perante o CIMSAMU, inclusive aquelas decorrentes de contrato de rateio, contratos de programa, instrumentos congêneres e demais atos regularmente celebrados no âmbito da gestão consorciada.

Art. 4.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a praticar os atos administrativos necessários ao cumprimento desta Lei, inclusive assinar instrumentos, termos aditivos, declarações, comunicações e demais documentos indispensáveis à formalização da alteração da natureza jurídica do CIMSAMU.

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inácio Martins, em 19 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:45229AF8

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1135/2026

LEI N.º 1135/2026

SÚMULA: ""Dispõe sobre os direitos das pessoas neuroatípicas, das pessoas com deficiência e das famílias atípicas no serviço de transporte para pacientes no Município de Inácio Martins".

O Vereador Julio Armando Canido Mendez propôs, a Câmara Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte
L E I

Art. 1.º - Fica garantido, no serviço de transporte voltado para pacientes, o direito à prioridade no embarque, na acomodação e no atendimento de pessoas neuroatípicas, às pessoas com deficiência e às famílias atípicas que necessitem de deslocamento para consultas, exames, terapias e demais atendimentos na rede pública ou conveniada.

Art. 2.º - O transporte de saúde municipal observará diretrizes de acessibilidade e, sempre que possível, a identificação visual adequada em seus veículos, de modo a promover a conscientização social e assegurar o respeito à prioridade de atendimento.

Art. 3.º - Fica assegurado às pessoas neuroatípicas, com deficiência, e das famílias atípicas, prioridade em todas as etapas do transporte de saúde de que trata esta Lei, compreendendo:
I - Preferência na ordem de embarque e desembarque nos veículos públicos ou a serviço do Poder Público;
II - Reserva de assento prioritariamente ao lado de seu acompanhante ou responsável legal, E
III - Direito a tempo de tolerância estendido para embarque e desembarque, respeitadas as limitações e especificidades sensoriais do passageiro.

Art. 4.º - Nos locais de embarque e desembarque sob gestão pública, será assegurado, sempre que possível, espaço adequado para aguardo do transporte, visando minimizar a exposição a estímulos sonoros e visuais excessivos.

Art. 5.º - A prioridade estabelecida nesta Lei não impede a utilização de veículos comuns compartilhados com toda a população, no entanto, sempre que possível será destinado veículo próprio para tal transporte, sem prejuízo das outras demandas da saúde pública.

Art. 6.º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para sua fiel execução.

Art. 7.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inácio Martins, em 19 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:D83B3503

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO - CREDENCIAMENTO Nº 023/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 036/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2026

O **MUNICÍPIO DE IPORÃ DO PARANÁ/PR**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar chamamento público, visando o **Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de hospedagem, mediante fornecimento de diárias em dormitórios simples e duplos, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Iporã – PR, especialmente para hospedagem de participantes, convidados, artistas, palestrantes, equipes técnicas e demais pessoas envolvidas nos eventos futuros promovidos, realizados ou apoiados pelo Município.**

- Data de inscrição: de 2**4/08/2026 a 14/09/2026**
- Horário: **das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00**
- Local SALA DE LICITAÇÕES –PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ /PR, Rua Pedro Alvares Cabral, nº 2677, centro, Iporã-PR.

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Rua Pedro álvares Cabral, nº 2677, centro, Iporã, Paraná - Telefone (44) 3652-8100 – e-mail: licitação.ipora@ipora.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de iporã-PR (www.ipora.pr.gov.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitação.ipora@ipora.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h00 às 17 horas.

P U B L I Q U E - S E.

Iporã/PR, 21 de Agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:E74C6C64

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO-CREDENCIAMENTO Nº 024/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 038/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2026

O **MUNICÍPIO DE IPORÃ DO PARANÁ/PR**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar chamamento público, visando o **Credenciamento através de processo de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA E/OU JURÍDICA, destinado à contratação de empresas especializadas para disponibilização de boiada de rodeio, composta por animais apropriados, preparados e habituados às atividades de montaria em touros, destinada à realização das provas de rodeio integrantes da programação da Expo Iporã 2026, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2026, compreendendo, ainda, o transporte dos animais até o local do evento e sua respectiva retirada, manejo, acompanhamento por profissionais capacitados, alimentação, cuidados necessários durante sua permanência e demais recursos indispensáveis à adequada execução do objeto.**

- Data de inscrição: de 24/**08/2026 a 14/09/2026**
- Horário: **das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00**
- Local SALA DE LICITAÇÕES –PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ /PR, Rua Pedro Alvares Cabral, nº 2677, centro, Iporã-PR.

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Rua Pedro álvares Cabral, nº 2677, centro, Iporã, Paraná - Telefone (44) 3652-8100 – e-mail: licitação.ipora@ipora.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de iporã-PR (www.ipora.pr.gov.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitação.ipora@ipora.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h00 às 17 horas.

P U B L I Q U E - S E.

Iporã/PR, 21 de Agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:C9ADC911

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 180/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A DISPENSA Nº 022/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Dispensa de Licitação nº 022/2026, objetivando a contratação de empresa especializada para a organização e execução integral do Concurso da Rainha do Rodeio 2026, a realizar-se, na Casa da Cultura de Iporã-PR, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
55.991.626 ALESSANDRA EIDT VALVASSORE	R$13.050,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 21 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:768FCD4D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

Na edição do Diário Oficial dos Municípios do Paraná e do Jornal Ilustrado veiculada na data de 21 de agosto de 2026, foram publicados o AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Onde se lê:
DISPENSA N° 019/2026
Leia-se:
DISPENSA N° 020/2026

Iporã-PR, 21 de agosto de 2026

JANAINA BERGAMIM PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:3CA113BE

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

Na edição do Diário Oficial dos Municípios do Paraná e do Jornal Ilustrado veiculada na data de 21 de agosto de 2026, foram publicados os AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Onde se lê:
DISPENSA N° 020/2026
Leia-se:
DISPENSA N° 021/2026

Iporã-PR, 21 de agosto de 2026

JANAINA BERGAMIM PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:9045460C

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: nº 142/2026.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: ALESSANDRA EIDT VALVASSORE
Objeto: Contratação de empresa especializada para a organização e execução integral do Concurso da Rainha do Rodeio 2026, a realizar-se, na Casa da Cultura de Iporã-PR.
Valor Total: R$ 13.050,00 (Treze mil e cinquenta reais).
Vigência: 21/08/2025 á 19/10/2026.
Fundamentação: Processo Administrativo nº 155/2026 e dispensa por e-mail nº 022/2026.

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:7D66D5AA

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 030/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização da **concorrência eletrônica nº 030/2026.**

O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Seleção de empresa especializada em engenharia para execução de obra de pavimentação asfáltica em CBUQ, abrangendo área total de 3.084,60 m² no prolongamento da Avenida Duque de Caxias, no Município de Iporã/PR, compreendendo serviços de drenagem de águas pluviais, terraplenagem, regularização e compactação do subleito, execução de base em solo-cimento, imprimação, pintura de ligação, aplicação de revestimento asfáltico, execução de meio-fio com sarjeta, sinalização viária horizontal e vertical, construção de calçadas em concreto, implantação de rampas de acessibilidade, paisagismo, controle tecnológico dos materiais e serviços, bem como o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra e demais insumos necessários à completa execução do empreendimento, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, especificações técnicas e Contrato de Repasse nº 988450/2025/MCIDADES/CAIXA.

VALOR MÁXIMO: R$ 872.432,04
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50 horas do dia 08/09/2026
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:50 às 09:00 horas do dia 08/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 08/09/2026

Iporã – PR, 20 de AGOSTO de 2026.

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:D86AFD4A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DA LICITAÇÃO

O Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 063/2026, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar, torna público o resultado do processo de Dispensa de Licitação nº 022/2026.
MODALIDADE: PROCESSO DE DISPENSA Nº 022/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO INTEGRAL DO CONCURSO DA RAINHA DO RODEIO 2025, A REALIZAR-SE EM 04 DE OUTUBRO DE 2025, NA CASA DA CULTURA DE IPORÃ-PR.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	Und	1	Organização do Concurso da Rainha do Rodeio.	R$13.050,00	R$13.050,00

EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA:
55.991.626 ALESSANDRA EIDT VALVASSORE
CNPJ nº 55.991.626/0001-07
Valor Global: R$ 13.050,00 (treze mil e cinquenta reais)

Após análise dos documentos e da proposta apresentada, constatou-se que a empresa atendeu integralmente às exigências do edital, sendo declarada habilitada e vencedora, por apresentar o melhor valor, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Iporã-PR, 21 de agosto de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:B44CCC1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO NR. 001/2026 - INSCRITOS

CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

Assunto: Inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas para constituir subcomissão técnica da licitação na modalidade Concorrência do tipo "técnica e preço", a ser promovida pela Câmara Municipal de Irati, para contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade institucional, nos termos da Lei Federal nr. 12.232/2010.
A Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições, torna público a relação de inscritos para o sorteio a ser realizado para determinar os membros que irão constituir a subcomissão técnica no julgamento da Concorrência nr. 001/2026.
Inscritos:
Ana Carolina Emiliano de Moraes
Amanda Padilha Pieta
Camila Schaefer Martins
Fernanda Pereira Santos
Kleber Erivelton Fernandes
Letícia de Souza Torres
Lenon Diego Gauron
Sidnei Jonaldo Jorge
Suelen Santana dos Santos

A Comissão de Licitação torna público que a data sessão pública para sorteio dos nomes dos profissionais inscritos será realizada no dia 26/08/2026 às 14:00 horas e o resultado do sorteio dos nomes, serão publicadas, oportunamente, no Diário Oficial do Município de Irati no site da Câmara Municipal, atendendo o que dispõe o §4º do artigo 10 da Lei Federal nr. 12.232/2010.
Irati – PR, 21 de agosto de 2026.

RAFAELLA MAIER
Presidente da Comissão de Licitações

Publicado por:
Gerson Vicente Domingues
Código Identificador:F163800B

PROCURADORIA
DECRETO Nº 603/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada de 25% para 50% a gratificação concedida à professora Michele Longato, matrícula nº 5066138, lotada na Escola Matilde A. do Nascimento, para o exercício da função de Coordenação Pedagógica, nos termos do art. 66 e parágrafo único da Lei Municipal nº 4.746/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor retroativamente a 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 20 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:EF17B357

PROCURADORIA
DECRETO Nº 614/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a instauração do Protocolo Administrativo nº 507525/2026, deflagrado a partir de manifestações da Ouvidoria Municipal que noticiavam condutas atribuídas ao servidor público municipal **L.S.B;**

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica INSTAURADA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, autuada sob o Protocolo nº 507525/2026, com o objetivo de apurar de forma minuciosa, objetiva e conclusiva os fatos noticiados em face do servidor público L.S.B.

Art. 2º - A apuração terá por escopo delimitar as circunstâncias fáticas, investigar eventual vinculação entre as condutas noticiadas e o exercício da função pública, esclarecer a ocorrência de atos estranhos às atribuições em horário de expediente e apurar o suposto uso de informações institucionais para finalidades particulares.

Art. 3º - Fica designada a Comissão de Sindicância, composta pelos seguintes servidores públicos municipais estáveis, sob a presidência do primeiro:

a) GUSTAVO TEIXEIRA PIANARO, Advogado, matrícula nº 5062825, que exercerá a função de Presidente;
b) SUSIMARA CHIMENKA DE SOUZA, Assistente Administrativa, matrícula nº 2680380;
c) JOSIANE RAMOS, Assistente Administrativa, matrícula nº 2587250.
Parágrafo único. Os membros da comissão atuarão com independência funcional, imparcialidade e estrita observância aos deveres de sigilo e legalidade necessários à instrução dos trabalhos.

Art. 4º - A comissão sindicante deverá reunir todos os elementos de convicção pertinentes, colhendo depoimentos, promovendo juntada de documentos, realizando perícias ou requisitando informações aos órgãos municipais, visando à completa elucidação dos fatos.

Art. 5º - A Comissão de Sindicância terá o prazo de **30 (trinta) dias** para a conclusão dos trabalhos e apresentação do respectivo relatório conclusivo, admitida prorrogação por igual período mediante justificativa fundamentada submetida à apreciação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º - Concluída a instrução, a comissão elaborará Relatório Final Circunstanciado, manifestando-se expressamente sobre a procedência ou improcedência dos fatos, recomendando de forma fundamentada:
a) o arquivamento dos autos, caso não comprovada irregularidade ou autoria;
b) a aplicação das penalidades cabíveis de natureza leve, se devidamente caracterizada infração compatível com o rito sumário e observada a proporcionalidade;
c) a imediata instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), caso evidenciadas faltas que demandem sanção de maior gravidade.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 21 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:53B273AA

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 002/2026-CMPM

SÚMULA: Aprova o repasse referente à 2ª medição da Construção do Espaço de Acolhimento da Mulher, no valor de R$ 139.681,93, conforme a Deliberação nº 006/2025.

O Conselho Municipal Dos Direitos da Mulher do Município de Irati Paraná, em reunião ordinária realizada no dia 19 de agosto de 2026, registrada na Ata 008/2026, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº2.081, de 06 de abril de 2004;

CONSIDERANDO a **Deliberação nº 006/2025**, que estabelece as condições para o repasse de recursos destinados à política de direitos da mulher;

CONSIDERANDO a execução da obra de **Construção do Espaço de Acolhimento da Mulher** no Município de Irati;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o repasse referente à **2ª medição da Construção do Espaço de Acolhimento da Mulher,** no valor de **R$ 139.681,93 (cento e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos),** conforme previsto na **Deliberação nº 006/2025.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati – PR, 19 de agosto de 2026.

MARILY DE FÁTIMA TRAPLE
Presidente do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres
CMPM – Irati/PR

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:AD140DFF

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 011/2026-CMDCA

SÚMULA: Aprova a proposta de implantação da Clínica-Escola de Fisioterapia da Real IPEX nas dependências da Cidade do Idoso, mediante cooperação com o Município de Irati.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI – CMDCA, no uso das atribuições legais que lhe conferem os artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – e conforme previsto em seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre políticas públicas destinadas à promoção, proteção e garantia de direitos das crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a deliberação favorável da plenária do CMDCA em reunião ordinária realizada no dia 20 de agosto de 2026, conforme registrado na Ata nº 550;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de implantação da Clínica-Escola de Fisioterapia da Real IPEX, nas dependências da Cidade do Idoso, mediante cooperação com o Município de Irati, conforme projeto apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati – PR, 21 de agosto de 2026.

GUSTAVO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:BE49411A

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 012/2026-CMDCA

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Irati/PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na legislação municipal que institui e regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e em seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o adequado funcionamento da Secretaria Executiva do CMDCA;

CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do CMDCA em reunião ordinária realizada no dia 20 de agosto de 2026, conforme registrado na Ata nº 550/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar **BARBARA KOSTRZEWYCZ PEREIRA**, servidora pública municipal efetiva, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº 5066472, para exercer a função de **Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Irati/PR**, a partir de 21 de agosto de 2026.

Art. 2º Dispensar **THIAGO VINICIUS MATTOSO GORTE** da função de Secretário Executivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, a partir de 21 de agosto de 2026.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, Paraná, 21 de agosto de 2026.

GUSTAVO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:B0016F7B

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO

Inexigibilidade nº 075/2026. Processo Administrativo n° 172/2026. Objeto: Execução de serviços de locação de uma tenda para realização de evento no bairro Lagoa no Município de Irati-PR, conforme resumo do processo –00041/2026- CONTRATA MAIS BRASIL. Contratada: 58.717.792 Gilberto Klossowski. CNPJ: 58.717.792/0001-08. Valor global contratado: R$ 1.180,00 (mil cento e oitenta reais). Fundamento legal: Art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/21.

Irati, 21 de julho de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Inexigibilidade nº 074/2026. Contrato de fornecimento n° 106/2026.
Objeto: Contratação de solução educacional complementar destinada ao fortalecimento das ações pedagógicas da Rede Municipal de Ensino, com foco na elevação do desempenho dos estudantes nas avaliações externas, no aprimoramento dos processos de acompanhamento pedagógico e na melhoria dos indicadores educacionais do Município de Irati/Panará. Contratada: A Página Distribuidora de Livros LTDA. CNPJ: 01.795809/0001-10. Valor global contratado: R$ 369.610,00 (trezentos e sessenta e nove mil seiscentos e dez reais). Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

PAULO ROBERTO HEJEL
Diretor de Governo – Matrícula nº 5067330
Designado Pela Portaria Nº 119/2025

Publicado por:
Elike Alceu Vasco
Código Identificador:31839BB7

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade nº 076/2026. Processo Administrativo n° 174/2026.
Objeto: Prestação de serviços técnicos de capacitação, instrução e treinamento presencial, abrangendo diagnóstico normativo e proposição de minutas de artefatos de planejamento voltados aos servidores dos Departamentos de Compras e Licitações, da Procuradoria Municipal e da Secretaria de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo, com foco específico nos regimes de execução de contratação semi-integrada e integrada em obras públicas, sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021.
Contratada: QUALIGE - QUALIDADE EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.548.287/0001-91.
Valor global contratado: R$ 197.400,00 (cento e noventa e sete mil e quatrocentos reais).
Fundamento legal: Art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/21.

Inexigibilidade nº 077/2026. Processo Administrativo n° 166/2026.
Objeto: Chamamento Público de fornecedores e recebimento das propostas de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações e quantitativos no Anexo I - Termo de Referência.
Tipo: Credenciamento
Recebimento das propostas: A partir de 15 de setembro de 2026 até 18 de setembro de 2026, por meio do link: https://irati.oxy.elotech.com.br/governo-digital/ ou diretamente no setor do protocolo junto ao Paço Municipal com o assunto Documentação para Credenciamento - Edital nº 077/2026.
Fundamento Legal: Lei Federal n° 14.133/2021
Editais disponíveis em: https://irati.eloweb.net/portaltransparencia/
Irati, 21 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Autoridade Competente

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:7CB27C2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 024/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2026
Procedimento Administrativo:035/2026
Licitacão/Número: Pregão Eletrônico:018/2026
OBJETO: contratação deempresa especializada para cobertura de seguro para veículos da Frota Municipal, por um período de 12 meses, com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em todo o território nacional.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ: 90.180.605/0001-02.
VALOR CONTRATADO: R$ 7.411,12 (sete mil e quatrocentos e onze reais e doze centavos).
DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 21 de agosto de 2027
FORO: Comarca de Andirá.

Itambaracá/Pr, 21 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:8C8BB254

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 025/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2026
Procedimento Administrativo:035/2026
Licitacão/Número: Pregão Eletrônico:018/2026
OBJETO: contratação deempresa especializada para cobertura de seguro para veículos da Frota Municipal, por um período de 12 meses, com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em todo o território nacional.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADO: Seguros Sura S/A, CNPJ nº 33.065.699/0001-27.
VALOR CONTRATADO: R$ 4.676,64 (quatro mil e seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).
DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 21 de agosto de 2027
FORO: Comarca de Andirá.
Itambaracá/Pr, 21 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:5C103F67

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DO PROCESSO 001/2026 DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DEESTÁGIOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ-PR

AMARILDO TOSTES, Prefeito do Município de **ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve,

TORNA PÚBLICO à CONVOCAÇÃO dos aprovados abaixo relacionados, para comparecer perante ao **DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA**, sito à rua Av. Interventor Manoel Ribas, 06 - CEP 86375-000 - Itambaracá – Paraná (43) 3543-1224, dentro do prazo de**05 (cinco) dias úteis** a partir da publicação deste edital.

ÁREA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

NOME	CURSO
Wellington Carlos De Oliveira Filho	Graduação Computação

Publique-se e Arquive-se.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 20 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:948F0C00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 327/2026

SÚMULA: Designa a servidora na função de Coordenadora da Rede Municipal Intersetorial de Atenção e Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, instituída pela Lei Complementar n° 002/2026, e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n° 002/2026 de 02 de junho de 1926; que tem a finalidade de assegurar a proteção integral e a efetivação dos direitos fundamentais e atuação junto a política de proteção social e sua participação nas ações voltadas à garantia de direitos das crianças e adolescentes;

R ES O L V E :

Art. 1º - Designar a servidora **KARINE SILA MAGALHÃES**, ocupante do cargo de **EDUCADOR SOCIAL,** matrícula nº 200904 lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, como **COORDENADORA da REDE MUNICIPAL INTERSETORIAL DE ATENÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**, instituída pela Lei Complementar n° 002/2026 de 02 de junho de 1926, para atuar junto a política de proteção social e sua participação nas ações voltadas à garantia de direitos das crianças e adolescentes;

Art. 2º - Compete à servidora designada:
a) Promover a articulação e integração das ações da Rede;
b) Convocar e coordenar reuniões ordinárias e extraordinárias;
c) Acompanhar e monitorar os casos atendidos;
d) Planejar e acompanhar a execução das ações;
e) Fomentar a cooperação entre os membros da Rede.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 20 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:150E9FEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 328/2026

SÚMULA: Designa e concede Função Gratificada de Entrevistador do Serviço de Escuta Especializada (SEE) prevista na Lei Ordinária nº 1.949/2023 e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei n° 1.949/2023 de 11 de abril de 2023; que criou o Serviço de Recebimento e Monitoramento de Denúncias de Violência contra Crianças e Adolescentes do Município de Itambaracá,

R ES O L V E :

Art. 1º - Designar a servidora **KARINE SILA MAGALHÃES**, ocupante do cargo de **EDUCADOR SOCIAL**, matrícula nº 200904 lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, como **ENTREVISTADOR DO SERVIÇO DE ESCUTA ESPECIALIZADA (SEE**) prevista na Lei Ordinária nº 1.949/2023,

Art. 2º - Compete à servidora:
I. Realizar a escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, observando os princípios do acolhimento humanizado e da proteção integral, conforme preconizado na Lei nº 1.949/2023;
II. Elaborar relatórios técnicos sobre o contexto da violência, estritamente limitados à finalidade de proteção social e provimento de cuidados, sem caráter probatório judicial;
III. Articular-se com a rede de proteção;
IV. Participar de capacitações continuadas sobre o tema, visando o aprimoramento do atendimento no SEE.

Art. 3º - Concede Função Gratificada por Desempenho de Atividade Especial na forma da Lei Complementar nº 005/2026.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 21 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:6F45BA87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

Ananias Soares Vieira, Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o teor do Edital n.º 001-C/2025 (Edital de Classificação Final),

RESOLVE:

1. CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado (PSS) aberto pelo Edital nº 001/2025, para comparecer junto à Unidade de Recursos Humanos, no Paço Municipal de Itambé/PR, sito à Praça Rui Barbosa, 34 – Centro, no prazo de 03 (Três) dias úteis a contar desta publicação, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, para fins de cumprimento do processo de admissão junto ao Poder Executivo desta municipalidade, ou, se do eventual desinteresse por parte do(a) mesmo(a), para fins de expedição de declaração formal de desistência na assunção do cargo público correspondente, munido de fotocópias dos documentos abaixo relacionado.

Documentos:
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no Conselho Regional de Classe e fotocópia e Certidão de regularidade do respectivo conselho;
d) Registro Civil de nascimento ou casamento e fotocópia;

e) Certificado de Reservista/Isenção e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhado da declaração de vacina da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pela Justiça Estadual e Federal, no local de residência do candidato;
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração.
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
q) cópia do comprovante do tipo sanguíneo;
r) Exames médicos e clínicos para avaliação de capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo, pela Perícia Médica Oficial ou por órgão devidamente indicado pelo Poder Público Municipal.

Cargo: Auxiliar de Creche

CANDIDATO(A)	DATA NASC.	CLASSIF.
LAILA CRISTINA DA SILVA FREITAS	21/04/1987	12º
CARLA NATHANE DOS SANTOS	17/09/1992	13º

O não comparecimento implicará na Desistência da Vaga.

2. A desobediência e/ou não comparecimento no prazo previsto no presente instrumento, acarretará as sanções previstas na legislação vigente disciplinadora da matéria, c/c ditames do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025.

Edifício da Municipalidade de Itambé, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de agosto de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:8AFFC355

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DESISTÊNCIA

REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO – PSS nº 001/2025 PARA O CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE

Eu, **SHIRLEY APARECIDA DELGADO DA SILVA,** portadora da cédula de identidade sob nº 7.203.xxx-x/PR e CPF 066.936.xxx-xx, brasileira, classificada para o cargo de Auxiliar de Creche, através do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, venho por minha livre e espontânea vontade **DESISTIR** da vaga a que tenho direito, deixando livre o cargo para o próximo candidato classificado.

Itambé-Pr., 21 de agosto de 2026.

SHIRLEY APARECIDA DELGADO DA SILVA
Desistente

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:0662EE9C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DESISTÊNCIA

REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO – PSS nº 001/2025 PARA O CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE

Eu, **STEFANIE DA SILVA MOLINARI,** portadora da cédula de identidade sob nº 14.424.xxx-x/PR e CPF 119.675.xxx-xx, brasileira, classificada para o cargo de Auxiliar de Creche, através do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, venho por minha livre e espontânea vontade **DESISTIR** da vaga a que tenho direito, deixando livre o cargo para o próximo candidato classificado.

Itambé-Pr., 21 de agosto de 2026.

STEFANIE DA SILVA MOLINARI
Desistente

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:B31D68AB

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO DE CONTRATO (PRAZO/VALOR)
COMPROMISSO DE FORNECIMENTO N.º 089/2024 - ID/TCE Nº 42798

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: ARASA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ Nº 85.012.581/0001-34

OBJETO: Através do presente termo as partes resolvem prorrogar o prazo de fornecimento até a data de 30/09/2026 e consequentemente o aditivo financeiro no valor de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), passando o valor global do Contrato de Fornecimento original para R$ 1.521.573,45 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil e quinhentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Pregão Eletrônico n° 19/2024.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 29/07/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

REPUBLICADO

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:15BC8354

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 133 2026 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
04.002.04.122.0010.2.006. MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL
715 - 3.3.90.39.00.00 03000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 30.000,00
754 - 3.3.90.40.00.00 03000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 30.000,00

04.002.04.122.0010.2.078. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE LICITAÇÃO
721 - 3.3.90.40.00.00 03000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 10.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS
URBANOS
06.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
06.002.15.452.0012.2.012. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E ATI`S
716 - 3.3.90.39.00.00 03000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 20.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.302.0003.2.064. MANUTENÇÃO DO POLO DA ACADEMIA DA SAÚDE
750 - 3.3.90.30.00.00 33494 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
10.002.08.243.0014.2.033. MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
765 - 3.3.90.30.00.00 351011 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
766 - 4.4.90.52.00.00 351011 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

12.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
12.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO
12.002.13.392.0015.2.047. MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA, TURISMO,
READEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO
767 - 3.3.90.30.00.00 03000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

12.002.13.392.0015.2.081. APOPIO A FESTA DE ANIVERSARIO DA CIDADE
768 - 3.3.90.39.00.00 03000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 13.000,00

Total Suplementação: 136.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:66CE66A4

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 134/26 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
06.002.04.122.0012.2.011. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARAGEM MUNICIPAL
139 - 3.3.90.30.00.00 01504 MATERIAL DE CONSUMO 12.000,00

06.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
06.003.15.452.0012.2.013. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
160 - 3.3.90.30.00.00 01504 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00

06.005.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇO RODOVIÁRIO
06.005.04.122.0012.2.015. MANUTENÇÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL
174 - 3.3.90.30.00.00 01504 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
09.001.20.606.0007.2.035. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
471 - 3.3.90.30.00.00 01504 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.08.244.0014.2.034. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
544 - 3.3.90.39.00.00 41011 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 5.000,00
Total Suplementação: 62.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita:1.7.1.2.52.41.00.00000000 Fonte: 1000 57.000,00
Receita:1.7.2.9.51.01.00.00000000 Fonte: 41011 5.000,00
Total da Receita: 62.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:DE39BCC3

GABINETE DO PREFEITO
RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2026

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2026

CONSIDERANDO o contido no artigo 127, da Constituição Federal, que dispõe ser "*o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";*

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 129, inciso II, da Carta Constitucional, bem como no artigo 120, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná, que atribuem ao Ministério Público a função institucional de *"zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia";*

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar o princípio da legalidade, devendo agir em conformidade com a lei e com o direito, sendo ilegais e não passíveis de efeitos os atos praticados em desconformidade com o ordenamento jurídico;

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO o contido nos autos de Procedimento Administrativo nº MPPR-0086.26.000040-0, que tem por objeto "*Procedimento Administrativo instaurado com a finalidade de acompanhar o cumprimento da Recomendação Administrativa expedida ao Município de Itambé/PR para disciplinar a contratação temporária de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, em conformidade com os*

parâmetros fixados no Acórdão n.º 1372/26 – Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.";

CONSIDERANDO que o Município de Itambé informou que o certame resultou na contratação em caráter excepcional e transitório para suprir afastamento de servidora efetiva, justificativa que encontra respaldo no **Acórdão n.º 1372/26 do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**1;

CONSIDERANDO, contudo, que a referida Corte de Contas, no item 2 da Ementa, fixou a inviabilidade da aplicação de lei municipal genérica de contratação temporária para Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, determinando a necessidade de lei municipal específica compatível com o regime especial dos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 11.350/2006;

o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, no exercício das suas funções institucionais estabelecidas nos artigos 127, caput, e 129, inciso II, da Constituição Federal, no artigo 120, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná, e com fulcro no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/1993), bem como nos ditames da Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, expede a presente:

1EMENTA: Consulta. Município de São João do Triunfo. Contratação temporária de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE). Processo Seletivo Simplificado.
1 - Contratação temporária de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias para suprimento de afastamentos legais de servidores efetivos – Admissibilidade excepcional. Regra geral de vedação prevista no art. 16 da Lei Federal nº 11.350/2006. Possibilidade, em tese, de contratação transitória para substituição de servidor afastado, em caráter excepcionalíssimo, desde que demonstrada a necessidade temporária de excepcional interesse público, vinculada a afastamentos prolongados que comprometam a continuidade do serviço, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e observados requisitos estritos (lei específica, processo seletivo público e limitação temporal ao afastamento do titular);
2 - **Aplicação de lei municipal genérica de contratação temporária aos ACS e ACE – Inviabilidade. Submissão dessas categorias a regime jurídico constitucional e legal específico (art. 198, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal; Lei Federal nº 11.350/2006). Insuficiência de norma geral (Lei Municipal nº 1.910/2019). Necessidade de lei municipal específica, compatível com o regime especial, inclusive quanto à observância dos requisitos dos arts. 6º e 7º da Lei nº 11.350/2006**;
3 - Invocação do risco de desassistência do serviço público e do princípio da continuidade da saúde – Admissibilidade restrita. Princípio da continuidade do serviço público que deve ser concretizado em harmonia com a regra do concurso público e com o regime jurídico especial da categoria, admitindo-se, excepcionalmente, a contratação temporária apenas para substituição transitória, vedada sua utilização como mecanismo ordinário de gestão de pessoal. Sessão 11/06/26 – Processo 706594/25 - Acórdão nº 1372/26 - Tribunal Pleno

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

ao **Município de Itambé** para que:

a) Promova a adequação da legislação municipal, encaminhando à Câmara Municipal projeto de lei específico destinado a disciplinar a contratação temporária de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, em conformidade com os parâmetros fixados no Acórdão n.º 1372/26 – Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, abstendo-se de utilizar a legislação genérica sobre contratações temporárias para futuros processos seletivos destinados a essas categorias.

b) Dê ciência do teor da presente Recomendação Administrativa ao Exmo. Sr. Prefeito, bem como ao Secretário Municipal de Saúde, colhendo-se de ambos recibo contendo nome, documento de identificação, cargo ou função e assinatura, a ser encaminhado a esta Promotoria de Justiça.

Requer-se, ainda, **ao Município de Itambé**, que:

1. No prazo de **10 (dez) dias**, envie comprovante de publicação da presente Recomendação em Diário Oficial e em sítio eletrônico; e,

2. No prazo de **30 (trinta) dias**, informe as providências adotadas para fiel cumprimento aos termos da presente Recomendação Administrativa.

Marialva, *data da assinatura eletrônica*.

SIDIKLEI ROSOLEN DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

Documento assinado digitalmente por **SIDIKLEI ROSOLEN DE OLIVEIRA, PROMOTOR DE JUSTICA ENTRANCIA FINAL** em 10/08/2026 às 15:06:15, conforme horário oficial de Brasília, com emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://apps.mppr.mp.br/ords/f?p=121:6 informando o código verificador **6977146** e o código CRC **1173212372**

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:6E5F689D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 349/2026 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias ao servidor **LUCAS MOTTIN COSTA ROSA,** portador da Cédula de Identidade RG **Nº *******139/PR,** CPF **Nº ********900,** matrícula **65261,** ocupante de Cargo de Comissão **GESTOR DO NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO**, referente ao Período Aquisitivo 2025 a 2026, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 14 de Setembro de 2026 a 23 de Setembro de 2026.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:6DE5FBDB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 369/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Licença sem vencimentos pelo prazo de até 3 (três) anos à servidora **ALINE FARIA PORTES DE FRANCA,** ocupante do cargo efetivo de **Professor,** portadora do **RG *******715/PR,** matrícula **40151.**

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:11A58B9C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 370/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **RUBIANE DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG **Nº *******537/PR,** CPF **Nº ********961,** matrícula **67821,** ocupante de Cargo de Comissão **GESTOR DO NÚCLEO DE GESTÃO DE TRIBUTOS**, referente ao Período Aquisitivo 2025 a 2026, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 09 de Setembro de 2026 a 18 de Setembro de 2026.

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:14F2EFED

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 366/2026 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 956/2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **ELISANGELA LEAL GUIMARAES**, portadora do RG Nº ******835/PR**, CPF Nº ********951**, matrícula Nº **45441**, ocupante do cargo efetivo de **Técnico Administrativo**, a redução de sua carga horária de **50% (cinquenta por cento)** de sua jornada de trabalho.

Art. 2º Durante o período de vigência da redução de carga horária, a servidora cumprirá jornada de trabalho correspondente ao percentual fixado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:B39DFAE8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 367/2026 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 956/2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **JOCIANE APARECIDA COSTA ROSA**, portadora do RG Nº ******501/PR**, CPF Nº ********930**, matrícula Nº **39071**, ocupante do cargo efetivo de **Educador Infantil**, a redução de sua carga horária de **25% (vinte e cinco por cento)** de sua jornada de trabalho.

Art. 2º Durante o período de vigência da redução de carga horária, a servidora cumprirá jornada de trabalho correspondente ao percentual fixado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:6D53BF83

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 368/2026 DE 13 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º - Exonerar a pedido a partir desta data, a servidora **MICHELI CRISTINE GASPARIM,** portadora do RG **Nº *******330/PR,** CPF **Nº ********956,** matrícula **39121,** aprovada no Concurso Público Resolução 001/2015 para o cargo Efetivo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.**

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:D0A4FBFC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 371/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Fica readequado o cargo do servidor **DIOGO DOS SANTOS MAJOR,** portador do RG **Nº *******629/PR,** sob o número de matrícula **68251**, nomeado através da Portaria Nº 627/2025, para ocupar o cargo de **GESTOR DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS,** simbologia CC-08, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:43D02E5A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 372/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Fica readequado o cargo do servidor **ERMELINO GONCALVES FILHO,** portador do RG **Nº *******711/PR,** sob o número de matrícula **65351**, nomeado através da Portaria Nº 85/2025, e readequado pela Portaria Nº 299/2025 e pela Portaria Nº 372/2025, para ocupar o cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EVENTOS,** simbologia CC-02, junto a Secretaria Municipal de Comunicação Social e Eventos.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:3CD19E99

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 373/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Nomear a partir desta data, **KARIELLY STRESSER DE CASTRO,** portadora do RG **Nº *******307/PR,** CPF **Nº ********903,** sob o número de matricula **69561** para o cargo de provimento em Comissão de **GESTOR DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECÍFICOS**, Nível Base, percebendo a remuneração da simbologia CC-08, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, em conformidade com a Lei Nº 905 de 17 de Março de 2025.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:43E46FEA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 374/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Nomear a partir desta data, **THIAGO MOCELIN BERNARDO,** portador do RG **Nº *******439/PR,** CPF **Nº ********924,** para o cargo de provimento em Comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,** sob o número de matrícula **69571**, percebendo a remuneração da simbologia CC-02, junto a Secretaria Municipal de Comunicação Social e Eventos, em conformidade com a Lei Nº 905 de 17 de Março de 2025.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:079E6492

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 377/2026 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Nomear a partir desta data, **NADIELE DOS SANTOS,** portadora do RG **Nº *******358/PR,** CPF **Nº ********900,** sob o número de matricula **69661** para o cargo de provimento em Comissão de **GESTOR DO NÚCLEO DE CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**, Nível Pleno, percebendo a remuneração da simbologia CC-07, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com a Lei Nº 905 de 17 de Março de 2025.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:F6A1CC80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 194/2026

CONTRATO: Nº 194/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 54.322.844/0001-88
OBJETO: É OBJETO DESTE CONTRATO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE 08 (OITO) AUTOCLAVES PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SOB PRESSÃO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 (CINQUENTA) LITROS E ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V, DESTINADAS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPERUÇU.
DO VALOR: R$52.335,84 (CINQUENTA E DOIS MIL E TREZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 18 DE AGOSTO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:5E5C0DF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 196/2026

CONTRATO: Nº 196/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: WOLNEY RUTH SANTANA & CIA LTDA.
CNPJ: 07.516.225/0001-44.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA (CONSERTO, MONTAGEM, RODIZIO DE PNEUS, VULCANIZAÇÕES E TROCA DE BICOS), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, PARA VEÍCULOS LEVES, PESADOS E MÁQUINAS.
DO VALOR: R$ 454.800,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 19 DE AGOSTO DE 2026
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:2D834EE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 252/2025 - PRAZO

CONTRATO Nº 252/2025
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO Nº 112/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
CNPJ: 02.068.549/0001-43.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE TUBOS DE CONCRETO E ARTEFATOS DE CIMENTO."
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, COM INÍCIO EM 03 DE OUTUBRO DE 2026 E TÉRMINO EM 02 DE OUTUBRO DE 2027
DATA DA ASSINATURA: 18 DE AGOSTO DE 2026

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:B51822AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°58/2025 - REAJUSTE

CONTRATO: Nº 58/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 05/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: CLESA SERVIÇOS GERAIS LTDA
CNPJ: 36.756.504/0001-83
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, DE NATUREZA CONTÍNUA NAS FUNÇÕES DE: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MOTORISTA CATEGORIA B, MOTORISTA CATEGORIA C, MOTORISTA CATEGORIA D E GUARDIÃO NOTURNO**, INCLUINDO MÃO DE OBRA, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU-PR.
DO VALOR: *R$* 253.238,85 (DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E TRINTA E OITO REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 20 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:CFC067AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 189/2022 - RENOVAÇÃO

CONTRATO Nº 189/2022
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 081/2022
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: CLESA SERVIÇOS GERAIS LTDA.
CNPJ: 36.756.504/0001-83
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS PARA ATENDER TODA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO"
DO VALOR: R$ 1.314.240,00 (UM MILHÃO, TREZENTOS E QUATORZE MIL, DUZENTOS E QUARENTA REAIS).
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, COMPREENDIDO ENTRE 26 DE SETEMBRO DE 2026 E 25 DE SETEMBRO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 20 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:34565D49

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 93/2026, 19 DE AGOSTO DE DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar a Gratificação de Coordenação 20% (vinte por cento) a servidora **Eliane da Silva Reis**, portadora do RG: 798***43, Matrícula: 39041 ocupante do cargo de professor Educador com Pós Graduação.
Art.3º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:F6DA640A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 94/2026, 19 DE AGOSTO DE DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º- Em razão do processo de sindicância n° 01/2026, fica nomeada a servidora pública **Eliane da Silva Reis**, portadora do RG: 798***43 , Matrícula: 39041 ocupante do cargo de professor Educador com Pós Graduação, na condição de diretora escolar interina.
Art. 2º- Conceder a Função Gratificada de 50% (inquenta por cento) para servidora.

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:9310564C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA – PARA O EXERCÍCIO DE 2027

C O N V I T E

A Administração Municipal de Itaúna do Sul - PR, CONVIDA a população para Audiência Pública que se realizará no dia 27 de agosto de 2026 às 15h00min no Prédio da Câmara Municipal, para demonstração do Projeto de Lei da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2027, em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 e da Lei Orgânica do Município de Itaúna do Sul – PR.

Itaúna do Sul - Pr, 21 de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:BE0A3AD3

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
DECRETO 97/2026

DECRETO N° 097/2026
de 21 de agosto de 2026

SÚMULA: Dispõe sobre Autorização do Poder Executivo Municipal em abertura de crédito adicional Suplementar por Anulação de Dotação na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.677/2025, e sobre a alteração da meta de trabalho na Lei Municipal nº 1.676/2025 do PPA 2026 a 2029, e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº 1.651/2025, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GOIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.677/2025 de 18 de novembro de 2025 e pela Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964.

DECRETA

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no valor de R$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais), na seguinte dotação:

04000:- SEC. DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
04001:- DIRETORIA EXECUTIVA DE OBRAS, VIAÇÃO, SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
04001:2678200052.040 – Gestão das Atividades da Diretoria Executiva de Obras, Viação e Serviços de Desenvolv
300000:- DESPESAS CORRENTES
310000:- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000:- APLICAÇÕES DIRETAS
319004:- Contratação por Tempo Determinado Civil (Ficha 249).....R$ 10.000,00
TOTAL .....R$ 10.000,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
05000:- SECRETARIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
05001:- DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE
05001:1854100051.017 – Contrato COMAFEN Conv. 4500075650 Itaipu - Binacional
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
447200:- EXEC. ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS
447251:- Obras e Instalações (Ficha 290)..... R$ 5.000,00
447252:- Equipamentos e Material Permanente (Ficha 291)..... R$ 5.500,00
TOTAL..... R$ 10.500,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR..... R$ 20.500,00

Art. 2º - Para utilização do Crédito Adicional SUPLEMENTAR, disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o cancelamento no valor de R$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

03000:- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03005:- DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMNISTRAÇÃO
03005:2884300030.022 – Amortização da Dívida do FUNPREMISUL
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
460000:- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA
469000:- APLICAÇÕES DIRETAS
469171:- Principal da Dívida Contratual Resgatado (Ficha 160)..... R$ 20.500,00
TOTAL ..... R$ 20.500,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

TOTAL DO CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO..... R$ 20.500,00

Art. 3º Sejam realizadas as modificações orçamentárias, conforme descritas nos artigos 1º e 2º deste Decreto, estão previstas no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual LOA nº 1.677/2025, as alterações abrangerá o PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Nº 1.676/2025

e suas alterações com vigência nos exercícios de 2026 a 2029, e na LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal Nº 1.651/2025 com vigência para o exercício de 2026.

Art. 4º Este Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 31 de julho de 2026.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (21/08/2026).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:AFC903EA

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 326/2026

PORTARIA Nº 326/2026

SÚMULA: Concede prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde a servidora Izabel Ferreira Crispim, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 085/90; **considerando** o atestado médico apresentado pela Servidora; **considerando** os artigos 81 a 86, da Lei Municipal 085/90, de 18 de dezembro de 1990, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde, a servidora Izabel Ferreira Crispim, matrícula nº 237, CPF 055.0**.***-24, com o cargo efetivo de Auxiliar de Laboratório, lotada no Laboratório Municipal – Diretoria Executiva de Saúde

Art. 2º A prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde ora concedida, será no período de 20/08/2026 a 18/09/2026, totalizando 30 (trinta) dias conforme atestado médico, podendo ser alterada mediante parecer conclusivo da junta médica ou do médico perito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretora Executiva de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:A291E0A1

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 327/2026

PORTARIA Nº 327/2026

SÚMULA: Concede Gratificação de Responsabilidade para membro do Conselho Fiscal do RPPS do Município de Itaúna do Sul prevista na Lei Municipal nº 1681/2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto nos artigos 26, 27, 30, 33 e 35 da Lei Complementar Municipal nº 1440/2021, bem como a Lei Municipal nº 1681/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor Marcos Aurelio Fioramonte da Silva, matrícula nº 728, ocupante do cargo efetivo de Motorista, a Gratificação de Responsabilidade, na condição de membro titular do Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Itaúna do Sul.

Art. 2º A gratificação será paga enquanto o servidor permanecer no exercício das funções previstas na Lei Municipal nº 1681/2025, correspondendo ao valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da menor referência de vencimento prevista no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Município, conforme art. 2º, §1º, inciso II da Lei Municipal nº 1681/2025.

Parágrafo único – Sobre a gratificação não incidirá contribuição previdenciária e ela não será incorporada aos vencimentos, nem integrará cálculo de aposentadoria ou pensão, nos termos do §4º do art. 2º da mesma Lei.

Art. 3º A percepção da gratificação está condicionada ao cumprimento das obrigações legais inerentes ao cargo, especialmente:

I – Observância das atribuições previstas em lei e regulamentos;
II – Manutenção das certificações obrigatórias, quando exigidas pela legislação federal e municipal.

Art. 4º A gratificação poderá ser revista ou revogada a qualquer tempo, mediante descumprimento das condições legais ou ausência não justificada às reuniões, conforme §5º do art. 2º da Lei Municipal nº 1681/2025.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretora Executiva de Administração

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:8381D53E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 191/2026 LICITAÇÃO N° 044/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2026

Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, LOTE – 05 E 08.
CONTRATADA: KARLA KAROLINE FONTES MENESES
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 4.800,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 20/08/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante Legal: Karla Karoline Fontes Meneses

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:D3A01362

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 196/2026 LICITAÇÃO N° 044/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2026

OBJETO: Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para a Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, LOTE – 04.
CONTRATADA: CIPAUTO VEICULOS LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 314.899,98
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 20/08/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante Legal: Paulo Roberto Pedrollo Junior

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:FF688994

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 196/2026 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 043/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

OBJETO: Aquisição de veículos para transporte sanitário, sendo veículos básicos, utilitários e vans, pela Prefeitura Municipal de Ivaí – PR, LOTE – 4.
CONTRATADA: CIPAUTO VEICULOS LTDA.
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 314.899,98,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 20/08/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO PEDROLLO JUNIOR –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:332691EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 106, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA - Concede Aposentadoria Voluntária pela Regra de Transição por Pontuação – Professor à servidora Maria Vanilde Dutra Alves e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº045/2022,

DECRETA:-

Art. 1º Fica concedida, a partir de 21 de agosto de 2026, à servidora MARIA VANILDE DUTRA ALVES, matrícula nº 74, inscrita no CPF 791.xxx.999-xx, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, integrante do quadro de servidores do Município de Ivatuba, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO POR PONTUAÇÃO – PROFESSOR, com fundamento no art. 49, §§ 4º e 5º, da Lei Complementar Municipal nº 045/2022.

Art. 2º Os proventos da aposentadoria serão integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração da servidora no cargo efetivo, nos termos do art. 49, § 6º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 045/2022, fixados inicialmente em R$ 5.175,63 (cinco mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

Art. 3º Os proventos serão revistos pelo critério da paridade, na mesma proporção e na mesma data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade abrangidos pela respectiva legislação, nos termos do art. 49, § 7º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 045/2022, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 4º O benefício previdenciário será custeado pelo Fundo de Previdência Municipal de Ivatuba – FPMI, observadas as disposições da legislação previdenciária municipal aplicável.

Art. 5º Em decorrência da concessão da aposentadoria, fica declarada a vacância do cargo efetivo ocupado pela servidora, na forma da legislação municipal aplicável.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENEZ ALVARES, aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:67680754

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, através do presente Edital, e com base no resultado final do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, **CONVOCA** as candidatas abaixo relacionada, aprovadas e classificadas, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, na Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivatuba, localizada na Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba-PR, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, a fim de apresentar a documentação necessária para contratação, conforme previsto no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Cargo: Professora (temporário)		
Classificação	**Nº Inscrição**	**Nome**
30º	043	Giovanna Caroline Alves Pinha

A candidata convocada deverá apresentar original e cópia ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

Documentos FASE 1 – APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:
Títulos/documentos para comprovação dos critérios de escolaridade, aperfeiçoamento e experiência (conforme edital), informados na Ficha de Inscrição;

Documentos FASE 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
Carteira de identidade (RG);
CPF;
Título de eleitor;
Comprovante de quitação eleitoral;
Carteira de trabalho e previdência social - CTPS;
Número do PIS/PASEP;
Certidão de nascimento ou casamento;
Prova de quitação com o serviço militar para o convocado do sexo masculino;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e registro no conselho da Classe quando houver;
Certidão de nascimento dos filhos, menores de 21 anos, quando houver;
Comprovante de residência;

Atestado de antecedentes civis e criminais, fornecido pelo Cartório do Distribuidor do FÓRUM;
Comprovante de aptidão física e mental;
Uma foto 3X4 recente;
Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar;
Declaração de não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos;
Outros documentos exigidos no edital do processo seletivo.

O não comparecimento no prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação exigida e demais fatos enumerados no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, implicará na perca da colocação original de classificação e será a convocado remetido para o fim da respectiva lista de classificados, exceto comprovante de escolaridade, que resultará em exclusão do candidato. Serão considerados desistentes aqueles que estiverem enquadrados nas hipóteses previstas no Item 14 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA, aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:7ACBD46F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Referência: Dispensa de Licitação nº 031/2026 Processo nº 1135/2026

A Prefeitura Municipal de Ivatuba/PR torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objetivo: **Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de carreta para o transporte de bicicletas,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital.

Visando atender o disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 14.333/2021 abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.

Data e horário limite para apresentação das propostas:	Data: **26/08/2026** Entrega física: até às 17h (horário de expediente) Envio em endereço eletrônico: até às 23h59min.
Referência de Horário:	Horário de Brasília – DF.
Endereço eletrônico e físico para entrega da proposta	E-mail: licita@ivatuba.pr.gov.br e/ou ivatubalicitacao@gmail.com. Protocolo (Licitação): Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba/PR, CEP: 87.130-000.

Edital, modelo de proposta e este aviso podem ser visualizados no site oficial municipal, sendo https://ivatuba.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes a partir de 24 de agosto de 2026.

Ivatuba/Pr, 21 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:5718BEEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Referência: Dispensa de Licitação nº 032/2026 Processo nº 1778/2026

A Prefeitura Municipal de Ivatuba/PR torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objetivo: **Contratação de pessoa jurídica, para o fornecimento de bolsas de colostomia, conforme as especificações médicas prescritas para atendimento de paciente deste Município que necessita do referido material de forma contínua,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital.

Visando atender o disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 14.333/2021 abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.

Data e horário limite para apresentação das propostas:	Data: **26/08/2026** Entrega física: até às 17h (horário de expediente) Envio em endereço eletrônico: até às 23h59min.
Referência de Horário:	Horário de Brasília – DF.
Endereço eletrônico e físico para entrega da proposta	E-mail: licita@ivatuba.pr.gov.br e/ou ivatubalicitacao@gmail.com. Protocolo (Licitação): Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba/PR, CEP: 87.130-000.

Edital, modelo de proposta e este aviso podem ser visualizados no site oficial municipal, sendo https://ivatuba.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes a partir de 24 de agosto de 2026.

Ivatuba/Pr, 21 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:E2220F69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 028/2026-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente ADMILSON DONIZETI RIBEIRO, inscrita no CNPJ nº. 07.562.947/0001-35, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma, recuperação, confecção e substituição de estofamentos em mobiliários da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo materiais e mão de obra, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 028/2026-PMI, no valor de R$ 6.959,36 (seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos).

Ivatuba/Pr, 21 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:10B2BCB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 89/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
C.N.P.J. 75.457.341/0001-90
Av. Minas Gerais Nº 220
Decreto nº 89/2026 de 20/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 16/2026 de 18/08/2026.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 119.422,87 (cento e dezenove mil quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos Excesso de Arrecadação, verificado a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso IV, da Lei Federal nº 4.320/64:

SUPLEMENTAÇÃO			
08		**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**	
08.020		**DIVISÃO DE CULTURA**	
08.020.13.392.0012.2.230		**Manutenção das Atividades da Lei Adir Blanc – LEI Nº 14.399/2022**	
993 - 3.3.50.43.00.00	1063	SUBVENÇÕES SOCIAIS	15.623,59
994 - 3.3.60.45.00.00	1063	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	15.623,58
991 - 3.3.90.36.00.00	1063	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.900,00
992 - 3.3.90.39.00.00	1063	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	81.275,70
		Total.....:	**119.422,87**
Excesso de Arrecadação:			
Receita: 1.7.1.9.60.0.1.0.0.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - LEI N 14.399/2022 - PRINCIPA			119.422,87
Total:			**119.422,87**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã , em 20 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lana Taiane Cruz
Código Identificador:26F09FDF

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 120/2026.

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promoverá licitação na modalidade Pregão Eletrônico através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS PARA EVENTOS.

Local e Data do Credenciamento e da Realização Do Pregão: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **24 de agosto de 2026** até às 08h20m do dia **09 de setembro de 2026**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08h30m do dia **09 de setembro de 2026**.

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 21 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:91CA7C8F

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA N° 009/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026.

Objeto: REVITALIZAÇÃO E REFORMA DA PRAÇA SÃO JOSÉ DOS BANDEIRANTES COM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA; DEMOLIÇÕES, FUNDAÇÕES; ESTRUTURAS; ALVENARIA, DIVISÓRIA, MUROS E FECHOS; COBERTURA; ESQUADRIAS, ACESSÓRIOS, VIDROS E ESPELHOS; INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, REVESTIMENTOS, IMPERMEABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS; PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO, PAISAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS; LIMPEZA FINAL E DEMAIS ITENS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM PROJETO.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta da empresa vencedora, conforme segue:

FORNECEDOR: CONSTRUAST ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 32.066.937/0001-56
Valor do contrato: R$ 2.890.010,00 (Dois milhões, oitocentos e noventa mil e dez reais).

Valor Total desta Concorrência: R$ 2.890.010,00 (Dois milhões, oitocentos e noventa mil e dez reais).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:195ECB30

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO– EDITAL 001/2025

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA com base no edital nº 001/2025 de 24/02/2025, para o ingresso no Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 047/2025 de 17/04/2025, prorrogado pelo Decreto nº 035/2026 de 07/04/2026, a candidata abaixo relacionada:

ENFERMEIRO /40 HRS
ADRIANA CRISTINA GERVASIO

A convocada acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 24/08/2026 a 28/08/2026, munida dos seguintes documentos original e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

- RG e CPF.
- Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4 atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência e N.º. de Telefone.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (1- Federal /DPF, 2- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e 3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia)

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Declaração de recebimento ou não de proventos de aposentadoria junto ao INSS e a espécie do benefício, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado)

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 21 de agosto de 2026.

_____
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:667B4EE6

GOVERNO MUNICIPAL
LEI 16/2026

LEI Nº 016/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a incluir ação no Plano Plurianual – PPA, instituído pela Lei Municipal nº 21/2025, para o quadriênio 2026-2029, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, instituída pela Lei Municipal nº 32/2025, e na Lei Orçamentária Anual – LOA, instituída pela Lei Municipal nº 42/2025, para o exercício de 2026, bem como autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente do Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, no valor de R$ 119.422,87 (cento e dezenove mil, quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos).

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL PROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE
LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a inclusão de ação no Plano Plurianual – PPA do Município de Jaguapitã, instituído pela Lei Municipal nº 21/2025, para o quadriênio 2026-2029, conforme detalhamento a seguir:

PROGRAMA: PROMOÇÃO DA CULTURA E IDENTIDADE LOCAL			
Nº	**AÇÃO**	**FUNÇÃO**	**SUB-FUNÇÃO**
2.230	Manutenção das Atividades da Lei Aldir Blanc – LEI Nº 14.399/2022	13 – Cultura	392- Difusão Cultural

UNIDADE	**08-020 – DIVISÃO DE CULTURA**				
TIPO	**PRODUTO**	**ANO**	**META**	**VALOR**	**FONTE**
Atividade	Manutenção das Atividades da Lei Aldir Blanc – LEI Nº 14.399/2022	2026	1	119.422,87	1.063
				119.422,87	

Art. 2º - Fica incluído nos anexos da Lei nº 32/2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2026, a seguinte ação:

PROGRAMA: PROMOÇÃO DA CULTURA E IDENTIDADE LOCAL					
AÇÕES	**PRODUTO**	**UN DE MED**	**META**	**VALOR**	**FON**
Manutenção das Atividades da Lei Aldir Blanc – LEI Nº 14.399/2022	Manutenção das Atividades da Lei Aldir Blanc – LEI Nº 14.399/2022	MANUTENÇÃO	GLOBAL	119.422,87	1.063
SOMA				**119.422,87**	

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento Geral do Município de Jaguapitã, para o exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 42/2025, **crédito adicional especial** no valor de **R$ 119.422,87 (cento e dezenove mil, quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos)**, destinado à inclusão da seguinte dotação orçamentária:

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E TURISMO**	
08.020	**DIVISÃO DE CULTURA**	
08.020.13.392.0012.2230	Manutenção das Atividades da Lei Aldir Blanc – Lei nº 14.399/2022	
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais – Cód. 993	15.623,59
3.3.60.45.00.00	Subvenções Econômicas – Cód. 994	15.623,58
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica – Cód. 991	6.900,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica – Cód. 992	81.275,70
1.063	**Transferências da política nacional Aldir Blanc de fomento à Cultura - LEI Nº 14.399/2022**	
TOTAL		**119.422,87**

Art. 4º Para cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 3º, serão utilizados os recursos provenientes do **excesso de arrecadação**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, decorrentes das transferências de recursos da União com fundamento na Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, conforme a seguinte receita:

RUBRICA	FONTE	VALOR
1.7.1.9.60.0.1.00.00.00.00.00.	1063 - Transferências da política nacional Aldir Blanc de fomento à Cultura - LEI Nº 14.399/2022 -	119.422.87
	TOTAL	**119.422.87**

Artigo 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lana Taiane Cruz
Código Identificador:0A8627D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 190 - 2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 190/2026
ID CONTRATO 2323

PROCESSO ADM 97/2026
CERTAME DISPENSA Nº 52/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM OLINDA
CONTRATADA: ATHILIO A FERRAREZI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FISICA DEVIDAMENTE CREDENCIADO JUNTO AO CREF PARA COMPOR A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (EMULTI), FORTALECENDO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, PREVENÇÃO DE DOENÇAS E REABILITAÇÃO NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR.

DO VALOR TOTAL: R$ 10.800,00 (DEZ MIL E OITOCENTOS REAIS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RED. 688 – 05.002.10.301.0500.2106.3.3.90.39.00.00 - 10000 - SERV. TERC. PESSO JURIDICA
RED. 336 – 05.002.10.301.0500.2106.3.3.90.39.00.00 - 10303 - SERV. TERC. PESSO JURIDICA

DA VIGÊNCIA: 20 DE AGOSTO DE 2026 A 20 DE DEZEMBRO DE 2026.
DO FISCAL DE CONTRATO: MANOEL RODRIGUES DA SILVA
DO FORO: FORO DA COMARCA DE PARANACITY PR.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:58056139

LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA 52 - 2026

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52 - 2026
Processo Administrativo nº **097/2026**

***WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA**, Prefeito Municipal de Jardim Olinda, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, especialmente pelo inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/21, e:*

Considerando o Documento de Formalização de Demanda do Diretor do Departamento de Saúde, em que justificadamente solicita a contratação da empresa **ATHILIO A FERRAREZI ME** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FISICA DEVIDAMENTE CREDENCIADO JUNTO AO CREF PARA COMPOR A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (EMULTI), FORTALECENDO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, PREVENÇÃO DE DOENÇAS E REABILITAÇÃO NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR,** Informo que o valor estimado para a contratação em questão é de **R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)**, conforme proposta constante dos autos;

Considerando que foi procedida a realização de pesquisa de preços atestando que os valores da pretensa contratação refletem os praticados pelo marcado bem como haver saldo orçamentário suficiente para a despesa, conforme atestado pela Divisão de Contabilidade;

Considerando finalmente que o Agente de Contratação e a Assessoria Jurídica opinaram por ser dispensável a realização de licitação, **resolve:**

AUTORIZAR a contratação da empresa **ATHILIO A FERRAREZI ME** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FISICA DEVIDAMENTE CREDENCIADO JUNTO AO CREF PARA COMPOR A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (EMULTI), FORTALECENDO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, PREVENÇÃO DE DOENÇAS E REABILITAÇÃO NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR,** Informo que o valor estimado para a contratação em questão é de **R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)** por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** em conformidade com o disposto no art. 75 inciso II, da Lei nº 14.133/21, nos termos constantes dos autos.

Sem prejuízo:

a) proceda-se o devido registro da dispensa;
b) certifique-se a existência de débitos de natureza tributária e não tributária em nome da empresa junto a Divisão de Tributação;
c) convoque-se a empresa para assinatura do contrato no prazo legal, devendo apresentar as certidões negativas relativas à sua regularidade fiscal nos termos do § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/21;
d) publique-se este ato nos termos do Parágrafo único do art. 72 c.c. inciso I do Parágrafo único do art. 176 ambos da Lei nº 14.133/21.

Jardim Olinda, 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:F328AC0F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
LEI Nº 824/2026

SÚMULA. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INCLUIR AÇÃO E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, SR. PAULO ROBERTO PEDRO, no uso de suas Atribuições Legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e o Executivo Municipal sancionou a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e abrir no Orçamento Geral do Município de Jundiaí do Sul, para o exercício de 2026, Crédito Adicional Especial no valor de R$

15.000,00 (quinze mil reais), destinado à criação da ação "Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo".

Art. 2º Fica incluída a seguinte dotação orçamentária:

Prog. Funcional	Orgão	Fonte	R$
14.000.00.000.0000.0000	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
14.001.08.245.0030.2096	Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo		
4870 – 3.3.90.14.00.00	DÍARIAS - CIVIL	000	2.000,00
4871 – 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	000	5.000,00
4872 -3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	4.000,00
4873 – 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	000	4.000,00

Art. 3º O objetivo da ação será garantir a execução e o acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto, por meio de atendimento técnico, orientação familiar e articulação da rede de proteção social, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

Art. 4º Como recurso para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado pela presente Lei, será utilizada a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64:

Prog. Funcional	Órgão	Fonte	R$
14.000.00.000.0000.0000	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
14.001.08.244.0030.2068	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
3910 – 3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	000	5.000,00
14.001.08.243.0030.2059	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR E CMDCA MUNICIPAL		
3520 – 3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS – CIVIL	000	2.000,00
3550 – 3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	4.000,00
14.001.08.244.0010.2063	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
3770 – 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		4.000,00

Art. 5º Altera-se as Leis 800/2025 (PPA), 801/2025 (LDO) e 802/2025 (LOA) para compatibilização desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, 21 de Agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:CC377D74

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 66/2024

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa **45.355.082 JUNIOR ANTONIO DE OLIVEIRA**, CNPJ 45.355.082/0001-25.

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo de prorrogação do PRAZO de vigência e reajuste contratual em sentido estrito do Contrato Original de Prestação de Serviços nº. 66/2024 – Dispensa de Licitação nº 026/2024, com autorização legal do 106 e 107 e 135 da Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, pelo período estimado de 12 meses.

OBJETO Constitui objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do Prazo de vigência e Reajuste de Preços do Contrato Original de Prestação de Serviços nº. 066/2024, com autorização legal do artigo 106 e 107 e 135 da Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com previsão na Lei Orçamentária nº 802/2025 de 22/12/2025.

VIGÊNCIA: Período estimado de 12 (doze) meses a contar do vencimento do contrato.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026

FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – PR, 21 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:18532D2A

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 111/2023

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná - CIEE

OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviços de agência de integração para estágio supervisionado a estudantes de cursos de educação profissionalizante e superior, na forma da Lei n° 11.788/08, da Lei n° 9.394/96.

ESPÉCIE: 3º *Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo*, referente ao *Contrato de Prestação de Serviços nº. 111/2023*, derivado do Pregão Eletrônico nº 24/2023, nos termos do *artigo 57, inc. II da Lei 8.666/93***,** permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do aludido contrato.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas despendidas com o cumprimento da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária com previsão na Lei e Resolução Orçamentária nº 802/2025 de 20/12/2025.

DATA DA ASSINATURA:31/07/2026

Jundiaí do Sul- PR, 21 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:B3C3F83B

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 146/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em conformidade com o Concurso Público Municipal nº 001/2025.

RESOLVE

NOMEAR a partir do dia 21 de agosto de 2026 a candidata aprovada abaixo relacionada:

CARGO: PROFESSORA DO ENSINO FUNDAMENTAL :

Amanda Rosa Gonçalves	**Inscrição:** 20251142889

Revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 21 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:E455C035

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
VALOR DA TERRA NUA (VTN) DO MUNICIPIO DA LAPA-PR ANO DE 2026

Os Valores da Terra Nua são para Fins de Declaração do Imposto Territorial Rural – ITR/2026

Lavoura Aptidão boa	Lavoura Aptidão regular	Lavoura Aptidão restrita	Pastagem Plantada	Silvicultura ou Pastagem Natural	Preservação da Fauna ou Flora
R$ **55.885,45**	R$ **38.237,41**	R$ **29.413,39**	R$ **24.437,06**	R$ **18.327,79**	R$ **12.218,53**

Dados sobre o levantamento:
• Responsável pelo Levantamento: Engº. Agrº. Giovanni MenegonFilippetti
• CPF do Responsável pelo Levantamento: CPF 067.633.691-40
• Registro Nacional do Profissional: CREA nº 1323102523
Descrição simplificada da metodologia:
Utilizaram-se os dados oficiais de valor venal contidos no Relatório do Atlas de Mercado de Terras - Ano Referência 2025 – INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ajustados para as aptidões agrícolas definidas na Instrução Normativa RFB nº 1.877, de 14 de março de 2019, por meio da Nota Agronômica: Lavoura aptidão boa (NA 0,760), Lavoura aptidão regular (NA 0,520), Lavoura aptidão restrita (NA 0,400), Pastagem Plantada (NA 0,320), Silvicultura ou Pastagem Natural (NA 0,240) e Preservação da Fauna e Flora (NA 0,160).
Os dados foram atualizados para 01 de janeiro de 2025 através do fator 1,131803527, obtido a partir da média da variação de preços de terras publicados pela Scot Consultoria (Relatório de Terras– números 38 e 41).
Para determinação do VTN (valor da terra nua) foi utilizado o fator 0,662691139, disponível em http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=14127.
Os resultados foram apresentados com a margem de arbitramento de 15% (quinze por cento) para mais ou para menos.]
Período de realização da coleta de dados:
• Início da realização de coleta: janeiro/ 2025
• Final da realização de coleta: outubro/ 2025

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:C365AABF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 203/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025 (PD Nº 31228/2024), QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2025
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28430, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
LOCADORA: RX LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 14.164.110/0001-01, REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. CARLOS CESAR RIGOLINO JUNIOR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, AMBULÂNCIAS E CAMINHÕES, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/CLÍNICA DE TERAPIAS ESPECIALIZADAS – LOTE 01 – ITEM 04, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES CONTADOS DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO NO PNCP, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021.
VALOR CONTRATUAL: R$ 44.656,92 (QUARENTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO AO COMPRAS Nº 1294/2026 (PD Nº 20381/2026) – ANEXO II
CÓDIGO REDUZIDO: 1397
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2548 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CLÍNICA DE TERAPIAS ESPECIALIZADAS - MÉDIA COMPLEXIDADE CTE
VÍNCULO: 496 – ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB
SUBELEMENTO: 3.339.039.999.900.000.000 - DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 31228/2024 E PROCESSO DIGITAL Nº 20381/2026 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 18/08/2026
DATA ASSINATURA: 21/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:388EBA75

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 368/2026

PORTARIA Nº 368/2026

SÚMULA: Nomeia servidor público para ocupar cargo em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear o servidor **BENOAR DA SILVA OLIVEIRA**, matrícula nº **287062**, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe de Divisão – Educação**, junto à Prefeitura Municipal de Laranjal – PR.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, em **21 de agosto de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:7B1E3E00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO-
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2026-PML
PROCESSO Nº. 120/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a eventual contratação de empresa especializada para a cobertura de seguro de veículos pesados e máquinas pertencentes à frota municipal, compreendendo retroescavadeiras, trator de esteiras, pá carregadeira, motoniveladora, caminhões e ônibus, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Agricultura, Meio Ambiente, Educação e Cultura do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 11 de setembro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 140.890,77 (cento e quarenta mil, oitocentos e noventa reais e setenta e sete centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 20de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:4C29AD19

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 114/2026 - PML

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2026-PML

DOCUMENTO: Inexigibilidade de Licitação nº 026/2026-PML.

PARTES: Município de Loanda e a empresa Eugenio & Marques Ltda

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do aparelho de Raio-X da marca Lotus Healthcare, modelo HF500M, incluindo diagnóstico, reparos, ajustes, testes de funcionamento e demais serviços necessários ao conserto e restabelecimento das condições normais de funcionamento do equipamento, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda - PR.

VALOR CONTRATUAL: O valor total da contratação é de R$ 62.077,00 (sessenta e dois mil e setenta e sete reais), conforme tabela a seguir:

Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Máx. Total. (R$)
1	Serviço de diagnóstico do equipamento de Raio-X Lotus HF500, incluindo deslocamento técnico, retirada do equipamento, avaliação completa e identificação das falhas e defeitos apresentados.	Serviço	1	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
2	Locação de equipamento de Raio-X para atendimento das necessidades do Hospital Municipal Dr. Seitugu Hirata, durante o período necessário à realização do conserto do equipamento próprio	Serviço	1	R$1.500,00	R$1.500,00
3	Conserto do equipamento de Raio-X Lotus, incluindo fornecimento e substituição do tubo de Raio-X e serviços de instalação, montagem e testes de funcionamento.	Serviço	1	R$30.677,00	R$30.677,00
4	Manutenção preventiva e corretiva do aparelho de Raio-X Lotus HF500, incluindo manutenção preventiva bimestral e manutenção corretiva sob demanda, conforme necessidade do equipamento	Mensal	12	R$2.200,00	R$26.400,00
VALOR TOTAL.....R$62.077,00					

PRAZO DE EXECUÇÃO: A contratação deverá contemplar, de forma integrada, os serviços de diagnóstico e conserto do equipamento próprio, incluindo as intervenções técnicas necessárias, instalação e substituição do tubo de Raio-X, quando constatada sua necessidade; locação temporária de equipamento para manutenção da continuidade do serviço; e manutenção preventiva e corretiva do equipamento Lotus HF500 pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado com base no art. 107 da Lei 14.133/21, onde serão devidamente reajustados de acordo com alíquota IPCA, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

FORO: Comarca de Loanda-Pr.

Loanda-Pr., em 19 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

EDILAINE CAVALCANTE DE MORAES
Eugenio & Marques LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:BCCDE8E8

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 19/2026 - CMDCA

RESOLUÇÃO 19/2026

Sumula - Dispõe sobre a alteração da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Loanda/PR, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal vigente, e
CONSIDERANDO a deliberação dos conselheiros em reunião ordinária realizada no dia 04 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição do Conselho em razão de substituições de representantes da sociedade civil e do Poder Público;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a substituição da representante da **Associação das Senhoras Rotarianas**, em razão do falecimento da conselheira **Iria Isabel Elerbrock**, passando a composição da entidade a ser a seguinte:
I – **Titular:** Jussara Mara Ramos Guerrero;
II – **Suplente:** Célia Esmeralda de Oliveira.
Art. 2º Aprovar a alteração da representação governamental, substituindo a **Secretaria Municipal de Administração e Finanças** pela **Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres**, ficando designadas as seguintes representantes:
I – **Titular:** Laudiceia Cardoso;
II – **Suplente:** Noely da Silva.
Art. 3º As alterações aprovadas por esta Resolução passam a integrar a composição oficial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, permanecendo inalteradas as demais representações.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Loanda, 04 de Agosto de 2026.

AMANDA CARLA FLORIANI DIAS PETTENUCI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:BC3374E8

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 19/2026 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 19/2026

Conselho Municipal de Assistência Social de Loanda – PR

Súmula: Dispõe sobre a aprovação da nova composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em conformidade com a Lei Municipal, e sobre a aprovação da exclusão de cadastros do Cadastro Único, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LOANDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 031/95, alterada pelas Leis nº 024/98 e nº 035/2011, que dispõem sobre a criação e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social, e

CONSIDERANDO a reunião ordinária realizada em 04 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da composição do Conselho às alterações promovidas na Lei Municipal que rege o CMAS;

CONSIDERANDO a apresentação realizada pela Coordenação do Programa Bolsa Família acerca dos cadastros desatualizados do Cadastro Único, cujos responsáveis foram previamente convocados para atualização cadastral, sem atendimento às notificações;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a nova composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em conformidade com a Lei Municipal vigente, mantendo a composição paritária de 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 06 (seis) representantes governamentais e 06 (seis) representantes da sociedade civil, distribuídos da seguinte forma:

I – Representação Governamental:

a) Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social:

• Membro Nato: Amanda Zandarin Fernandes de Miranda;
• Titular: Luiz Claudio Mendes Toledo;
• Suplente: Débora Brasilino.

b) Coordenação Municipal da Defesa Civil:

• Titular: Jean Bonfim;
• Suplente: Flávio Zangari.

c) Secretaria Municipal de Agricultura:

• Titular: Irineu José de Carvalho;
• Suplente: Heloisa Januário Vida.

II – Representação da Sociedade Civil:

a) Representantes das Entidades de Assistência Social:

• Amanda Carla Floriani Dias Petenucci;
• Sueli Augusti Lira;
• Valéria Paula da Silva Forner;
• Edson Paulo da Silva.

b) Representantes dos Trabalhadores do Setor:

• Vânia Farias da Costa;
• Izabella Aguiar Garcia;
• Gislaine da Silva Tosse Nakano;
• Eliane Buzulini de Lira.

c) Representantes dos Usuários:

• Marinalva dos Santos;
• Lindinalda dos Santos Torres;
• Luzia Gisele Alves dos Santos
• Angelita Antonia Macedo

Art. 2º Aprovar a exclusão dos cadastros do Cadastro Único apresentados pela Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família, considerando que os responsáveis foram previamente comunicados da necessidade de atualização cadastral e, mesmo após as convocações realizadas, não promoveram a regularização das informações, observadas as normas vigentes aplicáveis.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Amanda Carla Dias Floriani Pettenuci
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Loanda

Loanda/PR, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:A64DDEDC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº. 035/2025-L

CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 035/2026-L

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no Art. 8º da Lei Municipal nº 1.406/2019, com atualização determinada pela Lei nº 1.603/2025-L,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida às Servidoras **Renata Figueiredo dos Santos** e **Lilian Rute Cotrim de Souza** autorização para deslocamento à cidade de Curitiba/PR, nos dias 24 a 28 de agosto de 2026, onde participarão do curso **"I Semana ProGov de Auditoria Interna do Tribunal de Contas do Estado do Paraná".**

Art. 2º Fica deferida a concessão de 04 (quatro) diárias a cada Servidora, no valor total de R$ 2.880,00 (dois mil, oitocentos e oitenta reais), conforme previsto na Lei nº 1.603/2025-L.

Lobato-PR, 21 de agosto de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:53AEE0F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 77/2026 – PML PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Antônio Coletto, 1260, inscrita no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. **FÁBIO CHICAROLI.**

CONTRATADO: GIOVANE BENGOZI DE MARCHI LTDA, inscrita no CNPJ nº. 22.219.585/0001-78, estabelecida na Rua estabelecida na Rua Presidente Prudente, n°.460, Bairro: Centro, CEP 87.630-000, município de Atalaia, Estado Paraná.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
09.001	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	27.812.0016.2.042.3.3.90.39.00.00.00.00

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA, VISANDO ATENDER AS COMPETIÇÕES E EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MINICIPAL DE ESPORTE E LAZER.**
Valor máximo total deste contrato: R$= 170.909,00 (cento e setenta, novecentos e nove reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: 21/08/2026 até 21/08/2027.

LOBATO/PR., 21 de agosto de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:ADF46231

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 01/2026 – Dispensa nº 01/2026
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: **DIEIMS WILLIAMS DA SILVA – BELLINI EVENTOS, CNPJ: 12.237.288/0001-00**
Objeto: Contratação de empresa para alocação de Plataforma completa para transmissão ao vivo das Sessões Legislativas, Audiências Públicas, reuniões de Comissões e demais reuniões a serem realizadas na Câmara Municipal de Lupionópolis – PR, devendo a empresa disponibilizar a presença física de um técnico no local, dia e horário da transmissão para assessoramento, para atender as necessidades da Câmara Municipal**, por 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período**, com a finalidade de atender as necessidades do legislativo municipal**, no valor total de R$ 16.800,00.**
Vigência Contratual: 12 meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei.
Funcional Programática: 01.031.00012-001 – Manutenção das Atividades do Legislativo
33.90.40.57.00 – Serviços de processamentos de dados.
Data da assinatura: 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Michelle Angelini
Código Identificador:94ED42C4

GABINETE/SECRETARIA
ATA DE INSTALAÇÃO E REUNIÃO INAUGURAL DA COMISSÃO PROCESSANTE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2026

• **Portaria de Instauração:** Portaria Municipal nº 87/2026 (Gabinete do Prefeito)
• **Indiciado:** Gustavo Gonçalves Machado Vidal (Advogado Público Municipal, Matrícula nº 1152, em estágio probatório)

Objeto: Apuração de graves infrações ético-disciplinares, conflito de interesses absoluto, omissão dolosa de impedimento e desídia qualificada com prejuízo processual ao erário.

Às 10:00 horas do dia 21 de agosto de 2026, nas dependências do Prédio sede da Prefeitura Municipal de Lupionópolis, Estado do Paraná, reuniram-se os servidores públicos estáveis abaixo assinados, regularmente designados pela Portaria nº 87/2026 do Chefe do Poder Executivo, para compor a **Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2026**:

1. DA DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Declarando aberta a sessão inaugural, o Presidente da Comissão deu início formal aos trabalhos. Os membros presentes, de comum acordo, declararam a inexistência de qualquer causa de impedimento, suspeição ou conflito de interesses para atuarem no feito, nos termos exigidos pelo Artigo 34, §§ 5º, 6º e 7º, da Lei Municipal nº 16/2016. Em seguida, firmaram o Termo de Compromisso Legal, prometendo desempenhar suas atribuições com estrita independência, imparcialidade e sigilo, zelando pela busca da verdade real e pelas garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

2. DA ANÁLISE DOS AUTOS E ADMISSIBILIDADE PROCEDIMENTAL

A Comissão procedeu à leitura integral da Portaria de Instauração e do Relatório Circunstanciado de Infração Ético-Funcional nº 02/2026, elaborado pelo Prefeito Municipal.
Constatou-se que o indiciado, Gustavo Gonçalves Machado Vidal, ostenta a condição jurídica de servidor público em estágio probatório (não estável). Consequentemente, a Comissão deliberou, por unanimidade, que o presente procedimento disciplinar seguirá rigorosamente o rito especial e simplificado regulamentado no Capítulo IX, Artigos 113 a 115, da Lei Municipal nº 16/2016.

3. DA DECISÃO AUTÔNOMA E CAUTELAR DE AFASTAMENTO PREVENTIVO

Na sequência, os membros da Comissão debruçaram-se sobre a cláusula recomendatória contida no Artigo 3º da Portaria de Instauração e fundamentada no Item 5 do Relatório Circunstanciado.
Após detida análise dos indícios fáticos apresentados, a Comissão Processante, no uso de suas atribuições legais, colegiadas e autônomas, proferiu a seguinte deliberação acautelatória:

• O Risco à Instrução Processual: O indiciado, no exercício do cargo de Advogado Público Municipal (único advogado efetivo da municipalidade), possui amplas prerrogativas técnicas e credenciais ativas de acesso telemático ao sistema de tramitação processual judicial Projudi. A sua permanência física nas dependências da prefeitura e o controle das pastas processuais acarretariam fundado e iminente risco de interferência cibernética, manipulação de dados de sistemas, supressão de documentos internos e constrangimento sobre testemunhas (colegas de repartição que presenciaram a desídia e os incidentes de insubordinação).
• O Fundamento Legal do Afastamento: O Artigo 115, § 1º, da Lei Municipal nº 16/2016 outorga diretamente à Comissão Processante o poder-dever de afastar o servidor não estável durante a tramitação do processo. Esta medida cautelar encontra perfeita harmonia com o Artigo 58 da mesma lei, cujo escopo é resguardar a integridade da apuração sem que isso configure sanção disciplinar antecipada.
• A Preservação da Remuneração Integral: Em estrita observância à jurisprudência pacífica dos Tribunais pátrios (destacando-se os acórdãos do TJ-SP e do TJ-SC anexados aos autos), que vedam qualquer retenção financeira de caráter punitivo prévio como ofensa à presunção de inocência, a Comissão determina que o afastamento dar-se-á sem qualquer prejuízo de seus vencimentos integrais e vantagens habituais, incluindo a manutenção obrigatória do auxílio-alimentação por se tratar de verba de natureza nitidamente alimentar.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Fica determinado o AFASTAMENTO PREVENTIVO CAUTELAR do servidor indiciado Gustavo Gonçalves Machado Vidal pelo prazo determinado de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta decisão, com amparo no Artigo 115, § 1º, c/c Artigo 60, ambos da Lei Municipal nº 16/2016. Oficie-se imediatamente ao Secretário Municipal de Administração para que tome as devidas providências burocráticas e financeiras, garantindo o pagamento integral dos vencimentos e do auxílio-alimentação do indiciado durante o período de suspensão.

4. DAS DILIGÊNCIAS INICIAIS E CRONOGRAMA DE INSTRUÇÃO

Visando dar andamento célere e urgente ao feito, conforme preconizado pelo rito de estágio probatório e pela gravidade dos fatos, a Comissão delibera as seguintes medidas de instrução:

Notificação Inicial e Citação do Indiciado: Expeça-se mandado de notificação e citação ao indiciado Gustavo Gonçalves Machado Vidal, cientificando-o da instauração deste Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2026, bem como da decisão colegiada de seu afastamento preventivo imediato.

Entrega de Cópias de Instrução: Juntamente com o mandado de notificação, entregue-se ao indiciado cópia integral da Portaria de

Instauração, do Relatório Circunstanciado nº 02/2026 e desta Ata de Instalação.

Designação da Audiência de Interrogatório: Conforme determina o Artigo 115, inciso I, da Lei nº 16/2016, o primeiro ato processual de instrução da Comissão Processante consiste na oitiva do indiciado. Fica desde já designada a audiência de interrogatório do indiciado Gustavo Gonçalves Machado Vidal para o dia **28/08/2026**, às **9 horas**, a realizar-se no Gabinete do Chefe do Poder Executivo.

Abertura de Prazo de Defesa: O indiciado fica advertido de que, imediatamente após a realização de suas declarações na referida audiência, iniciar-se-á o prazo legal e preclusivo de 10 (dez) dias úteis para a apresentação de sua defesa escrita, oportunidade em que poderá juntar documentos e arrolar no máximo 2 (duas) testemunhas, nos termos do Artigo 115, inciso II, da Lei nº 16/2016.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a sessão, da qual eu, Ariadny Michelly Pelegrino de Campos, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por todos os membros desta Comissão Processante.

Lupionópolis/PR, 21 de agosto de 2026

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO:
GLAUCILENE AGOSTINHO - Presidente;
RAFAEL LUCAS MONTEIRO - Membro;
ARIADNY MICHELLY PELEGRINO DE CAMPOS - Secretária.

Publicado por:
Paulo Henrique Santos de Oliveira
Código Identificador:A570DA0D

GABINETE/SECRETARIA
LEI Nº 11/2026

Dispõe sobre a promoção da igualdade de gênero e a prevenção e o enfrentamento à violência política contra a mulher no âmbito do Município de Lupionópolis, Estado do Paraná, em consonância com a Lei Federal nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte

LEI:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui diretrizes municipais para a promoção da igualdade de gênero e para a prevenção e o enfrentamento à violência política contra a mulher no Município de Lupionópolis, Estado do Paraná, em conformidade com a Lei Federal nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, no âmbito das competências constitucionais municipais.
Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 14.192, de 2021.
Parágrafo único. Incluem-se nas condutas previstas no caput deste artigo, exemplificativamente:
I - Qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha por objetivo ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, dos direitos políticos;
II - Assédio, perseguição, ameaça, constrangimento, humilhação, difamação ou qualquer forma de violência direcionada a mulheres candidatas, eleitas, nomeadas ou no exercício de mandato, cargo ou função pública;
III - Divulgação de conteúdo misógino, discriminatório ou que incite violência contra mulheres em razão de sua atuação política.

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS

Art. 3º São diretrizes municipais para prevenção e enfrentamento à violência política contra a mulher:
I - Promover campanhas educativas e ações de conscientização em órgãos públicos, escolas e canais institucionais sobre respeito à igualdade de gênero e democracia;
II - Incentivar articulação e parcerias com órgãos da sociedade civil, justiça eleitoral e entidades de proteção aos direitos humanos para acompanhamento e orientação de vítimas;
III - Apoiar projetos e ações, inclusive por indicação ao Executivo, que garantam espaços seguros para participação feminina na política municipal;
IV - Fomentar debates, audiências públicas e eventos institucionais voltados ao fortalecimento da cidadania, combate à violência política e à ampliação da presença das mulheres nos espaços de decisão.

CAPÍTULO III
DO ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO
Art. 4º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a constituir comissão temática ou observatório consultivo, com as seguintes atribuições:
I - Acompanhar a implementação das diretrizes previstas nesta Lei;
II - Promover debates e estudos sobre violência política de gênero;
III - propor medidas legislativas e administrativas relacionadas à temática;
IV - Elaborar relatórios periódicos sobre a situação da participação política feminina no Município;
V - Articular-se com órgãos públicos e entidades da sociedade civil para intercâmbio de informações e boas práticas.
Parágrafo único. A comissão ou observatório previsto no caput deste artigo terá caráter consultivo, educativo e propositivo, sem competência deliberativa ou fiscalizatória, e sua atuação não poderá gerar despesas obrigatórias ao Poder Executivo.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 5º A implementação desta Lei dar-se-á no âmbito das competências constitucionais e legais do Município, observadas as normas de responsabilidade fiscal e orçamentária.
Parágrafo único. As ações previstas nesta Lei serão executadas com os recursos humanos, materiais e orçamentários disponíveis, não implicando criação de despesa obrigatória ao Poder Executivo.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lupionópolis, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Henrique Santos de Oliveira
Código Identificador:BD5AD37A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 81/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca as Candidatas abaixo relacionados e selecionados pela Décima Terceira Seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 61/2026, devidamente publicado em 01/07/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
EDUARDA CORREIA COSTA	47	30/06/1997	51º

A candidata acima relacionada no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foi devidamente comunicada, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário

em que deverá comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.

O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 20 de agosto de 2026

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:9DDB791E

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 22/2026

Fica homologado o resultado da Licitação Pública, através do Processo de Licitação nº68/2026 Dispensa Eletrônica 22/2026, para a qual tinha como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA EM NUVEM (CLOUD COMPUTING) PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES CONFORME ANEXO I / TERMO DE REFERÊNCIA, pelo critério de menor preço, em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 14/08/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:

DEVOPS TECNOLOGIAS E INTERDEPENDENCIAS LTDA, no valor total de R$ 9.600,00 (Nove Mil e Seiscentos Reais).

Lupionópolis 21 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:EF48E2AA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 24/2026

Fica homologado o resultado da Licitação Pública, através do Processo de Licitação nº 57/2026 Pregão Eletrônico 24/2026, para a qual tinha como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, COM TRANSBORDO EM COMODATO, EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO POR ÓRGÃO AMBIENTAL INTEGRANTE DO SISNAMA (SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE), CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES DISPOSTAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA/ANEXO I, em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 04/08/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:

PRIME AMBIENTAL RESIDUOS EIRELI, no valor total de R$ 336.999,20 (trezentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

Lupionópolis-Pr, 21 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:EAF89363

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA 22/2026

Fica RATIFICADO o resultado da Licitação Pública, através do Processo de Licitação nº 68/2026 Dispensa Eletrônica 22/2026, para a qual tinha como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA EM NUVEM (CLOUD COMPUTING) PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES CONFORME ANEXO I / TERMO DE REFERÊNCIA, pelo critério de menor preço, em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 14/08/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:

DEVOPS TECNOLOGIAS E INTERDEPENDENCIAS LTDA, no valor total de R$ 9.600,00 (Nove Mil e Seiscentos Reais).

Lupionópolis 21 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:730A97B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. 371/2026

DECRETO N.º 371/2026

Dispõe sobre cancelamento dos Processos Seletivos Simplificados 002/2026 – Professor; 003/2026 – Terapeuta Ocupacional; e 004/2026 – Contador; e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);
CONSIDERANDO o Poder de Autotutela onde faculta à Administração Pública o poder de anular ou revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência e oportunidade;
CONSIDERANDO que não houve prejuízo financeiro aos interessados, uma vez que a inscrição foi realizada de maneira online e gratuita;
CONSIDERANDO a anuência das Comissões Organizadoras;
D E C R E T A:
Art. 1º. Ficam cancelados os processos seletivos simplificados 002/2026, 003/2026 e 004/2026 para os cargos de Professor, Terapeuta Ocupacional e Contador, respectivamente.
Art. 2º. A reabertura dos processos será publicada em editais com a especificação dos novos prazos.
Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/08/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 21 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia Skrzeczkowski
Código Identificador:A0A16966

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 367/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar nos termos da Lei Municipal nº 1.732/2026.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e devidamente autorizado pela Casa de Lei Municipais, no bojo da Lei Municipal nº 1.732/2026;

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 278.000,00 (duzentos e setenta e oito mil reais), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
178	1902	02.07.12.392.0009.2.020	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	4.4.90.52	278.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos o excesso de arrecadação no valor de R$ 278.000,00 (duzentos e setenta e oito mil reais), assim discriminados:

FONTE	VALOR
1902	R$ 278.000,00

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.
.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Mallet, 21 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:CDC9720F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 368/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar nos termos da Lei Municipal nº 1.733/2026.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e devidamente autorizado pela Casa de Lei Municipais, no bojo da Lei Municipal nº 1.733/2026;

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 306.416,00 (trezentos e seis mil, quatrocentos e dezesseis reais), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
102	3103	02.05.12.361.0007.2.013	Manutenção e Investimentos nas Escolas Municipais	3.3.90.39	50.000,00
110	1000	02.05.12.365.0007.2.014	Manutenção e Investimentos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs - Creche	3.3.90.32	27.800,00
120	1000	02.05.12.365.0007.2.015	Manutenção e Investimentos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs - Pré-Escola	3.3.90.32	59.300,00
100	1000	02.05.12.361.0007.2.013	Manutenção e Investimentos nas Escolas Municipais	3.3.90.32	169.316,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Credito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias no valor de R$ 256.416,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e dezesseis reais), o superávit financeiro no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), assim discriminados:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
106	1000	02.05.12.365.0007.2.014	Manutenção e Investimentos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs - Creche	3.1.90.11	200.000,00
116	1000	02.05.12.365.0007.2.015	Manutenção e Investimentos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs - Pré-Escola	3.1.90.11	56.416,00

FONTE	VALOR
3103	R$ 50.000,00

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Mallet, 21 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:26DF9986

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 369/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial nos termos da Lei Municipal nº 1.734/2026.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e devidamente autorizado pela Casa de Lei Municipais, no bojo da Lei Municipal nº 1.734/2026;

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 32.933,70 (trinta e dois mil, novecentos trinta e três reais e setenta centavos), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
369	3835	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	21.643,11
369	1835	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	826,23
369	3834	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	353,94
369	1834	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	13,51
369	3833	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	9.719,51
369	1833	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	371,04
369	3890	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	4,84
369	1890	02.03.04.123.0004.2.008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda	3.3.90.93	1,52

Art. 2º. Para dar cobertura ao Credito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos o superávit no valor de R$ 31.721,40 (trinta e um mil, setecentos vinte e um reais e quarenta centavos), o excesso de arrecadação no valor de R$ 1.212,30 (um mil, duzentos e doze reais e trinta centavos) assim discriminados:

FONTE	VALOR
3835	R$ 21.643,11
1835	R$ 826,23
3834	R$ 353,94
1834	R$ 13,51
3833	R$ 9.719,51
1833	R$ 371,04
3890	R$ 4,84
1890	R$ 1,52

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mallet, 21 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:1E7F76E3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2026

DATA DE ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: ARTGIRO BRINDES E PRESENTES PERSONALIZADOS LTDA CNPJ 34.023.707/0001- 35, domiciliada à Rod SC 477 S/N, KM 16, Palmital, no município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina representada pelo Senhor, **ENIO MOTA PEREIRA CPF 043.029.479-42**, residente à Rod SC 477 S/N, KM 16, Palmital, no município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de troféus e medalhas com objetivo de atender a demanda dos eventos Copa Municipal de Futsal, Desafio de Basquete e Circuito de Vôlei de Quadra.

VALOR: Pelo fornecimento do produto ora adquirido, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 3.666,00 (três mil seiscentos e sessenta e seis reais).**

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **03 (três) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:1FB7D581

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2026

DATA DE ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: E.J.C. CAMINHOES E ACESSORIOS LTDA CNPJ 12.246.167/0001-16, domiciliada à ROD BR-470, nº 5800, Box 01, bairro Canta Galo, no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina representada pelo Senhor, **ELDER JOÃO COSTA, CPF 544.393.379-53**, residente à Rua Guilherme Ricardo Becker, nº 270, bairro Santana, no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestar o serviço de manutenção preventiva com fornecimento de peças genuínas de 30.000 km do veículo ônibus, placa UBJ 2B41, em período de garantia de fábrica.

VALOR: Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 3.045,33 (três mil quarenta e cinco reais e trinta e três centavos) após comprovada execução dos serviços.

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **02 (dois) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:59558C52

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 364/2026

DECRETO N.º 364/2026

Atribui Gratificação por Jornada Estendida e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 1236/2015 de 01/07/2015, Art. 29, IV;

CONSIDERANDO o Processo Cloud nº 000002934/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica atribuída Gratificação por Jornada Estendida à funcionária **ANDRESSA WODONO**S, matrícula nº 60816, do cargo de Professora, período de 24/08/2026 a 18/12/2026 junto à E.M. Divino Espírito Santo.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos desde a data mencionada.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 21 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:AC6A47FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 365/2026

DECRETO N.º 365/2026

Dispõe sobre desistência de vaga de candidata convocada em Processo Seletivo Simplificado.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o Processo Cloud nº 000002945/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o pedido de desistência de vaga da candidata **MARCIA JANETE CIESLAK KOCINSKI**, convocada pelo EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018.001/2026, de 21 de agosto de 2026, para o Cargo de Agente de Apoio Educacional – 40 horas, classificada em 18º Lugar no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, homologado pelo Decreto n° 634 de 08 de setembro de 2025, neste Município de Mallet/Paraná, junto a Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 21 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:03CA87DA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 370/2026

DECRETO N.º 370/2026

Dispõe sobre exoneração de funcionária pública - PSS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o Processo Cloud 000002949/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a funcionária pública, **ANDREA APARECIDA MAJEWSKI KOVALSKI,** matrícula nº 60770, cargo de Professora - 20 horas, a partir de 21 de agosto de 2026.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos desde a data mencionada.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 21 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:4F57BA88

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 019.001/2026 – PSS 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 019.001/2026 – PSS 001/2025 CONVOCAÇÃO DE CANDIDATA

Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025

PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal de Mallet – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina a Lei Municipal n° 1.330/2017;
CONSIDERANDO que o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025 restou homologado pelo Decreto n° 634/2025;
CONSIDERANDO o processo Cloud nº 000002813/2026;
CONSIDERANDO o processo Cloud nº 000002819/2026;
CONSIDERANDO o processo Cloud nº 000002945/2026;

TORNA PÚBLICO

I - A convocação da candidata abaixo relacionada, aprovada no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, o qual foi homologado pelo Decreto Municipal sob **N.º 634 de 08 de setembro de 2025.**

I – AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL – 40H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2857/2025	LUCINEIDE FRANCO	77	19°

II – A candidata deverá comparecer, até o dia **28 de agosto de 2026**, entre às 08:00hrs e 17:00hrs, na Prefeitura Municipal de Mallet – PR, conforme item 10.5. do Edital do PSS 001/2025, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais comprobatórios para o cargo, os quais são os seguintes:
O candidato deve ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12, da Constituição Federal, bem como todos os direitos e obrigações políticas e civis reconhecidos no país;
Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos;
Ter cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei;
Estar em dia com as obrigações eleitorais;
Possuir aptidão física e mental para o desempenho do cargo;
Não estar em situação irregular de acúmulo de cargo público;
10.6. O candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:
Comprovante de Inscrição no Processo Seletivo Simplificado;
Carteira de Identidade – RG (fotocópia frente e verso);
Cadastro de Pessoa Física – CPF (fotocópia);
PIS ou PASEP (fotocópia);
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (fotocópia) - contendo número, série e dados pessoais;
Título de Eleitor (fotocópia);
Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral no site www.tse.jus.br;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação se candidato do sexo masculino (cópia);
Certidão de Casamento, quando couber (cópia);
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos, se considerados como dependentes para fins de declaração do Imposto de Renda (cópia);
Averbação de Divórcio, quando couber (fotocópia);
Comprovante de endereço (cópia);
Foto 3x4;
Laudo Médico (Anexo V):
Expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde-RMS;
Declarar que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para o desempenho da Função Pública objeto deste Edital Normativo;
Conter nome, assinatura e carimbo com o número do CRM ou RMS;
Estar dentro do prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição;
Declaração de que não foi demitido a bem do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos, modelo anexo a esse Edital (Declaração de Idoneidade Profissional).
Comprovante do Tempo de Experiência Profissional dos últimos 10 (dez) anos, se registrado no formulário de inscrição;
Documentos comprobatórios da escolaridade exigida para o exercício da Função Pública, apresentados na inscrição.
Comprovantes da Prova de Títulos, se registrados no formulário de inscrição.
Atestados e Certidões Negativas de Antecedentes Criminais, conforme descritos a seguir:
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida por distribuidores da circunscrição ou cartórios criminais ou varas de execução penal em fóruns da Justiça Estadual, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal a ser emitida/solicitada por meio do endereço eletrônico https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa/, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Atestado de Negativa de Antecedentes Criminais:
Para o candidato com Carteira de Identidade (Registro Geral) emitida no Estado do Paraná, emitir/solicitar por meio do endereço eletrônico http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/, em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação;
Documento original ou eletrônico com a devida validação;

III – A candidata convocada deve se atentar aos prazos de emissão das certidões, visto que, alguns sistemas levam 24hrs para emitir o documento.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 21 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:560816A6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – 007.2026 PSS 002.2025

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – 007.2026
PSS 002.2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET
CNPJ: 75.654.566/0001-36
CONTRATADA: ANDREA APARECIDA MAJEWSKI KOVALSKI
CPF nº 061.***.***-65;
OBJETO: Rescisão de contrato;
DATA DA RESCISÃO: 21 de agosto de 2026;
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO: 002/2025;
CARGO: PROFESSORA;
FUNDAMENTO LEGAL: 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas.
Mallet, em 21 de agosto de 2026

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:849B24B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026-PMM

AMPLA CONCORRÊNCIA COM COTA EXCLUSIVA P/ME/EPP/MEI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PAPEL SULFITE A4 BRANCO.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 04/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 04/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 04/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: http://compras.gov.br/

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 21 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO

Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:5F05CA38

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: ELEMENTUS QUIMICA DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.699.840/0001-31, com endereço na Rua FRANCISCO NOGUEIRA DE MATOS, 71, PARQUE INDUSTRIA I, CEP: 86975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **EDUARDO ABILIO ELIAS RIFAN NUNES**, inscrito no CPF sob o nº. 005.630.789-60.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA AUTOMOTIVA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E DAS MÁQUINAS RODOVIÁRIAS QUE COMPÕEM A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI – PR, BEM COMO SABONETE DESENGRAXANTE E CREME HIDRATANTE PARA AS MÃOS.

VALOR: 24.591,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 19 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:21A5F133

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Emª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SALVI E LOPES E CIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.478.140/0001-34, com endereço na AVENIDA GATURAMO, 100, 100, CENTRO, CEP: 86702-820, na cidade de

Arapongas/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **LUIZ CARLOS SALVI**, inscrito no CPF sob o nº 619.057.639-72.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA AUTOMOTIVA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E DAS MÁQUINAS RODOVIÁRIAS QUE COMPÕEM A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI – PR, BEM COMO SABONETE DESENGRAXANTE E CREME HIDRATANTE PARA AS MÃOS.

VALOR: 744,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 19 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:E3698836

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 54/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: R S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 21.330.069/0001-53, com endereço na RUA PIONEIRO JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA, 71, JARDIM SÃO SILVESTRE, CEP: 87055-280, na cidade de MARINGÁ/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **TABATA FERREIRA DA ROCHA**, inscrito no CPF sob o nº 057.365.419-04.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA APRESENTAÇÕES DOS ESPETÁCULOS TEATRAL "COMER BEM" E "VIVA A VIDA – SAÚDE MENTAL" DA CAMPANHA CIRCO TEATRO SEM LONA, COM ENFOQUE EDUCATIVO E LÚDICO, DESTINADOS A ESTUDANTES, E COMUNIDADE ESCOLAR, NO ÂMBITO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE), EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: 27.600,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 19 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:3CF1ADB6

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 79/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 40/2023
PROCESSO Nº 165/2023

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a **Sra. IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada nesta cidade, e a **CONTRATANTE**, a pessoa jurídica **LAB. DE ANL CLIN CRISTO REI S/C LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.892.279/0001-65, com endereço na Avenida Presidente Vargas, 480, Centro, CEP: 86.975-000, na cidade de Mandaguari/PR, neste ato representada por sua representante legal, a Senhora **MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA**, inscrita no CPF sob o nº 005.367.689-00, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos da Inexigibilidade nº 40/2023, bem como pela legislação vigente em especial o artigo 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Com o presente fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato n° 79/2023, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 22/08/2026, conforme solicitado pela Secretaria responsável.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor referente à prorrogação será de R$300.000,00 (trezentos mil reais), conforme acordado entre as partes e tabela abaixo:
LOTE 1:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	EXAMES LABORATORIAIS	Mês	12	R$25.000,00	R$300.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições.
Mandaguari (PR), 14 de Agosto de 2026.

ENFª IVONEIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:BACE652D

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 066/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 066/2026 de 18 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO – POP – DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL – PAM - CONFORME SEGUE:

- POP Nº 07 – TRANSPORTE
- POP Nº 08 - HIGIENIZAÇÃO SIMPLES DAS MÃOS
- POP Nº 09 - ELABORAÇÃO DE ESCALA DE TRABALHO DE ENFERMAGEM
- POP Nº 10 - MANEJO, PREPARO E ADMINISTRAÇÃO SEGURA
DO TENOXICAM INJETÁVEL.
Executor da Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.
O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;

Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
Art. 1º - APROVA OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO – POP – DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL – PAM - CONFORME SEGUE:
- POP Nº 07 – TRANSPORTE
- POP Nº 08 - HIGIENIZAÇÃO SIMPLES DAS MÃOS
- POP Nº 09 - ELABORAÇÃO DE ESCALA DE TRABALHO DE ENFERMAGEM
- POP Nº 10 - MANEJO, PREPARO E ADMINISTRAÇÃO SEGURA
DO TENOXICAM INJETÁVEL.
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação.

Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 066/2026, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:909BB853

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 067/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 067/2026 de 18 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA A ATULIAZAÇÃO DO PROTOCOLO MUNICIPAL DE EQUOTERAPIA 2026. Executor da Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
Art. 1º - APROVA A ATULIAZAÇÃO DO PROTOCOLO MUNICIPAL DE EQUOTERAPIA 2026.
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação.

Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 067/2026, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:05E6CD36

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 068/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 068/2026 de 18 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA O POP – PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO REFERENTE AO IMPLANTE CONTRACEPITIVO SUBDÉRMICO (ETONOGESTREL–IMPLANON). Executor da Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
Art. 1º - APROVA O POP – PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO REFERENTE AO IMPLANTE CONTRACEPITIVO SUBDÉRMICO (ETONOGESTREL–IMPLANON).
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação.

Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 068/2026, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:EC7DEED0

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 069/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 069/2026 de 18 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA O POP – PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO REFERENTE À SAÚDE BUCAL. Executor da Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
Art. 1º - APROVA O POP – PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO REFERENTE À SAÚDE BUCAL.
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação.

Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 069/2026, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:8915079B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N° 1936/2026

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001501/2025 de 05 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 170.586,28 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
13.001 - DEPARTAMENTO SEGURANÇA E MONITORAMENTO
06.181.0006.2045 - GESTÃO DA GUARDA MUNICIPAL
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 110.000,00

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.605.0004.2047 - PROGRAMA DE SANEAMENTO RURAL
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 37.523,98
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0510) 13.500,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0511) 9.562,30

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
13.001 - DEPARTAMENTO SEGURANÇA E MONITORAMENTO
06.181.0006.2045 - GESTÃO DA GUARDA MUNICIPAL
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 110.000,00

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.605.0004.2047 - PROGRAMA DE SANEAMENTO RURAL
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 31.523,98
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0510) 12.500,00
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0511) 9.562,30
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000) 5.000,00
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0504) 1.000,00
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0000) 1.000,00

Art. 3 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 de Agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Debora Cavagnolli
Código Identificador:F090E13E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.554/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Altera a Lei Municipal n.º 1.511, de 10 de dezembro de 2025, para estabelecer o mandato dos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – COMSBA".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica acrescido o art. 3º-A à Lei Municipal n.º 1.511, de 10 de dezembro de 2025, com a seguinte redação:

"(...)

Art. 3º-A. Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – COMSBA exercerão mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 1º Os membros permanecerão no exercício de suas funções até a posse dos respectivos sucessores, a fim de assegurar a continuidade das atividades do Conselho.

§ 2º A substituição de membro titular ou suplente durante o mandato ocorrerá nas hipóteses de renúncia, perda da condição de representante da entidade ou órgão que o indicou, desligamento da entidade representada ou por solicitação formal da instituição representada, hipótese em que o substituto completará o período remanescente do mandato.

(...)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:A2C96764

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.555/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 1.384/2024, e dá outras providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O caput do art. 1º da Lei Municipal n.º 1.384, de 27 de maio de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, de natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, à qual compete sua gestão administrativa, por meio de suas unidades financeira e contábil, tendo como finalidade o custeio e financiamento de ações destinadas à universalização, melhoria e aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico no Município de Mandirituba, em conformidade com o Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental e com as normativas da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - AGEPAR, cuja realização seja de competência do município e não constitua obrigação contratual do prestador regulado.

(...)"

Art. 2º O inciso III do art. 2º da Lei Municipal n.º 1.384, de 27 de maio de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

III – dos repasses efetuados pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, destinados ao Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, na forma da regulamentação expedida pela Agência Reguladora competente e demais normas aplicáveis."

(...)

Art. 3º Ficam mantidas as demais disposições da Lei n.º 1.384/2024, não alteradas por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:6619DE42

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.556/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município e dá outras providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município, no valor total de R$ 398.000,00 (Trezentos e noventa e oito mil reais), conforme a seguinte classificação orçamentária:
09.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E LAZER 09.005 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE 09.005.27.812.2.2026-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES 02009.01016.12.99.00.00.1.706.3110 Transferência Especial /Emenda individuais (Emenda 202639820009) (FELIPE FRANCISCHINI) 398.000,00
Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentária:
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) Fonte 02009.01016.12.99.00.00.1.706.3110 Transferência Especial /Emenda individuais (Emenda 202639820009) (FELIPE FRANCISCHINI) 398.000,00
Art. 3º Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 4º Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal n° 1.483, de 8 de setembro de 2025 - (PPA 2026-2029).
Art. 5º Ficam alterados os Anexos da Lei Municipal n° 1.499, de 19/11/2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026, e da LOA - Lei Orçamentária Anual n° 1.501, de 03/12/2025, incluindo-se os valores em seus respectivos programas.
Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Mandirituba, 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:EDFD06A8

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.557/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Institui o Conselho Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade – CMDHD, cria o Fundo Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade – FMDHD e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade – CMDHD, órgão colegiado permanente, deliberativo, consultivo, normativo, fiscalizador e de controle social, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com atuação em todo o território do Município de Mandirituba.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade tem por finalidade formular, acompanhar, deliberar, monitorar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade, promovendo a defesa da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da cidadania, da inclusão social e da não discriminação.

Art. 3º A atuação do Conselho observará os princípios da:

I – dignidade da pessoa humana;
II – igualdade de direitos;
III – respeito à diversidade;
IV – promoção da cidadania;
V – participação popular;
VI – controle social;
VII – transparência administrativa;
VIII – universalidade dos direitos humanos;
IX – respeito às diferenças;
X – promoção da equidade.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade:

I – formular diretrizes para a Política Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade;
II – acompanhar, avaliar e fiscalizar sua execução;
III – deliberar sobre prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade;
IV – propor ações destinadas à promoção da igualdade e ao enfrentamento de todas as formas de discriminação;
V – acompanhar programas, projetos, serviços e benefícios relacionados aos direitos humanos;
VI – estimular a participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
VII – promover estudos, pesquisas, campanhas educativas, audiências públicas, seminários e debates;
VIII – incentivar ações de educação em direitos humanos;
IX – acompanhar denúncias relativas à violação de direitos humanos, encaminhando-as aos órgãos competentes quando necessário;
X – propor medidas para prevenção e enfrentamento da violência e da discriminação;
XI – acompanhar a elaboração do Plano Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade;
XII – deliberar sobre propostas de convênios, termos de cooperação e parcerias relacionadas à sua área de atuação;
XIII – acompanhar a execução orçamentária dos recursos destinados às políticas públicas de direitos humanos;
XIV – convocar e organizar a Conferência Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade;
XV – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
XVI – instituir comissões permanentes e temporárias;
XVII – solicitar informações aos órgãos públicos municipais necessárias ao desempenho de suas atribuições;
XVIII – emitir resoluções, recomendações, moções e pareceres;
XIX – incentivar a criação e fortalecimento de redes de proteção e promoção dos direitos humanos;
XX – exercer outras atribuições previstas em lei.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade será composto por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, observada a composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil.

I – Representantes do Poder Público

a) 01 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
b) 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
c) 01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
d) 01 representante da Secretaria Municipal de Governo;
e) 01 representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

II – Representantes da Sociedade Civil

a) 05 representantes de entidades, organizações ou movimentos sociais legalmente constituídos, com atuação na promoção e defesa dos direitos humanos e da diversidade.

§1º Poderão participar do processo de escolha entidades com atuação nas áreas de:

I – direitos das mulheres;
II – igualdade racial;
III – pessoa idosa;
IV – pessoa com deficiência;
V – criança e adolescente;
VI – juventude;
VII – população LGBTQIA+;
VIII – comunidades tradicionais;
IX – entidades religiosas com atuação social;
X – associações comunitárias;
XI – instituições de ensino;
XII – demais organizações que desenvolvam ações relacionadas aos direitos humanos.

§2º Os representantes governamentais serão indicados pelos respectivos Secretários Municipais.

§3º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos em assembleia pública convocada especificamente para essa finalidade.

§4º Cada membro titular terá um suplente, indicado na mesma oportunidade de sua escolha.

§5º Os membros serão nomeados por Decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV
DO MANDATO

Art. 6º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida recondução por igual período.

Art. 7º A função de Conselheiro é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 8º A substituição dos representantes governamentais poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante nova indicação do órgão representado.

Art. 9º A substituição dos representantes da sociedade civil somente ocorrerá nas hipóteses previstas nesta Lei ou mediante comunicação formal da entidade representada.

CAPÍTULO V
DA DIRETORIA

Art. 10. A Diretoria do Conselho será composta por:
I – Presidente;
II – Vice-Presidente;
III – Secretário(a) Executivo(a).

Art. 11. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos dentre os Conselheiros titulares, por maioria simples de votos.

Art. 12. O mandato do Presidente e do Vice-Presidente será de 01 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 13. A Presidência será exercida de forma alternada entre representantes do Poder Público e da Sociedade Civil.

§1º Encerrado o mandato de Presidente representante governamental, o mandato seguinte será obrigatoriamente exercido por representante da sociedade civil.

§2º Encerrado o mandato de Presidente representante da sociedade civil, o mandato seguinte será obrigatoriamente exercido por representante governamental.

Art. 14. O Vice-Presidente será eleito na mesma ocasião da eleição do Presidente, preferencialmente pertencente ao segmento diverso daquele ocupado pela Presidência.

Art. 15. A Secretaria Executiva será exercida por servidor público da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, designado pelo Prefeito Municipal.

§1º Compete à Secretaria Executiva prestar apoio técnico, administrativo e operacional ao Conselho.

§2º São atribuições da Secretaria Executiva:
I – secretariar as reuniões;
II – elaborar atas e demais documentos oficiais;
III – organizar os expedientes administrativos;
IV – manter atualizado o arquivo documental do Conselho;
V – acompanhar o cumprimento das deliberações;
VI – prestar apoio às comissões permanentes e temporárias;
VII – exercer outras atribuições previstas nesta Lei e no Regimento Interno.

CAPÍTULO VI
DAS REUNIÕES E DO FUNCIONAMENTO

Art. 16. O Conselho Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade reunir-se-á:

I – ordinariamente, uma vez por mês;
II – extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

Art. 17. As reuniões do Conselho serão públicas, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

Art. 18. O quórum para instalação das reuniões será de maioria absoluta dos membros e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, salvo disposição diversa prevista nesta Lei ou no Regimento Interno.

Art. 19. As decisões do Conselho serão formalizadas por meio de Resoluções, Recomendações, Moções e outros atos administrativos próprios.

Art. 20. O Conselho poderá instituir Comissões Permanentes e Temporárias, bem como Câmaras Técnicas, para subsidiar suas deliberações.

Art. 21. O Regimento Interno disciplinará o funcionamento das reuniões, os procedimentos de votação, a criação das comissões e as demais normas necessárias ao regular funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO VII
DA PERDA DO MANDATO

Art. 22. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I – renunciar expressamente ao cargo;
II – deixar de representar o órgão ou entidade que o indicou;
III – faltar injustificadamente a três reuniões ordinárias consecutivas;
IV – praticar atos incompatíveis com os princípios e finalidades do Conselho;
V – utilizar o cargo para obtenção de vantagem pessoal ou de terceiros;
VI – descumprir reiteradamente esta Lei ou o Regimento Interno.

§1º A perda do mandato será deliberada pelo Plenário, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§2º Ocorrendo vacância, assumirá automaticamente o suplente pelo restante do mandato.

CAPÍTULO VIII
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DA DIVERSIDADE

Art. 23. O Conselho Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade promoverá a realização da Conferência Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade, em conformidade com as diretrizes nacionais e estaduais.

Art. 24. A Conferência Municipal constitui instância máxima de participação popular para avaliação da Política Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade e definição de diretrizes para sua implementação.

Art. 25. Compete ao Conselho organizar, coordenar e acompanhar a execução da Conferência Municipal.

CAPÍTULO IX
DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DA DIVERSIDADE

Art. 26. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade – FMDHD, instrumento de natureza contábil destinado ao financiamento de programas, projetos, serviços, campanhas e ações voltadas à promoção e defesa dos direitos humanos e da diversidade.

Art. 27. O Fundo Municipal será administrado pelo Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, sob orientação, acompanhamento e fiscalização do Conselho Municipal.

Art. 28. Constituem receitas do Fundo:

I – dotações orçamentárias próprias;
II – transferências da União, do Estado e de outros entes públicos;
III – recursos provenientes de convênios, contratos, acordos e instrumentos congêneres;
IV – doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
V – recursos oriundos de aplicações financeiras;
VI – recursos provenientes de multas, termos de ajustamento de conduta ou decisões judiciais, quando legalmente destinados ao Fundo;

VII – outras receitas que lhe forem destinadas.

Art. 29. Os recursos do Fundo serão destinados, prioritariamente:

I – ao financiamento de programas e projetos de promoção dos direitos humanos;
II – ao apoio de campanhas educativas;
III – à realização de pesquisas e diagnósticos;
IV – à capacitação de profissionais e conselheiros;
V – à realização de conferências, seminários e eventos;
VI – ao apoio a entidades e organizações da sociedade civil, mediante chamamento público, na forma da legislação vigente;
VII – às demais ações aprovadas pelo Conselho Municipal.

Art. 30. A aplicação dos recursos observará a legislação financeira, orçamentária e as deliberações do Conselho Municipal.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. O Poder Executivo assegurará ao Conselho Municipal dos Direitos Humanos e da Diversidade estrutura física, apoio administrativo, recursos humanos e meios necessários ao desempenho de suas competências.

Art. 32. O Conselho elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias contados de sua instalação.

Art. 33. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mandirituba, 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:8CE0301A

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.558/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização no município de Mandirituba em consonância com o Programa Educa Juntos, estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Instituir a Política Municipal de Alfabetização, com o objetivo de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio da colaboração entre a União, Estado e Município, visando a consolidação da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças

Parágrafo Único. Instituir a Política Municipal de Alfabetização, com o objetivo de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio da colaboração entre a União, Estado e Município, visando a consolidação da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.

Art. 2º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I – o regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;

II – a garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

III – a promoção da equidade educacional, considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;

IV – a valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;

V – a formação continuada dos profissionais da educação;

VI – a utilização de evidências e dados educacionais para subsidiar a tomada de decisões;

VII – a garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio;

VIII – o fortalecimento da parceria entre família, escola e comunidade, promovendo a corresponsabilidade no processo de alfabetização e no desenvolvimento integral das crianças;

IX – a oferta de materiais didáticos e pedagógicos estruturados, alinhados ao currículo da rede municipal de ensino;

X – a promoção da educação inclusiva, assegurando adaptações, recursos de acessibilidade e estratégias pedagógicas compatíveis com as necessidades específicas dos estudantes.

Art. 3º Constituem objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I – elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

II – assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

III – contribuir para o cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Educação;

IV – fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências;

V – promover o uso de tecnologias educacionais no processo de alfabetização;

VI – socializar experiências e práticas exitosas em alfabetização e letramento;

VII – reconhecer e disseminar práticas pedagógicas e de gestão voltadas à garantia do direito à alfabetização;

VIII – fortalecer a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Art. 4º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I – priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;

II – promoção de práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, escrita, oralidade, produção textual e compreensão leitora;

III – assistência técnico-pedagógica às equipes gestoras das unidades escolares;

IV – fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;

V – acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;

VI – implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;

VII – incentivo ao desenvolvimento da linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;

VIII – promoção da participação das famílias no processo educativo;

IX – apoio técnico-pedagógico contínuo às unidades escolares.

Art. 5º A Política Municipal de Alfabetização destina-se:

I – às crianças matriculadas na pré-escola;

II – aos estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino.

Art. 6º São agentes responsáveis pela execução da Política Municipal de Alfabetização:

I – a Secretaria Municipal de Educação;

II – os gestores municipais da educação;

III – as equipes pedagógicas;

IV – os gestores escolares;

V – os professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

VI – a comunidade escolar.

Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de ações que compreendam:

I – definição de orientações curriculares e metas objetivas;

II – adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;

III – disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares;

IV – desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;

V – participação em avaliações externas;

VI – realização das avaliações formativas previstas no currículo municipal;

VII – monitoramento contínuo das aprendizagens;

VIII – implementação de ações destinadas aos estudantes que não tenham sido alfabetizados até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 8º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização:

I – acompanhamento dos resultados de aprendizagem;

II – definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;

III – sistematização de dados por estudante, turma e unidade escolar;

IV – avaliação da efetividade das ações implementadas;

V – utilização dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas.

Art. 9º Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações decorrentes desta Lei, observadas as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 11. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, mediante decreto.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:CE0C375F

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.559/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Institui a Política Municipal de Atendimento Integrado às Crianças e aos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, regulamenta a Escuta Especializada no âmbito do Município de Mandirituba e dá outras providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Atendimento Integrado às Crianças e aos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, destinada a regulamentar a Escuta Especializada e fortalecer a atuação articulada dos órgãos e serviços que compõem a Rede Municipal de Proteção, assegurando atendimento humanizado, integrado, célere e qualificado.

Art. 2º A Política Municipal será executada em conformidade com:

I – a Constituição da República Federativa do Brasil;
II – o Estatuto da Criança e do Adolescente;
III – a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017;
IV – o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018;
V – a Lei Orgânica da Assistência Social;
VI – a Política Nacional de Assistência Social;
VII – as demais normas nacionais e estaduais aplicáveis.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I – criança: pessoa até doze anos de idade incompletos;
II – adolescente: pessoa entre doze e dezoito anos de idade, aplicando-se excepcionalmente a legislação específica aos jovens até vinte e um anos, quando previsto em lei;
III – violência: qualquer ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, moral, patrimonial ou institucional;
IV – escuta especializada: procedimento de entrevista realizado por profissional capacitado da Rede de Proteção, limitado à finalidade de proteção e cuidado, sem finalidade investigativa ou de produção de prova;
V – depoimento especial: procedimento de oitiva perante autoridade policial ou judiciária, destinado exclusivamente à produção de prova, nos termos da legislação federal;
VI – revitimização: submissão da criança ou do adolescente à repetição desnecessária de relatos, procedimentos ou intervenções que provoquem novo sofrimento físico ou emocional.

Art. 4º São diretrizes da Política Municipal:

I – proteção integral;
II – prioridade absoluta;
III – interesse superior da criança e do adolescente;

IV – atendimento humanizado;
V – escuta qualificada;
VI – prevenção da revitimização;
VII – atuação intersetorial;
VIII – fortalecimento da atuação integrada dos órgãos da Rede de Proteção;
IX – respeito à dignidade, à intimidade e à privacidade;
X – garantia do sigilo das informações;
XI – respeito às diversidades;
XII – atendimento especializado.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 5º Constituem objetivos da Política Municipal:

I – garantir atendimento integrado às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;
II – regulamentar a realização da Escuta Especializada no Município;
III – fortalecer a atuação articulada entre os órgãos da Rede Municipal de Proteção;
IV – prevenir a revitimização;
V – assegurar acesso célere às políticas públicas;
VI – promover atendimento humanizado;
VII – fortalecer a atuação intersetorial;
VIII – padronizar os procedimentos de atendimento;
IX – promover a capacitação permanente dos profissionais;
X – fortalecer os mecanismos municipais de prevenção e enfrentamento às violências.

CAPÍTULO III
DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Art. 6º A execução da Política Municipal ocorrerá de forma integrada entre os órgãos e serviços públicos que compõem a Rede Municipal de Proteção, respeitadas as competências legais de cada política pública.

Art. 7º Participam da execução desta Política, dentre outros:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
II – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
III – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
IV – Secretaria Municipal de Saúde;
V – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
VI – Conselho Tutelar;
VII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
VIII - Demais órgãos públicos e entidades integrantes da Rede Municipal de Proteção.

Parágrafo único. A participação dos órgãos e serviços mencionados neste artigo observará as competências legais de cada política pública, vedada a sobreposição de atribuições.

CAPÍTULO IV
DO ATENDIMENTO INTEGRADO

Art. 8º O atendimento à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência observará os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta, do interesse superior, da não revitimização e da atuação intersetorial.

Art. 9º O atendimento deverá ocorrer de forma articulada entre os órgãos da Rede Municipal de Proteção, respeitando-se as atribuições legais de cada instituição.

Art. 10. Constituem diretrizes do atendimento integrado:

I – acolhimento humanizado;
II – escuta qualificada;
III – redução do número de entrevistas;
IV – compartilhamento responsável de informações;
V – encaminhamento imediato aos serviços competentes;
VI – acompanhamento continuado;
VII – proteção da intimidade;
VIII – preservação do sigilo.

Art. 11. Sempre que possível, a criança ou o adolescente será ouvido apenas pelo número estritamente necessário de profissionais, evitando-se a repetição desnecessária de relatos sobre os fatos vivenciados.

Art. 12. Os órgãos públicos municipais adotarão as providências necessárias para assegurar atendimento prioritário, proteção integral e acesso às políticas públicas às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

CAPÍTULO V
DA ESCUTA ESPECIALIZADA

Art. 13. A Escuta Especializada constitui procedimento de entrevista realizado perante os órgãos da Rede Municipal de Proteção, com a finalidade exclusiva de proteção e cuidado da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.

§ 1º A Escuta Especializada não possui natureza investigativa nem substitui o depoimento especial ou outros procedimentos de competência da autoridade policial ou judiciária.
§ 2º A Escuta Especializada será realizada apenas quando necessária à proteção da criança ou do adolescente e ao adequado encaminhamento do caso.

Art. 14. A Escuta Especializada deverá observar, obrigatoriamente:

I – o respeito à dignidade da criança e do adolescente;
II – o interesse superior da criança e do adolescente;
III – a proteção integral;
IV – a preservação da intimidade e da privacidade;
V – o sigilo profissional;
VI – a escuta qualificada;
VII – a não revitimização;
VIII – o respeito ao estágio de desenvolvimento;
IX – a utilização de linguagem adequada à idade e capacidade de compreensão.

Art. 15. A Escuta Especializada será realizada por profissional devidamente capacitado pertencente à Rede Municipal de Proteção, observadas as atribuições legais e institucionais de cada órgão ou serviço.

Parágrafo Único. Os profissionais responsáveis pela realização da Escuta Especializada deverão participar de capacitação inicial e de formação continuada promovida ou reconhecida pelo Município.

Art. 16. A Escuta Especializada será registrada em instrumento próprio, contendo apenas as informações indispensáveis à proteção da criança ou do adolescente e aos encaminhamentos necessários, vedada a transcrição detalhada dos fatos para fins de produção de prova.

Art. 17. O Depoimento Especial, quando necessário à produção de prova, será realizado exclusivamente pelas autoridades competentes, na forma da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

CAPÍTULO VI
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Art. 20. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

I – coordenar, no âmbito da política de assistência social, a implementação desta Lei;
II – promover a articulação entre os órgãos da Rede Municipal de Proteção;
III – fomentar a implementação da Escuta Especializada e apoiar tecnicamente os órgãos e serviços municipais;

IV – promover a capacitação inicial e continuada dos profissionais da assistência social;
V – acompanhar a execução dos fluxos municipais de atendimento;
VI – contribuir para o aperfeiçoamento permanente da Política Municipal de Atendimento Integrado..

Art. 21. Compete ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS:

I – realizar a Escuta Especializada quando o atendimento estiver inserido no âmbito de sua competência institucional e houver necessidade de proteção da criança ou do adolescente;
II – prestar atendimento psicossocial especializado;
III – acompanhar crianças, adolescentes e famílias;
IV – articular os encaminhamentos junto à Rede Municipal de Proteção;
V – elaborar os registros técnicos decorrentes do atendimento;
VI – acompanhar os casos até sua conclusão, no âmbito de suas competências.

Art. 22. Compete ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS:

I – acompanhar as famílias inseridas em seus serviços;
II – fortalecer vínculos familiares e comunitários;
III – realizar os encaminhamentos necessários ao CREAS sempre que identificadas situações de violência.

Art. 23. Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

I – prestar atendimento integral às vítimas;
II – proceder às notificações compulsórias previstas em lei;
III – realizar os encaminhamentos necessários à Rede de Proteção;
IV – participar da articulação intersetorial.

Art. 24. Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

I – identificar situações de suspeita ou confirmação de violência;
II – comunicar imediatamente aos órgãos competentes;
III – garantir a permanência da criança ou adolescente na escola;
IV – participar das ações da Rede Municipal de Proteção.

Art. 25. Os demais órgãos integrantes da Rede Municipal de Proteção atuarão conforme suas competências legais, observando os princípios estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO VII
DO FLUXO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO

Art. 26. O Município manterá Fluxo Municipal de Atendimento Integrado às Crianças e aos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, elaborado de forma intersetorial.

Art. 27. O Fluxo Municipal definirá, no mínimo:

I – as atribuições de cada órgão;
II – os procedimentos de comunicação entre os serviços;
III – os encaminhamentos obrigatórios;
IV – os instrumentos de registro;
V – os procedimentos de urgência;
VI – os mecanismos de acompanhamento dos casos.

Art. 28. O Fluxo Municipal será revisado sempre que houver alteração da legislação aplicável ou da estrutura da Rede Municipal de Proteção.

CAPÍTULO VIII
DO PROTOCOLO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO

Art. 29. O Município manterá Protocolo Municipal de Atendimento Integrado às Crianças e aos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, elaborado de forma intersetorial, com manifestação prévia do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 30. O Protocolo Municipal estabelecerá, no mínimo:

I – procedimentos padronizados de atendimento;
II – fluxos de comunicação entre os órgãos;
III – procedimentos para encaminhamento dos casos;
IV – instrumentos de registro;
V – procedimentos para situações de urgência;
VI – mecanismos de acompanhamento e monitoramento;
VII – responsabilidades dos órgãos envolvidos.

CAPÍTULO IX
DA CAPACITAÇÃO PERMANENTE

Art. 31. O Poder Executivo promoverá ações permanentes de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam no atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Art. 32. A capacitação abrangerá, dentre outros temas:

I – proteção integral;
II – escuta especializada;
III – prevenção da revitimização;
IV – atendimento humanizado;
V – legislação aplicável;
VI – atuação intersetorial;
VII – fluxos municipais de atendimento.

CAPÍTULO X
DO SIGILO, DA PROTEÇÃO DE DADOS E DA NÃO REVITIMIZAÇÃO

Art. 33. Todos os profissionais envolvidos no atendimento deverão preservar o sigilo das informações obtidas no exercício de suas funções, observado o disposto na legislação vigente.

Art. 34. Os registros decorrentes da Escuta Especializada deverão conter apenas as informações necessárias à proteção da criança ou do adolescente e aos encaminhamentos pertinentes, sendo vedada sua utilização como substituição do Depoimento Especial.

Art. 35. É vedada a repetição desnecessária de entrevistas ou relatos sobre os mesmos fatos, devendo os órgãos da Rede compartilhar informações na forma da legislação, preservando a criança ou o adolescente de novas situações de sofrimento.

Art. 36. A criança ou o adolescente vítima ou testemunha de violência terá prioridade absoluta no atendimento pelos órgãos públicos municipais.

CAPÍTULO XI
DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO

Art. 37. O Município promoverá campanhas permanentes de prevenção às diversas formas de violência contra crianças e adolescentes, bem como de divulgação dos canais oficiais de denúncia e proteção.

Art. 38. Os órgãos municipais desenvolverão ações educativas voltadas à promoção da cultura da paz, do respeito aos direitos humanos e da proteção integral da criança e do adolescente.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. Os órgãos municipais deverão adequar seus procedimentos internos às disposições desta Lei.

Art. 40. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mandirituba, 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:61B3E468

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.560/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: "Acrescenta dispositivo a Lei Complementar n.º 1.451, de 27 de março de 2025 e dá outras providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Acrescenta o Parágrafo Único ao Art. 1º da Lei Municipal n.º 1451, de 27 de março de 2025, o qual passará a conter a seguinte redação:

"(...)

Art. 1º (...)

Parágrafo Único. O Poder Executivo Municipal poderá utilizar até 5% (cinco por cento) do valor total autorizado através deste artigo para pagamento de serviços técnicos profissionais na elaboração e execução do georreferenciamento e mapeamento aéreo e terrestre das áreas urbanas e urbanizadas do município, com a consequente atualização dos registros junto à base de dados e atualização da legislação municipal vigente que trata do assunto, de forma que todo o processo possa estar consolidado ao final do trabalho.

(...)".

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos da Lei Municipal n.º 1451, de 27 de março de 2025.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:C4A5DDA1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.561/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: "Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Corrente e dá Outras Providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Corrente do Município de Mandirituba, no valor de R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), conforme abaixo:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.123.0002.2.007 – Manutenção da Estrutura de Finanças
4.4.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ (grupo/fonte 0610)...R$ 1.700.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito aberto através do artigo anterior, serão cancelados saldos parciais das dotações orçamentárias abaixo indicadas:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
001 – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2.040 – Manutenção da Secretaria de Obras e Urbanismo
4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros PJ (fonte 0610).....R$ 700.000,00
4.4.90.52.00 – Equip. e Material Permanente (fonte 0610).....R$ 1.000.000,00
Total da Anulação:.....R$ 1.700.000,00

Art. 3º Fica(m) alterado(s) o(s) Anexo I da Lei Municipal nº 1.483, de 08 de setembro de 2025 (PPA 2026-2029), bem como os Anexos da Lei Municipal nº 1.499 de 19 de novembro de 2025 (LDO 2026) e da Lei 1.501/2025 (LOA 2026).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:4B7C4BB4

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.562/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Altera dispositivo que especifica da Lei Municipal n.º 1.268, de 23 de março de 2023, e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1° Fica alterada a redação do caput do art. 7º da Lei Municipal n.º 1.268, 23 de março de 2023, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 7º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, integrado ao Município de Mandirituba, Estado do Paraná, por um conjunto de órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional.

(...)"

Art. 2º As demais disposições constantes e vigentes da Lei Municipal n.º 1.268, de 23 de março de 2023, permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:4F839EBB

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.563/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Altera dispositivos que especifica da Lei Municipal n.º 305, de30 de junho de 2003, e dá outras providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1° Fica alterada a redação do art. 1º da Lei Municipal n.º 305, de 30 de junho de 2003, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN, o qual é órgão colegiado, permanente, de caráter consultivo, propositivo e de controle social, integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a finalidade de formular, acompanhar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, observadas as diretrizes da Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

(...)"

Art. 2º Fica alterada a redação do art. 2º da Lei Municipal n.º 305, de 30 de junho de 2003, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN:

I – propor diretrizes para a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
II – acompanhar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da Política Municipal e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
III – promover o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA;
IV – articular ações entre os órgãos da administração pública municipal, entidades da sociedade civil e demais instituições que atuem na área;
V – estimular a participação da sociedade civil na formulação, execução e controle social das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;
VI – acompanhar a execução dos programas e projetos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvidos no Município;
VII – emitir recomendações, pareceres e propostas sobre matérias de sua competência;
VIII – incentivar estudos, pesquisas e diagnósticos sobre a realidade alimentar e nutricional do Município;
IX – promover conferências, seminários, audiências públicas e demais eventos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional;
X – articular-se com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e com os demais Conselhos Municipais;
XI – acompanhar a aplicação dos recursos destinados às ações de Segurança Alimentar e Nutricional, quando couber;
XII – exercer outras atribuições previstas na legislação pertinente.

(...)"

Art. 3° Fica alterada a redação do art. 3º da Lei Municipal n.º 305, de 30 de junho de 2003, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 3º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN será composto por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, observada a paridade entre representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, assim distribuídos:

I – 05 (cinco) representantes do Poder Público Municipal, sendo:
a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;
II – 05 (cinco) representantes da Sociedade Civil, escolhidos em fórum próprio, assembleia ou conferência municipal, dentre entidades, organizações e movimentos sociais que atuem na área de Segurança Alimentar e Nutricional, na forma do regulamento.
§ 1º Para cada membro titular será indicado um respectivo suplente, que o substituirá em seus impedimentos, afastamentos ou ausências, com os mesmos direitos e deveres.
§ 2º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.
§ 3º Perderá o mandato o conselheiro que:
I – renunciar expressamente;
II – perder o vínculo com o órgão ou entidade que representa;
III – faltar injustificadamente a 03 (três) reuniões consecutivas **ou 05 alternadas durante o período de 12 meses**;
IV – praticar ato incompatível com a função de conselheiro, mediante deliberação do Plenário.
§ 4º Na ocorrência de vacância da função de conselheiro titular, assumirá automaticamente o respectivo suplente até o término do mandato."
(...)"

Art. 4º Fica alterada a redação do art. 4º da Lei Municipal n.º 305, de 30 de junho de 2003, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 4º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN terá a seguinte estrutura organizacional:
I – Plenário;
II – Presidência;
III – Vice-Presidência;
IV – Secretaria Executiva;
V – Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho.
§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos dentre os membros titulares do Conselho, em reunião plenária, por maioria simples dos presentes, para mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução por igual período, observada a alternância entre representantes do Poder Público e da Sociedade Civil.
§ 2º Compete ao Presidente:
I – representar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN perante os órgãos públicos e a sociedade;
II – convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
III – encaminhar as deliberações do Conselho aos órgãos competentes;
IV – zelar pelo cumprimento das decisões do Plenário;
V – exercer o voto de qualidade em caso de empate.
§ 3º O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, auxiliando-o no exercício de suas atribuições.
§ 4º A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN será exercida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, que designará servidor para prestar o apoio administrativo, técnico e operacional necessário ao funcionamento do Conselho.
§ 5º Compete à Secretaria Executiva organizar as pautas das reuniões, lavrar as atas, manter o arquivo documental do Conselho, expedir comunicações, prestar apoio às atividades do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN e executar outras atribuições necessárias ao seu regular funcionamento."
(...)"

Art. 5º Fica alterada a redação do art. 5º da Lei Municipal n.º 305, de 30 de junho de 2003, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 5º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN poderá instituir Câmaras Temáticas permanentes e Grupos de Trabalho temporários, destinados ao estudo, análise, acompanhamento e elaboração de propostas sobre matérias específicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 1º As Câmaras Temáticas e os Grupos de Trabalho serão compostos por conselheiros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN, podendo contar com a participação de representantes de órgãos e entidades da administração pública, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, especialistas, técnicos e demais convidados com conhecimento ou atuação na matéria em estudo.
§ 2º Os participantes convidados de que trata o § 1º terão caráter consultivo e não exercerão direito a voto nas deliberações do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN.
§ 3º A criação, composição, atribuições e prazo de funcionamento dos Grupos de Trabalho serão definidos por deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN.
(...)"

Art. 6º Fica alterada a redação do art. 6º da Lei Municipal n.º 305, de 30 de junho de 2003, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 6º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN reunir-se-á:

I – ordinariamente, uma vez por mês, em calendário aprovado pelo Plenário;
II – extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por requerimento da maioria absoluta de seus membros.
§ 1º As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis e as extraordinárias com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, acompanhadas da respectiva pauta.
§ 2º O quórum para instalação das reuniões será de maioria simples dos membros titulares ou de seus suplentes no exercício da titularidade.
§ 3º As deliberações do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes, salvo disposição legal, regimental ou desta Lei em contrário.
§ 4º As reuniões do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN serão públicas, podendo participar, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades públicas, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, especialistas e demais interessados, mediante autorização do Plenário.
§ 5º As decisões do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN serão formalizadas por meio de resoluções, aprovadas pelo Plenário e publicadas na forma da legislação vigente, quando couber."
(...)"

Art. 7º Fica alterada a redação do art. 7º da Lei Municipal n.º 305, de 30 de junho de 2003, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 7º O funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN será disciplinado por Regimento Interno, aprovado pelo Plenário do Conselho.

§ 1º O Poder Executivo Municipal assegurará ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN o apoio administrativo, técnico, operacional e a infraestrutura necessária ao desempenho de suas competências.
§ 2º O Regimento Interno disciplinará, entre outras matérias, a organização e o funcionamento do Conselho, a atuação das Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho, os procedimentos das reuniões e das deliberações, bem como as atribuições de seus membros, observadas as disposições desta Lei.
(...)"

Art. 8º Fica alterada a redação do art. 9º da Lei Municipal n.º 305, de 30 de junho de 2003, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 9º Fica instituído o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – FMSAN, instrumento de natureza contábil e financeira destinado à captação, ao gerenciamento e à aplicação de recursos para o financiamento das ações, programas e projetos da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
§ 1º O Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – FMSAN ficará vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, responsável por sua gestão administrativa, orçamentária, financeira e contábil.
§ 2º A gestão dos recursos do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – FMSAN observará as diretrizes e deliberações do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN, ao qual compete acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos, na forma da legislação vigente.
§ 3º Constituem receitas do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – FMSAN aquelas previstas na legislação orçamentária, transferências voluntárias, convênios, doações e demais recursos destinados à execução da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
(...)"

Art. 9º As demais disposições constantes e vigentes da Lei Municipal n.º 305, de 30 de junho de 2003, permanecem inalteradas.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:58E6B3F3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.564/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Altera dispositivos que especifica da Lei Municipal n.º 1.507, de 10 de dezembro de 2025, e dá outras providências"

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1° Fica alterada a redação dos incisos I e IV do art. 5º da Lei Municipal n.º 1.507, de 10 de dezembro de 2025, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 5º

I - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

IV- Procuradoria Municipal.

(...)”

Art. 2º Fica revogada a redação da alínea “c” do art. 13 da Lei Municipal n.º 1.507, de 10 de dezembro de 2025.

Art. 3º Fica alterada a redação do inciso IV do art. 13 da Lei Municipal n. 1.507, de 10 de dezembro de 2025, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“(...)

Art. 13

IV - Secretaria executiva do COMPIR, que contará com profissional, preferencialmente de nível superior, para assessoramento.

(...)”

Art. 4º Fica alterada a redação do parágrafo único do art. 13 da Lei Municipal n. 1.507, de 10 de dezembro de 2025, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“(...)

Art. 13

Parágrafo único. O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos.

(...)”

Art. 5º Fica alterada a redação do art. 22 da Lei Municipal n. 1.507, de 10 de dezembro de 2025, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“(...)

Art. 22

A gestão deliberativa do FUMPIR será exercida pelo COMPIR e a gestão executiva pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, tendo como gestor(a) do Fundo o(a) Secretário(a) Municipal desta pasta.

(...)”

Art. 6º Fica alterada a redação do parágrafo único do art. 23 da Lei Municipal n. 1.507, de 10 de dezembro de 2025, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“(...)

Art. 23

Parágrafo único. As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta corrente, a ser aberta e mantida em **instituição financeira oficial**, sob denominação “Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Mandirituba – FUMPIR”.

(...)”

Art. 7º Fica alterada a redação do inciso I do art. 24 da Lei Municipal n. 1.507, de 10 de dezembro de 2025, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“(...)

Art. 24

I – Pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a deliberação do COMPIR, à qual caberão as seguintes atribuições:

(...)”

Art. 8º As demais disposições constantes e vigentes da Lei Municipal n.º 1.507, de 10 de dezembro de 2025, permanecem inalteradas.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:73D10DF0

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.565/2026

DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: “Altera dispositivos que especifica da Lei Municipal n.º 860, de 18 de junho de 2015, e dá outras providências”.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1° Fica alterada a redação dos incisos I (um) e II (dois) do art. 3º da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“(...)

Art. 3º

I - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

II - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; e

(...)”

Art. 2º Fica alterada a redação do art. 4º da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“(...)

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é um órgão deliberativo e controlador da política de atendimento da Criança e Adolescente no Município, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, observada a composição paritária de seus membros, e tem seu funcionamento regulado por um Regimento Interno.
(...)”

Art. 3º Fica alterada a redação dos incisos I (um), II (dois), III (três) e V (cinco) do art. 8º da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“(...)

Art. 8º

I – Um representante da gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

II - um representante da Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

III - um representante da Proteção Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

V - um representante da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer;

Art. 4º Fica revogada a redação do parágrafo segundo do art. 8º da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015.

Art. 5º Fica alterada a redação do parágrafo terceiro do art. 9º da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 9º

§ 3º A vaga que será aberta em caso de perda da qualidade de membro deverá ser preenchida mediante nova eleição ou por convocação de entidades de Organizações da Sociedade Civil que tenham participado da última assembleia, considerando a sequência das entidades mais votadas.

(...)"

Art. 6º Fica alterada a redação do inciso III (três) do art. 10 da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 10

III - convocação juntamente com a Conferência de Direitos da Criança e do Adolescente.

(...)"

Art. 7º Fica revogado o inciso I (um) e alterada a redação do inciso III (três) do art. 12 da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 12

III - ocupantes de cargo de processo seletivo simplificado, de confiança e/ou cargo em comissão do poder público municipal, na qualidade de representante de entidade da sociedade civil;

(...)"

Art. 8º Fica alterada a redação do inciso I (um) do art. 15 da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 15

I - Faltar injustificadamente a 03 (três) sessões consecutivas deliberativas do Conselho;

(...)"

Art. 9º Fica alterada a redação e acrescido parágrafo único ao art. 18 da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 18 O Poder Executivo dotará a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação os meios e recursos necessários à instalação e funcionamento regular e permanente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Parágrafo único: O Secretário Executivo será nomeado pelo chefe do poder executivo dentre os colaboradores da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

(...)"

Art. 10º Fica alterada a redação dos incisos III (três) e VIII (oito) do art. 19 da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 19

III - Deliberar sobre Planos de Trabalho a ser firmado por meio de Termos de Fomento com as Organizações da Sociedade Civil e que atuem na área de atendimento à criança e ao adolescente;

VIII - formular, encaminhar e acompanhar junto aos órgãos competentes, denúncias de todas as formas de negligência, omissão, discriminação, exclusão, exploração, violência, crueldade e opressão contra a criança ou adolescente;

(...)"

Art. 11º Fica alterada a redação do art. 34 da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 34 O subsídio devido a cada Conselheiro Tutelar será de R$ 4.971,53 (quatro mil novecentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos).

(...)"

Art. 12º Fica alterada a redação parágrafo único do art. 43 da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 43

Parágrafo único. O Conselho Tutelar divulgará mensalmente sua escala de plantão ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Secretaria de Assistência Social e Habitação, Hospital Municipal, Guarda Municipal e Polícia Civil e Militar.

(...)"

Art. 13º Fica alterada a redação do art. 55 e acrescidos os parágrafos primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto do mesmo artigo a Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 55 O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidades ao Conselheiro Tutelar, que praticar falta funcional, será conduzido por Comissão previamente nomeada pelo Prefeito, composta por três membros

§ 1º A Comissão de Ética do Conselho Tutelar, instituída no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, será composta por Presidente, Relator e Membro.
§ 2º Compete ao Presidente da Comissão de Ética:
I – coordenar os trabalhos da Comissão;

II – convocar e presidir as reuniões;
III – representar a Comissão perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e demais órgãos;

IV – encaminhar os relatórios e deliberações da Comissão ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
V – zelar pelo cumprimento dos prazos e procedimentos previstos.
§ 3º Compete ao Relator da Comissão de Ética:
I – conduzir a instrução dos procedimentos que lhe forem distribuídos;
II – analisar os fatos, documentos e manifestações apresentadas;
III – elaborar relatório e voto fundamentado para apreciação da Comissão;
IV – propor encaminhamentos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, conforme o caso.
§ 4º Compete as Membro da Comissão de Ética:
I – participar das reuniões e deliberações da Comissão;
II – colaborar na apuração dos fatos e na análise dos procedimentos;
III – votar nos processos submetidos à Comissão;
IV – propor diligências e medidas necessárias à adequada instrução dos procedimentos.
§ 5º A atuação da Comissão de Ética observará os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, na forma da legislação vigente.
(...)"

Art. 14º As demais disposições constantes e vigentes da Lei Municipal N.º 860, de 18 de junho de 2015, permanecem inalteradas.

Art. 15º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:05E9976F

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 315 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração a pedido, da função em caráter temporário, de Professor, a servidora **LEONI APARECIDA OZORIO DE PAULA**, matrículas 500411 e 500485, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:18420786

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 316 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração a pedido, da função em caráter temporário, de Professor, a servidora **MARILI LACERDA DOS ANJOS**, matrícula 500517, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:B725B4FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 317 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial as Leis Municipais nº 602/2011 e 480/2008.

RESOLVE

Art. 1º Retirar a gratificação correspondente a 15% do vencimento básico de cada carreira, pelo término da função de Suporte Pedagógico nas Instituições de Educação Infantil – CMEIs e Escolas Municipais, para as professoras abaixo relacionadas:

MATR MATR	FUNCIONÁRIA	LOCAL
2261	Elis Regina de Oliveira Fonseca	Escola Mun. Bom Jesus
3427	Mariana Ivankio de Oliveira	Escola Mun. Alice Machado Ferreira

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:8981455C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA Nº 318 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial as Leis Municipais nº 602/2011 e 480/2008.

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação correspondente a 25% do vencimento básico de carreira, para o exercício da função de Suporte Pedagógico, para as professoras abaixo relacionadas:

MATR MATR	FUNCIONÁRIA	LOCAL
2261	Elis Regina de Oliveira Fonseca	Secretaria Municipal de Educação
3427	Mariana Ivankio de Oliveira	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de agosto de 226, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:56653870

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA Nº 319 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial as Leis Municipais nº 602/2011 e 480/2008.

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação correspondente a 15% do vencimento básico de carreira, para o exercício da função de Suporte Pedagógico, para a professora abaixo:

MATR MATR	FUNCIONÁRIA	LOCAL
2069	Marcia Ribas	CMEI- José Buher

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 13 de abril de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:661EA623

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA Nº 320 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial as Leis Municipais nº 602/2011 e 480/2008.

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação correspondente a 15% do vencimento básico de carreira, para o exercício da função de Suporte Pedagógico, para a professora abaixo:

MATR MATR	FUNCIONÁRIA	LOCAL
1617/ 1874	Maria Terezinha Machado Pavan	CMEI- Construindo O Saber

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:C597582E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 321 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA,** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando requerimento expresso formulado perante o órgão competente,

RESOLVE

Art. 1º Conceder **LICENÇA MATERNIDADE** de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora **AMANDA WENDRECHOVSKI,** matrícula nº 4353, no cargo de **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**, sendo no período de 17/08/2026 a 12/02/2027, conforme Artigo 207 da Lei 02/91, alterado pela Lei 487/2008.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 17 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:7FC215D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 322 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal nº 02/1991;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença sem Vencimentos para Tratar de Assuntos Particulares no período de 02 (dois) anos, na forma do que dispõe o art. 91 da Lei Municipal 02/91**,** ao servidor, **LEANDRO PORTO,** matricula nº 3464, no cargo de **TRABALHADOR BRAÇAL,** lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 03 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:3382D832

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 323 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: "Dispõe sobre o retorno de servidor às suas atividades funcionais e torna sem efeito a licença concedida para participação em pleito eleitoral."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito, em razão da não apresentação da documentação comprobatória exigida e da desistência do servidor em participar do pleito eleitoral, a licença concedida por meio da Portaria n.º 256, de 03 de julho de 2026, publicada em 06 de julho de 2026, na edição n.º 3566 do Diário Oficial do Paraná.

Art. 2º O servidor deverá retornar às suas atividades funcionais e reassumir o exercício regular de suas atribuições a partir de 05 de agosto de 2026, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, ficando restabelecida sua frequência funcional a partir da referida data.

Art. 3º Ficam revogados os efeitos da Portaria n.º 256, de 03 de julho de 2026, a partir de 03 de julho de 2026, nos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:210617E5

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 324 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Complementar n.º 63 de 18 de abril de 2022, que dispõem sobre o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração para os servidores públicos ativos integrantes da Guarda Municipal de Mandirituba.

RESOLVE

Art. 1º Ficam promovidos por qualificação profissionalem nível vertical, após análise e deferimento da Comissão Gestora do Plano de Carreira da Guarda Municipal do Município de Mandirituba, os servidores efetivos Públicos Municipais que solicitaram com apensamento de documentos referentes a escolaridade, o título/certificado reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação e/ou Secretaria de Educação Estadual, dentro da especificidade de formação mínima para cada grupo ocupacional, nos termos dos artigos 53 ao 56 da Lei Complementar n.º 63 de 18 de abril de 2022.

Mat.	Nome	De: Nível	Para: Nível
2121	Amarildo Jose Goncalves	C	D
4011	Marcio Barboza Canica	B	C

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:97CCF842

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 325 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA,** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando requerimento expresso formulado perante o órgão competente,

RESOLVE

Art. 1º Conceder **LICENÇA MATERNIDADE** de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora **CAMILA SILVA PEREIRA LEITE VIEIRA,** matrícula n° 4575, no cargo de **EDUCADOR INFANTIL**, sendo no período de 17/08/2026 a 12/02/2027, conforme Artigo 207 da Lei 02/91, alterado pela Lei 487/2008.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 17 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:60263550

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 327 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes.

R E S O L V E

Art. 1º Conceder a Servidora abaixo, FÉRIAS, usufruídas de acordo com o Requerimento e Deferimento do Prefeito Municipal, conforme Art. 80 da Lei 02/91.

MAT	FUNCIONÁRIO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO FÉRIAS	CONV. FÉRIAS
4352	Ana Teresa do Amaral Palu	01/01/2025 a 31/12/2025	20/08/2026 a 04/09/2026	Não

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 20 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:6266D178

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 24/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 24/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município tendo em vista o resultado final do **Concurso Público** realizado através do **Edital Nº 001/2025** com resultado homologado pelo **Edital Nº 001.15/2025** de 05 de Agosto de 2025**. Resolve:** Convocar os candidatos abaixo, para comparecerem no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data da publicação deste Edital, na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mariópolis, na Rua Seis, nº 1030, na cidade de Mariópolis, munidos da documentação necessária, constantes na relação publicada a baixo deste edital na Página Oficial da Prefeitura, para a devida nomeação no Cargo para o qual se habilitaram no referido Concurso Público. O não comparecimento no prazo estipulado ou não apresentação da documentação necessária serão considerados desistentes.

INSC.	NOME	CARGO	CLAS.
23786735	EMANUELLY DA COSTA SILVA	PROFESSOR (A)	05º AFRO
23786950	ERENICE IZABEL MENDES DA SILVA	PROFESSOR (A)	38º

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 21 de Agosto de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:A182D76E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 168/2026

PORTARIA N° 168/2026 DATA: 21/08/2026 SÚMULA: "Exonera, a pedido, Bruna Almeida Zankoski, do cargo de Auxiliar Administrativo." **Mario Eduardo Lopes Paulek**, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais: **RESOLVE: ART. 1°-** EXONERAR, a pedido, **Bruna Almeida Zankoski**, **matrícula** n° 757-9, do cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 21 de agosto de 2026 em conformidade com o protocolo n° 667/07/2026. **ART. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:2987FEFC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
PORTARIA Nº 911/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e considerando a necessidade de retificação do período de licença-maternidade concedido pela **Portaria nº 577/2026**, em razão da internação hospitalar da criança, nos termos do **§ 2º do art. 108 da Lei Municipal nº 1.165/2008 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos**,
RESOLVE:
Art. 1º Retificar a **Portaria nº 577/2026**, especificamente quanto ao período de licença-maternidade concedido à servidora **JOSIANE CORREA ROCHA ROMANO NUNES**, matrícula nº **101957/1**, ocupante do cargo de **Enfermeiro**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Onde se lê:
"10/05/2026 a 05/11/2026 (180 dias)"
Leia-se:
"10/05/2026 a 21/11/2026 (196 dias)"
Art. 3º A presente retificação decorre do **nascimento prematuro da criança**, tendo sido comprovada sua **internação hospitalar pelo período de 16 (dezesseis) dias**, devendo referido período ser acrescido à licença-maternidade, conforme determina o **§ 2º do art. 108 da Lei Municipal nº 1.165/2008**, que dispõe:
"§ 2º No caso do nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto devendo a mesma ser prorrogada acrescentando o número de dias relativos à internação da criança até sua alta hospitalar."
Art. 4º Em razão da presente retificação, fica mantido o período inicial da licença-maternidade em **10 de maio de 2026**, passando seu término de **05 de novembro de 2026 para 21 de novembro de 2026**, totalizando **196 (cento e noventa e seis) dias** de licença.
Art. 5º Permanecem **inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 577/2026** que não tenham sido expressamente modificados pela presente Retificação.
Art. 6º Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **10 de maio de 2026**.

Matinhos, PR, 20 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:CF8A49DF

GABINETE
PORTARIA Nº 912/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o ofício n° 404/2026-SEFIN, resolve:

SUSPENDER

Art.1° Do servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 20 de agosto a 03 de setembro de 2026, concedidas pela portaria 770/2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
100682/1	Henrique Buck Zella	Técnico Administrativo	2023/2024

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos no dia 20 de agosto de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 21 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:1FDC0B90

GABINETE
PORTARIA Nº 913/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em face ao processo nº 25036 e 28983/2026, resolve:

CONCEDER

Art.1º A servidora **ALEXANDRA ALVES MESQUITA,** matrícula nº **57843/1** ocupante do cargo público de **Professor**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **90(noventa) dias** de **Licença Prêmio** a contar **do dia 15 de setembro de 2026 a 13 de dezembro de 2026**, referente ao período aquisitivo de **2006 a 2011**, conforme o artigo nº 55 da Lei Municipal n° 1819/2016 – (Estatuto e Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério da Rede Municipal de Ensino Público do Município de Matinhos - PR).

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 15 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR 21 de agosto de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:9EFC62CB

GABINETE
PORTARIA Nº 914/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em face ao processo nº 6446 e 28982/2026, resolve:

CONCEDER

Art.1º A servidora **CRISTIANE FAVERO DA VEIGA,** matrícula nº **18775/1** ocupante do cargo público de **Professor**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **90(noventa) dias** de **Licença Prêmio** a contar **do dia 15 de setembro de 2026 a 13 de dezembro de 2026**, referente ao período aquisitivo de **2003 a 2008**, conforme o artigo nº 55 da Lei Municipal n° 1819/2016 – (Estatuto e Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério da Rede Municipal de Ensino Público do Município de Matinhos - PR).

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 15 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR 21 de agosto de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:004FA849

GABINETE
PORTARIA Nº 915/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em face ao processo nº 6446 e 28982/2026, resolve:

CONCEDER

Art.1º A servidora **CRISTIANE FAVERO DA VEIGA,** matrícula nº **18775/2** ocupante do cargo público de **Professor**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **90(noventa) dias** de **Licença Prêmio** a contar **do dia 15 de setembro de 2026 a 13 de dezembro de 2026**, referente ao período aquisitivo de **2000 a 2005**, conforme o artigo nº 55 da Lei Municipal n° 1819/2016 – (Estatuto e Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério da Rede Municipal de Ensino Público do Município de Matinhos - PR).

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 15 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR 21 de agosto de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:241F9269

GABINETE
PORTARIA Nº 916/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em face ao processo nº 26503 e 28534/2026, resolve:

CONCEDER

Art.1º Ao servidor ANDRÉ RICARDO HIDEO MATSUZAKI matrícula nº 76503/1, ocupante do cargo público de Agente de Combate a Endemias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 90(noventa) dias de Licença Prêmio a contar do dia 25 de setembro de 2026 a 23 de dezembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 2016 a 2021, conforme artigo nº 113 da Lei Municipal n°1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos).

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 25 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR 21 de agosto de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:D325F8DD

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
ATA DA REUNIÃO – 21 DE AGOSTO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - MATINHOS PREV

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h00 (dez horas), nas dependências da sede do Instituto de Previdência do Município de Matinhos – MATINHOS PREV, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência, sob a presidência do Sr. Ivo Mendes Júnior, com a presença dos seguintes membros: Sra. Karyne Emanuelle Zys da Silva, Sra. Katerine Ondina Herdt, Sra. Camila da Rosa Belarmino, Sra. Márcia Cunha e Sr. Rafael Honorato dos Santos. Dando início aos trabalhos, o Presidente apresentou como primeiro item da pauta a documentação solicitada na reunião anterior, referente ao comparativo das rentabilidades dos fundos de investimentos relacionados às realocações propostas para a carteira de investimentos do MATINHOS PREV. Informou que o Presidente do Comitê de Investimentos, Sr. Alessandro Koiti Ymai, encaminhou o referido comparativo para análise deste Conselho. Após a apresentação e análise das informações, os membros do Conselho verificaram que as rentabilidades dos fundos analisados apresentam resultados muito semelhantes, não havendo diferença significativa que justificasse a alteração da proposta de realocação. Diante disso, após discussão entre os membros, o Conselho Municipal de Previdência **aprovou as alocações propostas**, considerando as informações constantes no comparativo de rentabilidade apresentado pelo Comitê de Investimentos. Na sequência, foi apresentada aos membros do Conselho a explanação realizada pelo atuário responsável, referente ao estudo técnico relacionado ao **Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS**, contemplando a situação e as perspectivas do referido fundo. Após a apresentação e discussão acerca dos dados e das alternativas apontadas no estudo atuarial, os membros entenderam pela necessidade de dar ciência e submeter o estudo à apreciação do Chefe do Poder Executivo Municipal, para conhecimento e adoção das providências que entender cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião, e eu, Katerine Ondina Herdt, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

IVO MENDES JÚNIOR
Presidente Conselho Municipal de Previdência

RAFAEL HONORATO DOS SANTO
Membro

KATERINE ONDINA HERDT
Membro

KARYNE EMANUELLE ZYS DA SILVA
Membro

CAMILA DA ROSA BELARMINO
Membro

MÁRCIA CUNHA
Membro

Publicado por:
Katerine Ondina Herdt
Código Identificador:119076B5

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026
CELEBRADO ENTRE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS E MWP GESTÃO PUBLICA LTDA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2026

CONTRATO Nº 004/2026 - MATINHOS PREV

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026 - MATINHOS PREV

PROCESSO Nº 008/2026 - MATINHOS PREV

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS

CONTRATADA: MWP GESTÃO PUBLICA LTDA – CNPJ N. º 50.2025.404/0001-90

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento, contratação de empresa especializada em suporte, treinamento, capacitação e configuração de alta complexidade ao software de gestão pública, envios periódicos de obrigações (SIM AM, Social, Reinf) e Assessoria-Certificação Pró Gestão.

VALOR CONTRATADO: R$54.000,000, VALOR GLOBAL.

PERÍODO DO CONTRATO: 05/09/2026 A 04/09/2027

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES

Matinhos, 20 de agosto de 2026.

KATERINE ONDINA HERDT MANTOVANI
Presidente Previdenciaria
Instituto de Previdência Dos Servidores Públicos
Matinhos/PR -MATINHOS PREV

Publicado por:
Ana Paula Fernandes Barboza
Código Identificador:11ADA22E

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

A Presidente Previdenciária de Matinhos Prev torna pública a **RATIFICAÇÃO** da Inexigibilidade de Licitação nº 004/2026 – Matinhos Prev, situado a Av. Juscelino Kubitscheck de Oliveira, 975, sala 10 e 11, Centro, cidade de Matinhos/Pr, que prevê o contrato n°**004/2026 de serviços técnicos de planejamento, contratação de empresa especializada em suporte, treinamento, capacitação e configuração de alta complexidade ao software de gestão pública, envios periódicos de obrigações (SIM AM, Social, Reinf) e Assessoria-Certificação Pró Gestão,** em favor da empresa contratada MWP GESTÃO PUBLICA LTDA, portadora do CNPJ 50.2025.404/0001-90 no valor global de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), nos termos do artigo 74, inciso III, alínea c/f, o art. 18, art. 61, inciso XVIII, a, XIX e art. 80 § 40 da Lei 14.133/2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação para prestação de serviço, por atender aos requisitos legais e em conformidade com a justificativa apresentada e demais documentos constantes dos autos.

Determino a publicação do presente ato na forma da lei, para que produza seus efeitos legais.

Matinhos, 20 de agosto de 2026.

KATERINE ONDINA MONTOVANI
Presidente Previdenciária do Matinhos Prev

Publicado por:
Ana Paula Fernandes Barboza
Código Identificador:AFC963EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N°021/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 021/2026

O Prefeito Municipal de Matinhos torna pública e AUTORIZA a Inexigibilidade nº 021/2026, que prevê a INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ACOMODAR O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), pela locadora MARLI TERESINHA RIOS PEREIRA inscrito no CPF Nº 479.295.880-68 no valor de R$ 43.080,00 (quarenta e três mil e oitenta reais), com base no Art. 74, inciso V, da Lei Federal n° 14.133/21 e suas alterações, de acordo com o parecer jurídico proferido pela Procuradoria Jurídica do Município.

Matinhos, 21 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito de Matinhos

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:F1338F88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE DIARIA Nº 31/2026

Autorização de Diária Nº 31/2026

Ficam concedidas Diárias para ressarcimento de despesas com alimentação e hospedagem, conforme disposto na Lei Municipal nº 562/2018 e Resolução Legislativa n°01/2025 na forma abaixo:

NOME: Josias Ferreira Lima
CARGO: Vereador
DESTINO: Foz do Iguaçu - PR
OBJETIVO: "O Poder Fiscalizador e Julgador do Legislativo Municipal. Vereadores, Assessores e Servidores: Atuação nas CPI'S, Comissões Processantes, Comissões Especiais e no Controle Interno e Externo da Administração Pública."

DATA - SAIDA: 19/08/2026 RETORNO: 21/08/2026

TOTAL DE DIARIAS: 2,5 VALOR: R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)

MARCELO RAK
Presidente

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:444F234C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LICITAÇÃO
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASELVA E A EMPRESA VORTEX ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRASELVA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Dona Madalena, no 41, em MIRASELVA/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 75.845.529/0001-05, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito **JOÃO MARCOS FERRER**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob no 3.870.229-7 e inscrito no CPF/MF no 365.867.819-49, residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA: VORTEX ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.083.712/0001-48, sediada na Rua 137, S/N, bairro de Lourdes, município de Rio Verde - GO, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por seu sócio o senhor **WELITON DE PAULA SILVA**, portador do R.G nº 6250561 e inscrito no CPF nº 057.544.351-00.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a SUPRESSÃO DE SERVIÇOS referentes à implantação da rede de distribuição e das respectivas ligações domiciliares, integrantes da contratação de empresa de engenharia para a execução de rede de abastecimento de água potável na Vila Rural, conforme descrito em projetos e orçamento na Tabela CAIXA, e conforme Instrumento de Repasse nº 4116000/2023 do Programa "Itaipu Mais que Energia", em atendimento à Divisão de Administração do Município de Miraselva/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO DE SERVIÇOS E DO VALOR

Pelo presente Termo Aditivo, com fundamento nos arts. 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica formalizada a SUPRESSÃO de serviços constantes da planilha contratual, no percentual de 14,73% (quatorze vírgula setenta e três por cento), correspondente ao valor de R$ 52.289,07 (cinquenta e dois mil duzentos e oitenta e nove reais e sete centavos), conforme Planilha de Supressão elaborada e conferida pela fiscalização municipal e Parecer Técnico emitido pelo Setor de Engenharia.

A supressão compreende, entre outros, os serviços de movimentação de solos, assentamento da rede de distribuição e execução das ligações domiciliares, considerando que a área já dispõe de rede de distribuição de água implantada e em funcionamento, em condições adequadas de utilização.
A alteração decorre das condições verificadas em campo, tendo sido constatado que a implantação de uma nova rede não se mostra necessária e demandaria abertura de valas, cortes no pavimento asfáltico e posterior recomposição, acarretando custos adicionais e transtornos à população e ao tráfego local.
A supressão não compromete a finalidade do empreendimento, uma vez que a função de distribuição de água continuará sendo atendida pela rede existente, mostrando-se a manutenção da infraestrutura atual tecnicamente viável e economicamente mais vantajosa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 049/2025 e de seus termos aditivos anteriores que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Miraselva, 21 de agosto de 2026.

Município de Miraselva
JOÃO MARCOS FERRER
Contratante

Vortex Engenharia e Construções LTDA - ME
WELITON DE PAULA SILVA
Contratada

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:E878BC5C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
PORTARIA Nº 057/2026

"Concede período de férias ao servidor Dinoel Alves do Carmo e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, VEREADOR JOÃO VITOR PELUSO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER nos dias 24 a 31 de agosto de 2026 (08 dias), do corrente ano o usufruto de **FÉRIAS** ao Senhor servidor DINOEL ALVES DO CARMO, - portador da cédula de identidade/R.G. nº 6.947.700-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 027.661.239-62, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade sob nº CRC-PR-049045-O-3, exercente do cargo de Contador da Câmara Municipal de Morretes, relativo ao período aquisitivo de 01 de maio de 2025 à 30 de abril de 2026.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Palácio Marumbi, Morretes, 19 de agosto de 2026.

JOÃO VITOR PELUSO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:C5BA586A

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
PORTARIA N° 27 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 27 DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a antecipação de rescisão de contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis de Trabalho – CLT e dá outras providências.

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO Á SAÚDE DE MORRETES, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Edital do Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais de saúde em caráter excepcional e interesse público, em conformidade com as disposições previstas na Constituição Federal, a Lei Complementar n.° 50/2022, que institui a FASMO - Fundação de Atenção à Saúde de Morretes, o Estatuto Social, o Regimento Interno, e a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, e

CONS IDERANDO o disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal e o previsto na Lei Ordinária Municipal ri° 141/2011 e Lei n° 935/2025 que dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público para atendimento da saúde pública municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação administrativa e organizacional dos serviços;

CONSIDERANDO o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

CONSIDERANDO que a contratação temporária por Processo Seletivo Simplificado possui natureza precária, excepcional e transitória, destinando-se ao atendimento de necessidade temporária

de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal e da legislação municipal aplicável;

CONSIDERANDO que os contratos administrativos temporários firmados no âmbito do PSS não geram direito à permanência do contratado até o termo final inicialmente previsto, especialmente quando cessadas, reduzidas ou modificadas as circunstâncias fáticas e administrativas que justificaram a contratação;

CONSIDERANDO, por fim, a conveniência administrativa de promover a rescisão antecipada dos contratos temporários vinculados ao PSS, em razão da superveniência de circunstâncias que afastam a necessidade de sua continuidade, sem prejuízo da continuidade do serviço público por outros meios legalmente adequados.

RES OLVE:

Artigo 1°. Fica determinada a antecipação da rescisão do contrato de trabalho da Sra. **SIMONE DA CRUZ NASCIMENTO**, inscrita no CPF nº
017.XXX.939-XX, ocupante do cargo/função de TÉCNICO (A) DE ENFERMAGEM, matrícula n° 99, anteriormente previsto para o término em **15/09/2026**, passando a vigorar com data de desligamento o dia **24/08/2026.**

Artigo 2°. O pagamento das verbas rescisórias (em especial 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional), do contrato de trabalho rescindido observará os termos previstos no Contrato de Trabalho e na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Artigo 3°. A Direção Administrativa e Financeira disponibilizará ao(a) empregado(a) público temporário(a) o teor desta Portaria, comunicando-se para ciência e a necessidade de entrega da Carteira de Trabalho e Previdência Social— CTPS, para as devidas anotações.

Artigo 4°. Os documentos mencionados no art. 3º deverão ser disponibilizados na sede administrativa da FASM O no prazo de cinco dias úteis.

Artigo 5°. O Departamento de Recursos Humanos deverá providenciar as anotações necessárias, observando-se o disposto no artigo 477, e o §6° da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo que o pagamento das verbas rescisórias será efetivado no prazo de 10 (dez) dias.

Artigo 6°. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Morretes/PR, 21 de agosto de 2026.

EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIGUER
Diretora Geral da FASMO
Decreto nº 2322/2025

ANEXO I

MATRÍCULA	NOME	CARGO
99	SIMONE DA CRUZ NASCIMENTO	TÉCNICO (A) DE ENFERMAGEM

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:1CE53D06

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9263 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9263 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Nomeação para o cargo de Superintendente de Comunicação Intersecretarial, DAS – 1, Sr.ª. Carolina de Souza Freire, vinculada à Secretaria Municipal de Comunicação, a partir de 24/08/2026

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear, a partir de 24 de agosto de 2026, a Sr.ª. Carolina de Souza Freire, para o cargo de Superintendente de Comunicação Intersecretarial, DAS – 1, vinculada à Secretaria Municipal de Comunicação, CPF nº 039.XXX.XXX-14, RG nº 8.XXX.XXX-2/PR.
A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 21 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:23AB4972

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 46/2026
Concorrência Eletrônica nº 04/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia destinada à construção de 02 (duas) quadras poliesportivas do programa "meu campinho" no município de Morretes-PR.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 46/2026 e Concorrência Eletrônica N.º 04/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a(s) autoridade(s) competente(s) resolve(m) **ADJUDICAR** o(s) objeto(s) do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação à(s) seguinte(s) empresa(s):

MAXIMUS CONTRUTORA E ESTRUTURAS METÁLICAS, inscrita no CNPJ n.º34.692.583/0001-80, vencedora do(s) item(ns) 1 e 2 no valor total de R$ 1.190.668,36 (um milhão e cento e noventa mil e seiscentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Em sequência, decide(m) **JULGAR** o recurso administrativo de acordo com o entendimento do Agente de Contratação e, resolve(m) então **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.

[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria." [...]

Por fim, convoca(m)-se a(s) proponente(s) supramencionada(s) para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 16 de julho de 2026.

DARCICLY DE SOUZA JUNQUEIRA
Secretário Municipal de Esportes

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:83383BE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ORIENTAÇÃO TÉCNICA-ADMINISTRATIVA Nº 001/2026 - SEMED/DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
Divisão de Ensino (DE)

ORIENTAÇÃO TÉCNICA-ADMINISTRATIVA Nº 001/2026 - SEMED/DE

Estabelece orientações complementares, de aplicação imediata, ao "Protocolo de Segurança Escolar e Gestão de Crise 2026–2029", relativas ao fluxo institucional para acolhimento, comunicação, encaminhamento e acompanhamento de ocorrências envolvendo estudantes.

A **Secretária Municipal de Educação** do Município de Morretes – Estado do Paraná, ADRIANA ASSUMPÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o **"Protocolo de Segurança Escolar e Gestão de Crise 2026–2029"** constitui instrumento institucional vigente e de observância pelas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
Considerando as disposições do referido Protocolo, especialmente quanto à comunicação imediata com a SEMED, à articulação intersetorial, ao acolhimento, à formalização dos registros e à preservação das informações sensíveis;
Considerando a necessidade de uniformizar, em caráter imediato, a atuação das unidades escolares enquanto se procede ao aprimoramento do Protocolo de Segurança Escolar e Gestão de Crise e à consolidação do fluxo intersetorial com a rede municipal de saúde;
Considerando que a proteção integral das crianças exige atuação imediata, articulada e devidamente registrada pela unidade escolar, pela Secretaria Municipal de Educação e pelos demais serviços integrantes da rede de proteção, conforme as atribuições de cada órgão;
Considerando que a comunicação aos órgãos externos não substitui as providências de acolhimento, proteção, acompanhamento pedagógico, orientação às famílias e prevenção que competem à instituição de ensino;
Considerando, ainda, a necessidade de assegurar unidade institucional, clareza de responsabilidades, proporcionalidade nos encaminhamentos e proteção dos dados pessoais dos estudantes;
Considerando o dever de prevenção, proteção e comunicação das situações que possam representar ameaça ou violação dos direitos de crianças e adolescentes, nos termos da legislação aplicável;
Considerando a obrigatoriedade de notificação ao Conselho Tutelar dos casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada identificados no ambiente escolar;

ESTABELECE, para observância imediata pelas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, as seguintes orientações e procedimentos:

Atuação imediata da unidade escolar
1.1 Diante de ocorrência envolvendo risco à integridade física, autolesão, sofrimento emocional, violência, conflito entre alunos ou outro fato relevante, a direção deverá adotar imediatamente as providências necessárias à interrupção da situação, à proteção dos envolvidos, ao acolhimento individualizado e à avaliação da necessidade de atendimento emergencial.
1.2 Em situação de risco atual, lesão significativa ou necessidade de intervenção urgente, o serviço de saúde ou de emergência deverá ser acionado imediatamente, independentemente de qualquer outra providência administrativa.
1.3 Quando houver risco atual à integridade do estudante, este deverá permanecer acolhido e acompanhado por profissional da unidade escolar até sua entrega ao responsável ou aos profissionais do serviço de saúde ou de emergência, não devendo permanecer sozinho.
1.4 A equipe escolar deverá, sempre que possível e sem se expor a risco, afastar do ambiente objetos ou materiais que possam causar novas lesões, preservando os elementos necessários ao registro objetivo da ocorrência.

Comunicação aos responsáveis
2.1 Os responsáveis deverão ser comunicados com a maior brevidade possível, recebendo orientação objetiva sobre o fato, os cuidados imediatos e a necessidade de eventual procura por atendimento especializado.
2.2 O comparecimento, as orientações fornecidas, os compromissos assumidos e as providências posteriormente informadas pelas famílias deverão ser registrados pela escola, respeitados o sigilo e a privacidade dos estudantes.

Comunicação imediata à SEMED
3.1 A direção deverá comunicar imediatamente à SEMED as ocorrências que envolvam risco à integridade física, violência, autolesão, sofrimento emocional significativo ou necessidade de atuação da rede de proteção, antes da expedição de documentos institucionais a órgãos externos, sempre que a urgência da situação permitir.
3.2 A comunicação deverá possibilitar a análise conjunta do caso, a orientação da unidade escolar, a articulação com a rede competente e a definição dos encaminhamentos institucionais necessários.
3.3 O simples envio de cópia à SEMED de documento já expedido a outro órgão não substitui a comunicação prévia e a articulação institucional previstas no Protocolo de Segurança Escolar e Gestão de Crise.

Notificações legalmente obrigatórias
4.1 Permanecem integralmente preservadas as comunicações obrigatórias ao Conselho Tutelar e, conforme a natureza e a urgência do fato, aos serviços de saúde, de emergência ou à autoridade policial.
4.2 Nos casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada, inclusive autolesão e tentativa de suicídio, deverá ser realizada a notificação ao Conselho Tutelar, sem prejuízo das demais providências protetivas, pedagógicas e assistenciais cabíveis.
4.3 A comunicação à SEMED não deverá ser utilizada como condição ou motivo para retardar providência emergencial ou notificação expressamente exigida pela legislação.

Encaminhamento aos serviços competentes
5.1 As situações que demandem avaliação ou atendimento psicológico, psiquiátrico, pediátrico ou de outra natureza clínica deverão ser encaminhadas e acompanhadas de acordo com o fluxo estabelecido pela rede municipal de saúde, com comunicação à SEMED para articulação institucional quando necessária, sem prejuízo da procura direta pelos responsáveis ou do acionamento imediato dos serviços de saúde e de emergência nas situações urgentes.
5.2 O acionamento da Assistência Social deverá observar as atribuições dos respectivos serviços e estar fundamentado na existência de situação que demande acompanhamento socioassistencial, evitando-se pedidos genéricos de investigação, diagnóstico familiar ou apuração de causas sem elementos objetivos que os justifiquem.

Responsabilidade pedagógica da escola
6.1 Os encaminhamentos externos não afastam a responsabilidade da unidade escolar de:
a) acolher e acompanhar os estudantes envolvidos;
b) orientar e manter contato com os responsáveis;
c) desenvolver ações pedagógicas e preventivas relacionadas à convivência, ao autocuidado, à cultura de paz e à busca de ajuda;
d) acompanhar a integração e o bem-estar dos estudantes no ambiente escolar;
e) adotar medidas para evitar a repetição da ocorrência;
f) proteger os demais estudantes eventualmente afetados; e
g) manter a SEMED informada sobre as providências e os resultados do acompanhamento;
h) verificar, mediante contato respeitoso com os responsáveis, se os encaminhamentos recomendados foram realizados, sem exigir acesso

a diagnósticos, prontuários ou informações clínicas protegidas por sigilo;
i) comunicar ao Conselho Tutelar eventual recusa, omissão ou ausência reiterada de providências pelos responsáveis quando essa situação puder representar risco ou prejuízo à proteção do estudante;
j) assegurar a atuação efetiva dos profissionais responsáveis pela orientação educacional, com planejamento, execução, acompanhamento e registro das ações preventivas e das intervenções realizadas.

6.2 As ações coletivas deverão ser planejadas de modo a não identificar, expor, constranger ou estigmatizar os estudantes envolvidos.

7. Atuação dos profissionais responsáveis pela orientação educacional
7.1 Os profissionais que desempenham funções de orientação educacional deverão atuar de forma contínua na prevenção, identificação, acolhimento e acompanhamento das situações abrangidas por esta Orientação, em conformidade com as atribuições previstas na Lei Complementar Municipal nº 30/2015.
7.2 No exercício de suas atribuições, caberá a esses profissionais conhecer e acompanhar o perfil educacional dos estudantes, mediante observação sistemática, análise de registros escolares, questionários, entrevistas, diálogo com professores e responsáveis e outros instrumentos pedagógicos adequados, com a finalidade de identificar necessidades de acompanhamento e orientar as intervenções da unidade escolar
7.3 A elaboração e o acompanhamento do perfil educacional deverão:
a) fundamentar-se em informações objetivas e pertinentes ao contexto escolar;
b) considerar as características individuais, sociais, familiares e educacionais do estudante, sem produzir estigmatização ou julgamento;
c) respeitar a privacidade, a dignidade e a condição peculiar de desenvolvimento da criança ou do adolescente;
d) evitar conclusões clínicas ou diagnósticas, que competem aos profissionais habilitados da área da saúde; e
e) resultar, quando necessário, em plano de acompanhamento pedagógico individualizado, com ações, responsáveis, prazos e registros de monitoramento.
7.4 Compete ainda aos profissionais responsáveis pela **orientação educacional:**
a) realizar o acolhimento inicial do estudante, por meio de escuta atenta, respeitosa e não julgadora, evitando interrogatórios ou repetição desnecessária de relatos;
b) orientar os professores e demais profissionais quanto às estratégias de acolhimento, proteção e acompanhamento no ambiente escolar;
c) manter diálogo com os responsáveis e acompanhar, no âmbito educacional, as providências informadas pela família;
d) propor, desenvolver e registrar ações preventivas e de sensibilização relacionadas à convivência, ao autocuidado, à saúde emocional, à cultura de paz, à prevenção das violências e à busca de ajuda;
e) planejar ações individuais e coletivas que não exponham, identifiquem ou estigmatizem os estudantes envolvidos;
f) acompanhar a frequência, a participação, as relações interpessoais e eventuais mudanças significativas no comportamento ou no desempenho escolar;
g) comunicar à direção situações que exijam articulação com a SEMED, com os responsáveis ou com a rede de proteção; e
h) manter registros objetivos das ações realizadas, das orientações prestadas, dos encaminhamentos adotados e dos resultados observados.
7.5 As ações preventivas e de sensibilização deverão integrar o planejamento pedagógico da unidade, não se limitando à realização de atividades pontuais após a ocorrência de situações de crise.
7.6 A atuação da coordenação pedagógica e da orientação educacional não substitui a avaliação ou o atendimento clínico quando necessários, nem transfere aos profissionais da Educação atribuições próprias dos serviços de saúde. Sua finalidade é assegurar o acolhimento, o acompanhamento pedagógico, a prevenção e a articulação institucional no âmbito escolar.

Formalização dos registros
8.1 Os relatórios deverão apresentar descrição objetiva e individualizada dos fatos e das providências adotadas, evitando conclusões clínicas, interpretações não fundamentadas, juízos de valor sobre os estudantes ou suas famílias e a submissão dos estudantes à repetição desnecessária de relatos sobre a ocorrência.
8.2 Não será suficiente o encaminhamento isolado de relatos, atas ou declarações sem a descrição das medidas institucionais efetivamente adotadas pela unidade escolar.
8.3 Os registros deverão indicar, sempre que aplicável, a data e o horário da ocorrência, os profissionais que intervieram, as condições observadas, os cuidados prestados, as comunicações realizadas, os encaminhamentos efetuados e as medidas de acompanhamento definidas.

Sigilo e proteção de dados
9.1 Os documentos que contenham informações pessoais ou sensíveis de crianças deverão tramitar de forma restrita e ser compartilhados somente com os órgãos e profissionais cuja atuação seja necessária.
9.2 Deverá ser observado o princípio da necessidade, evitando-se a reprodução ou circulação excessiva de nomes, endereços, telefones, documentos pessoais, informações familiares ou dados relativos à saúde dos estudantes.

Acompanhamento e cumprimento
10.1 A direção deverá assegurar que a equipe pedagógica e os profissionais envolvidos tenham ciência destas orientações e que sua aplicação seja observada nos casos futuros.
10.2 Eventuais dúvidas quanto ao órgão competente, à forma de encaminhamento ou à necessidade de comunicação externa deverão ser submetidas imediatamente à SEMED, sem prejuízo das providências emergenciais e das notificações legalmente obrigatórias.
10.3 A presente determinação possui caráter institucional e preventivo, visando organizar o fluxo de atuação, assegurar a proteção integral dos estudantes e garantir a adequada articulação entre a unidade escolar, a SEMED e os demais integrantes da rede de proteção.
10.4 A inobservância destas orientações deverá ser justificada e registrada pela direção da unidade escolar, para análise e adoção das providências cabíveis pela SEMED.
10.5 As presentes orientações complementam, em caráter imediato, as disposições do Protocolo de Segurança Escolar e Gestão de Crise 2026–2029 e permanecerão aplicáveis até a consolidação do fluxo definitivo em sua próxima atualização, sem prejuízo da obrigatoriedade de observância das demais disposições já vigentes.

Dê-se ciência às direções das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
Cumpra-se.
Morretes, 24 de agosto de 2026.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Vânia Stopinski
Código Identificador:AC43416E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO Nº 417/2026 CÓD. VERIFICADOR: T505UY16

INTERESSADO(A): A. Schuchmann & Cia Ltda
ASSUNTO: Solicitação de imunidade de Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição - ITBI
MUNICÍPIO: Nova Prata do Iguaçu - PR

1. RELATÓRIO

Trata-se de requerimento formulado por A. Schuchmann & Cia Ltda, objetivando o reconhecimento da imunidade de ITBI sobre a transmissão de imóvel destinado à integralização de capital social, nos termos do art. 156, §2º, inciso I, da Constituição Federal.
Conforme consta no protocolo, a requerente possui em seu objeto social atividades voltadas ao cultivo agrícola (soja, milho, feijão, trigo, entre outros) e a participação em outras sociedades (holdings de instituições não financeiras), figurando o cultivo de soja como sua atividade principal declarada perante a Receita Federal do Brasil.
Para instrução do pedido, a empresa apresentou documentos constitutivos, comprovante de inscrição cadastral, declarações fiscais e requerimento endereçado ao registro de imóveis.
Remetido o feito à Assessoria Jurídica deste Gabinete do Poder Executivo para análise e emissão de parecer, sobreveio o Parecer Jurídico nº 005/2026, o qual procedeu aprofundado exame fático, contábil e jurídico da postulação, concluindo pela ausência dos requisitos legais e constitucionais ensejadores da imunidade tributária pleiteada.

É o breve relatório. Passa-se à fundamentação e decisão.

2. FUNDAMENTAÇÃO E RAZÕES DE DECIDIR

Para a adequada solução da lide administrativa, submetem-se a exame os parâmetros normativos e fáticos que regem a matéria tributária em apreço, acolhendo-se integralmente os fundamentos expostos no Parecer Jurídico nº 005/2026 como razões de decidir, incorporando-os a este ato decisório.

ELEMENTOS DE ANÁLISE	CONTEXTO FÁTICO / JURÍDICO
Norma Constitucional	Art. 156, §2º, I, da Constituição Federal, que prevê a imunidade do ITBI na incorporação de bens ao patrimônio da pessoa jurídica em realização de capital.
Jurisprudência Aplicada	Entendimento consolidado do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) acerca da necessidade de interpretação teleológica das normas imunizantes, exigindo comprovação de substância econômica e efetiva atividade produtiva.
Análise Contábil	Balanços patrimoniais e Demonstrativos de Resultado de Exercício (DRE) de 2024 e 2025 que evidenciam ausência total de receitas operacionais e alocação de mais de 60 (sessenta) imóveis no ativo circulante - estoque - sem correspondência com insumos ou atividade agrícola produtiva.

2.1. Da interpretação teleológica da imunidade tributária e da exigência de substância econômica

A imunidade tributária prevista no artigo 156, §2º, inciso I, da Constituição Federal constitui limitação ao poder de tributar com a finalidade específica de facilitar a organização, estruturação e capitalização das pessoas jurídicas que desenvolvam atividade econômica voltada à produção de bens ou prestação de serviços, gerando empregos, renda e circulação de riquezas para a coletividade.
Contudo, a jurisprudência pacífica do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) estabelece que o reconhecimento da referida imunidade em favor de holdings patrimoniais ou familiares não possui caráter automático ou meramente formal. Exige-se, para a fruição do benefício, a comprovação cabal de que a pessoa jurídica exerce a atividade econômica efetiva e compatível com seu objeto social, cumprindo a função social da empresa:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ITBI. CONCESSÃO DE SEGURANÇA PARA RECONHECER A IMUNIDADE COM RELAÇÃO AOS IMÓVEIS QUE FOREM UTILIZADOS PELA IMPETRANTE PARA INTEGRALIZAR O CAPITAL SOCIAL. SENTENÇA REFORMADA. REGRA DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA QUE DEVE SER INTERPRETADA DE ACORDO COM A SUA FINALIDADE. ART. 156, §2º, INC. I, DA CF QUE TEM COMO OBJETIVO FACILITAR A CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS QUE IRÃO DESENVOLVER ATIVIDADE PRODUTIVA DESTINADA À PRODUÇÃO DE BENS OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, GERANDO EMPREGOS E CIRCULAÇÃO DE RIQUEZAS. IMPETRANTE QUE SE TRATA DE HOLDING FAMILIAR DESTINADA TÃO SOMENTE A GERIR O PATRIMÔNIO FAMILIAR E DE SEUS SÓCIOS. FINALIDADE INCOMPATÍVEL COM A IMUNIDADE PRETENDIDA. SEGURANÇA DENEGADA. RECURSO PROVIDO.” (Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0013228-93.2021.8.16.0031 - 1ª Câmara Cível - Rel. Desembargador Substituto Fernando Cesar Zeni - Jul. 19/06/2023).

Dessa forma, a mera adequação formal de cláusulas contratuais, a indicação de CNAE ou o registro perante órgãos competentes revelem-se insuficientes quando a realidade fático-contábil da empresa demonstra descompasso absoluto entre a estrutura formal declarada e a efetiva exploração de atividade econômica.

2.2. Da análise do caso concreto

Da análise minuciosa do protocolo, em especial as demonstrações contábeis e os Balanços Patrimoniais apresentados pela requerente referente aos exercícios de 2024 e 2025, constatam-se elementos objetivos que obstam o reconhecimento da imunidade tributária:

*** Ausência de Receita Operacional**: constatou-se que a empresa não auferiu qualquer receita advinda das atividades econômica declaradas em seu objeto social (cultivo de lavouras e atividades correlatas) ao longo dos referidos exercícios;
*** Incompatibilidade Patrimonial**: verificou-se a alocação de mais de 60 (sessenta) imóveis na conta de estoque do Ativo Circulante, desacompanhada de qualquer registro de insumos, maquinários agrícolas, despesas operacionais de lavoura ou outros ativos que atestem o efetivo exercício da atividade agrícola anunciada, e tampouco há participações societárias de outras empresas alocadas no Ativo da empresa aptas a demonstrarem a efetiva realização da atividade econômica do CNAE de Holdings de Instituição Não-Financeira;
*** Inexistência de Circulação de Riquezas**: não há no protocolo elementos fáticos que evidenciem a geração de postos de trabalho, circulação de riquezas ou fomento à atividade produtiva local, denotando que a constituição da pessoa jurídica teve como escopo exclusivo a gestão patrimonial estática e o planejamento sucessório/patrimonial, finalidade incompatível com a teleologia da imunidade constitucional do ITBI.

Assim, conforme bem fundamentado no parecer jurídico, a mera previsão formal de determinadas atividades no contrato social ou nos cadastros fiscais não se mostra suficiente, por si só, para comprovar o preenchimento dos pressupostos necessários ao reconhecimento da imunidade tributária, especialmente diante das circunstâncias concretas reveladas pela documentação apresentada.
Ressalta-se que o indeferimento não decorre isoladamente da inexistência de receita ou de eventual ausência de lucratividade, mas do conjunto de elementos objetivos constantes no Protocolo, os quais não permitem, no estado atual da instrução, reconhecer a efetiva realização das atividades econômicas declaradas e a correspondência entre a finalidade empresarial formalmente estabelecida e a realidade econômico-contábil da requerente.
Portanto, acolho integralmente as conclusões do Parecer Jurídico nº 005/2026, cujos fundamentos passam a constituir parte integrante desta decisão, concluindo-se que a requerente não logrou comprovar o preenchimento dos pressupostos materiais e teleológicos necessários para a concessão da imunidade tributária postulada.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no art. 156, §2º, inciso I, da Constituição Federal, nas demais disposições legais aplicáveis e acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos constantes do Parecer Jurídico nº 005/2026, **DECIDO** pelo **INDEFERIMENTO do pedido formulado por A. SCHUCHMANN & CIA LTDA de reconhecimento da imunidade** do Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição – **ITBI**.
O indeferimento fundamenta-se na insuficiência dos elementos probatórios apresentados para demonstrar a efetiva realização das atividades econômicas declaradas e a correspondência entre a

finalidade empresarial formalmente prevista e a realidade econômico-contábil da requerente.
Fica ressalvada a possibilidade de nova análise administrativa, caso a interessada apresente documentação idônea e suficiente capaz de demonstrar a efetiva exploração da atividade econômica e modificar os elementos fáticos considerados na presente decisão, conforme consignado no parecer jurídico.
Notifique-se a requerente do inteiro teor desta decisão, abrindo-se o prazo legal para interposição de recurso administrativo, caso assim o deseje.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Nova Prata do Iguaçu – PR, 21 de agosto de 2026

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:6E6C72AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
1º TERMO ADITIVO EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO - ESPERANDIO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2025 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 30.372.351/0001-94

CONTRATADO: ESPERANDIO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.759.866/0001-83

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 124, II, "d" DA LEI Nº 14.133/21.

Fica acertado entre as partes o **1º termo aditivo de EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei nº 14.133/21, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de COMBUSTÍVEIS, para atender as necessidades para atender as necessidades da Fundação Educação.

A partir desta data passam a vigorar os seguintes preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ATUAL	VALOR APROVADO
01	GASOLINA COMUM	6,39	**6,19**
02	ETANOL	3,69	**3,49**

Paiçandu – PR 21 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Presidente

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:6F477C62

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 56

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Michele Thais Alencar, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, CPF ***.620.549-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 21 de agosto de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 20 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 20 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:FF33301A

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2025 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2025 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU, inscrita no CNPJ sob nº 30.372.673/0001-33

CONTRATADO: ESPERANDIO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.759.866/0001-83

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 124, II, "d" DA LEI Nº 14.133/21.

Fica acertado entre as partes o **1º termo aditivo de EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei nº 14.133/21, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de COMBUSTÍVEIS, para atender as necessidades para atender as necessidades da Fundação de Saúde.

A partir desta data passam a vigorar os seguintes preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ATUAL	VALOR APROVADO
01	GASOLINA COMUM	6,39	**6,19**
02	ETANOL	3,69	**3,49**

Paiçandu – PR, 21 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:571AB51E

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
ERRATA DO EDITAL Nº 239/2026

de 12 de agosto de 2026

ONDE SE LÊ:
Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 20 de agosto de 2026, às 11h15min**, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **TÉCNICO EM RAIO-X 24 HORAS PSS.**

Nome da candidata	Classificação
ELIANA PEREIRA JANOTTI	9ª

.
LEIA-SE:
Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 28 de agosto de 2026, às 08h30min**, munido de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **TÉCNICO EM RAIO-X 24 HORAS PSS.**

Nome do candidato	Classificação
THIAGO LODE BARRETO VIEIRA	13°(PCD)

THIAGO ALVES CEFALO Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.**ERRATA DO EDITAL Nº 239/2026**
de 12 de agosto de 2026

ONDE SE LÊ:
Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 20 de agosto de 2026, às 11h15min**, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **TÉCNICO EM RAIO-X 24 HORAS PSS.**

Nome da candidata	Classificação
ELIANA PEREIRA JANOTTI	9ª

.
LEIA-SE:
Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 28 de agosto de 2026, às 08h30min**, munido de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **TÉCNICO EM RAIO-X 24 HORAS PSS.**

Nome do candidato	Classificação
THIAGO LODE BARRETO VIEIRA	13°(PCD)

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E72C0E1D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 267-2026

Prefeitura Municipal de Paiçandu
Rua 7 de Setembro, 499 - Centro - Fone: 44 31251101 - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 76.282.664/0001-52 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 267/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 130.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias

Suplementação(ões)	
Órgão - 14 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade - 14001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS	
Funcional - 15.452.1401.2010000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERV. PUBLICOS	
Despesa - 270 - 339030 - 00000 - MATERIAL DE CONSUMO	**130.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**130.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)	
Órgão - 14 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade - 14001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS	
Funcional - 15.452.1401.2010000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERV. PUBLICOS	
Despesa - 274 - 339039 - 00000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**130.000,00**
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	**130.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 21 de agosto de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:68AE442D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 268-2026

Fundação de Educação de Paiçandu
Rua Onésio Francisco de Farias, 782 - Centro - Fone: (44)32441049 - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 30.372.351/0001-94 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 268/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 128.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias

Suplementação(ões)	
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17001 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Funcional - 12.122.0901.2400000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO	
Despesa - 605 - 329023 - 00001 - JUROS, DESÁGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	**128.000,00**

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**128.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)	
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17001 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Funcional - 12.122.0901.2400000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO	
Despesa - 616 - 469071 - 00001 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	**128.000,00**
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	**128.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 21 de agosto de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:42391D0F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2025 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, devidamente inscrita no CNPJ sob nº CNPJ: 76.282.664/0001-52

CONTRATADO: ESPERANDIO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.759.866/0001-83

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 124, II, "d" DA LEI Nº 14.133/21.

Fica acertado entre as partes o **1º termo aditivo de EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei nº 14.133/21, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de COMBUSTÍVEIS, para atender as necessidades para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Paiçandu, exceto Saúde e Educação..

A partir desta data passam a vigorar os seguintes preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ATUAL	VALOR APROVADO
01	GASOLINA COMUM	6,39	**6,19**

Paiçandu– PR , 21 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeitura Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:11B4BECA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 83

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa VITOR ALFREDO THOMAS LTDA, CNPJ nº 53.278.020/0001-95, com endereço ALMIRANTE TAMANDARÉ 515, CEP 98780558, representada por VITOR ALFREDO THOMAS, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 035.200.620-03, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, nocaso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não

convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatóriaou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferiorao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de

lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

VITOR ALFREDO THOMAS LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 20	Quant.: 1	Num: 584	340,00	**Total: 3.400,00**
Item: 20	Unidade: UNIDADE	Marca: SECCON	Modelo: WT 2178 C 110	

Descrição: PATCHPANEL CAT6 24P. EXCEDE OSLIMITES ESTABELECIDOS NAS - PATCHPANEL CAT6 24P.
Excede oslimites estabelecidos nas normas para CAT.6, Identificação do número das portas (1 ATÉ 24)

Quantidade: 10 **Valor Unit.: 340,00**

Total Item: 3.400,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 3.400,00

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:9BC73EC9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 84

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa PITT BULL ALARMES E MONITORAMENTO LTDA, CNPJ nº 10.429.632/0001-29, com endereço RUA JOAO RIBEIRO DOS SANTOS 23, CEP 85400000, representada por ADROALDO JUNIOR DANI, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 041.267.909-42, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, nocaso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatóriaou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferiorao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

PITT BULL ALARMES E MONITORAMENTO LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 68	Quant.: 1	Num: 696	160,64	**Total: 481,92**
Item: 68	Unidade: UNIDADE	Marca: INTELBRAS	Modelo: EPR 208	

Descrição: RÉGUA/PROTETOR ELETRÔNICO PARA RACK - RÉGUA/PROTETOR ELETRÔNICO PARA RACK.
Especificações técnicas Modelo EPR 208, EPR 208+, EPR 212, EPR 212+

Quantidade: 3 **Valor Unit.: 160,64**

Total Item: 481,92
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 481,92

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:F77E49AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 85

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS**

PREÇOS da empresa LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP, CNPJ nº 34.770.156/0001-73, com endereço AVENIDA CANAÃ, 3000, CEP 76870140,
representada por JOSE APARECIDO BERNARDINELI, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 487.932.999-15, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, nocaso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatóriaou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferiorao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 23	Quant.: 1	Num: 726	348,89	**Total: 17.444,50**
Item: 23	Unidade: UNIDADE	Marca: K-MEMORY	Modelo: K2666/8GB	

Descrição: MEMORIA 8GB DDR4-2666. COMPUTADOR DESKTOP:CARACTERÍSTICAS: KF426C16BB/8 É UM DDR4-2666 DE 1 G X 64 BITS (8 GB) - MEMORIA 8GB DDR4-2666. Computador Desktop: CARACTERÍSTICAS: KF426C16BB/8 é um DDR4-2666 de 1 G x 64 bits (8 GB)

Quantidade: 50 **Valor Unit.: 348,89**

Total Item: 17.444,50
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 17.444,50

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:3F9A1941

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 87

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa STELAR TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 52.750.930/0001-66, com endereço AV. MUNHOZ DA ROCHA, CEP 87160000, representada por JOAO EDGARD BUENO DA SILVA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 083.765.449-18, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, nocaso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou

de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatóriaou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferiorao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

STELAR TECNOLOGIA LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 30	Quant.: 1	Num: 054	249,90	**Total: 12.495,00**
Item: 30	Unidade: UNIDADE	Marca: CEAMERE	Modelo: CEA256	
Descrição: CARTÃO SSD 240GB. CARTÃO SSD COM 240GB COM INTERFACE:SATA (6GB/S). CAPACIDADE: 240 GB. - CARTÃO SSD 240GB. Cartão SSD com 240GB com interface: Sata (6Gb/s). Capacidade: 240 GB.				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 249,90**		Total Item: 12.495,00	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 12.495,00				

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:BCE06F97

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 89

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 16.847.666/0001-10, com endereço PASCHOAL BONAVINA, 55, CEP 14804086, representada por LUCAS F. LOPES, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 378.723.008-42, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade denão participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condiçõesestabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos

que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmentepactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 14	Quant.: 1	Num: 505	680,00	**Total: 6.800,00**
Item: 14	Unidade: UNIDADE	Marca: CR ENERGIA	Modelo: KSB 1500	

Descrição: NOBREAK 110V 1500VA - NOBREAK (UPS) INTERATIVO COM - NOBREAK 110V 1500VA - NOBREAK (UPS) INTERATIVO COM REGULAÇÃO ON-LINE. Potência 1500 VA.
Quantidade: 10 **Valor Unit.: 680,00** Total Item: 6.800,00

LOTE 69	Quant.: 1	Num: 151	4.200,00	**Total: 8.400,00**
Item: 69	Unidade: UNIDADE	Marca: ATA UPS	Modelo: SMART	

		SISTEMAS	PRO	

Descrição: NOBREAK INTERATIVO SENOIDAL FORMA DE ONDA - NOBREAK INTERATIVO SENOIDAL Forma de onda senoidal pura.- Tecnologia DSP (Processador Digital de Sinais): garante a melhor performance do nobreak e dos equipamentos conectados a ele.- Saída padrão USB e RS232 para comunicação inteligente (acompanha cabo USB tipo A-B).- Software para gerenciamento de energia SMS. Power View compatível com os sistemas operacionais Windows, Linux e MacOS.

Quantidade: 2 **Valor Unit.: 4.200,00**

Total Item: 8.400,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 15.200,00

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:951A6F9B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 92

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa INTECH ELETROELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 62.320.896/0001-43, com endereço AVENIDA SÃO PAULO, CEP 86850000, representada por JULIANO CORREIA DE OLIVEIRA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 108.986.789-19, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante

oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, nocaso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatóriaou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferiorao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

INTECH ELETROELETRONICOS LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 18

Quant.: 1

Num: 633

30,29

Total: 151,45

Item: 18

Unidade: UNIDADE

Marca: ITBLUE Modelo: CONECTOR RJ45. Cat6 macho ITBLUE LE-2701

Descrição: CONECTOR RJ45. CAT6 MACHO PCT COM 100. MATERIAL: PVC - CONECTOR RJ45. Cat6 macho pct
com 100. Material: PVC; Pinos: Bronze Fosforoso / Contatos: 8 Pinos

Quantidade: 5		**Valor Unit.: 30,29**			Total Item: 151,45
LOTE 62	Quant.: 1		Num: 946	18,00	**Total: 540,00**

Item: 62

Unidade: UNIDADE

Marca: ITBLUE Modelo: CABO EXTENSOR USB 3.0

Descrição: CABO EXTENSOR USB 3.0 A MACHO PARA USB 3.0 A FÊMEA - CABO EXTENSOR USB 3.0 A MACHO PARA USB 3.0 A FÊMEA

Quantidade: 30 **Valor Unit.: 18,00**

Total Item: 540,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 691,45

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:14085A8C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 94

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, CNPJ nº 46.423.434/0001-03, com endereço RUA SANTOS DUMONT, NÚMERO 888,
CEP 99709370, representada por GECIANO ANTONIO JAGUSESKI, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 023.361.080-46, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, nocaso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatóriaou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferiorao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 8

Quant.: 1

Num: 858

374,71

Total: 3.747,10

Item: 8

Unidade: UNIDADE

Marca: MAX ELETRON Modelo: MAX ELETRON

Descrição: RACK DE PAREDE 19" 8U: DIMENSIONAL TAMANHO 8U PADRÃO 19 POLEGADAS - RACK DE PAREDE 19" 8U: Dimensional Tamanho 8U Padrão 19 Polegadas

Quantidade: 10 **Valor Unit.: 374,71**

Total Item: 3.747,10
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 3.747,10

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:3B9D5B1E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 95

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa FNGTECH INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 62.933.319/0001-27, com endereço AV REPÚBLICA ARGENTINA, CEP 80240210, representada por FABRIZIO GUSTAVO BERGAMO CECILIO, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 061.523.409-77,

observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, nocaso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para

fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatóriaou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferiorao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

FNGTECH INFORMATICA LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 4	Quant.: 1	Num: 372	4.098,18	**Total: 40.981,80**
Item: 4	Unidade: UNIDADE	Marca: Acer	Modelo: Aspire	

Descrição: NOTEBOOK: CPU 8 NÚCLEOS (4 PERFOMACE-CORES 4 - NOTEBOOK: CPU 8 núcleos (4 Perfomace- cores 4 Efficient-cores) 12 threads.

Quantidade: 10 **Valor Unit.: 4.098,18**

Total Item: 40.981,80
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 40.981,80

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:1D33594A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 99

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa VECTOR TI - SUPRIMENTOS DE TI E ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 36.999.842/0001-46, com endereço RUA RICALDE MARQUES, 119, CEP 91040280, representada por GREICE KELLY CALDEIRA DA SILVA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 033.172.780-30, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. **DO OBJETO:**

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA;**

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
16. **Dos limites para as adesões**
17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
2. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**
3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. **O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.**
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
73. **DAS PENALIDADES**
74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a

necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
78. **CONDIÇÕES GERAIS**
79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____
ISMAEL BATISTA

_____
VECTOR TI - SUPRIMENTOS DE TI E ELETRONICOS LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 58	Quant.: 1	Num: 560	1.100,00	**Total: 22.000,00**
Item: 58	Unidade: UNIDADE	Marca: Intel Core i5-12400 (UHD 730)	Modelo: Intel Core i5-12400 (UHD 730)	
Descrição: PROCESSADOR: NÚMERO DEE NÚCLEOS:10 / Nº DE PERFORMANCE-CORES: 6 / Nº DE EFFICIENTCORES: 4 / Nº DE THREADS: 16 FREQUÊNCIA TURBO MAX: / 4.7 GHZ; - PROCESSADOR: Número de núcleos:10 / Nº de Performance-cores: 6 / Nº de Efficientcores: 4 / Nº de threads: 16 Frequência turbo max: / 4.7 GHz;				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 1.100,00**		Total Item: 22.000,00	
VALOR TOTAL DO CONTRATO:			**22.000,00**	

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:2B34F276

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 02/2026 – DOUGLAS MARQUES – SERVICOS VETERINARIOS – VET CLIN

Referente ao Credenciamento n.º 06/2026 – Processo Digital n.º 2230/2026
Termo de Credenciamento n.º 02/2026 – Processo Digital n.º 5370/2026

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ: 76.179.829/0001-65
Credenciada: DOUGLAS MARQUES – SERVICOS VETERINARIOS – VET CLIN
CNPJ: 26.184.948/0001-38

Objeto: Credenciamento de Clínicas veterinárias especializadas para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, compreendendo a realização de procedimentos de esterilização cirúrgica por meio de orquiectomia em machos e ovariossalpingo-histerectomia em fêmeas, com implantação obrigatória de microchip de identificação individual, incluindo avaliação clínica pré-operatória, procedimentos anestésicos, acompanhamento pós-operatório imediato, medicação, retirada de suturas, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

Período de vigência: O prazo de vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, encerrando-se, portanto, em **24 de Julho de 2027**.

Data da assinatura: 21/08/2026

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:B61A7415

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 06/2026 – TORMAK LTDA

Referente ao Credenciamento n.º 07/2026 – Processo Digital n.º 3230/2026
Termo de Credenciamento n.º 06/2026 – Processo Digital n.º 4901/2026

Credenciante:MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ: 76.179.829/0001-65
Credenciada: TORMAK LTDA
CNPJ: 27.303.022/0001-87

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho.

Período de vigência: O prazo de vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, encerrando-se, portanto, em **31 de Julho de 2027**.

Data da assinatura: 21/08/2026

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:D00A1512

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 09/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 09/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 3677/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria técnica visando à implantação, manutenção e aperfeiçoamento contínuo das práticas de gestão, governança e controles internos necessárias à obtenção e manutenção da certificação institucional no Programa PróGestão RPPS, visando atender as necessidades da Autarquia.
Fundamentação: inciso II, art. 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Regime Próprio de Previdência Social.
Dotação Orçamentária: 19001091220013200133900390000
Fonte: 3001. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Contratada: SABER RPPS CONSULTORIA E EDUCACAO PREVIDENCIARIA LTDA,empresa inscrita no CNPJ nº 53.710.078/0001-66com o valor total de R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais). Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

21 de agosto de 2026

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:130C9320

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1782/2026-KAPA INFRAESTRUTURA

CONTRATANTE: Município de Palmeira, Estado do Paraná, com sede à Rua **Rua Luiza Trombini Malucelli, 134 – Centro**, inscrito no CGC/MF nº 76.179.829/0001-65, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Altamir Sanson, portador da Cédula de Identidade RG nº 33191286e do CPF/MF nº 456.206.529-04, e

CONTRATADA: KAPA INFRAESTRUTURA S.A, CNPJ 57.152.502/0001-55.

OBJETO: O objeto do presente Contrato é Recape asfáltico em vias urbanas em CBUQ, 62.892,99 m2, incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de obra. - lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 09/2026.

VALOR: R$ 8.428.704,90(oito milhões, quatrocentos e vinte e oito mil setecentos e quatro reais e noventa centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 21de agostode 2026.

FORO: Comarca de Palmeira, Estado do Paraná.

Palmeira, 21de agostode 2026.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:D31E3AC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.469, DE 17/08/2026 - ADIANTAMENTO NATALY VALERIA DE RAMOS BEDIN - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Dispõe sobre concessão de adiantamento.

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5604/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Assistente Social, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Nataly Valeria de Ramos Bedin	*118.xxx.xxx-71*	*R$ 180,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:552CB8FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2022

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2022
PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2022

Pelo presente instrumento, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº **77.778.660/0001-22**, com sede na Rua Moisés Lupion, nº 1035, Município de Palmital, Estado do Paraná, neste ato representada por sua Presidente, Sra. **SALETE APARECIDA DE LIMA**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **EQUIPLANO SISTEMAS LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº **76.030.717/0001-48**, com endereço à Rua Santo Campagnolo, nº 1200, Loja 202, Vila Industrial, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 07/2022**, decorrente da **Inexigibilidade de Licitação nº 06/2022**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Contrato Administrativo nº 07/2022 tem como objeto a contratação de empresa especializada em fornecer **infraestrutura e serviços de hospedagem em nuvem e integração da base de dados do Legislativo junto ao Executivo, conforme determina o Decreto Federal nº 10.540/2020, para atender a demanda da Câmara Municipal de Palmital, quanto à gestão de segurança, recuperação de falhas e desastres**.

O presente Termo Aditivo tem por objeto:

a) a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 07/2022 pelo período de **12 (doze) meses**; e
b) o reajustamento dos preços contratados, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, no percentual de **4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Considerando a necessidade de continuidade dos serviços objeto do Contrato Administrativo nº 07/2022, a manifestação de interesse da CONTRATADA, a autorização da autoridade competente, a manutenção das condições de habilitação e regularidade da empresa, a disponibilidade orçamentária e as manifestações constantes dos autos do processo administrativo, fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 07/2022 pelo período de **12 (doze) meses**, compreendido entre **28 de agosto de 2026 e 27 de agosto de 2027**.

A presente prorrogação observa as disposições do **art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993**, considerando tratar-se de contratação

de serviço de natureza contínua, permanecendo asseguradas as demais condições estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Em atendimento à solicitação apresentada pela CONTRATADA e considerando a previsão estabelecida na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 07/2022, fica concedido o reajustamento dos preços contratados, mediante aplicação da variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, no percentual de **4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento)**, observado o período de referência e a memória de cálculo constante dos autos.

Em decorrência do reajustamento aplicado, o valor mensal do **Item 01**, anteriormente fixado em **R$ 354,88 (trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos)**, passa a ser de **R$ 371,35 (trezentos e setenta e um reais e trinta e cinco centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL

Em decorrência da prorrogação e do reajustamento dos preços, o **Item 01** passa a apresentar os seguintes valores:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO	VALOR TOTAL
01	12 meses	Serviço de hospedagem das aplicações Equiplano em nuvem com 2 (dois) acessos ao módulo SCP550 + atualização dos sistemas e realização de backup do banco de dados, remotamente, semanalmente.	R$ 371,35	R$ 4.456,20

Valor total do Item 01 para o período de 12 (doze) meses: R$ 4.456,20 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo fundamenta-se no interesse público, na necessidade de continuidade dos serviços contratados pela Câmara Municipal de Palmital – PR, na previsão contratual de prorrogação da vigência e reajustamento dos preços, bem como nas disposições da **Lei Federal nº 8.666/1993**, especialmente o **art. 57, inciso II, e art. 55, inciso III**, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas e plenamente ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no **Contrato Administrativo nº 07/2022** e em seus termos aditivos anteriores, que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

A CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente Termo Aditivo nos meios oficiais aplicáveis, nos termos da legislação vigente.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Câmara Municipal de Palmital-PR, 12 de agosto de 2026.

Câmara Municipal de Palmital – PR
CNPJ Nº 77.778.660/0001-22
SALETE APARECIDA DE LIMA
Contratante

EQUIPLANO SISTEMAS LTDA.
CNPJ Nº 76.030.717/0001-48
Contratada

TESTEMUNHAS:

Fernanda Vaz Martins
Matrícula 2000028

Ediane Colucci Ferreira
Matrícula 2000031

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:3614247E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 44/2026

DECRETO Nº 44 DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

SUPLEMENTA O SISTEMA VIÁRIO URBANO CONSTANTE NO ANEXO F DA LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2023 QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA VIÁRIO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE PALMITAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmital, Estado do Paraná, Senhor **ROBERTO CARLOS ROSSI** no exercício das suas atribuições legais e

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação e adequação do sistema viário municipal, decorrente do processo de expansão e desenvolvimento urbano, com vistas a promover a integração entre diferentes áreas do Município, melhorar as condições de mobilidade e circulação de veículos e pedestres, bem como assegurar o adequado ordenamento territorial e o atendimento às demandas atuais e futuras da população;

CONSIDERANDO o permissivo contido no §2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 007/2023, o qual prevê a possibilidade de suplementação dos mapas anexos à referida Lei através de Decreto Municipal, visando incluir novas vias nas categorias funcionais estabelecidas ou novas vias em novas categorias funcionais;

CONSIDERANDO a necessidade de atribuição de denominação oficial às novas vias públicas, em razão da expansão e do desenvolvimento do sistema viário municipal, visando à adequada identificação e individualização dos logradouros, à organização urbana e à facilitação da localização e do acesso aos imóveis e serviços públicos;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o mapa integrante do Anexo F da Lei Complementar nº 007/2023, que dispõe sobre o Sistema Viário Básico do Município de Palmital, Estado do Paraná, mediante a inclusão das novas vias públicas e respectivas informações constantes do Anexo I deste Decreto, o qual passa a integrar a referida Lei Complementar para fins de atualização e complementação da representação do Sistema Viário Municipal.

Art. 2º As vias incluídas no sistema viário municipal através do presente Decreto pertencem à categoria de vias locais e terão as denominações, extensões e coordenadas indicadas na planilha complementar constante no Anexo I do presente Decreto.

Art. 3º A localização das novas vias encontra-se indicada no Mapa de Localização constante do Anexo II do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmital, aos 14 dias do mês de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Araceli Daiana Aguiar Bonassoli
Código Identificador:4406EF01

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 27/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 74/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: JARDIM MAQ COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 0 - CEP: 85805516 - BAIRRO: PIONEIROS CATARINENSES, Cascavel/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº27.991.072/0001-02, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) FELIPE CRUZ PIMENTEL, portador do RG nº SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-88.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº 993095/2026.

DATA DO CONTRATO: 21/08/2026
VIGÊNCIA: 19/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 23.013,00 (Vinte e Três Mil e Treze Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

JULIANA VISENTIN SCHOMA
Gestor

AROLDO GODOY DE LIMA
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:8F855144

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 27/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 74/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: METALURGICA FREITAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA SÃO JOÃO, 1699, 1699 - CEP: 95920000 - BAIRRO: CENTRO, Boqueirão do Leão/RS, inscrita no CNPJ/MF sob nº05.852.250/0001-73, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) SIDINEI MOISÉS DE FREITAS, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-06.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº 993095/2026.

DATA DO CONTRATO: 20/08/2026
VIGÊNCIA: 19/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 25.500,00 (Vinte e Cinco Mil e Quinhentos Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR:JULIANA VISENTIN SCHOMA
FISCAL: AROLDO GODOY DE LIMA

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:91E664F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

DISPENSA NORMAL Nº 22/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 77/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: QUIMEST SOLUÇÕES QUÍMICAS E AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Av. Bolivar, 0 - CEP: 87225000 - Bairro: Jardim Pugin, Japurá/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.367.493/0001-70, neste ato por seu representante legal, Senhor FABIO MACHRY SANCHES, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-29 denominada **CONTRATADA.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE COLETA, PRESERVAÇÃO, TRANSPORTE, ANÁLISES LABORATORIAIS E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS PARA O MONITORAMENTO AMBIENTAL DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, CHORUME E DEMAIS PARÂMETROS AMBIENTAIS DO ATERRO MUNICIPAL DE PALMITAL-PR

DATA DO CONTRATO: 21/08/2026 (vinte e um dias de agosto de 2026)
VIGÊNCIA: 20/08/2027 (vinte dias de agosto de 2027).

VALOR TOTAL: R$ 19.046,80 (Dezenove Mil e Quarenta e Seis Reais e Oitenta Centavos).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

ROSILDA GOMES DA SILVA
Gestor

EVELYN TACIANE SUERO DA CRUZ
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:FE06BB8C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA NORMAL Nº 23/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 81/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº

75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S A, pessoa jurídica de direito privado com endereço à rua mal. Floriano Peixoto, 450 - CEP: 90020060 - Bairro: Centro Histórico, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ/MF sob nº90.180.605/0001-02, neste ato por seu representante Legal, Senhor MARCELO WAIS, inscrito no CPF/MF sob o nº 6**.***.***-15 denominada **CONTRATADA.**

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO VEÍCULAR, PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES.

DATA DO CONTRATO: 21/08/2026 (vinte e um dias de agosto de 2026)
VIGÊNCIA: 20/08/2027 (vinte dias de agosto de 2027).
VALOR TOTAL: R$ 1.627,98 (Um Mil, Seiscentos e Vinte e Sete Reais e Noventa e Oito Centavos).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR: DIEGO PADILHA DE JESUS
FISCAL: EVELYN TACIANE SUERO DA CRUZ

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:A8069A62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 149/2026 - DIÁRIAS

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 149 DE 21 DE AGOSTO DE 2026 - DIÁRIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 70020/2026.

RESOLVE:

I - Conceder a servidora **ARIANA GOMES FRANÇA BUENO ZIESEMER**, Assessor Técnico da Paranaguá Previdência, matrícula n° 90047-2, a importância correspondente a 3 (três) diárias de 144 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$1.937,91 (Mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e um centavos), para atender as despesas de viagem com destino a CURITIBA/PR, com saída no dia 25 de agosto e retorno no dia 28 do corrente.

II - A servidora beneficiária da diária concedida por esta Portaria, participará da: **"I SEMANA PROGOV DE AUDITORIA INTERNA" TCEPR / EGP /PROGOV / CRCPR.**

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 21 de agosto de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:9AE1A364

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 150/2026 - DIÁRIAS

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 150 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 5.823 de 24 de dezembro de 2025. Processo nº 70020/2026.

RESOLVE:

Conceder a servidora, **LUCIANA MARTINS CAMARGO**, Diretora Administrativa da Paranaguá Previdência, matrícula n° 90027, a importância correspondente a 3 (três) diárias de 144 (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$1.937,91 (Mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e um centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Curitiba/PR, com saída no dia 25 de agosto e retorno no dia 28 de agosto do corrente.

II - A servidora, beneficiária da diária concedida por esta Portaria, participará do: "**I SEMANA PROGOV DE AUDITORIA INTERNA" TCEPR / EGP /PROGOV / CRCPR.**

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 21 de agosto de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:51E6670C

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 151/2026 - DIÁRIAS

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 151 DE 21 DE AGOSTO DE 2026 - DIÁRIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2025. Processo nº 70020/2026.

RESOLVE:

I - Conceder a servidora **KARINA RODRIGUES POLICARPO PEREIRA**, Controladora Previdenciária da Paranaguá Previdência, matrícula n° 90076-1, a importância correspondente a 3 (três) diárias de 184 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$2.476,22 (Dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a CURITIBA/PR, com saída no dia 25 de agosto e retorno no dia 28 de agosto do corrente.

II - A servidora, beneficiária da diária concedida por esta Portaria, participará do evento: "**I SEMANA PROGOV DE AUDITORIA INTERNA" TCEPR / EGP /PROGOV / CRCPR.**

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 21 de agosto de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:08C7780D

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 009/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

Processo Administrativo nº: 45362/2026

Inexigibilidade de Licitação nº: 009/2026

Contratante: Paranaguá Previdência (CNPJ nº 08.542.807/0001-68)

Contratada: ABIPEM – Associação Brasileira de Instituições de Previdência dos Estados e Municípios (CNPJ nº 29.184.280/0001-17)

Objeto: Inscrição de 06 (seis) representantes (02 Membros do Conselho Deliberativo/Administrativo, 02 Membros do Conselho Fiscal e 02 Diretores do Instituto) no evento *"14º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS"*.

Valor Total: R$6.840,00 (Seis mil, oitocentos e quarenta reais).

Fundamentação Legal: Artigo 74, Inciso III, alínea "f", combinado com o Artigo 6º, Inciso XVIII, alínea "f", ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

No uso das atribuições legais que me são conferidas, e com amparo no **inciso III, alínea "f" do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021**, c/c o artigo 6º, inciso XVIII, alínea "f" do mesmo diploma legal, **RATIFICO** o procedimento de Inexigibilidade de Licitação reconhecido nos autos do Processo Administrativo nº 45362/2026 e respaldado pela manifestação da Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, para a contratação da entidade **ABIPEM – Associação Brasileira de Instituições de Previdência dos Estados e Municípios,** inscrita no CNPJ sob o nº 00.528.216/0001-16, objetivando a capacitação técnica e aprimoramento de 06 (seis) servidores/agentes do instituto no evento *"14º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS"*, a realizar-se entre os dias 02 e 04 de dezembro de 2026.

DETERMINO a publicação da presente ratificação na Imprensa Oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para que produza os seus devidos e regulares efeitos legais.
Publique-se e cumpra-se.

Paranaguá, 06 de agosto de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:089B2282

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
PORTARIA SEMEDI Nº 01/2026

PORTARIA SEMEDI Nº 01/2026

Institui o Plano de Comunicação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, para o exercício de 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL DE PARANAGUÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO:
A adesão do Município de Paranaguá ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;
A necessidade de fortalecer a comunicação, a mobilização e o acompanhamento das ações voltadas à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino;
A importância da participação das equipes gestoras, supervisores pedagógicos, professores, famílias, conselhos e comunidade escolar na consolidação das políticas de alfabetização;

RESOLVE:
Art. 1º Instituir o Plano de Comunicação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA 2026, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral – SEMEDI, com vigência de agosto a dezembro de 2026.

Art. 2º O Plano tem como objetivo promover o engajamento da comunidade escolar e das famílias nas ações do CNCA, assegurando transparência, alinhamento pedagógico e fortalecimento das ações destinadas à alfabetização na idade certa.

Art. 3º Constituem público-alvo das ações de comunicação:
I – Gestores escolares, supervisores pedagógicos e professores;
II – Famílias e comunidade escolar;
III – Conselhos e demais segmentos envolvidos nas políticas educacionais do Município.
Art. 4º São estratégias de comunicação do Plano:
I – Divulgação das ações do CNCA nos canais oficiais da SEMEDI;
II – Divulgação de calendários, orientações pedagógicas, avaliações e ações de monitoramento às unidades educacionais;
III – Utilização dos meios institucionais de comunicação, incluindo e-mail, ofícios, reuniões presenciais ou on-line e demais canais oficiais;
IV – Compartilhamento dos resultados das avaliações e divulgação de boas práticas pedagógicas;
V – Mobilização das famílias para o acompanhamento da leitura e da aprendizagem das crianças;
VI – Divulgação das ações por meio das redes sociais institucionais, site oficial da SEMEDI, unidades educacionais e reuniões com famílias e conselhos.

Art. 5º As ações serão desenvolvidas conforme o seguinte cronograma:
I – Fevereiro e março: elaboração do calendário de avaliações externas, sob responsabilidade da equipe da SEMEDI;
II – Agosto: lançamento do Plano de Comunicação do CNCA e divulgação de seus objetivos, sob responsabilidade da equipe da SEMEDI;
III – Setembro: divulgação das avaliações diagnósticas e das orientações pedagógicas, sob responsabilidade da Equipe Pedagógica;
IV – Outubro: divulgação de boas práticas e acompanhamento dos resultados, sob responsabilidade das unidades educacionais e da SEMEDI;
V – Novembro: campanha de incentivo à leitura e à participação das famílias, sob responsabilidade das equipes de Comunicação e Pedagógica;
VI – Dezembro: avaliação das ações realizadas e planejamento para o exercício de 2027, sob responsabilidade das unidades educacionais e da SEMEDI.

Art. 6º O acompanhamento do Plano considerará, entre outros, os seguintes indicadores:
I – número de comunicados publicados;
II – alcance das orientações realizadas às equipes escolares;
III – alcance das publicações institucionais;
IV – participação das famílias nas ações propostas;
V – periodicidade da divulgação dos resultados da alfabetização.

Art. 7º As ações previstas nesta Portaria deverão contribuir para o fortalecimento do compromisso coletivo com a alfabetização, possibilitando que a comunidade escolar conheça as metas, acompanhe os resultados e participe das ações do CNCA, com vistas à melhoria da aprendizagem das crianças da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

Art. 8º Caberá à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, por meio das equipes responsáveis, coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Plano.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 18 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretário Municipal Educação e Ensino Integral
Decreto nº 1443/2025

CARLA RENATA TELLES
Diretora Executiva
Portaria N°1844/2026

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:AAB39BE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.775

PORTARIA Nº 2.775

"Concede licença especial remunerada, por motivo de matrimônio, a servidora Sonia Teresinha Bonafini Silveira."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso I, da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 56.269/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de matrimônio, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora SONIA TERESINHA BONAFINI SILVEIRA, matrícula nº 11.427-1, ocupante do cargo de Educador Social, lotada na Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, com início em 30 de julho de 2026 e término em 06 de agosto de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 21 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:A9BE77B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.776

PORTARIA Nº 2.776

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Andrea Elias de Paula."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 56.295/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora ANDREA ELIAS DE PAULA, matrícula nº 7.622-2/3, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 27 de julho de 2026 e término em 03 de agosto de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 21 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:CE0C6BE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.777

PORTARIA Nº 2.777

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Rafaella França Andretta."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 57.802/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora RAFAELLA FRANÇA ANDRETTA, matrícula nº 96.809-1, ocupante do cargo de Farmaceutico Bioquimico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 24 de julho de 2026 e término em 31 de julho de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 21 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:C5ADB433

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.778

PORTARIA Nº 2.778

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Ana Paula Balduino."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o

que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 56.565/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora ANA PAULA BALDUINO, matrícula nº 10.413-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Lavanderia e Esterelização, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 25 de julho de 2026 e término em 01 de agosto de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 21 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:C2A5640D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.779

PORTARIA Nº 2.779

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Rosemeri Florentino Rosina."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 56.534/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora ROSEMERI FLORENTINO ROSINA, matrícula nº 3.289-2, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 28 de julho de 2026 e término em 04 de agosto de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 21 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:5C92A784

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.781

PORTARIA Nº 2.781

"Aditamento da Portaria n° 1.895, de 24 de fevereiro de 2026."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com os dispositivos da Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante no Decreto nº 254/2017 e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 1.653/2026,

RESOLVE:

I - Promover o aditamento da Portaria n° 1.895, de 24 de fevereiro de 2026, para incluir, entre os dispositivos legais objeto de apuração, o inciso XVIII, do art. 152, da Lei Complementar 46/2006, considerado o inteiro teor dos documentos que inauguram o processo e considerando os elementos probatórios produzidos até o momento, no curso da instrução processual.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 21 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:8040DCAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 162/2024 AMB TRANSPORTE LTDA CNPJ: 10.275.087/0001-63

EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 162/2024
AMB TRANSPORTE LTDA
CNPJ: 10.275.087/0001-63

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
AMB TRANSPORTE LTDA

Data: 24/08/2026

Objeto: Aditivo 02 ao Contrato nº **162/2024**. "Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **04 (QUATRO) MESES** contados a partir de **23 DE AGOSTO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **22 DE DEZEMBRO DE 2026**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 04 (quatro) meses.
Pregão Eletrônico n°: 009/2024
Registro de Preços n°: 009/2024
Processo Administrativo n°: 56248/2026

Valor: R$ 36.420,00 (trinta e seis mil e quatrocentos e vinte reais).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
EDUARDO FELIPE MIRANDA
ANDERSON MENDES BATISTA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:3BEFA5AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 02 CONSOLIDADO AO CONTRATO N° 133/2024 HELUAR SERVIÇOS LTDA CNPJ: 36.538.567/0001-63

EXTRATO DE ADITIVO 02 CONSOLIDADO AO CONTRATO N° 133/2024
HELUAR SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 36.538.567/0001-63

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
HELUAR SERVIÇOS LTDA

Data: 24/08/2026

Objeto: Aditivo 02 Consolidado aos Contratos Administrativos n° **133/2024, 159/2024, 225/2024, 023/2025, 035/2025 e 037/2025**. "Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **10 DE JULHO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **09 DE JULHO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Concorrência n°: 018/2023
Processo Administrativo n°: 45932/2025

Valor: R$ 1.219.091,47 (um milhão, duzentos e dezenove mil, noventa e um reais e quarenta e sete centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE
MARCELO LUÍS BAUER
FLAVIA DOS SANTOS BATISTA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:EED18D54

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 095/2026 MASTER SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA CNPJ: 61.752.353/0001-32

EXTRATO DE CONTRATO N° 095/2026
MASTER SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 61.752.353/0001-32

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
MASTER SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA

Data: 24/08/2026

Objeto: Contrato nº **095/2026**. "O presente contrato tem por objeto a realização e organização completa da 6ª Etapa do Circuito Paranaense de Jiu-Jitsu, a ser realizada no dia 29 de agosto de 2026, na cidade de Paranaguá/PR, conforme especificações técnicas, infraestrutura, equipe técnica, segurança, saúde, alimentação, hospedagem, transporte e demais elementos necessários à execução completa do evento, constantes no Estudo Técnico Preliminar e no Orçamento Detalhado."

Prazo de vigência: 30 (trinta) dias.
Inexigibilidade de Licitação nº: 071/2026
Processo Administrativo n°: 57625/2026

Valor: R$ 162.124,00 (cento e sessenta e dois mil e cento e vinte e quatro reais).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
ANDREY ADAM
LUCIANO PEREIRA GURGEL

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:8A7233C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

MUNICIPIO DE PARANAGUÁ/PR
Secretaria Municipal de Governo
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
CPE Nº 006/2026
PROCESSO Nº 6.538/2026
CP 006/ 2026
OBJETO: Contratação de empresa para execução da obra de Construção de Campo de Futebol Sintético, no Bairro Vila Divinéia, Município de Paranaguá – PR.
TIPO: Menor preço global (menor Lance)
DATA DA ABERTURA: 10/09/2026 – **HORÁRIO:** 15:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 1.062.076,73 (um milhão e sessenta e dois mil e setenta e seis reais e setenta e três centavos).
ENDEREÇO: https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo, **ENDEREÇOS:** https://bllcompras.com, https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=0.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais 4319/2023, a ser processada e julgada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, na sua redação atual e suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Presidente na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: neuma.beatriz@paranagua.pr.gov.br, renata.santos@paranagua.pr.gov.br; cpl@paranagua.pr.gov.br.
Paranaguá, 21 de agosto de 2026.

NEUMA BEATRIZ BARCELLOS VALERA
Comissão Permanente de Contratação

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:6E2D14F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO

3º AVISO DE PRORROGAÇÃO
PE Nº 041/2026 – RP Nº 032/2026
PROCESSO Nº 42.770/2026
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COMPREENDENDO GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S-10, MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETO NA BOMBA EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS CONTRATADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**
O Município de Paranaguá, por meio de seu Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, que, em razão de retificação de cláusula no edital, a data de abertura da licitação em epígrafe, anteriormente marcada para o dia 31/08/2026, às 10h, foi prorrogada.
A prorrogação mostra-se medida de caráter preventivo e de interesse da Administração, destinada a ampliar a competitividade do certame, favorecer a participação de maior número de empresas interessadas e assegurar condições adequadas para a formulação das propostas, em observância aos princípios da isonomia, competitividade, planejamento, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
A nova sessão pública de abertura será realizada no dia 03/09/2026, às 10h, no mesmo local e sob as mesmas condições estabelecidas no edital.
Todas as demais cláusulas e condições do edital permanecem inalteradas.

O edital estará disponível nos seguintes endereços: www.bll.org.br e https://pncp.gov.br/app/editais.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo telefone nº (41) 3721-1810.
PARANAGUÁ, 21 DE AGOSTO DE 2026.

LEANDRO LINO ROLIM
Pregoeiro

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:C466467D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 072/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
CAIOBA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA– CNPJ: 40.388.611/0001-73

Objeto: "**Contratação de Pessoa Jurídica para a Prestação de Serviços Médicos Especializados em Atendimento Ambulatorial, visando à ampliação da capacidade instalada da atenção especializada do Município de Paranaguá. A demanda justifica-se pela insuficiência quantitativa temporária de profissionais locais, pelo aumento da demanda assistencial e pela necessidade indispensável de assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde. Com o objetivo de reduzir as filas de espera, a Secretaria Municipal de Saúde utilizará este instrumento para a realização de mutirões de atendimento, mediante adesão à Rede Permanente de Prestadores Credenciados, por meio do Edital de Credenciamento nº 001/2026, instituído pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná (CISLIPA). O procedimento fundamenta-se no artigo 74, inciso IV, combinado com o artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e no inteiro teor do Processo Administrativo nº 57.747/2026, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde".**

Processo Administrativo nº: 57.747/2026

Valor da Contratação: R$ 123.690,00 (Cento e vinte e três mil, seiscentos e noventa reais).

Dotação orçamentária: - 10.001.2063.482.3339039.5100.1493

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 10/08/2026

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:B56BDC2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 073/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
EVENTIZE TECNOLOGIA LTDA – CNPJ: 10.789.968/0001-00.

Objeto: "Contratação de Serviços de Treinamento, modo presencial, a ser realizado no Município de Curitiba-Pr, entre os idas 01 à 03 de Setembro do corrente ano, para Capacitação de servidores públicos municipais, na área do curso que se pretende realizar, com o tema: "CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENGENHARIA AMBIENTAL", contribuindo para o fortalecimento das competências técnicas, atualizar o servidor para o aperfeiçoamento das atividades e procedimentos à rotina de trabalho da engenharia ambiental". Com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f, e, inteiro teor do processo administrativo nº 47.709/2026, em atendimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria.

Processo Administrativo nº: 47.709/2026

Valor da Contratação: R$ 1.395,00 (um mil, trezentos e noventa e cinco reais)

Dotação orçamentária: Ref.: 788 - 15.03.1014.05.0542.012.3339039.4800.1511

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 21/08/2026

MARCIO LUIS PEDRETO VEGA
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria – Interino

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:BE6DD0A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 072/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Inexigibilidade de Licitação nº 072/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Em consequência homologo o presente procedimento.
Paranaguá, 10 de Agosto de 2026.

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:F9F1CD07

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 073/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Inexigibilidade de Licitação nº 073/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Em consequência homologo o presente procedimento.
Paranaguá, 21 de Agosto de 2026.

MARCIO LUIS PEDRETO VEGA
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria - Interino

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:B28E7730

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 011/2026

Homologa o Julgamento, proferido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, através da COMISSÃO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE EDITAIS, designada pelo Decreto nº 1.063/2025, do

Processo de Chamada Pública nº 011/2026**,** dando outras providências.

O Secretário Municipal de Cultura e Turismo, do Município de PARANAGUÁ – PR, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.

R E S O L V E :

I. Fica homologado o julgamento proferido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, através da COMISSÃO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE EDITAIS, sobre o Processo para **Chamamento Público nº 011/2026**, que tem por objeto: **Seleção Pública de entidades sem fins lucrativos para a concessão de Autorização de Uso não onerosa, precária, personalíssima, intransferível e temporária de espaços públicos destinados à comercialização de produtos e à prestação de serviços durante os eventos promovidos pelo Município de Paranaguá, compreendendo os espaços estabelecidos no edital e termo de referência**., através do inteiro teor do processo administrativo nº 36226/2026.

II. Adjudico à Contratação aos licitantes:
FEJUPA 2026 – Comercialização de Alimentos e Bebidas

Classificação	Entidade	Pontuação
1º	**Grupo de Escoteiros Comandante Santa Rita**	**80**
2º	Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos da Ponta do Caju	50
3º	Grêmio Recreativo e Cultural União da Ilha	50
4º	Grêmio Recreativo e Cultural Mocidade Independente Leão da Estradinha	50
5º	Associação Casa de Fandango Carijos – Mestre Eugênio	50
6º	G.R.C.E.S. Amigos do Samba	50
7º	**Centro Espiritualista Recanto da Paz – CERP**	**50**
8º	G.R.C.E.S. Filhos da Gaviões	30

PARANAGUÁ MOTOS 2026 – Guarda-Volumes

Classificação	Entidade	Pontuação
1º	**Grupo de Escoteiros Comandante Santa Rita**	**80**
2º	Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos da Ponta do Caju	50
3º	Grêmio Recreativo e Cultural União da Ilha	50
4º	Grêmio Recreativo e Cultural Mocidade Independente Leão da Estradinha	50
5º	G.R.C.E.S. Amigos do Samba	50
6º	**Centro Espiritualista Recanto da Paz – CERP**	**50**

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 20 de Julho de 2026.

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:21A443CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 072/2026

O Secretário Municipal de Saúde de Paranaguá, no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 072/2026, que tem por objeto: "**Contratação de Pessoa Jurídica para a Prestação de Serviços Médicos Especializados em Atendimento Ambulatorial, visando à ampliação da capacidade instalada da atenção especializada do Município de Paranaguá. A demanda justifica-se pela insuficiência quantitativa temporária de profissionais locais, pelo aumento da demanda assistencial e pela necessidade indispensável de assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde. Com o objetivo de reduzir as filas de espera, a Secretaria Municipal de Saúde utilizará este instrumento para a realização de mutirões de atendimento, mediante adesão à Rede Permanente de Prestadores Credenciados, por meio do Edital de Credenciamento nº 001/2026, instituído pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná (CISLIPA). O procedimento fundamenta-se no artigo 74, inciso IV, combinado com o artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e no inteiro teor do Processo Administrativo nº 57.747/2026, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde".**

II. Adjudico o termo de fomento a Contratada: **CAIOBA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA– CNPJ: 40.388.611/0001-73.**

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 10 de Agosto de 2026.

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:AA54416B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 073/2026

O Secretário Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria - interino, de Paranaguá, no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 073/2026, que tem por objeto: "Contratação de Serviços de Treinamento, modo presencial, a ser realizado no Município de Curitiba-Pr, entre os idas 01 à 03 de Setembro do corrente ano, para Capacitação de servidores públicos municipais, na área do curso que se pretende realizar, com o tema: "CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENGENHARIA AMBIENTAL", contribuindo para o fortalecimento das competências técnicas, atualizar o servidor para o aperfeiçoamento das atividades e procedimentos à rotina de trabalho da engenharia ambiental". Com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f, e, inteiro teor do processo administrativo nº 47.709/2026, em atendimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria.

II. Adjudico o termo de fomento a Contratada: **EVENTIZE TECNOLOGIA LTDA – CNPJ: 10.789.968/0001-00.**

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 21 de Agosto de 2026.

MARCIO LUIS PEDRETO VEGA
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria - Interino

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:E209D124

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 336/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
BDZ6G78	277450T000042618	08/06/2026	55500	07222746780
MEX3I72	277450T000042617	08/06/2026	55500	06891471928
TXE1J02	277450T000048242	23/05/2026	55500	07633561067
UBU2H51	277450T000052532	09/06/2026	55500	

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:BB0981F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 339/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AVF0J18	277450T000053810	11/06/2026	55250	
AXS1I82	277450T000047676	11/06/2026	55250	
TBN3E17	277450T000054559	10/06/2026	73400	
TCP7E52	277450T000054555	10/06/2026	54600	
UBI0H32	277450T000051753	10/06/2026	58600	

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:6F7D6254

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 333/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 02/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
BAQ3097	277450NIC0046053	25/07/2026	50020
IZE9I00	277450NIC0046056	25/07/2026	50020
QUU8E49	277450NIC0046054	25/07/2026	50020
RHZ2B69	277450NIC0046055	25/07/2026	50020

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:469AA704

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 334/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACA6C93	277450T000055479	11/08/2026	55411
ADT8D11	277450T000057102	11/08/2026	55411
ADU2B95	277450T000055477	11/08/2026	55411
AEZ6B23	277450T000057101	11/08/2026	55411
AMI9058	277450T000053185	11/08/2026	55500
API2637	277450T000053186	11/08/2026	55500
ATN2J92	277450T000055480	11/08/2026	55411
AWL2E00	277450T000055478	11/08/2026	55411
AZJ6C50	277450T000055023	11/08/2026	55414
BBX4J77	277450T000055019	11/08/2026	55414
BCR7C63	277450T000055018	11/08/2026	76252
CSW3E45	277450T000036421	11/08/2026	51851
CVD1A27	277450T000055476	11/08/2026	55500
DTP6H87	277450T000055021	11/08/2026	55413
FPF5274	277450T000055614	11/08/2026	55680
III9B80	277450T000057051	11/08/2026	54521
IOM3F93	277450T000055022	11/08/2026	55414
JCV4J72	277450T000055248	11/08/2026	54523
LYP0H98	277450T000053187	11/08/2026	55500
RMX6A41	277450T000055020	11/08/2026	55413
UBM8A35	277450T000055249	11/08/2026	55500
UBM8A44	277450T000055250	11/08/2026	55500

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:7282DCF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 335/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ADK9A34	277450T000053201	09/06/2026	54790	R$ 130,16
ADK9A34	277450T000053202	09/06/2026	55411	R$ 195,23
AKM4F57	277450T000050286	01/06/2026	55500	R$ 130,16
AKM4F57	277450T000051676	11/05/2026	55411	R$ 195,23
AOK7934	277450T000049279	09/06/2026	54521	R$ 195,23
AOV4H69	277450T000052528	09/06/2026	76251	R$ 293,47
AOZ8963	277450T000047074	08/06/2026	55411	R$ 195,23
APD0H41	277450T000047076	09/06/2026	55411	R$ 195,23
AQA1D93	277450T000048305	21/11/2025	55680	R$ 195,23
AVQ1A55	277450T000038864	09/06/2026	60501	R$ 293,47
AXC5A34	277450T000054501	08/06/2026	54522	R$ 195,23
AYV3A75	277450T000043146	05/12/2025	55411	R$ 195,23
BBE4092	277450T000052529	09/06/2026	55414	R$ 195,23
BBW1F27	277450T000048939	08/01/2026	55413	R$ 195,23
BBW1F27	277450T000048938	07/01/2026	55413	R$ 195,23
BCL0994	277450T000047649	06/11/2025	76332	R$ 293,47
BCL1A02	277450T000047073	08/06/2026	55411	R$ 195,23
BCM3A18	116100T002846222	20/12/2025	76252	R$ 293,47
BDC7F26	277450T000052526	09/06/2026	55680	R$ 195,23
BDJ5I01	277450T000036406	09/06/2026	54522	R$ 195,23
BDV9H67	277450T000046560	03/10/2025	57380	R$ 293,47
BEK7G33	277450T000044514	02/01/2026	60760	R$ 293,47
DAT3E73	277450T000054069	27/05/2026	60501	R$ 293,47
EHH8E49	277450T000042621	09/06/2026	55500	R$ 130,16
FTI1H08	277450T000044948	16/11/2025	60501	R$ 293,47
FXM7B44	277450T000026850	09/06/2026	56650	R$ 130,16
GBU0A14	277450T000053102	09/06/2026	55411	R$ 195,23
HTT5050	277450T000047075	09/06/2026	55411	R$ 195,23
HTT5050	277450T000050292	09/06/2026	55680	R$ 195,23
IXO1B04	277450T000049276	08/06/2026	57463	R$ 130,16
IXO1B04	277450T000049275	08/06/2026	57200	R$ 195,23
KAB8I85	277450T000051700	09/06/2026	55411	R$ 195,23
MLD7B39	277450T000042620	09/06/2026	55500	R$ 130,16
OCL8E89	277450T000052530	09/06/2026	55414	R$ 195,23
OSX6129	277450T000046899	26/11/2025	54521	R$ 195,23
OZC8F26	277450T000050291	09/06/2026	54790	R$ 130,16
QBU2H02	277450T000042619	09/06/2026	55500	R$ 130,16
RHX6I46	277450T000050293	09/06/2026	66531	R$ 195,23
RKY0G04	277450NIC0045019	04/11/2025	50020	R$ 260,32
SDT0F38	277450T000049277	09/06/2026	55500	R$ 130,16
SDW2E62	277450T000035905	09/06/2026	51180	R$ 880,41
SDW2E62	277450T000035906	09/06/2026	50100	R$ 880,41
SDW2E62	277450T000035904	09/06/2026	60412	R$ 195,23
SEE1D70	277450T000047659	18/05/2026	55500	R$ 130,16
SEH4A95	277450T000031805	03/01/2026	70561	R$ 293,47
SET3I45	277450NIC0045803	22/05/2026	50020	R$ 586,94
SEW6B46	277450T000053807	03/06/2026	60412	R$ 195,23
SFB8F92	277450T000046009	09/01/2026	57380	R$ 293,47
SFD4G54	277450T000046302	09/06/2026	55414	R$ 195,23
SFJ2B48	277450T000052531	09/06/2026	55414	R$ 195,23
SFJ2B48	277450T000035883	09/06/2026	55414	R$ 195,23
SHP2F06	277450T000036865	14/05/2026	76252	R$ 293,47
SYG0E25	277450T000052737	08/05/2026	76332	R$ 293,47
TAG8G75	277450T000047144	26/11/2025	66372	R$ 195,23
TAI4I07	277450T000042431	19/12/2025	76332	R$ 293,47
TAJ1I65	277450T000049994	26/01/2026	76331	R$ 293,47
TAS9E08	277450T000042737	06/06/2026	60412	R$ 195,23
TBE8E43	277450T000047831	13/01/2026	60412	R$ 195,23
TBK1G43	277450T000053103	09/06/2026	76332	R$ 293,47
TBO1J73	277450T000052527	09/06/2026	55414	R$ 195,23
TBU3D20	277450T000053101	08/06/2026	57463	R$ 130,16
TYC6A23	277450T000051001	09/06/2026	55414	R$ 195,23
UBB5A49	277450T000047651	02/05/2026	55680	R$ 195,23

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:FF10B03E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
ORDEM DO DIA

30ª Reunião Ordinária – 24 de agosto de 2026 (às 20:00 horas)

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 201/2025, do Prefeito Municipal, que dispõe sobre as diretrizes para o uso de patinetes elétricas no Município de Paranavaí, estabelecendo normas de circulação, segurança e fiscalização, em consonância com a Política Nacional de Mobilidade Urbana e o Código de Trânsito Brasileiro. Em segunda discussão, com mensagem aditiva e emenda.

PROJETO DE LEI Nº 212/2025, do Prefeito Municipal, que institui o Programa Habitacional Paranavaí para Todos, autoriza o Poder Executivo a promover parcerias para a execução de programas habitacionais de interesse social, e dá outras providências. Em segunda discussão, com mensagem aditiva.

PROJETO DE LEI Nº 039/2026, do Prefeito Municipal, que institui o Programa "Escola de Talentos do Futuro", destinado à oferta de bolsas de estudo e cursos de formação e qualificação profissional em tecnologia e inovação no âmbito do Município de Paranavaí e dá outras providências. Em segunda discussão.

PROJETO DE LEI Nº 043/2026, do Prefeito Municipal, que cria o Fundo Municipal de Segurança Alimentar Nutricional de Paranavaí/PR e dá outras providências. Em primeira discussão, com emenda.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 077/2026, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Paranavaí, que altera a Lei Municipal nº 2.966/2007, que dispõe sobre Organização Político-Administrativa da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, e dá outras providências, para incluir o cargo comissionado de Assessor de Comunicação Audiovisual. Em primeira discussão.

PROJETO DE LEI Nº 112/2026, do Vereador Josival Moreira, que inclui a "Maniokfest", organizada pela Paróquia Nossa Senhora das Graças, que ocorre no mês de setembro de cada ano, no Anexo Único da Lei Municipal nº 4.725/2018, que institui o Calendário Oficial de Eventos do Município de Paranavaí. Em primeira discussão.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2025, do Chefe do Poder Executivo Municipal, que disciplina a dação em pagamento de bens imóveis como forma de extinção da obrigação tributária, prevista no inciso XI do art. 156 do Código Tributário Nacional, acrescido pela Lei Complementar Federal nº 104, de 10 de janeiro de 2001, e regulamenta o procedimento no âmbito do Município de Paranavaí. Em primeira discussão.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 154/2026, da Vereadora Professora Cida Gonçalves, que requer informações à Secretaria Municipal de Saúde, acerca da forma de deslocamento das crianças e adolescentes atendidos pelos serviços de psiquiatria e psicologia do Município, especialmente quanto ao transporte de seus responsáveis até os locais de atendimento, bem como estudos para disponibilização de transporte gratuito ou veículo destinado a esses deslocamentos. Em discussão única.

REQUERIMENTO Nº 157/2026, do Edil Carlos Augusto, que requer ao Prefeito Municipal de Paranavaí, dados oficiais, agregados e anonimizados sobre CIPTEA, credenciais de estacionamento, transporte, atendimento prioritário, barreira e acessibilidade nos serviços municipais. Em discussão única.

REQUERIMENTO Nº 158/2026, do Vereador Carlos Augusto, que requer ao Senhor Prefeito Municipal de Paranavaí, dados oficiais, agregados e anonimizados sobre inclusão profissional de pessoas com TEA, qualificação, intermediação de mão de obra, concursos, servidores, adaptações e redução de jornada. Em discussão única.

REQUERIMENTO Nº 159/2026, do Edil Carlos Augusto, que requer ao Senhor Prefeito Municipal de Paranavaí, dados oficiais, agregados e anonimizados sobre participação de pessoas com TEA em programas municipais de esporte, cultura e lazer, acessibilidade, adaptações, equipes, procura e barreiras. Em discussão única.

REQUERIMENTO Nº 160/2026, da Vereadora Professora Ivany Azevedo, que requer ao Chefe do Poder Executivo, informações sobre quais cursos profissionalizantes estão sendo oferecidos atualmente à população pela Administração Pública Municipal, seja de forma direta ou em parceria com entidades do sistema S (Senai, Senac, Senar, Sebrae) e outras instituições. Em discussão única.

REQUERIMENTO Nº 161/2026, da Vereadora Maria Clara, que requer ao Poder Executivo Municipal, informações acerca dos cuidados prestados aos animais mantidos no Bosque Municipal de Paranavaí, especialmente quanto à alimentação, condições dos recintos, acompanhamento médico-veterinário, protocolo de manejo, ações de bem-estar animal e recursos destinados à sua manutenção. Em discussão única.

REQUERIMENTO Nº 162/2026, do Vereador Maurício Miranda, que requer seja oficiado à empresa EPR Paraná, para que realize a limpeza e roçagem da lateral do canteiro entre o Jardim Oásis e a Rodovia BR-376 (Viaduto Vila Rural São João ao viaduto da FATECIE) onde se encontram várias empresas e indústrias. Em discussão única.

REQUERIMENTO Nº 163/2026, do Edil Rauny Rici Aguiar, que requer ao Prefeito Municipal e à Secretaria Municipal de Educação, que forneçam informações a esta Casa de Leis, para fins de esclarecimento público, acerca da política de formação continuada destinada aos professores da Rede Municipal de Ensino de Paranavaí. Em discussão única.

MOÇÕES DE APLAUSO:

MOÇÃO DE APLAUSO Nº 016/2026, do Vereador Sampaio, que requer seja consignado em Ata, moção de aplauso à Rede Municipal de Ensino de Paranavaí, pela nota conquistada no IDEB 2025. Em discussão única.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:03B0B36B

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
ATO 19/2026

Ato 19/2026

Sumula: Abre Credito suplementares especiais superávit Financeiro de exercícios anteriores e da outras providencias.

Faço saber que o Conselho de Prefeitos do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA aprovou em assembleia realizada no dia 21 de Fevereiro de 2025 e eu José Gabriel Gonçalves Fachiano, presidente em exercício do Consórcio, autorizo o seguinte ato:
1º Fica autorizado a Contabilidade do Consórcio a realizar a abertura de Credito suplementar por superávit financeiro de exercícios anteriores de dotação conforme estabelecido no art. 43 § I, I da lei 4.320/64 nas seguintes dotações:
01.001.04.122.0001.0002 – DIRETORIA DE PROJETOS – Fonte Livre 1002
3.3.90.39.00.0 – OUTROS SERV TERCEIRO PJ – R$42.000,00
2º Para cobrir as despesas citadas no artigo anterior far-se-á pela utilização de saldo de superávit Financeiro apurado em balanço de anos anteriores conforme artigo 43 § 1 da lei 4.320/64
3º Revogam se as disposições em contrário, esse ato entra em vigor na data de sua publicação.
Paranavaí, 21 de Agosto de 2026

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente

Parte superior do formulário

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:857A0883

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
CONTRATO Nº 004/2026

CONTRATO Nº 004/2026

Dispensa nº 003/2026
Processo Administrativo nº 003/2026

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental - CICA e a Anderson Gusmao C. de Lara, na forma abaixo:

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA**, inscrito no CNPJ sob nº 15.255.346/0001-08, situada na Rua Professora Neusa Cascão Borba, n.º1691, sala 2, Jardim Antigo Aeroporto, Cidade de Paranavaí – PR, neste ato representado pelo Senhor Presidente, José Gabriel Gonçalves Fachiano, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a **ANDERSON GUSMAO C DE LARA,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 23.655.909/0001-83, através do seu representante legal, o senhor Anderson Gusmão Conceição de Lara, portador da Carteira de Identidade nº 2.xxx.xxx-5 e do CPF nº 033.xxx.xxx-06, doravante denominado **CONTRATADA**, tendo em vista às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de Processo de Dispensa n° 003/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na disponibilização de sistema de registro de ponto eletrônico para controle de entrada e saída dos servidores do CICA, através da disponibilização digital, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Fornecimento de sistema de registro eletrônico de ponto via programa (REP-P), nos termos do art. 75, III, da Portaria MTP nº 671/2021, compreendendo o licenciamento de software em nuvem (SaaS), armazenamento escalável, registro e gerenciamento da frequência dos servidores, com funcionamento em tempo real e interface amigável. A solução deve contemplar obrigatoriamente a identificação por captura de imagem (fotografia) associada a coordenadas de geolocalização (GPS) e, ainda, suporte técnico com SLA definido, treinamento de usuários e a extração, backup, tratamento e migração integral do passivo de dados do sistema atual (Biofinger, versão 1.0.8. (app) e 1.0.6. (banco de dados) - Binar Tech) para nova plataforma em nuvem	R$ 1.800,00	R$ 1.800,00

Valor Total do contrato: R$ 1.800,00 (Mil e oitocentos reais).

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação
A Proposta do CONTRATADO;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01(um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, forma do artigo 105 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. Poderá haver prorrogação de valores a depender da disponibilidade financeira e saldo estimado da licitação, sendo este realizado por apostilamento.
2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1.O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no processo de Dispensa 003/2026 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
4.1. Não será admitida subcontratação do objeto pretendido.
CLÁUSULA QUINTA - PREÇO
5.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), para um período de 01(um) ano.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO
6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
6.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
6.6.. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022
6.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
6.8.1. o prazo de validade;
6.8.2. a data da emissão;
6.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
6.8.4. o período respectivo de execução do contrato;
6.8.5. o valor a pagar; e
6.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis
6.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
6.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
6.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
6.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo

prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
6.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
6.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
6.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

7.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas no Termo de Referência, edital e contrato.

7.2. Disponibilizar os serviços solicitados, sendo os de boa qualidade.

7.3. Disponibilizar os produtos/serviços nas condições, quantidades e prazos indicados neste e no contato.

7.4. Manter-se, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

7.5. Quando ocorrer atraso na entrega/prestação dos serviços, por força maior, a prorrogação que vier a ser concedida não terá efeito para reajuste de preços, mas tão somente para isenção de multa.

7.6. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Consórcio CICA.

7.7. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

7.8. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.9. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, devido ao objeto licitado, acredita-se que não haverá prejuízo na entrega desde, pois o pagamento somente será efetivado após aceitação do objeto.

7.10. A empresa contratada deverá arcar com todas as despesas provenientes da substituição dos serviços incompatíveis com o licitado, inclusive os custos com deslocamento, devendo a reposição dos produtos ocorrer dentro de um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

7.11. Não será admitida subcontratação para o objeto pretendido.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Acompanhar e fiscalizar os serviços através de servidores designados.
8.2. Recusar o recebimento de quaisquer serviços que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais.
8.3. Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva execução dos serviços.
8.4. Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido.
8.5. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares, quando necessário.
8.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
8.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.
8.8. Supervisionar os serviços objeto do Termo de Referência, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas.
8.9. Documentar as ocorrências havidas na execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. A **CONTRATADA** e seus empregados se obrigam a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, estão previstas no **Processo de Dispensa 003/2026**, e devem ser rigorosamente aplicadas quando der causa à Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **CONTRATADA** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa**.**

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Consórcio CICA.
13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
I) Gestão/Unidade: 01.001 - Consórcio CICA
II) Fonte de Recursos: 01000 - Recursos ordinários(livre);
III) Programa de Trabalho: 0002 - Diretoria Administrativa e Financeira
IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiro-PJ

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. dispostos na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual do Paraná, Comarca de Paranavaí, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Paranavaí, 20 de Agosto de 2026.

Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA
JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente do CICA
Contratante

Anderson Gusmao C De Lara – ME
ANDERSON GUSMÃO CONCEIÇÃO DE LARA
Contratada

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:7D675BB4

PROCURADORIA
DECRETO N° 27.966 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Declara áreas de utilidade pública para fins de desapropriação e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Nos termos das alíneas "e", "k" e "m" do artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365/1941, fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra medindo 743,80 m², pertencente aos lotes nº 05 e nº 08-A, subdivisão do Lote nº 08, da Quadra nº 0064, do Loteamento Centro, situado na Rua Pará, s/n, sob o Cadastro imobiliário nº 113786 e Inscrição imobiliária 01.01.080.0304, inscrita na Matrícula nº 44.443 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí/PR

Art. 2º A área acima descrita será destinada à retomada e à requalificação urbana do espaço historicamente conhecido como "Mercado do Povo".

Art. 3º Para efeitos de imissão provisória na posse, fica declarada urgência da utilização da área descrita no artigo 1º.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito do Município de Paranavaí

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:7951D7A3

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 176/2026

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **PROJETO IFFA – IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.267.751/0001-46, estabelecida à Rua Paraguai, 166, Residencial América do Sul II, Paraíso do Norte – PR, e-mail: projetoiffa2025@gmail.com, neste ato representada pelo **Sr. Carlos Fernando de Souza dos Reis**, inscrito no CPF 062.116.499-24, doravante denominado **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

I. Edital de Chamamento Público n.º 09/2025 – Edital de Credenciamento Viva Cultura, com todos os seus anexos. Vinculado ao Processo Administrativo nº 30/2025.
II. Documentos para Habilitação, Proposta e documentos que a acompanham, firmados pelo **PROPONENTE CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I. O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, considerando a seguinte proposta credenciada, de acordo com os itens/categorias do Edital:
a) Execução de apresentações dos artistas **DJ Larry e Nando Njaay** integrando o evento **Suruquá Street,** de acordo com o item 10 - APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DE DJ - Disc Jockey (solo).

Parágrafo Primeiro: O objetivo definido nesta cláusula corresponde a prestação de serviços do CONTRATADO credenciado, nos termos do Chamamento Público Edital de Credenciamento Viva Cultura, Inexigibilidade de licitação nº 09/2025, e das propostas credenciadas, inscrições números 166 e 179, publicados seus resultados, considerando as Atas nº 04 e 05/2026 (Comissão Especial de Credenciamento), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná nos dias 15/06/2026 e 10/07/2026, edições 3551 e 3570, respectivamente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará ao CONTRATADO o valor de R$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais) por serviço, totalizando **R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)** correspondente a realização dos dois serviços credenciados.
II. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de depósito bancário em conta bancária do CONTRATADO, a contar da certificação pelo fiscal do contrato da nota fiscal entregue pelo contratado à Fundação Cultural de Paranavaí, após a execução da atividade.
III. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da taxa SELIC.
IV. Na apresentação da Nota Fiscal deverá constar a discriminação dos itens: Número do empenho, do Contrato e outros dados que julgar convenientes, sem apresentar rasura e entrelinhas. Juntamente deverá ser apresentado número de Agência e Conta Bancária em nome da empresa Contratada para proceder à transferência dos recursos.
V. O valor é bruto e passível de impostos incidentes sobre os mesmos, conforme alíquota.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento - Código	Vínculo - Código
1840	17	1	2881	339039840100000000	0

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO GERENCIAMENTO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL designa os servidores Jesus Rodrigues Soares para ser o Gestor de Execução do contrato, Ana Paula Máximo da Silva para Fiscal do Contrato, e Daniel Coelho Virmond para Suplente do Fiscal de Contrato, no cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais do serviço objeto deste contrato administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROPOSTA APROVADA

I. As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. As apresentações integrando a programação do evento **Suruquá Street** estão previstas para serem realizadas em **27 de setembro de 2026**, no Noroestão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TRANSPORTE, HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ não será responsável pelo transporte, hospedagem e/ou alimentação da equipe envolvida na apresentação/ação contratada, cabendo exclusivamente ao CONTRATADO arcar, às suas expensas, com esses custos.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOCUMENTAÇÃO DA CONTRATADA

I. O proponente deverá atualizar, **se necessário**, a documentação apresentada na fase de habilitação, em cópia simples, assim como apresentar documentações pertinentes ao projeto, a apresentação ou equipe técnica e artística, que a qualquer tempo, a Fundação Cultural de Paranavaí julgue necessária.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. Sem prejuízo das obrigações inerentes à perfeita execução dos serviços que integram o objeto deste contrato administrativo, descritos na cláusula segunda e demais disposições deste ajuste, do Edital de Chamamento Público nº 09/2025 – *Viva Cultura*, e dos respectivos anexos, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

a)Comparecer às reuniões na Fundação Cultural de Paranavaí, caso seja solicitado;
b)Apresentar o espetáculo ou ação da forma como ele foi previsto no ato da inscrição do Edital;
c) Apoiar na divulgação dos eventos para garantir o sucesso de público, incluindo postagens em redes sociais como Facebook, Instagram, etc;
d)Todas as atividades serão desenvolvidas em espaços públicos, por isso, os(as) proponentes deverão se adequarem ao ambiente no qual irão se apresentar, conferindo a estrutura disponível para o evento e, caso necessário, providenciar os equipamentos complementares relativos à sua apresentação/ação;
e) Nas entrevistas e em outras formas de divulgação, e durante a realização da ação ou evento, citar que o evento é de iniciativa da Prefeitura de Paranavaí por meio da Fundação Cultural e que faz parte da programação específica, quando for o caso;
f)Responsabilizar-se pela obtenção do Alvará Judicial, expedido pela Autoridade Judiciária, em conformidade com o art. 149, II, "a" da Lei 8.069/90 (ECA), quando houver a necessidade de trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em espetáculos públicos e seus ensaios;
g)Manter a regularidade fiscal, de acordo com as exigências da Secretaria de Fazenda;
h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros resultantes do presente contrato, em decorrência da execução do objeto;
i) Responsabilizar-se pela eventual utilização, na execução da apresentação, de todo e qualquer bem, de titularidade de terceiros, protegido pela legislação atinente a direitos autorais;
j) Fornecer ao técnico responsável, se necessário, rider de luz e som para os espetáculos, respeitando a capacidade técnica do equipamento disponibilizado;
k)Providenciar transporte do cenário e equipamentos extras, quando necessário, e, inclusive dos participantes do grupo;
l) Chegar ao local de apresentação com antecedência necessária para cumprir com a pontualidade da programação;
m)Iniciar o espetáculo ou ação no horário previsto com tolerância máxima de 10 (dez) minutos de atraso;
n) Retirar o material de cenário no mesmo dia após a apresentação;
o) Responsabilizar-se por qualquer uso de DIREITOS AUTORAIS DE TERCEIRO;
p) Realização da montagem e desmontagem do espetáculo, sendo supervisionado por um servidor indicado pela Fundação Cultural;
q) Os participantes indicados como principais não poderão ser substituídos, exceto em caso de sinistro. Neste caso deverão ter a autorização prévia da Fundação Cultural de Paranavaí;
r) Na Intervenção de Graffiti, será de responsabilidade do profissional credenciado a criação do desenho e o fornecimento de todos os materiais necessários.
s)A criação do desenho deverá ser aprovada previamente pela Fundação Cultural de Paranavaí;
t) Na Apresentação Artística Musical de DJ e de MC, ficará a encargo do credenciado o equipamento eletrônico mínimo de mixagem (DJ mixer) e demais equipamentos e materiais técnicos necessários para a apresentação;
u) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar pelos espaços culturais municipais ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus contratados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
v) Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho que por ventura venha ocorrer com seus colaboradores durante a execução do serviço, nos termos da portaria nº 3214, do Ministério do Trabalho;
Parágrafo Primeiro: A **FUNDAÇÃO CULTURAL** não será responsável:

a) por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
b)por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstas neste termo.

Parágrafo Segundo: A FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidades do **CONTRATADO** para terceiros.

II. À **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ** caberá:

a)Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
b)Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
c) Fiscalizar os serviços prestados e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**;
d) Comunicar imediatamente o **CONTRATADO** eventuais irregularidades constatadas pelo Gestor de Execução e Fiscal para regularização imediata;
e) A Fundação Cultural será responsável por disponibilizar local para a realização da ação e apresentações artísticas, assim como palco, som e luz quando necessário e de acordo com o evento demandado pela Fundação Cultural.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

I. O conteúdo das atividades e espetáculos deverá ser de classificação indicativa livre, sendo vedado material ou conteúdo de cunho político partidário, ofensivo, preconceituoso, discriminatório, pejorativo ou pornográfico.

II. Todas as ações e apresentações serão gratuitas, e não é permitida a exploração comercial por parte dos contratados.
III. Os participantes indicados como principais não poderão ser substituídos, exceto em caso de sinistro, porém deverão ter a autorização prévia da Fundação Cultural de Paranavaí.
IV. Todas as atividades serão desenvolvidas em espaços públicos, por isso, os (as) proponentes deverão estar cientes da necessidade de se adequarem ao ambiente no qual irão se apresentar.
V. Alguns fatores de força maior como condições climáticas adversas e fenômenos naturais, como fortes chuvas, tempestades, queda de raios, podem afetar e impedir a realização do evento. A Fundação Cultural, durante o planejamento, avaliará a fundo os possíveis riscos, considerando previsões meteorológicas e condições climáticas do local, analisando previamente as circunstâncias em que o evento acontecerá. Se mesmo assim, por força intempestiva, não houver condições de realização do evento na data planejada, as ações serão remarcadas, adiadas para outra data, previamente acordada entre as partes.
VI. O proponente e todos os envolvidos na proposta/ação contemplada por este edital autorizam a publicação de dados e imagens da equipe do projeto referentes ao produto cultural desenvolvido, bem como, sua disponibilização nos meios definidos pela Fundação Cultural, respeitando a legislação vigente. Fica ainda autorizado ao Município de Paranavaí e à Fundação Cultural, o direito de uso gratuito de citações, áudios e imagens dos resultados obtidos na execução do serviço cultural, na publicação de seus Balanços, em eventos de natureza artístico cultural de seu pleno interesse ou outros meios de divulgação. O proponente cede à Fundação Cultural de Paranavaí e ao Município de Paranavaí o Direito de uso de todo o conteúdo produzido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

I. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: "Processo Sancionatório".
II. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência a contratada pelo inadimplemento.
III. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.
IV. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar à contratada a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
V. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.
VI. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DOS CASOS DE RESCISÃO

I. O presente contrato administrativo poderá ser rescindido, bilateralmente, nos casos de comprovação expressa de descumprimento de qualquer de suas cláusulas, por alguma das convenentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

I. O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I. As partes do contrato administrativo possuem total autonomia e agem cada um deles, em nome próprio, por sua conta e risco, preservando de forma integral e intacta a autonomia de cada parte em relação às outras, não configurando qualquer confusão jurídica.
II. Toda e qualquer despesa realizada para execução do Projeto Aprovado será de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO, a quem é vedado o uso do nome da Fundação Cultural ou de qualquer órgão da Prefeitura Municipal de Paranavaí para contratações de serviços de terceiros.
III. O CONTRATADO autoriza a publicação de dados referentes ao produto cultural desenvolvido, bem como, sua disponibilização nos meios definidos pela Fundação Cultural, respeitando a legislação vigente. Fica ainda autorizado, à Prefeitura Municipal de Paranavaí e à Fundação Cultural, o direito de uso gratuito de citações e imagens dos resultados obtidos na execução de Projeto Técnico contemplado com concessão de recurso, na publicação de seus Balanços, em eventos de natureza artístico cultural de seu pleno interesse ou outros meios de divulgação.
IV. O CONTRATADO deverá divulgar, obrigatoriamente, a participação institucional da Prefeitura de Paranavaí e da Fundação Cultural em todos os produtos culturais, atividades, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas.
V. Nos termos do que dispõe o art. 29 da Lei Federal 9.610/98, que trata dos Direitos Autorais, o CONTRATADO obriga-se a ceder os direitos patrimoniais a ele relativos, para que a Fundação Cultural possa utilizá-los de acordo com as condições previstas na referida Lei.
VI. Os casos omissos deste Termo serão resolvidos de comum acordo pelas partes.
VII. É vedada a cessão ou transferência do Contrato de Prestação de Serviço, total ou parcial, bem como a subcontratação total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato administrativo.

Paranavaí, data da última assinatura.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

CARLOS FERNANDO DE SOUZA DOS REIS
Contratado

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:35FC83BB

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **52.573.691 GUSTAVO HENRIQUE RIZZATO ROCHA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 52.573.691/0001-16, estabelecida à Rua Zelita Ferreira de Santana, 142, Jardim Guanabara, Paranavaí – PR, e-mail: jgparanormaistv@gmail.com, neste ato representada pelo **Sr. Gustavo Henrique Rizzato Rocha**, inscrito no CPF 106.422.979-40, doravante denominado **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

I. Edital de Chamamento Público n.º 09/2025 – Edital de Credenciamento Viva Cultura, com todos os seus anexos. Vinculado ao Processo Administrativo nº 30/2025.
II. Documentos para Habilitação, Proposta e documentos que a acompanham, firmados pelo **PROPONENTE CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I. O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, considerando a seguinte proposta credenciada, de acordo com os itens/categorias do Edital:
a)Execução de apresentação do artista **Rizzato DJ** integrando o evento **Show de Aniversário de 60 Anos do FEMUP,** de acordo com o item 10 - APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DE DJ - Disc Jockey (solo).

Parágrafo Primeiro: O objetivo definido nesta cláusula corresponde a prestação de serviços do CONTRATADO credenciado, nos termos do Chamamento Público Edital de Credenciamento Viva Cultura, Inexigibilidade de licitação nº 09/2025, e da proposta credenciada, inscrição número 173, publicado seu resultado, considerando a Ata nº 04/2026 (Comissão Especial de Credenciamento), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 15/06/2026. Edição 3551.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará ao CONTRATADO o total de **R$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais)**, correspondente a realização do serviço credenciado.
II. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de depósito bancário em conta bancária do CONTRATADO, a contar da certificação pelo fiscal do contrato da nota fiscal entregue pelo contratado à Fundação Cultural de Paranavaí, após a execução da atividade.
III. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da taxa SELIC.
IV. Na apresentação da Nota Fiscal deverá constar a discriminação dos itens: Número do empenho, do Contrato e outros dados que julgar convenientes, sem apresentar rasura e entrelinhas. Juntamente deverá ser apresentado número de Agência e Conta Bancária em nome da empresa Contratada para proceder à transferência dos recursos.
V. O valor é bruto e passível de impostos incidentes sobre os mesmos, conforme alíquota.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento - Código	Vínculo - Código
1840	17	1	2881	339039840100000000	0

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO GERENCIAMENTO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL designa os servidores Jesus Rodrigues Soares para ser o Gestor de Execução do contrato, Ana Paula Máximo da Silva para Fiscal do Contrato, e Daniel Coelho Virmond para Suplente do Fiscal de Contrato, no cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais do serviço objeto deste contrato administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROPOSTA APROVADA

I. As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. A apresentação integrando a programação do evento **Show de Aniversário de 60 Anos do FEMUP** está prevista para ser realizada em **30 de agosto de 2026**, na Praça dos Pioneiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TRANSPORTE, HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ não será responsável pelo transporte, hospedagem e/ou alimentação da equipe envolvida na apresentação/ação contratada, cabendo exclusivamente ao CONTRATADO arcar, às suas expensas, com esses custos.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOCUMENTAÇÃO DA CONTRATADA

I. O proponente deverá atualizar, **se necessário**, a documentação apresentada na fase de habilitação, em cópia simples, assim como apresentar documentações pertinentes ao projeto, a apresentação ou equipe técnica e artística, que a qualquer tempo, a Fundação Cultural de Paranavaí julgue necessária.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. Sem prejuízo das obrigações inerentes à perfeita execução dos serviços que integram o objeto deste contrato administrativo, descritos na cláusula segunda e demais disposições deste ajuste, do Edital de Chamamento Público nº 09/2025 – *Viva Cultura*, e dos respectivos anexos, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

a) Comparecer às reuniões na Fundação Cultural de Paranavaí, caso seja solicitado;
b)Apresentar o espetáculo ou ação da forma como ele foi previsto no ato da inscrição do Edital;
c) Apoiar na divulgação dos eventos para garantir o sucesso de público, incluindo postagens em redes sociais como Facebook, Instagram, etc;
d)Todas as atividades serão desenvolvidas em espaços públicos, por isso, os(as) proponentes deverão se adequarem ao ambiente no qual irão se apresentar, conferindo a estrutura disponível para o evento e, caso necessário, providenciar os equipamentos complementares relativos à sua apresentação/ação;
e) Nas entrevistas e em outras formas de divulgação, e durante a realização da ação ou evento, citar que o evento é de iniciativa da Prefeitura de Paranavaí por meio da Fundação Cultural e que faz parte da programação específica, quando for o caso;
f) Responsabilizar-se pela obtenção do Alvará Judicial, expedido pela Autoridade Judiciária, em conformidade com o art. 149, II, "a" da Lei 8.069/90 (ECA), quando houver a necessidade de trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em espetáculos públicos e seus ensaios;
g) Manter a regularidade fiscal, de acordo com as exigências da Secretaria de Fazenda;

h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros resultantes do presente contrato, em decorrência da execução do objeto;
i)Responsabilizar-se pela eventual utilização, na execução da apresentação, de todo e qualquer bem, de titularidade de terceiros, protegido pela legislação atinente a direitos autorais;
j) Fornecer ao técnico responsável, se necessário, rider de luz e som para os espetáculos, respeitando a capacidade técnica do equipamento disponibilizado;
k) Providenciar transporte do cenário e equipamentos extras, quando necessário, e, inclusive dos participantes do grupo;
l) Chegar ao local de apresentação com antecedência necessária para cumprir com a pontualidade da programação;
m) Iniciar o espetáculo ou ação no horário previsto com tolerância máxima de 10 (dez) minutos de atraso;
n) Retirar o material de cenário no mesmo dia após a apresentação;
o) Responsabilizar-se por qualquer uso de DIREITOS AUTORAIS DE TERCEIRO;
p) Realização da montagem e desmontagem do espetáculo, sendo supervisionado por um servidor indicado pela Fundação Cultural;
q)Os participantes indicados como principais não poderão ser substituídos, exceto em caso de sinistro. Neste caso deverão ter a autorização prévia da Fundação Cultural de Paranavaí;
r) Na Intervenção de Graffiti, será de responsabilidade do profissional credenciado a criação do desenho e o fornecimento de todos os materiais necessários.
s) A criação do desenho deverá ser aprovada previamente pela Fundação Cultural de Paranavaí;
t) Na Apresentação Artística Musical de DJ e de MC, ficará a encargo do credenciado o equipamento eletrônico mínimo de mixagem (DJ mixer) e demais equipamentos e materiais técnicos necessários para a apresentação;
u) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar pelos espaços culturais municipais ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus contratados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
v) Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho que por ventura venha ocorrer com seus colaboradores durante a execução do serviço, nos termos da portaria nº 3214, do Ministério do Trabalho;
Parágrafo Primeiro: A **FUNDAÇÃO CULTURAL** não será responsável:

a) por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
b)por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstas neste termo.

Parágrafo Segundo: A FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidades do **CONTRATADO** para terceiros.

II. À **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ** caberá:

a)Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
b) Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
c) Fiscalizar os serviços prestados e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**;
d) Comunicar imediatamente o **CONTRATADO** eventuais irregularidades constatadas pelo Gestor de Execução e Fiscal para regularização imediata;
e) A Fundação Cultural será responsável por disponibilizar local para a realização da ação e apresentações artísticas, assim como palco, som e luz quando necessário e de acordo com o evento demandado pela Fundação Cultural.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

I. O conteúdo das atividades e espetáculos deverá ser de classificação indicativa livre, sendo vedado material ou conteúdo de cunho político partidário, ofensivo, preconceituoso, discriminatório, pejorativo ou pornográfico.
II. Todas as ações e apresentações serão gratuitas, e não é permitida a exploração comercial por parte dos contratados.
III. Os participantes indicados como principais não poderão ser substituídos, exceto em caso de sinistro, porém deverão ter a autorização prévia da Fundação Cultural de Paranavaí.
IV. Todas as atividades serão desenvolvidas em espaços públicos, por isso, os (as) proponentes deverão estar cientes da necessidade de se adequarem ao ambiente no qual irão se apresentar.
V. Alguns fatores de força maior como condições climáticas adversas e fenômenos naturais, como fortes chuvas, tempestades, queda de raios, podem afetar e impedir a realização do evento. A Fundação Cultural, durante o planejamento, avaliará a fundo os possíveis riscos, considerando previsões meteorológicas e condições climáticas do local, analisando previamente as circunstâncias em que o evento acontecerá. Se mesmo assim, por força intempestiva, não houver condições de realização do evento na data planejada, as ações serão remarcadas, adiadas para outra data, previamente acordada entre as partes.
VI. O proponente e todos os envolvidos na proposta/ação contemplada por este edital autorizam a publicação de dados e imagens da equipe do projeto referentes ao produto cultural desenvolvido, bem como, sua disponibilização nos meios definidos pela Fundação Cultural, respeitando a legislação vigente. Fica ainda autorizado ao Município de Paranavaí e à Fundação Cultural, o direito de uso gratuito de citações, áudios e imagens dos resultados obtidos na execução do serviço cultural, na publicação de seus Balanços, em eventos de natureza artístico cultural de seu pleno interesse ou outros meios de divulgação. O proponente cede à Fundação Cultural de Paranavaí e ao Município de Paranavaí o Direito de uso de todo o conteúdo produzido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

I. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: "Processo Sancionatório".
II. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência a contratada pelo inadimplemento.
III. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.
IV. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar à contratada a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
V. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.
VI. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº	Declaração de Inidoneidade para	4 anos e 6 meses

12.846, de 1º de agosto de 2013	licitar ou contratar com todos os entes federativos	

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DOS CASOS DE RESCISÃO

I. O presente contrato administrativo poderá ser rescindido, bilateralmente, nos casos de comprovação expressa de descumprimento de qualquer de suas cláusulas, por alguma das convenentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

I. O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I. As partes do contrato administrativo possuem total autonomia e agem cada um deles, em nome próprio, por sua conta e risco, preservando de forma integral e intacta a autonomia de cada parte em relação às outras, não configurando qualquer confusão jurídica.
II. Toda e qualquer despesa realizada para execução do Projeto Aprovado será de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO, a quem é vedado o uso do nome da Fundação Cultural ou de qualquer órgão da Prefeitura Municipal de Paranavaí para contratações de serviços de terceiros.
III. O CONTRATADO autoriza a publicação de dados referentes ao produto cultural desenvolvido, bem como, sua disponibilização nos meios definidos pela Fundação Cultural, respeitando a legislação vigente. Fica ainda autorizado, à Prefeitura Municipal de Paranavaí e à Fundação Cultural, o direito de uso gratuito de citações e imagens dos resultados obtidos na execução de Projeto Técnico contemplado com concessão de recurso, na publicação de seus Balanços, em eventos de natureza artístico cultural de seu pleno interesse ou outros meios de divulgação.
IV. O CONTRATADO deverá divulgar, obrigatoriamente, a participação institucional da Prefeitura de Paranavaí e da Fundação Cultural em todos os produtos culturais, atividades, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas.
V. Nos termos do que dispõe o art. 29 da Lei Federal 9.610/98, que trata dos Direitos Autorais, o CONTRATADO obriga-se a ceder os direitos patrimoniais a ele relativos, para que a Fundação Cultural possa utilizá-los de acordo com as condições previstas na referida Lei.
VI. Os casos omissos deste Termo serão resolvidos de comum acordo pelas partes.
VII. É vedada a cessão ou transferência do Contrato de Prestação de Serviço, total ou parcial, bem como a subcontratação total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato administrativo.

Paranavaí, data da última assinatura.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente Da Fundação Cultural De Paranavaí
Contratante

GUSTAVO HENRIQUE RIZZATO ROCHA
Contratado

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:F3BA4B41

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 181/2026

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **MELINA BELUSSE RAMOS 36056100804,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.481.778/0001-19, estabelecida à Rua Pioneiro Mucio Rodrigues, 1068, Jardim Brasil, Maringá – PR, e-mail: melinabramos@gmail.com, neste ato representada pela **Sra. Melina Belusse Ramos**, inscrita no CPF 360.561.008-04, doravante denominada **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

I. Edital de Chamamento Público n.º 09/2025 – Edital de Credenciamento Viva Cultura, com todos os seus anexos. Vinculado ao Processo Administrativo nº 30/2025.
II. Documentos para Habilitação, Proposta e documentos que a acompanham, firmados pelo **PROPONENTE CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I. O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, considerando a seguinte proposta credenciada, de acordo com os itens/categorias do Edital:
a) Execução de 1 (uma) intervenção de graffiti da artista credenciada **Melina Belusse Ramos**, com material de responsabilidade do profissional credenciado, em local pré-determinado pela Fundação Cultural, com metragem aproximada de 6m² cada serviço, de acordo com o **item 8 - INTERVENÇÃO DE GRAFFITI – COM MATERIAL (solo)**.

Parágrafo Primeiro: O objetivo definido nesta cláusula corresponde a prestação de serviços do CONTRATADO credenciado, nos termos do Chamamento Público Edital de Credenciamento Viva Cultura, Inexigibilidade de licitação nº 09/2025, e da proposta credenciada, inscrição número 129, publicado seu resultado, considerando a Ata nº 11/2025 (Comissão Especial de Credenciamento), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 19/09/2025. Edição 3367.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará ao CONTRATADO o total de **R$2.151,43 (dois mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos)** correspondente à realização do serviço credenciado.
II. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de depósito bancário em conta bancária do CONTRATADO, a contar da certificação pelo fiscal do contrato da nota fiscal entregue pelo contratado à Fundação Cultural de Paranavaí, após a execução da atividade.
III. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da taxa SELIC.
IV. Na apresentação da Nota Fiscal deverá constar a discriminação dos itens: Número do empenho, do Contrato e outros dados que julgar convenientes, sem apresentar rasura e entrelinhas. Juntamente deverá ser apresentado número de Agência e Conta Bancária em nome da empresa Contratada para proceder à transferência dos recursos.
V. O valor é bruto e passível de impostos incidentes sobre os mesmos, conforme alíquota.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento - Código	Vínculo - Código
1840	17	1	2881	339039230000000000	0

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO GERENCIAMENTO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL designa os servidores Jesus Rodrigues Soares para ser o Gestor de Execução do contrato, Ana Paula Máximo da Silva para Fiscal do Contrato, e Daniel Coelho Virmond para Suplente do Fiscal de Contrato, no cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais do serviço objeto deste contrato administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROPOSTA APROVADA

I. As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. A intervenção está prevista para ser realizada no dia **27 de agosto de 2026 no Ponto de Cultura - Praça dos Pioneiros.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TRANSPORTE, HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ não será responsável pelo transporte, hospedagem e/ou alimentação da equipe envolvida na apresentação/ação contratada, cabendo exclusivamente ao CONTRATADO arcar, às suas expensas, com esses custos.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOCUMENTAÇÃO DA CONTRATADA

I. O proponente deverá atualizar, **se necessário**, a documentação apresentada na fase de habilitação, em cópia simples, assim como apresentar documentações pertinentes ao projeto, a apresentação ou equipe técnica e artística, que a qualquer tempo, a Fundação Cultural de Paranavaí julgue necessária.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. Sem prejuízo das obrigações inerentes à perfeita execução dos serviços que integram o objeto deste contrato administrativo, descritos na cláusula segunda e demais disposições deste ajuste, do Edital de Chamamento Público nº 09/2025 – *Viva Cultura,* e dos respectivos anexos, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

a) Comparecer às reuniões na Fundação Cultural de Paranavaí, caso seja solicitado;
b) Apresentar o espetáculo ou ação da forma como ele foi previsto no ato da inscrição do Edital;
c)Apoiar na divulgação dos eventos para garantir o sucesso de público, incluindo postagens em redes sociais como Facebook, Instagram, etc;
d)Todas as atividades serão desenvolvidas em espaços públicos, por isso, os(as) proponentes deverão se adequarem ao ambiente no qual irão se apresentar, conferindo a estrutura disponível para o evento e, caso necessário, providenciar os equipamentos complementares relativos à sua apresentação/ação;
e) Nas entrevistas e em outras formas de divulgação, e durante a realização da ação ou evento, citar que o evento é de iniciativa da Prefeitura de Paranavaí por meio da Fundação Cultural e que faz parte da programação específica, quando for o caso;
f) Responsabilizar-se pela obtenção do Alvará Judicial, expedido pela Autoridade Judiciária, em conformidade com o art. 149, II, "a" da Lei 8.069/90 (ECA), quando houver a necessidade de trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em espetáculos públicos e seus ensaios;
g) Manter a regularidade fiscal, de acordo com as exigências da Secretaria de Fazenda;
h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros resultantes do presente contrato, em decorrência da execução do objeto;
i) Responsabilizar-se pela eventual utilização, na execução da apresentação, de todo e qualquer bem, de titularidade de terceiros, protegido pela legislação atinente a direitos autorais;
j) Fornecer ao técnico responsável, se necessário, rider de luz e som para os espetáculos, respeitando a capacidade técnica do equipamento disponibilizado;
k) Providenciar transporte do cenário e equipamentos extras, quando necessário, e, inclusive dos participantes do grupo;
l)Chegar ao local de apresentação com antecedência necessária para cumprir com a pontualidade da programação;
m) Iniciar o espetáculo ou ação no horário previsto com tolerância máxima de 10 (dez) minutos de atraso;
n) Retirar o material de cenário no mesmo dia após a apresentação;
o) Responsabilizar-se por qualquer uso de DIREITOS AUTORAIS DE TERCEIRO;
p) Realização da montagem e desmontagem do espetáculo, sendo supervisionado por um servidor indicado pela Fundação Cultural;
q) Os participantes indicados como principais não poderão ser substituídos, exceto em caso de sinistro. Neste caso deverão ter a autorização prévia da Fundação Cultural de Paranavaí;
r) Na Intervenção de Graffiti, será de responsabilidade do profissional credenciado a criação do desenho e o fornecimento de todos os materiais necessários.
s) A criação do desenho deverá ser aprovada previamente pela Fundação Cultural de Paranavaí;
t) Na Apresentação Artística Musical de DJ e de MC, ficará a encargo do credenciado o equipamento eletrônico mínimo de mixagem (DJ mixer) e demais equipamentos e materiais técnicos necessários para a apresentação;
u) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar pelos espaços culturais municipais ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus contratados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
v) Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho que por ventura venha ocorrer com seus colaboradores durante a execução do serviço, nos termos da portaria nº 3214, do Ministério do Trabalho;
Parágrafo Primeiro: A **FUNDAÇÃO CULTURAL** não será responsável:

a) por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
b) por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstas neste termo.

Parágrafo Segundo: A FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidades do **CONTRATADO** para terceiros.

II. À **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ** caberá:

a)Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
b) Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
c) Fiscalizar os serviços prestados e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**;
d) Comunicar imediatamente o **CONTRATADO** eventuais irregularidades constatadas pelo Gestor de Execução e Fiscal para regularização imediata;
e) A Fundação Cultural será responsável por disponibilizar local para a realização da ação e apresentações artísticas, assim como palco, som e luz quando necessário e de acordo com o evento demandado pela Fundação Cultural.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

I. O conteúdo das atividades e espetáculos deverá ser de classificação indicativa livre, sendo vedado material ou conteúdo de cunho político partidário, ofensivo, preconceituoso, discriminatório, pejorativo ou pornográfico.

II. Todas as ações e apresentações serão gratuitas, e não é permitida a exploração comercial por parte dos contratados.
III. Os participantes indicados como principais não poderão ser substituídos, exceto em caso de sinistro, porém deverão ter a autorização prévia da Fundação Cultural de Paranavaí.
IV. Todas as atividades serão desenvolvidas em espaços públicos, por isso, os (as) proponentes deverão estar cientes da necessidade de se adequarem ao ambiente no qual irão se apresentar.
V. Alguns fatores de força maior como condições climáticas adversas e fenômenos naturais, como fortes chuvas, tempestades, queda de raios, podem afetar e impedir a realização do evento. A Fundação Cultural, durante o planejamento, avaliará a fundo os possíveis riscos, considerando previsões meteorológicas e condições climáticas do local, analisando previamente as circunstâncias em que o evento acontecerá. Se mesmo assim, por força intempestiva, não houver condições de realização do evento na data planejada, as ações serão remarcadas, adiadas para outra data, previamente acordada entre as partes.
VI. O proponente e todos os envolvidos na proposta/ação contemplada por este edital autorizam a publicação de dados e imagens da equipe do projeto referentes ao produto cultural desenvolvido, bem como, sua disponibilização nos meios definidos pela Fundação Cultural, respeitando a legislação vigente. Fica ainda autorizado ao Município de Paranavaí e à Fundação Cultural, o direito de uso gratuito de citações, áudios e imagens dos resultados obtidos na execução do serviço cultural, na publicação de seus Balanços, em eventos de natureza artístico cultural de seu pleno interesse ou outros meios de divulgação. O proponente cede à Fundação Cultural de Paranavaí e ao Município de Paranavaí o Direito de uso de todo o conteúdo produzido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

I. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: "Processo Sancionatório".
II. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência a contratada pelo inadimplemento.
III. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.
IV. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar à contratada a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
V. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.
VI. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DOS CASOS DE RESCISÃO

I. O presente contrato administrativo poderá ser rescindido, bilateralmente, nos casos de comprovação expressa de descumprimento de qualquer de suas cláusulas, por alguma das convenentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

I. O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180(cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I. As partes do contrato administrativo possuem total autonomia e agem cada um deles, em nome próprio, por sua conta e risco, preservando de forma integral e intacta a autonomia de cada parte em relação às outras, não configurando qualquer confusão jurídica.
II. Toda e qualquer despesa realizada para execução do Projeto Aprovado será de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO, a quem é vedado o uso do nome da Fundação Cultural ou de qualquer órgão da Prefeitura Municipal de Paranavaí para contratações de serviços de terceiros.
III. O CONTRATADO autoriza a publicação de dados referentes ao produto cultural desenvolvido, bem como, sua disponibilização nos meios definidos pela Fundação Cultural, respeitando a legislação vigente. Fica ainda autorizado, à Prefeitura Municipal de Paranavaí e à Fundação Cultural, o direito de uso gratuito de citações e imagens dos resultados obtidos na execução de Projeto Técnico contemplado com concessão de recurso, na publicação de seus Balanços, em eventos de natureza artístico cultural de seu pleno interesse ou outros meios de divulgação.
IV. O CONTRATADO deverá divulgar, obrigatoriamente, a participação institucional da Prefeitura de Paranavaí e da Fundação Cultural em todos os produtos culturais, atividades, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas.
V. Nos termos do que dispõe o art. 29 da Lei Federal 9.610/98, que trata dos Direitos Autorais, o CONTRATADO obriga-se a ceder os direitos patrimoniais a ele relativos, para que a Fundação Cultural possa utilizá-los de acordo com as condições previstas na referida Lei.
VI. Os casos omissos deste Termo serão resolvidos de comum acordo pelas partes.
VII. É vedada a cessão ou transferência do Contrato de Prestação de Serviço, total ou parcial, bem como a subcontratação total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato administrativo.

Paranavaí, data da última assinatura.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

MELINA BELUSSE RAMOS
Contratado

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:BCD3848C

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 182/2026

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **FRANK PARIS 07748151911,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.676.449/0001-99, estabelecida à Rua Pioneiro Mucio Rodrigues, 1068, Jardim Brasil, Maringá – PR, e-mail: frankparis@gmail.com, neste ato representada pelo **Sr. Frank Paris**, inscrito no CPF 077.481.519-11, doravante denominado **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

I. Edital de Chamamento Público n.º 09/2025 – Edital de Credenciamento Viva Cultura, com todos os seus anexos. Vinculado ao Processo Administrativo nº 30/2025.
II. Documentos para Habilitação, Proposta e documentos que a acompanham, firmados pelo **PROPONENTE CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I. O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, considerando a seguinte proposta credenciada, de acordo com os itens/categorias do Edital:
a) Execução de 1 (uma) intervenção de graffiti do artista credenciado **Frank Paris**, com material de responsabilidade do profissional credenciado, em local pré-determinado pela Fundação Cultural com metragem aproximada de 6m², de acordo com o **item 8 - INTERVENÇÃO DE GRAFFITI – COM MATERIAL (solo)**.

Parágrafo Primeiro: O objetivo definido nesta cláusula corresponde a prestação de serviços do CONTRATADO credenciado, nos termos do Chamamento Público Edital de Credenciamento Viva Cultura, Inexigibilidade de licitação nº 09/2025, e da proposta credenciada, inscrição número 130, publicado seu resultado, considerando a Ata nº 11/2025 (Comissão Especial de Credenciamento), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 19/09/2025. Edição 3367.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará ao CONTRATADO o total de **R$2.151,43 (dois mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos)** correspondente à realização do serviço credenciado.
II. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de depósito bancário em conta bancária do CONTRATADO, a contar da certificação pelo fiscal do contrato da nota fiscal entregue pelo contratado à Fundação Cultural de Paranavaí, após a execução da atividade.
III. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da taxa SELIC.
IV.Na apresentação da Nota Fiscal deverá constar a discriminação dos itens: Número do empenho, do Contrato e outros dados que julgar convenientes, sem apresentar rasura e entrelinhas. Juntamente deverá ser apresentado número de Agência e Conta Bancária em nome da empresa Contratada para proceder à transferência dos recursos.
V. O valor é bruto e passível de impostos incidentes sobre os mesmos, conforme alíquota.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento - Código	Vínculo - Código
1840	17	1	2881	339039230000000000	0

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO GERENCIAMENTO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL designa os servidores Jesus Rodrigues Soares para ser o Gestor de Execução do contrato, Ana Paula Máximo da Silva para Fiscal do Contrato, e Daniel Coelho Virmond para Suplente do Fiscal de Contrato, no cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais do serviço objeto deste contrato administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROPOSTA APROVADA

I. As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. A intervenção está prevista para ser realizada entre os dias **27 e 29 de agosto de 2026 no Paço Municipal (Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR).**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TRANSPORTE, HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO

I. A FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ não será responsável pelo transporte, hospedagem e/ou alimentação da equipe envolvida na apresentação/ação contratada, cabendo exclusivamente ao CONTRATADO arcar, às suas expensas, com esses custos.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOCUMENTAÇÃO DA CONTRATADA

I. O proponente deverá atualizar, **se necessário**, a documentação apresentada na fase de habilitação, em cópia simples, assim como apresentar documentações pertinentes ao projeto, a apresentação ou equipe técnica e artística, que a qualquer tempo, a Fundação Cultural de Paranavaí julgue necessária.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. Sem prejuízo das obrigações inerentes à perfeita execução dos serviços que integram o objeto deste contrato administrativo, descritos na cláusula segunda e demais disposições deste ajuste, do Edital de Chamamento Público nº 09/2025 – *Viva Cultura*, e dos respectivos anexos, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

a)Comparecer às reuniões na Fundação Cultural de Paranavaí, caso seja solicitado;
b) Apresentar o espetáculo ou ação da forma como ele foi previsto no ato da inscrição do Edital;
c)Apoiar na divulgação dos eventos para garantir o sucesso de público, incluindo postagens em redes sociais como Facebook, Instagram, etc;
d) Todas as atividades serão desenvolvidas em espaços públicos, por isso, os(as) proponentes deverão se adequarem ao ambiente no qual irão se apresentar, conferindo a estrutura disponível para o evento e, caso necessário, providenciar os equipamentos complementares relativos à sua apresentação/ação;
e) Nas entrevistas e em outras formas de divulgação, e durante a realização da ação ou evento, citar que o evento é de iniciativa da Prefeitura de Paranavaí por meio da Fundação Cultural e que faz parte da programação específica, quando for o caso;
f)Responsabilizar-se pela obtenção do Alvará Judicial, expedido pela Autoridade Judiciária, em conformidade com o art. 149, II, "a" da Lei 8.069/90 (ECA), quando houver a necessidade de trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em espetáculos públicos e seus ensaios;
g) Manter a regularidade fiscal, de acordo com as exigências da Secretaria de Fazenda;

h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros resultantes do presente contrato, em decorrência da execução do objeto;
i) Responsabilizar-se pela eventual utilização, na execução da apresentação, de todo e qualquer bem, de titularidade de terceiros, protegido pela legislação atinente a direitos autorais;
j) Fornecer ao técnico responsável, se necessário, rider de luz e som para os espetáculos, respeitando a capacidade técnica do equipamento disponibilizado;
k) Providenciar transporte do cenário e equipamentos extras, quando necessário, e, inclusive dos participantes do grupo;
l) Chegar ao local de apresentação com antecedência necessária para cumprir com a pontualidade da programação;
m) Iniciar o espetáculo ou ação no horário previsto com tolerância máxima de 10 (dez) minutos de atraso;
n) Retirar o material de cenário no mesmo dia após a apresentação;
o) Responsabilizar-se por qualquer uso de DIREITOS AUTORAIS DE TERCEIRO;
p) Realização da montagem e desmontagem do espetáculo, sendo supervisionado por um servidor indicado pela Fundação Cultural;
q)Os participantes indicados como principais não poderão ser substituídos, exceto em caso de sinistro. Neste caso deverão ter a autorização prévia da Fundação Cultural de Paranavaí;
r) Na Intervenção de Graffiti, será de responsabilidade do profissional credenciado a criação do desenho e o fornecimento de todos os materiais necessários.
s) A criação do desenho deverá ser aprovada previamente pela Fundação Cultural de Paranavaí;
t)Na Apresentação Artística Musical de DJ e de MC, ficará a encargo do credenciado o equipamento eletrônico mínimo de mixagem (DJ mixer) e demais equipamentos e materiais técnicos necessários para a apresentação;
u)Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar pelos espaços culturais municipais ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus contratados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
v)Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho que por ventura venha ocorrer com seus colaboradores durante a execução do serviço, nos termos da portaria nº 3214, do Ministério do Trabalho;
Parágrafo Primeiro: A **FUNDAÇÃO CULTURAL** não será responsável:

a) por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
b)por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstas neste termo.

Parágrafo Segundo: A FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidades do **CONTRATADO** para terceiros.

II. À **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ** caberá:

a) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
b)Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
c)Fiscalizar os serviços prestados e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**;
d)Comunicar imediatamente o **CONTRATADO** eventuais irregularidades constatadas pelo Gestor de Execução e Fiscal para regularização imediata;
e)A Fundação Cultural será responsável por disponibilizar local para a realização da ação e apresentações artísticas, assim como palco, som e luz quando necessário e de acordo com o evento demandado pela Fundação Cultural.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

I. O conteúdo das atividades e espetáculos deverá ser de classificação indicativa livre, sendo vedado material ou conteúdo de cunho político partidário, ofensivo, preconceituoso, discriminatório, pejorativo ou pornográfico.
II. Todas as ações e apresentações serão gratuitas, e não é permitida a exploração comercial por parte dos contratados.
III. Os participantes indicados como principais não poderão ser substituídos, exceto em caso de sinistro, porém deverão ter a autorização prévia da Fundação Cultural de Paranavaí.
IV. Todas as atividades serão desenvolvidas em espaços públicos, por isso, os (as) proponentes deverão estar cientes da necessidade de se adequarem ao ambiente no qual irão se apresentar.
V. Alguns fatores de força maior como condições climáticas adversas e fenômenos naturais, como fortes chuvas, tempestades, queda de raios, podem afetar e impedir a realização do evento. A Fundação Cultural, durante o planejamento, avaliará a fundo os possíveis riscos, considerando previsões meteorológicas e condições climáticas do local, analisando previamente as circunstâncias em que o evento acontecerá. Se mesmo assim, por força intempestiva, não houver condições de realização do evento na data planejada, as ações serão remarcadas, adiadas para outra data, previamente acordada entre as partes.
VI. O proponente e todos os envolvidos na proposta/ação contemplada por este edital autorizam a publicação de dados e imagens da equipe do projeto referentes ao produto cultural desenvolvido, bem como, sua disponibilização nos meios definidos pela Fundação Cultural, respeitando a legislação vigente. Fica ainda autorizado ao Município de Paranavaí e à Fundação Cultural, o direito de uso gratuito de citações, áudios e imagens dos resultados obtidos na execução do serviço cultural, na publicação de seus Balanços, em eventos de natureza artístico cultural de seu pleno interesse ou outros meios de divulgação. O proponente cede à Fundação Cultural de Paranavaí e ao Município de Paranavaí o Direito de uso de todo o conteúdo produzido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

I. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: "Processo Sancionatório".
II. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência a contratada pelo inadimplemento.
III. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.
IV. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar à contratada a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
V. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.
VI. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº	Declaração de Inidoneidade para	4 anos e 6 meses

12.846, de 1º de agosto de 2013	licitar ou contratar com todos os entes federativos	

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DOS CASOS DE RESCISÃO

I. O presente contrato administrativo poderá ser rescindido, bilateralmente, nos casos de comprovação expressa de descumprimento de qualquer de suas cláusulas, por alguma das convenentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

I. O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180(cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I. As partes do contrato administrativo possuem total autonomia e agem cada um deles, em nome próprio, por sua conta e risco, preservando de forma integral e intacta a autonomia de cada parte em relação às outras, não configurando qualquer confusão jurídica.
II. Toda e qualquer despesa realizada para execução do Projeto Aprovado será de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO, a quem é vedado o uso do nome da Fundação Cultural ou de qualquer órgão da Prefeitura Municipal de Paranavaí para contratações de serviços de terceiros.
III. O CONTRATADO autoriza a publicação de dados referentes ao produto cultural desenvolvido, bem como, sua disponibilização nos meios definidos pela Fundação Cultural, respeitando a legislação vigente. Fica ainda autorizado, à Prefeitura Municipal de Paranavaí e à Fundação Cultural, o direito de uso gratuito de citações e imagens dos resultados obtidos na execução de Projeto Técnico contemplado com concessão de recurso, na publicação de seus Balanços, em eventos de natureza artístico cultural de seu pleno interesse ou outros meios de divulgação.
IV. O CONTRATADO deverá divulgar, obrigatoriamente, a participação institucional da Prefeitura de Paranavaí e da Fundação Cultural em todos os produtos culturais, atividades, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas.
V. Nos termos do que dispõe o art. 29 da Lei Federal 9.610/98, que trata dos Direitos Autorais, o CONTRATADO obriga-se a ceder os direitos patrimoniais a ele relativos, para que a Fundação Cultural possa utilizá-los de acordo com as condições previstas na referida Lei.
VI. Os casos omissos deste Termo serão resolvidos de comum acordo pelas partes.
VII. É vedada a cessão ou transferência do Contrato de Prestação de Serviço, total ou parcial, bem como a subcontratação total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato administrativo.

Paranavaí, data da última assinatura.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente Da Fundação Cultural De Paranavaí
Contratante

FRANK PARIS
Contratado

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:25669C65

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 176/2026

DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **PROJETO IFFA – IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.267.751/0001-46, estabelecida à Rua Paraguai, 166, Residencial América do Sul II, Paraíso do Norte – PR, e-mail: projetoiffa2025@gmail.com, neste ato representada pelo **Sr. Carlos Fernando de Souza dos Reis**, inscrito no CPF 062.116.499-24, doravante denominado **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, conforme proposta credenciada, sendo as apresentações dos artistas **DJ Larry e Nando Njaay** integrando o evento **Suruquá Street,** de acordo com o item 10 - APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DE DJ - Disc Jockey (solo).

VALOR: R$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais) por serviço, totalizando **R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)** correspondente a realização dos dois serviços credenciados.

FONTE DE RECURSOS:
1840.17.1.2881.339039840100000000-0

PRAZO DE ENTREGA: As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. As apresentações integrando a programação do evento **Suruquá Street** estão previstas para serem realizadas em **27 de setembro de 2026**, no Noroestão.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

***CARLOS FERNANDO* DE SOUZA DOS REIS**
Contratado

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:05243025

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026

DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo

Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **52.573.691 GUSTAVO HENRIQUE RIZZATO ROCHA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 52.573.691/0001-16, estabelecida à Rua Zelita Ferreira de Santana, 142, Jardim Guanabara, Paranavaí – PR, e-mail: jgparanormaistv@gmail.com, neste ato representada pelo **Sr. Gustavo Henrique Rizzato Rocha**, inscrito no CPF 106.422.979-40, doravante denominado **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, conforme proposta credenciada, sendo a apresentação do artista **Rizzato DJ** integrando o evento **Show de Aniversário de 60 Anos do FEMUP,** de acordo com o item 10 - APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DE DJ - Disc Jockey (solo).

VALOR: R$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais), correspondente a realização do serviço credenciado.

FONTE DE RECURSOS:
1840.17.1.2881.339039840100000000-0

PRAZO DE ENTREGA: As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. A apresentação integrando a programação do evento **Show de Aniversário de 60 Anos do FEMUP** está prevista para ser realizada em **30 de agosto de 2026**, na Praça dos Pioneiros.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

GUSTAVO HENRIQUE RIZZATO ROCHA
Contratado

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:A0D8400F

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 181/2026

DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **MELINA BELUSSE RAMOS 36056100804,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.481.778/0001-19, estabelecida à Rua Pioneiro Mucio Rodrigues, 1068, Jardim Brasil, Maringá – PR, e-mail: melinabramos@gmail.com, neste ato representada pela **Sra. Melina Belusse Ramos**, inscrita no CPF 360.561.008-04, doravante denominada **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, sendo a proposta credenciada a execução de 1 (uma) intervenção de graffiti da artista credenciada **Melina Belusse Ramos**, com material de responsabilidade do profissional credenciado, em local pré-determinado pela Fundação Cultural, com metragem aproximada de 6m² cada serviço, de acordo com o **item 8 - INTERVENÇÃO DE GRAFFITI – COM MATERIAL (solo)**.

VALOR: R$2.151,43 (dois mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos) correspondente à realização do serviço credenciado.

FONTE DE RECURSOS:
1840.17.1.2881.339039230000000000-0

PRAZO DE ENTREGA: As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. A intervenção está prevista para ser realizada no dia **27 de agosto de 2026 no Ponto de Cultura - Praça dos Pioneiros.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

MELINA BELUSSE RAMOS
Contratado

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:0162C49E

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 182/2026

DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **FRANK PARIS 07748151911,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.676.449/0001-99, estabelecida à Rua Pioneiro Mucio Rodrigues, 1068, Jardim Brasil, Maringá – PR, e-mail: frankparis@gmail.com, neste ato representada pelo **Sr. Frank Paris**, inscrito no CPF 077.481.519-11, doravante denominado **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, sendo a proposta credenciada a execução de 1 (uma) intervenção de graffiti do artista credenciado **Frank Paris**, com material de responsabilidade do profissional credenciado, em local pré-determinado pela Fundação Cultural com metragem aproximada de 6m², de acordo com o **item 8 - INTERVENÇÃO DE GRAFFITI – COM MATERIAL (solo)**.

VALOR: R$2.151,43 (dois mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos) correspondente à realização do serviço credenciado.

FONTE DE RECURSOS:
1840.17.1.2881.339039230000000000-0

PRAZO DE ENTREGA: As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. A intervenção está prevista para ser realizada entre os dias **27 e 29 de agosto de 2026 no Paço Municipal (Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

FRANK PARIS
Contratado

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:AA3C9073

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 09/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
EKR0F08	116100T000828529	13/08/2026	54521
TAV6G80	116100T003430551	13/08/2026	55411

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:8BD5F9B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 110/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRA. ANA LETICIA DE SOUZA.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.625/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL
CONTRATADA: ANA LETICIA DE SOUZA
CPF/MF: XXX.003.112-XX
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57 (DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 09 DE MARÇO DE 2026 A 18 DE AGOSTO DE 2026.
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Ricardo Dos Santos Padilha
Código Identificador:E6A79522

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.544/2026

Dispõe sobre nomeação no cargo em comissão de Gerente de Divisão de Apoio Administrativo – CC2, junto à Procuradoria-Geral do Município.

Considerando o processo digital nº 43154/2026, encaminhado pela Procuradoria Geral do Município;
O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear a senhora **BÁRBARA EVANGELISTA DAMASCENO SIQUEIRA ,** matrícula n° 10868-1, no cargo em comissão de **GERENTE DE DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO– CC2**, junto a Procuradoria - Geral do Município, a partir de 17 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 17 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jaqueline Mitiko Fujihara da Silva
Código Identificador:ED8074C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE PARANAVAÍ- CMDPCD - RESOLUÇÃO 05/2026

Resolução N° 05/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a alteração do horário de início das reuniões mensais ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD de Paranavaí.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Paranavaí- CMDPCD no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº nº. 4.575/2016, alterada pela Lei Municipal nº 4.779/2019, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
Considerando as deliberações da plenária ordinária realizada em 19 de Agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o horário de início das reuniões mensais ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de

Paranavaí- CMDPCD de Paranavaí, que anteriormente eram realizadas às 08h00min, passarão a ocorrer às 08h30min.
Art. 2º A alteração tem por finalidade proporcionar melhor organização dos trabalhos e ampliar as condições de participação dos conselheiros.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 21 de agosto de 2026.

SARAH FERNANDA MILANI GUILHERMINO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Paranavaí - CMDPCD

Publicado por:
Suellen Regina Vedovato Mendes
Código Identificador:71EE9F43

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 032/2026 – 19/08/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 18/08/2026, às 19h e 30 min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.

SÚMULA.Aprova a aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) referente a Resolução SESA nº 622/2026.

Art. 1º. Fica aprovada pela plenária deste Conselho a aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) referente a Resolução SESA nº 622/2026 do incentivo financeiro de investimento, conforme relação abaixo.

I – três bombas de infusão, bomba de infusão intravenosa no valor de R$ 12.924,00 (doze mil novecentos e vinte e quatro reais) cada, R$ 38.772,00 (trinta e oito mil setecentos e setenta e dois reais) total; três monitores multiparamétrico, monitores de sinais vitais, monitores parâmetros básicos no valor de R$ 19.349,00 (dezenove mil trezentos e quarenta e nove reais) cada, R$ 58.047,00 (cinquenta e oito mil e quarenta e sete reais) total; três oxímetros de pulso portátil, aparelho de oximetria portátil, medidor de SpO2, saturômetrono valor de R$ 6.046,00 (seis mil e quarenta e seis reais) cada R$ 18.138,00 (dezoito mil cento e trinta e oito reais) total, dezessete poltronas para repouso hospitalar no valor de R$ 2.051,00 (dois mil e cinquenta e um reais) cada, R$ 34.867,00 (trinta e quatro mil oitocentos e sessenta e sete reais) total.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 18/08/2026.

Paranavaí, 19 de julho de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

Sônia Maria Silvestre Botini – Presidenta	João Bruno Navarro Fernandes Jabur – 2º Secretário
Arnoldo Luiz Victor – 1º Vice-Presidente	Driele de Souza Saucedo – 1ª Tesoureira
Leila Vanda Aguiar – 2ª Vice-Presidenta	Maria Leila Lucas de Lima – 2ª Tesoureira
Vaneide Nogueira Lima – 1ª Secretária	Kamila Cruz Treichel – Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO
Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:4C34CA02

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 036/2026 – 20/08/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 18/08/2026, às 19h e 30 min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.

SÚMULA.Aprova o Protocolo de Atendimento do Programa Saúde da Pessoa Idosa.

Art. 1º. Fica aprovada pela plenária deste Conselho o Protocolo de Atendimento do Programa Saúde da Pessoa Idosa com o objetivo de qualificar a assistência prestada, promover atendimento humanizado e fortalecer a organização dos serviços em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e as normativas vigentes do Ministério da Saúde.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 18/08/2026.

Paranavaí, 20 de julho de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

Sônia Maria Silvestre Botini – Presidenta	João Bruno Navarro Fernandes Jabur– 2º Secretário
Arnoldo Luiz Victor – 1º Vice-Presidente	Driele de Souza Saucedo – 1ª Tesoureira
Leila Vanda Aguiar – 2ª Vice-Presidenta	Maria Leila Lucas de Lima – 2ª Tesoureira
Vaneide Nogueira Lima – 1ª Secretária	Kamila Cruz Treichel – Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO
Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:0DA04452

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE ERRATA 01 E CONTINUIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026 - PROCESSO Nº 111/2026 Nº DA COMPRA ELETRÔNICA 02/2026

O Município de Pato Branco, através da Pregoeira ***Regiane Rufato,*** torna público aos interessados no Processo de Licitação na modalidade ***Pregão Eletrônico nº 39/2026,*** que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva, com serviço de fornecimento e instalação de peças para reposição sob demanda de equipamento raios X, do Aeroporto Regional de Pato Branco – Professor Juvenal Loureiro Cardoso, em atendimento à Secretaria de Mobilidade e Transportes. Considerando o Despacho nº 18, expedido pelo Setor de Contratações e Planejamento, procede-se à retificação do instrumento convocatório e de seus anexos, com o regular prosseguimento do processo licitatório. Ficando suprimido o item 5.15 do Termo de Referência, bem como retificado o seu Anexo I e os demais dispositivos que contenham redação correspondente ou repetida. Do mesmo modo, fica retificado o Estudo Técnico Preliminar – ETP, conforme as alterações destacadas no respectivo documento. Diante

da necessidade de retificação, a Sessão Pública de Pregão Eletrônico fica transferida para o dia **11 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 09 (NOVE) HORAS**, acessando exclusivamente por meio eletrônico - https://www.gov.br/compras/pt-br, horário oficial de Brasília - DF.Considerando a alteração informada, o edital passa a viger nos termos do Edital Retificado disponível nos sites www.patobranco.pr.gov.br / https://www.gov.br/compras/pt-br/. O Edital Retificado e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites supramencionados. Demais informações, fones: (46) 3220-1534, e-mail: licitacao3@patobranco.pr.gov.br. As demais condições estabelecidas no edital permanecem inalteradas. Pato Branco, 21 de agosto de 2026.

REGIANE RUFATO
Pregoeira -

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:FB33B348

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº119/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº118/2026 – PROCESSO Nº120/2026.
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N° 194/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, *Associação Atlética Primeira Camisa AAPC,*** inscrita no CNPJ nº 43.752.974/0001-34. **OBJETO:** Constitui objeto da presente parceria, a execução de projeto esportivo voltado ao desenvolvimento de oficinas regulares de futebol e futsal para 80(oitenta) crianças e adolescentes prioritariamente em situação de vulnerabilidade social e/ ou inscritos em programa sociais. Poderão participar assistidos da área urbana, área rural e distrital do município de Pato Branco. O projeto contempla ações de treinamento sistemático, fornecimento de materiais esportivos, custeio de profissionais de educação física e apoio à manutenção das atividades. **VALOR TOTAL:** R$ 20.000,00 (vinte mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 04 (quatro) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 26887-43207 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 21 de Agosto de 2026.

***FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA* -**
Representante Legal.

***GERI NATALINO DUTRA* –**
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:F2CCA409

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº129/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº130/2026 – PROCESSO Nº132/2026.
EMENDA IMPOSITIVA BANCADA N°101/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Associação de Atletas e Participantes do Judô de Pato Branco,** inscrita no CNPJ nº 48.145.086/0001-77. **OBJETO:** Executar o projeto "Judô Pato 2026", destinado ao desenvolvimento do judô de alto rendimento no Município de Pato Branco, por meio da preparação técnica, física e competitiva de atletas, suporte técnico especializado e viabilização da participação em competições oficiais, contribuindo para a formação esportiva, cidadã e social dos beneficiários. **VALOR TOTAL:** R$ 20.000,00 (Vinte mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 26887-43207 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 21 de Agosto de 2026.

***RAPHAEL VINICIUS BANDEIRA*–**
Representante Legal.

***GERI NATALINO DUTRA* –**
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:56DBD727

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº131/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº132/2026 – PROCESSO Nº134/2026.
EMENDA IMPOSITIVA BANCADA N°02/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, *Kart Clube Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 80.873.524/0001-26. **OBJETO:** Constitui objeto da presente parceria, Com o auxílio dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal, o Projeto "KART PATO BRANCO I" tem por finalidade promover uma melhor capacitação e treinamentos de novos atletas e atletas experientes nos maiores campeonatos de 2026 de kart, assim representando e destacando o município em competições estaduais, interestaduais e a nível nacional. Despertar através de escola de pilotos acesso a novos participantes. **VALOR TOTAL:** R$ 55.000,00(cinqüenta e Cinco mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 26887-43207 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 21 de Agosto de 2026.

***LUCIAN PATRICK BRANDALIZE* –**
Representante Legal.

***GERI NATALINO DUTRA* –**
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:CD7AF02C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA DE BANCADA 101/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 130/2026 – PROCESSO N.º 132/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda Impositiva de Bancada 101/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da

Organização da Sociedade Civil ***Associação De Atletas E Participantes Do Judo De Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 48.145.086/0001-77, com sede na Rua Maria Bueno, nº 141, Bairro Trevo da Guarani, CEP: 85.501-560, em Pato Branco - PR, telefone: (46) 99907-1047, endereço eletrônico: bandeirajudo@gmail.com. Para executar o projeto "Judô Pato 2026", destinado ao desenvolvimento do judô de alto rendimento no Município de Pato Branco, por meio da preparação técnica, física e competitiva de atletas, suporte técnico especializado e viabilização da participação em competições oficiais, contribuindo para a formação esportiva, cidadã e social dos beneficiários.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 19 de Agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER -
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:035CEF1E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 02/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 132/2026 – PROCESSO N.º 134/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando a Emenda de Bancada nº 108/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 55.000,00 (cinqüenta e cinco mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando à transferência de recurso acima descrito, em favor da ***Kart Clube Pato Branco***, inscrita no CNPJ nº 80.873.524/0001-26, com sede na Rua Veríssimo Rizzi, 176, Bairro Fraron, CEP: 85503-370, em Pato Branco-PR, Telefone: (46) 98404-9397, endereço eletrônico: lucianbrandalize@hotmail.com, o auxílio dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal, o Projeto "KART PATO BRANCO I" tem por finalidade promover uma melhor capacitação e treinamentos de novos atletas e atletas experientes nos maiores campeonatos de 2026 de kart, assim representando e destacando o município em competições estaduais, interestaduais e a nível nacional. Despertar através de escola de pilotos acesso a novos participantes.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico, secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 20 de Agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER -
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:D9066C1E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA INDIVIDUAL194/2025
INEXIGIBILIDADE N.º118/2026 – PROCESSO N.º120/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando a Emenda individual194/2025 que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da **Associação Atlética Primeira Camisa - AAPC,** inscrita no CNPJ nº 43.752.974/0001-34, com sede na Rua Xingú, nº 1.001, Bairro Amadori, Pato Branco/PR, telefone (46) 99901-5443. Para execução de projeto esportivo voltado ao desenvolvimento de oficinas regulares de futebol e futsal para 80(oitenta) crianças e adolescentes prioritariamente em situação de vulnerabilidade social e/ ou inscritos em programa sociais. Poderão participar assistidos da área urbana, área rural e distrital do município de Pato Branco.
O projeto contempla ações de treinamento sistemático, fornecimento de materiais esportivos, custeio de profissionais de educação física e apoio à manutenção das atividades.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 12 de agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER -
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:83D2A28B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 114/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 19/2026 - PROCESSO Nº 93/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e NOGALE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ **nº:** 30.972.275/0001-58. **OBJETO**: Contratação de empresa especializada para execução da obra de Construção de urbanização da avenida Tupi, referente o trecho compreendido entre a rua Papa João XXIII e rua Vilas Boas, contendo áreas de convivência de diversos tamanhos, 3 quadras esportivas, sendo, meia quadra de basquete, 1 miniquadra de futebol e 1 quadra de voleibol, além de passeios em paver e paisagismo. Área construída: 13.800,00m². A contratação será realizada com recursos provenientes do Termo de Convênio nº 1715/2025 - SECID, firmado entre a Secretaria de Estado das Cidades, o Serviço Social Autônomo Paranacidade e o Município de Pato Branco, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. **VALOR**: R$ 1.224.979,63(um milhão e duzentos e vinte e quatro mil e novecentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos). **VIGÊNCIA**: 480 (quatrocentos e oitenta) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP. **DOTAÇÃO**: 43591-43595, 41415-42268, 26930-42267. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 08 de agosto de 2026.

RONALDO MIOTTO MARTINS -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:C588CAA6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO 03/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 130/2023/GP. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2023 – PROCESSO N° 145/2023

PARTES: Município de Pato Branco e Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.
OBJETO: A prestação de serviços de Seguro Compreensivo Empresarial, destinado a cobertura (prédio/conteúdo) de diversos imóveis de propriedade do Município para atender as necessidades da Administração Municipal.
ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência, com base na Lei 8.666/93, especialmente em seu Artigo 57, inciso II, as partes pactuam a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 29/09/2027.
Da Apólice, o prazo de vigência da apólice será do dia 23/08/2026 ao dia 23/08/2027.
Do Reajuste de Valor, com base na cláusula décima primeira do contrato original, fica reajustado o valor, mediante aplicação de 22,39% do índice IGP-M acumulado nos últimos 12(doze) meses em 2,76%, sendo uma oscilação residual de 0,618% considerando o período de 08/2025 a 07/2026, passando o valor total do contrato de R$ 5.191,56 (cinco mil, cento e noventa e um reais e cinquenta e seis centavos) para R$ 5.223,65 (cinco mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta e cinco centavos). O valores unitários ficam reajustados conforme Anexo I.
Dotação Orçamentária, para manutenção das despesas serão utilizadas as seguintes dotações orçamentárias: 05.02. Departamento Administrativo – Fonte 0 – Ação 2.216 – Despesa 24891 – Desdobramento 46167 – R$ 912,56; 08.01. Atenção Primária à Saúde – Fonte 494 – Ação 2.252 – Despesa 45895 – Desdobramento 46197 – R$ 3.452,87; 09.04. Fundo Municipal de Assistência Social – Fonte 0 – Ação 2.599 – Despesa 26129 – Desdobramento 46385 – R$ 858,22
Demais Cláusulas, permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este aditamento. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando-se ao fiel e integral cumprimento do contrato e do presente.

Pato Branco, 21 de Agosto de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

PRISCILA ALVES MORTARI FARIA –
Representante Legal.

LUIS CARLOS LAVORENTI –
Representante Legal

Publicado por:
Sonia Mara Becker de Souza
Código Identificador:B4BAAB5D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO PROVA DE CONCEITO 01 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026 - PROCESSO Nº 118/2026 COMPRA ELETRÔNICA Nº 05/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento de licença de uso e locação de solução tecnológica de rastreamento e gestão de frotas, em ambiente web, para o tratamento de dados obtidos por meio de equipamentos instalados em veículos da frota municipal, compatíveis com a plataforma IoT *(Internet of Things)*, contemplando migração, implantação, configuração, parametrização, customização, software como serviço (SaaS), treinamento básico, atualização corretiva, adaptativa, evolutiva, diagnóstico e suporte técnico, por tempo determinado, em atendimento às necessidades de todas as Secretarias e Departamentos do Município.
DATA DA ANALISE: 31 de agosto de 2026, às 09h00min.
LOCAL: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal, situada àRuaCaramuru, 271 - 2° andar, Centro, Pato Branco - PR, CEP 85501-064. A sessão será realizada com ou sem a presença das empresas interessadas. Demais informações pelo e-mail: licitacao3@patobranco.pr.gov.br.

REGIANE RUFATO –
Pregoeira.

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:519B0846

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 758, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 25.244, de 19 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a empregada pública **CELIANE CRISTINA BORGES**, Matricula nº 4534-9, ocupante do emprego público de Professora de Apoio, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Escola Municipal Antonio Cadorin, para a Escolha Municipal Edelvira Roldo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:902915CC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 767, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Memorando nº 25.542, de 21 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública **MARIANA RAQUEL ALVES BRAVO DE MIRANDA,** matrícula nº 11617-3, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de Apoio Administrativo, lotada junto a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:DF9E2B80

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 768 DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 003/2025, homologado pelo Edital nº 018, de 17 de dezembro de 2025; considerando a necessidade de provimento de vagas temporárias em regime especial para atendimento da rede pública municipal de ensino previstas na Lei Municipal nº 6.419/2025; considerando as Portarias de Nomeação nº 743/2026 e considerando o contido no **Memorando nº 39.170/2025** da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:
Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS, regido pelo Edital nº 003/2025, homologado pelo Edital nº 018, de 17 de dezembro de 2025, para assumir cargo público, nomeados por meio dos Editais de Convocação nº 011/2026 e pela Portaria de Nomeação nº 743/2026, conforme segue:

EDITAL PSS	003/2025
CARGO	Professor de Apoio 20h
FUNÇÃO	Professor de Apoio 20h
CANDIDATO (A)	**MOTIVAÇÃO**
Silvana Aparecida Rodrigues Pinto	Não compareceu
Analice Cecatto	Não compareceu
Joseane Andreia Librelato	Não compareceu
Fabiana de Fraga	Não compareceu
Jhulyane Cristina Mayer Pereira	Não compareceu

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:CAF1DC7B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 769, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 003/2025, homologado pelo Edital nº 018, de 17 de dezembro de 2025; considerando a necessidade de provimento de vagas temporárias em regime especial* para atendimento das demandas da rede pública municipal de ensino previstas na Lei Municipal nº 6.419/2025; considerando a emissão da Portaria Torna sem Efeito nº 768/2026; considerando o contido no Memorando nº 39.170/2025 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 003/2025, para ocupar função pública no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL PSS	003/2025		
CARGO	Professor de Apoio 20h		
FUNÇÃO	Professor de Apoio 20h		
CANDIDATO (A)	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Elizandra Regina Orliczek**	113º	-	-
Dilmara Aparecida de Quadros Simongozeski**	119º		
Nathalia Monteiro**	122º		
Monica Luiza Balbinotti**	123º		
Roseli da Silva Ferreira**	136º		

*O regime especial de trabalho não assegura o direito ao FGTS.
**Candidatos reconvocados opção final de lista.

Art. 2º Os candidatos relacionados no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento dos candidatos no prazo estabelecido no artigo anterior implicará na **perda do direito à nomeação,** conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:82BD642C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 770 DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado através da Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024, considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da administração pública, considerando a Portaria de Nomeação nº 746/2026; Memorando nº 24.465 de 11 de agosto de 2026 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação das candidatas abaixo relacionadas, aprovadas em Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, para cargo público conforme abaixo relacionado, nomeadas por meio do Edital de Convocação nº 097/2026 e pela Portaria de Nomeação nº 746/2026.

EDITAL	003/2024
CARGO	Assistente em Gestão
FUNÇÃO	Assistente Administrativo
CANDIDATOS	**MOTIVAÇÃO**
Giovana Faccin de Bortoli	Não compareceu
Maira Pagnoncelli	Não compareceu
Francieli Catusso	Apresentou requerimento opção final de lista
Aline Marçal Correia	Apresentou requerimento opção final de lista

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:AD071280

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 771, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública; considerando o contido no Memorando nº 24.465 de 11 de agosto de 2026 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Assistente em Gestão		
FUNÇÃO	Assistente Administrativo		
CANDIDATAS	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Rodrigo Gladir Dal Bianco	77º	-	-
Gabriela de Quadros	78º	-	-
Iremar Junior Oliveira Cardoso	79º	-	-
João Pedro Sobierai	80º	-	-

Art. 2º As candidatas relacionadas no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento das candidatas no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:2EF6D104

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 772, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 28.314, de 21 de agosto de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública efetiva **SALETE DE FATIMA MENEZES DA SILVA,** matrícula nº 8160-4, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Merendeira, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:A38A69A3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 773, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Protocolo RH nº 20.751, de 25 de junho de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora pública efetiva **JOSEANE NOGUEIRA NICHEL**, Matricula nº 7505-1, ocupante do cargo de Assistente em Saúde, função Técnica de Enfermagem 40h - S, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Saúde, do Pronto Atendimento Municipal, para a Unidade Básica de Saúde Morumbi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:408B5D2C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 774, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento nos arts. 18 e 19 da Lei Municipal nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, no art. 33, IV, da Lei Municipal nº 3.812, de 4 de abril de 2012 e considerando o contido no Memorando nº 25.532, de 20 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder função gratificada – FG10 a servidora pública efetiva **ROSANGELA DA SILVA ROSSATTI**, Matrícula 6873-0, ocupante do cargo de Assistente em Gestão, função Assistente Administrativo - S, lotada junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:8BC50D63

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
PORTARIA N° 15, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Altera dispositivo da Portaria nº 3, de 27 de janeiro de 2026, que fixa o calendário de feriados e pontos facultativos do ano de 2026 e janeiro de 2027 para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco e dá outras providências.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco - PATOPREV, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 85-A, incisos IV e X, da Lei Complementar n° 74, de 23 de abril de 2018, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, e a necessidade de adequação ao Decreto Municipal nº 10.893, de 27 de maio de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º O inciso XII do art.1º da Portaria nº 3, de 27 de janeiro de 2026, passa vigorar com a seguinte redação:
"Art.1º .....
.....
XII - 13 de outubro, antecipação do Dia do Servidor Público (ponto facultativo);
....." (NR);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do PATOPREV, Pato Branco, Estado do Paraná.
(Documento assinado digitalmente)

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA
Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:2FC6051A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
PORTARIA N° 16, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco - PATOPREV, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso X, do artigo 85-A da Lei Complementar n° 74, de 23 de abril de 2018, com fundamento na Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Municipal n° 9.603, de 11 de agosto de 2023, e considerando a Portaria nº 12, de 6 de agosto de 2026,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o agente de contratação e a equipe de apoio para atuar nos processos licitatórios e de contratação direta do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme a seguir especificado:
I – Agente de Contratação: Rodrigo Sartor Mayer - Matrícula n° 399-9/2;
II – Equipe de Apoio:
a) Eduardo José Brandielli - Matrícula nº 430-8/1;
b) Eliane Del Sent Catani - Matrícula nº 341-7/1;
c) Luan Leonardo Botura - Matrícula nº 340-9/1.

Art. 2° Nas licitações processadas por meio da modalidade pregão, o agente de contratação nomeado no inciso I do art. 1º será designado como pregoeiro, nos termos do art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 3° Fica revogada a Portaria nº 10, de 22 de junho de 2026.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do PATOPREV, Pato Branco, Paraná.

(Documento Assinado Digitalmente)
ADEMILSON CÂNDIDO SILVA
Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:230E79AC

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA GP Nº 74, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Subcomissão destinada à análise, discussão, avaliação e proposição de alterações ao Projeto de Lei Ordinária nº 143/2026, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Pato Branco, designa seus membros e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, incisos VII e XXIII, na forma do art. 62, inciso II, alínea "c", ambos da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a reunião realizada no Gabinete do Prefeito, com a APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Núcleo Sindical de Pato Branco, e demais servidores, em 13 de agosto de 2026, na qual foi deliberada a constituição de subcomissão para análise do Projeto de Lei Ordinária nº 143/2026, conforme ata anexa ao Ofício nº 46/2026 da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Núcleo Sindical de Pato Branco;
Considerando que o Projeto de Lei Ordinária nº 143/2026 dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Pato Branco;
Considerando a necessidade de promover análise técnica e diálogo institucional acerca das disposições do referido Projeto de Lei, com participação do Conselho Municipal de Educação, da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Núcleo Sindical de Pato Branco, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Assessoria Jurídica do Gabinete do Prefeito;
Considerando as indicações de representantes constantes do Memorando nº 25.083, de 17 de agosto de 2026, do Protocolo nº 27.580/2026 da APP-Sindicato, do Ofício nº 46/2026 e dos Despachos nºs 3 e 5 do Memorando nº 25.110, de 18 de agosto de 2026; e
Considerando o contido no Memorando nº 25.110, de 18 de agosto de 2026, do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Subcomissão destinada à análise, discussão, avaliação e proposição de alterações ao Projeto de Lei Ordinária nº 143/2026, referente ao Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Pato Branco.
Parágrafo único. A Subcomissão terá caráter temporário, consultivo e propositivo, sem caráter deliberativo vinculante, e encerrará suas atividades com a apresentação do relatório final de que trata o art. 5º desta Portaria.

Art. 2º A Subcomissão será composta pelos seguintes membros titulares:
I - representantes do Conselho Municipal de Educação:
a) Carla Piragibe Severo Tavares, Conselheira;
b) Diuliana Claudia Baratto, Conselheira;
c) Tania Maria dos Santos, Conselheira;
II - representantes da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Núcleo Sindical de Pato Branco:
a) Celso José dos Santos, advogado;
b) Poliane Cristina Friedrich, Secretária de Assuntos Municipais;
c) Tiago Ribeiro, Secretário Executivo de Assuntos Municipais;
III - representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
a) Ivete Ferrarini Iakmiu, Secretária Municipal de Educação e Cultura;
b) Tatiane Puhl Palaro, Diretora da EM Udir Cantu;
c) Cilene dos Santos Oldoni, Diretora do CMEI Gentil Antonio Balbinotti; e
IV - representante da Assessoria Jurídica do Gabinete do Prefeito:
a) Marcelo Tossulino Machado, Assessor Jurídico do Gabinete.
Parágrafo único. A participação na Subcomissão será considerada de relevante interesse público e não ensejará remuneração adicional pelo Município.

Art. 3º Compete à Subcomissão:
I - analisar o Projeto de Lei Ordinária nº 143/2026 e os documentos técnicos que o instruem;
II - discutir e avaliar as disposições do Projeto de Lei, considerando as contribuições apresentadas pelos segmentos representados;
III - formular propostas de alteração, com a respectiva justificativa, quando entendidas necessárias;
IV - sistematizar os pontos de consenso e, quando houver, registrar fundamentadamente as divergências; e
V - elaborar relatório final contendo as propostas e alterações sugeridas, para encaminhamento ao Prefeito Municipal, a quem caberá a análise e deliberação quanto aos encaminhamentos subsequentes.

Art. 4º A Subcomissão organizará internamente a condução de seus trabalhos, devendo as reuniões e os encaminhamentos ser registrados em ata.

Art. 5º A Subcomissão deverá concluir os trabalhos no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação desta Portaria, mediante a apresentação ao Prefeito Municipal do relatório final contendo as propostas e as alterações sugeridas.

Art. 6º Os órgãos e unidades municipais envolvidos prestarão o apoio técnico e administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos da Subcomissão.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:F5D6FC41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – COMPIR

RESOLUÇÃO Nº 003/2026

Súmula: Aprova abertura de Crédito Especial por Excesso.

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR de Pato Branco, no uso de suas atribuições legais conferidas pela legislação municipal vigente, e por deliberação em reunião extraordinária realizada no dia 21 de agosto de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar abertura de Crédito Especial por Excesso, conforme segue:

Código	Especificação	Valor (R$)
09	SECRETARIADEASSISTENCIASOCIAL	
09.08	FUNDO MUNICIPAL POLITICAS PROMOÇÃO IGUALDADE RACIAL	
08	Assistência Social	
08.244	Assistência Comunitária	
08.244.0090	Promoção da Igualdade Racial	
2.648	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial	
3.3.90.30–8048 (xxxxx)	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.39–8048 (xxxxx)	Outros Serviços de Terceiros– Pessoa Jurídica	5.000,00
	Total	10.000,0 0

Para a cobertura do crédito suplementar, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de fonte vinculada do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
8048	Apoio e Fortalecimento da Política Pública para Povos Indígenas, C.R.de Quilombo,Ciganos e C.T. de Matriz Africana e de Terreiro -Deliberação nº010/2026-FUNDEPPIR	10.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 21 de agosto de 2026.

JEAN FILIPE FAVARO
Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:13993A50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – COMPIR

RESOLUÇÃO Nº 004/2026

Súmula: Aprova abertura de Crédito Especial por Excesso.

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR de Pato Branco, no uso de suas atribuições legaisconferidas pela legislação municipal vigente, e por deliberação em reunião extraordinária realizada no dia 21 de agosto de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar abertura de Crédito Especial por Excesso, conforme segue:

Código	Especificação	Valor (R$)
09	SECRETARIA DE ASSISTENCIASOCIAL	
	FUNDOMUNICIPAL POLITICAS PROMOÇÃO IGUALDADE	
09.08	RACIAL	
08	Assistência Social	
08.244	AssistênciaComunitária	
08.244.0090	Promoção da Igualdade Racial	
2.648	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial	
3.3.90.30–8047 (xxxxx)	Material de Consumo	10.000,00
3.3.90.39–8047 (xxxxx)	Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Jurídica	50.000,00
	Total	60.000,00

Para a cobertura do crédito suplementar, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de fonte vinculada do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
8047	Apoio e Fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial – Fase II - Deliberação nº 009/2026 - FUNDEPPIR	60.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 21 de agosto de 2026.

JEAN FILIPE FAVARO
Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:C31F0641

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

PODER LEGISLATIVO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O (a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75,§ e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
Homologar e Adjudicar a presente Licitação nos termos: a) Processo nº 22/2026; b) Licitação nº 16/2026 IL; c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação; d) Data de Homologação : 21/08/2026; e) Objeto da Licitação: Inscrição curso de capacitação "LEGISLATIVO DO FUTURO: VERERADORES, ASSESSORES E SERVIDORES EM UMA NOVA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL" E " FISCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA, PROCESSO LEGISLATIVO E SEGURANÇA JURÍDICA NA PRÁTICA " Participante: LG ASSESSORIA, TREINAMENTOS E PESQUISA LTDA Quantidade de itens: 4; Média desconto(%): 0,0000; Total dos itens (em reais $)2.890,00,00/11.560,00;
2) Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente
Manutenção dos Serviços administrativos da Câmara Dotação: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00 Valor Estimado: R$11.560,00

Paula Freitas, 21 de agosto 2026.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:0AE138C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

ADJUDICAR PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026

O Prefeito Municipal, SEBASTIAO ALGACIR DALPRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações após analisado o resultado da Inexigibilidade nº 12/2026, resolve:
ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026
MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE
OBJETO: Inexigibilidade de Licitação para contratação de Instituição de Longa Permanência para Pessoa Idosa, sendo uma Casa de Repouso, em atendimento a Secretaria Municipal de Assitencia Social do Município de Paula Freitas-PR, tendo em vista o presente será de grande valia para atender as necessidades do referida secretaria.

FORNECEDOR: Residencial e Casa de Idosos Agua Verde LTDA. - CNPJ: 36.715.410/0001-66 localizada na Rua Otávio Francisco Dias, 660; Água Verde, Curitiba PR 80.620-310

ITENS GANHOS:
ITEM 1:

VALOR TOTAL: R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), mensal pela acolhida, totalizando um valor anual em R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).

Paula Freitas-PR, 21 de agosto de 2026.

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

_____

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026
FORNECEDOR: **Residencial e Casa de Idosos Agua Verde LTDA. - CNPJ: 36.715.410/0001-66**

VALOR TOTAL : R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), mensal pela acolhida,
totalizando um valor anual em R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).

OBJETO: *Inexigibilidade de Licitação para contratação de Instituição de Longa Permanência para Pessoa Idosa, sendo uma Casa de Repouso, em atendimento a Secretaria Municipal de Assitencia Social do Município de Paula Freitas-PR, tendo em vista o presente será de grande valia para atender as necessidades do referida secretaria.*

DATA: 21/08/2026.

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:8BFD60C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

ADJUDICAR PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2026

O Prefeito Municipal, SEBASTIAO ALGACIR DALPRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações após analisado o resultado da Inexigibilidade nº 11/2026, resolve:
ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026
MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE
OBJETO: Inexigibilidade de Licitação para contratação de Residência Terapêutica para Pessoa com Deficiência, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paula Freitas-PR, tendo em vista o presente será de grande valia para atender as necessidades do referida secretaria.

FORNECEDOR: ROSANA APARECIDA DA CRUZ LOMIKOWSKI LTDA - CNPJ: 39.322.515/0001-43 Rua Caetano Marchesini, 375 – Portão – CEP 81070-110 – Curitiba/ Pr

ITENS GANHOS:
ITEM 1:

VALOR TOTAL: O valor estimado para a contratação, com base nas coletas de preços realizadas, é de R$ 8.217,00 (oito mil, duzentos e dezessete reais) MENSAIS para o acolhimento da Sra. Juliana Hachis da Silva e de R$ 6.650,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta reais) MENSAIS para o acolhimento da Sra. Noeli Aparecida Velozo, totalizando R$ 178.404,00 (cento e setenta e oito mil quatrocentos e qutro reais) Anuais.

Paula Freitas-PR, 21 de agosto de 2026.

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

_____

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026
FORNECEDOR ROSANA APARECIDA DA CRUZ LOMIKOWSKI LTDA - CNPJ: 39.322.515/0001-43

VALOR TOTAL : O valor estimado para a contratação, com base nas coletas de
preços realizadas, é de R$ 8.217,00 (oito mil, duzentos e dezessete reais)
MENSAIS para o acolhimento da Sra. Juliana Hachis da Silva e de R$ 6.650,00
(seis mil, seiscentos e cinquenta reais) MENSAIS para o acolhimento da Sra.
Noeli Aparecida Velozo, totalizando R$ 178.404,00 (cento e setenta e oito mil
quatrocentos e quatro reais) anuais.

OBJETO: *Inexigibilidade de Licitação para contratação de Residência Terapêutica para Pessoa com Deficiência, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paula Freitas-PR, tendo em vista o presente será de grande valia para atender as necessidades do referida secretaria.*
DATA: 21/08/2026.

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:2B778F08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

ADJUDICAR PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2026

O Prefeito Municipal, SEBASTIAO ALGACIR DALPRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações após analisado o resultado da Inexigibilidade nº 13/2026, resolve:
ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 13/2026
MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE
OBJETO: Contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC para realização de Curso de Oratória destinado ao público em geral.

FORNECEDOR: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.541.088/0027-86 - Senac União da Vitória - Localizado a Rua Valentin Varacoski, n°161, Centro - União da Vitória - CEP - 84600-110.
ITENS GANHOS:
ITEM 1: 31.500,00
ITEM 2: 31.500,00
ITEM 3: 31.500,00
ITEM 4: 10.500,00

VALOR TOTAL: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Paula Freitas-PR, 21 de agosto de 2026.

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

_____

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 13/2026
FORNECEDOR: **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.**
CNPJ: 03.541.088/0027-86
VALOR TOTAL R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).
OBJETO: *Contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC para realização de Curso de Oratória destinado ao público em geral.*
DATA: 21/08/2026.

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 13/2026
CONTRATO Nº 37/2026
FORNECEDOR: **VANDERLEI JOAO SCHMITZ - ME.**
VALOR TOTAL: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).
OBJETO: *Contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC para realização de Curso de Oratória destinado ao público em geral.*

DATA: 21/08/2026.

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:ED2B5863

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE LICITAÇÃO E RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO
PROCESSO LICITATORIO Nº 50/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição e recarga de Água Mineral e Gás de Cozinha, em atendimento as Secretarias solicitantes da Prefeitura Municipal de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: **WALMIR J. DEFREITAS E CIA LTDA CNPJ: 02.049.007/0001-23**
LOTES GANHOS: LOTE 01 - Total: R$ 19.370,00 (dezenove mil trezentos e setenta reais).

FORNECEDOR: **DURA COMERCIO DE GÁS LTDA CNPJ: 47.890.806/0001-66**
LOTES GANHOS: LOTE 02 - Total: R$ 19.370,00 (dezenove mil trezentos e setenta reais).

TOTAL GERAL: R$ 98.443,12 (noventa e oito mil quatrocentos e quarenta e três reais e doze centavos).

_____
Paula Freitas, 21 de agosto de 2026.

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
ADJUDICAR PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2026
O Pregoeiro Municipal, Sr. TADEU RAFAEL CORDEIRO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei n° 14.133/21, após analisado o resultado do Pregão nº 25/2026, resolve:
ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO LICITATORIO Nº 50/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição e recarga de Água Mineral e Gás de Cozinha, em atendimento as Secretarias solicitantes da Prefeitura Municipal de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: **WALMIR J. DEFREITAS E CIA LTDA CNPJ: 02.049.007/0001-23**
LOTES GANHOS: LOTE 01 - Total: R$ 19.370,00 (dezenove mil trezentos e setenta reais).

FORNECEDOR: **DURA COMERCIO DE GÁS LTDA CNPJ: 47.890.806/0001-66**
LOTES GANHOS: LOTE 02 - Total: R$ 19.370,00 (dezenove mil trezentos e setenta reais).

TOTAL GERAL: R$ 98.443,12 (noventa e oito mil quatrocentos e quarenta e três reais e doze centavos).

_____
Paula Freitas, 12 de agosto de 2026.

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

HOMOLOGAÇÃO: 21/08/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 50/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 87/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição e recarga de Água Mineral e Gás de Cozinha, em atendimento as Secretarias solicitantes da Prefeitura Municipal de Paula Freitas/PR.
FORNECEDOR: **WALMIR J. DEFREITAS E CIA LTDA CNPJ: 02.049.007/0001-23**
LOTES GANHOS: LOTE 01 - Total: R$ 19.370,00 (dezenove mil trezentos e setenta reais).

_____
Paula Freitas, 12 de agosto de 2026.

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

HOMOLOGAÇÃO: 21/08/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 50/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 88/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição e recarga de Água Mineral e Gás de Cozinha, em atendimento as Secretarias solicitantes da Prefeitura Municipal de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: **DURA COMERCIO DE GÁS LTDA CNPJ: 47.890.806/0001-66**
LOTES GANHOS: LOTE 02 - Total: R$ 19.370,00 (dezenove mil trezentos e setenta reais).

_____
Paula Freitas, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:BFD55257

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

19/08/2026 - BANCO DO BRASIL - 16:36:43
021700217 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE
CLIENTE: MUNICIPIO DE PAULA FREITA
AGENCIA: 0217-8 CONTA: 69.511-4
==========
DATA DA TRANSFERENCIA 19/08/2026
NR. DOCUMENTO 550.217.000.072.372
VALOR TOTAL 7.000,00
****** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ACLAIR HELENA SCHUTZE
AGENCIA: 0217-8 CONTA: 72.372-X
NR. DOCUMENTO 550.217.000.069.511
==========
NR.AUTENTICACAO 8.2AA.B19.58C.167.CDA

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/08/2026 - AUTOATENDIMENTO - 15.37.07
0217800217 0001
Comprovante Pix

CLIENTE: MUNICIPIO DE PAULA FREITA AGENCIA: 0217-8 CONTA: 69.511-4
==========
SOBRE A TRANSACAO

ID: E00000000202608191932364857673 24 CNPJ DO PAGADOR: 75.687.954/0001-13 VALOR: R$5.000,00
TARIFA: R$0,00
DATA: 19/08/2026 - 16:36:51

PAGO PARA: 34.106.227 Luiz Andrei Marques dos S CNPJ: 34.106.227/0001-38

INSTITUICAO: 08561701 PAGSEGURO INTERNET IP S.A.
AGENCIA: 0001 - CONTA: 00000000000232033217
TIPO DE CONTA: Conta Corrente

Esta transação pode ser tarifada em até 0,99%, com valor máximo de R$10,00. O valor definitivo
poderá ser consultado no BBDPJ.

Notificacao enviada em: 19/08/2026 - 16:36:52
==========
DOCUMENTO: 081901
AUTENTICACAO SISBB: D.5DF.B32.A6A.9C4.EA4
==========
Central de Atendimento BB 4004 0001
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produ-tos e servicos.

Ouvidoria 0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais agencia, SAC e Demais canais de atendimento.
Atendimento a deficientes auditivos ou fala 0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao e outros produtos e servicos de Ouvidoria.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/08/2026 – AUTOATENDIMENTO - 15.37.08
0217800217 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
COMPROVANTE DE
TED - TRANSFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL
CLIENTE: MUNICIPIO DE PAULA FREITA
AGENCIA: 0217-8 CONTA: 69.511-4
==========
FINALIDADE: 01 CREDITO EM CONTA
REMETENTE : MUNICIPIO DE PAULA FREITA
BANCO: 260 - NU PAGAMENTOS - IP
AGENCIA: 0001-9
CONTA: 26.877.778-2

FAVORECIDO: CAMILI BARTH BRANDEL MELECK 1045714
CPF/CNPJ: 45.946.154/0001-09
VALOR: R$ 7.000,00
DEBITO EM: 20/08/2026
==========
DOCUMENTO: 082001
AUTENTICACAO SISBB: 0.322.AD4.F99.BF7.49F

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/08/2026 - AUTOATENDIMENTO - 15.37.08
0217800217 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
COMPROVANTE DE
TED - TRANSFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL
CLIENTE: MUNICIPIO DE PAULA FREITA
AGENCIA: 0217-8 CONTA: 69.511-4
==========
FINALIDADE: 01 CREDITO EM CONTA
REMETENTE : MUNICIPIO DE PAULA FREITA
BANCO: 260 - NU PAGAMENTOS - IP
AGENCIA: 0001-9
CONTA: 45.542.973-2

FAVORECIDO: 52.865.197 MARIA ROSANGELA DA CONCE
CPF/CNPJ: 52.865.197/0001-25
VALOR: R$ 4.000,00
DEBITO EM: 20/08/2026
==========
DOCUMENTO: 082002
AUTENTICACAO SISBB: 9.CE0.BC9.7B6.356.407

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/08/2026 - AUTOATENDIMENTO - 15.37.08
0217800217 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
COMPROVANTE DE
TED - TRANSFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL
CLIENTE: MUNICIPIO DE PAULA FREITA
AGENCIA: 0217-8 CONTA: 69.511-4
==========
FINALIDADE: 01 CREDITO EM CONTA
REMETENTE : MUNICIPIO DE PAULA FREITA
BANCO: 260 - NU PAGAMENTOS - IP
AGENCIA: 0001-9
CONTA: 553.064.795-6

FAVORECIDO: 59.293.973 NINA MRIA JOLY DE OLIVE
CPF/CNPJ: 59.293.973/0001-09
VALOR: R$ 10.000,00
DEBITO EM: 20/08/2026
==========
DOCUMENTO: 082003
AUTENTICACAO SISBB: 6.B76.711.A87.BD2.871

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/08/2026 - AUTOATENDIMENTO - 15.37.08
0217800217 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
COMPROVANTE DE
TED - TRANSFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL
CLIENTE: MUNICIPIO DE PAULA FREITA
AGENCIA: 0217-8 CONTA: 69.511-4
==========
FINALIDADE: 01 CREDITO EM CONTA
REMETENTE : MUNICIPIO DE PAULA FREITA
BANCO: 748 - BCO COOPERATIVO SICREDI S.A.
AGENCIA: 0719-6 - SICREDI CENTRO SUL PR/SC/RJ
CONTA: 38.502-8

FAVORECIDO: 52.688.400 JOELMA GIARETA BUENO
CPF/CNPJ: 52. 688.400/0001-35
VALOR: R$ 6.000,00
DEBITO EM: 20/08/2026
==========
DOCUMENTO: 082004
AUTENTICACAO SISBB: 8.12A.0AE.FD1.538.3DD

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/08/2026 - AUTOATENDIMENTO - 15.37.08
0217800217 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
COMPROVANTE DE
TED - TRANSFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL
CLIENTE: MUNICIPIO DE PAULA FREITA
AGENCIA: 0217-8 CONTA: 69.511-4
==========
FINALIDADE: 01 CREDITO EM CONTA
REMETENTE : MUNICIPIO DE PAULA FREITA
BANCO: 756 - BANCO SICOOB S.A.
AGENCIA: 3031-7 - SICOOB SC CREDICANOINHAS
CONTA: 162.377-0

FAVORECIDO: 52.646.990 FELIPE ANDRE PETOLA CPF/CNPJ: 52. 646.990/0001-33
VALOR: R$ 6.000,00
DEBITO EM: 20/08/2026
==========
DOCUMENTO: 082005
AUTENTICACAO SISBB: 6.8D6.D49.14B.CFA.3D1

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/08/2026 - AUTOATENDIMENTO - 15.37.08
0217800217 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
COMPROVANTE DE
TED - TRANSFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL

CLIENTE: MUNICIPIO DE PAULA FREITA
AGENCIA: 0217-8 CONTA: 69.511-4
==========
FINALIDADE: 01 CREDITO EM CONTA
REMETENTE : MUNICIPIO DE PAULA FREITA
BANCO: 260 - NU PAGAMENTOS - IP
AGENCIA: 0001-9
CONTA: 893.382.290-0

FAVORECIDO: 53.638.613 EMILY DE PAULA DE SOUZA
CPF/CNPJ: 53. 638.613/0001-15
VALOR: R$ 10.000,00
DEBITO EM: 20/08/2026
==========
DOCUMENTO: 082006
AUTENTICACAO SISBB: 0.5AC.15F.5F6.7B4.0DA

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/08/2026 - AUTOATENDIMENTO - 15.37.08
0217800217 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA COMPROVANTE DE TED - TRANSFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL CLIENTE: MUNICIPIO DE PAULA FREITA
AGENCIA: 0217-8 CONTA: 69.511-4
==========
FINALIDADE: 01 CREDITO EM CONTA
REMETENTE : MUNICIPIO DE PAULA FREITA BANCO: 323 - MERCADO PAGO IP LTDA. AGENCIA: 0001-9
CONTA: 2.898.459.034-7
FAVORECIDO: ALESSANDRA MARJURI SEROTKI DE SOUZA
CPF/CNPJ: 26. 628.415/0001-06
VALOR: R$ 7.000,00
DEBITO EM: 20/08/2026
==========
DOCUMENTO: 082007
AUTENTICACAO SISBB: E.19C.401.D87.D9E.FAC

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:DC22B82B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA

DA APRESENTAÇÃO

1.1 Inexigibilidade de Licitação para contratação de Instituição de Longa Permanência para Pessoa Idosa, sendo uma Casa de Repouso, em atendimento a Secretaria Municipal de Assitencia Social do Município de Paula Freitas-PR, tendo em vista o presente será de grande valia para atender as necessidades do referida secretaria.

2 . DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE COMPETIÇÃO

Nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, declaro, para os devidos fins, que não há no âmbito do Município de Paula Freitas/PR, nem em localidades circunvizinhas, outras entidades ou empresas aptas a prestar o serviço de acolhimento institucional para duas idosas portadoras de transtornos mentais, usuárias da rede de assistência social municipal.
Foram realizadas consultas e pesquisas junto a órgãos da administração pública, entidades assistenciais e cadastros disponíveis, sem que fosse identificada instituição, pública ou privada, com condições técnicas e legais de receber e garantir o devido atendimento às referidas idosas.
Ressalte-se que as usuárias estavam acolhidas em entidade que encerrou suas atividades e concedeu prazo de 10 (dez) dias para a retirada das mesmas, impondo à Administração a adoção de medida urgente e excepcional.
Assim, restando inviável a competição, encontra-se caracterizada a hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, cabendo a contratação direta da entidade identificada como única prestadora capaz de atender à necessidade pública em questão.

DO OBJETO

2.1 Inexigibilidade de Licitação para contratação de Instituição de Longa Permanência para Pessoa Idosa, conforme determinação legal a ser realizada mediante parecer social técnico, tendo como objetivo primordial garantir a proteção integral do cidadão, em atendimento a Secretaria Municipal Assistencia Social do Município de Paula Freitas-PR, em conformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos.

DA JUSTIFICATIVA

3.1. A presente contratação tem como objetivo assegurar a permanência da Sra. Julia Dionisio Stefanes pelo período de 12 (doze) meses, garantindo a continuidade da proteção integral de que necessita.
3.2. Ressalta-se que a Sra. Julia já se encontra acolhida nesta instituição há 12 (doze) meses, período no qual estabeleceu vínculos, adaptou-se à rotina e ao ambiente institucional. Diante desse contexto, por questões de adaptação, estabilidade emocional, continuidade do atendimento e preservação de seu bem-estar, torna-se inviável sua transferência para outra instituição neste momento.
3.3. Assim, justifica-se a Inexigibilidade de Licitação para contratação de Instituição de Longa Permanência para Pessoa Idosa com contribuição da mesma através do beneficio próprio, sendo assim os custos restantes ficam em contra partida para o Poder Público Municipal de Paula Freitas-PR, tendo em vista o interesse público para atender as demandas e necessidades da referida secretaria.

DA OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.

4.1 Garantir a proteção integral do individuo institucionalizado, bem como: Ambiente acolhedor, saúde, moradia, alimentação, vestuário, segurança, acessibilidade e higiene pessoal.
4.2 Se por eventual motivo a Sra. Julia Dionisio Stefanes necessitar futuramente de fraldas, medicamentos, consultas e exames medicos fica sob a responsabilidade da instituição onde está instucionalizada no momento.
4.3 O Abrigo Istitucional de Longa Permanência, se resposabilizar pelo Saque/Organização finaceira do pelo BPC (Beneficio de Prestação Continuada) da mesma.

DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. A empresa vencedora deverá permanecer abrigada a Sra Julia Dionisio Stefanes durante 12 meses, conforme solicitação da Secretaria de Assitência Social e da Equipe de Proteção Social Especial (PSE), situada na Rua Gustavo R. Schwartz Nº 575, Centro, da Cidade de Paula Freitas-PR, CEP: 84630-000.

DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA:

6.1. A contratação recaiu **à Residencial e Casa de Idosos Agua Verde LTDA.** - CNPJ: 36.715.410/0001-66 localizada na Rua Otávio Francisco Dias, 660; Água Verde, Curitiba PR 80.620-310, pelo fato de que, conforme demonstrado a pesquisa de preço realizada, a empresa é um fornecedor exclusivo para para a prestação do serviço.

6.2. O Valor médio levantado através de coletas de preços é de **R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), mensal pela acolhida, totalizando um valor anual em R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais)**.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento do preço consignado na proposta contratada será efetuado em parcela mensal conforme cotação de preço mensal.

7.2. O pagamento decorrente de qualquer despesa decorrente deste contrato ocorrerá após o processamento do empenho da nota fiscal correspondente, a qual deverá estar assinada submetida a apreciação dos responsáveis pela Secretaria solicitante.
7.3. No ato do pagamento da parcela a CONTRATADA terá que apresentar os seguintes documentos, dentro do prazo de validade:

Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (Certidão Negativa), do domicílio ou sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei; e,
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (Certidão Negativa), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certidão Negativa), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. O pagamento decorrente da contratação prevista no presente contrato correrá por conta dos recursos orçamentários abaixo especificados:
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES).

DO REAJUSTE

9.1. O preço contratado não será reajustado.

Paula Freitas, 21 de agsto de 2026.

MARLENE DOS SANTOS DALPRA
Secretaria Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:8B37DC92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA

DA APRESENTAÇÃO

1.1 Inexigibilidade de Licitação para contratação de Residência Terapêutica para Pessoa com Deficiência, em atendimento a Secretaria Municipal de Assitencia Social do Município de Paula Freitas-PR, tendo em vista o presente será de grande valia para atender as necessidades do referida secretaria.

2 . DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE COMPETIÇÃO

Nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, declaro, para os devidos fins, que não há no âmbito do Município de Paula Freitas/PR, nem em localidades circunvizinhas, outras entidades ou empresas aptas a prestar o serviço de acolhimento institucional para duas mulheres portadoras de transtornos mentais, usuárias da rede de assistência social municipal.
Foram realizadas consultas e pesquisas junto a órgãos da administração pública, entidades assistenciais e cadastros disponíveis, sem que fosse identificada instituição, pública ou privada, com condições técnicas e legais de receber e garantir o devido atendimento às referidas idosas.
Ressalte-se que as usuárias encontram-se acolhidas na instituição há aproximadamente 12 (doze) meses, período em que estabeleceram vínculos, adaptaram-se à rotina, aos profissionais e ao ambiente, circunstâncias que contribuem significativamente para seu bem-estar e estabilidade. Assim, eventual transferência para outra instituição neste momento poderia acarretar prejuízos à continuidade do atendimento e ao processo de adaptação já consolidado.
Assim, restando inviável a competição, encontra-se caracterizada a hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, cabendo a contratação direta da entidade identificada como única prestadora capaz de atender à necessidade pública em questão.

DO OBJETO

3.1 Inexigibilidade de Licitação para contratação de Residência para Pessoa com Deficiência, conforme determinação legal a ser realizada mediante parecer social técnico, tendo como objetivo primordial garantir a proteção integral do cidadão, em atendimento a Secretaria Municipal Assistencia Social do Município de Paula Freitas-PR, em conformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos.

DA JUSTIFICATIVA

4.1 A presente contratação tem como objetivo Sras. Juliana Hachis da Silva – diagnóstico CID-10 F71 (Deficiência Intelectual Moderada) e Noeli Aparecida Velozo – diagnósticos CID-10 F71.1 (deficiência intelectual moderada com comprometimento significativo do comportamento) e CID-10 F20.0 (esquizofrenia paranoide)num periodo de 12 meses, com intuito de proteção integral a qual necessita.
4.2. Assim, justifica-se a Inexigibilidade de Licitação para contratação de Residência Terapêutica para a Pessoa com Deficiência com contribuição da mesma através do beneficio próprio, sendo assim os custos restantes ficam em contra partida para o Poder Público Municipal de Paula Freitas-PR, tendo em vista o interesse público para atender as demandas e necessidades da referida secretaria.

DA OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.

5.1 Garantir a proteção integral do individuo institucionalizado, bem como: Ambiente acolhedor,saúde, moradia, alimentação, vestuário, segurança, acessibilidade e higiene pessoal.
5.2 Se por eventual motivo as Senhoras Juliana Hachis da Silva e Noeli Aparecida Velozo necessite de fraldas, medicamentos, consultas e exames medicos fica sob a responsabilidade da instituição onde está instucionalizada no momento.

DO PRAZO DE ENTREGA

6.1. A empresa vencedora deverá abrigar de forma imediata as Senhoras Juliana Hachis da Silva e Noeli Aparecida Velozo durante 12 meses, conforme solicitação da Secretaria de Assitência Social e da Centro de Refêrencia Especialização de Assistência Social (CREAS), situada na Rua Gustavo R. Schwartz Nº 575, Centro, da Cidade de Paula Freitas-PR, CEP: 84630-000.

DO PREÇO RAZÃO DA ESCOLHA:

A contratação recaiu à **ROSANA APARECIDA DA CRUZ LOMIKOWSKI LTDA - CNPJ: 39.322.515/0001-43** Rua Caetano Marchesini, 375 – Portão – CEP 81070-110 – Curitiba/ Pr, pelo fato de que, conforme demonstrado a pesquisa de preço realizada, a empresa é um fornecedor exclusivo para para a prestação do serviço.

7.2. O valor estimado para a contratação, com base nas coletas de preços realizadas, é de **R$ 8.217,00 (oito mil, duzentos e dezessete reais)** MENSAIS para o acolhimento da Sra. **Juliana Hachis da Silva** e de **R$ 6.650,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta reais)** MENSAIS para o acolhimento da Sra. **Noeli Aparecida Velozo**, totalizando **R$ 178.404,00 (cento e setenta e oito mil quatrocentos e qutro reais) Anuais.**

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento do preço consignado na proposta contratada será efetuado em parcela mensal conforme cotação de preço mensal.
8.2. O pagamento decorrente de qualquer despesa decorrente deste contrato ocorrerá após o processamento do empenho da nota fiscal correspondente, a qual deverá estar assinada submetida a apreciação dos responsáveis pela Secretaria solicitante.
8.3. No ato do pagamento da parcela a CONTRATADA terá que apresentar os seguintes documentos, dentro do prazo de validade:

Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (Certidão Negativa), do domicílio ou sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei; e,
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (Certidão Negativa), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certidão Negativa), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. O pagamento decorrente da contratação prevista no presente contrato correrá por conta dos recursos orçamentários abaixo especificados:
275 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
DELIBERAÇÃO 062/2022 CEAS/PR – ACOLHIMENTO PARA JOVENS E ADULTOS COM DEFICÊNCIA E PARA PESSOAS IDOSAS.

DO REAJUSTE

10.1. O preço contratado não será reajustado.

Paula Freitas, 06 de julho de 2026.

MARLENE DOS SANTOS DALPRA
Secretaria Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:74507DE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Objeto: Contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC para realização de Curso de Oratória destinado ao público em geral.

1. Da Necessidade da Contratação
A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico desenvolve ações voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo, à qualificação profissional e ao desenvolvimento econômico local, buscando oferecer oportunidades de capacitação que contribuam para o crescimento pessoal e profissional da população.

Nesse contexto, verificou-se a necessidade da realização de um Curso de Oratória destinado ao público em geral, especialmente empreendedores, microempreendedores individuais (MEIs), empresários, profissionais liberais e demais interessados do Município de Paula Freitas.

A comunicação eficiente é uma competência indispensável para o desenvolvimento de atividades profissionais, comerciais e sociais, influenciando diretamente a capacidade de liderança, negociação, atendimento ao público, vendas, apresentações, reuniões e participação em eventos.

A realização do curso contribuirá para o fortalecimento das competências dos participantes, incentivando o empreendedorismo, a melhoria da gestão dos pequenos negócios, a geração de oportunidades de trabalho e renda e o desenvolvimento econômico local, estando em consonância com as atribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Sala do Empreendedor.

2. Da Justificativa da Escolha do SENAC
O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC é instituição integrante do Sistema S, reconhecida nacionalmente pela excelência na educação profissional e pela oferta de cursos voltados ao desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais.

A instituição possui metodologia pedagógica própria, corpo docente especializado, material didático padronizado, experiência consolidada na execução de programas de qualificação profissional e certificação amplamente reconhecida pelo mercado de trabalho.

A proposta apresentada pelo SENAC atende integralmente às necessidades da Administração Municipal, contemplando conteúdo programático compatível com os

objetivos pretendidos, carga horária adequada, metodologia participativa e infraestrutura pedagógica capaz de assegurar a qualidade da capacitação.

A escolha da instituição fundamenta-se na reconhecida qualidade dos serviços prestados, na confiabilidade de sua metodologia e na capacidade de oferecer formação alinhada às políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico.

3. Da Fundamentação Legal
A presente contratação será realizada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de capacitação.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC é instituição integrante do Sistema S, amplamente reconhecida pela excelência na educação profissional, possuindo metodologia própria, corpo docente qualificado, material didático padronizado e experiência consolidada na realização de cursos de capacitação.

A escolha do SENAC decorre da adequação de sua proposta pedagógica às necessidades da Administração Municipal, visando oferecer à população um curso de elevada qualidade, ministrado por instituição de reconhecida credibilidade e tradição na formação profissional.

A contratação será instruída com a documentação necessária à demonstração da compatibilidade do preço, da qualificação da instituição, da justificativa da escolha do fornecedor e dos demais requisitos exigidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo a observância dos princípios da legalidade, da eficiência, da motivação e do interesse público.

4. Da Compatibilidade do Preço
O valor proposto para a realização do curso é de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

A Administração verificará a compatibilidade desse valor mediante análise de propostas, tabelas institucionais, contratações semelhantes realizadas pelo SENAC e demais documentos que demonstrem que o preço ofertado está em conformidade com os praticados pela instituição para serviços equivalentes, atendendo ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

5. Conclusão
Diante do exposto, conclui-se que a contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC atende ao interesse público, contribui para o desenvolvimento

econômico do Município e para a qualificação da população, razão pela qual se justifica o prosseguimento do processo administrativo para contratação direta, observados todos os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Paula Freitas – PR, 03 de agosto de 2026.

CIRLEI SILVEIRA MICHAELSEN
Diretora de Desenvolvimento Econômico

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:FC525702

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 3.458/2026 – DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com respaldo na autorização contida na Lei Municipal nº 1.709/2025 de 17 de dezembro de 2025, Artigo 7, e na Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964 Artigo 43 § 1. ° Inciso I, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento geral de 2026. Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 15.063,81 (Quinze mil, sessenta e três reais com oitenta e um centavos), com a seguinte classificação institucional e programática:

ÓRGÃO	**05.00**	**SECRETARIA DE FINANÇAS**	
UNIDADE	**05.01**	**GABINETE DO SEC. DE FINANÇAS**	
ATIVIDADE	04.123.0004.2.006	*Manutenção do gabinete do Secretário de Finanças*	
DOTAÇÃO	3.3.90.93.00.3825	Indenizações e restituições	15.063,81

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo precedente, fica a Secretaria Municipal de Finanças, autorizada a utilizar o superavit financeira do exercício de 2025 da fonte 1825 no valor de R$ 15.063,81 (Quinze mil, sessenta e três reais com oitenta e um centavos).

Art. 3º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas leis nº 1.705/2025 – LDO para o exercício de 2026 e nº 1.690/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 21 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

WAGNER LUIZ BLEY BONATO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Felipe Joly da Cruz
Código Identificador:8F776A56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. 586/2026

DECRETO N. 586/2026

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por anulação e contém outras providências.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Munícipio de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme o contido no art. 33 da Lei 1488/2025 – LDO combinado com o art. 7º da Lei 1516/2025 – LOA.

D E C R E T A:
Art. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 43 da Lei4320, de 17 de março de 1964, fica autorizada a abertura, no Orçamento vigente da Fundação Municipal de Saúde, de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 400.000,00(quatrocentos mil reais) assim discriminados:**DECRETO N. 586/2026**
SÚMULA: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por anulação e contém outras providências.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Munícipio de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme o contido no art. 33 da Lei 1488/2025 – LDO combinado com o art. 7º da Lei 1516/2025 – LOA.

D E C R E T A:
Art. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 43 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica autorizada a abertura, no Orçamento vigente da Fundação Municipal de Saúde, de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 400.000,00(quatrocentos mil reais) assim discriminados:
ÓRGÃO – 03.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN
UNIDADE: 03.000 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE: 2.041 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.39	494	Outros Serviços de Terceiros – PJ	400.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto pelo Artigo anterior, serão considerados os recursos de anulação de dotação conforme abaixo:
ÓRGÃO – 02.00 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE – 02.006 - SECRETARIA M. DE SAÚDE
ATIVIDADE – 2.026 – MANUTENÇÃO DO GABINETE SECRETÁRIO

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.11	494	Vencimentos e Vantagens Fixas - PC	400.000,00

Art. 3º - As alterações inseridas por este Decreto passam a integrar a Lei do PPA e da LDO vigentes.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 21 de agosto de 2026

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal
ÓRGÃO – 03.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN
UNIDADE: 03.000 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE: 2.041 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.39	494	Outros Serviços de Terceiros – PJ	400.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto pelo Artigo anterior, serão considerados os recursos de anulação de dotação conforme abaixo:
ÓRGÃO – 02.00 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE – 02.006 - SECRETARIA M. DE SAÚDE
ATIVIDADE – 2.026 – MANUTENÇÃO DO GABINETE SECRETÁRIO

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.11	494	Vencimentos e Vantagens Fixas - PC	400.000,00

Art. 3º - As alterações inseridas por este Decreto passam a integrar a Lei do PPA e da LDO vigentes.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 21 de agosto de 2026

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:5184A09E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026
MODALIDADE: Art. 74, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, Inexigibilidade de Licitação por inviabilidade de competição decorrente da exclusividade de fornecimento e distribuição do software "QapterGov" e do banco de dados unificado da Tabela Audatex.
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA: AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.144.891/0001-85, com sede na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Centro Empresarial, Bloco E, 7º andar, Jardim São Luís, CEP 05805-000, neste ato representada por sua administradora GRACIELE LIMA DOMINGOS.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso (saas) de software de automação para avaliação de sinistros, peças e serviços automotivos (tabela audatex/qaptergov + audaparts).
VALOR TOTAL: R$ 25.680,00 (vinte e cinco mil, seiscentos e oitenta reais),
PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato, a partir da assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (doze) meses, contados a partir da data de sua da assinatura.
DATA DA ASSINATURA:19 de agosto de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.007 - CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS; Máscara: 02.007.26.782.0005.2030.3.3.90.39.00; Fonte: 00000.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 21 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:A54BD8B4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 025/2026
MODALIDADE: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:DR PRADO AR CONDICIONADO JURANDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.011.146/0001-69, com sede na Rua Poti, nº 773, Bairro Carajás, Juranda/PR, CEP 87.355-000, neste ato representada por seu administrador PAULO CESAR PRADO.
OBJETO: Empresa especializada para prestação de serviços de instalação de 27 (vinte e sete) aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento integral de materiais (tubulação de cobre, suportes, fiação e insumos), bem como para a realização de higienização e manutenção preventiva para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria Municipal de Assistência Social e Família do Município de Paulo Frontin/PR.
VALOR TOTAL: R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato, a partir da assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (doze) meses, contados a partir da data de sua da assinatura.
DATA DA ASSINATURA:20 de agosto de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.004,; Máscara: 02.004.12.361.0012.2036.3.3.90.39.00 00000/00000; Organograma: 02.005, 02.005.08.244.0011.2020.3.3.90.39.00 00000/00000; e Organograma: 02.006, 02.006.10.301.0017.2026.3.3.90.39.00 00000/00000.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 20 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:57434F13

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8 -SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44.

H O M O L O G O:
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 referente a **Aquisição de 1 (uma) máquina enfardadora, 1 (uma) máquina segadora e 1 (uma) máquina enleiradora (ancinho), novas, destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná – Convênio MAPA nº 997941/2026 (Proposta nº 021027/2026),** conforme parecer da assessoria jurídica e, comissão de licitações, com base na lei federal 14.133/2021 e alterações posteriores, para a Execução na forma legal pela empresa **JEFERSON FINARDI – MÁQUINAS - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N° 39.942.536/0001-61, com endereço na Rua Antônio Seguro, nº 153, Bairro Botiatuva, CEP 83.602-614, Campo Largo/PR, representada por seu representante legal Sr. Jeferson Finardi, portador do CPF/MF nº 064.474.289-56, declarada vencedora pelo valor de R$ 146.221,00 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e vinte e um reais).

Valor Total:
R$ 146.221,00 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e vinte e um reais).

Pérola D'Oeste/PR, 21 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:3DD1A42B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
DECRETO Nº 102/2026

SÚMULA: Regulamenta a avaliação de mérito e desempenho dos profissionais do magistério e o processo seletivo que precede o provimento da função de Diretor das instituições da Rede Municipal de Ensino de Pérola D'Oeste, para atendimento do art. 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo art. 3º da Lei Municipal nº 228, de 19 de outubro de 1999,

CONSIDERANDO o art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, e o art. 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que

consagram a gestão democrática do ensino público na forma da lei e das normas dos sistemas de ensino;
CONSIDERANDO o art. 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e o art. 43, inciso I, do Decreto Federal nº 10.656, de 22 de março de 2021, que condicionam a distribuição da complementação-VAAR ao provimento do cargo ou da função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho, ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar entre candidatos previamente aprovados em avaliação de mérito e desempenho;
CONSIDERANDO a Resolução CIF nº 24, de 15 de junho de 2026, que aprovou a metodologia de aferição das Condicionalidades I, IV e V para a distribuição da complementação-VAAR no exercício de 2027, e que exige, cumulativamente, legislação própria sobre o provimento da função de gestor escolar, processo seletivo formalizado por edital ou documento equivalente, prestação das informações no sistema oficial do Ministério da Educação e provimento dos gestores escolares nos percentuais mínimos fixados para cada ciclo de verificação;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 228, de 19 de outubro de 1999, que estabeleceu a eleição direta e secreta para a escolha dos Diretores das escolas municipais com mais de 150 (cento e cinquenta) alunos e delegou ao Chefe do Poder Executivo a regulamentação do processo eleitoral;
CONSIDERANDO a conveniência de reunir em ato único a avaliação de mérito e desempenho e o regulamento permanente do pleito, de modo a dispensar a edição de decreto próprio a cada eleição e a evitar a sucessão de normas com remissões cruzadas;
CONSIDERANDO que a exigência federal alcança igualmente as unidades cuja direção é provida por indicação do Chefe do Poder Executivo, entre elas os Centros Municipais de Educação Infantil e as escolas com até 150 (cento e cinquenta) alunos;
CONSIDERANDO a necessidade de substituir instrumento de avaliação assentado em juízos de apreciação pessoal por instrumento objetivo, documentado e passível de controle pelos órgãos de fiscalização e pelo Poder Judiciário;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a avaliação de mérito e desempenho dos profissionais do magistério interessados no provimento da função de Diretor das instituições da Rede Municipal de Ensino de Pérola D'Oeste, bem como o processo seletivo que a precede, para atendimento do art. 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.
§ 1º O disposto neste Decreto aplica-se a todas as instituições da Rede Municipal de Ensino, compreendidas as Escolas Municipais de Ensino Fundamental e os Centros Municipais de Educação Infantil, seja o provimento antecedido de eleição, na forma da Lei Municipal nº 228, de 19 de outubro de 1999, e do Capítulo XI deste Decreto, seja ele decorrente de indicação do Chefe do Poder Executivo.
§ 2º A aprovação prévia em avaliação de mérito e desempenho é condição de elegibilidade e de indicação, e será exigida ainda que haja candidato único, que o interessado já esteja no exercício da função, ou que se trate de recondução, de reeleição ou de provimento decorrente de vacância.
§ 3º A aprovação não gera direito subjetivo à designação, e apenas habilita o candidato a concorrer à escolha pela comunidade escolar ou a ser indicado pelo Chefe do Poder Executivo, conforme a unidade.

Art. 2º Para os fins deste Decreto considera-se:
I – mérito, o conjunto de atributos objetivamente comprováveis por documento, relativos à formação acadêmica, à formação continuada, à experiência profissional e à trajetória do candidato em funções de gestão escolar;
II – desempenho, a demonstração da capacidade profissional exigida para o exercício da função, aferida pela avaliação funcional documentada e pela produção do candidato no Estudo de Caso e no Plano de Gestão Escolar;
III – Estudo de Caso, a prova de natureza prática em que o candidato, diante de situação-problema própria da gestão escolar, apresenta diagnóstico, fundamentação, prioridades, estratégias, encaminhamentos e formas de monitoramento;
IV – Plano de Gestão Escolar, o documento em que o candidato expõe o diagnóstico da unidade pretendida, as metas, as ações, o cronograma, os indicadores e os mecanismos de acompanhamento da gestão que pretende conduzir;
V – comunidade escolar, os professores, os especialistas e os servidores em exercício no estabelecimento e os pais ou responsáveis por aluno regularmente matriculado, na forma do art. 1º, § 1º, da Lei Municipal nº 228, de 1999, e do art. 36 deste Decreto;
VI – cadastro de aprovados, a relação homologada e publicada dos candidatos que alcançaram a pontuação mínima exigida neste Decreto.

Art. 3º O processo observará os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da isonomia, da motivação e da gestão democrática do ensino, e será conduzido de modo a assegurar a todos os candidatos obtenham idêntico tratamento e o prévio conhecimento das regras.
Parágrafo único. É vedada a atribuição de pontuação fundada em apreciação pessoal, em afinidade, em juízo de simpatia ou em qualquer outro critério não previsto neste Decreto e no edital, e toda pontuação atribuída será motivada e lastreada em documento ou em ficha de avaliação assinada pelo avaliador.

CAPÍTULO II
DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

Art. 4º Poderá inscrever-se no processo seletivo o profissional que, cumulativamente:
I – integre o Quadro Próprio do Magistério Público Municipal na condição de ocupante de cargo efetivo e já tenha adquirido estabilidade;
II – possua curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou em outra licenciatura na área da educação;
III – não esteja em licença sem vencimentos na data da inscrição, na data do pleito ou na data da indicação;
IV – não tenha sofrido pena disciplinar decorrente de processo administrativo disciplinar ou de sindicância com decisão final nos 4 (quatro) anos anteriores à publicação do edital;
V – não esteja impedido, por decisão judicial ou administrativa, de exercer função pública;
VI – comprometa-se, por escrito, a observar as diretrizes do Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, na forma do art. 1º, § 3º, da Lei Municipal nº 228, de 1999;
VII – declare ciência do disposto no art. 38, § 2º, da Lei Municipal nº 889, de 2013;
VIII – apresente a documentação exigida no edital, no prazo nele fixado.
§ 1º Para a candidatura à direção de escola com mais de 150 (cento e cinquenta) alunos exige-se, ainda, atuação mínima de 2 (dois) anos no estabelecimento, na forma do art. 1º, § 2º, da Lei Municipal nº 228, de 1999.
§ 2º O edital poderá admitir a inscrição para mais de uma unidade, hipótese em que o candidato indicará a ordem de sua preferência no ato da inscrição.
§ 3º Nas unidades cujo provimento é precedido de eleição, os requisitos de elegibilidade são os do art. 1º, §§ 2º e 3º, da Lei Municipal nº 228, de 1999, e a exigência do inciso II deste artigo tem-se por satisfeita pela habilitação legalmente exigida para o exercício do cargo efetivo de que o candidato é titular.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO SELETIVO E DO EDITAL

Art. 5º O provimento da função de Diretor será precedido de processo seletivo aberto por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no sítio eletrônico oficial do Município e afixado em local visível nas unidades escolares, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do encerramento das inscrições.

Art. 6º O edital conterá, no mínimo:
I – as unidades escolares e os Centros Municipais de Educação Infantil abrangidos e a forma de provimento de cada um;
II – os requisitos de inscrição e a relação dos documentos exigidos;

III – o cronograma completo, com as datas de inscrição, de aplicação do Estudo de Caso, de entrega e de arguição do Plano de Gestão Escolar, de divulgação dos resultados e de interposição de recursos;
IV – os critérios de pontuação e as fichas de avaliação, na forma dos Anexos deste Decreto;
V – a pontuação mínima para aprovação e as notas mínimas eliminatórias;
VI – os critérios de desempate;
VII – a composição da Comissão Organizadora e da banca avaliadora;
VIII – o prazo de validade do cadastro de aprovados;
IX – a advertência de que a escolha pela comunidade escolar, quando cabível, recairá exclusivamente sobre candidatos previamente aprovados.

Art. 7º O processo seletivo desenvolver-se-á nas seguintes fases, sem prejuízo da numeração das etapas de avaliação estabelecida no art. 11:
a) inscrição e análise dos requisitos, de caráter eliminatório;
b) avaliação de mérito e desempenho, compreendidas as Etapas I a V do art. 11;
c) classificação e homologação do resultado final;
d) eleição ou indicação, conforme a unidade;
e) designação e posse.

CAPÍTULO IV
DA COMISSÃO ORGANIZADORA E DA BANCA AVALIADORA

Art. 8º O processo seletivo será conduzido por Comissão Organizadora designada por portaria do Chefe do Poder Executivo, composta por:
I – Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo, que a presidirá;
II – 1 (um) servidor da área de recursos humanos;
III – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação, por ele indicado;
IV – 1 (um) representante dos profissionais do magistério, indicado pela categoria;
V – 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos, indicado pela categoria ou pela entidade sindical;
VI – 1 (um) representante dos pais ou responsáveis, escolhido em assembleia.

Art. 9º A correção do Estudo de Caso e a avaliação do Plano de Gestão Escolar caberão a banca avaliadora composta por 3 (três) membros, designada no mesmo ato, integrada por profissionais da educação com formação ou experiência em gestão escolar, admitida a designação de servidores de outros entes federativos ou de profissionais de instituição de ensino superior, mediante acordo de cooperação.

Art. 10. Não poderão integrar a Comissão Organizadora nem a banca avaliadora:
I – o candidato inscrito no processo seletivo;
II – o cônjuge, o companheiro ou o parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de qualquer candidato;
III – quem mantenha com o candidato relação capaz de comprometer a imparcialidade da avaliação.
Parágrafo único. Os membros firmarão declaração de inexistência de conflito de interesses, na forma do Anexo VI, e responderão pelo sigilo das situações-problema até o momento da aplicação da prova.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO

Art. 11. A avaliação de mérito e desempenho terá pontuação máxima de 1.500 (mil e quinhentos) pontos, assim distribuídos:

Etapa	Natureza	Pontuação máxima
I – Formação e qualificação profissional	Classificatória	250
II – Experiência profissional e trajetória em gestão escolar	Classificatória	250
III – Avaliação funcional objetiva	Classificatória	150
IV – Estudo de Caso	Eliminatória e classificatória	500
V – Plano de Gestão Escolar e arguição	Eliminatória e classificatória	350
TOTAL		**1.500**

Art. 12. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, cumulativamente:
I – no mínimo 900 (novecentos) pontos no total, correspondentes a 60% (sessenta por cento) da pontuação máxima;
II – no mínimo 250 (duzentos e cinquenta) pontos no Estudo de Caso;
III – no mínimo 175 (cento e setenta e cinco) pontos no Plano de Gestão Escolar.
Parágrafo único. O candidato que não alcançar qualquer das notas mínimas previstas nos incisos II e III será eliminado do processo, ainda que a soma das demais etapas lhe assegure a pontuação total exigida no inciso I.

Art. 13. A pontuação das etapas de formação, de experiência e de avaliação funcional será atribuída exclusivamente com base nos documentos apresentados pelo candidato e nos registros da vida funcional fornecidos pelo setor de recursos humanos.
Parágrafo único. Não serão considerados documentos apresentados após o encerramento do prazo de inscrição, ressalvados aqueles cuja emissão compete ao próprio Município.

Art. 14. Os afastamentos decorrentes de licença ou de outro direito assegurado em lei, entre eles a licença para tratamento de saúde, a licença à gestante, a licença-paternidade, a licença por acidente em serviço, a licença para desempenho de mandato classista e o afastamento para participação em curso de formação, não poderão, sob nenhuma forma, reduzir a pontuação do candidato nem ser computados como falta ou ausência para os fins deste Decreto.

CAPÍTULO VI
DO ESTUDO DE CASO

Art. 15. O Estudo de Caso é a prova destinada a aferir o desempenho do candidato diante de situação própria da gestão escolar e vale 500 (quinhentos) pontos.

Art. 16. A prova será aplicada em dia, horário e local únicos para todos os candidatos, aos quais serão entregues 5 (cinco) situações-problema, cabendo a cada um escolher 1 (uma) e desenvolvê-la no prazo fixado no edital, nunca inferior a 3 (três) horas.
§ 1º As situações-problema serão elaboradas a partir do banco constante do Anexo VII, adaptadas à realidade da Rede Municipal, e permanecerão sob sigilo até o momento da aplicação.
§ 2º Será permitida a consulta a textos de lei sem comentários ou anotações, quando o edital assim dispuser.
§ 3º A folha de resposta será desidentificada antes da correção, mediante código atribuído pela Comissão Organizadora, cuja correspondência somente será revelada depois de lançadas todas as notas.

Art. 17. Na resposta o candidato deverá identificar o problema, apresentar o diagnóstico da situação, definir prioridades, propor estratégias e ações, indicar a articulação com a equipe e com a comunidade escolar, estabelecer a sequência da intervenção e os responsáveis e definir os indicadores e as formas de acompanhamento e de avaliação das medidas adotadas.
Parágrafo único. Não se exigirá resposta única nem a reprodução de modelo predeterminado, e será valorizada a solução autoral que se mostre coerente, viável, tecnicamente fundamentada e compatível com a legislação educacional e com os princípios da administração pública.

Art. 18. A correção observará os critérios e os descritores do Anexo II, e cada critério será pontuado em um dos seguintes níveis:
I – plenamente atendido, correspondente à integralidade dos pontos do critério;
II – atendido em grande parte, correspondente a 70% (setenta por cento) dos pontos do critério;
III – atendido de forma parcial, correspondente a 40% (quarenta por cento) dos pontos do critério;
IV – não atendido, sem atribuição de pontos.

Art. 19. Cada prova será corrigida por 2 (dois) membros da banca avaliadora, e a nota do candidato corresponderá à média aritmética das notas atribuídas.

Parágrafo único. Verificada diferença superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima entre as duas correções, o terceiro membro procederá a nova correção, e a nota final será a média das duas notas mais próximas entre si.

CAPÍTULO VII
DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

Art. 20. O Plano de Gestão Escolar vale 350 (trezentos e cinquenta) pontos, será entregue no prazo fixado no edital e conterá, no mínimo:
I – a identificação da instituição e o diagnóstico da sua realidade;
II – a análise dos indicadores educacionais da unidade e da Rede;
III – as metas de aprendizagem, com especial atenção à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
IV – as ações de inclusão, de equidade e de redução das desigualdades educacionais;
V – as estratégias de participação das famílias e de fortalecimento dos órgãos colegiados;
VI – as ações de acompanhamento da frequência, da permanência e de busca ativa;
VII – as medidas de prevenção e de enfrentamento das violências e de proteção integral de crianças e adolescentes;
VIII – a formação e o acompanhamento dos profissionais em exercício na unidade;
IX – a gestão administrativa, financeira e patrimonial e a prestação de contas dos recursos;
X – o cronograma de execução, os indicadores e os mecanismos de monitoramento e de avaliação;
XI – a articulação com o Projeto Político-Pedagógico, com o currículo da Rede Municipal e com o Plano Municipal de Educação.

Art. 21. O Plano será apresentado e arguido perante a banca avaliadora, em sessão de até 30 (trinta) minutos, assegurada ao candidato a exposição inicial e a resposta às perguntas formuladas.
Parágrafo único. A arguição será registrada em ata e, havendo concordância do candidato, gravada em áudio ou vídeo, integrando a gravação a documentação do processo.

Art. 22. A avaliação do Plano e da arguição observará os critérios e a pontuação do Anexo III, aplicados os níveis do art. 18.

Art. 23. O Plano de Gestão Escolar do candidato designado integrará o planejamento da unidade e será acompanhado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, com avaliação ao término de cada ano letivo.

CAPÍTULO VIII
DA AVALIAÇÃO FUNCIONAL OBJETIVA

Art. 24. A avaliação funcional vale 150 (cento e cinquenta) pontos e será apurada exclusivamente a partir dos assentamentos funcionais do candidato, na forma do Anexo I, observado como período de referência os 24 (vinte e quatro) meses anteriores à publicação do edital.
§ 1º Ao candidato será assegurada vista dos registros que fundamentarem a pontuação antes da divulgação do resultado preliminar.
§ 2º Aplica-se à apuração o disposto no art. 14 deste Decreto.

CAPÍTULO IX
DA CLASSIFICAÇÃO E DO DESEMPATE

Art. 25. A classificação far-se-á pela ordem decrescente da pontuação total, em lista geral e, quando houver inscrição para unidade determinada, também em lista por unidade.

Art. 26. O empate será resolvido, sucessivamente, em favor do candidato que:
I – obtiver a maior pontuação no Estudo de Caso;
II – obtiver a maior pontuação no Plano de Gestão Escolar e na arguição;
III – possuir curso de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar;
IV – possuir a maior titulação na área da educação;
V – contar maior tempo de exercício em função de gestão escolar;
VI – contar maior tempo de efetivo exercício no magistério público municipal de Pérola D'Oeste;
VII – tiver mais idade.

Art. 27. O resultado final será homologado pelo Chefe do Poder Executivo e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, do que resultará o cadastro de aprovados.
Parágrafo único. O cadastro terá validade de 2 (dois) anos contados da homologação, admitida uma única prorrogação por igual período, e será utilizado para o provimento decorrente de eleição, de indicação, de vacância e de substituição.

CAPÍTULO X
DO PROVIMENTO DA FUNÇÃO DE DIRETOR

Art. 28. Nas escolas municipais com mais de 150 (cento e cinquenta) alunos, a designação do Diretor será precedida de eleição direta e secreta, na forma da Lei Municipal nº 228, de 1999, e do Capítulo XI deste Decreto, da qual somente poderão participar, como candidatos, os aprovados na avaliação de que trata este Decreto.

Art. 29. Nas escolas municipais com até 150 (cento e cinquenta) alunos e nos Centros Municipais de Educação Infantil, a designação far-se-á por indicação do Chefe do Poder Executivo, que recairá sobre qualquer dos candidatos aprovados no processo seletivo, independentemente da ordem de classificação.
§ 1º A indicação poderá recair sobre candidato aprovado que não tenha indicado a unidade como opção de preferência, desde que ele manifeste concordância por escrito antes da designação.
§ 2º O ato de designação consignará expressamente que o indicado foi previamente aprovado em avaliação de mérito e desempenho, com a menção ao edital, à pontuação obtida e à data da homologação.

Art. 30. A designação observará o mandato de 2 (dois) anos previsto no art. 2º da Lei Municipal nº 228, de 1999, admitida uma única recondução consecutiva, condicionada à aprovação em nova avaliação de mérito e desempenho.

Art. 31. O processo de escolha e a posse observarão o calendário do art. 2º da Lei Municipal nº 228, de 1999, realizando-se a eleição até 15 de novembro e dando-se a posse em 31 de dezembro do ano em que concluído o processo seletivo.

Art. 32. Ocorrendo vacância, ou nas hipóteses de ausência, de impedimento ou de afastamento do Diretor, o provimento recairá sobre candidato aprovado constante do cadastro vigente, aplicando-se o disposto no art. 29.
§ 1º Inexistindo candidato aprovado disponível, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo designará, em caráter precário e pelo prazo estritamente necessário, profissional que atenda aos requisitos do art. 4º, e o Chefe do Poder Executivo determinará a abertura de novo processo seletivo no prazo de 30 (trinta) dias.
§ 2º A designação de que trata o § 1º não excederá 90 (noventa) dias, prorrogáveis uma única vez por igual período, e cessará com a homologação do novo processo seletivo.

Art. 33. Encerrado o processo sem que candidato algum alcance a pontuação mínima exigida, será aberto novo processo seletivo, aplicando-se no período o disposto no art. 32, §§ 1º e 2º.

Art. 34. Os Diretores designados participarão obrigatoriamente dos programas de formação inicial e continuada em gestão escolar oferecidos ou indicados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, durante toda a vigência do mandato.

CAPÍTULO XI
DA ELEIÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Art. 35. A eleição de que trata o art. 28 será coordenada, executada e supervisionada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, realizar-se-á a cada 2 (dois) anos e observará, em caráter permanente, o disposto neste Capítulo, dispensada a edição de decreto próprio a cada pleito.
Parágrafo único. Somente poderá concorrer o candidato aprovado na avaliação de mérito e desempenho que atenda aos requisitos do art. 4º deste Decreto e do art. 1º, §§ 2º e 3º, da Lei Municipal nº 228, de 1999.

Art. 36. Poderão votar:
I – os professores e os especialistas de educação em exercício no estabelecimento;
II – os servidores, estatutários ou celetistas, em exercício no estabelecimento;
III – o pai, a mãe ou o representante de aluno regularmente matriculado, com direito a 1 (um) voto por família, com exclusão recíproca e independentemente do número de filhos matriculados no estabelecimento.
§ 1º É vedado o voto ao servidor que se encontre em licença sem vencimentos.
§ 2º Considera-se representante o responsável, de direito ou de fato, perante o estabelecimento de ensino, pelo aluno regularmente matriculado, cujo nome constará da relação de votantes conforme a matrícula.
§ 3º O votante identificar-se-á por documento oficial, vedado o voto por procuração, e a legitimidade do eleitor analfabeto sem documento hábil será atestada por escrito pelo Presidente da Comissão de Eleição.

Art. 37. A eleição realizar-se-á até 15 de novembro, na data fixada no edital, em turno único, com votação das 8h às 17h, ininterruptamente, admitido o encerramento antecipado quando houverem comparecido todos os votantes.
Parágrafo único. As aulas não serão suspensas no dia do pleito, salvo deliberação fundamentada da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

Art. 38. Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos válidos.
§ 1º Havendo candidatura única, o candidato deverá obter ao menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos.
§ 2º Verificando-se empate, aplicam-se sucessivamente os critérios do art. 26.
§ 3º Não havendo candidato inscrito, ou não alcançada a votação exigida no § 1º, a designação far-se-á por indicação do Chefe do Poder Executivo entre os candidatos aprovados, na forma do art. 29.

Art. 39. A Comissão de Eleição de cada estabelecimento será tornada pública pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo até 15 (quinze) dias antes do pleito e composta por 3 (três) membros:
I – 1 (um) representante do corpo docente, escolhido em assembleia dos professores e especialistas do estabelecimento, que a presidirá;
II – 1 (um) representante dos pais ou responsáveis, preferencialmente o presidente da Associação de Pais e Mestres;
III – 1 (um) representante dos servidores do estabelecimento sem atividade docente.
§ 1º Não poderá integrar a Comissão de Eleição o candidato ao pleito nem quem incida nas hipóteses do art. 10.
§ 2º O Presidente da Comissão de Eleição será dispensado de suas atividades regulares nas 72 (setenta e duas) horas anteriores ao pleito.

Art. 40. Compete à Comissão de Eleição afixar a convocação do pleito com antecedência mínima de 10 (dez) dias, elaborar a relação de votantes e a relação de candidatos, receber e decidir as impugnações, designar e credenciar as mesas receptoras, credenciar os fiscais dos candidatos, carimbar e rubricar as cédulas, supervisionar a votação e a apuração e guardar o material do pleito pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 41. O registro das candidaturas ao pleito far-se-á por escrito, perante o Presidente da Comissão de Eleição, até 10 (dez) dias antes da data da eleição, e a relação dos inscritos, com os respectivos números atribuídos em ordem alfabética, será afixada nos 3 (três) dias seguintes.
Parágrafo único. Até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito serão recebidas impugnações escritas e fundamentadas contra os concorrentes, decididas de pronto pela Comissão de Eleição.

Art. 42. As mesas receptoras serão instaladas em local que assegure a privacidade e o sigilo do voto, compostas por 3 (três) membros credenciados pela Comissão de Eleição entre os eleitores, vedada a participação de candidato, e cada mesa atenderá no máximo 250 (duzentos e cinquenta) votantes.
§ 1º Cada candidato poderá credenciar até 2 (dois) fiscais, entre os eleitores do estabelecimento.
§ 2º É vedada propaganda, aliciamento ou convencimento de eleitores no recinto do estabelecimento nas 48 (quarenta e oito) horas anteriores ao pleito e no dia da votação.
§ 3º Dos trabalhos da mesa receptora será lavrada ata circunstanciada, e o voto do eleitor cuja legitimidade seja duvidosa será recolhido em separado, para apreciação pela mesa apuradora.

Art. 43. A apuração far-se-á em sessão pública e única, no mesmo local, imediatamente após o encerramento da votação, por mesa apuradora de 3 (três) escrutinadores designados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, vedada a participação de candidato.
Parágrafo único. São nulas as cédulas que não corresponderem ao modelo oficial, que assinalarem mais de um nome, que contiverem expressão capaz de identificar o votante ou que não estiverem rubricadas pela mesa e carimbadas com o nome do estabelecimento, prevalecendo o nome sobre o número em caso de divergência e não invalidando o voto o erro de grafia que não impeça a identificação do candidato.

Art. 44. Divulgado o resultado, caberá recurso, com efeito meramente devolutivo, ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da proclamação, interposto por escrito e fundamentado, e decidido em instância única no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 45. Os formulários do pleito, entre eles a relação de votantes, a relação de candidatos, a cédula, a ata de votação e a ata de apuração, serão disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, admitida a reprodução desde que preservadas as características originais.

Art. 46. O edital de cada pleito fixará a data da eleição, os estabelecimentos abrangidos, o número de alunos matriculados apurado, os prazos e o horário da votação, observado o disposto neste Capítulo.

Art. 47. O Diretor em exercício permanecerá na função até a transmissão do cargo ao sucessor, oportunidade em que fará a entrega do balanço, do acervo documental e do inventário de material.

Art. 48. O Diretor indiciado em processo administrativo disciplinar ou em inquérito policial, ou contra o qual tramitar ação penal, poderá ser afastado da função pelo Chefe do Poder Executivo, e, sendo disciplinarmente apenado ou condenado criminalmente, terá a designação extinta, procedendo-se a novo provimento na forma do art. 32.

Art. 49. Não se aplica o disposto neste Capítulo aos estabelecimentos com até 150 (cento e cinquenta) alunos matriculados e aos Centros Municipais de Educação Infantil, cuja direção será provida por indicação, na forma do art. 29.

CAPÍTULO XII
DOS RECURSOS NO PROCESSO SELETIVO

Art. 50. De cada resultado preliminar do processo seletivo caberá pedido de reconsideração à Comissão Organizadora, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da publicação, apresentado por escrito e fundamentado, na forma do Anexo V.
§ 1º A Comissão decidirá de forma fundamentada no prazo de 3 (três) dias úteis, e a decisão será publicada.
§ 2º Mantido o resultado, caberá recurso ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo no prazo de 3 (três) dias úteis, que decidirá em instância final, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município quando a matéria for de direito.
§ 3º Ao recorrente será assegurada vista da sua folha de resposta, da ficha de avaliação e dos documentos que fundamentaram a pontuação impugnada.
§ 4º O recurso contra o resultado do pleito rege-se pelo art. 44.

CAPÍTULO XIII
DA CONDICIONALIDADE I DA COMPLEMENTAÇÃO-VAAR

Art. 51. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo manterá arquivada, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, a documentação do processo seletivo relacionada no Anexo VIII, e prestará as informações exigidas no sistema oficial do Ministério da Educação dentro do prazo fixado para cada ciclo de verificação.

Art. 52. Para o atendimento da Condicionalidade I, o Município observará os percentuais mínimos de gestores escolares providos segundo critérios técnicos de mérito e desempenho fixados pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, na seguinte progressão:

Ciclo de verificação	Percentual mínimo de gestores providos por mérito e desempenho
2026/2027	superior a 50%
2027/2028	superior a 70%
2028/2029	superior a 90%
2029/2030	100%

Parágrafo único. Alterados os percentuais, os prazos ou os procedimentos federais, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo promoverá a adequação do edital, independentemente de alteração deste Decreto, e proporá as modificações normativas que se revelarem necessárias.

Art. 53. A escolha realizada com a participação da comunidade escolar somente será computada para os fins do art. 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113, de 2020, quando recair sobre candidato previamente aprovado em avaliação de mérito e desempenho, o que constará expressamente do ato de designação.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 54. O primeiro processo seletivo regido por este Decreto será aberto por edital publicado até 31 de agosto de 2026, de modo a atender ao ciclo de verificação 2026/2027 da complementação-VAAR.

Art. 55. O primeiro pleito regido por este Decreto realizar-se-á até 15 de novembro de 2026, e os mandatos em curso, correspondentes à gestão 2025/2026, encerram-se em 31 de dezembro de 2026, data em que tomarão posse os Diretores eleitos e indicados.

Art. 56. Permanecem válidos os atos praticados sob a vigência do Decreto Municipal nº 166, de 4 de outubro de 2024, e do Decreto Municipal nº 18, de 27 de janeiro de 2025, e as designações deles decorrentes produzem efeitos até o termo final dos respectivos mandatos.

Art. 57. Os prazos previstos neste Decreto que se encerrarem em sábado, domingo ou feriado prorrogam-se até as 12 (doze) horas do primeiro dia útil subsequente.

Art. 58. Responderá na forma da legislação a que estiver submetido o servidor que embaraçar o cumprimento deste Decreto.

Art. 59. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município quando a matéria for de direito.

Art. 60. Integram este Decreto os seguintes anexos:
I – Anexo I, instrumento de avaliação de mérito e desempenho, relativo às etapas de formação, de experiência e de avaliação funcional;
II – Anexo II, ficha de correção do Estudo de Caso;
III – Anexo III, ficha de avaliação do Plano de Gestão Escolar e da arguição;
IV – Anexo IV, ficha individual de resultado;
V – Anexo V, formulário de recurso;
VI – Anexo VI, declaração de inexistência de conflito de interesses;
VII – Anexo VII, banco de situações-problema para o Estudo de Caso;
VIII – Anexo VIII, relação da documentação a ser arquivada para a aferição da Condicionalidade I.

Art. 61. Ficam revogados o Decreto Municipal nº 166, de 4 de outubro de 2024, e o Decreto Municipal nº 18, de 27 de janeiro de 2025.

Art. 62. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

ANEXO I
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO

Candidato: _____
Unidade pretendida: _____
Período de referência: __/__/___ a ___/__/___

ETAPA I – FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – 250 PONTOS

Item 1.1. Formação específica para a gestão escolar, considerada apenas a maior titulação apresentada.

Critério	Pontos	Obtidos
Especialização em Gestão Escolar ou em Administração Escolar	100	
Pedagogia com habilitação em Administração Escolar	80	
Licenciatura plena em Pedagogia	60	
Outra licenciatura plena na área da educação	40	
Subtotal do item 1.1 (máximo de 100 pontos)		

Item 1.2. Pós-graduação stricto sensu na área da educação, considerada apenas a maior titulação.

Critério	Pontos	Obtidos
Doutorado	70	
Mestrado	50	
Subtotal do item 1.2 (máximo de 70 pontos)		

Item 1.3. Especialização lato sensu na área da educação, distinta da computada no item 1.1.

Critério	Pontos	Obtidos
Por curso concluído, com carga horária mínima de 360 horas, até 2 (dois) cursos	20	
Subtotal do item 1.3 (máximo de 40 pontos)		

Item 1.4. Formação continuada em gestão escolar, concluída nos 5 (cinco) anos anteriores à publicação do edital, somadas as cargas horárias.

Critério	Pontos	Obtidos
200 (duzentas) horas ou mais	40	
De 120 (cento e vinte) a 199 (cento e noventa e nove) horas	30	
De 60 (sessenta) a 119 (cento e dezenove) horas	20	
De 20 (vinte) a 59 (cinquenta e nove) horas	10	
Subtotal do item 1.4 (máximo de 40 pontos)		

ETAPA II – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E TRAJETÓRIA EM GESTÃO ESCOLAR – 250 PONTOS

Critério	Pontuação	Máximo	Obtidos
2.1. Tempo de efetivo exercício no magistério público municipal	10 pontos por ano completo	100	
2.2. Exercício de função de direção, de direção auxiliar ou de coordenação pedagógica	20 pontos por ano completo	100	
2.3. Tempo de atuação na unidade escolar pretendida	10 pontos por ano completo	30	
2.4. Participação, nos últimos 5 anos, em Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, Conselho Municipal de Educação, CACS-FUNDEB ou Conselho de Alimentação Escolar	10 pontos por mandato	20	
Subtotal da Etapa II		**250**	

ETAPA III – AVALIAÇÃO FUNCIONAL OBJETIVA – 150 PONTOS

A pontuação desta etapa é extraída exclusivamente dos assentamentos funcionais, sendo vedado computar como falta ou ausência qualquer afastamento amparado em lei, na forma do art. 14 do Decreto.

Critério	Situação	Pontos	Obtidos
3.1. Assiduidade — faltas injustificadas no período de referência	Nenhuma falta	60	
	Até 2 (duas) faltas	40	
	De 3 (três) a 5 (cinco) faltas	20	

	Mais de 5 (cinco) faltas	0	
3.2. Pontualidade — registros de atraso ou de saída antecipada sem justificativa	Nenhum registro	30	
	Até 3 (três) registros	20	
	De 4 (quatro) a 6 (seis) registros	10	
	Mais de 6 (seis) registros	0	
3.3. Regularidade funcional — anotações desabonadoras nos assentamentos funcionais no período de referência	Nenhuma anotação	40	
	Uma anotação	20	
	Mais de uma anotação	0	
3.4. Cumprimento de obrigações funcionais documentadas no período de referência	Nenhum registro de descumprimento	20	
	Até 2 (dois) registros	10	
	Mais de 2 (dois) registros	0	
Subtotal da Etapa III		**150**	

RESUMO DA PONTUAÇÃO

Etapa	Máximo	Mínimo exigido	Obtidos
I – Formação e qualificação profissional	250	—	
II – Experiência profissional e trajetória em gestão escolar	250	—	
III – Avaliação funcional objetiva	150	—	
IV – Estudo de Caso	500	250	
V – Plano de Gestão Escolar e arguição	350	175	
TOTAL	**1.500**	**900**	

Pérola D'Oeste, _____ de _____ de 2026.

Membros da Comissão Organizadora:

_____
_____
_____
_____

ANEXO II
FICHA DE CORREÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Código da prova: _____ Situação-problema escolhida: _____
Avaliador: _____

Cada critério recebe a integralidade dos pontos quando plenamente atendido, 70% (setenta por cento) quando atendido em grande parte, 40% (quarenta por cento) quando atendido de forma parcial e nenhum ponto quando não atendido, na forma do art. 18 do Decreto.

Critério	O que se avalia	Máximo	Obtidos
1. Compreensão e diagnóstico da situação-problema	Identifica o problema real, distingue causas de sintomas e reconhece os sujeitos envolvidos	80	
2. Fundamentação legal, normativa e pedagógica	Ampara a solução na legislação educacional, nas normas do sistema de ensino e em referências pedagógicas	80	
3. Análise crítica e tomada de decisão	Define prioridades, assume decisões e justifica as escolhas diante das alternativas possíveis	80	
4. Coerência, viabilidade e sequência das ações	Propõe ações exequíveis na realidade da Rede, encadeadas, com responsáveis e prazos	80	
5. Gestão democrática e articulação	Envolve equipe, famílias, órgãos colegiados e Rede de Proteção na solução proposta	60	
6. Inclusão, equidade e proteção integral	Considera os estudantes em situação de maior vulnerabilidade e os direitos de crianças e adolescentes	50	
7. Monitoramento, indicadores e avaliação	Estabelece como acompanhar a execução e como medir o resultado da intervenção	50	
8. Clareza, organização e correção da linguagem	Texto organizado, coeso e adequado ao registro formal	20	
TOTAL		**500**	

Justificativa da pontuação atribuída:
_____

Data: ____/_____/_____ Assinatura do avaliador: _____

ANEXO III
FICHA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR E DA ARGUIÇÃO

Candidato: _____
Unidade: _____

Critério	O que se avalia	Máximo	Obtidos
1. Diagnóstico da realidade e uso de indicadores	Conhece a unidade, lê os indicadores educacionais e extrai deles as prioridades	60	
2. Metas de aprendizagem, alfabetização e recomposição	Fixa metas mensuráveis e ações concretas de alfabetização e de recomposição das aprendizagens	70	
3. Inclusão, equidade, frequência e permanência	Prevê ações de inclusão, de acessibilidade, de busca ativa e de redução das desigualdades	50	
4. Gestão democrática e participação	Fortalece os órgãos colegiados e a participação das famílias e dos profissionais	50	
5. Gestão administrativa, financeira e patrimonial	Organiza recursos, patrimônio e prestação de contas com transparência	40	
6. Cronograma, indicadores e monitoramento	Define prazos, responsáveis, indicadores e forma de avaliação do próprio plano	40	
7. Arguição perante a banca	Demonstra domínio do plano, consistência das respostas e viabilidade das propostas	40	
TOTAL		**350**	

Registro da arguição e justificativa da pontuação:
_____

Data: _____/_____/_____

_____
_____
_____
Banca avaliadora

ANEXO IV
FICHA INDIVIDUAL DE RESULTADO

Candidato: _____ Matrícula: _____
Unidade pretendida: _____ Edital nº _____/2026

Etapa	Máximo	Mínimo exigido	Pontuação obtida
I – Formação e qualificação profissional	250	—	
II – Experiência profissional e trajetória em gestão escolar	250	—	
III – Avaliação funcional objetiva	150	—	
IV – Estudo de Caso	500	250	
V – Plano de Gestão Escolar e arguição	350	175	
TOTAL	**1.500**	**900**	

Resultado: ( ) APROVADO ( ) NÃO APROVADO Classificação: _____

Fundamentação da Comissão:
_____

Pérola D'Oeste, _____ de _____ de 2026.

_____
_____
_____
Comissão Organizadora

ANEXO V
FORMULÁRIO DE RECURSO

Candidato: _____ Edital nº _____/2026
Unidade pretendida: _____
Etapa impugnada: _____
Modalidade: ( ) pedido de reconsideração à Comissão Organizadora ( ) recurso ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Objeto do recurso:
_____
Fundamentação:
_____
Pedido:
_____

Pérola D'Oeste, _____ de _____ de 2026.
Assinatura do candidato: _____

Recebido em _____/_____/_____, às _____:_____, por _____.

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

Eu, _____, portador da matrícula nº _____, designado para integrar a ( ) Comissão Organizadora ( ) banca avaliadora do processo seletivo regido pelo Edital nº _____/2026, declaro, sob as penas da lei, que:
a) não sou candidato inscrito no processo seletivo;
b) não sou cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de qualquer candidato inscrito;
c) não mantenho com candidato inscrito relação capaz de comprometer a imparcialidade da avaliação;
d) comprometo-me a manter sigilo sobre as situações-problema até o momento da aplicação da prova e sobre a correspondência entre os códigos das provas e a identidade dos candidatos até o lançamento de todas as notas;
e) comprometo-me a comunicar imediatamente à Comissão Organizadora a superveniência de qualquer das situações acima, abstendo-me de atuar a partir de então.

Pérola D'Oeste, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura

ANEXO VII
BANCO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA PARA O ESTUDO DE CASO

As situações a seguir constituem referência para a elaboração das provas. O edital apresentará ao candidato 5 (cinco) situações, das quais escolherá 1 (uma), admitida a adaptação dos enunciados à realidade da Rede Municipal, preservados a igualdade de condições e o sigilo até a aplicação.

SITUAÇÃO 1 – APRENDIZAGEM E RECOMPOSIÇÃO
Uma escola apresenta resultados abaixo do esperado em leitura e escrita, com diferenças acentuadas entre turmas e entre estudantes de uma mesma turma. A equipe pedagógica dispõe dos dados das avaliações internas e externas, mas não existe plano articulado de intervenção, e parte dos professores atribui o resultado exclusivamente à ausência das famílias. Como Diretor, analise a situação e apresente proposta de intervenção, indicando prioridades, ações junto aos professores, acompanhamento dos estudantes, envolvimento das famílias, uso dos dados e formas de monitoramento dos resultados.

SITUAÇÃO 2 – GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO
Uma escola enfrenta baixa participação das famílias e dos órgãos colegiados nas decisões. Parte da comunidade sustenta que as decisões são tomadas apenas pela direção, enquanto os profissionais alegam que as convocações não são atendidas. O Conselho Escolar não se reúne há mais de um ano. Como Diretor, apresente estratégias para restabelecer o funcionamento dos colegiados, qualificar a comunicação com a comunidade e assegurar a construção coletiva das decisões.

SITUAÇÃO 3 – INCLUSÃO E EQUIDADE
Uma instituição atende estudantes com necessidades educacionais específicas e observa dificuldades de participação, de aprendizagem e de articulação entre os profissionais e as famílias. Há divergência entre a professora regente e a profissional de apoio quanto às adaptações necessárias, e uma das famílias registrou reclamação formal. Como Diretor, analise a situação e apresente as ações para assegurar inclusão, acessibilidade, acompanhamento pedagógico, trabalho colaborativo e o respeito aos direitos dos estudantes.

SITUAÇÃO 4 – CONVIVÊNCIA, CONFLITOS E PROTEÇÃO
Em uma escola verifica-se aumento de conflitos entre estudantes, com relatos de agressões verbais e de exposição em redes sociais, e as famílias divergem sobre a conduta da escola. Um dos casos sugere situação de violação de direitos ocorrida fora do ambiente escolar. Como Diretor, apresente plano de ação que contemple prevenção, acolhimento, encaminhamento à Rede de Proteção, diálogo com as famílias, atuação da equipe escolar e acompanhamento dos casos, respeitados os direitos de crianças e adolescentes.

SITUAÇÃO 5 – GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS
A instituição apresenta necessidades de manutenção, desorganização no controle de materiais e ausência de planejamento na aplicação dos recursos, ao mesmo tempo em que precisa preservar as ações pedagógicas e assegurar transparência. Há divergência no Conselho Escolar sobre as prioridades de aplicação dos recursos. Como Diretor, apresente o diagnóstico, a definição de prioridades, o planejamento, a participação dos colegiados, a execução, a prestação de contas e o monitoramento.

SITUAÇÃO 6 – FREQUÊNCIA, EVASÃO E BUSCA ATIVA
Uma unidade registra elevação das faltas reiteradas de um grupo de estudantes, com risco de abandono, e as tentativas de contato com as famílias não têm surtido efeito. A equipe não mantém registro sistemático das providências adotadas. Como Diretor, apresente o fluxo de acompanhamento da frequência, as medidas de busca ativa, a articulação com a Rede de Proteção e com o Conselho Tutelar e a forma de registro e de monitoramento dos casos.

SITUAÇÃO 7 – GESTÃO DE PESSOAS E CLIMA ORGANIZACIONAL
Em uma escola há conflitos recorrentes entre profissionais, com reflexo no atendimento aos estudantes e reclamações de famílias sobre a descontinuidade do trabalho pedagógico. Um servidor acumula faltas injustificadas e a equipe cobra providências da direção. Como Diretor, apresente as medidas de gestão de pessoas, de mediação de conflitos, de organização do trabalho e, quando cabíveis, os encaminhamentos administrativos pertinentes, observados o devido processo legal e o respeito funcional.

SITUAÇÃO 8 – TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
Um Centro Municipal de Educação Infantil e a escola que recebe as crianças no ano seguinte não mantêm articulação, e os professores do primeiro ano relatam desconhecimento do percurso das crianças. As famílias manifestam insegurança quanto à adaptação. Como Diretor, apresente as ações de articulação entre as etapas, o acolhimento das crianças e das famílias, a continuidade do trabalho pedagógico e o acompanhamento do processo.

ORIENTAÇÃO À BANCA AVALIADORA
A correção considerará a capacidade de análise, a fundamentação, a tomada de decisão, a liderança, a viabilidade das propostas, a gestão democrática, a inclusão, a proteção integral e o monitoramento dos resultados. Não se exigirá resposta idêntica a gabarito, desde que a solução apresentada seja coerente, legalmente adequada, tecnicamente fundamentada e compatível com a função de Diretor Escolar, e a pontuação de cada critério será justificada por escrito na ficha do Anexo II.

ANEXO VIII
DOCUMENTAÇÃO A SER ARQUIVADA PARA A AFERIÇÃO DA CONDICIONALIDADE I
A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo manterá arquivada, em meio físico e digital, a seguinte documentação, apta a instruir a prestação de informações no sistema oficial do Ministério da Educação e a responder eventuais diligências:
1. a norma municipal que regulamenta o provimento da função de gestor escolar e o respectivo comprovante de publicação;
2. o edital do processo seletivo, os seus anexos e o comprovante de publicação;
3. a portaria de designação da Comissão Organizadora e da banca avaliadora e as declarações de inexistência de conflito de interesses;
4. a relação dos candidatos inscritos e a documentação comprobatória dos requisitos;
5. as situações-problema aplicadas e os respectivos critérios de correção;
6. as folhas de resposta produzidas pelos candidatos no Estudo de Caso;
7. as fichas individuais de avaliação e os registros da banca avaliadora;
8. os Planos de Gestão Escolar e as atas das arguições;
9. as atas da Comissão Organizadora;
10. o resultado preliminar, os recursos apresentados e as decisões proferidas;

11. o resultado final homologado e o comprovante de publicação;
12. a ata da consulta à comunidade escolar e os registros da votação, quando houver;
13. os atos de designação e de posse dos Diretores, com a menção expressa à aprovação prévia em avaliação de mérito e desempenho;
14. os certificados de participação nos programas de formação de gestores;
15. as declarações e as informações prestadas ao Ministério da Educação, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e à Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dpto de Projetos e Planejamento
Código Identificador:275F138F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026

Objeto: Contratação de 03 assinaturas impressas do Jornal A Gazeta, conforme solicitação.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE

O Presidente da Câmara Municipal de Piên, Senhor Almir Pedro Mielke, portador do CPF nº 019.482.009-29, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 74, caput e inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a inviabilidade de competição, caracterizada pela exclusividade na comercialização do periódico objeto da contratação, bem como a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço constantes dos autos, nos termos do art. 72, incisos VI e VII, da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZA** a Inexigibilidade de Licitação, nos seguintes termos:

Objeto: Contratação de assinatura de jornal de circulação diária – Assinatura anual (três edições impressas)
PESSOA JURÍDICA: EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA
CNPJ: 00.506.497/0001-14
VALOR UN. R$ 506,00 (quinhentos e seis reais)
VALOR TOTAL : R$ 1.518,00 (mil e quinhentos e dezoito reais)

Dotação Orçamentária:
01.00 – Legislativo Municipal
01.01 – Câmara Municipal
01.031.001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
33.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica
33.90.39.01.00 – Assinaturas de periódicos e anuidades

O presente ato, que autoriza a contratação direta, será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em cumprimento ao art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Piên/PR, 18 de agosto de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:FDC84661

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 135/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 135/2026

MODALIDADE: REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 054/2026

CONTRATADO: KARIEN TUANI BARBOSA
CNPJ: 47.697.978/0001-18
OBJETO: Contratação de empresa especializada para organização e execução para II Concurso de Bandas e Fanfarras de Piên Taça José Lirio no dia 24 de outubro de 2026.

VALOR TOTAL: R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais)

FISCAL: Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo, Matrícula 4766252.

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da publicação no diário podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:D9A5D9C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°267 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N.º 267 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 676.008,40.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 676.008,40, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.2.20	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2322	0851 Ampliação da Escola Municipal do Campo de Gramados - Plano de Ação: 09032025-079142 / 2025 - Emenda Parlamentar: 202537050006	594.000,00
12.365.9.2.22	GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2531	1039 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	58.000,00
	SUBTOTAL	652.000,00
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	
10.004	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
8.243.13.6.32	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	
3842	0880 Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	24.008,40

	SUBTOTAL	24.008,40
	TOTAL	676.008,40

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....676.008,40

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	FONTE 1039 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB VAAT - PRINCIPAL	58.000,00
1.7.9.9.99.0.1.01.00.00.00.00	FONTE 880 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DOAÇÕES IR FIA	24.008,40
	TOTAL	82.008,40

2. O Superavit do exercício anterior por Fonte de Recurso, de acordo com o inciso I e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
851	Ampliação da Escola Municipal do Campo de Gramados - Plano de Ação: 09032025-079142 / 2025 - Emenda Parlamentar: 202537050006	594.000,00
	TOTAL	594.000,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....676.008,40

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên , 21 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:CC4AF95A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 268 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N.º 268 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional ESPECIAL junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 110.000,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 e 1645 de 20 de agosto de 2026, resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional ESPECIAL, conforme a Lei de Crédito Especial nº 1645 de 22 de agosto de 2026, junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 110.000,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Especial		
Códigos	Descrição	Valor
11	SECRETARIA DE SAUDE	
11.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.14.2.33	MANUTENÇÃO DA GESTÃO EM SAÚDE	
3.3.7.2.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PUBLICOS	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4026	0493 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	110.000,00
	SUBTOTAL	110.000,00
	TOTAL	110.000,00

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....110.000,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.2.3.50.0.1.03.00.00.00.00	TETO MUNICIPAL MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	110000.00
	TOTAL	110.000,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....110.000,00

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 21 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
José Luiz de Barros
Código Identificador:5AB7E606

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 041/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa de Licitação N° 041/2026

PROTOCOLO: 3708/2026

Objeto: Dispensa emergencial para contratação de serviços de limpeza e conservação nas áreas públicas.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: A BARTOLI DE SOUZA LTDA
CNPJ: 58.733.521/0001- 38
VALOR: R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

AUTORIZAÇÃO: 21/08/2026

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:1D828838

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 115/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 115/2026

PROTOCOLO: 3817/2026

Objeto: Contratação de show musical do Grupo Cordiona para apresentação no dia 01 de novembro, durante as festividades em comemoração ao aniversário do município

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: ALTO URUGUAI EVENTOS E TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 14.810.579/0001-62
VALOR: R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais)

AUTORIZAÇÃO 21/08/2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:E2936D98

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 155/2026

DECRETO 155/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 21 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:7E90B8E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 156/2026

DECRETO 156/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 21 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:FBD644CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/21 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 36/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.
CONTRATADA: FÊNIX INSTITUTO LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no **art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021** e do Contrato Administrativo nº 36/2026, que prevê a possibilidade de alterações contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato Administrativo nº 36/2026, por mais 30 (trinta) dias, a partir do dia 23/08/2026 até o dia 21/09/2026, perfazendo um total de 5 (cinco) meses, em conformidade com a Dispensa n° 03/2026 e o Contrato nº 36/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, 21 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:0B185096

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3402/2026

PORTARIA N.º 3.402/2026

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias aos servidores públicos municipais abaixo nominados, relativo aos períodos de gozo e períodos aquisitivos que menciona:

Nome	Mat. funcional	Cargo	Per. Gozo	Per. Aquisitivo
Ivan Alves Prestes	436-1	Vigia	08/09/2026 a 17/09/2026	03/02/2025 a 02/02/2026
Jaqueline Maria Fagundes	593-1	Assistente Social	30/09/2026 a 09/10/2026	20/02/2025 a 19/02/2026
Leila Giovana Pinheiro de Campos	635-1	Nutricionista	01/09/2026 a 29/09/2026	24/10/2024 a 23/10/2025
Luis Edelar de Lima	205-1	Assistente Administrativo	08/09/2026 a 22/09/2026	03/02/2022 a 02/02/2023

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná 20 de agosto de 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:571706F5

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 287/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Elisandra Terezinha Fogliato Ceccon Matrícula: 311-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Agente Sanitário
ACOMPANHANTES:
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 24/08/2026 (saída 07:30 horas)
Destino: Marmeleiro/PR.
Valor de diárias: 142,18 x 0,5 = 71,09
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Participar da Reunião Técnica sobre Dengue e Febre Amarela, com o objetivo de promover a atualização, o alinhamento e o fortalecimento das ações de vigilância, prevenção e controle dessas doenças no âmbito municipal no Setor da Vigilância em Saúde/ Saúde Sanitária de Barracão/PR.

Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Setor da Vigilância em Saúde/ Saúde Sanitária de Barracão/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 494-39 Cta: 1933 EA

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	4*****	024.***.***-58

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 24 de agosto de 2026.
Solicitante da viagem: Elisandra Terezinha Fogliato Ceccon
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:A88A0A8B

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 288/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Claudecir Gelinski Matrícula: 428-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Agente Edemias
ACOMPANHANTES:
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 24/08/2026 (saída 07:30 horas)
Destino: Barracão/PR.
Valor de diárias: 142,18 x 0,5 = 71,09
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Participar da Reunião Técnica sobre Dengue e Febre Amarela, com o objetivo de promover a atualização, o alinhamento e o fortalecimento das ações de vigilância, prevenção e controle dessas doenças no âmbito municipal no Setor da Vigilância em Saúde/ Saúde Sanitária de Barracão/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Setor da Vigilância em Saúde/ Saúde Sanitária de Barracão/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 494-39 Cta: 1933 EA

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	2*****	033.***.***-95

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 24 de agosto de 2026.
Solicitante da viagem: Claudecir Gelinski
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8BB6AF43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 037/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a revogação da Lei Municipal nº 1.502/2015, de 28 de julho de 2015, bem como a sanção da Lei Municipal nº 2.556/2025, de 13 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, sem verbas rescisórias, **JOSÉ SIDNEY GANTZEL DOS SANTOS**, portador do RG nº 5.619.XXX-4 PR e inscrito no CPF sob n° 674.225.XXX-00, do cargo em comissão de **Diretor da Câmara Memória – CC-2**, para o qual foi nomeado por meio da Portaria nº 110/2025 de 27 de junho de 2025, publicada em 30 de junho de 2025 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 3308, com efeitos a partir de **20 de agosto de 2026**.

Art. 2º Nomear **JOSÉ SIDNEY GANTZEL DOS SANTOS**, portador do RG nº 5.619.XXX-4 PR e inscrito no CPF sob n° 674.225.XXX-00, para exercer, em comissão, o cargo de **Procurador Geral – CC-2**, vinculado à Mesa Executiva, com efeitos a partir de **21 de agosto de 2026**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nas datas estabelecidas nos arts. 1º e 2º.

Art. 4º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme a Lei Municipal nº 1.204/2012, de 25 de outubro de 2012, e o Decreto nº 3.891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 21 de agosto de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:A886B8B5

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 038/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a revogação da Lei Municipal nº 1.502/2015, de 28 de julho de 2015, bem como a sanção da Lei Municipal nº 2.556/2025, de 13 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, sem verbas rescisórias, **MARCELA APARECIDA DE SOUZA CORRÊA**, portadora do RG nº 6.932.XXX-2 PR e inscrita no CPF sob n.º 037.533.XXX-22, do cargo em comissão de **Procurador Geral – CC-2**, para o qual foi nomeada por meio da Portaria nº 005/2025 de 03 de janeiro de 2025 publicada em 06 de janeiro de 2025 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 3187, com efeitos a partir de **20 de agosto de 2026**.

Art. 2º Nomear **MARCELA APARECIDA DE SOUZA CORRÊA**, portador do RG nº 6.932.XXX-2 PR e inscrita no CPF sob n.º 037.533.XXX-22, para exercer, em comissão, o cargo de **Diretor da Câmara Memória – CC-2**, vinculado à Mesa Executiva, com efeitos a partir de **21 de agosto de 2026**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nas datas estabelecidas nos arts. 1º e 2º.

Art. 4º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme a Lei Municipal nº 1.204/2012, de 25 de outubro de 2012, e o Decreto nº 3.891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 21 de agosto de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:607ED402

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SESSÃO DE HABILITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 11/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.360/2025

O MUNICIPIO DE PIRAQURA, por meio da Presidente da Comissão Especial de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão para ABERTURA dos documentos de habilitação da Instituição Financeira Banco do Brasil S.A, CNPJ 00.000.000/0001-91 referente à inexigibilidade acima citada, cujo objeto é o credenciamento de Instituições Bancárias, autorizadas pelo Banco Central, para a prestação de serviços de arrecadação de Tributos Municipais, Contribuições de Melhoria, Taxas Diversas e demais receitas públicas, através de documentos com código de barras emitidos pelo Município, será realizada no dia 26 de agosto de 2026 às 9h00 na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Finanças, na Prefeitura Municipal de Piraquara. Informações estarão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Finanças, Setor de Licitações, localizada na Av. Getúlio Vargas, 1990 – Centro, Piraquara, Paraná, das 8h00às 12h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site: www.piraquara.pr.gov.br.

Piraquara, 21 de agosto de 2026.

ELIANE LOPES DA ROSA -
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:17C406A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.971/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 23 e seus parágrafos da Lei Municipal 863/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piraquara – regulamentado pelo Decreto nº 2992/2007.
DECRETA:
Art. 1º Declarar que o servidor abaixo nominado, no quadro de conclusão, foi aprovado no Estágio Probatório, após 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo.

CARREIRA NÍVEL –GESTOR PÚBLICO			
MATRÍCULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**CONCLUSÃO**
997644	JOSÉ ROBERTO JACOMEL JUNIOR	MÉDICO GENERALISTA (20 HORAS)	09/08/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a data constante no quadro sob a denominação – CONCLUSÃO do Art. 1º.
Art. 3º Os efeitos jurídicos advindos da conclusão do estágio, considerar-se-ão a partir das datas ora declinadas.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 21 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:B5D31855

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.972/2026

Dispõe sobre a elevação de nível por graduação dos professores e servidores da educação municipal.

O Prefeito Municipal de Piraquara, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º Os professores e servidores da educação municipal abaixo relacionados terão seus níveis por graduação alterados após apresentação e deferimento da documentação, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.192/2012 e Lei Municipal nº 1.691/2017.

MATRÍCULA	NOME	NÍVEL	DATA DO PROTOCOLO
992619	Jose Marcelo de Souza Junior	LIC-08	18/08/2026
803811	Liliane dos Santos	LIC-11	19/08/2026
722811	Liliane dos Santos	LIC-14	19/08/2026
992793	Nicolly Nunes Fries	LIC-07	19/08/2026

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data constante no quadro sob a denominação – DATA DO PROTOCOLO.

Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 21 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:C67EE529

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2026
RECEBIMENTO DE APOIO INSTITUCIONAL À 2ª FEIRA LITERÁRIA DE PIRAQUARA – FLIPIRA 2026

PROJETO DE APOIO SMCIR Nº 001/2026

O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial – SMCIR, com fundamento no Decreto Municipal nº 14.399/2026 e, subsidiariamente, nos princípios aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o presente CHAMAMENTO PÚBLICO para seleção de pessoas físicas e jurídicas interessadas em prestar APOIO INSTITUCIONAL à 2ª Feira Literária de Piraquara – FLIPIRA 2026, mediante fornecimento gratuito de bens e/ou serviços ao Município, em contrapartida à exposição institucional da marca do apoiador, nos limites e condições deste Edital. O ajuste possui natureza de apoio/permutação, sem repasse financeiro pelo Município ao particular, conforme a natureza material da colaboração prevista no Decreto Municipal nº 14.399/2026.

1. DO OBJETO, FINALIDADE E CARACTERIZAÇÃO DO APOIO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto selecionar propostas de apoio institucional à 2ª Feira Literária de Piraquara – FLIPIRA 2026, mediante o fornecimento gratuito de bens e/ou serviços descritos nas cotas deste Edital, sem qualquer desembolso financeiro pelo Município.

1.2. O apoio será formalizado por Termo de Apoio Institucional/Permuta, cuja minuta integra o Anexo IV, e terá como única contraprestação do Município a divulgação institucional da marca do apoiador, observados o art. 37, §1º, da Constituição Federal, o Decreto Municipal nº 14.399/2026 e as regras da Secretaria Municipal de Comunicação.

1.3. A FLIPIRA 2026 integra o projeto "Piraquara Literária: Escritores e Escritoras da Nossa Terra" e tem por finalidade celebrar, valorizar e divulgar a produção literária local e regional, fomentar a formação de leitores e promover a diversidade cultural, étnico-racial e social.

1.4. O evento será realizado entre os dias 15 e 17 de outubro de 2026, na Praça Chafic Boazar, Centro, Piraquara/PR, com estimativa de público total de aproximadamente 3.000 pessoas.

1.5. Público-alvo: estudantes das redes municipal, estadual e particular; educadores, bibliotecários e profissionais da educação; universidades; coletivos artísticos e culturais; comunidades indígenas, negras e periféricas; escritores(as) locais e regionais; agentes culturais; e público em geral.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O recebimento de apoio institucional busca ampliar a capacidade de realização da FLIPIRA 2026, reduzir custos públicos e viabilizar itens necessários à execução do evento, preservando a impessoalidade, a transparência, a isonomia e o interesse público.

2.2. Os valores indicados neste Edital possuem natureza estimativa e deverão estar amparados por pesquisa mercadológica, orçamento ou outro valor de referência juntado ao processo administrativo antes da publicação, nos termos do Decreto Municipal nº 14.399/2026.

3. DAS COTAS INDEPENDENTES DE APOIO

3.1. Os itens abaixo constituem COTAS INDEPENDENTES. O interessado poderá apresentar proposta para uma ou mais cotas, assinalando expressamente sua opção no Anexo II. Não é obrigatório que um único proponente forneça todos os itens.

3.2. Para cada cota será selecionada, em regra, uma proposta, observados os critérios objetivos de julgamento previstos no item 8, salvo se a Administração justificar tecnicamente a conveniência de mais de um apoiador para a mesma cota.

COTA 1 – CAMISETAS: Fornecimento de 100 (cem) camisetas personalizadas da 2ª Feira Literária de Piraquara – FLIPIRA 2026, em manga curta e tamanhos variados, confeccionadas em tecido misto (67% poliéster e 33% viscose), costura em overlock com linha 100% poliéster, gola redonda e aplicação de logomarcas por serigrafia na parte frontal e nas costas, conforme arte final aprovada pela SMCIR e pela Secretaria Municipal de Comunicação. Valor estimado: R$ 5.000,00.

COTA 2 – LANCHES E ÁGUA: Fornecimento de aproximadamente 50 (cinquenta) kits de lanche e água por dia, nos dias 15, 16 e 17 de outubro de 2026, destinados a artistas, escritores, convidados e equipe organizadora da FLIPIRA 2026, totalizando aproximadamente 150 kits. A composição e as condições de entrega serão previamente alinhadas com a organização. Valor estimado: R$ 3.000,00.

COTA 3 – PAINEL INSTAGRAMÁVEL: Fornecimento, montagem e desmontagem de 01 (um) painel instagramável personalizado com a identidade visual da 2ª FLIPIRA, confeccionado em madeira, lona, MDF ou material de qualidade equivalente, destinado à interação do público e registros fotográficos, conforme proposta técnica do apoiador e aprovação prévia da organização. Valor estimado: R$ 2.500,00.

3.3. A proposta deverá declarar o valor econômico do bem ou serviço ofertado e apresentar documento idôneo de comprovação, como orçamento, nota fiscal de item equivalente, tabela pública de preços ou documento comercial compatível, sem prejuízo da pesquisa de referência realizada pela Administração.

4. DOS ITENS ADICIONAIS E EVENTUAL SORTEIO

4.1. O proponente poderá oferecer, além da cota escolhida, itens adicionais gratuitos, tais como livros, Kindle, tablet ou outros bens compatíveis com a finalidade cultural do evento, indicando descrição, quantidade e valor econômico comprovável.

4.2. A aceitação de item adicional dependerá de análise da Comissão, quanto à pertinência, legalidade, interesse público e compatibilidade com o evento, não gerando direito automático a ação publicitária adicional.

4.3. Caso item adicional seja destinado a sorteio ao público, a SMCIR publicará regulamento específico antes da realização do sorteio, contendo regras de participação, forma de seleção, entrega do prêmio e tratamento de dados pessoais.

4.4. Os dados pessoais eventualmente coletados serão limitados ao mínimo necessário para a finalidade do sorteio, com informação clara sobre finalidade, acesso, prazo de conservação, eliminação e eventual compartilhamento, em observância à Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD. É vedado ao apoiador utilizar dados coletados pelo Município para marketing próprio sem base legal específica e autorização administrativa cabível.

5. DA CONTRAPRESTAÇÃO INSTITUCIONAL E DO USO DE MARCA

5.1. O apoiador não receberá pagamento, reembolso, remuneração ou qualquer vantagem financeira do Município. A contraprestação limita-se à exposição institucional de sua marca vinculada ao apoio prestado.

5.2. A divulgação terá caráter exclusivamente informativo e institucional, sem promoção pessoal de agentes públicos, e observará o art. 37, §1º, da Constituição Federal e o Decreto Municipal nº 14.399/2026.

5.3. A marca do apoiador poderá constar, quando tecnicamente viável, dos materiais oficiais da FLIPIRA 2026, em bloco próprio identificado como "APOIO", em dimensão secundária à identidade institucional do Município e do evento, definida pela Secretaria Municipal de Comunicação.

5.4. Poderão ser autorizadas ações de ativação de marca no local do evento, distribuição gratuita de brindes e materiais promocionais e divulgação do apoio nos canais institucionais, sempre mediante autorização prévia da SMCIR e aprovação da Secretaria Municipal de Comunicação, sem garantia de quantidade mínima de publicações além das efetivamente previstas no plano de comunicação do evento.

5.5. É vedada publicidade de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, entorpecentes ou substâncias ilícitas, propaganda político-partidária, religiosa, ideológica ou conteúdo incompatível com a imagem, os valores e as finalidades da Administração Pública e do evento.

5.6. É proibida a comercialização de produtos ou serviços em razão do apoio, salvo hipótese expressamente autorizada por instrumento próprio e legislação específica.

5.7. Todo material produzido pelo apoiador que utilize o nome, a identidade visual, símbolos ou marcas do Município ou da FLIPIRA deverá ser previamente submetido à SMCIR e à Secretaria Municipal de Comunicação.

5.8. Para inserção da marca nos materiais cuja produção anteceda o evento, o apoiador selecionado deverá encaminhar arquivo de logomarca no formato solicitado pela Administração em até 2 (dois) dias úteis da convocação, observado o cronograma de produção gráfica.

6. DA INSCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Poderão participar pessoas físicas ou jurídicas regularmente constituídas ou identificadas no País, desde que compatíveis com o objeto e que não incidam nas hipóteses de impedimento previstas neste Edital e no Decreto Municipal nº 14.399/2026.

6.2. As inscrições serão realizadas exclusivamente por meio do formulário eletrônico disponível em https://forms.gle/pSSFrUapV6MHnoav7 , da publicação deste Edital até as 16h00 do dia 17 de setembro de 2026.
6.3. O interessado deverá anexar ao formulário: I – Declaração de Aceite (Anexo I); II – Declaração de Proposta (Anexo II); III – documentos de habilitação do item 7; IV – documentos de comprovação do valor econômico ofertado, quando aplicável.
6.4. A apresentação da proposta implica ciência e concordância integral com este Edital e seus anexos.
6.5. Não serão aceitas propostas apresentadas fora do prazo ou por meio diverso do previsto, ressalvada indisponibilidade técnica oficialmente reconhecida pela Administração.

7. DA HABILITAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS

7.1. Pessoa física deverá apresentar documento oficial de identificação com foto e CPF.
7.2. Pessoa jurídica deverá apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social vigente, conforme o caso; comprovante de inscrição no CNPJ; e documento de identificação do representante legal.
7.3. A representação por procurador será admitida mediante procuração e documentos de identificação do outorgante e do procurador.
7.4. O proponente deverá comprovar regularidade perante o Município e apresentar as certidões fiscais, trabalhistas e demais documentos exigíveis para a formalização do ajuste, admitida a verificação eletrônica pela Administração quando disponível.
7.5. Não poderá ser selecionado ou formalizar o ajuste o interessado que esteja impedido de contratar com a Administração Pública, inadimplente perante o Município, inscrito em cadastro de sanções que impeça a contratação, declarado inidôneo, suspenso ou enquadrado em qualquer vedação do art. 15 do Decreto Municipal nº 14.399/2026.
7.6. A Comissão poderá promover diligência para confirmar autenticidade, validade ou regularidade dos documentos, vedada a alteração substancial da proposta após o encerramento das inscrições.

8. DO JULGAMENTO, PONTUAÇÃO E DESEMPATE

8.1. A análise será realizada pela Comissão Especial de Elaboração e Julgamento de Projetos designada pela Portaria nº 08/2025, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, transparência, vinculação ao Edital e julgamento objetivo.
8.2. O julgamento será realizado separadamente para cada cota de apoio.
8.3. A proposta que atender integralmente às especificações mínimas da cota será considerada apta e receberá a pontuação-base abaixo:

Cota	Valor estimado	Pontuação-base
Cota 1 – Camisetas	R$ 5.000,00	5 pontos
Cota 2 – Lanches e água	R$ 3.000,00	3 pontos
Cota 3 – Painel Instagramável	R$ 2.500,00	2 pontos

8.4. Itens adicionais aceitos pela Comissão gerarão 1 (um) ponto a cada R$ 500,00 (quinhentos reais) de valor econômico comprovado, desprezadas frações inferiores a R$ 500,00, limitado o bônus a 10 (dez) pontos por proposta.
8.5. A nota final corresponderá à soma da pontuação-base da cota com a pontuação dos itens adicionais aceitos e comprovados.
8.6. Será classificada em primeiro lugar, em cada cota, a proposta que obtiver a maior nota final.
8.7. Em caso de empate, serão aplicados, sucessivamente:
I – maior valor econômico total comprovado da proposta;
II – maior valor econômico comprovado dos itens adicionais;
III – persistindo o empate, sorteio público, com data e forma divulgadas previamente aos interessados.
8.8. A Comissão poderá desclassificar proposta incompatível com o objeto, inexequível, sem comprovação mínima necessária ou que imponha condição não prevista no Edital.
8.9. O resultado preliminar e o resultado final serão divulgados no canal oficial utilizado para publicação do Edital, com identificação dos selecionados, cota, pontuação e fundamento da decisão, resguardados dados pessoais não necessários à publicidade do ato.

9. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÃO E RECURSO

9.1. Pedidos de esclarecimento e impugnações poderão ser encaminhados à Comissão pelo e-mail smcir@piraquara.pr.gov.br até 2 (dois) dias úteis antes do encerramento das inscrições, devidamente fundamentados e identificados.
9.2. A Comissão decidirá os pedidos em até 2 (dois) dias úteis, sempre que possível antes do encerramento das inscrições, e divulgará a resposta pelos meios oficiais. Se a decisão implicar alteração substancial capaz de afetar a formulação das propostas, o prazo de inscrição será reaberto ou prorrogado por período suficiente.
9.3. Do resultado preliminar caberá recurso administrativo no prazo de 2 (dois) dias úteis contado da publicação, dirigido à Comissão, que poderá reconsiderar a decisão ou encaminhá-lo à autoridade competente para decisão.
9.4. O resultado final será publicado após o julgamento dos recursos.

10. DA FORMALIZAÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. O apoio será formalizado mediante Termo de Apoio Institucional/Permuta, conforme minuta do Anexo IV, após a homologação do resultado e a comprovação das condições de habilitação.
10.2. O gestor/fiscal do ajuste e seu suplente serão formalmente designados por ato específico da autoridade competente, antes da formalização, nos termos do Decreto Municipal nº 14.399/2026.
10.3. Compete ao gestor/fiscal acompanhar o fornecimento, registrar ocorrências, atestar o cumprimento das obrigações e adotar ou propor as medidas necessárias em caso de inadimplemento.
10.4. O apoiador deverá fornecer os bens e/ou executar os serviços nos prazos definidos pela SMCIR, respeitada a natureza da cota e, em qualquer caso, antes ou durante o evento, conforme cronograma de execução pactuado no Termo.

11. DO INADIMPLEMENTO, SANÇÕES E EXTINÇÃO

11.1. Constituem inadimplemento, entre outras hipóteses: não fornecimento do item; fornecimento em desacordo com as especificações; atraso injustificado que comprometa o evento; uso indevido da marca do Município; publicidade não autorizada; descumprimento de obrigação de proteção de dados; ou prática de ato vedado neste Edital.
11.2. Verificado o inadimplemento, a Administração poderá, conforme gravidade e proporcionalidade:
I – advertir e fixar prazo para correção;
II – suspender ou retirar a exposição da marca e as ativações autorizadas;
III – extinguir o Termo de Apoio;
IV – exigir reparação de danos comprovadamente causados; e
V – aplicar outras consequências previstas na legislação e no instrumento, quando cabíveis.
11.3. A aplicação de sanção que possa afetar direitos do apoiador será precedida de notificação e oportunidade de contraditório e ampla defesa, observada a legislação aplicável.
11.4. A extinção do ajuste não gera direito a indenização por expectativa de exposição publicitária quando decorrer de inadimplemento do apoiador ou de motivo de interesse público devidamente justificado, ressalvados direitos legalmente reconhecidos.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A Administração poderá revogar o Chamamento por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente motivado, ou anulá-lo por ilegalidade, observados os direitos dos interessados.
12.2. A Comissão poderá realizar diligências para esclarecer ou complementar a instrução, sem admitir alteração que comprometa a isonomia entre os participantes.
12.3. Os proponentes respondem pela veracidade das informações e documentos apresentados.
12.4. Os casos omissos serão decididos pela Comissão e, quando necessário, submetidos à autoridade competente, observada a legislação aplicável.
12.5. Integram este Edital:
Anexo I – Declaração de Aceite;
Anexo II – Declaração de Proposta;
Anexo III – Cronograma;
Anexo IV – Minuta do Termo de Apoio Institucional/Permuta.
12.6. A publicação e formalização do procedimento ficam condicionadas à adequada instrução do Processo Administrativo nº 36.862/2026, inclusive com pesquisa mercadológica/valor de referência e ato de designação do gestor/fiscal e suplente, quando ainda não juntados aos autos.

Piraquara, 17 de agosto de 2026.

ADRIANA PATRÍCIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE ACEITE
Eu, _____, CPF nº _____, na condição de pessoa física ou representante legal da pessoa jurídica _____, CNPJ nº _____, declaro que tomei conhecimento do Edital de Chamamento Público nº 13/2026 – Apoio Institucional à 2ª Feira Literária de Piraquara – FLIPIRA 2026 e aceito integralmente suas condições. Declaro, ainda, sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras e que não incorro em impedimento para formalizar ajuste com o Município, comprometendo-me a comunicar fato superveniente que altere essa condição.

Piraquara, __ de _____de _____

_____
Assinatura do interessado/representante legal

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE PROPOSTA
Proponente: _____ CPF/CNPJ: _____
Declaro interesse em prestar apoio institucional à 2ª Feira Literária de Piraquara – FLIPIRA 2026, nos termos do Edital nº 13/2026, mediante o fornecimento da(s) seguinte(s) cota(s):
( ) COTA 1 – 100 camisetas personalizadas – valor estimado R$ 5.000,00.
( ) COTA 2 – aproximadamente 150 kits de lanche e água, distribuídos nos dias 15, 16 e 17/10/2026 – valor estimado R$ 3.000,00.
( ) COTA 3 – 01 painel instagramável, incluindo montagem e desmontagem – valor estimado R$ 2.500,00.
Valor econômico declarado da(s) cota(s) ofertada(s): R$ _____.
Documento de comprovação anexado: _____.
ITEM(NS) ADICIONAL(IS), se houver:
Descrição: _____
Quantidade: _____ Valor econômico comprovado: R$ ____
Documento de comprovação do valor: _____
Declaro que o fornecimento será gratuito ao Município e que a única contraprestação será a exposição institucional de marca nos limites do Edital e do Termo de Apoio.
Piraquara, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do interessado/representante legal

ANEXO III
CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA
Publicação do Edital	26/08/2026
Período de inscrições	26/08/2026 a 17/09/2026, até as 16h00
Análise de habilitação e propostas	21/09/2026 a 24/09/2026
Publicação do resultado preliminar	25/09/2026
Prazo para recursos	28/09/2026 a 29/09/2026
Julgamento dos recursos e resultado final	Até 02/10/2026
Formalização dos Termos de Apoio	Após o resultado final, conforme convocação
Realização da FLIPIRA 2026	15/10/2026 a 17/10/2026

Observação: os prazos poderão ser alterados por ato devidamente motivado e publicado nos mesmos meios oficiais, observadas as regras de impugnação, recurso e isonomia.

ANEXO IV
MINUTA DO TERMO DE APOIO INSTITUCIONAL/PERMUTA
TERMO Nº ____/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36.862/2026
O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial – SMCIR, doravante MUNICÍPIO, e _____, CPF/CNPJ nº _____, doravante APOIADOR, celebram o presente Termo de Apoio Institucional/Permuta, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 13/2026, mediante as cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O APOIADOR fornecerá gratuitamente ao MUNICÍPIO a seguinte cota/item: _____, conforme proposta selecionada e especificações do Edital, que integram este Termo independentemente de transcrição.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR ECONÔMICO DE REFERÊNCIA
2.1. Para fins de registro e proporcionalidade da contraprestação institucional, atribui-se ao apoio o valor econômico de R$ _____, sem que haja pagamento, repasse ou obrigação financeira do MUNICÍPIO.
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO APOIADOR
3.1. Fornecer o bem/serviço no prazo, quantidade e qualidade pactuados; observar as orientações do gestor/fiscal; utilizar marcas institucionais somente mediante autorização; cumprir as normas de proteção de dados e demais regras do Edital; reparar danos que causar por ação ou omissão comprovada.
CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4.1. Receber e fiscalizar o objeto; disponibilizar as informações necessárias à execução; promover a exposição institucional da marca do APOIADOR nos limites do Edital e da aprovação da Secretaria Municipal de Comunicação; comunicar irregularidades e assegurar o devido processo nas medidas sancionatórias.
CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCA
5.1. A divulgação do APOIADOR terá caráter institucional, em bloco de apoio e posição secundária à identidade oficial do Município e do evento. Qualquer peça ou ativação dependerá de aprovação prévia da SMCIR e da Secretaria Municipal de Comunicação, aplicando-se integralmente as vedações do Edital.
CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
6.1. A gestão/fiscalização caberá ao servidor formalmente designado no Processo nº 36.862/2026, com respectivo suplente, aos quais competirá acompanhar a execução, registrar ocorrências e atestar o cumprimento.
CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO
7.1. O presente Termo vigorará da assinatura até a conclusão das obrigações relacionadas à FLIPIRA 2026, sem prejuízo das responsabilidades que, por sua natureza, subsistam após seu término.
CLÁUSULA OITAVA – DO INADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO
8.1. O descumprimento das obrigações poderá ensejar advertência, correção em prazo fixado, suspensão/retirada das contrapartidas de marca, extinção do ajuste, reparação de danos e demais consequências legalmente cabíveis, assegurados contraditório e ampla defesa quando exigíveis.
CLÁUSULA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS
9.1. As partes deverão observar a Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD. Dados eventualmente tratados para sorteio ou execução do evento não poderão ser utilizados para finalidade diversa, especialmente marketing do APOIADOR, sem base legal adequada.
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
10.1. Integram este Termo o Edital nº 13/2026, seus anexos e a proposta selecionada. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração conforme o Decreto Municipal nº 14.399/2026 e demais normas aplicáveis.

Piraquara, ____ de _____ de 2026.
_____
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial

_____
Apoiador

_____
Gestor/ Fiscal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:3364EE62

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº 33.051/2023 – INEXIGIBILIDADE Nº 12/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 25 e 26 da Lei

Federal nº 8.666/1993, **RATIFICA** o **Processo nº 33.051/2023** - **Inexigibilidade de Licitação nº 12/2023**, cujo objeto é o **Credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidades das Secretarias Municipais**, em relação aos seguintes**:** Neide Aparecida de Lima; Lindamir Oliveira de Souza Brito Vargas; Gisele Terezinha Cidreira e Silva; Maria Eduarda da Rosa Vieira; Cleosa Pacheco Rolim Pereira; Cristiane Café de Castro; Roseli dos Santos Machado; Alessandra de Fatima Ribeiro dos Santos; Beatriz Alves Nunes; Frank Wellinton Vieira da Silva; Renan Colaço Lopes; Gerlan Henrique de Oliveira de Souza; em 18 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:CFF105E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº 25.386/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o procedimento licitatório e julgamento das propostas apresentadas ao **PROCESSO Nº 25.386/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026,** que tem por objeto *a Aquisição de materiais descartáveis, papel higiênico, guardanapos e papel toalha,* **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** a licitação em face das empresas: **INOVA ASSESSORIA E RESULTADOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 57.589.415/0001-60, vencedora dos **itens 07; 12; 13; 14; 15; 18** pelo valor total de **R$ 13.182,40** (treze mil cento e oitenta e dois reais e quarenta centavos); **EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA SILVA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.656.339/0001-37, vencedora dos **itens 08; 09; 11; 20** pelo valor total de **R$ 14.213,00** (catorze mil duzentos e treze reais); **KRIM CENTER ATACADISTA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 64.873.775/0001-54, vencedora dos **itens 03 e 06** pelo valor total de **R$ 128.422,24** (cento e vinte e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos); **FABIANO ALEXANDRE LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.014.253/0001-15, vencedora dos **itens 01 e 04** pelo valor total de **R$ 48.737,92** (quarenta e oito mil setecentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos); **NEW MAX DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.471.842/0001-60, vencedora dos **itens 02 e 05** pelo valor total de **R$ 189.127,45** (centos e oitenta e nove mil cento e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos); **IMPAR INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.294.504/0001-58, vencedora do **item 17** pelo valor total de **R$ 38.615,20** (trinta e oito mil seiscentos e quinze reais e vinte centavos); **GM DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.604.118/0001-07, vencedora do **item 16** pelo valor total de **R$ 9.890,00** (nove mil oitocentos e noventa reais); **67.650.332 LEANDRO DA CRUZ,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.650.332/0001-92, vencedora do **item 10** pelo valor total de **R$ 5.003,46** (cinco mil três reais e quarenta e seis centavos); **MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.811.487/0001-71, vencedora do **item 19** pelo valor total de **R$ 566,00** (quinhentos e sesenta e seis reais); **LIDER PAPEL HIGIENICO LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.013.735/0001-52, vencedora do **item 21** pelo valor total de **R$ 4.302,80** (quatro mil trezentos e dois reais e oitenta centavos); **ELLOLIMP COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.547.438/0001-83, vencedora do **item 22** pelo valor total de **R$ 4.799,00** (quatro mil setecentos e noventa e nove reais); Valor total adjudicado e homologado: **R$ 456.859,47** (quatrocentos e cinquenta e seis mil oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos);

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, 21 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:A977200D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 382/2026

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 7º, inciso II, do Decreto n.º 6.636/2018, e, tendo em vista os artigos 167, 178, e, 179, da Lei Municipal n.º 863/2006, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Município de Piraquara, RESOLVE:
Art. 1º - Deferir requerimento formulado através do Memorando 1DOC nº 7.142/2026, no qual manifesta a necessidade de substituição da servidora **Andrea Claudia David**, Professor III Especialização, Matrícula nº 992259**,** designada através da Portaria n° 311/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 19/02/2026, Edição 3472, para presidir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar-PAD.
Art. 2º - Nomear em substituição, a servidora **Cleide Adriane Scarante Jientara**, Professor III Especialização, Matrícula nº 536601 e 448221, integrante do rol dos servidores estáveis passíveis de comporem Comissões de Processos Administrativos Disciplinares, conforme consta no Decreto nº 13.998/2025, para atuar como presidente da Comissão.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais informações da Portaria n° 311/2026.

Piraquara, 21 de agosto de 2026.

LUCIANO DA COSTA LARA
Corregedor Geral do Município
Decreto nº 13.741/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:2871534F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE HABILITAÇÃO EDITAL Nº 02/2026 PARA CONCESSÃO DE BOLSAS CULTURA VIVA A MESTRAS E MESTRES DAS CULTURAS TRADICIONAIS E POPULARES COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

A Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial de Piraquara torna público o Resultado Preliminar da Etapa de Habilitação do Edital nº 02/2026, conforme relação abaixo:

Nº	NOME	SITUAÇÃO
1	Gislaine Vieira da Silva	**HABILITADA**
2	José Vitor dos Santos Moreira	**HABILITADO**
3	Kerlen Wosner Fernandes	**INABILITADO – ITEM 11.7, ALÍNEAS 'A' E 'B'**
4	Leonidas Sabino	**HABILITADO**
5	Márcia Regina Zalamena	**INABILITADA – ITEM 11.7, ALÍNEAS 'A' E 'B'**
6	Marcolino da Silva	**HABILITADO**
7	Misael Carlos Rozino	**INABILITADO – ITEM 11.7, ALÍNEAS 'A' E 'B'**
8	Natalina da Silva	**HABILITADA**
9	Ricardo Cleyton Gabardo	**HABILITADO**
10	Romancil Gentil Cretã	**INABILITADO – ITEM 11.7, ALÍNEAS 'A' E 'B'**
11	Yara Vieira Barros Francisco	**HABILITADA**

Fundamentação — item 11.7 do Edital: "Serão inabilitadas as inscrições que não forem apresentadas na forma e nos prazos estabelecidos neste Edital e incidirem nos seguintes casos: a) entregarem os documentos fora do período de habilitação; b) não apresentarem os documentos exigidos no item 11.2 deste Edital."

Aos candidatos que não apresentaram a documentação no prazo estabelecido não caberá recurso para a juntada posterior dos documentos de habilitação.

Piraquara, 24 de agosto de 2026.

ADRIANA PATRICIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:ADB67370

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2026

OBJETO: Contratação de empresa para a curso "COMO O VEREADOR PODE ARTICULAR RECURSOS E OPORTUNIDADES PARA O MUNICÍPIO", para os vereadores João Edival Aramoni e Mauro dos Santos e do servidor Daniel Weiber de Oliveira.
CONTRATADO: empresa CEAP - TREINAMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA **CNPJ:** 13.891.611/0001-19
VALOR: R$ 6.570,00 (seis mil e quinhentos e setenta reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.01.031.0101.2.108 Manutenção das Atividades Legislativas
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FUNDAMENTO LEGAL: alínea "f", inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Pitanga, na data assinada.

AMADEUS PENGA
Presidente

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:A3633CD3

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 70/2026

Concede Diária(s) ao(à) Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, ou representante ora designado, de acordo com os dispositivos da Lei Municipal nº 2437/2022, e regulamentada pelo Decreto nº 85/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Deferir Requerimento e conceder Diária(s) para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

Nome do Beneficiário(a): Aguinaldo de Jesus Galdin
Nº de Matrícula: 50157
Cargo/Função: Motorista
Data de Início: 26/08/2026
Data Fim: 21/09/2026
Nº de Diárias: (10) dez, sem pernoite (Informamos que no período de segunda a sexta – feira, a viagem é realizada por dois motoristas, em sistema de revezamento).
Valor Unitário: 150,00
Valor Total: 1.500,00
Município de Destino: Curitiba/ Pr
Código do IBGE do Município de Destino: 4106902
Objetivo da Viagem: Justifica-se o deslocamento para a cidade de Curitiba PR com o objetivo de levar pacientes para atendimento médico especializado. A viagem é necessária para garantir o acesso aos serviços de saúde que não estão disponíveis no município de origem.

Art. 2º Este Ato de Concessão entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, 20 de agosto de 2026

ADRIELE ANDREIA INÁCIO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:48D245B2

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
INFORMATIVO – CONSULTA PÚBLICA À COMUNIDADE ESCOLAR

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por meio da Comissão de Avaliação de Mérito e Desempenho para Habilitação à Função de Diretor das Instituições de Ensino da Rede Municipal, informa às instituições de ensino os procedimentos que deverão ser observados para a realização da Consulta Pública à Comunidade Escolar.

1. ORGANIZAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA
A Consulta Pública será realizada presencialmente na respectiva instituição de ensino e será acompanhada por 02 (dois) membros da Comissão de Avaliação, previamente designados.
Os membros da Comissão serão responsáveis pela condução e acompanhamento dos trabalhos, assegurando a organização, a transparência, a imparcialidade e a regularidade de todo o procedimento.
As cédulas que serão utilizadas na votação serão levadas pelos membros da Comissão no dia da Consulta Pública, não sendo necessária sua confecção ou reprodução pela instituição de ensino.

2. DESIGNAÇÃO DE DOIS FISCAIS PELA INSTITUIÇÃO
Cada instituição de ensino deverá indicar 02 (dois) funcionários de seu quadro para atuarem como fiscais no dia da Consulta Pública.
Os fiscais deverão permanecer no local durante todo o período da consulta, auxiliando os membros da Comissão, especialmente no controle das fichas/listagens e na coleta das assinaturas dos participantes.

3. FICHAS DE ASSINATURA
A instituição deverá providenciar fichas/listagens contendo:
os **nomes dos responsáveis legais** aptos a participar da Consulta Pública; e
os **nomes dos funcionários/servidores** aptos a participar da Consulta Pública.

4. ORDEM DO PROCEDIMENTO
No dia da Consulta Pública, deverá ser rigorosamente observada a seguinte sequência:
1º – VOTAÇÃO: o participante deverá dirigir-se ao local destinado à votação, receber a cédula, realizar sua escolha de forma individual e sigilosa e depositar o voto na urna;
2º – ASSINATURA: imediatamente após depositar o voto na urna, o participante deverá dirigir-se aos fiscais responsáveis pelas fichas e registrar sua assinatura na respectiva listagem;
3º – CONCLUSÃO: realizada a assinatura, estará concluída a participação daquela pessoa na Consulta Pública, devendo deixar o espaço destinado à votação.
Assim, o fluxo deverá ocorrer obrigatoriamente da seguinte forma:
VOTAÇÃO → DEPÓSITO DO VOTO NA URNA → ASSINATURA NA FICHA → SAÍDA.
A organização do fluxo deverá impedir aglomerações e preservar, em todos os momentos, o sigilo da escolha realizada pelo participante.

5. RESPONSABILIDADE DOS FISCAIS
Os 02 (dois) fiscais indicados pela instituição ficarão responsáveis pelas fichas de assinatura, podendo o trabalho ser organizado da seguinte maneira:

Os fiscais deverão conferir o nome do participante na respectiva relação e colher sua assinatura somente após a realização do voto e seu depósito na urna.
A assinatura terá exclusivamente a finalidade de registrar e comprovar a participação na Consulta Pública, não podendo existir qualquer identificação, anotação, numeração ou outro mecanismo que permita relacionar o participante ao voto por ele realizado, preservando-se integralmente o sigilo do voto.

6. CUIDADOS COM AS FICHAS
Durante todo o período de realização da Consulta Pública, as fichas deverão permanecer sob a guarda dos fiscais, que deverão observar que:
cada participante assine exclusivamente no espaço correspondente ao seu nome;
não sejam permitidas assinaturas por terceiros;
a assinatura seja realizada somente após o depósito do voto na urna;
não sejam realizadas alterações, inclusões ou rasuras sem conhecimento e autorização dos membros da Comissão;
as fichas sejam mantidas organizadas e preservadas durante todo o procedimento; e
qualquer dúvida, divergência ou situação excepcional seja imediatamente comunicada aos membros da Comissão presentes.

7. CÉDULAS E URNA
As cédulas oficiais serão levadas pelos membros da Comissão de Avaliação responsáveis pelo acompanhamento da Consulta Pública em cada instituição de ensino.
A votação deverá ocorrer de maneira a assegurar a liberdade de escolha e o sigilo do voto, sendo vedada qualquer forma de identificação da cédula que possibilite relacionar o voto ao participante.
Após depositado na urna, o voto permanecerá sob a responsabilidade dos membros da Comissão até o encerramento da votação e início da apuração.

8. ENCERRAMENTO DA VOTAÇÃO E CONTAGEM DOS VOTOS
Encerrado o horário destinado à Consulta Pública, não será realizada a retirada ou contagem de votos antes do término oficial da votação.
Ao final, será realizada a abertura da urna e a contagem dos votos no próprio local, com acompanhamento dos seguintes presentes:
02 (dois) membros da Comissão de Avaliação responsáveis pela condução dos trabalhos;
02 (dois) fiscais designados pela instituição de ensino; e
candidato(s) participante(s) do processo de habilitação à função de Diretor da respectiva instituição de ensino.
A apuração deverá ocorrer de forma pública, transparente e organizada, mediante conferência das cédulas e contabilização dos votos.
Durante a contagem, deverão ser observadas as orientações da Comissão quanto à validade dos votos, ao registro do resultado e à ocorrência de eventual situação excepcional.
Concluída a apuração, o resultado obtido deverá ser registrado pelos membros da Comissão para posterior adoção das providências pertinentes ao processo de habilitação.

9. ENTREGA DAS FICHAS E FINALIZAÇÃO DOS TRABALHOS
Ao término da Consulta Pública e da apuração dos votos, os fiscais deverão entregar todas as fichas/listagens aos 02 (dois) membros da Comissão responsáveis pela condução dos trabalhos na instituição, para conferência, guarda e demais providências.
Nenhuma ficha, cédula ou documento relacionado à Consulta Pública deverá permanecer sob a guarda da instituição ou dos fiscais após a conclusão dos trabalhos, salvo determinação expressa da Comissão.
Solicita-se que cada instituição deixe previamente organizados:
o espaço destinado à votação;
local que assegure o sigilo do voto;
espaço destinado às fichas e assinaturas;
os 02 (dois) funcionários que atuarão como fiscais; e
espaço adequado para a contagem dos votos ao término da votação.
A colaboração de todos é indispensável para que a Consulta Pública transcorra de forma organizada, transparente, imparcial e segura, garantindo-se a regularidade do procedimento e, especialmente, o sigilo e a liberdade do voto.

Pitanga, 21 de agosto de 2026.

JORGE PAULO PAULINO
Presidente da Comissão

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:3E28936C

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 662, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Altera membros da CMAI-Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária e revoga a Portaria nº 368/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, especialmente pelo art. 115, inciso II, alínea "c", e,

CONSIDERANDO o memorando nº 17.658/2026, da Secretaria Municipal da Fazenda,

RESOLVE

Art. 1° Ficam alterados os membros da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária para proceder avaliações de imóveis a serem adquiridos, alienados e locados pelo Município de Pitanga, nomeados através da Portaria nº 368, de 04 de maio de 2026, e para fins de incentivo tributário composta pelos membros abaixo relacionados:
Presidente: Roberto Cesar Cargnin - matrícula 52844;
Secretária: Valdineia Cheliga - matrícula 54964;
Membros:
Alana Flavia Oniczko – matrícula nº 50354;
Geovana Mendes Vaz - matrícula nº 50043;
Juliana Aparecida Egler - matrícula nº 50311;
Laercio Berton de Deus – matrícula nº 52526;
Liara Seben - matrícula nº 25076;
Marilda Lisboa Machado - matrícula nº 50045;
Zulmara Vizentin Marques - matricula n° 50381.
Elivelton Litkoski Hey – matrícula nº 50385.
Parágrafo único: As avaliações serão realizadas por 3(três) membros da comissão.
Art. 2º As avaliações que se trata o parágrafo único serão encaminhadas à Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Gestão Pública, para a ciência.
Art. 3º Havendo necessidade, a critério da comissão, poderá ser contratado serviço especializado de avaliação para subsidiar a análise dos membros.
Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 368, de 04 de maio de 2026.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 20 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:99E4D8E3

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 663, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Conceder Licença sem Vencimentos ao servidor Jairo Jair Tavares, matricula nº 50258, no cargo de Professor 20 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS ao servidor JAIRO JAIR TAVARES, matrícula nº 50258, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no cargo de Professor 20 h, a contar do dia 17 de agosto de 2026.

Art. 2º - O prazo máximo dessa licença será de 2 (dois) anos consecutivos e sem remuneração, não sendo computado o tempo da licença para nenhum efeito.

Art. 3º - O prazo mínimo da licença é de 90 (noventa) dias, após esse período a licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse da administração.

Art. 4º - Decorrido o prazo máximo da licença a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 16 de agosto de 2028.

Art. 5º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 20 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:652DC83E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 664, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Instaura Sindicância Administrativa de natureza investigativa para apurar fatos relacionados à execução de serviços de transporte escolar na Linha 04 sem prévia cobertura formal e designa Comissão Sindicante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 115, inciso II, alíneas "c" e "f", da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto nos arts. 257 e 259 a 266 da Lei Municipal nº 784, de 20 de dezembro de 1996, e,
CONSIDERANDO o dever de apuração imediata das irregularidades de que a autoridade pública tenha ciência ou notícia, nos termos do art. 257 da Lei Municipal nº 784, de 20 de dezembro de 1996;
CONSIDERANDO que os arts. 259 a 266 da Lei Municipal nº 784, de 20 de dezembro de 1996, disciplinam a sindicância administrativa e exigem Comissão composta por 3 (três) servidores estáveis, de reconhecida experiência administrativa e funcional;
CONSIDERANDO que os arts. 72, 75, inciso VIII, 94, 95, § 2º, e 147 a 150 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelecem requisitos para a contratação direta, a formalização dos contratos, sua eficácia, a análise das consequências decorrentes de eventual irregularidade e a responsabilização de quem lhe tenha dado causa;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico de 29 de julho de 2026, emitido no Processo Administrativo nº 083/2025 e juntado ao Memorando nº 14.677/2026, que recomendou a instauração de sindicância para apurar as circunstâncias da prestação fática dos serviços de transporte escolar da Linha 04;
CONSIDERANDO a solicitação formal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes contida no Memorando nº 17.342/2026;
CONSIDERANDO que a apuração tem finalidade de esclarecimento objetivo dos fatos, sem antecipação de culpa ou responsabilidade, devendo considerar as circunstâncias práticas, os obstáculos e as alternativas efetivamente disponíveis, bem como as exigências de continuidade do serviço público, nos termos dos arts. 20, 22 e 28 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942;
RESOLVE

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa, de natureza investigativa e não punitiva, destinada a apurar a materialidade, a cronologia, a autoria e as circunstâncias relacionadas à execução dos serviços de transporte escolar rural da Linha 04 – Itinerário Barra Bonita pela empresa R CASTRO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 58.879.838/0001-87, no período documentalmente indicado de 21 de maio a 19 de junho de 2026, sem prévia formalização de instrumento contratual escrito e sem a integral cobertura dos atos administrativos exigíveis.
§ 1º A apuração deverá abranger, sem prejuízo de outras diligências necessárias:
I – a sequência cronológica completa dos fatos, desde a ciência do pedido de rescisão apresentado pela empresa F C Chomem Transportes Ltda., em 15 de maio de 2026, passando pela formalização da rescisão do Contrato nº 219/2025 e pelas providências adotadas para assegurar a continuidade da Linha 04;
II – a data, a forma, o conteúdo e a autoria de toda ordem, anuência, solicitação ou comunicação que tenha autorizado, permitido ou tolerado o início e a continuidade dos serviços pela empresa R CASTRO LTDA.;
III – a observância da ordem classificatória do Pregão nº 13/2025, especialmente a posição ocupada pela empresa R CASTRO LTDA., as tratativas mantidas com a empresa EAV Transportes e as razões pelas quais a ficha de controle registra o início da Linha 04 às 6h40 do dia 21 de maio de 2026, enquanto a convocação formal da segunda colocada ocorreu às 15h08 e sua desistência escrita às 16h15 daquele mesmo dia;
IV – as razões pelas quais não foram previamente formalizados instrumento contratual ou instrumento substitutivo hábil, empenho, ordem de serviço e, se cabível, processo de contratação emergencial instruído na forma dos arts. 72 e 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo ser examinada, de maneira fundamentada, a incidência ou não da exceção prevista no § 2º do art. 95 da mesma Lei;
V – as causas da manutenção da execução fática dos serviços até 19 de junho de 2026 e as providências efetivamente adotadas, durante esse período, para sua regularização;
VI – a existência ou não de continuidade da prestação dos serviços da Linha 04 entre 20 de junho e 19 de julho de 2026, considerando que o Contrato nº 139/2026 foi firmado em 20 de julho de 2026, identificando-se, em caso positivo, a cobertura jurídica, orçamentária e documental do respectivo período;
VII – as circunstâncias da instrução, formalização e publicação da Dispensa Emergencial nº 27/2026 e do Contrato nº 139/2026, especialmente a data da ocorrência da situação emergencial, o termo final legalmente admissível, a ordem de serviço, a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas e a divergência entre o CNPJ nº 33.631.840/0001-01, indicado no instrumento contratual, e o CNPJ nº 58.879.838/0001-87, constante do ato constitutivo da empresa e do Termo de Ajuste de Contas;
VIII – a efetiva execução, fiscalização, medição e recebimento dos serviços, a correção do valor indenizado de R$ 9.727,10 (nove mil, setecentos e vinte e sete reais e dez centavos), a titularidade da conta bancária destinatária e a existência ou não de prejuízo ao erário, sobrepreço, pagamento indevido ou vantagem indevida;
IX – a participação ou contribuição da empresa para a execução dos serviços sem cobertura formal, sua boa-fé objetiva e, caso surjam indícios de infração administrativa imputável ao particular, a necessidade de instauração de processo próprio de responsabilização, na forma dos arts. 155 a 158 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
X – as atribuições funcionais e a conduta individual de cada agente público envolvido, mediante a identificação dos atos ou omissões, do nexo causal e do elemento subjetivo juridicamente exigível, vedada a responsabilização genérica, coletiva ou fundada exclusivamente na posição hierárquica ocupada;
XI – os obstáculos e as dificuldades reais enfrentados, as alternativas concretamente disponíveis, a essencialidade do transporte escolar, as medidas adotadas para impedir a desassistência dos estudantes e a eventual incidência de circunstâncias excludentes, atenuantes ou agravantes; e
XII – as eventuais falhas de planejamento, fluxo, comunicação, controle ou governança que tenham contribuído para o ocorrido, bem como as medidas preventivas necessárias para evitar sua repetição, sem prejuízo da competência decisória da autoridade instauradora.

§ 2º A referência, nesta Portaria, a fatos, pessoas, documentos ou dispositivos legais tem finalidade exclusiva de delimitar o objeto da investigação e não constitui juízo antecipado de irregularidade, autoria, dolo, erro grosseiro, culpa, má-fé ou responsabilidade.
Art. 2º Designar os seguintes servidores públicos municipais estáveis para compor a Comissão de Sindicância:
I – JOSIANE TONETE DE ALMEIDA, matrícula nº 55104, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, que exercerá a função de presidente;
II – GILVANE PICOLOTTO, matrícula nº 131881, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, membro;
III – SANDRIELEN KOZAK BUREY, matrícula nº 50081, ocupante do cargo de professora, com jornada semanal de 20 (vinte) horas, membro.
§ 1º Antes do início dos trabalhos, os membros deverão declarar formalmente a inexistência de impedimento ou suspeição em relação aos fatos, às pessoas e à empresa envolvidos na apuração.
§ 2º A ocorrência superveniente de circunstância que possa comprometer a imparcialidade deverá ser comunicada imediatamente à autoridade instauradora, para decisão e eventual substituição do membro.
§ 3º A presidente da Comissão designará um de seus membros para exercer a função de secretário.
Art. 3º Determinar a autuação da sindicância em expediente próprio, com numeração específica e vinculação eletrônica aos Memorandos nº 14.677/2026 e nº 17.342/2026 e ao Processo Administrativo nº 083/2025, preservando-se a integridade, a cronologia e a rastreabilidade documental.
Art. 4º Deverão ser remetidos integralmente à Comissão, no mínimo:
I – o Processo Administrativo nº 083/2025 e os Memorandos nº 9.574/2026, nº 14.677/2026 e nº 17.342/2026, com todos os despachos, relatórios, pareceres, anexos e registros de assinatura;
II – a íntegra do Pregão nº 13/2025, especialmente o edital, as propostas, a ata de classificação, a homologação, as convocações e as respostas das empresas classificadas para a Linha 04;
III – o Contrato nº 219/2025, o pedido de rescisão, o Termo de Rescisão e suas respectivas publicações;
IV – as comunicações mantidas com as empresas EAV Transportes e R CASTRO LTDA., inclusive e-mails, mensagens, ofícios, registros telefônicos institucionalmente documentados e eventuais ordens de serviço;
V – as fichas de controle de quilometragem, os registros de frequência, os relatórios de fiscalização, os documentos do veículo e do motorista, as notas fiscais, os atestos e a memória de cálculo;
VI – o Termo de Ajuste de Contas, Reconhecimento de Dívida, Pagamento de Indenização e Quitação, o empenho, a liquidação, a ordem bancária e o comprovante de pagamento;
VII – a íntegra da Dispensa Emergencial nº 27/2026, do Contrato nº 139/2026 e das respectivas publicações, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas; e
VIII – os atos de designação, as atribuições funcionais e os registros de atuação dos agentes que participaram da gestão da demanda, da contratação, da fiscalização, da liquidação e do pagamento.
Art. 5º A Comissão poderá requisitar documentos e informações, promover diligências, realizar inspeções, colher declarações e ouvir todas as pessoas que tenham conhecimento ou possam prestar esclarecimentos a respeito dos fatos, observado o art. 263 da Lei Municipal nº 784, de 20 de dezembro de 1996.
Parágrafo único. Os agentes potencialmente relacionados aos fatos deverão ser ouvidos e poderão apresentar documentos e esclarecimentos, assegurando-se tratamento imparcial e respeitoso, sem atribuição da condição de acusado nesta fase investigativa.
Art. 6º A Sindicância não se destina à aplicação de penalidades. Se a instrução revelar indícios suficientes de infração funcional e presunção de autoria, a Comissão limitar-se-á a indicar os elementos exigidos pelo art. 264 da Lei Municipal nº 784, de 20 de dezembro de 1996, cabendo à autoridade competente decidir sobre eventual instauração de Processo Administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 7º Eventuais indícios de infração administrativa imputável à empresa, de ilícito civil, de ato de improbidade administrativa ou de infração penal deverão ser individualizados no relatório e comunicados à autoridade instauradora para análise e encaminhamento em procedimento próprio, vedada a aplicação de sanção ao particular no âmbito desta Sindicância.
Art. 8º A celebração e o pagamento do Termo de Ajuste de Contas, bem como a posterior assinatura do Contrato nº 139/2026, não convalidam eventuais irregularidades pretéritas, não impedem sua apuração e tampouco constituem prova antecipada de responsabilidade de qualquer agente público ou da empresa.
Art. 9º A Comissão deverá iniciar os trabalhos dentro de 3 (três) dias, contados da publicação desta Portaria no órgão oficial do Município, e concluí-los no prazo improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias, ressalvada a ocorrência de motivo de força maior devidamente demonstrado, nos termos do art. 262 da Lei Municipal nº 784, de 20 de dezembro de 1996.
Art. 10. Concluída a instrução, a Comissão apresentará ao Chefe do Poder Executivo relatório circunstanciado que configure os fatos apurados e indique:
I – se os fatos são regulares ou irregulares; e
II – em caso de irregularidade, os dispositivos legais eventualmente violados e a existência ou não de presunção de autoria.
Parágrafo único. O relatório não deverá propor medida diversa da eventual abertura de Processo Administrativo, limitando-se aos quesitos estabelecidos neste artigo, nos termos do art. 264 da Lei Municipal nº 784, de 20 de dezembro de 1996.
Art. 11. Recebido o relatório, os autos serão imediatamente conclusos ao Chefe do Poder Executivo para pronunciamento no prazo máximo de 10 (dez) dias, conforme o art. 266 da Lei Municipal nº 784, de 20 de dezembro de 1996.
Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 20 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:B34CA3B4

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 665, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor Cristiano Jaskiu, matrícula nº 51491, ocupante do cargo de Operador de Maquinas 44 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO O atestado médico do Servidor.

RESOLVE

Art.1º - Conceder **60 (sessenta)** dias de **licença para tratamento de saúde**, ao servidor **CRISTIANO JASKIU**, matrícula nº **51491**, ocupante do cargo de Operador de Maquinas 44 h, a contar de 03 agosto de 2026.

Art. 2º - Decorrido o prazo do Artigo 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 02 de outubro 2026.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 20 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:3F8C4D41

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 666, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Exonerar, por Término de Contrato, a servidora Danielle Grezoski de Oliveira, matricula nº 2414, no cargo de Professor Pss.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º **EXONERAR,** por Término de Contrato, a servidora **DANIELLE GREZOSKI DE OLIVEIRA**, matrícula nº **2414**, do cargo de **Professor Pss**, a contar de 25 de agosto de 2026.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 20 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:102AC8CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
REPUBLICAÇÃO ADITIVO 1 CONTRATO 6-2026 - REPUBLICAÇÃO

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026
Primeiro termo aditivo ao contrato administrativo nº 54/2026, celebrado entre o município de Pitanga e a empresa Construtora Arievilo Ltda. – EPP, para acréscimo de valor e prorrogação do prazo de execução.
Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PITANGA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede administrativa na Praça 28 de Janeiro, nº 171, Centro, Município de Pitanga, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Dirceu Moraes**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **CONSTRUTORA ARIEVILO LTDA. – EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **04.465.784/0001-84**, estabelecida na Rua Doutor Orlando de Araujo Costa, nº 354, Centro, Pitanga – PR, CEP 85200-035, neste ato representada por seu sócio-proprietário, **Joel de Oliveira**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto o **acréscimo de valor e a prorrogação do prazo de execução** do Contrato Administrativo nº 54/2026, cujo objeto é a **CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE DUAS SALAS DE AULA NA ESCOLA MUNICIPAL VICE-PREFEITO EUCLIDES GOMES DA SILVA, NO MUNICÍPIO DE PITANGA – PR**, conforme projeto, planilha orçamentária e justificativa técnicas integrantes do processo administrativo.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO DE VALOR
Fica acrescido ao valor do Contrato Administrativo nº 54/2026 o montante de **R$ 13.917,84 (treze mil, novecentos e dezessete reais e oitenta e quatro centavos)**, correspondente a aproximadamente **9,80% (nove vírgula oitenta por cento)** do valor inicial do contrato. Em conformidade com A**rt. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.**
O acréscimo decorre da necessidade de execução de serviços complementares identificados durante a execução da obra, devidamente justificados e discriminados na respectiva planilha orçamentária elaborado pelo Departamento de Assessoria e Planejamento.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO VALOR CONTRATUAL
Em razão do acréscimo previsto na Cláusula Segunda, o valor global do Contrato Administrativo nº 54/2026, anteriormente fixado em **R$ 141.950,00 (cento e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta reais)**, passa a ser de **R$ 155.867,84 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)**.
CLÁUSULA QUARTA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO
Fica **prorrogado o prazo de execução do Contrato Administrativo nº 54/2026 por mais 60 (sessenta) dias**, passando o prazo total de execução de **150 (cento e cinquenta) dias para 210 (duzentos e dez) dias**.
Considerando a Ordem de Serviço, cujo início da execução ocorreu em **01 de abril de 2026**, o prazo original de execução encerraria em **28 de agosto de 2026**, passando, com a prorrogação ora formalizada, a ter seu término previsto para **27 de outubro de 2026**. Em conformidade com **Art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021**, considerando tratar-se de contratação que prevê a conclusão de escopo predefinido e a necessidade de assegurar a conclusão integral do objeto contratado.
CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 54/2026 que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.
E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo para todos os fins de direito.
Pitanga – PR, 14 de agosto de 2026.

Originalmente Assinado

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga PR

JOEL DE OLIVEIRA
Construtora Arievilo LTDA. – EPP

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:55E3C76F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO N° 007/2026-CMS

DATA: 21 de agosto de 2026.

SÚMULA: Aprova o Plano Municipal de Contingência das Arboviroses para o ano de 2027.

O Conselho Municipal de Saúde – CMS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 596/2015 de 30/11/2015, e
Considerando a deliberação da plenária realizada em 21 agosto de 2026,

RESOLVE:–

Art. 1º – APROVAR o Plano Municipal de Contingência das Arboviroses para o ano de 2027.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor nesta data.

Pitangueiras/PR, em 21 de agosto de 2026.

SAMIRA PIRES DOS SANTOS
Presidente do CMS

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:EE321BB0

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: 57.945.409 EDUARDO YUKIO WAKIUTI
CNPJ: 57.945.409/0001-06
OBJETO: Eventual aquisição de materiais de informática para as secretarias desse Município.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Manutenção das Atividades Administrativas da Administração Municipal
DESP Nº 40 -4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Carlos Alexandre Sgorlon e Eduardo Yukio Wakiuti
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:D11FB48A

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: ATHOMOZ - COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA
CNPJ: 24.846.428/0001-18
OBJETO: Eventual aquisição de materiais de informática para as secretarias desse Município.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Manutenção das Atividades Administrativas da Administração Municipal
DESP Nº 40 -4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Carlos Alexandre Sgorlon e Rafael Ricardo Aparecido de Almeida Bombini
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:6CCE4943

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: DLC COMERCIO E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 61.276.512/0001-70
OBJETO: Eventual aquisição de materiais de informática para as secretarias desse Município.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Manutenção das Atividades Administrativas da Administração Municipal
DESP Nº 40 -4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Carlos Alexandre Sgorlon e Diogo Lima Cruz
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:BB4E1A42

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: METDATA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 28.584.157/0003-92
OBJETO: Eventual aquisição de materiais de informática para as secretarias desse Município.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Manutenção das Atividades Administrativas da Administração Municipal
DESP Nº 40 -4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Carlos Alexandre Sgorlon e Carlos Eduardo Pereira
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:09FA240D

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: MZ EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 64.734.646/0001-85
OBJETO: Eventual aquisição de materiais de informática para as secretarias desse Município.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Manutenção das Atividades Administrativas da Administração Municipal
DESP Nº 40 -4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Carlos Alexandre Sgorlon e Marilia Zabot
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:2A1A706D

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO N° 32/2026

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	61/2026
b) Nr. Licitação:	32/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico 19/08/2026
e) Objeto da Licitação:	*Obedecido o disposto na lei Federal nº 14.133/21, suas atualizações e legislação correlata, fica instaurando Processo Administrativo para eventual aquisição de tubos de concreto.*

Participante: CAMPOS & ZAMBON LTDA		
Quantidade de itens:	2	**110.977,50**
Participante: CONTERSOLO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA		
Quantidade de itens:	1	**115.875,00**
Total Geral:		**226.852,50**

Pitangueiras, 21/08/2026

CARLOS ALEXANDRE SGORLON
0

_____
Assinatura do Responsável

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:080357D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
EDITAL Nº05/2026 - SEMED

EDITAL Nº05/2026 - SEMED
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES SELECIONADAS PARA O SEMINÁRIO MUNICIPAL DE BOAS PRÁTICAS: "QUEM FAZ, INSPIRA"

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PLANALTO/PR**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na **Instrução Normativa nº 04/2026**, regulamentada pelo **Edital nº 01/2026**, torna pública a **HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL** das Práticas Pedagógicas Exitosas selecionadas para apresentação no **Seminário Municipal de Boas Práticas: "Quem Faz, Inspira"**.
DAS PRÁTICAS SELECIONADAS E HOMOLOGADAS (RESULTADO FINAL)

Nº	PROFESSOR(A)	ESCOLA / CMEI	TÍTULO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
01	ADRIANA TEREZINHA QUANDT	EDEJALVA CANTON FERNANDES, E M PROF-EI EF	Operações de adição e subtração
02	ALDA MARIA DE LIMA WERLE	JULIO SKRZYPCZAK, E M-EI EF	Alfabetização – trabalhando com poemas e textos diversos, formar palavras de outras palavras
03	AMANDA TOMAZONI	DULCE, E M IR-EI EF	Matemática que transforma: do bazar ao cinema
04	ANDRÉ WILLYAN BUDEL ZUANAZZI	LÁUDIO AFONSO HEINEN, E M PROF-EI EF	Detetives da informação: combatendo fake news com Educação Digital e Inteligência Artificial
05	DAIANY CRISTINA FERREIRA	ESTAÇÃO DO APRENDER, CMEI	A importância das cantigas e da contação de histórias para o desenvolvimento da fala
06	ELIZETE PATRÍCIA DONEL JEDE	EDEJALVA CANTON FERNANDES, E M PROF-EI EF	Leão Leonardo
07	GUILHERMINA APARECIDA KESSLER	EDEJALVA CANTON FERNANDES, E M PROF-EI EF	Salada de Sílabas
08	INÊS CRISTINA BELANI KOCHEN	NOSSA SENHORA DE FATIMA, E M-EI EF	Gentileza gera gentileza, já dizia o profeta
09	JOSIANE DE MATOS MENEZES	ESTAÇÃO DO APRENDER, CMEI	Detetives do reino das formigas
10	MARCIA ELISANI PANZER	MARCO ANTÔNIO SCHIAVO, CMEI	Circuito dos animais
11	MARIA ELIANE KESSLER	LÁUDIO AFONSO HEINEN, E M PROF-EI EF	Leitura que brota da Terra: descobrindo o turismo rural
12	REJANE BEATRIZ PALAVER	DULCE, E M IR-EI EF	Contação de história

DOS RECURSOS
Informa-se que, decorrido o prazo legal encerrado em 20/08/2026, não foram interpostos recursos contrários ao Resultado Preliminar, ficando mantida e homologada a lista definitiva das práticas apresentadas acima.

DA APRESENTAÇÃO NO SEMINÁRIO
Os professores que tiveram suas práticas exitosas homologadas neste Edital Final deverão apresentar suas experiências no **Seminário Municipal de Boas Práticas: "Quem Faz, Inspira"**, a ser realizado no dia **27/08/2026**, às **18h30min**, no **Centro Cultural.**
Diretrizes de Apresentação (Anexo II do Edital 01/2026):
Tempo de apresentação: mínimo de 05 (cinco) e máximo de 10 (dez) minutos;
Suporte visual: modelo padrão de apresentação em slides disponibilizado pela SME (mínimo de 7 slides);

Planalto – PR, 21 de Agosto de 2026.

MARLI SALE DIECKEL DE LIMA
Secretária de Educação

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:CBD1F3E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 409/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº. 061/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO nº 409/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº. 061/2026 – Objeto: Registro de Preços para futura **contratação de empresa para a prestação de serviços com o fornecimento de materiais, para implantação de iluminação pública em parques, praças, ciclovias e logradouros públicos, ornamental, de eficiência energética e serviços elétricos no Município de Pontal do Paraná em atendimento as demandas das secretarias.** A contratação será pelo período de 12 meses. ABERTURA: **09/09/2026,** às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br . Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br , link portal da transparência/licitações e portal http://comprasbr.com.br .
Pontal do Paraná, 21 de agosto de 2026.

GABRIELA MARIA VIEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal
Decreto 13.485/2026

Publicado por:
Gabriela Maria Vieira Martins
Código Identificador:C18AF218

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO 60/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 60/2026
PROCESSO LICITATÓRIO nº 403/2026 – Objeto: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de sinalização vertical viária, compreendendo placas, postes/hastes de fixação e respectivos insumos de montagem.** DATA DE ABERTURA: 08/09/2026, às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br . Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br, link portal da transparência/licitações e portal http://comprasbr.com.br .
Pontal do Paraná, 21 de agosto de 2026.

AUREA MUNHOZ
Pregoeira Municipal
Decreto 13.485/2026

Publicado por:
Aurea Munhoz
Código Identificador:C0CD2B63

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 404/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 300/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 300/2026, que tem por objeto: **:** Credenciamento de **Microempreendedores Individuais (MEI)** especializados no fornecimento e preparo de alimentos para prestação de serviços de coffee break, incluindo o fornecimento de gêneros alimentícios, bebidas, utensílios descartáveis e demais itens necessários à execução do serviço, destinados ao atendimento de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Pontal do Paraná, tais como seminários, conferências, reuniões técnicas, capacitações, workshops, inaugurações e demais atividades institucionais da Administração Pública Municipal. Contratada 17.850.032 ROSILI MARIA DO ROCIO SILVA inscrita no CNPJ n.º 17.850.032/0001-89Data da ratificação e homologação**:** 21 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 45.930,00 (quarenta e oito mil, novecentos e trinta reais).**
Dotação orçamentária:
06003082460009201633903900000 FONTE 1000
02001041220002200233903900000 FONTE1000
12001103010053212933903900000 FONTE 510
10001123610061204133903900000 FONTE 104
03001041220003200733903900000 FONTE 1000

Pontal do Paraná,21 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:9396F766

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 406/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 302/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 406/2026
Inexigibilidade Nº. 302/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 302/2026, que tem por objeto**:** aquisição de equipamentos especializados de salvamento em altura destinados ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – Posto de Bombeiros de Pontal do Paraná. Contratada S.O.S SUL RESGATE - COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E SINALIZACAO LTDA inscrita no CNPJ n.º 03.928.511/0001-66. Data da ratificação e homologação**:** 21 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 28.922,00 (vinte e oito mil e novecentos e vinte e dois reais).**
Dotação orçamentária:
03.002.06.182.0036.2.085.3.3.90.30.00.00 FONTE 3515
CR 55

Pontal do Paraná,21 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Koeke Tramujas
Código Identificador:45492D68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N° 13.626 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: "EXONERA SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, considerando as Leis Municipais n.º 2.634/2024 e 2.635/2024 e dá outras providências.
D E C R E T A:
Artigo 1º – Fica exonerada do seu respectivo cargo de provimento em comissão CD – CHEFE DE DIVISÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, a Sra. LOISLEYNE BASTOS DA ROCHA SANTANA, brasileira, portadora do RG nº 127715050 -PR e CPF n.º 089.149.039-66 .
Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da exoneração da referida servidora a partir desta data.
Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 20 de agosto de 2026.

GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:C39316A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N° 13.627 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: "EXONERA SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, considerando as Leis Municipais n.º 2.634/2024 e 2.635/2024 e dá outras providências.
D E C R E T A:
Artigo 1º – Fica exonerada do seu respectivo cargo de provimento em comissão CS – CHEFE DE SETOR DE ALVARÁ DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, a Sra. KADRA HASSAN ROA SALEH GABRIELLI, brasileira, portadora do RG nº 8.739.433-6 PR e CPF n.º 007.914.259- 16.
Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da exoneração da referida servidora a partir desta data.
Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 20 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:7AA812DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 553 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: " Nomeia membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar- PAD e dá outras providências "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, conforme Decreto nº 13.594 de 03 de agosto de 2026 e **Memorando n° 16.751/2024.**

Artigo 1º– Nomeia membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar- PAD ,ficando assim constituída :

Fábio Junior Pedro
Silvana da Silva Seifert

Izabel Cristina Pereira

Artigo 2º- A Comissão será presidida pelo servidor Fábio Júnior Pedro, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do trabalho.

Artigo 3º – Esta Portaria entra em vigor nesta data revogando as disposições legais.

Artigo 4º – Publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 20 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:721C32F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 554 DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 002/2024 - Edital de Convocação n° 54/2026** e conforme solicitado no **Memorando nº 20.721/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 002/2024** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: DENTISTA - AMPLA CONCORRÊNCIA
NOME: OKSANA TANIA CHOMA ZAVILINSKI
CLASSIFICAÇÃO: 7º
ADMISSÃO:21/08/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 54/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 21 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:E693515E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 555 DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO , no uso de suas atribuições legais e o contido no **TERMO DE EXONERAÇÃO** e conforme **Protocolo nº 21.583/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Rescisão contratual a pedido do empregado (a) **- SUSANE NOGUEIRA DE ALENCAR TELLES – MATRÍCULA: 325530 ,** ocupante do cargo público de **PROFESSOR** , lotado(a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**.**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da rescisão do referido(a) servidor(a) a partir de **20 de agosto de 2026.**

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 21 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:E2EEA62C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

RECURSOS HUMANOS
P O R T A R I A Nº.405/2026

P O R T A R I A Nº.405/2026

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido da funcionária **ESTHER VENANCIO CRUVINEL DINIZ RIBEIRO** portadora do CPF Nº 434.137.998-43, ocupante da função Dentista PSF, lotada no P.S.F/ Saúde Bucal da Secretaria de Saúde, sendo seu último dia trabalhado dia 20 de agosto de 2026.

EDIFICIO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis. (20.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:21E7CD01

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO - TATIELLY NASCIMENTO MARQUES BELO

ATA DA SESSÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº003/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°26.401.276-7

Aos **vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis**, às **16h:30 (dezesseis horas e trinta minutos)**, no Prédio da **Prefeitura Municipal de Porto Amazonas**, reuniu-se a Comissão de Contratação designada através do Decreto n°101/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, Edição nº3334 – de 04/08/2025, composta por Suzana Antunes Cezar, Marcia Guimarães e Rosângela Fátima de Paula Orchanheski, sob a presidência da primeira, para procederem a análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelo profissional de Educação Física **TATIELLY NASCIMENTO MARQUES BELO – CPF N° 089.429.119-00,** em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº003/2026, o qual tem por objeto o Credenciamento de pessoa(s) física(s) para prestar serviços profissionais de educador físico, que serão utilizados para atender às demandas do Departamento Municipal de Saúde e do Departamento Municipal de Esportes, Recreação e Turismo. Analisadas e feitas as devidas considerações, fica **DEFERIDO** o pedido de Credenciamento do profissional de Educação Física **TATIELLY NASCIMENTO MARQUES BELO – CPF N° 089.429.119-00** para o item 1. A Presidente da Comissão deu por encerrada essa sessão, sendo que a documentação apresentada será juntada ao processo para a devida comprovação, encaminhada ao senhor Prefeito Municipal para homologação e posterior contratação.

SUZANA ANTUNES CEZAR
Presidente

ROSÂNGELA FÁTIMA DE PAULA ORCHANHESKI
Membro

MARCIA GUIMARÃES
Membro

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:1ABDC9BE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL N°052/2026

EXTRATO CONTRATUAL

Documento: Contrato de Fornecimento n°052/2026
Data: 21/08/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS
Contratado: ECO STORE - PAPELARIA PRESENTES E CONVENIÊNCIA LTDA – CNPJ N°37.082.371/0001-70
Protocolo: 1073/2026
Licitação: Dispensa Eletrônica de Licitação nº015/2026
Objeto: Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para a confecção e o fornecimento de kits de cadernos destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino e de cadernos pedagógicos destinados aos professores e educadores infantis da Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas, visando atender às necessidades do Departamento Municipal de Educação e Cultura, com vigência de 12 (doze) meses.
Valor: R$ 59.801,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos e um reais)
Fundamento Legal: Art. 75, inciso II, Lei Federal n°14.133/2021
Prazo de Vigência: 24/08/2026 à 23/08/2027

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:FA08E1EA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO N°001 - CONTRATO 087/25

TERMO ADITIVO Nº001 AO CONTRATO Nº087/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº087/2025 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS E A EMPRESA SALOMÃO ARBITRAGEM E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM COM EQUIPE COMPOSTA POR ÁRBITRO PRINCIPAL, ÁRBITRO AUXILIAR E ANOTADOR NA MODALIDADE DE FUTSAL, PARA JOGOS DE 40 MINUTOS, DIVIDIDOS EM 2 (DOIS) PERÍODOS DE 20 (VINTE) MINUTOS E INTERVALO DE 10 (DEZ) MINUTOS ENTRE OS PERÍODOS, O ÚLTIMO MINUTO DE CADA PERÍODO SERÁ CRONOMETRADO, CONFORME OS ITENS, QUANTIDADES, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob o n° 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, n° 67, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, portador da C.I.R.G. Nº XX72.33XX, e do CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado a Rua Barão do Cerro Azul, nº447, nesta cidade de Porto Amazonas/PR.

CONTRATADA: **SALOMÃO ARBITRAGEM E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA**, empresa estabelecida na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo, sito a Rua Humberto Montezori, nº134, Parque Santo Antônio, CEP 18.658-182, inscrita no CNPJ sob nº22.529.715/0001-79, neste ato representada por **ARGENTINA DE CARVALHO SALOMAO**, inscrita no CPF XXX.256.168-XX, portadora da cédula de identidade Civil RG XX36416XX.

GESTOR: O gestor do Contrato é o Sr. Sandro Luiz Muller Placha, Portaria n°039/2025.

FISCAL: A fiscal do Contrato é a Sra. Michele Capote, Portaria n°039/2025.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº087/2025, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência ao Contrato n°087/2025 firmado entre as partes em 25/08/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

- Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até 31/12/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

- O presente termo aditivo decorre de autorização e encontra amparo legal nos artigos 6°, Inciso XVII e no art.111 da Lei nº14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

- Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

- E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Amazonas, 21 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

SALOMÃO ARBITRAGEM E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:
CPF:

_____
NOME:
CPF:

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:D8BC21B0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO N°004 - CONTRATO N°078/2024

TERMO ADITIVO Nº004 AO CONTRATO N°078/2024

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO AO CONTRATO Nº078/2024 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS E CONSTRUTORA AZULMAX LTDA, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO PREDIAL DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL MENINO JESUS NO MUNICÍPIO DE PORTO

AMAZONAS/PR, COM ÁREA TOTAL PREVISTA DE 782,94M², SENDO ESTES DIVIDIDOS DA SEGUINTE FORMA: ÁREA À AMPLIAR 106,48 M², ÁREA DE REFORMA ESTRUTURAL 308,01 M² E ÁREA DE REFORMA GERAL 676,46 M², COM RECURSOS DO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E A SESA/PR.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, n° 67, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, portador da C.I.R.G. Nº X.572.335-X, e do CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado a Rua Barão do Cerro Azul, nº447, nesta cidade de Porto Amazonas/PR.

CONTRATADA: **CONSTRUTORA AZULMAX LTDA**, CNPJ N°26.322.885/0001-39, com Sede na Rod. BR 280, nº 545, Porto Grande, na Cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP 89.245-000, a seguir denominada **CONTRATADA,** representada por, **CELSO DOS SANTOS CORDEIRO** portador da cédula de identidade R.G. nº X.155.391-X, inscrito no CPF nºXXX.282.289-XX.

GESTORA DE CONTRATO: ANELISE APARECIDA RIBAS, PORTARIA Nº 20, DE 11 DE MARÇO DE 2026.

FISCAL DE CONTRATO: PRISCILA APARECIDA MAZEICA CARDOSO, PORTARIA Nº 20, DE 11 DE MARÇO DE 2026.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº078/2024, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º14.133, de 01 de abril de 2021, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência e de execução do Contrato firmado entre as partes em 25/10/2024, nos termos previstos em suas Cláusulas 3ª(Terceira) e 6ª(Sexta).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

- Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 12 (doze) meses, findando em 24/08/2027.

- Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado o prazo de EXECUÇÃO contratual, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, findando em 20/02/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

- O presente termo aditivo decorre de autorização e encontra amparo legal nos artigos 107 e 111 da Lei no 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

- Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Amazonas, 21 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*CONSTRUTORA AZULMAX LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
CPF:	**CPF:**
RG n.º:	**RG n.º:**

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:FCECEF6F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 227/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 21, inciso II e §8º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre o ressarcimento de despesas decorrentes de deslocamentos realizados a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o reembolso no valor total de **R$ 98,50 (noventa e oito reais e cinquenta centavos)** em favor da servidora **FLÁVIA SCALONI VENDRAMINI**, inscrita no CPF nº ***.***.469-73, ocupante do cargo de **Coordenadora**, lotada no **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**, referente ao ressarcimento de despesa com **alimentação**, realizada durante deslocamento oficial ao Município de **Londrina/PR**, no dia **19 de agosto de 2026**.

Parágrafo único. O deslocamento teve por finalidade a participação na **Capacitação CRAS e CREAS Regional Londrina**, realizada no Campus da **Universidade Estadual de Londrina – UEL**, conforme declaração de participação constante no processo administrativo.

Art. 2º O reembolso refere-se à despesa com alimentação no valor de **R$ 98,50 (noventa e oito reais e cinquenta centavos)**, conforme **NFC-e nº 000002245, Série 007**, emitida em **19 de agosto de 2026**, devidamente anexada ao processo administrativo.

Art. 3º O reembolso encontra-se devidamente instruído com formulário de solicitação, documento fiscal comprobatório da despesa e declaração de participação na capacitação que motivou o deslocamento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 21 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:47FF5A85

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 228/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e com o art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes públicos municipais,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder à servidora **FLÁVIA SCALONI VENDRAMINI**, inscrita no CPF nº ***.***.469-73, ocupante do cargo de **Coordenadora**, lotada no **Centro de Referência de Assistência**

Social – CRAS, **03 (três) diárias**, no valor unitário de **R$ 527,37 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e sete centavos)**, totalizando **R$ 1.582,11 (um mil quinhentos e oitenta e dois reais e onze centavos)**, destinadas à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento, em razão de viagem oficial ao Município de **Curitiba/PR**, no período de **26 a 28 de agosto de 2026**.

Parágrafo único. O deslocamento tem por finalidade a participação na **Reunião Regional Sul – CAC/CNAS**, a ser realizada nos dias **27 e 28 de agosto de 2026,** no **Auditório Mário Lobo – Palácio das Araucárias**, em Curitiba/PR, com o objetivo de promover o debate e a troca de experiências sobre os desafios, avanços e perspectivas da Política de Assistência Social na Região Sul, com foco no fortalecimento do controle social, na articulação intersetorial e no aprimoramento das ações e políticas públicas voltadas à garantia de direitos.

Art. 2º A beneficiária deverá apresentar relatório de viagem e demais documentos comprobatórios, na forma e nos prazos estabelecidos pela Lei Municipal nº 491/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 21 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:E46F2C87

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 229/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e com o art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **MARIANA FERNANDES LOPES PINHEIRO**, inscrita no CPF nº ***.***.999-06, ocupante do cargo de **Assistente Social**, lotada no Departamento Municipal de Assistência Social, **03 (três) diárias**, no valor unitário de **R$ 527,37 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e sete centavos)**, totalizando **R$ 1.582,11 (um mil quinhentos e oitenta e dois reais e onze centavos)**, destinadas à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento, em razão de viagem oficial ao Município de **Curitiba/PR**, no período de **26 a 28 de agosto de 2026**.

Parágrafo único. O deslocamento tem por finalidade a participação na **Reunião Regional Sul – CAC/CNAS**, a ser realizada nos dias **27 e 28 de agosto de 2026,** no **Auditório Mário Lobo – Palácio das Araucárias**, em Curitiba/PR, com o objetivo de promover o debate e a troca de experiências sobre os desafios, avanços e perspectivas da Política de Assistência Social na Região Sul, com foco no fortalecimento do controle social, na articulação intersetorial e no aprimoramento das ações e políticas públicas voltadas à garantia de direitos.

Art. 2º A beneficiária deverá apresentar relatório de viagem e demais documentos comprobatórios, na forma e nos prazos estabelecidos pela Lei Municipal nº 491/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 21 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:63908595

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 157/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 157/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA E SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, NA FORMA ABAIXO:

O Município de Prado Ferreira, com sede na Rua São Paulo, 191, Centro, Prado Ferreira-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.136/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito **SILVIO ANTONIO DAMACENO** no uso das atribuições que lhe são conferidas e a **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI**, com endereço a RUA CANDIDO DE ABREU, 200 - CEP: 80530000 - BAIRRO: CENTRO CIVICO, neste ato representado pelo **Sr. THIAGO DOS SANTOS FERREIRA,** portador do CPF nº ***.***.719-16, a seguir denominada CONTRATADA, e em face do resultado obtido na Dispensa nº 19/2025, firmam o presente termo aditivo ao CONTRATO nº 157/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto no art. 84, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA: Conforme o previsto, ficam prorrogados os prazos de execução e vigência por mais 12 (doze) meses, tendo seu prazo de execução estendido até o dia 13/08/2027 e o prazo de vigência até o dia 13/08/2027, de acordo com parecer técnico emitido pelo Sr. Israel de Souza Momesso.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços, não afetadas pelo presente aditamento.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira, 13 de agosto de 2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

THIAGO DOS SANTOS FERREIRA
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial -SENAI

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:9AA5321D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11898/2026

Súmula: Exonera e Nomeia o Senhor EVERTON ANDREATTA COSTA, para o exercício de cargo em comissão.
O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor EXONERA o Senhor EVERTON ANDREATTA COSTA, CPF nº. ***.278.439-**, do cargo em comissão de "COORDENADOR DE DEPARTAMENTO" a partir do dia 23 de agosto de 2026 e NOMEIA para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR OPERACIONAL DE SECRETARIA", junto Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 21 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:F755AEEF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11899/2026

Súmula: Exonera e Nomeia a Senhora VANESSA DA SILVA, para o exercício de cargo em comissão.
O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor EXONERA a Senhora VANESSA DA SILVA, CPF nº. ***.574.399-**, do cargo em comissão de "ASSESSOR OPERACIONAL DE SECRETARIA" a partir do dia 23 de agosto de 2026 e NOMEIA para exercer em comissão o cargo de "CHEFE DE DEPARTAMENTO", junto Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a partir de 24 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 21 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:D3FA103E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11900/2026

Súmula: Nomeia o Senhor AROLDO DE JESUS OLIVEIRA para o exercício de cargo em comissão.
O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA o Senhor AROLDO DE JESUS OLIVEIRA, CPF nº. ***.375.759-**, para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR DE ATIVIDADES DE OPERAÇÃO", junto a Subprefeitura do Jardim Menino Deus, a partir de 24 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 21 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:335085B8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11901/2026

Súmula: Nomeia a Senhora LUCIA APARECIDA COSTA para o exercício de cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA a Senhora LUCIA APARECIDA COSTA, CPF nº. ***.640.979-**, para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR DE ATIVIDADES DE OPERAÇÃO", junto a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a partir de 24 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 21 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:447387B7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11902/2026

Súmula: Exonera o Senhor DIMAS MENDES DIAS do cargo comissionado que ocupa.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor EXONERA o pedido, o Senhor DIMAS MENDES DIAS, CPF nº. ***.981.139-**, do cargo comissionado de "COORDENADOR DE DEPARTAMENTO" a partir de 24 de Agosto de 2026.

Quatro Barras, 21 de Agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:C25CE1F8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.903/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, de acordo com o disposto na Lei Municipalnº 13/1999 e tendo em vista o que mais consta no processo protocolado sob nº 93/2025-PREVIBARRAS, RESOLVE:

Art. 1ºConceder, Aposentadoriapor Idade e Tempo de Contribuição a GERSON LUIZ FERREIRA, CPF nº ***044.009-**, pertencente ao Quadro Geral de pessoal estatutário da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, ocupante do cargo efetivo de Motorista D, Matrícula Funcional 1417, com proventos integrais no valor bruto mensal de R$ 3.545,37 (três mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos), correspondente a 100% (cem por cento) da média aritmética simples das maiores remunerações de 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, com fundamento no Art. 40, § 1º, III, "a" da Constituição Federal, com a Redação dada pelas Emendas Constitucionais20/1998 e41/2003, aplicáveis por força do § 7º do art. 10 da Emenda Constitucional103/2019 e Nota Técnica SEI 12.212/2019/ME, uma vez que a implementação dos requisitos cumulativos ocorreu após a Emenda Constitucional103/2019 e ainda não foram promovidas alterações na legislação municipal.

Parágrafo único. Por ocasião da concessão da aposentadoria, o servidor descrito no caput deste artigo atestou a inexistência de acúmulo de benefícios previdenciários, aplicando-se, no que couber, as disposições previstas no art. 24 e parágrafos da Emenda Constitucional 103/2019, cuja situação deve ser atualizada periodicamente pelo beneficiário junto à PREVIBARRAS.

Art. 2ºPara preservação do valor real do benefício nos termos do § 8º do art. 40 da Constituição Federal, com a Redação dada pela Emenda Constitucionalnº 41/2003, o reajustamento dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para RGPS.

Art. 3ºFica declarada a vacância do cargo efetivo em referência, a partir do início daaposentadoria, nos termos do art. 42, inciso VII da Lei Municipalnº 12/1999.

Art. 4ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 21 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:16DB3160

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.904/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, de acordo com o disposto na Lei Municipalnº 13/1999 e tendo em vista o que mais consta no processo protocolado sob nº 84/2026-PREVIBARRAS, RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Pensão por Morte ao dependente previdenciário, abaixo qualificado, em virtude do falecimento da segurada SILVIA MARA VIEIRA DA ROSA SOSSELA, servidora municipal da ativa, CPF sob nº ***.964.959-**, que ocupava o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, sob Matrícula Funcional 293:

I - de forma vitalícia a PAULO ROBERTO SOSSELA, portador do CPF nº 463.xxx.xxx-15, na condição de cônjuge, fazendo jus à cota-parte de 100% (cem por cento), no importe mensal de R$ 2.929,25 (dois mil, novecentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos), com início em 14 de junho de 2026;

§ 1º A presente concessão previdenciária tem como fundamento jurídico o art. 40, § 7º, II da Constituição Federal, com a Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, o art. 2º da Lei Federal nº 10.887/2004, os art. 23, § 8º e 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019 e os art. 23, I, 47, 48, I, 49, 50 e 51 da Lei Municipal nº 13/1999.

§ 2º A pensão por morte prevista no inciso I será vitalícia enquanto inexistirem os acúmulos vedados pelo caput e parágrafos do art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019, cuja situação deve ser atualizada periodicamente pelo beneficiário junto à PREVIBARRAS.

§ 3º Por ocasião da concessão da pensão por morte, o beneficiário descrito no inciso I deste artigo atestou a existência de acúmulo de benefícios previdenciários, aplicando-se, no que couber, os redutores de benefício previstos no art. 24 e parágrafos da Emenda Constitucionalnº 103/2019, cuja situação deve ser atualizada periodicamente pelo beneficiário junto à PREVIBARRAS.

Art. 2º Para preservação do valor real de benefício, o reajustamento dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para reajuste dos benefícios do RGPS - Regime Geral de Previdência Social, nos termos do art. 40, § 8º da Constituição Federal, na Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 3ºFica declarada a vacância do cargo efetivo em referência, a partir da data do óbito do servidor segurado, nos termos do art. 42, inciso IX da Lei Municipalnº 12/1999.

Art. 4ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 21 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:90D10504

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 103/2026

Instaura e constitui Comissão de Sindicância Administrativa.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e considerando a solicitação expedida através do Ofício nº 544/2026-PJ/QB, vinculado ao procedimento de Inquérito Civil nº 0213.24.000144-5, da Promotoria de Justiça de Quatro Barras/PR,

Art. 1° Instaura e constitui Comissão de Sindicância Administrativa destinada a apurar eventuais irregularidades apontadas no Inquérito Civil nº 0213.24.000144-5, da Promotoria de Justiça de Quatro Barras/PR, conforme determinação constante do Ofício nº 544/2026-PJ/QB, sendo composta pelos seguintes Servidores Municipais efetivos:

I – PRESIDENTE: Gleice de Lara Esperanceta - Matricula 910;
II – MEMBROS:
a) Scheila Morais da Rosa - Matrículas 2657 e 5315;
b) Elisabete Aparecida Comin Paschoal - Matricula 5338.

Art. 2° Os membros desta comissão não receberão qualquer remuneração ou benefício adicional, sendo o desempenho de suas funções considerado serviço público relevante.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 21 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:F6725FE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 02 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL ATRAVÉS DO MAIOR DESCONTO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preço para eventual necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em máquinas e equipamentos pesados da frota municipal, com execução sob demanda, incluindo diagnóstico, reparos, substituição de peças, testes e fornecimento de insumos, mão de obra e equipamentos necessários, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

A Pregoeira Municipal, no uso das suas atribuições no que lhe confere o Decreto n° 11.769/2026, comunica aos interessados que procederam alterações ao edital em epígrafe:

Vide as alterações na íntegra no Edital Retificado nº 02 do Pregão Eletrônico nº 59/2026, disponível no portal institucional www.quatrobarras.pr.gov.br – menu Empresas > Licitações – ou no Portal da Transparência do Município. O referido Edital Retificado nº 02 também está disponível no Portal de Pregões Eletrônicos Compras BR, podendo ainda ser solicitado por meio do e-mail: licitacao@quatrobarras.pr.gov.br.

ALTERAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 30/07/2026 às 08h29 do dia 09/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30 do dia 09/09/2026.

LOCAL: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado"

O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 21 de agosto de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:5609E86B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de análises clínicas e exames laboratoriais de urgência e emergência, sob demanda, com fornecimento integral de insumos/materiais de consumo, logística de coleta/transporte de amostras biológicas e cessão de equipamentos em regime de comodato, para atender à unidade de pronto atendimento 24 horas (P.A. 24h) do município de Quatro Barras/PR., conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 24/08/2026 às 08:29 min do dia 08/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30 do dia 08/09/2026.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.

LOCAL: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado"
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 21 de agosto de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:EE857AC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REQUERIMENTOS DE DIÁRIAS

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

Requerimento de Diária n° 6050/2026
ELAINE REGINA KALISNKI - CPF. XXX.608.159-XX
I)Processo Administrativo n° 13320/2026
II) Cargo do servidor: AUXILIAR ADMINISTRATIVO – SMMDH
III)Período de afastamento: 26/08/2026(07h) a 26/08/2026(20h)
IV) Número de diárias: uma diária sem pernoite
V) valor unitário da diária sem pernoite: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para rede preparada mulher segura, em Pontal do Paraná/PR.

Requerimento de Diária n° 6051/2026
ANA CRISTINA DIAS DA PAZ - CPF. XXX.566.469-XX
I)Processo Administrativo n° 13318/2026
II) Cargo do servidor: PSICÓLOGA – SMMDH
III)Período de afastamento: 26/08/2026(07h) a 26/08/2026(20h)
IV) Número de diárias: uma diária sem pernoite
V) valor unitário da diária sem pernoite: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para rede preparada mulher segura, em Pontal do Paraná/PR.

Requerimento de Diária n° 6054/2026
MANUELA SKODOWSKI DA CRUZ - CPF. XXX.599.229-XX
I)Processo Administrativo n° 13317/2026
II) Cargo do servidor: GUARDA MUNICIPAL – SMMDH
III)Período de afastamento: 26/08/2026(07h) a 26/08/2026(20h)
IV) Número de diárias: uma diária sem pernoite
V) valor unitário da diária sem pernoite: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para rede preparada mulher segura, em Pontal do Paraná/PR.

Requerimento de Diária n° 6055/2026
PATRICIA APARECIDA DA SILVA - CPF. XXX.330.499-XX
I)Processo Administrativo n° 13313/2026
II) Cargo do servidor: ASSISTENTE SOCIAL – SMMDH
III)Período de afastamento: 26/08/2026(07h) a 26/08/2026(20h)
IV) Número de diárias: uma diária sem pernoite
V) valor unitário da diária sem pernoite: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para rede preparada mulher segura, em Pontal do Paraná/PR.

Requerimento de Diária n° 6056/2026
JULIANA VIECHINIESKI RODRIGUES - CPF. XXX.248.119-XX
I)Processo Administrativo n° 13315/2026
II) Cargo do servidor: ASSESSOR OPERACIONAL DE SECRETARIA – SMMDH
III)Período de afastamento: 26/08/2026(07h) a 26/08/2026(20h)
IV) Número de diárias: uma diária sem pernoite
V) valor unitário da diária sem pernoite: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para rede preparada mulher segura, em Pontal do Paraná/PR.

Requerimento de Diária n° 6091/2026
RENATA MARCELA CECCON CAMARGO - CPF. XXX.585.589-XX
I)Processo Administrativo n° 13425/2026
II) Cargo do servidor: ASSISTENTE SOCIAL – SMS
III)Período de afastamento: 26/08/2026(07h) a 26/08/2026(20h)
IV) Número de diárias: uma diária sem pernoite
V) valor unitário da diária sem pernoite: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).

VII) objetivo e destino da viagem: Diária para rede preparada mulher segura, em Pontal do Paraná/PR.

Requerimento de Diária n° 6092/2026
NADINI PEDROSO - CPF. XXX.661.058-XX
I)Processo Administrativo n° 13426/2026
II) Cargo do servidor: ASSISTENTE SOCIAL – SMS
III)Período de afastamento: 26/08/2026(07h) a 26/08/2026(20h)
IV) Número de diárias: uma diária sem pernoite
V) valor unitário da diária sem pernoite: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para rede preparada mulher segura, em Pontal do Paraná/PR.

Requerimento de Diária n° 6057/2026
WELLIGTON B. DE CARVALHO – CPF. XXX.869.719-XX
I)Processo Administrativo n° 13193/2026
II) Cargo do servidor: BIOMEDICO – SMS
III)Período de afastamento: 26/08/2026(08h) a 26/08/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Mostra de experiências em Vigilâncias de Zoonoses da 2º Regional de Saúde, em Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 6058/2026
MICHEL SZENDELA – CPF. XXX.219.909-XX
I)Processo Administrativo n° 13232/2026
II) Cargo do servidor: ACE – SMS
III)Período de afastamento: 26/08/2026(08h) a 26/08/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Mostra de experiências em Vigilâncias de Zoonoses da 2º Regional de Saúde, em Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 6059/2026
TREYSSE MILENA SMITKA – CPF. XXX.421.699-XX
I)Processo Administrativo n° 13234/2026
II) Cargo do servidor: ACE – SMS
III)Período de afastamento: 26/08/2026(08h) a 26/08/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Mostra de experiências em Vigilâncias de Zoonoses da 2º Regional de Saúde, em Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 6060/2026
NADIANE DOS SANTOS – CPF. XXX.647.959-XX
I)Processo Administrativo n° 13235/2026
II) Cargo do servidor: ACE – SMS
III)Período de afastamento: 26/08/2026(08h) a 26/08/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Mostra de experiências em Vigilâncias de Zoonoses da 2º Regional de Saúde, em Curitiba/PR.

Quatro Barras, 21 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:06D89190

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA 26/08/2026

C O N V I T E

A Prefeitura Municipal de Querência do Norte – PR vem através deste convidar toda a população para Audiência Publica a ser realizada no dia 26 de agosto de 2.026 as 11h00min nas dependências da Câmara Municipal de Querência do Norte, para apresentação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2.027, conforme determina a Lei Orgânica do Município.

Querência do Norte - PR, 21 de agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:083ED98F

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL N°026/2026

EDITAL Nº. 026/2026

SÚMULA: Convoca candidatos(as) aprovados(as) no processo Seletivo Simplificado, marcado pelo Edital 029/2025 para Contratação Temporária.

O Prefeito do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, **ALEX SANDRO FERNANDES**, no uso das atribuições legais,
CONSIDERANDO as Licenças para professoras em vias de aposentadoria de acordo com a Lei Municipal nº 1120/2011;
CONSIDERANDO a necessidade de substituição desses profissionais para assegurar a continuidade das atividades pedagógicas;

RESOLVE:
Convocar o candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, marcado pelo Edital 029/2025 e homologado pelos Editais 030/2025, 031/2025 e 032/2025 para possível Contratação Temporária por tempo determinado, conforme classificação abaixo:

Classificação Ampla Concorrência

NOME	NOTA	CLASS	CARGO
KARLIANI ZERVANICKI SCAPINI	25	**59º**	PROFESSOR

Classificação Afrodescendentes

NOME	NOTA	CLASS	CARGO
ROSIMEIRE APARECIDA VIEIRA RODRIGUES**	27	**21º**	PROFESSOR
IRACI NUNES PEREIRA**	27	**22º**	PROFESSOR
MARIA DEVANIR DE LIMA NASCIMENTO**	25	**23º**	PROFESSOR
LUANA DE SOUZA MAGENIS	25	**24º**	PROFESSOR

**já convocada na ampla concorrência

Os candidatos interessados deverão comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura impreterivelmente no período de 24/08 a 28/08/2026 das 08h às 13h, munidos de todos os documentos originais e fotocópias. O candidato que não atender a esta convocação ou não aceitar a vaga oferecida, irá para o final da lista de classificação.
Carteira de Identidade;
Cadastro de Pessoa Física - CPF;
Título de Eleitor com comprovante de votação na última eleição;
Comprovante de residência atual;
Certidão de Casamento ou Nascimento;
Certidão de Nascimento e CPF dos Filhos menores de 14 anos;
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;

Atestado de Sanidade Física e Mental;
Comprovante de Escolaridade e pré-requisitos para a posse constantes no Edital nº 029/2025;
Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS;
Conta Salário ou Corrente do Banco do Brasil;
PIS/PASEP.

Querência do Norte PR, 21 de agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:C4524AE8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE QUITANDINHA
PORTARIA

PORTARIA Nº 06 DE 30 DE JULHO DE 2026.

A Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha – QuitandinhaPrev, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 70, I da lei Complementar 9/2026, e de conformidade com o art. 25, § 2º, III, "e" da Lei Orgânica do Município Quitandinha, e Art. 16,I, b e 24 da Lei Complementar nº 09 de 15 de Julho de 2026.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, para a servidora municipal **ZILDA DE FATIMA KERECKI,** matrícula 1026-1, CPF: 808.416.519-49, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL GERAL , nível "M2F", do quadro de pessoal do Município de Quitandinha.

Art. 2º - Fica estipulado como provento da aposentadoria o valor de **R$ 1.687,44** (HUM MIL SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir do dia 21/07/2026, revogando as disposições em contrário.

Quitandinha, 30 de Julho de 2026

LUANA MLENEK MORDASKI FREIRE
Diretora de Previdência e Atuária

Publicado por:
Jussara Wisniewski
Código Identificador:9455A079

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA 014/2026

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para conclusão da Sindicância Investigativa nº 03/2026, em razão da necessidade de substituição da Comissão Disciplinar promovida pela Resolução CMDCA nº 009/2026, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Rancho Alegre d'Oeste, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), pela Lei Municipal nº 597/2015 e pelo seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO a competência do CMDCA para fiscalizar a atuação dos membros do Conselho Tutelar e assegurar a observância dos princípios que regem a Administração Pública;
CONSIDERANDO que o art. 6º da Resolução CMDCA nº 008/2026 prevê a possibilidade de prorrogação do prazo para conclusão das respectivas sindicâncias, mediante justificativa fundamentada da Comissão Disciplinar;
CONSIDERANDO a edição da Resolução CMDCA nº 009/2026 que promoveu a substituição dos membros da Comissão Disciplinar responsável pela condução das Sindicâncias Investigativas nº 01/2026, nº 02/2026 e nº 03/2026, em observância ao princípio da imparcialidade, bem como a necessidade de novas substituições;
CONSIDERANDO que a alteração da composição da Comissão Disciplinar demanda prazo razoável para que os novos membros tenham acesso aos autos, realizem a análise integral da documentação produzida, promovam a continuidade dos trabalhos e pratiquem os atos necessários ao regular prosseguimento das sindicâncias, sem prejuízo à observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa;
CONSIDERANDO o interesse público na completa apuração dos fatos, com observância dos princípios da legalidade, da imparcialidade, da segurança jurídica e da busca da verdade material;
RESOLVE:
Art. 1º Fica prorrogado por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão da Sindicância Investigativa nº 03/2026, instaurada por meio da Resolução CMDCA nº 008/2026.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação ao prazo da Sindicância Investigativa nº 03/2026 a partir do término do prazo originalmente fixado na respectiva Resolução de instauração.
Rancho Alegre d'Oeste/PR, 21 de agosto de 2026.

JANAINA LETÍCIA DA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira
Código Identificador:FC272E21

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

CÂMARA MUNICIPAL DE REALEZA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 5/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: DANIEL DRESCH NECKEL CONFECÇÕES LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DESTINADOS AOS VEREADORES.
REFERENTE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 3/2026
VALOR TOTAL: R$1.496,00 (Um Mil, Quatrocentos e Noventa e Seis Reais)
DATA DA ASSINATURA: 13/08/2026

Publicado por:
Claiton Farias
Código Identificador:52BF8F1D

CÂMARA MUNICIPAL DE REALEZA
RESULTADO DE LICITAÇÃO

Dispensa N.º 3/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2026

ABERTURA: DIA: 13/08//2026 ÀS 10:00 HORAS.

OBJETO: Aquisição de Uniformes para o Poder Legislativo Municipal.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

-DANIEL DRESCH NECKEL CONFECÇÕES LTDA, ITEM 01 COM VALOR TOTAL DE R$ 1.496,00 (Mil quatrocentos e noventa e seis reais).

COM VALOR TOTAL GERAL DE R$ 1.496,00 (Mil quatrocentos e noventa e seis reais)

REALEZA, AOS treze dias de agosto de 2026

DIANA BAMBERG
Agente de Contratações

Publicado por:
Claiton Farias
Código Identificador:DDEC8D8A

CÂMARA MUNICIPAL DE REALEZA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo dispensa nº 03/2026, cujo objeto é a Aquisição de Uniformes para o Poder Legislativo Municipal., mediante processo de dispensa, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS treze dias do mês de Agosto de 2026.

MANOEL ARILTO DE SOUZA COSTA JUNIOR
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Publicado por:
Claiton Farias
Código Identificador:97B1A440

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023 EDITAL Nº 124 – CONVOCAÇÃO PARA POSSE

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 76.205.673/0001-40, neste ato representado pelo Sr. PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público Nº 01/2023, conforme Edital de Homologação Nº 16/2023, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, sito à Rua Barão do Rio Branco, Nº 3507, Centro Cívico, no período da manhã (07h30 às 11h) ou no período da tarde (13h às 16h30min), no prazo improrrogável de cinco **(05) dias úteis**, contados a partir de sua convocação (**24 a 28 de agosto de 2026**), munido da respectiva documentação exigida, para confirmar a aceitação do cargo. A não apresentação de um dos elementos exigidos, no prazo fixado, resultará na desclassificação do candidato.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	MODALIDADE
204450	ANA PAULA SANDRI SOARES	55º	AC

Realeza, Estado do Paraná, 21 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

ANEXO I - CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____

CARGO: _____

O candidato deverá apresentar cópias simples e originais dos seguintes documentos:

Ficha Cadastral;
Carteira de Identidade (RG);
Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Comprovante de endereço atual;
Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.
PIS/PASEP e Número da CTPS;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
Carteira Nacional de Habilitação;
Comprovante de Estado Civil (Certidão de nascimento ou certidão de casamento);
Diploma/Certificado de conclusão de Curso (escolaridade):
Registro no Respectivo Conselho de Classe e Registro da Especialidade (quando couber);
Certidão de Nascimento dos filhos (até 18 anos);
Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ou do Estado em que reside (https://www.atestados.pr.gov.br/info/aac);
Certidão de Antecedentes Criminais, fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal (https://antecedentes.dpf.gov.br/antecedentes-criminais/certidao).
Última Declaração do IR. Se não possuir, entregar a Declaração de Bens e Valores;
Declaração de não acúmulo ou acúmulo lícito de cargos públicos ou proventos;
Declaração de Nada Consta – Demissão por Processo Administrativo Disciplinar;
Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas para afrodescendentes:
( ) Foto 5X7 (cinco por sete) colorida, de rosto inteiro.
( ) Autodeclaração.

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas PCD:
( ) Laudo médico que comprove a deficiência, emitido há no máximo 180 dias anteriores à convocação.

CANDIDATO(A):
Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados.

_____
Assinatura

SERVIDOR(A)

Conferi as informações deste documento, bem como as fotocópias apresentadas.

_____
Assinatura

Realeza, ____ de _____ de 2023.

ANEXO II
FICHA CADASTRAL
Nome: _____
Função: _____
Nome do Pai: _____
Nome da Mãe:_____
Sexo: ____
Data de Nascimento: _____
Naturalidade: _____
Raça: _____
Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____

Nome do Cônjuge: _____
Nacionalidade: _____
Tipo Sanguíneo _____
RG.: _____
Órgão Emissor: _____UF: ____ Data Emissão: _____
Título de Eleitor: _____
Zona Eleitoral: _____ Seção: _____
Número CTPS: _____
Série: _____ UF: ____ Data de Exp: _____
PIS/PASEP: _____
CPF: _____
Endereço: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____
Celular: ( ) _____
Escolaridade: _____
Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____
CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____
CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____
CPF: _____
Aceito a vaga para qual fui convocado e declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me, a partir desta data, a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza, bem como estou ciente que posso ser desclassificado pelo descumprimento das normas.

DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO OU ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS PÚBLICOS OU PROVENTOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), nascido(a) em ____/____/_____, residente e domiciliado(a), à Rua _____ nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº_____ face a minha convocação para o ingresso no Quadro de Servidores do Município de Realeza, na função de _____.
DECLARO, para efeitos de admissão, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, alterado conforme Emenda Constitucional n° 34, de 13 de dezembro de 2001, e o do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Realeza, que:
1. Recebo proventos de aposentadorias como servidor público municipal, estadual ou federal, ressalvados os cargos previstos na Constituição Federal: ( ) Sim ( ) Não
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, recebendo proventos equivalentes a (R$_____
2. Foi demitido(a) do Serviço Público Municipal, Estadual ou Federal. ( ) Sim ( ) Não
3. Possuo outro cargo, emprego ou função pública: ( ) Sim ( ) Não.
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, onde exerço minhas funções no horário compreendido entre _____, com jornada semanal de _____ horas, recebendo proventos equivalentes a R$_____ .

DECLARO ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade ao disposto no artigo 37, da Constituição Federal, bem como das implicações criminais por falsa declaração, conforme o artigo 299 do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
(assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS
Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____,e do CPF nº_____, residente e domiciliado à_____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:
1. _____
_____ Valor: R$ _____
2. _____
_____ Valor: R$ _____
3. _____
_____ Valor: R$ _____
4. _____
_____ Valor: R$ _____
5. _____
_____ Valor: R$ _____
6. _____
_____ Valor: R$ _____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima**.**

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, residente e domiciliado à_____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,_____,
portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Concurso Público Nº 01/2023, para o cargo de _____, convocado para assumir o cargo através do Edital de Convocação Nº _____, manifesto e declaro para os devidos fins a minha DESISTÊNCIA em assumir o cargo, renunciando a qualquer direito inerente ao Concurso Público prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Concurso Público Nº 01/2023, para o cargo de _____,
DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de demissão, por abandono do cargo ou dispensa por justa causa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII
SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, no endereço _____, nº_____, no bairro _____, aprovado no Concurso Público Nº 01/2023, para o cargo de _____, classificado(a) em _____º lugar, venho solicitar o deslocamento do lugar que ocupo atualmente na ordem classificatória do dito Concurso, conforme o Edital de Homologação nº ____/20____ , para o final de lista, onde permanecerei até que seja concedida nova oportunidade para ser nomeado(a), passando a obedecer a nova listagem de classificação, tendo em vista o presente pedido.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:D145C616

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-186

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AWX9D38	278050T000004866	17/08/2026	54522
MJW1H82	278050T000004864	17/08/2026	76332
SED4D00	278050NIC0000591	28/07/2026	50020

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:85699CA1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-188

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AGW3E48	278050T000003900	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AIA9I34	278050T000003991	08/06/2026	76332	R$ 293,47
ATC2624	278050T000003994	09/06/2026	76332	R$ 293,47
BBN0612	278050T000004004	27/05/2026	55412	R$ 195,23
BET7E82	278050T000003898	30/05/2026	55412	R$ 195,23
ERD2I56	278050T000003895	28/05/2026	55412	R$ 195,23
ERD2I56	278050T000004052	29/05/2026	55412	R$ 195,23
SIQ8C17	278050T000003993	08/06/2026	76332	R$ 293,47

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:31E26D03

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-190

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 02/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AUA4D45	278050NIC0000586	25/07/2026	50020
AVD5I55	278050NIC0000587	25/07/2026	50020
AYV2J23	278050NIC0000589	25/07/2026	50020
CRL0516	278050NIC0000588	25/07/2026	50020
IVZ5H53	278050NIC0000590	25/07/2026	50020

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:A69ABC54

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE REALEZA E A ASSOCIAÇÃO MELHORES AMIGOS DOS ANIMAIS - AMAA DE REALEZA – PR., REFERENTE A INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°03/2025.

Aos vinte e um dias do mês de agosto de 2026, nas dependências da Prefeitura de Realeza, Estado do Paraná, reunidos os Senhores **Paulo Cezar Casaril**, brasileiro, casado, portador do documento de Identidade RG 1.663.148-5, CPF. 368.757.329-04, na condição de Prefeito do município de Realeza/PR, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 3507, inscrita no CNPJ sob nº. 76.205.673/0001-40, e a Sra. **Ivone Aparecida Cordeiro**, portador(a) do RG nº. 10668542-8 SSP-PR, e do CPF nº. 063.274.489-84, residente e domiciliado neste Município, representante da **ASSOCIAÇÃO MELHORES AMIGOS DOS ANIMAIS**, CNPJ: 26.516.693/0001-63, fica à Rua Padre Fernando Zanchet, n° 2488 bairro centro município de Realeza, Estado do Paraná, CEP nº 85770-000, devidamente representada neste ato pelo Presidente da Associação, resolvem firmar por mútuo acordo, o presente TERMO ADITIVO ao Termo de fomento supra mencionado que tem por objeto a manutenção dos serviços de promoção do bem-estar e a longevidade dos animais do município, em especial os animais de rua, acidentados e em risco como aqueles de famílias de baixa renda, por meio de ações como castrações, vacinação, aquisição de ração para doação a tutores em situação de risco econômico e para animais em situação de abandono ou maus tratos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA

A Cláusula Terceira do Termo de Fomento acima mencionado passa a vigorar com a seguinte redação:
“CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante de recursos destinado à execução do objeto do presente Termo de Fomento, para o exercício de 2026, será acrescido em R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), passando o valor previsto para a execução da parceria no referido exercício de R$

204.000,00 (duzentos e quatro mil reais) para R$ 298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil reais).

3.2 – Em razão do acréscimo previsto na cláusula 3.1, a Administração Pública Municipal transferirá, no período de agosto a dezembro de 2026, recursos no valor mensal de R$ 35.800,00 (trinta e cinco mil e oitocentos reais), correspondente à parcela ordinária de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), acrescida de R$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais) decorrentes do presente Termo Aditivo, totalizando R$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais) no período.

3.3 – O acréscimo previsto neste Termo Aditivo, no valor de R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), possui efeitos financeiros exclusivamente para o exercício de 2026, não se incorporando à parcela mensal ordinária da parceria. Nos demais exercícios abrangidos pela vigência do Termo de Fomento e de seus respectivos aditivos, será preservado o valor anual de R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais) observada a vigência da parceria e ressalvada eventual alteração posterior formalizada por instrumento próprio.

3.4 – As despesas decorrentes deste termo aditivo serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária:

Conta da despesa	Grupo da fonte	Funcional programática	Fonte de recurso
815	Exercício	05.001.20.606.2001.2130.3.3.50.43.00.00	000
775	Exercício	05.001.20.606.2001.2125.3.3.50.43.00.00	000

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Fomento original.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

REALEZA, EM 21/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Associação Melhores Amigos Dos Animais
Representante:
IVONE APARECIDA CORDEIRO

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:515904C3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO INEX 16

AVISO DE SUSPENSÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, a SUSPENSÃO TEMPORÁRIA, PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, DO CREDENCIAMENTO Nº 03/2026 – PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 16/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2026, cujo objeto é o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas na área da saúde, em clínica geral e em especialidades diversas, para atendimento à população de Realeza na Unidade do Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde, visando atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
A suspensão decorre da necessidade de análise de solicitação de alteração das disposições do instrumento convocatório, bem como da conclusão da análise e julgamento dos recursos administrativos interpostos em relação às documentações já apresentadas no âmbito do credenciamento, visando assegurar a regularidade do procedimento, a isonomia entre os interessados e a adequada observância das disposições editalícias.
Durante o período de suspensão, fica temporariamente suspenso o recebimento de novos pedidos e documentos para credenciamento, permanecendo em regular processamento os recursos administrativos e demais providências relacionadas às documentações já protocoladas perante a Administração.
A suspensão vigorará pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Aviso, podendo o procedimento ser retomado antes do término desse prazo, caso concluídas as análises e deliberações que motivaram a suspensão.
Concluídas as providências necessárias, será publicado novo aviso comunicando a retomada do credenciamento e, se for o caso, as alterações promovidas no instrumento convocatório.
Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação do Município de Realeza ou através do e-mail: **licitacao2@realeza.pr.gov.br**.
Realeza/PR, 21 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:629D5B23

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA - PE-RP 81/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 277/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: LOUSART IND. E COM. DE MATERIAIS PEDAGOGICOS LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$10.899,84 (Dez Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Oitenta e Quatro Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 282/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: PABLO LUIS MARTINS
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$3.524,47 (Três Mil, Quinhentos e Vinte e Quatro Reais e Quarenta e Sete Centavos)

DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:F752DCBC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO - INEX. 21

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO INEXIGIBILIDADE N.º 21/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 109/2026
ABERTURA: DIA 21/08/2026 ÀS 08:30 HORAS.
OBJETO: Contratação do SEBRAE para execução de palestra magna sob o tema: O futuro dos negócios e os negócios do futuro, voltadas a promoção da cultura da inovação, desenvolvimento empresarial, impacto e engajamento para a Feira INOVAR 2026, mediante processo de contratação por inexigibilidade de licitação.
EMPRESA(S) VENCEDORA(S): SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE, ITEM 1, COM VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 26.500,00 (Vinte e Seis Mil e Quinhentos Reais).**

REALEZA, AOS vinte e um dias de agosto de 2026.

HELOISE GOMES DE MORAES
Pres. Comissão Licitações

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:A0972FFD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO - PE 34

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 87/2026
ABERTURA: DIA 10/08/2026 ÀS 08:30 HORAS.
OBJETO: O objeto da presente licitação é Aquisição de MASSA ASFÁLTICA CBUQ (CAP 50-70) USINADO À QUENTE PARA APLICAÇÃO À FRIO conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
EMPRESA(S) VENCEDORA(S): RENOVA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E ASFALTO LTDA, lote 001, ITEM 1, com valor de **r$ 59.970,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e setenta reais)** item 2, com valor de **r$ 19.900,00 (dezenove mil, novecentos reais)** com VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 79.870,00 (Setenta e Nove Mil, Oitocentos e Setenta Reais).**

REALEZA, AOS dez dias de agosto de 2026.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:564B9439

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEX. 21

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo inexigibilidade nº 21/2026, cujo objeto é a Contratação do SEBRAE para execução de palestra magna sob o tema: O futuro dos negócios e os negócios do futuro, voltadas a promoção da cultura da inovação, desenvolvimento empresarial, impacto e engajamento para a Feira INOVAR 2026, mediante processo de contratação por inexigibilidade de licitação, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS vinte e um dias de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:FB288D85

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 34

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo PREGÃO ELETRÔNICO nº 34/2026, cujo objeto é da presente licitação éAquisição de MASSA ASFÁLTICA CBUQ (CAP 50-70) USINADO À QUENTE PARA APLICAÇÃO À FRIO conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexo, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS vinte um dia de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:BDCA8C3F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
PAUTA DA 30º SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA
Terça-Feira, 25 de Agosto de 2026 - 19:00 horas.

ABERTURA		
	Cumprimentar o Presidente da Casa a Mesa Diretora os colegas vereadores, servidores da Casa e demais pessoas que assistem a sessão.	**Autoridades presentes:**
	Observar a presença de todos os Vereadores (ou ausência, caso alguém falte	**Vereadores ausentes:**
	Solicitar que seja feita a leitura da ata da Vigésima Nona Sessão Ordinária (anterior)	
	Colocar em votação e declarar se aprovada ou não.	**Resultado da Votação:**
MATÉRIA EM EXPEDIENTE		
Oficio nº296/2026 do Executivo Municipal (responde indicação nº021/2026- Gilmar)		
Oficio nº302/2026 do Executivo Municipal (responde requerimento nº016/2026- Ana/Marcos/Luiz)		
Oficio nº303/2026 do Executivo Municipal (responde indicação nº020/2026- Ana/Marcos/Luiz)		
Requerimento nº018/2026 Autoria: Jonas Maria de Oliveira (colocar em votação)		
Requerimento nº019/2026 Autoria: todos os vereadores (colocar em votação)		
Uso da Tribuna: - Representante APAE		

ORDEM DO DIA
Leitura do parecer da reunião conjunta das comissões
Matéria em única discussão e votação:

Projeto de Resolução n° 008/2026 (autoriza concurso público)
Emenda Supressiva nº001/2026 ao Projeto de Lei nº 034/2026
Matéria em primeira discussão e votação:
Projeto de Lei do Legislativo nº004/2026 (cooperação técnica)
Projeto de Lei nº024/2026 do Executivo Municipal (desafeta trecho de via pública)
Projeto de Lei nº034/2026 do Executivo Municipal (crédito) com emenda
Projeto de Lei nº035/2026 do Executivo Municipal (crédito)
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convocar todos os vereadores para próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 01 de setembro de 2026 (terça-feira) às 19h00.

Por fim, nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente sessão.

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:CB9B5FEF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 13/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 – PMR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro para veículos.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10 de setembro de 2026 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.

Renascença, 21 de agosto de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:476F6A42

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 142/2025
(Vinculado a Concorrência Eletrônica nº 007/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RENASCENÇA – PR
CONTRATADA: CONSTRUTORA DO KESNE LTDA
OBJETO: Constitui o objeto do presente Termo aditivo a prorrogação do prazo de execução em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de seu vencimento.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE SOCIAL COM A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA; FUNDAÇÕES; ESTRUTURAS; ALVENARIA, DIVISÓRIAS, MUROS E FECHOS; COBERTURA; ESQUADRIAS, ACESSÓRIOS, VIDROS E ESPELHOS; INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONIA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO; INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, GÁS-GLP, INCÊNDIO E APARELHOS; REVESTIMENTOS DE PAREDES E PISOS, IMPERMEABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS; PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO, PAISAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS; DIVERSOS (LIMPEZA, ENSAIOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS) E DEMAIS ITENS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM PROJETO

DO REAJUSTE: Constitui o objeto do presente Termo aditivo a prorrogação do prazo de execução em 120 dias, passando o termo final para 09 de dezembro de 2026, conforme o parecer técnico n° 976/ 2026 PARANACIDADE.

FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Renascença, 21 de agosto de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mayara Eloy da Silva
Código Identificador:90D131A0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 007/2026

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, **Sra. FABIELI MANFREDI,** no uso de suas atribuições Legais, com fulcro no artigo 14 da Lei 11.947/2009, **RESOLVE**, **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** a Dispensa por Justificativa nº 007/2026, oriunda do Chamamento Público nº 003/2026.
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU DE SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ANO DE 2025, COM O OBJETIVO DE ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IDA KUMMER E NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL GIRASSOL**.
PERÍODO DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Instrumento Contratual, podendo ser prorrogado caso necessário.
VALOR DO CONTRATO: R$ 245.378,85 (duzentos e quarenta e cinco mil trezentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos).
CONTRATADO: **COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE MARMELEIRO – COOPAFI – MARMELEIRO**
Renascença, 21 de agosto de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:842DF2F1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2026
Em análise ao processo de **Inexigibilidade nº 021/2026**, de 14 de abril de 2025, atendendo solicitação da **Secretaria Municipal de Saúde,** no uso de suas atribuições a **Sra. Fabieli Manfredi,** Prefeita Municipal de Renascença – Pr, **HOMOLOGA** o procedimento com amparo no artigo 74, inciso I, da Lei 14133/21.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da assinatura do Instrumento Contratual, podendo ser prorrogado caso necessário.
VALOR DO CONTRATO: R$ 3.324,00 (três mil trezentos e vinte e quatro reais).
OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REVISÕES DE 04 (QUATRO) VEÍCULOS, FIAT STRADA ULTRA CD TURBO 2025/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso I, da Lei Federal 14.133/21.
CONTRATADO: BEVEL BELTRÃO VEÍCULOS LTDA, CNPJ/MF nº 77.404.465/0001-32, com sede à Avenida Luiz Antônio Faedo, nº 2195, cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.
CONTRATANTE: Município de Renascença – PR.
Renascença – Pr, 21 de agosto de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mayara Eloy da Silva
Código Identificador:38397D35

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 095 DE 06 DE JUNHO DE 2022 EDITAL Nº 215 DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Convocar a candidata aprovada em Concurso Público.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1098 de 09.12.2009 e Lei Municipal nº 1781 de 18.03.2022,

R E S O L V E:

Art. 1º - Convocar a candidata abaixo relacionado, aprovada e classificada dentro do número de vagas abertas através do Edital de Concurso Público nº 095/2022 de 06 de junho de 2022, para que compareça na Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, até o dia **07 de setembro de 2026**, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, para apresentação da documentação relacionada neste Edital.

Cargo: Assistente Social

Ordem de Classificação	Nome do(a) Candidato(a)	Data de Nascimento	Pontuação Final
19º	EDUARDA MARTENDAL ZEFERINO	30/06/1998	54.75

Art. 2º - O convocado, no ato do comparecimento, deverá apresentar:
§ 1º - Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (conjugue, companheiro (a), filhos (as), etc..)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta,
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI- Carteira de Reservista se do sexo masculino

§ 2º - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.
III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V – Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município.
VI - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde a candidata tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).
VII – Certidão de quitação eleitoral.

§ 3º - As declarações a que se referem os Incisos II e III do § 2º deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

Art. 3º - No ato da apresentação dos documentos a que se refere o Artigo 2º deste Edital, o candidato recebera uma guia de encaminhamento para a realização do Exame Clínico, com a informação do local e horário do exame.

Art. 4º - O não comparecimento do candidato convocado por este Edital até o prazo de 07 de setembro de 2026 resultará em perda automática da vaga.

Art.5° - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:E6952C98

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 095 DE 06 DE JUNHO DE 2022 EDITAL Nº 215 DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

1. A Prefeita do Município de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; artigo 236, da Lei Complementar nº 016, de 10 de agosto de 2015, Lei Municipal nº 1928 de 28 de janeiro de 2025, CONVOCA o candidato abaixo relacionados para que no **dia seguinte ao da publicação da presente convocação** compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença para assumir a vaga e assinar o contrato:

Cargo: **Professor de Educação Fisica 20h (Temporário)**

Classificação	Nome	Pontuação Final
3º	Liane Ramos Boeno	70,70

* Candidata optante por final de fila
2. Os candidatos convocados de acordo com a ordem de classificação deverão apresentar-se no dia seguinte ao da convocação para assumir a vaga e assinar o contrato, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, munido dos seguintes documentos:

2.1- Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (filhos, conjugue, etc)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta.
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI – Carteira de Reservista (se sexo masculino)
XII- Apresentar todos os originais declarados para a prova de títulos no momento da inscrição para o Processo Seletivo Simplificado.

2.2 - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.

III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).

3 - As declarações a que se referem os Incisos II e III do item 2 deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

4. Não ocorrendo a apresentação, os candidatos serão considerados desistente e perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

5. Os candidatos convocados que não aceitarem a vaga, poderão uma única vez, ser incluído no final da relação dos Candidatos classificados, desde que requeiram este reposicionamento.

6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:710A3C2B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 214/2026 - PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

A Prefeita de Renascença, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no item 5, do Edital nº. 202/2026, que regulamenta o processo de escolha do Programa Jovem Aprendiz, torna público os candidatos com inscrição deferida e indeferida:
CANDIDATOS DEFERIDOS

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	Situação da Inscrição
01	MARCIELI MEDEIROS SALDANHA	24/27/2011	DEFERIDA
03	LARISSA MEDLEN BUSS	26/12/2009	DEFERIDA
06	ISABELA LETÍCIA DE OLIVEIRA OTTOBELI	14/05/2011	DEFERIDA
07	WELLYNGTON DE LIMA ROSA MARTINS ANTUNES	20/10/2010	DEFERIDA
08	ADRIAN RUAN ANTUNES	13/09/2007	DEFERIDA
09	BRUNA EDUARDA RODRIGUES	15/03/2010	DEFERIDA
10	HEITOR NUNES GIACOMIN	10/08/2011	DEFERIDA
11	MARIA GABRIELA GOMES	11/12/2010	DEFERIDA
13	MIGUEL SANGI ALVES	03/11/2009	DEFERIDA
14	PIETRO SANGI DE SOUZA	21/12/2011	DEFERIDA
15	ÉMERSON PEREIRA MENDES	19/11/2011	DEFERIDA
16	FELIPE DA SILVA DE MEDEIROS	19/06/2010	DEFERIDA
17	LUANA MICHELI SOMAVILLA	27/08/2010	DEFERIDA
18	GABRIEL DE SOUZA MACHADO	02/08/2009	DEFERIDA
19	DANIEL DE SOUZA MACHADO	04/07/2012	DEFERIDA
21	LUAN VICTOR BOELTER DA SILVA	17/03/2012	DEFERIDA
23	JOSYAS TELLES ANTUNES	30/01/2012	DEFERIDA
			DEFERIDA
			DEFERIDA

CANDIDATOS INDEFERIDOS

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	Situação da Inscrição
02	KAYLON GABRIEL VENDRUSCOLO COLLA	05/02/2010	INDEFERIDA¹
04	VICTORIA CRISTINA MAGNO	04/09/2008	INDEFERIDA¹
05	VITOR TABORDA PEREIRA	30/08/2011	INDEFERIDA¹
12	MATEUS ZATTA DE OLIVEIRA PILAR	28/08/2009	INDEFERIDA¹
20	CARLOS EDUARDO SUSSEK	07/06/2010	INDEFERIDA¹
22	MANUELLA DUTRA DOS SANTOS	01/09/2011	INDEFERIDA¹
24	JOAO GABRIEL MENDES DOS SANTOS	28/06/2010	INDEFERIDA¹
25	EMANUELI DA SILVA	25/12/2009	INDEFERIDA¹

1-Renda familiar superior a 02 (dois) salários mínimos.

2. O candidato que não tiver a sua inscrição deferida, poderá interpor recurso escrito perante a Comissão Organizadora, até as 17:00 h, do dia **25 de agosto de 2026**, mediante apresentação das razões que amparam a sua irresignação. A não apresentação de recurso no prazo estabelecido ou o indeferimento do mesmo importará no cancelamento do pedido de inscrição e na conseqüente eliminação do candidato do presente Processo Seletivo.

3. A lista final de inscrições homologadas será publicada no dia **26 de agosto de 2026.**

Renascença, 21 de Agosto de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:44EB8EE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº: 057/2026 SÚMULA: CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 81 da Lei Orgânica Municipal e legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme prevê o Art. 118 da Lei 682/2010, fica concedida Licença Para Tratamento De Saúde De Pessoa Da Própria Família pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a Sra. SANDY RHAISSA MENDES inscrito no CPF nº: XXX. 081.889 -XX, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social I, lotado junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 20/07/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:68A50570

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
05º EXTRATO DE TERMO ADITIVO REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 99/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
05º EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 99/2022
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **BOEING & ROCHA LTDA**
CLÁUSULA PRIMEIRA
Com fundamento no Art. 57, II, da Lei Federal 8.666/93, fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato nº 99/2022, até dia 15/09/2027
ASSINATURA: 14/08/2026.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) PAULO ROCHA -
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:FCA529EF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 87/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 87/2026

OBJETO: **GERENCIAMENTO, COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL DO EVENTO FEIRA DA PRIMAVERA, A SER REALIZADO NOS DIAS 05, 06 E 07 DE SETEMBRO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL, ABRANGENDO A INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E EQUIPE OPERACIONAL NECESSÁRIAS PARA A SUA PLENA EXECUÇÃO**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ÁGUIA EVENTOS LTDA
CNPJ.: 13.019.362/0001-76
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 21 de agosto de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 064/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ÁGUIA EVENTOS LTDA
CNPJ.: 13.019.362/0001-76
VALOR: R$ **137.000,00** (Cento e Trinta e Sete Mil Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **21/08/2026** à **20/08/2027.**
ASSINATURA: 21/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)JOSE CARLOS SALES DA SILVA
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:BD3AA70F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LEI Nº 1.318/2026

LEI Nº 1.318/2026

Súmula: *Autoriza a permuta de imóveis, mediante torna em dinheiro, com M & K Administradora de Bens Ltda., e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, observadas as condições estabelecidas nesta Lei e na legislação aplicável, a realizar permuta de bens imóveis entre o MUNICÍPIO DE RIO AZUL e M & K ADMINISTRADORA DE BENS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 45.772.325/0001-20, com sede no Município de Rio Azul, Estado do Paraná.

Art. 2º Constituem objeto da permuta, por parte do MUNICÍPIO DE RIO AZUL, os seguintes imóveis:
I – imóvel urbano objeto da Matrícula nº 14.423, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças/PR, com área de 1.011,40 m² (mil e onze metros quadrados e quarenta decímetros quadrados), situado no Município de Rio Azul/PR;
II – imóvel urbano objeto da Matrícula nº 19.365, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças/PR, com área de 1.140,52 m² (mil cento e quarenta metros quadrados e cinquenta e dois decímetros quadrados), situado no Município de Rio Azul/PR.
§ 1º. Os imóveis descritos nos incisos I e II deste artigo possuem, conjuntamente, área total de 2.151,92 m² (dois mil cento e cinquenta e um metros quadrados e noventa e dois decímetros quadrados) e foram avaliados pela Comissão Municipal de Avaliação, de forma conjunta, no valor de R$ 2.184.740,00 (dois milhões, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e quarenta reais).
§ 2º. Para fins da permuta autorizada por esta Lei, ficam desafetados de eventual destinação pública os imóveis descritos nos incisos I e II deste artigo, passando a integrar a categoria dos bens dominicais.

Art. 3º Em contrapartida aos imóveis descritos no artigo anterior, o MUNICÍPIO DE RIO AZUL receberá da M & K ADMINISTRADORA DE BENS LTDA o imóvel urbano objeto da Matrícula nº 20.479, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças/PR, com área total de 2.372,50 m² (dois mil trezentos e setenta e dois metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), localizado na Rua Vereador Adão Klemba, esquina com a Rua Julia Gluszczynski, Município de Rio Azul/PR.
§ 1º. O imóvel descrito no *caput* foi avaliado pela Comissão Municipal de Avaliação no valor de R$ 2.040.625,00 (dois milhões, quarenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais).
§ 2º. O imóvel a ser incorporado ao patrimônio municipal possui área territorial superior em 220,58 m² (duzentos e vinte metros quadrados e cinquenta e oito decímetros quadrados) à área total dos imóveis municipais objeto da permuta.

Art. 4º Em razão da diferença entre os valores apurados nas avaliações dos imóveis objeto da permuta, a M & K ADMINISTRADORA DE BENS LTDA deverá pagar ao MUNICÍPIO DE RIO AZUL, a título de torna, o valor de R$ 144.115,00 (cento e quarenta e quatro mil, cento e quinze reais).
§ 1º. O valor da torna será atualizado monetariamente, desde a data da avaliação até a data de seu efetivo pagamento, pelo índice oficial adotado pelo Município para atualização de seus créditos não tributários.
§ 2º. O pagamento da torna deverá ocorrer integralmente, mediante recolhimento aos cofres municipais, previamente à lavratura da escritura pública de permuta.
§ 3º. A lavratura da escritura pública e a transferência da propriedade dos imóveis municipais ficam condicionadas à comprovação do integral pagamento da torna.

Art. 5º A permuta autorizada por esta Lei fundamenta-se no interesse público e na comprovada vantagem patrimonial, funcional e administrativa da operação para o Município, considerando, especialmente:
I – a inexistência de prejuízo patrimonial ao erário, assegurada pelas avaliações prévias dos imóveis e pelo pagamento integral da diferença de valores mediante torna;
II – a incorporação ao patrimônio municipal de imóvel com área territorial superior à área total dos imóveis alienados;
III – o acréscimo líquido de 220,58 m² (duzentos e vinte metros quadrados e cinquenta e oito decímetros quadrados) de área ao patrimônio imobiliário municipal;
IV – a possibilidade de melhor aproveitamento do imóvel recebido pelo Município, inclusive para implantação futura de equipamentos, edificações, estruturas e serviços públicos;
V – a ampliação da disponibilidade de área imobiliária pertencente ao Município, diante da necessidade de espaços adequados para implantação e expansão de estruturas públicas municipais;
VI – a igual ou maior utilidade do imóvel a ser recebido, consideradas sua dimensão, configuração, localização e possibilidades de aproveitamento para atendimento das necessidades presentes e futuras da Administração Municipal; e
VII – os benefícios econômicos e sociais indiretos decorrentes da operação, especialmente o estímulo à expansão da atividade econômica local, à geração de empregos, ao incremento da arrecadação e ao desenvolvimento urbano do Município.

Art. 6º O imóvel recebido pelo Município deverá ser incorporado ao patrimônio público municipal, ficando sua utilização subordinada ao interesse público e às finalidades da Administração Municipal.

Art. 7º A permuta somente será formalizada após:
I – a comprovação da regularidade dominial e registral dos imóveis envolvidos;
II – a comprovação de inexistência de ônus, gravames ou restrições incompatíveis com a transferência dos imóveis;

III – o integral pagamento da torna prevista no art. 4º desta Lei;
IV – o cumprimento das demais exigências legais e administrativas aplicáveis à operação;
V – a confirmação da atualidade das avaliações imobiliárias, mediante ratificação pela Comissão Municipal de Avaliação, caso transcorrido período superior a 6 (seis) meses entre a avaliação e a formalização da escritura pública.

Art. 8º As despesas decorrentes da lavratura da escritura pública, registros, averbações, tributos e demais emolumentos necessários à formalização da permuta correrão por conta da M & K ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, ressalvados os encargos que, por disposição legal expressa, sejam de responsabilidade exclusiva do Município.

Art. 9º A escritura pública de permuta deverá reproduzir as condições essenciais previstas nesta Lei, ficando o Poder Executivo autorizado a praticar os atos administrativos necessários à efetivação e ao registro da operação.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Em Rio Azul-PR, 21 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:B00361A7

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LEI Nº 1.319/2026

LEI Nº 1.319/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial na Secretaria Municipal de Saúde.

A Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial, no orçamento vigente do exercício financeiro de 2026, no valor de R$ 280.565,33 (duzentos e oitenta mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos), para as dotações a seguir especificadas:

07- SECRETARIA DE SAÚDE
07.001- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.122.1001.2064 - CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE – ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA
04347 3024 3.3.72.30.00.00 – Material de Consumo 38.049,73
04348 3024 3.3.72.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ 1.557,60

10.302.1001.2064 - CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE – ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA
04349 3023 3.3.72.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ 240.958,00

Art. 2º- Com base na Instrução Normativa 89/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em seu Artigo 1º, Inciso XVII, fica autorizado o percentual de 50% (cinquenta por cento), de limite para alteração orçamentária por Suplementação, através de decreto, entre as naturezas de despesa do presente Projeto de Lei, se necessário.

Art. 3º- Para atender à despesa decorrente da execução do artigo anterior, será utilizada a importância de R$ 39.607,33 (trinta e nove mil, seiscentos e sete reais e trinta e três centavos), recursos provenientes do excesso de arrecadação da conta da receita orçamentária: 1.7.2.3.50.0.1.08.00.00.00.00 – MÉDIA COMPLEXIDADE - MCA - RESOLUÇÃO 525/2026 - 3024 – AME -, e R$ 240.958,00 (duzentos e quarenta mil, novecentos e cinquenta e oito reais), recursos provenientes do excesso de arrecadação da conta da receita orçamentária: 1.7.2.3.50.0.1.07.00.00.00.00 – MÉDIA COMPLEXIDADE - MCA - RESOLUÇÃO 746/2026 - 3023 - 187836

Art. 4º- As disposições da presente Lei ficam incluídas na LDO, LOA e PPA.

Art. 5º- A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,Em Rio Azul-PR, 21 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:243D3C55

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PSS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 61/2024
EDITAL PSS Nº 02/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: THAMIRES APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA
OBJETO: contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal.
MOTIVO: Data final do contrato.
DATA DA RESCISÃO: 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:4D0159B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO — CONTRATO Nº 07/2025
A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.734.690/0001-75, com endereço na Rua Rio da Lontra, 87, Jd. Planalto, Rio Branco do Ivaí-PR, neste ato representada pelo Senhor Presidente JOSÉ DOS SANTOS, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618-634, Torre B, 2º andar, CEP 01216-012, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, neste ato denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA, para prestar os seguintes serviços: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de seguro automotivo total para o veículo oficial da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Nissan – Novo Sentra Advance 2.0 16V Automático, ano/modelo 2025/2026, placa TJK8J83, chassi nº 3N1AB8AE8TY202105. Têm entre si como certo e ajustado o presente Termo Aditivo, em consonância com todos os elementos da Lei Federal nº 14.133/2021, e com as cláusulas e condições a seguir aduzidas:
Cláusula Primeira:
De acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o referido contrato pelo prazo de 12 (doze) meses, passando a vigorar pelo período compreendido entre 21/08/2026 e 21/08/2027.
Cláusula Segunda:

O valor global deste aditamento é de R$ 2.043,00 (dois mil e quarenta e três reais), correspondente ao prêmio do seguro para o período de vigência ora prorrogado, conforme Orçamento de Renovação nº 242684257, não havendo majoração em relação ao valor anteriormente contratado.

Cláusula Terceira:

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Rio Branco do Ivaí - PR, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal De Rio Branco do Ivaí
Contratante

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Contratada

Testemunhas:

1._____
2. _____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins de Souza
Código Identificador:92F6FEE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO PROCESSO DISPENSA LICITAÇÃO 015/2026

Contrato: 136/2026. Modalidade: Dispensa Licitação 015/2026. Objeto: Contratação de empresa ou profissional especializado para realizar elaboração de projetos complementares para Cmei, em rio branco do sul– 1.100m² e para o Prédio da Secretaria de Educação com aproximadamente 1450m² (700m² Prédio Secretaria + 750m² auditório para 400 pessoas) para a Prefeitura de Rio Branco do Sul. Dispositivo Legal: Lei nº 14.133/21. Contratado: Modelar Empresarial Estrutural LTDA. Valor do aditamento: Permanece Inalterado. Motivo: Aditivo Prorrogação. Prazo de Execução: 21/08/2026 até 21/04/2027. Vigência: 20/08/2027. Responsável pelo Contrato: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Fiscal de Contrato: Edvando Eduardo Gomes Da Silva. Data da ratificação: 21/08/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:4CD8289B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 040/2026

"Instaura Sindicância Administrativa para apuração de possíveis irregularidades relacionadas a cumprimento de jornada de trabalho e ao efetivo exercício das atribuições funcionais de servidora municipal, e dá outras providências."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 163 da Lei Municipal n.º 465, de 09 de dezembro de 1997 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio Branco do Sul, segundo o qual a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público deverá promover sua apuração mediante sindicância ou processo disciplinar;

CONSIDERANDO a manifestação registrada perante a Ouvidoria Municipal sob o n.º 405/2026, recebida em 21 de agosto de 2026, às 11h25min46s, de natureza anônima, contendo notícia de possível irregularidade relacionada ao cumprimento da jornada de trabalho e ao efetivo exercício das atribuições funcionais por servidora pública municipal identificada pela matrícula n.º 39831;

CONSIDERANDO que a manifestação registrada sob o n.º 405/2026 noticia, em síntese, possível ausência de efetivo exercício das atividades funcionais pela servidora durante período prolongado, com alegação de que a situação ocorreria desde o ano de 2020, bem como possível incompatibilidade entre o efetivo exercício das atribuições funcionais e o recebimento da respectiva remuneração;

CONSIDERANDO que os fatos narrados na manifestação de Ouvidoria, caso confirmados mediante elementos probatórios idôneos, poderão caracterizar eventual descumprimento de deveres funcionais e, conforme a natureza e extensão dos fatos apurados, poderão ensejar repercussões disciplinares, administrativas e patrimoniais;

CONSIDERANDO que a natureza anônima da manifestação não constitui, por si só, elemento suficiente para atribuição de responsabilidade à servidora, mas que a notícia de possível irregularidade, diante da natureza e gravidade dos fatos relatados, demanda apuração administrativa destinada à verificação objetiva de sua procedência;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar, mediante procedimento administrativo próprio, a situação funcional da servidora identificada pela matrícula n.º 39831, especialmente quanto ao cumprimento de sua jornada de trabalho, efetivo exercício das atribuições do cargo, registros de frequência, lotação, afastamentos, licenças, férias, eventuais designações ou outras situações funcionais existentes no período objeto da apuração;

CONSIDERANDO a necessidade de confrontar os registros funcionais e de frequência com documentos, processos, protocolos, relatórios, despachos, registros em sistemas e demais elementos capazes de demonstrar o efetivo desempenho das atribuições funcionais;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar a regularidade dos pagamentos realizados à servidora no período objeto da apuração e, caso identificada eventual irregularidade, sua natureza, extensão, período de ocorrência e possível repercussão ao erário;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar, caso constatada alguma irregularidade, eventual participação ou responsabilidade de outros agentes públicos relacionados ao acompanhamento funcional, fiscalização da jornada, controle de frequência ou processamento da remuneração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 8.662/2026, que designou a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do Município de Rio Branco do Sul, composta pelos membros titulares e suplentes nele indicados, com a finalidade de apurar responsabilidades de servidores no exercício de suas funções;

CONSIDERANDO que o art. 3º do Decreto Municipal n.º 8.662/2026 estabelece que o processo administrativo disciplinar será instaurado exclusivamente mediante Portaria emitida pela Secretaria Municipal de Administração e submetido à Comissão Permanente, a qual ficará encarregada dos trabalhos de instauração, instrução, apuração e conclusão;

CONSIDERANDO que o mesmo Decreto determina que a Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com a Procuradoria Geral

do Município, prestará o apoio logístico, técnico e jurídico necessário à Comissão Permanente para a instalação e desenvolvimento de seus trabalhos;

CONSIDERANDO, por fim, que a presente sindicância possui natureza investigativa, destinando-se ao esclarecimento dos fatos e à formação de elementos suficientes para subsidiar a decisão da autoridade competente, não implicando pré-julgamento ou atribuição antecipada de responsabilidade à servidora identificada pela matrícula nº 39831;

R E S O L V E:

Art.1º Instaurar SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATIVA, destinada a apurar os fatos noticiados na manifestação de Ouvidoria n.º 405/2026, registrada em 21 de agosto de 2026, às 11h25min46s, de natureza anônima, relacionados ao possível não cumprimento da jornada de trabalho e/ou ausência de efetivo exercício das atribuições funcionais da servidora identificada pela matrícula n.º 39831.

Art.2º A apuração compreenderá, especialmente, os fatos relacionados ao período indicado na manifestação de Ouvidoria, com referência inicial ao ano de 2020, sem prejuízo da delimitação temporal que se mostrar necessária a partir dos elementos obtidos no curso da instrução.

Art.3º Constituem objeto da presente Sindicância, sem prejuízo de outras diligências que se mostrarem necessárias:
I. verificar a situação funcional da servidora identificada pela matrícula n.º 39831 durante o período objeto da apuração;
II. levantar as respectivas lotações, locais de exercício, cargo, função, jornada de trabalho e chefias imediatas e mediatas no período investigado;
III. verificar os registros de frequência, folhas-ponto, controles eletrônicos ou físicos de jornada, justificativas de faltas, compensações, abonos e demais registros relacionados à assiduidade;
IV. verificar a existência de férias, licenças, afastamentos, cessões, designações, readaptações, trabalho externo ou outras situações funcionais que possam justificar eventual ausência do local habitual de trabalho;
V. identificar as atribuições funcionais da servidora nos diferentes períodos objeto da apuração;
VI. levantar documentos, processos administrativos, protocolos, relatórios, despachos, registros em sistemas, atendimentos e demais elementos que possam demonstrar o efetivo exercício das atribuições funcionais;
VII. ouvir, quando necessário, as chefias imediatas e mediatas, servidores, ex-servidores e demais pessoas que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos;
VIII. verificar a compatibilidade entre os registros de frequência, a situação funcional, o efetivo exercício das atividades e os pagamentos realizados à servidora;
IX. caso sejam identificadas inconsistências, verificar sua natureza, extensão, período de ocorrência e eventual repercussão financeira para o Município;
X. identificar eventual participação ou responsabilidade de outros agentes públicos que tenham atuado no controle de frequência, acompanhamento funcional ou processamento da remuneração;
XI. analisar eventual ocorrência de prescrição quanto aos fatos apurados, observada a legislação municipal aplicável;
XII. reunir todos os demais elementos necessários à completa elucidação dos fatos.

Art.4º Os trabalhos da presente Sindicância serão realizados pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do Município de Rio Branco do Sul, constituída e designada pelo Decreto Municipal n.º 8.662/2026, observadas as disposições, atribuições e composição estabelecidas no referido ato normativo.

Parágrafo único. Eventuais impedimentos ou suspeições de membros da Comissão deverão ser comunicados e tratados na forma prevista na legislação aplicável e no Decreto Municipal n.º 8.662/2026, inclusive mediante convocação de membro suplente, quando cabível.

Art.5º Para o cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá requisitar documentos e informações aos órgãos, Secretarias, departamentos e unidades administrativas do Município, bem como realizar diligências, oitivas e demais atos necessários à instrução da Sindicância.

Art.6º O Departamento de Gestão de Pessoas – DEGEP deverá fornecer à Comissão, mediante requisição, o histórico funcional da servidora identificada pela matrícula n.º 39831, abrangendo o período objeto da apuração, incluindo, especialmente, registros de lotação, jornada, frequência, férias, licenças, afastamentos, cessões, designações, ocorrências funcionais e demais informações pertinentes.

Art. 7º Os setores responsáveis pelo controle de frequência e processamento da folha de pagamento deverão fornecer, quando requisitados, os documentos e informações necessários ao confronto entre os registros funcionais, a jornada registrada e os pagamentos realizados no período investigado.

Art. 8º A Comissão deverá conduzir os trabalhos com imparcialidade, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, contraditório e ampla defesa, quando cabíveis, bem como a busca da verdade material, abstendo-se de formular qualquer juízo antecipado acerca da responsabilidade da servidora.

Art. 9º Caso, no curso da apuração, sejam identificados elementos concretos de possível infração disciplinar individualizada, deverão ser observados os direitos e garantias previstos na legislação municipal, especialmente o contraditório e a ampla defesa, na forma e no momento processual adequado.

Art. 10. Os trabalhos da Comissão deverão observar o sigilo necessário à adequada apuração dos fatos e à preservação da intimidade dos envolvidos, especialmente quanto às informações funcionais e pessoais eventualmente constantes dos autos, observada a legislação aplicável.

Art. 11. Ao final dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar Relatório Circunstanciado, contendo:
I. síntese dos fatos objeto da apuração;
II. identificação e descrição das diligências realizadas;
III. relação dos documentos e demais elementos colhidos;
IV. análise individualizada dos fatos investigados;
V. conclusão quanto à existência ou inexistência de irregularidade;
VI. caso constatada irregularidade, indicação de sua natureza, período, extensão e eventuais consequências administrativas ou patrimoniais;
VII. eventual identificação de outros agentes públicos que possam ter concorrido para os fatos, desde que existam elementos objetivos nesse sentido;
VIII. análise quanto à eventual prescrição dos fatos, quando aplicável;
IX. conclusão fundamentada e indicação das providências administrativas que entender cabíveis.

Art. 12. Caso a Sindicância identifique elementos suficientes indicativos da prática de infração disciplinar que possa ensejar a aplicação de penalidade, os autos deverão ser encaminhados à autoridade competente para avaliação quanto à instauração do procedimento disciplinar cabível, nos termos da legislação municipal.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Administração prestará à Comissão o apoio administrativo e logístico necessário ao desenvolvimento dos trabalhos, contando, quando necessário, com o apoio técnico e jurídico da Procuradoria Geral do Município, nos termos do art. 4º do Decreto Municipal n.º 8.662/2026.

Art. 14. A Comissão deverá manter nos autos o registro de todas as diligências realizadas, documentos requisitados, manifestações recebidas e demais elementos utilizados para fundamentar suas conclusões.

Art. 15. O prazo para conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Portaria, admitida prorrogação mediante justificativa e autorização da autoridade competente, na forma da legislação aplicável.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração do Município de Rio Branco do Sul, em 21 de agosto de 2026.

WELINTON SALES DE LARA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:5A90141B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ERRATA – PORTARIA Nº 868/2026

A Portaria nº 868/2026, publicada na Edição nº 3596, de 17/8/2026, página 382, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pela presente, por lapso de digitação, a seguinte correção:

Onde lê-se:

"[...] **O Prefeito Municipal em exercício de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,** [...]

Leia-se:

"[...] **O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,** [...]

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:56A8D717

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ERRATA – PORTARIA Nº 894/2026

A Portaria nº 894/2026, publicada na Edição nº 3599, de 20/8/2026, páginas 360 e 361, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pela presente, por falha em relatório de cadastramento, a seguinte correção em seu art. 1º:

Onde lê-se:

"Art. 1º Nomear, a partir de 20 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Marilia da Silva Ramos***, com matrícula nº 1102-2/2, ..."

Leia-se:

"Art. 1º Nomear, a partir de 20 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Marilia da Silva Ramos***, com matrícula nº 110227-7/2, ..."

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:563FBB15

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ERRATA – PORTARIA Nº 895/2026

A Portaria nº 895/2026, publicada na Edição nº 3600, de 21/8/2026, página 359, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pela presente, por falha em relatório de cadastramento, a seguinte correção em seu art. 1º:

Onde lê-se:

"Art. 1º Nomear, a partir de 19 de agosto do corrente, ***Eduardo Alexandro Kalil,*** matrícula nº 11023-7/1, ..."

Leia-se:

"Art. 1º Nomear, a partir de 19 de agosto do corrente, ***Eduardo Alexandro Kalil,*** matrícula nº 110237-0/1, ..."

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:28515681

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ERRATA – PORTARIA Nº 897/2026

A Portaria nº 897/2026, publicada na Edição nº 3600, de 21/8/2026, página 359, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pela presente, por falha em relatório de cadastramento, a seguinte correção em seu art. 1º:

Onde lê-se:

"Art. 1º Nomear, a partir de 20 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Josmar Moreira de Castilho***, com matrícula nº 11023-6/1, ..."

Leia-se:

"Art. 1º Nomear, a partir de 20 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Josmar Moreira de Castilho***, com matrícula nº 110236-9/1, ..."

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6848778F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ERRATA – PORTARIA Nº 898/2026

A Portaria nº 898/2026, publicada na Edição nº 3600, de 21/8/2026, páginas 359 e 360, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pela presente, por falha em relatório de cadastramento, a seguinte correção em seu art. 1º:

Onde lê-se:

"Art. 1º Nomear, a partir de 20 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Luana Aparecida da Silva***, com matrícula nº 11023-7/1, ..."

Leia-se:

"Art. 1º Nomear, a partir de 20 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Luana Aparecida da Silva***, com matrícula nº 110237-2/1, ..."

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:692DB0BF

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ERRATA – PORTARIA Nº 899/2026

A Portaria nº 899/2026, publicada na Edição nº 3600, de 21/8/2026, página 360, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pela presente, por falha em relatório de cadastramento, a seguinte correção em seu art. 1º:

Onde lê-se:

"Art. 1º Nomear, a partir de 21 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Igor da Cruz***, com matrícula nº 11023-7/1, ..."

Leia-se:

"Art. 1º Nomear, a partir de 21 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Igor da Cruz***, com matrícula nº 110237-3/1, ..."

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:2E968D7E

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 900/2026

Dispõe sobre revogação da Portaria nº 679, de 27 de junho de 2022, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 18 de agosto do corrente, a Portaria nº 679, de 27 de junho de 2022, que dispõe sobre ampliação de carga horária da servidora ***Cristiane Kuiavski***, matricula nº 2223-3/1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de agosto de 2026.

Rio Negro, 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:BF15486E

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 901/2026

Dispõe sobre alterações na Portaria nº 332, de 9 de março de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Alterar os incisos II e III do art. 1º da Portaria nº 332, de 9 de março de 2026, que designa os servidores como responsáveis pelos módulos do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal – SIM-AM, para o exercício de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...
...
II – Planejamento e Orçamento: Marcos Aurélio Pereira da Cruz – matrícula nº 1746-9/1;
III – Contábil: Felipe Kraus – matrícula nº 110195-2/1;
..." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de junho de 2026.

Rio Negro, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D7E3DD95

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE APORTE DE RECURSOS Nº 01/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE APORTE DE RECURSOS Nº 01/2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO NEGRO E A SOCIEDADE HOSPITAL BOM JESUS.

O MUNICÍPIO DE RIO NEGRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.641/0001-47, com sede administrativa na Rua Juvenal Ferreira Pinto, nº 2.070, Bairro Seminário, CEP 83.881-500, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX e inscrito no CPF sob nº XXXXXX; e, de outro lado, a SOCIEDADE HOSPITAL BOM JESUS, pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de associação de fins beneficentes e filantrópicos, inscrita no CNPJ sob nº 80.860.273/0001-45, com sede na Rua Capitão João Bley, nº 604, Centro, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada pelo interventor, GEOVAN DA SILVA, nomeado por meio do Decreto Municipal nº 099, de 1º de julho de 2026, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX e inscrito no CPF sob nº XXXXXX, resolvem celebrar o presente TERMO DE APORTE DE RECURSOS, com fundamento na Lei Municipal nº 3.521/2026, no Decreto Municipal nº 099/2026, no processo administrativo nº XXXXXX e nas demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do **Plano de Aplicação de Recursos** integrante do Termo de Aporte de Recursos nº 01/2026, para adequação das despesas previstas às necessidades verificadas durante a execução do aporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO
Fica aprovado a alteração do Plano de Aplicação de Recursos, que passa a integrar o Termo de Aporte de Recursos nº 01/2026 para todos os fins, substituindo o plano anteriormente aprovado.
Parágrafo único. A alteração ora formalizada não implica aumento do valor total do aporte, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas no Termo de Aporte de Recursos nº 01/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Aporte de Recursos nº 01/2026 que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura.
E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Rio Negro, 20 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal de Rio Negro

GEOVAN DA SILVA
Interventor da Sociedade Hospital Bom Jesus

MAYRA LUANA KONELL
Secretária Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D8B08355

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 119 – PROCESSO N° 249/2026

Objeto: Aquisição de itens destinados à composição de kits para gestantes participantes do 1º encontro de gestantes do Município. PRAZO DE EXECUÇÃO: 07 (sete) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min.

Rio Negro, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:0166F4FC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 103/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: 62.294.866 JOEL HENRIQUE PAVAN - CNPJ/MF sob n.º 62.294.866/0001-00, neste ato representada por JOEL HENRIQUE PAVAN, em decorrência do processo de licitação Inexigibilidade n.º 55/2026. OBJETO: Contratação de palestrante para ministrar 10 (dez) palestras educativas e de conscientização às escolas e empresas do Município, em apoio às ações desenvolvidas pelo Departamento de Políticas Públicas para a Mulher. Vigência: 20/08/2026 até 20/12/2026. Execução: 4 meses. Preço: R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). Recursos: 02.005.0014.0422.0002.2141.3339039220000000000-1376 Fonte 10305. Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 19/08/2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:3D99FB0B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 244/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 118/2026

OBJETO: Contratação de empresa para realização de plotagem e identificação visual dos veículos da Guarda Patrimonial do Município.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	UN	PLOTAGEM - para o veículo Caminhonete Triton caçamba aberta, ano 2013. Medidas em anexo.	1.130,00	ABC SERVIÇOS SERIGRÁFICOS LTDA
2	1,00	UN	PLOTAGEM - Plotagem para o veículo Caminhonete Triton caçamba fechada, ano 2013.Medidas em anexo.	1.130,00	ABC SERVIÇOS SERIGRÁFICOS LTDA
3	1,00	UN	PLOTAGEM - Plotagem para o veículo Carro Logan 04 portas, ano 2018.Medidas em anexo.	1.080,00	ABC SERVIÇOS SERIGRÁFICOS LTDA
4	1,00	UN	PLOTAGEM - Plotagem para o veículo motocicleta XRE 190, ano 2023. Medidas em anexo.	380,00	ABC SERVIÇOS SERIGRÁFICOS LTDA
5	1,00	UN	PLOTAGEM - Plotagem para o veículo motocicleta XRE 190, ano 2023.Medidas em anexo.	380,00	ABC SERVIÇOS SERIGRÁFICOS LTDA

Rio Negro, 21 de agosto de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:90334B45

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO Nº 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 286/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 039/2025

Aos vinte dias do mês de agosto de 2026 o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 936.249.729-87 e **BENEFICIÁRIA: GEOMAPA ENGENHARIA LTDA**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº **03.339.646/0001-96**, sediada na Rua Barão do Rio Branco, nº 99, Sala 02, Budag, município de Rio do Sul - SC, neste ato representado pelo(a) seu(ua) REPRESENTANTE LEGAL, **GABRIELA SKOWASCH BOSSE**, Portador(a) do CPF/MF nº **043.647.309-71**, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e legislação pertinente. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação do MUNICÍPIO DE RIO NEGRO e anuência da BENEFICIÁRIA, fica prorrogado em mais **12 (doze) meses** o prazo de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO,** a partir de **20/08/2026. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** O valor unitário do presente aditivo é de **R$ 2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos)**, mantendo-se a mesma quantidade inicialmente contratada, após a aplicação do reajuste de **4,64%**, correspondente à variação do **IPCA/IBGE** no período.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário
1	400.000	M2	ELABORAÇÃO DE PROJETO	R$ 2,25

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: **1066 – 13.006.04.121.0002.2.070.3.3.90.39.05.00 – Fonte 000. CLÁUSULA QUARTA -** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR e BENEFICIÁRIA assinam este termo.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:129047ED

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 03 AO CONTRATO N.º 090/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E PRORROGAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN** portador do CPF/MF sob nº 936.249.729-87, e **CONTRATADA** a Empresa **CONFIANÇA - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Joao Ferreira Machado, nº 91, São Gerônimo, na cidade de Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 56.969.923/0001-00, neste ato representada pelo Sr. **MARCIO JOSE PAULISTA**, representante legal, inscrito no CPF/MF sob n.º 738.545.069-53, acordam e ajustam firmar o presente aditivo nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO** Conforme solicitação da Contratante e anuência da Contratada, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a contratação de **SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR**, a partir a do dia **19 de agosto de 2026**. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** Em razão da solicitação apresentada pela **CONTRATADA**, devidamente analisada e acolhida pela **CONTRATANTE**, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria competente, fica concedido o **reequilíbrio econômico-financeiro do contrato**, relativamente aos **Lotes 1 e 2**, onde o valor unitário do lote 1 passa a ser **R$ 13,23** e para o lote 2 para **R$ 9,34**. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R$ 2.458.719,20** (dois milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil e setecentos e dezenove reais e vinte centavos), conforme segue:

Lote	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Valor total
1	96.200	KM	LINHA 001 - Cunhupã / Retiro Bonito /Roseira / Alto das Palmeiras / Br 116 / Pedágio LINHA 002 - Br 116 Pedágio / Retiro Bonito / Roseira / Vila Rural / Alto das Palmeiras / Desvio do Pedágio /	R$ 13,23	R$ 1.272.726,00

			Canil / Fabrica de Luvas		
			LINHA 003 - Vila Rural / Roseira / Desvio do Pedágio / Canil / Fabrica de Luvas		
			LINHA 004 - Campina Bonita / Cunhupã / Capril-Tijuco Preto		
			LINHA 005 - Sitio dos Hirt / Morro do Benedito / Estrada da Rabeca - Tijuco Preto		
2	126.980	KM	LINHA 007 - Campina dos Anjos / Campina dos Martins / Lageado dos Cordeiros / Sitio dos Valérios / Passo do Valo LINHA 008 - Campina dos Anjos / Campina dos Martins / Lageado dos Cordeiros / Sitio dos Valérios / Passo do Valo LINHA 009 - CENTRO / CUNHUPÃ / RETIRO BONITO LINHA 010 - CENTRO / CUNHUPÃ / CAMPINA BONITA LINHA 006 - CENTRO / COLÉGIO AGRICOLA / COLÉGIO BARÃO / SEMINÁRIO / CAMPINA DOS ANDRADES	R$ 9,34	R$ 1.185.993,20

As despesas provenientes do referido termo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária: **441 – 06.004.0012.0365.0004.2113.333903303– Fonte 107; 420 – 06.004.0012.0365.0004.2110.333903303 – Fonte 103; 263 – 06.002.0012.0361.0004.2020.333903303– Fonte 144; 421 - 06.004.0012.0365.0004.2110.333903303– Fonte 104; 383 – 06.004.0012.0365.0004.2023.333903303– Fonte 103; 395 – 06.004.0012.0362.0004.2046.333903303– Fonte 144; 431 – 06.004.0012.0365.0004.2111.333903300– Fonte 10147 CLÁUSULA QUARTA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro PR, 19 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:2C410882

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 03 AO CONTRATO N.º 092/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN,** inscrito no CPF nº **936.249.729-87**, e **CONTRATADA TRANS-GREBOS TURISMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Guadalajara, nº 697, Centro, na cidade de Araucária - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.274.187/0001-11, neste ato representada pelo **Sr. THIAGO ALEIXO GREBOS**, representante legal, inscrito no CPF/MF sob n.º 094.617.239-03, acordam e ajustam firmar o presente aditivo nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO** Conforme solicitação da Contratante e anuência da Contratada, fica prorrogado por mais 12 meses a contratação de **SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR**, a partir a do dia **19 de agosto de 2026**. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R$ 1.103.428,00** (um milhão cento e três mil e quatrocentos e vinte e oito reais), conforme segue:

Lote	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Valor Total
5	88.700	KM	LINHA 019 - Bom Retiro /Laranjal / Maitaca/ Campina dos Andrades/ Fazendinha LINHA 020 - Barra Grande / Fazendinha I e II LINHA 021 - Fazendinha I / Queimados / Campina dos Andrades / Barra Grande (ponte) LINHA 022 - FAZENDINHA / CENTRO DE RIO NEGRO	R$ 12,44	R$ 1.103.428,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS As despesas provenientes do referido termo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária **Dotação: 393 - 06.004.0012.0365.0004.2025.333903303– Fonte 10147; 421 - 06.004.0012.0365.0004.2110.333903303– Fonte 104; 244 - 06.002.0012.0361.0004.2017.333903303– Fonte 103; 395 - 06.004.0012.0362.0004.2046.333903303– Fonte 144. CLAUSULA QUARTA -** As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo. Rio Negro, 19 de agosto de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:ECFC7BC6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.363/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **NATALIA DOS SANTOS FONSECA**, matrícula **378800-8/2,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 20h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **19/08/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 19 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:415EBA99

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.364/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **GABRIELE ROCHA MARTINS LEMES**, matrícula **378924-0/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 20h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **19/08/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 19 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:E898C706

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.365/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **DEBORA GONCALVES DA SILVA**, matrícula **378925-0/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 20h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **19/08/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 19 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:73344CC4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.366/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **BRUNA DE AZEVEDO MARCON**, matrícula **378925-0/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 20h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **19/08/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 19 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:6F42A35E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.367/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **MIDIÃ ARAGÃO DE SOUSA MOIA**, matrícula **378926-8/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 20h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **19/08/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 19 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:5ABD1544

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.368/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **MARIA FERNANDA DA LUZ**, matrícula **378927-6/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 20h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **19/08/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 19 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:7C99F36D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.369/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **VERIDIANA CRISTINA MARSÃO DOS REIS**, matrícula **33168-6/6,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 20h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **19/08/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 19 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:056D26B9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.859/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.072/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **IVANEIDE PEREIRA DE SOUZA FREITAS,** matrícula **378335-9/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 34.072/2026 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **29/04/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:873ACA0B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.860/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.250/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JOSIANA XAVIER,** matrícula **33678-5/5,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.138/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:0977B5C9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.861/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.236/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **IRAI INÊS DOS SANTOS,** matrícula **377218-7/6,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.134/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:DC08440A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.862/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.237/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **IRENI SEBASTIÃO BEILKE,** matrícula **377412-0/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.175/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:40982DBE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.863/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.249/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JÉSSICA DELLA ROSA BERNARDES BIANI,** matrícula **377854-1/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.136/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:C3FBF0F5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.864/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.233/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GREICIELLEM SILVA CARVALHO JESUS,** matrícula **377858-4/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.044/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:EADAD258

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.865/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.231/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GLAYSTON SOARES DA SILVA,** matrícula **378411-8/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.050/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:518EE082

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.866/2026 - RH

PORTARIA Nº 34.866/2026 - RH
O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.230/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GIULIANA ANGELICA BROGIATO,** matrícula **378413-4/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Agente Administrativo da Educação - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.051/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:084CF8CE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.867/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 32.865/2025 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **IRINEIA MARIA DA SILVA,** matrícula **2429-5/4,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.865/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:20F51BF0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.868/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.251/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JOSIANE APARECIDA ONOFRE VIEIRA,** matrícula **377942-4/4,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.290/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:EA721C14

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.869/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.243/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JAQUELINE DANTAS CREPALDI DE SOUZA,** matrícula **377965-3/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.843/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:D536A48F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.870/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.242/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JAQUELINE APARECIDA RIVA,** matrícula **378019-8/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.126/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:CD0CBED3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.871/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.246/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JÉSSICA CAROLINA BARBOSA AGUIAR MOSCHEN,** matrícula **378030-9/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.346/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:AB0E8B3A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.872/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.245/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JÉSSICA BEATRIZ SOUZA NEVES,** matrícula **378324-3/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.753/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:9F19542E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.873/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.241/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JANAINA REGIA DO VALE MARTINS SOUSA,** matrícula **378539-4/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Agente Administrativo da Educação -**

PSS, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.866/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:9C4CF01E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.874/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.232/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GRACIELE BATISTA JORGE,** matrícula **378580-7/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.035/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:113117AA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.875/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.229/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GISLAINE CRISTINA FERNANDES,** matrícula **378620-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.258/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:89FC4F8D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.876/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.235/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **INGLE DANIELI PALOSKI,** matrícula **378662-5/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Agente Administrativo da Educação - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.336/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:930BD5AF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.877/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.247/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JESSICA LETICIA CARNEIRO MIRANDA,** matrícula **378737-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.768/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:63F22E31

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.878/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.240/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JANAINA DE OLIVEIRA JUSTINO SILVA,** matrícula **378748-6/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.818/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:5FA64E52

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.879/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.080/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **KAREN FERNADA COSTA PALMA CASTELÃO,** matrícula **378343-0/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 34.080/2026 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **29/04/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:D6279306

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.880/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.263/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **KELEN SANCHES EMMENDORFER,** matrícula **33637-8/6,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.900/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:98AC460D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.881/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.262/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **KATIA ADRIANA MAFRA BORTOLETO,** matrícula **377437-6/5,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.846/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:CDC5AC79

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.882/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.270/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LAUREN DANIELE OLIMPIO MARQUES HUSS,** matrícula **377621-2/5,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.038/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:21F34F5D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.883/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.256/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **KANDICE LYZANDRA ALVES DE OLIVEIRA,** matrícula **378212-3/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.202/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:D0C0E52B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.884/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.255/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JULIANA FAGUNDES DE SANTANA,** matrícula **378248-4/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.265/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:58142D9D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.885/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.257/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **KAREN GISLAINA RIBEIRO MISCOLCZ,** matrícula **378261-1/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.203/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:B007931E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.886/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.258/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **KAREN KELLY FERREIRA DA FONSECA,** matrícula **378263-8/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.204/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:4E8AC2E3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.887/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.226/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GEOVANA RIBAS ALVARENGA,** matrícula **378559-9/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.801/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:1567D295

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.888/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 33.813/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GISELI GOMES DOS SANTOS,** matrícula **378353-7/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.813/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:A680CC5E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.889/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.264/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **KELLY APARECIDA VICENTE DE OLIVEIRA,** matrícula **378731-1/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.754/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:760952B7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.890/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.271/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LENIR DE FATIMA ANDRADE RIBEIRO,** matrícula **378529-7/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.881/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:90E3C70D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.891/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 32.844/2025 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LARISSA NOVELLI CAMARGO,** matrícula **378530-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.844/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **04/05/2025 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:2C3E86B5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.892/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.261/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **KAROLINE LOVATO STINCHEN,** matrícula **378545-9/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Agente Administrativo da Educação - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.899/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:E565064D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.893/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.268/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LARISSA GEOVANA PEREIRA MIGUEL,** matrícula **378558-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.800/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:F8E214E4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.894/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.267/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LARISSA ALVES DE ARAÚJO,** matrícula **378561-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.804/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:5A53598A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.895/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.265/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **KELLY DA SILVA ALVES MAURICIO,** matrícula **378563-7/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.812/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:DC857CAD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.896/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.266/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LAISA CAROLINA FRANK NEVES,** matrícula **378617-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.205/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:2DC0BC8F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.897/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.875/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GISLAINE CRISTINA FERNANDES,** matrícula **378620-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o

cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.258/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:942CDDF8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.898/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.260/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **KARLA FERNANDA HAAGSMA,** matrícula **378628-5/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.246/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:1C4A40A7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.899/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.252/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JOSUE KALEBE DE LIMA,** matrícula **378708-7/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.574/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:E8CCDB26

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.900/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.259/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **KARINA GORNI IZUVIEC,** matrícula **378714-1/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.580/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:BDDCA940

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.901/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.253/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JÚLIA VITÓRIA PANÍCIO,** matrícula **378763-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.851/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:FED729EC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.902/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.081/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MARIANA SOARES DOS SANTOS,** matrícula **378026-0/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 34.081/2026 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **29/04/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:F89EB627

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.903/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.073/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MÔNICA JOANETA MACHADO DA SILVEIRA FERREIRA LIMA,** matrícula **378338-3/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 34.073/2026 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **29/04/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:588B631B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.904/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 32.754/2025 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MARLEI DE OLIVEIRA,** matrícula **32421-3/8,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.179/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:F28691BC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.905/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.285/2025 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MARCIA GISELE SEGATEL PACOLA,** matrícula **32955-0/6,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.146/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:25E7588F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.906/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.279/2025 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LUCILENE MARQUES DA SILVA PEDRAÇOLI,** matrícula **33446-4/4,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.124/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:F57DB906

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.907/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.273/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LIBIA DE ALBUQUERQUE HUSS,** matrícula **33447-2/7,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.267/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:733C07F3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.908/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.297/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MARLA CAROLINA KAIZER BACHEGA VIEIRA,** matrícula **33662-9/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.807/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:6745E17F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.909/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.275/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LUCIANA ALVES DE ASSIS,** matrícula **337269-3/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.039/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:897A09B5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.910/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.290/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MARIA HELOISA FERREIRA CARDOSO SILVEIRA,** matrícula **377451-1/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.820/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:A151644C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.911/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.281/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LUIZA AUGUSTA ALVES,** matrícula **377759-6/4,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.845/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:B34BA80D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.912/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.277/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LUCIANA TEREZINHA DA SILVA,** matrícula **377938-6/4,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.206/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:BAD920EC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.913/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.276/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LUCIANE ROSA GOMES,** matrícula **377957-2/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.902/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:96CBCDBA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.914/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.278/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LUCILENE GOMES GALINDO,** matrícula **377986-6/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.983/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:FEAC1D61

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.915/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.293/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MARIANA PONTES RODRIGUES,** matrícula **378010-4/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.883/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:AF8FD706

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.916/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.292/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MARIANA COSTA ZANETTI,** matrícula **378055-4/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.041/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:AB8F7411

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.917/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.288/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MARIA DE FATIMA ANTUNES,** matrícula **378152-6/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.882/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:8377A7CA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.918/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.300/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MARTA DA COSTA RODA,** matrícula **378231-0/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.935/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 30/04/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:64CA294E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.919/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.295/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MARILUCE ALVES DOS SANTOS GEREMIAS,** matrícula **378234-4/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.974/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:95E161B4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.920/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.282/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MARCIA DA COSTA VASCONCELOS,** matrícula **378245-0/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.385/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:919B8D84

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.921/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.284/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:
PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **MARCIA RODRIGUES CORREIA,** matrícula **378254-9/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.430/2025 - RH**,** em acordo

previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:F57F63E5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.990/2025 – RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital n. **001/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1.º - **NOMEAR** o (a) senhor (a) **ANA CAROLINE DE BRITO,** matrícula **n° 377578-0/6**, por prazo **DETERMINADO**, que terá **início no dia 25 de agosto de 2026 e término em 22 de novembro de 2026,** para exercer temporariamente as funções de **Auxiliar de Enfermagem - PSS**, sob a forma de contrato de Regime Especial, com carga horária de 200 horas mensais, das segundas-feiras as sextas-feiras, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, denominado simplesmente em CONTRATADO, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei Municipal sob nº 3731/2015 e na Legislação Federal.
Artigo 2.º - A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 21 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:5BE09A26

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.994/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **ALESSANDRA VIEIRA DA SILVA,** matrícula 377441-4/3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:8ADDBDC4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.995/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **ALINE JANAINA QUINHONE DA SILVA,** matrícula 377273-0/8, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:91C7427E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.996/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **ANGELICA CARABIA GOMES NOCHELI,** matrícula 377592-5/4, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **23/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:EC4EC10C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.997/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **CIRSA COSTA BARBOSA PINTO,** matrícula 377595-0/3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:AFA0AB7D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.998/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **CLAUDETE ELIANE CASSIMIRO,** matrícula 377435-0/4, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **12/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:5CFBC084

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.999/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **CLAUDIA MACHARETE BEZERRA,** matrícula 377845-2/3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:0A0ACE89

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.000/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **CLAUDIA SOARES DE OLIVEIRA FOLCO,** matrícula 33567-9/11, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **29/08/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:34F97A62

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.001/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **DANIELLE RODRIGUES SORPRESO,** matrícula 378108-9/2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Agente Administrativo da Educação - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:20D54126

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.002/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **EDUARDO APARICIO FERNANDES,** matrícula 378109-7/2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:9E1AA370

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.003/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **FERNANDA CECILIA SABINO DE LEMOS,** matrícula 378151-8/2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **14/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:6EA7CD62

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.004/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **FERNANDA DA CRUZ RONCHI,** matrícula 377872-0/3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:8A4D4C40

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.005/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **IRAI INÊS DOS SANTOS,** matrícula 377218-7/6, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:3BB78DD3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.006/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **IRENI SEBASTIÃO BEILKE,** matrícula 377412-0/3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **26/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:9F72BB39

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.007/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **JOSIANA XAVIER,** matrícula 33678-5/5, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:C3FBC1D8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.008/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **MARCIA GISELE SEGATEL PACOLA,** matrícula 32955-0/6, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:BD2BED13

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.009/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **MARLEI DE OLIVEIRA,** matrícula 32421-3/8, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **23/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:7C48C9AB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.010/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **ROSINEI BATISTELA MULLER,** matrícula 33341-7/3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:E226084E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.011/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **TATIANA DE SOUZA FERREIRA DA SILVA,** matrícula 377590-9/5, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:71E23666

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.012/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **VANESSA POLVANI,** matrícula 377894-0/4, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **20/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 20 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:59472EDF

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 36/2026 – RP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo n° 321/2026 de Aposentadoria do servidor PEDRO BATISTA RIBEIRO

RESOLVE:

Art.1º - Conceder ao servidor PEDRO BATISTA RIBEIRO, brasileiro, servidor Público Municipal da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Agente de Gestão Municipal D AGMD-I, referência 034, conforme quadro de cargos, lotado na Chefia de Gabinete, Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, média das 80% maiores remunerações, com proventos integrais, sem paridade, com fundamento no Art. 40, § 1º, III, "a" da C.F., a partir de 24 de Agosto de 2026.

Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R$ 3.793,03 (Três mil setecentos e noventa e três reais e três centavos).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.
Município de Rolândia, Estado do Paraná, 21 de Agosto de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:F2009E58

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 37/2026 – RP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo n° 337/2026 de Aposentadoria do (a) servidor (a) Shirley Mesquita Zanin,

RESOLVE:

Art.1º - Conceder a servidora Shirley Mesquita Zanin, brasileira, servidora Pública Municipal da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Básico 40 horas P.E.B. 40H – C2, referência 012, conforme quadro de cargos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, média das 80% maiores remunerações, com Proventos Integrais, sem Paridade, com fundamento no artigo 40, § 1º, III, "a" da Constituição Federal, a partir de 24 de Agosto de 2026.

Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R$ 5.423,34 (Cinco mil, quatrocentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.
Município de Rolândia, Estado do Paraná, 21 de Agosto de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:EBAEFF9F

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 38/2026 – RP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo n° 341/2026 de Aposentadoria do servidor LAERTI FINGOLI,

RESOLVE:

Art.1º - Conceder ao servidor LAERTI FINGOLI, brasileiro, servidor Público Municipal da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Agente de Gestão Municipal C AGMC-II, referência 021, conforme quadro de cargos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, média das 80% maiores remunerações, com proventos integrais, sem paridade, com fundamento no Art. 40, § 1º, III, "a" da C.F., a partir de 24 de Agosto de 2026.

Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R$ 2.783,70 (Dois mil, setecentos e oitenta e três reais e setenta centavos).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.
Município de Rolândia, Estado do Paraná, 21 de Agosto de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:C703B324

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 39/2026 – RP

"Concede Pensão por Morte aos dependentes a que se refere e dá outras providências"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E CONSIDERANDO O PROCESSO N° 346/2026

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER, com fundamento nos artigos 47 a 57 da Lei Municipal nº 3514/12 e Art. 40, § 7º e 8º, da C.F., com provento integral até o teto do RGPS, mais 70% da parcela excedente, sem paridade, o benefício de **Pensão por Morte** do segurado aposentado Sr. **MARINO SPIMPOLO**, falecido em 23 de Julho de 2026.

Art.2º - O benefício de que trata o art. 1º deste Decreto será concedido integralmente ao seu dependente previdenciário na condição de cônjuge, Sra. **MARIA CÉLIA DE LIMA SPIMPOLO**, devidamente habilitado como pensionista, nas seguintes condições:

I – data de início do benefício: com efeitos retroativos a 24 de Julho de 2026;

II -– valor inicial da pensão: R$ 1.158,52 (Mil cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), observado o disposto no Art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019;

III - para efeito de recebimento, por força do § 3°, do artigo 39, c/c artigo 7°, inciso VII da Constituição Federal, deverá ser pago o valor correspondente a R$ 1.702,05 (Mil setecentos e dois reais e cinco centavos), na forma da Lei Municipal n° 3514/2012, artigos 66, § 5º, I e 79;

IV – duração do benefício: vitalício.

Parágrafo único. O valor inicial disposto no inciso II deste artigo será reajustado para preservar, em caráter permanente, o valor real, conforme estabelecido pelo art. 67 da Lei Municipal nº 3514/2012.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.
Município de Rolândia, Estado do Paraná, 21 de Agosto de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:EB12BD26

SECRETARIA GERAL
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE VERBA

Ficam notificados os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município que o mesmo recebeuo crédito de recursos financeiros, em 21/08/2026, no valor de R$ 265.880,39 (Duzentos e Sessenta e Cinco Mil, Oitocentos Oitenta Reais e Trinta e Nove Centavos) na conta bancária nº 574212217-5 Caixa Econômica Federal Ag. 0404 vinculada aovinculada ao Termo de Compromisso nº 962676/2024, firmado com o Município de Rolândia/PR, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para a construção de Centro Municipal de Educação Infantil São José, Rolândia/PR - FNDE- creche tipo 1.

Rolândia, 21 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:21FFBF09

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 3.245, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Designa Fiscal e suplente responsáveis pelo acompanhamento da Emenda Parlamentar Impositiva nº 002/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve

DESIGNAR:

Art. 1º A servidora VANIA BONFIM DOS SANTOS YOSHIDA, Enfermeira, matrícula nº 336009, como Fiscal responsável pelo acompanhamento da execução da Emenda Parlamentar Impositiva nº 002/2025, de autoria do Vereador Vilmar Boy, destinada à execução orçamentária e financeira no exercício de 2026, em favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rolândia – APAE, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados ao custeio de serviços de fonoaudiologia.
Art. 2º A servidora CAROLINE BET RODRIGUES, Enfermeira, matrícula nº 327905, como suplente da Fiscal, para substituí-la em seus impedimentos e afastamentos.
Art. 3º Compete à Fiscal acompanhar a execução do objeto da Emenda Parlamentar Impositiva, verificando a aplicação dos recursos de acordo com a finalidade estabelecida e registrando eventuais ocorrências relacionadas à sua execução.
Art. 4º A designação de que trata esta Portaria será exercida sem prejuízo das demais atribuições das servidoras.
Art. 5º As funções atribuídas por esta Portaria serão consideradas de relevante serviço prestado ao Município.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***ERIKA FERNANDA DOS SANTOS BEZERRA LUDWIG***
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:014BB2B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2026 – PMR.

PROCESSO Nº 145/2026.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de encadernação e plastificação para atender as necessidades das Instituições Públicas Municipais de Ensino e das Secretarias Municipais de Rolândia/PR.

Critério de Regionalidade: REGIONAL – REGIÃO DA AMEPAR.

Tipo: Menor Preço por LOTE.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 90.066,75.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 04/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 04/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: A Entrega dos Envelopes será até a data e hora marcada, na sede da prefeitura Municipal de Rolândia, prédio anexo, no departamento de licitações, início da sessão na data e hora marcada, no Prédio da Prefeitura Municipal, sala 03.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 21 de agosto de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Ana Paula Moreira da Silva
Código Identificador:82DB33C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 051 /2026

DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal da Ata nº 160/2026, Pregão Eletrônico nº 065/2026, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 10.696/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – A servidora **BRUNA SUELEN SANTOS DE MORAES** como fiscal.

II – A servidora **ANDRESSA FERNANDA BUENO FERRO** como suplente da fiscal.

III – As atribuições dos fiscais de atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 18 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:EBDD506C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA Nº: 26/2026

ATA Nº: 26/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO – PR
Contratada: LETICIA & JOICE AGROPECUARIA LTDA - CNPJ: 31.047.654/0001-02, com o valor total de R$ 154.279,15
Valor Total: R$ 154.279,15
Vigência: Início: 24/08/2026 Término: 24/08/2027
Licitação: Pregão Nº: 43/2026
Recursos: Dotação: 485 - 1 . 14002 . 20 . 608 . 15 . 2.56 . 0 . 339030 Material de Consumo
Objeto: O Registro de Preços de Materiais e Equipamentos Veterinários

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 24/08/2026

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:012DEB72

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE DATA CONCORRÊNCIA Nº 07/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE DATA
CONCORRÊNCIA Nº 07/2026
CONCORRÊNCIA COMPRAS GOV Nº 90007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2026
O Município de **Salgado Filho, Estado do Paraná** por intermédio do Dep. De Licitações e Contratos, torna público, para conhecimento dos interessados, que a data de realização da **CONCORRÊNCIA Nº 07/2026**, na forma eletrônica, cujo objeto é a **contratação de empresa para execução de projeto, fabricação, fornecimento e montagem para a iluminação do Estádio Municipal Homero Ghissi**, foi **retificada**.
A sessão pública, anteriormente prevista para o dia **03 de setembro de 2026**, fica transferida para o dia **09 de setembro de 2026**, conforme os horários abaixo:

Etapa	Nova data e horário
Cadastramento de propostas	Até as **08h29min do dia 09 de setembro de 2026**
Abertura das propostas	Às **08h30min do dia 09 de setembro de 2026**

Permanecem inalteradas as demais disposições do edital e seus anexos.
Salgado Filho, 21 de agosto de 2026

JORGE GABRIEL LUZ DOS REIS
Agente de Contratações/Pregoeiro

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:6C836039

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO 01/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 6/2026

Extrato de Prorrogação de Prazo 01/2026 da Ata de Registro de Preços 6/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO – PR
Contratada: ECKERT TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA (13.650.631/0001-06)
Órgão Gerenciador: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO ALTO URUGUAI
Licitação Participada: Ata Carona n°35/2025- Concorrência n°01/2025
Vigência: Início: 06/09/2026 Término: 06/03/2027
Recursos: Dotação: 26 - 1 . 4001 . 4 . 122 . 2 . 2.5 . 0 . 339039
1 - Município de Salgado Filho
4001 - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
1000 - Recursos Ordinários Livres
3 - Despesas Correntes
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de plataforma de leilão eletrônico, destinada à alienação de bens móveis inservíveis e/ou irrecuperáveis do Município de Salgado Filho - PR, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 35/2025 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região do Alto Uruguai (CIMAU)

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 21/08/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:33701E6E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 06/2025

EXTRATO DE RESCISÃO
CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 06/2025
Lei Municipal nº 11, de 06 de fevereiro de 2024
Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024

DAS PARTES:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO/PR

CONTRATADO: ADRIELI BOFF PALLAS

ESPÉCIE: À PEDIDO DO CONTRATADO

CARGO: PROFESSOR - 20 HORAS

DATA DA RESCISÃO: 31/08/2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:B46859DD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 264, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº. 264, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Concede Licença Prêmio para servidor público municipal e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,
Considerando requerimento apresentado na data de 01 de junho de 2026;
Considerando Art. 98 da Lei Municipal nº 34 de 20 de junho de 2018;

RESOLVE:
Artigo 1º- **CONCEDER**, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, à partir de 01 de setembro de 2026, ao Servidor Público Municipal **EDY CARLOS CHIELE**, **(1348)** ocupante do cargo efetivo de Advogado, correspondente ao período aquisitivo de 02.05.2019 à 01.05.2024.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Estado do Paraná, ao vigésimo primeiro dia do mês agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Ciente em _____/_____/_____.

_____
Servidor

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:0DEBEB3A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 265, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 265, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Concede Prorrogação de Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 79, da Lei Municipal de nº 34 de 20 de junho de 2018 e conforme requerimento apresentado,

RESOLVE:

Artigo 1º - PRORROGAR, a partir do dia 02 de setembro de 2026, por mais 60 (sessenta) dias, até a data de 31 de outubro de 2026, a Licença Maternidade concedida pela Portaria nº 154, de 08 de maio de 2026, a servidora Pública Municipal **VANESSA APARECIDA LOUGEN,** matrícula nº 1724, ocupante do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Ensino.

Artigo 2º - Revogam-se as demais disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao vigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:75683216

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 20.2026 - CMDCA

20/2026
Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, no Centro de Eventos Professora Maria Eunice Soares, localizado na Rua Selvino Felippi, s/nº, Salgado Filho, foi realizada reunião extraordinária dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra Elaine Alves Maciel Tafarel, com o objetivo específico de realizar cerimônia de posse oficial dos adolescentes integrantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA). A presente reunião contou com a presença dos conselheiros governamentais e não governamentais, representantes da rede de garantia de direitos, autoridades municipais convidadas, pais ou responsáveis e conselho tutelar. A abertura dos trabalhos foi realizado pela Presidente, que destacou a relevância do CPA como um espaço de protagonismo juvenil e garantia do direito à participação democrática nas políticas públicas municipais. Destacou que o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) é um órgão consultivo e colegiado formado por adolescentes entre doze e dezesseis anos, criado para garantir que eles tenham voz ativa na formulação, fiscalização e acompanhamento de políticas públicas voltadas à infância e à juventude contribuindo no controle social das políticas de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. O comitê atua vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em seguida, procedeu-se à leitura dos nomes dos adolescentes habilitados para compor o comitê, sendo eles: Gabriela Dhein Garcia Duarte, Jhuan Felipe Mello Rodrigues, Higor Welter Annater, Bruno Welter Annater, Amadeus Henrique Frigo Pinheiro, Antonio Oliveira Schu, Ana Paula Vargas Piastrelli, Amanda Pontes Rodrigues e Bruno Soares, todos membros titulares. Os adolescentes tomaram a palavra e se apresentaram para os presentes. A adolescente Amanda Pontes Rodrigues, fez um breve discurso em nome dos demais, formalizando o compromisso de atuar com responsabilidade, ética e dedicação na defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes do município de Salgado Filho. A secretária de Assistência Social, fez uso da palavra enaltecendo a importância deste comitê e se colocou a disposição para o que o comitê precisar. Em seguida o diretor do Colégio Estadual Padre Anchieta, Eloir Wronsk, fez uma fala demonstrando o orgulho de ver alunos do colégio se comprometendo em melhorar a política da criança e do adolescente, buscar soluções e compreender que cada pessoa pode do seu modo fazer a diferença. A escola atuará como uma ponte e se coloca lado a lado dos estudantes, para apoiar e ouvir. A senhora Joicelene, ponto focal do colégio, fez um discurso embasado na confiança, demonstrando estar junto aos adolescentes, se dispôs a ajudá-los e orientá-los quando preciso. Está muito feliz e orgulhos de todos, acredita que eles somarão junto ao CMDCA, levando as demandas e opiniões dos demais colegas. Por fim, o senhor vice-prefeito Nilmar Rech fez uso da palavra, agradecendo a presença de todos e deu ênfase na importância do comitê, levando demandas para o CMDCA, construindo um Salgado Filho melhor para todos. A Presidente do CMDCA declarou oficialmente empossados os membros do CPA para o mandato correspondente ao período de vinte de agosto de dois mil e vinte e seis á vinte de agosto de dois mil e vinte e oito, e os conduziu para assinatura do termo de posse. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada ata que, após lida e aprovada, segue assinada pela Presidente do CMDCA, pelos conselheiros presentes, pelos adolescentes empossados e demais presentes.

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:A0C44F62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE COMODATO

OBJETO: O Comodante é proprietário do seguinte bem Móvel:

CARRETA AGRICOLA NOVA BASCULANTE COM PNEUS NOVOS SISTEMA TANDEM COM CAPCIDADE MINIMA DE 06 TONELADAS 02 EIXOS MODELO TF6000, MARCAM BRL SERIE 6796, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 11440, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

PARTES: O Município de Salto do Lontra, CNPJ º 76.205.707/0001-04 e à Associação dos Agricultores Nossa Senhora da Salete da Linha Quebra Dente de Salto do Lontra-PR, inscrita no CNPJ nº 67.129.706/0001-29, com sede na localidade denominada Linha Quebra Dente, zona rural, Salto do Lontra/PR, Estado do Paraná.

PRAZO: 21 de agosto de 2026 à 31 de julho de 2036.
VALOR: Sem ônus.

LEGISLAÇÃO: Lei Municipal nº 652 de 20 de agosto de 2026.

Salto do Lontra, 21 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:BAD2D359

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE COMODATO

OBJETO: O Comodante é proprietário do seguinte bem Móvel:

BALANCA ELETRONICA MARCA MARTE MODELO L, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10288, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

EQUIPAMENTO CENTRIFUGA DE OPERCULO CAPACIDADE DE 15 KILOS MARCA APISMATIC, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10410, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

EQUIPAMENTO CENTRIFUGA EXTRATORA DE MEL CAPACIDADE 24 KILOS MARCA APISMATIC, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10411, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

EQUIPAMENTO CENTRIFUGA EXTRATORA DE MEL CAPACIDADE 68 KILOS MARCA APISMATIC, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10412, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 100 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10277, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 100 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10278, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 200 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10279, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 200 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10280, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 200 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10281, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 200 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10282, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 200 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10283, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 400 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10284, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM INOX DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 400 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10285, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

MESA DESOPERCULADORA EM INOX, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10286, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

CILINDRO ALVEOLADOR DE APICULTURA, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10287, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE EM ACO INOX MARCA AISI 304 DE 10 0X100X50, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10289, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

SOPRADOR DE AR COM 2 KITS DE BATERIA MARCA MAKITA, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10290, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

SOPRADOR DE AR COM 2 KITS DE BATERIA MARCA MAKITA, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10291, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

EQUIPAMENTO LAMINADOR DE CERA EM INOX, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10292, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

EQUIPAMENTO PRE-FILTRO COM BOMBA DE TRANSFERENCIA COM CAPACIDADE DE 200 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10293, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

DESCRISTALIZADOR COM 08 BALDES COM CAPACIDADE DE 240 KILOS MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10294, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

MAQUINA DESOPERCULADORA DE ACO INOX ELE TRICA 304, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10295, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

MESA DESOPERCULADORA EM CHAPA DE INOX PERFURADA DE 2,00 METROS, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10296, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

PIA COM CUBA DE INOX 304 DE 50X40X20 COM REFORCO SEM BORDA SEM ESPELHO E SEM PANELEIRO TAMANHO 1,90X0,90X0,80 MARCA AISI, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10404, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

CARRINHO DE TRANSPORTE DE MELGUEIRA MARCA APISMATIC, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10413, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.
CONJUNTO DE 50 BALDES COM CAPACIDADE DE 22 LITROS NA COR BRANCA COM TAMPA DE PRESSAO MARCA EMPLASUL, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10490, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

CONJUNTO DE 50 BALDES COM CAPACIDADE DE 22 LITROS NA COR BRANCA COM TAMPA DE PRESSÃO MARCA EMPLASUL, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10491, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

CONJUNTO DE 50 BALDES COM CAPACIDADE DE 22 LITROS NA COR BRANCA COM TAMPA DE PRESSAO MARCA EMPLASUL, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10492, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

EQUIPAMENTOS ENVASADORA SEMI AUTOMATICA EM ACO INOX AISI 304 DE 50x50x5CM MARCA APISMATIC/LAR PLASTICO, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10518, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 25 KILOS, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10551, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 25 KILOS, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10552, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

SUGADOR DE MEL PORTATIL CAPACIDADE DE 4,5 KILOS MARCA ENOMEL, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10553, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

SUGADOR DE MEL PORTATIL CAPACIDADE DE 4,5 KILOS MARCA ENOMEL, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10554, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

SUGADOR DE MEL PORTATIL CAPACIDADE DE 4,5 KILOS MARCA ENOMEL, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10555, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 50 KILOS, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10557, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

TANQUE DECANTADOR DE MEL COM CAPACIDADE DE 50 KILOS, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10558, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

DERRETEDOR DE CERA VERTICAL A VAPOR VOLTAGEM DE 220 VOLTS EM ACO INOX AISI 304 DE 2500W, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10568, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

DERRETEDOR DE CERA VERTICAL A VAPOR VOLTAGEM DE 220 VOLTS EM ACO INOX AISI 304 DE 2500W, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 11714, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

MESA DE INOX PARA MANIPULACAO DE ALIMENTOS INOX 304, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10407, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

MESA DE EXTRACAO DE MEL DE 55x38x65 EM INOX AISI 304, NÚMERO DO PATRIMÔNIO 10556, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

PARTES: O Município de Salto do Lontra, CNPJ º 76.205.707/0001-04 e à Associação Lontrense de Apicultores e Meliponicultores - ALAMEL, inscrita no CNPJ nº 42.723.723/0001-69, com sede na localidade denominada Rua Setembrino Castanho Oliveira, 255, Jardim Floresta, Salto do Lontra/PR, Estado do Paraná.

PRAZO: 21 de agosto de 2026 à 12 de agosto de 2036.
VALOR: Sem ônus.
LEGISLAÇÃO: Lei Municipal nº 654 de 20 de agosto de 2026.

Salto do Lontra, 21 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:07A3E8D0

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE COMODATO

OBJETO: O Comodante é proprietário do seguinte bem Móvel:

SEMEADEIRA DE INVERNO DO TIPO PANTOGRAFICA, COMPOSTO POR 17 LINHAS COM ESPACAMENTO MINIMO DE 17,6 EQUIPADA COM SISTEMA CENTRAL DE LUBRIFICACAO MARCA PLANTICENTER MODELO SFR PLUS 17 LINHAS NUMERO DE SERIE SFR17000PGP00183FR011 NÚMERO DO PATRIMÔNIO 11581, DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO.

PARTES: O Município de Salto do Lontra, CNPJ º 76.205.707/0001-04 e à Associação um Olhar para o Futuro da Linha Casteli, inscrita no CNPJ nº 37.586.528/0001-02, com sede na localidade denominada Linha Casteli, zona rural, Salto do Lontra/PR, Estado do Paraná.

PRAZO: 21 de agosto de 2026 à 03 de agosto de 2036.
VALOR: Sem ônus.
LEGISLAÇÃO: Lei Municipal nº 653 de 20 de agosto de 2026.

Salto do Lontra, 21 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:48AEBDEF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
ATO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR Nº 08/2026.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Amélia – PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 3½ (três e meia) diárias no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), totalizando R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) ao vereador RAFAEL ABNER SEVERINO, Matrícula: 150011, para deslocamento até a cidade de Curitiba/PR, a fim de participar do curso "COOPERAÇÃO ENTRE PODERES PARA UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE – FISCALIZAÇÃO E GOVERNANÇA DE ACORDO COM NOVAS EXIGÊNCIAS DO TCE", a ser realizado nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2026 na cidade de Curitiba/PR.

Registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Santa Amélia/Pr, 21 de agosto de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente

EVALMIR APARECIDO SIVIERO
Vice- Presidente

MARCIA DE FATIMA MENEGHIN DE SOUZA
1ª Secretaria

JURANDIR DE CAMPOS
2º Secretário

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:46D62347

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 75/2026

CONSIDERANDO as alterações na estrutura administrativa advindas com a Lei Municipal nº 1606 de 22 de dezembro de 2023;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização cadastral e disponibilização de informações a órgãos de controle externo;
CONSIDERANDO a necessidade de designação de um servidor para acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame;
CONSIDERANDO o teor da Recomendação Administrativa n° 03/2024 do Ministério Público do Estado do Paraná no Procedimento Administrativo nº MPPR-0130.24.000060-9;
CONSIDERANDO as novas disposições previstas na Resolução Nº 02/2026 que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Poder Legislativo de Santa Amélia e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 38 do Regimento Interno, bem como inciso II do parágrafo 2º do artigo 2º e artigo 3º da Lei Municipal nº 1606/2023,

RESOLVE:

Art. 1° **Designar** o servidor público **Eduardo Carlos de Oliveira**, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, para desempenho de atribuições de Agente de Contratação, conforme legislação vigente e atualizada, respondendo pelos respectivos serviços prestados a Câmara Municipal de Santa Amélia/PR.

Art. 2° Autorizar o pagamento de gratificação somente quando da prática de atos em conformidade ao previstos na Recomendação Administrativa n° 03/2024 do Ministério Público do Estado do Paraná no Procedimento Administrativo nº MPPR-0130.24.000060-9.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, 17 de agosto de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente da CMSA-PR

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:00CA6B83

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 77/2026

O Senhor Rafael Abner Severino, Presidente da Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, usando das suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e considerando o requerimento de pedido de diárias;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 3½ (três e meia) diárias no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), totalizando R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), ao servidor EDUARDO CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula: 150004, para deslocamento até a cidade de Curitiba, a fim de participar do curso "COOPERAÇÃO ENTRE PODERES PARA UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE – FISCALIZAÇÃO E GOVERNANÇA DE ACORDO COM NOVAS EXIGÊNCIAS DO TCE", a ser realizado nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2026 na cidade de Curitiba/PR.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Santa Amélia/Pr, 21 de agosto de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:D35203B2

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 78/2026

O Senhor Rafael Abner Severino, Presidente da Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, usando das suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e considerando o requerimento de pedido de diárias;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 3½ (três e meia) diárias no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), totalizando R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), ao servidor REINALDO DE OLIVEIRA BRUNIERA, matrícula: 73, para deslocamento até a cidade de Curitiba, a fim de participar do curso "COOPERAÇÃO ENTRE PODERES PARA UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE – FISCALIZAÇÃO E GOVERNANÇA DE ACORDO COM NOVAS EXIGÊNCIAS DO TCE", a ser realizado nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2026 na cidade de Curitiba/PR.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Santa Amélia/Pr, 21 de agosto de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:8A46E391

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE CONTRATAR os itens vencidos pela empresa BOQUINHAS APRENDIZAGEM E ASSESSORIA LTDA - ME, CNPJ: 09.508.047/0001-35, no Inexigibilidade nº 7/2026
OBJETO: Contratação de Cursos e Materiais Pedagógicos para atender a rede de ensino
VALOR CONTRATADO: 84.115,00 (Oitenta e Quatro Mil, Cento e Quinze Reais)
DATA DO CONTRATO: 19/08/2026
VALIDADE: 12 MESES

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:B64AE086

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 105/2026

SÚMULA: O Chefe do Poder Executivo dá publicidade ao ato de convocação não atendido pelo candidato aprovado e convocado a preencher vaga do Concurso Público nº 001/2025.

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
Considerando o requerimento protocolado sob nº 076/2026, de 21/08/2026, que solicitou a DESISTÊNCIA do cargo de provimento efetivo de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**.
R E S O L V E
Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo informa que **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**, brasileiro, inscrito no RG. nº 309.***.7*4-1/SSPRS e do CPF 022.***.8*0-02, residente e domiciliado na rua Roque Fortunato Otenio, 140 - C. H José Galdino da Costa – Santa Amélia - PR, CEP 86.370-000, candidato aprovado no Concurso Público - Edital nº 001/2025, classificado em 2º lugar no geral para o provimento do cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**, conforme resultado final homologado 30/03/2026, **SOLICITOU A SUA DESISTÊNCIA** referente ao cargo para o qual foi Convocado por meio do Edital do convocação nº 035/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/08/2026. Edição 3594
Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 21 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:9643797B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 560/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
Considerando o requerimento protocolado sob nº 076/2026, 21/08/2026, de autoria da servidora pública municipal MARIA EDUARDA PORCINELLI.
RESOLVE:
Art. 1º Fica concedido a servidora pública municipal MARIA EDUARDA PORCINELLI, matrícula 3633-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar Administrativo III, horário especial para frequentar o estágio curricular obrigatório do curso de graduação em Agronomia – pela UNOPAR – Campus de Bandeirantes – PR, com carga de 200 horas, no período de 21 de agosto de 2026 a 29 de outubro de 2026.
Art. 2º A servidora deverá compensar o horário respeitada a duração semanal do trabalho, de acordo com o parágrafo único, do art. 92 da lei Municipal n° 1108/2005.
Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 21 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:E7ECD93A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA Nº. 004/2026 - SAMAE

Autorização de Diária nº. 004/2026

Fica AUTORIZADO o **Sr. Joselito da Luz, ocupante do cargo de Diretor Presidente do Samae, o valor de R$ 200,00 - (duzentos reais), referente a 01 (uma) diária para viagem até a cidade de Maringá, Estado o Paraná, no dia 18/08/2026** para para "Levar motor e bomba de água para reparos e manutenção, no município de Maringá."

OBJETIVO
Viagem até a cidade de Maringá, Estado o Paraná, no dia 18/08/2026 para "Levar motor e bomba de água para reparos e manutenção, no município de Maringá."
.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal nº 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo I, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão,18 de Agosto de 2026.

CLÁUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:21F3CFFA

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 26/2026

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 26/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, Forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com aplicação do Sistema Registro de Preços.

Objeto:	Registro de preços para aquisição de MEDICAMENTOS FALTANTES.	
Recebimento de propostas:	ATÉ DATA: 10/09/2026	Horário: 08h
Abertura e análise das propostas:	Data: 10/09/2026	Horário: 09h
Início da sessão:	Data: 10/09/2026	Horário: 09h
Local:	Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://www.bnc.org.br)	
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por ITEM	
Valor máximo:	**R$ 973.359,20 (novecentos e setenta e três mil trezentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos).**	

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, sita na Rua Jerônimo Farias Martins n° 514, ou pelo e-mail: licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br.
.

Santa Cecília do Pavão, 21 de agosto de 2026.

MARCOS VINÍCIUS DUARTE
Pregoeiro

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:76E75689

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2026

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, Forma **PRESENCIAL**, do **tipo MENOR PREÇO**, com aplicação do **Sistema Registro de Preços**.

Objeto:	**REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DE ACORDO COM O PROGRAMA CUIDA MAIS PARANÁ, CONFORME DELIBERAÇÃO Nº 005/2026 – CEDIPI/PR.**	
Credenciamento e entrega de Envelopes n. 1 e 2:	Data: 14/09/2026	Horário: 08:00 às 08:30h
Início da sessão:	Data: 14/09/2026	Horário: 08:30h
Local:	Departamento de Licitação, sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, Rua Jerônimo Farias Martins, 514, centro, Santa Cecília do Pavão-PR	
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por ITEM	
Valor máximo:	**R$ 28.880,04 (vinte e oito mil oitocentos e oitenta reais e quatro centavos).**	

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, sita na Rua Jerônimo Farias Martins n° 514, ou pelo e-mail: licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br.
.
Santa Cecília do Pavão, 21 de agosto de 2026.

MARCOS VINÍCIUS DUARTE
Pregoeiro

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:6020C066

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026

Inexigibilidade nº 10/2026 – Autorizo a despesa, emissão de empenho para pagamento das taxas de direitos autorais devidas ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, decorrentes da execução pública de obras musicais, literomusicais e fonogramas nos eventos, festividades, solenidades e demais atividades promovidas, apoiadas ou realizadas pelo Município, conforme memorando anexo. Informo que o valor estimado da despesa é de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).** Em favor do **ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD** portadora do **CNPJ: 00.474.973/0001-62.** Em conformidade com o art. 26 da Lei 14.133/21, com base no artigo 25, inciso I da Lei nº 14.133/21.

Santa Cecília do Pavão, 21 de agosto de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:804EE6DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA-SCP Nº. 011/2026 - SAMAE

PORTARIA-SCP Nº. 011/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art, 1º) - Conceder ao Sr. **Ricardo Antonio Silva,** ocupante do Cargo de Agente de Administração, Símbolo: AgA/19/V/17, com F.G. Chefe da Seção de Compras, Licitação e Patrimônio, **10 (dez) dias de férias**, no período de 26/08/2026 a 04/09/2026, referente ao período aquisitivo de 20/09/2024 a 19/09/2025.

Art. 2º) - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, aos 21 de Agosto de 2026.

JOSELITO DA LUZ
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:8C33867B

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL 20/2026

PREGÃO PRESENCIAL 20/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 20/2026

Validade da ata: de 21/08/2026 até 21/08/2027

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, Estado de PARANÁ, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA CECILIA DO PAVAO PR, de um lado o MUNICIPIO DE SANTA CECILIA DO PAVAO PR DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.290.691/0001-77, neste ato representado peloCLAUDIO COVRE, BRASILEIRO, Casado(a), portador da cédula de identidade RG sob o n.º 59596560, XXX/MATO GROSSO e CPF sob o n.º 848.208.539-53, doravante denominado "MUNICÍPIO", e do outro lado o(s) fornecedor(es) **CLOVIS TAMAKI MARCELINO & SESTARE LTDA** CPF/CNPJ: 09.509.295/0001-09 estabelecido(a) à Rua CENTRO CENTRO - SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR representado(a) neste ato por CLOVIS TAMAKI MARCELINO, portador(a) da cédula de identidade RG sob nº 0 XXX MATO GROSSO e do CPF nº 813.311.859-04 **HENRIQUE MASSAO ITO DUTRA** CPF/CNPJ: 15.358.601/0001-48 estabelecido(a) à Avenida PRESIDENTE VARGAS 471 CENTRO - SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR representado(a) neste ato por HENRIQUE MASSAO ITO DUTRA, portador(a) da cédula de identidade RG sob nº _____ PARANÁ e do CPF nº 101.825.659-80 **KARINA APARECIDA DA SILVA CARVALHO MERCADO LTDA** CPF/CNPJ: 21.534.063/0001-06 estabelecido(a) à Rua OLICIO MONTEIRO 10 JARDIM OURO BRANCO - SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR representado(a) neste ato por JORGE HENRIQUE DE CARVALHO LIMA, portador(a) da cédula de identidade RG sob nº _____ e do CPF nº 077.846.589-66, sendo possível contato do mesmo através do e-mail karina.15mariano@hotmail.com e telefone nº (43) 91532166 **NIKKEY COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA** CPF/CNPJ: 62.390.734/0001-81 estabelecido(a) à Avenida ANTONIO BRANDAO DE OLIVEIRA 1151 SALA B CENTRO - JATAIZINHO-PR representado(a) neste ato por ALEXANDRE SEXTAK BASTISTELA, portador(a) da cédula de identidade RG sob nº 49981686 SSP-PR PARANÁ e do CPF nº 822.630.949-20 , doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos e alterações posteriores e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial 20/2026, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUAS CARACTERISTICAS
A presente Ata tem por objeto o registro de preços tem por objeto AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS, conforme Anexo I – Discriminação dos itens.

Os itens registrados serão adquiridos de acordo com a necessidade do(a) MUNICIPIO DE SANTA CECILIA DO PAVAO.

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
HENRIQUE MASSAO ITO DUTRA	15.358.601/0001-48	R$ 270.350,00
KARINA APARECIDA DA SILVA CARVALHO MERCADO LTDA	21.534.063/0001-06	R$ 59.645,00
CLOVIS TAMAKI MARCELINO & SESTARE LTDA	09.509.295/0001-09	R$ 54.319,00
NIKKEY COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	62.390.734/0001-81	R$ 64.100,00
Total:		**R$ 448.414,00**

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:27F51514

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2.822/2026

DECRETO Nº 2.822/2026

SÚMULA: Institui o Plano de Comunicação, Mobilização e Transparência da Política Municipal de Alfabetização de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, prefeito do município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar ampla publicidade às ações, programas, metas e resultados da Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO a importância da participação das famílias, dos profissionais da educação, das instituições e da comunidade no processo de alfabetização;

CONSIDERANDO os princípios da publicidade, transparência, participação social e acesso à informação que regem a Administração Pública;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 2.812/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer os mecanismos de comunicação, mobilização social, transparência e controle social relacionados à Política Municipal de Alfabetização;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Plano de Comunicação, Mobilização e Transparência da Política Municipal de Alfabetização de Santa Cruz de Monte Castelo, na forma do Anexo Único deste Decreto, como instrumento estratégico integrante da governança da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º O Plano de que trata este Decreto tem por finalidade assegurar ampla divulgação das diretrizes, ações, programas, metas, resultados e demais informações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização, bem como promover a participação social e o compromisso coletivo com a garantia do direito à alfabetização.

Art. 3º A coordenação, execução e acompanhamento do Plano competirão à Secretaria Municipal de Educação – SME, em articulação com o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEM, instituído nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer procedimentos, instrumentos, cronogramas e demais medidas necessárias à implementação do Plano, observadas as disposições deste Decreto e de seu Anexo Único.

Art. 5º A divulgação das informações decorrentes da execução do Plano observará os princípios da publicidade, transparência, participação social e acesso à informação, respeitadas as hipóteses legais de sigilo e as normas relativas à proteção de dados pessoais.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Educação, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, podendo ser suplementadas, se necessário, na forma da legislação vigente.

Art. 7º O Plano de Comunicação, Mobilização e Transparência poderá ser atualizado ou aperfeiçoado sempre que necessário, mediante ato da Secretaria Municipal de Educação, observadas as competências do Comitê Estratégico Municipal e a legislação vigente.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
PLANO DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O Plano de Comunicação, Mobilização e Transparência da Política Municipal de Alfabetização constitui instrumento estratégico de governança destinado a conferir publicidade e transparência às ações da Política Municipal de Alfabetização e a promover a participação social no processo de alfabetização.

Parágrafo único. O Plano será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação – SME, em articulação com o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEM.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos do Plano de Comunicação, Mobilização e Transparência:

I – dar ampla publicidade aos fundamentos, diretrizes, metas e ações da Política Municipal de Alfabetização, instituída pelo Decreto Municipal nº 2.812/2026;

II – ampliar o conhecimento da comunidade escolar e da sociedade em geral acerca do direito à alfabetização na idade adequada;

III – mobilizar famílias, profissionais da educação e comunidade para o engajamento ativo no processo de alfabetização;

IV – divulgar programas, formações, avaliações, materiais didáticos e ações pedagógicas implementadas;

V – disseminar práticas exitosas desenvolvidas pelas unidades escolares;

VI – divulgar resultados e avanços dos indicadores de alfabetização e de recomposição das aprendizagens;

VII – fortalecer a participação social, o controle social e o compromisso coletivo com a alfabetização.

CAPÍTULO III
DOS PÚBLICOS-ALVO

Art. 3º As ações de comunicação e mobilização serão direcionadas aos seguintes públicos:

I – público interno:

a) profissionais da educação, incluindo professores da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos – EJA, coordenadores pedagógicos, diretores e equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação;

b) integrantes do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEM.

II – público externo:

a) estudantes da Rede Municipal de Ensino;

b) pais, responsáveis e famílias dos estudantes;

c) Conselhos Municipais, especialmente o Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB e o Conselho Tutelar;

d) órgãos de controle e instituições parceiras, incluindo Ministério Público, Tribunal de Contas, Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Educação – SEED e Ministério da Educação – MEC;

e) sociedade em geral.

CAPÍTULO IV
DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Art. 4º Para a divulgação das informações relativas à Política Municipal de Alfabetização serão utilizados, preferencialmente em formato acessível, os seguintes canais:

I – canais institucionais oficiais:

a) sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo;

b) espaço específico e de fácil acesso no Portal da Transparência;

c) redes sociais institucionais da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação;

d) boletins informativos e comunicados oficiais, inclusive circulares e comunicações eletrônicas;

II – canais das unidades escolares:

a) reuniões de pais e responsáveis;

b) reuniões pedagógicas e conselhos de classe;

c) murais informativos das escolas e CMEIs;

d) agendas escolares e aplicativos de comunicação utilizados pelas unidades escolares;

III – outros meios de comunicação e mobilização:

a) rádio local e jornais ou portais de notícias da região;

b) eventos, campanhas, encontros e ações de mobilização comunitária;

c) materiais impressos, tais como cartazes, folders e informativos.

Art. 5º A transparência da Política Municipal de Alfabetização será promovida mediante a disponibilização, em espaço específico do Portal da Transparência, sempre que cabível e observada a legislação aplicável, dos seguintes documentos e informações:

I – o Decreto Municipal nº 2.812/2026 e suas alterações;

II – a Portaria Municipal nº 2.969/2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal – CEM, e suas alterações;

III – o Plano de Ação Anual da Política Municipal de Alfabetização;

IV – relatórios de monitoramento e acompanhamento das ações, resultados e indicadores de alfabetização;

V – documentos orientadores, normativos e demais instrumentos relacionados à implementação da Política Municipal de Alfabetização, tais como manuais, roteiros de avaliação e orientações técnicas;
VI – atas das reuniões do Comitê Estratégico Municipal – CEM, observadas as disposições legais relativas à proteção de dados pessoais e às hipóteses de sigilo.

CAPÍTULO V
DAS ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Art. 6º Constituem estratégias de mobilização social para o engajamento da comunidade na promoção da alfabetização:

I – junto às famílias:
a) promoção de oficinas, palestras e reuniões de sensibilização sobre a importância da participação e do acompanhamento do processo de alfabetização;
b) realização e incentivo de atividades de leitura em família;
c) compartilhamento de informações sobre aprendizagem de forma clara, acessível e adequada aos diferentes públicos;

II – junto à comunidade:
a) realização de campanhas municipais de incentivo à leitura;
b) criação, incentivo ou fortalecimento de espaços de leitura comunitários;
c) realização de eventos de valorização dos profissionais da educação envolvidos com a alfabetização;

III – junto às escolas:
a) promoção de mostras pedagógicas e feiras literárias;
b) incentivo à troca de experiências e práticas exitosas entre as unidades escolares;
c) divulgação das ações realizadas pelas escolas em prol da alfabetização.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DO PLANO

Art. 7º A implementação, execução e o monitoramento do Plano de Comunicação, Mobilização e Transparência competirão à Secretaria Municipal de Educação – SME, com o apoio do Comitê Estratégico Municipal – CEM.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação manterá registros das ações realizadas no âmbito do Plano, incluindo publicações, materiais produzidos, registros fotográficos, relatórios de alcance e engajamento, links, registros de participação e demais evidências necessárias à comprovação, ao acompanhamento e à avaliação das ações.

Parágrafo único. O Comitê Estratégico Municipal analisará periodicamente os resultados das ações de comunicação e mobilização, podendo propor ajustes, aperfeiçoamentos e novas estratégias, de acordo com as necessidades identificadas.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A divulgação de documentos, informações, resultados e demais conteúdos relacionados à Política Municipal de Alfabetização observará os princípios da publicidade, transparência, participação social e acesso à informação, respeitadas as hipóteses legais de sigilo e as normas relativas à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

Art. 10. A execução das ações previstas neste Plano deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e as dotações próprias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11. O presente Plano integra o Decreto Municipal nº 2.822/2026, produzindo efeitos a partir da data de sua publicação.

Santa Cruz de Monte Castelo – PR, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:E6D135E3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 119/2026

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 119/2026, DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°114/2026.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 75.462.820/0001-02, com sede administrativa na Av. Paulo Libânio, nº 700, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Willian Cezar Viega.
CESSIONÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO - APAE, associação civil beneficente de assistência social, inscrita no CNPJ sob o nº 73.274.169/0001-03, com sede na Avenida Laércio Aparecido Ribeiro, nº 977, Centro, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Laudenir Martins Pereira.
INTERVENIENTE: Angelita Ana Saraiva Rafeh, Diretora da Escola Maria do Rosário Torre.
OBJETO: Cessão de uso gratuita de 01 (um) Veículo Automotor de Passeio Tipo Sedan, marca/modelo FIAT CRONOS DRIVE 1.3 GSE MT FLEX, ano de fabricação/modelo 2025/2025, Placa UCB-8A28, Renavam 1496250530, Chassi 8AP359AFUTU481328, Tombamento Patrimonial (Chapa) nº 16910. O veículo possui valor patrimonial de R$ 110.900,00 e foi adquirido com recursos do Convênio nº 1055/2025 firmado junto à Secretaria de Estado das Cidades (SECID).
FINALIDADE: Suporte logístico ao atendimento e transporte vinculado à Escola Maria do Rosário Torre (Modalidade Educação Especial), para execução de serviços socioassistenciais e educacionais.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 928/2026.
VIGÊNCIA: O prazo da cessão será de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado mediante Termo Aditivo.
FORO: Comarca de Loanda - Estado do Paraná.
DATA DA ASSINATURA: Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 20 de agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:9DEF9C06

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR

MODALIDADE: DISPENSA Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

TIPO: Menor Preço**.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES LANTANA, BEM COMO SUBSTRATO, FERTILIZANTE E CALCÁRIO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E PAISAGISMO NESTA MUNICIPALIDADE.

VALOR ESTIMADO: R$ 19.330,00 (dezenove mil trezentos e trinta reais).

DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/08/2026 ÀS 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 01/09/2026 ÀS 17h00min

INTERVALO MÍNIMO: 3 (TRÊS DIAS)

SESSÃO DE JULGAMENTO: 02/09/2026 às 14h00min

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
propostalicitacao@scmc.pr.gov.br

LINK DO EDITAL: *https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes*

HORÁRIO DE REFERÊNCIA: Horário de Brasília/DF.

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, no endereço *https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes.*

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, sito à Avenida Paulo Libânio, n° 700, centro, neste município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, ou através do e-mail licitacao@scmc.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3900-3707, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 21 de agosto 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:B259E384

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 112/2026
DO TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 112/2026 DO TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 112/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 116/2026
CEDENTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR – CNPJ nº 75.462.820/0001-02
CESSIONÁRIA: ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – ASEMONC – CNPJ nº 41.019.970/0001-16
OBJETO: Cessão de uso, a título gratuito e sem transferência de domínio ou propriedade, de veículo automotor tipo ônibus, de propriedade do Município.
IDENTIFICAÇÃO DO BEM CEDIDO: Marca/modelo MARCOPOLO/VOLARE W12 R, tipo ônibus, categoria oficial, ano de fabricação/modelo 2026/2027, cor laranja, combustível diesel, placa UCJ-3H48, RENAVAM 01504249051, chassi nº 93PBF5C3JVC106077, tombamento (chapa) nº 16912, registro TCE/PR nº 18183, no valor de R$ 953.000,00 (novecentos e cinquenta e três mil reais).
FINALIDADE: Transporte dos estudantes universitários do Município de Santa Cruz de Monte Castelo às instituições de ensino superior.
ORIGEM DO BEM: Convênio nº 2191/2025 (SIT 78642) – Secretaria de Estado das Cidades – SECID/PR.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 930/2026, de 12 de agosto de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 13 de agosto de 2026, Edição nº 3594.
VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos, contados da data da entrega do veículo à cessionária.
DATA DE ASSINATURA: 19 de agosto de 2026.
Cumpra-se, Registre-se e Publique-se.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 20 de agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:C0A3075B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº244/2026

Dispõe sobre substituição de membro do Conselho do SANTA FÉ-PREV e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e no disposto no Art. 4º, inciso III do Decreto nº218/2026, de 30 de julho de 2026.

DECRETA

Art. 1º - Substituir temporariamente Membro do Conselho Fiscal do Instituto de Previdenciário Municipal – SANTA FE-PREV, que compõe o art. 4º, inciso III, do Decreto nº218/26, cumprindo assim o que determina o Art. 12-B da Lei Complementar, nº06, de 2026.

I – Fica o Servidor **DIEGO FERNANDES DE LIMA**, Matricula 201221, CPF nº055.425.879-09, Membro titular que se encontra de férias conforme a Portaria nº021/26, pelo período de 17/08/26 a 11/09/26, SUBSTITUIDO pelo seu suplente o servidor **ANTONIO MARCOS MOLONHA**, Matricula 201000, CPF Nº 020.089.469-24, Membro Suplente até o fim Das férias em questão

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 21 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:B29C701F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO 015/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.291418/0001-67, com sede na Av. Presidente Kennedy, 717, Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo **Prefeito**, **Sr. EDSON PALOTTA NETTO**, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a Sra. **ANGELICA PATRICIA RICARDO DA SILVA,** brasileira, casado, RG nº 10.559.863-7 - SESP-PR, inscrita no CPF sob n.º 068.148.049-13, residente e domiciliado no município de Munhoz de Melo - PR, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, acordam:

A CONTRATANTE e o CONTRATADO, em 12 de fevereiro de 2026, firmaram o contrato Nº. 021/26 com prazo de duração do dia 12 de fevereiro de 2026 até o dia 18 de dezembro de 2026, no cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 horas, como previsto na cláusula 1ª do referido Contrato Administrativo.

A CONTRATADA, por força do instrumento ora DISTRATADO, fica acordado que seus serviços foram prestados até o dia 30 de agosto de 2026, tendo em vista seu registro no ponto em seu local de trabalho.

A CONTRATADA, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia estabelecida na CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato nº 021/2026, proporcionalmente até a data de serviços efetivamente prestados, caso ainda possui subsídios a receber.

A CONTRATADA outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a

que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

As partes, de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Santa Fé - PR para resolver as dúvidas, os casos omissos que por ventura restem sobre o presente instrumento e eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

E, por estarem assim justas e distratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza seus efeitos legais .

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 20 de agosto de 2026.

ANGELICA PATRICIA RICARDO DA SILVA
Distratado

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal
Distratante

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:F9609E55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº091/2026

Dispõe sobre substituição de membro do Conselho do SANTA FÉ-PREV e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e no disposto no Art. 4º, inciso III do Decreto nº218/2026, de 30 de julho de 2026.

RESOLVE

Art. 1º - Substituir temporariamente Membro do Conselho Fiscal do Instituto de Previdenciário Municipal – SANTA FE-PREV, que compõe o art. 4º, inciso III, do Decreto nº218/26, cumprindo assim o que determina o Art. 12-B da Lei Complementar, nº06, de 2026.

I – Fica o Servidor **DIEGO FERNANDES DE LIMA**, Matricula 201221, CPF nº055.425.879-09, Membro titular que se encontra de férias conforme a Portaria nº021/26, pelo período de 17/08/26 a 11/09/26, SUBSTITUIDO pelo seu suplente o servidor **ANTONIO MARCOS MOLONHA**, Matricula 201000, CPF Nº 020.089.469-24, Membro Suplente até o fim Das férias em questão

Esa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 21 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:41F01C69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº092/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o protocolado sob o nº.2021/2026,

RESOLVE

Art. 1º - Fica a Servidora MARINA DO NASCIMENTO GONÇALVES, Diretora do CRAS- Centro de Referência da Assistência Social, CPF nº085.614.629-30, Matricula 401.611, designada para responder pela Secretaria de Assistência Social, pelo período de 24/08/26 a 07/09/26, em substituição as férias da Secretária Daniela Moris, concedida através da Portaria nº078, publicada no jornal da AMP, pagina 384, de 29/07/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 21 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:F88B1753

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 093/2026

Nomeia Comissão Gestora para Elaboração do Plano Municipal de Educação de Santa Fé, e dá outras providencias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

- **CONSIDERANDO**, a necessidade de planejar as políticas educacionais do município para os próximos dez anos;

- **CONSIDERANDO**, a necessidade de elaboração do novo Plano Municipal de Educação – PME, em consonância com o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação e a legislação vigente;

- **CONSIDERANDO**, a Lei nº 2422/2025, que "Prorroga, até 31 de dezembro de 2026, a vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado por meio da Lei nº 1.831, de 22 de junho de 2015";

- **CONSIDERANDO**, a necessidade de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração, com os entes federados, a fim de definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação, para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas;

- **CONSIDERANDO**, que o PME se dá por um processo coletivo, em conjunto com a sociedade civil organizada, movimentos sociais e o poder público, mas, para além do processo de elaboração, escrita e aprovação do PME, se faz necessário organizar os procedimentos de implementação, monitoramento e avaliação;

- **CONSIDERANDO**, que a Secretaria Municipal de Educação possui o dever de assegurar o apoio técnico e administrativo para as ações de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Gestora para Elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) para o período de 2026 a 2036.

Art. 2º - Designar a Comissão Gestora responsável por coordenar os trabalhos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação – PME, composta pelos seguintes membros:

I - Coordenadora: **Léslier Maria Pelegrini** - Secretária Municipal de Educação;
II - **Gislaine Righeto Ferreira** - Articuladora Municipal
III - **Jaqueline Thomazella Biazon** - Representante da Coordenação Pedagógica;
IV - **Marta Eloisa Lalli** - Representante dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
V - **Maria Aparecida de Almeida** - Representante da Educação Infantil;
VI - **Amanda dos Santos Fabrin Bottan** - Representante do Poder Executivo Municipal;
VII - **Maraísa Lúcio de Santana** - Representante da Equipe Técnica da Secretaria de Educação;
VIII - **Nayara Cristina Bottan Vailante** - Diretora Pedagógica
IX - **Dirlene Viana Barbosa** - Representante do Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º - Compete à Comissão Gestora:
I – coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação;
II – organizar e acompanhar os trabalhos da Equipe Técnica;
III – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, o Fórum Municipal de Educação e demais órgãos envolvidos;
IV – coordenar consultas públicas, reuniões, audiências e demais ações de participação social;
V – acompanhar a consolidação do documento-base do PME;
VI – encaminhar a proposta final ao Fórum Municipal de Educação e, posteriormente, ao Poder Executivo para envio ao Poder Legislativo;
VII – acompanhar a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Educação durante sua vigência.

Art. 4º - A Comissão Gestora poderá convidar especialistas, representantes de instituições públicas e privadas e membros da sociedade civil para colaborar com os trabalhos, sempre que necessário.

Art. 5º - A participação na Comissão Gestora será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 6º - Fica a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes autorizada a editar instruções normativas para fiel cumprimento deste decreto.

Art. 7º - As despesas necessárias à execução deste decreto ficam condicionadas ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 21 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:DC2FBBAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº094/2026

Nomeia Equipe Técnica de apoio a Comissão Gestora de Elaboração e Implementação do Plano Municipal de Educação e dá outra providencias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração do novo Plano Municipal de Educação – PME, em consonância com o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação e as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação;

CONSIDERANDO a importância da participação técnica no levantamento de dados, diagnóstico educacional, sistematização das informações e elaboração da proposta do Plano Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Equipe Técnica de apoio à Comissão Gestora, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação – PME, do Município de Santa Fé, PR.

Art. 2º - A Equipe Técnica será composta pelos seguintes membros:

- Coordenadora: **Lourdes Mendes Arantes**
- **Gislaine Righeto Ferreira**
- **Nayara Cristina Bottan Vailante**
- **Maraísa Lúcio de Santana**

Art. 3º - A Equipe Técnica constituí instância de caráter técnico-operacional, responsável pela condução metodológica, levantamento, análise e sistematização de dados, bem como pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º - Compete à Equipe Técnica:

I – Realizar estudos e levantamentos da realidade educacional do Município;

II - Levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais (INEP, IBGE, Plataforma do PAR, Sistema Estadual de Educação, Censo Escolar e demais bases pertinentes);

III - Subsidiar tecnicamente a Comissão Gestora e o Fórum Municipal de Educação;

IV – Elaborar a minuta do Plano Municipal de Educação e suas respectivas metas, estratégias e indicadores;

V – Acompanhar as discussões públicas e promover os ajustes necessários no documento;

VI – Desenvolver outras atividades necessárias ao processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º - A participação dos membros da Equipe Técnica será considerada de relevante interesse público, não gerando qualquer remuneração adicional.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 21 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:23FD7DC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº095/2026.

Dispõe sobre jornada suplementar de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando, o art. 48, da Lei Municipal nº1618/11 e o Memorado emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

RESOLVE

Art. 1º - Designar a professora abaixo para exercer a jornada suplementar de 20(vinte) horas semanais na função de docente para o período de 01 de setembro e termino dia 18 de dezembro de 2026.

I – LEILA REGINA BORGES PILEGI – Matricula nº.201.582.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 21 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:31360B0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74, Inciso III, alínea "f" da Lei Federal nº 14.133/21, conforme solicitação, justificativas, cotações de preços, termo de referência, parecer jurídico, documentação de habilitação e proposta comercial, nos termos e condições a seguir:
INEXIGIBILIDADE Nº 42/2026 - PMSF
TERMO DE FOMENTO Nº 15/2026-PMSF
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
BENEFICIÁRIO: CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO DE SANTA FÉ - CNPJ/MF sob o nº 80.911.035/001-11
RESUMO DO OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, com recursos provenientes de VERBA IMPOSITIVA, autorizado pela Câmara Municipal, através do Ofício nº 34/2025, para pagamento de vencimento e salários, para melhoria no atendimento a idosos acima de 60 anos de idade, em forma de residência, no Centro de Convivência do Idoso de Santa Fé.

VALOR TOTAL: R$ 289.700,53 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos reais e cinquenta e três centavos).
DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 30 de junho de 2027.

RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 21 de agosto de 2026.

DANIELA MORIS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:77388668

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74, Inciso III, alínea "f" da Lei Federal nº 14.133/21, conforme solicitação, justificativas, cotações de preços, termo de referência, parecer jurídico, documentação de habilitação e proposta comercial, nos termos e condições a seguir:
INEXIGIBILIDADE Nº 43/2026 - PMSF
TERMO DE FOMENTO Nº 16/2026-PMSF
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
BENEFICIÁRIO: ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ – PR
CNPJ/MF sob o nº 05.649.638/0001-71
RESUMO DO OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, com recursos provenientes de VERBA IMPOSITIVA, autorizado pela Câmara Municipal, através do Ofício nº 34/2025, para a execução do objeto proposto no Plano de Trabalho apresentado pela entidade ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ.
VALOR TOTAL: R$ 41.385,79 (quarenta e um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e nove centavos).
DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 31 de janeiro de 2027.

RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 21 de agosto de 2026.

LÉSLIER MARIA PELEGRINI
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:30DE09F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE, A SERVIDORA LUCINEIA MARIA RAMOS MOSCON, LICENÇA À GESTANTE.

PORTARIA Nº 16.012
Data: 24.08.2026

Concede, a servidora LUCINEIA MARIA RAMOS MOSCON, Licença à Gestante.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a necessidade de garantir os direitos assegurados às servidoras públicas municipais em conformidade com a legislação vigente;
CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico confirmando o parto e a necessidade do afastamento para recuperação da servidora e amamentação do recém-nascido;
CONSIDERANDO, o compromisso da Administração Municipal com a saúde e bem-estar dos servidores, bem como a promoção do convívio familiar nos primeiros meses de vida da criança;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, à servidora pública municipal **LUCINEIA MARIA RAMOS MOSCON**, CPF nº 060.***.***-30, lotada na Secretaria da Fazenda, Licença à Gestante, nos termos do art. 146 da Lei Complementar Municipal nº 24, de 19 de dezembro de 2022, pelo período de 21 de agosto de 2026 a 18 de dezembro de 2026.

Art. 2º Durante o período da licença, a servidora fará jus à integralidade de sua remuneração, conforme previsto na legislação vigente.

Art. 3º- Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 21 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, em 24 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:20768681

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECÍFICA.

PORTARIA Nº 16.013
Data: 24.08.2026

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES aos servidores que específica.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o direito adquirido dos servidores às férias regulamentares, conforme disposto na legislação municipal vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o bem-estar dos servidores públicos;

CONSIDERANDO a importância de organizar o gozo de férias de forma a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais à população;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos do artigo 167 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **férias regulamentares,** aos servidores listados a seguir:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
JULIO CEZAR DE MATTIA WALKE	084.***.***-59	17/08/2026	2025/2026
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
JALMA CLAUDETE PINTO STEINER	015.***.***-23	15/07/2026	2025/2026
SECRETARIA DA FAZENDA			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
ROSEMAR DA SILVA DIAS VACARIN	026.***.***-14	17/08/2026	2019/2020

Art.2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições contidas no artigo primeiro.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, 24 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:246D4B4E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.962, DE 21 DE AGOSTO DE 2026. CONVOCA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CMPD-SIO, DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS

DECRETO Nº 3.962, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Convoca a II Conferência Municipal Extraordinária para Eleição dos Membros do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO, do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, Estado do Paraná, ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JÚNIOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,
CONSIDERANDO as diretrizes nacionais da política urbana estabelecidas pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, especialmente quanto à gestão democrática da cidade e à participação da população na formulação, execução e acompanhamento das políticas de desenvolvimento urbano;
CONSIDERANDO os princípios fundamentais da política de desenvolvimento municipal estabelecidos no Plano Diretor Municipal de Santa Izabel do Oeste, especialmente aqueles relacionados à função social da cidade e da propriedade, à sustentabilidade, à preservação do patrimônio socioambiental e à gestão democrática;
CONSIDERANDO a importância da participação da sociedade civil organizada na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas relacionadas ao planejamento e ao desenvolvimento municipal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006, que estabelece normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, e suas alterações posteriores;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 21.051, de 2022, que alterou dispositivos da Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006, especialmente quanto à necessidade de fortalecimento dos mecanismos de participação social e da composição dos Conselhos Municipais;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação da sociedade civil organizada na composição do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO, em conformidade com as disposições legais e com os princípios da gestão democrática;
CONSIDERANDO a necessidade de eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO, mediante processo democrático de escolha realizado em Conferência Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a participação dos diversos segmentos da sociedade na discussão e no acompanhamento das políticas de planejamento e desenvolvimento do Município de Santa Izabel do Oeste;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir publicidade, transparência e participação social no processo de eleição dos representantes que integrarão o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO;
CONSIDERANDO a necessidade de realização da II Conferência Municipal Extraordinária para Eleição dos Membros do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO, como instrumento de participação social e de fortalecimento da gestão democrática do planejamento municipal;
CONSIDERANDO a conveniência de estabelecer, por meio de ato do Poder Executivo Municipal, a data, o horário, o local, o tema e as finalidades da Conferência;
DECRETA:
Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal Extraordinária para Eleição dos Membros do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO, do Município de Santa Izabel do Oeste, que terá como objetivo e finalidade: a eleição dos conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO.
Art. 2º A II Conferência Municipal Extraordinária para Eleição dos Membros do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO será realizada no dia **16 de setembro de 2026**, com **início previsto para às 8 horas**, nas dependências da **Câmara Municipal de Vereadores** de Santa Izabel do Oeste, Rua Canela 731, Centro, Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná.
Art. 3º A II Conferência Municipal Extraordinária para Eleição dos Membros do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO terá como tema **"O Plano Diretor Municipal com Participação Social" e como lema "O Papel do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO".**

Art. 4º Fica instituída a Comissão Preparatória da II Conferência Municipal Extraordinária para Eleição dos Membros do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO, de Santa Izabel do Oeste – Paraná, composta por 05 (cinco) membros, observada a proporcionalidade de 40% (quarenta por cento) de representantes do Poder Público Municipal e 60% (sessenta por cento) de representantes da Sociedade Civil, assim distribuídos:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

a) Diego R. Matciulevicz;

b) Elis P. S. da Silva;

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Associação de Catadores de Material Reciclável Gilson Conceição;

b) Representante do segmento empresarial/industrial Marcos Soranso.

c) Representantes de Instituição Escolar Silvia Adriana de Souza Spiler

§ 1º A Comissão Preparatória terá por finalidade auxiliar o Grupo Técnico Permanente – GTP na organização, preparação e realização da Conferência, competindo-lhe, entre outras atribuições, promover a mobilização dos participantes, organizar a programação, apoiar a divulgação, preparar a metodologia dos trabalhos, auxiliar no credenciamento dos participantes e prestar apoio operacional ao processo de eleição e indicação dos representantes que irão compor o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO.

§ 2º A participação na Comissão Preparatória possui caráter exclusivamente preparatório, organizacional e operacional, não implicando prorrogação, renovação ou reconhecimento de mandato dos atuais ou anteriores membros do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO.

§ 3º A participação de representantes da Sociedade Civil na Comissão Preparatória não implica sua indicação ou prévia escolha como representante no Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – CMPD-SIO, cuja nova composição será definida durante a Conferência, mediante os procedimentos de eleição e indicação previstos na legislação aplicável.

§ 4º A Comissão Preparatória atuará em articulação com o Grupo Técnico Permanente – GTP, que prestará o suporte técnico necessário à organização e realização da Conferência.

Art. 5º A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento eventual, por outro representante por ele indicado.

Art. 6º Fica delegada à Secretaria Municipal Geral e do Planejamento os encaminhamentos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 7º As despesas com a realização do evento correrão à conta dos recursos orçamentários do Município de Santa Izabel do Oeste.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, 21 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JÚNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:462E2296

SECRETARIA DO ESPORTE
DECRETO Nº 3.961, DE 21 DE AGOSTO DE 2026. CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTE DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, E NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA.

DECRETO Nº 3.961, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Convoca a Conferência Municipal de Esporte de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, e nomeia a Comissão Organizadora.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.597, de 14 de junho de 2023 – Lei Geral do Esporte, que estabelece normas gerais sobre o esporte e dispõe sobre a participação social na formulação das políticas públicas esportivas;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.815, de 20 de outubro de 2025, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte e estabelece diretrizes para a organização e desenvolvimento das políticas públicas de esporte no Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a importância do esporte como instrumento de formação cidadã, inclusão social, promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a participação da comunidade na discussão e definição das políticas públicas municipais de esporte;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes e propostas para o desenvolvimento do esporte no Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.597, de 14 de junho de 2023, a Conferência de Esporte constitui espaço de participação dos diversos segmentos sociais e tem, entre suas finalidades, propor diretrizes para a elaboração dos planos decenais de esporte;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTE DE SANTA IZABEL DO OESTE, a ser realizada no dia 09 de setembro de 2026, na Câmara Municipal de Vereadores, Rua Canela esquina 731, Centro, Santa Izabel do Oeste Paraná com início às 8:00 horas.

Art. 2º A Conferência Municipal de Esporte terá como tema central:
"Esporte para Todos: Inclusão, Formação e Qualidade de Vida para o Desenvolvimento de Santa Izabel do Oeste".

Art. 3º A Conferência Municipal de Esporte terá como finalidade promover a discussão, participação e apresentação de propostas relacionadas às políticas públicas de esporte do Município, propondo diretrizes para a elaboração do Plano Decenal Municipal de Esporte 2026–2035.

Art. 4º Os debates da Conferência Municipal de Esporte serão organizados nos seguintes eixos:

I – Eixo 1 – Formação Esportiva: iniciação esportiva, escolinhas municipais, esporte educacional, formação de crianças e adolescentes, descoberta de talentos, capacitação de profissionais e integração entre esporte e educação;

II – Eixo 2 – Esporte para Toda a Vida: democratização do acesso ao esporte para todas as idades, esporte comunitário, terceira idade, pessoas com deficiência, promoção da saúde, atividades nos bairros e no interior e utilização dos espaços públicos esportivos;

III – Eixo 3 – Excelência Esportiva: esporte de rendimento, apoio aos atletas e equipes, participação em competições, bolsa-atleta, identificação e desenvolvimento de talentos, estrutura competitiva e parcerias para o fortalecimento do esporte municipal.

Art. 5º Fica constituída a Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Esporte, responsável pelo planejamento, organização, divulgação, condução e sistematização das propostas apresentadas durante o evento, composta pelos seguintes membros:

I – Presidente: Elias Demborguski;

II – Vice-Presidente: Tiago Giordani;

III – Secretário: Vitor Mateus Serafini;

IV – Membro: Alair Dalmagro;

V – Membro: Robson Babiski;

VI – Membro: Tiago Motkonsk.

Art. 6º Compete à Comissão Organizadora:

I – planejar e organizar a Conferência Municipal de Esporte;

II – promover a divulgação do evento e incentivar a participação dos diversos segmentos sociais;

III – organizar a programação, os debates e as atividades da Conferência;

IV – conduzir os trabalhos durante a realização da Conferência;

V – sistematizar as propostas e deliberações apresentadas durante o evento;

VI – elaborar e encaminhar os registros e documentos decorrentes da Conferência.

Art. 7º A participação na Conferência Municipal de Esporte será aberta aos representantes do Poder Público e dos diversos segmentos sociais relacionados ao esporte, incluindo profissionais, atletas, dirigentes, entidades, comunidade esportiva e demais interessados na política municipal de esporte.

Art. 8º A Comissão Organizadora poderá estabelecer normas complementares necessárias à organização e ao adequado funcionamento da Conferência Municipal de Esporte.
Art. 9º As despesas decorrentes da realização da Conferência Municipal de Esporte correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em exercício, Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, 21 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JÚNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:DCAEDEFA

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 51

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2026
CONTRATANTE UASG 987851 N° 23/2026

LICITAÇÃO AMPLA CONCORRENCIA

O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08h30 do dia 15 de setembro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Rua Canela esquina com a Rua Angico, **Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo SUV, destinado ao uso institucional do Gabinete do Poder Executivo do Município de Santa Izabel do Oeste, para atendimento das demandas de deslocamento em viagens oficiais, compromissos institucionais, reuniões, eventos e demais atividades administrativas"** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h30 do dia 15 de setembro de 2026, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado ou pelo site https://santaizabeldooeste.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacao@sio.pr.gov.br.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações e Lei Municipal nº 2.598/2023.
Santa Izabel do Oeste – PR, 21 de agosto de 2026

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Clenir Teixeira
Código Identificador:6CD66ABA

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 302/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 302/2026

CONTRATANTE: Município de Municipio de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, com sede à Rua Canela esquina com a Rua Angico, na cidade de Santa Izabel do Oeste, inscrito no CGC/MF nº 76.205.715/0001-42, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Representante Legal Sr Oneide Miguel Matciulevicz Junior, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.537.563-5 e do CPF/MF nº 072.016.519-94, e

CONTRATADA: JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ, em estrada vicinal/rural do município de Santa Izabel do Oeste/PR, com área de 12.750,00 m², incluindo serviços preliminares, placa de obra, terraplenagem, remendo profundo, base e sub-base, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, serviços diversos, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas no edital.

VALOR: R$ 1.657.906,40 (um milhão, seiscentos e cinquenta e sete mil, novecentos e seis reais e quarenta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de agosto de 2026.

FORO: Comarca de Realeza, Estado do Paraná.

Santa Izabel do Oeste - PR, 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:6B41DF11

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°212/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e MAMUTH Tecnologia Distribuidora LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e periféricos de informática e comunicação, bem como equipamentos destinados ao Setor de Identificação Civil, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, pelo período de 12 (doze) meses, com recursos próprios, estaduais e federais.
VIGÊNCIA: 07/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 65.400,00 (sessenta e cinco mil e quatrocentos reais).
DATA: 07/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:6D4787D1

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°228/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Camargo & Silva Automacao Comercial LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e periféricos de informática e comunicação, bem como equipamentos destinados ao Setor de Identificação Civil, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, pelo período de 12 (doze) meses, com recursos próprios, estaduais e federais.
VIGÊNCIA: 07/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 4.275,75 (quatro mil duzentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).
DATA: 07/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:E1286099

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°232/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Leide Cristina Rodrigues da Encarnação.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e periféricos de informática e comunicação, bem como equipamentos destinados ao Setor de Identificação Civil, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, pelo período de 12 (doze) meses, com recursos próprios, estaduais e federais.
VIGÊNCIA: 07/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 10.749,95 (dez mil setecentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos).
DATA: 07/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:1F78330A

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°246/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 246/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e EMGESA - Empresa de Gerenciamento de Sobressalentes e Automacao EIRELI.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 1.262,40 (um mil duzentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).
DATA: 12/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e TCJM Distribuidora e Importadora LTDA.**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 4.110,00 (quatro mil cento e dez reais).
DATA: 12/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e New Print Tecnologia em Equipamentos e Importacao LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 7.538,80 (sete mil quinhentos e trinta e oito reais e oitenta centavos).
DATA: 12/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e 3.226.843 Jefferson Aparecido Francisco.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).
DATA: 12/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e P S M Equipamentos Medicos LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 34.485,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco reais).
DATA: 12/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Cleanvitta Comercio e Representacoes LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 1.413,15 (um mil quatrocentos e treze reais e quinze centavos).
DATA: 12/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 270/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e J de Brito - Distribuidora de Medicamentos e Correlatos LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 28.260,00 (vinte e oito mil duzentos e sessenta reais).
DATA: 12/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Aarsal Representacoes LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 6.614,30 (seis mil seiscentos e quatorze reais e trinta centavos).
DATA: 12/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e HBO Industria e Comercio de Moveis de Aco LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 7.533,00 (sete mil quinhentos e trinta e três reais).
DATA: 12/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 268/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Emma Industria e Comercio de Moveis LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 2.269,29 (dois mil duzentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:F332C001

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°247/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Prosul Comercio e Serviços LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 3.853,40 (três mil oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:6D90D193

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°251/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e BMA - Brasil Marcas Atacadista LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 2.234,92 (dois mil duzentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:807B3FFC

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°253/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Vizamed Industria e Comercio LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 229.500,00 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos reais).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:78029E84

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°256/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Prevent Produtos e Servicos LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:EEE6109F

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°257/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Conkast Equipamentos Tecnológicos.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 6.015,00 (seis mil e quinze reais).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:F027B3E0

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°263/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 263/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Bugre Comercial LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 118,90 (cento e dezoito reais e noventa centavos).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:FC3F3756

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°264/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e TY Bortholin Comercial LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 3.592,00 (três mil quinhentos e noventa e dois reais).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:0361F09E

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°266/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e S. C. Comercial LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 2.580,00 (dois mil quinhentos e oitenta reais).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:C317144F

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°267/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 267/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Naiz & Silva LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:E8582530

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°272/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 272/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Avanti Office LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 12.010,00 (doze mil e dez reais).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:933DE6BC

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°295/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 295/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 21/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Amazonya Equipamentos LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de substituição da correia da esteira transportadora e dos componentes periféricos necessários ao seu perfeito funcionamento, incluindo o fornecimento de materiais, peças, mão de obra, desmontagem, montagem, regulagem, alinhamento, testes operacionais e demais serviços correlatos, destinados ao barracão de triagem de materiais recicláveis no Município de Santa Izabel do Oeste - PR, para um período de 12 (doze) meses, com recursos próprios.
VIGÊNCIA: 14/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 17.560,00 (dezessete mil e quinhentos e sessenta reais).
DATA: 14/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:0E4A8D6D

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°301/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 301/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Monica Cristina Brezolin Mafra.
OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de locação de brinquedos infláveis e máquina de algodão doce, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Santa Izabel do Oeste/PR, por

um período de 3 (três) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 20/11/2026.
VALOR TOTAL: R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).
DATA: 20/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:ACC841C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 8/2026 REF. LICITAÇÃO PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº1/2026 AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO, DIESEL S10 E S-500) PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, AGRÍCOLAS E MÁQUINAS.

12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 8/2026
Ref. Licitação Processo inexigibilidade Nº1/2026
Aquisição de combustível (gasolina comum, etanol hidratado, diesel S10 e S-500) para abastecimento da frota municipal de veículos Automotores, Agrícolas e Máquinas.
E X T R AT O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** AUTO POSTO PARADA SANTA LUCIA LTDA
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa a Redução de Preço do combustível Gasolina Comum de R$ 6,24 (seis reais e vinte e quatro centavos) para R$ 5,99 (cinco reais e noventa e nove centavos), preços válidos a partir de 22 de agosto de 2026, e conforme termos do artigo nº 124, 135 e 136, Lei n.º 14.133 de 01/04/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 15/02/2027.
Prazo de Vigência: 15/02/2027.
Data da Assinatura: 21/08/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:1EE45C0A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº115/2024 REF. LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 1/2024 EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL CONTENDO: REFORMA DOS AMBIENTES SAGUÃO, ENTRADA, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS MASCULINO E FEMININO, ENTRADA, ALMO

13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº115/2024
Ref. Licitação Concorrência Eletronica Nº 1/2024
Execução de Obra de Reforma e Ampliação do Paço Municipal contendo: reforma dos ambientes saguão, entrada, instalações sanitárias masculino e feminino, entrada, almoxarifado, garagem, salas de tributação, emater, agricultura, detran, jurídico, RH, secretaria de planejamento, engenharia, espera, contabilidade, compras secretário administrativo, gabinete do prefeito, sala de reuniões, sacada e ampliação de sala administrativa, conforme projetos, especificações técnicas e memorais de acordo com o Convenio Nº 89/2024 - SECID - SAM 36.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** R BRANDELERO CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Objeto:
O presente Termo Aditivo visa a dilatação no prazo de vigência em mais 90 (noventa) dias, com início em 17/09/2026 e término em 17/12/2026 e prazo de execução do referido contrato em mais 90 (noventa) dias, com início em 22/08/2026 e término em 22/11/2026, tendo em vista a existência de saldo, conforme cláusula quinta do contrato em epígrafe e termos do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 22/11/2026.
Prazo de Vigência: 17/12/2026.
Data da Assinatura: 21/08/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:76077594

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 35/2026. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2026.
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº 35/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
Objeto:Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia..
Valor:R$ 1.818,20 (Um Mil, Oitocentos e Dezoito Reais e Vinte Centavos).

Prazo de Execução: 20/08/2027.
Data da Assinatura: 21/08/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:15B51A90

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 35/2026. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026.
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº 35/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI;
Objeto:Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia..
Valor:R$ 1.958,00 (Um Mil, Novecentos e Cinqüenta e Oito Reais).

Prazo de Execução: 20/08/2027.
Data da Assinatura: 21/08/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:1B7106FF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 35/2026. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026.
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº 35/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPTALARES LTDA - ME;
Objeto:
Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia..
Valor:
R$ 179.442,50 (Cento e Setenta e Nove Mil, Quatrocentos e Quarenta e Dois Reais e Cinqüenta Centavos).

Prazo de Execução: 20/08/2027.
Data da Assinatura: 21/08/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:7C627FBC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 35/2026. E X T R A T OATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 35/2026. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026.
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº 35/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA;
Objeto:Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia..
Valor:R$ 29.691,00 (Vinte e Nove Mil, Seiscentos e Noventa e Um Reais).

Prazo de Execução: 20/08/2027.
Data da Assinatura: 21/08/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:2F0584F7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 35/2026. EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026.
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº 35/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: SOMA PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
Objeto:
Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia..
Valor:
R$ 14.613,00 (Quatorze Mil, Seiscentos e Treze Reais).

Prazo de Execução: 20/08/2027.
Data da Assinatura: 21/08/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:3D50D81D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041.2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico
Nº 041.2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA – PR.
OBJETO: Aquisição de Alimentos e embalagens para montagem de kits alimentícios para distribuição gratuita a beneficiários do Sistema Único de Saúde (SUS) que necessitam se deslocar ao município de Cascavel para consultas, exames ou procedimentos médicos especializados.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: 48.406,29 (quarenta e oito mil quatrocentos e seis reais e vinte e nove centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 08 de setembro de 2026, às 09:00 horas.
LOCAL DE PROCESSAMENTO: Será realizado no site www.gov.br/compras.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item.
MODO DE DISPUTA: aberto;

OBS: Na plataforma eletrônica pesquisar por **Pregão Eletrônico 04/2026** devido ao Novo Divulgação de Compras do Governo Federal.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 21 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:C4CB3C14

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 161/2026 DATA 21/08/2026

Exonera a pedido servidor ocupante de cargo efetivo e dá outras providências

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Exonera a pedido o Sr. **PAULO RICARDO HEINEN,** portador da cédula de identidade RG nº 9. ***.***-2 SESP PR, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria de Saúde deste município.
Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:AA8209BC

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA MESA Nº. 37, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o Art. 25, de seu Regimento Interno, Lei nº. 1241/2025 de 03 de junho de 2025 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o vereador João Elto Rangel a viajar em missão de representação da Câmara Municipal, a fim de participarem do curso de capacitação com o Tema: ***"CICLO DE CAPACITAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO MUNICIPAL."***, da empresa **IPD - INSTITUTO PARANAENSE DE DIREITO LTDA** nos dias 26, 27 e 28 de agosto do corrente ano, na cidade Curitiba/PR.

Art. 2º Autorizar a concessão de 02 (duas) diárias integrais ao vereador autorizado no art. 1º deste Ato, para fazer frente às despesas durante a viagem.

Art. 3º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Santa Lúcia, em 21 de agosto de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

ODINEI LUIZ PAROLIN
1º Secretário

JOÃO ELTO RANGEL
Vice-Presidente

ZELIA FIORESE CUPINI
2º Secretária

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:3ACCD072

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA MESA Nº. 38, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o Art. 25, de seu Regimento Interno, Lei nº. 1241/2025 de 03 de junho de 2025 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o vereador Dalci Vieira Berti a viajar em missão de representação da Câmara Municipal, a fim de participarem do curso de capacitação com o Tema: ***"CICLO DE CAPACITAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO MUNICIPAL."***, da empresa **IPD - INSTITUTO PARANAENSE DE DIREITO LTDA** nos dias 26, 27 e 28 de agosto do corrente ano, na cidade Curitiba/PR.

Art. 2º Autorizar a concessão de 01 (uma) diária integral ao vereador autorizado no art. 1º deste Ato, para fazer frente às despesas durante a viagem.

Art. 3º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Santa Lúcia, em 21 de agosto de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

ODINEI LUIZ PAROLIN
1º Secretário

JOÃO ELTO RANGEL
Vice-Presidente

ZELIA FIORESE CUPINI
2º Secretária

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:D0E94420

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA MESA Nº. 39, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o Art. 25, de seu Regimento Interno, Lei nº. 1241/2025 de 03 de junho de 2025 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os vereadores Odinei Luiz Parolin e Salésio de Souza a viajarem em missão de representação da Câmara Municipal, a fim de participarem do curso de capacitação com o Tema: ***"CICLO DE CAPACITAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO MUNICIPAL."***, da empresa **IPD - INSTITUTO PARANAENSE DE DIREITO LTDA** nos dias 26, 27 e 28 de agosto do corrente ano, na cidade Curitiba/PR.

Art. 2º Autorizar a concessão de 03 (Três) diárias integrais aos vereadores autorizados no art. 1º deste Ato, para fazer frente às despesas durante a viagem.

Art. 3º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Santa Lúcia, em 21 de agosto de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

ODINEI LUIZ PAROLIN
1º Secretário

JOÃO ELTO RANGEL
Vice-presidente

ZELIA FIORESE CUPINI
2º Secretária

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:F0C7BA7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José de França Pereira nº 10, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.684.544/0001-26, neste ato devidamente representado pelo Secretario Municipal de Administração, **Sr. Luiz Zenaide Gomes**.

CONTRATADA: STELF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 04.631.956/0001-42, com Sede na Rua Antonio Hardt, nº885, centro, CEP 85.148-000, Campina do Simão/PR.

OBJETO: "**AQUISIÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, PARAFUSOS DE FIXAÇÃO, CUMEIRAS E MANTA AUTOADESIVA IMPERMEABILIZANTE, DESTINADOS ÀS RECUPERAÇÃO EMERGENCIAL DAS COBERTURAS DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR."**

Valor total: R$ 18.176,70 (Dezoito mil cento e setenta e seis reais e setenta centavos)

Data de assinatura: 21 de Agosto de 2026.
Vigência:20/09/2026

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:13BD80DE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José de França Pereira nº 10, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.684.544/0001-26, neste ato devidamente representado pelo Secretario Municipal de Administração, **Sr. Luiz Zenaide Gomes**.

CONTRATADA: **PARANA EQUIPAMENTOS S A**, inscrita no CNPJ Sob nº 76.527.951/0005-09, localizada na Avenida Aracy Tanakara Biazetto, Bairro Maria Luiza, Cascavel, Paraná, CEP 85.819-787.

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO PREVENTIVA DE 500 (QUINHENTAS) HORAS E FORNECIMENTO DAS PEÇAS CORRESPONDENTES PARA MÁQUINAS CATERPILLAR DA FROTA DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR."**

Valor total: R$17.787,75 (dezessete mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Data de assinatura: 21 de Agosto de 2026.
Vigência:20/11/2026

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:8A525C63

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/2026
A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso torna público que fará licitação na modalidade: ***PREGÃO***, na forma: ***ELETRÔNICA***, do tipo: ***MENOR PREÇO POR ITEM,*** para o seguinte Objeto*:* ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PACOTE DE VIAGEM PARA 44 (QUARENTA E QUATRO) PESSOAS IDOSAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA VIAJA MAIS 60, COM DESTINO A FOZ DO IGUAÇU/PR, INCLUINDO TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, INGRESSOS, GUIA DE TURISMO CREDENCIADO E SEGURO DE PASSAGEIROS, EM ATENDIMENTO AO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS,*** conforme relação com quantidade e especificações constantes no **Termo de Referência anexo VIII do Edital**.
Início da Sessão de Disputa: dia **09/09/2026** ás **09h00min** (Horário Oficial de Brasília)
Sistema Eletrônico Utilizado: Bolsa de Licitação e Leilão do Brasil - BLL
A disputa será realizada pelo endereço eletrônico do sistema: http://bll.org.br
Dados para Contato: 0800-000-3879 – **licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br**
Endereço: Av. Deputado Nilson Ribas, 886
INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição no site oficial do Município: **www.pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br – "LICITAÇÕES"** nos seguintes horários: das **08h00min** às **11h00min** e **13h00min** às **16h00min** de **Segunda** a **Sexta-Feira**, ficando os interessados responsáveis pela verificação de qualquer alteração no site. Maiores Informações e esclarecimentos: **Divisão de Licitações na Av. Deputado Nilson Ribas, 886**, ou através do telefone **0800-000-3879**, ou e-mail: **licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br**

Santo Antonio do Paraíso, em 21 de Agosto de 2026.

RICARDO GONÇALVES -
Pregoeiro

Publicado por:
Marcelo Feliciano Dos Santos
Código Identificador:8D83BB39

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0309/2024 PREGÃO Nº 046/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0309/2024
Pregão Nº 046/2024

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo odontológico, instrumental e equipamentos odontológicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 26/08/2027.
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal em Exercício
e pela contratada: MARCUS VINICIUS RIBEIRO DE SOUZA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:3200EC0E

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0310/2024 PREGÃO Nº 046/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0310/2024
Pregão Nº 046/2024

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo odontológico, instrumental e equipamentos odontológicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MAXIMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI.
VIGÊNCIA ATUAL: 27/08/2027.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR ANTONIO CARVALHO- Prefeito Municipal em Exercicio.
e pela contratada: LUIDY MORAIS LADEIRA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:C8417A84

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0314/2024 PREGÃO Nº 046/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0314/2024
Pregão Nº 046/2024

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo odontológico, instrumental e equipamentos odontológicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: RPC PRODUTOS E SERVICOS EIRELI.
VIGÊNCIA ATUAL: 25/08/2027.
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026.
VALOR REAJUSTADO: R$ 240,00 (Duzentos e Quarenta Reais).
PELA CONTRATANTE VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal em Exercício
e pela contratada: MARCIA REGINA ILDEFONSO DA PAZ - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:6B90B106

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0315/2024 PREGÃO Nº 046/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0315/2024
Pregão Nº 046/2024

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo odontológico, instrumental e equipamentos odontológicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 26/08/2027.
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal
e pela contratada: IRENE LOPES SALVI - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:F402C664

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0325/2024 INEXIGIBILIDADE Nº 042/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0325/2024
Inexigibilidade Nº 042/2024

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, conforme as demandas de necessidade do município de Santo Antonio do Sudoeste-PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 007/2024.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ROBERTO REVELINO WAGNER - ME.
VIGÊNCIA ATUAL: 27/08/2027.
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR ATONIO CARVALHO - Prefeito Municipal
e pela contratada: ROBERTO REVELINO WAGNER - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:BF86D7FE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0312/2024 PREGÃO Nº 046/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0312/2024
Pregão Nº 046/2024

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo odontológico, instrumental e equipamentos odontológicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ODONTOMED CANAÃ LTDA ME.
VIGÊNCIA ATUAL: 25/08/2027.
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal
e pela contratada: FLAVIO CASARIN MORETI - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:6D0958CF

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 559/2025 CONCORRÊNCIA Nº 18/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 559/2025
Concorrência Nº 18/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE, incluindo os seguintes sistemas: Módulo de Almoxarifado, Módulo de Alvará de Construção e Habite-se, Módulo de Cadastro de Loteamento, Módulo de Carta de Serviços e Atendimento ao Cidadão 156, Módulo de Contabilidade Pública, Execução Financeira, Orçamento Anual (PPA, LDO, LOA) e Prestação de contas ao TCE/PR, Módulo de Controle de Frotas, Módulo de Controle Interno, Módulo de Controle Patrimonial, Módulo de Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras, Módulo de Licitação e Compras, Módulo de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, Módulo de Obras Públicas/Intervenção, Módulo de Portal da Transparência, Módulo de Portal do Contribuinte, Módulo de Recursos Humanos Folha de Pagamento, Módulo de REDESIM, Módulo de Tributação e Dívida Ativa, Serviço de hospedagem em data center, Módulo de Processos Digitais, Módulo de Mensageria ao Esocial, Conversão da base de dados, Treinamento para os módulos implantados, Horas para desenvolvimento - módulos contratados, Horas técnicas após implantação para treinamento online, Horas técnicas após implantação para treinamento presencial e suporte técnico operacional para todos os sistemas, para utilização no executivo municipal.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;

CONTRATADA: EQUIPLANO SISTEMAS LTDA;
VALOR: R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais)
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: JOAO LUIZ DE MACEDO JUNIOR - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:EC459EAE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0255/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 081/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0255/2026
Inexigibilidade nº 081/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: LAR FASES E VIDAS INSTITUIÇÃO PARA IDOSOS
CNPJ Nº 32.416.196/0001-96
Representante: LEIDIANE MARI
CPF nº 042.979.729-05
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acolhimento
Institucional de Longa Permanência para Idosos (ILPI) para acolhimento de idoso com grau de
dependência III no Município de Santo Antônio do Sudoeste/PR, concedido através da Secretaria
Municipal de Assistência Social..
VALOR TOTAL: R$ 61.200,00 (Sessenta e Um Mil e Duzentos Reais)
VIGÊNCIA: 19/08/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 20/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:7014949C

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0256/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 081/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0256/2026
Inexigibilidade nº 081/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: RESIDENCIAL SENIOR JARDIM DOS ENCANTOS LTDA
CNPJ Nº 57.145.497/0001-53
Representante: EDSON RODRIGUES DE LIMA
CPF nº 047.396.769-31
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acolhimento
Institucional de Longa Permanência para Idosos (ILPI) para acolhimento de idoso com grau de
dependência III no Município de Santo Antônio do Sudoeste/PR, concedido através da Secretaria
Municipal de Assistência Social.
VALOR TOTAL: R$ 61.200,00 (Sessenta e Um Mil e Duzentos Reais)
VIGÊNCIA: 19/08/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 20/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:A7C9479C

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0258/2026 DISPENSA Nº 045/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0258/2026
Dispensa nº 045/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA
CNPJ Nº 78.624.202/0001-00
Representante: ANA MARIA MORAES GOMES
CPF nº 149.677.159-15
OBJETO: Contratação de empresa especializada para planejamento, organização e realização de
Processo Seletivo Simplificado (PSS) para provimento de vagas temporárias no quadro de servidores
do Município de Santo Antônio do Sudoeste, contemplando os seguintes cargos: AGENTE
ADMINISTRATIVO, AGENTE DE SAÚDE BUCAL, AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS,
AGENTES DE VEÍCULO, AGENTE OPERADOR DE MÁQUINAS, ASSISTENTE SOCIAL, CUIDADOR
SOCIAL, DENTISTA, ENFERMEIRO(A), ENGENHEIRO CIVIL, FARMACEUTICO/BIOQUÍMICO,
FISIOTERAPEUTA, FONODIOLOGO, NUTRICIONISTA, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL, PSICÓLOGO 20 H, PSICÓLOGO 40 H, TÉCNICO EM ENFERMAGEM..
VALOR TOTAL: R$ 54.400,00 (Cinqüenta e Quatro Mil e Quatrocentos Reais)
VIGÊNCIA: 20/08/2027
Santo Antônio do Sudoeste, em 21/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:4D81475B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 257/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 257/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: B2G COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA
CNPJ Nº 38.179.851/0001-16
Representante: LILIANE FERNANDA FERREIRA
CPF nº 079.711.079-86
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de solução educacional integrada, composta por equipamento digital interativo, plataforma pedagógica compatível e serviços associados, destinada ao atendimento das necessidades da Rede Municipal de Ensino de Santo Antônio do Sudoeste – PR.
VALOR TOTAL: R$ 326.000,00 (Trezentos e Vinte e Seis Mil Reais)
VIGÊNCIA: 20/08/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 21/08/2026.

VALDIR ANTÕNIO CARVALHO -
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:C20EB787

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 081/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 081/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializadas para prestação de serviços de acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos (ILPI) para acolhimento de idoso com grau de dependência III no Município de Santo Antônio do Sudoeste/PR, concedido através da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Homologo a presente licitação,
Santo Antônio do Sudoeste, em 20/08/2026.

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:067B93D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 044/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 044/2026

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia **27/08/2026 às 09:00**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** QUE TEM POR OBJETO **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PÃO FRANCÊS E PÃO TIPO HOT DOG, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O PÃO FRANCÊS SERÁ UTILIZADO NO DESFILE CÍVICO, A SER REALIZADO NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2026, ENQUANTO O PÃO TIPO HOT DOG SERÁ UTILIZADO NA COMEMORAÇÃO DO DIA DAS CRIANÇAS, PREVISTA PARA O DIA 09 DE OUTUBRO DE 2026. VALOR ESTIMADO: R$ 2.384,00 (dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais).** A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e www.saojeronimodaserra.pr.gov.br, a partir do dia 24 de agosto de 2026 as 08:00 hrs até 27 de agosto de 2026 às 08:30. **AS PROPOSTA DEVERÃO SER ANEXADAS EXCLUSIVAMENTE NO PORTAL COMPRAS.GOV.BR.**

São Jerônimo da Serra, 21 de agosto de 2026.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:AA23DE17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Bruno Bragatto Custódio
Cargo/Função	Auxiliar Administrativo
Data	24/08/2026
Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Maringá - PR
Motivação	Etapa presencial do Curso de Intervenção e Gestão em Desastres – Turma I / 2026

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Samuel Cordeiro
Cargo/Função	Motorista
Data	18/08/2026 a 31/08/2026
Quantidade	5 diárias de R$ 45,00
Valor	R$ 225,00
Destino	Cornélio Procópio - PR
Motivação	Transporte de alunos universitários e outras viagens se necessário.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Emerson Marinho Prestes
Cargo/Função	Fiscal
Data	25/08/2026 a 26/08/2026
Quantidade	2 de R$ 400,00
Valor	R$ 800,00
Destino	Curitiba – PR.
Motivação	Capacitação das novas regras do Seguro Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho

Publicado por:
João Elizeu Bernardo
Código Identificador:606E1E84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REEQUILIBRIO - Nº. 02 AO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 05/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 51/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA D. CAMP ALIMENTOS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR
Gestão 2025/2028

TERMO DE REEQUILIBRIO - Nº. 02 ao Ata de Registro de Preço nº. 05/2026 referente ao Pregão Eletrônico nº. 51/2025, que entre si celebram o Município de São Jerônimo da Serra e a empresa D. CAMP ALIMENTOS LTDA

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº. 76.290.683/0001-20, com sede no Município de São Jerônimo da Serra, situada à Praça Coronel Deolindo, s/nº, Estado do Paraná, neste ato devidamente representada por seu Prefeito em Exercício, Sr. **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, solteiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, a empresa **D.CAMP ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 60.496.699/0001-54,** sediada Rua Marechal Floriano Peixoto, 308 - Sala 01 - Jardim Dona Marcelina II, CEP: 87.140-000 na cidade Paiçandu / Paraná, e-mail: pedidos@dcampalimentos.com.br, telefone: (44) 3031- 5073 e (44) 99770-5163 representante **Sr.ª MAISA DE CAMPOS NASSER,** portador do CPF nº 066.416.599-09 e RG n°10.325.240-7, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO DE VALOR, visando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ITENS DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER UMA DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS E/OU DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR,** e no que couber aos termos das disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade, o reequilíbrio dos valores equivalente a clausula primeira, da Ata de Registro de Preços nº. 05/2026. do Pregão Eletrônico nº. 51/2025. Os percentuais reajustados representam os valores e percentuais conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	UND	QTD	V. Unit.	V. aditado	V. Unit. a ser

				Atual	p/unid.	aditado
18	**Arroz Branco Tipo 1 – Safra Velha – Extra – Embalagem 5Kg**	PCT	4.679	R$ 13,90	R$ 7,01 (50,47%)	R$ 20,91

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total é de **R$ 32.799,79 (trinta e dois mil e setecentos noventa e nove reais setenta e nove centavos),** corresponde ao reajuste dos item acima descrito na tabela multiplicado pela quantidade de saldo pendente dos itens.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo decorre do ofício 24/2026 do Secretário Municipal de Educação e encontra amparo legal da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato inicial que não colidirem com as disposições deste Termo.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATATA, e pelas testemunhas abaixo:

São Jerônimo da Serra, 21 de agosto de 2026.

VENICÍUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

D.CAMP ALIMENTOS LTDA
Empresa Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
Ass: _____
CPF:

Nome: _____
Ass: _____
CPF:

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:EEE26AD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL
REFERENTE À DISPENSA ELETRÔNICA Nº 043/2026
CONTRATO 128/2026

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

REFERENTE À DISPENSA ELETRÔNICA Nº 043/2026
CONTRATO 128/2026

Aos vinte e um dias do mês de agosto de 2026, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.290.683/001-20, com sede na Praça Coronel Deolindo, n. 191, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, **Sr. VENICIUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador da cédula de identidade com o RG sob o nº. 8.241.196-8 e CPF sob o nº. 036.270.189-07, residente e domiciliado nesta cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, e de outro lado a Empresa **MEDINGA COMERCIAL LTDA,** com sede na Avenida Herval, nº 3.326, Jardim Imperial, cidade de Maringá Estado do Paraná, e-mail medingacomercial@gmail.com, C.N.P.J. nº 57.742.953/0001-42, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora **MARIANA PERON BUOSI**, portadora da Carteira de Identidade n° 13.570.965-4 e do CPF n° 082.406.819-05. Dominadas **DISTRATANTES**, resolvem **RESCINDIR AMIGAVELMENTE** o Contrato n.º 128/2026 que objetivou a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR.** A rescisão contratual ocorre de forma consensual entre as partes, em razão de circunstâncias supervenientes que inviabilizaram a continuidade da execução do contrato, sem prejuízo ao interesse público. As partes concordam com a extinção do vínculo contratual, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

São Jerônimo da Serra, 21 de agosto de 2026.

Contratante
Municipio de São Jeronimo da Serra
VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

MEDINGA COMERCIAL LTDA
Contratada

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:2110A322

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Aviso de adjudicação e homologação

REF.: Pregão Eletrônico 15/2026

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Agrícolas para a Secretaria da Agricultura.
Face ao contido no Resultado do Processo, homologo o presente procedimento licitatório à proponente:

Nº	Proponente	lote	Valor Total
01	COMERCIAL AGRO VOGEL E ZIMMERMANN LTDA	4, 5.	R$ 45.110,00
02	TRÊS CORDÕES COMÉRCIO LTDA	2.	R$ 14.992,93

Todos os atos do Pregão encontram-se disponíveis no site: www.saojosedaboavista.pr.gov.br.

São José da Boa Vista-Pr, 21 de agosto de 2026.

JOSÉ LAZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:C57541F8

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO 15/2026
Contrato nº 55/2026 - Processo administrativo nº39 /2026
Objeto: Aquisição de Equipamentos Agrícolas para a Secretaria da Agricultura.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: COMERCIAL AGRO VOGEL E ZIMMERMANN LTDA
Período de vigência 21/08/2026 à 21/08/2027.
Valor da contratação: R$ 45.110,00 (quarenta e cinco mil cento e dez reais)

Contrato nº 56/2026 - Processo administrativo nº39 /2026
Objeto: Aquisição de Equipamentos Agrícolas para a Secretaria da Agricultura.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: TRÊS CORDÕES COMÉRCIO LTDA
Período de vigência 21/08/2026 à 21/08/2027.
Valor da contratação: R$ 14.992,93 (quatorze mil novecentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos)
São José da Boa Vista, 21 de agosto de 2026.

JOSÉ LAZARO FERRAZ-
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:BC1CAB65

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 206/2026

PORTARIA nº 206/2026
JOSÉ LAZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 39/2026 – Pregão Eletrônico nº 15/2026, tendo por objeto Aquisição de Equipamentos Agrícolas para a Secretaria da Agricultura;
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestor e fiscal do contrato nº 55 e 56/2026, o Sr. Gabriel Henrique Barbosa de Paiva Secretário de Agricultura.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, no web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LAZARO FERRAZ -
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:1632E9F1

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
DECRETO 721/2026

DECRETO Nº 721/2026.

SÚMULA: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial no orçamento geral do Município para o exercício de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 1201, de 19 de Agosto de 2026.

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do município no valor de R$ 776.689,68 (setecentos e setenta e seis mil e seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos), destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
06.003 - DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER
27.812.1001.2021 - MANUTENÇÃO DO INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0892) 376.606,13

27.812.1001.2223 - FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE
3.3.90.14 - DIÁRIAS - CIVIL - (Grupo/Fonte 0896) 2.500,00
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0896) 25.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0896) 15.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
08.001 - DIVISÃO DE FOMENTO DA AGRICULTURA
20.606.1601.2028 - MANUTENÇAO DA AGRICULTURA
4.4.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0895) 242.600,55

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
10.001 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS SOCIAIS
08.241.2301.2027 - FMDI/MANUTENÇÃO DO CMDI E IDOSOS
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0903) 25.000,00

08.244.1101.2023 - FMAS/MANUTENÇÃO DOS PROG. E SERV. DA ASSIST. SOCIAL -
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0018) 3.300,00
4.4.50.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0893) 1.083,00

08.244.1201.2024 - FMAS/MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO SUAS
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0823) 45.600,00

10.002 - DIV PROJ À INF, JUVENTUDE, IDOSOS, DEFIC E MULHER
14.243.1301.6001 - FMDCA/IMPLANT/MANUT. SIMASE E ASSIST. A INFÂNCIA E
3.1.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000) 40.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
06.002 - DIVISÃO DE CULTURA
13.392.0901.2019 - MANUTENÇÃO DA CULTURA
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000) 10.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
08.001 - DIVISÃO DE FOMENTO DA AGRICULTURA
20.606.1601.2028 - MANUTENÇAO DA AGRICULTURA
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0895) 242.600,55

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
10.001 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS SOCIAIS
08.241.2301.2027 - FMDI/MANUTENÇÃO DO CMDI E IDOSOS
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0892) 376.606,13

08.244.1101.2025 - FMAS/MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000) 10.000,00

08.244.1201.2024 - FMAS/MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO SUAS
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000) 10.000,00

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
11.001 - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
22.661.1801.2031 - INCENTIVO AO FOMENTO DA INDUSTRIA E COMÉRCIO
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0000) 10.000,00

Art. 3º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação 69.883,00

Art. 4º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit:

GRUPO/FONTE 0823	22.600,00
GRUPO/FONTE 0903	25.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 19 de Agosto de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:905B7646

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
LEI 1201/2026

LEI Nº 1201/2026.

SÚMULA: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial no orçamento geral do Município para o exercício de 2026.

O Prefeito do Município de São José da Boa Vista , Estado do Paraná, JOSÉ LÁZARO FERRAZ:
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do município no valor de R$ 776.689,68 (setecentos e setenta e seis mil e seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos), destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
06.003 - DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER
27.812.1001.2021 - MANUTENÇÃO DO INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0892) 376.606,13

27.812.1001.2223 - FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE
3.3.90.14 - DIÁRIAS - CIVIL - (Grupo/Fonte 0896) 2.500,00
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0896) 25.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0896) 15.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
08.001 - DIVISÃO DE FOMENTO DA AGRICULTURA
20.606.1601.2028 - MANUTENÇAO DA AGRICULTURA
4.4.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0895) 242.600,55

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
10.001 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS SOCIAIS
08.241.2301.2027 - FMDI/MANUTENÇÃO DO CMDI E IDOSOS
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0903) 25.000,00

08.244.1101.2023 - FMAS/MANUTENÇÃO DOS PROG. E SERV. DA ASSIST. SOCIAL -
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0018) 3.300,00
4.4.50.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0893) 1.083,00

08.244.1201.2024 - FMAS/MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO SUAS
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0823) 45.600,00

10.002 - DIV PROJ À INF, JUVENTUDE, IDOSOS, DEFIC E MULHER
14.243.1301.6001 - FMDCA/IMPLANT/MANUT. SIMASE E ASSIST. A INFÂNCIA E
3.1.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000) 40.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
06.002 - DIVISÃO DE CULTURA

13.392.0901.2019 - MANUTENÇÃO DA CULTURA
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000) 10.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
08.001 - DIVISÃO DE FOMENTO DA AGRICULTURA
20.606.1601.2028 - MANUTENÇAO DA AGRICULTURA
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0895) 242.600,55

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
10.001 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS SOCIAIS
08.241.2301.2027 - FMDI/MANUTENÇÃO DO CMDI E IDOSOS
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0892) 376.606,13

08.244.1101.2025 - FMAS/MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000) 10.000,00

08.244.1201.2024 - FMAS/MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO SUAS
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000) 10.000,00

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
11.001 - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
22.661.1801.2031 - INCENTIVO AO FOMENTO DA INDUSTRIA E COMÉRCIO
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0000) 10.000,00

Art. 3º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação 69.883,00

Art. 4º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit:

GRUPO/FONTE 0823	22.600,00
GRUPO/FONTE 0903	25.000,00

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 19 de Agosto de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:EC371FF2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2026-SJP

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2026-SJP

OBJETO : contratação, mediante adesão, na condição de órgão não participante, à Ata de Registro de Preços nº 007/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 005/2026, Procedimento de Registro de Preço nº 005/2026 e Processo Administrativo nº 010/2026, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico, Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do Estado do Paraná – CIDERSOP, para a aquisição, na condição de órgão não participante, de um Fiat Argo, conforme as condições, especificações, prazos e garantias do processo originário, destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social de São José das Palmeiras/PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, 979 - centro, inscrito no CGC/MF nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. FRANCO MARIA ALVES CABRAL, brasileiro, casado portador do CPF. 057.831.629-30 e da Carteira de Identidade RG n. º 8.351.589-9 SSP/PR.

CONTRATADA: **FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA.**

VALOR: **R$ 105.900,00 (cento e cinco mil e novecentos reais).**
VIGENCIA: vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura contrato de aquisição.
DATA DE ASSINATURA: 21 de agosto de 2026.
FORO: Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná.

São José das Palmeiras/PR, 21 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:D9384562

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em outsourcing de impressão, com locação de impressoras, scanners e plotter, incluindo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, fornecimento de peças, suprimentos e software de monitoramento, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA:COPYVIC LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.119.101/0001-49.
VALOR:R$ 64.999,84 (sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).
VIGÊNCIA:13 (treze) meses, contados da data de assinatura do contrato, compreendendo o período de implantação e 12 (doze) meses de execução dos serviços.
São José das Palmeiras/PR, 21 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:6DAD8435

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2026

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Homologo e adjudico o resultado do Pregão Eletrônico nº 025/2026 – Processo Licitatório nº 053/2026, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada em outsourcing de impressão, com locação de impressoras, scanners e plotter, incluindo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, fornecimento de

peças, suprimentos e software de monitoramento, de acordo com o resultado do procedimento licitatório e nos termos estabelecidos no Edital.

A empresa vencedora do **LOTE 01** foi **COPYVIC LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **01.119.101/0001-49**, com o valor total de **R$ 64.999,84 (sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).**

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras-PR, 21 de agosto de 2026

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:20001E77

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, a Inexigibilidade de Licitação nº 012/2026, adjudicando o objeto de bem adquirido pelo Município de São José das Palmeiras/PR, contratação, mediante adesão, na condição de órgão não participante, à Ata de Registro de Preços nº 007/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 005/2026, Procedimento de Registro de Preço nº 005/2026 e Processo Administrativo nº 010/2026, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico, Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do Estado do Paraná – CIDERSOP, para a aquisição, na condição de órgão não participante, de um Fiat Argo, conforme as condições, especificações, prazos e garantias do processo originário, destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social de São José das Palmeiras/PR
A empresa vencedora foi: **FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA.**, com o valor de R$ 105.900,00 (cento e cinco mil e novecentos reais).
Fica autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedir os documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras/PR, 20 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:06DFE900

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR - PROCESSO LICITATORIO Nº 059/2026 - EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR
PROCESSO LICITATORIO Nº 059/2026
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

DESCRIÇAÕ DO OBJETO:
Contratação, mediante adesão, na condição de órgão não participante, à Ata de Registro de Preços nº 007/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 005/2026, Procedimento de Registro de Preço nº 005/2026 e Processo Administrativo nº 010/2026, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico, Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do Estado do Paraná – CIDERSOP, para a aquisição, na condição de órgão não participante, de um Fiat Argo, conforme as condições, especificações, prazos e garantias do processo originário, destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social de São José das Palmeiras/PR
Fundamento legal: art. 86, § 2º e, §3º da Lei 14.133/2021.
Contratada:
Empresa:FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
Endereço: Avenida Brasil, 1406 – Pacaembu – Cascavel/PR, CEP 88.816-302.
CNPJ/MF:77.396.810/0001-33.
Preço: R$ 105.900,00 (cento e cinco mil e novecentos reais).
Prazo: Quanto às condições de fornecimento, a entrega deverá observar o disposto na Ata nº 007/2026, sendo efetuada na Rua Marechal Castelo Branco, nº 979, Centro, na cidade de São José das Palmeiras/PR, em horário de expediente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente. O fornecedor ficará obrigado a entregar o veiculo novo, completo e em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado de todos os equipamentos, acessórios, documentos, manuais e garantias necessários à sua plena utilização. O recebimento do objeto deverá ocorrer em duas etapas, com recebimento provisório no ato da entrega física e conferência, e recebimento definitivo após a verificação do funcionamento e da conformidade com as especificações da Ata. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

São José das Palmeiras/PR, 20 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:F284B4AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 059/2026 - TERMO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

PROCESSO LICITATORIO Nº 059/2026
TERMO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

Com fundamento no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, **RATIFICO** em favor da empresa **FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **77.396.810/0001-33**, sediada na Avenida Brasil, 1406 – Pacaembu – Cascavel/PR, CEP 88.816-302, a Inexigibilidade nº 12/2026, cujo objeto é a contratação, mediante adesão, na condição de órgão não participante, à Ata de Registro de Preços nº 007/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 005/2026, Procedimento de Registro de Preço nº 005/2026 e Processo Administrativo nº 010/2026, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico, Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do Estado do Paraná – CIDERSOP, para a aquisição, na condição de órgão não participante, de um Fiat Argo, conforme as condições, especificações, prazos e garantias do processo originário, destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social de São José das Palmeiras/PR

São José das Palmeiras/PR, em 20 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:747FF798

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2026

Resultado da sessão do Pregão Eletrônico n° 025/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada em outsourcing de impressão, com locação de impressoras, scanners e plotter, incluindo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, fornecimento de peças, suprimentos e software de monitoramento.

Em cumprimento ao disposto no art. 20, inciso XI, da Lei Municipal nº 402/2009, torna-se público o resultado do **Pregão Eletrônico nº 025/2026 – Processo Licitatório nº 053/2026**, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, com o seguinte resultado:

LOTE	Proponente Vencedora	Valor Total do Lote em R$
LOTE 01	COPYVIC LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA	R$ 64.999,84

São José das Palmeiras, 21/08/2026.
Publique-se

WESLEY CLAUDINO DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:F0DD72EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 85/2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 85/2026
DATA: 21 de agosto de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 6º e 7º, do parágrafo único da Lei nº 753 de 07 de outubro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R$ 452.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), incorporando ao Orçamento Geral do município para o exercício financeiro de 2026 a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.782.0004-2024 – Manutenção do Transporte Escolar
1771 – 3.3.90.30.00.00 – 00104 – Material de Consumo R$ 80.000,00

06 – SECRETARIA DE SAUDE
002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.302.0007-2035– Manutenção dos Consorcio Intermunicipais de Saúde
2580 – 3.3.72.39.00.00 – 00303 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 322.000,00

10 – SECRETARIA DE TRANSPORTE
001 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
26.782.0009-2066 - Manutenção do departamento de transporte
4490 – 3.3.90.39.00.00 – 00000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 50.000,00

Art. 2º - **Como recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, provenientes do cancelamento totalou parcial da seguinte dotação orçamentária:**

05 – SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0004-1016 – EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA E ESCOLA
1390 – 3.3.90.30.00.00 – 00104 – Material de Consumo R$ 80.000,00

06 – SECRETARIA DE SAUDE
002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0007-2034 – Manutenção das ações e do fundo municipal de saúde
2380 – 3.3.90.37.00.00 – 00303 - Locação de mão-de-obra R$ 10.000,00

10.301.0007-2035 – Manutenção dos consorcio intermunicipal de saúde
2590 – 3.3.90.30.00.00 – 00000 - Material de consumo R$50.000,00
2600 – 3.3.90.39.00.00 – 00000 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 50.000,00

10.302.0007.2036 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
2620 – 3.3.90.24.00.00 – 00000 – Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos Terceirização R$ 40.000,00
2640 – 3.3.90.39.00.00 - 00303 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 150.000,00
2650 - 3.3.90.48.00.00 – 00000 – Outros auxílios financeiros a pessoas físicas R$ 22.000,00

07 – SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.452.0008-2043- Manutenção do Consorcio Cidersop
3010 – 3.3.71.70.00.00 – 0000 – Rateio pela participação em consorcio público R$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 21 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:49ABDBF9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°324/2026

DECRETO Nº 324/2026

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de serviço e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, conforme tabela anexa ao procedimento de Credenciamento nº 08/2026, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º O credenciado é:

4º classificado: **JFF CLINICA MÉDICA LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 66.550.620/0001-02, sob protocolo nº 6872.

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 56/2026 – 21 de agosto de 2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°148/2026
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º O valor contratado é R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo plantão de 05 (cinco) horas, R$ 800,00 (oitocentos reais) pelo plantão de 08 (oito) horas, e R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) pelo plantão de 12 (doze) horas.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 21 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:4B894A7D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°326/2026

DECRETO Nº 326/2026

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de serviço e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, conforme tabela anexa ao procedimento de Credenciamento nº 08/2026, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º O credenciado é:

2º classificado: **3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 55.853.806/0001-14, sob protocolo nº 6869.

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 58/2026 – 21 de agosto de 2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°150/2026
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º O valor contratado é R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo plantão de 05 (cinco) horas, R$ 800,00 (oitocentos reais) pelo plantão de 08 (oito) horas, e R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) pelo plantão de 12 (doze) horas.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 21 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:8FEA241C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°327/2026

DECRETO Nº 327/2026

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de serviço e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, conforme tabela anexa ao procedimento de Credenciamento nº 08/2026, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º O credenciado é:

1º classificado: **VERTICE GESTÃO DE CONTRATOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 66.430.492/0001-63, sob protocolo nº 6868.
Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 59/2026 – 21 de agosto de 2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº151/2026
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º O valor contratado é R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo plantão de 05 (cinco) horas, R$ 800,00 (oitocentos reais) pelo plantão de 08

(oito) horas, e R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) pelo plantão de 12 (doze) horas.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 21 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:AE6AB922

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº323

DECRETO Nº 323/2026

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 22/2026-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

D E C R E T A

Art. 1º Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pelo Pregoeiro, extraído da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 22/2026-PMSPPR de 13 de julho de 2026, que tomou por objeto a contratação de empresa especializada para locação e prestação de serviços de locação de palcos, sanitários químicos, barracas, som, iluminação, gerador de energia, grades de fechamento de ruas, cerimonialistas para atender as necessidades do Município, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 22/2026-PMSPPR de 13 de julho de 2026.
03.001.04.122.0002.2008 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
06.001.13.392.0020.2.087 – ATIVIDADES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS NO MUNICIPIO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

No Valor Máximo de **R$ 1.378.508,66 (Um milhão trezentos e setenta e oito mil quinhentos e oito reais e sessenta e seis centavos)** em favor dos proponentes:

HIRAM PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº05.345.793/0001-02 com o lote 2, no valor total de R$ 51.610,00 (cinquenta e um mil e seiscentos e dez reais);

M D RIBEIRO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº15.086.058/0001-77 com o lote 7 no valor total de R$ 349.900,00 (trezentos e quarenta e nove mil e novecentos reais);

F A SOUZA - SOM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº11.953.356/0001-66 com o lote 8 no valor total de R$ 67.950,00 (sessenta e sete mil e novecentos e cinquenta reais);

NE PRODUÇOES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº22.118.109/0001-60 com o lote 1 no valor total de R$ 135.990,00 (cento e trinta e cinco mil e novecentos e noventa reais);

NEWS PUBLICIDADES E EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº00.173.433/0001-49 com os lotes 3, 4, 6 e 9 no valor total de R$ 218.970,00(duzentos e dezoito mil e novecentos e setenta reais);

EVOLUTION EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº46.437.100/0001-80 com o lote 5 no valor total de R$ 30.499,98 (trinta mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 20 de agosto de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:5937293B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº325/2026

DECRETO Nº 325/2026

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de serviço e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, conforme tabela anexa ao procedimento de Credenciamento nº 08/2026, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º O credenciado é:

3º classificado: **MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 43.403.587/0001-92, sob protocolo nº 6870.

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 57/2026 – 21 de agosto de 2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°149/2026
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º O valor contratado é R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo plantão de 05 (cinco) horas, R$ 800,00 (oitocentos reais) pelo plantão de 08 (oito) horas, e R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) pelo plantão de 12 (doze) horas.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 21 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:8B852DE2

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO 1°PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 82/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ E ANNA FLAVIA GOUVEA FALAVINHA, NOS TERMOS DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 82/2025 – PMSPPR.

Cláusula Primeira – Nos termos do art. 107, da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações, as partes resolvem prorrogar o referido contrato por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar pelo período compreendido entre 17/09/2026 à 17/09/2027, permanecendo os mesmos valores do contrato original.

Cláusula Segunda – Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 17 de setembro de 2025.

São Pedro do Paraná-PR, 20 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:8067AA94

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 42/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e GILBERTO GONCALVES DE MORAES – ME, CNPJ/MF nº 20.627.674/0001-28

OBJETO: contratação de empresa prestadora de serviço de decoração temática da Festa Agostina, a ser realizada no dia 22 de agosto de 2026, no Distrito de Porto São José

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2026 DE 20/08/2026.
OBJETO: decoração festa agostina
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Item	Descrição	Unid	Valor
01	- Montagem de um paredão em tecidos pretos com aplique de tecidos sublimados no tema da festa para estéticas das barracas. - Ornamentação das barracas com xales nas bordas e lustre em ferragens. - Montagem de painéis para fotos no interior do local. - Criação de launges no interior da festa em pufes variados e bistrôs. - Plantas ornamentais no ambiente da festa. - Ornamentação de um segundo portal do outro lado de entrada todo decorado e ornamentação das tendas deste mesmo lado da festa. - Aplicação das bandeirolas coloridas nos mastros do local (mastro instalados pelo contratante). - Iluminação do local com luzes cênicas. - Aplicação de cordões de luzes.	Serv	34.000,00

Valor global de **R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 21 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:3B3F971C

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 51/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e
PAULO DE FATIMA SANTOS OLIVEIRA, CNPJ/MF nº 32.803.358/0001-49

OBJETO: contratação de serviço de shows artísticos para a festa Agostina, no Distrito de Porto São José, no dia 22 de agosto de 2026

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 51/2026 DE 20/08/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2026
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Valor do Contrato: R$ 13.000,00 (treze mil reais) cujo pagamento será efetuado de acordo com a prestação dos serviços.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato.

São Pedro do Paraná-PR, 21 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:49E2FECB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 225/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar público o resultado do exame pré-admissional:

De acordo com o Processo Seletivo Simplificado nº006/2025, Resultado Final Edital nº 21/2025, **o candidato abaixo relacionado, convocado através do Decreto nº226/2026, foi considerado apto.**

AUXILIAR DE SERVIÇOS – CLASSIFICAÇÃO GERAL

NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
NATALIA AP. C. DE PAULA	76	37º

Publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 21 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:07488E3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
PORTARIA Nº 226 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

EMENTA: Altera a redação do Art. 3º da Portaria nº 217, de 17 de agosto de 2026, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º O Art. 3º da Portaria nº 217, de 17 de agosto de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º DETERMINAR ao Setor Municipal de Habitação que adote as providências administrativas necessárias para observância da prioridade de atendimento da munícipe afetada em novos programas habitacionais do Município, conforme recomendado no relatório final." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ratificando-se os demais termos da Portaria nº 217/2026.

São Sebastião da Amoreira, Paraná, 21 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:9051FCFA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA - ESTADO PARANÁ
OBJETO: Contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas no Hospital Municipal Santana, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Sapopema/PR, conforme Credenciamento nº 02/2026.
O Prefeito Municipal de Sapopema, no uso de suas atribuições legais, torna pública a contratação por Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, decorrente do procedimento de Credenciamento nº 02/2026, observadas as disposições do Edital, do Termo de Referência e dos Decretos Municipais nº 57/2024 e nº 58/2023.

CONTRATADOS:

EMPRESA: ACFN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ nº 38.252.885/0001-99
PLANTÕES: 78 (setenta e oito)
VALOR R$ 209.977,56 (duzentos e nove mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)
CONTRATO Nº 115/2026.
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a partir de 01 de setembro de 2026.

EMPRESA: AGÓES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ nº 51.848.563/0001-75
PLANTÕES: 30 (trinta)
VALOR R$ 80.760,60 (oitenta mil, setecentos e sessenta reais e sessenta centavos)
CONTRATO Nº 116/2026
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a partir de 01 de setembro de 2026.

EMPRESA: CLÍNICA MÉDICA LIMA & LIMA LTDA
CNPJ nº 36.073.521/0001-16
PLANTÕES: 78 (setenta e oito)
VALOR R$ 209.977,56 (duzentos e nove mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)
CONTRATO Nº 117/2026
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a partir de 01 de setembro de 2026.

Sapopema/PR, 20 de agosto de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:21721A39

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 33/2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 33/2026
PROCESSO Nº 67/2026

OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços para a realização dos eventos que ocorrerão no Município de Sapopema**
Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto as empresas **CIRCUITO SAFRA NOVA LTDA, DINAMICA ECO LOCACAO E COMERCIO LTDA ME, GABRIEL RODRIGUES LOPES SOM E ALARMES , J. H. EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, PEDRO ARRAIS E CIA LTDA, SELMA CRISTINA DOS SANTOS DA CRUZ,** sendo o valor total do certame R$ 605.618,39 (Seiscentos e Cinco Mil, Seiscentos e Dezoito Reais e Trinta e Nove Centavos).

Sapopema Pr, 21/08/2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 28/2026
O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. ***PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº

33/2026, publicada no 16 de julho 2026, processo administrativo n.º 67/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: CIRCUITO SAFRA NOVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Cerqueira Cesar/SP. Av. Roraima,100, Bairro: Jd São Lucas - CEP: 18.767-048, Telefone (14) 99650-4755- E-mail- csnsince@gmail.com. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 21.853.615/0001-30 neste ato representada pelo Sr. Helinelson Ferruci Bento, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 429.504.328-16, RG: sob nº 41.334.903-2, conforme consta no registro nº 2295103265 da Junta Comercial, residente e domiciliado na cidade de Cerqueira Cesar/SP.

OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços para a realização dos eventos que ocorrerão no Município de Sapopema**,

PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021. Em caso de renovação da ARP, o saldo original da ata será restabelecido de forma integral nos termos do Acórdão 392 /2026 Tribunal Pleno do TCE/PR.

VALOR DE R$: 41.985,00(quarenta e um mil novecentos e oitenta e cinco reais)

Sapopema, 21 de agosto de 2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 29/2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. ***PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 33/2026, publicada no 16 de julho 2026, processo administrativo n.º 67/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: DINAMICA ECO LOCAÇAO E COMERCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Assis/SP. Av. Raja Jabur,440, Bairro: Centro de Desenvolvimento de Assis - CEP: 19.812-125, Telefone (18) 99606-3031/3322-270- E-mail- dinamicaeco@uol.com.br. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 10.391.596/0001-51 neste ato representada pelo Sr. Jose Carlos de Matos, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 021.054.458.02, CNH: sob nº 22.061.134.8, conforme consta no registro nº 82.061/26-9 da Junta Comercial, residente e domiciliado na cidade de Assis/Sp.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços para a realização dos eventos que ocorrerão no Município de Sapopema,

PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021. Em caso de renovação da ARP, o saldo original da ata será restabelecido de forma integral nos termos do Acórdão 392 /2026 Tribunal Pleno do TCE/PR.

VALOR DE R$: 39.000,00(trinta e nove mil reais)

Sapopema, 21 de agosto de 2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 30/2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. ***PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 33/2026, publicada no 16 de julho 2026, processo administrativo n.º 67/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: GABRIEL RODRIGUES LOPES SOM E ALARMES-LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade Arapoti -Pr Rua das Hortênsias, 24 sala 02 - Cep: 84.990-000 – residencial Araucária - Fone: 98418-8800- e-mail: gabriel-som@hotmail.com, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.550.749/0001-51 neste ato representada pelo Sr.Gabriel Rodrigues Lopes, maior, casado, Empresário, portador do C.P.F. nº 034.676.759-80, e RG nº 7.724.730-0, conforme consta no registro nº 20255805314 da Junta Comercial, residente e domiciliado na cidade de Arapoti - Pr.

OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços para a realização dos eventos que ocorrerão no Município de Sapopema**,

PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021. Em caso de renovação da ARP, o saldo original da ata será restabelecido de forma integral nos termos do Acórdão 392 /2026 Tribunal Pleno do TCE/PR.

VALOR DE R$: 212.686,00(duzentos e doze mil seiscentos e oitenta e seis reais)

Sapopema, 21 de agosto de 2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 31./2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. ***PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 33/2026, publicada no 16 de julho 2026, processo administrativo n.º 67/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: J. H. EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Castro Paraná. Av. Dr. Dagoberto Pusch,134 -Jd Arapongas - CEP: 84174-130 Telefone (44)998583410/(43)991282624- E-mail- licitaconsultoriamga@gmail.com/jhvigilancia@uol.com.br.Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 02.4189550001-99 neste ato representada pelo procurador Sr. Margarete Rodrigues, brasileiro, maior, portador

do CPF: Nº 006.392.539-70,RG: 0571737 conforme consta na junta comercial, nº 20260340596, residente e domiciliado na cidade de Castro Paraná/PR. conforme consta no registro nº 82.061/26-9 da Junta Comercial, residente e domiciliado na cidade de Castro Paraná/PR.
OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços para a realização dos eventos que ocorrerão no Município de Sapopema**,
PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021. Em caso de renovação da ARP, o saldo original da ata será restabelecido de forma integral nos termos do Acórdão 392 /2026 Tribunal Pleno do TCE/PR.
VALOR DE R$: 54.990,00(cinquenta e quatro mil novecentos e noventa reais)
Sapopema, 21 de agosto de 2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 32/2026
O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. ***PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 33/2026, publicada no 16 de julho 2026, processo administrativo n.º 67/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: PEDRO ARRAIS & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Maringá/PR. Av. Pioneiro Alfredo Jose da Costa,347, Bairro: Jd Alvorada - CEP: 87035-270, Telefone (44) 99972-2407- E-mail-maringa@worldpiramides.com.br. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 05.992.834/0001-44 neste ato representada pelo Sr. Pedro Arrais, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 515.505.559-87, RG: sob nº 4072181-9, conforme consta no registro nº 20211684198 da Junta Comercial residente e domiciliado na cidade de Maringá/PR.
OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços para a realização dos eventos que ocorrerão no Município de Sapopema**,
PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021. Em caso de renovação da ARP, o saldo original da ata será restabelecido de forma integral nos termos do Acórdão 392 /2026 Tribunal Pleno do TCE/PR.
VALOR DE R$: 247.600,00(duzentos e quarenta e sete mil e seiscentos reais)
Sapopema, 21 de agosto de 2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 33/2026
O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. ***PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 33/2026, publicada no 16 de julho 2026, processo administrativo n.º 67/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: SELMA CRISTINA DOS SANTOS DA CRUZ-ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Reserva/PR. Av. Dom Pedro ll,675, casa Bairro: centro - CEP: 84320-000, Telefone (42) 99928-8314- E-mail- gartasv207@gmail.com. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 48019422/0001-35 neste ato representada pelo Sr. Selma Cristina dos Santos da Cruz, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 670.081.869-91, RG: sob nº 6467.388-2 conforme consta no registro nº 20251565840 da Junta Comercial, residente e domiciliado na cidade de Reserva/PR.
OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços para a realização dos eventos que ocorrerão no Município de Sapopema**,
PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021. Em caso de renovação da ARP, o saldo original da ata será restabelecido de forma integral nos termos do Acórdão 392 /2026 Tribunal Pleno do TCE/PR.
VALOR DE R$: 9.357,39(nove mil trezentos e cinquenta e sete reais e trinta e nove centavos)
Sapopema, 21 de agosto de 2026

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:2D64D6FF

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 214/2026

DECRETO Nº 214/2026.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no total de R$ 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais).

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1963 e Lei municipal nº 1641/2025.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para exercício de 2026, Crédito Adicional Suplementar, conforme especifica a seguir na importância de R$ 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais).

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2013	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1250	00107-Salário-Educação	30.000,00
	SUBTOTAL	**30.000,00**
09	SECRETARIA DE SAUDE	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.302.0009.2024	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTANA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
10	ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001	FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0011.2029	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
3150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.000,00
	SUBTOTAL	**12.000,00**

13	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
13.001	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
23.695.0014.2036	IMPLANTAÇÃO, APOIO E INCENTIVO AO TURISMO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3730	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	**5.000,00**
	TOTAL	**62.000,00**

Art. 2º - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, serão utilizados o cancelamento parcial ou total de acordo com o que dispõe o art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de Março de 1964 e dos Art. 7º da Lei municipal nº 1641/2025.

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2011	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
840	00107-Salário-Educação	10.000,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
890	00107-Salário-Educação	10.000,00
12.361.0006.2013	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1330	00107-Salário-Educação	10.000,00
	SUBTOTAL	**30.000,00**
11	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
20.606.0013.2033	MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
13	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
13.001	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
23.695.0014.2036	IMPLANTAÇÃO, APOIO E INCENTIVO AO TURISMO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3720	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3740	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.000,00
	SUBTOTAL	**17.000,00**
	TOTAL	**62.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema – Pr, 21 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:37C700AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
COMUNICADO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 9-0007/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DESTINADOS AOS SERVIDORES DA AUTARQUIA ÁGUAS DE SARANDI

Sarandi, 21 de agosto de 2026.

A Autarquia Águas de Sarandi, por intermédio de seu Pregoeiro, comunica às licitantes participantes do Pregão Eletrônico nº 9-0007/2026 que, em razão da solicitação de amostras às licitantes, ocorrerá nova reunião da Comissão Especial de Avaliação de Amostras.
A reunião ocorrerá no dia **26/08/2026 (quinta-feira), às 13h30**, na **Sala de Reuniões da sede da Autarquia Águas de Sarandi**, situada na Avenida Londrina, nº 1764, Jardim Independência, Sarandi/PR.
As licitantes poderão acompanhar os trabalhos da Comissão, caso tenham interesse.

LEANDRO URBANO JACQUES
Pregoeiro
Portaria Nº 103/2026

Publicado por:
Leandro Urbano Jacques
Código Identificador:67C82A36

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 223/2026/SMSA

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal, na forma que especifica.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, o servidor **CHRYSTOPHER MICHAEL LISBOA**, matrícula nº **2869**, ocupante do cargo efetivo de **LEITURISTA**, pertencente ao quadro de pessoal da Autarquia Águas de Sarandi.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 21 de maio de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor- Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:7B7F6D67

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 18/2026 – PMS –
CONTRATAÇÃO COMPRAS GOV: 988461-26/2026

OBJETO: *Aquisição de 2 (dois) Nobreaks de 6000 VA, online de dupla conversão, para atender a demanda da Divisão de Informática do Município de Sarandi/PR.*
Período de propostas: de 24/08/2026 às 08:00hrs até 28/08/2026 às 08:00hrs.
Período de lances: 28/08/2026 às 08:00hrs até 28/08/2026 às 14:00hrs
https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=98846106000262026
AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E O AVISO COMPLETO PODERÃO SER OBTIDOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES COMPRAS E PATRIMÔNIO – PAÇO MUNICIPAL – FONE: (44) 3264-8623 EMAIL: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro2@sarandi.pr.gov.br E NO SITE: http://www.compras.gov.br/ .

Sarandi, 21 de agosto de 2026.

RENATO MACEDO FERREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Renato Macedo Ferreira
Código Identificador:2A2CAE00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 116/2026

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026de 21de julhode 2026, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.

RESOLVE

Art. 1º - Homologaro **PARECER 123/2026** -CMES de 07 de agostode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR, EM CONSONÂNCIA COM OS MARCOS LEGAIS, AS DIRETRIZES NACIONAIS DE EDUCAÇÃO, OS PROGRAMAS FEDERAIS E ESTADUAIS E O PLANO DE METAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de Agosto de 2026

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 116de 20 de Agosto de 2026:

PARECER Nº 123/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 07/08/2026.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19/2025 – SMED.

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI/PR, EM CONSONÂNCIA COM OS MARCOS LEGAIS, AS DIRETRIZES NACIONAIS DE EDUCAÇÃO, OS PROGRAMAS FEDERAIS E ESTADUAIS E O PLANO DE METAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi PR. (CMES), no uso de suas atribuições legais, que estão previstas na Lei 1531/2008 - CMES, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná (SMED), conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, que integra às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;

Considerandoo artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que define a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho;

Considerandoa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/1996), que estabelece a valorização dos profissionais da educação escolar, inclusive assegurando, na forma da lei, ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos e garantindo plano de carreira e formação continuada;

Considerandoo Plano Nacional de Educação Lei nº13.005/2014, especialmente a Meta 16, que propõe formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica e garantir a formação continuada a todos em sua área de atuação;

Considerandoos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, em especial o ODS 4, que preconiza assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Considerando o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que prevê apoio técnico e pedagógico, formação de professores e gestores, e diagnóstico de aprendizagem com base em evidências;

Considerandoas condicionalidades do Fundeb/VAAR, do ICMS Educacional e demais programas que exigem planejamento e formação continuada sistemática com base em dados e evidências;

ConsiderandoLei Complementar no 248, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Sarandi, em especial os art. 41.

RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi – SMED, no exercício de suas atribuições e em conformidade com a legislação educacional vigente, elaborou a Instrução Normativa nº 19/2025 – SMED, que dispõe sobre a organização, o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação da Política de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR, em consonância com as diretrizes nacionais de educação, os programas educacionais vigentes e o Plano de Metas da Secretaria Municipal de Educação. A referida normativa estabelece diretrizes e procedimentos para o desenvolvimento das ações de formação continuada, considerando as necessidades formativas, os resultados educacionais e as demandas pedagógicas das unidades educacionais, visando ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e à melhoria da aprendizagem. Diante disso, a Secretaria Municipal de Educação encaminhou a referida Instrução Normativa ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, para ciência acerca de sua publicação e dos procedimentos nela estabelecidos, destinados a orientar as unidades educacionais no acompanhamento dos objetivos e metas pedagógicas, no planejamento e nas intervenções pedagógicas, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico, o currículo e as diretrizes educacionais vigentes.

ANÁLISE

A análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação restringe-se ao conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa nº 19/2025 – SMED, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi. Verifica-se que o documento estabelece diretrizes e procedimentos para a organização, o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação da Política de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR, em consonância com as diretrizes nacionais de educação, os programas educacionais vigentes e o Plano de Metas da Secretaria Municipal de Educação. Considerando que a Instrução Normativa constitui ato administrativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, o presente documento tem como finalidade registrar a ciência do Conselho Municipal de Educação quanto ao seu conteúdo e à sua existência, sem caráter deliberativo ou autorizativo.

Aspectos Formais

A Instrução Normativa nº 19/2025 – SMED foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para ciência, contendo diretrizes e procedimentos para o desenvolvimento das ações de formação continuada, considerando as necessidades formativas, os resultados educacionais e as demandas pedagógicas das unidades educacionais, visando ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e à melhoria da aprendizagem.O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, registra que tomou conhecimento do documento apresentado, ficando consignado que a presente manifestação não representa aprovação, homologação ou validação da Instrução Normativa Nº 19/2025 - SMED, tampouco interfere na competência administrativa da Secretaria Municipal de Educação para sua elaboração e aplicação, nos termos da legislação vigente.

PARECER E VOTO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/Pr. – CMES, por meio do Conselho Pleno, em sua Reunião Ordinária 06/2026, realizada em 7 de agosto de 2026, aprova o presente Parecer de Ciência, acerca da Instrução Normativa nº 19/2025 – SMED, conforme consta da ATA nº 06/2026. Ressalta-se que a presente manifestação se limita ao registro de ciência acerca do conteúdo e da existência da Instrução Normativa nº 19/2025 – SMED, não implicando sua aprovação, homologação, validação ou ratificação, cuja elaboração e aplicação permanecem no âmbito da competência administrativa, da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei vigente. Este Parecer entra em vigor a partir de sua publicação

Sarandi-Pr., 14 de agosto de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 1032/2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante, Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Sandra Regina Beni Kauffman, Soraya Galvão Evaristo.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:7A3C6EC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 5161/2026

Declara Estado de Alerta Hidrológico e Climático no Município de Sengés, em razão do risco de cheias e inundações, das condições de vulnerabilidade do sistema hidrográfico do Rio Jaguaricatú e seus afluentes e das perspectivas climáticas para o período, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo:

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 23, incisos VI e IX, 30, incisos I, V e VIII, 182 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelecem competências relacionadas à proteção do meio ambiente, ao adequado ordenamento territorial e à adoção de medidas destinadas à proteção da população e do patrimônio;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e estabelece, entre suas diretrizes, a atuação articulada entre os entes federativos para redução dos riscos de desastres, mediante ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e disciplina os procedimentos relacionados às situações de emergência e aos estados de calamidade pública;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.519, de 23 de julho de 2015, que institui a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO o princípio da prevenção, segundo o qual a existência de risco conhecido ou tecnicamente identificável recomenda a adoção antecipada de medidas destinadas a evitar ou reduzir danos à população, ao patrimônio, à infraestrutura e ao meio ambiente;

CONSIDERANDO o Ofício nº 052/2025, da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná, dirigido ao Prefeito Municipal de Sengés, que manifesta preocupação específica quanto ao risco de inundações no Município e destaca que a ocorrência de eventos climáticos extremos tende a se tornar cada vez mais recorrente, com episódios de chuvas mais intensas capazes de desencadear problemas relacionados a inundações;

CONSIDERANDO que, no referido Ofício nº 052/2025, a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil destaca, em consonância com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, a necessidade de se priorizar o conhecimento do risco e, a partir dele, a definição de ações prospectivas ou corretivas destinadas a impedir que situações de risco se convertam em desastres, com impactos às pessoas, aos bens, à economia e à sociedade;

CONSIDERANDO que a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil recomendou expressamente ao Município de Sengés a **realização de estudos destinados à compreensão do risco e à adoção de ações para evitar o acontecimento de inundações**, ressaltando que tais medidas poderão produzir resultados benéficos à população local;

CONSIDERANDO que a própria Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, diante de limitações operacionais para a realização desses estudos, recomendou que o Município buscasse outras instituições capacitadas para sua execução, reforçando a necessidade de estruturação técnica das ações municipais de prevenção;

CONSIDERANDO o histórico de ocorrência de **cheias e inundações no Município de Sengés**, especialmente aquelas relacionadas ao sistema hidrográfico do **Rio Jaguaricatú e seus afluentes**, que atravessa áreas de interesse urbano e cuja dinâmica hidrológica pode afetar a população, a infraestrutura e o funcionamento dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO que as perspectivas meteorológicas e climáticas para o período, inclusive aquelas relacionadas à atuação do fenômeno **El Niño**, recomendam especial atenção do Poder Público Municipal quanto à possibilidade de ocorrência de episódios de precipitação intensa e outros eventos meteorológicos extremos;

CONSIDERANDO que a intensificação e a maior recorrência de eventos climáticos extremos, associadas às características hidrológicas, hidráulicas, ambientais e urbanísticas locais, podem ocasionar danos à infraestrutura pública e privada, às propriedades, às atividades econômicas, ao meio ambiente e, sobretudo, à segurança da população;

CONSIDERANDO a necessidade de que o planejamento público municipal não se limite à atuação emergencial posterior à ocorrência dos desastres, devendo priorizar o conhecimento do risco, a prevenção, a preparação, a adaptação climática e o aumento da resiliência do território municipal;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de instituir mecanismo preventivo que permita a pronta mobilização da Administração Municipal e o acompanhamento permanente das condições meteorológicas, pluviométricas e hidrológicas no Município de Sengés;

D E C R E T A

Art. 1º. Fica declarado ESTADO DE ALERTA HIDROLÓGICO E CLIMÁTICO no território do Município de Sengés, com atenção prioritária às áreas sujeitas a cheias, alagamentos e inundações associadas ao Rio Jaguaricatú e seus afluentes, em razão:
I – do histórico e do risco de ocorrência de cheias e inundações no Município;
II – das condições de vulnerabilidade hidrológica, hidráulica, ambiental e urbanística existentes;
III – da possibilidade de ocorrência de precipitações intensas e outros eventos meteorológicos extremos;
IV – das perspectivas climáticas para o período, inclusive aquelas associadas ao fenômeno El Niño;
V – da manifestação formal da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná acerca do risco de inundações no Município de Sengés; e
VI – da necessidade de adoção antecipada de medidas de prevenção, monitoramento, preparação e redução de riscos.
Parágrafo único. O estado de alerta instituído neste Decreto possui natureza preventiva, preparatória e de planejamento, não se confundindo, por si só, com a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Art. 2º. O estado de alerta de que trata este Decreto tem por objetivos:

I – promover o conhecimento e a caracterização dos riscos hidrológicos existentes no Município;
II – intensificar o acompanhamento das condições meteorológicas, pluviométricas e hidrológicas;
III – ampliar a capacidade municipal de antecipação, prevenção, preparação e resposta diante de eventos climáticos extremos;
IV – identificar e acompanhar áreas sujeitas a alagamentos, inundações, processos erosivos, movimentos de massa e outros fenômenos associados às precipitações intensas;
V – estabelecer mecanismos de articulação entre a Defesa Civil Municipal e os demais órgãos municipais, estaduais e federais envolvidos na prevenção e resposta a desastres;
VI – subsidiar a elaboração e atualização de estudos, planos, projetos e intervenções destinados à redução do risco hidrológico;
VII – estabelecer condições para a adoção tempestiva de medidas destinadas à proteção da população e da infraestrutura; e
VIII – orientar a estruturação de medidas de curto, médio e longo prazo destinadas ao aumento da resiliência climática do Município.

Art. 3º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderão disponibilizar servidores, veículos, máquinas, equipamentos, materiais e demais recursos necessários às ações preventivas, de preparação e resposta coordenadas pela Defesa Civil Municipal, observadas as respectivas competências e a disponibilidade administrativa e orçamentária.

Art. 4º. O Município poderá promover articulação técnica e institucional com:
I – a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná;
II – o Instituto Água e Terra – IAT;
III – o Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná – SIMEPAR;
IV – o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN;
V – os demais órgãos estaduais e federais relacionados à gestão de recursos hídricos, meio ambiente, infraestrutura e proteção e defesa civil;
VI – universidades, instituições científicas, tecnológicas e de inovação e entidades de pesquisa; e
VII – outras instituições públicas ou privadas cuja atuação possa contribuir para o conhecimento, monitoramento, prevenção e redução dos riscos hidrológicos e climáticos.
Parágrafo único. A articulação prevista neste artigo poderá compreender o compartilhamento de dados, informações, estudos e levantamentos, cooperação técnica, estruturação de projetos e busca de recursos destinados à implantação das medidas necessárias à redução dos riscos.
Art. 5º. O estado de alerta hidrológico e climático declarado por este Decreto vigorará pelo prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, contado da data de sua publicação, podendo ser prorrogado enquanto persistirem as condições de vulnerabilidade ou as circunstâncias meteorológicas e hidrológicas que justificaram sua instituição.
Parágrafo único. O estado de alerta poderá ser revogado antes do término do prazo previsto no caput mediante manifestação técnica da Defesa Civil Municipal indicando a cessação das circunstâncias que justificaram sua manutenção.

Art. 6º. As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública deverão prestar apoio à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil na execução das medidas previstas neste Decreto, dentro de suas respectivas competências.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:F9E38B75

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 5162/2026

Dispõe Sobre a Composição da Cesta Natalina dos Servidores Municipais, Conforme Lei nº 518, de 11 de Novembro, de 2.021, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo:

CONSIDERANDO que a Lei n.º 518, de 11 de novembro de 2021 autoriza o Poder Executivo a conceder no mês de dezembro, cesta natalina aos seus servidores públicos municipais;
CONSIDERANDO que o art. 2º da Lei n.º 518, de 11 de novembro, de 2021, encarrega o Poder Executivo Municipal de dispor através de ato próprio, sobre a composição da Cesta Natalina;

D E C R E T A

Art. 1º. A cesta natalina fornecida aos Servidores Públicos Municipais, será composta pelos seguintes itens:
I – 01 (uma) caixa de bolo alimentício recheado com frutas cristalizadas e uvas passas de no mínimo 400 gramas;
II – 01 (uma) caixa de bombom de no mínimo 250 gramas;
III – 01 (uma) garrafa de sidra ou espumante de no mínimo 660 ml, sem álcool;
IV – 01(um) garrafa de suco de uva integral de no mínimo 1,5L;
V – 01 (uma) caixa de mini wafer com no mínimo 16 unidades e de no mínimo 100 gramas;
VI – 01 (um) pacote de biscoito recheado, tipo wafer, de no mínimo 140 gramas;
VII – 01 (um) pacote de bolacha recheada de no mínimo 140 gramas;
VIII – 01 (um) pacote de torrada tradicional de no mínimo 142 gramas;
IX – 01 (um) pacote de biscoito salgado, individualizado em 06 embalagens, peso minimo de 144 gramas.
X – 01 (uma) lata de pêssego em calda de no mínimo 430 gramas;
XI – 01 (um) frasco de palmito pupunha, inteiro, em conserva, de no mínimo 300 gramas;
XII – 01 (uma) embalagem de azeitonas verdes em conserva, sem caroço, de no mínimo 120 gramas;
XIII – 01 (um) creme de leite embalagem de no mínimo 300 gramas;
XIV – 01 (um) leite condensado embalagem de no mínimo 395 gramas;
XV – 01 (uma) embalagem de atum de no mínimo 170 gramas;
XVI – 01 (um) pacote de balas mastigáveis sortidas de frutas de no mínimo 100 gramas;
XVII – 01 (um) pacote de amendoim doce de no mínimo 70 gramas;
XVIII – 01 (um) pacote de amendoim torrado salgado de no mínimo 70 gramas;
XIX – 01 (um) pacote de farofa pronta temperado de no mínimo 400 gramas;
XX – 01 (um) pacote de bolinho industrial de no mínimo 300 gramas;
XXI – 01 (um) pacote de uvas passas pretas de no mínimo 100 gramas.

Art. 2º. A aquisição dos produtos que compõem a cesta natalina destinada aos Servidores Públicos do Município de Sengés, será realizada através de regular procedimento licitatório, e deverá contemplar a quantidade de produtos, entre aqueles discriminados no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º. A Empresa vencedora da licitação que terá por finalidade a aquisição das cestas natalinas, objeto deste decreto, deverá proceder a sua entrega na sede do Município de Sengés, no setor, data e horário a serem estipulados de forma expressa entre as partes, conforme previsão contida no Edital do Certame.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 4.263 /2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:6BB4A8D1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 5163/2026

Dispõe Sobre a Atualização do Valor Máximo da Cesta Natalina Fornecida aos Servidores Municipais pelo IPCA-E, Conforme Lei nº 518, de 11 de Novembro, de 2.021, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo:

CONSIDERANDO que a Lei n.º 518, de 11 de novembro de 2021 autoriza o Poder Executivo a conceder no mês de dezembro, cesta natalina aos seus servidores públicos municipais;
CONSIDERANDO que o art. 1º, § 2º da Lei n.º 518, de 11 de novembro, de 2021, dispõe sobre o valor máximo da Cesta Natalina, e possibilita a atualização do valor anualmente, por decreto, através do IPCA-E;

CONSIDERANDO que desde que instituído o valor máximo de R$ 160,00 (cento e sessenta reais) no ano de 2021 não houve atualização;

D E C R E T A

Art. 1º. O valor máximo da Cesta Natalina a ser concedida aos Servidores Públicos Municipais, da qual a Lei n.º 518, de 11 de novembro de 2021 se refere, passa a ser de R$ 197,28 (cento e noventa e sete reais e vinte e oito centavos):

Art. 2º. O valor foi atualizado através do IPCA-E acumulado de novembro de 2021 a novembro de 2025, correspondendo à um índice de correção de 1,23302760.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:4132A970

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 3607/2026.

Determina Abertura de Processo Administrativo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**,**

CONSIDERANDO a obrigação da Administração em apurar e punir condutas que causem prejuízos e configurem infração administrativa na execução de Contratos e Atas de Registro de Preços;

CONSIDERANDO que esta obrigação encontra fundamento no Princípio da Supremacia do Interesse Público, no Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público e no Princípio da Legalidade;

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo em face da empresa EPG COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.XXX.141/0001-XX, para apuração dos fatos e consequente reparação de eventuais danos advindos ao Município, face a conduta adotada na execução da Nota de Empenho n.º 6075/2026, originada da Ata de Registro de Preços n.º 118/2026, decorrente do Processo Licitatório n.º 080/2026 na modalidade Pregão Eletrônico n.º 028/2026.

Art. 2º Nomear para compor a Comissão de Processo Administrativo, os seguintes servidores:
- **Marcos Roberto Moleda**, matrícula funcional 11581, Escriturário, Nível 008, Ensino Superior (Presidente);
- **Graciele Oliveira Danielewski Pereira,** matrícula funcional 3761, Escriturário II, Nível 008, Ensino Superior;
- **Adilson Rodrigues**, matrícula funcional 3291, Agente Administrativo I, Ensino Superior, Nível 010;
- **Rosane da Silva Ferraz**, matrícula funcional 4071, Escriturário II, Nível 008, Ensino Superior;
- **Celso Fernando Wolf**, matrícula funcional 9781, Escriturário, Nível 008, Ensino Superior.

Parágrafo único. Para execução dos trabalhos, a Comissão poderá requisitar pareceres e providências dos departamentos e demais servidores que integram os quadros do Município.

Art. 3º Determinar à Comissão de Processo Administrativo que em tudo sejam observados e garantidos os Princípios Constitucionais do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se CIÊNCIA desta à Comissão Processante ora constituída.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:26AA2EB8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026
(Processo Licitatório n.º 172/2026)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de software e serviços para a gestão pública objetivando a implantação, manutenção e correção de sistema informatizado de gestão pública, especializado para a gestão da Saúde, a ser executado de forma continuada, necessários à modernização da prestação de serviços públicos à população.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 267.008,56 (Duzentos e sessenta e sete mil oito reais e cinqüenta e seis centavos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço UNITÁRIO por lote.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00min do dia 04 de setembro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 04 de setembro de 2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do 04 de setembro de 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

21/08/2026

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:C67C8E02

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 178/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 032/2026.

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a Inexigibilidade de licitação abaixo especificada:

Objeto: contratação das empresas devidamente credenciadas no processo de Credenciamento nº 007/2024, cujo objeto credenciamento de pessoa jurídica para o fornecimento de peças, componentes e acessórios de reposição originais, genuínas, ou alternativas, dos veículos, máquinas e equipamentos de linha leve, média, pesada e equipamentos rodoviários e agrícolas pertencentes à frota Municipal, requerido e justificado pela secretaria Municipal de Saúde, através de Inexigibilidade de Licitação, fixando seu preço máximo total em **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).**

Autorizo a Inexigibilidade de Licitação disposição no artigo 74 inciso IV da Lei 14.133/21.

Sengés, 21 de Agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:A7C1E1EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 182/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 033/2026.

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a Inexigibilidade de licitação abaixo especificada:

Objeto: contratação da apresentação artístico-musical da banda JAIR SUPERCAP SHOW, para realização de show no dia 16 de outubro de 2026, como parte da programação oficial da Festa em Comemoração ao Dia dos Professores 2026, promovida pela Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de proporcionar confraternização, valorização, lazer e entretenimento aos profissionais da educação da rede municipal, através de Inexigibilidade de Licitação, fixando seu preço máximo total em **R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).**

Autorizo a Inexigibilidade de Licitação disposição no artigo 74 inciso II da Lei 14.133/21.

Sengés, 21 de Agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:DB3041BE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 058/2026

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a dispensa de licitação abaixo especificada:

Objeto: contratação de empresa especializada para confecção, fornecimento e instalação de comunicação visual externa, destinados á identificação institucional do pronto atendimento municipal, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Saúde, através de Dispensa de Licitação, fixando seu preço máximo total em **R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)**.

Autorizo a Dispensa supracitada, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei n.º 14.133/21.

Sengés, 21 de Agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:F67ABA7A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO N.º 190, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Institui a Comissão de Avaliação e Seleção de chamamentos públicos em atendimento à Lei nº 14.399/2022, no Decreto nº 11.740/2023, no Decreto nº 11.453/2023 e na Instrução Normativa MinC nº 10/2023.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do município de Sertanópolis,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Avaliação e Seleção dos projetos apresentados ao Edital de Chamamento Público nº 006/2024 do Departamento de Cultura e Turismo no âmbito da Lei nº 14.399/2022, no Decreto nº 11.740/2023, no Decreto nº 11.453/2023 e na Instrução Normativa MinC nº 10/2023, os membros:

a) Leandro Henrique Nunes – Conselho Municipal de Cultura.

b) Andrea Cristiane de Morais Migoto – Sociedade Civil.

c) Simone Xavier – Poder Público.

Art. 2º. São atribuições da Comissão de Avaliação e Seleção:

I – Ler o(s) edital(is) para o(s) qual(is) for convocado para analisar;

II – Avaliar as propostas apresentadas aos chamamentos públicos do Departamento de Cultura e Turismo no âmbito da Lei nº 14.399/2022 que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB);

III – Apreciar e analisar os projetos/propostas culturais habilitadas de acordo com os critérios estabelecidos nos Editais específicos;

IV – Emitir parecer para cada projeto analisado, em formulário específico;

V – Apresentar listagem das propostas aprovadas em ordem crescente de classificação;

VI – Apresentar listagem das propostas desclassificadas;

VII – Apreciar os recursos interpostos ao resultado das avaliação emitindo parecer circunstanciado de sua decisão.

Art. 3º. São obrigações dos membros da Comissão de Avaliação e Seleção:

I – Preencher e encaminhar o termo de sigilo ao Departamento de Cultura e Turismo;

II – Participar das reuniões e oficinas de formação realizadas pelo Departamento de Cultura e Turismo;

III – Preencher a ficha de avaliação com emissão de parecer de cada proposta avaliada;

IV – Cumprir rigorosamente os prazos para realização das avaliações definidos no(s) Editais de Chamamento Público;

V – Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Cultura e Turismo;

VI – Guardar sigilo sobre o conteúdo das entrevistas e discussões decorrentes do processo de avaliação;

VII – Não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para uso de terceiros e não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por quaisquer danos causados.

Parágrafo único. O avaliador dos projetos que vier a descumprir quaisquer obrigações previstas no presente Decreto estará sujeito às implicações e sanções de cunho civil e criminal cabíveis.

Art. 4º. Fica nomeada a servidora Juliana Aparecida Ortiz dos Santos como Presidente da Comissão.

Art. 5º. O mandato dos membros da Comissão de Avaliação e Seleção será de 2 (anos), permitida 1 (uma) recondução.

Art. 6º. Havendo necessidade de substituição de membros da Comissão, esta deverá ocorrer de forma imediata para não prejudicar o andamento dos trabalhos.

Parágrafo único. A substituição de que trata o *caput* deste Artigo deverá ser providenciada pelo Departamento de Cultura e Turismo.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 187/2024.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 21 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:462FE510

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 049-2026

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 049-2026
COMPRAS.GOV.BR Nº 987905-11/2026
Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 055/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital no **dia 15 de setembro de 2026, às 09h00min** no endereço eletrônico: www.gov.br/compras o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 049/2026 na modalidade Pregão Eletrônico. Participação exclusiva para MEI/ME/EPP. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e/ou e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br. **Objeto da Licitação:** Registro de Preços para aquisição de garrafas squeeze térmicas em aço inoxidável para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino e das entidades conveniadas, visando garantir o adequado armazenamento e conservação da temperatura da água durante o período de permanência nas unidades escolares.
Sertanópolis, 21 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:81F9A721

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 213/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 213/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: SISCOM SEGURANÇA E TECNOLOGIA LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA CASA LAR.
VALOR: 4.840,00(QUATRO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 21 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:37D1366F

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 214/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 214/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: MONDEK- COMERCIO DE FERRAGENS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA O DEPARTAMENTO DE CULTURA.
VALOR: 3.800,00(TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 21 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:03A180C0

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
ERRATA AO CONTRATO Nº 02/2026

ERRATA AO CONTRATO Nº 002/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 002/2026.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sertanópolis.
CONTRATADO: BALDON NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA.

DO ENDEREÇO DO IMÓVEL

Onde se lê: **Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº 1.119**

Leia-se: **Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº 1.107-B**

Sertanópolis, 21 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:8B18CE97

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA Nº 126/2026

EXTRATO DA ATA Nº 126/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 126/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: PCR DO BRASIL PLÁSTICOS LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SACOS DE LIXO DE 600 LITROS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 26 DE JUNHO DE 2026.
TÉRMINO: 26 DE JUNHO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 156/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026, ID. 85143.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 26 DE JUNHO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 71.198,40 (setenta e um mil, cento e noventa e oito reais e quarenta centavos).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ
ANA RUTH SECCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:2952E87A

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo do contrato nº 36/2023, decorrente do Pregão Eletrônico nº 13/2023 para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS E ELETROMECÂNICOS PARA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS NOS PONTOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA, NAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E ESGOTO E NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.**

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 81.442.428/0001-96, situada a Avenida Seis de Junho, 825, Centro, Sertanópolis/PR, CEP 86170-000, neste ato representado pelo Diretor Superintendente o Sr. **Flávio Marcelino Fantin** e a empresa **CARLOS VINÍCIUS DIAS – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**, CNPJ Nº 17.876.691/0001-94, situada na Rodovia PR 323, km 57, s/nº, Zona Rural, Sertanópolis/PR, CEP 86170-000, neste ato representado pelo senhor C**arlos Vinícius Dias**, com cédula de identidade nº 10.281.693-5 SESP-PR, inscrito no CPF nº 069.270.249-05, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto – Dilatação do Prazo de Vigência com término em **06 de setembro 2027**, com finalidade de Prorrogação Contratual, com fundamento art. 107, da lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas permanecem sem qualquer alteração.

E, por estarem ajustados, firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 20 de agosto de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN	*CARLOS VINÍCIUS DIAS*
Contratante	Contratada

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:CDF7DAB0

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo do contrato nº 36/2023, decorrente do Pregão Eletrônico nº 13/2023 para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS E ELETROMECÂNICOS PARA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS NOS PONTOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA, NAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E ESGOTO E NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.**

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 81.442.428/0001-96, situada a Avenida Seis de Junho, 825, Centro, Sertanópolis/PR, CEP 86170-000, neste ato representado pelo Diretor Superintendente o Sr. **Flávio Marcelino Fantin** e a empresa **CARLOS VINÍCIUS DIAS – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**, CNPJ Nº 17.876.691/0001-94, situada na Rodovia PR 323, km 57, s/nº, Zona Rural, Sertanópolis/PR, CEP 86170-000, neste ato representado pelo senhor C**arlos Vinícius Dias**, com cédula de identidade nº 10.281.693-5 SESP-PR, inscrito no CPF nº 069.270.249-05, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto – Reajuste de Valores na importância de R$74.465,00 (setenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais), correspondente a Prorrogação Contratual acrescido da atualização monetária INPC/IBGE 4,108457%, com fundamento art. 92, § 4º, inciso I, conforme tabela:

Ordem	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total.
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços elétricos e eletromecânicos para manutenções preventivas e corretivas nos pontos de captação de água bruta, nas estações elevatórias de água e esgoto e nas estações de tratamento de água e esgoto.	Horas	500	148,93	74.465,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas permanecem sem qualquer alteração.

E, por estarem ajustados, firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 20 de agosto de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN	*CARLOS VINÍCIUS DIAS*
Contratante	Contratada

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:8CF6EC28

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que no dia **10/09/2026**, às **09:00 horas**, estará realizando licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, **tipo MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS**, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS INTEGRADOS EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO - SST"**.
INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 24/08/2026 até dia 10/09/2026 às 08h:30min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10/09/2026, às 09h:00min.
LOCAL: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
Oedital estará disponível nos sites: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ewww.sulina.pr.gov.br. Informações e esclarecimentos na Rua Tupinambá, nº 68, Centro, Sulina – PR, na Secretaria da Comissão de Licitação. Fone/WhatsApp: (46) 98800-1015 – e-mail: licitasulinapr@hotmail.com. Sulina, 21 de agosto de 2026.

WALTERCIR ERNZEN,
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:74E92DA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2025 – ID 2619

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAPIRA E R C M PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA - FILIAL – PROCESSO ADMINISTRATIVO No 38/2024 – CONCORRÊNCIA No 02/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Paranaguá, nº 518, Centro, Tapira-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 75.801.738/0001-57, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Ronald Rogério Lopes Smarzaro, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade Civil RG sob no 5.206.***-8 e inscrito no CPF/MF no 020.3**.**9-52 residente e domiciliado(a) neste Município e;

CONTRATADA: R C M PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA - FILIAL, CNPJ 06.129.907/0002- 12, localizada na Rua Jose Pereira Barbosa, 2485, Parque Industrial, CEP 87485-000, em Douradina/Pr, endereço eletrônico: adm_rcm@hotmail.com, telefone: (44) 98456-8297, representada por CLEBER RUIZ MARTINEZ, portador da cédula de identidade R.G. no 6.92*.***-1/PR, inscrito no CPF sob no 021.***.**9-36, residente na Rua Eloy Baptista Lopes, nº 6333, Jardim Aratimbó, no Município de Umuarama /PR, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo a supressão de quantitativo de itens e prorrogação do prazo de vigência contratual, conforme processo administrativo no 38/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 57 da Lei no 8.666/93, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 60 (sessenta) dias, passando a vencer em 20 de outubro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUPRESSÃO

Fica alterado o contrato em epígrafe para suprimir quantitativo de itens planilhados, conforme planilha que integra o processo administrativo, com fundamento no art. 125 da Lei no 14.133/21.

Em consequência da alteração, será suprimido do contrato o montante de R$ 2.053,30 (dois mil e cinquenta e três reais e trinta centavos), passando o valor total do contrato para R$ 614.327,86 (seiscentos e quatorze mil trezentos e vinte e sete reais e oitenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, de forma digital.

Tapira, 21 de agosto de 2026

RONALD R. L. SMARZARO
Município de Tapira
Contratante

CLEBER RUIZ MARTINEZ
R C M Pavimentação e Construção LTDA - Filial
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:D11409B0

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 49/2025 - ID Nº. 2667

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DO TRABALHADOR VOLANTE

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA**, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e **ALEX KNIERIM DOS REIS - ME**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **ALEX KNIERIM DOS REIS**, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 21 de agosto de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 21 de agosto de 2026

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

Alex Knierim Dos Reis – ME
ALEX KNIERIM DOS REIS
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:2E5700BA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 51/2025 - ID Nº. 2669

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DO TRABALHADOR VOLANTE

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA**, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e **L. B. GONÇALVES**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **Leonel Bersan Gonçalves**, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 21 de agosto de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUANTIDADE E DO VALOR

Acrescenta-se ao valor do contrato a quantia de R$ 1.260,00 (mil duzentos e sessenta reais), referente ao redimensionamento de itens contratuais, observado o limite legal de 25%, passando o valor total do contrato a ser de R$ 46.940,00 (quarenta e seis mil novecentos e quarenta reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 21 de agosto de 2026

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

L. B. Gonçalves
LEONEL BERSAN GONÇALVES
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:B7C3E2E2

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 52/2025 - ID Nº. 2670

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DO TRABALHADOR VOLANTE

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA**, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e **CLAUDENIR J DE LIMA LTDA**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **Claudenir Januario de Lima**, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 21 de agosto de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 21 de agosto de 2026

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

Claudenir j de Lima LTDA
CLAUDENIR JANUARIO DE LIMA
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:2E5397B8

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 62/2025 - ID Nº. 2680

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE

APARELHOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA**, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e **CIRURGICA PRIME LTDA**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **Sergio Luiz de Souza Junior**, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 28 de setembro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Em razão da prorrogação do contrato de fornecimento contínuo, foram acrescidos os quantitativos dos itens contratados, com a consequente duplicação das quantidades originalmente previstas.

O acréscimo corresponde ao valor de R$ 23.346,76 (vinte e três mil, trezentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos), passando o valor total do contrato para R$ 46.693,52 (quarenta e seis mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 21 de agosto de 2026

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

Cirurgica PRIME LTDA
SERGIO LUIZ DE SOUZA JUNIOR
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:F265DE5E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 50/2025 - ID Nº. 2668

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DO TRABALHADOR VOLANTE

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA**, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e **S. A. MARQUES & CIA LTDA**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **ROGÉRIO APARECIDO PASTRE MARQUES**, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 21 de agosto de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUANTIDADE E DO VALOR

Acrescenta-se ao valor do contrato a quantia de R$ 4.812,50 (quatro mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), referente ao redimensionamento de itens contratuais, observado o limite legal de 25%, passando o valor total do contrato a ser de R$ 72.172,00 (setenta e dois mil cento e setenta e dois reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 21 de agosto de 2026

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

S. A. Marques & Cia LTDA
ROGÉRIO APARECIDO PASTRE MARQUES
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:41A1D7FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2026
O Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, comunica que fará realizar a licitação em epígrafe, conforme abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de brindes institucionais destinados à distribuição em festividades, homenagens, campanhas, eventos e demais ações promovidas pelo Município, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais.

DATA: 09/09/2026. **HORA:** 09:00 Horas.

LOCAL: www.compras.gov.br "**Acesso Identificado**".

COMPRAS.GOV.BR: PREGÃO ELETRÔNICO 987913 – 9/2026

OBS: O EDITAL encontra-se disponível no site **www.compras.gov.br** também no www.teixeirasoares.pr.gov.br. Portal de transparência através de link de acesso e no PNCP. Na impossibilidade de obtenção por esse meio, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (0**42) 3460 -1155, no horário das 9:00 ás

11:30 horas, 13:30 às 17:00 horas, ou pelo e-mail: licitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br.

Teixeira Soares, 21 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:1AF65301

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO PREGÃO ELETRONICO Nº 84/2025 ARP Nº: 253/2025

MUNICÍPIO DE TERRA BOA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 75.793.786/0001-40, com sede à Rua Presidente Dr. Tancredo de A. Neves, 240, nesta cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor **VALTER PERES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG no 2.003.293-6, inscrito no CPF sob o n° 534.948.579-20, e a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa "**TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP",** inscrita no CNPJ sob nº 01.027.088/0001-06, com sede na cidade de Maringá, Estado de Paraná, à Avenida Neo Alves Martins, 274, por seu representante legal, o Sr. **MARCIO KODI UEDA,** CPF 795.031.289-00, RG 58819255, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Pregão Eletrônico nº 84/2025 realizado nos termos da Lei nº. 14.133/21 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada na ARP nº 253/2025, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa para aquisição e recarga de toners, cartuchos e cilindros de forma fracionada, para atendimento das necessidades das secretarias municipais** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo a Ata de Registro de Preço em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência da referida Ata de Registro de Preços até 21 de agosto de 2027, com base no art. 84 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:CE20B6E3

LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO PREGÃO ELETRONICO Nº 93/2025 ARP Nº: 257/2025

MUNICÍPIO DE TERRA BOA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 75.793.786/0001-40, com sede à Rua Presidente Dr. Tancredo de A. Neves, 240, nesta cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor **VALTER PERES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG no 2.003.293-6, inscrito no CPF sob o n° 534.948.579-20, e a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa "**ROCCAO PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS",** inscrita no CNPJ sob nº 02.798.162/0001-42, com sede na cidade de Cianorte, Estado de Paraná, à RODOVIA PR 323 - KM 223, S/N, ZONA 11-A, por seu representante legal, o Sr. **JOSE CLAUDINEY ROCCO, CPF 607.503.679-20, RG 43500031**, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Pregão Eletrônico nº 93/2025 realizado nos termos da Lei nº. 14.133/21 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada na ARP nº 257/2025, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL aquisição de peças e serviços na manutenção e calibração em cronotacógrafos dos veículos desta Prefeitura do Município de Terra Boa** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo a Ata de Registro de Preço em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência da referida Ata de Registro de Preços até 22 de agosto de 2027, com base no art. 84 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:3F290E00

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 772/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de Licença Especial a(o) Senhor(a) **ROBERTO WILLIAM RODRIGUES** servidor(a) efetivo(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao do período aquisitivo 2021/2026.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **24/08/2026** a **21/11/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 21 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:BBC8FA4F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 773/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **CLEISIANE DAVANCO RODRIGUES** empregado(a) publico(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **24/08/2026** a **02/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 21 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:56F73450

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 774/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 dias de férias a(o) senhor(a) **NATTIELY ANDRESSA FERREIRA NOBRE** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **24/08/2026** a **12/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 21 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:133FADBF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 775/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **CRISTIANE DOMINGOS LUCENA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **24/08/2026** a **22/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 21 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:01D78F32

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 776/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **ALAN NAVARRO NUNES** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de FARMACEUTICO/BIOQUÍMICO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **24/08/2026** a **02/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 21 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:27B91318

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.421/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4421/2026 de 21/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 40.982,50 (quarenta mil novecentos e oitenta e dois reais e**

cinqüenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.365.0006.2.056.		MANUTENÇÃO DO CMEI TIA MARIA CARMEM FERNANDEZ RODRIGUES	
1726 - 3.3.90.32.00.00	3107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	40.982,50
Total Suplementação:			**40.982,50**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:032EB6A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2026

EXTRATO DO CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº.007/2026
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 21 de agosto de 2026.
CONTRATANTE: Câmara Município de Terra Rica Estado do Paraná, com sede à Av. São Paulo, 1178, 1º andar, inscrito no CNPJ nº. 01.432.222/0001-46, neste ato representado pela Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sra. ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 9.***.***-1 SSP/PR e do CPF nº. 062.***.***-81,
CONTRATADA: DUARTE & BALIONI LTDA, devidamente cadastrado no CNPJ: 80.518.574/0001-95.
DOMICÍLIO: Av. São Paulo nº 947, Centro na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, CEP: 87.890-000
OBJETO: AQUISIÇÃO, DE FORMA FRACIONADA, CONFORME A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA/PR, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE PADARIA, CARNES DE PRIMEIRA QUALIDADE, ÁGUA MINERAL NATURAL (COM E SEM GÁS), GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), MATERIAIS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, DESTINADOS AO PREPARO, FORNECIMENTO, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO E SERVIÇO DE ALIMENTOS E BEBIDAS, BEM COMO À LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS, INSTALAÇÕES, COPA, COZINHA E DEMAIS AMBIENTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DECORRENTES DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS, INCLUINDO SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS, SESSÕES SOLENES, REUNIÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, CAPACITAÇÕES, EVENTOS INSTITUCIONAIS, RECEPÇÃO DE AUTORIDADES, SERVIDORES, VEREADORES, COLABORADORES E VISITANTES, OBSERVADAS AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, conforme descrição, para Atender as Necessidades do Legislativo Municipal, decorrente da Dispensa nº. 003/2026, Processo nº. 004/2024, ratificado pelo CONTRATANTE em 20/08/2026.
VALOR TOTAL: R$ 41.085,23 (Quarenta e um mil, oitenta e cinco reais e vinte e três centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data da assinatura do contrato, podendo haver prorrogação.
FORO: Comarca de Terra Rica, Estado do Paraná, Poder Legislativo.

Terra Rica, Paraná, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ	***NELSON BALIONI***
Presidente da Câmara Municipal	Duarte & Balioni LTDA
Contratante	Contratado

Publicado por:
Paulo Henrique de Souza Padovini
Código Identificador:A171BCA2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 64/2026

OBJETO: Registro de preço para compra de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública urbana e rural.

Prorrogação:
A abertura do certame fica prorrogada para às 09:00 do dia 29/07/2026.

Terra Rica, 21/08/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:E7989253

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DL Nº 09/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2026

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de chocolate e café em pó para máquina tipo vending, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Terra Roxa.

Fundamento Legal: Artigo 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Tendo em vista que a documentação referente à Dispensa de Licitação atende a todos os requisitos da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Legislativo nº 11/2023, com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação n° 09/2026 para contratação do objeto supramencionado.

CONTRATADO: MILLENIUN COFFEE UMUARAMA LTDA.
CNPJ N°: 38.973.097/0001-91
VALOR TOTAL: 4.125,00 (quatro mil cento e vinte e cinco reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.01.031.1000.2002.3.3.90.30.07.12
PAGAMENTO: Até 15 (quinze) dias contados a partir da efetiva entrega dos produtos e/ou prestação serviços e após conferência e aceite por parte da fiscalização, mediante apresentação de nota fiscal.

Gabinete do Presidência da Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MILTON DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:E3DA668A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17536/2026

PORTARIA N° 17536/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). LETICIA GIRARDI ISRAEL, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). LETICIA GIRADI ISRAEL, portador(a) do CPF ***.***.429-**, no cargo de Médico Veterinário I, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 24 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:43F1D9E6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17537/2026

PORTARIA N° 17537/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). RAFAEL JEAN DE SOUZA DOS SANTOS, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). RAFAEL JEAN DE SOUZA DOS SANTOS, portador(a) do CPF ***.***.579-**, no cargo de Recepcionista, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 24 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:E8B194DA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17538/2026

PORTARIA N° 17538/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). IVANIR DUARTE LUIZ, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). IVANIR DUARTE LUIZ, portador(a) do CPF ***.***.856-**, no cargo de Auxiliar de Limpeza e Copa, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 24 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:59139D1E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 17534/2026

PORTARIA N.º 17534/2026

SUMULA: Dispõe sobre a estabilização da Servidora abaixo relacionada, por ter cumprido estágio probatório, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e considerando o processo n.º 14150/2026 de 11/08/2026

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estável a servidora ocupante do cargo de Professor(a) abaixo relacionada, por ter cumprido 03 (três) anos de estágio probatório na respectiva função.

NOME	MATRICULA	A PARTIR DE
GABRIELE N. TREVISAN DA SILVA	1275399-00	22/08/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:C7AF5536

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17535/2026

PORTARIA Nº 17535/2026

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e considerando o processo nº 14150/2026 de 11/08/2026

RESOLVE:

Art. 1º - Reenquadrar a Professora abaixo relacionada, na respectiva referência de classe, conforme o artigo 21 da Lei Municipal nº 1582/2017.

NOME	MATRÍCULA	REFERÊNCIA DE CLASSE	A PARTIR DE
GABRIELE N. TREVISAN DA SILVA	1275399-00	IIIC1.	22/08/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:26F92177

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17539/2026

PORTARIA Nº 17539/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o processo nº 15029/2026 de 21 de agosto de 2026

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a Sra. Elaine Diniz Meira de Almeida, matrícula nº 132292-03, do cargo de Professora, com efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:3365BA83

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECISÃO PAAR N° 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES - PAAR 010/2026
Pregão Eletrônico nº 0115/2025
Contratada: H J TELECOM REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA – CNPJ nº 27.390.371/0001-83
ÓRGÃO PROCESSANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE PAAR, instituída pela Portaria nº 16616/2025
DECISÃO
Trata-se de Processo Administrativo instaurado para apurar possível descumprimento contratual por parte da empresa **H J TELECOM REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., CNPJ nº 27.390.371/0001-83**, em razão da inexecução das obrigações assumidas no âmbito do Processo Licitatório nº 010/2026, referente ao fornecimento de refil de tinta Epson original, conforme Ordens de Compra nº 566/2026, 567/2026 e 568/2026.
A Comissão de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidades, após análise dos documentos constantes dos autos e da defesa apresentada pela empresa, concluiu pela ocorrência de inexecução contratual culposa, consignando que a contratada deixou de cumprir obrigações essenciais assumidas perante o Município.
A Comissão deliberou, por unanimidade, pela responsabilização da empresa, recomendando a aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como a adoção das providências cabíveis quanto à extinção do vínculo contratual.
Diante disso, HOMOLOGO o Relatório Final apresentado pela Comissão, adotando seus fundamentos como razão de decidir, e, com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas disposições contratuais aplicáveis,
DECIDO pela aplicação da penalidade de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no âmbito do Município de Terra Roxa/PR, pelo prazo de 01 (um) ano, à empresa H J TELECOM REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., CNPJ nº 27.390.371/0001-83, em razão do descumprimento das obrigações contratuais assumidas.
Determino, ainda, que o setor competente adote as providências necessárias quanto à situação do contrato decorrente do Processo Licitatório nº 010/2026, inclusive para sua eventual extinção unilateral, caso ainda subsistam obrigações contratuais pendentes, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do instrumento contratual.
A empresa deverá ser cientificada de que a penalidade ora aplicada decorre da inexecução contratual apurada em regular processo administrativo, no qual lhe foram assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Notifique-se a empresa acerca desta decisão, para ciência e exercício do direito de recurso, na forma e prazo previstos na legislação aplicável.
Após, cumpridas as formalidades legais, proceda-se ao registro da penalidade e, não havendo outras providências, ao arquivamento dos autos.
Cumpra-se.
Terra Roxa/PR, 20 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:EA875943

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECISÃO PAAR N° 016/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES - PAAR 016/2026
Pregão Eletrônico nº 101/2025
Contratada: DAC MOVEIS LTDA – CNPJ nº 56.101.450/0001-25
ÓRGÃO PROCESSANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE PAAR, instituída pela Portaria nº 16616/2025
DECISÃO
Trata-se de Processo Administrativo instaurado para apurar possível descumprimento contratual por parte da empresa DAC MOVEIS LTDA., inscrita no CNPJ nº 58.101.450/0001-25, em razão do atraso na entrega do objeto contratado por meio do Pregão Eletrônico nº 101/2025.
A Comissão de Processo Administrativo, após análise dos documentos constantes dos autos, concluiu pela efetiva ocorrência do atraso na entrega do objeto, consignando que a obrigação foi posteriormente regularizada pela empresa após a notificação expedida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Embora a regularização posterior não afaste a ocorrência do descumprimento contratual, a Comissão considerou que não houve notícia de dano ao erário, prejuízo irreversível ao interesse público, má-fé, reincidência ou outras circunstâncias que justificassem a aplicação de penalidade mais gravosa, entendendo ser suficiente a aplicação da penalidade de advertência, em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
Diante disso, HOMOLOGO o Relatório Final apresentado pela Comissão, adotando seus fundamentos como razão de decidir, e, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas disposições contratuais aplicáveis,
DECIDO pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa DAC MOVEIS LTDA., CNPJ nº 58.101.450/0001-25, em razão do atraso no cumprimento do prazo contratual para entrega do objeto.

Consigne-se que a obrigação foi posteriormente regularizada pela contratada, circunstância considerada na dosimetria da penalidade, sem afastar a caracterização do descumprimento contratual.
A empresa deverá ser cientificada de que eventual reincidência ou novo descumprimento contratual poderá ensejar a aplicação de sanções mais gravosas, observada a legislação vigente e o devido processo legal.
Notifique-se a empresa acerca desta decisão, para ciência e demais providências legais cabíveis.
Após, cumpridas as formalidades legais, proceda-se ao registro da penalidade e, não havendo outras providências, ao arquivamento dos autos.
Cumpra-se.
Terra Roxa/PR, 21 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:3D648557

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N°359-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO CONTRATO Nº 359/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 67/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2026

DATA CONTRATO: 21 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

CONTRATADA: DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.915.134/0001-93, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. CARLOS ROGERIO PEREIRA MARTINS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 042.614.189-08, com endereço à Avenida HIGIENOPOLIS, 32, CENTRO - 86.020-080, Londrina - PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO CONTINUADA DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA A GESTÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM E OS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE BASE DE DADOS E DO ORDENAMENTO TERRI-TORIAL PARA O MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R$ 1.058.766,40 (um milhão, cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:803B18E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO 67-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – Pregão Eletrônico Nº 67/2026
A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 67/2026, Processo Administrativo nº 108 / 2026, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO CONTINUADA DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA A GESTÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM E OS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE BASE DE DADOS E DO ORDENAMENTO TERRI-TORIAL PARA O MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR, do Município de Terra Roxa-PR, o qual teve como vencedora a(s) Empresa(s):

Fornecedor	Itens Vencedores
23639 - DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Terra Roxa, 21 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:E61C31BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
REPUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

REPUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Chamada Pública nº 01/2026
Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2026
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no **artigo 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, e considerando o procedimento de credenciamento realizado por meio da **Chamada Pública nº 01/2026**, bem como o parecer jurídico emitido e juntado aos autos do processo, **RATIFICA a inexigibilidade de licitação, ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA o procedimento**, autorizando a despesa abaixo especificada:
Objeto: Contratação de empresa credenciada para a prestação de serviços de manutenção elétrica diversa, de natureza preventiva e/ou corretiva, nas instalações da Câmara Municipal de Tijucas do Sul, conforme demanda da Administração, especificações, condições e valores estabelecidos na Chamada Pública nº 01/2026.
CONTRATADA:
M. A. A. INSTALAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob o nº 27.101.603/0001-36**, com endereço na Rua Professora Leovanil Camargo, nº 148, Centro, Tijucas do Sul - PR, regularmente credenciada no **Eixo de Serviços Elétricos** da Chamada Pública nº 01/2026.
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 4.213,40 (quatro mil, duzentos e treze reais e quarenta centavos), observados os valores estabelecidos no procedimento de credenciamento.
Fundamentação Legal: Artigo 74, inciso IV, combinado com o artigo 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, em decorrência do procedimento de credenciamento realizado por meio da Chamada Pública nº 01/2026.
Dotação Orçamentária: 01 – Câmara Municipal Tijucas do Sul; 01 – Legislativo Municipal; 2001 – Legislativo Municipal; 3.3.90.30.00.00- Material de Consumo; 3.3.90.30.24.00.00 – Material para Manutenção de Bens Imóveis; 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços

de Terceiros – Pessoa Jurídica; 3.3.90.39.16.00.00 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.
Tijucas do Sul, 19 de agosto de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Tijucas do Sul

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:C9B7DEFF

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
REPUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

REPUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Chamada Pública nº 01/2026
Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 07/2026
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no **artigo 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, e considerando o procedimento de credenciamento realizado por meio da **Chamada Pública nº 01/2026**, bem como o parecer jurídico emitido e juntado aos autos do processo, **RATIFICA a inexigibilidade de licitação, ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA o procedimento**, autorizando a despesa abaixo especificada:
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de serralheria, de forma preventiva e corretiva, sob demanda, nas instalações da Câmara Municipal de Tijucas do Sul, conforme condições, especificações e valores estabelecidos no Edital de Chamada Pública nº 01/2026 e seus anexos.
CONTRATADA:
SERGIO MAURICIO DE FARIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob o nº 18.153.207/0001-61**, com endereço na Rua Sebastião Farias, nº 693, Vila Cubas, Tijucas do Sul - PR, regularmente credenciada no **Eixo de Serviços de serralheria** da Chamada Pública nº 01/2026.
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais), observados os valores estabelecidos no procedimento de credenciamento.
Fundamentação Legal: Artigo 74, inciso IV, combinado com o artigo 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, em decorrência do procedimento de credenciamento realizado por meio da Chamada Pública nº 01/2026.
Dotação Orçamentária: 01 – Câmara Municipal Tijucas do Sul; 01 – Legislativo Municipal; 2001 – Legislativo Municipal; 3.3.90.30.00.00- Material de Consumo; 3.3.90.30.24.00.00 – Material para Manutenção de Bens Imóveis; 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 3.3.90.39.16.00.00 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.
Tijucas do Sul, 19 de agosto de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Tijucas do Sul

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:9EA5FA03

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
REPUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2026

REPUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Chamada Pública nº 01/2026
Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 08/2026
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no **artigo 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, e considerando o procedimento de credenciamento realizado por meio da **Chamada Pública nº 01/2026**, bem como o parecer jurídico emitido e juntado aos autos do processo, **RATIFICA a inexigibilidade de licitação, ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA o procedimento**, autorizando a despesa abaixo especificada:
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de vidraçaria diversos, de forma preventiva e corretiva, sob demanda, nas instalações da Câmara Municipal de Tijucas do Sul, conforme condições, especificações e valores estabelecidos no Edital de Chamada Pública nº 01/2026 e seus anexos.
CONTRATADA:
59.812.360 ANDREI DO ROCIO LIMA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob o nº 56.812.360/0001-30**, com endereço na Estrada Gabriel Luís dos Santos, s/ nº, Ribeirão do Meio, Tijucas do Sul - PR, regularmente credenciada no **Eixo de Serviços de vidraçaria** da Chamada Pública nº 01/2026.
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 870,00 (oitocentos e setenta reais), observados os valores estabelecidos no procedimento de credenciamento.
Fundamentação Legal: Artigo 74, inciso IV, combinado com o artigo 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, em decorrência do procedimento de credenciamento realizado por meio da Chamada Pública nº 01/2026.
Dotação Orçamentária: 01 – Câmara Municipal Tijucas do Sul; 01 – Legislativo Municipal; 2001 – Legislativo Municipal; 3.3.90.30.00.00- Material de Consumo; 3.3.90.30.24.00.00 – Material para Manutenção de Bens Imóveis; 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 3.3.90.39.16.00.00 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.
Tijucas do Sul, 19 de agosto de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Tijucas do Sul

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:47E2DE83

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 145

Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital n° 08/2023**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/HABILITADOS**, para o provimento de cargos públicos do quadro permanente do Município, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

1. Lista de Convocação

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
JULIA GIBUR CRUZ	201253	PSICÓLOGO	13º

2. Apresentação de documentos e prazo

2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da presente publicação, à Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua Jorge Leprevost, 1000, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.
2.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.
a) Documento de Identidade, com foto, original e cópia;
b) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino, original e cópia;
c) C.P.F., original e cópia;

d) Carteira de habilitação, se for o caso, original e cópia, para os cargos de Motorista deve ter a inscrição de EAR e curso conforme área de atuação;
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, originais e cópias;
f) Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
g) Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
h) 01 foto 3x4 recente;
i) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo;
j) Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional e declaração de quitação de débitos do órgão de classe específico na área, originais e cópias, se quando for o caso;
k) Comprovante de residência, original e cópia;
l) Certidão de Nascimento e C.P.F. dos filhos até 18 anos de idade, originais e cópias;
m) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, onde o candidato
residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
n) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, onde o candidato
residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
o) Declaração de Bens e Valores que constitui o patrimônio (MODELO – ANEXO I) ou o comprovante da última Declaração Imposto de Renda;
p) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos previstos em lei, declaração do outro órgão público em que o servidor já esteja vinculado indicando a jornada/escala de trabalho; (MODELO – ANEXO II);
q) Declaração de não demissão do serviço público; ((MODELO – ANEXO III);
r) Exames médicos complementares, quando for o caso, para inspeção médica oficial.
Não sendo apresentados os documentos exigidos no edital de convocação, o candidato será sumariamente eliminado.
2.6 O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.7 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Concurso, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.

3.Da avaliação médica
3.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
3.3 Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.
3.4 A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

4. Da perda dos direitos da nomeação
4.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do concurso, decaindo do direito à respectiva vaga.

5. Final de lista
5.1 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado acima pode
solicitar, dentro deste prazo, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, aguardando nova convocação.

Tijucas do Sul, 24 de agosto de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:D0B8ECE9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6331, DE 14 DE AGOSTO DE 2026

Exonera, a pedido, SARAH ALANA MESSIAS *do cargo de agente comunitária de saúde*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, **SARAH ALANA MESSIAS,** portadora da cédula de identidade com RG 14.476.089-1/SSP/PR, do cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, nomeada por meio do decreto nº 5041, de 20 de maio de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 14 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Elias de Arruda Scheer
Código Identificador:BC53B884

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6339, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia VANESSA DOS SANTOS BRITO para o cargo de técnica de enfermagem

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada **VANESSA DOS SANTOS BRITO**, portadora da cédula de identidade com R.G. sob nº 12.435.324-6/SSP/PR, para o cargo efetivo de técnica de enfermagem, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 01/2022 e da consequente convocação por meio do Edital nº 135, de 12 de junho de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Elias de Arruda Scheer
Código Identificador:1E06C664

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO NO 6340, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Designar a servidora **ELIANE PALKOWSKI**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 8.661.238-0/SSP/PR, como Secretária Municipal de Saúde interina, pelo período de 12 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2026, com a percepção da remuneração correlata ao cargo proporcional aos dias da designação, em virtude da Portaria nº 374, de 21 de agosto de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:02ECF2AF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 373, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Designa o servidor MATHEUS PASSARINHO SMITH DA SILVA para o exercício de Função Especial e concede gratificação

O **Prefeito Municipal de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 8º, da Lei Municipal nº 1.082/2026,

RESOLVE

Art. 1° Designa o servidor, **MATHEUS PASSARINHO SMITH DA SILVA**, portador da cédula de identidade civil com R.G. nº 11.097.951-7/SSP/PR, matrícula funcional nº 120103, ocupante do cargo de Procurador Municipal, para desempenhar a função especial de membro da Comissão de Regularização Fundiária – REURB.

Art. 2º Em virtude da designação referida no artigo anterior, concede ao servidor a gratificação para desempenho de função especial no nível GFE5, no valor de 3,50 UFM (Unidade Fiscal do Município).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em **01 de julho de 2026**.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:3CA0EFA6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 374, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias, no período de 12 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2026, à servidora **ELAINE DE CASTRO NEVES,** matrícula nº 179, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 1.888.862-8/SSP/PR, ocupante do cargo de Médica Veterinária e da função de Secretária Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos de 2024/2025 e 2025/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:13F9E983

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV
Contratado: BANCO DO BRASIL SA
CNPJ: 00.000.000/0001-91
Objeto: Contratação de instituição financeira, Banco do Brasil, em caráter de exclusividade de serviços centralizados de processamento de créditos da folha de pagamento gerada pelo Tijucas do Sul Prev – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul, sem ônus para o Contratante, abrangendo todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas da Autarquia, para o período de 60 (sessenta) meses.
Valor Global: R$ 0,00 (Zero reais).
Vigência: 60 (sessenta) meses, compreendendo o período de 21/08/2026 a 20/08/2031.

Data de Assinatura: 20 de agosto de 2026.

Tijucas do Sul, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Eliza Cruz de Freitas
Código Identificador:B6252197

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 30/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
Nr.: 30/2026 – PR

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 30/2026
A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, no exercício das atribuições que lhe confere ao Decreto nº. 6110 de 06 de março de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 03/09/2026 às 09:00 horas, na plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações", o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 30/2026-PR na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - DO TIPO MENOR PREÇO. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico:http://tijucasdosul.pr.gov.br

Objeto da Licitação:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E DIETAS ENTERAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.

Tijucas do Sul, 21 de agosto de 2026.

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeiro(a)

Publicado por:
Maria Vitoria Laska
Código Identificador:1C317081

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 29/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
Nr.: 29/2026 - PR

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 29/2026

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, no exercício das atribuições que lhe confere ao Decreto nº. 6110 de 06 de março de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 08/09/2026 às 09:00 horas, na plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações", o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 29/2026-PR na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - DO TIPO MENOR PREÇO. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico:http://tijucasdosul.pr.gov.br

Objeto da Licitação:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA, CONFORME INSTRUMENTO DE REPASSE N° 0041683/2024 DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E ITAIPU BINACIONAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SU/PR.

Tijucas do Sul, 21 de agosto de 2026.

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeiro(a)

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:87352518

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DE AMOSTRA - P.E. Nº 24/2026

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DE AMOSTRA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL/PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

A Pregoeira do Município de Tijucas do Sul/PR, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispões o item 11. Do termo de referência, convoca as proponentes classificadas como 1º colocadas a enviar amostra dos itens 01 ao 05, no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme determinado em edital.

11.1.4. *As amostras deverão ser enviadas, em até 3 (três) dias úteis, para o* ***Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Jorge Leprevost, nº 1000, Centro, CEP 83.190-093, Tijucas do Sul – PR.***

As licitantes que não enviarem a amostra dentro do período estipulado serão desclassificadas.

Tijucas do Sul, 21 de agosto de 2026

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeira

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:0A4238BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUSSÃO LDO

Visando atender à Lei Orgânica Municipal, à Constituição Federal de 1988 e à Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul realizará, na próxima quinta-feira, dia 27 de agosto de 2026, às 15h, na Câmara Municipal de Tijucas do Sul, a apresentação, discussão e análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2027.
Aguardamos a presença de todos nesta importante discussão sobre o planejamento financeiro e orçamentário do município.

Publicado por:
Rosa Maria de Lima Cruz
Código Identificador:5F7A9AC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026

Objeto: Contratação da Federação Paranaense de Balonismo, para a realização da 3ª Copa Paranaense de Balonismo – Etapa Tomazina, evento esportivo a ser realizado no Parque das Corredeiras nos dias 4 a 6 de setembro de 2026, em comemoração ao aniversário da cidade, nos termos do Estudo Técnico Preliminar e demais documentos técnicos apresentados, com fundamento no art. 74, I, da Lei n.º 14.133/2021. **HOMOLOGO** o processo licitatório, a favor da Proponente: **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE BALONISMO,** inscrita no CNPJ sob o nº 34.883.723/0001-06.
Valor: R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no Diário Oficial.

Tomazina, 21 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2026
Inexigibilidade de Licitação Nº 015/2026
Processo Administrativo Nº 052/2026
Objeto: Contratação da Federação Paranaense de Balonismo, para a realização da 3ª Copa Paranaense de Balonismo – Etapa Tomazina, evento esportivo a ser realizado no Parque das Corredeiras nos dias 4 a 6 de setembro de 2026, em comemoração ao aniversário da cidade, nos termos do Estudo Técnico Preliminar e demais documentos técnicos apresentados, com fundamento no art. 74, I, da Lei n.º 14.133/2021. **HOMOLOGO** o processo licitatório, a favor da Proponente: **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE BALONISMO,** inscrita no CNPJ sob o nº 34.883.723/0001-06.
Valor: R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no Diário Oficial.

Tomazina, 21 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:3A04526C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026 EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2026

CONTRATANTE: Município de Tomazina, Estado do Paraná, com sede na Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Centro, Tomazina – PR, CEP 84935-000, a seguir denominado, inscrito no CNPJ/MF nº 75.697.094/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. CEZAR BUENO DE MELO.
CONTRATADA: PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 82.570.342/0001-01.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de infraestrutura e serviços de engenharia, para implantação do Parque Industrial de Tomazina, a serem executadas sob o regime de empreitada global, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
VALOR: R$ 6.248.564,04 (seis milhões e duzentos e quarenta e oito mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 6 (seis) meses.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da emissão da ordem de serviço.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 21 de agosto de 2026.
FORO: Comarca de Tomazina, Estado do Paraná.

Tomazina-PR, 21 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:4A58CC3A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº7254/2026

DECRETO Nº7254/2026
Data 21.08.2026

Concede Auxilio de Deslocamento a Servidora Temporária e dá outras providências.

Gerso Francisco Gusso, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, conforme art. 1 da Lei Municipal n°3058/2026, conforme of. n°243/2026/SEMED

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido auxilio de deslocamento a servidora temporária, sendo a que segue, já na lotação em que se encontra:
Cargo: Professor

Mat.	Nome	Origem	Lotação	Data Inicio
1984-4/1	Julia Piana de Souza	Interior	Sede - Escola M. Carlos Gomes	04/08/2026

Parágrafo único. O valor do auxílio deslocamento será o contido no art. 2 da Lei Municipal nº3058/2026.

Art. 2º. O auxílio de deslocamento cessa no término do ano letivo em 21/12/2026.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:DB727E52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 20/2023

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n.° 20/2023

PARTES: **MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF nº 68.703.834.0001-05, e de outro lado à empresa **T PARANÁ SOLUÇÕES LTDA -** CNPJ 44.595.522/0001-59.

OBJETO: – Contratação de Empresa para a Locação de Roçadeiras Profissionais.
CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação de vigência do Contrato, por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar pelo período de 21/08/2026 até 21/08/2027, mantendo o valor do último termo aditivo ao contrato, renunciando ao reajuste.
CLÁUSULA SEGUNDA – Importa o presente Termo Aditivo em acréscimo de **R$ 31.338,12 (Trinta e um mil trezentos e trinta e oito reais e doze centavos)** ao valor do Contrato ora aditado**,** atribuindo ao contrato original o valor total de **R$ 120.958,20 (Cento e vinte mil novecentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos)**.
CLÁUSULA TERCEIRA- Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original, celebrado em 21 de agosto de 2023, e modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
DATA: Tunas do Paraná/PR 20 de agosto de 2026.

ASSINAM O TERMO: **MARCO ANTÔNIO BALDÃO Prefeito Municipal - T PARANÁ SOLUÇÕES LTDA**
por: BEATRIZ VALENTE DOS SANTOS COSTA
CONTRATADA

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:4A24260C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 52/2026 cujo objeto é Registro de Preços para **Futuras e Eventuais Aquisições de Medicamentos em Atendimento a Secretaria de Saúde**, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital – Termo de Referência, do presente Edital, para as empresas:

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA– CNPJ: 02.816.696/0001-54
LOTE 6: no valor total de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).
LOTE 12: no valor total de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).
LOTE 13: no valor total de R$ 40,00 (quarenta reais).
LOTE 22: no valor total de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

SOMA PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA– CNPJ: 00.656.468/0001-39
LOTE 01: no valor total de R$ 2.005,00 (dois mil e cinco reais).
LOTE 02: no valor total de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).
LOTE 04: no valor total de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).
LOTE 05: no valor total de R$ 12.000,00 (doze mil reais).
LOTE 09: no valor total de R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

LOTE 10: no valor total de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).
LOTE 11: no valor total de R$ 6.730,00 (seis mil, setecentos e trinta reais).
LOTE 15: no valor total de R$ 672,00 (seiscentos e setenta e dois reais).
LOTE 16: no valor total de R$ 1.886,00 (um mil, oitocentos e oitenta e seis reais).
LOTE 17: no valor total de R$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais).
LOTE 18: no valor total de R$ 390,00 (trezentos e noventa reais).
LOTE 20: no valor total de R$ 324,00 (trezentos e vinte e quatro reais).
LOTE 21: no valor total de R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).
LOTE 23: no valor total de R$ 1.186,00 (um mil, cento e oitenta e seis reais).
LOTE 24: no valor total de R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais).
LOTE 25: no valor total de R$ 1.496,00 (um mil, quatrocentos e noventa e seis reais).
LOTE 26: no valor total de R$ 422,00 (quatrocentos e vinte e dois reais).
LOTE 27: no valor total de R$ 5.292,00 (cinco mil, duzentos e noventa e dois reais).
LOTE 28: no valor total de R$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais).

SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 09.944,371/0005-20
LOTE 03: no valor total de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.135/2021.
Tunas do Paraná, 20 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:FD7A9E78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 14/2025

CONTRATANTE: Município de Turvo-PR, Estado do Paraná, com sede à Av. 12 de Maio, inscrito no CNPJ nº 78.279.973/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, e

CONTRATADA:PAVILLUZZOPAVIMENTACAO LTDA, CNPJ 82.570.342/0001-01, localizada GLB BANCO DEAREIA - PEDREIRA FAZENDA CRISTALINA,representada por DIENARO PIETROBELLI DELLAI portador da cédula de identidadeRG n. º 709.212.789-8 SESP-RS, inscrito no CPF sob n. º 064.839.239-29, residente naGLB Banco de Areia – Pedreira Fazenda Cristalina S/N, Bairro Rural, denominada CONTRATADA.

OBJETO: Pavimentação de vias urbanas em concreto betuminosousinado a quente (CBUQ), área de 20.459,71 m², compreendendo: serviços preliminares;terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços deurbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico - lote 1.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Fica prorrogado por **150 (cento e cinquenta) dias** o prazo de execução do Contrato Administrativo nº14/2025, de forma que a data para o seu termo final passa a ser **17 de janeiro de 2027.**

GESTORA: Noeli Maria Bastos Seguro
FISCAL: Gustavo Pereira Veronez

FORO: Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná.

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:F430F56F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2026 COMPRAS.GOV N° 36/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de cavaletes e hidrômetros destinados aos sistemas de abastecimento de água das comunidades rurais de Cachoeira dos Mendes, Cachoeira dos Turcos, Cambucica, Passa Quatro e Faxinal dos Vidal.
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 18 de setembro de 2026.
Início da Sessão:18 de setembro de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor: R$ 42.291,00 (quarenta e dois mil, duzentos e noventa e um reais).
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 21 de agosto de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:7C562409

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 93/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-043, Turvo/PR.

DETENTORA DA ATA: 61.059.205 MELQUISEDEQUE JUNIOR TAVARES, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 61.059.205/0001-37, com sede localizada na 12 Rua Sobrado, Nº 770, no Município de Foz do Jordão, CEP 85.145-000, neste ato representada por Melquisedeque Junior Tavares, portador do CPF/MF sob o nº 040.675.609-07.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO MECÂNICO E SOLDAS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, autuado na forma do Processo Administrativo nº 3.695/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 93/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

LOTE 01					
Item	Descrição do produto/serviço	Und	Qtd	Preço unitário	Preço total
1	CORTES PLASMA (CHAPA GROSSA) OU ESPECÍFICOS CORTES PLASMA (CHAPA GROSSA) OU ESPECÍFICOS	KG	300,00	17,15	5.145,00
2	PERFIS ESPECIAL, CORTE E DOBRA SOB MEDIDA PERFIS ESPECIAL, CORTE E DOBRA SOB MEDIDA	KG	300,00	13,26	3.978,00
3	SERVICO DE SOLDA ELETRICA EM GERAL - HORA Com material aplicado.	HR	300,00	71,80	21.540,00
4	SERVICO DE SOLDA ELETRICA MIG EM GERAL - HORA Com material aplicado.	HR	150,00	71,26	10.689,00
5	TUBOS, CANTONEIRAS, LAMINADOS, CHAPAS TUBOS, CANTONEIRAS, LAMINADOS, CHAPAS	KG	400,00	9,12	3.648,00
Valor total do lote: 45.000,00					

GESTORES: Sebastião Almir Barbosa, Larissa Klosovski Horst e Silvane Rickli Horst Schneider
FISCAIS: Gean Carriel, Simone de Oliveira e Silvia Seiffertt de Almeida
LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 93/2026
VIGÊNCIA: 21/08/2026 a 20/08/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:39430B49

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 93/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-043, Turvo/PR.

DETENTORA DA ATA: 40.410.700 JONAS BAGGIO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 40.410.700/0001-79, com sede localizada na Av. Doze de Maio, Nº 35, no Município de Turvo/PR, CEP 85.150-000, neste ato representada por Jonas Baggio, portador do CPF/MF sob o nº 041.804.099-09.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO MECÂNICO E SOLDAS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, autuado na forma do Processo Administrativo nº 3.695/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 93/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

LOTE 02					
Item	Descrição do produto/serviço	Und	Qtd	Preço unitário	Preço total
1	CORTES PLASMA (CHAPA GROSSA) OU ESPECÍFICOS CORTES PLASMA (CHAPA GROSSA) OU ESPECÍFICOS	KG	700,00	17,80	12.460,00
2	PERFIS ESPECIAL, CORTE E DOBRA SOB MEDIDA PERFIS ESPECIAL, CORTE E DOBRA SOB MEDIDA	KG	700,00	13,80	9.660,00
3	SERVICO DE TORNO EM GERAL – HORA Com material aplicado.	HR	550,00	93,10	51.205,00
4	TUBOS, CANTONEIRAS, LAMINADOS, CHAPAS TUBOS, CANTONEIRAS, LAMINADOS, CHAPAS	KG	1.000,00	9,50	9.500,00
Valor total do lote: 82.825,00					

GESTORES: Sebastião Almir Barbosa, Larissa Klosovski Horst e Silvane Rickli Horst Schneider
FISCAIS: Gean Carriel, Simone de Oliveira e Silvia Seiffertt de Almeida
LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 93/2026
VIGÊNCIA: 21/08/2026 a 20/08/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:5917AF44

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/07/415.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para contratação direta, **por Inexigibilidade de Licitação**, da empresa: **VIAÇÃO UMUARAMA LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 76.354.281/0001-42**, para fornecimento de vale-transporte urbano para serem utilizados pelos usuários da Secretaria de Assistência Social e seus programas, pelos os alunos atendidos pela ARAM – Associação Regional de Assistência ao Menor e para acompanhantes credenciados de pessoa com deficiência, atendendo à Lei Municipal nº 4.405/2019, de acordo com o artigo 74, inciso I, da Lei 14.133/2021.

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2026/07/415, de 15 de julho de 2026, anexo, conforme artigo 72, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 20 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:A46FE87F

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/07/407.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 144.606,02 (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e seis reais e dois centavos).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, para contratação direta, **por Inexigibilidade de Licitação**, da empresa: **LABORALTEC – ENGENHARIA E PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 18.571.597/0001-90**, para o fornecimento de reômetro AMETEK Brookfield DVNext RV, incluindo adaptador para pequenas amostras, spindle, licença do software DV360 – Edição Padrão, instalação, treinamento operacional, calibração inicial e garantia, destinados às atividades laboratoriais do Município de Umuarama, com recursos do Fundo Municipal de Inovação, de acordo com o artigo 74, inciso I, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2026/07/407, de 13 de julho de 2026, anexo, conforme artigo 72, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 20 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:B4028B38

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026 – PMU

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2025/12/1064

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRAFICA DE UMUARAMA.

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de fornecimento de ferramentas, a fim de possibilitar o atendimento das demandas do Município. A presente contratação será destinada a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos**..**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 09/09/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 09/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 09/09/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 423.597,75 (quatrocentos e vinte e três mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (**https://bllcompras.com**).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 18 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS
Secretario Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:947A8F20

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1.109/2026 - PMU

P O R T A R I A N º 1.109/2026

Designar servidores para compor a Comissão da Concorrência Eletrônica n°014/2026 – PMU, na qualidade de Agente de Contratação Titular, Agente de Contratação Suplente e Equipe de Apoio, competindo-lhes a análise, o exame e o julgamento das propostas e das documentações apresentadas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

•
Art. 1º. DESIGNAR servidores para compor a Comissão da Concorrência Eletrônica n°014/2026 – PMU, na qualidade de Agente de Contratação Titular, Agente de Contratação Suplente e Equipe de Apoio, competindo-lhes a análise, o exame e o julgamento das propostas e das documentações apresentadas, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada para Execução de Extensões de Rede Elétrica em diversos locais dos Distritos e da cidade de Umuarama/PR com pontos com Iluminação em LED, conforme croqui básico, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais documentos em anexos ao processo.

Agente de Contratação Titular: Janssen Gustavo Roberti da Luz
CPF ***105.969-**
Agente de Contratação Suplente: Kaleb Saab de Souza
CPF ***120.429-**

•
Equipe de Apoio: Gustavo Felipe Bácaro

CPF ***.815.559-**
Guilherme Cervejeira Bolanho
CPF ***.663.159-**

Art. 2º. Fica fixada a data de 24 de setembro de 2026, às 09:00 horas, para que os servidores designados de que trata esta Portaria se reúnam na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Umuarama.
Art. 3°. Na hipótese de ausência, afastamento, impedimento legal ou qualquer outra circunstância que impossibilite a atuação do Agente de Contratação Titular, o Agente de Contratação Suplente assumirá automaticamente suas atribuições, praticando todos os atos necessários ao regular andamento do processo, assegurando a continuidade e a regularidade do procedimento licitatório.

Art. 4º. Ficam considerados de relevância os serviços prestados pelos servidores designados, sem ônus ao Município.

Art. 5°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 19 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:8AB915D9

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1.111/2026 - PMU

P O R T A R I A Nº 1.111/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 049/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre as propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 049/2026 – PMU – que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos agrícolas, em atendimento a proposta/convênio Transferegov nº 969265/2024, para atender os produtores rurais do município de Umuarama, tendo sido declaradas vencedoras as empresas **FRANCIS RICARDO ATUATI LTDA.,** para o item n°01; **COFERMOTOS COMÉRCIO DE FERRAGENS E MOTOSSERRAS LTDA.,** para os itens n°02 e 03.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 19 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:D2856D88

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1.112/2026 - PMU

P O R T A R I A Nº 1.112/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 050/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre as propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 050/2026 – PMU – que tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de tintas e materiais de pintura. A presente contratação será destinada a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos e Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, tendo sido declaradas vencedoras as empresas **FSM CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO LTDA.,** para os itens n°02, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 24, 39 e 41; **PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.,** para os itens n°25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 40; **SALVI, LOPES E CIA LTDA.,** para os itens n°04, 17, 19, 21, 22 e 23.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 19 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:EF992BF5

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1.113/2026 - PMU

P O R T A R I A Nº 1.113/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 055/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre as propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 055/2026 – PMU – que tem por objeto o registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos multifuncionais coloridos, destinados ao atendimento às demandas administrativas e pedagógicas das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Umuarama/PR, tendo sido declaradas vencedoras as empresas **METDATA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.,** para o item n°01.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 19 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:A5F29129

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATO - PMU

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE ADESÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO Nº 194/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.

Contratada: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO).
Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de processamento de dados relativos à notificação eletrônica de infrações de trânsito por meio do Sistema de Notificação Eletrônica – SNE, integrante da plataforma da Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN e subsistema do Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF.
Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2031.
Valor: R$ 639.199,64 (seiscentos e trinta e nove mil, cento e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/07/390; no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 021/2026, ratificado/autorizado em 13 de agosto de 2026, publicado no "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", de 17 de agosto de 2026, edição nº. 3596, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **em especial em seu art. 74, inciso I**, bem como pelos preceitos de Direito Público, sendo aplicadas, subsidiariamente, os preceitos da Teoria Geral dos Contratos, o princípio da boa-fé objetiva e as disposições de Direito Privado.
Umuarama, 21 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:865C0EAD

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 276/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: PAULA POZZOLO OGEDA LTDA
Profissional Credenciado: PAULA POZZOLO OGEDA
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de saúde para a prestação de serviços de CONSULTAS DE ALERGOLOGISTA, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 006/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
Vigência: 11/08/2026 a 11/08/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/06/537, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 163/2026, autorizado em 24 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 28 de julho de 2026, edição nº 3.582, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 21 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:BECD1A1F

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO N° 064/2024
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: L M SOUZA MARCONDES COLOGNESI
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 20 de agosto de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 17.000,00 (dezessete mil reais) mensais, perfazendo o valor total anual do presente contrato em R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.032 – ED:3.3.90.39.00.00 – D: 97 – F:001 – Livres
70.001.10.301.0024.2.032 – ED:3.3.90.39.00.00 – D: 98 – F:303 – 15%
Cláusula Quarta: Fica alterado a fiscal **EDILSON RODRIGUES ALBUQUERQUE**, inscrito no CPF sob nº ***.109.749-** para Sra. **MARIA ANDRÉA DOS SANTOS DE MORAIS**, inscrita no CPF sob nº ***.996.519-**.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 20 de agosto de 2026.

TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO N° 066/2024
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: L M PERINI LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 20 de agosto de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 17.000,00 (dezessete mil reais) mensais, perfazendo o valor total anual do presente contrato em R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.032 – ED:3.3.90.39.00.00 – D: 97 – F:001 – Livres
70.001.10.301.0024.2.032 – ED:3.3.90.39.00.00 – D: 98 – F:303 – 15%
Cláusula Quarta: Fica alterado o fiscal **EDILSON RODRIGUES ALBUQUERQUE**, inscrito no CPF sob nº ***.109.749-** para Sra. **MARIA ANDRÉA DOS SANTOS DE MORAIS**, inscrita no CPF sob nº ***.996.519-**.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 20 de agosto de 2026.

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 154/2023
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: PAIVA BERTACCHINI & CIA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 29 de julho de 2027.
Cláusula Segunda: Fica renovado apenas 90,09% (noventa vírgula nove por cento) do valor total do contrato, correspondente ao montante de R$ 523.800,00 (quinhentos e vinte e três mil e oitocentos reais) anual.
O percentual remanescente de 9,91% (nove vírgula noventa e um por cento) do valor contratual, correspondente ao procedimento de cirurgia geral, no montante de R$ 57.600,00, não será objeto desta renovação, tendo em vista que a execução desses serviços ocorrerá por meio do Contrato de Prestação de Serviços nº 258/2024.
Cláusula Terceira: Altera-se o fiscal do contrato para **JESSICKA FERNANDA DE FIGUEIREDO**, Assistente administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CPF nº ***.295.729-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:183 – F:1 – Livres
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:184 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:185 – F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:188 – F:70014 – Rec. Estadual

70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:187 – F:60218 - Federal
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:313 – F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:316 – F:360218 - Federal
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 29 de julho de 2026

Umuarama, 21 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:BD9FD75F

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SEVIÇO Nº 187/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: P F DO NASCIMENTO SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para 21 de agosto de 2027.
Cláusula Segunda: Fica adicionado a seguinte dotação orçamentária:
15.001.08.243.0013.2.182.3.3.90.39.00.00 – D:1856 – F:300080
15.001.08.243.0013.2.182.3.3.90.39.00.00 – D:1810 – F:370134
17.001.14.422.0013.2.253.3.3.90.39.00.00 – D:1927 – F:70197
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 03 de agosto de 2026.

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO DE COMPRA Nº 344/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: GARCIA & MAGAN LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 20 de agosto de 2027.
Cláusula Segunda: Fica aditado ao valor mensal do presente contrato para R$ 4.301,54 (quatro mil, trezentos e um reais e cinquenta e quatro centavos) atualizado pelo índice IPCA/IBGE do período de 06/2025 a 05/2026, com o percentual de 4,724910%. Além disso, será acrescido o valor de R$ 712,74 (setecentos e doze reais e setenta e quatro centavos) referente ao seguro anual, perfazendo o valor deste termo em R$ 52.331,22 (cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e um reais e vinte e dois centavos).
Cláusula Terceira: Altera-se a fiscalização do contrato para CRISTIANE DA CONCEIÇÃO PEREIRA MARTINS, inscrita no CPF nº ***.724.549-**, e fica adicionada como fiscal suplente a Sra. FRANCIELLE DADA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF nº ***.978.199-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionado a seguinte dotação orçamentária:
13.001.08.243.0013.2.185. – ED: 3.3.90.36.00.00 – D: 713 – F: 1000
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 14 de agosto de 2026.

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 320/2023
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: DORIVAL GAMEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 13 de dezembro de 2026.
Cláusula Segunda: Fica acrescido ao presente contrato o percentual de 14,3174%, com base no índice IPCA/IBGE, em relação ao valor original de cada item, perfazendo o valor deste termo em **R$ 39.398,19** (trinta e oito mil, trezentos e noventa e oito reais e dezenove centavos).
Cláusula Terceira: Altera-se o **GESTOR** do contrato para **RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob nº ***.654.639-**, lotado na secretaria de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos.
Cláusula Terceira: Fica adicionada as seguintes dotações orçamentárias:
08.002.15.451.0005.2.026. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 248 – F: 85
08.002.15.451.0005.2.026. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 249 – F: 1000
08.002.08.244.0012.1.197. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 191 – F: 1000
08.002.10.301.0024.1.348. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 209 – F: 1000
08.002.12.361.0015.1.095. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 213 – F: 104
08.002.12.365.0015.1.096. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 217 – F: 104
08.002.13.392.0022.1.022. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 222 – F: 1000
08.002.18.543.0005.1.134. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 282 – F: 1000
08.002.27.812.0019.1.097. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 335 – F: 1000
08.002.27.813.0005.1.085. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 341 – F: 1000
08.002.27.813.0019.1.339. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 347 – F: 1000
08.002.15.451.0005.1.033. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 229 – F: 1000
08.002.15.451.0005.1.335. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 242 – F: 1000
08.002.17.512.0011.1.021. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 273 – F: 1000
08.002.22.661.0007.1.336. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 293 – F: 1000
70.001.10.301.0024.1.008. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 83 – F: 494
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 05 de agosto de 2026.

Umuarama, 21 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:178ADABC

EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA
AVISO DE DISPENSA EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2026 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Estrutural e Fundações do Centro Público de Umuarama.

O valor estimado será sigiloso conforme Art. 51 do RICL e Art. 34 da Lei 13.303/2016.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 17:30hrs do dia 27/08/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 28/08/2026 as 9:00hrs.
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL: Diário municipal, no seguinte endereço eletrônico: (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS: Disponível no Diário municipal, no seguinte endereço eletrônico: https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portaltransparencia/9/

O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, será exclusivamente por meio do seguinte e-mail: licitacaoepisu@gmail.com, informações complementares poderão ser obtidas na sede da EPISU, sita na Rua Desembargador Lauro Lopes, 3727, Sala 07, Cond. Piemont 1, CEP 87.501-210, – E-mail :licitacaoepisu@gmail.com.

Umuarama-PR, 21 de agosto de 2026.

JOÃO HENRIQUE SIMÃO SCOPEL
Diretor-Presidente
Diretor Técnico e Operacional

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:92C8C2F9

EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 15/2026 AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS FORMA ELETRÔNICA CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

OBJETO: Registro de Preços visando futura e eventual aquisição de concreto usinado, destinado ao atendimento das necessidades da EPISU, em diversos pontos da sede e dos distritos do Município de Umuarama/PR, pelo período de 12 (doze) meses**.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:00 do dia 01/09/2026
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 às 9:00 do dia 01/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 09:00 do dia 01/09/2026.**

A licitação será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Licitações Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, informações complementares poderão ser obtidas na sede da EPISU, situada na Rua Desembargador Lauro Lopes, 3727, Sala 07, Cond. Piemont 1, CEP 87.501-210, pelo e-mail licitacaoepisu@gmail.com e também no portal de transparência pelo link https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portaltransparencia/9/

Umuarama/PR, 21 de agosto de 2026.

JOÃO HENRIQUE SIMÃO SCOPEL
Direto Presidente EPISU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:91BEEA1C

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO 037/2026

DECRETO Nº 037/2026

Aposenta por Tempo Especial de Magistério, a servidora ADRIANA CRISTINA BERGAMO BIGAS.

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica aposentada a pedido, a partir de 03 de agosto de 2026, por Tempo Especial de Magistério, a servidora **ADRIANA CRSITINA BERAMO BIGAS,** portadora da Cédula de Identidade RG n.º 5.934.224-0/SSP-PR, inscrita no CPF n° 020.073.679-55, nomeada em 05 de março de 2002, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme estabelece o Artigo 192, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos de Umuarama), c/c Artigo 6° da Emenda Constitucional n° 41/2003.

Art. 2º A Servidora perceberá proventos integrais de inatividade, no valor de R$ 4.105,96 (Quatro mil cento e cinco reais e noventa e seis centavos), acrescidos de Adicional de Tempo de Serviço no valor de R$ 739,07 (setecentos e trinta e nove reais e sete centavos), conforme artigo 82 da Lei Complementar Municipal n° 018/1992 e artigo 105 da Lei Complementar n.º 346/2013, ATS Lei 473/2020 no valor de R$ 153,17 (cento e cinquenta e três reais e dezessete centavos), Incentivo Qualificação Trabalho no valor de R$ 821,19 (oitencentos e vinte e um reais e dezenove centavos), em conformidade com o Art. 106 da Lei Complementar nº 346/2013 e Média de Gratif. por Função no valor de R$ 411,60 (quatrocentos e onze reais e sessenta centavos) de acordo comm o Acórdão nº 3155/2014 TCE-PR, totalizando o valor de R$ 6.230,99 (Seis mil duzentos e trinta reais e noventa e nove centavos) mensais e R$ 74.771,88 (Setenta e quatro mil setecentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos) anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9C61B446

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO 038/2026

Aposenta por Tempo Especial de Magistério, a servidora NIVEA APARECIDA MENDONÇA COSTARDI.

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica aposentada a pedido, a partir de 03 de agosto de 2026, por Tempo Especial de Magistério, a servidora **NIVEA APARECIDA MENDONÇA COSTARDI,** portadora da Cédula de Identidade RG n.º 5.947.905-9 SSP-PR, inscrita no CPF nº 027.290.659-03, nomeada em 09 de fevereiro de 2001, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do processo n.º 058/2026, conforme estabelece o Artigo 192, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos de Umuarama), c/c Artigo 6° da Emenda Constitucional n° 41/2003.
Art. 2º A Servidora perceberá proventos integrais de inatividade, no valor de R$ 4.105,96 (Quatro mil cento e cinco reais e noventa e seis centavos), acrescidos de Adicional de Tempo de Serviço no valor de R$ 656,95 (seiscentos e cinquenta e e seis reais e noventa e cinco centavos), conforme artigo 24 da Lei Complementar Municipal n° 194/2007 e artigo 105 da Lei Complementar n.º 346/2013, ATS Lei 473/2020 no valor de R$ 153,17 (Cento e cinquenta e três reais e dezessete centavos), Incentivo Qualificação Trabalho no valor de R$ 821,19 (Oitocentos e vinte e um reais e dezenove centavos), conforme artigo 106 da Lei Complementar n.º 346/2013, totalizando o valor de R$ 5.737,27 (Cinco mil setecentos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos) mensais e R$ 68.847,24 (Sessenta e oito mil oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos) anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:AD7F9998

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO 039/2026

DECRETO Nº 039/2026

Aposenta voluntariamente por Idade e Tempo de Contribuição, o servidor APARECIDO MARQUES PEREIRA.

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica aposentado a pedido, a partir de 03 de agosto de 2026, voluntariamente por idade e tempo de contribuição, o servidor **APARECIDO MARQUES PEREIRA,** portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.761.448-3 SSP-PR, inscrito no CPF nº 555.516.109-34, nomeado em 02 de julho de 2007, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Administração de Cemitérios e Serviços Funerários - ACESF, nos termos do processo n.º 066/2026, conforme estabelece o Artigo 192, inciso III, alínea "a" da Lei Complementar 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos de Umuarama), c/c Artigo 40, §1º, III, "a" da Constituição Federal.

Art. 2º O Servidor perceberá proventos integrais de inatividade, equivalentes a 100% (cem por cento) correspondente à média aritmética simples das 80% (oitenta por cento) maiores remunerações de todo o período contributivo, conforme artigo 1º da Lei Federal nº 10.887/2004, no valor de R$ 2.986,19 (dois mil novecentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos) mensais, totalizando o valor de R$ 35.834,28 (Trinta e cinco mil oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos) anuais, sem paridade, índice do regime geral da previdência social.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4C81B937

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO 040/2026

Concede "Pensão Vitalícia" ao beneficiário da servidora inativa JOÃO LUIZ.

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica concedida a partir de 21 de julho de 2026, **"Pensão Vitalícia"** ao Sr.º **JOÃO LUIZ**, inscrito no CPF sob nº. 151.966.589-04, beneficiário da servidora inativa **ILDA LUIS,** matrícula nº 805001, nos termos do Processo nº. 080/2026, conforme estabelecem os Artigos conforme estabelece os Artigos 216, 217 §1º e 218, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº. 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama), c/c com Artigo 40, §§ 7º e 8º da Constituição Federal.

Art. 2º Perceberá o beneficiário acima referido a título de ''Pensão Vitalícia'', a cota de 100% (cem por cento) dos proventos, no valor de R$ 3.072,04 (Três mil setenta e dois reais e quatro centavos) mensais e R$ 36.864,48 (Trinta e seis mil oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4385CDA9

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO 041/2026

Aposenta por Invalidez Permanente, a servidora FABIANA DE MELO RODRIGUES.

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica aposentado por Invalidez Permanente, a servidorA **FABIANA DE MELO RODRIGUES,** portadora da Cédula de Identidade RG n.º 7.771.209-7/SSP-PR, inscrito no CPF n° 024.243.419-31, nomeada em 03 de fevereior de 2015, pelo regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Processo n.º 074/2026, conforme estabelece o artigo 192, inciso I, da Lei Complementar 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos de Umuarama), c/c artigo 40, § 1º. Inciso I da Constituição Federal c/c Redação anterior à EC 103/2019 .

Art. 2º A Servidora perceberá proventos integrais de inatividade, por moléstia profissional, ou doença grave, contagiosa ou incurável, equivalente a 100% (cem por cento), da média das 80% (oitenta por cento) maiores remunerações, no valor de R$ 3.923,16 (Três mil novecentos e vinte e três reais e dezesseis centavos) mensais e R$ 47.077,92 (Quarenta e sete mil e setenta e sete reais e noventa e dois centavos) anuais, na forma da Lei Federal n.º 10.887/2004, sem paridade, utilizando o índice do regime geral da previdência social.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 18 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:78D1BD05

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO Nº 036/2026

DECRETO Nº 036/2026

Aposenta por Tempo Especial de Magistério, a servidora ERODITE DE OLIVEIRA.

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica aposentada a pedido, a partir de 03 de agosto de 2026, por Tempo Especial de Magistério, a servidora **ERODITE DE OLIVEIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG n.º 3.093.797-0 SSP-PR, inscrita no CPF nº 602.242.409-78, nomeada em 09 de fevereiro de 2001, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do processo n.º 071/2026, conforme estabelece o Artigo 192, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos de Umuarama), c/c Artigo 6° da Emenda Constitucional n° 41/2003.

Art. 2º A Servidora perceberá proventos integrais de inatividade, no valor de R$ 4.105,96 (Quatro mil cento e cinco reais e noventa e seis centavos), acrescidos de Adicional de Tempo de Serviço no valor de R$ 739,07 (setecentos e trinta e nove reais e sete centavos), conforme artigo 24 da Lei Complementar Municipal n° 194/2007 e artigo 105 da Lei Complementar n.º 346/2013, ATS Lei 473/2020 no valor de R$ 153,17 (Cento e cinquenta e três reais e dezessete centavos), Incentivo Qualificação Trabalho no valor de R$ 821,19 (Oitocentos e vinte e um reais e dezenove centavos), conforme artigo 106 da Lei Complementar n.º 346/2013 e Média de Educação Especial no valor de R$ 1.423,64 (um mil quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos), totalizando o valor de R$ 7.243,03 (Sete mil duzentos e quarenta e três reais e três centavos) mensais e R$ 86.916,36 (Oitenta e seis mil novecentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos) anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:15CFFD94

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DATA: 20 DE AGOSTO DE 2026 | HORÁRIO: 9H30MIN | LOCAL: ANFITEATRO HARUYO SETOGUTTE – PAÇO MUNICIPAL | ENDEREÇO: AVENIDA RIO BRANCO, Nº 3717, CENTRO CÍVICO.

Aos **20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2026**, às **9h30min**, no **Anfiteatro Haruyo Setogutte**, localizado no Paço Municipal da Prefeitura de Umuarama, situado na Avenida Rio Branco, nº 3717, Centro Cívico, Umuarama/PR, foi realizada **Audiência Pública destinada à apresentação dos estudos técnicos, operacionais, econômico-financeiros e jurídicos da futura concessão do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Umuarama e à coleta de contribuições da sociedade**, nos termos do Edital nº 092/2026. **1. DA ABERTURA:** A audiência foi aberta pelo **Prefeito Municipal de Umuarama, Sr. Antonio Fernando Scanavaca**, que cumprimentou os presentes e destacou a importância da participação da sociedade no processo de preparação da futura concessão do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, ressaltando o compromisso da Administração Municipal com a transparência, a publicidade e a participação social. Na sequência, foram apresentados aos participantes os objetivos da Audiência Pública, bem como as regras estabelecidas para o seu desenvolvimento, especialmente quanto ao credenciamento, à ordem dos trabalhos, ao tempo destinado às manifestações e à forma de apresentação de questionamentos e contribuições; **2. DA COMPOSIÇÃO DA APRESENTAÇÃO:** A Audiência Pública teve início com a manifestação do **ANTONIO FERNANDO SCANAVACA**, Prefeito Municipal de Umuarama, que realizou a abertura dos trabalhos e apresentou o **VALDECIR GONÇALVES CAPELLI**, Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana – SESTRAM, e a **ROSANE STÉDILE POMBO MEYER**, Procuradora-Geral do Município. Na sequência, a Procuradora-Geral realizou a apresentação acerca dos estudos, expondo os aspectos pertinentes ao projeto de **concessão do serviço de transporte público coletivo urbano de passageiros**. Após as apresentações, foi aberto espaço para manifestação e participação dos presentes, com esclarecimentos e discussões acerca do projeto;**3. DA APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS:** Na sequência, foi realizada a apresentação dos estudos e elementos que fundamentam a futura concessão do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Umuarama, conduzida pelo **VALDECIR GONÇALVES CAPELLI**, Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana – SESTRAM e pelo Diretor de Trânsito responsável pela elaboração e estruturação dos estudos **DONIZETTI ROQUE SANTANA**. Durante a exposição, foram apresentados os principais aspectos relacionados à modelagem proposta, com destaque para as **rotas e linhas de transporte previstas para a futura concessão**, a organização e a distribuição dos itinerários, bem como as alternativas consideradas para a estruturação e operação do serviço. Foram também apresentados **comparativos entre as propostas e os cenários avaliados**, com informações destinadas a demonstrar as diferentes possibilidades de configuração e funcionamento do sistema de transporte coletivo, além de outros aspectos técnicos e operacionais relevantes para a compreensão do projeto. Ao longo da apresentação, foram prestados esclarecimentos acerca dos critérios considerados na definição das linhas e rotas, da abrangência do atendimento, das condições de operação e das premissas utilizadas na elaboração dos estudos, proporcionando aos participantes melhor compreensão da proposta apresentada. Ao final da exposição, foi aberto espaço para **perguntas, questionamentos e esclarecimentos**, ocasião em que o Secretário Municipal e o representante da assessoria prestaram os esclarecimentos pertinentes aos participantes, possibilitando o diálogo e a participação dos presentes. **4. DO ENCERRAMENTO:** Após a apresentação dos estudos e a conclusão das manifestações e contribuições dos participantes, ROSANE STÉDILE POMBO MEYER, Procuradora-Geral do Município e VALDECIR GONÇALVES CAPELLI, Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana – SESTRAM, agradeceram a presença de todos e destacaram a relevância das contribuições recebidas para o aperfeiçoamento do projeto de concessão do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Umuarama. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, às 11h00min horas, do que, para constar, foi lavrada a presente Ata. A presente Ata será assinada pelo responsável por sua lavratura, para fins de registro e formalização do ato.
Umuarama, 20 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal de Umuarama

ROSANE STÉDILE POMBO MEYER
Procuradora-Geral do Município

VALDECIR GONÇALVES CAPELLI
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana – SESTRAM

MATEUS SILVA SANTOS
Responsável Pela Lavratura da Ata

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9EB4E7BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO N° 2026/08/468

O Município de Umuarama-Pr, em conformidade com o art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 303/2025 torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para contratação de empresa para aquisição de mesas de Tênis de Mesa destinadas a Secretaria Municipal de Esportes de Umuarama-Pr:

ITEM 1 - 10 (dez) Unidades de Mesa de Tênis de Mesa (Ping-Pong) oficial, com dimensões oficiais de competição, tampo em MDF com espessura mínima de 15 mm. Estrutura reforçada em aço, acabamento em pintura eletrostática a pó, superfície com demarcações oficiais para jogo, acompanhada de rede e suporte metálico/plástico, destinada ao uso esportivo em treinamentos e competições. Garantia de 24 meses.

Objeto entregue sem custo adicional na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Umuarama-Pr, situado na Av: Parigot de Souza, nº 2880 -cep: 87.503-410 - Umuarama-Pr.
.

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. As propostas deverão ser encaminhadas até às 23:59h do dia 26 de Agosto de 2026, no email: compradireta@umuarama.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NÚMERO DO PROCESSO ACIMA. Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação:
Comprovante de Inscrição de Situação Cadastral e quadro societário.
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual.
Certidão Negativa de Débitos Municipais.
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
Declaração de Responsabilidade Unificada.
Certificado de Regularidade do FGTS- CRF.

Umuarama-Pr, 21 de agosto de 2026.

VÂNIO CESAR PRESSINATTE
Diretor de Compras e Almoxarifado

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F6D09320

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO N° 2026/08/469

O Município de Umuarama-Pr, em conformidade com o art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 303/2025 torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para contratação de empresa para aquisição de Divisória Naval para banheiros do Ginásio de Esportes Amário Vieira da Costa:

ITEM 1- 14 (Quatroze) M² de Divisória Naval para banheiros, com instalação inclusa, material resistente a umidade, perfis e portas necessárias para fechamento.
.

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. As propostas deverão ser encaminhadas até às 23:59h do dia 26 de Agosto de 2026, no email: compradireta@umuarama.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NÚMERO DO PROCESSO ACIMA. Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação:
Comprovante de Inscrição de Situação Cadastral e quadro societário.
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual.
Certidão Negativa de Débitos Municipais.
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
Declaração de Responsabilidade Unificada.
Certificado de Regularidade do FGTS- CRF.

Umuarama-Pr, 21 de agosto de 2026.

VÂNIO CESAR PRESSINATTE
Diretor de Compras e Almoxarifado

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F623BD51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 4.992

LEI Nº 4.992

De: 21 de agosto de 2026.

Declara de utilidade pública o Centro de Convivência do Idoso Prefeito Durval Seifert de Umuarama, no Município de Umuarama, Estado do Paraná.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Convivência do Idoso Prefeito Durval Seifert de Umuarama, conforme o Estatuto da referida entidade, protocolado sob n° 79.304, averbado ao Registro sob n° 804, Livro n° A-023, Arquivo n° 221, do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Umuarama – PR, 25 de fevereiro de 2025, selo n° SFTD1sebmnRUbIIwE3EZ1225q, inscrito no CNPJ/MF sob 80.901.846/0001-31, com sede na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 21 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Projeto de Lei nº 058/2026
Autor: Poder Legislativo Municipal
Vereador: Luiz Antonio Caviquioli

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5B757210

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 4.994

LEI Nº 4.994

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial, e dá outras providências

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprova:

Art. 1 º Fica aberto um cr é dito adicional especial ao Or ç amento Geral do Fundo Municipal de Saúde, aprovado pela Lei Municipal n° 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II deste Projeto de Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, em 21 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Projeto de lei n° 078/2026
Autor: Poder Executivo Municipal

ANEXO I
ANEXO A LEI N° 4.994 DE 21/08/2026

Crédito Adicional Especial - Inciso II, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64
SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)

ÓRGÃO: 70. - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 70.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.S

FUNCIONAL	ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
10.302.0025.2.015	Manutenção dos Serviços Judiciais	3.3.90.91.00.00 SENTENÇAS JUDICIAIS	1	R$ 300.000,00
TOTAL GERAL R$ 300.000,00				
TOTAL GERAL 300.000,00				

ANEXO II
ANEXO A LEI N° 4.994 DE 21/08/2026

Crédito Adicional Especial - Inciso II, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64
CANCELAMENTO DE DESPESA

ÓRGÃO: 23. - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
UNIDADE: 23.001. - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICIPIOS

FUNCIONAL	ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL	NATUREZA DA DESPESA		FONTE	VALOR
99.999.9999.9001	Reserva de Contigência	9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999	R$ 300.000,00
TOTAL GERAL R$ 300.000,00					
TOTAL GERAL 300.000,00					

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:2A6EC766

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 4.995

LEI Nº 4.995

De: 21 de agosto de 2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro à entidade Associação Regional de Assistência ao Menor - ARAM, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar repasse financeiro à entidade Associação Regional de Assistência ao Menor - ARAM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o n º 77.217.347/0001-15, no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais);

§ 1º Os recursos repassados poderão ser utilizados no custeio das atividades previstas no Plano de Trabalho aprovado pelo Município, inclusive para despesas correntes.

§ 2º O repasse financeiro de que trata esta Lei será realizado de acordo com o cronograma financeiro de desembolso previsto no Plano de Trabalho aprovado pelo Município.

Art. 2º A beneficiária deverá prestar contas dos recursos recebidos a cada bimestre, nos termos do Plano de Trabalho previamente aprovado pelo Município.

Art. 3º Para cobertura das despesas decorrentes desta Lei fica aberto um crédito adicional especial ao Orçamento do Município de Umuarama, aprovado pela Lei Municipal n° 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), conforme segue:

Órgão: 14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 14.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 0012 – Proteção Social Básica
Projeto: 1.581 – Repasse Financeiro para Associação Regional de Assistência ao Menor - ARAM
Código da Despesa - 3.3.50.43.00.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS
Valor: R$17.000,00
Fonte de Recursos: 1000 – Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente

Art. 4º Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme segue:

Órgão: 23 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade: 23.001 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Função: 99 – Reserva de Contingência
Subfunção: 999 – Reserva de Contingência geral
Programa: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Projeto: 9.001 – Reserva de Contingência
Código da Despesa - 9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Fonte de Recursos: 999 – Reserva de Contingência
Valor: R$ 17.000,00

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 21 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Projeto de Lei nº 081/2026
Autor: Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B2FB046E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 4.996

LEI Nº 4.996

De: 21 de agosto de 2026.

Institui, em caráter excepcional e não incorporável à remuneração, Bonificação Extraordinária de Reconhecimento Educacional – IDEB aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Umuarama, em reconhecimento aos resultados

alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, referentes ao ano de 2025, autoriza a abertura de crédito adicional especial ao Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, assegurando, entre os princípios que regem o ensino, a garantia de padrão de qualidade e o direito à aprendizagem ao longo da vida, conforme disposto no art. 206, incisos VII e IX;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece que os sistemas de ensino devem organizar a educação escolar de modo a assegurar padrões de qualidade e que a avaliação do rendimento escolar deve ocorrer de forma contínua e cumulativa, considerando o desenvolvimento dos estudantes ao longo do processo educativo;

CONSIDERANDO que a avaliação educacional constitui instrumento essencial para o acompanhamento da aprendizagem, a identificação das necessidades educacionais dos estudantes, o planejamento pedagógico, a tomada de decisões pelos sistemas de ensino e a formulação de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade e à promoção da equidade educacional;

CONSIDERANDO que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB constitui indicador educacional nacional que articula dados de rendimento escolar e desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala, constituindo importante instrumento para o acompanhamento da evolução da educação básica e para o planejamento de ações de melhoria da qualidade educacional;

CONSIDERANDO que os resultados das avaliações externas e dos indicadores educacionais não devem ser compreendidos exclusivamente como mecanismos de classificação ou ranqueamento de escolas, redes, profissionais ou estudantes, mas como evidências educacionais que, analisadas de forma contextualizada, podem subsidiar o diagnóstico das aprendizagens, o planejamento pedagógico, a formação continuada, a gestão educacional e a definição de políticas públicas;

CONSIDERANDO que a redução das desigualdades educacionais constitui responsabilidade compartilhada entre os entes federativos, exigindo ações articuladas de acompanhamento, intervenção pedagógica, formação dos profissionais da educação, fortalecimento da gestão escolar, melhoria das condições de ensino e atenção às diferentes necessidades dos estudantes;

CONSIDERANDO as diretrizes e estratégias do atual Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal nº 15.388, de 2026, que reforçam a necessidade de aperfeiçoamento dos processos de avaliação educacional, apropriação dos resultados pelas escolas e sistemas de ensino, realização de avaliações diagnósticas e formativas, avaliação institucional e autoavaliação, com vistas à redução das desigualdades e à recomposição das aprendizagens;

CONSIDERANDO que os resultados alcançados pela rede municipal nas avaliações externas e no IDEB constituem elementos relevantes para a avaliação das políticas educacionais implementadas, para a identificação de avanços e desafios e para o estabelecimento de metas e estratégias de melhoria contínua da qualidade da educação;
.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, em caráter excepcional e específico para o exercício de 2026, a Bonificação Extraordinária de Reconhecimento Educacional – IDEB, destinada aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Umuarama, em reconhecimento ao resultado alcançado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, referente ao ano de 2025.

Parágrafo único. A bonificação de que trata esta Lei constitui instrumento excepcional de valorização e reconhecimento institucional do trabalho coletivo desenvolvido pela Rede Municipal de Ensino, considerando que os resultados do IDEB decorrem da conjugação de fatores pedagógicos, administrativos, de gestão, infraestrutura, acompanhamento, planejamento e atuação dos diferentes profissionais que integram a política educacional municipal.

Art. 2º A concessão da Bonificação Extraordinária de Reconhecimento Educacional – IDEB decorre da evolução do resultado obtido pela Rede Municipal de Ensino de Umuarama no IDEB – Anos Iniciais, referente ao ano de 2025, divulgado oficialmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP em 2026.

§ 1º Para fins desta Lei, será considerada a evolução do resultado da Rede Municipal de Ensino entre as edições de 2023 e 2025 do IDEB.

§ 2º A Rede Municipal de Ensino de Umuarama apresentou evolução de 6,3 para 6,7 pontos, correspondente a acréscimo de 0,4 ponto em relação ao resultado obtido na edição de 2023.

Art. 3º Para os fins desta Lei, serão contemplados os profissionais da educação que:
I – estejam lotados na Secretaria Municipal de Educação de Umuarama, mediante vínculo estatutário, contratual ou temporário regularmente constituído;
II – estejam em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino durante o período de referência;
III – desempenhem funções relacionadas à educação básica municipal, nas unidades educacionais ou nos órgãos e unidades administrativas diretamente vinculados à política municipal de educação.

Art. 4º Para fins de concessão da Bonificação Extraordinária de Reconhecimento Educacional – IDEB, serão considerados profissionais da educação, observado o efetivo exercício e o vínculo direto e regular com o Município:
I – professores de educação infantil;
II- professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
III – diretores que exerçam funções de gestão ou administração escolar;
IV – coordenadores pedagógicos que exerçam funções pedagógicas nas unidades educacionais;
V- coordenadores educacionais que exerçam funções técnicas e pedagógicas na Secretaria de Educação;
VI – profissionais que exerçam funções de apoio técnico, administrativo ou operacional diretamente vinculadas à Rede Municipal de Ensino (secretários escolares, auxiliares de serviços gerais, agente de apoio, servente geral, nutricionistas, psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo e motorista);
VII – profissionais que exerçam suas funções na Secretaria Municipal de Educação ou em unidades administrativas diretamente vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica municipal (secretário de educação, secretários escolares, auxiliares administrativos, assessores, chefes de divisão e técnicos).

§ 1º A abrangência prevista neste artigo considera o caráter coletivo do resultado do IDEB, não sendo o prêmio vinculado ao desempenho individual do servidor, de determinada unidade educacional ou exclusivamente dos profissionais diretamente envolvidos na aplicação das avaliações externas.

§ 2º O profissional da educação afastado por licença médica no período igual ou superior a 24 meses não receberá a Bonificação por Desempenho Educacional-IDEB.

§ 3º O profissional da educação afastado por licença sem vencimento não receberá a Bonificação por Desempenho Educacional-IDEB.

§ 4º O profissional da educação cedido ou executando atividades em outro órgão, entidade e/ou secretaria não receberá a Bonificação Extraordinária de Reconhecimento Educacional – IDEB.

§ 5º O profissional da educação que esteja em outra situação de afastamento que não seja considerada como de efetivo exercício não receberá a Bonificação de Reconhecimento Educacional - IDEB.

Art. 5º A Bonificação Extraordinária de Reconhecimento Educacional – IDEB será concedida em parcela única, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) por beneficiário, sendo assegurado valor igual a todos os profissionais que atenderem aos requisitos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º O valor da bonificação será o mesmo para todos os beneficiários, não sendo aplicado qualquer fator de proporcionalidade em razão de cargo, função, remuneração, jornada de trabalho ou nível de escolaridade.

§ 2º A bonificação será paga uma única vez e não produzirá efeitos financeiros para exercícios posteriores.

Art.6º A Bonificação Extraordinária de Reconhecimento Educacional – IDEB prevista nesta Lei:

I – será paga em parcela única;
II – possui caráter excepcional e extraordinário;
III – não constitui reajuste salarial;
IV – não constitui revisão geral da remuneração;
V – não constitui gratificação permanente;
VI – não se incorpora ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;
VII – não servirá de base de cálculo para quaisquer outras vantagens funcionais;
VIII – não gera direito adquirido à percepção de prêmio, abono ou vantagem de mesma natureza em exercícios posteriores;
IX – não cria programa permanente de premiação por desempenho ou por resultado do IDEB.

Art. 7º A Bonificação Extraordinária de Reconhecimento Educacional – IDEB terá caráter excepcional, transitório e não permanente, sendo concedida exclusivamente em razão do resultado do IDEB referente ao ano de 2025.

Parágrafo único. A concessão da bonificação prevista nesta Lei não gera direito adquirido à sua repetição em futuras edições do IDEB, ficando eventual instituição de nova bonificação condicionada à edição de legislação específica.

Art. 8° O pagamento da bonificação fica condicionado à existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, bem como ao atendimento das disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e demais normas aplicáveis.

Art. 9° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, observada a respectiva fonte de recursos e o enquadramento legal da despesa.

§ 1º Quando utilizados recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, somente poderão ser contemplados os profissionais que atendam aos requisitos estabelecidos na legislação federal para enquadramento como profissionais da educação básica em efetivo exercício.

§ 2º A utilização de recursos do Fundeb observará, ainda, a disponibilidade financeira, o percentual mínimo de aplicação destinado à remuneração dos profissionais da educação básica e as demais exigências da legislação federal e dos órgãos de controle.

Art. 10. Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o seguinte Projeto/Atividade: BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE RECONHECIMENTO EDUCACIONAL – IDEB destinado exclusivamente ao planejamento, execução e pagamento da bonificação instituída por esta Lei.

Art. 11. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por Decreto, estabelecendo os procedimentos administrativos necessários à identificação dos beneficiários, conferência dos requisitos, cálculo do número de beneficiários e operacionalização do pagamento.

Parágrafo único. A regulamentação não poderá alterar o valor individual estabelecido no art. 5º, nem criar critérios que resultem em valores diferenciados entre os beneficiários.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com os órgãos municipais competentes, adotará as providências necessárias para a identificação dos profissionais aptos ao recebimento da bonificação.

Art. 13. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao Orçamento Geral do Município de Umuarama, aprovado pela Lei Municipal nº 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 1.711.000,00 (um milhão, setecentos e onze mil reais), destinado ao atendimento da seguinte programação orçamentária:

Órgão: 19 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 19.001 – COORDENAÇÃO GERAL – S.M.E.
Função: 12 – EDUCAÇÃO
Subfunção: 368 – EDUCAÇÃO BÁSICA
Programa: 0015 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto: 1.582 – BONIFICAÇÃO POR DESEMPENHO EDUCACIONAL – IDEB
Natureza da Despesa: 3.1.90.16.00.00 – OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL
Fonte de Recursos: 1000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
Valor: R$ 1.711.000,00

Art. 14. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial de que trata o art. 10 decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Órgão: 23 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade: 23.001 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Função: 99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subfunção: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA GERAL
Programa: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Operação Especial: 9.001 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Natureza da Despesa: 9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Fonte de Recursos: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Valor: R$ 1.711.000,00

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 21 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Projeto de Lei nº 082/2026
Autor: Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9A30447D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.110/2026

Revoga a Portaria nº 1.152/2025 que concedeu Função de Gestão Pública à servidora ANNE CAROLINE CORREIA SANTANA DE OLIVEIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ,Estado de Paraná, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.152/2025 que concedeu Função de Gestão Pública à servidora **ANNE CAROLINE CORREIA**

SANTANA DE OLIVEIRA, portadora da Cédula da Identidade RG n.º 10.548.339-2-SSP-PR, inscrita no CPF n.º 074.333.819-70, nomeada em 04 de setembro de 2023, para ocupar o cargo de carreira de Enfermeira Plantonista, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 19 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:803BF2ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.114/2026

Declara Vacância de cargo público em razão de exoneração a pedido da servidora ANDREIA CRISTIANE DE SOUZA MACHADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, especialmente o que dispõe o art. 91, inciso II, "a", da Lei Orgânica Municipal, e artigo 49, inciso I da lei Municipal 018 de 28 de maio de 1992(Estatuto dos Servidores Públicos do Municipio de Umuarama).

CONSIDERANDO o Requerimento n° 1230/2026, por meio do qual a servidora solicitou vacância do cargo que ocupa, em virtude de posse em outro cargo público inacumulável.

R E S O L V E :

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de provimento efetivo e regime estatutário, em razão de exoneração a pedido da servidora **ANDREIA CRISTIANE DE SOUZA MACHADO,** matricula 998791, RG nº 6.868.979-1 SSP-PR, inscrita no CPF nº 223.116.328-41, nomeada em 15 de junho de 2015,lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 20 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:DAA9B601

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE UMUARAMA P A R E C E R

P A R E C E R
Referência: Análise dos recursos administrativos referentes à Fase de Seleção do Chamamento Público CMDCA nº 001/2026.

RELATÓRIO

A Comissão de Seleção do Chamamento Público CMDCA nº 001/2026, no exercício de suas atribuições, vem, apresentar **PARECER** acerca dos recursos administrativos interpostos, tempestivamente, pela Associação Instituto Robert Thompson – I.R.T. e pela Associação Sport Santa Cruz, em face dos resultados da Fase de Seleção do certame.

Registra-se, inicialmente, que a Associação Rebelatto deixou transcorrer in albis o prazo recursal, não tendo apresentado recurso administrativo dentro do prazo estabelecido no Edital.

Cumpre destacar que a presente análise não tem por finalidade questionar a relevância dos serviços desenvolvidos pelas Organizações da Sociedade Civil – OSCs participantes. Esta Comissão reconhece a importância das ações desenvolvidas pelas entidades no âmbito da política de atendimento à criança e ao adolescente, bem como sua relevância para as comunidades nas quais estão inseridas.

Encerrado o prazo recursal, foram apresentadas duas impugnações, pelas OSCs acima mencionadas. Conforme dispõe o item 6.4.4, inciso I, do Edital, as propostas que obtivessem pontuação inferior a 10,00 pontos seriam desclassificadas.

Nesse contexto, a proposta apresentada pelo Instituto Robert Thompson – I.R.T. recebeu 8,00 pontos, enquanto a proposta da Associação Sport Santa Cruz recebeu 4,00 pontos, resultando, em ambos os casos, na respectiva desclassificação.

A avaliação das propostas foi realizada com fundamento na tabela constante do item 6.4.2 do Edital, que estabelece os critérios de julgamento e a respectiva pontuação máxima, observada a escala prevista no item 6.4.3, de acordo com o grau de atendimento de cada requisito: atendido, parcialmente atendido ou não atendido.

O presente parecer encontra fundamento no art. 31, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 108/2017, bem como no item 6.7 do Edital de Chamamento Público CMDCA nº 001/2026, passando esta Comissão a analisar, individualmente, os recursos apresentados.

I - Instituto Robert Thompson - I.R.T.
1. Do critério de adequação da proposta

O primeiro critério de julgamento refere-se à adequação da proposta, que deve guardar compatibilidade com o objeto do Edital, com a política de atendimento à criança e ao adolescente e com as diretrizes estabelecidas pelo CMDCA.

Conforme dispõe o item 2.1 do Edital, o chamamento público tem por objeto a seleção de propostas destinadas à execução de projetos voltados à proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, nas áreas de saúde, assistência social, trabalho, educação, cultura, esporte e lazer.

Nesse contexto, o atendimento de pessoas adultas, enquanto público diretamente contemplado pela proposta, não encontra respaldo no objeto do Edital, tampouco se mostra compatível com a finalidade específica dos recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em seu recurso, a OSC sustenta que o atendimento de adultos não constitui a finalidade principal da proposta, argumentando que a participação de pais, responsáveis e familiares integra sua estratégia metodológica para o fortalecimento dos vínculos.

A justificativa apresentada, contudo, não é suficiente para afastar a constatação realizada pela Comissão durante a análise da proposta.

Importante esclarecer que não constitui impedimento que a entidade desenvolva, paralelamente, ações destinadas ao público adulto. O que não se mostra admissível, no âmbito deste Chamamento Público, é que os recursos provenientes do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sejam destinados ao atendimento direto de pessoas adultas ou que o público adulto figure como beneficiário das metas a serem financiadas pela parceria.

O Plano de Trabalho e Aplicação deve demonstrar, de forma objetiva, a destinação dos recursos públicos e sua vinculação ao objeto da parceria. Entretanto, no item 4 da proposta apresentada, a entidade indica como público-alvo crianças e adolescentes de 4 a 17 anos e adultos de ambos os sexos.

Além disso, no item 6 da proposta, a Meta 1 prevê o atendimento mensal de 90 crianças e adolescentes e 40 adultos, evidenciando que o atendimento de pessoas adultas não se restringe à eventual participação de familiares ou responsáveis como estratégia complementar, mas integra expressamente o público beneficiário da proposta.

Diante disso, a Comissão entende que permanecem presentes os fundamentos que ensejaram a pontuação originalmente atribuída, razão pela qual mantém o entendimento pelo não atendimento do

primeiro critério de julgamento, com a consequente manutenção da pontuação atribuída.

2. Do critério de clareza e coerência da proposta

O segundo critério de julgamento refere-se à clareza e coerência da proposta, considerando a coerência entre objetivos, metas e metodologia, bem como a completude e clareza das informações apresentadas.

Novamente, verifica-se que o objetivo geral da proposta contempla como público beneficiário pessoas adultas.

Os objetivos gerais e específicos devem traduzir o propósito da proposta submetida ao Chamamento Público, e não a finalidade institucional ampla da entidade. Do mesmo modo, os objetivos específicos devem apresentar relação direta e objetiva com as ações e os itens que serão executados ou adquiridos no âmbito da parceria.

No que se refere à metodologia, o Edital exige a descrição das estratégias de execução, das atividades previstas, da forma de atendimento e da articulação com a rede. Entretanto, tais elementos não foram apresentados de maneira suficientemente objetiva e detalhada na proposta.

Embora a Comissão tenha identificado, mediante análise do conteúdo apresentado, elementos relacionados à forma de execução das atividades, estes foram expostos de maneira genérica, sem o detalhamento necessário para demonstrar, de forma clara, como as ações propostas serão operacionalizadas.

Quanto à articulação em rede, esta aparece de forma mais específica apenas no item 11 da proposta, no qual a OSC afirma executar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Nesse ponto, cumpre esclarecer que o SCFV é serviço socioassistencial tipificado e sua execução, enquanto serviço integrante da política de assistência social, pressupõe a observância das normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, inclusive quanto às exigências relativas à inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, à composição de equipe de referência e à vinculação ao CRAS, conforme as normativas aplicáveis.

A documentação e as informações constantes da proposta, entretanto, não demonstram o atendimento integral desses requisitos pela OSC, circunstância que reforça a conclusão anteriormente alcançada pela Comissão quanto ao critério analisado.

Dessa forma, mantém-se o entendimento pelo atendimento parcial do segundo critério de julgamento, com a consequente manutenção da pontuação atribuída.

3. Do critério relativo à planilha orçamentária

O terceiro critério refere-se à planilha orçamentária, que deve apresentar informações claras, coerentes e suficientemente detalhadas, demonstrando a compatibilidade entre os custos indicados e as ações propostas.

No caso analisado, foram identificados itens que não apresentam o nível de detalhamento necessário para permitir a adequada compreensão da composição dos valores apresentados.

O item 6, referente a jogos educativos (xadrez, damas e similares), não especifica de maneira precisa quais materiais serão adquiridos, tampouco informa as respectivas quantidades por tipo de item. Embora tenham mencionado que o valor de R$ 1.170,00 (mil cento e setenta reais) foi mensurado por meio de orçamento, não é possível identificar, com a clareza necessária, a composição desse valor, especialmente quanto à quantidade e à espécie dos materiais considerados no orçamento.

Da mesma forma, o item 7 prevê inscrições de crianças e adolescentes em campeonatos, mas não especifica a quantidade de participantes que serão contemplados pela despesa, circunstância que dificulta a aferição da compatibilidade entre a despesa prevista e a meta correspondente.

Em razão dessas inconsistências, mantém-se o entendimento pelo atendimento parcial do terceiro critério de julgamento, com a consequente manutenção da pontuação anteriormente atribuída.

4. Do critério de monitoramento e avaliação

O quarto critério refere-se ao monitoramento e à avaliação, considerando a definição de indicadores, metas e formas de acompanhamento das ações propostas.

A OSC estabeleceu, conforme já mencionado, meta de atendimento de 40 adultos, circunstância incompatível com o objeto do presente Chamamento Público.

Além disso, a proposta originalmente apresentada não descreveu, de forma suficiente, as respectivas formas de acompanhamento das ações e dos resultados.

Em sede recursal, a entidade informou que o acompanhamento seria realizado por meio de controle de participação, registros de atividades, acompanhamento da evolução dos participantes, elaboração de relatórios periódicos e avaliação dos resultados obtidos.

Entretanto, o recurso administrativo não se presta à complementação ou alteração substancial das informações que deveriam constar originalmente do Plano de Trabalho.

A fase recursal tem por finalidade possibilitar à entidade o questionamento da avaliação realizada pela Comissão, mediante a indicação dos pontos em que entende ter ocorrido eventual equívoco, possibilitando, quando cabível, a revisão do julgamento. Não constitui, portanto, oportunidade para apresentação de informações ou elementos essenciais que não tenham sido contemplados na proposta originalmente submetida à análise.

Dessa forma, mantém-se o entendimento pelo não atendimento do quarto critério de julgamento, com a consequente manutenção da pontuação atribuída.

5. Do critério relativo à equipe técnica

O último critério refere-se à equipe técnica, que deve ser adequada à execução do projeto, considerando sua qualificação e a respectiva comprovação documental.

No decorrer da análise da proposta, verificou-se a menção à execução de serviço socioassistencial tipificado, notadamente o SCFV, sem que tenha sido apresentada documentação suficiente acerca da composição da equipe técnica responsável pela execução do serviço nos moldes exigidos pelas normativas do SUAS.

Consta, ainda, a referência à participação de profissionais de forma voluntária, sem demonstração suficiente de que tais profissionais componham equipe de referência formalmente constituída nos termos das normativas aplicáveis.

Todavia, tais observações não acarretaram prejuízo à pontuação atribuída à OSC nesse critério, uma vez que lhe foi conferida a pontuação máxima.

Assim, não há, nesse aspecto, pontuação a ser revista em sede recursal, razão pela qual permanece inalterada a avaliação realizada pela Comissão.

6. Conclusão quanto ao recurso do Instituto Robert Thompson – I.R.T.

Diante dos fundamentos expostos, esta Comissão entende que os argumentos apresentados no recurso administrativo não são suficientes para modificar a avaliação originalmente realizada, razão pela qual se manifesta pela manutenção da pontuação atribuída e, consequentemente, pela desclassificação do Instituto Robert Thompson – I.R.T. do Chamamento Público CMDCA nº 001/2026, salvo decisão diversa da autoridade competente.

II - Associação Sport Santa Cruz

Em seu recurso administrativo, a Associação Sport Santa Cruz não apresentou impugnação específica quanto aos critérios de julgamento utilizados pela Comissão, limitando-se, essencialmente, a requerer a reavaliação de sua proposta.

A fase recursal, contudo, pressupõe a apresentação dos fundamentos pelos quais a entidade entende que a avaliação realizada pela Comissão deve ser revista, sendo necessária, para tanto, a indicação objetiva dos critérios, itens ou aspectos da avaliação que considera equivocados.

A impugnação específica é necessária justamente para possibilitar à Comissão identificar eventual erro material, equívoco de interpretação ou inadequação na aplicação dos critérios previstos no Edital.

No caso concreto, diante da ausência de indicação objetiva dos pontos impugnados e dos respectivos fundamentos, resta prejudicada a possibilidade de reavaliação específica dos critérios de julgamento.

Dessa forma, não tendo sido apresentados elementos capazes de demonstrar eventual equívoco na avaliação realizada, esta Comissão manifesta-se pela manutenção da pontuação atribuída e, consequentemente, pela desclassificação da Associação Sport Santa

Cruz do Chamamento Público CMDCA nº 001/2026, salvo decisão diversa da autoridade competente.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão de Seleção manifesta-se pelo conhecimento e indeferimento dos recursos administrativos apresentados pela Associação Instituto Robert Thompson – I.R.T. e pela Associação Sport Santa Cruz, mantendo-se integralmente as avaliações e pontuações anteriormente atribuídas.
Quanto à Associação Rebelatto, considerando a ausência de interposição de recurso no prazo estabelecido, mantém-se a decisão de desclassificação, nos termos do Edital.
Assim, esta Comissão manifesta-se pela manutenção da desclassificação das seguintes Organizações da Sociedade Civil – OSCs: Associação Instituto Robert Thompson – I.R.T.; Associação Rebelatto; e Associação Sport Santa Cruz.
Consequentemente, as referidas OSCs deverão ser excluídas das etapas subsequentes do Chamamento Público CMDCA nº 001/2026, observadas as disposições do Edital e a decisão da autoridade competente.
Por derradeiro, a Comissão de Seleção submete o presente parecer à apreciação da Secretária Municipal de Assistência Social, para análise e decisão final.

Umuarama, 21 de agosto de 2026.

COMISSÃO DE SELEÇÃO
Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – CMDCA

JULIANA MANDUCA JANUÁRIO CATARIN	***MAYARA DARÉ***
Presidente	Membro
FLÁVIA OLÍVIO DE LIMA BARBOSA	***ALINE MORENO CAMARGO***
Membro	Membro
ANA FLÁVIA BERGAMO MOURA BRUNELLI	
Membro	

DECISÃO FINAL

Considerando o parecer apresentado pela Comissão de Seleção do Chamamento Público CMDCA nº 001/2026 e após análise dos recursos administrativos interpostos, DECIDO pelo indeferimento dos recursos apresentados pela Associação Instituto Robert Thompson – I.R.T. e pela Associação Sport Santa Cruz, mantendo-se as pontuações originalmente atribuídas às respectivas propostas.
Considerando, ainda, que a Associação Rebelatto não apresentou recurso administrativo dentro do prazo estabelecido no Edital, mantenho a decisão anteriormente proferida quanto à sua desclassificação.
Dessa forma, **DECIDO** pela manutenção da desclassificação das OSCs Associação Instituto Robert Thompson – I.R.T., Associação Sport Santa Cruz e Associação Rebelatto, com a consequente exclusão das referidas entidades das etapas subsequentes do Chamamento Público CMDCA nº 001/2026, pelos fundamentos constantes do parecer da Comissão de Seleção.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:EDAAE019

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL 098/2026

EDITAL Nº 098/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO, a Lei n.º 4.271 de 18 de maio de 2018, que institui o Programa Filaúnica;
CONSIDERANDO, o Decreto n.º 265 de 24 de outubro de 2019 e Decreto n.º 195 de 07 de julho de 2022;
RESOLVE:
Art. 1º Convocar os pais ou responsáveis, das crianças citadas no Anexo II deste Edital, para que se dirijam a **Unidade Educacional** onde a vaga foi contemplada, nos prazos e horários fixados pelo Anexo I, **munidos dos documentos utilizados no momento da inscrição,** para validação dos dados.
Art. 2º Reitera-se o contido no Decreto n.º 265/2019, que aprova o Regulamento do Programa Fila Única, o qual dispõe que:
I - Após a convocação, o responsável legal da criança deverá apresentar os seguintes documentos, conforme Art. 18:
a) Certidão de Nascimento da criança pleiteante a vaga.
b) Comprovante de residência consistente na Fatura **da** Concessionária de Energia Elétrica atualizada (de, no máximo, 3 meses atrás) em nome do pai ou responsável legal pela criança ou, se em nome de terceiro, em conjunto com outro comprovante de endereço em nome do pai ou responsável.
c) Folha-Resumo do Sistema CadÚnico, para comprovar a participação em programa social, se o caso.
d) Carteira de Trabalho, para comprovar se possui ou não vínculo empregatício.
e) Holerites relativos aos três últimos meses; no caso do pai ou responsável legal ser trabalhador formal, com registro na Carteira de Trabalho ou de vínculo estatutário, servidor público.
f) Declarações de serviços prestados nos últimos três meses, com firma reconhecida em cartório, declaração de imposto de renda ou declaração do próprio pai ou responsável, em modelo a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação e assinada perante o servidor público desta; no caso de autônomos.
g) Declaração de vacinação (Emitida pelo posto de saúde).
II –As informações constantes nas declarações das famílias e/ou responsável legal, serão de inteira responsabilidade destes e dos signatários, e, caso sejam inverídicas, os mesmos responderão em conformidade com a legislação vigente, conforme o art. 32.
III –Serão nulas, de pleno direito, sem qualquer responsabilidade para Unidade Escolar e Secretaria Municipal de Educação, as inscrições no Programa Fila Única e/ou matrículas na rede de Educação Infantil Municipal, efetuadas com documentos falsos ou adulterados, ficando o responsável passível das penas previstas em Lei, conforme o art. 33.
Art. 3º Este Edital entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 21 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ANEXO I		
TURMAS	**DATA DO COMPARECIMENTO**	**HORÁRIO DO COMPARECIMENTO**
BERÇÁRIO	24 e 25/08/2026	8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00
INFANTIL 1		
INFANTIL 2		
INFANTIL 3		

16 CONVOCAÇÃO 2026			21/08/2026
BERÇÁRIO			
Iniciais da criança	**Nome completo do responsável**	**Instituição**	**Data do cadastro**
C D S C	LARA CAMILA DA SILVA	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS	06/07/2026 16:18:21
M S B	MAYARA ALVES DE SANTANA BORGES	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS	14/05/2026 16:45:41

ENDEREÇO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS
1-ESCOLA MUNICIPAL CÂNDIDO PORTINARI – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Rua Visconde de Taunay, 1305 – Conjunto Hab. Sonho Meu – CEP: 87.510-035
2-CMEI CECÍLIA MEIRELES
Endereço: Rua Alfredo Bernardo, quadra 06, s/nº-Conjunto 28 de outubro
3-CMEI CORA CORALINA
Endereço: Rua Nereu Ramos, 3206, Jardim Panorama
4-CMEI GRACILIANO RAMOS
Endereço: Rua Ouro Branco, 1393 – Conjunto Ouro Branco – CEP: 87508-265
5-CMEI HELENA KOLODY
Endereço**:** Rua Londrina, 286 – Distrito Lovat
6-CMEI MADRE PAULINA
Endereço**:** Avenida Dr. Julio Cezar Jarros, s/nº – Parque Danielle
7-CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS

Endereço: Rua Maria Ignácia, 2488 – Parque San Remo – CEP: 87503-260
8-CMEI MARIA MONTESSORI
Endereço: Rua São Francisco Xavier, 2455, Parque Vitória Régia, CEP: 87506-636
9-CMEI PROFESSOR IGNÁCIO URBAINSKI
Endereço: Rua Dom Afonso, 1873 – Parque Dom Bosco – CEP: 87505-380
10-CMEI PROFESSORA MARIA YOKOHAMA WATANABE
Endereço: Rua F, 5757, Parque Verde Vale
11-CMEI PROFESSORA NELLY GONÇALVES
Endereço: Avenida Central, 784 – Distrito Serra dos Dourados
12-CMEI RACHEL DE QUEIROZ
Endereço: Avenida dos Xetás, s/nº – Parque Dom Pedro I
13-CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA
Endereço: Rua Bararuba, 2835 – Praça Tamoyo – CEP: 87503-040
14-CMEI RUBEM ALVES
Endereço: Rua Santa Efigênia, Conjunto Guarani – CEP: 87504-380
15-CMEI SÃO CRISTÓVÃO
Endereço: Rua Santa Clara, 2413, Jardim São Cristóvão – CEP: 87507-320
16-CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS
Endereço: Rua Francisco Junior, s/n, Jardim Alphaville – CEP: 87.504-640
18-CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO
Endereço: Rua Carlos Gomes, S/Nº, Praça Anchieta – CEP: 87504-150
19-CMEI VILMAR SILVEIRA
Endereço: Rua das Orquídeas, 1426 – Parque Laranjeiras, CEP: 87507-110
20. CMEI JARDIM BIRIGUI
Endereço: Av. Rio Grande do Sul, 2063 – CEP: 87.505-130
21-ESCOLA MUNICIPAL PROF. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Rua Jorge Carlos Jardim, 1268 - Parque Industrial I - CEP: 87.507-040
22-ESCOLA MUNICIPAL VINÍCIUS DE MORAIS – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Rua Flor de Ipê, 1471 – Parque Jabuticabeira – CEP: 87.504-580
23-CEI ANJO DA GUARDA
Endereço: Rua: José Teixeira D'Ávila, 3729 – Zona I – CEP: 87501-040

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:12F80364

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO 035/2026 - SMEL, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UMUARAMA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER E A ASSOCIAÇÃO DE HANDEBOL DE UMUARAMA – AHDU

Tipo de Parceria: - Termo de colaboração **n.º 035/2026 -** SMEL, firmado entre o Município de Umuarama através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a Associação de Handebol de Umuarama - AHDU, inscrita o CNPJ sob o n.º 09.399.428/0001-23.

- Objetivo Geral: Promover a inclusão social e o desenvolvimento humano de crianças, adolescentes e jovens de Umuarama por meio da prática esportiva, especialmente o handebol, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, de acordo com o especificado no Plano de Trabalho/Plano de aplicação, que foi analisado e aprovado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a Organização da Sociedade Civil, constituindo parte integrante do presente Termo de Colaboração, como se nele estivesse transcrito.

§ 1º O Plano de trabalho referido no caput é parte integrante e indissociável do Presente Termo de Colaboração.

- Objeto da Parceria: repasse financeiro para a execução do projeto "Eu troco os pés pelas mãos – Projeto de Inclusão Social por Meio do Esporte", destinado à promoção da prática do handebol por meio de treinamentos regulares, participação em competições e ações educativas voltadas à inclusão social e desenvolvimento humano de crianças, adolescentes e jovens do município de Umuarama.

- Objetivo Especifico: Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento do interesse público, para o fim de Estruturação e Manutenção das equipes de handebol, tais como:

Oferecer treinamentos regulares de handebol, ensinando fundamentos técnicos e táticos;
Participar de campeonatos e competições;
Desenvolver habilidades socioemocionais e valores como disciplina, respeito e trabalho em equipe;
Estimular a participação das famílias nas atividades fortalecendo os vínculos comunitários;

- Metas: Proporcionar o exercício regular do esporte, em especial, o handebol, atendendo diretamente 200 (duzentos) atletas de 6 a 30 anos.

Valor total da parceria:
R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Dotação Orçamentária:
21.001.27.812.0019.1.576 - ED:3.3.50.41.00.00 - D:1906 - F:300085

Vigência:
A partir da assinatura do Termo de Colaboração nº 035/2026 - SMEL até Setembro/2026.

Umuarama-PR, 31 de julho de 2026

GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Portaria n.º 1.473/2025 – CPF: 474.XXX.939-72

PABLO VINICIUS DE ALMEIDA COMPER
Presidente da Associação de Handebol de Umuarama - AHDU
CPF n.º 067.XXX.829-06

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F2103264

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO 015/2026 - SMEL

Termo de Colaboração nº 015/2026 - SMEL que entre si celebram de um lado, o MUNICÍPIO DE UMUARAMA e de outro, a ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL AMADOR DE UMUARAMA – AFAU, em razão da Inexigibilidade de Chamamento Público.

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado, o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, n.º 3717, Centro, neste ato representado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER** doravante denominada simplesmente **SECRETARIA**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Esporte e Lazer, **Sr. GENTIL SOARES DE LIMA**, portador da Cédula de Identidade com RG sob o n.º 3.XXX.643-6-SESP-PR, inscrito no CPF sob o n.º 474.XXX.939-72, em razão da competência de delegação atribuída pela Portaria n.º 1.473/2025, e de outro a **ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL AMADOR DE UMUARAMA – AFAU**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob n.º 14.316.945/0001-21, com sede a Avenida São Pedro, nº 4549, Centro, Zona III, no município de Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu dirigente **RODRIGO MENDES DE OLIVEIRA**, portador da cédula de identidade com RG sob o nº 4XXX354-4 SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 576.XXX.139-72, residente e domiciliado na Rua Zulma

Costa Riccitelli, nº 1902, Jardim Morumbi, CEP 87.505-550, no município de Umuarama, Estado do Paraná, celebrado com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/15, e do Decreto Municipal n.º 108, de 08 de Junho de 2017, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, inexigindo a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida o art. 31, da Lei 13019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Municipal nº 108/2017, nos termos das cláusulas a seguir:

PRIMEIRA - DO OBJETO GERAL DA PARCERIA, OBJETIVO ESPECIFICO, DAS METAS, RESULTADO ESPERADO, PÚBLICO ALVO, DA CONTRAPARTIDA DA OSCD E DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.

- Objeto Geral da Parceria
Constitui objeto da presente parceria o repasse de recursos financeiros para a estruturação e manutenção das atividades da Associação de Futebol Amador de Umuarama – AFAU, visando garantir condições adequadas para o desenvolvimento da equipe de futebol amador adulto e juvenil, por meio da aquisição de materiais esportivos e uniformes, fornecimento de alimentação, contratação de transporte, pagamento de inscrições em competições oficiais, aquisição de materiais de primeiros socorros e contratação de serviços especializados de apoio administrativo e prestação de contas, possibilitando a realização de treinamentos, a participação em campeonatos e o fortalecimento da política pública municipal de esporte e lazer.

1.2 - Objetivo especifico:
Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento do interesse público, para o fim de estruturação e manutenção das equipes de futebol amador, tais como:

Promover a prática regular do futebol amador, incentivando a atividade física, a saúde e a melhoria da qualidade de vida dos participantes.
Assegurar condições adequadas para a realização dos treinamentos e participação da equipe em campeonatos, torneios e amistosos oficiais.
Disponibilizar materiais esportivos, uniformes, alimentação, transporte e demais recursos necessários à execução das atividades previstas no projeto.
Fortalecer valores como disciplina, respeito, ética, cooperação, responsabilidade e espírito esportivo entre os atletas.
Incentivar a integração social, a convivência comunitária e o trabalho em equipe por meio da prática esportiva.
Contribuir para o fortalecimento do futebol amador no Município de Umuarama, ampliando a representatividade da entidade em competições esportivas municipais e regionais.
Garantir a adequada gestão administrativa e financeira da parceria, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a transparência na execução e prestação de contas

1.3 - Das Metas:
1. Manter a equipe de futebol amador em atividade - Garantir a continuidade das atividades da equipe de futebol amador, promovendo treinamentos regulares, participação dos atletas e manutenção do calendário esportivo durante todo o período de execução do projeto.
2. Participar de competições esportivas - Assegurar a participação da equipe em competições oficiais e amistosos promovendo a integração esportiva, o desenvolvimento técnico dos atletas e o fortalecimento do esporte amador.
3. Disponibilizar materiais esportivos - Garantir o fornecimento contínuo de materiais esportivos necessários à prática das atividades, tais como bolas, caneleiras, chuteiras e bolsa térmica, tens de apoio aos treinamentos e jogos.
4. Disponibilizar kits esportivos de passeio - Fornecer kits de passeio aos atletas (como camisa e bermuda), promovendo identidade institucional, organização da equipe e representação adequada em deslocamentos e eventos.
5. Disponibilizar uniformes esportivos - Assegurar a entrega de uniformes completos para treinos e jogos oficiais, garantindo padronização, identificação da equipe e condições adequadas de participação nas competições.
6. Garantir atendimento de primeiros socorros - Disponibilizar suporte básico de primeiros socorros durante treinamentos e jogos, assegurando atendimento imediato em caso de lesões ou emergências, promovendo segurança aos atletas.
7. Garantir alimentação dos atletas - Oferecer alimentação adequada aos atletas em situações de treinamentos, jogos e deslocamentos, contribuindo para o desempenho esportivo, saúde e bem-estar dos participantes.
8. Garantir o deslocamento da equipe - Assegurar o transporte da equipe para participação em treinamentos externos, jogos e competições, garantindo segurança, pontualidade e continuidade das atividades esportivas.
9. Garantir a execução administrativa da parceria - Promover a gestão administrativa eficiente da parceria, incluindo organização documental, controle financeiro, planejamento das ações e prestação de contas conforme exigências legais.
10. Garantir a regularidade documental -Manter a entidade em conformidade com todas as obrigações legais, fiscais e institucionais, assegurando a regularidade documental durante toda a vigência da parceria
1.4- Resultados Esperados
1.4.1 - Por meio da celebração desta parceria espera-se:
Manter em funcionamento a equipe de futebol amador da Associação de Futebol Amador de Umuarama – AFAU durante toda a vigência da parceria.
Atender diretamente 40 atletas na categoria adulta e juvenil do Município de Umuarama e seus distritos, assegurando condições adequadas para treinamentos e participação em competições esportivas.
Garantir a participação da equipe em campeonatos, torneios e amistosos oficiais, promovendo a representatividade do Município de Umuarama no cenário esportivo regional.
Disponibilizar materiais esportivos, uniformes, alimentação, transporte e demais recursos necessários para a execução das atividades previstas neste Plano de Trabalho Proporcionar melhores condições de preparação física, técnica e tática dos atletas, contribuindo para a melhoria do desempenho esportivo e para a prevenção de lesões.
Fortalecer valores como disciplina, respeito, responsabilidade, cooperação, comprometimento e espírito esportivo entre os participantes.
Assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, mediante execução das despesas previstas, monitoramento contínuo das atividades e prestação de contas em conformidade com a legislação vigente.
Contribuir para o fortalecimento das políticas públicas municipais de esporte e lazer, incentivando a prática esportiva organizada e promovendo a integração social por meio do futebol amador.
1.5 - Publico Alvo:
1.5.1 - O público alvo são 40 atletas e ex-atletas do sexo masculino na categoria de futebol amador.

1.6 - Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.
1.6.1 - A avaliação do cumprimento das metas será realizada através da apresentação das notas fiscais comprovando a aquisição dos materiais, acompanhados com 03 (três) cotações de pesquisa de preços, prestação de contas, relatórios, fotos de todos os bens adquiridos etc.

§1° Para cotações de preços, também poderão ser utilizados panfletos de promoções, pesquisa pela Internet, desde que não contrarie o ordenamento jurídico vigente.

1.7 - Da contrapartida da OSC
1.7.1 - Em contrapartida, a OSC se compromete a participar dos campeonatos e torneios regionais com a equipe amadora de futebol, conforme pactuados no Plano de Trabalho/Plano de Aplicação anexos a este Termo de Colaboração.

SEGUNDA – DOS REPASSES

2.1. Para a execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, o Município repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o montante de **R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)** que será repassado em parcelas conforme definidas no Plano de Trabalho/Plano de Aplicação, cujos recurso são provenientes de:

Emenda Impositiva, aprovado pela LOA, através da Lei Municipal **4.929, de 10 de dezembro de 2025**.

2.1.1 Para a cobertura dos repasses oriundas do presente Termo de Colaboração, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

21.001.27.812.0019.1.461 - ED:3.3.50.41.00.00 - D:1432 -F:1000

2.2 A movimentação de recursos no âmbito desta parceria deverá ser realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final, com obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo que os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços. Os dados financeiros decorrentes serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de despesas realizadas e débitos bancários.
2.2.1 - A OSC deverá manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto no § 1° do art. 61 do Decreto Municipal 108/2017.

2.3 - Fica designado como responsável pela fiscalização da transferência **MARCELO GABRIEL MORITA AZUMA,** RG nº 14.XXX.552-6 SESP-PR, inscrito no CPF nº. 120.XXX.619-09, nomeado como Gestor da Parceria através da Portaria nº 627/2026, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, residente neste município, o qual será devidamente cadastrado perante o Tribunal de Contas do Paraná.

2.4 O descumprimento, pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de qualquer obrigação pactuada nesta parceria ou a falta de adoção de medidas saneadoras indicadas pelo MUNICIPIO ou pela Secretaria Municipal da Fazenda ensejará a suspensão do repasse dos recursos financeiros, até que seja regularizada a situação.
§1º – A parceria deverá ser executado em estrita observância às Cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado:
despesas a título de taxas e tarifas bancárias;
utilização, ainda que em caráter emergencial, dos recursos para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência deste ajuste;
o pagamento de indenizações de aviso prévio quando da dispensa de funcionários vinculados ao Convênio, devendo o referido aviso ser cumprido de acordo com a legislação vigente.

2.5- No recebimento da parcela, conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho:
2.5.1-Será verificado a regularidade fiscal da OSC, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1° do art. 33 do Decreto Municipal nº108/2017;
§ 1° Quando as certidões, de que trata o item 2.5.1, não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para regularizar a situação e apresentar a respetiva certidão para liberação da parcela prevista no cronograma de desembolso.

TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente termo terá sua vigência por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste Termo de Colaboração, podendo ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que não exceda a 5 (cinco) anos.
Parágrafo único. A vigência prevista no caput poderá ser prorrogada de ofício, no caso de atraso na liberação de recursos por parte do **MUNICÍPIO**, por período equivalente ao atraso.

QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 São obrigações do **MUNICÍPIO**:
4.1.1 monitorar e avaliar o cumprimento do objeto da parceria e dos atendimentos realizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inclusive com a realização de visitas in loco;
4.1.2 realizar, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência.
4.1.3 emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação das ações objeto do presente Termo de Colaboração, submetendo-o à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, nos termos do art. 59 da Lei Federal n.º 13.019/2014, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.
4.1.4 através do gestor contratual:
4.1.4.1 acompanhar e fiscalizar a execução da parceria
4.1.4.2 informar ao **MUNICÍPIO** a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
4.1.4.3 emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal 13.019/2014 e a cláusula antecedente;
4.1.4.4 - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
4.1.5. reter a parcela, quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação às obrigações deste Termo de Colaboração ou em caso de a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo Município ou pelos órgãos de controle interno e externo, até a efetiva regularização;
4.1.6. em caso de retenção da parcela, o **MUNICÍPIO** cientificará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para, querendo, apresentar justificativa que entender necessária no prazo de 10 (dez) dias;
4.1.7. em caso de apresentação de justificativa pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o **MUNICÍPIO** analisará os argumentos trazidos, decidindo sobre a retomada ou não dos repasses, bem como quanto ao pagamento ou não das parcelas retidas, que só poderão ser liberadas em caso de manutenção do atendimento;
4.1.8. em caso de descumprimento das notificações e prazos apontados para saneamento de irregularidades ou impropriedades da prestação de contas e da execução do objeto, serão tomadas as providências previstas na cláusula OITAVA deste Termo de Colaboração.
4.1.9. deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento, e os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria oriunda do presente Termo de Colaboração.
4.1.10- assegurar a continuidade na prestação de serviços gratuitos aos seguimentos da população atendida, conforme o previsto no plano de trabalho, no caso de paralização ou da ocorrência de fato relevante que envolva a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.
4.1.11- orientar, verbalmente, por escrito e por outros meios a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quanto aos procedimentos técnicos e operacionais, em consonância com as diretrizes, de ações contidas na legislação social, nos planos e programas federais, estaduais e municipais

4.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se a
4.2.1. Com relação à execução técnica do objeto e suas peculiaridades
a) executar as ações em estrita consonância com a legislação pertinente, bem como com a diretrizes, objetivos e indicativos de estratégias metodológicas do específicas para cada serviço, nos termos do Plano de Trabalho devidamente aprovado e no Termo de Colaboração ;
b) desenvolver as ações seguindo as diretrizes do órgão gestor, qual seja, **MUNICÍPIO** submetendo-se à gestão pública operacional do

serviço e disponibilizando o atendimento às metas referenciadas no Termo de Colaboração;
c) prestar ao **MUNICÍPIO**, todas as informações e esclarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação do atendimento ao objeto do presente;
d) promover, no prazo a ser estipulado pela administração pública, quaisquer adequações apontadas no processo de monitoramento, avaliação e gestão operacional;
e) participar sistematicamente das reuniões de monitoramento, avaliação, gestão operacional e capacitações;
f) participar de reuniões dos Conselhos Municipais relacionados a sua área de atuação, fóruns e grupos de trabalho;
g) manter atualizados os registros de atendimento;
h) apresentar ao **MUNICÍPIO**, nos prazos e nos moldes por ela estabelecidos, os relatórios mensais e anual dos serviços executados;

i) comunicar por escrito e imediatamente ao **MUNICÍPIO**, todo fato relevante, bem como eventuais alterações estatutárias e constituição da diretoria;
j) comunicar por escrito, com prazo de no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, eventuais pretensões de alterações no objeto, grupos, forma de execução ou intenção de denúncia da parceria;
k) preservar e prestar contas dos equipamentos adquiridos com recurso da parceria e que estarão sob sua responsabilidade;
l) destacar a participação do **MUNICÍPIO,** em toda e qualquer ação promocional divulgada nos meios de comunicação, mediante prévia aprovação pelo **MUNICÍPIO** Municipal de Comunicação Social;
m) observar as instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, além dos dispositivos legais e estatutários em vigor, especialmente aqueles concernentes a não remuneração dos membros da diretoria executiva, do conselho fiscal ou de órgãos afins;
n) recolher ao erário municipal, eventual saldo de recursos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da extinção, denúncia ou rescisão da parceria;
o) prestar contas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei 13018/2014 e alterações e no Decreto Municipal 108/2017, e em conformidade com as instruções específicas emanadas do Tribunal de Contas do Estado;
p) as contratações de bens e serviços feitas pela OSC com recursos transferidos pela Administração Pública, deverão observar todos os princípios aplicáveis à atuação estatal, notadamente, os princípios da legalidade, da moralidade, da boa fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade, do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade
q) observar o regulamento de compras e contratações, a ser aprovado pela municipalidade, em que se estabeleça, no mínimo, a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, publicidade e eficiência;
r) Manter escrituração contábil regular conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.
s) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações as parcerias celebradas com o Município de Umuarama, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

4.2.2. Com relação à aplicação dos recursos financeiros nas ações a serem executadas:
a) aplicar integralmente os valores recebidos nesta parceria no atendimento do objeto constante da cláusula PRIMEIRA em estrita consonância com o Plano de Trabalho, previsão de receitas e despesas e cronograma de desembolso aprovados;
b) as contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência.
c) manter conta corrente no estabelecimento bancário oficial indicado pelo Município, a ser utilizada exclusivamente para o recebimento de verbas oriundas da presente parceria, informando ao **MUNICÍPIO,** o número, procedendo toda movimentação financeira dos recursos na mesma, sendo vedadas as transferências bancárias;
d) efetuar todos os pagamentos com os recursos transferidos, dentro da vigência deste Termo de Colaboração, indicando no corpo dos documentos originais das despesas – inclusive a nota fiscal eletrônica - o número do presente Termo e o órgão público celebrante a que se referem, mantendo-os na posse para eventuais fiscalizações e/ou conferências;
e) prestar contas, mensal, bimestral, anual e final, conforme a Lei 13019/2014 e alterações e o Decreto Municipal 108/2017;
f) manter em seus arquivos os documentos originais que compuseram a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação das mesmas.

4.3 Constitui responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos em virtude da presente parceria, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;
Parágrafo único: As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência, publicidade, transparencia na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade.

4.4 Constitui, também, responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública sua inadimplência em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

4.5 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se, ainda, a:
4.5.1 permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao termo de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

4.5.2 abster-se, durante toda a vigência da parceria, de ter como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

QUINTA - DA HIPÓTESE DE RETOMADA
5.1 Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o MUNICÍPIO, poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
I - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que o **MUNICÍPIO** assumir as responsabilidades
II - retomar os bens públicos eventualmente em poder da organização da sociedade civil
§ 1º As situações previstas no caput devem ser comunicadas pelo gestor da parceria ao **MUNICÍPIO**

SEXTA – DAS ALTERAÇÕES
- O **MUNICÍPIO** poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou, ainda, do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou a sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:
I - por termo aditivo à parceria para:
ampliação ou redução do valor global;
prorrogação da vigência;
alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Caso as alterações necessárias demandem aumento do valor, o aditamento ficará condicionado à existência de reserva de recursos suficientes a suportar as despesas decorrentes e de autorização do titular do **MUNICÍPIO**

SÉTIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
7.1 Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto nº 108/2017.

OITAVA - DAS SANÇÕES
8.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019/2014 e da legislação específica, o **MUNICÍPIO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:
I - advertência;
II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do município, por prazo não superior a dois anos;
III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III desta cláusula são de competência exclusiva do **MUNICÍPIO,** facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
§ 2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

NONA – DOS BENS REMANESCENTES
9.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos em decorrência dessa parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
9.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos em decorrência deste Termo de Colaboração.
9.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da OSC e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a OSC formalizar promessa de transferência da propriedade ao MUNICIPIO, na hipótese de sua extinção.
9.4 – Os bens remanescentes adquiridos em consequência dessa parceria poderão, a critério do MUNICIPIO, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatário, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.
9.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor do MUNICIPIO.
9.6 - Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pelo MUNICIPIO, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de notificação da dissolução.
9.7 - No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da OSC até a decisão do pedido.

DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
10.1 Pactuam, ainda, os partícipes, as seguintes condições:
I – todas as comunicações serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues nos endereços dos partícipes, mediante protocolo, enviadas por “fax símile” ou qualquer outro meio de comunicação, devidamente comprovado por recibo;
II – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações na execução do objeto da parceria serão registradas em ata ou relatório circunstanciado;
III – O **MUNICÍPIO** não se responsabilizará por qualquer despesa excedente dos recursos a serem transferidos.

DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO
11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Umuarama/PR para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
11.2 É obrigatória, nos termos do art. 42, XVII da Lei Federal n.º 13.019/2014, a prévia tentativa de solução administrativa de eventuais conflitos, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública; E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Umuarama-PR, 21 de julho de 2026.

GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Portaria n.º 1.473/2025 – CPF: 474.XXX.939-72

RODRIGO MENDES DE OLIVEIRA
Presidente da Associação de Futebol Amador de Umuarama – AFAU
CPF n.º 576.XXX.139-72

Testemunhas:

Nome: Mariana Aparecida Soares de Souza	**Nome:** Wagner Philipe Bello
CPF: 077.XXX.489-88	**CPF:** 050.XXX.699-83

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E8AD9E42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
TERMO DE COLABORAÇÃO 035/2026 - SMEL

Termo de Colaboração nº 035/2026 - SMEL que entre si celebram de um lado, o MUNICÍPIO DE UMUARAMA e de outro, a ASSOCIAÇÃO DE HANDEBOL DE UMUARAMA – AHDU, em razão da Inexigibilidade de Chamamento Público.

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado, o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, n.º 3717, Centro, neste ato representado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER** doravante denominada simplesmente **SECRETARIA**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Esporte e Lazer, **Sr. GENTIL SOARES DE LIMA**, portador da Cédula de Identidade com RG sob o n.º 3.XXX.643-6-SESP-PR, inscrito no CPF sob o n.º 474.XXX.939-72, em razão da competência de delegação atribuída pela Portaria n.º 1.473/2025, e de outro a **ASSOCIAÇÃO DE HANDEBOL DE UMUARAMA – AHDU**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob n.º 09.399.428/0001-23, com sede a Av. Londrina, n.º 3735, Zona II, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu presidente **PABLO VINICIUS DE ALMEIDA COMPER**, portador da cédula de identidade com RG sob o nº 10.XXX.206-3 SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 067.XXX.829-06, residente e domiciliado neste Município, Estado do Paraná, celebrado com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/15, do Decreto Municipal nº 108, de 08 de Junho de 2017, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, inexigindo a realização de Chamamento Público,

consoante previsão contida o art. 31, da Lei 13019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Municipal nº 108/2017, nos termos das cláusulas a seguir:

PRIMEIRA - DO OBJETO GERAL DA PARCERIA, OBJETIVO ESPECIFICO, DAS METAS, RESULTADO ESPERADO, PUBLICO ALVO, DA CONTRAPARTIDA DA OSCD E DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.

- Objeto Geral da Parceria
Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, **com vistas ao atendimento do interesse público**, tendo como objeto o repasse financeiro para o atendimento de 200 beneficiários entre crianças, adolescents e adultos, bem como fornecimento de alimentação para os atletas e equipe técnica, ofertando treinamento de handebol, promovendo inclusão social e disseminando valores por meio do esporte, de acordo com o especificado no Plano de Trabalho/Plano de aplicação, que foi analisado e aprovado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, constituindo parte integrante do presente Termo de Colaboração, como se nele estivesse transcrito.

§ 1º O Plano de trabalho referido no caput é parte integrante e indissociável do Presente Termo de Colaboração.

1.2 - Objetivo especifico:
Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento do interesse público, para o fim de Estruturação e Manutenção das equipes de handebol, tais como:

Oferecer treinamentos regulares de handebol, ensinando fundamentos técnicos e táticos;
Participar de campeonatos e competições;
Desenvolver habilidades socioemocionais e valores como disciplina, respeito e trabalho em equipe;
Estimular a participação das famílias nas atividades fortalecendo os vínculos comunitários;

1.3 - Das Metas:

Atender 200 beneficiários, dentre crianças, adolescentes e adultos com idades entre 6 a 30 anos, em treinamentos regulares de handebol, durante o período de 12 meses.
Fornecimento de alimentação para os atletas que participarão dos campeonatos e competições.

1.4- Resultados Esperados

1.4.1 - Por meio da celebração desta parceria, espera-se promover a inclusão social e o acesso à prática esportiva para adolescentes, jovens e adultos, contribuindo para a formação cidadã, a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar. Além disso, busca-se fomentar a inclusão social de crianças e jovens, com o objetivo de reduzir a evasão escolar e aumentar o engajamento comunitário por meio da participação ativa da população nas atividades esportivas locais. Espera-se também desenvolver competências essenciais para a vida e para o mercado de trabalho, como disciplina, responsabilidade e trabalho em equipe, contribuindo para a estabilidade e o sucesso dos participantes.

1.5 - Público Alvo:

1.5.1 - Crianças, adolescentes e adultos de 6 a 30 anos.

1.6 - Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

1.6.1 - A avaliação do cumprimento das metas será realizada através da apresentação das notas fiscais comprovando a aquisição dos materiais, acompanhados com 03 (três) cotações de pesquisa de preços, prestação de contas, relatórios, fotos de todos os bens adquiridos etc.

§1° Para cotações de preços, também poderão ser utilizados panfletos de promoções, pesquisa pela Internet, desde que não contrarie o ordenamento jurídico vigente.

1.6.2 - Também serão apresentadas as listas de presença dos núcleos de treinamento.

1.7 - Da contrapartida da OSC

1.7.1 - Em contrapartida, a OSC se compromete oferecer treinos de handebol, conforme pactuados no Plano de Trabalho/Plano de Aplicação anexos a este Termo de Colaboração.

SEGUNDA – DOS REPASSES
2.1. Para a execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, o Município repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o montante de até **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)** que será repassado em duas parcelas, conforme definidas no Plano de Trabalho/Plano de Aplicação, cujos recurso são provenientes de:

Lei Municipal nº 4953 de 15 de abril de 2026.

2.1.1 Para a cobertura dos repasses oriundas do presente Termo de Colaboração, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

21.001.27.812.0019.1.576 - ED:3.3.50.41.00.00 - D:1906 - F:300085

2.2 A movimentação de recursos no âmbito desta parceria deverá ser realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final, com obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo que os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços. Os dados financeiros decorrentes serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de despesas realizadas e débitos bancários.
2.2.1 - A OSC deverá manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto no § 1° do art. 61 do Decreto Municipal 108/2017.

2.3 - Fica designado como responsável pela fiscalização da transferência **MARCELO GABRIEL MORITA AZUMA,** RG nº 14.XXX.552-6 SESP-PR, inscrito no CPF nº. 120.XXX.619-09, nomeado como Gestor da Parceria através da Portaria nº 627/2026, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, residente neste município, o qual será devidamente cadastrado perante o Tribunal de Contas do Paraná.

2.4 O descumprimento, pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de qualquer obrigação pactuada nesta parceria ou a falta de adoção de medidas saneadoras indicadas pelo MUNICIPIO ou pela Secretaria Municipal da Fazenda ensejará a suspensão do repasse dos recursos financeiros, até que seja regularizada a situação.
§1º – A parceria deverá ser executado em estrita observância às Cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado:
despesas a título de taxas e tarifas bancárias;
utilização, ainda que em caráter emergencial, dos recursos para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência deste ajuste;
o pagamento de indenizações de aviso prévio quando da dispensa de funcionários vinculados ao Convênio, devendo o referido aviso ser cumprido de acordo com a legislação vigente.

2.5- No recebimento da parcela, conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho:
2.5.1-Será verificado a regularidade fiscal da OSC, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1° do art. 33 do Decreto Municipal nº108/2017;
§ 1° Quando as certidões, de que trata o item 2.5.1, não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para regularizar a

situação e apresentar a respetiva certidão para liberação da parcela prevista no cronograma de desembolso.

TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente termo terá sua vigência por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste Termo de Colaboração, podendo ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que não exceda a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. A vigência prevista no caput poderá ser prorrogada de ofício, no caso de atraso na liberação de recursos por parte do **MUNICÍPIO**, por período equivalente ao atraso.

QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 São obrigações do **MUNICÍPIO**:

4.1.1 monitorar e avaliar o cumprimento do objeto da parceria e dos atendimentos realizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inclusive com a realização de visitas in loco;

4.1.2 realizar, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência.

4.1.3 emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação das ações objeto do presente Termo de Colaboração, submetendo-o à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, nos termos do art. 59 da Lei Federal n.º 13.019/2014, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

4.1.4 através do gestor contratual:

4.1.4.1 acompanhar e fiscalizar a execução da parceria

4.1.4.2 informar ao **MUNICÍPIO** a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

4.1.4.3 emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal 13.019/2014 e a cláusula antecedente;

4.1.4.4 - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

4.1.5. reter a parcela, quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação às obrigações deste Termo de Colaboração ou em caso de a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo Município ou pelos órgãos de controle interno e externo, até a efetiva regularização;

4.1.6. em caso de retenção da parcela, o **MUNICÍPIO** cientificará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para, querendo, apresentar justificativa que entender necessária no prazo de 10 (dez) dias;

4.1.7. em caso de apresentação de justificativa pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o **MUNICÍPIO** analisará os argumentos trazidos, decidindo sobre a retomada ou não dos repasses, bem como quanto ao pagamento ou não das parcelas retidas, que só poderão ser liberadas em caso de manutenção do atendimento;

4.1.8. em caso de descumprimento das notificações e prazos apontados para saneamento de irregularidades ou impropriedades da prestação de contas e da execução do objeto, serão tomadas as providências previstas na cláusula OITAVA deste Termo de Colaboração.

4.1.9. deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento, e os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria oriunda do presente Termo de Colaboração.

4.1.10- assegurar a continuidade na prestação de serviços gratuitos aos seguimentos da população atendida, conforme o previsto no plano de trabalho, no caso de paralização ou da ocorrência de fato relevante que envolva a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

4.1.11- orientar, verbalmente, por escrito e por outros meios a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quanto aos procedimentos técnicos e operacionais, em consonância com as diretrizes, de ações contidas na legislação social, nos planos e programas federais, estaduais e municipais

4.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se a

4.2.1. Com relação à execução técnica do objeto e suas peculiaridades

a) executar as ações em estrita consonância com a legislação pertinente, bem como com a diretrizes, objetivos e indicativos de estratégias metodológicas do específicas para cada serviço, nos termos do Plano de Trabalho devidamente aprovado e no Termo de Colaboração ;

b) desenvolver as ações seguindo as diretrizes do órgão gestor, qual seja, **MUNICÍPIO** submetendo-se à gestão pública operacional do serviço e disponibilizando o atendimento às metas referenciadas no Termo de Colaboração;

c) prestar ao **MUNICÍPIO**, todas as informações e esclarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação do atendimento ao objeto do presente;

d) promover, no prazo a ser estipulado pela administração pública, quaisquer adequações apontadas no processo de monitoramento, avaliação e gestão operacional;

e) participar sistematicamente das reuniões de monitoramento, avaliação, gestão operacional e capacitações;

f) participar de reuniões dos Conselhos Municipais relacionados a sua área de atuação, fóruns e grupos de trabalho;

g) manter atualizados os registros de atendimento;

h) apresentar ao **MUNICÍPIO**, nos prazos e nos moldes por ela estabelecidos, os relatórios mensais e anual dos serviços executados;

i) comunicar por escrito e imediatamente ao **MUNICÍPIO**, todo fato relevante, bem como eventuais alterações estatutárias e constituição da diretoria;

j) comunicar por escrito, com prazo de no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, eventuais pretensões de alterações no objeto, grupos, forma de execução ou intenção de denúncia da parceria;

k) preservar e prestar contas dos equipamentos adquiridos com recurso da parceria e que estarão sob sua responsabilidade;

l) destacar a participação do **MUNICÍPIO,** em toda e qualquer ação promocional divulgada nos meios de comunicação, mediante prévia aprovação pelo **MUNICÍPIO** Municipal de Comunicação Social;

m) observar as instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, além dos dispositivos legais e estatutários em vigor, especialmente aqueles concernentes a não remuneração dos membros da diretoria executiva, do conselho fiscal ou de órgãos afins;

n) recolher ao erário municipal, eventual saldo de recursos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da extinção, denúncia ou rescisão da parceria;

o) prestar contas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei 13018/2014 e alterações e no Decreto Municipal 108/2017, e em conformidade com as instruções específicas emanadas do Tribunal de Contas do Estado;

p) as contratações de bens e serviços feitas pela OSC com recursos transferidos pela Administração Pública, deverão observar todos os princípios aplicáveis à atuação estatal, notadamente, os princípios da legalidade, da moralidade, da boa fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade, do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade

q) observar o regulamento de compras e contratações, a ser aprovado pela municipalidade, em que se estabeleça, no mínimo, a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, publicidade e eficiência;

r) Manter escrituração contábil regular conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações as parcerias celebradas com o Município de Umuarama, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

4.2.2. Com relação à aplicação dos recursos financeiros nas ações a serem executadas:
a) aplicar integralmente os valores recebidos nesta parceria no atendimento do objeto constante da cláusula PRIMEIRA em estrita consonância com o Plano de Trabalho, previsão de receitas e despesas e cronograma de desembolso aprovados;
b) as contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência.
c) manter conta corrente no estabelecimento bancário oficial indicado pelo Município, a ser utilizada exclusivamente para o recebimento de verbas oriundas da presente parceria, informando ao **MUNICÍPIO,** o número, procedendo toda movimentação financeira dos recursos na mesma, sendo vedadas as transferências bancárias;
d) efetuar todos os pagamentos com os recursos transferidos, dentro da vigência deste Termo de Colaboração, indicando no corpo dos documentos originais das despesas – inclusive a nota fiscal eletrônica - o número do presente Termo e o órgão público celebrante a que se referem, mantendo-os na posse para eventuais fiscalizações e/ou conferências;
e) prestar contas, mensal, bimestral, anual e final, conforme a Lei 13019/2014 e alterações e o Decreto Municipal 108/2017;
f) manter em seus arquivos os documentos originais que compuseram a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação das mesmas.

4.3 Constitui responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos em virtude da presente parceria, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;
Parágrafo único: As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência, publicidade, transparencia na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade.

4.4 Constitui, também, responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública sua inadimplência em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

4.5 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se, ainda, a:
4.5.1 permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao termo de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

4.5.2 abster-se, durante toda a vigência da parceria, de ter como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

QUINTA - DA HIPÓTESE DE RETOMADA
5.1 Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o MUNICÍPIO, poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
I - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que o **MUNICÍPIO** assumir as responsabilidades
II - retomar os bens públicos eventualmente em poder da organização da sociedade civil
§ 1º As situações previstas no caput devem ser comunicadas pelo gestor da parceria ao **MUNICÍPIO**

SEXTA – DAS ALTERAÇÕES
- O **MUNICÍPIO** poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou, ainda, do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou a sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:
I - por termo aditivo à parceria para:
ampliação ou redução do valor global;
prorrogação da vigência;
alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou
remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Caso as alterações necessárias demandem aumento do valor, o aditamento ficará condicionado à existência de reserva de recursos suficientes a suportar as despesas decorrentes e de autorização do titular do **MUNICÍPIO**

SÉTIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
7.1 Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto nº 108/2017.

OITAVA - DAS SANÇÕES
8.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019/2014 e da legislação específica, o **MUNICÍPIO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:
I - advertência;
II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do município, por prazo não superior a dois anos;
III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III desta cláusula são de competência exclusiva do **MUNICÍPIO,** facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
§ 2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

NONA – DOS BENS REMANESCENTES
9.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos em decorrência dessa parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
9.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos em decorrência deste Termo de Colaboração.
9.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da OSC e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a OSC formalizar promessa de transferência da propriedade ao MUNICIPIO, na hipótese de sua extinção.
9.4 – Os bens remanescentes adquiridos em consequência dessa parceria poderão, a critério do MUNICIPIO, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatário, quando, após a consecução

do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.
9.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor do MUNICIPIO.
9.6 - Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pelo MUNICIPIO, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de notificação da dissolução.
9.7 - No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da OSC até a decisão do pedido.

DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
10.1 Pactuam, ainda, os partícipes, as seguintes condições:
I – todas as comunicações serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues nos endereços dos partícipes, mediante protocolo, enviadas por "fax símile" ou qualquer outro meio de comunicação, devidamente comprovado por recibo;
II – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações na execução do objeto da parceria serão registradas em ata ou relatório circunstanciado;
III – O **MUNICÍPIO** não se responsabilizará por qualquer despesa excedente dos recursos a serem transferidos.

DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO
11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Umuarama/PR para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
11.2 É obrigatória, nos termos do art. 42, XVII da Lei Federal n.º 13.019/2014, a prévia tentativa de solução administrativa de eventuais conflitos, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública; E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Umuarama-PR, 31 de julho de 2026.

GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Portaria n.º 1.473/2025 – CPF: 474.XXX.939-72

PABLO VINICIUS DE ALMEIDA COMPER
Presidente da Associação de Handebol de Umuarama - AHDU
CPF n.º 067.XXX.829-06

Testemunhas:

Nome	Nome
CPF	CPF

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5FE04D0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
AUTOS DE INFRAÇÃO - SEC/FAZ

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 254 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 254 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo:
AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0019 Lote 0003, PARQUE FIRENZE, AV FREI ORLANDO RAIMUNDO BUSATTO (ANTIGA MALTA), nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4525200.**
Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.
Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 255 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 255 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo:
AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0020 Lote 0009, PARQUE FIRENZE, RUA CÍCERO BISPO BEZERRA, nº. S/N,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4526700.**
Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.
Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 256 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 256 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo:

AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0020 Lote 0010, PARQUE FIRENZE, RUA CÍCERO BISPO BEZERRA, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4526800.**

Da Infração:

Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:

Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 257 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 257 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:

AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0021 Lote 0017, PARQUE FIRENZE, RUA CÍCERO BISPO BEZERRA, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4529100.**

Da Infração:

Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:

Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 258 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 258 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:

AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0022 Lote 0001, PARQUE FIRENZE, RUA CÍCERO BISPO BEZERRA, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4529200.**

Da Infração:

Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:

Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 244 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 244 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:

AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0027 Lote 0014, PARQUE FIRENZE, RUA ANA ROSA NUNES SILVA, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4535100.**

Da Infração:

Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:

Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 243 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 243 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:

AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0027 Lote 0015, PARQUE FIRENZE, RUA ANA ROSA NUNES SILVA, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4535200.**

Da Infração:

Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:

Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 245 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 245 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:

AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0027 Lote 0032, PARQUE FIRENZE, RUA RAINER MARIA SCHUBERT, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4536900.**

Da Infração:

Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:

Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 246 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 246 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:

AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0028 Lote 0001, PARQUE FIRENZE, RUA RAINER MARIA SCHUBERT, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4537000.**

Da Infração:

Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:

Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 247 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 247 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:

AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0028 Lote 0016, PARQUE FIRENZE, RUA RAINER MARIA SCHUBERT, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4538500.**

Da Infração:

Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:

Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10

dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 248 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 248 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo:
AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0029 Lote 0002, PARQUE FIRENZE, RUA CÍCERO BISPO BEZERRA, nº. S/N,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4540100.**
Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.
Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 249 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 249 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo:
AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0030 Lote 0014, PARQUE FIRENZE, RUA ANA ROSA NUNES SILVA, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4542300.**
Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.
Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 250 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 250 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo:
AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0031 Lote 0001, PARQUE FIRENZE, RUA ANA ROSA NUNES SILVA, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4542400.**
Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.
Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 251 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 251 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo:
AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0031 Lote 0011, PARQUE FIRENZE, RUA ANA ROSA NUNES SILVA, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4543400.**
Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.

Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 252 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 252 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo:
AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0031 Lote 0012, PARQUE FIRENZE, RUA RAINER MARIA SCHUBERT, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4543500.**
Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.
Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 253 / 2026

No dia 4 de agosto de 2026, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 253 / 2026**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo:
AAVA LOTEADORA LTDA, inscrito(a) no **CNPJ Nº. 13.450.059/0001-23,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0031 Lote 0020, PARQUE FIRENZE, RUA RAINER MARIA SCHUBERT, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4544300.**
Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto nos art. 16, § 1° e art. 20, da Lei Complementar nº 439/2017, culminando na penalidade prevista no art. 21 da mesma Lei Complementar.
Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 775,17 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Dezessete Centavos)**, nos termos do artigo 21, da Lei Complementar nº 439/2017
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 10 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 225, da mesma Lei Complementar nº 439/2017.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa,conforme art. 21, caput, da Lei Complementar nº 439/2017.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:44E003F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 103/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 103/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
18/08/2026	FNS/ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$	792.000,00
18/08/2026	FNS/ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$	5.000,00
18/08/2026	FNS/ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$	369.588,00

PAÇO MUNICIPAL, aos 20 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:BD75D59E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA PARA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O **Município de Umuarama,** por meio da **Secretaria Municipal de Saúde,** torna de conhecimento público o interesse em formalizar parceria com a **Associação de Recuperação de Alcoólatras - ARA,** situada na Rua das Magnólias, Nº1105, Parque das Jaboticabeiras, CEP: 87.509-400, na cidade de Umuarama - Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 84.785.492/0001-68, **com vistas ao atendimento do interesse público.**
I - OBJETO:
Execução de repasse financeiro **devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 4.937, de 05 de março de 2026 e publicada em 06 de março de 2026,** para a aquisição de equipamentos destinados à estruturação do novo espaço da OSC e a contratação de serviços profissionais especializados nas áreas da Psiquiatria e Serviço Social.
II - OBJETIVO GERAL:
Aquisição de equipamentos para equipar o novo espaço da organização e a contratação de serviços profissionais especializados em Psiquiatria e Serviço Social, visando o fortalecimento das ações de

inclusão social, reabilitação psicossocial, acolhimento e reinserção social de indivíduos com transtornos mentais decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

III - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Equipar o novo salão com mobiliário, equipamentos e materiais permanentes necessários à execução das atividades coletivas, terapêuticas, educativas e de convivência;

Ampliar e qualificar o atendimento aos usuários por meio da contratação de honorários de profissionais especializados em Psiquiatria e Serviço Social, fortalecendo as ações de acompanhamento individual e em grupo;

Promover melhores condições para o cuidado da saúde mental, reintegração social e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários dos indivíduos atendidos.

IV - REFERÊNCIA: Formalização da Parceria e Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração.

V - TIPO DE PARCERIA: Termo de Colaboração.

VI - BASE LEGAL: Art. 31, inciso II, e art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/14, art. 36, inciso II, do Decreto Municipal nº. 108/2017 e Lei Municipal Nº4.937, de 05 de março de 2026.

VII - VIGÊNCIA: a parceria terá sua vigência por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do Termo de Colaboração em Diário Oficial do Município.

VIII - VALOR TOTAL DA PARCERIA: R$ 100.000,00 (cem mil reais);

IX - FONTE DE FINANCIAMENTO:

Devidamente autorizada pela Lei Municipal nº 4.937, de 05 de março de 2026 e publicada em 06 de março de 2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro para a **Associação de Recuperação de Alcoólatras - ARA.**

X - DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO:

Considerando que, a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, estabelecem o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as suas organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalhos inseridos no Termo de Colaboração;

Considerando que, em atendimento ao art. 31, inciso II, da Lei Federal n.º 13.019/2014, a parceria e/ou a transferência de recursos encontra-se **devidamente autorizada pela Lei Municipal nº 4.937, de 05 de março de 2026 e publicada em 06 de março de 2026,** que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro a **Associação de Recuperação de Alcoólatras,** denominado Organização da Sociedade Civil - OSC, garantida também pelo art. 36, inciso II, do Decreto Municipal nº. 108/2017;

Considerando que, precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então proceder a dispensa ou inexigibilidade para tanto;

Considerando que a presente formalização de parceria, por meio de Inexigibilidade de Chamamento Público, foi plenamente justificável pela inviabilidade de competição, visto o recurso ser destinado através de Lei Municipal, a qual indica expressamente a entidade beneficiária e o objeto a ser executado, respeitando assim os fundamentos legais estabelecidos pelo art. 31, inciso II, da Lei Federal n.º 13.019/14, e o art. 36, inciso II, do Decreto Municipal nº. 108/2017;

Considerando que observaram-se todos os demais requisitos legais, administrativos, técnicos e de prestação de contas previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal regulamentador e nas orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

Considerando que as demais disposições da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, assim como o Decreto Municipal nº 108/2017, foram rigorosamente observadas pelo setor competente para celebração da parceria com a **Associação de Recuperação de Alcoólatras ARA,** e que tal setor também providenciou toda a documentação necessária para firmar o Termo de Colaboração, **devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 4.937, de 05 de março de 2026 e publicada em 06 de março de 2026**, situação que caracteriza e motiva a inexigibilidade de Chamamento Público, **DECLARAMOS A INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO** para firmar parceria, por meio de TERMO DE COLABORAÇÃO, com a **ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS - ARA**, tendo como objeto a transferência de recursos no valor total de **R$ 100.000,00 (cem mil reais).**

Publique-se, portanto, o presente extrato de justificativa no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, de acordo com a legislação vigente, ficando concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação deste, a contar de sua publicação. A impugnação por escrito deverá ser entregue no setor de **Serviço de Atendimento Psicológico da Secretaria Municipal de Saúde,** situado na Rua Desembargador Lauro Lopes, s/nº, Zona Armazém, próximo ao Hemonúcleo de Umuarama, cujo teor será analisado pela Secretária Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Umuarama - Paraná, 24 de julho de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:29458FA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 007/2026 - SMS

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº007/2026 - SMS firmado entre o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, n.º 3717, Centro, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **LISBETH PITITTO SCANAVACA,** e a **ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DOS ALCOÓLATRAS - ARA**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob n.º **84.785.492/0001-68,** com sede situada na Rua das Magnólias, nº 1105, Parque Jabuticabeira, Umuarama - Paraná, representada por seu **Presidente RODRIGO CÉSAR CARDOSO DA SILVA,** inexigindo a realização de Chamamento Público, consoante com a previsão contida no art. 31 da Lei 13.019/2014 e em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, tal qual com o regulamentado pelo Decreto Municipal nº 108/2017 e Lei Municipal Nº4.937/2026.

- OBJETO DA PARCERIA

O objeto é a execução de repasse financeiro autorizado pela Lei Municipal Nº4.937, de 05 de março de 2026 e publicada em 06 de março de 2026, para a aquisição de equipamentos para o novo espaço da organização e a contratação de serviços profissionais especializados na área de Psiquiatria e Serviço Social. A referida aquisição está de acordo com o Plano de Trabalho/Plano de Aplicação apresentado pela OSC e analisado e aprovado pela Secretária Municipal de Saúde e pela Gestora da Parceria, constituindo parte integrante do presente Termo de Colaboração, como se nele estivesse transcrito.

- OBJETIVO GERAL

Aquisição de equipamentos específicos para o novo espaço da organização e a contratação de serviços profissionais especializados em Psiquiatria e Serviço Social, visando o fortalecimento das ações de inclusão social, reabilitação psicossocial, acolhimento e reinserção social de indivíduos com transtornos mentais decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

- OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA PARCERIA

Equipar o novo salão com mobiliário, equipamentos e materiais permanentes necessários à execução das atividades coletivas, terapêuticas, educativas e de convivência;

Ampliar e qualificar o atendimento aos usuários por meio da contratação de honorários de profissionais especializados em Psiquiatria e Serviço Social, fortalecendo as ações de acompanhamento individual e em grupo;

Promover melhores condições para o cuidado da saúde mental, reintegração social e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários dos indivíduos atendidos.

– DOS REPASSES
Para a execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, o Município repassará à Organização da Sociedade Civil o montante de até **R$100.000,00 (cem mil reais)**, recurso este que será repassado em parcela única no valor total de até **R$100.000,00 (cem mil reais),** cuja proveniência é de repasse financeiro **devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 4.937, de 05 de março de 2026 e publicada em 06 de março de 2026;**
Para a cobertura dos repasses oriundos do presente Termo de Colaboração, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.122.0002.1.568 - ED:3.3.50.43.00.00 - D:306 - F:300085
70.001.10.122.0002.1.568 - ED:4.4.50.42.00.00 - D:307 - F:300085
- DA VIGÊNCIA
O presente termo terá sua vigência por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste Termo de Colaboração em Diário Oficial do Município, podendo ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que não exceda o prazo máximo de 05 (cinco) anos.

Umuarama - Paraná, 24 de julho de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 003/2025

RODRIGO CÉSAR CARDOSO DA SILVA
Presidente da Associação de Recuperação dos Alcoólatras - ARA
Ata de Nomeação de 14/10/2025

Testemunhas:

1._____
Nome: Elaine Cristina Florian
Coordenadora da Divisão de Saúde Mental
Secretaria Municipal de Saúde

2._____
Nome: Kethyner Renata Ramos Lesse
Psicóloga
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:023DD8BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
TERMO ADITIVO Nº1/2026 DO CONTRATO 18/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2025 – PROCESSO 19/2025

OBJETO DO ADITAMENTO:Do quantitativo e do Prazo de Vigencia
OBJETO DO CONTRATO. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de FISIOTERAPIA a todos os segurados do IMAS.
CONTRATADO: **MULTIFITNESS ACADEMIA E FISIOTERAPIA CNPJ Nº 32.027.326/0001-07**
DO PRAZO DE VIGENCIA:O prazo de vigencia/execução do Termo de Contrato n º 18/2025 fica prorrogado por mais 12(doze)meses, a iniciar em 15/08/2026 A 15/08/2027.
DO VALOR :Fica aditado ao Contrato nº 18/2025 o valor de R$10.000,00(Dez mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art.74, IV, e art.107 da Lei 14.133/2021.
FORO:COMARCA DE UNIÃO DA VITORIA

União da Vitoria, 15 de Agosto de 2026

MARLISE CERETA KUYAVA
Presidente do IMAS

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:DF1AF38F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
CNPJ: 75.967.760/0001- 71 – Rua: Dr. Cruz Machado, n. º 205 – CEP: 84.600-900
União da Vitória – Paraná.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 29/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 94/2026)

Ratifico e Homologo, em 21/08/2026, a Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores e em conformidade com a justificativa constante no:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 94/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: N.º 29/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS EM ÂMBITO FEDERAL, NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR.
CONTRATADO: Imprensa Nacional. – CNPJ n.º 04.196.645/0001-00.
VALOR TOTAL: R$ 128.010,00 (Cento e vinte e oito mil e dez reais).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 21/08/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
FORO: União da Vitória/PR.

União da Vitória/PR, 21 de agosto de 2026

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Conceicao Rodrigues da Silva
Código Identificador:00FCAC22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória convida a população em geral para participar da audiência pública para apresentação da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2027.
A audiência será realizada nas dependências da Câmara Municipal de União da Vitória, às 10:00 horas do dia 27 de agosto de 2026, também com transmissão online

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:46818B7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 592/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, ao (aos) seguinte (s) Servidor (es) Municipal (is):

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO EM DIAS	CARGO	PERÍODO DE LICENÇA
REGINA APARECIDA PORTELLA DA LUZ	1449401	30	PROFESSOR	26/06/2026 A 25/07/2026
REGINA APARECIDA PORTELLA DA LUZ	1449401	20	PROFESSOR	25/07/2026 A 13/08/2026

Art. 2º. Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 20 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:914C628D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 593/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1° Em atendimento ao constante no **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**, **PROCESSO SOB PROTOCOLO Nº 0036.0123511**, **DETERMINAR** o **ARQUIVAMENTO** do referido processo.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 20 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:EBAA1772

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 594/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1° Em atendimento ao constante no **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**, **PROCESSO SOB PROTOCOLO Nº 0036.0122832/2024**, **DETERMINAR** o **ARQUIVAMENTO** do referido processo.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 20 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:F2649465

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 597/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Pregão Eletrônico n° 34/2026 - Processo Administrativo nº 79/2026

OBJETO: Aquisição de 01 (um) caminhão novo, zero quilômetro, e de 01 (um) equipamento tipo cesto aéreo isolado, destinado à utilização conjunta na execução de atividades em altura com segurança, para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Cultura do Município de União da Vitória – PR, especialmente no atendimento aos serviços de ornamentação em postes, instalação e manutenção de iluminação decorativa e demais serviços correlatos, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Anexo I deste Edital.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de União da Vitória - PR/ Ary Carneiro Júnior.
CONTRATADO(S):
TRADE PROVIDERS CONSULTORIA E IMPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.690.702/0001-68. Vencedora do item n.º 01, perfazendo o Valor Global de R$ 247.300,00 (Duzentos e quarenta e sete mil e trezentos reais); Contrato nº 63/2026. Data da assinatura do contrato: 18/08/2026;
EQUIP NEXT COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.294.467/0001-07. Vencedora do item n.º 02, perfazendo o Valor Global de R$ 189.900,00 (Cento e oitenta e nove mil e novecentos reais); Contrato nº 64/2026. Data da assinatura do contrato: 18/08/2026;
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, 17/08/2026 à 17/08/2027.
Secretaria Municipal de Cultura:
· **Gestor:** Israel Checozi Ferreira – Secretário Municipal de Cultura.
· **Fiscal**: Jefferson Rodrigo Camargo – Matrícula Funcional nº 379.
· **Fiscal Substituto:** Silvio Roberto Bueno – Matrícula Funcional nº 991505853.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 21 de agosto de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:04FA9444

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 598/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

ORIGEM: Concorrência Eletrônica n.º 08/2025 – Convocação de Licitante Remanescente.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 90, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, CNPJ sob n.º 75.967.760/0001-71, neste ato representado pelo Prefeito, Ary Carneiro Júnior.
CONTRATADA: PROCOENGE PAVIMENTAÇÕES LTDA., CNPJ sob n.º 95.412.276/0001-93
OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obras de pavimentação asfáltica em CBUQ na Rua Maria Lúcia Golanowski, com área total de 759,79 m², compreendendo serviços preliminares e preparação do terreno, drenagem pluvial, terraplenagem, execução de base e sub-base, revestimento asfáltico, meio-fio com sarjeta, urbanização e sinalização viária, visando atender às demandas do Município de União da Vitória – PR.
VALOR TOTAL: R$ 275.453,48 (duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão/Unidade: 06.001 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos; **Funcional Programática:** 26.782.0007.1003 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana; **Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações;
Fontes de Recursos: 00969, 00504 e 00000.
DATA DE ASSINATURA: 13 de agosto de 2026.
GESTOR: JAMAR ROSSONI CLIVATTI (Secretário Municipal de Planejamento);
FISCAL: Mariana Kauva Munhoz - Matrícula Funcional n.º 991505710. Engenheira Civil.
FISCAL SUBSTITUTO: Sr. (a) Vanessa Max Soroka – Matrícula nº 991505932.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 21 de agosto de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:316A780B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 600/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 5208, de 08 de maio de 2025, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

SÍMBOLO	PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	A PARTIR DE:
GF-06	20%	JAIME APARECIDO STELMATCHUK	Fiscal de Contrato	07/08/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 21 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:C885A791

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260815_187716.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AIT0753	279370T000018216	13/08/2026	54870
AKA8315	279370T000018191	27/07/2026	55412
AQE3J08	116100T003909155	07/08/2026	53800
AVP1E80	279370T000018185	27/07/2026	55412
AXI0H00	116100T003916116	07/08/2026	55090
AXU4E46	279370T000018199	14/08/2026	54870
AZO1A94	279370T000018195	27/07/2026	55412
BBV6F16	279370T000018193	27/07/2026	55412
BEK1D67	279370T000018194	27/07/2026	55412
FGO7J00	279370T000018189	27/07/2026	55412
HLU3J39	279370T000018190	27/07/2026	55412
MIP1I73	279370T000018184	27/07/2026	55412
MKJ5H81	279370T000018183	27/07/2026	55412
MLU1F01	279370T000018192	27/07/2026	55412
PVX8F12	279370T000018197	27/07/2026	55412
QJF5748	116100T003909157	07/08/2026	53800
SFO3C40	116100T003909156	07/08/2026	53800
UBD2H54	116100T003909167	07/08/2026	56222

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:D920E997

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260818_187822.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AML7C95	116100T003909176	08/08/2026	55680
ANU7C74	279370T000018238	29/07/2026	55412
AUP5E54	279370T000018226	28/07/2026	55412
AUS2891	279370T000018229	28/07/2026	55412
AXI0H00	116100T003916134	10/08/2026	55090
AYK6142	116100T003922283	10/08/2026	54523
BAO0D04	279370T000018225	28/07/2026	55412
BBU1G01	279370T000018221	28/07/2026	55412
BYI8E39	279370T000018246	29/07/2026	55412
DHX5B59	279370T000018232	28/07/2026	55412
FAD6672	279370T000018242	29/07/2026	55412
GTB1E55	279370T000018235	29/07/2026	55412
MCE7E02	279370T000018230	28/07/2026	55412
MGV3E34	279370T000018245	29/07/2026	55412
MLF8J06	116100T003909179	09/08/2026	55680
RFK3E46	279370T000018251	17/08/2026	55680
RLE8A91	279370T000018253	17/08/2026	54870
RYO9G76	116100T003922282	10/08/2026	54600
SEG5H17	279370T000018252	17/08/2026	54010
TPV8F13	279370T000018223	28/07/2026	55412
TQG9B73	279370T000018228	28/07/2026	55412

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:D8ADD65E

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260820_188045.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 08/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AJJ1958	279370T000018319	31/07/2026	55412
AMT1J06	279370T000018310	31/07/2026	55412
ARV2389	279370T000018308	31/07/2026	55412
ASW1B40	279370T000018327	01/08/2026	55412
AWU1D13	279370T000018332	01/08/2026	55412
BCE9C14	279370NIC0008825	31/07/2026	50020
IKV7C65	279370T000018321	31/07/2026	55412
IOW1242	279370T000018320	31/07/2026	55412

MDN4739	279370T000018322	31/07/2026	55412
MIC5H50	279370T000018323	31/07/2026	55412
MKG8D17	279370T000018277	19/08/2026	51851
MLP4H30	279370T000018309	31/07/2026	55412
PVX8F12	279370NIC0008823	31/07/2026	50020
QJK4C66	279370T000018324	31/07/2026	55412
RAI3D31	279370T000018328	01/08/2026	55412
RFL6D15	279370T000018314	31/07/2026	55412
RHE5G10	279370NIC0008824	31/07/2026	50020
RLC8H86	279370T000018329	01/08/2026	55412

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:EC862591

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260821_188115.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 09/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AHA4852	279370T000018284	03/08/2026	55412
AMD9661	116100T003727810	13/08/2026	55250
APF3180	279370T000018280	03/08/2026	55412
DER7B06	279370T000018286	03/08/2026	55412
JFT0399	279370T000018290	03/08/2026	55412
MEK6D04	279370T000018283	03/08/2026	55412
MKR8748	279370T000018291	03/08/2026	55412
RLB1A13	279370T000018289	03/08/2026	55412
RXM7D77	279370T000018279	03/08/2026	55412
TCV0I11	279370NIC0008829	01/08/2026	50020

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:3D1268F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NADV_20260818_187877.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
BEY1B21	279370T000017090	10/06/2026	55090	

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:8497EC17

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NADV_20260819_188003.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 08/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AWG3715	116100T003736324	08/06/2026	56222	
BAK0817	116100T003715821	05/06/2026	55840	

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:5DAE0C3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20260815_187771.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ARH5785	279370T000017065	21/05/2026	55412	R$ 195,23
ATL2H74	279370T000017126	09/06/2026	55417	R$ 195,23
AWI8J59	279370NIC0008706	22/05/2026	50020	R$ 390,46
BCB0D63	279370T000017073	21/05/2026	55412	R$ 195,23
BCE9C14	279370T000017084	21/05/2026	55412	R$ 195,23
BCY9F31	279370T000017078	21/05/2026	55412	R$ 195,23
FBY6E76	279370T000017076	21/05/2026	55412	R$ 195,23
FHP3C29	279370T000017063	21/05/2026	55412	R$ 195,23
IJV1C09	279370T000017077	21/05/2026	55412	R$ 195,23
MFQ3307	279370T000017087	21/05/2026	55412	R$ 195,23
MHL0008	279370T000017082	21/05/2026	55412	R$ 195,23
MME7C12	279370T000017080	21/05/2026	55412	R$ 195,23
PVX8F12	279370T000017086	21/05/2026	55412	R$ 195,23
RHE5G10	279370T000017064	21/05/2026	55412	R$ 195,23
SXD0I13	279370T000017072	21/05/2026	55412	R$ 195,23
TQD0C61	279370T000017067	21/05/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:E3FB3BB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20260818_187876.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AIF8932	279370T000017139	22/05/2026	55412	R$ 195,23
AOG1199	279370T000017145	22/05/2026	55412	R$ 195,23
APW6205	279370T000017140	22/05/2026	55412	R$ 195,23
AUZ6J62	279370T000017091	10/06/2026	60501	R$ 293,47
AVC3A08	279370T000017136	22/05/2026	55412	R$ 195,23
AVW9B23	279370T000017204	22/05/2026	55412	R$ 195,23
AWN4D97	279370T000017149	22/05/2026	55412	R$ 195,23
AZB0023	279370T000017143	22/05/2026	55412	R$ 195,23
BBE3050	279370T000017205	22/05/2026	55412	R$ 195,23
EAN2C70	279370T000017135	22/05/2026	55412	R$ 195,23
ENW2G34	279370T000017128	22/05/2026	55412	R$ 195,23
EPY6947	279370T000017131	22/05/2026	55412	R$ 195,23
JQX2318	279370T000017127	22/05/2026	55412	R$ 195,23
MFC3F07	279370T000017130	22/05/2026	55412	R$ 195,23
QJW9479	279370T000017129	22/05/2026	55412	R$ 195,23
RVJ3I23	279370T000017201	22/05/2026	55412	R$ 195,23
SXD0I13	279370T000017132	22/05/2026	55412	R$ 195,23
TCV0I11	279370T000017138	22/05/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:9845333C

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
PORTARIA N.º 35/2026

PORTARIA N.º 35/2026

O REITOR da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - Uniuv, nomeado pelo Decreto Municipal n.º 12 de 18 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 31 do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto Municipal nº 220/2006, considerando o Processo Administrativo de Doação nº 02/2026 dos veículos abaixo relacionados ao Município de União da Vitória-PR,

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar a descarga patrimonial dos bens abaixo relacionados e respectivas placas:
7000 -Veículo Renault Fluence Dyn PL, 4 portas, cor branca, ano/modelo 2016/2017, placa BBM 4602, renavam 01125266578;

4153 -Veículo Chevrolet GM/CELTA 4P Spirit, cor branca, 4 portas, ano/modelo 2009/2010, placa ARQ 3604, renavam 160855896.

Art. 2º - Depois de baixados os referidos bens com as devidas providências contábeis e legais cabíveis, ficam doados em definitivo ao Município de União da Vitória, nos termos do processo administrativo.

União da Vitória, 21 de agosto de 2026.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Reitor

Publicado por:
Danieli Silva da Costa Novaczek
Código Identificador:4A1F359F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

CAMARA MUNICIPAL DE VITORINO
PORTARIA Nº 21/2026

VALCIR DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Regimento Interno, na Lei Federal nº 14.133/2021, na Portaria Municipal nº 12, de 16 de janeiro de 2023, Portaria nº 20 de 04 de agosto de 2026 e considerando o disposto na Portaria Municipal nº 347, de 30 de julho de 2026, RESOLVE**:**
Art. 1º - Fica designado o servidor FERNANDO SINHORINI, ocupante do cargo de Gerente de Licitações e Contratos do Município, para exercer a função de Agente de Contratação Substituto da Câmara Municipal de Vitorino durante o período de férias do titular compreendido entre 11 e 25 de agosto de 2026, em observância ao disposto na Portaria Municipal nº 347/2026.
Art. 2º - Durante o período de substituição, o servidor designado no artigo 1º exercerá todas as atribuições, competências, deveres e responsabilidades inerentes à função de Agente de Contratação do Poder Legislativo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 11 de agosto de 2026**.**

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Vitorino, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

VALCIR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Luiz Fernando Turra
Código Identificador:05560823

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO CHAMAMENTO 05/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a realização em sua sede, sito à Rua Barão de Capanema, 134, às 08:50 horas do dia 25/09/2026, **CHAMAMENTO PÚBLICO** sob o nº 05/2026, objetivando-se: ***CREDENCIAMENTO FORMAL DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS EM COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E MARKETING, PARA CONSTITUIR SUBCOMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÃO, DESTINADA A REALIZAR O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS APRESENTADAS PELAS LICITANTES QUANDO O MUNICÍPIO DE VITORINO.***
O edital poderá ser obtido junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, a partir do dia 24/08/2026, das 08:00 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas e informações pelo telefone (46) 3227-1222 e e-mails licita@vitorino.or.gov.br, compras2@vitorino.pr.gov.br e site www.vitorino.pr.gov.br .
Vitorino, 21/08/2026

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:2869D8CF

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO LEILÃO 02/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a realização às 09:00 horas do dia 25/09/2026, realização pela BLL, LICITAÇÃO na modalidade LEILÃO ELETRONICO, tipo de Licitação MAIOR LANCE/OFERTA POR LOTE sob o n.º 02/2026, objetivando Alienação de bens móveis inservíveis e/ou imprestáveis, pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Vitorino/PR.
O edital poderá ser obtido junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, a partir do dia 21/08/2026 e informações pelo telefone (46) 3227-1222, também pelos e_mail: licita@vitorino.pr.gov.br e compras@vitorino.pr.gov.br , site do município, www.vitorino.pr.gov.br, bllcompras.com .
Vitorino, 21/08/2026

Pregoeiro Oficial do Município

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:ABB4F5A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 011/2026

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 011/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITORINO,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com art. 37, IX, da Constituição da República e Lei Municipal n° 1532/2016 de 31 de maio de 2016 e considerando o resultado do Concurso Público 001/2026;

TORNA PÚBLICO

1 – A convocação dos aprovados no Concurso Público 001/2026, já homologado**;**

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

IN	Candidato	Classificação
864	Julia Perin	1º
1903	Marizete da Silva	2º

AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA

IN	Candidato	Classificação
854	Gessica Taylana Zanella Boastik	1º

2 – Os candidatos classificados e relacionados acima deverão comparecer junto a Prefeitura Municipal de Vitorino situada na Rua Barão de Capanema, nº 134 na **Gerência de Recursos Humanos** entre os dias **24/08/2026** até **28/08/2026** das 08h30min até 11h e das 13h30min até 17h, para tomar posse, conforme instruções do ato de provimento em caráter efetivo. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na desistência.

Vitorino, em 24 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:E5BD59AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 389, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 389, de 20 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Conceder férias aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Drika Cararo	Analista Administrativo	2025/2026	21/09/2026 até 05/10/2026
Roseilei Belegante	Enfermeiro II	2025/2026	01/09/2026 até 30/09/2026

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 20 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:92FEA041

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 390, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 390, de 21 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Fabiano de Moura – Motorista, conforme requerimento de diárias n. º 268/2026, protocolo n. º 6919/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guaraniaçu /PR, no dia 20 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa UBE-4J96.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 21 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:546E2A7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 391, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 391, de 21 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Lindones Miranda Machado – Motorista, conforme requerimento de diária nº 269/2026, protocolo n. º 6920/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Foz do Iguaçu /PR, no dia 20 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa BEP-6F75;

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 21 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:E94C1F1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER
PORTARIA Nº 17/2026

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

PORTARIA Nº 17/2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização do Município de Vitorino/PR, em articulação com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas à alfabetização das crianças na idade adequada;
CONSIDERANDO as diretrizes da Política Nacional de Alfabetização, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO a importância da articulação entre os diversos setores da Secretaria Municipal de Educação para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de alfabetização;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Vitorino/PR, com a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – propor estratégias de intervenção pedagógica e recomposição das aprendizagens para melhoria dos indicadores de alfabetização;
III – monitorar as metas e resultados das ações desenvolvidas pela rede municipal de ensino;
IV – promover a integração entre os diferentes setores envolvidos na política educacional;
V – analisar periodicamente os indicadores de aprendizagem;
VI – acompanhar as ações do Programa Educa Juntos e da Estratégia Alfabetiza Juntos desenvolvidas no município;
VII – fortalecer ações de formação continuada para os profissionais da educação, equipes gestoras e demais profissionais envolvidos no processo de alfabetização;
VIII – elaborar relatórios de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas.

Art. 3º O Comitê Estratégico será composto da seguinte forma:

Representante da Secretaria Municipal de Educação: Valmir Martinello, CPF: xxx.xxx.009-91 - Secretário Municipal de Educação.
Representante da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação – Ana Rúbia Testa, CPF:xxx.xxx.339-08 – Assessora Pedagógica.
Representante Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA/RENALFA: Adriani Franciscon, CPF: xxx.xxx.849-95. Articuladora.

Representante da Coordenação do Ensino Fundamental: Lucene Barbosa Geremia, CPF: xxx.xxx.769-09 – Gerente de Ensino.
Representante do Conselho Municipal de Educação:
Carine Lise CPF: xxx.xxx.509-98 - Presidente do Conselho.
Representante da Educação Infantil: Luane Carla Vieira, CPF: xxx.xxx.739-06 – Assessora Pedagógica.

Art. 4º O Comitê reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação por seu Presidente.

Art. 5º A coordenação do Comitê será exercida pelo (a) Secretário (a) Municipal de Educação ou por servidor (a) por ele (a) designado (a).

Art. 6º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º Caberá à Secretaria Municipal de Educação:

]I – coordenar e prestar apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.
II – disponibilizar dados e informações necessários ao acompanhamento das ações de alfabetização.
III – promover a articulação com as unidades escolares.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vitorino, 21 de agosto de 2026.

.

VALMIR MARTINELLO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Município de Vitorino – Paraná

Publicado por:
Daniana Carla Hoffmann Paulini
Código Identificador:795E05E8

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 04/2026 - PSS Nº 01-2026

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS 01/2026

EDITAL Nº. 04/2026

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

Art. 1º. O prefeito Municipal de Corumbataí do Sul – PR, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGA** e torna público o **Resultado Final e Classificação** dos candidatos do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 01/2026, conforme o anexo I.
Art. 2º. Para a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos aprovados será obedecida a ordem de classificação divulgada neste instrumento e seu respectivo Anexo, conforme os critérios pré-estabelecidos no Edital de Abertura do PSS nº 01/2026.
Parágrafo único. A convocação será através de edital a ser publicado no Diário Oficial do Município de Corumbataí do Sul https://www.diariomunicipal.com.br/amp/ e no site da Prefeitura Municipal, endereço eletrônico https://www.corumbataidosul.pr.gov.br/.
Art. 3º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Corumbataí do Sul, 20 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

ANEXO I

RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO:

	Cargo: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0010/2026	Isabel de Fatima Baia Bergossi	06/03/1979	62	1º
0112/2026	Isabelly Ricci Pereira	14/07/1999	60	2º
0224/2026	Sara Stephany Teodoro da Silva	05/08/2003	55	3º
0001/2026	Jhon Lucas Oliveira Silva	25/04/1997	50	4º
0008/2026	Lais Caroline da Silva	20/12/1995	50	5º
0244/2026	Sônia Aparecida Sanches do Amaral	31/10/1969	40	6º
0101/2026	Miriã Cardoso Correa	29/06/1974	40	7º
0092/2026	Solange Cardoso da Silva Fagundes	15/03/1975	40	8º
0087/2026	Edna Teodoro dos Santos Tavares	31/01/1978	40	9º
0084/2026	Elisa Regina de Lima	03/03/1978	40	10º
0038/2026	Rosangela Baguete da Conceição	02/11/1980	40	11º
0043/2026	Leidiani Dos Santos Miguel Ramos	07/03/1983	40	12º
0012/2026	Viviane De Oliveira	22/02/1985	40	13º
0003/2026	Bruna Areias Ventura Camilo	27/03/1988	40	14º
0031/2026	Gleiciane Aparecida Picoloto Nunes	17/10/1989	40	15º
0204/2026	Emerson Lopes da Silva	10/08/1992	40	16º
0236/2026	Jessyca Candido de Araujo	25/05/1993	40	17º
0226/2026	Lorena Rafaela Bento Francisco	19/04/1995	40	18º
0225/2026	Tafael Roberto Zana	05/07/1995	40	19º
0198/2026	Eduarda Alexandra Oliveira da Silva Portela	23/07/1996	40	20º
0042/2026	Gustavo Vieira Rodrigues	12/01/1998	40	21º
0035/2026	Michelle Rayane Duszeiko Fernandes	23/08/1999	40	22º
0155/2026	Lais Zangari Robuste	09/05/2001	40	23º
0146/2026	Eduardo dos Santos Gobo	27/02/2003	40	24º
0228/2026	Adriele Eduarda Ventura Paulo	11/11/2004	40	25º
0055/2026	Jaquelaine Fernandes Melo	07/10/2006	40	26º
0082/2026	Renan Serqueira Jardim	08/05/2008	40	27º

	Cargo: **ASSISTENTE SOCIAL**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0098/2026	Fabiana de Carvalho Aniceto Ortiz	13/04/1991	75	1º
0136/2026	Tânia Cristina da Silva	05/05/1986	55	2º

	Cargo: **CIRURGIÃO DENTISTA PSF**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0218/2026	Guilherme Saab Piacentini	07/10/1983	55	1º
0145/2026	Luana Cristina Paim	22/05/1999	50	2º
0188/2026	Milene Maria Rodrigues	05/03/2000	50	3º
0079/2026	Vinicius Belkior Gimenez da Silva	02/08/2001	50	4º
0047/2026	Eduarda Texeira Ferreira	02/04/2003	50	5º
0172/2026	Mariana Jack Pavanelli	04/08/2004	50	6º

	Cargo: **MÉDICO VETERINÁRIO**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0015/2026	Jessica Maira Derhon	13/08/1996	74	1º
0164/2026	Silvana Martins Costa Honorato	29/05/1978	57	2º
0195/2026	Juliana Heida	14/11/1980	50	3º
0025/2026	Rodrigo Moura Da Silva	26/12/1994	50	4º
0166/2026	Mayza Belinatto Rosa	01/02/2001	50	5º

	Cargo: **MOTORISTA II**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0103/2026	Rodrigo da Costa	04/12/1995	81	1º
0207/2026	Afonso Aparecido da Costa	15/04/1979	56	2º
0118/2026	Osmar Pereira Baia	27/08/1978	55	3º
0009/2026	Oziane Alves Nunes	18/06/1982	50	4º
0176/2026	Milton Aparecido Arcanjo	09/07/1974	32	5º

	Cargo: **NUTRICIONISTA**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0046/2026	Jaqueline Borges Moreira	10/03/1994	67	1º
0173/2026	Luana Aparecida Andrade	16/07/2003	50	2º

	Cargo: **OPERADOR DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS I**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0068/2026	Alex Batista da Silva	16/12/1983	75	1º
0034/2026	Fernando Henrique Bondioli	31/12/1992	75	2º

	Cargo: **OPERADOR DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS PESADOS**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0232/2026	José Adriano Leite Lopes	29/01/1980	90	1º
0053/2026	Edson Alber Alves Barreto	19/07/1970	74	2º
0231/2026	Dione Martins Gomes	15/11/1990	70	3º
0181/2026	Sidnei Pareira Baia	22/12/1979	57	4º

	Cargo: **PROFESSOR - 20 HORAS**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0058/2026	Maria Aparecida dos Santos Paulo	20/08/1990	81	1º
0220/2026	Paloma Teodoro de Oliveira da Silva	16/09/1981	80	2º
0125/2026	Marcia Regina Zangari Robuste	08/07/1976	79	3º
0137/2026	Erica Mangolin Fernandes	29/09/1988	79	4º
0150/2026	Cássia Fernanda de Oliveira Inocêncio Pereira	06/05/1993	79	5º
0127/2026	Isabela Lima de Oliveira Simão	20/11/2000	78	6º
0214/2026	Angela Pereira Israel	21/08/1983	77	7º
0071/2026	Marcia Nunes de Jesus Oliveira	20/07/1990	77	8º
0170/2026	Marta Ramos	14/09/1982	75	9º
0106/2026	Suellen Cristina Dos Santos Paim	11/04/1984	72	10º
0005/2026	Vanilda Aparecida Sartori	30/01/1964	70	11º
0216/2026	Tânia Rocha Teixeira Baia	03/02/1984	69	12º
0054/2026	Alessandra Macedo da Silva Pontes	12/09/1991	69	13º
0223/2026	Alexandra Aniceto	14/05/1995	69	14º
0024/2026	Bianca de Oliveira Bergossi	03/06/1996	68	15º
0020/2026	Joziane Cassia da Silva de Oliveira	20/10/1997	68	16º
0030/2026	Kawane Helen da Silva	16/07/1998	68	17º
0088/2026	Andressa Rosângela dos Santos	10/11/1992	67	18º
0032/2026	Priscila de Souza Augusto	14/06/1991	66	19º
0208/2026	Maria Aparecida Galli Sarti	18/01/1964	65	20º
0229/2026	Francislaine Nespolo	08/08/1984	65	21º
0066/2026	Érica Rodrigues da Costa Silva	13/01/1986	65	22º
0044/2026	Fernanda aparecida de Farias	04/08/1992	65	23º
0028/2026	Gislaine Estefani Bonifacio Silva	12/12/1997	65	24º
0039/2026	Danieli Cassia dos Santos	03/05/2000	65	25º
0128/2026	Sandra Amorim	25/01/1993	62	26º
0048/2026	Jamilly Vitória Barbosa Silva	03/09/2004	61	27º
0070/2026	Cristiane Peixoto Bicalho Batista	25/09/1983	60	28º
0090/2026	Samara Rita Miguel da Silva Batista	03/01/1991	60	29º
0108/2026	Denirce Maria da Silva de Oliveira	29/08/1965	57	30º
0060/2026	Marli Soares dos Reis Raimundo	13/02/1980	55	31º
0063/2026	Rosângela Severina de Oliveira Machado	24/05/1980	55	32º
0064/2026	Nayara Ap. Jesus Mota	22/10/1990	55	33º
0242/2026	Ana Paula Fernandes Jaques	09/05/1992	55	34º
0167/2026	Monica Pereira de Matos	06/05/1996	55	35º
0120/2026	Chirlei Cristina Leite	15/04/1982	52	36º
0239/2026	Reginaldo Fernandes Gomes	22/03/1980	50	37º

0144/2026	Liliane Gonçalves Mota Andrade	11/02/1983	50	38º
0077/2026	Deise Cristina da Cruz Silva	30/08/1989	50	39º
0213/2026	Tamiris Francielle Montani Turke	25/07/1990	50	40º
0185/2026	Gabriele Lauriete Silvestre Rosa	05/05/1998	50	41º

	Cargo: **PROFESSOR - 40 HORAS**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0104/2026	Jéssica Isidoro Martins	16/02/1991	81	1º
0091/2026	Sandra Judite Aliano de Andrade de Aguiar	27/08/1988	80	2º
0052/2026	Monica Batista Baguete	08/05/1987	79	3º
0111/2026	Daiane Mainara da Silva Saragioto	24/01/1996	79	4º
0083/2026	Marcela Vieira da Silva Costa	04/07/1988	77	5º
0149/2026	Thaís de Lima Silva	28/09/1998	77	6º
0175/2026	Adriana Rosa da Silva	02/01/1979	75	7º
0115/2026	Isabel Aparecida de Souza	11/12/1981	75	8º
0140/2026	Iolaia Aparecida de Azevedo	09/07/1988	75	9º
0131/2026	Francislaine Lopes Borges	18/09/1991	75	10º
0245/2026	Andreia Palombarine dos Santos Donato	27/02/1980	70	11º
0056/2026	Cleide Barroso dos Santos Gobo	22/05/1981	69	12º
0124/2026	Bruna Isabela Barbosa Rodrigues	15/05/2000	68	13º
0113/2026	Luana da Silva Figueredo	03/12/1997	66	14º
0067/2026	Luciana Camilo Machado Capassi	23/11/1979	65	15º
0162/2026	Wélliny Caroline Dias	15/04/1999	65	16º
0123/2026	Karina Dametto	26/12/1988	60	17º
0196/2026	Caroline Xavier de Oliveira	19/09/1996	60	18º
0139/2026	Leticia Caroline Baia Campos	20/02/2000	56	19º
0129/2026	Eliane Fernandes Antunes	07/04/1980	50	20º
0203/2026	Alessandra Aparecida da Silva	15/04/1987	50	21º
0194/2026	Topazia Alessadra Andrade agustin	03/04/1993	50	22º

	Cargo: **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0097/2026	Catia Maria Gimenez Farias	19/07/1977	83	1º
0099/2026	Silvana Rocha	07/07/1977	80	2º
0161/2026	Eliana Aparecida Brandão Bastos	22/01/1977	76	3º
0040/2026	Joice Fernanda Cruz	28/09/1991	75	4º
0016/2026	Géssica de Lima	26/11/1990	65	5º
0022/2026	Rafael Borges Moreira	21/08/2000	60	6º
0157/2026	Elidiana Macena da Silva	12/08/1991	55	7º
0062/2026	Fernando Augusto Barbosa Farias	12/06/2002	55	8º
0237/2026	Mayara de Azevedo Flausino	03/09/1995	50	9º

	Cargo: **PSICÓLOGO**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0061/2026	Leticia Pires de Souza	31/08/1998	65	1º

	Cargo: **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0045/2026	Marcos Alves da Silva	31/12/1984	65	1º
0240/2026	Maria Aparecida Tonhato Gomes	26/02/1965	50	2º
0037/2026	Patricia Ferreira de Souza	15/04/1990	50	3º
0023/2026	Renata Cardoso da Silva Cesario	02/02/1988	48	4º
0019/2026	Zelinda Maria de Jesus Fernandes	13/04/1972	40	5º
0080/2026	Marcia Crisitna dos Santos	19/08/1980	40	6º

	Cargo: **ZELADOR**			
Nº. Inscrição	**Nome Completo do Candidato**	**Data de Nasc.**	**Pontos**	**Classificação**
0169/2026	Sonia De Oliveira Sita	05/06/1978	50	1º

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:6B763579

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
EDITAL CHAMAMENTO 002-2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais de cruzeiro do Iguaçu e toda a região!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público. Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura. Desejamos sucesso!

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.

As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de cruzeiro do Iguaçu.

Deste modo, o departamento de cultura do município de Cruzeiro do Iguaçu, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

2. INFORMAÇÕES GERAIS

2.1 Objeto do edital

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Cruzeiro do Iguaçu, a se realizar no decorrer do ano, oportunizando crianças, adolescentes e adultos as ações artísticas culturais no âmbito de dança em ritmos, variados com ballet, ginastica rítmica entre outros que o departamento juntamente com a equipe decidir em conformidade.

2.2 Quantidade de projetos selecionados

Será selecionado 01 projetos.

Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3 Valor total do edital

Este projeto receberá o valor descrito no Anexo I.

O valor total deste edital é de até R24,000(vinte e quatro mil reais) podendo utilizar somente a quantidade necessária.

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: conforme instrução municipal

Sobre o valor total repassado pelo município ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

2.4 Prazo de inscrição

De 00 horas do dia 01/09/2026 até às 00 horas do dia 15/09/2026.

As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas noitem 4 deste edital.

2.5 quem pode participar

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside no município de cruzeiro do Iguaçu e as demais regiões interligadas.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc.) IV

- Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

2.6 Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

I - Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;

II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - Sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.

Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7. Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo dois e poderá ser contemplado com no máximo um.

3. ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

- **Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
- **Seleção –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
- **Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionadosna etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação

● **Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

4. INSCRIÇÕES
O agente cultural deve encaminhar por meio de e-mail (cultura@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br) ou WhatsApp (46 999855161) ou (46 976067405) diretamentecomadiretoradedepartamentocultural,a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
c) Autodeclararão étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliarna avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

5. COTAS
5.1 Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a) Pessoas negras (pretas e pardas);
b) Pessoas indígenas;
c) Pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma auto declaração.

A auto declaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5.2 Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas queatingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3 Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4 Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.5 Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - Pessoas jurídicas em que mais da metade dossócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - Pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e

IV - Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma auto declaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

6. COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
6.1 Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o poder público deste município de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2 Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados no dia 10 de dezembro do decorrente ano.

6.3 Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.

Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privad o, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

6.4 Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e Participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

7. ETAPA DE SELEÇÃO
7.1. Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão composta por membros do poder executivo municipal conforme descrito:
Margarete Inês Cappellesso Viganó- Secretária de Educação, Cultura e Esportes
Regina Rodrigues da Luz Malaguti–Diretora de Cultura
Vando Vitor Soares de Almeida–Secretário de Turismo
Grasiele Filipiak–Diretora de Ensino Fundamental
Sirlei Rosária Rosa Ribeiro–Servente

7.2. Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - Tiverem interesse direto na matéria;
II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - No caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - Sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3 Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

7.4 Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.5 Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

7.6 Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Cruzeiro do Iguaçu e no site oficial da prefeitura.

Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a comissão responsável citada a cima, que deve ser apresentado por meio de e-mail no prazo de 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 9º DA LEI Nº 14.903/2024. a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados apóso prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município.

8. REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
OS RECURSOS NÃO UTILIZADOS EM UMA CATEGORIA SERÃO DESTINADOS AOS PROJETOS COM MAIOR PONTUAÇÃO GERAL, OU MAIOR PONTUAÇÃO NA CATEGORIA.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

9. ETAPA DE HABILITAÇÃO
9.1 Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 2 dias após a publicação do resultado final de seleção, por meio de e-mail e ou watts os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);

II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedida pelos órgãos responsáveis.
IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - Pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - Pertencentes a população nômade ou itinerante; ou III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
IV - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - Certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pelo órgão competente
VII - Certificado de regularidadedo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributáriosfederais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelo site oficial em nome do representante do grupo

IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

9.2 Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a comissão responsável, que deve ser apresentado por meio de e-mail oficial do departamento de cultura no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no diário oficial do município.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

10. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS
10.1 Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será con vocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo departamento de cultura do município contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

10.2 Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recurs os deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.

Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

11. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do município de cruzeiro do Iguaçu, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
12.1 Monitoramento e avaliação realizados pelo conselho municipal de cultura
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas ao município de cruzeiro do Iguaçu
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou

II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1 Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2 Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site oficial da prefeitura municipal.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no diário oficial do município e nas mídias sociais oficiais.

13.3 Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail cultura@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br e telefone 46999855161 ou 46 976067405
Os casos omissos ficarão a cargo da comissão responsável pela lei.

13.4 Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 06 meses após a publicação do resultado final.

13.5 Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I – Categoria.
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III - Critérios de seleção
Anexo IV - Termo de Execução Cultural;
Anexo V - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VI - Declaração étnico-racia

Anexo I

Categoria.

O presente edital tem finalidade contratar profissional habilitado para ministrar aulas de dança no decorrer do ano.

2. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Categoria	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL D A CATEGORIA

Show artístico no evento de natal, e show artístico com personagens temáticos da natal	1	---- -	---------	----- -	1	R$24,000	R$24,000

Anexo II
- Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)
DADOS DO AGENTE CULTURAL
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
Mini Currículo ou Mini portfólio:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)
( ) pertence a alguma comunidade tradicional
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( )Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
() Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD? ( ) Sim ( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
() Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses? (Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.) ( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Outro, indicar qual Vai concorreràs cotas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim Qual? ( ) Pessoa negra ( ) Pessoa indígena ( ) Pessoa com deficiência

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão (a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a) ( ) Gestor(a) ( ) Técnico(a) ( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim Caso tenha respondido "sim": Nome do coletivo: Ano de Criação: Quantas pessoas fazem parte do coletivo? Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PESSOA JURÍDICA DADOS DO AGENTE CULTURAL
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede: Cidade:
Estado: Número de representantes legais: Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra,
indicar qual Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal

( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:
Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto.
Algumas perguntas orientadoras:
O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)
Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?) Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência Pessoas em situação de pobreza Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico Mulheres LGBTQIAPN+ Povos e comunidades tradicionais Negros e/ou negras Ciganos Indígenas Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos Outros, indicar qual.
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto (Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)
Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra_____
Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra_____
Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitastes.
Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto. Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto:
Data de início:
Data final:
Equipe:
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, Conforme o exemplo a seguir:
Nome do profissional: Empresa:
Função no projeto:

CPF/CNPJ:
Mini currículo
Ex.: João Silva, apresentador, portador do rg 123456789101 e cpf 02365899999 Cronograma de Execução:
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto. Atividade Etapa:
Descrição: Início, Fim
Ex: Comunicação Pré-produção Divulgação do projeto nos veículos de imprensa Estratégia de divulgação apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsiona mento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes?
Se sim, quais? (Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento.
Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos

( ) Outros Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos? (Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)
3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas. Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc.) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade d e medida	Valor unitário	quantidade	Valo r total	Referência de preço (opcional)
Ex: apresentador	Profissional necessário para...	Serviço	R$	1	R$	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO III
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA SELEÇÃO DE MÉRITO CULTURAL:
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos; • Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
• não atendimento do critério – 0 pontos:
•Agentes culturais do gênero feminino – 5 pontos;
•Agentes culturais negros e indígenas – 5 pontos;
•Agentes culturais com deficiência – 5 pontos;
•Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas – 5 pontos
•Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social – 5 pontos;
Observações gerais:
A pontuação final de cada candidatura será POR MÉDIA DAS NOTAS ATRIBUÍDAS INDIVIDUALMENTE POR CADA MEMBRO.
● . Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
● em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, respectivamente.
● serão desclassificados os projetos que:
I - Apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
● A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.
ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 02/2025
TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL Nº 01/2025–, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE Cruzeiro do Iguaçu, neste ato representado pela Diretora de Cultura, Senhora Regina Rodrigues Malaguti e o(a) AGENTE CULTURAL, , _____portador(a) do RG nº _____, expedida em , CPF nº _____, residente , CEP: _____ , telefones: _____ , resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do
DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1 Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural , contemplado no conforme processo administrativo nº .
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1 Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de até R$ 24,000 vinte e quatro mil reais.
4.2 Serão transferidos à conta do (a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do DEPARTAMENTO DE CULTURA:
I) transferir os recursos ao (a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o (a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo (a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo (a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na
CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do (a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da açãocultural;
III)manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV)facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, até 10/11/2025;
VI)atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX)guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI)encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.
7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como:
Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - Pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - Pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3. Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá: I - solicitar documentação complementar;
II - Aprovarem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - Rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas: a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5. Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário; II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3. Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto0
. 8.3. Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4. As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6. Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.
9. TITULARIDADE DE BENS
9.1. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Município de Cruzeiro do Iguaçu.
10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1. O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;

II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificaçãopor escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração
Pública. 10.4. Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.
11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.
12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.
13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Cruzeiro do Iguaçu.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão:
[NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V
RELATÓRIO DE OBJETO DA EXECUÇÃO CULTURAL
DADOS DO PROJETO Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:
1. RESULTADOS DO
PROJETO
2.1. Resumo: Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.
2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.
2.3. Ações desenvolvidas descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.
2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado] ◦
OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foicumprida] Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]
3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não
3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( )Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
()Documentário
( ) Filme

( )Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
()Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( )Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros:
3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?
3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.
3.2.1 pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele … (Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais
4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.
5. EQUIPE DO PROJETO
5.1. Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto? Digite um número exato (exemplo: 23).
5.2. Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.
5.3. Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:
Nome do profissional
Empresa
Função no projeto
CPF/CNPJ
Pessoa negra ou indígena?
Pessoa com deficiência?
Ex.: JoãoSilva 123456789101 Sim. Negra Não
6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
6.1. De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).
Caso você tenha marcado os itens 2 ou3 (virtual e híbrido):
6.2. Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc. ( )Outros:_____
6.3. Informe aqui os links dessas plataformas:
Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):
6.4. De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em uma local base, mas com ações também em outros locais.
6.5. Em que município e Estado o projeto aconteceu?
6.6. Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual. (
)Espaço cultural independente
. ( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
()Parque.
( )Outros
. DIVULGAÇÃO DO PROJETO Informe como o projeto foi divulgado.
Ex.: Divulgado no Instagram
8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.
9. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros. Nome Assinatura do Agente Cultural Proponente.
ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL (Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____, CPF nº ,_____ RG nº ,_____ DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou_____ (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:9DEC026D

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
EDITAL CHAMAMENTO 003-2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais de cruzeiro do Iguaçu e toda a região!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público. Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura. Desejamos sucesso!

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de cruzeiro do Iguaçu.
Deste modo, o departamento de cultura do município de Cruzeiro do Iguaçu, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).
2. INFORMAÇÕES GERAIS
2.1 Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Cruzeiro do Iguaçu, a se realizar no decorrer do ano, oportunizando crianças, adolescentes e adultos as ações artísticas culturais no

âmbito de dança em ritmos, variados com ballet, ginastica rítmica entre outros que o departamento juntamente com a equipe decidir em conformidade.

2.2 Quantidade de projetos selecionados
Será selecionado 01 projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3 Valor total do edital
Este projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de até R$ 10,000 (dez mil reais) podendo utilizar somente a quantidade necessária.
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: conforme instrução municipal
Sobre o valor total repassado pelo município ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

2.4 Prazo de inscrição
De 00 horas do dia 02/09/2026 até às 00 horas do dia 16/09/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas noitem 4 deste edital.

2.5 quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside no município de cruzeiro do Iguaçu e as demais regiões interligadas.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc.) IV- Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

2.6 Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - Sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7. Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo dois e poderá ser contemplado com no máximo um.

3. ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:

● **Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
● **Seleção –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
● **Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionadosna etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
● **Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

4. INSCRIÇÕES
O agente cultural deve encaminhar por meio de e-mail (cultura@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br) ou WhatsApp (46 999855161) ou (46 976067405) diretamentecomadiretoradedepartamentocultural,a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
c) Autodeclararão étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliarna avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

5. COTAS
5.1 Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a) Pessoas negras (pretas e pardas);
b) Pessoas indígenas;
c) Pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma auto declaração.

A auto declaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5.2 Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas queatingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3 Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4 Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.5 Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - Pessoas jurídicas em que mais da metade dossócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - Pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e

IV - Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma auto declaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

6. COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
6.1 Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o poder público deste município de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2 Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados no dia 18 de dezembro do decorrente ano.

6.3 Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privad o, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

6.4 Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e
Participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

7. ETAPA DE SELEÇÃO
7.1. Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão composta por membros do poder executivo municipal conforme descrito:
Margarete Inês Cappellesso Viganó- Secretária de Educação, Cultura e Esportes Regina Rodrigues da Luz Malaguti–Diretora de Cultura
Vando Vitor Soares de Almeida–Secretário de Turismo Grasiele Filipiak–Diretora de Ensino Fundamental Sirlei Rosária Rosa Ribeiro–Servente

7.2. Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - Tiverem interesse direto na matéria;
II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - No caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - Sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.

Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3 Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

7.4 Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.5 Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

7.6 Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Cruzeiro do Iguaçu e no site oficial da prefeitura.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a comissão responsável citada a cima, que deve ser apresentado por meio de e-mail no prazo de 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 9º DA LEI Nº 14.903/2024. a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados apóso prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município.

8. REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
OS RECURSOS NÃO UTILIZADOS EM UMA CATEGORIA SERÃO DESTINADOS AOS PROJETOS COM MAIOR PONTUAÇÃO GERAL, OU MAIOR PONTUAÇÃO NA CATEGORIA.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

9. ETAPA DE HABILITAÇÃO
9.1 Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 2 dias após a publicação do resultado final de seleção, por meio de e-mail e ou watts os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);

II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedida pelos órgãos responsáveis.
IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - Pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - Pertencentes a população nômade ou itinerante; ou III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
IV - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - Certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pelo órgão competente
VII - Certificado de regularidadedo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributáriosfederais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;

II - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelo site oficial em nome do representante do grupo

IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

9.2 Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a comissão responsável, que deve ser apresentado por meio de e-mail oficial do departamento de cultura no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no diário oficial do município.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

10. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS
10.1 Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será con vocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo departamento de cultura do município contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

10.2 Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recurs os deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.

Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

11. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do município de cruzeiro do Iguaçu, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
12.1 Monitoramento e avaliação realizados pelo conselho municipal de cultura
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas ao município de cruzeiro do Iguaçu
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou

II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1 Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2 Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site oficial da prefeitura municipal.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no diário oficial do município e nas mídias sociais oficiais.

13.3 Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail cultura@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br e telefone 46999855161 ou 46 976067405
Os casos omissos ficarão a cargo da comissão responsável pela lei.

13.4 Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 06 meses após a publicação do resultado final.

13.5 Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos: Anexo I – Categoria.
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho; Anexo III - Critérios de seleção
Anexo IV - Termo de Execução Cultural;
Anexo V - Relatório de Objeto da Execução Cultural; Anexo VI - Declaração étnico-racia

Anexo I

Categoria.

O presente edital tem finalidade contratar profissional habilitado para ministrar aulas de dança no decorrer do ano.

2. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Categoria	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL D A CATEGORIA
Show artístico no evento de natal, de modo /tipo orquestra	1	---- -	---------	----- -	1	R$10,000	R$10,000

Anexo II
- Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)
DADOS DO AGENTE CULTURAL
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
Mini Currículo ou Mini portfólio:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)
( ) pertence a alguma comunidade tradicional ( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( )Comunidades Extrativistas ( ) Comunidades Ribeirinhas (
) Comunidades Rurais ( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais ( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia: ( ) Branca
( ) Preta ( ) Parda
( ) Indígena ( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD? ( ) Sim ( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual ( ) Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade? ( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo (
) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo ( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses? (Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.) ( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo

( ) De 1 a 3 salários mínimos (
) De 3 a 5 salários mínimos (
) De 5 a 8 salários mínimos (
) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social? ( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada ( ) Outro, indicar qual Vai concorreràs cotas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim Qual? ( ) Pessoa negra ( ) Pessoa indígena ( ) Pessoa com deficiência

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural? ( ) Artista, Artesão (a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins. ( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a) ( ) Gestor(a) ( ) Técnico(a) ( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins. ( ) Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)? ( ) Não
( ) Sim Caso tenha respondido "sim": Nome do coletivo: Ano de Criação: Quantas pessoas fazem parte do coletivo? Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PESSOA JURÍDICA DADOS DO
AGENTE CULTURAL Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede: Cidade:
Estado: Número de representantes legais: Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Gênero do representante legal ( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Não Binária
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal ( ) Branca
( ) Preta ( ) Parda
( ) Amarela ( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD? ( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência? ( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual ( ) Múltipla
( ) Visual (
) Outra,
indicar qual Escolaridade do representante legal ( ) Não tenho Educação Formal

( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo ( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

2. DADOS DO PROJETO Nome
do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:
Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras:
O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)
Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?) Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência Pessoas em situação de pobreza Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico Mulheres LGBTQIAPN+ Povos e comunidades tradicionais Negros e/ou negras Ciganos Indígenas Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos Outros, indicar qual.
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto (Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)
Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas; ( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência; ( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência; ( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas; ( ) iluminação adequada;
( ) Outra Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras; ( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil; ( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e ( ) Outra Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitastes.
Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto. Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto:
Data de início:
Data final:
Equipe:
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, Conforme o exemplo a seguir:
Nome do profissional: Empresa:
Função no projeto:

CPF/CNPJ:
Mini currículo
Ex.: João Silva, apresentador, portador do rg 123456789101 e cpf 02365899999 Cronograma de Execução:
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto. Atividade Etapa:
Descrição: Início, Fim
Ex: Comunicação Pré-produção Divulgação do projeto nos veículos de imprensa Estratégia de divulgação apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsiona mento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes?
Se sim, quais? (Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento.
Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.) ( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal ( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal ( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual ( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional ( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas ( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos? (Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas. Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc.) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade d e medida	Valor unitário	quantidade	Valo r total	Referência de preço (opcional)
Ex: apresentador	Profissional necessário para...	Serviço	R$	1	R$	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO III

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA SELEÇÃO DE MÉRITO CULTURAL:
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos; • Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
• não atendimento do critério – 0 pontos:
•Agentes culturais do gênero feminino – 5 pontos;
•Agentes culturais negros e indígenas – 5 pontos;
•Agentes culturais com deficiência – 5 pontos;
•Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas – 5 pontos
•Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social - 5 pontos;

Observações gerais:
A pontuação final de cada candidatura será POR MÉDIA DAS NOTAS ATRIBUÍDAS INDIVIDUALMENTE POR CADA MEMBRO.

● . Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
● em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, respectivamente.
● serão desclassificados os projetos que:
I - Apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
● A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 02/2025
TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL Nº 01/2025–, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE Cruzeiro do Iguaçu, neste ato representado pela Diretora de Cultura, Senhora Regina Rodrigues Malaguti e o(a) AGENTE CULTURAL,
, portador(a) do RG nº , expedida em , CPF nº
, residente
, CEP: ,
telefones: , resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1 Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural , contemplado no conforme processo administrativo nº .
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1 Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de até R$ 10.000 dez mil reais.
4.2 Serão transferidos à conta do (a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do DEPARTAMENTO DE CULTURA:
I) transferir os recursos ao (a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o (a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo (a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo (a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do (a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, até 10/11/2025;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.
7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - Pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - Pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;

III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3. Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá: I - solicitar documentação complementar;
II - Aprovarem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - Rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas: a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5. Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário; II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3. Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto0
. 8.3. Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4. As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6. Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Município de Cruzeiro do Iguaçu.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1. O presente Termo de Execução Cultural poderá ser: I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial,
mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública. 10.4. Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Cruzeiro do Iguaçu.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: [NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V
RELATÓRIO DE OBJETO DA EXECUÇÃO CULTURAL
DADOS DO PROJETO Nome do projeto: Nome do agente cultural proponente:
Valor repassado para o projeto: Data de entrega desse relatório:

1. RESULTADOS DO
PROJETO
2.1. Resumo: Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.
2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas? ( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações. ( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.
2.3. Ações desenvolvidas descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.
2.4. Cumprimento das Metas Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado] ◦
OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foicumprida] Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não
3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades. ( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line) ( ) Vídeo
( ) Documentário ( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa ( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato ( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical ( ) Site
( ) Música
( ) Outros:

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?
3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.
3.2.1 pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele … (Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação. ( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido. ( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais. ( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.
5. EQUIPE DO PROJETO
5.1. Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto? Digite um número exato (exemplo: 23).
5.2. Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto? ( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3. Informe os profissionais que participaram da execução do projeto: Nome do profissional
Empresa
Função no projeto CPF/CNPJ

Pessoa negra ou indígena? Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva 123456789101 Sim. Negra Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1. De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto? ( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).
Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
6.2. Quais plataformas virtuais foram usadas? Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV ( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc. ( )Outros:
6.3. Informe aqui os links dessas plataformas:
Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4. De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto? ( )1. Fixas, sempre no mesmo local.

( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em uma local base, mas com ações também em outros locais.
6.5. Em que município e Estado o projeto aconteceu?
6.6. Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal. ( )Equipamento cultural público estadual. (
)Espaço cultural independente
. ( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque. ( )Outros

. DIVULGAÇÃO DO PROJETO Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros. Nome Assinatura do Agente Cultural Proponente.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL (Para agentes culturais concorrentes às cotas étnicoraciais – negros ou indígenas)
Eu, _,CPF nº_, RG nº , DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou (informar se é NEGRO OU INDÍGENA). Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:545319A8

SECRETARIA DE FINANCAS
ANEXO - DECRETO 6582

Municipio de Cruzeiro do Iguaçu - 2026				
Relatório de alteração orçamentária por fonte/tipo recurso				
Lei/Ato nº 3848 - Decreto nº 6582/2026 de 21/08/2026		**Escopo**	**Nº**	**Ano**
Autorização: 3576 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1632	2025
Fonte				
00000 Recursos Ordinários (Livres)				
Suplementar	Excesso de Arrecadação			
2491 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		30.000,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2029	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CEMEI CRECHE			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
2170 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		34.237,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
2662 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		20.000,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.365.0009.2031	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE ESCOLA			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
	TOTAL		0,00	84.237,00
	TOTAL DAFONTE		**0,00**	**84.237,00**
00511 Taxas - Prestação de Serviços				
Remanejamento	Anulação de Dotações			
390 03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo		80.000,00
03.001	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	Reabertura		
04.122.0003.2007	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVA			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
930 05	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Anulação	80.000,00	

05.002	DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Reabertura		
15.452.0006.2016	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
	TOTAL		80.000,00	80.000,00
	TOTAL DAFONTE		**80.000,00**	**80.000,00**

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Previsto**	**Realizado**
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	80.000,00	80.000,00
Remanejamento	Anulação de Dotações	Anulação	80.000,00	80.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	84.237,00	84.237,00

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:4EF78A9E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
DECRETO Nº 95/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1173/2025 de 25.11.2025 e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei acima:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 5.000,00 (Cinco mil reais) nas seguintes dotações:

08.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
08.001.12.122.0000.2.801	- MANTER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
3.3.90.14.00.00 - 372	- Diárias - Civil		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**5.000,00**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante o cancelamento parcial da seguinte dotação:

12.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**		
12.001.00.000.0000.0.000	- SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO		
12.001.17.512.0017.2.122	- MANTER OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
3.3.90.30.00.00 - 573	- Material de Consumo		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000.00
TOTAL DO CANCELAMENTO		**R$**	**5.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 21 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:842F005E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026 - PMSI

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 2.814/2026
PROCESSO Nº 77/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA ELETRÔNICA Nº 20/2026-PMSI
REGIME JURÍDICO: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
ART. 75, INCISO II, DA LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
DISPUTA ELETRÔNICA: NÃO
DIVULGAÇÃO: SIM

OBJETO
1.1 Aquisição de uniformes esportivos.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA ESCOLHA DA CONTRATADA

2.1 A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação direta, por dispensa de licitação em razão do valor, para aquisição de novos agasalhos destinados às equipes esportivas do Município de Saudade do Iguaçu/PR. Inicialmente, destaca-se que a Administração Pública realizou procedimento licitatório para aquisição dos referidos uniformes, tendo a empresa contratada recebido o pedido ainda no mês de fevereiro de 2026. Contudo, após longo período de espera, os produtos entregues apresentaram diversas irregularidades, sendo constatado que não atendem às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, na proposta apresentada e na arte previamente aprovada pelo Município. Em razão das inconformidades verificadas, os agasalhos foram recusados, tendo a empresa sido formalmente notificada para proceder à substituição integral dos materiais. Entretanto, diante do lapso temporal decorrido, da demora injustificada na solução do problema e da inércia da contratada em fornecer produtos compatíveis com as exigências contratuais, a Secretaria entende que não é possível aguardar indefinidamente a regularização do contrato anterior. A ausência dos agasalhos vem ocasionando prejuízos à Administração Pública, uma vez que as equipes esportivas municipais têm participado de competições oficiais sem os uniformes padronizados, comprometendo a identificação institucional do Município, a organização das delegações e a adequada participação dos atletas nos eventos esportivos. Dessa forma, considerando a necessidade imediata de suprir a demanda e assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes, mostra-se necessária a realização de nova contratação para aquisição dos agasalhos, sem prejuízo da apuração da responsabilidade da empresa anteriormente contratada por meio do competente processo administrativo. A contratação pretendida enquadra-se na hipótese de dispensa de licitação em razão do valor, observados os limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, tendo sido realizada pesquisa de preços para demonstração da compatibilidade dos valores praticados no mercado. Os orçamentos obtidos encontram-se anexos ao presente processo administrativo, evidenciando que o preço da contratação é compatível com os valores de mercado, atendendo aos princípios da economicidade e vantajosidade para a Administração Pública. Assim, diante da necessidade administrativa, da urgência na disponibilização dos uniformes aos atletas do Município, da inviabilidade de aguardar o cumprimento do contrato anteriormente firmado e da observância dos requisitos legais para a contratação direta, justifica-se a realização da presente contratação por dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
3.1 A presente hipótese de contratação direta por Dispensa de Licitação tem embasamento no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021:
Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11, no caso de outros serviços e compras;

FORNECEDOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO
FORNECEDOR
JEVERSON IVAN PAESE PITTY SPORTS, CNPJ nº 25.371.647/0001-50.

LOTE	ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	1	80	Agasalho esportivo composto por (jaqueta e calça) em tecido adidas sublimado, com três faixas laterais tamanhos variados, modelo e cores conforme critério a ser desenvolvido pelo departamento solicitante. jaqueta com zíper nylon, gola alta, feito de malha macia, com bolsos laterais com fechamento em zíper, punho com elástico. nas costas o nome do município em sistema de sublimação de dtf (tamanho mínimo: 5 cm de altura x 27 cm de comprimento), na frente do lado esquerdo brasão do município bordado multicolorido (tamanho mínimo: 8 cm de altura x6,5 cm de comprimento). calça na malha adidas, bolsos laterais, elástico e cordão interno na cintura três listras laterais de 4cm de largura nas pernas nas listras na perna do lado esquerdo brasão da prefeitura e lado direito nome do município em sistema de sublimação de dtf. Tamanhos diversos.	CJ	R$ 260,00	R$ 20.800,00
1	2	80	Conjunto camisa de jogo e bermuda contendo KITS: Camiseta de jogo estampada em transfer, produzida em tecido elástico com composição de 92% poliéster e 8% elastano, possuindo gramatura de 155 g/m². Apresenta gola POLO com duplo acabamento, manga reglan e barra com acabamento em costura realizada por máquina galoneira de duas agulhas. Nome do Município nas costas com sublimação com curvatura (Tamanho mínimo: 5cm de altura x 27 cm de comprimento). Na frente na altura do peito do lado direito logo do departamento e do outro lado brasão do Município bordados multicoloridos, com espessura de 0,5 mm, demais informações em aplique termocolante 3D, impressão digital uv, Etiqueta interna, fixada abaixo da gola, impressa em direct to film (dtf), contendo informações como tamanho, composição, dados do fabricante, instruções de lavagem e demais detalhes conforme as normas brasileiras. Os tamanhos das camisetas serão definidos de acordo com a necessidade do solicitante. Bermuda: shorts em malha seletel e forro em tecido flex, com composição de 90% poliéster e 10% elastano, gramatura de 175 g/m², estampada em transfer sublimático. Costuras executadas em máquina de 1 agulha a 6 mm da borda. Cós elástico costurado em máquina elastiqueira de 4 agulhas, com elástico embutido de 5 cm e cordão interno 100% poliamida com ponteiras. Barra das pernas acabada em costura galoneira de duas agulhas. Brasão na perna bordado multicolorido, com espessura de 0,5 mm, demais informações em aplique termocolante 3D, impressão digital uv e detalhes em verniz alto relevo. Etiqueta interna, fixada próximo ao cós, impressa em direct to film (dtf), contendo tamanho, composição, dados do fabricante, instruções de lavagem e informações conforme as normas brasileiras. Os tamanhos das bermudas serão definidos de acordo com a necessidade do solicitante. Uniforme usado para a modalidade passeio. Tamanhos: 8/10/12/14/16/P/M/G/GG/EXG e maiores se necessário.	KIT	R$ 100,00	R$ 8.000,00
VALOR TOTAL R$ 28.800,00						

4.3 FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será realizado no prazo máximo de até trinta (30) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal eletrônica, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

HABILITAÇÃO
5.1 A contratada atende às exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista usuais, cujos comprovantes estão anexos a este processo. Foi dispensada a exigência de outros documentos, conforme o inciso III do Art. 70 da Lei n. 14.133/ 2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS
Os recursos financeiros serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 – Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Ação: 27.812.0010.2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazerl
Despesa: 3.3.90.30.23.00 – Material de Uniformes, Tecidos e Aviamentos
Principal: 6242 Despesa: 6521
Fonte: 1327 – Transferência Custeio Fundo Estadual do Esporte – Delib. CEE 01/2026

DA ENTREGA
7.1 Os uniformes esportivos deverão ser entregues no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

Saudade do Iguaçu, PR, 21 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:05B495D0

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 214 2026

PORTARIA Nº 214/2026, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Designa os responsáveis pela liquidação dos empenhos de despesas dos órgãos do Poder Executivo Municipal.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

Art.1º DESIGNAR os servidores responsáveis pela liquidação dos empenhos de despesas dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Saudade do Iguaçu conforme o quadro a seguir:

ÓRGÃO: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.34*-10	Tiago de Souza
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina
ÓRGÃO: 04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.34*-10	Tiago de Souza
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina
ÓRGÃO: 04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.34*-10	Tiago de Souza
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina
ÓRGÃO: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.34*-10	Tiago de Souza
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina
ÓRGÃO: 06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.22*-08	Fabiane G. Martimianos
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina
ÓRGÃO: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.50*-78	Vanderlei Jose Cenci
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina

ÓRGÃO: 07.02 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.50*-78	Vanderlei Jose Cenci
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina
ÓRGÃO: 08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.40*-58	Cesar V. G. de Oliveira
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina
ÓRGÃO: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.65*-20	Herondi de A. D. Junior
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina
ÓRGÃO: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.65*-20	Herondi de A. D. Junior
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina
ÓRGÃO: 09.03 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.65*-20	Herondi de A. D. Junior
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina
ÓRGÃO: 09.04 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.65*-20	Herondi de A. D. Junior
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina
ÓRGÃO: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.48*-60	Josemar Antonio Cemin
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina
ÓRGÃO: 13.01 -SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA		
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO	**CPF Nº**	**NOME DO SERVIDOR**
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - PRINCIPAL	***.***.86*-47	Mayara F. Soares
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO - SECUNDÁRIO	***.***.05*-20	Rogerio Gallina

Art.2º Fica revogada a portaria nº. 161/2026 de 15 de junho de 2026.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 21 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:50ABF9E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 170/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 170/2026

PROCESSO Nº 293/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: EMPRESAS FL LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 17.922.286/0001-65

OBJETO: LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE VIA WEB DE BANCO DE DADOS COM PREÇOS DE PEÇAS

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	18388	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE VIA WEB BANCO DE DADOS COM PREÇOS DE PEÇAS		MÊS	12,00	1.718,66	20.623,92
TOTAL								20.623,92

VALOR TOTAL: *R$ 20.623,92 (Vinte Mil, Seiscentos e Vinte e Três Reais e Noventa e Dois Centavos)*

VIGÊNCIA: 21/08/2026 a 20/08/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:03EE6FC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
FÉRIAS - PORTARIAS 440 A 466.2026

Resumo de Publicações - Funcionários em Férias – AGOSTO/2026

Portaria	Servidor (a)	Setor	Período Aquisição	Período de Gozo
440	Afonso Oliveira Ribeiro	Administração	03.02.25 A 02.02.26	10.08.26 A 08.09.26
441	Angelita Fernanda de Lima	Assistência Social	15.01.25 A 14.01.26	12.08.26 A 10.09.26
442	Bruna de Oliveira Garcia Dias Batista	Assistência Social	07.02.25 A 06.02.26	28.09.26 A 27.10.26
443	Carlos Eduardo Alves dos Santos	Obras e Urbanismo	04.04.25 A 03.04.26	27.07.26 A 25.08.26
444	Carlos Eduardo Magri	Saúde	07.01.25 A 06.01.26	10.08.26 A 08.09.26
445	Claudineia Duarte do Carmo Mesquita	Educação	05.08.25 A 04.08.26	08.09.26 A 07.10.26
446	Deniane Armstrong dos Santos	Educação	26.01.25 A 25.01.26	03.08.26 A 01.09.26
447	Elisiane de Cassia Armstrong Santos	Educação	06.03.25 A 05.03.26	12.08.26 A 10.09.26
448	Giliane Bissoni de Almeida	Administração	03.02.25 A 02.02.26	10.08.26 A 08.09.26
449	Gustavo de Freitas dos Santos	Planejamento	02.01.25 A 01.01.26	21.08.26 A 19.09.26
450	Janaina Aparecida de Moraes	Educação	16.01.25 A 15.01.26	03.08.26 A 01.09.26
451	Janaina Aparecida de Moraes	Educação	16.01.25 A 15.01.26	03.08.26 A 01.09.26
452	Jane Aparecida Faville Correia	Assistência Social	18.01.25 A 17.01.26	03.08.26 A 01.09.26
453	Joelma de Souza Pontes	Assistência Social	23.01.25 A 22.01.26	24.08.26 A 22.09.26
454	Joemi Antônio Ribeiro	Administração	02.01.25 A 01.01.26	21.08.26 A 19.09.26
455	Josenilson da Rocha	Administração	08.02.25 A 07.02.26	31.07.26 A 29.08.26
456	Luana Venancio de Souza	Assistência Social	13.01.25 A 12.01.26	08.09.26 A 07.10.26
457	Marcia Cristina Mottin Santos	Administração	05.08.25 A 04.08.26	06.08.26 A 04.09.26
458	Maria Rita Armstrong Mottin	Saúde	01.05.25 A 30.04.26	10.08.26 A 08.09.26
459	Nilceia Galdino dos Santos	Saúde	18.02.25 A 17.02.26	13.07.26 A 11.08.26
460	Rejane Aparecida Gonçalves Ferreira de Moraes	Saúde	19.01.25 A 18.01.26	21.09.26 A 20.10.26
461	Rosimeri Pontes Lanhozo	Educação	09.08.25 A 08.08.26	02.01.26 A 31.01.26

462	Sebastião Duarte Pedroso	Saúde	02.01.25 A 01.01.26	21.08.26 A 19.09.26
463	Sirlene da Rosa dos Santos	Educação	26.01.25 A 25.01.26	03.08.26 A 01.09.26
464	Tales Henrique Farias Zamierowski	Administração	20.01.25 A 19.01.26	21.08.26 A 19.09.26
465	Valdeci Ferreira Santos	Administração	05.01.25 A 04.01.26	21.08.26 A 19.09.26
466	Vilson Ribeiro Lara	Transportes	01.03.25 A 28.02.26	22.07.26 A 20.08.26

Adrianópolis, 21 de Agosto de 2026

MARCIA CRISTINA MOTTIN SANTOS
Chefe do Setor de Recursos Humanos
Portaria nº 277/2025

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:145BD2EC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVOS DO CONTRATO Nº 67/2024

Nº ADITIVO	Nº CONTRATO	LICITAÇÃO	OBJETO	NOVA VIGÊNCIA	VALOR	CONTRATADA
4º	67/2024	CE 06/2024	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	30/08/2026		KMS INCORPORADORA LTDA CNPJ: 33.248.214/0001-30
5º	67/2024	CE 06/2024	ACRÉSCIMO DE 2,4%		R$ 121.460,02	KMS INCORPORADORA LTDA CNPJ: 33.248.214/0001-30

Publicado por:
Alessandra Narlock de Souza
Código Identificador:905921BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 498/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER férias ao servidores abaixo relacionados, no período respectivo indicado:

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
10756	ADILSON JOSE PAVONI	07/01/2025 - 06/01/2026	04/09/2026 - 03/10/2026
1153	AGUEGIL PERISSUTE PINTO	01/01/2024 - 31/12/2024	03/09/2026 - 02/10/2026
2432	ANDERSON MAURICIO DE SIQUEIRA	11/05/2024 - 10/2025	03/09/2026 - 02/10/2026
11346	ANDRE LUIZ VANUCCI DE FRANÇA	05/05/2025 - 04/05/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10896	ARTUR PEREIRA LIMA	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
10944	CLAUDEMIR ALVES TEIXEIRA	08/01/2025 - 07/01/2026	01/08/2026 - 30/08/2026
10757	CLEOSMAR HENRIQUE ROSA	07/01/2025 - 06/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10802	CRISTIANO MARTINS DA SILVA	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2027
11099	EBERTE DE OLIVEIRA	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10870	EDIVANDA APARECIDA LIMA	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
10798	EMANOEL NOVINSKI	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
2328	FRANCILEI FERNANDES DOS SANTOS	10/06/2025 - 09/06/2026	03/09/2026 -03/10/2026
10844	GUILHERME LEONARDO TEIXEIRA	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
10787	HELIO ELIAS DE SIQUEIRA	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
6110	JESSICA JACIANE MACHADO	22/02/2025 - 21/05/2026	14/09/2026 - 13/10/2026
2323	JOAO MARCELO BINI	02/08/2024 - 01/08/2025	03/09/2026 - 02/10/2026
11001	JOCELIA ALVES FONSECA	03/02/2025 - 02/02/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10849	JOSE LUIZ AFORNALLI	17/01/2025 - 16/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2027
11379	LIZAMARA DA SILVA BUENO	13/05/2025 - 12/05/2026	16/09/2026 - 30/09/2026
10477	LORENA ALVAREZ ROCHA VITURINO	01/08/2024 - 31/07/2025	01/09/2026 - 30/09/2027
10872	LORENA FONSECA	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
11120	MARCOS ROBERTO ALVES	17/03/2025 - 16/03/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
6287	MARIA BEATRIZ MERIDA DEVAI	04/04/2025 - 03/04/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
10913	PAULO NORBERTO SOARES DOS SANTOS	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 -07/10/2026
11410	RAFAEL FREITAS	07/05/2025 - 06/05/2026	09/09/2026 - 08/10/2026
11048	ROBSON ADILSON PANICHI	25/02/2025 - 24/02/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
10925	ROGERIO APARECIDO DE PAULA	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 -02/10/2026
10832	ROSIMARA DE FATIMA VIANNA	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
11556	RUTH OLIVEIRA SIQUEIRA	01/07/2025 - 30/06/2026	01/08/2026 - 30/08/2026
3507	SANDRA MARA GOMES	12/05/2024 - 11/05/2025	01/09/2026 - 30/09/2026
10823	SILVANA APARECIDA NOBERTO	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 -07/10/2026
11003	TATIANE BERTUZZI MARQUES	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10990	TAYNARA MARTINS DE CARVALHO	07/02/2025 - 06/02/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
10915	THALYSSON AUGUSTO MULLER	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
11028	VANI MACHADO GALVAN	19/02/2025 - 18/02/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
10897	WALTER ALVES	08/01/2025 - 07/01/2026	04/09/2026 - 03/10/2026
10899	WESLEY CRISTIAN DE MEDEIROS SANTOS	08/01/2025 - 07/01/2026	09/09/2026 - 08/10/2026

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 13 de agosto de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

REPUBLICADO POR CONTER INCORREÇÕES

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:FAE569E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 060/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 024/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 025/2026

O Prefeito Municipal de Anahy, em cumprimento ao disposto nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática, destinados à devida continuidade dos trabalhos dos departamentos da Administração Pública Municipal e do Poder Executivo de Anahy-PR, assegurando a manutenção das atividades administrativas e a indispensável eficiência na prestação dos serviços públicos, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no termo de referência deste instrumento.
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 024/2026, Registro de Preços nº 025/2026, conforme segue o vencedor:

Lote	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
1	FULMANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA CNPJ 33.932.632/0001-42	R$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais).
2 e 3	MINAS SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA CNPJ 39.619.837/0002-30	R$ 33.616,65 (trinta e três mil e seiscentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos).
4	METDATA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA CNPJ 28.584.157/0003-92	R$ 8.336,37 (oito mil e trezentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos)
5	FNGTECH INFORMATICA LTDA CNPJ: 62.933.319/0001-27	R$ 16.203,90 (dezesseis mil e duzentos e três reais e noventa centavos)
7, 9 e 12	VM DISTRIBUIDORA DE COMPUTADORES LTDA CNPJ 49.457.481/0001-58	R$ 86.111,96 (oitenta e seis mil e cento e onze reais e noventa e seis centavos);
8	MZ EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ 64.734.646/0001-85	R$ 22.820,00 (vinte e dois mil e oitocentos e vinte reais)
10, 11 e 13	A. CARNEVALI LTDA CNPJ 18.012.406/0001-50	R$ 92.417,05 (noventa e dois mil e quatrocentos e dezessete reais e cinco centavos).
Valor Total		**R$ 345.905,93 (trezentos e quarenta e cinco mil e novecentos e cinco reais e noventa e três centavos)**

Anahy-PR, 21 de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:1FE14458

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **AMG HOSPITALAR COMERCIO DE PRODUTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **39.833.053/0001-29**, com endereço na Avenida Atílio Pagani, nº. 115, sala 106, bairro Pagani, na cidade de Palhoça/SC, Telefone (48)

99970-9163, endereço eletrônico e-mail licitar@amghospitalar.com.br, neste ato representado pela Sra. MIRIAM CRISTINA ESPINDOLA, inscrito no CPF sob nº. 464.665.689-20 e portadora do RG nº 736889, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.

Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

AMG HOSPITALAR COMERCIO DE PRODUTOS LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 104/2026

Signatário da Ata: Empresa **AMG HOSPITALAR COMERCIO DE PRODUTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **39.833.053/0001-29**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
14	1	Atadura de Crepe 10cmx1,80m. 13 Fios/cm². Confeccionada em tecido 100% Algodão. Com embalagem individual. Pacote com 12 unidades.	LUDAN	Pacote	1.000	7,00	7.000,00
15	1	Atadura de Crepe 15cmx1,80m. 13 Fios/cm². Confeccionada em tecido 100% Algodão. Com embalagem individual. Pacote com 12 unidades.	LUDAN	Pacote	1.000	10,00	10.000,00
16	1	Atadura de Crepe 20cmx1,80m. 13 Fios/cm². Confeccionada em tecido 100% Algodão. Com embalagem individual. Pacote com 12 unidades.	LUDAN	Pacote	1.000	15,08	15.080,00
VALOR TOTAL: R$ 32.080,00 (trinta e dois mil e oitenta reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:830B3DD1

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **18.362.195/0001-85**, com endereço na Rua Dom Luiz, nº. 171, bairro Vila Real, CEP: 88.337-100, na cidade de Balneário Camboriú/SC, Telefone (47) 3170-2032, endereço eletrônico e-mail arlimedhospitalar@gmail.com, neste ato representado pela Sra. ANA ADILES FANTICELLI BRAGA, inscrito no CPF sob nº. 308.090.370-68 e portadora do RG nº 308.090.370-68, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:

Advertência;

Impedimento de licitar e contratar;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;

Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;

No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.

Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;

Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.

A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.

As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.

O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.

Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.

A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE

O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.

Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.

O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.

Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.

Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.

Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 105/2026

Signatário da Ata: Empresa **ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **18.362.195/0001-85**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
99	1	Saco de Lixo Hospitalar Infectante 100L Branco. Com a identificação de "Lixo Infectante".	TEKPLAST	UNID.	6.000	0,31	1.860,00
VALOR TOTAL: R$ 1.860,00 (um mil, oitocentos e sessenta reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:A52EF528

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **ATLÂNTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **35.626.812/0001-21**, com endereço na Avenida Central, nº. 784, bairro: Centro, CEP: 88.330-666, na cidade de Balneário Camboriú/SC, Telefone (55) 3025.9928 / (55) 98147-4559, endereço eletrônico e-mail atlantico.bc@hotmail.com, neste ato representado pela Sra. GISLAINE MEDIANEIRA RIZZI DALLA PORTA, inscrito no CPF sob nº. 559.554.600-04 e portadora do RG nº 9029160811, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

ATLÂNTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 106/2026

Signatário da Ata: Empresa **ATLÂNTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **35.626.812/0001-21**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Abaixador de Língua. Material. Madeira. Descartável. Formato convencional liso. Pacote com 100 unidades.	MEDIX	Pacote	600	4,20	2.520,00
11	1	Algodão Hidrófilo. Rolo 500g.	MELHORMED	UNID.	400	12,60	5.040,00
26	1	Cateter Intravenoso Periférico 14G. Sem dispositivo de segurança.	POLYMED	UNID.	500	0,68	340,00
32	1	Cateter Nasal para Oxigenio Tipo Óculos Adulto. Em PVC atóxico siliconado. Estéril. Descartável. Embalado individualmente.	BIOSANI	UNID	600	0,99	594,00
33	1	Cateter Nasal para Oxigenio Tipo Óculos Infantil. Em PVC atóxico siliconado. Estéril. Descartável. Embalado individualmente.	BIOSANI	UNID.	200	1,06	212,00
56	1	Espéculo Vaginal Estéril Não Lubrificado. Tamanho Médio. Fabricado em Poliestireno de Alto Impacto. Embalado individualmente.	DESCARPACK	UNID.	1.200	1,23	1.476,00
57	1	Espéculo Vaginal Estéril Não Lubrificado. Tamanho Pequeno. Fabricado em Poliestireno de Alto Impacto. Embalado individualmente.	DESCARPACK	UNID.	1.000	1,14	1.140,00
66	1	Fita Micropore Hipoalergênica Branca 25mm X 10m.	WILTEX	UNID.	1.500	1,97	2.955,00
71	1	Gel Condutor para Eletrocardiograma e Fisioterapia. Frasco 250g.	MULTIGEL	UNID.	300	3,32	996,00
72	1	Hastes Flexíveis. Caixa com 75 unidades.	PROHIGI	Caixas	100	1,52	152,00
78	1	Luva Cirúrgica Estéril 7,0. Fabricada à base de látex natural e lubrificadas com pó bioabsorvível e inerte.	MEDIX	UNID.	800	1,20	960,00
79	1	Luva Cirúrgica Estéril 7,5. Fabricada à base de látex natural e lubrificadas com pó bioabsorvível e inerte.	MEDIX	UNID.	800	1,20	960,00
100	1	Saco de Lixo Hospitalar Infectante 30L Branco. Com a identificação de "Lixo Infectante".	DESCARBOX	UNID.	4.000	0,14	560,00
102	1	Scalp Descartável para Infusão Intravenosa 23G.	MEDIX	UNID.	300	0,18	54,00
103	1	Scalp Descartável para Infusão Intravenosa 25G.	MEDIX	UNID.	200	0,18	36,00
106	1	Seringa Descartável 20ml Luer Slip Sem Agulha. Hipodérmica, atóxica e apirogênica. Confeccionada em polipropileno. Esterilizadas por óxido de etileno. Embaladas individualmente.	MEDIX	UNID.	5.000	0,42	2.100,00
VALOR TOTAL: R$ 20.095,00 (vinte mil e noventa e cinco reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:ABC9FBCC

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **60.599.605/0001-72**, com endereço na Rua Das Quaresmeiras, nº. 125, bairro Residencial Bella Casa, CEP: 86.873-264, na cidade de Ivaiporã/PR, Telefone (43) 3472-8878 / (43) 99860-5004, endereço eletrônico e-mail csk_import@hotmail.com, neste ato representado pela Sra. CAMILE BORGES SOCOLOSKI CHERPINSKI, inscrito no CPF sob nº. 051.447.269-33 e portadora do RG nº 97396051, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.

Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do
fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 111/2026

Signatário da Ata: Empresa **CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **60.599.605/0001-72**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
67	1	Fita Micropore Hipoalergênica Branca 50mm X 10m.	COPERTINA	UNID.	1.500	3,40	5.100,00
VALOR TOTAL: R$ 5.100,00 (cinco mil e Cem reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:A430DE33

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **EXITUSMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **10.855.398/0001-00**, com endereço na Avenida Tamandaré, nº. 1163, bairro: Vila Planalto, CEP: 79.009-790, na cidade de Campo Grande/MS, Telefone (67) 3029-2822, endereço eletrônico e-mail comercial@exitusmed.com.br, neste ato representado pela Sra. LESLIE FILOMENA MIRANDA ZINI, inscrito no CPF sob nº. 666.157.479-87 e portadora do RG nº 4.001.282-6, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;

Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

EXITUSMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 113/2026

Signatário da Ata: Empresa **EXITUSMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **10.855.398/0001-00**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
49	1	Equipo de Nutrição Enteral para Bomba Infusora Samtronic ICATU EA 0323. Com câmara de gotejamento flexível sem filtro, com entrada de ar lateral, pinça rolete, tubo na cor azul, conector escalonado para alimentação enteral com protetor.Equipo convencional para utilização em bomba de infusão peristáltica linear.	SAMTRONIC	UNID	50	15,80	790,00
51	1	Equipo para Bomba Infusora Samtronic ICATU EA0421. Tipo Parenteral. Material PVC Cristal. Comprimento de aproximadamente 2,13 metros. Volume de prime de	SAMTRONIC	UNID	200	17,18	3.436,80

		aproximadamente 15,0mL, com câmara de gotejamento flexível com ponta perfurante universal, filtro de retenção de partículas de 15µm e entrada de ar lateral com filtro hidrofóbico bacteriológico de 0,22µm e tampa protetora. Injetor lateral em Y com membrana autocicatrizante, pinça rolete, luer lock rotativo e tampa oclusora com filtro de membrana hidrofóbica.Equipo convencional para utilização em bomba de infusão peristáltica linear.					
VALOR TOTAL: R$ 4.226,80 (quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e oitenta centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:7583E3A2

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **20.861.961/0001-06**, com endereço na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº. 7532, bairro: Boqueirão, CEP: 81.670-000, na cidade de Curitiba/PR, Telefone (41) 9637-9108 / (41) 3156-0023 / (41) 98444-9100, endereço eletrônico e-mail juliano.lacerda@hospmedic.com.br / empenhos@hospmedic.com.br, neste ato representado pelo Sr. JULIANO DE LACERDA, inscrito no CPF sob nº. 026.937.659-35 e portador do RG nº 6.973.118-0, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.

Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 114/2026

Signatário da Ata: Empresa **HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **20.861.961/0001-06**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
22	1	Cânula de Traqueostomia de PVC com Balão 7.0mm.	MEDIX	UNID.	10	12,60	126,00
23	1	Cânula de Traqueostomia de PVC com Balão 7.5mm.	MEDIX	UNID.	10	12,60	126,00
28	1	Cateter Intravenoso Periférico 18G. Sem dispositivo de segurança.	M2LIFE	UNID.	2.000	0,61	1.220,00
59	1	Fio de Sutura Catgut Simples 2-0, com agulha 1/2 circular cilíndrica 2.0 cm. Comprimento do fio: 75cm.	TECHNOFIO	UNID.	72	3,50	252,00
63	1	Fio de Sutura Nylon 4-0 com Agulha Triangular de 2,0cm e 3/8. Monofilamento, 45cm.	MEDIX	UNID.	600	1,15	690,00
85	1	Malha Tubular Ortopédica de Algodão 10cm x 15m.	ORTOFEN	UNID.	20	11,63	232,60
88	1	Máscara de Oxigênio Adulto de Alta Concentração com Reservatório e Tubo de O2.	MEDIX	UNID.	150	4,94	741,00
89	1	Máscara de Oxigênio Infantil de Alta Concentração com Reservatório e Tubo de O2.	MEDIX	UNID.	150	4,94	741,00
113	1	Sonda Foley de Látex 2 Vias 30CC 14FR	MEDIX	UNID.	60	1,83	109,80

115	1	Sonda Foley de Látex 2 Vias 30CC 18FR	MEDIX	UNID.	200	1,83	366,00
116	1	Sonda Foley de Látex 2 Vias 30CC 20FR	MEDIX	UNID.	140	1,83	256,20
117	1	Sonda Foley de Látex 2 Vias 30CC 22FR	MEDIX	UNID.	120	1,83	219,60
118	1	Sonda Nasogástrica Longa 12.	MEDIX	UNID.	50	1,00	50,00
120	1	Sonda Uretral Descartável nº 10.	MEDIX	UNID.	500	0,46	230,00
125	1	Tubo Endotraqueal 3.5mm com Balão PVC.	MEDIX	UNID.	10	2,70	27,00
126	1	Tubo Endotraqueal 6.0mm com Balão PVC.	MEDIX	UNID.	30	2,67	80,10
127	1	Tubo Endotraqueal 7.0mm com Balão PVC.	MEDIX	UNID.	60	2,67	160,20
128	1	Tubo Endotraqueal 7.5mm com Balão PVC.	MEDIX	UNID.	60	2,67	160,20
129	1	Tubo Endotraqueal 8.0mm com Balão PVC.	MEDIX	UNID.	60	2,67	160,20
VALOR TOTAL: R$ 5.947,90 (cinco mil, novecentos e quarenta e sete reais e noventa centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:4321AFA8

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **L & P LIFE EDUCACAO EM SAUDE E COMERCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **49.875.336/0001-97**, com endereço na Rua Manoel Lopes de Oliveira, nº. 2759, sala 01, bairro: Votorões, CEP: 85.140-000, na cidade de Candói/PR, Telefone (42) 98871-4616 / (42) 99867-7748, endereço eletrônico e-mail leplife01@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. PATRIQUE SCHREINER, inscrito no CPF sob nº. 046.182.509-09 e portador do RG nº 7.222.654-2, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.

As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

L & P LIFE EDUCACAO EM SAUDE E COMERCIO LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 115/2026

Signatário da Ata: Empresa **L & P LIFE EDUCACAO EM SAUDE E COMERCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **49.875.336/0001-97**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
21	1	Cânula de Traqueostomia de PVC com Balão 6.0mm.	vital	UNID.	10	12,99	129,90
24	1	Cânula de Traqueostomia de PVC com Balão 8.0mm.	vital	UNID.	10	12,99	129,90
34	1	Clamp Umbilical Estéril.	vital	UNID.	50	0,55	27,50
42	1	Conjunto de Micronebulização para Oxigênio Adulto (Máscara, copo e extensor).	vital	UND	150	5,91	886,50
43	1	Conjunto de Micronebulização para Oxigênio Infantil (Máscara, copo e extensor).	vital	UND	150	5,84	876,00
45	1	Dispositivo de Transferência de Soluções Ponta Dupla Perfurante. Estéril.	vital	UNID.	200	0,65	130,00
47	1	Dreno de Tórax em PVC Radiopaco 28FR.	MED	UNID.	10	12,78	127,80

60	1	Fio de Sutura Catgut Simples 3-0, com agulha 1/2 circular cilíndrica 2.0 cm. Comprimento do fio: 75cm.	TECHNOFIO	UNID.	72	3,81	274,32
69	1	Frasco para Coleta e Mensuração de Secreção e Urina Sistema Aberto Tipo Garrafa 1200mL.	UROMED	UNID.	120	10,26	1.231,20
122	1	Tampa oclusora estéril Macho-Fêmea (Luer Lock e Slip).	BIO/VITAL	UNID.	1.500	0,18	270,00
VALOR TOTAL: R$ 4.083,12 (quatro mil e oitenta e três reais e doze centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:FE3E28E6

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **LS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **57.111.717/0001-28**, com endereço na Avenida das Torres, nº. 2310, bairro: Jardim Três Lagos, CEP: 87.075-857 na cidade de Maringá/PR, Telefone (44) 3200-2125, endereço eletrônico e-mail lsdistribuidora.licitacao@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. LEANDRO DA SILVA SERRA, inscrito no CPF sob nº. 034.900.352-16 e portador do RG nº 7616903, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.

Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

LS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 117/2026

Signatário da Ata: Empresa **LS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **57.111.717/0001-28**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
10	1	Alcool Etílico Hidratado 70%. Frasco 1L.	SUPERVALE VERDE	Frasco	720	5,83	4.197,60
97	1	PVPI 10% Solução Aquosa Dermo Suave Tópico. Almotolia 100mL.	RIOHEX	UNID.	200	4,50	900,00
VALOR TOTAL: R$ 5.097,60 (cinco mil e noventa e sete reais e sessenta centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:DCA42E9D

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **MEDINGA COMERCIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **57.742.953/0001-42**, com endereço na Avenida Herval, nº. 3326, bairro Jardim Imperial II, CEP: 87.023-055, na cidade de Maringá/PR, Telefone (44) 3200-2151, endereço eletrônico e-mail medingacomercial@gmail.com, neste ato representado pela Sra. MARIANA PERON BUOSI, inscrito no CPF sob nº. 082.406.819-05 e portadora do RG nº 13.570.965-4, conforme relação em anexo.

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que
compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria

quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

MEDINGA COMERCIAL LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 118/2026

Signatário da Ata: Empresa **MEDINGA COMERCIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **57.742.953/0001-42**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	1	Ácido Peracético 0,2% Solução. Com sachê de Inibidor de Corrosão. Frasco 1L.	RIOQUIMICA	Frasco	20	37,19	743,80
3	1	Água Destilada para Autoclave 5L.	SSPLUS	Frasco	120	9,61	1.153,20
12	1	Almotolia 250ml. Transparente, bico reto com tampa.	J PROLAB	UNID.	100	3,20	320,00
36	1	Clorexidina 2% Solução Degermante. Frasco 1L.	VIC PHARMA	Frasco	60	16,13	967,80
53	1	Escova Clorexidina 2% Degermante 22mL.	RIOQUIMICA	UNID.	288	1,74	501,12
121	1	Tala de Papelão 70x20cm.	SS RESGATE	UNID.	600	2,41	1.446,00
123	1	Teste Rápido de ßHCG. Embalados individualmente. Teste imunocromatográfico de etapa única, para determinação qualitativa da gonadotrofina coriônica humana (hCG), na urina e no soro. Embalagem com 100 unidades.	MEDTESTE	Caixa	10	50,00	500,00
VALOR TOTAL: R$ 5.631,92 (cinco mil, seiscentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:F16C1B52

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **MEDSANTA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MAT MÉDICO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **36.757.380/0001-50**, com endereço na Avenida João Luiz Pozzobon, nº. 1728, sala 01, bairro Distrito KM 3, CEP: 97.095-465, na cidade de Santa Maria/RS, Telefone (55) 3347-7000, endereço eletrônico e-mail medsantadistribuidora@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. RAFAEL VIANA, inscrito no CPF sob nº. 008.813.380-01 e portador do RG nº 2075002804, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.

Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.

O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.

Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.

Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.

Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

MEDSANTA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MAT MÉDICO LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 119/2026

Signatário da Ata: Empresa **MEDSANTA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MAT MÉDICO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **36.757.380/0001-50**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
7	1	Agulha Hipodérmica Descartável 25x0,7mm (22Gx1"). Caixa com 100 unidades.	MEDIX	Caixas	400	7,30	2.920,00
9	1	Agulha Hipodérmica Descartável 40x1,20mm (18Gx½). Caixa com 100 unidades.	MEDIX	Caixas	400	7,70	3.080,00
19	1	Bolsa Coletora de Urina Sistema Fechado 2000mL. Em PVC atóxico, com parte anterior transparente e posterior branca. Tubo extensor em PVC atóxico transparente com, no mínimo, 110 cm de comprimento. Clamp corta fluxo. Tubo de drenagem em PVC atóxico transparente com pinça corta fluxo. Ponto de coleta de amostra com membrana de látex auto-cicatrizante. Conector universal com tampa. Válvula anti-refluxo. Filtro de ar hidrófobo. Válvula de drenagem. Suporte de fixação tipo cabide com cordão de 40 cm, para a fixação da bolsa ao leito.	MEDIX	UNID.	400	3,08	1.232,00
27	1	Cateter Intravenoso Periférico 16G. Sem dispositivo de segurança.	POLYMED	UNID.	500	0,64	320,00
61	1	Fio de Sutura Nylon 2-0 com Agulha Triangular de 2,0cm e 3/8. Monofilamento preto, 45cm.	MEDIX	UNID.	200	1,12	224,00
62	1	Fio de Sutura Nylon 3-0 com Agulha Triangular de 2,0cm e 3/8. Monofilamento preto, 45cm.	MEDIX	UNID.	600	1,12	672,00
64	1	Fio de Sutura Nylon 5-0 com Agulha Triangular de 2,0cm e 3/8. Monofilamento, 45cm.	MEDIX	UNID.	300	1,12	336,00
65	1	Fio de Sutura Nylon 6-0 com Agulha Triangular de 2,0cm e 3/8. Monofilamento, 45cm.	MEDIX	UNID.	200	1,12	224,00
76	1	Lâmina Bisturi Estéril NR11. Fabricadas em aço carbono. Embalagem em alumínio. Embalagem com 100 unidades.	MEDIX	Caixa	12	21,30	255,60
77	1	Lâmina Bisturi Estéril NR12. Fabricadas em aço carbono. Embalagem em alumínio. Embalagem com 100 unidades.	MEDIX	Caixa	10	21,30	213,00
91	1	Papel Grau Cirúrgico - Rolo 100mmX100m.	CIEX	UNID.	40	39,00	1.560,00
92	1	Papel Grau Cirúrgico - Rolo 150mmX100m.	CIEX	UNID.	40	53,00	2.120,00
93	1	Papel Grau Cirúrgico - Rolo 200mmX100m.	CIEX	UNID.	40	67,00	2.680,00
114	1	Sonda Foley de Látex 2 Vias 30CC 16FR	MEDIX	UNID.	200	1,95	390,00
VALOR TOTAL: R$ 16.226,60 (dezesseis mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:B61FDEF5

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **MEDVERSUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **57.394.275/0001-74**, com endereço na Rua Erechim, nº. 1454, bairro Centro, CEP: 85.812-260, na cidade de Cascavel/PR, Telefone (45) 3303-4608, endereço eletrônico e-mail contato@medversus.com.br, neste ato representado pelo Sr. GUILBER GONÇALVES DIAS, inscrito no CPF sob nº. 066.499.489-00 e portador do RG nº 10.519.328-9, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria

quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

MEDVERSUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 120/2026

Signatário da Ata: Empresa **MEDVERSUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **57.394.275/0001-74**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
20	1	Cadarço Sarjado para Fixação de Cânula de Traqueostomia. Largura 10mm com 10 metros. Cor: Branco.	SONI	UNID	50	3,72	186,00
58	1	Filtro Bacteriano HME. Conector em Polipropileno. Material Filtrante papel HME. Tubo de ligação. Tubo de EVA + Polipropileno. Tampa. Espaço Morto 30mL. Volume Corrente: 150mL - 1500mL.	BECARE/MEDIX	UNID.	60	6,62	397,20
73	1	Hipoclorito de Sódio 1% Estabilizado. Frasco 1L.	PROLINK/CICLOFARMA	Frasco	1.000	4,29	4.290,00
94	1	Papel Termossensível para Eletrocardiograma 210mmx30m.	M.M.	UNID.	100	21,84	2.184,00
95	1	Papel Termossensível para Eletrocardiograma 216mmx30m.	M.M.	UNID.	100	22,14	2.214,00
VALOR TOTAL: R$ 9.271,20 (nove mil, duzentos e setenta e um reais e vinte centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:E033CB45

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **MKTEX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **52.815.695/0001-63**, com endereço na Avenida Alexandre Ceranto, nº. 2556, bairro: Jardim Paraíso, CEP: 87.507-190, na cidade de Umuarama/PR, Telefone (44) 2020-0292, endereço eletrônico e-mail toclesmed@outlook.com, neste ato representado pela Sra. KELLY SECUNDO DOS SANTOS ALVES, inscrito no CPF sob nº. 060.841.629-08 e portadora do RG nº 9.598.960-8, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.

Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.

O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.

Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.

Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.

Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

MKTEX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 121/2026

Signatário da Ata: Empresa **MKTEX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **52.815.695/0001-63**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
41	1	Compressa de Gaze Tipo Queijo Não Estéril 91cm x 91m. 9 Fios. 100% Algodão.	JN TÊXTIL	UNID.	100	27,75	2.775,00
VALOR TOTAL: R$ 2.775,00 (dois mil, setecentos e setenta e cinco reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:7C85223A

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR

Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **SAN CAMILO HOSPITALAR LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **40.813.690/0002-01**, com endereço na Rua das Carmelitas, nº. 838, bairro Hauer, CEP: 81.610-070, na cidade de Curitiba/PR, Telefone (47) 99284-3322 / (41) 3300-0211, endereço eletrônico e-mail licitacoes@sancamilo.com.br, neste ato representado pela Sra. ROSANA DOS SANTOS DE SOUZA MONNEY RIBAS, inscrito no CPF sob nº. 019.855.959-31 e portadora do RG nº 700019000, conforme relação em anexo

OBJETO

O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;

II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.

Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

SAN CAMILO HOSPITALAR LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 122/2026

Signatário da Ata: Empresa **SAN CAMILO HOSPITALAR LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **40.813.690/0002-01**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
48	1	Eletrodo Descartável ECG Adulto. Composto por espuma adesivada, rebite de prata, gel condutor de celulose sólido, lâmina protetora de PVC. Pacote com 50 unidades.	LIVE	Pacote	1.000	9,60	9.600,00
80	1	Luva de Procedimento Látex G. Anatômicas, não estéreis, ambidestras. Embalagem com 100 unidades.	BOM PACK	Caixa	400	18,75	7.500,00
81	1	Luva de Procedimento Látex M. Anatômicas, não estéreis, ambidestras. Embalagem com 100 unidades.	BOM PACK	Caixa	800	17,94	14.352,00
82	1	Luva de Procedimento Látex P. Anatômicas, não estéreis, ambidestras. Embalagem com 100 unidades.	BOM PACK	Caixa	800	18,75	15.000,00
83	1	Luva de Procedimento Látex PP. Anatômicas, não estéreis, ambidestras. Embalagem com 100 unidades.	BOM PACK	Caixa	500	18,75	9.375,00
87	1	Máscara Cirúrgica Descartável Tripla com Elástico e Clip Nasal. Cor: branca ou azul. Caixa com 50 unidades.	LIVE	Caixa	2.000	3,79	7.580,00
VALOR TOTAL: R$ 63.407,00 (sessenta e três mil, quatrocentos e sete reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:A0DAAEC6

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **21.831.246/0001-85**, com endereço na Rua Nelson Espindola, nº. 138, bairro Centro, CEP: 88.390-000, na cidade de Barra Velha/SC, Telefone (47) 98465-3032, endereço eletrônico e-mail tecsullicitacao@gmail.com / licitacao1@techsulmedical.com.br, neste ato representado pela Sra. MIRIAN STUANI DE ALMEIDA, inscrito no CPF sob nº. 427.852.781-00 e portadora do RG nº 37739757, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:

Advertência;

Impedimento de licitar e contratar;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;

Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;

No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.

Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;

Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.

A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.

As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.

O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.

Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.

A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE

O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.

Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.

O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.

Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.

Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.

Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Signatário Da Ata De Registro De Preços

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 123/2026

Signatário da Ata: Empresa **TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **21.831.246/0001-85**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
17	1	Bandagem Triangular 200x140x140cm. Material: 100% algodão.	TECH-SUL	UNID	300	9,07	2.721,00
86	1	Manta Térmica Aluminizada 2,10x1,40m.	TECH-SUL	UNID.	100	4,20	420,00
VALOR TOTAL: R$ 3.141,00 (três mil, cento e quarenta e um reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:4FA1A2CC

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 86/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 86/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 187/2026
PROTOCOLO Nº 19128/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **contratação do ''SHOW, CLÁSSICOS DO ROCK'', do conjunto musical denominado "ORQUESTRA CORDAS DO IGUAÇU", para apresentação a ser realizada no Município, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**, nos termos do artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: QUARTETO DE CORDAS ALBERTO NEPOMUCENO, inscrito no CNPJ/CPF sob nº 01.201.878/0001-58, com sede na Rua Engenheiro Niepce da Silva, nº 144, Bairro: Portão, CEP: 80.610-280 na cidade de Curitiba/PR.						
LOTE	**ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QTDE**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	1	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais	SERVIÇO	1	38.950,00	38.950,00

Total: R$ 38.950,00 (trinta e oito mil, novecentos e cinquenta reais).

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	**FONTE**	**DESCRIÇÃO**
08002133920011208533903900000	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 21 de Agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:EF4D2F9E

GABINETE
DECRETO N° 169/2026

DECRETO N° 169/2026

Súmula: "Procede a abertura de um *Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.* "

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,**Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA),

DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Executivo a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 514.829,70 (quinhentos e quatorze mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta centavos), destinado a reforço Orçamentário abaixo especificada:

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.1050		-	Construção e Ampliação de Unidade de Educação Fundamental		
Fonte	0 1 104	-	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica – exercício corrente		
4.4.90.51.00.00		-	Obras e Instalações	R$	64.336,98
Fonte	0 1 1176	-	Emenda Ind. Imp. - transf. esp. - (Inc. I do Art. 169-A da E.C. 105/2019) - Dep. Fed. Vermelho – exercício corrente		
4.4.90.51.00.00		-	Obras e Instalações	R$	398.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**462.336,98**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.1063		-	Escola em Tempo Integral – Ensino Fundamental - FUNDEB		
Fonte	0 1 1158	-	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	52.492,72
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**52.492,72**
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**514.829,70**

Art. 3º. Constituem recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o art. 1º do presente Decreto, abaixo especificados:

I – Resultantes do Provável Excesso de Arrecadação nas Fonte de Recursos abaixo descrita, no valor de R$ 450.492,72 (quatrocentos e cinquenta mil, quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, abaixo especificado:

Fonte de Recursos	Descrição	Rubrica	Valor
1158	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI	1.7.1.5.53.0.1.00.00.00.00.00	52.492,72
1176	Emenda Ind. Imp. - transf. esp. - (Inc. I do Art. 169-A da E.C. 105/2019) - Dep. Fed. Vermelho	2.4.1.9.99.0.1.02.00.00.00.00	398.000,00

II – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 64.336,98 (sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa e oito centavos), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.2059		-	Manutenção e Reforma dos Prédios do Ensino Fundamental – Transferências Constitucionais		
Fonte	0 1 104	-	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	64.336,98
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**64.336,98**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**64.336,98**

Art. 4º.A abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 1050, 1063 e 2059, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Construção de Unidade Educacional/ Unidade	Metas Físicas			
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1	-	-	-
0009	PROGRAMA: - Programa de Educação/Expansão do Atendimento Educacional		Metas Financeiras			
1050	ATIVIDADE: Construção e Ampliação de Unidade de Educação Fundamental		2.293.208,46	0,00	0,00	0,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Programa Atendido / Unidade	Metas Físicas			
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1	1	1	1
0009	PROGRAMA: - Programa de Educação/Expansão do Atendimento Educacional		Metas Financeiras			
1063	ATIVIDADE: Escola em Tempo Integral – Ensino Fundamental - FUNDEB		552.492,72	530.000,00	560.740,00	593.263,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Prédios mantidos e reformados / Unidade	Metas Físicas			
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		7	7	7	7
0009	PROGRAMA: - Programa de Educação/Expansão do		Metas Financeiras			

	Atendimento Educacional					
2059	ATIVIDADE: Manutenção e Reforma dos Prédios do Ensino Fundamental – Transferências Constitucionais		585.663,02	689.000,00	728.962,00	771.242,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas nas Ações Orçamentarias 1050, 1063 e 2059, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Construção de Unidade Educacional/ Unidade	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1
0009	PROGRAMA: - Programa de Educação/Expansão do Atendimento Educacional		Metas Financeiras
1050	ATIVIDADE: Construção e Ampliação de Unidade de Educação Fundamental		2.293.208,46

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Programa Atendido / Unidade	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1
0009	PROGRAMA: - Programa de Educação/Expansão do Atendimento Educacional		Metas Financeiras
1063	ATIVIDADE: Escola em Tempo Integral – Ensino Fundamental - FUNDEB		552.492,72

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
12	FUNÇÃO: Educação	Prédios mantidos e reformados/ Unidade	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1
0009	PROGRAMA: - Programa de Educação/Expansão do Atendimento Educacional		Metas Financeiras
2059	ATIVIDADE: Manutenção e Reforma dos Prédios do Ensino Fundamental – Transferências Constitucionais		585.663,02

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 21 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:3C5BA165

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº112 / 2025, decorrente de PregãoN°18/ 2025 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO EM PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **J.C. RAMOS - PNEUS LTDA,** portador do CPF/CNPJ sob nº10.516.266/0001-45, neste ato representada por JOSE CARLOS RAMOS, portador do CPF sob n° 60358807972, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 20/08/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 94,180.00, Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	59993	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 275/80 R 22.5 REFORÇADO A FRIO	UNID	100,00	767,00	76.700,00
1	2	59994	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 295/75.R22.5 REFORÇADO A FRIO	UNID	16,00	840,00	13.440,00
1	3	60020	SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 215x75x17,5	UNID	20,00	202,00	4.040,00

BARBOSA FERRAZ, 20 de agosto de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
J.C. Ramos - Pneus LTDA
10.516.266/0001-45
JOSE CARLOS RAMOS
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:AA51D163

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº114 / 2025, decorrente de PregãoN°18/ 2025 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO EM PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **RIBAS RECAPAGENS DE PNEUS LTDA,** portador do CPF/CNPJ sob nº10.876.097/0001-54, neste ato representada por FABRICIO DISSENHA RIBAS, portador do CPF sob n° 04871878902, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 20/08/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 168,994.00, Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	59991	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 900/20 REFORÇADO A FRIO	UNID	50,00	765,00	38.250,00
1	2	59992	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 1000/20 REFORÇADO A FRIO	UNID	50,00	763,00	38.150,00
1	3	59997	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 7.50 R16 REFORÇADO A FRIO	UNID	12,00	482,00	5.784,00
1	4	60010	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 9.17.5 REFORÇADO A FRIO	UNID	50,00	639,00	31.950,00
1	5	60011	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 2015/75R.17.5 REFORÇADO A FRIO	UNID	40,00	599,00	23.960,00
1	6	60015	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 100X24	UNID	20,00	1.018,00	20.360,00
1	7	60018	SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 1000/20	UNID	20,00	227,00	4.540,00
1	8	60021	SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 275x80x22,5	UNID	20,00	300,00	6.000,00

BARBOSA FERRAZ, 20 de agosto de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Ribas Recapagens De Pneus LTDA
10.876.097/0001-54
FABRICIO DISSENHA RIBAS
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:646EF1C5

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº113 / 2025, decorrente de PregãoN°18/ 2025 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO EM PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **RIBAS PNEUS LTDA,** portador do CPF/CNPJ sob nº05.521.395/0001-91, neste ato representada por FABIANO DISSENHA RIBAS, portador do CPF sob n° 91873266987, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 20/08/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 376,825.00, Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços

especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	PVALOR TOTAL
1	1	59995	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 20/5/25 REFORÇADA A QUENTE	UNID	12,00	5.390,00	64.680,00
1	2	59996	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 14.00.24 REFORÇADA A QUENTE	UNID	24,00	2.580,00	61.920,00
1	3	59998	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 12.5.80.18 REFORÇADO A QUENTE	UNID	12,00	1.345,00	16.140,00
1	4	59999	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 1300/24 REFORÇADO A QUENTE	UNID	6,00	2.305,00	13.830,00
1	5	60000	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 18.4.30 REFORÇADO A QUENTE	UNID	4,00	3.280,00	13.120,00
1	6	60001	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 19.5L.24 REFORÇADO A QUENTE	UNID	12,00	2.845,00	34.140,00
1	7	60002	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 18.4.34 REFORÇADO A QUENTE	UNID	4,00	3.360,00	13.440,00
1	8	60003	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 12.16.5 REFORÇADO A QUENTE	UNID	8,00	1.940,00	15.520,00
1	9	60004	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 14.9.24 REFORÇADO A QUENTE	UNID	6,00	2.130,00	12.780,00
1	10	60005	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 17.5.25 REFORÇADO A QUENTE	UNID	6,00	3.210,00	19.260,00
1	11	60006	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 14.9.28 REFORÇADO A QUENTE	UNID	6,00	2.140,00	12.840,00
1	12	60007	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 14.17.5 REFORÇADO A QUENTE	UNID	12,00	1.220,00	14.640,00
1	13	60009	SERVIÇO DE RECAPAGENS PNEU 10-16.5 REFORÇADO A FRIO	UNID	12,00	870,00	10.440,00
1	14	60012	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 18,4X34	UNID	10,00	1.085,00	10.850,00
1	15	60013	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 17,5X25	UNID	15,00	935,00	14.025,00
1	16	60014	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 20.5.25	UNID	15,00	1.245,00	18.675,00
1	17	60016	SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 19,5X24	UNID	10,00	975,00	9.750,00
1	18	60017	SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 12,5X80X18	UNID	10,00	345,00	3.450,00
1	19	60019	SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 14,9/24	UNID	15,00	795,00	11.925,00
1	20	60022	SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 18,4x30	UNID	5,00	1.080,00	5.400,00

BARBOSA FERRAZ, 20 de agosto de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Ribas Pneus LTDA
05.521.395/0001-91
FABIANO DISSENHA RIBAS
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:9EF3FDC0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026

Nº Processo: 85/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE RURAL DO COQUEIRALZINHO**. Fundamento Legal: Art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021. Ratificação em 21/08/2026 por Luiz Fabiano Zanatta, Prefeito Municipal.
Valor: R$177.000,00 (Cento e Setenta e Sete Mil Reais).
Parceria com **JOSÉ ROBERTO PEPI, CPF 490.319.969-04**, conforme quadro a seguir:

JOSÉ ROBERTO PEPI								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL RURAL DESTINADO A IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE RURAL DO COQUEIRALZINHO.			UN	1,00	177.000,00	177.000,00
TOTAL								177.000,00

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 21 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:FB95BC66

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº7/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: CC7/2026
b) Modalidade: Concorrência
c) Data de homologação: 21/08/2026
d) Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à implantação do sistema de Iluminação Pública da Ciclovia Municipal de Bom Jesus do Sul/PR
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

4642 - RAFAEL ZABOT KORLIKOSKI - EIRELI (10.353.532/0001-66)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	33772 - Execução de obras de engenharia destinada à implantação do sistema de Iluminação Publica da Ciclovia Municipal de Bom Jesus do Sul/PR, localizada ás margens da PR-885, compreendendo serviços preliminares, escavação mecanizadas de valas, reaterro compactado, execução de camada drenante e de proteção para eletrodutos, bases em concreto armado para fixação dos postes, instalação de postes metálicos galvanizados, luminária LED ornamentais, quadros de distribuição de energia eletroduto, cabos elétricos, caixas de passagem aterramentos, dispositivos de comando e proteção, trecho de alimentação aérea, testes de funcionamento, limpeza final e demais serviços necessários à completa entrega do sistema em condições adequadas de uso, segurança e funcionalidade.	UN	PRÓPRIA	1	238.800,00	238.800,00
Total (R$):						238.800,00

Bom Jesus do Sul-PR, 21/08/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:2C7F6B51

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 35/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR35/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data de homologação: 21/08/2026
d) Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, confecção sob medida e instalação de cortinas e persianas, incluindo materiais (tecidos blackout e telas screen), acessórios (varões de alumínio, suportes, ilhós em inox e bandôs) e mão de obra técnica.
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7844 - LOFTY FLEX PERSIANAS LTDA (18.900.026/0001-51)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	24	33345 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster tamanho 1,20x1,00, comando E, tamanho 1,20, com instalação inclusa. Sala de recepção UBS.	UN	PRÓPRIA	1	172,70	172,70
2	25	33346 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,00x1,00, comando D, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Consultório 01 e 02.	UN	PRÓPRIA	2	287,80	575,60
2	26	33347 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,00x1,00, comando E, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Consultório 03, sala de empacotamento, odontologia janela E, odontologia janela D, sala multiuso janela E e D.	UN	PRÓPRIA	6	287,80	1.726,80
2	27	33348 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster tamanho 1,90x1,00, comando D, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Consultório enfermagem 01:	UN	PRÓPRIA	1	277,20	277,20
2	28	33349 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,00x1,00, comando D tamanho 1,10, com instalação inclusa. Consultório enfermagem 02, sala de vacinação, sala de medicação, sala de lavagem, sala de nebulização, sala de gestão, sala de curativos	UN	PRÓPRIA	7	287,80	2.014,60
2	29	33350 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 1,93x1,00, comando E, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Cozinha.	UN	PRÓPRIA	1	283,10	283,10
2	30	33351 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 1,20x1,00, comando D, tamanho 1,10, com	UN	PRÓPRIA	2	175,00	350,00

		instalação inclusa. Sala de esterilização e farmácia.					
3	31	33352 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 1 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	32	33354 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 0,87x1,15, comando E, tamanho 1,15, com instalação inclusa. Porta 1, espaço 1 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	151,50	151,50
3	33	33355 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 2 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	34	33357 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 3 – Agricultura:	UN	PRÓPRIA	1	402,30	402,30
3	35	33359 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando E, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 4 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	36	33360 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando E, tamanho 1,45 com instalação inclusa. Janela 1, espaço 5 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	37	33361 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	38	33362 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando E, tamanho 1,45 com instalação inclusa. Janela 1, espaço 7 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	39	33363 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 8 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	40	33364 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 0,87x1,15, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Porta 1, espaço 8 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	149,40	149,40
3	41	33365 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 2,50, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 9 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	42	33366 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. Janela 2, espaço 9 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	43	33367 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 10 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	44	33368 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. Janela 2, espaço 10 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	45	33369 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. janela 03, espaço 10 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	46	33370 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. Janela 4, espaço 10 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	47	33371 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 0,65x2,20, comando E, tamanho 1,70, com instalação inclusa. Porta 1, espaço 11 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	165,70	165,70
3	48	33372 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 1,00x2,20, comando D, tamanho 1,70, com instalação inclusa. Porta 2, espaço 11 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	250,80	250,80
3	49	33373 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 0,65x2,20, comando E, tamanho 1,70, com instalação inclusa. Porta 3, espaço 11 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	165,70	165,70
3	50	33374 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, espaço 12 – Agricultura. tamanho 0,90x1,20, comando D, tamanho 1,20, com instalação inclusa. Porta 1, espaço 12 - Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	155,80	155,80
Total (R$):							11.800,00

Bom Jesus do Sul-PR, 21/08/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:0F6BF734

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 048.2026 - MEDICAMENTOS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº 053/2026, referente ao Processo Administrativo nº 104/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 048/2026, que tem por objeto o Registro de Preços para fornecimento parcelado de medicamentos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Cafelândia/PR, com foco no abastecimento da Farmácia Básica Municipal, das Unidades Básicas de Saúde – UBS, do Pronto Atendimento Municipal – PAM e do Hospital Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, verificou-se como vencedoras do certame as empresas abaixo relacionadas:

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
CIRURGICA NOSSA SENHORA – LTDA CNPJ nº 24.586.988/0001-80	R$ 56.880,66	cinquenta e seis mil e oitocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	45, 88, 90 e 123
PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 81.706.251/0001-98	R$ 88.959,00	oitenta e oito mil e novecentos e cinquenta e nove reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	18, 33, 43, 50, 97, 118, 121, 122 e 126
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA CNPJ nº 02.816.696/0001-54	R$ 78.724,20	setenta e oito mil e setecentos e vinte e quatro reais e vinte centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	4, 13, 16, 22, 24, 26, 35, 41, 60, 62, 65, 71, 73, 80, 81, 105, 106 e 112
DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. CNPJ nº 56.081.482/0001-06	R$ 1.120,00	mil cento e vinte reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	93
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 94.516.671/0002-34	R$ 11.220,00	onze mil e duzentos e vinte reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	36, 95 e 100
A.D. DAMINELLI LTDA CNPJ nº 10.749.758/0001-80	R$ 20.400,00	vinte mil e quatrocentos reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	51
CIRURGICA PRIME LTDA CNPJ nº 46.116.717/0001-02	R$ 48.807,00	quarenta e oito mil e oitocentos e sete reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	17, 25, 27, 66, 87, 89 e 91
INOVAMED HOSPITALAR LTDA CNPJ nº 12.889.035/0001-02	R$ 29.423,93	vinte e nove mil e quatrocentos e vinte e três reais e noventa e três centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	30, 47, 49, 57 e 68
MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A CNPJ nº 07.752.236/0008-08	R$ 19.430,60	dezenove mil e quatrocentos e trinta reais e sessenta centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	72 e 114
M C W PROD MEDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 94.389.400/0001-84	R$ 13.577,22	treze mil e quinhentos e setenta e sete reais e vinte e dois centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	115
VERTICE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 60.146.737/0001-49	R$ 4.396,00	quatro mil e trezentos e noventa e seis reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	102
MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 21.484.336/0001-47	R$ 20.930,00	vinte mil e novecentos e trinta reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	28
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ nº 00.802.002/0001-02	R$ 33.014,45	trinta e três mil e quatorze reais e quarenta e cinco centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	8, 44, 58, 67, 104, 110, 119, 120, 135, 139 e 142
FARMACIA DE MANIPULAÇÃO IDEAL FORMULAS LTDA-ME CNPJ nº 04.522.343/0001-77	R$ 19.780,00	dezenove mil e setecentos e oitenta reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	143
SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 00.656.468/0001-39	R$ 66.770,00	sessenta e seis mil e setecentos e setenta reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	23, 34, 54, 63, 70, 78, 79, 85, 117, 125 e 132
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA CNPJ nº 25.279.552/0001-01	R$ 96.421,20	noventa e seis mil e quatrocentos e vinte e um reais e vinte centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	1, 11, 76, 101, 103 e 107
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 28.093.678/0001-85	R$ 2.478,00	dois mil e quatrocentos e setenta e oito reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	48, 59 e 69
CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP CNPJ nº 32.743.242/0001-61	R$ 10.500,00	dez mil e quinhentos reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	92
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 03.652.030/0001-70	R$ 75.535,00	setenta e cinco mil e quinhentos e trinta e cinco reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	5, 15, 20, 46, 86, 94, 98, 99 e 127
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA CNPJ nº 76.386.283/0001-13	R$ 12.780,00	doze mil e setecentos e oitenta reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	14 e 77
CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 40.274.237/0001-85	R$ 17.572,80	dezessete mil e quinhentos e setenta e dois reais e oitenta centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	2 e 113
MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 30.754.325/0001-20	R$ 4.775,00	quatro mil e setecentos e setenta e cinco reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	38
AQ PHARMA LABORATORIO DE MANIPULACAO LTDA CNPJ nº 04.767.168/0001-88	R$ 450,00	quatrocentos e cinquenta reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	6
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 04.355.394/0001-51	R$ 13.494,00	treze mil e quatrocentos e noventa e quatro reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	55
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 04.071.245/0001-60	R$ 9.719,86	nove mil e setecentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	12, 74, 128 e 133
GET MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 41.836.567/0001-80	R$ 3.700,00	três mil e setecentos reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	3
PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 41.141.956/0001-90	R$ 22.000,00	vinte e dois mil reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	144
MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 161.891,10	cento e sessenta e um mil e oitocentos e noventa e um reais e dez centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	9, 10, 19, 21, 31, 32, 40, 42, 52, 53, 56, 61, 64, 75, 82, 83, 108, 111, 116, 124, 129, 130, 131, 134, 137, 141 e 145

CNPJ nº 04.470.877/0001-05				
DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 10.566.711/0001-81	R$ 3.935,00	três mil e novecentos e trinta e cinco reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	7
TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 35.959.514/0001-53	R$ 2.161,35	dois mil e cento e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	37
KADFAR MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 32.116.161/0001-31	R$ 32.320,00	trinta e dois mil e trezentos e vinte reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	29, 136 e 138
NATCOFARMA DO BRASIL LTDA CNPJ nº 08.157.293/0001-27	R$ 9.210,00	nove mil e duzentos e dez reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	140
METTA FARMACEUTICA LTDA CNPJ nº 42.496.258/0001-70	R$ 14.868,00	quatorze mil e oitocentos e sessenta e oito reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	84

O valor total a ser adjudicado e homologado perfaz a quantia de R$ 1.007.244,37 (um milhão e sete mil e duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e sete centavos), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do presente processo ao setor competente para adoção das providências administrativas cabíveis, especialmente quanto à emissão e formalização da respectiva Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, conforme a natureza do objeto e disposições constantes no instrumento convocatório.

Cafelândia/PR, 20 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:D6D29074

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 053.2026 - PREGÃO Nº 048.2026 - MEDICAMENTOS

ATA Nº 053/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 048/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 08h30min, por meio da plataforma eletrônica BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, foi aberta a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 048/2026, referente ao Processo Administrativo nº 104/2026, promovido pelo Município de Cafelândia/PR, cujo objeto consiste no Registro de Preços para fornecimento parcelado de medicamentos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Cafelândia/PR, com foco no abastecimento da Farmácia Básica Municipal, das Unidades Básicas de Saúde – UBS, do Pronto Atendimento Municipal – PAM e do Hospital Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O procedimento foi processado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, com valor máximo estimado de R$ 1.585.263,42, adotando-se o critério de julgamento de menor preço, no modo de disputa aberto e fechado, sob o Sistema de Registro de Preços. Durante a sessão, o Agente de Contratação acompanhou a fase competitiva de lances, procedeu à análise das propostas classificadas e realizou as diligências necessárias à verificação do atendimento das exigências do Edital e do Termo de Referência, com solicitação de propostas ajustadas, documentos de habilitação, registros sanitários, catálogos, fichas técnicas e demais documentos pertinentes, quando aplicável. Foram promovidas as classificações, desclassificações e convocações subsequentes necessárias, observando-se a ordem de classificação, as especificações técnicas dos medicamentos ofertados e as exigências de habilitação estabelecidas no instrumento convocatório. Após a análise das propostas e dos documentos de habilitação, foram declaradas vencedoras as empresas relacionadas na tabela abaixo. Registra-se que houve recurso administrativo referente ao item 113, o qual foi regularmente processado e julgado procedente, resultando na desclassificação da proposta anteriormente aceita e no prosseguimento com a licitante subsequente. Após as diligências e análise técnica pertinentes, foi aceita a proposta da empresa CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA para o referido item, permanecendo encerradas as etapas de julgamento, habilitação e recurso, com encaminhamento do processo para adjudicação e homologação pela Autoridade Competente.

Participante/Vencedor	**Valor R$**	**Valor R$ por extenso**	**Condições de pagamento**	**Itens/Lotes**
CIRURGICA NOSSA SENHORA – LTDA CNPJ nº 24.586.988/0001-80	R$ 56.880,66	cinquenta e seis mil e oitocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	45, 88, 90 e 123
PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 81.706.251/0001-98	R$ 88.959,00	oitenta e oito mil e novecentos e cinquenta e nove reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	18, 33, 43, 50, 97, 118, 121, 122 e 126
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA CNPJ nº 02.816.696/0001-54	R$ 78.724,20	setenta e oito mil e setecentos e vinte e quatro reais e vinte centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	4, 13, 16, 22, 24, 26, 35, 41, 60, 62, 65, 71, 73, 80, 81, 105, 106 e 112
DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. CNPJ nº 56.081.482/0001-06	R$ 1.120,00	mil cento e vinte reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	93
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 94.516.671/0002-34	R$ 11.220,00	onze mil e duzentos e vinte reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	36, 95 e 100
A.D. DAMINELLI LTDA CNPJ nº 10.749.758/0001-80	R$ 20.400,00	vinte mil e quatrocentos reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	51
CIRURGICA PRIME LTDA CNPJ nº 46.116.717/0001-02	R$ 48.807,00	quarenta e oito mil e oitocentos e sete reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	17, 25, 27, 66, 87, 89 e 91
INOVAMED HOSPITALAR LTDA CNPJ nº 12.889.035/0001-02	R$ 29.423,93	vinte e nove mil e quatrocentos e vinte e três reais e noventa e três centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	30, 47, 49, 57 e 68
MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A CNPJ nº 07.752.236/0008-08	R$ 19.430,60	dezenove mil e quatrocentos e trinta reais e sessenta centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	72 e 114
M C W PROD MEDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 94.389.400/0001-84	R$ 13.577,22	treze mil e quinhentos e setenta e sete reais e vinte e dois centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	115

VERTICE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 60.146.737/0001-49	R$ 4.396,00	quatro mil e trezentos e noventa e seis reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	102
MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 21.484.336/0001-47	R$ 20.930,00	vinte mil e novecentos e trinta reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	28
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ nº 00.802.002/0001-02	R$ 33.014,45	trinta e três mil e quatorze reais e quarenta e cinco centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	8, 44, 58, 67, 104, 110, 119, 120, 135, 139 e 142
FARMACIA DE MANIPULAÇÃO IDEAL FORMULAS LTDA-ME CNPJ nº 04.522.343/0001-77	R$ 19.780,00	dezenove mil e setecentos e oitenta reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	143
SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 00.656.468/0001-39	R$ 66.770,00	sessenta e seis mil e setecentos e setenta reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	23, 34, 54, 63, 70, 78, 79, 85, 117, 125 e 132
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA CNPJ nº 25.279.552/0001-01	R$ 96.421,20	noventa e seis mil e quatrocentos e vinte e um reais e vinte centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	1, 11, 76, 101, 103 e 107
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 28.093.678/0001-85	R$ 2.478,00	dois mil e quatrocentos e setenta e oito reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	48, 59 e 69
CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP CNPJ nº 32.743.242/0001-61	R$ 10.500,00	dez mil e quinhentos reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	92
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 03.652.030/0001-70	R$ 75.535,00	setenta e cinco mil e quinhentos e trinta e cinco reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	5, 15, 20, 46, 86, 94, 98, 99 e 127
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA CNPJ nº 76.386.283/0001-13	R$ 12.780,00	doze mil e setecentos e oitenta reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	14 e 77
CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 40.274.237/0001-85	R$ 17.572,80	dezessete mil e quinhentos e setenta e dois reais e oitenta centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	2 e 113
MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 30.754.325/0001-20	R$ 4.775,00	quatro mil e setecentos e setenta e cinco reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	38
AQ PHARMA LABORATORIO DE MANIPULACAO LTDA CNPJ nº 04.767.168/0001-88	R$ 450,00	quatrocentos e cinquenta reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	6
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 04.355.394/0001-51	R$ 13.494,00	treze mil e quatrocentos e noventa e quatro reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	55
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 04.071.245/0001-60	R$ 9.719,86	nove mil e setecentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	12, 74, 128 e 133
GET MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 41.836.567/0001-80	R$ 3.700,00	três mil e setecentos reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	3
PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 41.141.956/0001-90	R$ 22.000,00	vinte e dois mil reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	144
MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 04.470.877/0001-05	R$ 161.891,10	cento e sessenta e um mil e oitocentos e noventa e um reais e dez centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	9, 10, 19, 21, 31, 32, 40, 42, 52, 53, 56, 61, 64, 75, 82, 83, 108, 111, 116, 124, 129, 130, 131, 134, 137, 141 e 145
DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 10.566.711/0001-81	R$ 3.935,00	três mil e novecentos e trinta e cinco reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	7
TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 35.959.514/0001-53	R$ 2.161,35	dois mil e cento e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	37
KADFAR MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 32.116.161/0001-31	R$ 32.320,00	trinta e dois mil e trezentos e vinte reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	29, 136 e 138
NATCOFARMA DO BRASIL LTDA CNPJ nº 08.157.293/0001-27	R$ 9.210,00	nove mil e duzentos e dez reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	140
METTA FARMACEUTICA LTDA CNPJ nº 42.496.258/0001-70	R$ 14.868,00	quatorze mil e oitocentos e sessenta e oito reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	84

O valor total a ser adjudicado é de R$ 1.007.244,37 (um milhão e sete mil e duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e sete centavos), contemplando o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como o Contrato será encaminhado ao setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 20/08/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:38F8DCCB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 02/2026
Nº Licitação: 02/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Pregão eletrônico para Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de acesso à internet, por controle mensal, por meio das tecnologias fibra óptica e internet via rádio, visando atender às necessidades de conectividade dos prédios públicos pertencentes às secretarias municipais, localizados na zona urbana e zona rural do Município.

FORNECEDOR: IVATEL REDES E INTERNET LTDA
CNPJ: 14.032.397/0001-08

		LOTE I				
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição**	**Valor Unitário Mensal**	**Valor Total Mensal**	**Marca**
01	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **500** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para a Prefeitura Municipal de Califórnia-Pr, Rua 17 de Dezembro, nº 149, Bairro Centro.	179,00	2.148,00	SERVIÇO
02	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **500** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o Unidade de Saúde Central – Padre Tito Cerasoli, Rua Mirian Marçal, nº 442, Bairro Centro.	180,00	2.160,00	SERVIÇO
03	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **500** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, local à definir.	180,00	2.160,00	SERVIÇO
04	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o Posto de Atendimento do Detran, Rua São Francisco nº 122, Bairro Centro.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
05	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi., para a Secretaria Municipal de Educação, Rua São Francisco nº 84, Bairro Centro.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
06	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o CMEI Agenor de Mattos , Rua Mirian Marçal, nº 466, Bairro Centro.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
07	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o CMEI João Gimeni, Rua Boa Vista, nº 259, Bairro Centro.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
08	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi., para o CMEI Rosana de Oliveira Vasques, Rua Paraná nº 1050, Bairro Colonização Nova Califórnia.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
09	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o CMEI Alegria do Saber, Praça Severino Belonci, nº 45, Bairro Farílio Batista da Silva.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
10	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o Clube do Irmão Caçula, Rua José Antônio Gimeni nº 70, Bairro Farílio Batista da Silva.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
11	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para a Escola Municipal Califórnia, Rua Menotti Bolinelli, nº 266. Bairro Centro	125,00	1.500,00	SERVIÇO
12	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fo, para a Escola Municipal Sueli Bisconcini Viana, Rua Paraná, nº 110, Bairro Colonização Nova Califórnia	125,00	1.500,00	SERVIÇO
13	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o Centro de distribuição da Merenda Escolar, Rua Luiz Gasparetto nº 10, Bairro Guiomar de Mattos.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
14	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para a Biblioteca Cidadã Mauro Pazini, rua Mirian Marçal, nº 301, Bairro Centro.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
15	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para a Unidade Básica Básica de Saúde/PSF, Praça Severino Belonci, SN, Bairro Farílio Batista da Silva.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
16	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para a Unidade Básica de Saúde Drº Mário Farah Rafka, Rua Fernando Martins, nº 111, Bairro Residencial Silvino Lino Coelho.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
17	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para a Secretaria Municipal de Assistência Social, rua São Francisco, nº 84, Bairro Centro.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
18	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o Centro de Apoio para a Melhor Idade, rua Alvorada, esquina com a rua Araguaia, SN, Bairro Centro.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
19	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, rua Juiz de Fora, nº 105, Bairro Centro.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
20	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o Conselho Tutelar, rua Luiz Gasparetto, nº 94, bairro Guiomar de Mattos.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
21	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, Pátio Municipal de Máquinas, rua Campinas, SN, Bairro Guiomar de Mattos.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
22	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o Cemitério Municipal, rua Sezinando Valente, SN,	125,00	1.500,00	SERVIÇO
23	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para a Rodoviária Municipal, Avenida Ponta Grossa, SN.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
24	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para a Capela Mortuária Municipal, rua Boa Vista, nº 434, bairro Centro.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
25	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para a Casa dos Peregrinos, Rua Projetada A, SN, Bairro Residencial Antônio Eduardo da Silva.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
26	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para a Praça do Mirante – Parque Nossa Senhora Aparecida, Rua Projetada C, SN, Bairro Antônio Eduardo da Silva.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
27	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura/EMATER, rua José Cunha Neto, nº 190, Bairro Centro.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
28	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps)	125,00	1.500,00	SERVIÇO

			no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o Portal de Entrada de Califórnia "Bem vindos, BR 376, em frente ao Depósito de Materiais de Construção João de Barro, sentido Apucarana/Califórnia			
29	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para a Av. Getúlio Vargas, esquina com a João Voltarelli, em frente ao nº 195 (no poste).	125,00	1.500,00	SERVIÇO
30	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o Portal São Francisco de Assis, na entrada de Califórnia – BR 376, sentido Marilândia do Sul/Califórnia.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
31	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, Nova UBS, Av. Getúlio Vargas, SN, próximo a APAE de Califórnia.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
32	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, para o Centro de Eventos – Rodovia do Café BR 376, KM 252, no Parque Industrial 02.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
33	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, na Praça da Bíblia, rua Projetada 02, SN, Residencial Bariloche.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
34	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, local à definir I.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
35	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, local à definir, II.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
36	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, local à definir, III	125,00	1.500,00	SERVIÇO
37	12	Mês	Internet de fibra óptica com IP fixo, velocidade de **200** Megabits por segundo (Mbps) no mínimo e instalação com modem wi-fi, local à definir, IV.	125,00	1.500,00	SERVIÇO
TOTAL GERAL ANUAL:					**R$ 57.468,00**	

Valor Total do Pregão: R$ 61.905,72 (Sessenta e um mil novecentos e cinco reais e setenta e dois centavos).

Total Homologado do Processo: R$ 57.468,00 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

Manutenção do Departamento de Administração
03.009.04.122.0004.2015 – 3.3.90.39 Fonte 1000 - Red. 91
Manutenção do Conselho Tutelar
06.028.08.243.0009.2084 – 3.3.90.39 Fonte 1000 – Red. 301
Manutenção do Pátio de Máquinas e Veículos
04.011.26.782.0037.2021 – 3.3.90.39 Fonte 1000 – Red. 131
Manutenção do Centro de Saúde
05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.39 Fonte 303 – Red. 154
05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.39 Fonte 494 – Red. 154
05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.39 Fonte 330 – Red. 154
Programa de Saúde da Família - PSF
05.013.10.301.0012.2027 – 3.3.90.39 Fonte 303 – Red. 181
05.013.10.301.0012.2027 – 3.3.90.39 Fonte 494 – Red. 181
Manutenção do Departamento de Assistência Social
06.014.08.244.0010.2034 – 3.3.90.39 Fonte 1000 – Red. 213
Manutenção das Escolas Municipais
07.017.12.361.0017.2042 – 3.3.90.39 Fonte 103 – Red. 354
07.017.12.361.0017.2042 – 3.3.90.39 Fonte 104 – Red. 354
Manutenção do Departamento de Educação
07.017.12.361.0017.2044 – 3.3.90.39 Fonte 103 – Red. 368
07.017.12.361.0017.2044 – 3.3.90.39 Fonte 104 – Red. 368
Manutenção do Clube do Irmão Caçula
07.017.12.361.0017.2057 – 3.3.90.39 Fonte 103 – Red. 384
07.017.12.361.0017.2057 – 3.3.90.39 Fonte 104 – Red. 384
Manutenção de Centros Educacional Infantil
07.017.12.365.0019.2045 – 3.3.90.39 Fonte 103 – Red. 395
07.017.12.365.0019.2045 – 3.3.90.39 Fonte 104 – Red. 395
Manutenção do Departamento de Agricultura
09.021.20.608.0031.2049 – 3.3.90.39 Fonte 1000 – Red. 430
Manutenção do Departamento de Esportes
11.024.27.812.0038.2048 – 3.3.90.39 Fonte 1000 – Red. 457
Manutenção de Centro Cultural
12.025.13.392.0023.2056 – 3.3.90.39 Fonte 1000 – Red. 470

Valor Total R$ 61.905,72.
Califórnia, 27 de fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:05F20F34

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
DECRETO N° 2722/2026 DE 21/08/2026

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 2722/2026 de 21/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1093/2025 de 02/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$544.000,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	
06.001.10.301.0011.2.018		Ações a cargo da Secretaria Municipal da Saúde	
174 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
06.001.10.301.0011.2.019		Manutenção dos Programas da Saúde	
190 - 3.3.90.14.00.00	1494	DIÁRIAS - CIVIL	4.000,00
06.001.10.302.0011.2.017		Manutenção de Ações de Atenção a Media e Alta complexidade	
220 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	350.000,00
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
07.001		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS	
07.001.15.452.0020.2.028		Manutenção de Vias Publicas	
245 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	90.000,00
Total Suplementação:			544.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	
06.001.10.301.0011.2.018		Ações a cargo da Secretaria Municipal da Saúde	
169 - 3.3.90.30.00.00	1303	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
170 - 3.3.90.33.00.00	1303	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
175 - 3.3.90.40.00.00	1303	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	5.000,00
178 - 4.4.90.52.00.00	1303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
06.001.10.301.0011.2.019		Manutenção dos Programas da Saúde	
189 - 3.3.72.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
192 - 3.3.90.32.00.00	1303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	150.000,00
194 - 3.3.90.34.00.00	1303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE	100.000,00
199 - 4.4.90.52.00.00	1303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	105.000,00
06.001.10.302.0011.2.017		Manutenção de Ações de Atenção a Media e Alta complexidade	
216 - 3.3.90.30.00.00	1303	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
06.001.10.305.0012.2.020		Vigilância em Saúde	
231 - 3.3.90.30.00.00	1494	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
235 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
236 - 3.3.90.40.00.00	1303	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	10.000,00
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
07.001		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS	
07.001.15.452.0020.2.037		Manutenção de Parques e Praças	
253 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	45.000,00
Redução			
07.001.15.452.0021.2.029		Iluminação Pública	
262 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	45.000,00
Total Redução:			544.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 21 de Agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL	21/08/2026 - 11:20:25

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:18AD076F

GABINETE
DECRETO N° 2723/2026 DE 21/08/2026

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL

ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 2723/2026 de 21/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1093/2025 de 02/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.222.936,04 (um milhão, duzentos e vinte e dois mil e novecentos e trinta e seis reais e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	
06.001.10.302.0011.2.017		Manutenção de Ações de Atenção a Media e Alta complexidade	
212 - 3.3.71.70.00.00	3494	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	20.000,00
220 - 3.3.90.39.00.00	3370	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	156.728,91
220 - 3.3.90.39.00.00	3494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	180.000,00
06.001.10.305.0012.2.020		Vigilância em Saúde	
235 - 3.3.90.39.00.00	3497	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.207,13
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
07.001		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS	
07.001.15.452.0020.2.028		Manutenção de Vias Publicas	
245 - 3.3.90.30.00.00	31000	MATERIAL DE CONSUMO	600.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.004		SECRETARIA MUNICIPAL - DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL	
08.004.08.244.0025.2.032		Ações a cargo da Secretaria de Assistencia Social	
342 - 3.3.90.39.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
08.007		DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS, LAZER E JUVENTUDE - MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL	
08.007.27.812.0010.6.017		Ações a Cargo do Departamento de Esportes	
386 - 3.3.90.39.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
		Total Suplementação:	1.222.936,04

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 21 de Agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:43A70D9A

GABINETE
DECRETO N° 2725/2026 DE 21/08/2026

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 2725/2026 de 21/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1129/2026 de 21/08/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.135.000,00 (um milhão, cento e trinta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.002		COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.002.12.365.0006.1.014		Edificações, Revitalização e Infraestrutura na rede Municipal de Ensino	
603 - 4.4.90.61.00.00	1103	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	885.000,00
603 - 4.4.90.61.00.00	1104	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	250.000,00
		Total Suplementação:	1.135.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita		
Receita: 1.1.1.2.53.0.1	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE	250.000,00
Receita: 1.7.2.1.50.0.1	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL - Fonte: 1103	885.000,00
	Total da Receita:	1.135.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 21 de Agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:A167183B

GABINETE
LEI N.º 1.132, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Ratifica a Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral (COIN-GM), nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Faço saber que a Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificada a Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral – COIN-GM, aprovada em assembleia ordinária em 27 de abril de 2026 e publicada no Diário Oficial do Estado em data de 27 de maio de 2026, documento este que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 19 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.132, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

ANEXO ÚNICO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COIN-GM

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM OS MUNICÍPIOS DESCRITOS EM SEU ANEXO I, QUE TEM POR FINALIDADE O INTERESSE COMUM NA UNIVERSALIZAÇÃO DO DIREITO À SEGURANÇA, POR MEIO DE POLITICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS À PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE, ALÉM DE OUTROS OBJETIVOS PREVISTOS EM SUAS CLÁUSULAS, QUE SE ENCONTRAM REDIGIDAS DE ACORDO COM A LEI FEDERAL N.º 11.107/2005 E DECRETO FEDERAL REGULAMENTADOR N.º 6.017/2007, DIPLOMAS QUE DISPÕEM SOBRE NORMAS GERAIS PARA A CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS PELOS ENTES FEDERADOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO

1.1 O presente Consórcio será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E LITORAL – COIN-GM (Acrescentado pela 12ª Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026).

CLÁUSULA SEGUNDA – FINALIDADES DO CONSÓRCIO
2.1 O Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral-COIN-GM terá por finalidade precípua a gestão associada dos serviços públicos de segurança pública por meio de esforços entre os partícipes para o enfrentamento da criminalidade e da violência, a fim de reduzir os seus altos índices e promover os direitos humanos (Acrescentado pela 12ª Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026).

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE DURAÇÃO
3.1 O prazo de duração do presente Consórcio é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA – SEDE DO CONSÓRCIO
4.1 A sede do Consórcio será em Curitiba, Paraná.
4.2 A sede e foro do Consórcio poderão ser transferidos, por decisão em Assembleia Geral, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros consorciados (Acrescentado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.05.2024).

CLÁUSULA QUINTA – IDENTIFICAÇÃO DOS ENTES FEDERADOS PARTICIPANTES
5.1 O presente Consórcio é constituído inicialmente pelos municípios descritos no Anexo I deste Protocolo de Intenções, sendo facultado o ingresso de outros municípios da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral, nos termos da Lei Federal n.º 11.107/2005, desde que possuam Guardas Municipais (Acrescentado pela 12ª Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026).
5.2 Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados no Anexo I, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente Protocolo.

CLÁUSULA SEXTA – ÁREA DE ATUAÇÃO
6.1 A área de atuação do Consórcio corresponde à área de abrangência dos municípios que o compõem. Na medida em que outros municípios façam a adesão ao presente protocolo de intenções, fica automaticamente estendida a área de atuação do Consórcio.

CLÁUSULA SÉTIMA – NATUREZA JURÍDICA

7.1 O Consórcio constitui-se como associação pública, possui personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, sendo a Assembleia Geral seu principal órgão de deliberação.

CLÁUSULA OITAVA – REPRESENTAÇÃO DO CONSÓRCIO PERANTE OUTRAS ESFERAS DE GOVERNO
8.1 O Presidente do Consórcio terá competência para representar os municípios consorciados, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer esferas de governo ou de poder, bem como perante entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais.
8.2 O Presidente representará o consórcio ativa e passivamente, nas esferas judicial e extrajudicial.

CLÁUSULA NONA – ASSEMBLEIA GERAL, FORMA DE DELIBERAÇÃO, NORMAS DE CONVOCAÇÃO E FUNCIONAMENTO, ELABORAÇÃO, APROVAÇÃO E ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL
9.1 A Assembleia Geral, instância máxima de deliberação do Consórcio, nos termos do art. 4º, VII, da Lei Federal n.º 11.107/2005, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os Municípios consorciados.
9.2 Cada membro do Consórcio terá direito a um voto na Assembleia Geral, independentemente da sua população, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei Federal n.º 11.107/2005.
9.3 A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente pelo menos 01 (uma) vez por ano e, extraordinariamente, desde que solicitada por qualquer um de seus membros e ratificada por pelo menos um sexto dos votos de seus membros.
9.4 A Assembleia Geral será convocada, de forma ordinária, pelo Presidente do consórcio.
9.5 A reunião ordinária da Assembleia Geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 7 (sete) dias. A reunião extraordinária deverá ser convocada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. As reuniões deverão ter ampla divulgação na mídia, notadamente na rede mundial de computadores (internet).
9.6 O Estatuto Social será aprovado na primeira reunião da Assembleia Geral, pela maioria absoluta dos Municípios consorciados.
9.7 O Estatuto Social somente poderá ser alterado por dois terços dos votos dos membros presentes à Assembleia Geral, em reunião com grande divulgação, e especialmente convocada para esta finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – ELEIÇÃO E DURAÇÃO DO MANDATO DO REPRESENTANTE LEGAL E DOS DEMAIS MEMBROS DA DIRETORIA
10.1 O Consórcio será presidido pelo Chefe do Poder Executivo de um dos municípios consorciados, que será o seu representante legal, eleito em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.
10.2 O Presidente será eleito mediante voto público e nominal, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.
10.3 Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos.
10.4 Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á segundo escrutínio, por maioria simples, onde concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.
10.5 Na mesma ocasião e condições dos itens anteriores, serão escolhidos o 1º Vice-Presidente e o 2º Vice-Presidente, ambos Chefes do Poder Executivo de um dos Municípios Consorciados, que substituirão o Presidente nas suas ausências e impedimentos, respectivamente.
10.6 Proclamado eleito o Presidente, o 1º Vice-Presidente e o 2º Vice-Presidente, que compõem a Diretoria Executiva, a posse será automática.
10.7 A destituição do Presidente, do 1º Vice-Presidente e do 2º Vice-Presidente só poderá ser realizada por Assembleia especialmente convocada para este fim, garantido o contraditório e a ampla defesa.
10.8 O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, terá voto de qualidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NÚMERO, FORMA DE PROVIMENTO E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO CONSÓRCIO
11.1. O quadro de pessoal será composto por empregados em comissão, por servidores cedidos dos entes consorciados, ambos preferencialmente guardas municipais e por empregados públicos, admissíveis por concurso público de provas e títulos, nos termos do art. 6º, §2º, da Lei Federal n.º 11.107/2005.
11.2. O quadro básico de pessoal será composto por: secretário-executivo (01); assessor jurídico (02); contador (01); controle interno (01); gerente administrativo-financeiro (01); gerente técnico (01); assistentes administrativos (02), conforme o Anexo II deste Protocolo, que também especifica a forma de provimento, a carga horária e o valor de remuneração. Os empregos serão providos na medida da constatação das necessidades do consórcio pela sua Diretoria.
11.3 Para além do quadro básico de pessoal acima descrito, a Assembleia Geral fixará o quadro geral de pessoal da instituição, bem como um plano de cargos e salários dos empregados que deverá conter: a remuneração que poderá ser estruturada na forma de vencimento, gratificação e verba indenizatória, o número de postos de trabalho, em comissão e de empregos públicos, além dos já definidos neste protocolo de intenções, devendo, após, ser realizado termo aditivo no Protocolo de Intenções, sujeito à ratificação por lei municipal de todos os entes consorciados.
11.4. O regime jurídico de pessoal do Consórcio será o da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
11.5 Ficam criadas as funções gratificadas, destinadas aos empregados públicos efetivos e/ou aos servidores cedidos pelos entes consorciados, conforme estabelecido no Anexo III deste Protocolo (Acrescentado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.05.2024).
11.6 Conceder-se-á, quando preenchidos os requisitos, auxílio alimentação, aos empregados públicos efetivos, comissionados ou temporários, servidores cedidos e aos estagiários, proporcionalmente a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas por Resolução (Acrescentado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.05.2024).
11.7 Os valores constantes do Anexo II e III que referem-se a cada cargo e função gratificada e o auxílio alimentação, serão reajustados anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo (Acrescentado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.05.2024).
11.8 Fica estabelecida a data-base para o reajuste anual da remuneração dos empregados públicos do Consórcio Intermunicipal, tendo como parâmetro referencial a data de inscrição do Consórcio Intermunicipal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), qual seja, 5 de julho de 2022, e assim, sucessivamente (Acrescentado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.05.2024).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDIMENTO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
12.1 A forma da contratação emergencial será estabelecida pela Assembleia Geral do Consórcio, conforme art. 37, inciso IX, da Constituição da República. O pessoal contratado sob este modelo jurídico deverá ser o mínimo necessário para atendimento da situação emergencial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONTRATO DE GESTÃO, TERMO DE PARCERIA E GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
13.1 O Consórcio poderá pactuar contrato de gestão nos termos da Lei Federal n.º 9.649/1998, e também termo de parceria, nos termos da Lei Federal n.º 9.790/1990.

13.2 A gestão associada de serviços públicos poderá ser executada pelo Consórcio, desde que haja aprovação pela Assembleia Geral e lei autorizativa dos municípios indicando:
a) as competências específicas que serão transferidas para a execução do consórcio público;
b) quais serviços públicos serão objeto da gestão associada, e área de interesse em que serão prestados;
c) a autorização expressa para licitar e contratar mediante concessão, permissão e autorização dos serviços públicos indicados;
d) as condições básicas do regime jurídico do contrato de programa;
e) os critérios relativos à remuneração do concessionário do serviço público contratado.
13.3 Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada de serviços aos quais se referem esta cláusula para:
a) a cooperação no planejamento, fiscalização e prestação de serviços públicos afetos e inerentes às Guardas Municipais dos Municípios consorciados;
b) a implementação de melhorias de programas sociais de prevenção à violência e criminalidade, sem prejuízo do desenvolvimento de ações e programas municipais assemelhados;
c) a capacitação técnica na formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes das Guardas Municipais dos Municípios consorciados;
d) o desenvolvimento de atividades de integração das ações das Guardas Municipais dos Municípios consorciados, bem como aquelas de caráter social e comunitário, tendo por objetivo reduzir os níveis de violência e criminalidade, mediante campanhas e projetos de prevenção, mediação de conflitos e promoção da cultura da paz;
e) aquisição e/ou administração de bens para o uso compartilhado dos Municípios consorciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS
14.1 O consorciado que estiver adimplente com suas obrigações estatutárias tem o direito de exigir o cumprimento de todas as cláusulas do contrato de consórcio público e do Estatuto Social da entidade.
14.2 Os Municípios consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do Consórcio.
14.3 Os entes consorciados poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um (Acrescentado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.05.2024).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FONTES DE RECEITA DO CONSÓRCIO
15.1 As fontes de receita do consórcio público são as seguintes:
a) recursos repassados pelos municípios consorciados na forma do contrato de rateio;
b) repasses da União, dos Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios não consorciados na forma de celebração de convênio ou contrato de repasse;
c) transferências voluntárias da União e Estados-Membros;
d) doações de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado e de direito público, nacionais e internacionais ou outros consórcios;
e) remuneração pelos próprios serviços prestados;
f) as rendas decorrentes da exploração de seu patrimônio e da alienação de seus bens;
g) outras especificadas em seu estatuto.
15.2. Imposto de Renda: (Acrescentado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.05.2024)
a) O imposto de renda retido dos prestadores de serviços do CONSÓRCIO será de direito do COIN-GM, por se tratar de pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, reconhecidamente integrante da Administração Pública indireta dos entes consorciados, sendo que os municípios consorciados admitem, pelo presente instrumento, que assim se proceda e que tais recursos façam parte integrante do patrimônio e recursos financeiros da Entidade, cumpre observar que a participação de cada município se dará por rateio proporcional. (Revogado pela 12º Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026)
a) O CONSÓRCIO, por se tratar de pessoa jurídica de direito público constituída sob a forma de associação pública (art. 6º da Lei nº 11.107/2005), efetuará a retenção na fonte do Imposto de Renda (IR) incidente sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e suas alterações. (Acrescentado pela 12º Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026)
b) O produto da retenção tratada acima constituirá receita livre do CONSÓRCIO devendo ser devidamente contabilizada, dispensando-se sua remessa ao Município para posterior devolução ao COIN-GM. (Revogado pela 12º Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026)
b) O Imposto de Renda retido na fonte pelo CONSÓRCIO pertence aos municípios consorciados, nos termos do art. 158, inciso I, da Constituição Federal, devendo os valores ser repassados para contabilização como receita própria de cada ente, observada a proporção de participação de rateio anual, de forma a garantir a equidade na repartição arrecadada. (Acrescentado pela 12º Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026)
c) os municípios integrantes do CONSÓRCIO podem autorizar, por meio do contrato de rateio, a destinação dos valores do imposto de renda retido na fonte ao consórcio público, mediante prévia autorização no orçamento tanto do consórcio público quanto do ente consorciado, observando-se a regular contabilização das receitas e despesas nas duas esferas e o compartilhamento de informações para subsidiar a elaboração das leis orçamentárias e a consolidação das contas. (Revogado pela 12º Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONTRATO DE RATEIO
16.1 A execução das receitas e das despesas do Consórcio será regida pelas normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, notadamente a Lei Federal n.º 4.320/1964.
16.2 Os Municípios consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio quando houver contrato de rateio.
16.3 Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o Consórcio, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos ao Consórcio, nos termos da legislação vigente.
16.4 O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.
16.5 É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.
16.6 As despesas gerais da administração do Consórcio serão apuradas de acordo com a média extraída entre o coeficiente apurado do índice populacional estimado dos Municípios consorciados, segundo o IBGE ou índice oficial que venha a substituí-lo, e o coeficiente apurado pelo número total de Guardas Municipais ativos no município em 31 de dezembro do ano anterior. O coeficiente será apurado pela soma dos respectivos números totais (população e número de Guardas).
16.7 Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – LICITAÇÃO COMPARTILHADA

17.1 O Consórcio poderá realizar licitação com previsão no edital para que contratos respectivos sejam celebrados direta ou indiretamente pelos Municípios consorciados, nos termos do art. 112, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993 (Revogado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.05.2024).
17.1. Todas as contratações do CONSÓRCIO observarão o disposto na legislação de licitações e contratos administrativos. (Acrescentado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.05.2024)
17.2. O CONSÓRCIO poderá: (Acrescentado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.05.2024)
a) realizar licitação cujo edital preveja contratos e/ou atas de registro de preços a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos entes consorciados, nos termos da lei;
b) manter sistema de registro de preços;
c) caso não possua empregado público efetivo para atuar como agente de contratação, equipe de apoio e/ou comissão de contratação, solicitar a designação de servidores efetivos de qualquer um dos entes consorciados para atuarem nas respectivas funções;
d) aderir a prestação de serviços de licitações e contratos realizadas por outros Consórcios e/ou por seus entes consorciados.
Parágrafo único. Fica o CONSÓRCIO autorizado a contratar, observadas a ordem de classificação, os critérios e os valores, com os vencedores de certames lançados pelos municípios que o integram.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PRAZO PARA RATIFICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO
18.1 O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos um quarto dos Municípios que o subscrevem, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba – COIN-GM.
18.2 Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.
18.3 A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence ao Poder Legislativo.
18.4 Somente pode ratificar o Protocolo de Intenções o Município que o tenha subscrito.
18.5 Serão automaticamente admitidos no Consórcio os Municípios que efetuarem a ratificação em até 1(um) ano.
18.6 A ratificação realizada após 01 (um) ano da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembleia Geral do Consórcio pelo voto de, no mínimo, dois terços dos membros, o que se fará por meio de termo aditivo firmado pelo seu Presidente e pelo representante legal do ente que deseja consorciar-se, do qual constará a lei municipal autorizadora.
18.7 O Município da Região Metropolitana de Curitiba e do Litoral, não designado no Protocolo de Intenções, desde que tenha Guarda Municipal, poderá integrar o Consórcio mediante instrumento de alteração do Contrato de Consórcio Público, conforme cláusula 18.6. Para tanto, deverá apresentar pedido formal assinado pelo Prefeito, possuir lei municipal autorizadora, dotação orçamentária específica ou créditos adicionais suficientes (Acrescentado pela 12ª Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026).
18.8 O Município recém-consorciado submeter-se-á aos critérios técnicos para cálculo do valor dos custos a serem rateados, bem como para a utilização do serviço público prestado pelo Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO
19.1 A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei de todos os consorciados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS
20.1 O Consórcio será regido pela Lei Federal n.º 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto n.º 6.017/2017, da Presidência da República, ou outra legislação que lhe suceder que disponha sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, bem como pelo Contrato de Consórcio Público originado da ratificação do presente Protocolo de Intenções e pelas leis municipais de ratificação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO
21.1 Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

CAMILO DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré

LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI
Prefeito Municipal de Araucária

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul

MAURÍCIO ROBERTO RIVABEM
Prefeito Municipal de Campo Largo

RILTON BOZA HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal de Campo Magro

Prefeito Municipal de Colombo

EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO
Prefeito Municipal de Curitiba

MARCO ANTONIO MARCONDES SILVA
Prefeito Municipal de Fazenda Rio Grande

MAURÍCIO LENSE
Prefeito Municipal de Guaratuba

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal de Mandirituba

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal de Matinhos

ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO
Prefeita Municipal de Pinhais

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal de Pontal do Paraná

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal de Quatro Barras

MARGARIDA MARIA SINGER
Prefeita Municipal de São José dos Pinhais

ANEXO I

MUNICÍPIOS SUBSCRITORES QUE MANIFESTARAM INTERESSE DE ADESÃO AO PRESENTE CONSÓRCIO PÚBLICO:
I – Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.105.659/0001-74, com sede a Av. Emílio Johnson, n°360, Vila Santa Terezinha, CEP 83.501-000, telefone (41) 3699-8600, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Camilo Daniel Lovato, brasileiro, portador da Cédula de identidade RG n° 32388604, emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 830.110.729-49 (Acrescentado pela 11ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.08.2025);
II – Município de ARAUCÁRIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.105.535/0001-99, com sede a Rua Pedro Druszcz, n°111, Centro, CEP 87.702-080, telefone (41) 3614-1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Luiz Gustavo Botogoski, brasileiro, advogado, portador da Cédula de identidade RG n° 50398994, emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 017.666.109-35;
III – Município de CAMPINA GRANDE DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.105.600/0001-86, com sede na Praça Bento Munhoz da Rocha, n° 30 - Centro, CEP 83.430-000, telefone (41) 3676-8800, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Luiz Carlos Assunção, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 12323433, emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 274.425.789-34;
IV – Município de CAMPO LARGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.105.618/0001-88, com sede na Avenida Padre Natal Pigatto, n° 925 - Centro, CEP 83.601-630, telefone (41) 3291-5000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Mauricio Roberto Rivabem, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 4.729.969-1, emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 836.772.409-72;
V – Município de CAMPO MAGRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 01.607.539/0001-76, com sede na Rod. Gumercindo Boza, n° 13.440 – PR 090, CEP 83.535-000, telefone (41) 3677-5098, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Rilton Boza, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 3.472.065-7, emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 470.805.159-04 (Acrescentado pela 12ª Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026);
VI – Município de COLOMBO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.105.634/0001-70, com sede na Rua XV de Novembro, n°105 - Centro, CEP 83.414-000, telefone (41) 3656-8000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Helder Luiz Lazarotto, brasileiro, portador da Cédula de identidade RG n° 3.706.108-5, emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 552.784.509-91;
VII – Município de CURITIBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.417.417.0005/0001-86, com sede na Avenida Cândido de Abreu, n° 817 - Centro Cívico, CEP 80.530-908, telefone (41) 3350-8122, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Eduardo Pimentel Slaviero, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 5.705.940-0, emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 004.764.179-70;
VIII – Município de FAZENDA RIO GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 95.422.986/0001-02, com sede na Rua Jacarandá, n° 300 - Centro, CEP 83.823-901, telefone (41) 3627-2500, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Marco Antonio Marcondes Silva brasileiro, portador da Cédula de identidade RG n° 92.983.94-8, emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 043.186.889-17;
IX – Município de GUARATUBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.017.474/0001-08, com sede na Rua Dr. João Cândido, n° 380 - Centro, CEP 83.280-000, telefone (41) 3472-8500, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Mauricio Lense, brasileiro, portador da Cédula de identidade RG n° 3.388231-9 emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 514.515.499-20 (Acrescentado pela 12ª Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026);
X – Município de MANDIRITUBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.105.550/0001-37, com sede na Praça do Colono, n° 44 - Centro, CEP 83.800-000, telefone (41) 3626-1122, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Felipe Claudino Machado, brasileiro, portador da Cédula de identidade RG n° 9.340.057-7 emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 072.351.939-05;
XI – Município de MATINHOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.017.466/0001-61, com sede na Rua Pastor Elias Abrahão, n° 22 - Centro, CEP 83.260-000, telefone (41) 3971-6000, neste ato representado por sua Prefeito Municipal, a Sr. Eduardo Antonio Dalmora, brasileiro, portador da Cédula de identidade RG n° 1.326.821-5, emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 337.613.459-68 (Acrescentado pela 12ª Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026);
XII – Município de PINHAIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 95.423.000/0001-00, com sede na Rua Wanda dos Santos Mallmann, n° 536 - Centro, CEP 83.323-400, telefone (41) 3912-5000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, a Sra. Rosa Maria de Jesus Colombo, brasileira, portadora da Cédula de identidade RG n° 4.035.057-8, emitida pela SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob n° 507.511.669-87;
XIII – Município de PONTAL DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 01.609.843/0001-52, com sede na Rodovia PR 107, Km 19,215, Praia de Leste, CEP 83.255-000, telefone (41) 3455-9600, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Rudisney Gimenes Filho, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 7.766.743-1, emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 055.717.339-69 (Acrescentado pela 12ª Assembleia Geral Ordinária, de 27.04.2026);
XIV – Município de QUATRO BARRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.105.568/0001-39, com sede na Rua Dom Pedro II, n° 110 - Centro, CEP 83.420-000, telefone (41)3671-8800, neste ato representado por seu Prefeito Municipal , o Sr. Loreno Bernardo Tolardo, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 3.129.946-2, emitida pela SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 574.649.529-67;
XV - Município de SÃO JOSE DOS PINHAIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.105.543/0001-35, com sede na Avenida Passos de Oliveira, n° 1.101 - Centro, CEP 83.030-720, telefone (41) 3381-6800, neste ato representado por sua Prefeita Municipal,

a Sra. Margarida Maria Singer, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n° 3.498.551-0, emitida pela SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob n° 567.645.539-04.

ANEXO II

~~QUADRO DE PESSOAL DO CONSÓRCIO~~
(Revogado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.05.2024)

~~CARGO~~	~~FORMAÇÃO~~	~~CARGA HORÁRIA~~	~~PROVIMENTO~~	~~NÚMERO AUTORIZADO~~	~~VALOR~~
~~Secretário-Executivo~~	~~Superior~~	~~40~~	~~Comissionado ou Efetivo cedido~~	~~1~~	~~R$ 9.000,00~~
~~Assessor Jurídico~~	~~Superior~~	~~20~~	~~Comissionado ou Efetivo cedido~~	~~2~~	~~R$ 4.000,00~~
~~Contador~~	~~Superior~~	~~20~~	~~Efetivo cedido ou concursado~~	~~1~~	~~R$ 3.605,00~~
~~ControladorInterno~~	~~Superior~~	~~20~~	~~Efetivo cedido ou concursado~~	~~1~~	~~R$ 3.605,00~~
~~Gerente Administrativo-Financeiro~~	~~Superior~~	~~40~~	~~Comissionado ou efetivo cedido~~	~~1~~	~~R$ 6.000,00~~
~~Gerente Técnico~~	~~Superior~~	~~40~~	~~Comissionado ou efetivo cedido~~	~~1~~	~~R$ 6.000,00~~
~~Assistente Administrativo~~	~~Nível médio~~	~~40~~	~~Efetivo cedido ou concursado~~	~~2~~	~~R$ 2.000,00~~

QUADRO DE PESSOAL DO CONSÓRCIO
(Acrescentado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 21.05.2024)

CARGO	FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	NÚMERO AUTORIZADO	VALOR
Secretário-Executivo	Superior	40	Comissionado ou Efetivo cedido	1	R$ 9.000,00
Assessor Jurídico	Superior	20	Comissionado ou Efetivo cedido	2	R$ 4.000,00
Contador	Superior	40	Efetivo cedido ou concursado	1	R$ 5.012,00
ControladorInterno	Superior	40	Efetivo cedido ou concursado	1	R$ 5.012,00
Gerente Administrativo-Financeiro	Superior	40	Comissionado ou efetivo cedido	1	R$ 6.000,00
GerenteTécnico	Superior	40	Comissionado ou efetivo cedido	1	R$ 6.000,00
Assistente Administrativo	Nível médio	40	Efetivo cedido ou concursado	2	R$ 2.000,00

ANEXO III
FUNÇÕES GRATIFICADAS

CARGO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA FUNÇÃO	QUANTIDADE	SÍMBOLO
Secretário Executivo	40	R$ 4.000,00	01	FG 1
Assessor Jurídico	40	R$ 3.500,00	01	FG 2
Contador	40	R$ 3.000,00	01	FG 3
Controlador Interno	40	R$ 3.000,00	01	FG 3
Gerente Administrativo Financeiro	40	R$ 3.500,00	01	FG 2
Gerente Técnico	40	R$ 3.500,00	01	FG 2
Assistente Administrativo	40	R$ 2.200,00	02	FG 4

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:9C15F2E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADAS A SELEÇÃO DE PROJETOS DE APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS.
.

EDITAL Nº 03/2026
DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O**MUNICIPIO DE CANDÓI**, por meio da Secretaria de Cultura, **DIVULGA** a relação das inscrições deferidas e indeferidas do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 –** POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADAS A SELEÇÃO DE PROJETOS DE APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, conforme a seguir:

Inscrições Deferidas.

PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS			
OR.	**Nº INSCRIÇÃO**	**NOME DO PROPONENTE**	**DADOS DO PROJETO**
01	01	Gustavo Barbosa Pereira	**Gustavo Sax**

			Gravação de 2 músicas
02	02	Alceu Santos da Cunha	**Associação Paixão pela Vida** Minidocumentário sobre a Associação Paixão pela vida
03	03	Tiago Fernando de Farias	**Canta Candói: A voz da nossa Terra** Minidocumentário sobre o Canta Candói
04	04	Mariana da Luz Borges	**Coroa, Tradição e Orgulho: Rainhas da Festa Nacional do Charque** Minidocumentário sobre a trajetória das Rainhas.
05	05	Tiago da Costa	**Candói: Histórias não contadas** Minidocumentário sobre o Cacique Candói
06	06	Gentil Dallo	**Entre Madeiras e Memórias: Candói através das histórias da DALRIO** Minidocumentário sobre a Dalrio e sua importância na história.
07	07	Renato Ramos de Siqueira	**Programa Modão e Proza Talkshow** Podcast com entrevistas semanais ao vivo
08	08	Diego de Castro Rodrigues	**Candói: Fé, Religião e Tradição** Minidocumentário sobre a influência das tradições, religião e fé na formação das Comunidades.
09	09	Suelen de Freitas Sebolt	**Candói: Memória, Política e Identidade** Minidocumentário sobre a formação política e administrativa de Candói
10	10	Hallan Paulo Malaquias	**Podcast: vozes do Cavernoso** Podcast sobre histórias, memórias com pessoas da comunidade.

Eventuais recursos deverão ser protocolados junto a Secretaria de Cultura, situada no Centro Cultural Doridin Antunes na Av. José Antunes Fabrício, 1944 ou pelo e-mail: cultura@candoi.pr.gov.br, **até às 17h do dia 26 de agosto de 2026**.

Candói, 21 de agosto de 2026.

MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA
Secretário de Cultura

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:0710CFE2

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LEILÃO 003/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
No uso de suas atribuições legais e em conformidade
com a legislação vigente constante no preâmbulo
do Edital de **LEILÃO** nº **003/2026**, Processo Administrativo nº **2970/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:
Objeto: Permissão de uso, a título precário e oneroso, de espaços públicos localizados no Parque do Lago, destinados à exploração comercial de lanchonetes e bebidas durante a realização da XX Festa Nacional do Charque
Resumo

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
ANTHARYS EVENTOS LTDA - 00.816.905/0001-34 frigoeventos@hotmail.com - (47) 9977-8568	110.000,00	153.200,00	43.200,00 Lucro (39,27%)
Totais	**110.000,00**	**153.200,00**	**43.200,00 Lucro (39,27%)**

Detalhes				
Liciele Albanio na condição de **Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:				
Fornecedor: ANTHARYS EVENTOS LTDA - **CPF/CNPJ:** 00.816.905/0001-34				
Lote 1 Data/Hora da Homologação - 20/08/2026 13:40:39				
Espaço externo				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Espaço subdividido em 6 áreas (área 39, 40, 41, 42, 43 e 44) medindo 10 x 10 metros cada, para comercialização de lanches em geral, tais quais: churros, crepe suíço, pasteis, hamburger ou similares e bebidas em geral. Coordenadas: 25°34'26.6"S 52°03'07.1"W (-25.574058, -52.051959) Localização: https://maps.app.goo.gl/LBdASWVB7f8yi16j6	1,00	un	82.600,00	82.600,00
Lote 2 Data/Hora da Homologação - 20/08/2026 13:40:43				
Espaço interno				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Espaço interno da área de shows, subdividido em 3 áreas (área 50, 51 e 52) medindo 5 x 5 metros cada, para comercialização de bebidas destiladas tais quais: drinks, caipiras, coquetéis (capetas) cervejas, chopp, refrigerantes, água dentre outros, localizado na arena de shows. Coordenadas: 25°34'28.6"S 52°03'05.0"W (-25.574611, -52.051389). Localização: https://maps.app.goo.gl/buJHGasRr5eexFpp8	1,00	un	70.600,00	70.600,00

Candói, 20 de Agosto de 2026.

LICIELE ALBANIO
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:3A02214A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DIARIA 346/2026 SAUDE

PORTARIA Nº 346/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Elenoir Lucas Fontana	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	11,12,13,14 e 17 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAN, CEONC, HOSP DOS OLHOS, PRIME E CIT.
Albino Junior Rheinheimer		05 (cinco)	Cascavel – PR	11,12,13,16 e 17 de agosto de 2026.	
Roberto Dallanora		05 (cinco)		11,12,13,14 e 17 de agosto de 2026.	
Agnaldo Hartkopf		06 (seis)	Cascavel – PR	11,12,13,14,15 e 17 de agosto de 2026.	
Everton k. Bitterncourt		04 (quatro)	Cascavel – PR	11,12,14 e 17 de agosto de 2026.	
Valdemar Savela		01 (uma)	Cascavel – PR	27 de julho de 2026.	
Paulo Fabio Gossler		04 (quatro)	Cascavel – PR	12,13,14 e 17 de agosto de 2026.	
Israel Reis Bento		04 (quatro)	Cascavel – PR	11,12,13,17 de agosto de 2026.	
Valdemar Domingos de Quadros		03 (três)		11,12 e 14 de agosto de 2026.	
Salatier Reis Bento		03 (três)	Cascavel – PR	11,12 e 13 de dezembro de 2026.	
Ricardo Mendes ibeiro de Souza		04 (quatro)	Cascavel, Medianeira – PR	11,12,13 e 14 de agosto de 2026.	
Valdecir Dickel		05 (cinco)	Cascavel – PR	11,12,13,14 e 17 de agosto de 2026	HUOP, CISOP, UOPECAN, CEONC, HOSP DOS OLHOS, PRIME E CIT.
Elisangela Fatima Cemim Pereira					
Gilmar Roman		06 (seis)	Cascavel – PR	11,12,13,14,16 e 17de agosto de 2026.	
Mazinho W. da Silva		05 (cinco)		11,12,13,14 e 15 de agosto de 2026.	
Fabian de Oliveira Martins		03(três)	Cascavel, – PR	12,13 e 17 de agosto de 2026.	

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:0990DDD5

GABINETE PREFEITO
DIARIA 351/2026 EDUCAÇÃO - ESPORTE

PORTARIA Nº 351/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Janice Bazareti Bortolini	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	20 de agosto de 2026.	Capacitação técnica para prevenção, preparação e resposta a eventos
Eliane Maria de Moura de Oliveira					
Edineia Conci	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	19 de agosto de 2026.	Participação de capacitação Educação patrimonial e musical no oeste do parana – memoria, território e praticas educativas, realizado na Univel
Eliane Maria de Moura de Oliveira					
Elaene Madalosso	Coordenadora pedagógica				
Danieli Sinotti da Silva Doarte					
Ivonete Dal Bosco Bevilaqua					
Edineia Conci	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	18 de agosto de 2026.	Participação capacitação por um futuro inclusivo – TIX realizado na amop.
Eliane Maia de Oliveira Nunes	Coordenadora pedagógica				
Diana Antunes Moreira					
Osmar Geraldo da Silva	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	18 de agosto de 2026.	Transportar atletas do município de capitão para campeonato regional categoria 35+ campeonato noturno, juventude acumulada quartas de finais

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:C85F3E30

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 359/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2025 PROCESSO INTERNO Nº 100/2025 - (PRAZO E VALOR)

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como **CONTRATANTE** o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-237, neste ato devidamente representado pelo Senhor Nilton José Teles, Secretário Municipal de Turismo e Cultura, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº XXXXXX e portador da Carteira de Identidade RG XXXXXXX, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025 e de outro lado como **CONTRATADA** a Empresa **INFO TELECOM INTERNET LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 20.287.080/0001-15**, com sede a Rua Padre Hugo, 985, Centro, na cidade de Carlópolis, Estado

de Paraná, CEP 86420000, Telefone: (43)3566-1645, E-mail: felipe@infomaistelecom.com, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor Bruno Granadier Escorsin, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na cidade de Carlópolis, Estado de Paraná, que, ao final este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente aditivo, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO

O presente aditivo tem por objeto a Prestação de serviço de link para acesso a internet pública e hotspot.

CLÁUSULA SEGUNDA- VALOR
Os valores unitários ficam reajustados mediante a aplicação do índice oficial IGP-M acumulado, resultando no valor global reajustado de R$ 36.387,60 (trinta e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos), conforme o detalhamento dos preços unitários e totais por item abaixo descritos:

Item	Código	Descrição	Unidade	Marca/Espec.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Reajuste R$	Valor Total R$
1	33083	PONTO DE INTERNET PUBLICA 500 MB - PRAÇA DA AMIZADE	SRV	SERVICO	12	R$ 249,23	R$ 256,10	R$ 3.073,20
2	33082	PONTO DE INTERNET PUBLICA 500 MB - PRAÇA CORONEL LEITE	SRV	SERVICO	24	R$ 240,27	R$ 246,89	R$ 5.925,36
3	33081	PONTO DE INTERNET PUBLICA 500 MB - PRAÇA LEOVEGILDO SALLES	SRV	SERVICO	12	R$ 248,67	R$ 255,52	R$ 3.066,24
4	33084	PONTO DE INTERNET PUBLICA 500 MB - PRAÇA DOS EXPEDICIONARIOS	SRV	SERVICO	12	R$ 248,67	R$ 255,52	R$ 3.066,24
5	33085	PONTO DE INTERNET PUBLICA 500 MB - PRAÇA JOÃO PAULO	SRV	SERVICO	12	R$ 248,67	R$ 255,52	R$ 3.066,24
6	33086	PONTO DE INTERNET PUBLICA 500 MB - NOVA BRASILIA	SRV	SERVICO	12	R$ 248,67	R$ 255,52	R$ 3.066,24
7	33087	PONTO DE INTERNET PUBLICA 500 MB - ORLA DA ILHA DO PONCIANO	SRV	SERVICO	24	R$ 240,27	R$ 246,89	R$ 5.925,36
8	33088	PONTO DE INTERNET PUBLICA 500 MB - CENTRO POLIESPORTIVO	SRV	SERVICO	12	R$ 248,67	R$ 255,52	R$ 3.066,24
9	33089	PONTO DE INTERNET PUBLICA 500 MB - QUADRAS DE BEACH TENNIS TURISTICA	SRV	SERVICO	12	R$ 248,67	R$ 255,52	R$ 3.066,24
10	33090	PONTO DE INTERNET PUBLICA 500 MB - ESTADIO DJALMA SALLES	SRV	SERVICO	12	R$ 248,67	R$ 255,52	R$ 3.066,24

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 21 de agosto de 2026 até 21 de agosto de 2027.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no contrato nº 359/2025.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 20 de agosto de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Contratante

INFO TELECOM INTERNET LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:306DF8A3

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2025 PROVENIENTE DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 045/2025- PROCESSO Nº 088/2025

O MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, sito à Rua Benedito Salles, nº 1060 - Centro, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, neste ato representado pela Senhora Alana Karolina de Souza Bueno Secretária Municipal de Administração e Comunicação, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº XXXXX e portadora da Carteira de Identidade RG XXXXXX, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, doravante denominado CONTRATANTE; e do outro lado à empresa a abaixo qualificada, nos termos da Lei Federal Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 16 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, com suas alterações; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 045/2025, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO
O presente Termo tem o objetivo de aditivar a Ata de Registro de Preços, visando a futura e eventual Aquisição de gás GLP e água mineral sem gás, com e sem a inclusão do casco (vasilhame) para atender a demanda de Toda Estrutura Administrativa, especificações e detalhamentos consignados

no Pregão Eletrônico nº 045/2025, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
A empresa **ROGERIO CATER SOUZA - CARLOPOLIS - CNPJ Nº 11.001.886/0001-04**, com sede a Rua Avn Elson Soares, 1048-A, Centro, na cidade de Carlópolis, CEP 86420000, Estado de Paraná, telefone: (43)99829-5216, E-mail: casadogas@outlook.com, representada neste ato por seu sócio (a) administrador (a) Senhor (a) Rogerio Cater Souza, portador da Carteira de Identidade RG nºXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXX residente e domiciliado na cidade de Carlópolis, Estado de Paraná, doravante denominada DETENTORA, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Carlópolis (PR), de acordo com as solicitações feitas pela CONTRATANTE, os itens a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES DO ADITIVO

Permanece inalterado o valor estipulado na Ata de Registro de Preços nº 162/2025.

Lote	Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca
1	1	Recarga Gás liquefeito de petróleo - Botijão de 13 KG	675	UND	R$ 119,00	R$ 80.325,00	ULTRAGAZ
3	1	AGUA MINERAL - GALÃO COM 20 LTS - S/ GALÃO	680	GAL	R$ 11,41	R$ 7.758,80	ULTRAGAZ
Valor Total						**R$ 88.083,80**	

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PERIÓDO DE VIGÊNCIA DO REAJUSTE/ REEQUILÍBRIO

Fica prorrogada a vigência da referida Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 21 de agosto de 2026 até 21 de agosto de 2027, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e aqui ratificadas as demais regras e especificações constantes na Ata de Registro de Preços 162/2025, as quais não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes.

E assim, para firmeza e validade do que foi acordado, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai devidamente assinado pelas partes Contratantes.

Carlópolis, 20 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
Contratante

ROGERIO CATER SOUZA - CARLOPOLIS
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:E8D8A7B5

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026 PROCESSO INTERNO Nº 088/2026

Nilton José Teles Secretário(a) Municipal de Turismo e Cultura, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 024/2026 **– Menor Preço por Item,** realizado no dia 19 de junho de 2026 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Contratação de empresa para realização e organização de Rodeio em touros e cavalos, locação de som para o rodeio, locação de mini fazendinha, prova de três tambores, premiações inclusas, seguro para os participantes, para festividades da XV FRUTFEST, entre os dias 03, 04, 05, 06 e 07 de setembro de 2026,** ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Eletrônico em favor da empresa abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: NET SAT ORIGINAL LTDA - CNPJ: 30.736.640/0001-25

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	Promoção de Atividades Desportivas e Recreação Outros Serviços De Recreação E Diversão	SERVICO	SRV	1	449.800,00	449.800,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 449.800,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 449.800,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais)
Carlópolis, 21 de agosto de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário (a) Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:F5982330

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 - PROCESSO Nº 54/2026

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 - PROCESSO Nº 54/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em sistema de iluminação pública para 2.604 (dois mil seiscentos e quatro) pontos ao mês, com 2 rondas mensais em todo o território do município, com fornecimento de materiais utilizados, com disponibilização de serviços, de whtasapp para atendimento à população e demais custos pertinentes ao objeto, incluindo poda de galhos de árvores sobre rede energizada que atrapalham a iluminação nas vias públicas, para atender a secretaria municipal de viação e serviços públicos..
Considerando as informações constantes do processo licitatório em epigrafe, a Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação dos mesmo em nome dos licitantes adiante mencionado como vencedores:
DOUGLAS POSSAN EIRELI - CNPJ: 15.332.845/0001-51

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA	VALOR UNI.	Valor Total
01	12	UN	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em sistema de iluminação pública para 2.604 (dois mil seiscentos e quatro) pontos ao mês, com 2 rondas mensais em todo o território do município, com fornecimento de materiais utilizados, com disponibilização de serviços, de whtasapp para atendimento à população e demais custo pertinentes ao objeto, incluindo poda de galhos de árvores sobre rede energizada que atrapalham a iluminação nas vias públicas, para atender a secretaria municipal de viação e serviços públicos.	Serviço	6.400,00	76.800,00

Clevelândia, 21 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:F6E2B69B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 286/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto n° 286/2026 de 17/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2293/2025 de 09/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$76.891,00 (setenta e seis mil e oitocentos e noventa e um reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
34 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	17.000,00
05		SECRETARIA DE INDUSTRIA, AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
05.003		FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
05.003.18.304.0009.2.080		POLITICAS DE DEFESA E PROTECAO AO ANIMAL	
185 - 3.3.90.32.00.00	510	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	840,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.001		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO ENSINO	
06.001.12.122.0011.2.022		MANUTENCAO DA DIRETORIA EDUCACIONAL	
233 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	1.200,00
238 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	440,00
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0013.2.024		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
257 - 3.1.90.11.00.00	104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.300,00
265 - 3.3.90.30.00.00	3104	MATERIAL DE CONSUMO	12.325,00
267 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	15.300,00
06.002.12.365.0012.2.029		MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	
313 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	3.641,00
06.004		DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
06.004.13.392.0017.2.038		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
400 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	4.675,00
06.005		FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE	
06.005.27.812.0018.2.039		DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER	
446 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	1.000,00
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.302.0019.2.046		MANUTENCAO DO PROGRAMA CAPS I	
551 - 3.3.90.14.00.00	494	DIARIAS - CIVIL	2.000,00
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003.08.245.0021.2.091		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
750 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
756 - 3.3.90.40.00.00	940	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO -	170,00

		PESSOA JURIDICA	
10		ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.001		RECURSOS SOB SUPERVISAO DO TESOURO MUNICIPAL	
10.001.28.846.0000.2.067		RPV - REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	
845 -3.3.90.91.00.00	000	SENTENCAS JUDICIAIS	2.500,00
Total Suplementação:			76.891,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
3104	DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA	12.325,00
3000	RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	4.675,00
Total		17.000,00

Art 3º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
29 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
33 - 3.3.90.37.00.00	000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	10.000,00
05		SECRETARIA DE INDUSTRIA, AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
05.003		FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
05.003.18.304.0009.2.080		POLITICAS DE DEFESA E PROTECAO AO ANIMAL	
184 - 3.3.90.30.00.00	510	MATERIAL DE CONSUMO	840,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.001		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO ENSINO	
06.001.12.122.0011.2.022		MANUTENCAO DA DIRETORIA EDUCACIONAL	
229 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	440,00
234 - 3.3.90.33.00.00	000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.200,00
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0013.2.024		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
257 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.300,00
271 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.300,00
06.002.12.365.0012.2.029		MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	
311 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	3.641,00
06.005		FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE	
06.005.27.812.0018.2.039		DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER	
445 - 3.3.90.31.00.00	000	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	1.000,00
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.302.0019.2.046		MANUTENCAO DO PROGRAMA CAPS I	
556 - 3.3.90.39.00.00	494	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.000,00
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	

Redução			
08.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003.08.245.0021.2.091		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
749 - 3.3.90.14.00.00	940	DIARIAS - CIVIL	170,00
754 - 3.3.90.37.00.00	000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	500,00
10		ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.001		RECURSOS SOB SUPERVISAO DO TESOURO MUNICIPAL	
10.001.28.846.0000.2.067		RPV - REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	
844 - 3.1.90.91.00.00	000	SENTENCAS JUDICIAIS	2.500,00
Total Redução:			59.891,00

Art 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 17 de Agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:9FAAA2D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 1 DO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 153/2025.

PROCESSO: Pregão nº 27/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: MATHEUS HENRIQUE A AMANCIO LTDA (CNPJ Nº 53.421.105/0001-80)
OBJETO: "Renovaçao do quantitativo e prazo de vigência através da revisão do Ata de registro de preço nº 153/2025 do Pregão nº 27/2025 qual tem por objeto a “"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ATENDIMENTO EM FISIOTERAPIA ESPECIALIZADA NOS

MÉTODOS CUEVAS MEDEK EXERCISE, BOBATH, BALANCE, TERAPIA CRÂNIO SACRAL, FNP, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.""

QUANTITATIVO E VALORES: O presente visa a renocaçao do quantitativo e valores da referida Ata de Registro de preços conforme segue:

ITENS							
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	1	27893	FISIOTERAPIA PELO MÉTODO CUEVAS MEDEK EXERCISE NÍVEL I ATENDIMENTO POR SESSÃO NO MÉTODO CUEVAS MEDEK EXERCISE NÍVEL I, REALIZADOS NA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA MUNICIPAL E ATENDIMENTOS DOMICILIARES, ABRANGENDO ATENDIMENTOS NEUROFUNCIONAIS PARA PACIENTES CRIANÇAS, ADULTOS E IDOSOS, TERAPIA CRÂNIO SACRAL, EM PACIENTES COM PARALISIA CEREBRAL, HIPERTONIA, ARTROGRIPOSE CONGENITA MÚLTIPLA, NEUROBLASTOMA, ENTRE OUTRAS SITUAÇÕES QUE DISPONHAM DE FISIOTERAPIA ESPECIALIZADA, COMO: BOBATH, KABAT, FNP, BALANCE. (SESSÃO DE FISIOTERAPIA ENTRE 45-50 MINUTOS).	SES	400,00	225,60	90.240,00
1	2	27894	FISIOTERAPIA PELO MÉTODO CUEVAS MEDEK EXERCISE NÍVEL II ATENDIMENTO POR SESSÃO NO MÉTODO CUEVAS MEDEK EXERCISE NÍVEL II, REALIZADOS NA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA MUNICIPAL E ATENDIMENTOS DOMICILIARES, ABRANGENDO ATENDIMENTOS NEUROFUNCIONAIS PARA PACIENTES CRIANÇAS, ADULTOS E IDOSOS, TERAPIA CRÂNIO SACRAL, EM PACIENTES COM PARALISIA CEREBRAL, HIPERTONIA, ARTROGRIPOSE CONGENITA MÚLTIPLA, NEUROBLASTOMA, ENTRE OUTRAS SITUAÇÕES QUE DISPONHAM DE FISIOTERAPIA ESPECIALIZADA, COMO: BOBATH, KABAT, FNP, BALANCE. (SESSÃO DE FISIOTERAPIA ENTRE 45-50 MINUTOS)	SES	400,00	249,40	99.760,00
TOTAL							190.000,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo visa a dilatação do prazo de vigência do contrato acima descrito, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até a data 21 de agosto de 2027.

DATA DE ASSINATURA: 08/08/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:DEBCB349

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS DESIGNADA PELA PORTARIA 486/2026, PARA FINS DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DECLARADOS INSERVÍVEIS.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, nas dependências da Universidade Aberta do Brasil – Polo UAB e da Secretaria de Viação e Obras, reuniram-se os Senhores Patrícia Daniele Neris, Rosival Rodrigues da Silva e Ueder Barbosa Pereira Oliveira, membros da Comissão Especial de Avaliação de Bens Públicos, designados pela Portaria nº 486/2026, publicada em três de agosto de dois mil e vinte e seis no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição 3586.

A reunião teve por finalidade proceder à avaliação dos veículos declarados inservíveis, conforme Ata de Reunião da Comissão Permanente de Indicação de Bens Inservíveis, constituída pela Portaria nº 467/2026. Em cumprimento ao disposto na Portaria nº 486/2026, a Comissão procedeu à vistoria*in loco*dos veículos, verificando suas condições gerais de conservação e demais características pertinentes à avaliação.

Concluída a vistoria, os veículos foram avaliados conforme segue:

Lote	Descrição do Bem	Observação	Valor Mínimo R$
01	Veículo Patrimônio: n° 34212 Frota: n°. 191 **MICRO ONIBUS – I FIAT DUCATO GREENC PAS** Placa: BEM-9G36 RENAVAN: 01242777617 Chassi:3C6EFVEKXLE134772 Ano/Modelo: 2020/2020 Cor: Branca Combustível: Diesel	Documentação: Com recibo para transferência. Motor: Parado Cambio: Não funciona Funilaria: Com Avarias Estofado: Ruim Pneus: Em péssimas condições Parte Elétrica: Com avarias Sistema de Suspensão: Com avarias Rádio: Não possui Estepe e macaco: Não possui Bateria: Não possui Extintor: Não possui	R$ 25.000,00

Lote	Descrição do Bem	Conclusão	Valor Mínimo R$
02	Veículo Patrimônio: n° 21768 Frota- n.º 115 **FIAT/MOBI LIKE** Placa: BBO-8438 RENAVAM: 01129396557 Chassi: 9BD341A5XJY504558 Ano/Modelo: 2017/2018 Cor: Branca Combustível: Álcool/Gasolina	Documentação: Com recibo para transferência. Motor: Parado Funilaria: Com avarias Estofado: Regular Pneus: Péssimas condições Parte Elétrica: Com avarias Sistema de Suspensão: Com avarias Rádio: Não possui Estepe e macaco: Não possui Bateria: Não possui Extintor: Não possui	R$ 10.000,00

Lote	Descrição do Bem	Observação	Valor Mínimo R$
01	Veículo Patrimônio: n° 30013 Frota: n°. 236 **ÔNIBUS MARCOPOLO VOLARE V8L ON** Placa: BCO-9219 RENAVAN: 01170961190 Chassi: 93PB43M10KC060419 Ano/Modelo: 2018/2019 Cor: Branca Combustível: Diesel	Documentação: Com recibo para transferência. Motor: Parado Funilaria: Com Avarias Estofado: Ruim Pneus: Em péssimas condições Parte Elétrica: Com avarias Sistema de Suspensão: Com avarias Rádio: Não possui Estepe e macaco: Não possui Bateria: Não possui Extintor: Não possui	R$ 22.000,00

Lote	Descrição do Bem	Observação	Valor Mínimo R$
01	Veículo Patrimônio: n° 17971 Frota: n°. 189 **VW/SAVEIRO – CS ST MB** Placa: AZA-9760 RENAVAN: 01027223181 Chassi: 9BWKB4U9FP133111 Ano/Modelo: 2014/2015 Cor: Branca Combustível: Álcool/Gasolina	Documentação: Com recibo para transferência. Motor: Parado Cambio: Quebrado Funilaria: Com Avarias Estofado: Ruim Pneus: Em péssimas condições Parte Elétrica: Com avarias Sistema de Suspensão: Com avarias Rádio: Não possui Estepe e macaco: Não possui Bateria: Não possui Extintor: Não possui	R$ 10.000,00

Lote	Descrição do Bem	Observação	Valor Mínimo R$
01	Veículo Patrimônio: n° 17890 Frota: n°. 155 **VW/KOMBI** Placa: AQO-0937 RENAVAN: 00983484350 Chassi: 9BWMF07X59P008222 Ano/Modelo: 2008/2009 Cor: Branca Combustível: Álcool/Gasolina	Documentação: Com recibo para transferência. Motor: Parado Cambio: Quebrado Funilaria: Com Avarias Estofado: Péssimas condições Pneus: Em péssimas condições Parte Elétrica: Em estado desconhecido Sistema de Suspensão: Com avarias Rádio: Não possui Estepe e macaco: Não possui Bateria: Não possui Extintor: Não possui	R$ 5.000,00

Somando-se dos lotes, obtém-se o valor total de: R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).
Nada mais havendo a tratar, a presente ATA foi lavrada e assinada pelos membros da Comissão, para os devidos fins.

Goioerê – PR, 17 de agosto de 2026.

PATRÍCIA DANIELE NERIS
Membro

ROSIVAL RODRIGUES DA SILVA
Membro

UEDER BARBOSA PEREIRA OLIVEIRA
Membro

Publicado por:
Patricia Daniele Neris
Código Identificador:981C81AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 180/2.026

Pregão nº 31/2026

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do **MUNICIPIO DE GOIOERE-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão a, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **A C BEGALLI**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 38.305.565/0001-50, situada na Rua Espanha nº 601, Centro, CEP 86.181-050, no Município de Cambé, Estado do Paraná, neste ato representado pela Srª **ANDRESSA CAROLINE BEGALLI**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr unitário R$
13	UN	03	Baralho Educativo Relação Familiar - Baralho educativo do tipo Relação Familiar, composto por no mínimo 60 (sessenta) cartas, com conteúdo reflexivo sobre relações familiares, diálogo e vínculos afetivos. As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão resistente, plásti-co ou equivalente, com tinta atóxica, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no manuseio. Cada carta deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certificado de con-formidade do Inmetro.	RIC	100,99
17	UN	03	Baralho Educativo Traumas – Conjunto de no mínimo 50 (cinquenta) cards, com temática educativa e de apoio psicossocial, destinado a reflexão, identificação de emoções e estratégias de enfrentamento de experiências traumáticas e feridas emocionais, para atividades terapêuticas e educativas. As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão resistente, plásti-co ou equivalente, com tinta atóxica, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no manuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certifi-cado de conformidade do Inmetro.	RIC	196,99
31	UN	04	Jogo de cartas Habilidades Sociais Para Adultos - Jogo de cartas composto por no mínimo 50 (cinquenta) cartas, com perguntas voltadas ao desenvolvimento de habilidades sociais em adultos. As cartas deverão ser confeccionadas em material tipo papel cartão resistente, plástico ou equivalente, com tinta atóxica, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no manuseio. Cada carta deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certificado de conformidade do Inmetro.	RIC	70,47
40	UN	04	Jogo Educativo Resolução de Problemas (tipo 70 de Novo) - Jogo educativo e terapêutico composto por ta-buleiro, peças ou personagens, estrutura temática	TERAPIA CRIATIVA	129,99

			tipo castelo ou cenário, pinos de movimentação e no mínimo 30 (trinta) cartas com situações ou dilemas, destinado ao desenvolvimento da reso-lução de problemas, tomada de decisão e tolerân-cia à frustração. Componentes confeccionados em papel cartonado resistente, MDF, plástico ou material equivalente, com impressão em tinta atóxica, acabamento adequado e segurança no manuseio. Tabuleiro com dimensões mínimas de 30 cm x 40 cm. Acondicionado em caixa organi-zadora para armazenamento. O produto deverá possuir Certificado de Conformidade do INME-TRO.		
47	UN	04	Jogo Tabuleiro da Ansiedade – Jogo terapêutico de tabuleiro, baseado nos princípios da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), destinado ao desenvolvimento emocional e cognitivo. Composto, no mínimo, por: 01 (um) tabuleiro, 52 (cinquenta e duas) cartas, 01 (um) dado e 01 (um) pino. Produzido em papel cartão de alta gramatura, papel laminado ou PVC rígi-do, com impressão atóxica e acabamento ade-quado ao manuseio frequente. O produto deverá ser entregue em caixa organizadora própria, resis-tente e adequada ao acondicionamento de todas as peças. Certificado de conformidade do Inmetro.	RIC	157,99

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 19 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

ANDRESSA CAROLINE BEGALLI
A C Begalli

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:8D8600BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 181/2.026

Pregão nº 31/2026

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do **MUNICIPIO DE GOIOERE-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão a, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **CASA DO NEUROPSICOPEDAGOGO LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 33.776.397/0001-67, situada na Rua Gaspar Soares nº 504, Jardim São Paulo (Zona Norte), CEP 02.041-020, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Srº **GILMAR DA SILVA VIEIRA**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr unitário R$
1	UN	03	Baralho Educativo Alimentação Seletiva - Conjunto de no mínimo 50 (cinquenta) cards, com temática terapêutica e educativa, projetada para crianças com dificuldades alimentares, Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou seleti-vidade alimentar. As cartas deverão ser confecci-onadas em papel cartão resistente, plástico ou equivalente, com tinta atóxica, acabamento ade-quado e bordas arredondadas, visando maior segurança no manuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certifi-cado de conformidade do Inmetro.	IDEA	160,97
2	UN	03	Baralho Educativo Ansiedade - Conjunto de no mínimo 60 (sessenta) cards, com temática voltada à educação em saúde men-tal, abordando sintomas, emoções e estratégias de enfrentamento da ansiedade, destinados a ativi-dades terapêuticas, educativas e de apoio psicos-social. As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão resistente, plástico ou equivalente, com tinta atóxica, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no ma-nuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certificado de con-formidade do Inmetro.	SINOPSYS	213,00
4	UN	03	Baralho Educativo Autismo - Conjunto de no mínimo 50 (cinquenta) cards, com temática terapêutica e educativa, destinado a auxiliar na identificação e intervenção precoce dos sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA). As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão resistente, plástico ou equivalente, com tinta atóxica, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no ma-nuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certificado de con-formidade do Inmetro.	ARTESA	124,03
6	UN	03	Baralho Educativo Comportamentos Exagerados - Conjunto de no mínimo 100 (cem) cards, com temática terapêutica e educativa, destinado a au-xiliar no diagnóstico, intervenção e enfrentamen-to de comportamentos exagerados. As cartas de-verão ser confeccionadas em papel cartão resis-tente, plástico ou equivalente, com tinta atóxica, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no manuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visua-lização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora pró-pria. Certificado de conformidade do Inmetro.	SINOPSYS	203,69
7	UN	04	Baralho Educativo das Emoções - Baralho educativo composto por no mínimo	SINOPSYS	203,68

			100 (cem) cartas ou cards, contendo representa-ções de emoções diversas, destinado ao apoio no desenvolvimento emocional e socioemocional. As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão resistente, material plástico ou equivalente, com impressão em tinta atóxica, acabamento adequado e bordas arredondadas, garantindo maior segurança durante o manuseio. Cada carta deverá possuir dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, de modo a facilitar a visualização e o manuseio pelos usuá-rios. O produto deverá ser fornecido com caixa organizadora própria, adequada ao acondiciona-mento das cartas. Certificado de conformidade do Inmetro.		
9	UN	03	Baralho Educativo Intervenção em Crenças - Conjunto de no mínimo 40 (quarenta) cards, com temática voltada à intervenção em crenças, destinados a atividades terapêuticas e educativas. As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão resistente, plástico ou equivalente, com tinta atóxica, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no ma-nuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certificado de con-formidade do Inmetro.	SINOPSYS	181,83
10	UN	03	Baralho Educativo Intervenção Suicida - Conjunto de no mínimo 40 (quarenta) cards, com temática terapêutica e educativa, destinado a auxiliar na identificação de risco e no planeja-mento de intervenção terapêutica do comporta-mento suicida. As cartas deverão ser confeccio-nadas em papel cartão resistente, plástico ou equivalente, com tinta atóxica, acabamento ade-quado e bordas arredondadas, visando maior segurança no manuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certifi-cado de conformidade do Inmetro.	SINOPSYS	202,84
12	UN	03	Baralho Educativo Personalidade – Conjunto de no mínimo 100 (cem) cards, com temática educativa e de apoio psicossocial, desti-nado a reflexão, identificação de características, emoções e comportamentos, auxiliando na com-preensão de aspectos da personalidade e do fun-cionamento emocional, para atividades terapêuti-cas e educativas. As cartas deverão ser confecci-onadas em papel cartão resistente, plástico ou equivalente, com tinta atóxica, acabamento ade-quado e bordas arredondadas, visando maior segurança no manuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certifi-cado de conformidade do Inmetro.	ARTESA	193,60
14	UN	03	Baralho Educativo sobre Luto e Perdas – Baralho educativo composto por no mínimo 100 (cem) cartas ou cards, com temática voltada ao apoio no processo de luto e enfrentamento de perdas, destinado ao desenvolvimento emocional e ao suporte psicossocial. As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão resistente, mate-rial plástico ou equivalente, com impressão em tinta atóxica, acabamento adequado e bordas arredondadas, garantindo segurança no manu-seio. Cada carta deverá possuir dimensões míni-mas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria, resistente e adequada ao armazenamento do conjunto. Certificado de conformidade do Inmetro.	RIC	61,00

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 19 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

GILMAR DA SILVA VIEIRA
Casa do Neuropsicopedagogo LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:3DD7D526

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 182/2.026

Pregão nº 31/2026

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do **MUNICIPIO DE GOIOERE-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão a, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **CRIATIVA PRODUTOS LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 55.491.907/0001-92, situada na Rua da Pedreira nº 593, Campo Pequeno, CEP 83.404-010, no Município de Colombo, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Srº **OTAVIO LISBOA JUNIOR**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr unitário R$
23	UN	02	Fantasia Maria Gotinha - Fantasia do personagem Maria Gotinha. Cabeça de Fibra de Vidro em formato de gota contendo um penteado com estilo de cabelo feminino; Corpo com densidade de espuma, Macacão na cor branca de pele sintética, contendo zíper para abertura facilitada nas costas, luva e sapatos. Modelo oficial aprovado pelo Ministério da Saú-de.	ZE GOTINHA	4.000,00
25	UN	02	Fantasia Zé Gotinha - Fantasia do personagem Ze Gotinha. Cabeça de Fibra de	ZE GOTINHA	4.000,00

			Vidro em formato de gota; Corpo com densidade de espuma, Macacão na cor branca de pele sintética, contendo zíper para abertura facili-tada nas costas, luva e sapatos. Modelo oficial aprovado pelo Ministério da Saúde.		
53	UN	02	Kit Nutrição - Kit educativo de nutrição, composto por réplicas de alimentos destinadas a atividades pedagógicas, orientações nutricionais, palestras e atendimentos educativos. As réplicas deverão ser confeccionadas em material resistente, atóxico e de fácil higienização, com tamanhos, cores e texturas que simulem alimentos reais. O kit deverá conter alimentos diversos, com no mínimo 10 (dez) itens de cada categoria, distribuídos entre: Frutas; Legumes e verduras; Proteínas, gorduras e car-nes; Carboidratos. Deverão acompanhar o con-junto, no mínimo: 02 (dois) pratos para demons-tração; 01 (uma) mala ou bolsa adequada para transporte e armazenamento de todos os itens. Certificado de conformidade do Inmetro.	DXPRESS	1.500,00
54	UN	02	Kit Nutrientes – Kit educativo de nutrientes, composto por no mínimo 40 (quarenta) frascos, cada um com altu-ra mínima de 7 cm, contendo representações de nutrientes diversos associados aos alimentos. Os frascos deverão contemplar, no mínimo, a se-guinte distribuição de nutrientes: sódio, fibras, gorduras e carboidratos. Os materiais utilizados deverão ser resistentes, atóxicos e adequados ao manuseio frequente. O produto deverá ser forne-cido com embalagem organizadora própria, ade-quada ao acondicionamento e transporte dos frascos. Certificado de conformidade do Inmetro.	DEXPRESS	450,00

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 19 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

OTAVIO LISBOA JUNIOR
Criativa Produtos LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:5AB96463

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 183/2.026

Pregão nº 31/2026

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do **MUNICIPIO DE GOIOERE-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão a, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **J.S.A COMERCIO LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 54.361.487/0001-67, situada na Rua Pereira Bueno nº 20, Vila Industrial, CEP 13.035-275, no Município de Campinas, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Srº **GUSTAVO HENRIQUE FERRARO DE MIRANDA**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr unitário R$
24	UN	02	Fantasia Mosquito da Dengue para Adultos - Fantasia deverá ser composta por macacão predominantemente na cor preta, com listras cla-ras no abdômen, asas fixadas nas costas e ele-mentos que remetam às características do mos-quito transmissor da dengue. Confeccionada em tecido sintético resistente, confortável e de fácil higienização, com sistema de fechamento em zíper. A cabeça deverá possuir formato arredon-dado e estruturado, contendo antenas flexíveis, tromba frontal e olhos em destaque, garantindo boa visibilidade e identificação do personagem. A fantasia deverá acompanhar luvas e pés ou botas com acabamento antiderrapante, acoplados ou integrados ao conjunto. Altura mínima de 1,60m.	MAGIC FEST	1.302,26

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 19 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

GUSTAVO HENRIQUE FERRARO DE MIRANDA
J.S.A Comercio LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:1238DCCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 184/2.026

Pregão nº 31/2026

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do **MUNICIPIO DE GOIOERE-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão a, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **L. MOHR LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 07.261.562/0001-38, situada na Rua Capitão Adolfo Germano de Andrade nº 257, Centro, CEP 88.304-020, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Srº **HERCULANO DE CARVALHO JUNIOR**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr unitário R$
3	UN	03	Baralho Educativo Antipânico - Conjunto de no mínimo 50 (cinquenta) cards, com temática terapêutica e educativa, destinado a auxiliar na identificação e tratamento do transtor-no do pânico (síndrome do pânico). As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão re-sistente, plástico ou equivalente, com tinta atóxi-ca, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no manuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visua-lização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora pró-pria. Certificado de conformidade do Inmetro.	MATRIX	47,00
5	UN	03	Baralho Educativo Autoestima – Conjunto de no mínimo 100 (cem) cards, com temática voltada à construção de autoestima, au-toconhecimento e valorização pessoal. As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão re-sistente, plástico ou equivalente, com tinta atóxi-ca, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no manuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visua-lização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora pró-pria. Certificado de conformidade do Inmetro.	MATRIX	48,90
8	UN	03	Baralho Educativo Estimulação da fala – Conjunto de no mínimo 40 (quarenta) cards, com temática terapêutica e educativa, destinado a auxiliar na estimulação da fala. As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão resistente, plástico ou equivalente, com tinta atóxica, aca-bamento adequado e bordas arredondadas, vi-sando maior segurança no manuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visua-lização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora pró-pria. Certificado de conformidade do Inmetro.	MATRIX	50,00
11	UN	03	Baralho Educativo Medos - Conjunto de no mínimo 100 (cem) cards) cards, com temática terapêutica e educativa, destinado a auxiliar na psicoeducação, autoconhecimento e estimulação de novas formas de enfrentar o me-do. As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão resistente, plástico ou equivalente, com tinta atóxica, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no ma-nuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certificado de con-formidade do Inmetro.	MATRIX	55,00
15	UN	03	Baralho Educativo TDAH - Conjunto de no mínimo 50 (cinquenta) cards, com temática terapêutica e educativa, destinado a auxiliar no diagnóstico e intervenção em Trans-torno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão resistente, plástico ou equivalen-te, com tinta atóxica, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no manuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certificado de conformidade do Inmetro.	CASA DO PSY	208,90
16	UN	03	Baralho Educativo TOD - Conjunto de no mínimo 30 (trinta) cards, com temática terapêutica e educativa, destinado a au-xiliar na psicoeducação, autoconhecimento e no manejo de comportamentos de crianças e adoles-centes com características opositoras e desafiado-ras. As cartas deverão ser confeccionadas em papel cartão resistente, plástico ou equivalente, com tinta atóxica, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no ma-nuseio. Cada card deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certificado de con-formidade do Inmetro.	BOOK TOY	180,00
21	UN	06	Brinquedo Pompons com Pegador (tipo pinça) e Pote - Brinquedo pedagógico destinado ao desenvolvimento da coordenação motora fina, composto, no mínimo, por: 01 (um) pegador tipo pinça, confeccionado em material plástico resistente; 01 (um) pote para armazenamento, confecciona-do em polipropileno; 60 (sessenta) pompons de lã, em cores variadas. Os materiais deverão ser atóxicos, com acabamento adequado ao uso in-fantil. Certificado de conformidade do Inmetro.	BRUART	65,00
30	UN	05	Jogo da Memória para Idosos - Composto por no mínimo 10 (dez) pares de cartas, com ilustrações nítidas, de fácil identifica-ção e contraste adequado, destinado a atividades de estimulação cognitiva para o público idoso. As cartas deverão ser confeccionadas em papel car-tão resistente, MDF ou plástico, com tinta atóxi-ca, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no manuseio. Cada carta deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelo público idoso. O produto deverá ser entregue com caixa organiza-dora própria. Certificado de conformidade do Inmetro.	MEMOKI	55,00
32	UN	04	Jogo de cartas Habilidades Sociais Para Crianças - Jogo de cartas composto por no mínimo 50 (cinquenta) cartas, com perguntas voltadas ao desenvolvimento de habilidades sociais em crian-ças. Confeccionado em papel cartão resistente, MDF ou plástico, com impressão colorida, infan-til e educativa, acabamento adequado e tinta ató-xica. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria. Certificado de conformida-de do Inmetro.	MATRIX	78,00
33	UN	04	Jogo de cartas Raciocínio para Idosos – Jogo de cartas terapêutico, destinado a exercitar o cérebro e promover desafios cognitivos para o público idoso. O jogo deverá conter no mínimo 30 (trinta) cartas, com atividades e formatos vari-ados que estimulem raciocínio e memória. As cartas deverão ser confeccionadas em papel car-tão resistente, MDF ou plástico, com tinta atóxi-ca, acabamento adequado e bordas arredondadas, visando maior segurança no manuseio. Cada carta deverá ter dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, facilitando a visualização e o manuseio pelo público idoso. O produto deverá ser entregue com caixa organiza-dora própria. Certificado de conformidade do Inmetro.	ZULEIKA	149,00
44	UN	06	Jogo Quebra-Cabeça (mínimo 100 peças) - Jogo composto por, no mínimo, 100 peças, con-feccionadas em papel cartonado de alta gramatu-ra, MDF ou material equivalente, com acabamen-to adequado e bordas arredondadas. Tamanho montado mínimo de 40 cm x 30 cm. Impressão educativa e colorida, com uso de tinta atóxica. Acondicionado em caixa organizadora para ar-mazenamento. O produto deverá possuir certifi-cação do INMETRO ou atender às normas técnicas aplicáveis.	GGB	30,00
48	UN	03	Jogo Terapêutico Comportamentos - Jogo terapêutico do tipo educativo/comportamental, destinado ao trabalho de habilidades sociais e identificação de comportamentos. Composto por no mínimo 48 (quarenta e oito) fichas, confeccionadas em plástico resistente, MDF ou material equivalente, contendo imagens ilustrativas de comportamentos considerados adequados e inadequados, para fins educativos. As fichas deverão possuir acabamento adequado, com bordas arredondadas e materiais atóxicos. O produto deverá ser fornecido com embalagem organizadora própria, adequada ao acondiciona-mento do conjunto. Certificado de conformidade do Inmetro.	MPB	88,90
51	UN	08	Kit Bolas Sensoriais Texturizadas - Kit sensorial composto por no mínimo 6 (seis) bolas sensoriais texturizadas, em cores sortidas, destinadas ao estímulo tátil e sensorial. Confecci-onadas em material emborrachado macio, flexí-vel, atóxico e lavável, adequadas ao uso frequen-te. As bolas deverão apresentar formatos diver-sos, com dimensões variadas entre 7 cm e 10 cm de diâmetro, garantindo diversidade de estímulos sensoriais. Certificado de conformidade do Inmetro.	BABYLOVE	63,50
52	UN	03	Kit Fantoches Dengue – Kit educativo composto por no mínimo 6 (seis) fantoches diversos, com temática voltada à pre-venção da dengue, destinado a ações educativas e de conscientização. Os fantoches deverão ser confeccionados em feltro colorido, com acaba-mento adequado, costuras reforçadas e materiais atóxicos. Cada fantoche deverá possuir compri-mento mínimo de 25 (vinte e cinco) centímetros, facilitando o manuseio durante apresentações e atividades pedagógicas. Certificado de conformidade do Inmetro.	JODANE	187,00

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 19 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

HERCULANO DE CARVALHO JUNIOR
L. Mohr LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:2C65171B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 185/2.026

Pregão nº 31/2026

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do **MUNICIPIO DE GOIOERE-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão a, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **M. K. SCHITICOSKI**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 03.426.221/0001-14, situada na Rua Colmeia nº 237, Jardim Alvorada, CEP 87.308-310, no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Srº **MAURILIO KRAMER SCHITICOSKI**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr unitário R$
19	UN	04	Brinquedo - Blocos Lógicos - Conjunto composto por no mínimo 48 (quaren-ta e oito) peças geométricas, tais como círculo, quadrado, triângulo e retângulo, com variação de cores, tamanhos, espessuras e atributos, destina-dos ao desenvolvimento do raciocínio lógico, classificação e percepção visual. As peças deve-rão ser fabricadas em MDF ou plástico polipropi-leno atóxico, ou material equivalente, lavável, com acabamento liso e sem arestas, garantindo segurança no manuseio. Deverão possuir dimen-sões mínimas variando entre 3 cm e 7 cm, ade-quadas ao uso pedagógico. O produto deverá ser acondicionado em embalagem com tampa ou caixa organizadora para armazenamento. O pro-duto deverá possuir certificação do INMETRO ou atender às normas técnicas aplicáveis.	ZM REF 0048	38,12
28	UN	05	Jogo da Memória - Frutas e Hortaliças (mínimo 40 peças) - Jogo educativo destinado ao reconhecimento e associação de frutas e hortaliças, composto por no mínimo 40 (quarenta) peças. As peças deve-rão ser confeccionadas em MDF, PVC rígido ou material equivalente, com acabamento adequado e bordas arredondadas, garantindo segurança no manuseio. Deverão possuir dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm, com espessura mínima de 0,3 cm, contendo impressão colorida de imagens de frutas e hortaliças, em cores vivas, com uso de tinta atóxica e resistente. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora para armaze-namento. O produto deverá possuir certificação do INMETRO ou atender às normas técnicas aplicáveis.	ZM REF 0040	17,66
29	UN	05	Jogo da Memória – Numerais e Quantidades - Jogo educativo destinado ao desenvolvimento da associação entre numerais e quantidades, composto por no mínimo 40 (quarenta) peças. As peças deverão ser confeccionadas em MDF ou material polímero atóxico, ou equivalente, com acabamento liso, bordas arredondadas e seguran-ça adequada para manuseio. Deverão possuir dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm, com espes-sura mínima de 0,3 cm, contendo impressão colo-rida com numerais e representações das quanti-dades correspondentes, utilizando tinta atóxica. O produto deverá ser entregue com embalagem ou caixa organizadora para armazenamento. O pro-duto deverá possuir certificação do INMETRO ou atender às normas técnicas aplicáveis.	ZM REF 0042	18,12
35	UN	04	Jogo de encaixe com pinos coloridos (Tipo Treino Cerebral) - Jogo pedagógico de encaixe, destinado ao de-senvolvimento da atenção, memória, coordena-ção motora e raciocínio lógico, composto por pinos coloridos e placas com modelos para re-produção de imagens. O conjunto deverá conter no mínimo 70 (setenta) pinos coloridos, confec-cionados em material resistente, com acabamento adequado e pintura atóxica. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora própria, ade-quada ao armazenamento de todas as peças. Cer-tificado de conformidade do Inmetro.	CARIMBRAS	137,66
42	UN	04	Jogo Pedagógico (Tipo Caiu Perdeu) - Jogo pedagógico do tipo "Caiu, Perdeu", composto por no mínimo 45 (quarenta e cinco) peças, incluindo base e elementos de montagem (blocos, hastes ou similares). Confeccionado em plástico resistente ou MDF, com acabamento liso, bordas arredondadas e pintura atóxica, adequada ao uso infantil. A base deverá possuir largura mínima de 10 (dez) centímetros, garantindo estabilidade durante o uso. O produto deverá ser fornecido com emba-lagem individual adequada para armazenamento e transporte. Certificado de conformidade do Inmetro, quando aplicável	PAIS E FILHOS REF 0054	17,66
45	UN	04	Jogo quebra-cabeça geométrico - tipo Tangram - Jogo pedagógico do tipo Tangram, quebra-cabeça de origem chinesa, composto por peças geométricas destinadas ao desenvolvimento do raciocínio lógico, percepção espacial e coordena-ção motora. Confeccionado em MDF, PVC, EVA resistente ou material equivalente, com aca-bamento liso, bordas arredondadas e pintura ató-xica e lavável, adequada ao uso frequente. O conjunto deverá conter no mínimo 60 (sessenta) peças. O produto deverá ser fornecido com caixa organizadora própria, adequada ao acondiciona-mento e transporte das peças. Certificado de con-formidade do Inmetro.	ZM REF 0007	33,33
49	UN	04	Jogo Torre de Planejamento Lógico (Tipo Torre de Londres) - Jogo educativo e terapêutico destinado ao de-senvolvimento de raciocínio lógico, planejamen-to, atenção e resolução de problemas, composto por estrutura com 03 (três) pinos e 03 (três) esfe-ras coloridas ou equivalentes, para movimentação e organização conforme modelos propostos. De-verá acompanhar cartões ou fichas com modelos de desafios, contendo no mínimo 12 (doze) ativi-dades de diferentes níveis de complexidade. O conjunto deverá ser confeccionado em material resistente, seguro e de fácil higienização, apropri-ado para uso frequente em ambientes institucionais. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora para armazenamento. Certificado de conformidade do Inmetro.	ZM REF 0033	23,33

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 19 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

MAURILIO KRAMER SCHITICOSKI
M. K. Schiticoski

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:3A91C2D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 186/2.026

Pregão nº 31/2026

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do **MUNICIPIO DE GOIOERE-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro,

casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão a, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **RODRIGUES & ALMEIDA LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 20.490.656/0001-47, situada na Avenida Paraná nº 1323, Centro, CEP 87.900-000, no Município de Loanda, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Srº **EDUARDO RODRIGUES DE ALMEIDA**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr unitário R$
18	UN	04	Brinquedo Aramado Pedagógico (Tipo Montanha Russa) - Brinquedo pedagógico aramado do tipo montanha russa, composto por base em madeira e estrutura metálica colorida em forma de trilha, com peças móveis deslizantes. Destinado ao de-senvolvimento da coordenação motora, percep-ção visual e raciocínio lógico, sendo adequado para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os materiais deverão possuir acabamento adequado, sem rebarbas ou arestas cortantes, e utilizar tintas atóxicas. Certificado de conformi-dade do Inmetro.	ZARAMELA	49,00
20	UN	04	Brinquedo Crocodilo Mordedor (do tipo jogo de mordida) - Brinquedo educativo em formato de crocodilo, dotado de mecanismo de mordida, destinado ao estímulo da atenção, coordenação motora e inte-ração lúdica. Confeccionado em material plástico resistente e atóxico, com acabamento adequado ao uso infantil e bordas arredondadas. Certificado de conformidade do Inmetro.	ART BRINK	22,50
26	UN	04	Jogo Bingo de Letras (mínimo 48 peças) – Jogo composto por, no mínimo, 48 peças, con-feccionadas em MDF, papel cartão plastificado ou material equivalente, contendo letras do alfa-beto dispostas em formato tipo bingo. As cartelas deverão possuir dimensões mínimas de 15 cm x 20 cm. O conjunto deverá conter fichas soltas com letras, com diâmetro mínimo de 3 cm, ade-quadas ao manuseio infantil. Impressão com uso de tinta atóxica e acabamento adequado. Acondi-cionado em caixa organizadora para armazena-mento. O produto deverá possuir certificação do INMETRO ou atender às normas técnicas apli-cáveis.	ZARAMELA	43,00
27	UN	04	Jogo da Memória Eletrônico com Luz e Som - Jogo eletrônico do tipo memória eletrônica, baseado em sequência de luzes e sons, no qual o usuário deverá reproduzir a sequência apresenta-da, estimulando atenção e memorização. O jogo deverá possuir no mínimo 04 (quatro) cores dis-tintas, cada uma associada a sinal sonoro especí-fico. Confeccionado em material resistente, com acabamento adequado e componentes seguros ao uso infantil. Certificado de conformidade do In-metro.	LEONORA LETRON	27,00
36	UN	04	Jogo do Mico (Tipo Cartas) - Jogo de cartas composto por no mínimo 55 car-tas ilustradas. Confeccionado em papel cartão resistente, MDF ou plástico. Impressão colorida, infantil e educativa, com tinta atóxica. O produto deverá ser entregue com caixa organizadora. Cer-tificado pelo Inmetro.	PAIS E FILHOS	27,00
39	UN	04	Jogo Educativo Pode e Não Pode - Jogo terapêutico educativo do tipo "Pode e Não Pode", composto por no mínimo 24 (vinte e qua-tro) placas, representando ações cotidianas para ensino de condutas adequadas e inadequadas. As placas deverão ser confeccionadas em plástico resistente, MDF ou material equivalente, com acabamento liso, bordas arredondadas e material atóxico. Cada placa deverá possuir dimensões mínimas de 5 cm x 5 cm e espessura mínima de 0,4 cm, de modo a facilitar a visualização e o manuseio pelos usuários. O produto deverá ser fornecido com caixa organizadora própria, ade-quada ao armazenamento das placas. Certificado de conformidade do Inmetro.	BRINCA DEIRA DE CRIANÇA	48,90
41	UN	04	Jogo Loto Leitura (mínimo 130 peças) - Jogo composto por, no mínimo, 130 peças, entre cartelas e fichas ilustradas. Cartelas com dimensões mínimas de 20 cm x 15 cm e fichas com dimensão mínima de 3 cm. Impressão colo-rida, contendo palavras e figuras, com uso de tinta atóxica. Confeccionado em MDF, papel cartonado plastificado ou material equivalente. Acondicionado em caixa organizadora para ar-mazenamento. O produto deverá possuir certifi-cação do INMETRO ou atender às normas técni-cas aplicáveis.	ZARAMELA	45,00
43	UN	06	Jogo Quebra-Cabeça (mínimo 28 peças) – Jogo composto por, no mínimo, 28 peças, con-feccionadas em papel cartão resistente, MDF, plástico ou material equivalente, com acabamento adequado e bordas arredondadas. Tamanho mon-tado mínimo de 30 cm x 20 cm. Impressão colo-rida, infantil e educativa, com uso de tinta atóxi-ca. Acondicionado em caixa organizadora para armazenamento. O produto deverá possuir certi-ficação do INMETRO ou atender às normas técnicas aplicáveis.	PAIS E FILHOS	28,00
46	UN	04	Jogo Sequência Lógica – Atividades (mínimo 16 peças) - Jogo composto por, no mínimo, 16 peças ilus-tradas, contendo cenas em sequência lógica de atividades do cotidiano. Peças confeccionadas em MDF, papel plastificado ou material equiva-lente, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm, impressão com uso de tinta atóxica e acabamento adequado. Acondicionado em caixa organizadora para armazenamento. O produto deverá possuir certificação do INMETRO ou atender às normas técnicas aplicáveis.	URIARTE	25,00
50	UN	04	Jogo Torre Inteligente (mínimo 63 peças) - Jogo composto por, no mínimo, 63 peças, con-feccionadas em MDF, madeira, plástico resistente ou material equivalente, com sistema de encaixe para montagem de torres. Peças coloridas, com pintura atóxica, acabamento liso e segurança no manuseio. Dimensões mínimas variadas entre 2 cm e 6 cm. Acondicionado em caixa organizado-ra para armazenamento. O produto deverá possu-ir certificação do INMETRO ou atender às nor-mas técnicas aplicáveis.	ZARAMELA	34,00

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 19 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

EDUARDO RODRIGUES DE ALMEIDA
Rodrigues & Almeida LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:9C5A605C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: F DE ARAUJO CANDIDO
OBJETO: Contratação de serviços de higienização e consertos/reparos de uniformes, e higienização de botas visando atender as necessidades do CONSAMU, a serem executados SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD. ELOTECH	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Higienização de Uniformes e Botas	10471	SERVIÇOS	1	R$ 31.325,00
2	Consertos/ reparo em uniformes	6373	SERVIÇOS	1	R$ 56.617,50
TOTAL					**R$ 87.942,50**

VALOR TOTAL: R$ 87.942,50 (oitenta e sete mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 18 de agosto de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Fernanda De Araujo Candido

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:D0BCDC35

PROJUR
DECRETO Nº 402/2026 DATA: 21.08.2026

Ementa: homologa avaliação de servidores em Estágio Probatório para efeitos de efetivação de que trata os artigos 32, 33 e 34 da Lei nº 1.246 de 03.12.2003, realizada pela Comissão nomeada pela Portaria nº 120/2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os dispositivos das Leis nº 1.246 de 03.12.2003, e,

Considerando o processo de avaliação observadas às exigências da reorganização das carreiras funcionais dos servidores municipais de Guaíra;

Considerando o disposto nos artigos 32, 33 e 34 da Lei Municipal nº 1.246/2003, que estabelece a obrigatoriedade de ato específico do poder executivo para a estabilização do servidor em estágio probatório;

Considerando o Decreto nº 252/2005 que regulamenta as normas de avaliação dos Servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de habilitação em concurso público ou estabilizados na forma da Lei;

Considerando o memorando online sob o n° 135/2025,

DECRETA:

Art. 1o Ficam homologados os resultados das avaliações, e declarados estáveis no serviço público do Poder Executivo do Município de Guaíra, Estado do Paraná, os servidores públicos municipais a seguir mencionados:

Matrícula	Nome	Admissão	Cargo	Nota	Resultado	Data Efetivação
30560-01	Edinei Pereira dos Santos	03/08/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	400	APROVADO	03/08/2026
30561-01	Gessica Aparecida Fratoni Cardoso	03/08/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	400	APROVADO	03/08/2026
30562-01	Gisele Costa de Oliveira Zotti	03/08/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	393	APROVADO	03/08/2026
30554-01	Ana Carolina do Carmo da Silva	03/08/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	400	APROVADO	03/08/2026
30552-01	Leonita Rohde Keunecke	03/08/2023	Cuidador/Educador	300	APROVADO	03/08/2026
29861-02	Paulina Foresti Kaus Garcia	03/08/2023	Enfermeiro Padrão	400	APROVADO	03/08/2026
30549-01	Glaucio William de Abreu Dos Santos	03/08/2023	Enfermeiro Padrão	392	APROVADO	03/08/2026
30553-01	Rosislaine de Lima Balastrelli	03/08/2023	Fiscal de Atividades Urbanas	400	APROVADO	03/08/2026
30500-01	Luiz Carlos Garcia	03/08/2023	Fisioterapeuta	400	APROVADO	03/08/2026
30555-01	Charles Pereira dos Santos	03/08/2023	Médico Generalista/Saúde Família	400	APROVADO	03/08/2026
30550-01	Joao Vitor Martins Tolentino	03/08/2023	Médico Generalista/Saúde Família	400	APROVADO	03/08/2026
30559-01	Silvana Alves	03/08/2023	Merendeira	400	APROVADO	03/08/2026
30548-01	Emerson de Lima Brizzi	03/08/2023	Motorista de Veículos	307	APROVADO	03/08/2026
30486-01	Suzana Tereza de Oliveira Lima	03/08/2023	Técnico em Enfermagem	400	APROVADO	03/08/2026
30547-01	Gracieli dos Santos Barboza Gimenes	03/08/2023	Técnico em Enfermagem	400	APROVADO	03/08/2026

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 03 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:C218022A

PROJUR
PORTARIA Nº 508/2026 DATA: 21.08.2026 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 135/2021, 085/2025, 926/2025, 1.910/2025 2.134/2025, 2.556/2025, 045/2026 e 202/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Adilson Ferreira de Paula	22730-01	2025/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Daiane de Matos Ribeiro	30823-01	2024/2025	21/09/2026 a 10/10/2026
Devanildo Garcia de Sá	30665-01	2024/2025	24/08/2026 a 07/09/2026
Diego Humberto Nogueira	30494-01	2025/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Diogenes Giovani Ferrari	29484-08	2025/2026	24/08/2026 a 11/09/2026
Evanildo Nascimento Vieira	30495-01	2024/2025	14/09/2026 a 09/10/2026
Gustavo Henrique dos Reis Sabior	29546-01	2023/2024	15/09/2026 a 02/10/2026
Ivonete Dalcezio Kener	29435-01	2023/2024	31/08/2026 a 29/09/2026
Jose Ferreira da Silva Junior	30041-01	2025/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Juliano Diniz Bourscheidt	30822-01	2024/2025	08/09/2026 a 17/09/2026
Leandro Luiz de Freitas	25151-02	2023/2024	15/09/2026 a 14/10/2026
Micheli Regina Lucini	30965-01	2025/2026	24/08/2026 a 04/09/2026
Yasmim Oliveira Romeiro	30505-01	2024/2025	10/09/2026 a 09/10/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:B32DD0F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 062/2026
Pregão Eletrônico nº 016/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO E ESCOLAR A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **EFS VENDA E SERVICOS LTDA**
CNPJ: 59.388.107/0001-00

Fornecedor: EFS VENDA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 59.388.107/0001-00 - Valor total homologado: R$ 92.635,81(noventa e dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e um centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Agenda espiral diária 2026 e 2027, com capa dura, folhas pautadas, visão diária exceto sábado e domingo.	TIL	UNIDADE	32	25.9900	831.6800
3	1	Apontador De Lápis Simples, Cores Sortidas – Lâmina De Aço Temperado: Garantia De Mais Facilidade Ao Apontar E Maior Durabilidade – Caixa Com 25 Unidades.	M.PRINT	CAIXA	4	8.9900	35.9600
4	1	Arquivo Morto Grande – Em Papelão, Fechamento Externo, Garantindo Maior Resistência Ao Ser Empilhado. Espaço Para Identificação Em Todas As Faces. Dimensão Aprox. 368x247x255 Mm	SÃO CARLOS	UNIDADES	370	10.4900	3881.3000
5	1	Arquivo Morto Pequeno - Em Papelão, Tamanho Ofício, Fechamento Externo, Garantindo Maior Resistência Ao Ser Empilhado. Espaço Para Identificação Em Todas As Faces. Dimensão Aprox. 340x133x240mm.	SÃO CARLOS	UNIDADES	290	4.9900	1447.1000
10	1	Caderno Brochura, Costurado, Capa E Contra Capa Dura, Grande, Folhas Pautadas Com Aprox. 96 Folhas, Formato Aprox. 200mm X 275mm.	JANDAIA	UNIDADES	100	9.8900	989.0000
11	1	Caderno, capa dura, aprox. 200 FOLHAS, folhas pautadas, 10 matérias, formato 200 mm x 275mm, gramatura 56 g/m², espiral, informações fornecidas pelo fabricante.	PAUTA	UNIDADES	50	18.8900	944.5000
19	1	Clips Para Papel Galvanizado 2/0 – Caixa Com 720 Unid	WIREPLAST	CAIXA	35	12.4900	437.1500
20	1	Clips para papel galvanizado 3/0 – caixa com 720 unid	WIREPLAST	CAIXA	25	12.4900	312.2500
21	1	Clips para papel galvanizado 4/0 – caixa com 720 unid	WIREPLAST	CAIXA	40	12.4900	499.6000
22	1	Clips para papel galvanizado 6/0 – caixa com 720 unid	WIREPLAST	CAIXA	15	12.4900	187.3500
24	1	COLA bastão, 40 g, para papel, secagem: rápida, atóxica.	LEONORA	UNIDADES	190	3.9900	758.1000

25	1	Cola branca líquida, 90g, à base de PVA, atóxica e lavável.	IRIS	UNIDADE	100	2.4900	249.0000
26	1	Contra Capa Para Encadernação - Tamanho A4 (210x297mm) E Espessura De 0,30mm.	MARES	UNIDADES	200	0.9900	198.0000
31	1	Espiral Encadernação. Material: Plástico. Diâmetro: 23 MM. Comprimento: 330 MM. Cor: Preta	PLASTYLINE	UNIDADES	200	1.2400	248.0000
32	1	Estilete Profissional De 18mm.	M.PRINT	UNIDADES	50	6.7700	338.5000
35	1	Fita adesiva transparente 12mmx40m, transparente, monoface, incolor, multiuso.	BOL	UNIDADES	85	1.5400	130.9000
40	1	Grampeador De Mesa Médio 26/6 25fl Em Metal.	LEONORA	UNIDADES	21	13.9900	293.7900
41	1	Grampeador De Parede (P/ Madeira) Em Metal Com Punho Emborrachado.	LEONORA	UNIDADES	8	45.9900	367.9200
42	1	Grampo P/ Grampeador Galvanizado 26/6 - Caixa 5.000 Unidades	SERTIC	CAIXA	70	5.9900	419.3000
43	1	Kit de tinta líquida facial/corporal a base de água e secagem rápida. cores variadas	COLERMAKE	KIT	5	24.9900	124.9500
44	1	Kit de pincéis de Pintura Facial Profissional, Cerdas de Nylon, Cabo de Madeira, Livre de Álcool, para Arte Corporal e Facial	GLIART	KIT	5	71.8100	359.0500
45	1	Lápis preto nº 2B, em madeira, sextavado, não tóxico, com grafite resistente e de fácil deslizamento sobre o papel, com ponta inclinada, corpo com escrita macia, excelente apagabilidade, fácil de apontar, produzido em materiais totalmente atóxicos, resistente à quebra da mina, impressão no corpo contento fabricante do produto, medindo aproximadamente 17,5 cm de comprimento, com certificação no INMETRO. – caixa com aproximadamente 150 unid.	SERTIC	CAIXA	6	48.9900	293.9400
48	1	Pacote 1kg Cola Quente Bastão Refil Grosso Branca 30cmX11mm, resina termoplástica de alta qualidade para Artesanato. Alta Fixação	STARTOOLS	PACOTE	3	28.9300	86.7900
50	1	Papel Sulfite A4 Cores Variadas (Azul, Amarelo,Verde, Rosa) 210x297	REPORT	UNIDADES	130	26.3600	3426.8000
51	1	Papel Tipo A4 Multiuso 75gr, Cor Branca, Papel Produzido Com Fibras Virgens De Eucalipto, Tratados Para Obter Um Elevado Grau De Brancura (Alcalina). Produzido Com Fibra De Madeira 100% Reflorestada. Dimensões: 210x297mm. Resma (500 Fls).	REPORT	UNIDADES	2600	24.7900	64454.0000
53	1	Pasta com abas plásticas com elástico 35x23 cm aprox.	POLIBRAS	UNIDADE	270	2.9900	807.3000
54	1	Pasta De Arquivo Suspensa Papel Kraft, Com Visor E Etiqueta, Grampo Plástico E Hastes Plásticas Removíveis (Reforçada) 360x240mm 170g	FRAMA	UNIDADES	400	3.4900	1396.0000
56	1	Percevejos Caixa C/ 100 Unid.	BRW	CAIXA	17	5.8900	100.1300
57	1	Pilha Alcalina Palito AA – Cartela Com 4 Pilhas	ELGIN	UNIDADES	60	7.8600	471.6000
58	1	Pilha Alcalina Palito AAA – Cartela Com 4 Pilhas	ELGIN	UNIDADES	250	9.9300	2482.5000
59	1	Pincel Atômico P/ Papel Cores: Preto, Azul, Vermelho E Verde.	PILOT	UNIDADES	87	1.4700	127.8900
60	1	Pincel Atômico Ponta Fina Cores Variadas, Ponta: 0,6mm	M.PRINT	UNIDADES	82	2.3500	192.7000
61	1	Pincel para quadro branco: recarregável, com tampa traseira removível para recarregamento da esponja interna, Ponta macia para não danificar o quadro. Espessura de escrita 2,0mm. Data de validade de no mínimo 12 meses. Cores: preto, azul e vermelho.	M.PRINT	UNIDADE	57	2.2500	128.2500
63	1	Pistola de cola quente fina para bastão de 7mm, bivolt 15w,	SERTIC	UNIDADE	5	24.9900	124.9500
65	1	Post it colorido 76x76mm aproximadamente cores variadas – pacote com 100 folhas	M.PRINT	PACOTE	160	4.9900	798.4000
66	1	Refil para estilete profissional, lâmina de 18mm – com 10 unidades	M.PRINT	UNIDADES	8	4.9900	39.9200
67	1	Refil Tinta Quadro Branco 500ml (Azul, Preto E Vermelho)	PINCEL RARO	UNIDADES	22	84.9900	1869.7800
68	1	Suporte para fita adesiva transparente 48mm x 40m tamanho médio	COISARIA	UNIDADE	9	26.6900	240.2100
69	1	Tesoura grande – 20 cm	M.PRINT	UNIDADES	55	12.9900	714.4500
70	1	Sacos Para Presentes Transparentes Para Embalagem, 30x45cm	PACKPEL	UNIDADES	500	2.9900	1495.0000
73	1	Tesoura para Picotar Grande Inox; Diversos Tipos de Picotes	MUNDIAL	UNIDADE	12	27.6500	331.8000

Valor Total de R$ 92.635,81(noventa e dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e um centavos)
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026.
VIGÊNCIA: 21/08/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:139C79F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 063/2026
Pregão Eletrônico nº 016/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO E ESCOLAR A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **MHFH PAPELARIA LTDA**
CNPJ: 77.556.116/0001-36

Fornecedor: MHFH PAPELARIA LTDA - CNPJ: 77.556.116/0001-36 - Valor total homologado: R$ 24.309,17 (vinte e quatro mil, trezentos e nove reais e dezessete centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1	Apagador quadro branco, material base: feltro, material corpo: plástico, comprimento:15 cm, largura:4,50 cm, altura:25 cm	MASTER	UNIDADES	10	4.6900	46.9000
6	1	Balão, bexiga lisa, n°11, redondo, látex, pacote com 50 unidades. cores variadas	RIBERBALL	PACOTE	60	19.0000	1140.0000
7	1	Bandeja documentos, material: acrílica, tipo: tripla, cor: fumê, comprimento:360 mm, largura:260 mm, altura:60 mm	MAXCRIL	UNIDADES	37	31.7000	1172.9000
9	1	Borracha Branca, Tamanho Média, Formato Quadrado Ou Retangular – Borracha Macia E Suave, Aplicável Sobre Diversos Tipos De Superfície E Para Qualquer Graduação De Grafite. Apaga Lápis E Lapiseira. Caixa Com 40 Unidades.	REDBOR	CAIXA	5	16.0000	80.0000
12	1	Caneta cor azul ponta fina aprox. 0, 7mm, caixa com mínimo de 50 unin.	COMPACTOR	CAIXA	12	33.7500	405.0000
13	1	Caneta Cor Preta Ponta Fina Aprox. 0, 7mm, Caixa Com 50 Unid.	COMPACTOR	CAIXA	10	33.7500	337.5000
14	1	Caneta Esferográfica Com Furo Central Na Tampa – Cor Azul – Caixa Com 50 Unidades	COMPACTOR	CAIXA	22	26.5000	583.0000
15	1	Caneta Esferográfica Com Furo Central Na Tampa – Cor Preta – Caixa Com 50 Unidades	COMPACTOR	CAIXA	13	25.8000	335.4000
16	1	Caneta Esferográfica Com Furo Central Na Tampa – Cor Vermelha – Caixa Com 50 Unidades	COMPACTOR	CAIXA	12	32.9000	394.8000
17	1	Caneta Marca Texto Fluorescente, Diversas Cores, 4 Mm - Caixa Com 12 Unidades - Ponta Não Afunda Quando Pressionada.	MASTER	CAIXA	37	8.0000	296.0000

18	1	Capa Para Encadernação- Tamanho A4 (210x297mm) E Espessura De 0,30mm.	MARES	UNIDADES	200	0.6000	120.0000
23	1	Clips para papel galvanizado 8/0 – caixa com 720 unid	TOP	UNIDADE	11	12.5000	137.5000
27	1	Calculadora De Mesa Média Com 12 Dígitos - Na Cor Preta / Prata Aprox. 16x15,6x3 Cm.Calculadora De Mesa Média Com 12 Dígitos - Na Cor Preta / Prata Aprox. 16x15,6x3 Cm	MASTER	UNIDADE	50	14.4000	720.0000
29	1	ELASTICO PARA EMBALAR DINHEIRO - PCT COM 1300 UNID	REDBOR	PACOTE	13	25.6000	332.8000
33	1	Fita adesiva dupla face 19mm x 30m aproximadamente, transparente, monoface, incolor, multiuso.	TECTAPE	UNIDADE	100	10.0000	1000.0000
34	1	FITA Adesiva Material: Crepe, Monoface, 18mm X 50m, Bege, Multiuso.	TECTAPE	UNIDADES	200	4.4000	880.0000
36	1	Fita Adesiva Transparente 48mmx50m, Transparente, Monoface, Incolor, Multiuso.	TECTAPE	UNIDADES	325	3.9000	1267.5000
37	1	Folhas de EVA liso, 40X60, cores variadas	JOCAR	Folhas	150	1.7000	255.0000
38	1	Folhas de EVA com glitter, 40X48, cores variadas	JOCAR	Folhas	50	3.5000	175.0000
39	1	Grampeador De Mesa Grande 26/6 40fl Em Metal.	JOCAR	UNIDADES	22	30.0000	660.0000
46	1	Livro Ata Sem Margem, Grande, Com 50 Fls, Dimensões Aprox. 206x300.	ANIMATIVA	UNIDADES	40	8.0500	322.0000
49	1	Pacote 1kg Cola Quente Bastão Refil fina Branca 30cmX7mm, resina termoplástica de alta qualidade para Artesanato. Alta Fixação	RENDICOLA	PACOTE	3	32.1400	96.4200
52	1	Pasta Catálogo Preta Com 50 Plásticos 245x335	PLASCONY	UNIDADES	31	15.0500	466.5500
55	1	Pasta Organizadora Sanfonada A4 com 12 Divisórias, Material Resistente e Reforçado que permite o uso sem rasgar ou deformar. Dimensões: 331 x 32 x 242 mm	PLASCONY	UNIDADE	57	14.7000	837.9000
62	1	Pistola de cola quente grossa para bastão de 11mm, bivolt 60w,	JOCAR	UNIDADE	5	23.6000	118.0000
64	1	Porta-lápis/clipe/lembrete, material: acrílico, cor: fumê, tipo: conjugado	CAVIA	UNIDADES	41	14.9000	610.9000
71	1	Perfurador De Papel Para 60 Folhas Profissional Dimensões: 115 X 165 X 180mm	MASTER	UNIDADES	50	67.0000	3350.0000
72	1	Suporte de Monitor 2 Gavetas, Mdf Preto. 26 x 12 x 39 centímetros	SOUZA	UNIDADE	70	79.0800	5535.6000
74	1	Tinta Spray para cabelo lavável infantil. Cores variadas	M+	UNIDADE	150	17.0000	2550.0000
75	1	Régua Transparente 30cm	MAXCRIL	UNIDADES	50	1.6500	82.5000

Valor Total de R$ 24.309,17 (vinte e quatro mil, trezentos e nove reais e dezessete centavos).
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026.
VIGÊNCIA: 21/08/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:5E3F9891

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	082/2026
b) Licitação Nº:	015/2026
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Homologação:	21/08/2026
e) Objeto Homologado:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
05002041220003200633903000000	**1000**	**MATERIAL DE CONSUMO**
25001103010012204533903000000	**1303**	**MATERIAL DE CONSUMO**
15001041220007201933903000000	**1000**	**MATERIAL DE CONSUMO**
27002082440010203133903000000	**1000**	**MATERIAL DE CONSUMO**
30002123610013205933903000000	**1103**	**MATERIAL DE CONSUMO**
30002123610013205933903000000	**1104**	**MATERIAL DE CONSUMO**

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: A M MENDES ACESSORIOS EPP - CNPJ: 06.009.600/0001-05 - Valor total homologado: R$ 39.908,00 (trinta e nove mil, novecentos e oito reais)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	1	PNEU NOVO 195/65 – R15	GOLDEN CROWN	UNIDADE	12	219.0000	2628.0000
17	1	PNEU NOVO 7.50 – R16 12 LONAS	WESTLAKE	UNIDADES	4	570.0000	2280.0000
19	1	PNEU NOVO 215/75 – R17,5 LISO 16 LONAS	GOLDEN CROWN	UNIDADES	70	500.0000	35000.0000

Fornecedor: COUTINHO PNEUS LTDA - CNPJ: 49.230.882/0001-70 - Valor total homologado: R$ 222.249,12 (duzentos e vinte e dois mil, duzentos e quarenta e nove reais e doze centavos).

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1	PNEU NOVO 185/R14 8 LONAS	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	6	246.9900	1481.9400
9	1	PNEU NOVO 185/65 – R15	MASSIMO/Shandong	UNIDADES	16	209.9900	3359.8400

			Fengyuan Tire Man. Co				
10	1	PNEU NOVO 195/55 – R15	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	10	216.9900	2169.9000
12	1	PNEU NOVO 225/70 – R15	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	10	338.9900	3389.9000
13	1	PNEU NOVO 225/75 – R16	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	10	384.9900	3849.9000
14	1	PNEU NOVO 195/55 – R16	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	16	227.9900	3647.8400
15	1	PNEU NOVO 215/65 – R16 C	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	28	349.9700	9799.1600
16	1	PNEU NOVO 225/65 – R16 C	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	32	328.6900	10518.0800
20	1	PNEU NOVO 235/75 – 17,5 LISO 14 LONAS	OVATION/Shandong Changfeng Tire Co., Ltd.	UNIDADES	14	611.9900	8567.8600
22	1	PNEU NOVO 1000/20 BORRACHUDO	WESTLAKE/Zhongce Rubber Group Co., Ltd	UNIDADES	12	1228.9700	14747.6400
23	1	PNEU NOVO 1000/20 RADIAL LISO	CASUMINA/Southern Rubber Ind. Joint Stock Cia.	UNIDADES	30	1546.6500	46399.5000
24	1	PNEU NOVO 275/80 – R22,5 BORRACHUDO	CASUMINA/Southern Rubber Ind. Joint Stock Cia.	UNIDADES	30	1416.0100	42480.3000
25	1	PNEU NOVO 275/80 – R22,5 LISO	CASUMINA/Southern Rubber Ind. Joint Stock Cia.	UNIDADES	12	1229.9900	14759.8800
28	1	PNEU NOVO 19.5 L – 24 12 LONAS	FORERUNNER/QINGDAO QIHANG TYRECO.,LTD.	UNIDADES	6	2474.3000	14845.8000
30	1	PNEU NOVO 14/9 – 28 10 LONAS	FORERUNNER/QINGDAO QIHANG TYRECO.,LTD.	UNIDADES	2	1675.9900	3351.9800
31	1	PNEU NOVO 18,4 – 30 12 LONAS	FORERUNNER/QINGDAO QIHANG TYRECO.,LTD.	UNIDADES	4	2594.7800	10379.1200
34	1	PNEU NOVO 10 – 16.5 NHS 10 LONAS	FORERUNNER/QINGDAO QIHANG TYRECO.,LTD.	UNIDADES	10	653.1900	6531.9000
43	1	PNEU NOVO 215/75 – R17,5 BORRACHUDO 16 LONAS	OVATION/Shandong Changfeng Tire Co., Ltd.	UNIDADE	30	583.9300	17517.9000
44	1	PNEU NOVO 205/50 R16	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADE	12	370.8900	4450.6800

Fornecedor: VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA - CNPJ: 39.859.999/0001-64 - Valor total homologado: R$ 177.191,98

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	PNEU NOVO 175/70 – R13	TORNEL	UNIDADES	16	212.5000	3400.0000
3	1	PNEU NOVO 185/70 – R14	JK	UNIDADES	34	246.3900	8377.2600
4	1	PNEU NOVO 175/70 – R14	SUNFULL	UNIDADES	36	199.5000	7182.0000
5	1	PNEU NOVO 205/60 – R15	SUNFULL	UNIDADES	20	248.5000	4970.0000
6	1	PNEU NOVO 205/65 – R15	DURABLE	UNIDADE	12	269.5000	3234.0000
7	1	PNEU NOVO 235/75 – R15	SUNSET	UNIDADES	34	444.5000	15113.0000
8	1	PNEU NOVO 185/60 – R15	WINDFORCE	UNIDADES	30	200.2600	6007.8000
18	1	PNEU NOVO 14 – 17,5 12 LONAS	SPEEDROAD	UNIDADES	4	1345.5000	5382.0000
21	1	PNEU NOVO 12.5/80 – R18 12 LONAS	SPEEDROAD	UNIDADES	4	1368.5000	5474.0000
26	1	PNEU NOVO 14.00 – 24 16 LONAS	SPEEDROAD	UNIDADES	14	1939.4700	27152.5800
27	1	PNEU NOVO 12.4 – 24 10 LONAS	SPEEDROAD	UNIDADES	4	1137.9800	4551.9200
29	1	PNEU NOVO 17,5 – 25 16 LONAS	SPEEDROAD	UNIDADES	14	2729.8600	38218.0400
32	1	PNEU NOVO 23,1 – 30 12 LONAS	SPEEDROAD	UNIDADES	4	5300.0000	21200.0000
36	1	CAMARA – 14.00 - 24	JABUTI	UNIDADES	20	126.5000	2530.0000
37	1	CAMARA – 17,5 - 25	JABUTI	UNIDADES	15	208.5000	3127.5000
38	1	PROTETOR – 17,5 - 25	JABUTI	UNIDADES	8	188.0000	1504.0000
39	1	CAMARA 1000/20	JABUTI	UNIDADES	10	124.0000	1240.0000
40	1	PROTETOR 1000/20	JABUTI	UNIDADES	20	34.5000	690.0000
41	1	PNEU NOVO 285/70 – R19,5 11 LONAS	FORTUNE	UNIDADES	12	1197.5000	14370.0000
42	1	PNEU NOVO 215/50 R17	SUNFULL	UNIDADE	12	288.9900	3467.8800

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 439.349,10 (quatrocentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e nove reais e dez centavos)

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 21 de agosto de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:05A1CB87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE SELEÇÃO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO INTERESSADOS NA NOMEAÇÃO EM CARGO OU FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE INSTITUIÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EDITAL N° 001/2026-SMED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO DE SELEÇÃO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO INTERESSADOS NA NOMEAÇÃO EM CARGO OU FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE INSTITUIÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EDITAL N° 001/2026-SMED

Secretaria Municipal de Educação-SMED

PROCESSO DE SELEÇÃO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO INTERESSADOS NA NOMEAÇÃO EM CARGO OU FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE INSTITUIÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EDITAL N° 001/2026-SMED

DO OBJETIVO
Selecionar profissional da rede pública municipal de ensino para exercer a função de **DIREÇÃO ESCOLAR**, nas unidades de Ensino da Escola Rural Municipal João Luiz da Silva Júnior e Escola Rural Municipal Salim do Carmo, Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, nos termos da LEI MUNICIPAL 920/2022.
A seleção segue as diretrizes do art. 14, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Resolução nº 1, de 28 de julho de 2023, da Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação, os quais estabelecem os critérios e condições para o atendimento das condicionalidades previstas no artigo 14 da Lei nº 14.113/2020, bem como a obrigatoriedade de estabelecer critérios do processo de seleção aos profissionais do magistério interessados na nomeação em cargo ou função de direção de instituição da rede municipal de ensino, mediante publicação de edital de chamamento público.
Antes de inscrever-se no processo de seleção, o candidato deve observar, atentamente, as prescrições deste edital, sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.

DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA INSCRIÇÃO
Somente poderão participar da avaliação de mérito e desempenho os profissionais do magistério público municipal que atendem aos seguintes critérios:
Ser integrante do quadro próprio do Magistério Municipal.
Ser Professor, Pedagogo ou Educador Infantil que possua diploma em curso de Graduação na área da Educação e em nível de Pós-Graduação na área de gestão, em instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação ou portar diploma em curso de Graduação em Pedagogia em instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.
Demonstrar disponibilidade para o desempenho das funções para 20h ou 40h semanais, quando necessário.
Estar há 2(dois) anos em efetivo exercício na unidade escolar da rede municipal de ensino em que pretende exercer a função de direção escolar;
Apresentar um plano de ação, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação, a ser analisado pela Comissão Avaliadora;
Não ter sofrido penalidades administrativas.
Os atuais ocupantes do cargo de direção que pretendem a prorrogação do mandato, deverão também efetuar as inscrições nos termos deste Edital, bem como também deverão ser submetidos à previa avaliação de desempenho, nos termos do decreto regulamentador.

DA INSCRIÇÃO
As inscrições deverão ser protocoladas na **Secretaria Municipal de Educação** no período **de 08/09/2026 a 18/09/2026**, mediante entrega de:
Ficha de inscrição (Anexo I deste Edital);
Cópia do RG e CPF;
Certidão negativa de antecedentes criminais;
Diplomas comprobatórios conforme previsto no ITEM 2 (alínea " b");
Plano de Gestão;
Declaração em que conste a instituição de interesse a concorrer à vaga;
É vedadada a candidatura simultânea em mais de uma escola.
A inscrição implicará o conhecimento prévio e aceitação tácita das instruções e normas estabelecidas no presente Edital;
As inscrições são gratuitas e é de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento do formulário de inscrição;

DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO
O candidato inscrito será submetido a:
Curso preparatório para Gestores (mínimo 20h);
Prova escrita (objetiva e discursiva), devendo atingir 70% de aproveitamento.

DO PLANO DE GESTÃO (ANEXO II)
5.1 A proposta do Plano de Ação a ser aplicado na unidade de interesse, deverá ser compatível para dois anos de mandato (2027/2029) com o PPP da respectiva instituição de ensino e com as Políticas Educacionais da atualidade;
Será considerado em condição de ser avaliado o Plano de Ação de Gestão Escolar dos profissionais do magistério que obtiverem o mínimo de 70% do total da avaliação de mérito e desempenho.
Para ter a incrição homologada o candidato deverá ter alcançado todos os requisitos de participação que exige este Edital.
A entrega deverá ser feita em meio físico, organizado em pasta catálogo ou fichário.

DA FASE RECURSAL – INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO
Do resultado caberá pedido justificado de reconsideração, dentro do prazo estabelecido no cronograma ítem 11;
A submissão do recurso deverá ser protocolada na Secretaria Municipal de Educação para a Comissão Avaliadora.
A análise dos recursos será realizada pela Comissão Avaliadora, tendo por base o disposto neste Edital;
O recurso será submetido a análise e após o prazo recursal será emitida a divulgação final dos candidatos;
Não caberá pedido de reconsideração à classificação após fase recursal, nem pedido de reconsideração após o resultado final.
A divulgação dos resultados deverá publicada, conforme prevê o cronograma ITEM 11.

DA CONSULTA PÚBLICA
Apenas os candidatos aprovados em todas as etapas terão inscrição homologada e poderão participar da consulta pública;
Será considerado eleito o candidato que obtiver maioria dos votos válidos.
Caso haja candidato único, este deverá obter votos superiores aos nulos e brancos;
Em caso de empate, prevalecerão, nesta ordem:
Maior tempo de esrviço na escola;
Maior tempo de serviço no magistério municipal;

Maior titulação;
Maior idade.

DA PROPAGANDA
7.1. A propaganda será permitida somente após a homologação das candidaturas.
7.2. Ficam vedadas práticas de coação, compra de votos, transporte de eleitores, distribuição de brindes e propaganda no dia da eleição.

DA APURAÇÃO E RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA
A apuração será pública, no mesmo local de votação;
O resultado será registrado em Ata e encaminhada à Secretaria Municipal de Educação em até 24h.
De acordo com o cronograma previsto no item 10 deste Edital, o extrato do resultado será divulgado no Diário Oficial dos Municípios e na página eletrônica da Prefeitura de Guaraqueçaba;
Os casos omissos neste Edital serão analisados pela Comissão Avaliadora.
Não serão fornecidas, por telefone ou pessoalmente informações contidas neste Edital, sendo o meio de comunicação o endereço de e-mail: **educacao@guaraquecaba.pr.gov.br**
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Serão impedidos de participar da Avaliação de Mérito e Desempenho aqueles que não apresentarem todos os documentos elencados neste edital;
A inscrição é obrigatória para todos os candidatos à direção escolar que pretendem participar da consulta à comunidade;
É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito, acompanhar a publicação dos atos concernentes à inscrição, publicados no Diário Oficial dos Municípios e na página eletrônica da Prefeitura de Guaraqueçaba para o cumprimento dos prazos e condições estipulados durante o processo;
Poderão votar: Professores, e Pedagogo efetivos ou contratados em efetivo exercício; Demais servidores efetivos, em exercício na escola, na datada votação; Os membros da Associação de Pais, Mestres e Funcionários e Conselho Escolar na data da votação, responsáveis pelo Estabelecimento de ensino onde esteja ocorrendo a escolha de diretor; Servidores internos, efetivos ou comissionados, que na data da votação estejam atuando na área de educação nesta Secretaria.
Não terá direito a voto os estagiários.
O voto é direto, secreto e intransferível, vedada a procuração.

DO CRONOGRAMA

Etapa	Data de Início	Data de Término
Publicação do Edital de Chamamento Público	18/08/2026	18/08/2026
Inscrição e entrega de documentação dos candidatos	08/09/2026	18/09/2026
Divulgação priliminar das inscrições e habilitações	21/09/2026	21/09/2026
Prazo para impugnações/recursos das incrições	22/09/2026	23/09/2026
Análise e decisão dos recursos	24/09/2026	24/09/2026
Divulgação definitiva das incrições e habilitações	25/09/2026	25/09/2026
Curso preparatório para gestores	19/10/2026	21/10/2026
Avaliação de mérito e desempenho	04/11/2026	04/11/2026
Divulgação dos resultados da avaliação de mérito e/ou desempenho e Plano de Gestão	09/11/2026	09/11/2026
Prazo para impugnações/recursos das avaliações.	10/11/2026	11/11/2026
Divulgação dos resultados finais e homologação dos candidaotos aptos para consulta públca	13/11/2026	13/11/2026
Homologação dos candidaotos aptos para consulta públca	16/11/2026	16/11/2026
Consulta à comunidade escolar (eleição)	26/11/2026	26/11/2026
Apuração e proclamação dos eleitos	26/11/2026	27/11/2026
Recursos e impugnações finais	30/11/2026	02/12/2026
Homologação dos resultados	03/12/2026	03/12/2026
Encaminhamento para nomeação	04/12/2026	04/12/2026
Posse e início do mandato	/01/2027	02/01/2027

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Guaraqueçaba, 17 de agosto de 2026

ALESANDRA MORAIS DA COSTA
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO
PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE GUARAQUEÇABA/PR EDITAL Nº 01/2026

Ilma. Sra. Secretária Municipal de Educação,
Eu, _____, venho por meio desta requerer a minha inscrição como candidato(a) à função de Diretor(a) para a unidade escolar abaixo assinalada, declarando conhecer e aceitar todas as normas estabelecidas no Edital Nº 01/2026 e na Lei Municipal nº 920/2022.
1. DADOS PESSOAIS

DADOS PESSOAIS
NOME:
RG
ÓRGÃO EMISSOR
CPF:
ENDEREÇO:
ESTADOO CIVIL:
CONTATO:
E-MAIL:
FORMAÇÃO ACADÊMICA
ENSINO SUPERIOR
INTITUIÇÃO

ANO DE CONCLUSÃO
PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUIÇÃO
ANO DE CONCLUSÃO
SITUAÇÃO FUNCIONAL
CARGO EFETIVO
DATA DE ADMISSÃO
TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO NA UNIDADE ESCOLAR
UNIDADE ESCOLAR PRETENDIDA
UNIDADE ESCOLAR PRETENDIDA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE DIRETOR(A) ESCOLAR

Declaro, para os devidos fins, que:
a) Pretendo exercer a função de Diretor (a) na Unidade Escolar:__ _____
b) Possuo disponibilidade para jornada de 40h semanais, quando necessário;
b) Não exerço cargo eletivo de qualquer natureza;
c) Estou ciente de todas as etapas do processo, incluindo o Curso Preparatório para Gestores, a prova escrita e a análise do Plano de Gestão, como condições para a homologação da candidatura para consulta pública;
d) Comprometo-me a apresentar todos os documentos requisitos exigidos no Edital 001/2026 – Escola de Diretores das Unidades Educacionais.
Nestes termos, pede deferimento.
Guaraqueçaba/PR, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do candidato(a)

ANEXO II
PLANO DE GESTÃO
CAPA CONTENDO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA – PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SMED
CONSULTA PÚBLICA - DIRETORES
PLANO DE AÇÃO NA GESTÃO ESCOLAR - 2027/2029
NOME COMPLETO DO CANDIDATO
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR (QUE PRETENDE EXERCER O CARGO)

CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR
Dados da Escola Organização da Escola;
Modalidades de Ensino;
Horário de funcionamento;
Breve Histórico Prédio Escolar
Recursos físicos e pedagógicos;
Recursos Humanos;
Caracterização da Comunidade;
Potencialidades;
Dificuldades

QUADRO DE METAS
Este documento é parte integrante do Plano de Ação a ser apresentado para a comunidade escolar;
Os(as) candidatos(as) deverão **completar com as ações que pretendem desenvolver** para atingir essas metas; Também poderão propor **metas adicionais**, se desejarem.

Eixo de Gestão	Metas Prévias (Objetivos)	Ações Principais	Responsáveis /Envolvidos	Forma de Monitoramento e Avaliação
Gestão Participativa/ Democrática e Prestação de Contas	Garantir transparência na aplicação dos recursos. Fortalecer a atuação do Conselho Escolar e da APMF. Promover reuniões periódicas com a comunidade escolar.			
Gestão de Resultados Educacionais	Melhorar o desempenho em avaliações externas (SAEB, Prova Paraná etc.). Reduzir índices de defasagem idade-série. Acompanhar sistematicamente o rendimento escolar por meio de avaliações diagnósticas e bimestrais.			
Gestão Pedagógica (professores e alunos)	Promover formação continuada dos docentes. Garantir planejamento coletivo e alinhado ao PPP/BNCC. Desenvolver projetos de leitura, escrita, matemática, arte e cultura.			
Gestão de Inclusão e Sócio-Educação	Ampliar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Combater a evasão escolar. Desenvolver ações de convivência e respeito à diversidade.			
Gestão de Pessoas	Promover clima organizacional saudável. Valorizar e incentivar a formação profissional dos servidores. Melhorar a comunicação interna e a definição de papéis e responsabilidades.			
Ambiente Físico Escolar	Manter os espaços físicos conservados e seguros. Zelar pelo uso adequado do patrimônio escolar. Solicitar melhorias e adequações quando necessário.			
Relação com as Famílias	Intensificar a participação da família na vida escolar. Estabelecer canais de comunicação eficientes com pais/responsáveis. Promover eventos integradores entre escola e comunidade.			
Gestão dos Programas Estaduais e Federais	Executar corretamente os recursos de programas (PDDE, Educação Conectada, Tempo de Aprender etc.). Prestar contas de forma transparente e no prazo.			

	Garantir que os programas impactem positivamente a aprendizagem.			

Publicado por:
Wellison Marinho Barboza Rosa
Código Identificador:3DB89082

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 168/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 168/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 42/2025, de 23 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 130.000,00, destinados ao reforço das seguintes

Dotações Orçamentárias	
Suplementação(ões)	
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 10001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional - 12.361.0006.2025000 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICIPIO	
Despesa - 384 - 339032 - 00000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	30.000,00
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional - 12.365.0008.2029000 - MANUTENÇÃO PRÉ-ESCOLA VAMOS CRESCER JUNTOS	
Despesa - 449 - 449052 - 00104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
Órgão - 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade - 12002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional - 10.301.0010.2045000 - FUNCIONAMENTO UBS JARDIM COPACABANA	
Despesa - 541 - 449052 - 00303 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	130.000,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou	
total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4320/64	
Redução(ões)	
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 10001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional - 12.365.0008.2029000 - MANUTENÇÃO PRÉ-ESCOLA VAMOS CRESCER JUNTOS	
Despesa - 434 - 339030 - 00104 - MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
Órgão - 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade - 12001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional - 10.122.0010.2038000 - GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Despesa - 483 - 339033 - 00000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	20.000,00
Órgão - 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade - 12001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional - 10.122.0010.2038000 - GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Despesa - 485 - 339040 - 00000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	10.000,00
Órgão - 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade - 12002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional - 10.301.0010.2045000 - FUNCIONAMENTO UBS JARDIM COPACABANA	
Despesa - 535 - 339030 - 00303 - MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	130.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 20 de agosto de 2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:76F67EFA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 028/2026-PMI

CONTRATO Nº.101/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **ADMILSON DONIZETI RIBEIRO, inscrita no CNPJ nº. 07.562.947/0001-35**.

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma, recuperação, confecção e substituição de estofamentos em mobiliários da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo materiais e mão de obra**
FISCAL DESIGNADO: **Priscila Oliveira Martins Gomes, Amanda Camila Mansano e Adriana Aparecida Pinto Zulato, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde.**

POSTO DE SAÚDE DO JARDIM REFÚGIO					
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Descrição / Especificação**	**Valor Unt. R$**	**Valor Total R$**
1.1	JOGO	08	Reforma de jogo de sofá, incluindo troca de espuma, revestimento.	236,52	1.892,16
1.2	UNDD	02	Reforma de macas hospitalares, com troca do estofamento.	194,40	388,80
					2.280,96

SECRETARIA DE SAÚDE					
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Descrição / Especificação**	**Valor Unt. R$**	**Valor Total R$**
1.1	UNDD	03	Reforma de cadeiras com substituição do estofamento.	129,60	388,80
					388,80

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 24 HORAS					
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Descrição / Especificação**	**Valor Unt. R$**	**Valor Total R$**
1.1	UNDD	03	Reforma de macas hospitalares, com troca do estofamento.	194,40	583,20
1.2	UNDD	01	Reforma do estofamento do encosto da maca azul.	86,40	86,40
1.3	UNDD	02	Reforma de cadeiras com substituição de estofamento.	129,60	259,20
1.4	UNDD	03	Reforma do estofamento dos bancos de ferro tipo longarina.	302,40	907,20
					1.836,00

SALA DA FISIOTERAPIA					
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Descrição / Especificação**	**Valor Unt. R$**	**Valor Total R$**
1.1	UNDD	03	Reformar de macas hospitalares, com troca de estofamento.	194,40	583,20
					583,20

UNIDADE BÁSICA DR. NELSON GOMES					
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Descrição / Especificação**	**Valor Unt. R$**	**Valor Total R$**
1.1	UNDD	01	Reforma de cadeiras com substituição de estofamento na cor azul.	237,60	237,60
1.2	UNDD	02	Reforma de macas hospitalares, com troca de estofamento.	194,40	388,80
1.3	UNDD	01	Reforma de cadeira odontológica com substituição do estofamento em material tipo facton/courvin na cor marrom.	648,00	648,00
1.4	UNDD	01	Confecção de fraldário com as seguintes medidas: 1,00 M x 0,50 CM, com mármore e colchonete estofado,	596,00	596,00
					1.870,40

VALOR TOTAL	**6.959,36**

VALOR: **R$ 6.959,36 (seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **21 de agosto de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **21 de fevereiro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 21 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:50128B6B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
LEI Nº 823/2026

SÚMULA. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES E SUPERÁVIT FINANCEIRO, PARA CORREÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL, INCLUSÃO DE DOTAÇÃO PARA SENTENÇAS JUDICIAIS – PRECATÓRIOS, CRIAÇÃO DE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA POÇOS ARTESIANOS E CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E ABERTURA DAS RESPECTIVAS DOTAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, SR. PAULO ROBERTO PEDRO, no uso de suas Atribuições Legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e o Executivo Municipal sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e abrir no Orçamento Geral do Município de Jundiaí do Sul, para o exercício de 2026, Créditos Adicionais Especial e Suplementar no valor total de R$ 402.185,67 (quatrocentos e dois mil, cento e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), sendo R$ 387.500,00 (trezentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) mediante anulação parcial de dotações e R$ 14.685,67 (quatorze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) por superávit financeiro do exercício anterior, destinado à correção da unidade orçamentária do Programa de Manutenção do Viveiro Municipal, à abertura das dotações no Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, à inclusão da dotação de Sentenças Judiciais – Precatórios no âmbito da Procuradoria Geral, à criação das ações orçamentárias destinadas à construção e implantação e à manutenção e conservação de poços

artesianos, com abertura das respectivas dotações no Departamento de Saneamento, e à criação do Programa Municipal de Educação em Tempo Integral, que não constava do orçamento originalmente aprovado, com abertura das dotações de pessoal e encargos correspondentes.

Art. 2º Ficam incluídas, abertas e suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

Prog. Funcional	Órgão / Projeto / Natureza da Despesa	Fonte	R$
02.000.00.000.0000.0000	GABINETE, PROCURADORIA E CONTROLADORIA		
02.003.02.062.0010.2088	SENTENÇAS JUDICIAIS – PRECATÓRIOS		
00335 – 3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	000	50.000,00
08.000.00.000.0000.0000	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		
08.003.18.541.0018.2021	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL		
00771 – 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	000	20.000,00
00781 – 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	000	5.500,00
00811 – 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	000	10.000,00
00812 – 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	794	14.685,67
13.000.00.000.0000.0000	DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO		
13.001.17.511.0018.1004	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS		
04900 – 4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	000	1.000,00
13.001.17.511.0018.2097	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS		
04910 – 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	000	1.000,00
09.000.00.000.0000.0000	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
09.001.12.365.0022.2098	PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL		
01735 – 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	101	165.000,00
01745 – 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	101	35.000,00
01736 – 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	102	81.000,00
01746 – 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	102	19.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS ADICIONAIS			**402.185,67**

Art. 3º A presente alteração tem por objetivo: I – corrigir a alocação do Programa de Manutenção do Viveiro Municipal, transferindo seus saldos do Departamento de Administração Geral para o Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente; II – suplementar a dotação de Equipamentos e Material Permanente nas Fontes 000 e 794; III – incluir, na Procuradoria Geral, a natureza destinada a Sentenças Judiciais – Precatórios; e IV – criar, no Departamento de Saneamento, as ações Construção e Implantação de Poços Artesianos e Manutenção e Conservação de Poços Artesianos, com abertura das respectivas dotações; e V – criar, no Departamento de Educação, o Programa Municipal de Educação em Tempo Integral, que não constava do orçamento originalmente aprovado, com abertura das dotações destinadas ao pagamento de vencimentos e vantagens fixas e contribuições patronais, mediante realocação de recursos vinculados ao FUNDEB.

Art. 4º Para cobertura dos Créditos Adicionais Especial e Suplementar serão utilizados: I – R$ 387.500,00 (trezentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais), provenientes de anulação parcial das dotações abaixo indicadas, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64; e II – R$ 14.685,67 (quatorze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), provenientes de superávit financeiro do exercício anterior vinculado à Fonte 794 – Itaipu – Usina de Energia Solar, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I, e § 2º, da mesma Lei:

Prog. Funcional	Órgão / Projeto / Natureza da Despesa	Fonte	R$
02.000.00.000.0000.0000	GABINETE, PROCURADORIA E CONTROLADORIA		
02.001.04.122.0010.2002	MANUTENÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL		
00170 – 3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	000	50.000,00
05.000.00.000.0000.0000	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		
05.003.18.541.0018.2021	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL		
00770 – 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	000	20.000,00
00780 – 3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	000	5.500,00
08.000.00.000.0000.0000	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		
08.003.18.541.0019.2022	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES DE RIOS E MINAS		
01430 – 4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	000	10.000,00
13.000.00.000.0000.0000	DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO		
13.001.17.512.0018.2055	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO		
03410 – 4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	000	2.000,00
09.000.00.000.0000.0000	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
09.001.12.361.0020.2028	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 70%		
01730 – 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	101	200.000,00
09.001.12.361.0020.2029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 30%		
01750 – 3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	102	100.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			**387.500,00**

Art. 5º Ficam alteradas as Leis 800/2025 (PPA), 801/2025 (LDO) e 802/2025 (LOA) para compatibilização desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, 21 de Agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:B8E658B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
DECRETO N° 29887, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Retifica o Decreto nº 29.826, de 09/07/2026.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado do Art. 1º do Decreto nº 29.826, de 09/07/2026.

Onde se lê:

"Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.876.500,00 (Um Milhão, Oitocentos e Setenta e Seis Mil e Quinhentos Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

06 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	
06.05 FUNDEB	
12.361.0012.2281 Valorização do Magistério - FUNDEB 70%	
2049: 3.1.90.04.00.00.10101 – Contratação por tempo determinado	R$ 30.000,00
2050: 3.1.90.11.00.00.10101 – Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R$ 350.000,00
2051: 3.1.90.13.00.00.10101 – Contribuições patronais	R$ 5.000,00
2052: 3.1.91.13.00.00.10101 – Contribuições patronais	R$ 100.000,00
12.361.0012.2284 Administrativo - FUNDEB 30%	
2057: 3.1.90.04.00.00.10102 – Contratação por tempo determinado	R$ 50.000,00
2058: 3.1.90.13.00.00.10102 – Contribuições patronais	R$ 10.000,00
2059: 3.3.90.30.00.00.10102 – Material de consumo	R$ 30.000,00
2060: 3.3.90.36.00.00.10102 – Outros serviços de terceiros - pessoa física	R$ 5.000,00
2061: 3.3.90.39.00.00.10102 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 100.000,00
2062: 3.3.90.46.00.00.10102 – Auxílio-alimentação	R$ 5.000,00
2063: 4.4.90.52.00.00.10102 – Equipamentos e material permanente	R$ 130.000,00
12.365.0012.2282 Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB 70% - Creches	
2053: 3.1.90.04.00.00.10101 – Contratação por tempo determinado	R$ 30.000,00
2054: 3.1.90.11.00.00.10101 – Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R$ 350.000,00
2055: 3.1.90.13.00.00.10101 – Contribuições patronais	R$ 5.000,00
2056: 3.1.91.13.00.00.10101 – Contribuições patronais	R$ 100.000,00
12.365.0012.2462 Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB 70% - Pré-Escola	
2069: 3.1.90.04.00.00.10101 – Contratação por tempo determinado	R$ 10.000,00
2070: 3.1.90.11.00.00.10101 – Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R$ 286.000,00
2071: 3.1.90.13.00.00.10101 – Contribuições patronais	R$ 2.000,00
2072: 3.3.90.30.00.00.10101 – Material de consumo	R$ 121.500,00
12.365.0012.2463 Administrativo - FUNDEB 30% - Creches	
2063: 3.1.90.04.00.00.10102 – Contratação por tempo determinado	R$ 50.000,00
2064: 3.1.90.13.00.00.10102 – Contribuições patronais	R$ 10.000,00
2065: 3.3.90.30.00.00.10102 – Material de consumo	R$ 20.000,00
2066: 3.3.90.36.00.00.10102 – Outros serviços de terceiros - pessoa física	R$ 5.000,00
2067: 3.3.90.39.00.00.10102 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 10.000,00
2078: 3.3.90.46.00.00.10102 – Auxílio-alimentação	R$ 5.000,00
2068: 4.4.90.52.00.00.10102 – Equipamentos e material permanente	R$ 10.000,00
12.365.0012.2464 Administrativo - FUNDEB 30% - Pré-Escola	
2073: 3.1.90.04.00.00.10102 – Contratação por tempo determinado	R$ 10.000,00
2074: 3.1.90.13.00.00.10102 – Contribuições patronais	R$ 2.000,00
2075: 3.3.90.30.00.00.10102 – Material de consumo	R$ 5.000,00
2076: 3.3.90.36.00.00.10102 – Outros serviços de terceiros - pessoa física	R$ 5.000,00
2077: 3.3.90.39.00.00.10102 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 10.000,00
2079: 3.3.90.46.00.00.10102 – Auxílio-alimentação	R$ 15.000,00
TOTAL.....	**R$ 1.876.500,00"**

"""" "

Leia-se:
"Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.876.500,00 (Um Milhão, Oitocentos e Setenta e Seis Mil e Quinhentos Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

06 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	
06.05 FUNDEB	
12.361.0012.2281 Valorização do Magistério - FUNDEB 70%	
2049: 3.1.90.04.00.00.10101 – Contratação por tempo determinado	R$ 30.000,00
2050: 3.1.90.11.00.00.10101 – Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R$ 350.000,00
2051: 3.1.90.13.00.00.10101 – Contribuições patronais	R$ 5.000,00
2052: 3.1.91.13.00.00.10101 – Contribuições patronais	R$ 100.000,00
12.361.0012.2284 Administrativo - FUNDEB 30%	
2057: 3.1.90.04.00.00.10102 – Contratação por tempo determinado	R$ 50.000,00
2058: 3.1.90.13.00.00.10102 – Contribuições patronais	R$ 10.000,00
2059: 3.3.90.30.00.00.10102 – Material de consumo	R$ 30.000,00
2060: 3.3.90.36.00.00.10102 – Outros serviços de terceiros - pessoa física	R$ 5.000,00
2061: 3.3.90.39.00.00.10102 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 100.000,00
2062: 3.3.90.46.00.00.10102 – Auxílio-alimentação	R$ 5.000,00

2063: 4.4.90.52.00.00.10102 – Equipamentos e material permanente	R$ 130.000,00
12.365.0012.2282 Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB 70% - Creches	
2053: 3.1.90.04.00.00.10101 – Contratação por tempo determinado	R$ 30.000,00
2054: 3.1.90.11.00.00.10101 – Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R$ 350.000,00
2055: 3.1.90.13.00.00.10101 – Contribuições patronais	R$ 5.000,00
2056: 3.1.91.13.00.00.10101 – Contribuições patronais	R$ 100.000,00
12.365.0012.2462 Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB 70% - Pré-Escola	
2069: 3.1.90.04.00.00.10101 – Contratação por tempo determinado	R$ 10.000,00
2070: 3.1.90.11.00.00.10101 – Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R$ 286.000,00
2071: 3.1.90.13.00.00.10101 – Contribuições patronais	R$ 2.000,00
2072: 3.1.91.13.00.00.10101 – Contribuições patronais	R$ 121.500,00
12.365.0012.2463 Administrativo - FUNDEB 30% - Creches	
2063: 3.1.90.04.00.00.10102 – Contratação por tempo determinado	R$ 50.000,00
2064: 3.1.90.13.00.00.10102 – Contribuições patronais	R$ 10.000,00
2065: 3.3.90.30.00.00.10102 – Material de consumo	R$ 20.000,00
2066: 3.3.90.36.00.00.10102 – Outros serviços de terceiros - pessoa física	R$ 5.000,00
2067: 3.3.90.39.00.00.10102 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 10.000,00
2078: 3.3.90.46.00.00.10102 – Auxílio-alimentação	R$ 5.000,00
2068: 4.4.90.52.00.00.10102 – Equipamentos e material permanente	R$ 10.000,00
12.365.0012.2464 Administrativo - FUNDEB 30% - Pré-Escola	
2073: 3.1.90.04.00.00.10102 – Contratação por tempo determinado	R$ 10.000,00
2074: 3.1.90.13.00.00.10102 – Contribuições patronais	R$ 2.000,00
2075: 3.3.90.30.00.00.10102 – Material de consumo	R$ 5.000,00
2076: 3.3.90.36.00.00.10102 – Outros serviços de terceiros - pessoa física	R$ 5.000,00
2077: 3.3.90.39.00.00.10102 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 10.000,00
2079: 3.3.90.46.00.00.10102 – Auxílio-alimentação	R$ 15.000,00
TOTAL.....	**R$ 1.876.500,00”**

Art.2º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 21 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:84E3C38A

GABINETE
DECRETO N° 29888, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando o P.D. nº 8495, de 12/08/2026, do Gabinete do Prefeito, os P.D.s nº 20427 e 20462, de 12/08/2026 e 13/08/2026, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, o P.D. nº 20434, de 13/08/2026, da Secretaria de Saúde, o P.D. nº 20481, de 13/08/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher e o P.D. nº 7557, 13398, 20649 e 20684, de 07/08/2026, 14/08/2026 e 18/08/2026, da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.114.608,53 (Dois Milhões, Cento e Quatoreze Mil, Seiscentos e Oito Reais e Cinquenta e Três Centavos), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

01 Gabinete do Prefeito	
01.01 Gabinete do Prefeito	
04.122.0003.2023 Manutenção do Gabinete do Prefeito	
2091: 3.3.30.93.00.00.426 – Indenizações e restituições	R$ 40.853,65
06 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	
06.02 Departamento Geral da Educação	
12.361.0014.6020 PNAEF - Ensino Fundamental	
291: 3.3.90.32.00.00.1042 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	R$ 144.369,61
12.365.0014.6021 PNAEF - Pré Escola	
392: 3.3.90.32.00.00.1042 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	R$ 40.424,00
12.365.0014.6022 PNAEC – Creches	
393: 3.3.90.32.00.00.1042 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	

	R$ 31.274,00
12.366.0014.6023 PNAE - EJA	
414: 3.3.90.32.00.00.1042 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	R$ 2.628,00
126367.0014.6024 Alimentação Escolar - AEE	
446: 3.3.90.32.00.00.1042 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	R$ 2.932,00
06.05 FUNDEB	
12.361.0012.2284 Administrativo - FUNDEB 30%	
2093: 4.4.90.52.00.00.10102 – Equipamentos e material permanente	R$ 150.000,00
12.365.0012.2463 Administrativo - FUNDEB 30% - Creches	
2068: 4.4.90.52.00.00.10102 – Equipamentos e material permanente	R$ 150.000,00
07 Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher	
07.15 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	
08.243.0072.2423 Apoiar Serviços, Programas e Projetos de Organizações da Sociedade Civil e Órgãos da Administração Pública Municipal, com recursos do FMDCA Doações	
934: 3.3.90.30.00.00.000 – Material de consumo	R$ 12.500,00
937: 3.3.90.39.00.00.000 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 72.852,36
939: 4.4.50.42.00.00.000 – Auxílios	R$ 81.586,36
08 Fundo Municipal de Saúde	
08.01 Assistência ao Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0028.2333 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Básica	
1274: 3.3.90.36.00.00.494 – Outros serviços de terceiros - pessoa física	R$ 15.000,00
11 Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte	
11.02 Departamento Geral de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte	
04.122.0011.2316 Aquisição de materiais, equipamentos e despesas de custeio	
1622: 3.3.90.14.00.00.000 – Diárias - civil	R$ 5.000,00
2092: 3.3.30.93.00.00.384 – Indenizações e restituições	R$ 15.188,55
11.05 Departamento de Transporte	
26.782.0010.2041 Adquirir Materiais	
1645: 3.3.90.30.00.00.504 – Material de consumo	R$ 400.000,00
1646: 3.3.90.30.00.00.512 – Material de consumo	R$ 50.000,00
26.782.0010.2042 Adquirir Veículos	
2094: 4.4.90.52.00.00.442 – Equipamentos e material permanente	R$ 900.000,00
TOTAL.....	**R$ 2.114.608,53**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 0, conta nº 31.236-3	R$ 5.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 0, conta nº 73.005-X	R$ 166.938,72
Excesso de Arrecadação da fonte 384, conta nº 42.376-9	R$ 15.188,55
Excesso de Arrecadação da fonte 426, conta nº 44.135-X	R$ 40.853,65
Excesso de Arrecadação da fonte 442, conta nº 43.051-X	R$ 900.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 494, conta nº 14575849787-4	R$ 15.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 504, conta nº 19.662-2	R$ 400.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 512, conta nº 10.857-X	R$ 50.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 1042, conta nº 44.354-9	R$ 221.627,61
Excesso de Arrecadação da fonte 10102, conta nº 143.011-0	R$ 300.000,00
TOTAL.....	**R$ 2.114.608,53**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 21 de Agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 21 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B850D747

GABINETE
DECRETO N° 29889, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Superávit Financeiro, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando o P.D. nº 20919, de 18/08/2026, da Secretaria de Saúde e o P.D. nº 13398, de 07/08/2026, da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 47.156,36 (Quarenta e Sete Mil, Cento e Cinquenta e Seis Reais e Trinta e Seis Centavos), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

08 Fundo Municipal de Saúde	
08.01 Assistência ao Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0028.2333 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Básica	
1272: 3.3.90.30.00.00.494 – Material de consumo	R$ 47.156,29
11 Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte	
11.02 Departamento Geral de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte	
04.122.0011.2316 Aquisição de materiais, equipamentos e despesas de custeio	
2092: 3.3.30.93.00.00.384 – Indenizações e restituições	R$ 0,07
TOTAL.....	**R$ 47.156,36**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 384, conta nº 42.376-9	R$ 0,07
Excesso de Arrecadação da fonte 494, conta nº 575849787-4	R$ 47.156,29
TOTAL.....	**R$ 47.156,36**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 21 de Agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 21 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:5EE1D9CC

GABINETE
DECRETO N° 29890, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação de Dotação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4328, de 18/12/2024;
Considerando o P.D. nº 20479, de 13/08/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 19.000,00 (Dezenove Mil Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

07 Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher	
07.14 Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0068.2419 Execução de Deliberações Estaduais para Assistência Social	
842: 3.3.90.32.00.00.738 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 19.000,00
TOTAL.....	**R$ 19.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o cancelamento parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher	
07.14 Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0068.2419 Execução de Deliberações Estaduais para Assistência Social	
839: 3.3.90.30.00.00.738 – Material de consumo	R$ 10.000,00
847: 3.3.90.39.00.00.738 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 9.000,00
TOTAL.....	**R$ 19.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 21 de Agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 21 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:DE649DD5

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 015/2026

DADOS DO SERVIDOR		
Nome Anderson Carlos dos Santos		Matrícula 6464
Cargo Conselheiro Municipal	CPF 022.698.369-28	RG 6229239-3

Setor / Órgão Instituto LAPAPREVI	Conta Corrente 5622540-7	Banco / Nº Agência 336/0001

INFORMAÇÕES DA VIAGEM

JUSTIFICATIVA:

Participação no Evento 2º Seminário de Educação Previdenciária PRPREV, na data de 25 de agosto de 2026, Curitiba-Pr.

Destino (Dist. Aprox.) 70 km	Período **25/08/2026**
Hora de Saída 6h30 do dia 25/08/2026	Hora de Retorno 18h do dia 25/08/2026

Veículo Oficial	**X**	Ônibus		Aéreo		Outros	----------

Valor Diária(s) (R$) R$ 108,66 **Obs. Já descontado o valor proporcional do servidor, relativo ao vale alimentação.**	Total a Receber (R$) R$ 108,66

SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO

Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal.

21/08/2026
.....
Assinatura Servidor

Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição.

21/08/2026 .....
Data Diretoria Executiva Diretoria Executiva

.....
Diretoria Executiva

AUTORIZAÇÃO DIRETORIA FINANCEIRA

21/08/2026 .....
Data **Sabrina Ferreira**
Diretora Financeira

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:8996F0E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025 (PD Nº 31228/2024)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28238, DE 01.01.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: LEAL LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 76.635.119/0001-00, REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. ALDO FERNANDO KLEIN NUNES.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, AMBULÂNCIAS E CAMINHÕES, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, LOTES 02 E 03.
CONSIDERANDO A SOLICITAÇÃO DO FORNECEDOR, VIA E-MAIL, EM 18.08.2025;
CONSIDERANDO A MANIFESTAÇÃO DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SR. ARIEL APARECIDO FERNANDES, NO TRÂMITE DO PD Nº 21094/2025, EM 04.12.2025;
CONSIDERANDO A ANÁLISE DE PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO REALIZADO PELO GESTOR, SR. ARIEL APARECIDO FERNANDES, NO TRÂMITE DO PD Nº 21094/2025, EM 14.08.2026, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO;
CONSIDERANDO O PARECER Nº 682/2026/PGM.
COM O OBJETIVO DE PROMOVER A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2025, OS PREÇOS REGISTRADOS PASSAM A VIGORAR A PARTIR DE 18.08.2025, CONFORME ABAIXO DESCRIMINADO:
LOTES

LOTE 02
VEÍCULO PICK UP COR PRETA
(quantidade de veículos neste lote: 01)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE REFERÊNCIA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MENSAL POR VEÍCULO (R$)	VALOR TOTAL POR VEÍCULO EM 12 MESES (R$)	VALOR UNITÁRIO MENSAL "***REAJUSTADO***" POR VEÍCULO (R$)	VALOR TOTAL "***REAJUSTADO***" POR VEÍCULO EM 12 MESES (R$)
01	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR MODELO PICK UP, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MOTOR 118 CV, VEÍCULO NOVO 0 KM, COMBUSTÍVEL: FLEX, CABINE DUPLA, 04 PORTAS, CAPACIDADE 05 PASSAGEIROS, CÂMBIO MANUAL 05 MARCHAS A FRENTE E 01 À RÉ, PROTETOR DE CAÇAMBA, PNEU RADIAL 215/65 R16, COMPARTIMENTO DE CARGA COM CAPACIDADE DE 605 KG, RÁDIO, ALTO-FALANTES INTERNO, AR CONDICIONADO; ALARME; AIRBAGS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, FREIOS ABS, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS,	Mês	12	R$ 4.221,25	R$ 50.655,00	***R$ 4.658,57***	***R$ 55.902,84***

	DESEMBAÇADOR TRASEIRO, COR PRETA. MODELO REFERÊNCIA: RENAULT OROCH						

LOTE 03
VEÍCULO SUV
(quantidade de veículos neste lote: 04)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE REFERÊNCIA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MENSAL POR VEÍCULO (R$)	VALOR TOTAL POR VEÍCULO EM 12 MESES (R$)	VALOR UNITÁRIO MENSAL ***REAJUSTADO*** POR VEÍCULO (R$)	VALOR TOTAL ***REAJUSTADO*** POR VEÍCULO EM 12 MESES (R$)
01	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO "SUV COMPACTO" ("SPORT UTILITY VEHICLE") COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MOTOR 120 CV, VEÍCULO NOVO 0 KM, COMBUSTÍVEL FLEX, TIPO DE TRAÇÃO DIANTEIRA, 05 PORTAS, CAPACIDADES 05 PASSAGEIROS, CÂMBIO AUTOMÁTICO 05 MARCHAS A FRENTE E 01 À RÉ, PNEU RADIAL 205/65 R17, CAPACIDADE DE CARGA 420 L, RÁDIO, ALTO-FALANTES INTERNO, AR CONDICIONADO; ALARME; AIRBAGS, DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA, FREIOS ABS, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, COR PRETA. MODELO REFERÊNCIA: VOLKSWAGEN T-CROSS **MARCA: WV MODELO: T-CROSS 200 TSI AT**	Mês	12	R$ 4.802,08	R$ 57.624,96	***R$ 5.156,95***	***R$ 61.883,40***
02	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO "SUV COMPACTO" ("SPORT UTILITY VEHICLE") COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MOTOR 120 CV, VEÍCULO NOVO 0 KM, COMBUSTÍVEL FLEX, TIPO DE TRAÇÃO DIANTEIRA, 05 PORTAS, CAPACIDADES 05 PASSAGEIROS, CÂMBIO AUTOMÁTICO 05 MARCHAS A FRENTE E 01 À RÉ, PNEU RADIAL 205/65 R17, CAPACIDADE DE CARGA 420 L, RÁDIO, ALTO-FALANTES INTERNO, AR CONDICIONADO; ALARME; AIRBAGS, DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA, FREIOS ABS, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, COR PRETA. MODELO REFERÊNCIA: VOLKSWAGEN T-CROSS **MARCA: WV MODELO: T-CROSS 200 TSI AT**	Mês	12	R$ 4.802,08	R$ 57.624,96	***R$ 5.156,95***	***R$ 61.883,40***
03	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO "SUV COMPACTO" ("SPORT UTILITY VEHICLE") COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MOTOR 120 CV, VEÍCULO NOVO 0 KM, COMBUSTÍVEL FLEX, TIPO DE TRAÇÃO DIANTEIRA, 05 PORTAS, CAPACIDADES 05 PASSAGEIROS, CÂMBIO AUTOMÁTICO 05 MARCHAS A FRENTE E 01 À RÉ, PNEU RADIAL 205/65 R17, CAPACIDADE DE CARGA 420 L, RÁDIO, ALTO-FALANTES INTERNO, AR CONDICIONADO; ALARME; AIRBAGS, DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA, FREIOS ABS, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, COR PRETA. MODELO REFERÊNCIA: VOLKSWAGEN T-CROSS **MARCA: WV MODELO: T-CROSS 200 TSI AT**	Mês	12	R$ 4.802,08	R$ 57.624,96	***R$ 5.156,95***	***R$ 61.883,40***
04	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO "SUV COMPACTO" ("SPORT UTILITY VEHICLE") COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MOTOR 120 CV, VEÍCULO NOVO 0 KM, COMBUSTÍVEL FLEX, TIPO DE TRAÇÃO DIANTEIRA, 05 PORTAS, CAPACIDADES 05 PASSAGEIROS, CÂMBIO AUTOMÁTICO 05 MARCHAS A FRENTE E 01 À RÉ, PNEU RADIAL 205/65 R17, CAPACIDADE DE CARGA 420 L, RÁDIO, ALTO-FALANTES INTERNO, AR CONDICIONADO; ALARME; AIRBAGS, DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA, FREIOS ABS, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, COR PRETA. MODELO REFERÊNCIA: VOLKSWAGEN T-CROSS **MARCA: WV MODELO: T-CROSS 200 TSI AT**	Mês	12	R$ 4.802,08	R$ 57.624,96	***R$ 5.156,95***	***R$ 61.883,40***

PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AGORA ADITADA.
DATA: 18/08/2026
DATA ASSINATURA: 21/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1498B3F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO 009/2026 - PML

Chamamento Público nº. 009/2026-PML Processo nº. 093/2026-PML

OBJETO: Credenciamento de Pessoas Jurídicas, interessadas na eventual prestação de serviços especializados na realização de colonoscopia com polipectomia, sem restrição da quantidade de pólipos removidos, incluindo a coleta de material para biópsia quando indicada em caráter complementar, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Loanda-PR.

RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL CLASSIFICATÓRIO

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, torna-se público o resultado de julgamento de Habilitação de Credenciamento, conforme a seguir:

Proponente habilitado:

1º LUGAR- DANIEL MUNHOZ PETTENUCI CLÍNICA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.909.064/0001-01, protocolo de nº 6168/2026, de 20/08/2026, às 09:41:30 horas.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	Realização de exames de colonoscopia com polipectomia, sem restrição de quantidade de pólipos removidos, incluindo coleta de material para biópsia quando indicada, contemplando o fornecimento de todos os insumos, materiais, medicamentos, equipamentos e equipe técnica necessários à execução do procedimento, inclusive serviços de anestesiologia (médico anestesiologista), bem como emissão de laudos e demais procedimentos correlatos indispensáveis à sua realização. Os procedimentos deverão ser executados nas dependências da empresa credenciada, em estabelecimento devidamente licenciado e apto para a prestação dos serviços, observando as normas técnicas, sanitárias e demais legislações aplicáveis.	PROCEDIMENTO	1.500	1.005,05	1.507.575,00
VALOR TOTAL.....R$1.507.575,00					

Comunica, outrossim, que dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação deste aviso, o Agente de Contratação, dará vistas ao processo licitatório a qualquer interessado, para interposição de recurso.

Loanda-PR, 20 de agosto de 2026.

JOÃO VICTOR BELTRAMINI DA SILVA
Agente de Contratação

SIMONE REGINA DA SILVA
Equipe de Apoio

ADEMILSON MUSULINO RODRIGUES
Equipe de Apoio

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:1A4F9B88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 366/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar nos termos da Lei Municipal nº 1.731/2026.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e devidamente autorizado pela Casa de Lei Municipais, no bojo da Lei Municipal nº 1.731/2026;

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.235.094,84 (cinco milhões, duzentos trinta e cinco mil, noventa e quatro reais e oitenta e quatro centavos), nos valores e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
286	3018	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.30	100.621,87
286	1018	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.30	11.876,35
286	3018	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.30	97.857,13
289	3018	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.39	100.000,00
286	12494	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.30	200.000,00
289	12494	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.39	100.000,00
292	1375	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção Básica	4.4.90.52	2.510.000,00
324	2494	02.13.10.302.0015.2.044	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS AMCESPAR	3.3.72.39	132.577,00
313	2494	02.13.10.305.0015.2.042	Manutenção e Investimentos nos Serviços de vigilância epidemiológica	3.3.90.39	23.895,76
285	2494-2	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.14	2.726,73
286	2494	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.30	12.540,00
298	1303	02.13.10.302.0015.2.039	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.3.90.39	1.860.000,00
285	1303	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.14	43.000,00
286	1303	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção BásicA	3.3.90.30	40.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Credito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias no valor de R$ 183.583,86 (cento oitenta e três mil, quinhentos oitenta e três reais e oitenta e seis centavos), o excesso de arrecadação no valor de R$ 4.850.889,11 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta mil, oitocentos oitenta e nove reais e onze centavos), o superávit financeiro no valor de R$ 200.621,87 (duzentos mil e seiscentos vinte e um reais e oitenta e sete centavos), assim discriminados:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
321	3018	02.13.10.302.0015.2.044	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS AMCESPAR	3.3.72.30	97.857,13
305	2494-2	02.13.10.304.0015.2.041	Manutenção e Investimentos nos Serviços Vigilância Sanitária	3.3.90.30	2.726,73
316	1303	02.13.10.306.0015.2.043	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Alimentação e Nutrição Vinculados à Saúde	3.3.90.30	83.000,00

FONTE	VALOR
1018	**R$ 11.876,35**
3018	**R$ 200.621,87**
12494	**R$ 300.000,00**
1375	**R$ 2.510.000,00**
2494	**R$ 169.012,76**
1303	**R$ 1.860.000,00**

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Mallet, 21 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:8D467823

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2025
PROCESSO Nº 168/2025

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a **Sra. Enfª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada nesta cidade, e a **CONTRATANTE**, a pessoa jurídica **DAZAPE COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.070.706/0001-49, com endereço na Perimetral Baltazar Antônio de Oliveira, 620, JARDIM PROGRESSO I, CEP: 87180-000, na cidade de Presidente Castelo Branco/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **SERGIO JORGE CRIPA**, inscrito no CPF sob o nº 848.835.299-91, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos do Pregão 65/2025, bem como pela legislação vigente em especial o artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Com o presente fica prorrogado o prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preços n° 265/2025, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 28/08/2026, conforme solicitado pela Secretaria responsável.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente à prorrogação será de R$ 232.500,53 (duzentos e trinta e dois mil, quinhentos reais e cinquenta e três centavos), conforme acordado entre as partes e tabela abaixo:

Descrição do objeto:

LOTE	DESCRICAO	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	VIDRO FANTASIA DE 3MM, cor: incolor, transmitância: transparente	m²	150	208,73	31.309,43
2	VIDRO TEMPERADO 8MM - vidro temperado, espessura 8MM, cor: incolor, transmitância: transparente	m²	255	326,00	83.129,90
4	VIDRO LISO 3MM - vidro liso, espessura 3MM, cor : incolor, transmitância: transparente	m²	118	211,38	24.943,34
5	ESPELHO CRISTAL 3MM - espelho, material: vidro cristal, espessura 3MM.	Metro	136	267,82	36.424,03
6	VIDRO TEMPERADO 6MM - vidro temperado, espessura 6MM, cor: incolor, transmitância: transparente	m²	125	224,59	28.074,22
7	PUXADOR DE PORTAS PARA VIDROS. Especificação: material- aço inox 304, instalação em área interna e externa, conteúdo da embalagem - 1 par de puxador, lado de dentro e lado de fora (macho e fêmea), medida do puxador - 30cm, medida da barra largura - 4cm, medida da barra espessura - 1cm, suporte de fixação redondo.	UNID	184	105,40	19394,19
8	ROLDANAS PARA VIDROS	UNID	244	6,33	1.543,30
9	PERFIL DE ALUMÍNIO PARA VIDROS	UNID	243	31,61	7.682,12

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições.

Mandaguari (PR), 19 de Agosto de 2026.

ENFª IVONEIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:37B2EDB1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2025 – PE 28/2025

EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2025 – PE 28/2025

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
FORNECEDOR: MARCIA E JUCELIA PANIFICADORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 13.210.278/0001-35
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAL FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK
VIGÊNCIA: 12 MESES DIAS A PARTIR DE 23 de agosto de 2026 até 22 de agosto de 2027

Lote	Item	Especificação	Und.	Qtde Total	Valor unit.	Valor total
01	1	**Salgadinho frito** - bolinha de queijo; coxinha de frango; kibe; risoles de carne, pizza ou palmito, doguinho (mínimo 25g).	Cento	510	R$ 82,49	R$ 42.069,90
	2	**Pastel** carne, queijo e pizza (mínimo 25g)	Cento	230	R$ 83,54	R$ 19.214,20
	4	**Salgadinho assado** – esfiha; croissant frango e frios (mínimo 25g)	Cento	208	R$ 102,35	R$ 21.288,80
	5	**Mini sanduiche de frios –** salada, queijo, peito de peru ou presunto (mínimo 30g)	Cento	182	R$ 124,80	R$22.713,60
	7	**Torta salgada –** frango; frios; ricota; palmito; legumes	Kg	189	R$ 32,36	R$ 6.116,04
	8	**Torta tipo empadão –** frango; palmito	Kg	209	R$ 34,45	R$ 7.200,05
	9	**Pão francês**	Kg	1679	R$ 15,09	R$ 25.336,11
	10	**Pão de queijo** assado, a base de polvilho azedo ou doce e queijo**.**	Kg	250	R$ 30,27	R$ 7.567,50
	11	**Bolo seco –** chocolate; coco; cenoura; toalha felpuda; milho; pão de ló; fubá com cobertura simples. Obs: cortados fatias tipo cubo	Kg	207	R$ 30,27	R$ 6.265,89
	12	**Mini docinho –** beijinho; brigadeiro; dois amores; brigadeiro branco. (mínimo 25g)	Cento	209	R$ 95,02	R$ 19.859,18
	13	**Musse no copinho –** maracujá; morango; limão; brigadeiro	Cento	111	R$ 185,35	R$ 20.573,85
	14	**Mini carolina –** doce de leite; chocolate; limão com chocolate branco	Kg	164	R$ 34,45	R$ 5.649,80

2.3 O Valor total registrado à empresa signatária do presente Termo Aditivo é de R$ 203.854,92 (Duzentos e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos.)

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tainara Fernanda Pires
Código Identificador:BDA722A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N°048/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 048/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 021/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: MARLI TERESINHA RIOS PEREIRA

CPF Nº: 6.546.858-1

OBJETO: INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ACOMODAR O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QNTD	VLR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Locação do imóvel comercial, matriculado sob n°54.701 no registro de imóvel de Guaratuba/PR - lote n°9, da quadra F da Planta Jardins Ross, situado na Rua Tabajara n°261, bairro Centro, CEP 83.260-000, Matinhos/PR para o funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O reajuste do valor da locação será efetuado anualmente de acordo com a variação dos últimos 12 meses do IGPM-FGV, e na falta deste, outro índice que venha substituí-lo.	MENSAL	12	R$ 3.590,00	R$ 43.080,00
TOTAL R$ 43.080,00					

VALOR TOTAL: R$ 43.080,00 (quarenta e três mil e oitenta reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:C4E596AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO - MARINGA SPORTS

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO
ARP Nº 90/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 27/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, inscrita no CNPJ sob n. 30.372.351/0001-94.

CONTRATADO: MARINGA SPORTS LTDA inscrita no CNPJ sob n. 39.697.442/0001-74

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 125 da Lei nº 14.133/21 e Art. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 304/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:
§1º - Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA (POR 12 MESES) E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 02/10/2027**, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21 e art. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 304/2024 da ARP nº 90/2025, cujo objeto é a aquisição de UNIFORMES ESCOLARES, contendo camisetas, bermudas e shorts saia, para atender as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil, Escola de Ensino Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Paiçandu no ano letivo de 2027, com o objetivo de formar o sistema de registro de preços da administração pública municipal para contratações futuras.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAMISETA MANGA CURTA: em malha 100% poliéster antipiling fio 30.1, gramatura 160 g/m², gola V com ribana tubular 100% poliéster sublimado na cor azul marinho pantone 1940-23 TPX, gramatura de 240g/m² com largura de 2cm. Camiseta 100% sublimada frente, costa e mangas, com faixa frontal de 10 cm também em sublimação na cor azul claro pantone têxtil 1543-19 Air blue TPX, na mesma faixa sublimado o brasão da Prefeitura de Paiçandu com aproximadamente 4cm de largura e 5cm de altura, com a escrita "educação" aproximadamente 6cm de comprimento conforme FIGURA ILUSTRATIVA. Costa escrita "Fundação de Educação Paiçandu-PR" fonte arial tamanho proporcional a peça. Tamanhos de 1 ao 16, e do PP ao EXGG E TAMANHO ESPECIAL, conforme ANEXO 1. LAUDOS DA CAMISETA: COMPOSIÇÃO, GRAMATURA, PANTONE, RESISTÊNCIA AO ESTOURO, SOLIDEZ AO SUOR, SOLIDEZ AO FERRO. (APRESENTAR JUNTO COM AS AMOSTRAS). Laudos deverão ser realizados por laboratório comprovadamente acreditado pelo INMETRO.	15.720	UND	R$ 15,70	R$ 246.804,00
2	BERMUDA: em malha helanca 100% poliamida, gramatura 270 g/m², na cor azul marinho pantone 1940-23 TPX com detalhes azul claro pantone têxtil 1543-19 Air blue TPX, faixas laterais de 5 cm de largura na cor azul claro em malha helanca 100% poliamida, gramatura de no mínimo 270 g/m², dois bolsos laterais elástico pregado na elastiqueira 4 agulhas, brasão bordado termocolante e costurado nas extremidades seguindo a borda, por máquina bordadeira com linha branca tamanho aproximado de 7 cm na perna esquerda, conforme FIGURA ILUSTRATIVA. Costura em máquina interloque. Tamanhos de 1 ao 16, e do PP ao EXGG E TAMANHO ESPECIAL, conforme ANEXO 2. LAUDOS DA BERMUDA: COMPOSIÇÃO, GRAMATURA, PANTONE. (APRESENTAR JUNTO COM AS AMOSTRAS). Laudos deverão ser realizados por laboratório comprovadamente acreditado pelo INMETRO	9.358	UND	R$ 15,64	R$ 146.452,70
3	SHORT-SAIA FEMININO: em malha helanca 100% poliamida, gramatura 270 g/m², na cor azul marinho pantone 1940-23 TPX com detalhes azul claro pantone têxtil 1543-19 Air blue TPX, faixas laterais de 5 cm de largura na cor azul claro, saia frontal na mesma malha fechada na perna direita e aberto na perna esquerda com costura no elástico prendendo a saia, com costura no cós, friso em helanca 100% poliamida 270 g/m², envolvendo a aba da saia (conforme figura ilustrativa) na cor azul claro pantone têxtil 1543-19 TPX, brasão bordado termocolante e costurado nas extremidades seguindo as bordas, por máquina bordadeira com linha branca tamanho aproximado de 7 cm na perna esquerda conforme FIGURA	9.114	UND	R$ 15,61	R$ 142.269,54

	ILUSTRATIVA. Costura em máquina interloque. Tamanhos de 1 ao 16, e do PP ao EXGG E TAMANHO ESPECIAL, conforme ANEXO 3. LAUDOS DO SHORTS SAIA: COMPOSIÇÃO, GRAMATURA, PANTONE. (APRESENTAR JUNTO COM AS AMOSTRAS). Laudos deverão ser realizados por laboratório comprovadamente acreditado pelo INMETRO.				
TOTAL					**R$ 535.526,24**

Sem mais alterações.

Paiçandu – PR, 19 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Presidente da Fundação de Educação

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:A6144117

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO - MARINGA SPORTS ARP 108

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Rua Onésio Francisco de Farias, 782 | Esquina com Rua Estados Unidos, 1119
Fone: (44)3125-1151 CEP 87.140-000 | PAIÇANDU-PR
e-mail: educacao@paicandu.pr.gov.br CNPJ: 30.372.351/0001-94

1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO ARP Nº 108/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 27/2025

A FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PAIÇANDU, devidamente inscrita no CNPJ nº 30.372.351/0001-94, com sede na Onésio Francisco de Farias , nº 782, Centro em Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representado pela sua Presidente Senhora **ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI**, brasileira, portadora da C.I/R.G. nº 7.***.***-2 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 032.***.***-18, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **MARINGA SPORTS LTDA** inscrita no CNPJ sob n. 39.697.442/0001-74, com sede na Rua Vitória, N° 388, Vila Esperança, na cidade de Maringá, representada neste ato pelo representante legal **SÉRGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR**, brasileiro, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. ***.682.269-** denominado **CONTRATADO**, tendo em vistas o que dispõe as normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21 e suas alterações aplicáveis à espécie e ainda as condições do Pregão Presencial 16/2025, celebram o presente termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA** na ARP nº 108/2025, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/21 e Art. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 304/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§1º - Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA (POR 12 MESES) E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 12/11/2027**, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21 e art. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 304/2024 da ARP nº 108/2025, cujo objeto é a aquisição de UNIFORMES ESCOLARES, contendo camisetas, bermudas e shorts saia, para atender as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil, Escola de Ensino Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Paiçandu no ano letivo de 2027, com o objetivo de formar o sistema de registro de preços da administração pública municipal para contratações futuras.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	BLUSA: em malha helanca 100% poliamida, gramatura 270 g/m², manga raglan na cor azul marinho pantone 1940-23 TPX com detalhes azul claro pantone têxtil 1543-19 air blue TPX, gola em malha helenca 100% poliamida gramatura de no mínimo 270g/ m² azul claro pantone têxtil V. UNIT. V. TOTAL. R$ 42,97 R$ 327.259,52 1543-19 air blue TPX aproximadamente 8cm, punhos em malha helanca 100% poliamida gramatura de no mínimo 270 g/m² pantone 1940-23 TPX (tamanho 0 ao 14 aproximadamente 4cm, do P ao EXGG aproximadamente 6cm, seguindo o padrão da peça). Barra na galoneira aproximadamente 6cm. Faixas laterais com 5 cm de largura em malha helanca 100% poliamida gramatura 270 g/m² na cor azul claro pantone têxtil 1543-19 air blue TPX, contendo dois bolsos laterais. Brasão bordado termocolante e costurado nas extremidades seguindo as bordas por máquina bordadeira com linha branca na lateral superior esquerda da blusa tamanho 7 cm aproximadamente, escrita nas costas com estampa em serigrafia na cor branca fonte arial tamanho proporcional a blusa conforme ANEXO 01, zíper em nylon destacável nº05 frontal na cor azul marinho até o final da gola. Costura em máquina interloque. Tamanhos de 1 ao 16, e do PP ao EXGG E TAMANHO ESPECIAL. Conforme tabela de medidas no ANEXO 01. LAUDOS DO AGASALHO (BLUSA): COMPOSIÇÃO, GRAMATURA, PANTONE (APRESENTAR JUNTO COM AS AMOSTRAS).Laudos deverão ser realizados por laboratóriocomprovadamente acreditado pelo INMETRO.	7.616	UND	R$ 42,97	R$ 327.259,52
5	CALÇA: em malha helanca 100% poliamida, gramatura 270 g/m², na cor azul marinho pantone 1940-23 TPX com detalhes azul claro pantone têxtil 1543-19 air blue TPX, faixas laterais de 5 cm de largura na cor azul claro pantone 1543-19 air blue TPX em malha helanca 100% poliamida gramatura 270 g/m², dois bolsos laterais, elástico pregado na elastiqueira 4 agulhas, brasão bordado termocolante e costurado nas extremidades seguindo as bordas por máquina bordadeira na linha branca tamanho aproximado de 7 cm na perna esquerda conforme ANEXO 01. Costura em máquina interloque. Tamanhos de 1 ao 16, e do P ao EXGG E TAMANHO ESPECIAL (conforme tabela de medidas). LAUDOS DO AGASALHO (CALÇA): COMPOSIÇÃO, GRAMATURA, PANTONE. (APRESENTAR JUNTO COM AS AMOSTRAS). Laudos deverão ser realizados por laboratório comprovadamente acreditado pelo INMETRO.	7.616	UND	R$ 27,97	R$ 213.019,52
6	TÊNIS: FECHAMENTO COM ELÁSTICO – O Tênis deve ser fabricado no processo de montagem ensacada, com fixação da palmilha ao cabedal pelo processo de costura Strobel (Overloque) e após ser AUTOCLAVADO, com vulcanização direta da borracha da banda lateral no solado e na lona do cabedal. - COR E MATERIAL DO CABEDAL E LINGUETA: A gáspea do cabedal, laterais e lingueta, deverão ser de lona 100% algodão, de no mínimo 300 gramas por metro quadrado, na cor Azul semelhante ao Pantone 19 3920 TPX, devendo estar dublada com sarja também de 100% algodão desengomado com gramatura mínima de 230 gramas por metro quadrado, totalizando assim um mínimo de 530 gramas por metro quadrado, no conjunto. - CONTRA FORTE: O contra forte se localiza na região do calcanhar entre a lona externa e a espuma interna. É fabricado em elastômero vulcanizado flexível de no mínimo 1,2 mm de espessura, devendo ser chanfrado em toda sua borda superior na largura mínima de 8 mm terminando em zero. - FORRO: O tênis deve ser todo forrado internamente com tecido poliéster (gramatura mínima 130 Gr/m2) na cor Preto, dublado com espuma de poliuretano de no mínimo 5 mm de espessura e densidade 26 kg/m3 (quilograma por metro cúbico). - DEBRUM E COSTURAS: A gáspea deve ser toda debruada. O debrum será de Gorgorão com largura mínima de 12 mm e com bordas que não desfiam. Na mesma cor do cabedal. Todas as costuras têm de 3 a 4 pontos/cm e tem um arremate de no mínimo 2 pontos nas extremidades. As costuras	7.430	UND	R$ 81,43	R$ 605.024,90

	externas “aparentes” devem ser duplas e afastadas de 2,2 a 2,6 mm entre si. A linha usada deve ser de poliamida (nylon) número comercial 40, na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX. – FECHAMENTO ELÁSTICO: O tênis deverá ter no lugar do cadarço tiras de elástico cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX de no mínimo 7 milímetros de largura no comprimento adequado para cada número o que vai facilitar e ajustar o calce do produto. Acompanhar um par de cadarço na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX. - ILHÓSES: Devem ser de alumínio com acabamento natural, diâmetro interno mínimo de 5 mm, composto por duas peças (ilhós e arruela). - BIQUEIRA, SOBRE BIQUEIRA, BANDA LATERAL: Devem ser de fachete a base de compostos elastoméricos para vulcanização, derivado de uma blenda de polímeros como SBR (estireno butadieno rubber), NR (borracha natural) e SSBR (estireno butadieno rubber em solução), reforçados com carga de SiO2 (bióxido de silício) e carbonato de cálcio, vulcanizados por via enxofre. Aplicação: É utilizado para extrusão de viras e filetes para calçados em geral, com dureza em torno de 65/70 shore A, com alta fluidez, acabamento superficial liso. - CORES: a Biqueira, Sobre Biqueira e a Banda Lateral devem ser na cor Branca, o Filete e o Friso na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX. A sobre biqueira deverá ter gravação de reforço, tudo similar à ilustração da vista externa. – ETIQUETA: Deverá ser colocada na parte traseira do tênis também de elastômero vulcanizado (mesmo material da banda lateral) na cor Branca, com escrita do nome do Órgão. – PALMILHA AMORTECEDORA – Palmilha Anatômica conformada em Etileno Acetato de Vinila, com alta resistência a hidrólise, dublada com cacharel na cor Preta, de no mínimo 128 gramas p/m2, composto de 70% fio Algodão e 30% fio poliéster, devendo acompanhar exatamente o perfil da forma na sua base e em formato de cunha com diferença de altura entre o traseiro e o bico e estar numerada em todos os tamanhos de forma permanente e personalizada com o nome do órgão. SOLA – Peça integrante da base inferior do calçado. Deverá ser fabricado em Borracha Natural de alta resistência a hidrólise. Este solado deve ser na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX, devendo ter a gravação do Nome do Órgão e da Numeração em todos os tamanhos de forma permanente, e formato antiderrapante, similar à ilustração abaixo. E na sua base deve acompanhar o perfil da forma e ser em formato de cunha, com espessura dianteira (Espessura A) 5 milímetros, e espessura trazeira (Espessura B) 9 milímetros, tolerância admitida +/- 1 milímetro, isso deve ser seguido em todos os tamanhos. - CADARÇO / ATACADOR: O tênis deverá ser entregue com um par de cadarço na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX, devendo os mesmos serem de algodão com fibras sintéticas, armação trançada e chata, largura de no mínimo de 7,00 mm e comprimento adequado a cada número. Tamanhos: 18 ao 44. EMBALAGEM: Os tênis deverão ser entregues em embalagem própria, ou seja, saquinho em TNT 40 g tamanho 27x38cm - na cor branco, personalizados com serigrafia da logomarca do Município tamanho 16x12 cm de um lado, na cor azul ciano, com visor transparente 9x27 cm e cordão BRANCO 102 para fechamento.				
TOTAL					**R$ 1.145.303,94**

Sem mais alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Paiçandu – PR, 19 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Presidente Da Fundação De Educação

MARINGA SPORTS LTDA

SÉRGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO
ARP Nº 108/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 27/2025

CONTRATANTE: **FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU**, inscrita no CNPJ sob n. **30.372.351/0001-94**.

CONTRATADO: MARINGA SPORTS LTDA inscrita no CNPJ sob n. **39.697.442/0001-74**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 125 da Lei nº 14.133/21 e Art. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 304/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

§1º - Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA (POR 12 MESES) E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 12/11/2027**, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21 e art. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 304/2024 da ARP nº 108/2025, cujo objeto é a aquisição de UNIFORMES ESCOLARES, contendo camisetas, bermudas e shorts saia, para atender as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil, Escola de Ensino Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Paiçandu no ano letivo de 2027, com o objetivo de formar o sistema de registro de preços da administração pública municipal para contratações futuras.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	BLUSA: em malha helanca 100% poliamida, gramatura 270 g/m², manga raglan na cor azul marinho pantone 1940-23 TPX com detalhes azul claro pantone têxtil 1543-19 air blue TPX, gola em malha helenca 100% poliamida gramatura de no mínimo 270g/m² azul claro pantone têxtil V. UNIT. V. TOTAL. R$ 42,97 R$ 327.259,52 1543-19 air blue TPX aproximadamente 8cm, punhos em malha helanca 100% poliamida gramatura de no mínimo 270 g/m² pantone 1940-23 TPX (tamanho 0 ao 14 aproximadamente 4cm, do P ao EXGG aproximadamente 6cm, seguindo o padrão da peça). Barra na galoneira aproximadamente 6cm. Faixas laterais com 5 cm de largura em malha helanca 100% poliamida gramatura 270 g/m² na cor azul claro pantone têxtil 1543-19 air blue TPX, contendo dois bolsos laterais. Brasão bordado termocolante e costurado nas extremidades seguindo as bordas por máquina bordadeira com linha branca na lateral superior esquerda da blusa tamanho 7 cm aproximadamente, escrita nas costas com estampa em serigrafia na cor branca fonte arial tamanho proporcional a blusa conforme ANEXO 01, zíper em nylon destacável nº05 frontal na cor azul marinho até o final da gola. Costura em máquina interloque. Tamanhos de 1 ao 16, e do PP ao EXGG E TAMANHO ESPECIAL. Conforme tabela de medidas no ANEXO 01. LAUDOS DO AGASALHO (BLUSA): COMPOSIÇÃO, GRAMATURA, PANTONE (APRESENTAR JUNTO COM AS AMOSTRAS). Laudos deverão ser realizados por laboratório comprovadamente acreditado pelo INMETRO.	7.616	UND	R$ 42,97	R$ 327.259,52
5	CALÇA: em malha helanca 100% poliamida, gramatura 270 g/m², na cor azul marinho pantone 1940-23 TPX com detalhes azul claro pantone têxtil 1543-19 air blue TPX, faixas laterais de 5 cm de largura na cor azul claro pantone 1543-19 air blue TPX em malha helanca 100% poliamida gramatura 270 g/m², dois bolsos laterais, elástico pregado na elastiqueira 4 agulhas, brasão bordado termocolante e costurado nas extremidades seguindo as bordas por máquina bordadeira na linha branca tamanho aproximado de 7 cm na perna esquerda conforme ANEXO 01. Costura em máquina interloque. Tamanhos de 1 ao 16, e do P ao	7.616	UND	R$ 27,97	R$ 213.019,52

	EXGG E TAMANHO ESPECIAL (conforme tabela de medidas). LAUDOS DO AGASALHO (CALÇA): COMPOSIÇÃO, GRAMATURA, PANTONE. (APRESENTAR JUNTO COM AS AMOSTRAS). Laudos deverão ser realizados por laboratório comprovadamente acreditado pelo INMETRO.				
6	TÊNIS: FECHAMENTO COM ELÁSTICO – O Tênis deve ser fabricado no processo de montagem ensacada, com fixação da palmilha ao cabedal pelo processo de costura Strobel (Overloque) e após ser AUTOCLAVADO, com vulcanização direta da borracha da banda lateral no solado e na lona do cabedal. - COR E MATERIAL DO CABEDAL E LINGUETA: A gáspea do cabedal, laterais e lingueta, deverão ser de lona 100% algodão, de no mínimo 300 gramas por metro quadrado, na cor Azul semelhante ao Pantone 19 3920 TPX, devendo estar dublada com sarja também de 100% algodão desengomado com gramatura mínima de 230 gramas por metro quadrado, totalizando assim um mínimo de 530 gramas por metro quadrado, no conjunto. - CONTRA FORTE: O contra forte se localiza na região do calcanhar entre a lona externa e a espuma interna. É fabricado em elastômero vulcanizado flexível de no mínimo 1,2 mm de espessura, devendo ser chanfrado em toda sua borda superior na largura mínima de 8 mm terminando em zero. - FORRO: O tênis deve ser todo forrado internamente com tecido poliéster (gramatura mínima 130 Gr/m2) na cor Preto, dublado com espuma de poliuretano de no mínimo 5 mm de espessura e densidade 26 kg/m3 (quilograma por metro cúbico). - DEBRUM E COSTURAS: A gáspea deve ser toda debruada. O debrum será de Gorgorão com largura mínima de 12 mm e com bordas que não desfiam. Na mesma cor do cabedal. Todas as costuras têm de 3 a 4 pontos/cm e tem um arremate de no mínimo 2 pontos nas extremidades. As costuras externas “aparentes” devem ser duplas e afastadas de 2,2 a 2,6 mm entre si. A linha usada deve ser de poliamida (nylon) número comercial 40, na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX. – FECHAMENTO ELÁSTICO: O tênis deverá ter no lugar do cadarço tiras de elástico cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX de no mínimo 7 milímetros de largura no comprimento adequado para cada número o que vai facilitar e ajustar o calce do produto. Acompanhar um par de cadarço na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX. - ILHÓSES: Devem ser de alumínio com acabamento natural, diâmetro interno mínimo de 5 mm, composto por duas peças (ilhós e arruela). - BIQUEIRA, SOBRE BIQUEIRA, BANDA LATERAL: Devem ser de fachete a base de compostos elastoméricos para vulcanização, derivado de uma blenda de polímeros como SBR (estireno butadieno rubber), NR (borracha natural) e SSBR (estireno butadieno rubber em solução), reforçados com carga de SiO2 (bióxido de silício) e carbonato de cálcio, vulcanizados por via enxofre. Aplicação: É utilizado para extrusão de viras e filetes para calçados em geral, com dureza em torno de 65/70 shore A, com alta fluidez, acabamento superficial liso. - CORES: a Biqueira, Sobre Biqueira e a Banda Lateral devem ser na cor Branca, o Filete e o Friso na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX. A sobre biqueira deverá ter gravação de reforço, tudo similar à ilustração da vista externa. – ETIQUETA: Deverá ser colocada na parte traseira do tênis também de elastômero vulcanizado (mesmo material da banda lateral) na cor Branca, com escrita do nome do Órgão. – PALMILHA AMORTECEDORA – Palmilha Anatômica conformada em Etileno Acetato de Vinila, com alta resistência a hidrólise, dublada com cacharel na cor Preto, de no mínimo 128 gramas p/m2, composto de 70% fio Algodão e 30% fio poliéster, devendo acompanhar exatamente o perfil da forma na sua base e em formato de cunha com diferença de altura entre o traseiro e o bico e estar numerada em todos os tamanhos de forma permanente e personalizada com o nome do órgão. SOLA – Peça integrante da base inferior do calçado. Deverá ser fabricado em Borracha Natural de alta resistência a hidrólise. Este solado deve ser na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX, devendo ter a gravação do Nome do Órgão e da Numeração em todos os tamanhos de forma permanente, e formato antiderrapante, similar à ilustração abaixo. E na sua base deve acompanhar o perfil da forma e ser em formato de cunha, com espessura dianteira (Espessura A) 5 milímetros, e espessura trazeira (Espessura B) 9 milímetros, tolerância admitida +/- 1 milímetro, isso deve ser seguido em todos os tamanhos. - CADARÇO / ATACADOR: O tênis deverá ser entregue com um par de cadarço na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX, devendo os mesmos serem de algodão com fibras sintéticas, armação trançada e chata, largura de no mínimo de 7,00 mm e comprimento adequado a cada número. Tamanhos: 18 ao 44. EMBALAGEM: Os tênis deverão ser entregues em embalagem própria, ou seja, saquinho em TNT 40 g tamanho 27x38cm - na cor branco, personalizados com serigrafia da logomarca do Município tamanho 16x12 cm de um lado, na cor azul ciano, com visor transparente 9x27 cm e cordão BRANCO 102 para fechamento.	7.430	UND	R$ 81,43	R$ 605.024,90
TOTAL					**R$ 1.145.303,94**

Sem mais alterações.

Paiçandu – PR, 19 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Presidente Da Fundação De Educação

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:227EE43F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 265-2026

Fundação de Saúde de Paiçandu
Rua Sete de Setembro, 713 - Centro - Fone: - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 30.372.673/0001-33 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 265/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por SUPERÁVIT FINANCEIRO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 653.814,54 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1004.2611000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - CAPS	
Despesa - 983 - 339030 - 02494 - MATERIAL DE CONSUMO	**95.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1004.2611000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - CAPS	
Despesa - 984 - 339039 - 02494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**200.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.304.1003.2644000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA EM SAUDE (E)	
Despesa - 985 - 339030 - 02494 - MATERIAL DE CONSUMO	**72.824,03**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.304.1003.2644000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA EM SAUDE (E)	
Despesa - 986 - 339036 - 02494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	**32.655,56**

Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.304.1003.2644000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA EM SAUDE (E)	
Despesa - 987 - 339039 - 02494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**30.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.1600000 - ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE	
Despesa - 988 - 449052 - 02518 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**73.175,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1004.2609000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Despesa - 989 - 339039 - 02494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**150.159,95**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**653.814,54**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na(s) fonte(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64:

Fontes:
02494 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇOES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE
02518 - BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 21 de agosto de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:592F3AFD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 266-2026

Prefeitura Municipal de Paiçandu
Rua 7 de Setembro, 499 - Centro - Fone: 44 31251101 - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 76.282.664/0001-52
PAICANDU/PR

DECRETO N.º 266/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - TESOURO/ORDINÁRIOS e da outras providências. O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - TESOURO/ORDINÁRIOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 480.000,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)		
Órgão - 10 -	SECRETARIA DE SAUDE PÚBLICA	
Unidade - 10006 -	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Funcional - 10.301.1002.2165000 -	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA EM SAÚDE	
Despesa - 506 - 339039 - 00002 -	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**480.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>		**480.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receitas:	
124150010000000000 - 449 -	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 21 de agosto de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:E0047E54

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 100

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL, CNPJ nº 62.628.807/0001-20, com endereço ROMILDO DEODOTTO, CEP 86935000, representada por JOAO PAULO DE JESUS DOS SANTOS, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 061.549.615-61, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____

ISMAEL BATISTA

_____

SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL

MUNICIPIO DE PAICANDU				
PAIÇANDU-PR				
DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 27	Quant.: 1	Num: 533	17,40	**Total: 870,00**
Item: 27	Unidade: UNIDADE	Marca: exbom	Modelo: MSS22	
Descrição: MOUSE SEM FIO USB: ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MOUSE - MOUSE SEM FIO USB: Especificação Técnica do mouse físico. Dimensões do mouse: 97.7x61.5x35.2mm.				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 17,40**			Total Item: 870,00
LOTE 28	Quant.: 1	Num: 663	18,75	**Total: 1.875,00**
Item: 28	Unidade: UNIDADE	Marca: Kross Elegance	Modelo: KE-K095V2	
Descrição: TECLADO COM FIO USB: REQUISITOS DE SISTEMA. WINDOWS® - TECLADO COM FIO USB: Requisitos de sistema. Windows® XP, Windows Vista, Windows 7, Windows 8, Windows 10. Linux® kernel 2.6+				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 18,75**			Total Item: 1.875,00
LOTE 34	Quant.: 1	Num: 074	50,00	**Total: 3.000,00**
Item: 34	Unidade: UNIDADE	Marca: IJACK	Modelo: XP338	
Descrição: ADAPTADOR USB WIRELESS. ADAPTADOR USB WIRELESS COM - ADAPTADOR USB WIRELESS. Adaptador USB Wireless com Interface: USB 3.0. Dimensões (LXCXA): 1.59×0.78×0.41pol. (40.5×19.72×10.29mm).				

Quantidade: 60	**Valor Unit.: 50,00**			Total Item: 3.000,00
LOTE 61	Quant.: 1	Num: 620	14,00	**Total: 420,00**
Item: 61	Unidade: UNIDADE	Marca: LEHMOX	Modelo: HDMI4K2M	
Descrição: CABO HDMI 2.0 4K. CABO HDMI 2.0 4K COM RESOLUÇÃO: 4K (3840 X 2160 PX). VELOCIDADE DE TRANSMISSÃO: 18 GBPS - CABO HDMI 2.0 4K. Cabo HDMI 2.0 4K com resolução: 4k (3840 x 2160 px). Velocidade de transmissão: 18 Gbps				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 14,00**			Total Item: 420,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**6.165,00**

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:708728EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 86

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa VL - LOJA DE VARIEDADES, CNPJ nº 35.569.716/0001-99, com endereço RUA DOMINGOS MENDES QUARESMA, CEP 35180320, representada por VICTOR LAZARINO OZORIO, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 101.485.426-11, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no

caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

___

ISMAEL BATISTA

VL - LOJA DE VARIEDADES

MUNICIPIO DE PAICANDU				
PAIÇANDU-PR				
DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 3	Quant.: 1	Num: 968	1.187,99	**Total: 5.939,95**
Item: 3	Unidade: UNIDADE	Marca: HP	Modelo:	
Descrição: IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK JATO DE TINTA, COLORIDA, - Impressora Multifuncional EcoTank Jato de Tinta, Colorida, WiFi, Visor LCD, USB, Bivolt, PretoTecnologia de impressão: Jato de tinta Heat-Free MicroPiezo®				
Quantidade: 5	**Valor Unit.: 1.187,99**			Total Item: 5.939,95
LOTE 21	Quant.: 1	Num: 173	99,90	**Total: 2.997,00**
Item: 21	Unidade: UNIDADE	Marca: Mercusys	Modelo:	
Descrição: SWITCH 8 PORTAS. PADRÕES E PROTOCOLOS IEEE - SWITCH 8 PORTAS. Padrões e Protocolos IEEE 802.3i/802.3u. 802.3ab/802.3x.				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 99,90**			Total Item: 2.997,00
LOTE 22	Quant.: 1	Num: 667	392,99	**Total: 19.649,50**
Item: 22	Unidade: UNIDADE	Marca: Kingston	Modelo:	
Descrição: MEMORIA 8GB DDR4-3200. COMPUTADOR DESKTOP DE 1G X 64 - Memoria 8GB DDR4-3200. Computador Desktop de 1G x 64 bits (8GB)				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 392,99**			Total Item: 19.649,50
LOTE 31	Quant.: 1	Num: 126	162,44	**Total: 16.244,00**
Item: 31	Unidade: UNIDADE	Marca: THYPE	Modelo:	
Descrição: FONTE DE ENERGIA 450W. ESPECIFICAÇÕES: TIPO: FATOR DE - FONTE DE ENERGIA 450W. Especificações: Tipo: Fator de forma ATX 12V/ v2.31/ PFC: PFC ativo (> 0,9 típico)				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 162,44**			Total Item: 16.244,00
LOTE 37	Quant.: 1	Num: 197	14,27	**Total: 1.141,60**
Item: 37	Unidade: UNIDADE	Marca: VL	Modelo:	
Descrição: MOUSE PAD COM APOIO GEL. MOUSE PAD COM APOIO EM - MOUSE PAD COM APOIO GEL. Mouse Pad com apoio em gela que previne danos causados pelo esforço repetitivo posiciona o punho na altura ideal para evitar lesões				
Quantidade: 80	**Valor Unit.: 14,27**			Total Item: 1.141,60
LOTE 39	Quant.: 1	Num: 353	1.180,44	**Total: 17.706,60**
Item: 39	Unidade: UNIDADE	Marca: Huawei	Modelo:	
Descrição: SWITCH 24 PORTAS GERENCIAVEL PORTAS: 24 PORTAS RJ45 10/100/1000, 4 PORTAS SFP 1/10GBE - SWITCH 24 PORTAS GERENCIAVEL Portas: 24 portas RJ45 10/100/1000, 4 portas SFP 1/10GbE;Memória e processador:Buffer de pacote ARM Cortex-A9;a 800 MHz 512 MB SDRAM, 256 MB flash 1,5 MB /				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 1.180,44**			Total Item: 17.706,60
MUNICIPIO DE PAICANDU				
PAIÇANDU-PR				
LOTE 43	Quant.: 1	Num: 243	31,85	**Total: 63,70**
Item: 43	Unidade: UNIDADE	Marca: Link+	Modelo:	
Descrição: ALICATE PARA CRIMPAR RJ11 RJ12 - ALICATE PARA CRIMPAR RJ11 RJ12 RJ45. Especificações: Compatível com: RJ45 8P8C, RJ12 6P6C/6P4C/6P2C, RJ11 4P4C/4P2C. Material: PP, TPR e aço carbono. Material da lâmina: Aço Mn65. Dimensões: 185x80x28mm.				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 31,85**			Total Item: 63,70
LOTE 45	Quant.: 1	Num: 008	42,36	**Total: 84,72**
Item: 45	Unidade: UNIDADE	Marca: Brazil Collection	Modelo:	
Descrição: ALICATE PARA DECAPAR. ESPECIFICAÇÕES: COMPATÍVEL COM: UTP/STP OU OUTROS CABOS DE DIÂMETRO 3.2MM A 9.5MM - ALICATE PARA DECAPAR. Especificações: Compatível com: UTP/STP ou outros cabos de diâmetro 3.2mm a 9.5mm. Material: ABS. Material da lâmina: Aço Mn65. Dimensões: 110 x 45 x 10 mm.				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 42,36**			Total Item: 84,72
LOTE 52	Quant.: 1	Num: 584	1.898,99	**Total: 3.797,98**
Item: 52	Unidade: UNIDADE	Marca: Bettdow	Modelo:	
Descrição: PROJETOR SMART TV UHD 4K ATE 140 LED RGBB 1500 - PROJETOR SMART TV UHD 4K ATE 140 LED RGBB 1500 LÚMENS ANSI 150.000:1 Resolução Nativa: UHD 4K (3840 x 2160)- Brilho: 1500 ANSI Lumens HDCP: 2.2 - Zoom: 1,25x -				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 1.898,99**			Total Item: 3.797,98
LOTE 73	Quant.: 1	Num: 409	898,99	**Total: 898,99**
Item: 73	Unidade: UNIDADE	Marca: B TEk	Modelo:	
Descrição: SOPRADOR DE FOLHAS A BATERIA 18V GBL 18V-120SB COM 2 - Soprador de Folhas A Bateria 18V GBL 18V-120SB com 2 Bateria 4A 18V e Carregador Bivolt - Soprador de Folhas a Bateria 18V GBL 18V-120SB: Soprador de folhas à bateria 18V ideal para limpar o canteiro de obras em segundos				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 898,99**			Total Item: 898,99
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**68.524,04**

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:F675745E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 88

MUNICIPIO DE PAICANDU PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa METDATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI, CNPJ nº 28.584.157/0003-92, com endereço ROD GOVERNADOR MARIO COVAS N256, CEP 29157100, representada por CARLOS EDUARDO SANTOS PEREIRA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 888.473.815-68, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____
ISMAEL BATISTA

_____
METDATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI

MUNICIPIO DE PAICANDU				
PAIÇANDU-PR				
DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 5	Quant.: 1	Num: 380	1.576,99	**Total: 18.923,88**
Item: 5	Unidade: UNIDADE	Marca: PANTUM	Modelo: M7105DW	
Descrição: IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL, PRETO, WIFI E ETHERNET, - Impressora Laser Multifuncional, Preto, WiFi e Ethernet, 110V Padrão de Impressão Duplex (Frente e Verso)				
Quantidade: 12	**Valor Unit.: 1.576,99**			Total Item: 18.923,88
LOTE 67	Quant.: 1	Num: 796	1.299,99	**Total: 6.499,95**
Item: 67	Unidade: UNIDADE	Marca: PANTUM	Modelo: BP5200DW	
Descrição: IMPRESSORA LASER DUPLEX WIRELESS - Impressora Laser Duplex Wireless Especificação técnica / Tecnologia de Impressão: Laser Eletrofotográfico / Display LCD (tipo/tamanho): LCD de 1 linha / Tamanho do Papel (máximo): Bandeja de Papel: até 21,6 x 35,6 cm (Ofício)				
Quantidade: 5	**Valor Unit.: 1.299,99**			Total Item: 6.499,95
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**25.423,83**

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:479A7776

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 90

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa B2G PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 58.959.886/0001-85, com endereço RUA BAHIA, CEP 87260000, representada por JARBAS JUNIOR DA SILVA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 065.899.399-26, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES
74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
78. CONDIÇÕES GERAIS
79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

B2G PARTICIPAÇÕES LTDA

MUNICIPIO DE PAICANDU				
PAIÇANDU-PR				
DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 11	Quant.: 1	Num: 070	213,94	**Total: 6.418,20**
Item: 11	Unidade: UNIDADE	Marca: TP-Link	Modelo: EX1500	
Descrição: ROTEADOR WIRELESS: PADRÕES: WI-FI 6. IEEE - ROTEADOR WIRELESS: Padrões: Wi-Fi 6. IEEE 802.11ax/ac/n/a 5 GHz. IEEE 802.11ax/n/b/g 2.4 GHz. Velocidade de WiFi: 5 GHz: 2402 Mbps(802.11ax, HE160).				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 213,94**			Total Item: 6.418,20
LOTE 17	Quant.: 1	Num: 916	13,08	**Total: 654,00**
Item: 17	Unidade: UNIDADE	Marca: Plus Cable	Modelo: PC-ETH6U25WH	
Descrição: PATCH CORD CAT6 GIGALAN 2,5M / CABO CATEGORIA: CAT6 - Patch Cord Cat6 Gigalan 2,5m / Cabo Categoria: CAT6				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 13,08**			Total Item: 654,00
LOTE 24	Quant.: 1	Num: 217	141,99	**Total: 7.099,50**
Item: 24	Unidade: UNIDADE	Marca: BLUECASE	Modelo: 1600MHZ LONG-DIMM	
Descrição: MEMORIA 8GB DDR3 1600. COMPUTADOR DESKTOP: CARACTERÍSTICAS: DDR3-1600 DE 1G X 64 BITS (8GB) - MEMORIA 8GB DDR3 1600. Computador Desktop: Características: DDR3-1600 de 1G x 64 bits (8GB)				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 141,99**			Total Item: 7.099,50
LOTE 26	Quant.: 1	Num: 116	8,56	**Total: 856,00**
Item: 26	Unidade: UNIDADE	Marca: BRAZILPC	Modelo: BPC-M129	
Descrição: MOUSE COM FIO USB. ESPECIFICAÇÕES: CONECTIVIDADE PLUGAND-PLAY. TAMANHO PADRÃO. DESIGN AMBIDESTRO. - MOUSE COM FIO USB. Especificações: Conectividade Plugand-Play. Tamanho padrão. Design ambidestro. Rastreamento óptico de alta definição (1000 dpi). 3 botões. Cor: Preto.				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 8,56**			Total Item: 856,00
LOTE 32	Quant.: 1	Num: 500	337,49	**Total: 26.999,20**
Item: 32	Unidade: UNIDADE	Marca: BRAZILPC	Modelo: 22WR-75	
Descrição: MONITOR 21,5 POLEGADAS. MONITOR 21,5 MONITOR COM - MONITOR 21,5 POLEGADAS. Monitor 21,5 Monitor com tamanho do painel de 21,5? Widescreen VA. Tamanho da imagem visível (diagonal) 54,6 cm.				
Quantidade: 80	**Valor Unit.: 337,49**			Total Item: 26.999,20
LOTE 42	Quant.: 1	Num: 891	230,24	**Total: 230,24**
Item: 42	Unidade: UNIDADE	Marca: Multilaser	Modelo: HO045	
Descrição: FURADEIRA E PARAFUSADEIRA. VOLTAGEM DA BATERIA: - FURADEIRA E PARAFUSADEIRA. Voltagem da bateria: 18.0 V. Torque (suave/duro/máx.): 21/50/- Nm. Nº de rotações em vazio (1ª velocidade /2ª velocidade): 0 ; 500 /0 ; 1.900 r.p.m. Peso sem bateria: 0,99 kg. Peso sem bateria: 0,99 kg. Tipo de bateria: Lítio.				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 230,24**			Total Item: 230,24
LOTE 54	Quant.: 1	Num: 951	13,07	**Total: 653,50**
Item: 54	Unidade: UNIDADE	Marca: Plus Cable	Modelo: PC-ETH6U25WH	
Descrição: PATCH CORD CAT6 GIGALAN 1,5M / CABO CATEGORIA: CAT6 - Patch Cord Cat6 Gigalan 1,5m / Cabo Categoria: CAT6 /Velocidade: 10/100/1000Mbps Gigabt / Frequência: 250Mhz/ Linha: Gigalan / Modelo: UTP (Sem Blindagem) / filamentos 100% Cobre				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 13,07**			Total Item: 653,50

LOTE 59	Quant.: 1	Num: 717	203,98	**Total: 4.079,60**
Item: 59	Unidade: UNIDADE	Marca: BRAZILPC	Modelo: BPC-310M-3	
Descrição: GABINETE 1 SUPORTE: PLACA-ME ATX E MICRO ATX /2 2X - GABINETE 1 Suporte: Placa-me ATX e micro ATX /2 2x portas USB 1.0 e áudio frontal/3 Baias:/ 2 baias de 5.25" / 2 baias de H.D.D 3.5"				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 203,98**			Total Item: 4.079,60
LOTE 75	Quant.: 1	Num: 310	173,99	**Total: 13.919,20**
Item: 75	Unidade: UNIDADE	Marca: Bluevix	Modelo: BSMTS02U-1B	
Descrição: SUPORTE DE MESA ARTICULADO PARA DUAS TELAS COM - SUPORTE DE MESA ARTICULADO PARA DUAS TELAS com sistema duplo de braço articulado que				
Quantidade: 80	**Valor Unit.: 173,99**		Total Item: 13.919,20	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 60.909,44				

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:A99EF2E9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 91

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa LUMOS CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 51.382.835/0001-94, com endereço RUA SILENE FARAH, 410, CEP 37980000,
representada por BRUNO ISRAEL DOS REIS DOMINGOS, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 137.840.526-90, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória

ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior

ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____

ISMAEL BATISTA

LUMOS CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 9	Quant.: 1	Num: 156	112,97	**Total: 1.129,70**
Item: 9	Unidade: UNIDADE	Marca: UNIVERSAL	Modelo: UNIVERSAL	
Descrição: BANDEJA: VENTILADA, PADRÃO 19", FIXAÇÃO SIMPLES, COR: - Bandeja: Ventilada, Padrão 19", Fixação simples, Cor: Preto, 2 Pontos de Fixação, Altura Externa: 1U (4,5cm), Profundidade: 400mm.				
Quantidade: 10		**Valor Unit.: 112,97**		Total Item: 1.129,70
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 1.129,70				

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:94CFD81E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 93

MUNICIPIO DE PAICANDU PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ nº 39.304.546/0001-71, com endereço RUA JHON LENNON 225, CEP 83050380, representada por ERIVELTON MACHADO FERREIRA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 021.844.889-92, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no

caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória

ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior

ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

____

ISMAEL BATISTA

____

FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 961	4.200,00	**Total: 92.400,00**
Item: 1	Unidade: KIT	Marca: AIOX	Modelo: AIOX G200	
Descrição: COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO (GABINETE/CPU COM COMPONENTES E MONITOR)-COTA PRINCIPAL - COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO (GABINETE/CPU COM COMPONENTES ELETRÔNICOS E MONITOR).-COTA PRINCIPAL				
Quantidade: 22	**Valor Unit.: 4.200,00**		Total Item: 92.400,00	
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 954	4.200,00	**Total: 33.600,00**
Item: 2	Unidade: KIT	Marca: AIOX	Modelo: AIOX G200	
Descrição: COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO (GABINETE/CPU COM COMPONENTES ELETRÔNICOS E MONITOR).COTA EXCLUSIVO ME/EPP. - COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO (GABINETE/CPU COM COMPONENTES ELETRÔNICOS E MONITOR).COTA EXCLUSIVO ME/EPP.				
Quantidade: 8	**Valor Unit.: 4.200,00**		Total Item: 33.600,00	
VALOR TOTAL DO CONTRATO:			**126.000,00**	

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:ED456597

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 96

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa J F G R FERNANDES INFORMATICA, CNPJ nº 43.795.628/0001-33, com endereço RUA OTAVIO FINCO 273, CEP 87140000, representada por JOSLEY FERNANDO GONCALVES RAMON FERNANDES, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 085.347.929-17, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, nocaso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatóriaou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferiorao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

J F G R FERNANDES INFORMATICA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 6	Quant.: 1	Num: 550	1.291,88	**Total: 12.918,80**
Item: 6	Unidade: CX	Marca: Evus	Modelo: CFTV	
Descrição: CABO DE REDE (CAIXA COM 305MTS CAT6 A) APLICAÇÃO:REDES, COR: AZUL - Cabo de rede (caixa com 305mts CAT6 A) Aplicação: Redes, cor: Azul				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 1.291,88**		Total Item: 12.918,80	
LOTE 7	Quant.: 1	Num: 619	495,00	**Total: 4.950,00**
Item: 7	Unidade: UNIDADE	Marca: TP-LINK	Modelo: SG1024D	
Descrição: SWITCH 24 PORTAS: GIGABIT 10/100/1000, PADRÕES E PROTOCOLO: IEEE 802.3I, IEEE 802.3U, IEEE 802.3AB, IEEE 802.3X, - SWITCH 24 PORTAS: Gigabit 10/100/1000, Padrões e Protocolo: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x,				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 495,00**		Total Item: 4.950,00	
LOTE 10	Quant.: 1	Num: 178	27,85	**Total: 1.392,50**
Item: 10	Unidade: UNIDADE	Marca: Fiolux	Modelo: 5T	
Descrição: FILTRO DE LINHA: TENSÃO NOMINAL 100~240 VAC CORRENTE - FILTRO DE LINHA: Tensão nominal 100~240 Vac Corrente máxima 10 A				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 27,85**		Total Item: 1.392,50	
LOTE 15	Quant.: 1	Num: 753	9,41	**Total: 470,50**
Item: 15	Unidade: UNIDADE	Marca: MAGIRIUS	Modelo:	
Descrição: CAIXA SISTEMA X BRANCA. ACABAMENTO ESPELHADO,DESIGN SUTIL, PLACAS E MECANISMOS NA COR BRANCA. - CAIXA SISTEMA X BRANCA. Acabamento espelhado, Design sutil, Placas e Mecanismos na cor BRANCA.				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 9,41**		Total Item: 470,50	
LOTE 16	Quant.: 1	Num: 017	6,44	**Total: 322,00**
Item: 16	Unidade: UNIDADE	Marca: MAGIRIUS	Modelo:	
Descrição: ESPELHO SISTEMA. RJ45 COM 2 FUROS. - ESPELHO SISTEMA. RJ45 com 2 furos.				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 6,44**		Total Item: 322,00	
LOTE 25	Quant.: 1	Num: 294	344,00	**Total: 20.640,00**
Item: 25	Unidade: UNIDADE	Marca: CRUCIAL	Modelo: BX500	
Descrição: SSD 480GB. INTERFACE: SATA 6GB/S. CAPACIDADE: 480 GB - SSD 480GB. Interface: Sata 6Gb/s. Capacidade: 480 GB. Fator de forma: 2.5-inch. Leitura Sequencial: 540 MB/s. Gravação Sequencial: 500 MB/s. Durabilidade: 80TB.				
Quantidade: 60	**Valor Unit.: 344,00**		Total Item: 20.640,00	
LOTE 29	Quant.: 1	Num: 337	695,00	**Total: 13.900,00**
Item: 29	Unidade: UNIDADE	Marca: GIGABYTE	Modelo: B760	
Descrição: PLACA MÃE. ESPECIFICAÇÕES DA CPU: SOQUETE DO - PLACA MÃE. Especificações da CPU: Soquete do processador LGA1700.				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 695,00**		Total Item: 13.900,00	
LOTE 33	Quant.: 1	Num: 808	69,95	**Total: 3.497,50**
Item: 33	Unidade: UNIDADE	Marca: MULTILASER	Modelo: 64GB	
Descrição: PEN DRIVER 64GB.VELOCIDADE: USB 3.2 GER 1. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0°C A - PEN DRIVER 64GB.Velocidade: USB 3.2 Ger 1. Temperatura de operação: 0°C a 60°C. Temperatura de armazenamento: - 20°C a 85°C.				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 69,95**		Total Item: 3.497,50	
LOTE 38	Quant.: 1	Num: 030	60,90	**Total: 121,80**
Item: 38	Unidade: UNIDADE	Marca: IMPLASTEC	Modelo: SILVER	
Descrição: PASTA TÉRMICA. POTE DE PASTA TÉRMICA 50G. ESPECIFICAÇÕES - PASTA TÉRMICA. Pote de pasta térmica 50g. Especificações Técnicas: Cor: Cinza.				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 60,90**		Total Item: 121,80	
LOTE 46	Quant.: 1	Num: 047	68,79	**Total: 137,58**
Item: 46	Unidade: UNIDADE	Marca: IMPLASTEC	Modelo: 1lt	
Descrição: ÁLCOOL ISOPROPÍLICO. ÁLCOOL ISOPROPÍLICO PARA LIMPEZA - ÁLCOOL ISOPROPÍLICO. Álcool isopropílico Para Limpeza De Eletrônicos Pci de 1 Litro.				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 68,79**		Total Item: 137,58	
LOTE 47	Quant.: 1	Num: 737	24,99	**Total: 249,90**
Item: 47	Unidade: UNIDADE	Marca: ORBI	Modelo: 300ML	
Descrição: LIMPA CONTATOS ELÉTRICOS EM SPRAY DE 300 ML. - LIMPA CONTATOS ELÉTRICOS EM SPRAY DE 300 ML. Descrição do Produto: Limpa contatos elétricos.				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 24,99**		Total Item: 249,90	
LOTE 50	Quant.: 1	Num: 218	41,43	**Total: 82,86**
Item: 50	Unidade: UNIDADE	Marca: BRASFORT	Modelo:	
Descrição: ALICATE CORTE DIAGONAL 6'. MATERIAL DO CORPO DO ALICATE: - ALICATE CORTE DIAGONAL 6'. Material do corpo do alicate: Aço cromo vanádio. Comprimento total do alicate: 6" - 152 mm.				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 41,43**		Total Item: 82,86	
LOTE 51	Quant.: 1	Num: 410	57,61	**Total: 115,22**
Item: 51	Unidade: UNIDADE	Marca: BRASFORT	Modelo:	
Descrição: ALICATE UNIVERSAL PARA ELETRICISTA 8". ALICATE - ALICATE UNIVERSAL PARA ELETRICISTA 8". Alicate universal com comprimento total de 8"-203 mm. Material do corpo do alicate: Aço cromo vanádio. Acabamento do alicate: Polido.				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 57,61**		Total Item: 115,22	
LOTE 56	Quant.: 1	Num: 438	798,99	**Total: 23.969,70**
Item: 56	Unidade: UNIDADE	Marca: UNIQUIT	Modelo: UAP-AC-LR	
Descrição: ACCESS POINT -NETWORKING INTERFACE (1X) 10/100/1000 - ACCESS POINT -Networking Interface (1x) 10/100/1000 Ethernet Port - Botão Reset- Wi-fi Standards 802.11 A/b/g/n/ac- FonteDe Alimentação Poe 24v, 0.5a				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 798,99**		Total Item: 23.969,70	
LOTE 57	Quant.: 1	Num: 307	85,81	**Total: 4.290,50**
Item: 57	Unidade: UNIDADE	Marca: TP-LINK	Modelo: WN881ND	
Descrição: ADAPTADOR WIFI -WN881ND PCI EXPRESS SEM FIO N 300 - Adaptador Wifi -WN881ND PCI Express sem fio N 300 Mbps, placa de interface de rede PCIe para desktop, suporte de baixo perfil incluído, suporta Windows 10/8.1/8/7/XP (32/64 bits) e Linux.				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 85,81**		Total Item: 4.290,50	
LOTE 63	Quant.: 1	Num: 130	288,00	**Total: 576,00**
Item: 63	Unidade: UNIDADE	Marca: EXBOM	Modelo: TC300	
Descrição: LOCALIZADOR DE CABOS DE REDE TX-1500 FORMATO - Localizador de cabos de Rede TX-1500 Formato de sinal: impulso multi-frequencial / Alimentação: 9V 6F22 / Status de sinal de saída: 8V P-P				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 288,00**		Total Item: 576,00	
LOTE 66	Quant.: 1	Num: 573	579,99	**Total: 9.859,83**
Item: 66	Unidade: UNIDADE	Marca: MIKROTIK	Modelo: RB760IGS	
Descrição: MIKROTIK; RB760IGS HEX S; PORTAS ETHERNET: 5 PORTAS GIGABIT 10/100/1000; - MikroTik; RB760IGS hEX S; Portas Ethernet: 5 portas Gigabit 10/100/1000;				
Quantidade: 17	**Valor Unit.: 579,99**		Total Item: 9.859,83	
LOTE 72	Quant.: 1	Num: 900	432,37	**Total: 864,74**
Item: 72	Unidade: UNIDADE	Marca: EXBOM	Modelo: TC300	
Descrição: LOCALIZADOR DE CABOS DE REDE TX-1500 FORMATO - Localizador de cabos de Rede TX-1500 Formato de sinal: impulso multi-frequencial / Alimentação: 9V 6F22/ Status de sinal de saída: 8V P-P / Corrente máxima emissor: 9mA / Corrente máxima receptor: 28mA Distância máxima: 100m / Rastreamento de fio telefônico e cabo Lan de Rede; / Identifica Estado da Linha Telefônica				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 432,37**		Total Item: 864,74	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 98.359,43				

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:5EB240E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 97

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 50.958.011/0001-57, com endereço RUA CACHOEIRA DO SUL, CEP 05117010, representada por FRANCINETE RAMOS DOS SANTOS, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 812.944.333-34, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

52. O remanejamento somente poderá ser feito:

53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

70. Por razão de interesse público;

71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.

82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado

83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

__

ISMAEL BATISTA

__

LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA

MUNICIPIO DE PAICANDU				
PAIÇANDU-PR				
DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 35	Quant.: 1	Num: 676	42,99	**Total: 1.289,70**
Item: 35	Unidade: UNIDADE	Marca: KNUP	Modelo: TB90	
Descrição: ADAPTADOR DE REDE PCI EXPRESS 10/100/1000. - ADAPTADOR DE REDE PCI EXPRESS 10/100/1000. Especificações: Dimensões do adaptador: 3,1 × 4,8 × 0,8 pol. (78,5 × 120,8 × 21,5 mm).				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 42,99**			Total Item: 1.289,70
LOTE 36	Quant.: 1	Num: 979	6,06	**Total: 303,00**
Item: 36	Unidade:	Marca: IT BLUE	Modelo: 1,8M	

	UNIDADE			
Descrição: CABO USB 2.0 - 1,8M PARA IMPRESSORAS. CABO USB - CABO USB 2.0 - 1,8M PARA IMPRESSORAS. Cabo USB 2.0 - 1,8m para impressoras para transferência de dados e uso em impressoras Uso em impressoras A HDS Externos Conectores tipo A macho (AM) para B macho (BM) Transferência de dados de até 480Mps Comprimento: 1.8 metros Cor: Preto Peso: 54g Garantia do Fabricante: 1 ano.Dados Técnicos Comprimento 1,8m				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 6,06**			Total Item: 303,00
LOTE 40	Quant.: 1	Num: 737	44,94	**Total: 224,70**
Item: 40	Unidade: UNIDADE	Marca: B-MAX LEHMOX	ONEX Modelo: UNIVERSAL 10 PLUG	
Descrição: CARREGADOR PARA NOTEBOOK UNIVERSAL. - CARREGADOR PARA NOTEBOOK UNIVERSAL. Carregador para notebook universal de 90W, 8 Pinos. Cor: Preto.				
Quantidade: 5	**Valor Unit.: 44,94**			Total Item: 224,70
LOTE 41	Quant.: 1	Num: 588	37,04	**Total: 74,08**
Item: 41	Unidade: UNIDADE	Marca: EXBOM	Modelo: EXBOM	
Descrição: TESTADOR DIGITAL DE CABOS DE REDE. - TESTADOR DIGITAL DE CABOS DE REDE. Especificações: Verifica cada um dos condutores do conector RJ do cabo de rede.				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 37,04**			Total Item: 74,08
LOTE 44	Quant.: 1	Num: 022	27,50	**Total: 55,00**
Item: 44	Unidade: UNIDADE	Marca: IT BLUE EXBOM B-MAX	Modelo: Punch Down	
Descrição: ALICATE INSERCÃO RJ45. ALICATE INSERÇÃO RJ45 PARA USO - ALICATE INSERCÃO RJ45. Alicate Inserção Rj45 para uso profissional utilizado para conectar e cortar os fios nos módulos RJ45.				
Quantidade: 2	**Valor Unit.: 27,50**			Total Item: 55,00
LOTE 60	Quant.: 1	Num: 013	23,79	**Total: 237,90**
Item: 60	Unidade: UNIDADE	Marca: KAPBOM DONGLE ALTOMEX ONEX	Modelo: 5.0	
Descrição: BLUETOOTH 5.0. CARACTERÍSTICAS DE HARDWARE. PADRÕES E - BLUETOOTH 5.0. Características de hardware. Padrões e Protocolos: Bluetooth 5.0. Interface: USB 2.0 / Dimensões: 0.58×0.27×0.74 in (14.8x6.8x18.9mm).				
MUNICIPIO DE PAICANDU				
PAIÇANDU-PR				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 23,79**			Total Item: 237,90
LOTE 71	Quant.: 1	Num: 685	10,08	**Total: 302,40**
Item: 71	Unidade: UNIDADE	Marca: ONEX KAPBOM	Modelo: VGA 1,5M	
Descrição: CABO VGA MONITOR LCD PC PROJETOR, 1.5 METROS COM FILTRO - Cabo VGA Monitor Lcd Pc Projetor, 1.5 Metros com Filtro - Comprimento: 1.5 metros - Conexão: HDB15 M x HDB15 M Na Cor Preto Com Azul				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 10,08**			Total Item: 302,40
LOTE 74	Quant.: 1	Num: 764	11,29	**Total: 1.129,00**
Item: 74	Unidade: UNIDADE	Marca: EXBOM LEHMOX	B-MAX Modelo: ATX 1,5M	
Descrição: CABO DE ALIMENTAÇÃO PARA DESKTOP - CABO DE ALIMENTAÇÃO PARA DESKTOP.Material e construção Os cabos de força tripolares para C15 são fabricados com materiais isolantes de alta qualidade, como PVC ou borracha, e condutores de cobre ou alumínio, garantindo assim uma transmissão eficiente e segura de energia elétrica.				
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 11,29**			Total Item: 1.129,00
LOTE 76	Quant.: 1	Num: 513	19,20	**Total: 1.536,00**
Item: 76	Unidade: UNIDADE	Marca: ONEX KAPBOM	Modelo: VGA 1,5M	
Descrição: CABO VGA: ELE É USADO PARA CONECTAR DISPOSITIVOS COM SAÍDA DE - CABO VGA: Ele é usado para conectar dispositivos com saída de vídeo VGA, como computadores, notebooks e projetores, a monitores ou TVs com entrada VGA.Especificações do Cabo: Tipo de Cabo: VGA (Video Graphics Array), com conectores macho e fêmea em ambas as extremidades(comum). Medida do Cabo: 1,5 Metros(minimo) Tensão nominal: 30V;Temperatura nominal: 80°C.				
Quantidade: 80	**Valor Unit.: 19,20**			Total Item: 1.536,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**5.151,78**

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:DC887756

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 98

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2026, homologado em 19/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 58/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa 65.133.060 MARCOS VINICIUS ZIELASKO COELHO, CNPJ nº 65.133.060/0001-28, com endereço RUA PROJETADA UM N., CEP 86670000, representada por MARCOS VINICIUS ZIELASKO COELHO, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 078.408.859-42, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 21 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____
ISMAEL BATISTA

_____
65.133.060 MARCOS VINICIUS ZIELASKO COELHO

MUNICIPIO DE PAICANDU				
PAIÇANDU-PR				
DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 19	Quant.: 1	Num: 898	143,00	**Total: 7.150,00**
Item: 19	Unidade: UNIDADE	Marca: conf edital	Modelo: conf edital	
Descrição: TELEFONE SEM FIO COM VISOR E IDENTIFICADOR DE - TELEFONE SEM FIO COM VISOR E IDENTIFICADOR DE CHAMADAS.				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 143,00**			Total Item: 7.150,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**7.150,00**

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:D4C094C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA 23/2026

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório **Nº 68/2026**, elaborado pela Modalidade de Dispensa Eletrônica **Nº 19/2026** teve por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS VEICULARES, DESTINADOS À COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.,** pela Proposta mais Vantajosa para o Município, **"TIPO MENOR PREÇO**", conforme especificado no Edital e, com Base na

ITEM	CODIGO	VEÍCULO	UN	QUANT		
001	40026	VEICULO- ONIX HATCH 1.0 TB 12V ZERO KM Placa: UCJ-5D25 Chassi: **********10445 Município: PALMITAL / PR Ano de fabricação/modelo: 2025/2026 Combustível: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCA Categoria: OFICIAL Espécie/Tipo: PASSAGEIRO (3) Situação do veículo: VIGENTE (EM CIRCULACAO) Tipo de Financiamento/ Restrição: NÃO HÁ COBERTURA MÍNIMA: COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO 100% - Tabela FIPE ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS 50.000,00 DANOS MATERIAIS (TERCEIROS) 150.000,00	UN	1,00	542,66	542,66

		DANOS CORPORAIS (TERCEIROS) 200.000,00 DANOS MORAIS E ESTÉTICOS (TERCEIROS) 30.000,00 FRANQUIA REDUZIDA: ASSISTENCIA BÁSICA 24H GUINCHO ATÉ 300 KM VIDROS COMPLETOS ESPELHOS RETROVISORES PARA CHOQUES FARÓIS LANTERNAS				
002	40027	VEICULO- ONIX HATCH 1.0 TB 12V ZERO KM Placa: UCJ-5D43 Chassi: **********10442 Município: PALMITAL / PR Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Combustível: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCA Categoria: OFICIAL Espécie/Tipo: PASSAGEIRO (3) Situação do veículo: VIGENTE (EM CIRCULACAO) Tipo de Financiamento/ Restrição: NÃO HÁ COBERTURA MÍNIMA: COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO 100% - Tabela FIPE ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS 50.000,00 DANOS MATERIAIS (TERCEIROS) 150.000,00 DANOS CORPORAIS (TERCEIROS) 200.000,00 DANOS MORAIS E ESTÉTICOS (TERCEIROS) 30.000,00 FRANQUIA REDUZIDA: ASSISTENCIA BÁSICA 24H GUINCHO ATÉ 300 KM VIDROS COMPLETOS ESPELHOS RETROVISORES PARACHOQUES FARÓIS LANTERNAS	UN	1,00	542,66	542,66
003	40028	VEICULO- ONIX HATCH 1.0 TB 12V ZERO KM Placa: UCJ-5D60 Chassi: **********18897 Município: PALMITAL / PR Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Combustível: ALCOOL/GASOLINA Cor: BRANCA Categoria: OFICIAL Espécie/Tipo: PASSAGEIRO (3) Situação do veículo: VIGENTE (EM CIRCULACAO) Tipo de Financiamento/ Restrição: NÃO HÁ COBERTURA MÍNIMA: COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO 100% - Tabela FIPE ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS 50.000,00 DANOS MATERIAIS (TERCEIROS) 150.000,00 DANOS CORPORAIS (TERCEIROS) 200.000,00 DANOS MORAIS E ESTÉTICOS (TERCEIROS) 30.000,00 FRANQUIA REDUZIDA: ASSISTENCIA BÁSICA 24H GUINCHO ATÉ 300 KM VIDROS COMPLETOS ESPELHOS RETROVISORES PARACHOQUES FARÓIS LANTERNAS	UM	1,00	542,66	542,66
VALOR GLOBAL R$ 1.627,98						

As empresas acima descritas apresentaram as propostas condizentes e válidas ao objeto deste procedimento licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório, onde cotaram as menores propostas e mais vantajosas ao município, e os valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório.
Dê-se a publicação devida, confeccione-se o contrato na forma da lei.
Palmital/PR, 21 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:004A8DC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.780

PORTARIA Nº 2.780

"Dispõe sobre a convocação e estabelece normas, procedimentos e diretrizes para a realização do Censo Previdenciário dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, aposentados, pensionistas e respectivos dependentes vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Paranaguá."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e o DIRETOR-PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, e considerando o disposto no Decreto Municipal nº 2.094/2026, que regulamenta a realização do Censo Previdenciário no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Paranaguá,

CONSIDERANDO o disposto no art. 47 da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, que estabelece que a avaliação atuarial deverá dispor de informações atualizadas e consistentes que contemplem todos os segurados e beneficiários do RPPS;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos dados pessoais, funcionais, previdenciários e dos respectivos dependentes dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Paranaguá;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios uniformes, procedimentos e responsabilidades para a realização do Censo Previdenciário 2026;

RESOLVEM:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam convocados, para participação obrigatória no Censo Previdenciário 2026, todos os servidores públicos titulares de cargo efetivo vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Paranaguá - RPPS, em exercício ou afastados, inclusive aqueles licenciados ou cedidos, bem como os aposentados, pensionistas e respectivos dependentes vinculados ao Paranaguá Previdência.

Art. 2º O Censo Previdenciário 2026 será realizado no período de 24 de agosto de 2026 a 16 de outubro de 2026, nas modalidades eletrônica (on-line), presencial e, excepcionalmente, remota.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante ato administrativo devidamente fundamentado.

CAPÍTULO II
DAS MODALIDADES DE ATENDIMENTO

Art. 3º O Censo Previdenciário será realizado nas seguintes modalidades:

I - atendimento digital (on-line): realizado por meio de plataforma eletrônica disponibilizada nos sítios oficiais da Prefeitura Municipal de Paranaguá, da Câmara Municipal de Paranaguá, do Paranaguá Previdência e da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná - CAGEPAR, disponível durante todo o período do Censo Previdenciário, de 24 de agosto de 2026 a 16 de outubro de 2026, inclusive durante o período destinado ao atendimento presencial, podendo os servidores ativos contar com o suporte dos coordenadores designados em suas respectivas Secretarias, órgãos ou departamentos para a realização e conclusão do recenseamento;
II - atendimento presencial: realizado no período de 05 de outubro de 2026 a 16 de outubro de 2026, destinado aos servidores ativos, aposentados e pensionistas que não disponham de acesso à internet, encontrem dificuldades para realizar o Censo Previdenciário por meio digital ou que, mesmo após o auxílio disponibilizado, não consigam concluir o recenseamento, observados os locais, cronogramas, horários e demais orientações divulgados pela Administração;
III - atendimento remoto: realizado excepcionalmente, quando devidamente justificado por impossibilidade técnica ou de deslocamento do segurado, mediante comunicação prévia à respectiva entidade de origem ou ao Paranaguá Previdência.

§ 1º O atendimento presencial poderá compreender a conferência documental, a atualização cadastral, o registro fotográfico, a coleta biométrica e outros procedimentos necessários à comprovação e validação da identidade, das informações e dos documentos apresentados pelo segurado.

§ 2º Os servidores ativos, aposentados e pensionistas deverão apresentar ou anexar, conforme a modalidade de atendimento utilizada, os documentos exigidos para o recenseamento, observada a relação constante dos anexos desta Portaria e as demais orientações divulgadas pela Administração.

CAPÍTULO III
DO ATENDIMENTO PRESENCIAL, DOS LOCAIS E DO CRONOGRAMA

Art. 4º O atendimento presencial será destinado aos servidores ativos, aposentados e pensionistas que não disponham de acesso à internet, encontrem dificuldades para realizar o Censo Previdenciário por meio digital ou que, mesmo após o auxílio disponibilizado pelos coordenadores designados em suas respectivas Secretarias, órgãos ou departamentos, não consigam concluir o recenseamento.
§ 1º Os servidores ativos, aposentados e pensionistas que utilizarem a modalidade presencial deverão comparecer ao local de atendimento correspondente ao respectivo órgão ou vínculo previdenciário, conforme segue:

I - Prefeitura Municipal de Paranaguá - servidores ativos: Ginásio de Esportes Dr. Joaquim Tramujas, localizado na Travessa Correia de Freitas, s/n, bairro João Gualberto, Paranaguá/PR;
II - Câmara Municipal de Paranaguá - servidores ativos: sede da Câmara Municipal de Paranaguá, situada na Rua João Estevão, nº 361, Ponta do Caju, Paranaguá/PR;
III - Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná - CAGEPAR - servidores ativos: sede da CAGEPAR, situada na Rua Doutor Leocádio, nº 307, Centro Histórico, Paranaguá/PR;
IV - Paranaguá Previdência - aposentados e pensionistas: sede da Paranaguá Previdência, situada na Avenida Gabriel de Lara, nº 1.307, bairro Leblon, Paranaguá/PR.

§ 2º O atendimento presencial será realizado no período previsto no art. 3º, inciso II, desta Portaria, observados o cronograma, os horários e as demais orientações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Administração e pelo Paranaguá Previdência e divulgadas nos canais oficiais.

§ 3º A disponibilização do atendimento presencial não impedirá a realização do Censo Previdenciário por meio digital, que permanecerá disponível durante todo o período estabelecido no art. 3º, inciso I, desta Portaria.

CAPÍTULO IV
DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CENSO PREVIDENCIÁRIO

Art. 5º Para a realização do Censo Previdenciário, os segurados deverão apresentar ou anexar a documentação necessária à atualização dos dados pessoais, funcionais, previdenciários e dos respectivos dependentes, conforme estabelecido no Anexo I desta Portaria.

§ 1º A documentação poderá ser apresentada em formato físico ou digital, de acordo com a modalidade de atendimento utilizada e as orientações fornecidas pela equipe responsável.

§ 2º Os documentos deverão estar legíveis e conter informações suficientes para permitir a identificação e a validação dos dados cadastrais.

§ 3º A Administração poderá solicitar documentos complementares sempre que houver necessidade de confirmação, correção ou atualização das informações prestadas.

Art. 6º Os documentos mínimos exigidos para a atualização cadastral dos segurados serão definidos de acordo com sua condição funcional ou previdenciária, compreendendo, conforme o caso:

I - documento oficial de identificação com fotografia;
II - Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
III - comprovante de residência atualizado;
IV - documentos comprobatórios da situação civil;
V - documentos funcionais e previdenciários, quando aplicáveis;
VI - documentos dos dependentes cadastrados, quando houver.

Parágrafo único. A relação detalhada dos documentos obrigatórios e específicos para servidores ativos, aposentados, pensionistas e respectivos dependentes consta do Anexo I desta Portaria.

CAPÍTULO V
DOS PENSIONISTAS E DOS DEPENDENTES

Art. 7º Os pensionistas deverão realizar, obrigatoriamente, a atualização de seus dados cadastrais e apresentar a documentação necessária à comprovação da manutenção da condição de beneficiário.

§ 1º Será obrigatória a apresentação da Declaração de Estado Civil e União Estável, na qual o pensionista deverá declarar se contraiu casamento ou constituiu união estável após a concessão do benefício.

§ 2º A exigência prevista no § 1º deste artigo não se aplica aos pensionistas menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 8º Quando houver dependentes cadastrados, deverão ser apresentados os documentos necessários à comprovação da identidade, filiação, vínculo familiar ou condição de dependência, conforme previsto no Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Nos casos de dependentes com deficiência ou invalidez, poderá ser exigida documentação médica ou avaliação específica para comprovação da condição de dependência previdenciária, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VI
DA REPRESENTAÇÃO LEGAL

Art. 9º O segurado impossibilitado de realizar pessoalmente o Censo Previdenciário poderá ser representado por procurador ou representante legal devidamente constituído.
§ 1º O representante deverá apresentar documento oficial de identificação, instrumento de representação válido e os documentos exigidos do segurado representado.

§ 2º A representação não afasta a necessidade de comprovação das informações cadastrais e previdenciárias do segurado.

Art. 10. Nos casos de incapacidade civil, ausência ou impossibilidade devidamente comprovada, serão aceitos representantes legais constituídos na forma da legislação vigente, inclusive tutor, curador ou responsável legal, conforme o caso.

CAPÍTULO VII
DA ANÁLISE, DA VALIDAÇÃO E DA CONCLUSÃO DO CENSO PREVIDENCIÁRIO

Art. 11. Compete à equipe técnica responsável pelo Censo Previdenciário analisar, conferir e validar as informações e os documentos apresentados pelos segurados.

§ 1º Poderão ser solicitadas correções, complementações ou apresentação de novos documentos quando forem identificadas inconsistências ou pendências cadastrais.

§ 2º O segurado será comunicado, pelos meios oficiais disponibilizados, sempre que houver pendências que impeçam a conclusão do procedimento.

Art. 12. O Censo Previdenciário somente será considerado concluído após a validação definitiva das informações cadastrais e da documentação apresentada.

CAPÍTULO VIII
DAS RESPONSABILIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES

Art. 13. Compete à Prefeitura Municipal de Paranaguá, à Câmara Municipal de Paranaguá, ao Paranaguá Previdência e à Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná - CAGEPAR prestar apoio à realização do Censo Previdenciário, especialmente quanto:

I - à divulgação das informações relativas ao Censo Previdenciário;
II - à orientação dos servidores, aposentados e pensionistas vinculados;
III - ao encaminhamento dos segurados para atendimento, quando necessário;
IV - ao fornecimento das informações necessárias à atualização cadastral.
Art. 14. Os órgãos e entidades deverão disponibilizar, em seus respectivos sítios eletrônicos oficiais e demais canais institucionais, informações, comunicados e orientações referentes ao Censo Previdenciário.

CAPÍTULO IX
DOS RESPONSÁVEIS PELA COORDENAÇÃO DO CENSO PREVIDENCIÁRIO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Art. 15. Ficam designados os seguintes servidores para atuar na coordenação e no apoio à realização do Censo Previdenciário no âmbito da Prefeitura Municipal de Paranaguá, observadas as respectivas unidades de lotação:

Unidade	Servidor	Matrícula
SEGOV	Elcio da Silva Monteiro Nagel	12.742-4
SEMDESP	Eduardo Romanio	12.816-4
SEMDESP	Wagner do Nascimento Ribeiro Martins	5.805-1
SEMSA	Miriam Pereira Farias Calisto	4.447-1
SEMSA	Jaqueline Demetrio	94.118-1
SEMUPLA	Denilson dos Santos Fernandes	99.938-1
SEMEDI	Neifi Laden	6.097-3
SEMEDI	Rose Mari Mendes dos Santos	2.645-1
SEMOP	Jaqueline do Rosário Santos	99.081-2

SEDEHAB	Georgette Jacyra Pesch da Silva	844-1
SEMSEG	Elisangela Santos Lima dos Anjos	5.408-1
SEMI	José Marcelo Coelho	6.310-1
SESPOR	Wendglay Diatchuk Damaceno	10.414-1
SEMFA	Zenilda Souza Costa Cruz	2.489-1
SETRIN	Gustavo Amin Hammoud	98.793-1
SEMAD	Rubens Gonçalves Fontoura	94.963-2
SEMSU	Jamil de Freitas Maria Júnior	9.339-1
SEMDIR	Juliane da Silva do Espirito Santo Demetrio	6.815-1
SEMEXPORT	Miralva Maria dos Santos	2.300-1
SEMFISC	Jéssica Budal Correa	98.864-1
SECULTUR	Carmen Mesquita dos Santos	4.698-2
SEMMA	Marcilene Turcheti da Costa Leite Fontes	6.612-2
PROGEM	Luiz Souza	95.912-4
COGEM	Simone Maria Hirt	9.327-1
SERVAL	Joilson Marques Cardoso	99.033-1

Parágrafo único. Os servidores designados atuarão em articulação com a Secretaria Municipal de Administração e com a equipe técnica responsável pelo Censo Previdenciário, prestando o apoio necessário à execução das atividades previstas nesta Portaria e colaborando para a adequada orientação dos segurados e o regular desenvolvimento dos procedimentos censitários.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O segurado, aposentado, pensionista ou dependente que deixar de realizar o Censo Previdenciário no prazo estabelecido nesta Portaria ficará sujeito às medidas administrativas previstas na legislação vigente e no Decreto Municipal nº 2.094/2026.

Parágrafo único. A regularização da situação cadastral deverá ser realizada pelos meios disponibilizados pela Administração, inclusive mediante comparecimento presencial, quando exigido, após análise da equipe responsável pelo Censo Previdenciário.

Art. 17. Os casos omissos e as situações excepcionais decorrentes da execução desta Portaria serão analisados e resolvidos conjuntamente pela Secretaria Municipal de Administração e pela Diretoria-Executiva do Paranaguá Previdência.

Art. 18. A Secretaria Municipal de Administração e o Paranaguá Previdência poderão expedir orientações complementares, comunicados e demais atos necessários ao cumprimento desta Portaria.

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 21 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

ALI EL KADRI
Paranaguá Previdência

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA O CENSO PREVIDENCIÁRIO 2026

1. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA SERVIDORES ATIVOS

Apresentar os documentos originais ou em formato digital legível:

Documento oficial de identificação com foto (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Nacional - CIN ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH);

Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Carteira de Trabalho no PIS/PASEP ou NIT, quando houver;
Comprovante de residência atualizado, emitido há no máximo 90 (noventa) dias;
Último contracheque ou documento equivalente;
Título de Eleitor;
Comprovante de escolaridade;
Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, quando solicitado.
Certidão de casamento, nascimento ou óbito, nos casos de inclusão, exclusão ou alteração de dependentes;
Declaração de estado civil ou de união estável (exigida exclusivamente para pensionistas, exceto menores de 18 anos);

2. DOCUMENTOS DOS DEPENDENTES

Quando houver dependentes cadastrados, deverão ser apresentados:

Documento oficial de identificação, quando houver;
CPF;
Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento;
Termo de Guarda, Tutela ou Curatela, quando aplicável;

Laudo médico-pericial atualizado, nos casos de dependente inválido ou com deficiência, quando exigido pela legislação previdenciária;
Outros documentos necessários à comprovação da condição de dependente.

3. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS APOSENTADOS

Documento oficial de identificação com foto (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Nacional - CIN ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH);

Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Carteira de Trabalho PIS/PASEP ou NIT, quando houver;
Comprovante de residência atualizado, emitido há no máximo 90 (noventa) dias;
Último contracheque ou documento equivalente;
Certidão de nascimento / casamento
Outros documentos que venham a ser necessários para atualização cadastral e previdenciária.

4. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS PENSIONISTAS

Documento oficial de identificação com foto (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Nacional - CIN ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH);

Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Carteira de Trabalho PIS/PASEP ou NIT, quando houver;
Comprovante de residência atualizado, emitido há no máximo 90 (noventa) dias;
Último contracheque ou documento equivalente;
Título de Eleitor;
Declaração de estado civil ou de união estável **atualizada no máximo 90 (noventa) dias**, (certidão de nascimento ou casamento, com averbações se houver), exigida exclusivamente para pensionistas, exceto menores de 18 anos;
Outros documentos necessários à atualização do benefício.

Documentos de representante legal (quando for o caso)

Documento de identificação e CPF do representante (genitor, tutor ou curador)
Termo de tutela, guarda ou curatela, ou decisão judicial
Comprovante de residência do representante - até 90 dias

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:A51D3191

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 342/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 08/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ADY0041	277450T000036668	14/06/2026	55500	
AKT9I84	277450T000036657	13/06/2026	55500	06497035858
AQH7J50	277450T000036656	13/06/2026	55500	
AWN2G38	277450T000052537	11/06/2026	55500	05099528935
AZX8G21	277450T000036660	14/06/2026	55500	05046830369
BBC4528	277450T000036655	13/06/2026	55500	06921864323
BCB6563	277450T000051754	14/06/2026	58600	
BEI4E09	277450T000042624	14/06/2026	57463	07919681111
BSF6D63	277450T000053452	14/06/2026	54790	06080937679
CKH4A94	277450T000038865	13/06/2026	53800	05245550396
EFZ2C70	277450T000034550	13/06/2026	55500	
IIO2I06	277450T000050295	13/06/2026	55250	
MFE8D67	277450T000036669	14/06/2026	55500	
UBN6I53	277450T000042741	12/06/2026	73400	09177361894

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:4E9C5359

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 337/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACA6C93	277450T000026972	12/08/2026	55500
ACN4H60	277450T000057103	12/08/2026	55411
ADI9D71	277450T000053838	13/08/2026	55411
ADZ6890	277450T000039957	12/08/2026	57463
AHM8J20	277450T000056291	14/08/2026	55411
AHW9G18	277450T000026971	12/08/2026	55500
AIN6C66	277450T000056283	14/08/2026	55411
AIV0874	277450T000057551	13/08/2026	55250

AJG1I87	277450T000056287	14/08/2026	51851
ALF4D77	277450T000055029	12/08/2026	76252
ALF6I94	277450T000049468	12/08/2026	76332
ALP7409	277450T000056284	14/08/2026	51851
AQJ9I65	277450T000055485	12/08/2026	55411
ARD3D48	277450T000048498	12/08/2026	73662
ARW4E47	277450T000056281	13/08/2026	55500
AVB1H09	277450T000056285	14/08/2026	55414
AWL2E00	277450T000039963	12/08/2026	55500
AZC2F44	277450T000056290	14/08/2026	54521
AZF9D22	277450T000055035	14/08/2026	55414
BAS3174	277450T000055036	14/08/2026	53800
BCK7H83	277450T000057552	13/08/2026	55500
BCK7H83	277450T000055481	12/08/2026	55411
BDW8I35	277450T000053302	13/08/2026	66531
BDX4B40	277450T000026968	12/08/2026	55680
BED6A35	277450T000053496	13/08/2026	55500
BEL0B12	277450T000055482	12/08/2026	55250
BEL6779	277450T000056275	13/08/2026	55414
BEN3F02	277450T000057401	13/08/2026	54600
BEQ3J06	277450T000055034	14/08/2026	55414
BTR0F80	277450T000053728	13/08/2026	55500
BYA3B10	277450T000039961	12/08/2026	55500
BYH0E17	277450T000055486	12/08/2026	55411
CIK9J91	277450T000056289	14/08/2026	55250
CQH0F35	277450T000026969	12/08/2026	55411
CUC7E99	277450T000039956	12/08/2026	57463
CVD1A27	277450T000053188	12/08/2026	55500
DSX8B13	277450T000057555	14/08/2026	54521
FAN2D15	277450T000057201	12/08/2026	60412
GKD2I51	277450T000057406	14/08/2026	55500
GOV4G64	277450T000039962	12/08/2026	55500
GZD3859	277450T000056274	13/08/2026	51851
IEF8F08	277450T000039964	13/08/2026	54521
IQU7939	277450T000057202	12/08/2026	76332
JYD7I97	277450T000001213	14/08/2026	53800
KLF8C72	277450T000039959	12/08/2026	54521
LXG6B18	277450T000057104	12/08/2026	55411
LYB9B18	277450T000047911	13/08/2026	54522
LYB9B18	277450T000047912	13/08/2026	55411
LYB9B18	277450T000047913	13/08/2026	54790
MAO3094	277450T000026970	12/08/2026	54100
MBG0D56	277450T000053729	13/08/2026	55500
MBG0D56	277450T000055484	12/08/2026	55411
MBQ2H06	277450CND0000320	09/07/2026	50291
MCN7A73	277450T000047915	13/08/2026	55250
MCN7A73	277450T000047916	13/08/2026	54790
MCN7A73	277450T000047914	13/08/2026	55411
MCN7A73	277450T000039965	14/08/2026	55411
MGY2C22	277450T000057252	12/08/2026	55411
MJY1D38	277450T000055483	12/08/2026	55411
PFY1B77	277450T000056288	14/08/2026	51851
QJQ1H48	277450T000039958	12/08/2026	57463
QTK6C79	277450T000056282	14/08/2026	55411
RHN8B05	277450T000056286	14/08/2026	76252
RLE8G20	277450T000047917	13/08/2026	55411
RLE8G20	277450T000047918	13/08/2026	54790
RUA9A23	277450T000057402	13/08/2026	55411
RUC6G52	277450T000054156	12/08/2026	76332
SEA7B39	277450T000055024	12/08/2026	55414
SEH3G01	277450T000055030	12/08/2026	55414
SEJ2J75	277450T000055031	12/08/2026	55414
SEJ2J75	277450T000055026	12/08/2026	55414
SFK3E50	277450T000055032	13/08/2026	53800
SFL9C94	277450T000053730	13/08/2026	55250
SXG5I23	277450T000057405	14/08/2026	55414
SXV3C75	277450T000053731	14/08/2026	55500
SYD4G66	277450T000055033	14/08/2026	55414
SYT3C90	277450T000055037	14/08/2026	76252
TAL3C03	277450T000055028	12/08/2026	55500
TAO4H33	277450T000055487	12/08/2026	55411
TAX8A94	116100T003974401	10/08/2026	53800
TBW6D49	277450T000057553	14/08/2026	55411
TDE6A07	277450T000049469	12/08/2026	76332
UAT1H07	277450T000055027	12/08/2026	53800
UBI9C39	277450T000056276	13/08/2026	76252
UBM8A47	277450T000057554	14/08/2026	55250
UBP2B36	277450T000057404	14/08/2026	55500
UBY1J81	277450T000056280	13/08/2026	51180
UBY1J81	277450T000056278	13/08/2026	60412
UBY1J81	277450T000056277	13/08/2026	66371
UBY1J81	277450T000056279	13/08/2026	50100
UCC6B22	277450T000057407	14/08/2026	70301

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:DF5A924B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 340/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAR4I60	277450T000058602	15/08/2026	55411
ADO5A19	277450T000055488	15/08/2026	55411
AIN6C66	277450T000049414	15/08/2026	55412
AKX8G09	277450NIC0046063	28/07/2026	50020
AQJ4F32	277450T000035209	15/08/2026	76332
AUW8B87	277450T000057253	15/08/2026	56650
AZJ9J37	277450NIC0046058	28/07/2026	50020
BAI7A90	277450T000057256	15/08/2026	55680
BEV9E81	277450NIC0046059	28/07/2026	50020
BLC7E88	277450T000055489	15/08/2026	51851
GXM3C88	277450T000049417	15/08/2026	55411
HTQ1755	277450T000057254	15/08/2026	55680
LSE2069	277450NIC0046065	28/07/2026	50020
MAH6H10	277450T000049416	15/08/2026	55411
MCN7A73	277450NIC0046060	28/07/2026	50020
MGK7C41	277450T000057255	15/08/2026	55680
PWZ5J37	277450T000057203	15/08/2026	51851
QJQ3J86	277450NIC0046061	28/07/2026	50020
QVJ4E04	277450NIC0046064	28/07/2026	50020
RHE4D54	277450NIC0046062	28/07/2026	50020
SFF9H87	277450T000057052	15/08/2026	66531
TBM8E63	277450T000049415	15/08/2026	55411
TBO6I67	277450T000058601	15/08/2026	55411

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:D6C99D78

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 338/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN- PARANAGUÁ até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABR4740	277450T000054348	10/06/2026	54600	R$ 130,16
ACV4E65	277450NIC0045819	23/05/2026	50020	R$ 260,32
ADU1B74	277450T000054574	11/06/2026	54870	R$ 195,23
ANR9D10	277450T000050996	10/06/2026	51851	R$ 195,23
AQF5161	277450T000050999	10/06/2026	68232	R$ 195,23
ARC6J47	277450T000054558	10/06/2026	55680	R$ 195,23
ARU4E39	277450T000054568	11/06/2026	55411	R$ 195,23
ARZ3D74	277450T000054350	10/06/2026	51930	R$ 293,47
AUA4F14	277450T000047675	11/06/2026	55250	R$ 130,16
AVM8J16	277450NIC0045811	23/05/2026	50020	R$ 260,32
AVP6761	277450T000052535	11/06/2026	55414	R$ 195,23
AWM4I53	277450T000047673	10/06/2026	55680	R$ 195,23
AXQ6J96	277450T000054565	11/06/2026	55411	R$ 195,23
AXY5D34	277450T000054088	11/06/2026	76331	R$ 293,47
AYL2H62	277450T000054569	11/06/2026	51851	R$ 195,23
BBR7372	277450T000054552	10/06/2026	61220	R$ 293,47
BBX3G62	277450T000054563	11/06/2026	76332	R$ 293,47
BDF6B40	277450NIC0045814	23/05/2026	50020	R$ 260,32
BDI5D51	277450T000052534	11/06/2026	76252	R$ 293,47
BDL7E93	277450T000048495	10/06/2026	76332	R$ 293,47
BDO7I52	277450T000052533	11/06/2026	55413	R$ 195,23
BDO8G44	277450NIC0045816	23/05/2026	50020	R$ 390,46
BEL6F37	277450T000050997	10/06/2026	76331	R$ 293,47
BEX5J09	277450T000054349	10/06/2026	76332	R$ 293,47
BLR0B57	277450T000054575	11/06/2026	76332	R$ 293,47
BSF8G11	277450T000047677	11/06/2026	55411	R$ 195,23
BWK9C91	277450T000053038	11/06/2026	55411	R$ 195,23
BYD6F28	277450T000054572	11/06/2026	55411	R$ 195,23
CLH4081	277450NIC0045809	23/05/2026	50020	R$ 390,46
CXA6G57	277450T000054571	11/06/2026	55411	R$ 195,23
FJP5C73	277450NIC0045812	23/05/2026	50020	R$ 390,46
GBM3B21	277450NIC0045804	23/05/2026	50020	R$ 586,94
GNG8985	277450T000053040	11/06/2026	55411	R$ 195,23
GQQ0B44	277450T000053811	11/06/2026	55500	R$ 130,16
JDG6A48	277450T000053037	11/06/2026	55411	R$ 195,23
KAX8B97	277450T000053812	11/06/2026	55411	R$ 195,23
LYP5D96	277450T000053809	11/06/2026	55250	R$ 130,16
MAS9825	277450T000054570	11/06/2026	55411	R$ 195,23
MGY5G24	277450T000047674	10/06/2026	55680	R$ 195,23
MJB6E06	277450T000053039	11/06/2026	55411	R$ 195,23
MLP2B83	277450T000054089	11/06/2026	52151	R$ 293,47
PFU0B03	277450T000025973	11/06/2026	76331	R$ 293,47

QIZ3529	277450NIC0045808	23/05/2026	50020	R$ 260,32
RHB5J37	277450NIC0045820	23/05/2026	50020	R$ 586,94
RHY3E29	277450T000054560	10/06/2026	73400	R$ 130,16
RHZ5I99	277450NIC0045817	23/05/2026	50020	R$ 390,46
RXP1C93	277450NIC0045821	23/05/2026	50020	R$ 586,94
RYV4E06	277450T000054564	11/06/2026	76332	R$ 293,47
SDZ5J06	277450T000054573	11/06/2026	55250	R$ 130,16
SEN2E37	277450NIC0045807	23/05/2026	50020	R$ 390,46
SEU4D58	277450NIC0045813	23/05/2026	50020	R$ 260,32
SEV5J67	277450T000054567	11/06/2026	55411	R$ 195,23
SFD5B40	277450NIC0045815	23/05/2026	50020	R$ 390,46
SFH4J73	277450NIC0045810	23/05/2026	50020	R$ 390,46
SFK5C49	277450T000050998	10/06/2026	73400	R$ 130,16
SFL7B42	277450NIC0045805	23/05/2026	50020	R$ 586,94
SFN8A10	277450T000054556	10/06/2026	55680	R$ 195,23
SHO9C96	277450NIC0045806	23/05/2026	50020	R$ 586,94
SII3A14	277450T000054347	10/06/2026	76332	R$ 293,47
TAK4F16	277450T000041728	11/06/2026	60501	R$ 293,47
TAY4H40	277450T000054090	11/06/2026	51851	R$ 195,23
TBY7I41	277450T000052740	10/06/2026	55411	R$ 195,23
TBZ6A89	277450T000025972	10/06/2026	73400	R$ 130,16
TBZ6A89	277450T000025971	10/06/2026	58350	R$ 195,23
TDT6J11	277450T000050994	10/06/2026	76331	R$ 293,47
TJV6D81	277450T000054553	10/06/2026	61220	R$ 293,47
TRD1I31	277450T000054551	10/06/2026	76331	R$ 293,47
UAW8I86	277450NIC0045818	23/05/2026	50020	R$ 260,32
UBG2D24	277450T000054561	10/06/2026	60412	R$ 195,23
UBJ3H15	277450T000054554	10/06/2026	76332	R$ 293,47
UBQ7I75	277450T000054557	10/06/2026	55680	R$ 195,23

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:0C95246D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 341/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 08/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAI4J06	277450T000050296	13/06/2026	55411	R$ 195,23
ABU0A76	116100T003744305	04/06/2026	54523	R$ 195,23
AGS0B55	277450NIC0045824	26/05/2026	50020	R$ 586,94
AHF0G39	277450T000051003	12/06/2026	54100	R$ 130,16
AJP2B24	277450T000053453	15/06/2026	51851	R$ 195,23
ANJ2123	277450T000037239	11/06/2026	65992	R$ 293,47
API7993	277450T000054584	15/06/2026	51851	R$ 195,23
ARA1G13	277450T000035907	13/06/2026	55680	R$ 195,23
ARL6E49	277450T000052542	11/06/2026	76252	R$ 293,47
ARV6F04	277450T000054576	11/06/2026	60412	R$ 195,23
ASY5C32	277450T000035887	13/06/2026	55411	R$ 195,23
AUO4J11	277450T000051000	14/06/2026	55411	R$ 195,23
AUO4J11	277450T000053451	14/06/2026	55250	R$ 130,16
AUT5G03	277450T000036671	14/06/2026	60412	R$ 195,23
AVV0H31	277450T000052543	11/06/2026	55414	R$ 195,23
AXS7H16	277450T000034549	13/06/2026	55500	R$ 130,16
AXY5852	116100T003744309	06/06/2026	55413	R$ 195,23
AYC2E85	277450T000052540	11/06/2026	55413	R$ 195,23
AYQ5C67	277450T000052538	11/06/2026	55500	R$ 130,16
AZA6J74	277450T000034547	12/06/2026	60501	R$ 293,47
AZR0G05	277450NIC0045837	26/05/2026	50020	R$ 260,32
AZT2D72	277450T000036654	13/06/2026	55500	R$ 130,16
AZW3776	277450NIC0045833	26/05/2026	50020	R$ 390,46
AZY8I08	277450T000036663	14/06/2026	55500	R$ 130,16
BAQ2979	116100T003744310	06/06/2026	55413	R$ 195,23
BBD5H81	277450T000036653	13/06/2026	55500	R$ 130,16
BBP1I15	277450T000035886	13/06/2026	55411	R$ 195,23
BBP8I15	277450T000054577	14/06/2026	73400	R$ 130,16
BBR2J18	277450T000052544	11/06/2026	55414	R$ 195,23
BBU9E78	277450T000054585	15/06/2026	76331	R$ 293,47
BCN6F19	277450T000034546	12/06/2026	60501	R$ 293,47
BCV3F37	277450T000053454	15/06/2026	51851	R$ 195,23
BCY1J25	277450T000036652	13/06/2026	55500	R$ 130,16
BDF6B40	277450T000051002	12/06/2026	54100	R$ 130,16
BDF7D67	277450T000035909	14/06/2026	70301	R$ 293,47
BDH7D93	277450T000051004	12/06/2026	54100	R$ 130,16
BDN0E65	277450T000042623	13/06/2026	55411	R$ 195,23
BED9G45	277450T000034384	12/06/2026	54600	R$ 130,16
BEG1I97	277450NIC0045844	26/05/2026	50020	R$ 390,46
BEI4E09	277450T000035891	14/06/2026	51851	R$ 195,23
BEM1J16	277450T000054583	15/06/2026	76332	R$ 293,47
BEU0J41	277450NIC0045831	26/05/2026	50020	R$ 260,32
EEO7C43	277450T000036667	14/06/2026	55500	R$ 130,16
FPM8B15	277450T000035908	13/06/2026	55680	R$ 195,23
FYJ3694	277450T000035890	13/06/2026	76332	R$ 293,47

GAT1G24	277450NIC0045842	26/05/2026	50020	R$ 260,32
GBG7D37	277450T000036665	14/06/2026	55500	R$ 130,16
GXO0I63	116100T003744312	07/06/2026	54600	R$ 130,16
HML3C96	277450T000036666	14/06/2026	55500	R$ 130,16
HNK5I96	277450T000036658	13/06/2026	55500	R$ 130,16
IKB1J24	116100T003744306	04/06/2026	54523	R$ 195,23
IOQ5I48	277450T000035884	12/06/2026	76332	R$ 293,47
KFB9406	277450T000047678	11/06/2026	55250	R$ 130,16
LAH7C82	277450NIC0045830	26/05/2026	50020	R$ 260,32
LXA9A14	277450T000050298	13/06/2026	55411	R$ 195,23
LYE2B01	277450T000050297	13/06/2026	55411	R$ 195,23
MDU3D30	277450T000042622	13/06/2026	55411	R$ 195,23
MDW7642	277450T000034548	12/06/2026	60501	R$ 293,47
MPU8H32	277450NIC0045834	26/05/2026	50020	R$ 390,46
NSA9C33	277450T000050294	12/06/2026	55413	R$ 195,23
PIM5D73	277450T000036651	13/06/2026	55500	R$ 130,16
PZJ0231	277450NIC0045826	26/05/2026	50020	R$ 586,94
QHZ8633	116100T003744311	07/06/2026	54521	R$ 195,23
QIN7D24	277450NIC0045829	26/05/2026	50020	R$ 586,94
QNM6J50	277450T000036868	13/06/2026	76331	R$ 293,47
RCP0J26	277450NIC0045841	26/05/2026	50020	R$ 260,32
RHC8C74	277450NIC0045840	26/05/2026	50020	R$ 260,32
RHD2I71	277450NIC0045828	26/05/2026	50020	R$ 2.934,70
RHH2B61	277450T000036659	13/06/2026	55500	R$ 130,16
RHK2H51	277450T000038493	12/06/2026	50100	R$ 880,41
RHK2H51	277450T000038492	12/06/2026	58350	R$ 195,23
RHK2H51	277450T000038494	12/06/2026	51180	R$ 880,41
RHK2H51	277450T000038490	12/06/2026	60501	R$ 293,47
RHK2H51	277450T000038489	12/06/2026	60412	R$ 195,23
RHK2H51	277450T000038491	12/06/2026	52152	R$ 293,47
RHQ1H25	277450NIC0045823	26/05/2026	50020	R$ 586,94
RHQ7E90	277450T000049280	13/06/2026	54521	R$ 195,23
RHT1C06	277450NIC0045827	26/05/2026	50020	R$ 390,46
RWJ0G17	277450NIC0045838	26/05/2026	50020	R$ 390,46
RYA0G04	277450T000053042	15/06/2026	57380	R$ 293,47
SED9F09	277450NIC0045836	26/05/2026	50020	R$ 260,32
SEJ4H79	277450NIC0045835	26/05/2026	50020	R$ 260,32
SEM4D96	277450T000052741	11/06/2026	55411	R$ 195,23
SER0E15	277450NIC0045839	26/05/2026	50020	R$ 390,46
SEU2A88	277450T000035888	13/06/2026	55411	R$ 195,23
SEU3J46	277450T000054579	14/06/2026	54521	R$ 195,23
SEY2C08	277450T000035889	13/06/2026	55411	R$ 195,23
SFC1A87	277450T000036664	14/06/2026	55500	R$ 130,16
SFO3G11	277450T000036662	14/06/2026	55500	R$ 130,16
STG2E68	277450NIC0045843	26/05/2026	50020	R$ 390,46
STG2E68	277450NIC0045832	26/05/2026	50020	R$ 390,46
TAT8F62	277450NIC0045845	26/05/2026	50020	R$ 260,32
TBA0H96	277450NIC0045825	26/05/2026	50020	R$ 586,94
TBD4A57	277450T000052536	11/06/2026	55414	R$ 195,23
TBK6B37	277450T000053813	14/06/2026	60501	R$ 293,47
TBU4F35	277450T000053104	13/06/2026	66372	R$ 195,23
TBW2B18	277450T000050299	13/06/2026	55411	R$ 195,23
TDZ6J83	277450T000054578	14/06/2026	76332	R$ 293,47
TYA8I10	277450T000035885	12/06/2026	76332	R$ 293,47
UAU6D05	277450T000052742	11/06/2026	76332	R$ 293,47
UBZ4I77	277450T000053041	15/06/2026	57463	R$ 130,16

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:EB35788B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 09/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AAE5026	277490F000208916	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AAK8F17	277490T000004554	09/06/2026	51180	R$ 880,41
AAK8F17	277490T000004553	09/06/2026	50100	R$ 880,41
AAW3968	277490T000006365	08/06/2026	51930	R$ 293,47
AAZ0555	277490F000208975	01/06/2026	56732	R$ 130,16
AAZ0555	277490F000208777	30/05/2026	56732	R$ 130,16
AAZ0555	277490F000208869	31/05/2026	60503	R$ 293,47
ABL4F54	277490T000006030	06/06/2026	76331	R$ 293,47
ABL8H28	277490W000039904	01/06/2026	55412	R$ 195,23
ABL8H28	277490T000003381	16/06/2026	76331	R$ 293,47
ACF0259	277490T000006123	09/06/2026	60412	R$ 195,23
ACL0953	277490F000208755	29/05/2026	60503	R$ 293,47
ACY9383	277490F000208860	31/05/2026	60503	R$ 293,47
ADE2G23	277490W000039799	29/05/2026	55412	R$ 195,23

ADI4B25	277490F000208958	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AEN2288	277490F000208794	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AEY2927	277490F000208962	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AFA9466	277490T000003333	09/06/2026	76332	R$ 293,47
AFA9466	277490F000208873	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AFC5924	277490F000208771	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AFC5924	277490F000208764	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AFQ2641	277490F000208701	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AFR0386	277490T000006423	16/06/2026	60412	R$ 195,23
AFR9I61	277490F000208883	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AFY6I77	277490T000006397	13/06/2026	51851	R$ 195,23
AFY6I77	277490T000006398	13/06/2026	76331	R$ 293,47
AGG4362	277490F000208920	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AGJ6J95	277490T000006364	08/06/2026	70481	R$ 293,47
AGL7755	277490T000006394	13/06/2026	51851	R$ 195,23
AGN6267	277490F000208810	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AGZ0562	277490W000039774	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AHC7374	277490F000208827	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AHD7052	277490F000208751	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AIB1G66	277490F000208896	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AIC1483	277490W000039770	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AID3D55	277490F000208966	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AIG7288	277490T000006362	08/06/2026	76331	R$ 293,47
AIJ1242	277490F000208719	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AIN5H93	277490F000209012	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AIQ6A26	277490F000208704	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AIU8873	277490W000039849	30/05/2026	55412	R$ 195,23
AIW9E77	277490F000208749	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AIX1995	277490T000006376	12/06/2026	55414	R$ 195,23
AJC5D79	277490T000000927	11/06/2026	70481	R$ 293,47
AJG4566	277490W000039868	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AJG5875	277490W000039841	30/05/2026	55412	R$ 195,23
AJK8338	277490W000039773	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AJL1402	277490F000208904	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AJP2518	277490W000039847	30/05/2026	55412	R$ 195,23
AJP9J87	277490T000006112	09/06/2026	60412	R$ 195,23
AJW4515	277490W000039867	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AJW7H38	277490T000000931	15/06/2026	70481	R$ 293,47
AJY3353	277490F000208853	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000208848	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000208748	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000208926	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AKC0409	277490T000000133	10/06/2026	55680	R$ 195,23
AKI9891	116100T003256232	08/06/2026	55680	R$ 195,23
AKJ7769	277490W000039807	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AKK3I85	277490T000006561	13/06/2026	51851	R$ 195,23
AKP1I82	277490F000208741	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AKW0C26	277490F000208849	31/05/2026	56732	R$ 130,16
ALB5538	277490T000006041	06/06/2026	61220	R$ 293,47
ALH2H38	277490F000208823	30/05/2026	60503	R$ 293,47
ALT1176	277490W000039839	30/05/2026	55412	R$ 195,23
ALT3985	277490T000006018	06/06/2026	54870	R$ 195,23
ALT3G61	277490A000164046	29/05/2026	67690	R$ 130,16
ALW4092	277490F000208826	30/05/2026	60503	R$ 293,47
ALX9A92	277490T000003345	11/06/2026	55500	R$ 130,16
AMG5I17	277490T000006044	06/06/2026	61220	R$ 293,47
AMI7190	277490W000039789	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AMJ6134	277490F000208834	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AML6087	277490F000208781	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AML7I91	277490T000006404	16/06/2026	60412	R$ 195,23
AMM5H30	277490W000039781	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AMM5H87	277490T000003417	09/06/2026	50100	R$ 880,41
AMN7C26	277490F000208824	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AMR1157	277490T000006428	16/06/2026	59910	R$ 293,47
AMT2551	277490F000208937	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000208886	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000208977	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000208740	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000208757	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000208938	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000208953	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000208793	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AMX7H53	277490W000039905	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AMZ5C86	277490T000006045	06/06/2026	61220	R$ 293,47
ANA7491	277490W000039811	29/05/2026	55412	R$ 195,23
ANA9D35	277490T000006429	16/06/2026	59910	R$ 293,47
ANJ9066	277490F000208914	31/05/2026	60503	R$ 293,47
ANL2762	277490W000039826	29/05/2026	55412	R$ 195,23
ANL6F24	277490T000006056	15/06/2026	76251	R$ 293,47
ANM9075	277490W000039820	29/05/2026	55412	R$ 195,23
ANO6H58	277490T000006057	15/06/2026	54522	R$ 195,23
ANR0D75	277490T000006110	09/06/2026	60412	R$ 195,23
ANS1024	277490T000004204	16/06/2026	66101	R$ 195,23
ANS7972	277490F000208913	31/05/2026	60503	R$ 293,47
ANT6I14	277490F000208939	31/05/2026	60503	R$ 293,47
ANU3H19	277490F000208850	04/06/2026	60503	R$ 293,47
ANZ6876	277490W000039859	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AOJ3888	277490F000208859	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AOK8518	277490W000039767	29/05/2026	55412	R$ 195,23

AOK8518	277490W000039803	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AOM0456	277490F000208697	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AOT2I90	277490T000006119	09/06/2026	60412	R$ 195,23
AOT2I90	277490T000006150	16/06/2026	60412	R$ 195,23
AOT3613	277490F000208894	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AOT3E95	277490T000006122	09/06/2026	60412	R$ 195,23
AOT9J81	277490F000208792	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000208933	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000208710	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000208750	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AOU0208	277490T000003515	13/06/2026	55411	R$ 195,23
AOZ8826	277490W000039786	29/05/2026	55412	R$ 195,23
APA6I12	277490F000208825	30/05/2026	60503	R$ 293,47
APC5C77	277490F000208927	31/05/2026	60503	R$ 293,47
APD8F50	277490F000208754	29/05/2026	60503	R$ 293,47
APG9676	277490W000039776	29/05/2026	55412	R$ 195,23
APH5209	277490F000208970	01/06/2026	60503	R$ 293,47
API6489	277490F000208735	29/05/2026	60503	R$ 293,47
APJ8621	277490F000209001	01/06/2026	60503	R$ 293,47
APL0I07	277490F000208868	31/05/2026	60503	R$ 293,47
APL7603	277490F000209005	01/06/2026	60503	R$ 293,47
APM8106	277490T000000805	09/06/2026	55680	R$ 195,23
APQ8307	277490T000004603	09/06/2026	50610	R$ 880,41
APQ8307	277490T000004602	09/06/2026	50610	R$ 880,41
APY8428	277490F000208874	31/05/2026	60503	R$ 293,47
APZ2G65	277490W000039879	01/06/2026	55412	R$ 195,23
APZ4131	277490F000208737	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AQE6G06	277490F000208876	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AQG1480	277490F000208807	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AQG1480	277490F000208811	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AQM0859	277490T000000808	09/06/2026	55680	R$ 195,23
AQN0183	277490T000006407	16/06/2026	60412	R$ 195,23
AQN8953	277490W000039861	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AQV4C51	277490W000039881	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AQV5G30	277490F000208766	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AQW5G00	277490T000000820	12/06/2026	76331	R$ 293,47
ARA3C73	277490T000003379	16/06/2026	76251	R$ 293,47
ARF8D77	277490T000003512	13/06/2026	55411	R$ 195,23
ARI9A17	277490F000208987	01/06/2026	60503	R$ 293,47
ARJ8B78	277490F000208813	30/05/2026	60503	R$ 293,47
ARJ9E61	277490W000039779	29/05/2026	55412	R$ 195,23
ARJ9E61	277490W000039797	29/05/2026	55412	R$ 195,23
ARP2967	277490T000006367	08/06/2026	51930	R$ 293,47
ARR8F25	277490T000006352	08/06/2026	76331	R$ 293,47
ARS8210	277490F000208732	29/05/2026	60503	R$ 293,47
ARS8210	277490F000208820	30/05/2026	60503	R$ 293,47
ARS8210	277490F000208999	01/06/2026	60503	R$ 293,47
ARZ1E32	277490T000006107	09/06/2026	60412	R$ 195,23
ASC4730	277490T000006552	13/06/2026	76331	R$ 293,47
ASC7387	277490W000039880	01/06/2026	55412	R$ 195,23
ASN1864	277490F000209002	01/06/2026	60503	R$ 293,47
ASN1864	277490F000208828	30/05/2026	60503	R$ 293,47
ASQ7A74	277490T000006114	09/06/2026	60412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000039790	29/05/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000039760	29/05/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000039908	01/06/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000039877	01/06/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000039808	29/05/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000039891	01/06/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000039851	30/05/2026	55412	R$ 195,23
ASX9A68	277490T000000813	11/06/2026	55680	R$ 195,23
ASZ8641	277490W000039833	30/05/2026	55412	R$ 195,23
ATB8064	277490T000003422	09/06/2026	50100	R$ 880,41
ATB8064	277490T000003421	09/06/2026	65992	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000208851	05/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000208753	29/05/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000208831	30/05/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000208787	30/05/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000208696	29/05/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000208844	30/05/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000208742	29/05/2026	60503	R$ 293,47
ATF8427	277490T000003387	16/06/2026	57380	R$ 293,47
ATK0673	277490F000208910	31/05/2026	60503	R$ 293,47
ATK8843	277490F000208707	29/05/2026	60503	R$ 293,47
ATL6J16	277490T000006033	06/06/2026	76331	R$ 293,47
ATQ8201	277490T000004552	09/06/2026	76332	R$ 293,47
ATR5945	277490W000039853	30/05/2026	55412	R$ 195,23
ATR5945	277490W000039793	29/05/2026	55412	R$ 195,23
ATV7832	277490W000039856	30/05/2026	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490F000208734	29/05/2026	60503	R$ 293,47
ATZ3J78	277490W000039816	29/05/2026	55412	R$ 195,23
ATZ5C22	277490T000006026	06/06/2026	51851	R$ 195,23
AUA8350	277490T000006106	09/06/2026	60412	R$ 195,23
AUD6537	277490F000208963	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AUE0G14	277490T000003420	09/06/2026	50100	R$ 880,41
AUF1E20	277490T000006039	06/06/2026	51851	R$ 195,23
AUH8859	277490T000006134	15/06/2026	76332	R$ 293,47
AUI2130	277490T000006558	13/06/2026	76331	R$ 293,47
AUL8886	277490F000208687	29/05/2026	60503	R$ 293,47

AUM0772	277490T000003342	09/06/2026	76252	R$ 293,47
AUQ7853	277490F000208729	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AUR0895	277490T000000930	15/06/2026	70481	R$ 293,47
AUT8B37	277490T000006108	09/06/2026	60412	R$ 195,23
AUW9621	277490W000039896	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AUW9621	277490W000039886	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AUW9621	277490W000039813	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AUY6854	277490F000208736	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AUY6854	277490F000208997	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AUZ1C77	277490F000208769	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AVB2I17	277490T000006131	15/06/2026	76331	R$ 293,47
AVD8J41	277490F000208928	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AVE3F94	277490W000039852	30/05/2026	55412	R$ 195,23
AVG0D56	277490F000208833	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AVG2930	277490W000039855	30/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK8182	277490F000208890	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AVK9F34	277490W000039771	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000039827	30/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000039818	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AVL0933	277490F000209004	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AVM2G98	277490W000039873	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AVN9F09	277490F000208685	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AVP6497	277490T000003350	11/06/2026	55414	R$ 195,23
AVU0H61	277490F000208982	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AVU2B47	277490T000006402	16/06/2026	60412	R$ 195,23
AVW2B51	277490T000006410	16/06/2026	60412	R$ 195,23
AVW3488	277490W000039765	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AVZ5E89	277490F000208944	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AWA9J63	277490T000006120	09/06/2026	60412	R$ 195,23
AWB5D69	277490A000164047	07/06/2026	69471	R$ 195,23
AWE6128	277490W000039882	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000039804	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000039889	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000039759	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000039865	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000039832	30/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000039822	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000039912	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AWE7E47	277490F000208718	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AWG1198	277490T000003341	09/06/2026	55680	R$ 195,23
AWJ0797	277490T000006396	13/06/2026	51851	R$ 195,23
AWM9338	277490W000039911	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000039775	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000039835	30/05/2026	55412	R$ 195,23
AWQ8H00	277490T000006355	08/06/2026	76331	R$ 293,47
AWY3117	277490T000003369	10/06/2026	55680	R$ 195,23
AXD6272	277490F000208765	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AXK6I13	277490T000006388	12/06/2026	54600	R$ 130,16
AXL1309	277490T000001282	13/06/2026	51851	R$ 195,23
AXL4871	277490F000208889	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AXR8F36	277490W000039836	30/05/2026	55412	R$ 195,23
AXS5F82	277490T000006551	13/06/2026	61220	R$ 293,47
AXS9C96	277490W000039766	29/05/2026	55412	R$ 195,23
AXU4359	277490T000000933	15/06/2026	70481	R$ 293,47
AXX5A25	277490F000208725	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AXZ7B42	277490T000005302	12/06/2026	73662	R$ 130,16
AYB7876	277490T000006058	15/06/2026	55411	R$ 195,23
AYD6G98	277490T000003338	09/06/2026	76252	R$ 293,47
AYG5F93	277490F000208779	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AYG5G90	277490W000039901	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AYH0F49	277490W000039846	30/05/2026	55412	R$ 195,23
AYJ9C68	277490F000208699	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AYO7355	277490T000006043	06/06/2026	61220	R$ 293,47
AYS0I33	277490T000006024	06/06/2026	51851	R$ 195,23
AYV2G32	277490F000208979	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY1G55	277490T000003514	13/06/2026	55411	R$ 195,23
AYY4G32	277490F000208688	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000208956	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000208695	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000208974	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000208861	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000208862	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000208708	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AYZ1362	277490F000208682	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AYZ7140	277490F000208965	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AZA4292	277490F000208746	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AZC1J90	277490W000039870	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AZC7B23	277490F000209007	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AZJ2499	277490T000003382	16/06/2026	76331	R$ 293,47
AZK2I97	277490W000039854	30/05/2026	55412	R$ 195,23
AZK7E60	277490F000208901	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AZO0G36	277490F000208772	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AZP1441	277490T000006118	09/06/2026	60412	R$ 195,23
AZP6C96	277490T000006564	13/06/2026	51851	R$ 195,23
AZR6809	277490W000039834	30/05/2026	55412	R$ 195,23
AZR6B91	277490W000039887	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AZS8500	277490F000208818	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AZT5B55	277490T000006405	16/06/2026	60412	R$ 195,23
AZU5A53	277490T000006425	16/06/2026	59910	R$ 293,47

AZV1322	277490F000208998	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AZV3A74	277490W000039862	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AZV3J24	277490F000208949	01/06/2026	60503	R$ 293,47
AZV8F16	277490T000003517	15/06/2026	57380	R$ 293,47
AZX6311	277490F000208880	31/05/2026	60503	R$ 293,47
BAC9A18	277490F000208902	31/05/2026	60503	R$ 293,47
BAI1456	277490T000003332	09/06/2026	76332	R$ 293,47
BAI2979	277490F000208759	30/05/2026	60503	R$ 293,47
BAL8C05	277490F000208739	29/05/2026	60503	R$ 293,47
BAL8G34	277490F000208973	01/06/2026	60503	R$ 293,47
BAM2397	277490W000039869	01/06/2026	55412	R$ 195,23
BAM3773	277490T000006111	09/06/2026	60412	R$ 195,23
BAP5A04	277490F000208706	29/05/2026	60503	R$ 293,47
BAR8J94	277490T000006421	16/06/2026	60412	R$ 195,23
BAS6929	277490F000208770	30/05/2026	60503	R$ 293,47
BAT7217	277490F000208992	01/06/2026	60503	R$ 293,47
BBE2626	277490T000006412	16/06/2026	60412	R$ 195,23
BBF6I10	277490T000000816	11/06/2026	55680	R$ 195,23
BBJ1C70	277490T000006380	12/06/2026	76251	R$ 293,47
BBL5E77	277490F000208950	01/06/2026	60503	R$ 293,47
BBO4207	277490T000006029	06/06/2026	76331	R$ 293,47
BBO9B35	277490F000208897	31/05/2026	60503	R$ 293,47
BBQ1355	277490T000001281	13/06/2026	76332	R$ 293,47
BBQ1E08	277490T000006125	09/06/2026	76331	R$ 293,47
BBV8A77	277490T000006121	09/06/2026	60412	R$ 195,23
BBX1D18	277490T000006406	16/06/2026	60412	R$ 195,23
BBX6D68	277490F000208985	01/06/2026	60503	R$ 293,47
BBY0429	277490W000039815	29/05/2026	55412	R$ 195,23
BBY2088	277490T000006035	06/06/2026	56060	R$ 88,38
BBY8784	277490T000003376	12/06/2026	76251	R$ 293,47
BBZ9G53	277490F000208780	30/05/2026	56732	R$ 130,16
BCD5D08	277490F000208936	31/05/2026	60503	R$ 293,47
BCF8F92	277490F000208716	29/05/2026	60503	R$ 293,47
BCG6E72	116100T003766857	05/06/2026	54522	R$ 195,23
BCO7E65	277490T000001280	13/06/2026	55414	R$ 195,23
BCP3692	277490W000039899	01/06/2026	55412	R$ 195,23
BCP5D33	277490T000003346	11/06/2026	76251	R$ 293,47
BCQ4D11	277490F000208981	01/06/2026	60503	R$ 293,47
BCR6C44	277490T000006382	12/06/2026	51851	R$ 195,23
BCS2E45	277490W000039764	29/05/2026	55412	R$ 195,23
BCW3E49	277490T000006378	12/06/2026	55411	R$ 195,23
BCX3J43	277490F000208911	31/05/2026	60503	R$ 293,47
BCY7G37	277490W000039872	01/06/2026	55412	R$ 195,23
BDH9E79	277490F000208721	29/05/2026	60503	R$ 293,47
BDI7E32	277490T000000818	11/06/2026	76331	R$ 293,47
BDI7E32	277490T000000819	11/06/2026	51851	R$ 195,23
BDK8C58	277490F000208727	29/05/2026	60503	R$ 293,47
BDR9B55	277490T000006047	06/06/2026	51930	R$ 293,47
BEC7J32	277490T000006414	16/06/2026	60412	R$ 195,23
BEG5H25	277490F000208846	30/05/2026	60503	R$ 293,47
BEH1H87	277490T000006377	12/06/2026	54522	R$ 195,23
BEH5D85	277490W000039784	29/05/2026	55412	R$ 195,23
BEI2G03	277490T000003385	16/06/2026	76331	R$ 293,47
BEK7E13	277490F000208940	01/06/2026	60503	R$ 293,47
BEN4J36	277490T000000928	11/06/2026	55414	R$ 195,23
BEO8D69	277490F000208700	29/05/2026	60503	R$ 293,47
BER2G67	277490W000039843	30/05/2026	55412	R$ 195,23
BER8B05	277490T000000299	10/06/2026	55250	R$ 130,16
BGD8H62	277490F000208798	30/05/2026	60503	R$ 293,47
BJJ3D77	116100T002814082	06/06/2026	54523	R$ 195,23
BUN9261	277490F000208952	01/06/2026	60503	R$ 293,47
BZK6D91	277490F000208994	01/06/2026	60503	R$ 293,47
CAG2267	277490W000039831	30/05/2026	55412	R$ 195,23
CHX0814	277490T000006015	06/06/2026	76251	R$ 293,47
CIS2F30	277490F000208712	29/05/2026	60503	R$ 293,47
CLO4088	277490T000003375	11/06/2026	76331	R$ 293,47
CNW3C69	277490W000039874	01/06/2026	55412	R$ 195,23
CQD4D06	277490F000208836	30/05/2026	60503	R$ 293,47
CSN6816	277490W000039809	29/05/2026	55412	R$ 195,23
CSN6816	277490W000039769	29/05/2026	55412	R$ 195,23
CXS0H96	277490T000006052	15/06/2026	55680	R$ 195,23
CZL4I69	277490F000208841	30/05/2026	60503	R$ 293,47
CZX3D62	277490F000208972	01/06/2026	60503	R$ 293,47
DBI1G77	277490T000003425	11/06/2026	54522	R$ 195,23
DDR8A53	277490T000003511	13/06/2026	55411	R$ 195,23
DFE0884	277490F000208921	31/05/2026	60503	R$ 293,47
DFW5093	277490F000208872	31/05/2026	60503	R$ 293,47
DGV2863	277490T000006138	15/06/2026	76331	R$ 293,47
DIB2H10	277490W000039898	01/06/2026	55412	R$ 195,23
DMM1F03	277490F000208908	31/05/2026	60503	R$ 293,47
DOT5B65	277490F000208878	31/05/2026	60503	R$ 293,47
DOT5B65	277490F000208789	30/05/2026	60503	R$ 293,47
DQM5C42	277490F000208788	30/05/2026	60503	R$ 293,47
DTA2C07	277490T000003335	09/06/2026	56222	R$ 88,38
DXG3481	277490W000039863	01/06/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000039903	01/06/2026	55412	R$ 195,23
DZJ9G88	277490T000006399	13/06/2026	51851	R$ 195,23
EBJ8C05	277490W000039758	29/05/2026	55412	R$ 195,23
EBJ8C05	277490W000039800	29/05/2026	55412	R$ 195,23

ECZ8516	277490W000039805	29/05/2026	55412	R$ 195,23
EEQ7H44	277490F000208856	31/05/2026	60503	R$ 293,47
EGG2C28	277490W000039798	29/05/2026	55412	R$ 195,23
EGG2C28	277490W000039778	29/05/2026	55412	R$ 195,23
EGT3A97	277490W000039895	01/06/2026	55412	R$ 195,23
EJB3D75	277490T000003513	13/06/2026	55411	R$ 195,23
EKD8D74	277490T000006420	16/06/2026	60412	R$ 195,23
EKD8D74	277490T000006105	09/06/2026	60412	R$ 195,23
EKX6A07	277490T000006374	12/06/2026	76331	R$ 293,47
ENX6E24	277490T000000806	09/06/2026	55680	R$ 195,23
EPG1D99	277490T000006391	13/06/2026	76251	R$ 293,47
ERI9B76	277490T000000300	10/06/2026	55411	R$ 195,23
ESY3C89	116100T002814087	08/06/2026	55411	R$ 195,23
EVD0834	277490A000164043	08/06/2026	76251	R$ 293,47
EVN2C27	277490F000208804	30/05/2026	60503	R$ 293,47
EXF9494	277490W000039780	29/05/2026	55412	R$ 195,23
EYL5J56	277490T000006022	06/06/2026	51930	R$ 293,47
FEK4G45	277490W000039894	01/06/2026	55412	R$ 195,23
FJW9C46	277490W000039794	29/05/2026	55412	R$ 195,23
FMD4I43	277490F000208957	01/06/2026	60503	R$ 293,47
FNU7J54	277490F000208898	31/05/2026	60503	R$ 293,47
FOB7G60	277490F000208692	29/05/2026	60503	R$ 293,47
FOD9G38	277490F000208863	31/05/2026	60503	R$ 293,47
FRV8J02	116100T002814086	08/06/2026	55411	R$ 195,23
FXH1E79	277490F000208842	30/05/2026	60503	R$ 293,47
FZM3F56	277490F000208993	01/06/2026	60503	R$ 293,47
FZM3F56	277490W000039910	01/06/2026	55412	R$ 195,23
GCB2A79	277490T000006386	12/06/2026	55920	R$ 130,16
GCV7H87	277490F000208923	31/05/2026	60503	R$ 293,47
GJM1C73	277490F000208835	30/05/2026	60503	R$ 293,47
GUX2H09	277490T000000817	11/06/2026	55680	R$ 195,23
GYY1J81	277490W000039878	01/06/2026	55412	R$ 195,23
GYY1J81	277490W000039823	29/05/2026	55412	R$ 195,23
HAA3F96	277490F000208714	29/05/2026	60503	R$ 293,47
HJR9A82	277490T000006368	08/06/2026	51930	R$ 293,47
HMQ0749	277490T000006567	13/06/2026	55680	R$ 195,23
HRH8E44	277490F000208980	01/06/2026	60503	R$ 293,47
HRJ5E58	277490T000006375	12/06/2026	60501	R$ 293,47
HRN0C48	277490T000006145	16/06/2026	76331	R$ 293,47
HSD7C42	277490T000006037	06/06/2026	51851	R$ 195,23
HTT7089	277490W000039817	29/05/2026	55412	R$ 195,23
IQC1073	277490A000164048	07/06/2026	76332	R$ 293,47
IUJ6G45	277490F000208776	30/05/2026	60503	R$ 293,47
JGD4J94	277490F000208903	31/05/2026	60503	R$ 293,47
JNR2G30	277490F000208843	30/05/2026	60503	R$ 293,47
JPK5298	277490T000003343	11/06/2026	56570	R$ 130,16
JTX2C74	277490W000039888	01/06/2026	55412	R$ 195,23
JTX2C74	277490F000208882	31/05/2026	60503	R$ 293,47
KFL1F60	277490W000039796	29/05/2026	55412	R$ 195,23
KON1J23	277490T000006104	09/06/2026	60412	R$ 195,23
KVV4G58	277490W000039821	29/05/2026	55412	R$ 195,23
KZA0422	277490F000208817	30/05/2026	60503	R$ 293,47
LBG4845	277490T000006384	12/06/2026	54522	R$ 195,23
LQD8H76	277490T000006370	08/06/2026	51851	R$ 195,23
LSZ4D52	277490T000006409	16/06/2026	70301	R$ 293,47
LSZ4D52	277490T000006408	16/06/2026	60412	R$ 195,23
LXV1H27	277490F000208865	31/05/2026	60503	R$ 293,47
LYR4880	277490F000208761	30/05/2026	60503	R$ 293,47
LZB9J81	277490T000006415	16/06/2026	60412	R$ 195,23
MAQ1756	277490F000208881	31/05/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000208925	31/05/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000208845	30/05/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000208758	29/05/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000208763	30/05/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000208797	30/05/2026	60503	R$ 293,47
MEH5G00	277490F000208785	30/05/2026	60503	R$ 293,47
MFF6I01	277490W000039902	01/06/2026	55412	R$ 195,23
MHA7G47	277490F000208705	29/05/2026	60503	R$ 293,47
MHR2F73	277490T000006128	09/06/2026	76331	R$ 293,47
MHT4167	277490F000208728	29/05/2026	60503	R$ 293,47
MHU9592	277490F000208912	31/05/2026	60503	R$ 293,47
MHU9592	277490F000208768	30/05/2026	60503	R$ 293,47
MIY9E41	277490T000000809	09/06/2026	55680	R$ 195,23
MJJ4B92	277490F000208802	30/05/2026	60503	R$ 293,47
MPL2969	277490F000208743	29/05/2026	60503	R$ 293,47
NAS2F03	277490T000006357	08/06/2026	76331	R$ 293,47
NCN8H91	277490T000003370	10/06/2026	76331	R$ 293,47
NMV7F70	277490W000039825	29/05/2026	55412	R$ 195,23
NOK5F16	277490F000208690	29/05/2026	60503	R$ 293,47
NOR0D64	277490T000006129	15/06/2026	76331	R$ 293,47
NPG0E87	277490T000004201	10/06/2026	65992	R$ 293,47
NPG0E87	277490T000004203	10/06/2026	51180	R$ 880,41
NPG0E87	277490T000004202	10/06/2026	50100	R$ 880,41
NPG7I56	277490T000003349	11/06/2026	55414	R$ 195,23
NQD1110	277490F000208830	30/05/2026	60503	R$ 293,47
NRO7E37	277490F000209000	01/06/2026	60503	R$ 293,47
NVO3620	277490F000208931	31/05/2026	60503	R$ 293,47
OBO9349	277490W000039788	29/05/2026	55412	R$ 195,23
OJS2H64	277490T000006031	06/06/2026	76331	R$ 293,47

PPS4217	277490T000006351	06/06/2026	73232	R$ 130,16
PVF5B11	277490W000039845	30/05/2026	55412	R$ 195,23
PWF5E46	277490F000208864	31/05/2026	60503	R$ 293,47
PZH8G91	277490T000006556	13/06/2026	76331	R$ 293,47
QAR0A22	277490F000208790	30/05/2026	60503	R$ 293,47
QBE0C69	277490F000208967	01/06/2026	60503	R$ 293,47
QHY2J06	277490F000209009	01/06/2026	60503	R$ 293,47
QJR0H16	277490T000006142	15/06/2026	76331	R$ 293,47
QJS0D61	277490W000039844	30/05/2026	55412	R$ 195,23
QJS8C78	277490T000006032	06/06/2026	76331	R$ 293,47
QPB8D84	277490F000208799	30/05/2026	60503	R$ 293,47
QRR3B94	277490F000208871	31/05/2026	60503	R$ 293,47
QUM0H10	277490F000208816	30/05/2026	60503	R$ 293,47
QXJ5H92	277490T000006417	16/06/2026	60412	R$ 195,23
QZU2E70	277490F000208703	29/05/2026	60503	R$ 293,47
RAI4J64	277490T000000807	09/06/2026	55680	R$ 195,23
RDC0C08	277490F000208812	30/05/2026	60503	R$ 293,47
RHA1B49	277490T000004654	09/06/2026	65992	R$ 293,47
RHA1B49	277490T000004653	09/06/2026	50100	R$ 880,41
RHA7G81	116100T002814083	08/06/2026	55411	R$ 195,23
RHB1H47	277490F000208870	31/05/2026	60503	R$ 293,47
RHG1J39	277490F000208693	29/05/2026	60503	R$ 293,47
RHI6A56	277490T000006147	16/06/2026	76331	R$ 293,47
RHJ0A05	277490F000208961	01/06/2026	60503	R$ 293,47
RHJ1A51	116100T003651824	08/06/2026	54525	R$ 195,23
RHJ1A51	277490T000006115	09/06/2026	60412	R$ 195,23
RHJ8J24	277490F000208948	01/06/2026	60503	R$ 293,47
RHN5G18	277490T000003347	11/06/2026	76252	R$ 293,47
RHN6E05	277490F000208892	31/05/2026	60503	R$ 293,47
RHS3F34	277490F000208806	30/05/2026	60503	R$ 293,47
RHS4I23	277490W000039900	01/06/2026	55412	R$ 195,23
RHW4I23	277490F000208821	30/05/2026	60503	R$ 293,47
RLK1E45	277490F000208731	29/05/2026	60503	R$ 293,47
RNX7C08	277490T000003384	16/06/2026	76331	R$ 293,47
RTD9D52	277490F000208784	30/05/2026	60503	R$ 293,47
RUG8H42	277490F000208943	01/06/2026	60503	R$ 293,47
RUV6H21	277490F000208730	29/05/2026	60503	R$ 293,47
RYE1B53	277490F000208786	30/05/2026	60503	R$ 293,47
RYG0H99	277490F000208773	30/05/2026	60503	R$ 293,47
SDV3B59	277490T000006392	13/06/2026	56225	R$ 88,38
SDY4A88	277490F000208946	01/06/2026	60503	R$ 293,47
SEF1F77	277490F000208720	29/05/2026	60503	R$ 293,47
SEF4C99	277490W000039768	29/05/2026	55412	R$ 195,23
SEI0H22	277490W000039828	30/05/2026	55412	R$ 195,23
SEI1J99	277490T000006117	09/06/2026	60412	R$ 195,23
SEN6J36	277490T000003510	11/06/2026	57380	R$ 293,47
SEO2G01	277490F000208767	30/05/2026	60503	R$ 293,47
SEP1G31	277490T000006049	06/06/2026	76331	R$ 293,47
SEP7D22	277490T000006141	15/06/2026	76331	R$ 293,47
SER5G17	277490T000006424	16/06/2026	59910	R$ 293,47
SES6B86	277490T000003336	09/06/2026	55417	R$ 195,23
SEV7B49	277490F000208996	01/06/2026	60503	R$ 293,47
SEW2F09	277490T000006025	06/06/2026	51851	R$ 195,23
SEW7D04	277490T000003366	09/06/2026	76251	R$ 293,47
SEW7I26	277490F000208942	01/06/2026	60503	R$ 293,47
SEW7I26	277490F000209013	01/06/2026	60503	R$ 293,47
SFA2A47	277490F000208791	30/05/2026	60503	R$ 293,47
SFC8G95	277490W000039906	01/06/2026	55412	R$ 195,23
SFD2I66	277490T000006144	15/06/2026	76331	R$ 293,47
SFE8B59	277490T000000932	15/06/2026	70481	R$ 293,47
SFF2G14	277490T000001284	14/06/2026	54521	R$ 195,23
SFF9C78	277490T000006389	13/06/2026	76251	R$ 293,47
SFG9A82	277490F000208989	01/06/2026	60503	R$ 293,47
SFH0D44	277490F000208800	30/05/2026	60503	R$ 293,47
SFO4J12	277490W000039830	30/05/2026	55412	R$ 195,23
SHF0G63	277490F000208918	31/05/2026	60503	R$ 293,47
SHF0G63	277490T000006054	13/06/2026	55680	R$ 195,23
SJH0H99	277490F000208858	31/05/2026	60503	R$ 293,47
SMA9C50	277490T000006411	16/06/2026	60412	R$ 195,23
SVV1J18	277490F000208932	31/05/2026	60503	R$ 293,47
TAJ5A31	277490F000208698	29/05/2026	60503	R$ 293,47
TAL4I56	277490T000006372	10/06/2026	55411	R$ 195,23
TAM6J29	277490T000006385	12/06/2026	76251	R$ 293,47
TAU9C45	277490F000208924	31/05/2026	60503	R$ 293,47
TAV9D41	277490F000209011	01/06/2026	60503	R$ 293,47
TAX6C88	277490F000208960	01/06/2026	60503	R$ 293,47
TBA3C00	277490T000003383	16/06/2026	76331	R$ 293,47
TBF4J59	277490W000039824	29/05/2026	55412	R$ 195,23
TBF4J59	277490F000208857	31/05/2026	60503	R$ 293,47
TBJ2B46	277490T000006113	09/06/2026	60412	R$ 195,23
TBN2G45	277490T000003419	09/06/2026	50100	R$ 880,41
TBN2G45	277490T000003418	09/06/2026	50610	R$ 880,41
TBN2G49	277490F000208879	31/05/2026	60503	R$ 293,47
TBP3E31	277490F000208884	31/05/2026	60503	R$ 293,47
TBQ6J44	277490T000000926	11/06/2026	70481	R$ 293,47
TBU9D78	277490F000208964	01/06/2026	60503	R$ 293,47
TBV6I60	277490F000208905	31/05/2026	60503	R$ 293,47
TBW7J11	277490T000003348	11/06/2026	76252	R$ 293,47
TBZ9J52	277490T000002051	12/06/2026	54521	R$ 195,23

UAT0F59	277490T000006136	15/06/2026	76331	R$ 293,47
UAY7D12	277490T000006132	15/06/2026	76331	R$ 293,47
UAY9C93	277490T000003373	11/06/2026	76331	R$ 293,47
UAY9E84	277490T000006042	06/06/2026	61220	R$ 293,47
UBD3B46	277490A000164044	08/06/2026	76252	R$ 293,47
UBD6G81	277490F000208726	29/05/2026	60503	R$ 293,47
UBG7E32	277490F000208723	29/05/2026	60503	R$ 293,47
UBI5I94	277490F000208686	29/05/2026	60503	R$ 293,47
UBN1E33	277490F000209010	01/06/2026	60503	R$ 293,47
UBP0J78	277490T000003374	11/06/2026	76331	R$ 293,47
UBQ6B78	277490T000006059	15/06/2026	54521	R$ 195,23
UBQ7A23	277490F000208722	29/05/2026	60503	R$ 293,47
UBR8D60	277490F000208922	31/05/2026	60503	R$ 293,47
UBS0D27	277490T000003340	09/06/2026	55680	R$ 195,23
UBZ1E23	277490T000006017	06/06/2026	55414	R$ 195,23
UBZ4I50	277490F000208852	31/05/2026	56732	R$ 130,16
UBZ9I47	277490F000208809	30/05/2026	60503	R$ 293,47
UCA5F04	277490F000208971	01/06/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:8E1BFA72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 66/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ADILSON FRANCISCO, ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS e WANESSA DURANTE**residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de material e equipamento esportivo, Colchonetes e Tatames destinado às Secretarias Municipais de: Saúde, Assistência Social, Esporte, Educação e Gabinete (Tiro de Guerra).**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,098046%** referente à variação do INPC no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 16/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de: **R$ 98.796,96 (cento e noventa e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos).**

Fornecedor: **NACIONAL BORRACHAS LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
25	Tatame, Material: E.V.A., Comprimento Placa: 1 M, Largura Placa: 1 M, Espessura Placa: 30 MM, Características Adicionais: Película Texturizada E Siliconada CODIGO CATMAT 419068. Observações Complementares: TATAME EM E.V.A, COM ENCAIXE, PEÇA EM ETILENO ACETATO DE VINILA, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA ABSORÇÃO DE IMPACTOS, ATÓXICO, RESISTENTE A ÁGUA. DIMENSÕES: PLACA DE 1M X 1M, ESPESSURA: 30MM, DUPLA FACE.	Unid.	1.368	R$ 72,22	R$ 98.796,96
Total Fornecedor: R$ 98.796,96 (cento e noventa e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2025), datada de 27 de fevereiro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: ANCORA REDES ESPORTIVAS LTDA
CNPJ: 34.605.395/0001-78
Endereço: Estrada Fli, Nbi, LT251, Nº 08, Chácara Santo Antônio, Floraí -PR
Nome do Representante: AMANDA MARIA SCUIZATO FAVERSANI
CPF: 094.034.309-66
Email: e amanda.scuizato@hotmail.com ou ancora.sport@outlook.com
Telefone:(44) 99848-1044 ou (44)99882-0082

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:F928DD55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2024

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2024
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 46/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais AMAURI MARTINELLI, RAFAEL LUCAS TORRENTE, LUCAS DE OLIVEIRA, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI,ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS,** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e parcelada de CAMISETAS ESTAMPADAS, destinadas à Fundação Cultural de Paranavaí e Secretarias Municipais de Saúde, Administração, Assistência Social, Comunicação Social, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente e Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,443025%** referente à variação do IPCA no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 173/2024 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de **R$ 241.332,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e dois reais).**

Fornecedor: **F C SOBRAL ARTIGOS DO VESTUARIO**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
1	Camiseta, Material: 67% Poliéster E 33% Viscose, Tipo Gola: Careca,Cor: Com Cor, Tipo: Unissex,Tamanho: Variados, Características Adicionais: Conforme Modelo DoÓrgão, Tipo Manga: Curta. CódigoCATMAT 467313. ObservaçõesComplementares: Em malha PV(poliester 67% e viscose 33%)gramatura mínima de 174 g/m²; comlimpeza ombro a ombro; Comestampas na frente tamanhoaproximado 30 x 40 cm, nas costastamanho aproximado 30 x 40 cm enas 2 mangas tamanho aproximado10 x 10 cm em serigrafia e/oucromia, as quantidades de coresvariando entre 4 e 13 cores; A golaem tecido ribana, sanfonado 1 x 1.As quantidades referentes aostamanhos, às artes, às cores dacamiseta e da ribana serão fornecidasem tempo oportuno pela SecretariaSolicitante. OBS: Dentre oquantitativo a ser adquirido, seräosolicitados diversos modelos de artespelas Secretarias requisitantes, sendoque o quantitativo mínimo pormodelo de arte será igual ou maior a30 unidades	Unid.	12.432	R$ 14,56	R$ 181.009,92
2	Camiseta, Material: 67% Poliéster E33% Viscose, Tipo Gola: Careca,Cor: Com Cor, Tipo: Unissex,Tamanho: Variados, Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão, Tipo Manga: Curta. CódigoCATMAT 467313. ObservaçõesComplementares: Em malha PV(poliester 67% e viscose 33%)gramatura mínima de 174 g/m²; com limpeza ombro a ombro; Comestampas na frente tamanhoaproximado 30 x 40 cm, nas costastamanho aproximado 30 x 40 cm enas 2 mangas tamanho aproximado10 x 10 cm em serigrafia e/oucromia, as quantidades de coresvariando entre 4 e 13 cores; A golaem tecido ribana, sanfonado 1 x 1.As quantidades referentes aostamanhos, às artes, às cores dacamiseta e da ribana serão fornecidasem tempo oportuno pela SecretariaSolicitante. OBS: Dentre o quantitativo a ser adquirido, seräosolicitados diversos modelos de artespelas Secretarias requisitantes, sendoque o quantitativo mínimo por modelo de arte será igual ou maior a30 unidades.	Unid	4.143	R$ 14,56	R$ 60.322,08
Total Fornecedor: R$ 241.332,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e dois reais).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2024), datada de 01 de outubro de 2024.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: F C SOBRAL - ARTIGOS DO VESTUARIO
CNPJ: 15.148.472/0001-63
Endereço: RUA VOLUNTARIO DA PATRIA, 581 – FUNDOS – QUADRA 206 - do Mundo Novo / Mato Grosso do Sul – CEP 79.980.000
Fone: (67) 992561822
Email: granviaconfeccoes@hotmail.com
Nome do Representante: FABIANO CANDIDO SOBRAL
CPF: 869.673.121-20

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:BF3A2507

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025

2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 66/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ADILSON FRANCISCO, ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS e WANESSA DURANTE**residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de material e equipamento esportivo, Colchonetes e Tatames destinado às Secretarias Municipais de: Saúde, Assistência Social, Esporte, Educação e Gabinete (Tiro de Guerra).**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,098046%** referente à variação do INPC no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 19/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de: **R$ 108.713,68 (cento e oito mil, setecentos e treze reais e dezoito centavos).**

Fornecedor: **K T TYSKI**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
59	TABELA DE BASQUETE INFANTIL - CONFECCIONADA POLIETILENO ROTOMOLDADO, EM CORES DIVERSIFICADAS, DESMONTÁVEL, HASTES DE SUSTENTAÇÃO COM REGULAGEMDE ALTURA MÍNIMA E MÁXIMA, COM NO MINIMO 07 REGULAGENS DE ALTURA, COMSUPORTE/BASE PARA ENCHIMENTO EM AGUA OU AREIA PARA MAIOR ESTABILIDADE.ACOMPANHA NO MINIMO 01 BOLA, CESTA E HASTES DE SUSTENTAÇÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA MÍNIMA 115 CM, ALTURA MÁXIMA 240 CM. CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	Unid.	57	R$ 1.466,44	R$ 83.587,08
85	TRAVE GOL - MINI GOL FUTEBOL INFANTIL - CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COLORIDO, ATÓXICO, DESMONTÁVEL, COMPOSTO DE 02 LATERAIS INTEIRIÇAS E 02 TRAVESSÕES,	Kit	20	R$ 1.256,33	R$ 25.126,60

	CONTENDO PONTOS FIXADORES DE REDE, COM AJUSTE DE ALTURA E PROFUNDIDADE, ACOMPANHA 02 REDES DE GOL, ACOMPANHA NO MINIMO 01 BOLA. DIMENSÕES APROXIMADAS 1,14 MT X 87 CM X 70 CM. TOLERÂNCIA DE 15% NAS DIMENSÕES.				
Total Fornecedor: R$ 108.713,68 (cento e oito mil, setecentos e treze reais e dezoito centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025), datada de 27 de fevereiro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: K T TYSKI
CNPJ: 48.466.120/0001-05
Endereço: Rua Vereador. Julio Vital Chaves, Nº 139, Loteamento Terra Nova, CEP 84560-000 ,Rio Azul - PR
Representante: KELLY TATIANE TYSKI
CPF: 083.482.259-86
Email: tyskitatiane.licitacao@gmail.com
Telefone:(42) 9958-0635

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:ACEEE5F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2025

2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 66/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ADILSON FRANCISCO, ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS e WANESSA DURANTE**residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de material e equipamento esportivo, Colchonetes e Tatames destinado às Secretarias Municipais de: Saúde, Assistência Social, Esporte, Educação e Gabinete (Tiro de Guerra).**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,098046%** referente à variação do INPC no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 20/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de: **R$ 282.951,33 (duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e trinta e três centavos).**

Fornecedor: **GAUCHA COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
29	Colchonete Ginástica, Revestimento: Lona De Pvc/Poliester De Alta Resistência, Material: Espuma, Comprimento: 1,90 M, Espessura: 60 MM, Largura: 1,25 M, Densidade: 100. CÓDIGO CATMAT 456509.	Unid.	473	R$ 413,66	R$ 197.080,18
83	Colchonete Ginástica, Revestimento: Lona De Pvc/Poliester De Alta Resistência, Material: Espuma, Comprimento: 1,90 M, Espessura: 60 MM, Largura: 1,25 M, Densidade: 100. CÓDIGO CATMAT 456509.	Kit	157	R$ 546,95	R$ 85.871,15
Total Fornecedor: R$ 282.951,33 (duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e trinta e três centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2025), datada de 27 de fevereiro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: GAUCHA COMERCIO DE COLCHÕES LTDA
CNPJ: 16.620.059/0001-12
Endereço: Rua Antonio Biehler, Nº 12, CEP 93180-000 ,Portão Velho - RS
Nome do Representante: BRUNO RAFAEL GOMES KLEIN
CPF: 020.443.390-80
Email: licitacao@gauchacolchoes.com.br
Telefone:(51) 99723-0029

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:B8EA2877

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 155/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5876 - Decreto n° 155/2026 de 21/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201	Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA 1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**	**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações	40.000,00
Despesa			
02	Executivo Municipal	**Tipo de alteração:** Acréscimo	40.000,00
02.001	Executivo Municipal	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0401.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
200 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Anulação	40.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.302.1001.2048	RECURSOS DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2210 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	40.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	40.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:0D4BA71D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 156/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5877 - Decreto n° 156/2026 de 21/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**

Suplementar		Anulação de Dotações		100.000,00
Despesa				
05		Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	100.000,00
05.002		Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2026		Manutenção do Transporte Escolar		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1210	103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
08		Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Anulação	100.000,00
08.005		Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.244.0801.2058		Manutenção da Secretaria de Assistência Social		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3170	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
Resumo acumulado		**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações	Acréscimo	100.000,00
Suplementar		Anulação de Dotações	Anulação	100.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:D34D40C1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL Nº 006/2026 - SEMECE

RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE CONHECIMENTOS, DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR, DA ENTREVISTA TÉCNICA E O CRONOGRAMA DA CONSULTA PÚBLICA

A Comissão Especial do Processo Público de Avaliação de Mérito e Desempenho para Habilitação à Nomeação ao Cargo de Diretor das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Pitanga, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em conformidade com as disposições estabelecidas no Edital nº 001/2026 e demais atos que regulamentam o Processo Público,

TORNA PÚBLICO

o RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE CONHECIMENTOS, DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR E DA ENTREVISTA TÉCNICA, conforme notas individualizadas constantes do Anexo Único deste Edital.

1. DO RESULTADO PRELIMINAR
1.1. Ficam divulgadas as notas preliminares obtidas pelos candidatos regularmente inscritos e habilitados no Processo Público de Avaliação de Mérito e Desempenho, referentes às seguintes etapas:
I – Prova de Conhecimentos, de caráter classificatório, com pontuação máxima de 30 (trinta) pontos;
II – Plano de Gestão Escolar, de caráter classificatório, com pontuação máxima de 30 (trinta) pontos;
III – Entrevista Técnica, de caráter classificatório, com pontuação máxima de 30 (trinta) pontos.
1.2. As notas individualizadas dos candidatos encontram-se relacionadas no Anexo Único, parte integrante deste Edital, observada a ordem de inscrição constante da homologação das inscrições.
1.3. Para fins de acompanhamento do Processo Público, será apresentado o Subtotal Preliminar, correspondente à soma das notas obtidas pelo candidato na Prova de Conhecimentos, no Plano de Gestão Escolar e na Entrevista Técnica, totalizando o máximo de 90 (noventa) pontos.
1.4. O subtotal divulgado neste Edital possui caráter exclusivamente preliminar, não correspondendo à pontuação final do Processo Público, uma vez que ainda será realizada a etapa de Consulta Pública à Comunidade Escolar, com valor máximo de 10 (dez) pontos.
1.5. A pontuação final do candidato será obtida após a realização da Consulta Pública, mediante a soma das pontuações das etapas classificatórias previstas no Edital nº 001/2026, totalizando o máximo de 100 (cem) pontos.

2. DOS RECURSOS
2.1. Fica assegurado aos candidatos o direito de interposição de recurso contra o resultado preliminar divulgado por meio deste Edital, nos termos e prazos estabelecidos no Edital nº 001/2026.
2.2. O recurso poderá versar sobre a pontuação atribuída na:
I – Prova de Conhecimentos;
II – avaliação do Plano de Gestão Escolar; e/ou
III – Entrevista Técnica.
2.3. Os recursos deverão ser interpostos no dia 24 de agosto de 2026 (segunda-feira) e encaminhados exclusivamente para o endereço eletrônico: avaliacaomerito@gmail.com.
2.4. O candidato deverá indicar, de forma clara e objetiva, a etapa objeto do recurso e apresentar a respectiva fundamentação, expondo as razões pelas quais requer a revisão da pontuação atribuída.
2.5. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo estabelecido ou em desacordo com as disposições do Edital nº 001/2026.
2.6. Eventual alteração de pontuação decorrente do julgamento dos recursos será devidamente considerada para fins de continuidade e apuração do resultado do Processo Público.

3. DA CONSULTA PÚBLICA À COMUNIDADE ESCOLAR
3.1. Após a fase recursal referente ao presente resultado preliminar, o Processo Público terá continuidade com a realização da Consulta Pública à Comunidade Escolar, prevista para o dia 25 e 26 de agosto de 2026 conforme cronograma em anexo.
3.2. A Consulta Pública será realizada nas respectivas instituições de ensino, nos horários estabelecidos no cronograma constante do Anexo II deste edital.
3.3. A Consulta Pública possui caráter consultivo, participativo e avaliativo, com valor máximo de 10 (dez) pontos, conforme as disposições do Edital nº 001/2026.

3.4. A pontuação obtida na Consulta Pública será acrescida ao subtotal das etapas classificatórias anteriores para fins de composição da pontuação final do candidato.

4. DO RESULTADO FINAL
4.1. Após a conclusão da Consulta Pública e a apuração das respectivas pontuações, será realizada a soma das notas obtidas nas etapas classificatórias do Processo Público.
4.2. A pontuação final corresponderá à soma das seguintes etapas:
Prova de Conhecimentos – até 30 pontos;
Plano de Gestão Escolar – até 30 pontos;
Entrevista Técnica – até 30 pontos;
Consulta Pública – até 10 pontos.
TOTAL – até 100 pontos.
4.3. O resultado final e a homologação do Processo Público serão publicados no dia 27 de agosto de 2026 (quinta-feira), conforme cronograma estabelecido no Edital nº 001/2026.
4.4. A habilitação e a classificação final observarão integralmente os critérios e requisitos estabelecidos no Edital nº 001/2026.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
5.1. O presente resultado possui caráter preliminar e poderá sofrer alterações em decorrência do julgamento dos recursos regularmente interpostos.
5.2. A publicação do presente resultado não encerra o Processo Público, permanecendo pendente a realização da Consulta Pública à Comunidade Escolar e a posterior publicação do resultado final.
5.3. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações oficiais referentes às etapas subsequentes do Processo Público.
5.4. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais disposições constantes do Edital nº 001/2026 e dos demais atos regularmente publicados no âmbito do Processo Público.
5.5. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão Especial, observadas as disposições do Edital nº 001/2026 e da legislação aplicável.

5.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga, 21 de agosto de 2026.

JORGE PAULO PAULINO SANTOS
Presidente da Comissão Especial

ANEXO I
RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE CONHECIMENTOS, PLANO DE GESTÃO ESCOLAR E ENTREVISTA TÉCNICA

Nº	CANDIDATO	PROVA DE CONHECIMENTOS (30)	PLANO DE GESTÃO (30)	ENTREVISTA TÉCNICA (30)	SUBTOTAL (90)
01	LUCIANA COSTA ANDREOTE	30	30	29	89
02	SIDINÉIA DOS SANTOS CONRADO	30	30	30	90
03	ROSILDA APARECIDA DA COSTA LOCH	30	25	27	82
04	EDILMA FERREIRA	30	30	29	89
05	CIRLETE EURICH	30	25	27	82
06	ANGELA MARIA TORTATO	30	00	27	57
07	EVERLY MARTINS DE SOUZA	30	30	30	90
08	ERICA FERNANDA CRENSIGLOVA	30	30	22	82
09	SHAUENA HEERDT SOUZA	30	30	30	90
10	RAQUEL DE CAMPOS DA ROSA	30	30	18	78
11	SOLANGE MOTA SARABUM	27	30	30	87
12	ELIZABETE FERREIRA DE LIMA	30	30	30	90
13	ELAINE CRISTINA PENTEADO KOLISKI	30	30	26	86
14	SILÉSIA GRANDE CAMARGO	30	30	30	90
15	SIMONE LOCH	30	30	30	90
16	CLEDSON DA SILVA	30	30	30	90
17	TATIANE DE OLIVEIRA HEUKO	30	25	22	77
18	FRANCIELI PRESTES DA SILVA	30	30	30	90
19	EDINA CRISTINA SOCKOLOSKI	30	30	24	84
20	DEBORA FERNANDA NUNES	30	25	27	82
21	CRISTIANE FELIZ FERNANDES	30	30	30	90
22	ANA ZELIA TKACZUK	30	30	27	87
23	ANDREIA ZUCONELLI BAGESTON	30	30	30	90
24	ESLAINE ESPANHOL MEIRA DA SILVA	30	30	29	89
25	GESSELI REGINA SCHUPCHEK	30	30	29	89
26	LUCIANE GREGZIGOUSKI	30	20	30	80
27	AUREA ANTUNES BINDE	30	30	28	88
28	GEOVANE SZYMONEK	30	30	22	82
29	SOLANGE SNAK	30	30	28	88
30	JULIANA RATKI	30	30	25	85

OBSERVAÇÃO
O Subtotal Preliminar corresponde à soma das pontuações obtidas na Prova de Conhecimentos + Plano de Gestão Escolar + Entrevista Técnica, totalizando até 90 (noventa) pontos.
A pontuação referente à Consulta Pública à Comunidade Escolar, com valor máximo de 10 (dez) pontos, será acrescida posteriormente para composição do resultado final do Processo Público, que totalizará até 100 (cem) pontos.

ANEXO II

CRONOGRAMA DA CONSULTA PÚBLICA
DIAS 25/08 E 26/08/2026

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	DATA	HORÁRIO
E.M.C. Afonso A. Camargo	25/08/26	08h às 09h
E.M.C. Mascarenhas de Morais		10h às 11h
E.M.C. Carlota P. Berardi		10h às 11h
E.M.C. São Judas Tadeu		8h às 9h
E.M.C. Ney Braga		9h às 10h
E.M.C. Chico Mendes-		10h30 às 11h30
E.M.C. Ébano Pereira		08h às 9h
E.M.C. Renê Rocha		13h30min às 14h30min
E.M.C. Ângelo Seguro		08h às 9h
E.M.C. Sagrada Família		10h às 11h
CMEI Antonieta Landgraf	26/08/26	8h às 9h
CMEI Elsa Lerner		8h às 9h
CMEI Leonor L. Hrysyk		8h às 9h
CMEI Miguel Eduardo Nalini Adur		8h às 9h
CMEI Santa Izabel		8h às 9h
CMEI Santa Rosa		8h às 9h
E.M. Afonsina M. Sebrenski		13h às 14h
E.M. Dr. Ivan Ferreira do Amaral		13h às 14h
E.M. José Bittecourt		13h às 14h
E.M. Reinaldo Nunes Ferreia		13h às 14h
E.M. Santa Regina		13h às 14h
E.M. Vice-Prefeito Euclides Gomes da Silva		13h às 14h

Observação: A instituição de ensino deverá providenciar a lista dos alunos com os respectivos responsáveis, bem como, os funcionários da instituição conforme disponibilizado no SERE com espaço para assinatura.

JORGE PAULO PAULINO
Presidente da Comissão

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:781FF700

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
EXTRATO 194/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 194/2026
VENCIMENTO: 20/08/2027

O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG nº 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **26/2026**, processo administrativo n.º 166/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS De LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E UTENSÍLIOS, PARA USO DAS SECRETARIAS , especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **26/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **MEDINGA COMERCIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 57.742.953/0001-42, Avenida AVENIDA HERVAL, 3326 - CEP: 87023055 - bairro: PARQUE RESIDENCIAL CIDADE NOVA, Maringá/PR, neste ato representado por procurador Sr MARIANA PERON BUOSI, brasileiro, portador da RG nº 13.570.965-4 SESP/PR e CPF 082.406.819-05

LOTE 9: LOTE 9

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	2191	Sabão em Barra Neutro Glicerinado Peso Líquido mínimo Total: 800g (composto por 5 unidades de 160g cada) Peso Líquido por Unidade: mínimo 160g Dimensões da Embalagem: Aproximadamente 9,5 cm (altura) x 20 cm (largura) x 5,04 cm (profundidade) Embalagem: Pacote contendo 5 barras de sabão (800g no total) Fórmula glicerinada, sem perfume e elaborada com ingredientes naturais Características Adicionais: Produto glicerinado, Dermatologicamente testado, Biodegradável, Produto vegano, Livre de corantes artificiais Composição: Sabão de Ácidos Graxos Láuricos, Sabão de Ácidos Graxos Esteáricos, Sabão de Ácidos Graxos Oleicos, Coadjuvante, Glicerina, Agente Anti-redepositante e Água. Cor: Amarelo transparente Textura: Sólida pH: Alcança um pH de aproximadamente 9 a 10.	PCT	1.463	R$ 9,04	R$ 13.225,52	BARRA NOVA
					TOTAL:	13.225,52	

LOTE 13: LOTE 13

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	27676	SABONETE LÍQUIDO COM VÁLVULA PUMP - EMBALAGEM DE 1000 ML	LTS	154	R$ 10,30	R$ 1.586,20	PREMISSE
					TOTAL:	1.586,20	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

4.1. – PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA:

Os objetos desta licitação deverão ser entregues mediante Autorização de Fornecimento ou Requisição de Compra e Nota de Autorização de Despesa (NAD) e/ou Empenho, em parcelas, conforme demanda do órgão solicitante. A Secretaria poderá efetuar solicitações diariamente e parceladas.

4.1.2. **Local de Entrega**: As entregas deverão ser realizadas NO LOCAL indicado na requisição/nad, localizado em Querência do Norte/PR, no horário de 07h30 às 11h00 e das 13h30 às 16h30, de segunda a quinta-feira, este local será o ponto de recepção e conferência de:

Não haverá entregas às sextas-feiras para nenhum tipo de produto.

4.1.3. **Prazos para Demais Itens**:

Quinzenalmente ou Mensalmente: Para os demais gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal.

4.1.4. **Abrangência Geográfica das Entregas**: As empresas vencedoras dos itens mencionados serão obrigadas a levar os produtos necessários, inclusive nas áreas rurais e distritos do município de Querência do Norte-PR, conforme endereços indicados na Solicitação de Compra.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 20 de agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

MARIANA PERON BUOSI
Contratada

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:4E813A29

LICITAÇÃO
EXTRATO 195/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 195/2026
VENCIMENTO: 20/08/2027

O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG nº 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **26/2026**, processo administrativo n.º 166/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS De LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E UTENSÍLIOS, PARA USO DAS SECRETARIAS , especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **26/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor**TKY MATERIAIS ELETRICOS & FERRAGENS LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 10.955.575/0001-11, AVENIDA PARANÁ, 831 - CEP: 87960000 - bairro: CENTRO, Marilena/PR, neste ato representado por procurador Sr TANIA KIYOKO YAMADA, brasileiro, portador da RG nº 37273740 SSPPR e CPF 604.418.361-00

LOTE 1: LOTE 1

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	29762	ALCOOL EM GEL ANTI-SEPTICO - 01 KG, VALVULA PUMP	UNID	228	R$ 25,99	R$ 5.925,72	ASSEPTGELL
					TOTAL:	5.925,72	

LOTE 2: LOTE 2

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	47176	amaciante de roupas, indicado para uso hospitalar, desenvolvido para amaciar e desembaraçar todo tipo de tecido, fragrância que resista a alta temperatura da secadora, ser fornecido em embalagem de 50 litros, com validade superior a 10 meses. ter registro na Anvisa, fornecer ficha de informação de segurança de produtos químicos, produto compatível para uso em sistema de dosagem automático.	GALAO	10	R$ 902,00	R$ 9.020,00	START QUIMICA
					TOTAL:	9.020,00	

LOTE 3: LOTE 3

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	2131	BRILHO ALUMINIO - 500 ML (CRIVALI, BOMBRIL)	UNID	1.230	R$ 3,58	R$ 4.403,40	CRIVALI
					TOTAL:	R$ 4.403,40	

LOTE 4: LOTE 4

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.

1	2135	CERA PASTA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 4,5 KG	LATA	88	R$ 264,03	R$ 23.234,64	GUANABARA
					TOTAL:	23.234,64	

LOTE 5: LOTE 5

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	47177	desinfetante hospitalar concentrado sem odor – indicado para uso hospitalar, concentrado, sem odor, indicado para pisos, paredes, equipamentos e mobiliários, com eficiente bactericida, fungicida e germicida, com propriedade tensoativa e biodegradável, tempo de contato 10 minutos, diluição de até 01 para 100 litros de água, composição química: ativo, tensoativo, não iônico, espessante, sequestrante e veiculo, princípio ativo: cloreto de alquil. dimetril benzil amônio a 50%...16%. registro no ministério da saúde, galão de 05 litros.	GALAO	100	R$ 167,49	R$ 16.749,00	START QUIMICA
					TOTAL:	16.749,00	

LOTE 6: LOTE 6

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	47175	detergente umectante para lavar roupas – produto liquido indicado para lavagem de roupas hospitalar, composto de tensoativos, enzimas de múltiplas funções que facilitem a remoção de sangue, medicamentos e gorduras, possuir branqueador óptico, indicado para lavagem de roupas com sujidades leves e pesadas, ser fornecido em embalagem de 50 litros , com validade superior a 10 meses, ter registro na Anvisa , fornecer ficha de informação de segurança de produtos químicos, produto compatível para uso em sistemas de dosagem automático.	GALAO	10	R$ 892,00	R$ 8.920,00	START QUIMICA
					TOTAL:	8.920,00	

LOTE 7: LOTE 7

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	2163	LIMPA FORNO 500 ML	UNID	344	R$ 16,67	R$ 5.734,48	AZULIM
					TOTAL:	R$ 5.734,48	

LOTE 8: LOTE 8

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	6106	Removedor de sujeira multiuso, embalagem de 2 litros, destinado à limpeza pesada de superfícies laváveis como pisos cerâmicos, azulejos, paredes, bancadas, inox e outras superfícies não porosas. Produto com base ácida, pronto para uso ou concentrado, com ação eficaz sobre sujeiras orgânicas e minerais, incluindo gordura, limo e resíduos de ferrugem leve. Composição mínima exigida: ácido dodecil benzeno sulfônico (tensoativo aniônico = 5%), ácido glicólico e ácido oxálico (solventes desincrustantes), agente controlador de pH ajustado entre 2,0 e 4,5, espessante compatível, fragrância de longa duração (citrus, floral ou similar), corante compatível e água purificada. Produto biodegradável, conforme Resolução CONAMA nº 430/2011. Aparência: líquido viscoso translúcido ou opaco, colorido conforme fragrância. pH entre 2,0 e 4,5. Densidade a 25°C entre 0,98 e 1,05 g/mL. Viscosidade média para melhor aderência em superfícies verticais. Produto deve possuir registro ou notificação obrigatória na ANVISA conforme RDC nº 59/2010 e RDC nº 59/2022, com rótulo contendo nome comercial e técnico, número de lote, validade, composição qualitativa, modo de uso, precauções, fabricante, CNPJ e contato. A rotulagem deve seguir o padrão GHS conforme ABNT NBR 14725, com indicação de simbologia de risco, quando aplicável. Embalagem rígida de polietileno de alta densidade (PEAD), resistente, com tampa rosqueada ou flip-top e vedação segura, capacidade líquida de 2 litros. Produto deve apresentar prazo de validade remanescente mínimo de 12 meses no ato da entrega. Armazenamento entre 5°C e 35°C, ao abrigo de luz solar direta. Referência: UAU, Perfecto, Veja ou Limpol,	UNID	1.905	R$ 14,00	R$ 26.670,00	VEJA
					TOTAL:	26.670,00	

LOTE 10: LOTE 10

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	4826	Sabonete Líquido Antisséptico Galão 5 Litros, para higiene das mãos e antebraços. Deve apresentar formulação eficaz na remoção de microrganismos patogênicos, com ação antisséptica comprovada, sem provocar ressecamento da pele. Composição mínima obrigatória: Tensoativos aniônicos e/ou anfóteros, agente antisséptico (ex.: digluconato de clorexidina entre 0,5% e 2% ou triclosan entre 0,3% e 0,5%), espessante, regulador de pH, umectantes, conservantes, fragrância suave e corante cosmético. pH final entre 5,0 e 7,0. Produto dermatologicamente testado. Apresentação: Galão rígido em polietileno de alta densidade (PEAD), com 5 litros de conteúdo, tampa rosqueável ou com válvula, devidamente lacrado. Rótulo contendo: nome do produto, composição, instruções de uso, número do lote, data de fabricação e validade, CNPJ do fabricante, número de registro ou notificação na ANVISA, e demais informações conforme exigido pela Resolução RDC nº 07/2015 (produtos saneantes) ou RDC nº 752/2022 (cosméticos), conforme o caso. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Produto deve estar regularizado na ANVISA e apresentar Certificado de Autorização de Funcionamento do Estabelecimento (AFE), quando aplicável. Deve ser isento de ingredientes de origem animal e metais pesados. Produto não testado em animais. Fragrância suave. Não inflamável. Não corrosivo. Não deve conter álcool etílico na formulação.	GL	768	R$ 20,56	R$ 15.790,08	ASSEPTGEL
					TOTAL:	15.790,08	

LOTE 11: LOTE 11

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	33631	Sabonete líquido antisséptico infantil para o corpo, com hidratação intensiva, volume mínimo de 200 ml por unidade. Produto dermatologicamente testado, desenvolvido especialmente para peles delicadas de crianças, com pH balanceado, livre de parabenos, corantes agressivos e álcool etílico. Deve possuir ação antisséptica comprovada, capaz de reduzir a carga microbiana sem agredir a pele, promovendo limpeza suave e eficaz. Deve conter agentes hidratantes compatíveis com o uso pediátrico, como glicerina ou extratos vegetais suaves, proporcionando hidratação intensiva. Apresentar fragrância suave, hipoalergênica, compatível com uso infantil. A embalagem deve ser resistente, lacrada, de fácil manuseio e identificação clara das informações obrigatórias (composição, lote, data de validade, número do registro na ANVISA/MS). Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. O produto deve estar regularizado na Anvisa como cosmético de grau 2, com comprovação de ação antisséptica.	UNID	105	R$ 19,22	R$ 2.018,10	JOAO E MARIA/CIMED
					TOTAL:	2.018,10	

LOTE 12: LOTE 12

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	33632	SABONETE LÍQUIDO ANTISSÉPTICO INFANTIL PARA O CORPO 5L	UNID	5	R$ 112,66	R$ 563,30	HIGIMAX
					TOTAL:	R$ 563,30	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

4.1. – PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA:

Os objetos desta licitação deverão ser entregues mediante Autorização de Fornecimento ou Requisição de Compra e Nota de Autorização de Despesa (NAD) e/ou Empenho, em parcelas, conforme demanda do órgão solicitante. A Secretaria poderá efetuar solicitações diariamente e parceladas.

4.1.2. **Local de Entrega**: As entregas deverão ser realizadas NO LOCAL indicado na requisição/nad, localizado em Querência do Norte/PR, no horário de 07h30 às 11h00 e das 13h30 às 16h30, de segunda a quinta-feira, este local será o ponto de recepção e conferência de:

Não haverá entregas às sextas-feiras para nenhum tipo de produto.

4.1.3. **Prazos para Demais Itens**:

Quinzenalmente ou Mensalmente: Para os demais gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal.

4.1.4. **Abrangência Geográfica das Entregas**: As empresas vencedoras dos itens mencionados serão obrigadas a levar os produtos necessários, inclusive nas áreas rurais e distritos do município de Querência do Norte-PR, conforme endereços indicados na Solicitação de Compra.

4.1.8. **Responsabilidades da Contratada**: Correrão por conta exclusiva da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento do objeto, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 20 de agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

TANIA KIYOKO YAMADA
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:7AA20488

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-185

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 08/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA4B06	278050T000004070	15/06/2026	76332	R$ 293,47
ADB1A88	278050T000004018	02/06/2026	55412	R$ 195,23
AHA7E11	278050T000004062	03/06/2026	55412	R$ 195,23
APA0H53	278050T000004008	02/06/2026	55412	R$ 195,23
APJ6F93	278050T000004103	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AQH3J77	278050T000004102	01/06/2026	55412	R$ 195,23
AQJ2008	278050T000004056	08/06/2026	76331	R$ 293,47
ASH8742	278050T000004109	11/06/2026	57200	R$ 195,23
ATC2624	278050T000004111	12/06/2026	51930	R$ 293,47
AWW6279	278050T000004072	15/06/2026	57380	R$ 293,47
AYY9B48	116100T003689975	05/06/2026	55411	R$ 195,23
BAV8F58	278050T000004060	11/06/2026	55414	R$ 195,23
BDP5C16	278050T000004000	01/06/2026	55412	R$ 195,23
BEU0F32	278050T000004014	02/06/2026	55412	R$ 195,23
DSI3B36	278050T000004067	03/06/2026	55412	R$ 195,23
EVP3A53	278050T000004106	01/06/2026	55412	R$ 195,23
EVP3A53	278050T000004006	02/06/2026	55412	R$ 195,23
EVP3A53	278050T000004066	03/06/2026	55412	R$ 195,23
FGB3I21	278050T000004107	01/06/2026	55412	R$ 195,23
FMD2926	278050T000004064	03/06/2026	55412	R$ 195,23
GEP6E60	278050T000004007	02/06/2026	55412	R$ 195,23
HDM3F68	278050T000004016	02/06/2026	55412	R$ 195,23
IBQ3979	278050T000004063	03/06/2026	55412	R$ 195,23
JTG3391	278050T000004108	01/06/2026	55412	R$ 195,23
MAO6954	278050T000004013	02/06/2026	55412	R$ 195,23
MMM6G20	278050T000004015	02/06/2026	55412	R$ 195,23
NRU6J83	278050T000004105	01/06/2026	55412	R$ 195,23
NSC3210	278050T000004104	01/06/2026	55412	R$ 195,23
QMS0A97	278050T000004071	13/06/2026	55414	R$ 195,23
QNL5C08	278050T000004068	11/06/2026	55414	R$ 195,23
RAS9C87	278050T000004011	02/06/2026	55412	R$ 195,23
RFI1F88	278050NIC0000464	26/05/2026	50020	R$ 390,46
RHM6I68	278050T000004012	02/06/2026	55412	R$ 195,23
RHS8G52	278050T000004057	08/06/2026	55414	R$ 195,23
SFE3H93	278050T000004059	10/06/2026	55414	R$ 195,23
SHT1I05	278050T000004069	11/06/2026	54526	R$ 195,23
TAJ0I28	278050NIC0000466	26/05/2026	50020	R$ 586,94
TAU3D26	278050NIC0000465	26/05/2026	50020	R$ 586,94

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:C7AD8458

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-187

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACW7077	116100T003928908	10/08/2026	55250
AJK4822	278050T000004857	07/08/2026	55412
ALK0F08	278050T000004786	06/08/2026	55412
AOF6565	278050T000004862	17/08/2026	64830
APT0285	278050T000004852	15/08/2026	51930
ARO0D91	278050T000004855	15/08/2026	76332
ATB7C14	278050T000004859	07/08/2026	55412
ATT7I86	278050T000004778	06/08/2026	55412
AYY2A45	278050T000004779	06/08/2026	55412
AZW2G49	278050T000004785	06/08/2026	55412
AZZ9I37	278050T000004853	15/08/2026	51930
BAH1C71	278050T000004784	06/08/2026	55412
BED2D17	278050T000004777	06/08/2026	55412
DQZ2E78	278050T000004856	07/08/2026	55412
EVP3A53	278050T000004858	07/08/2026	55412
EVP3A53	278050T000004783	06/08/2026	55412
FTH9B45	278050T000004781	06/08/2026	55412
HHK7H10	278050T000004861	17/08/2026	76332
MGQ0J66	278050T000004850	15/08/2026	51930
QQH8J07	278050T000004780	06/08/2026	55412
RYV7G62	278050T000004849	14/08/2026	55414

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:B831CB25

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-189

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AQU3C30	278050T000004831	13/08/2026	76332
ATB7C14	278050T000004846	05/08/2026	55412
ATJ2167	278050T000004841	05/08/2026	55412
AVC5I12	278050T000004775	04/08/2026	55412
BDN8G24	278050T000004770	04/08/2026	55412
BDQ8J74	278050T000004773	04/08/2026	55412
BNX9E23	278050T000004835	13/08/2026	57380
CYB6F85	278050T000004776	04/08/2026	55412
DPP6F51	278050T000004828	13/08/2026	76332
DQZ1E78	278050T000004843	05/08/2026	55412
ENS3G65	278050T000004840	05/08/2026	55412
EVP3A53	278050T000004845	05/08/2026	55412
IQW2C70	278050T000004830	13/08/2026	76332
MBV5G96	278050T000004833	13/08/2026	76332
MCM9C29	278050T000004842	05/08/2026	55412
MLW2C10	278050T000004832	13/08/2026	54525
SEU4D19	278050T000004772	04/08/2026	55412
UBP4E86	278050T000004834	13/08/2026	54870

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:1D2B4F24

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-191

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 01/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABP0E85	278050T000004760	31/07/2026	55412
ADB1A88	278050T000004768	01/08/2026	55412
AIT1F78	278050T000004752	31/07/2026	55412
AIT1F78	278050T000004818	03/08/2026	55412
AUT5584	278050T000004769	01/08/2026	55412
AXU4495	278050T000004754	31/07/2026	55412
AXU4495	278050T000004819	03/08/2026	55412

BEB6G56	278050T000004807	30/07/2026	55412
BED2D17	278050T000004755	31/07/2026	55412
CRL0516	278050NIC0000584	24/07/2026	50020
EAH6D42	278050T000004761	31/07/2026	55412
EKQ1C26	278050T000004757	31/07/2026	55412
EVP3A53	278050T000004759	31/07/2026	55412
EVP3A53	278050T000004820	03/08/2026	55412
IDK5086	278050T000004766	01/08/2026	55412
IZX4F26	278050T000004751	31/07/2026	55412
KXI6A43	278050T000004763	01/08/2026	55412
LQI9G94	278050T000004822	03/08/2026	55412
MCM9C29	278050T000004823	03/08/2026	55412
MMM6G20	278050NIC0000585	24/07/2026	50020
NNJ2F49	278050T000004767	01/08/2026	55412
UCI3G60	278050T000004821	03/08/2026	55412

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:29DA0C74

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO ANGELO DENGO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 383/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: 60.793.584 ANGELO DENGO
OBJETO: O objeto Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de materiais que serão utilizados na celebração do Dia das Crianças nas escolas (e inclui a aquisição de guarda-chuvas, essenciais para garantir a proteção e o deslocamento seguro dos alunos em dias de chuva, assegurando o bem-estar e a segurança durante o transporte escolar).
ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo prorrogar o prazo de vigência do presente Ata Registro de Preços para 28 de Setembro de 2027, com fundamento no art. 84 da Lei no 14.133/21, conforme solicitação apresentada.

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço Reajuste
LOTE: 001 - Lote 001	1	79985	BOLA VÔLEI E.V.A, MEDIDAS 65 - 67CM, PESO 200 - 230G, CÂMARA LÁTEX, Matrizada, E.V.A, multicolor, personalizada com brasão e logo da secretaria de educação de Realeza. Apresentar catálogo. Apresentar amostra física do produto.	APLHA	UNID	2.200,00	20,75
LOTE: 001 - Lote 001	2	79988	GUARDA-CHUVA, MATERIAL DO ARCO EM ALUMÍNIO OU AÇO INOXIDÁVEL, à corrosão e à oxidação. Mínimo de 8 varetas para garantir maior estabilidade e resistência ao vento. Sistema de abertura: automático ou manual, com mecanismo robusto e fácil manuseio. Material em poliéster ou nylon impermeável e resistente a UV, garantindo proteção contra chuvas e raios solares. Tratamento revestimento adicional para resistência ao desbotamento e à moldagem. Tamanho fechado de 88 cm de comprimento, tamanho aberto 1,10m, personalização em 2 gomos. Apresentar catálogo. Apresentar amostra física do produto.	TUKIN	UNID	100,00	33,06
LOTE: 001 - Lote 001	3	79987	RÉGUAS DE 30CM INJETADA EM POLIESTIRENO, SUPER-RESISTENTE (ESPESSURA de 3,4 mm), personalizada com brasão e logo da secretaria de educação de Realeza. Apresentar catálogo. Apresentar amostra física do produto.	DELLO	UNID	2.200,00	2,70
LOTE: 001 - Lote 001	4	79986	SQUEEZE DE GARRAFA DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE 500ML, FABRICADO EM material inox, equipado com tampa plástica de rosca dupla para evitar vazamentos, com bico que possui tampa para manter o local mais higienizado, com alça para transporte, e personalizado com o brasão e o logo da Secretaria de Educação de Realeza. Apresentar catálogo. Apresentar amostra física do produto.	B BRANVE	UNID	2.200,00	19,18

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 34/2025
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:E80045EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO 135/2026 - CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO Nº 135 de 21/08/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, Vitório Antunes de Paula, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica no Art. 80, Inciso VIII;
DECRETA
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Reserva do Iguaçu, autorizado a abrir no Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 746.800,00 (Setecentos e Quarenta e Seis Mil e Oitocentos Reais), conforme se especifica a seguir:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor

05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.002	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0005.2013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1321	00153-ETI 4% CO 1072 - FTE PADRÃO 101	151.300,90
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1371	00153-ETI 4% CO 1072 - FTE PADRÃO 101	15.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1421	00153-ETI 4% CO 1072 - FTE PADRÃO 101	20.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1531	00154-ETI 4% CO 1071 - FTE PADRÃO 102	6.912,67
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1783	00154-ETI 4% CO 1071 - FTE PADRÃO 102	130.000,00
05.005	DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL	
12.365.0005.2039	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO- EDUCAÇÃO INFANTIL(CRECHE)	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1831	00153-ETI 4% CO 1072 - FTE PADRÃO 101	48.201,06
12.365.0005.2040	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO- EDUCAÇÃO INFANTIL(PRÉ ESCOLA)	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2161	00153-ETI 4% CO 1072 - FTE PADRÃO 101	59.385,37
12.365.0005.2039	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO- EDUCAÇÃO INFANTIL(CRECHE)	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1881	00153-ETI 4% CO 1072 - FTE PADRÃO 101	8.000,00
12.365.0005.2040	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO- EDUCAÇÃO INFANTIL(PRÉ ESCOLA)	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2211	00153-ETI 4% CO 1072 - FTE PADRÃO 101	8.000,00
12.365.0005.2039	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO- EDUCAÇÃO INFANTIL(CRECHE)	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1931	00153-ETI 4% CO 1072 - FTE PADRÃO 101	15.000,00
12.365.0005.2040	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO- EDUCAÇÃO INFANTIL(PRÉ ESCOLA)	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2261	00153-ETI 4% CO 1072 - FTE PADRÃO 101	15.000,00
	SUBTOTAL	476.800,00
13	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
13.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
18.541.0015.2037	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
5010	00000-Recursos Ordinários (Livres)	120.000,00
	SUBTOTAL	120.000,00
88	ENCARGOS ESPECIAIS	
88.001	ENCARGOS ESPECIAIS	
28.846.0000.0032	ENCARGOS ESPECIAIS	
4.6.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
5140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00
	SUBTOTAL	**150.000,00**
	TOTAL	**746.800,00**

Art. 2º - Para cobertura dos Créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte forma:

I – Anulação de dotação;

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS	
04.001	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS	
15.122.0004.2046	DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00
	SUBTOTAL	150.000,00
13	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
13.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
18.541.0015.2037	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
	SUBTOTAL	120.000,00
	TOTAL	**270.000,00**

II – Excesso de arrecadação;

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	476.800,00
	TOTAL	**476.800,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, 21 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:D538B3CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 45/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 45/2026
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DESTINADOS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL I AO V DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO AZUL**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: CONECTA SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA.
CNPJ.: 48.572.875/0001-94
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 20 de agosto de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0268/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: CONECTA SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA.
CNPJ.: 48.572.875/0001-94
VALOR: R$ **260.550,00** (Duzentos e Sessenta Mil, Quinhentos e Cinqüenta Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **20/08/2026** à **19/08/2027.**
ASSINATURA: 20/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ELEN GOULART
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	76952	APOSTILA I, II, III, IV E V. O material didático e paradidático integrante do sistema de ensino deverá estar em conformidade em sua integralidade aos parâmetros e requisitos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas constantes dos anexos integrantes deste edital. As empresas licitantes deverão apresentar uma amostra (completa) de cada material abaixo relacionado para verificação de sua conformidade com este Termo de Referência, bem como de material em braille e baixa visão de um semestre da Educação Infantil de qualquer nível com no mínimo 10 folhas. A falta de quaisquer dos materiais didáticos e paradidáticos especificados neste Termo de Referência ou em desacordo com as especificações aqui descritas, desclassificará a empresa licitante do certame licitatório. As empresas licitantes deverão apresentar os SISTEMAS DE ENSINO já aplicados em outros municípios, ficando vedada a apresentação de materiais didáticos não pertencentes a estes SISTEMAS DE ENSINO. Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da melhor proposta para contratação de sistema pedagógico de ensino para alunos e professores de Educação Infantil, que deverá ocorrer durante o ano letivo de 2026, com formação de professores e gestores escolares, fornecimento de material didático e de apoio para os alunos e para os professores e materiais paradidáticos para os pais dos alunos, devendo ocorrer durante o ano letivo de 2026, conforme se observa no cronograma previsto em Calendário Escolar, devidamente aprovado e todas as atividades necessárias à implantação de um Sistema de Ensino de Ensino compatível com a proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, na Rede Municipal de Ensino em anexo deste edital. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A prestação de serviços, que acompanha o material, compreende todas as atividades necessárias à implantação de um Sistema Educacional de Ensino compatível com a proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, na Rede Municipal de Ensino especificada neste edital. Do Sistema Educacional de Ensino apresentado deve necessariamente conter: Implementação de técnicas de ensino avançadas com proposta de trabalho interdisciplinar, elaboradas pela proponente, utilizando seu próprio material didático pedagógico que deve estar integrado à proposta do Sistema Educacional Formação continuada presencial dos professores, equipe técnico-	SEFE COLEÇÃO ENTRELINHAS PARA VOCÊ	KIT	579,00	450,00	260.550,00

pedagógica das escolas e da Secretaria Municipal da Educação, realizada no município, para melhor avaliar e desenvolver o ensino de forma interdisciplinar.

Assessoramento pedagógico permanente, com os professores tendo oportunidade de questionar e discutir a melhor forma de utilização do Sistema Educacional.

Encontro de orientações, palestras e oficinas interativas com os pais.

Curso de capacitação a distância – via internet, para fundamentar teoricamente as práticas inerentes à proposta do Sistema Educacional, com a carga horária mínima de 80 horas para os educadores da Educação Infantil.

Deverão ocorrer visitas técnicas realizadas nas escolas por uma pedagoga do Sistema, com o objetivo de verificar o desenvolvimento da proposta educacional, avaliar resultados e viabilizar ações que venham a contribuir para a melhoria constante de sua implementação.

Curso específico para gestores com a proposta de aprofundar discussões sobre ações educativas, orientando o gestor escolar/diretor e pedagogo/coordenador, no desenvolvimento de suas atribuições.

Plataforma Educacional.

Fornecimento de material didático-pedagógico e de apoio, especificados conforme abaixo.

EDUCAÇÃO INFANTIL 1, 2, 3,4 E 5

MATERIAL PARA OS ALUNOS:

Material didático composto de 02 apostilas semestrais, formando uma coleção que será utilizada durante o ano letivo. Formato aproximado de 31cm X 22 cm, ilustrados, com impressão no sistema 4 cores, em papel off-set 90g, com mínimo de 100 páginas, em posição horizontal, encadernação em espiral e capa impressa em papel-cartão 250g.

Deverá apresentar um projeto gráfico adequado para cada faixa etária, que disponha de espaço para a criança expressar-se por meio de diferentes linguagens, tais como: desenho, colagem, pintura, entre outras. Também deverá integrar o material do aluno um livro-calendário anual (agenda). Todo material deverá vir acondicionado em bolsa própria.

MATERIAL PARA OS PROFESSORES:

O material do professor deverá constar de 01 (um) livro anual com encadernação em espiral, ilustrado, no formato aproximado de 25 cm x 20 cm, impresso em 04 cores. Deverá conter fundamentação teórica, quadro de conteúdos e encaminhamentos metodológicos. O livro deve apresentar todas as páginas do livro do aluno, em formato reduzido, com descrição de atividades página a página.

Deverá disponibilizar na plataforma educacional material sonoro de músicas infantis e contos clássicos.

Todo este material deverá vir acondicionado em bolsa própria para o professor.

MATERIAL DE APOIO E PALESTRA AOS PAIS:

O material de apoio aos pais deverá ser composto de 01 (um) livro anual, ilustrado, impressos em cores, no formato aproximado de 21 cm x 25 cm, com linguagem de fácil compreensão, mostrando como a família pode participar mais ativamente das atividades escolares dos filhos. Deverá abordar, também, aspectos relativos à socialização, cuidados com a criança, desenvolvimento infantil, afetividade, regras e limites, aspectos sobre o brincar e sobre a linguagem da criança, entre outros.

Por ocasião da entrega dos livros aos familiares, um (a) docente especialista deverá ministrar os encontros com os familiares em forma de palestra ou oficina interativa, para detalhamento sobre os assuntos contido no livro dos pais.

ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO E FORMAÇÃO PRESENCIAL:

O assessoramento pedagógico para a Rede Municipal, deverá consistir em várias ações que se iniciam no contato com a equipe da Secretaria de Educação, quando se faz uma análise da proposta educacional do município em relação ao que é desenvolvido pelo Sistema seguido de cursos, palestras, visitas técnicas, entre outros.

Haverá encontros com a equipe da Secretaria de Educação, objetivando dar suporte para o acompanhamento da implantação nas escolas.

Deverão ser oferecidos cursos com enfoque teórico e desenvolvimento de atividades práticas, realizados durante o ano letivo, para o corpo docente e gestores das escolas, ministrados pelos próprios autores e/ou docentes por eles indicados. Nos dias, locais e horários previamente estabelecidos entre as partes, serão trabalhados encaminhamentos metodológicos da proposta, planejamento, critérios de avaliação e atividades dos livros dos alunos, como forma de capacitação para melhor utilização dos materiais e encaminhamento da ação pedagógica dos profissionais da educação do município, com 40 horas/aula.

Deverá ser também oferecido curso específico para gestores escolares de 40 horas/aula – com o intuito de aprofundar as discussões sobre a ação educativa, orientar o gestor escolar (diretor, coordenador e/ou pedagogo) no desenvolvimento de suas atribuições e acompanhar efetivamente a utilização do material e o desenvolvimento das ações sugeridas nos assessoramentos que o sistema oferece no município. Além destes, deverão ser abordados

assuntos como atribuições do cargo, organização do trabalho pedagógico, liderança, gestão de pessoas, comunicação, planejamento e avaliação.

Deverá ser oferecido capacitação do sistema para o trabalho com a consciência fonológica na formação de professores.

Deverão ocorrer visitas técnicas realizadas nas escolas por um profissional do Sistema, com o objetivo de verificar o desenvolvimento da proposta educacional, avaliar resultados e viabilizar ações que venham a contribuir para a melhoria constante de sua implementação.

A assessoria presencial, como um todo, poderá chegar a 100 horas/aula se consideradas as ações acima descritas.

CURSO A DISTÂNCIA PARA OS PROFESSORES:

Este curso deverá destinar-se aos professores e Equipe Pedagógica da SME. Deve ter duração de 40 horas, veiculadas pela Internet.

O curso deverá situar a Educação Infantil no contexto da educação brasileira, nos princípios orientadores dos trabalhos pedagógicos, subsidiando o professor para a sua prática pedagógica nas classes da Educação Infantil, estabelecendo relações entre os aspectos teóricos e a prática de sala de aula. Deverão obrigatoriamente conter as seguintes disciplinas:

A IA(inteligência artificial) e o processo de aprendizagem;

Dificuldades de aprendizagem escolar;

BNCC na educação infantil: Concepções e práticas;

Metodologias ativas: Traçando caminhos para uma nova educação.

Jogos: Potencializando o ensino da matemática;

Educação Inclusiva: Adaptação Curricular;

BRINCARDEQUÊ? A potência das interações e a brincadeira na Educação Infantil;

Sequências didáticas e suas possibilidades.

CURSO A DISTÂNCIA PARA GESTORES ESCOLARES E EQUIPE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Este curso deverá destinar-se aos Gestores das unidades escolares e Equipe Pedagógica da SME. Deve ter duração de 40 horas, veiculadas pela Internet.

O curso deverá possibilitar aos Gestores escolares subsídios para atuar junto aos familiares, no sentido de favorecer a relação família-escola, visando contribuir com o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

O curso deve obrigatoriamente focar a seguinte temática:

Gestão escolar.

A empresa contratada deverá fornecer as senhas para acesso ao curso ofertado, aos profissionais previamente definidos pela Secretaria de Educação.

A assessoria presencial e a distância, como um todo, poderá chegar a 100 horas/aula se consideradas as ações acima descritas.

CERTIFICAÇÃO:

Os profissionais da educação participantes do programa de formação presencial e a distância deverão ser certificados pelo Sistema, conforme a carga horária comprovada de participação, podendo chegar aos seguintes totais de horas:

Professores: 40h/a presenciais e 40h/a a distância – total de 80 horas certificadas.

Equipe técnica da Secretaria da Educação: 40h/a presencias e 40 h/a a distância- total de 80h/a certificadas;

Gestores das unidades de ensino: 40h/a presenciais específicas e 40 h/a a distância – total de 80 horas certificadas.

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS:

Deverão ter ações de acompanhamento pedagógico realizado diretamente nas escolas após cada formação, para se verificar o desenvolvimento da proposta educacional, avaliar o resultado das ações e viabilizar outras que venham a contribuir para a melhoria constante da ação didática e que deverão ser apresentados ao município.

PLATAFORMA EDUCACIONAL:

1. A plataforma deverá ser responsiva, ou seja, pode ser acessada em computadores e dispositivos móveis também, que possibilite aos docentes a criação de trilhas, roteiros e objetos educacionais personalizados para os estudantes, que contenha materiais didáticos e objetos educacionais digitais de qualidade – como vídeos, áudios, apresentações e quizzes.

2. Os conteúdos digitais deverão estar disponíveis em aplicativo para download gratuito nas lojas Apple Store e Play Store para tabletes e smartphones além da modalidade Web.

3. Deverá ter acesso a cursos de formação continuada à distância para gestores e docentes.

4. Ter um Recurso Educacional Digital do tipo, simulador em formato de multimídia e interativo, com recursos digitais,

			curiosidades e banco de imagens sobre o Sistema Solar. 5. Deverá ter repositório e acesso a documentos educacionais oficiais. 6. O acesso à plataforma deverá ser mediante usuário (login) e senha individual (estudantes, professores e gestores), os objetos, os recursos educacionais e as ferramentas digitais da plataforma deverão ser disponibilizados de acordo com o perfil de acesso do usuário, e deverá estar de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a LGPD n. º 13.709/2018, garantindo a segurança dos dados de estudantes, professores e gestores. 7. Deverá ter recursos de tecnologia assistiva que apoiam a educação inclusiva, ferramentas de comunicação e instrumentos avaliativos, que permitam a realização de pesquisas e outras atividades de forma segura e apropriada ao ambiente escolar. 8. Deverá estar dentro da Lei n.º 10.098/2000 que afirma que a acessibilidade consiste em possibilidades e condições de alcance para acesso e utilização de todos, como a educação inclusiva. 9. Ter um menu de Acessibilidade com recursos que oferece ampla seleção de funções que os usuários possam combinar para atender às suas necessidades individuais de acessibilidade como: teclas de navegação, leitor de página, tamanho do texto e do cursor, espaçamento de texto, contraste, entre outros. 10. Ter o recurso digital Hand Talk, que traduz simultaneamente conteúdos em português para a língua brasileira de sinais (Libras) e que tem por objetivo a inclusão social de pessoas surdas. 11. Deverá ter tutoriais em formato de vídeo e PDF para auxiliar e orientar a utilização dos recursos disponíveis e para download e impressões. 12. Ser uma plataforma que contribui para as práticas educacionais e para o desenvolvimento da Cultura Digital, contemplando assim a competência 5 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 13. Ser uma plataforma educacional de recursos digitais que conta com acervo de objetos, conteúdos e ferramentas de apoio com objetivo de ajudar o docente a cumprir com seu compromisso com a aprendizagem significativa do estudante. 14. Ter acervo de objetos e ferramentas de apoio, contemplando o trabalho com diferentes etapas, áreas do conhecimento e componentes curriculares que contribuem com a prática pedagógica de gestores e docentes, servindo de estímulo ao processo de ensino-aprendizagem. 15. Ter os livros didáticos das coleções adquiridas pela Secretaria Municipal de Educação disponíveis na plataforma digital para os gestores e os docentes, ajudando além dos conteúdos curriculares, o trabalho com o letramento digital. 16. As músicas e os contos dos materiais didáticos deverão estar disponíveis na plataforma e liberados para serem ouvidos no modo on-line ou baixados para o modo off-line e também ter outros conteúdos educacionais em formato de áudio como parlendas, 'Som de quê?', podcasts e hinos cívicos. 17. Ter um banco de Imagens que podem ser utilizadas por docentes e estudantes em atividades educacionais diversas, licenciadas e em alta resolução formado JPG. 18. Ter pesquisas e atividades escolares liberadas na plataforma de ensino e aprendizagem, como vídeos, jogos e recursos multimídia. 19. Ter um banco de recursos educacionais digitais para os alunos, do tipo Simuladores, que proporcionam aos estudantes uma experiência mais rica e completa, oportunizando a experimentação e a verificação de hipóteses de fenômenos da natureza e relações de causa e efeito e estar organizados por componentes curriculares. 20. Ter um recurso que disponibiliza em arquivo aberto um conjunto de questões relacionadas aos conteúdos bimestrais dos livros didáticos adquiridos pelas escolas conveniadas, para que os docentes possam utilizar, complementar e/ou modificar facilitando e agilizando o tempo de criação de seus instrumentos avaliativos. Deverão contemplar dois modelos de prova (Versão A e Versão B) em formato Word, para cada bimestre e ano, cada um com 10 questões. 21. Ser uma plataforma educacional com sistema de gestão da aprendizagem que possibilita a criação de Trilhas de aprendizagem nas quais o docente pode disponibilizar Roteiros de estudos com objetos educacionais digitais relacionados aos conteúdos a serem aprendidos pelos estudantes, por meio de textos, áudios, vídeos, arquivos PDF, quizzes, entre outros. 22. Ser uma plataforma que apresenta sequências didáticas no formato de Apresentações, disponibilizadas em recursos digitais que possibilitam visualizar em tela cheia, baixar, editar, salvar no OneDrive ou até mesmo imprimir a Apresentação no formato PDF. 23. Ter todas as apresentações em seções visíveis aos estudantes como: Ponto de partida, Problematização, Intervenção, Criação/avaliação e Compartilhamento, contempladas pela BNCC e consonância a pedagogia histórico-crítica de Saviani. 24. As Apresentações de cada seção deverão contar com slides ocultos (visíveis apenas aos docentes), contendo sugestões e orientações aos professores. 25. Ter um acervo de vídeos para alunos e docentes alinhados às coleções de livros didáticos, em ordem alfabética e com formados de: Vídeo aulas, Banco de atividades, Whiteboards e Infográficos. 26. Ter recursos Quizzes que possibilitam aos docentes aplicarem elementos de Gamificação em suas aulas, tornando a aprendizagem				

			dos nossos estudantes cada vez mais lúdica e divertida, alinhadas aos materiais didáticos adquiridos. 27. Seção exclusiva com interface lúdica e apropriada para as crianças e os educadores da Educação Infantil, com acesso a conteúdos, como histórias, músicas, vídeos, jogos, atividades, potencializando a aprendizagem de forma lúdica, subdividida em: ? Vídeos, álbuns de fotografias e outros objetos que subsidiam as crianças com informações sobre diferentes assuntos relacionados ao mundo natural e social. ? Histórias e poesias em forma de vídeo e áudio, narrados por contadores de histórias que encantam as crianças de todas as idades. Onde será possível obter indicações de livros infantis para leitura da criança, do professor e da família. ? Material sonoro composto por uma coletânea de canções da cultura popular. ? Quer fazer uma receita? Confeccionar um brinquedo? Construir um jogo? Montar um boneco? Objetos digitais em vídeo e PDF contribuem como inspiração para a criança soltar a imaginação e a criatividade. ? Jogos digitais que, além de proporcionar o contato com recursos tecnológicos, audiovisuais e multimídia, possibilitam às crianças aprender lúdica e significativamente com atividades pedagógicas divertidas e interativas.					
TOTAL									260.550,00

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:A24403CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 02 AO CONTRATO N.º 091/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 ADITIVO VALOR DE EQUILÍBRIO RETROATIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN** portador do CPF/MF sob nº 936.249.729-87, e **CONTRATADA** a Empresa **L. CARVALHO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Adelar Anastácio De Almeida, nº 173, Iguaçu, na cidade de Araucária - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 37.279.287/0001-40, neste ato representada pelo Sr. **LEANDRO DE CARVALHO** representante legal, inscrito no CPF/MF sob n.º 060.947.649-19, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO VALOR DE EQUILIBRIO RETROATIVO** Em razão da solicitação apresentada pela **CONTRATADA**, devidamente analisada e acolhida pela **CONTRATANTE**, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria competente, fica concedido o **reequilíbrio econômico-financeiro do contrato**, relativamente aos **Lotes 3 e 4**, em decorrência da variação anormal dos preços do item **combustível (óleo diesel)**, na proporção prevista na planilha de composição de preços apresentada pela CONTRATADA por ocasião da assinatura do contrato, conforme documentação comprobatória apresentada e análise realizada pela Administração. **Para o Lote 3**, fica acrescido ao valor contratado o montante de **R$ 1,10 (um real e dez centavos) por quilômetro rodado**, correspondente ao índice de **8,56%**, apurado após análise da documentação apresentada pela CONTRATADA. Com a aplicação do reequilíbrio, o valor total acréscimo a ser executado para o referido lote passa a corresponder a **R$ 37.083,75 (trinta e sete mil, oitenta e três reais e setenta e cinco centavos)**. **Para o Lote 4**, fica acrescido ao valor contratado o montante de **R$ 2,59 (dois reais e cinquenta e nove centavos) por quilômetro rodado**, correspondente ao índice de **24,73%**, apurado após análise da documentação apresentada pela CONTRATADA. Com a aplicação do reequilíbrio, o valor total do acréscimo a ser executado para o referido lote passa a corresponder a **R$ 68.609,10 (sessenta e oito mil, seiscentos e nove reais e dez centavos)**. O presente reequilíbrio fundamenta-se na comprovação da **variação extraordinária dos preços do combustível (óleo diesel)**, em relação aos valores considerados na composição de preços apresentada pela CONTRATADA à época da contratação, restabelecendo-se, assim, a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

Lote	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Valor reequilibrado	Valor do acréscimo	Valor total do acréscimo
3	33.712,5 *	KM	LINHA 011 - Barreirinha / Picassinho / Lageado dos Vieiras LINHA 012 - Barreirinha / Picassinho / Lageado dos Vieiras LINHA 013 - Matão do Caçador / Lageado dos Vieiras LINHA 014 - Matão do Caçador / Vila Rural / Lageado dos Vieiras LINHA 015 - Lageado dos Vieiras - Barreira - Picacinho - Matão do Caçador - Vila Rural - Ovelhas - Lageado das Mortes – Lençol	R$ 12,84	R$ 13,94	R$ 1,10	R$ 37.083,75
4	24.900 *	KM	LINHA 016 - Lageado dos Cordeiros / Lençol /Lageado das Morte / Areia Fina LINHA 017 - Lageado das Morte / Areia Fina / Portão da Batistella / Lageado dos Vieras LINHA 018 - Lag das Mortes / Ovelhas / Lageado dos Vieiras	R$ 10,47	R$ 13,06	R$ 2,59	R$ 68.609,10

*Km remanescente (13/04/2026 a 19/08/2026). 1.1 As despesas provenientes do referido termo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária: **245 – 06.002.12.361.0004.2.017.3.3.90.33.00– Fonte 104 CLÁUSULA SEGUNDA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro PR, 19 de agosto de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:2FEBF609

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 04 AO CONTRATO N.º 090/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 ADITIVO VALOR DE EQUILÍBRIO RETROATIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN** portador do CPF/MF sob nº 936.249.729-87, e **CONTRATADA** a Empresa **CONFIANÇA - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Joao Ferreira Machado, nº 91, São Gerônimo, na cidade de Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 56.969.923/0001-00, neste ato representada pelo Sr. **MARCIO JOSE PAULISTA**, representante legal, inscrito no CPF/MF sob n.º 738.545.069-53, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO VALOR DE EQUILIBRIO RETROATIVO** Em razão da solicitação apresentada pela **CONTRATADA**, devidamente analisada e acolhida pela **CONTRATANTE**, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria competente, fica concedido o **reequilíbrio econômico-financeiro do contrato**, relativamente aos **Lotes 1 e 2**, em decorrência da variação anormal dos preços do item **combustível (óleo diesel)**, na proporção prevista na planilha de composição de preços apresentada pela CONTRATADA por ocasião da assinatura do contrato, conforme documentação comprobatória apresentada e análise realizada pela Administração. **Para o Lote 1**, fica acrescido ao valor contratado o montante de **R$ 2,33 (dois reais e trinta e três centavos) por quilômetro rodado**, correspondente ao índice de **21,37%**, apurado após análise da documentação apresentada pela CONTRATADA. Com a aplicação do reequilíbrio, o valor total acréscimo a ser executado para o referido lote passa a corresponder a **R$ 77.330,37 (setenta e sete mil trezentos e trinta reais e trinta e sete centavos)**. **Para o Lote 2**, fica acrescido ao valor contratado o montante de **R$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por quilômetro rodado**, correspondente ao índice de **36,54%**, apurado após análise da documentação apresentada pela CONTRATADA. Com a aplicação do reequilíbrio, o valor total do acréscimo a ser executado para o referido lote passa a corresponder a **R$ 115.350,75 (cento e quinze mil trezentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos)**. O presente reequilíbrio fundamenta-se na comprovação da **variação extraordinária dos preços do combustível (óleo diesel)**, em relação aos valores considerados na composição de preços apresentada pela CONTRATADA à época da contratação, restabelecendo-se, assim, a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

Lote	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Valor reequilibrado	Valor do acréscimo	Valor total do acréscimo
1	33.189 *	KM	LINHA 001 - Cunhupã / Retiro Bonito /Roseira / Alto das Palmeiras / Br 116 / Pedágio LINHA 002 - Br 116 Pedágio / Retiro Bonito / Roseira / Vila Rural / Alto das Palmeiras / Desvio do Pedágio / Canil / Fabrica de Luvas LINHA 003 - Vila Rural / Roseira / Desvio do Pedágio / Canil / Fabrica de Luvas LINHA 004 - Campina Bonita / Cunhupã / Capril-Tijuco Preto LINHA 005 - Sitio dos Hirt / Morro do Benedito / Estrada da Rabeca - Tijuco Preto	R$ 10,90	R$ 13,23	R$ 2,33	R$ 77.330,37
2	46140,3 *	KM	LINHA 007 - Campina dos Anjos / Campina dos Martins / Lageado dos Cordeiros / Sitio dos Valérios / Passo do Valo LINHA 008 - Campina dos Anjos / Campina dos Martins / Lageado dos Cordeiros / Sitio dos Valérios / Passo do Valo LINHA 009 - CENTRO / CUNHUPÃ / RETIRO BONITO LINHA 010 - CENTRO / CUNHUPÃ / CAMPINA BONITA LINHA 006 - CENTRO / COLÉGIO AGRICOLA / COLÉGIO BARÃO / SEMINÁRIO / CAMPINA DOS ANDRADES	R$ 6,84	R$ 9,34	R$ 2,50	R$ 115.350,75

*Km remanescente (23/04/2026 a 19/08/2026). As despesas provenientes do referido termo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária: **245 – 06.002.12.361.0004.2.017.3.3.90.33.00– Fonte 104 CLÁUSULA SEGUNDA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo.

Rio Negro PR, 20 de agosto de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:FB5B1F11

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 065/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, e o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA – ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA, entidade de natureza autárquica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.690.876/0001-19, com sede à Rua Willie Davids, nº 457, na cidade de Rolândia – PR, neste ato devidamente representado pela Superintendente, Senhora ELUIZA MESSIANO BETTEGA, residente e domiciliada nesta cidade, resolvem registrar o preço da empresa LOFTYFLEX PERSIANAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 18.900.026/0001-51, com sede à Rua Rodolfo Cremm, nº 17.658, Jardim Paris VI, na cidade de Maringá – PR, CEP 87.083-713, Fone (44) 3080-1112, e-mail loftyflexpersianas@gmail.com, representada pelo Senhor JOÃO CARLOS GUERRA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação dos serviços/aquisição de persianas vertical em PVC 90 mm e horizontal em alumínio 25 mm da Prefeitura Municipal de Rolândia e o Instituto de Previdência Municipal de Rolândia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 065/2026, devidamente homologado pelo Município em 07/08/2026.

Lote	Item	Und.	Qtd. Prefeitura	Qtd. Previdência	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total Prefeitura	R$ Total Previdência	Marca
1	1	M2	1.172,25	10	72096	Persiana vertical em PVC 90 mm, instalada. Lâminas: Flexíveis, em PVC de 90 mm, com pintura lisa e com furo aparente. Trilhos: Superior em alumínio, dotados de tampas de laterais de acabamento e suporte adequado para	85,00	99.641,25	850,00	PRÓPRIA

						fixação na parede/janela ou teto, com sistema manual de recolhimento e controle de luminosidade; Cor: a definir. Com fornecimento de todo o material necessário e instalação inclusa.				
2	2	M2	513,52	25	72097	Persiana horizontal em alumínio 25 mm, instalada. Lâminas: Flexíveis, em alumínio de 25 mm, com pintura lisa. Trilhos: Superior em alumínio, dotados de tampas de laterais de acabamento e suporte adequado para fixação na parede/janela ou teto, com sistema manual de recolhimento e controle de luminosidade; Cor: a definir. Com fornecimento de todo o material necessário e instalação inclusa.	129,00	66.244,08	3.225,00	PRÓPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

A CONTRATADA compromete-se a manter o ambiente de instalação limpo, organizado e livre de resíduos durante e ao término da execução dos serviços.

É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o recolhimento, a limpeza e a remoção de todos os detritos gerados pela obra/instalação (como restos de embalagens, fitas, pó de gesso, cimento ou aparas de metal/alumínio).

O serviço será considerado concluído apenas após a limpeza total do local e a consequente aprovação (vistoria) do CONTRATANTE

Em caso de descumprimento desta obrigação, o CONTRATANTE poderá reter o pagamento final ou descontar o valor correspondente às despesas com limpeza profissional do valor total acordado, sem prejuízo das garantias do serviço prestado.

A CONTRATADA assume total responsabilidade por qualquer dano material, estrutural ou estético causado ao imóvel do CONTRATANTE em decorrência da instalação, incluindo, mas não se limitando a: furos errados em paredes, tetos ou divisórias, perfuração acidental de canos de água, gás ou conduítes elétricos, e avarias em revestimentos, pinturas ou móveis.

Em caso de ocorrência de qualquer um dos danos citados, a CONTRATADA deverá realizar o reparo imediato e integral do local afetado, restabelecendo as condições originais do imóvel e arcando com todos os custos de mão de obra e materiais necessários. O descumprimento desta obrigação sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas, multas e penalidades previstas no Edital

Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os materiais necessários, custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega e instalação no local.

Deverá obrigatoriamente realizar visita técnica para medição do local solicitado para instalação da persiana, enviando o orçamento formal com medidas exatas e valor, posteriormente a isso o processo de solicitação será aberto.

Deverá obrigatoriamente realizar visita técnica para medição do local solicitado para instalação da persiana, enviando o orçamento formal com medidas exatas e valor, posteriormente a isso o processo de solicitação será aberto.

Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento. Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, transporte, alimentação, hospedagem, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

As adjudicatárias, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referentes ao ramo de atividades.

O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do registro e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal de contrato/ata de registro de preços, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

A realização do(s) serviço(s) deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

A realização do(s) serviços deverá ser efetuado em até 20(vinte) dias corridos ou conforme acordado entre ambas as partes, de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os serviços entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.

Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada serviço fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.

As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Caso a proponente entregue um serviço que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.

Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.

O(s) serviço(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.

A verificação da conformidade das especificações do(s) serviço(s) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).

Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

Caso atrase na prestação do serviço ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.

Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com alimentação, hidratação, transporte, hospedagem, embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) serviço(s) a ser(em) refeito(s).

A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o serviço(s) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.

Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.

O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 165.885,33 (cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.

O Instituto de Previdência Municipal de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 4.075,00 (quatro mil e setenta e cinco reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.

A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;

Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.

A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:

I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total da ata de registro de preços;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar a ata de registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;

• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da autorização de compras.
2. O Instrumento hábil de formalização da contrataçãoterá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 04 – Administração; 05 – Finanças; 06 – Planejamento; 08 – Educação; 09 – Saúde; 10 – Assistência Social; 12 – Desenvolvimento Econômico; 13 – Agricultura e Meio Ambiente; 14 – Cultura e Turismo; 16 – Compras e Patrimônio;.30 - Fundo Apos.PensõesBenf Servidores Munic.
Classificação Orçamentária:
Para Bens patrimoniais: 44.90.52.00.00.00 - PARA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surtaos seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 07 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***LOFTYFLEX PERSIANAS LTDA***

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Instituto De Previdência Municipal De Rolândia

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:BDF49E1D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal INIVALDO BATISTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:
01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 45/2026
Licitação n°: 10/2026
Modalidade: Pregão - Eletrônico
Data da Homologação: 21/08/2026
Data de adjudicação: 21/08/2026
Objeto homologado: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de solda.

TORNOMAQ LOCAÇÕES LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Horas de solda elétrica	Serviço	HRS	300,00	89,30	26.790,00
1	2	Barra de ferro ½ - 12 mm - 06 metros de comprimento	Serviço	UNI	20,00	40,30	806,00
1	3	Barra de ferro ¾ - 19mm - 06 metros de comprimento	Serviço	UNI	20,00	73,90	1.478,00
1	4	Barra de ferro 3/8 - 10mm - 06 metros de comprimento	Serviço	UNI	20,00	31,00	620,00
1	5	Barra de ferro 5/8 -16mm - 06 metros de comprimento	Serviço	UNI	20,00	52,90	1.058,00
1	6	Cantoneira de ferro 1 ½ X 3/16 - 06 metros de comprimento	Serviço	UNI	20,00	89,45	1.789,00
1	7	Cantoneira de ferro 1 X 1/8 - 06 metros de comprimento	Serviço	UNI	20,00	38,50	770,00
1	8	Cantoneira de ferro 3/4 X 1/8 - 06 metros de comprimento	Serviço	UNI	20,00	33,00	660,00
1	9	Cantoneira de ferro 7/8 X 1/8 - 06 metros de comprimento	Serviço	UNI	20,00	35,70	714,00
1	10	Perfil U 4 polegadas aço carbono 100 X 40 chapa 14 - 06 metros	Serviço	UNI	30,00	74,70	2.241,00
1	11	Tubo metalon (quadrado) aço carbono 30/30 chapa 18 - 06 metros	Serviço	UNI	30,00	39,80	1.194,00
1	12	Tubo metalon (quadrado) aço carbono 50/50 chapa 18 - 06 metros	Serviço	UNI	30,00	63,80	1.914,00
1	13	Tubo metalon (retangular) aço carbono 20/30 chapa 18 - 06 metros	Serviço	UNI	30,00	32,20	966,00
2	1	Horas de serviço de Torno	Serviço	HRS	250,00	75,60	18.900,00
2	2	Horas de solda Mig	Serviço	HRS	250,00	68,10	17.025,00
2	3	Horas de solda oxigênio	Serviço	HRS	250,00	53,80	13.450,00
2	4	Horas de solda Tig	Serviço	HRS	250,00	90,38	22.595,00

2	5	Prestação de serviços de montagem e desmontagem de equipamentos.	Serviço	HRS	300,00	60,10	18.030,00
TOTAL							131.000,00

Valor homologado: 131.000,00

Santa Amélia, 21 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito de Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:CA64DFCB

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DA PORTARIA Nº 557/2026

Onde se lê

A	Antonio Marcos Nicodemo	Secretario Municipal da Agricultura,Pecuáriae Meio Ambiente	Maringá – PR	TBY2I54	Participar de capacitação da Defesa Civil	R$ 140,00	24/08/2026

Leia-se

A	Antonio Marcos Nicodemo	Secretario Municipal de esporte e lazer	Maringá – PR	TBY2I54	Participar de capacitação da Defesa Civil	R$ 140,00	24/08/2026

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 21 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:CFE9FD0F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 561/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.538/2022.
I – Secretaria Municipal de Esporte

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Antonio Marcos Nicodemo	Secretario Municipal de Esoporte e Lazer	Curitiba– PR	UBP 0I65	Participar da reunião esporte que queremos junto da secretaria do estado	R$ 140,00	25/08/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 21 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:6A3321B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 562/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de administração

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Agnaldo Ribeiro	Motorista de veiculos pesados	Londrina – PR	TBY2I18	Levar veiculo para revisão	R$ 45,00	24 de agosto de 2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 21 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:0EBBCD9B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 563/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de administração

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Angelica Cristina deSouza Duque de Moraes	Auxiliar administrativo II	Curitiba – PR	UBP-0I65	Participar de capacitação	R$ 980,00	25 a 28 de agosto de 2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 21 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:81D49AEE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.556/2026

DECRETO Nº 2.556/2026

SÚMULA: Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Claudio Covre, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº. 4.320/1.964, e a Lei Municipal nº. 1164/2025, de 18 de novembro de 2025.

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no Orçamento, no valor total de **R$ 1.859.342,46 (um milhão e oitocentos e cinquenta e nove mil e trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
02	**SECRETÁRIA GERAL DE GABINETE**		
02.001	**GABINETE DO PREFEITO**		
04.122.0002.2002	**MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO**		
3.1.90.11	3 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	000	R$ 14.000,00
02	**SECRETÁRIA GERAL DE GABINETE**		
02.003	**CONTROLE INTERNO**		
04.124.0002.2004	**MANUTENÇÃO CONTROLE INTERNO**		
3.1.90.11	23 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	000	R$ 19.000,00
05	**SECRETÁRIA DE FINANÇAS E FAZENDA**		
05.002	**DIVISÃO DE CADASTROS, TRIBUTOS E ARRECADAÇÕES**		
04.129.0002.2011	**MAN. DA DIVISÃO TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CADASTRO**		
3.1.90.11	63 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	000	R$ 42.000,00
3.1.90.13	64 - Obrigações Patronais	000	R$ 6.500,00
3.3.90.46	68 - Auxílio-Alimentação	000	R$ 3.200,00
06	**SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**		
06.001	**DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**		
04.122.0002.2013	**MANUTENÇÃO DA DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**		
3.1.90.11	79 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	000	R$ 200.486,22
3.1.90.13	80 - Obrigações Patronais	000	R$ 20.000,00
07	**SECRETÁRIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**		
07.001	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
08.244.0004.2016	**MANUTENÇÃO CONSELHO TUTELAR**		
3.3.90.46	115 - Auxílio-Alimentação	000	R$ 2.300,00
08.244.0004.2017	**MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
3.1.90.11	116 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	000	R$ 31.000,00
3.1.90.11	116 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	793	R$ 13.302,79
08.244.0004.2026	**CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
3.1.90.11	149 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	000	R$ 28.000,00

3.1.90.13	150 - Obrigações Patronais	000	R$ 1.400,00
3.3.90.46	157 - Auxílio-Alimentação	000	R$ 700,00
08	**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001	**DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL**		
12.361.0005.2032	**MANUTENÇÃO FUNDEB FUNDAMENTAL**		
3.1.90.11	194 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1036	R$ 1.246,49
3.1.90.11	194 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	101	R$ 170.000,00
3.1.90.13	195 - Obrigações Patronais	101	R$ 24.094,86
08.002	**DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL**		
12.365.0005.2036	**MANUTENÇÃO FUNDEB INFANTIL**		
3.1.90.11	217 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1040	R$ 90.000,00
3.1.90.11	217 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4101	R$ 90.000,00
3.1.90.13	218 - Obrigações Patronais	1040	R$ 18.000,00
3.1.90.13	218 - Obrigações Patronais	4101	R$ 18.000,00
11	**SECRETÁRIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO**		
11.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**		
10.301.0009.2052	**MANUTENÇÃO AGENTES COMUNITÁRIOS SAÚDE**		
3.1.90.11	303 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	303	R$ 44.000,00
3.1.90.13	304 - Obrigações Patronais	303	R$ 39.000,00
10.301.0009.2053	**MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO**		
3.1.90.11	307 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1064	R$ 57.681,17
3.1.90.11	307 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	303	R$ 550.000,00
3.1.90.13	308 - Obrigações Patronais	303	R$ 113.000,00
3.3.90.39	318 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	134	R$ 30,98
3.3.90.46	319 - Auxílio-Alimentação	303	R$ 37.000,00
10.301.0009.2051	**MANUTENÇÃO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA**		
3.1.90.11	292 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	494	R$ 42.000,00
3.3.90.39	301 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	494	R$ 145.125,08
10.301.0009.2103	**INCREMENTO PAP - EMENDA PARLAMENTAR 39860005/2025**		
3.3.90.39	378 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1018	R$ 17.224,00
10.301.0009.2102	**INCREMENTO PAP - EMENDA PARLAMENTAR 20380010/2025**		
3.3.90.30	383 - Material de Consumo	1018	R$ 2.867,40
10.301.0009.2107	**EMENDA PARLAMENTAR 39820007/2025 C/C 573323433**		
3.3.71.70	396 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	1018	R$ 18.183,47
TOTAL			**R$ 1.859.342,46**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes abaixo, não previstos no Orçamento vigente:

Descrição	**Valor**
Superávit Financeiro 2025 - Fonte 1036 Complementação VAAF	R$ 1.246,49
Superávit Financeiro 2025 - Fonte 134 Fonte Saúde.	R$ 30,98
Superávit Financeiro 2025 - Fonte 101 FUNDEB 70%.	R$ 194.094,86
Superávit Financeiro 2025 - Fonte 494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.	R$ 187.125,08
Superávit Financeiro 2025 - Fonte 1064 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINDA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS PISOS SALARIAIS PARA PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM.	R$ 57.681,17
Superávit Financeiro 2025 - Fonte 000 - Recursos Ordinários (Livres).	R$ 368.586,22
Superávit Financeiro 2025 - Fonte 1018 - Emendas Individuais Impositivas – transferência com finalidade definida – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019).	R$ 17.224,00
Superávit Financeiro 2025 - Fonte 793 PROCAD SUAS.	R$ 894,97
Tendência de Excesso de Arrecadação – red. 104 Fonte 793 PROCAD SUAS.	R$ 12.407,82
Tendência de Excesso de Arrecadação – red. 31 Fonte 1018 - Emendas Individuais Impositivas – transferência com finalidade definida – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019).	R$ 21.050,87
Tendência de Excesso de Arrecadação – red. 37 Fonte 303 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).	R$ 783.000,00
Tendência de Excesso de Arrecadação – red. 68 Fonte 04101 - FUNDEB - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.	R$ 108.000,00
Tendência de Excesso de Arrecadação – red. 113 Fonte 1040 Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	R$ 108.000,00
TOTAL	**R$ 1.859.342,46**

Art. 3º - Ficam alteradas a Lei Municipal nº 1.135/2025, de 01 de julho de 2025 (LDO), e a Lei Municipal nº 1.134/2025, de 01 de julho de 2025 (PPA), em igual importância, observadas as alterações orçamentárias decorrentes da abertura do presente Crédito Especial.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 21 de agosto de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:1CCA511C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 10/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO				
PROCESSO ADMINISTRATIVO				
Modalidade:	Inexigibilidade			
Número/Ano:	10/2026	**Data de abertura:**	12/08/2026	

Data adjudicação:	12/08/2026	**Data homologação:**		21/08/2026	
Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**		Menor preço	
Modo de disputa:		**Condição de pagamento:**		Parcelada	
Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	
Objeto da licitação:					
ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO					

Nos termos do Art. 28, inciso I, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	**CNPJ/CPF**	
ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO E	00.474.973/0001-62	
Total:		

ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO E - Não Exclusivo

Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	
18478	PAGAMENTO DE TAXAS REFERENTE ECAD ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO.	un	1,0000	R$ 75.000,0000	
Valor Total: R$ 75.000,00					

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 21 de agosto de 2026

CLAUDIO COVRE
Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:9BC499A9

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - 20/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Modalidade:	Pregão Presencial			
Número/Ano:	20/2026	**Data de abertura:**	05/08/2026	
Data adjudicação:	18/08/2026	**Data homologação:**	21/08/2026	
Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**	Menor preço	
Modo de disputa:	Proposta - Lance	**Condição de pagamento:**	Parcelada	
Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:** Sim
Objeto da licitação:				

AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS

Nos termos do Art. 28, inciso I, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
HENRIQUE MASSAO ITO DUTRA	15.358.601/0001-48	R$ 270.350,00
KARINA APARECIDA DA SILVA CARVALHO MERCADO LTDA	21.534.063/0001-06	R$ 59.645,00
CLOVIS TAMAKI MARCELINO & SESTARE LTDA	09.509.295/0001-09	R$ 54.319,00
NIKKEY COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	62.390.734/0001-81	R$ 64.100,00
Total:		**R$ 448.414,00**

HENRIQUE MASSAO ITO DUTRA - Não Exclusivo

Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18227	CARNE BOVINA (ACÉM) MOÍDA: CARNE OBTIDA DA ESPÉCIE BOVINA, DE ANIMAIS SADIOS, HUMANITARIAMENTE ABATIDOS SOB SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL, OBTIDA A PARTIR DA MOAGEM DO CORTE BOVINO "ACÉM", MANIPULADA SOB RÍGIDAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, CONGELADA POR MEIO DE TÚNEL (OU CÂMARA) DE CONGELAMENTO RÁPIDO PELO PROCESSO IQF ("INDIVIDUAL QUICK-FROZEN").PARÂMETROS SENSORIAIS: ASPECTO CRU: GRÂNULOS DE CARNE SOLTOS, PRÓPRIO DA ESPÉCIE, UNIFORME, NÃO AMOLECIDO, NÃO PEGAJOSO, SEM ACÚMULO SANGUÍNEO; COR CARACTERÍSTICA AVERMELHADA SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS. ASPECTO COZIDO: COR COZIDO: PRÓPRIA E UNIFORME; ODOR COZIDO: PRÓPRIO; SABOR COZIDO: PRÓPRIO; CONSISTÊNCIA/TEXTURA COZIDO: PRÓPRIO. CARACTERISTICAS GERAIS: SEM EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM E APONEVROSES. O PRODUTO NÃO DEVERÁ TER A ADIÇÃO DE OUTROS INGREDIENTES ESTRANHOS AO PRODUTO COMO ÁGUA, SOJA, TEMPEROS, EXTRATO DE TOMATE, CORANTES E/OU CONSERVADORES E/OU QUALQUER OUTRO ADITIVO ALIMENTAR E/OU COADJUVANTES DE TECNOLOGIA/ELABORAÇÃO. NÃO SERÁ PERMITIDA A OBTENÇÃO DO PRODUTO A PARTIR DE MOAGEM DE CARNES ORIUNDAS DA RASPA DE OSSOS E CARNE	KG	2500,0000	R$ 23,4000	R$ 58.500,00
	MECANICAMENTE SEPARADA – CMS.EMBALAGEM: DEVERÁ SER APRESENTADA EM SACO PLÁSTICO COM ALTA TRANSPARÊNCIA. O MATERIAL DEVERÁ SER: ATÓXICO, DE ALTA TERMOSSOLDABILIDADE (GARANTINDO A HERMETICIDADE ATÉ A UTILIZAÇÃO FINAL), ALTA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E/OU PERFURAÇÃO, E LIVRE DE ODORES ESTRANHOS. DEVERÁ AINDA SER RESISTENTE ÀS CONDIÇÕES ROTINEIRAS DE RECEBIMENTO, ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE, GARANTIR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DO PRODUTO DURANTE TODO O SEU PRAZO DE VALIDADE. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).				
18228	CARNE BOVINA (COXÃO MOLE) CUBOS CONGELADA: CARNE PROVENIENTE DA ESPÉCIE BOVINA, DE ANIMAIS, SADIOS, HUMANITARIAMENTE ABATIDOS SOB SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL, PROCEDENTE DE QUARTO TRASEIRO, MANIPULADA SOB RÍGIDAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, APRESENTADA NO CORTE COXÃO MOLE, EM CUBOS, CONGELADA POR MEIO DE TÚNEL (OU CÂMARA) DE CONGELAMENTO RÁPIDO PELO PROCESSO IQF ("INDIVIDUAL QUICK-FROZEN"). OS CUBOS DEVERÃO TER TAMANHO/PESO UNIFORMES. PARÂMETROS SENSORIAIS: ASPECTO CRU: GRÂNULOS DE CARNE SOLTOS, PRÓPRIO DA ESPÉCIE, UNIFORME, NÃO AMOLECIDO, NÃO PEGAJOSO, SEM ACÚMULO SANGUÍNEO; COR CARACTERÍSTICA AVERMELHADA SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS. ASPECTO COZIDO: COR COZIDO: PRÓPRIA E UNIFORME; ODOR COZIDO: PRÓPRIO; SABOR COZIDO: PRÓPRIO; CONSISTÊNCIA/TEXTURA COZIDO: PRÓPRIO. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	2000,0000	R$ 31,5000	R$ 63.000,00
18229	CARNE BOVINA (PATINHO) ISCAS CONGELADA: CARNE PROVENIENTE DA ESPÉCIE BOVINA, DE ANIMAIS, SADIOS, HUMANITARIAMENTE ABATIDOS SOB SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL, PROCEDENTE DE QUARTO TRASEIRO, MANIPULADA SOB RÍGIDAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, APRESENTADA NO CORTE PATINHO, EM ISCAS, CONGELADA POR MEIO DE TÚNEL (OU CÂMARA) DE CONGELAMENTO RÁPIDO PELO PROCESSO IQF ("INDIVIDUAL QUICK-FROZEN"). AS ISCAS DEVERÃO TER TAMANHO/PESO UNIFORMES. PARÂMETROS SENSORIAIS: ASPECTO CRU: GRÂNULOS DE CARNE SOLTOS, PRÓPRIO DA ESPÉCIE, UNIFORME, NÃO AMOLECIDO, NÃO PEGAJOSO, SEM ACÚMULO SANGUÍNEO; COR CARACTERÍSTICA AVERMELHADA SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS. ASPECTO COZIDO: COR COZIDO: PRÓPRIA E UNIFORME; ODOR COZIDO: PRÓPRIO; SABOR COZIDO: PRÓPRIO; CONSISTÊNCIA/TEXTURA COZIDO: PRÓPRIO. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	1500,0000	R$ 29,4000	R$ 44.100,00
18230	CARNE SUÍNA LOMBO EM CUBOS CONGELADA: CARNE PROVENIENTE DE MACHOS E FÊMEAS DA ESPÉCIE SUÍNA, SADIOS, HUMANITARIAMENTE ABATIDOS (SEGUNDO REGULAMENTO TÉCNICO VIGENTE DE MÉTODO DE INSENSIBILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE AÇOUGUE) E SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDENTE DE QUARTO TRASEIRO, MANIPULADA SOB RÍGIDAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, APARADA, SEM PELE, CORTADA EM CUBOS, CONGELADA, E APRESENTADA NO CORTE LOMBO. PARÂMETROS SENSORIAIS: ASPECTO CRU:	KG	1500,0000	R$ 10,3000	R$ 15.450,00

	GRÂNULOS DE CARNE SOLTOS, PRÓPRIO DA ESPÉCIE, UNIFORME, NÃO AMOLECIDO, NÃO PEGAJOSO, SEM ACÚMULO SANGUÍNEO; COR CARACTERÍSTICA AVERMELHADA SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS. ASPECTO COZIDO: COR COZIDO: PRÓPRIA E UNIFORME. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).				
18231	CARNE SUÍNA PERNIL EM ISCAS CONGELADA: CARNE PROVENIENTE DE MACHOS E FÊMEAS DA ESPÉCIE SUÍNA, SADIOS, HUMANITARIAMENTE ABATIDOS (SEGUNDO REGULAMENTO TÉCNICO VIGENTE DE MÉTODO DE INSENSIBILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE	KG	1500,0000	R$ 10,0500	R$ 15.075,00
	AÇOUGUE) E SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDENTE DE QUARTO TRASEIRO, MANIPULADA SOB RÍGIDAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, APARADA, SEM PELE, CORTADA EM ISCAS, CONGELADA, E APRESENTADA NO CORTE PERNIL.PARÂMETROS SENSORIAIS: ASPECTO CRU: GRÂNULOS DE CARNE SOLTOS, PRÓPRIO DA ESPÉCIE, UNIFORME, NÃO AMOLECIDO, NÃO PEGAJOSO, SEM ACÚMULO SANGUÍNEO; COR CARACTERÍSTICA AVERMELHADA SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS. ASPECTO COZIDO: COR COZIDO: PRÓPRIA E UNIFORME; ODOR COZIDO: PRÓPRIO; SABOR COZIDO: PRÓPRIO; CONSISTÊNCIA/TEXTURA COZIDO: PRÓPRIO. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).				
18232	FILÉ DE PEITO DE FRANGO (SASSAMI) CONGELADO: O FILÉ DE FRANGO (SASSAMI), PROVENIENTE DE AVES SADIAS, HUMANITARIAMENTE ABATIDAS (SEGUNDO REGULAMENTO TÉCNICO VIGENTE DE MÉTODO DE INSENSIBILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE AÇOUGUE) E SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA, ORIUNDA DO PEITO DE FRANGO, SEM OSSOS E/OU PELES, MANIPULADA SOB RÍGIDAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, DEVERÁ SE APRESENTAR SOB A FORMA DE FILÉS DE PEITO , ÍNTEGRO, SEM ESTAR DESPEDAÇADO OU QUEBRADO, CONGELADO POR MEIO DE TÚNEL (OU CÂMARA) DE CONGELAMENTO RÁPIDO PELO PROCESSO IQF (“INDIVIDUAL QUICK-FROZEN”) OU ATRAVÉS DE TÚNEIS DE CONGELAMENTO CONTÍNUO. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	800,0000	R$ 12,7000	R$ 10.160,00
18233	FRANGO INTEIRO CONGELADO, ASPECTO PRÓPRIO DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSO, EMBALADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO, COM REGISTRO NO SIF, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, PACOTE COM NO MÍNIMO 2,5Kg. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	3000,0000	R$ 7,0000	R$ 21.000,00
18234	SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO: CARNE DE FRANGO PROVENIENTE DE AVES SADIAS, ABATIDAS HUMANITARIAMENTE (SEGUNDO REGULAMENTO TÉCNICO VIGENTE DE MÉTODO DE INSENSIBILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE AÇOUGUE) E SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA, ORIUNDA DA COXA DE FRANGO, MANIPULADA SOB RÍGIDAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, CONGELADA POR MEIO DE TÚNEIS DE CONGELAMENTO CONTÍNUO OU POR MEIO DE TÚNEIS (OU CÂMARAS) DE CONGELAMENTO RÁPIDO PELO PROCESSO IQF (“INDIVIDUAL QUICK- FROZEN”). PARÂMETROS SENSORIAIS: ASPECTO CRU: GRÂNULOS DE CARNE SOLTOS, PRÓPRIO DA ESPÉCIE, UNIFORME, NÃO AMOLECIDO, NÃO PEGAJOSO, SEM ACÚMULO SANGUÍNEO; COR CARACTERÍSTICA AVERMELHADA SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS. ASPECTO COZIDO: COR COZIDO: PRÓPRIA E UNIFORME. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	1500,0000	R$ 7,9000	R$ 11.850,00
18235	PEITO DE FRANGO SEM OSSO: PEITO DE FRANGO SEM OSSO, SEM PELE E SEM GORDURA, CONGELADO. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS DE POLIETILENO RESISTENTE, COM APROXIMADAMENTE 1 KG POR PACOTE, COM MARCA DO FABRICANTE DO PRODUTO E REGISTRO NO ÓRGÃO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA (SIF), VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR CONSISTÊNCIA FIRME NÃO AMOLECIDA, ODOR E COR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVE APRESENTAR FORMAÇÕES DE CRISTAIS DE GELO, PENAS E PENUGENS, PERFURAÇÕES, COÁGULOS E QUEIMADURAS POR CONGELAMENTO. O PRODUTO DEVERÁ RESPEITAR O LIMITE MÁXIMO DE ÁGUA ESTABELECIMENTO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. O TRANSPORTE DEVERÁ SER REALIZADO EM VEÍCULO ADEQUADO, LIMPO E EM TEMPERATURA IDEAL PARA SUA CONSERVAÇÃO. A CADA ENTREGA DEVERÁ SER ENTREGUE O CERTIFICADO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DO LOTE FORNECIDO. APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO	KG	1800,0000	R$ 13,0000	R$ 23.400,00
	DE 5 DIAS. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).				
18241	ALHO: IN NATURA, GRUPO BRANCO, SUBGRUPO NOBRE (DE 5 A 20 BULBILHOS GRAÚDOS E FIRMES POR BULBO), TIPO EXTRA (NÚMERO 6). COLORAÇÃO UNIFORME E CASCA LISA. ISENTO DE TERRA E OUTRO MATERIAL ESTRANHO, SUJIDADES, PRAGAS E INSETOS, LESÕES, ODORES ESTRANHOS E EM ESTADO DE DECOMPOSIÇÃO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO DE 10 KG, CONTENDO NO RÓTULO OU ETIQUETA A IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, ORIGEM DO PRODUTO, GRUPO, SUBGRUPO, CLASSE, TIPO, PESO LÍQUIDO E DATA DO ACONDICIONAMENTO. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	500,0000	R$ 11,5000	R$ 5.750,00
18246	CEBOLA: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCA, COMPACTA E FIRME. SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS OU MECÂNICAS, RACHADURAS E CORTES. TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	700,0000	R$ 2,9500	R$ 2.065,00
Valor Total: R$ 270.350,00					

KARINA APARECIDA DA SILVA CARVALHO MERCADO LTDA - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
18236	QUEIJO TIPO MUSSARELA RESFRIADO: VALIDADE MÍNIMA: 90 (NOVENTA) DIAS. SABOR: SUAVE, LEVEMENTE SALGADO, PRÓPRIO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: PLÁSTICA, ATÓXICA, RESISTENTE, FECHADO A VÁCUO, CONTENDO PESO LIQUIDO DE 03(TRÊS) KG A 05(CINCO)KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO COM ABAS SUPERIORES E INFERIORES LACRADAS. APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO DE 5 DIAS. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	500,0000	R$ 37,0000	R$ 18.500,00
18237	PRESUNTO RETANGULAR RESFRIADO: VALIDADE MÍNIMA: 75 (SETENTA E CINCO) DIAS. CARACTERÍSTICAS: APARÊNCIA: PRÓPRIA. COR: ROSADA INTERNAMENTE. ODOR: PRÓPRIO. SABOR: PRÓPRIO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACO PLÁSTICO ATÓXICO, RESISTENTE, FECHADA A VÁCUO, DE ALTA BARREIRA CONTENDO PESO LIQUIDO DE 03(TRÊS) KG A 05(CINCO)KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO COM ABAS SUPERIORES E INFERIORES, DEVIDAMENTE LACRADA. APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO DE 5 DIAS. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	500,0000	R$ 22,8500	R$ 11.425,00
18243	BATATA INGLESA: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCA, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS OU MECÂNICAS, RACHADURAS E CORTES. TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	3000,0000	R$ 3,8000	R$ 11.400,00
18250	LARANJA PÊRA: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES. TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	3500,0000	R$ 3,4500	R$ 12.075,00
18255	REPOLHO: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, VERDE, TAMANHO MÉDIO, PRIMEIRA QUALIDADE, CABEÇAS FECHADAS, SEM	UND	500,0000	R$ 5,7000	R$ 2.850,00
	FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENROS, SEM MANCHAS E COM COLORAÇÃO UNIFORME, LIVRES DE TERRA NAS FOLHAS EXTERNAS. NÃO SERÃO PERMITIDOS DEFEITOS NAS VERDURAS QUE AFETEM A SUA FORMAÇÃO E A SUA APARÊNCIA, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES E INSETOS, NÃO ESTAR DANIFICADA POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).				
18257	TOMATE: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, PRIMEIRA QUALIDADE, TOMATE TIPO SALADA TAMANHO, MÉDIO, COM APROXIMADAMENTE 80% DE MATURAÇÃO, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENROS, SEM MANCHAS, COM COLORAÇÃO UNIFORME E BRILHO. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	500,0000	R$ 6,7900	R$ 3.395,00
Valor Total: R$ 59.645,00					

CLOVIS TAMAKI MARCELINO & SESTARE LTDA - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
18239	FILÉ DE PEIXE – TILÁPIA: CONGELADO, SEM ESPINHA, ISENTO DE TODA E QUALQUER EVIDÊNCIA DE DECOMPOSIÇÃO, EM EMBALAGENS TRANSPARENTES E ATÓXICAS DE 1KG E 2KG, NÃO VIOLADAS, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, Nº DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, Nº DO REGISTRO NO SIF, SIE OU SIM COM VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO DE 5 DIAS. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	500,0000	R$ 46,9900	R$ 23.495,00
18240	ALFACE CRESPA: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, FRESCA, ÓTIMA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO TURGESCENTE, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. DEVERÃO APRESENTAR COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES E TÍPICOS DA VARIEDADE. NÃO SERÃO PERMITIDOS DEFEITOS NAS VERDURAS QUE AFETEM A SUA COLORAÇÃO E A SUA APARÊNCIA, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES E INSETOS, NÃO ESTAR DANIFICADA POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A APARÊNCIA. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	UND	600,0000	R$ 3,9400	R$ 2.364,00
18245	BRÓCOLIS: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLHEITA RECENTE, FRESCO, EM ESTÁGIO DE AMADURECIMENTO ADEQUADO PARA CONSUMO. COLORAÇÃO TOTALMENTE VERDE. SEM SUJEIRAS, PARASITAS, LARVAS E DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARÊNCIA. ISENTO DE ENFERMIDADES E DANOS FÍSICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	UND	300,0000	R$ 6,6000	R$ 1.980,00
18248	COUVE MANTEIGA: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, ÓTIMA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO TURGESCENTE, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. DEVERÃO APRESENTAR COLORAÇÃO E TAMANHOS UNIFORMES E TÍPICOS DA VARIEDADE. NÃO SERÃO PERMITIDOS DEFEITOS NAS VERDURAS QUE AFETEM A SUA FORMAÇÃO E A SUA APARÊNCIA, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES E INSETOS, NÃO ESTAR DANIFICADA POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A APARÊNCIA. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	UND	500,0000	R$ 4,6900	R$ 2.345,00
18249	COUVE FLOR: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, DE COR CREME, ISENTA DE FOLHAS E COM TALO MÁXIMO DE 3 CM. DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DO CULTIVAR BEM DEFINIDAS, ESTAR FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDA, BEM FORMADA, LIMPA, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS E ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	UND	300,0000	R$ 7,7000	R$ 2.310,00
18251	LIMÃO TAITI: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, DE PRIMEIRA, FRESCO, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, FORNECENDO BOA QUANTIDADE DE CALDO. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	500,0000	R$ 7,9000	R$ 3.950,00

18254	PEPINO JAPONÊS: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, IN NATURA, VARIEDADE COMUM, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSISTÊNCIA FIRME, COLORAÇÃO VERDE ESCURO E SEM PONTOS ESCURECIDOS. ISENTO DE TERRA E OUTRO MATERIAL ESTRANHO, SUJIDADES, PRAGAS, LESÕES, ODORES E SABOR ESTRANHOS E EM ESTADO DE DECOMPOSIÇÃO. NÃO ESTAR COMPLETAMENTE MADURO. PESO APROXIMADO DA UNIDADE: 300G. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	500,0000	R$ 4,4900	R$ 2.245,00
18256	TANGERINA PONKAN: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, "IN NATURA", DE PRIMEIRA QUALIDADE. FRESCA, COM GRAU DE MATURIDADE DE 80%, INTACTA, LIVRE DE RACHADURAS, CORTES E ESMAGAMENTO. ISENTA DE MATERIAIS TERROSOS E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	2000,0000	R$ 6,4800	R$ 12.960,00
18258	VAGEM: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, SER FRESCOS, TER ATINGIDO O GRAU MÁXIMO NO TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE E VARIEDADE, APRESENTAR GRAU MÁXIMO DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES, NÃO ESTAR DANIFICADO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	300,0000	R$ 8,9000	R$ 2.670,00
Valor Total: R$ 54.319,00					

NIKKEY COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
18238	OVO DE GALINHA: PRODUTO BRANCO TIPO EXTRA, FRESCO, LIMPO, PESANDO APROXIMADAMENTE 60 G. CADA UM, ACOMODADOS EM BANDEJAS DE PAPELÃO COM 30 UNIDADES LACRADAS COM PLÁSTICOS ATÓXICOS, ACONDICIONADAS EM CAIXAS LACRADAS, LIMPAS SECAS, NÃO VIOLADAS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. A EMBALAGEM, TANTO NAS BANDEJAS COMO NAS CAIXAS, DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE EMBALAGEM, DATA DE VALIDADE, CONDIÇÕES DE DO SIF ARMAZENAMENTO, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA	BD	800,0000	R$ 16,7000	R$ 13.360,00
	AGRICULTURA/SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO. APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO DE 5 DIAS. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).				
18242	BANANA NANICA: CLIMATIZADA, DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, SER FRESCOS, TER ATINGIDO O GRAU MÁXIMO NO TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE E VARIEDADE, APRESENTAR GRAU MÁXIMO DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES, NÃO ESTAR DANIFICADO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A SUA APARÊNCIA, A POLPA E O PEDÚNCULO QUANDO HOUVER, DEVERÃO SE APRESENTAR INTACTOS E FIRMES. NÃO SERÃO PERMITIDOS MANCHAS OU DEFEITOS NA CASCA. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	3500,0000	R$ 3,7500	R$ 13.125,00
18244	BETERRABA: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, SER FRESCOS, TER ATINGIDO O GRAU MÁXIMO NO TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE E VARIEDADE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES, NÃO ESTAR DANIFICADO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A SUA APARÊNCIA. NÃO SERÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES NA CASCA, MOFOS E PARTES PODRES. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	500,0000	R$ 3,9500	R$ 1.975,00
18247	CENOURA: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, EXTRA A TAMANHO MÉDIO. DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME. SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS OU MECÂNICAS, RACHADURAS E CORTES. TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES. DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	500,0000	R$ 4,9800	R$ 2.490,00
18252	MAÇÃ NACIONAL FUJI: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, FRESCA, DE PRIMEIRA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS. COM POLPA FIRME E INTACTA. TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA. ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL. ISENTA DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	KG	3500,0000	R$ 8,3500	R$ 29.225,00
18253	MAMÃO FORMOSA: DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, SER FRESCO, TER ATINGIDO O GRAU MÁXIMO NO TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE E VARIEDADE, APRESENTAR GRAU MÁXIMO DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES, NÃO ESTAR DANIFICADO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A SUA APARÊNCIA E A POLPA. NÃO SERÃO PERMITIDOS MANCHAS OU DEFEITOS NA CASCA. (De acordo com as especificações descritas no Termo de Referência).	UND	500,0000	R$ 7,8500	R$ 3.925,00
Valor Total: R$ 64.100,00					

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 21 de agosto de 2026

CLAUDIO COVRE
Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:90984B35

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026

Eu Willian Cezar Viega, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21 c/c Decreto Municipal n.º 2.430/2024.

Considerando a plena regularidade e legalidade do certame, com a devida observância dos princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, eficiência, moralidade, ampla defesa e julgamento objetivo das propostas, proporcionando aos interessados ciência dos atos realizados;

Considerando que o presente processo licitatório resultou em proposta de preço vantajosa para a Administração Pública;

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026, com fundamento no Art. 29, da Lei Federal nº14.133/21, da empresa abaixo:

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.**

Resolve: Adjudicar em favor da seguinte empresa:

Empresa: **COAGIL COMERCIAL AGRICOLA IDEHARA LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 77.196.822/0001-14, sito na Av. Presidente Vargas, 295, Térreo, centro, CEP: 87.910-000, na cidade de Santa Isabel do Ivai, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 249.785,00 (oitocentos e trinta e seis mil e quinhentos reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	AGULHA DE ADMISSÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 60,00	R$ 1.200,00
1	ANEL DE COMPRESSÃO DE AÇO 0 38X1,5MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 45,00	R$ 900,00
1	ANEL DE PROTEÇÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 55,00	R$ 1.100,00
1	ARRUELA DE PRESSÃO 15X60X3.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 30,00	R$ 600,00
1	ARRUELA DE PROTEÇÃO DE AÇO 19.95X60X0,4.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 12,00	R$ 240,00
1	ARRUELA DE PROTEÇÃO 20,1X80,4X1,2.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 25,00	R$ 500,00
1	CABEÇOTE DE ASPIRAÇÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 30,00	R$ 600,00
1	CABEÇOTE DE CORTE TRIMCUT 41-2.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 245,00	R$ 4.900,00
1	CABO DO ACELERADOR.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 210,00	R$ 4.200,00
1	CARBURADOR C1S-S3E.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 445,00	R$ 8.900,00
1	CARCAÇA DA ENGRENAGEM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 445,00	R$ 8.900,00
1	CARCAÇA TANQUE DE POLIAMIDA.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 574,99	R$ 11.499,80
1	CILINDRO COM PISTÃO 0 38MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 990,00	R$ 19.800,00
1	CINTA DUPLA PARA OMBRO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 245,00	R$ 4.900,00
1	COBERTURA.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 155,00	R$ 3.100,00
1	CONEXÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 130,00	R$ 2.600,00
1	CORDÃO DE ARRANQUE 0 3,5MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 20,00	R$ 400,00
1	EIXO DE ACIONAMENTO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 305,00	R$ 6.100,00
1	EIXO DE ESTRANGULAMENTO COM ALAVANCA.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 100,00	R$ 2.000,00
1	EIXO DO AFOGADOR.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 100,00	R$ 2.000,00
1	EMBREAGEM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 320,00	R$ 6.400,00
1	ENGRENAGEM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 795,00	R$ 15.900,00
1	FILTRO ADICIONAL.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 20,00	R$ 400,00
1	FILTRO DE AR.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
1	FIO CORTE QUADRADO 3,0MM X 312MT.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 550,00	R$ 11.000,00
1	FIO CORTE REDONDO 3;0 MM X 300M.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 500,00	R$ 10.000,00
1	GAIOLA DE AGULHAS 10XL4XL3MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 55,00	R$ 1.100,00
1	INJETOR DA VÁLVULA.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 65,00	R$ 1.300,00
1	JOGO DE PEÇAS DO CARBURADOR.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 200,00	R$ 4.000,00
1	JOGO DE PINHÕES.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 445,00	R$ 8.900,00
1	JOGO DE PROTEÇÃO 420MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 155,00	R$ 3.100,00
1	JUNTA DE VEDAÇÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 15,00	R$ 300,00
1	JUNTA DE VEDAÇÃO DO SILENCIADOR.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 15,00	R$ 300,00
1	JUNTA DO CILINDRO	UNIDADE	Serviço	20	R$ 20,00	R$ 400,00
1	LÂMINA 02 FACAS DE AÇO 305-2 ESPECIAL.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 190,00	R$ 3.800,00
1	LÂMINA 02 PONTAS 350MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 44,20	R$ 884,00
1	LUVAS DE SEGURANÇA (EPI) - P, M, G.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
1	MANIPULO DE ARRANQUE DE POLIETILENO	UNIDADE	Serviço	20	R$ 20,00	R$ 400,00
1	MODULO DE IGNIÇÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 575,00	R$ 11.500,00
1	MOLA COM HASTE.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 10,00	R$ 200,00
1	MOLA DE RECUO	UNIDADE	Serviço	20	R$ 65,00	R$ 1.300,00
1	MOLA DE TRAÇÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 15,00	R$ 300,00
1	ÓCULOS DE PROTEÇÃO (EPI).	UNIDADE	Serviço	20	R$ 25,00	R$ 500,00
1	PARAFUSO DE AÇO IS-M5X20.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 7,56	R$ 151,20
1	PARAFUSO DE FECHAMENTO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 20,00	R$ 400,00
1	PISTÃO 0,38MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 330,00	R$ 6.600,00
1	POLIA.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 45,00	R$ 900,00
1	PORCA DE SEGURANÇA COM COLAR M12X15.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 30,00	R$ 600,00
1	PRATO DE PRESSÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 140,00	R$ 2.800,00
1	RETENTOR 12X20X5MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 30,00	R$ 600,00
1	RETENTOR 12X32X7MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 37,00	R$ 740,00
1	ROLAMENTO DE ESFERAS 6000.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 85,00	R$ 1.700,00
1	ROLAMENTO DE ESFERAS 6001.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 85,00	R$ 1.700,00
1	ROLAMENTO DE ESFERAS 6001-Z.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 105,00	R$ 2.100,00
1	ROLAMENTO DE ESFERAS 6201.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 110,00	R$ 2.200,00
1	ROLAMENTO DE ESFERAS 6202-2RS.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 140,00	R$ 2.800,00
1	ROLAMENTO DE ESFERAS 6203-2RS.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 165,00	R$ 3.300,00
1	SILENCIADOR DE CHAPA DE AÇO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 155,00	R$ 3.100,00
1	TAMPA DO ARRANQUE.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 120,00	R$ 2.400,00
1	TAMPA DO FILTRO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 160,00	R$ 3.200,00
1	TAMPA DO TANQUE.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 50,00	R$ 1.000,00
1	TERMINAL DA VELA.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 35,00	R$ 700,00
1	TUBO DE GRAXA 80GR	UNIDADE	Serviço	20	R$ 56,00	R$ 1.120,00
1	TUBO DO EIXO 28MM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 420,00	R$ 8.400,00
1	TUBO DO PUNHO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 290,00	R$ 5.800,00
1	VELA DE IGNIÇÃO.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 50,00	R$ 1.000,00
1	VIRABREQUIM.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 660,00	R$ 13.200,00
1	VOLANTE.	UNIDADE	Serviço	20	R$ 440,00	R$ 8.800,00
1	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DAS ROÇADEIRAS	HORAS	Serviço	150	R$ 35,00	R$ 5.250,00

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.
Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 21 de agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:1493A5CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO Nº 3960 DATA: 21/08/2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

DECRETO Nº 3960
Data: 21/08/2026

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Santa Izabel do Oeste para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2844 de 16 de dezembro de 2025 e da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 43, § 1º, inciso I.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Santa Izabel do Oeste - PR, um Crédito Adicional Suplementar no Exercício Financeiro de 2026, no valor R$ 674.583,75 (seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	10	Secretaria da Assistência Social	
Unidade	001	Fundo Municipal da Assistência Social	
Função	0008	Assistência Social	
Subfunção	0245	Serviços Socioassistenciais	
Programa de Governo	0016	GESTÃO INTEGRADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Meta	2501	Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social	
Despesa		**Fonte**	**2026**
3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente		01018	2.078,28

Órgão	07	Secretaria da Educação	
Unidade	001	Secretaria da Educação	
Função	0012	Educação	
Subfunção	0361	Ensino Fundamental	
Programa de Governo	0007	EDUCAÇÃO PARA TODOS: COM QUALIDADE, EQUIDADE E INOVAÇÃO	
Meta	2148	Manutenção do Ensino Fundamental	
Despesa		**Fonte**	**2026**
3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente		00105	58.291,32

Órgão	09	Secretaria da Saúde	
Unidade	002	Fundo Municipal de Saúde	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0301	Atenção Básica	
Programa de Governo	0022	BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
Meta	2518	Investimento e Ampliação da Rede de Serviços de Saúde	
Despesa		**Fonte**	**2026**
3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente		00304	184.665,87
3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente		00378	184.767,23

Órgão	09	Secretaria da Saúde	
Unidade	002	Fundo Municipal de Saúde	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0301	Atenção Básica	
Programa de Governo	0024	ATENÇÃO PRIMÁRIA	
Meta	2110	Manutenção da Rede de Atenção Primária	
Despesa		**Fonte**	**2026**
3339030000000000000 - Material de consumo		00377	40.000,00
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00377	44.442,76
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00494	1.026,34
3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil		00494	97.743,45
3339030000000000000 - Material de consumo		00499	1.629,74

Órgão	09	Secretaria da Saúde	
Unidade	002	Fundo Municipal de Saúde	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0303	Suporte Profilático e Terapêutico	
Programa de Governo	0026	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
Meta	2112	Manutenção da Rede de Assistência Farmacêutica	
Despesa		**Fonte**	**2026**
3339030000000000000 - Material de consumo		00494	18.000,00
3339030000000000000 - Material de consumo		00494	8.442,00

Órgão	09	Secretaria da Saúde	
Unidade	002	Fundo Municipal de Saúde	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0304	Vigilância Sanitária	
Programa de Governo	0027	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
Meta	2113	Manutenção da Rede de Vigilância em Saúde	

Despesa	Fonte	2026
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00494	33.294,59
3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	00518	202,17

Art. 2º - Para cobertura do presente Decreto, serão utilizados os recursos oriundos dos Saldos Financeiros apurados no balanço do exercicio anterior (2025), não comprometidos, conforme o seguinte detalhamento por fontes de recursos.

Fonte	Descrição	Valor (R$)
01018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	2.078,28
00105	Alienação de Bens da Educação	58.291,32
00304	Alienação de Bens da Saúde	184.665,87
00377	Bloco de Custeio SUS - Estadual	84.442,76
00378	Bloco de Investimento SUS - Estadual	184.767,23
00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	158.506,38
00499	Gestão do SUS	1.629,74
00518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	202,17
Total		**674.583,75**

Art. 3º - Ficam Ajustadas as Cotas de Receitas e o Cronograma de desembolso que sofreram alterações em virtude do presente decreto.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 21 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Everton Leandro Camargo Mendes
Código Identificador:5EAB6883

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 160

DECRETO 160/2026
De 21 de agosto de 2026

Sumula: Autoriza o Chefe do poder executivo municipal a abrir um crédito suplementar de provável excesso no orçamento vigente no valor R$ 335.698,29 (Trezentos e Trinta e Cinco Mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Nove Centavos) e dá outras providências.

O Prefeito do município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1264/2025 de 24/11/2025.
DECRETO
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito suplementar, no orçamento vigente, no valor de R$ 335.698,29 (Trezentos e Trinta e Cinco Mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Nove Centavos) na seguinte dotação orçamentária:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2005	Atividades de Assessoria Jurídica	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.500,00
	SUBTOTAL	1.500,00
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV. ECONÔMICO	
03.001	DEPTO. PROJETOS, ENG. IND. COMÉRCIO E TURISMO	
04.122.0002.2007	Manutenção da Assessoria de Planejamento	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPTO. DE ADM. MATERIAL E PATRIMÔNIO E REC. HUMANOS	
04.122.0003.2011	Manutenção do Departamento de Administração	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	61.717,64
	SUBTOTAL	61.717,64
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1340	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	44.675,75
	SUBTOTAL	44.675,75
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.001	DPTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
20.122.0002.2054	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2590	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00

08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2073	Ações do Programa Saúde Bucal	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3660	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	9.804,90
10.301.0007.2075	Assistência Especializada e Média complexidadel -CISOP	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3794	00327-Emenda - 20380007 - Incremento Temporário ao Piso da Atenção Primária - PAP - Sen. Flávio Arns	157.000,00
10.244.0007.2069	Ações do Programa de Agentes Comunitários	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
3230	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.000,00
10.301.0007.2070	Atividade da Assistencia Médica e Sanitária	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
3410	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
10.301.0007.2073	Ações do Programa Saúde Bucal	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
3720	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	2.000,00
	SUBTOTAL	183.804,90
10	SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES	
10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
26.122.0002.2103	Manutenção do Departamento de Transportes	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
5330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
10.002	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
15.451.0008.2134	Cidade Limpa	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
5930	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
15.122.0002.2111	Manutenção do Departamento de Serviços urbanos	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
5670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
	SUBTOTAL	34.000,00
	TOTAL	335.698,29

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação conforme demonstrativo em anexo e integrante desta Lei, de acordo com o Inciso II do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00. 00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	20.286,25
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00. 00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	138.658,97
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00. 00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS	19.753,08
TOTAL		178.698,30

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Caroline Klein
Código Identificador:1B4A1E68

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026 - PROCESSO Nº 697/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026 - Processo nº 697/2026
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de solução educacional integrada, composta por equipamento digital interativo, plataforma pedagógica compatível e serviços associados, destinada ao atendimento das necessidades da Rede Municipal de Ensino de Santo Antônio do Sudoeste – PR

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço, Por item
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: aplicando-se no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021; Decreto Municipal nº. 4.084/2024 de 26 de maio de 2006, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.
EMPRESA VENCEDORA – preço por item.

B2G COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	SOLUÇÃO EDUCACIONAL INTEGRADA Ferramenta ludopedagógica interativa composta por equipamento digital com interface sensível ao toque, destinada ao uso educacional por estudantes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, permitindo o desenvolvimento de atividades pedagógicas individuais e colaborativas. O sistema deverá possibilitar a integração da interface digital com objetos e blocos pedagógicos físicos (manipuláveis e concretos), visando promover	QUINYX	ADAQTM-2106-ZB## + PMD-26H19	UN	10,00	32.600,00	326.000,00

		experiências de aprendizagem multissensorial, estimular a coordenação motora fina e favorecer o desenvolvimento cognitivo compatível com as etapas de ensino atendidas pela Rede Municipal. Especificações mínimas de hardware: • Processador com desempenho compatível com a execução simultânea do sistema operacional, da plataforma pedagógica e das funcionalidades previstas neste Termo de Referência, possuindo, no mínimo, 2 (dois) núcleos de processamento e frequência igual ou superior a 2,0 GHz, ou desempenho equivalente, desde que comprovadamente capaz de atender às funcionalidades exigidas neste Termo de Referência; • Memória RAM mínima de 4 GB ou capacidade equivalente que assegure o pleno funcionamento da solução; • Armazenamento interno mínimo de 120 GB, utilizando tecnologia SSD, eMMC, memória Flash de alta velocidade ou tecnologia equivalente; • Tela sensível ao toque, com área útil igual ou superior a 21,5 (vinte e uma vírgula cinco) polegadas e resolução mínima Full HD (1920 x 1080), ou tecnologia de exibição equivalente que assegure qualidade de visualização compatível com as atividades pedagógicas previstas; • Conectividade Wi-Fi e porta Ethernet; • No mínimo 2 (duas) portas USB ou tecnologia equivalente destinada à conexão dos periféricos necessários ao pleno funcionamento da solução; • Sistema de áudio integrado, microfone e webcam integrados. A estrutura física deverá possuir mecanismo que permita o reposicionamento da superfície de interação entre as posições horizontal (mesa) e vertical (totem), mantendo plena funcionalidade da solução, de forma a atender diferentes estratégias pedagógicas, favorecer a acessibilidade, a ergonomia, a visualização coletiva dos conteúdos e a adaptação às diferentes atividades desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino, em observância aos princípios do Desenho Universal. Deverá ser compatível com sistemas operacionais amplamente utilizados no mercado, inclusive soluções baseadas em software livre, desde que garantida a plena funcionalidade, interoperabilidade e integração da solução pedagógica, vedada qualquer exigência de tecnologia proprietária específica. Sua interface deverá ser gráfica, intuitiva e adequada à utilização por estudantes e profissionais da educação, proporcionando experiência de uso compatível com dispositivos interativos amplamente difundidos no mercado. A solução deverá acompanhar plataforma pedagógica integrada, disponibilizada por meio de aplicativo local, plataforma online ou solução híbrida, permitindo o planejamento, gerenciamento e acompanhamento das atividades educacionais e do desenvolvimento dos estudantes. A solução pedagógica poderá disponibilizar funcionalidades baseadas em Inteligência Artificial (IA) ou tecnologias funcionalmente equivalentes, destinadas ao apoio pedagógico, à análise do desenvolvimento dos estudantes, à personalização das atividades de aprendizagem e à geração de relatórios gerenciais, não constituindo requisito exclusivo para atendimento ao objeto, desde que todas as funcionalidades pedagógicas previstas neste Termo de Referência sejam integralmente atendidas. O acervo digital deverá ser estruturado e compatível com os cinco Campos de Experiência da Educação Infantil e com as Áreas do Conhecimento dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e demais diretrizes curriculares nacionais aplicáveis. O acesso ao sistema deverá ocorrer mediante identificação da instituição e login individualizado dos usuários. A solução deverá contemplar, no mínimo, os perfis de acesso Administrador, Gestor e Professor, ou perfis funcionalmente equivalentes que assegurem o gerenciamento adequado da solução. A solução deverá permitir o cadastro, gerenciamento e armazenamento de planos de aula, contemplando, no mínimo, identificação do plano, data de aplicação, área do conhecimento ou campo de experiência, recursos utilizados, descrição do conteúdo, objetivos pedagógicos e campo para observações. O software deverá ser plenamente compatível com o equipamento fornecido, podendo ser desenvolvido pelo mesmo fabricante ou por terceiros, desde que garantida a completa integração, interoperabilidade e pleno funcionamento da solução educacional. As especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência representam requisitos mínimos de desempenho, funcionalidade, compatibilidade, acessibilidade e qualidade necessários ao atendimento da necessidade pública identificada pela Administração, sendo admitidas soluções, componentes e tecnologias equivalentes ou superiores que comprovadamente atendam às funcionalidades exigidas, vedada qualquer interpretação que implique direcionamento de marca, fabricante ou modelo específico.					
TOTAL								326.000,00

Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste - PR, em 21/08/2026.

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:5A867CE6

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA Nº 45/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE DISPENSA Nº 45/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para planejamento, organização e realização de Processo Seletivo Simplificado (PSS) para provimento de vagas temporárias no quadro de servidores do Município de Santo Antônio do Sudoeste, contemplando os seguintes cargos: AGENTE ADMINISTRATIVO, AGENTE DE SAÚDE BUCAL, AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, AGENTES DE VEÍCULO, AGENTE OPERADOR DE MÁQUINAS, ASSISTENTE SOCIAL, CUIDADOR SOCIAL, DENTISTA, ENFERMEIRO(A), ENGENHEIRO CIVIL, FARMACEUTICO/BIOQUÍMICO, FISIOTERAPEUTA, FONODIOLOGO, NUTRICIONISTA, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, PSICÓLOGO 20 H, PSICÓLOGO 40 H, TÉCNICO EM ENFERMAGEM..
Em cumprimento ao disposto no artigo 75 inciso II, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando o vencedor pelo critério de menor preço por item:

INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Contratação de empresa especializada para planejamento, organização e Contratação de empresa especializada para planejamento, organização e realização de Processo Seletivo Simplificado (PSS) para provimento de vagas temporárias no quadro de servidores do Município de Santo Antônio do Sudoeste, contemplando os seguintes cargos: AGENTE ADMINISTRATIVO, AGENTE DE SAÚDE BUCAL, AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, AGENTES DE VEÍCULO, AGENTE OPERADOR DE MÁQUINAS, ASSISTENTE SOCIAL, CUIDADOR SOCIAL, DENTISTA, ENFERMEIRO(A), ENGENHEIRO CIVIL, FARMACEUTICO/BIOQUÍMICO, FISIOTERAPEUTA, FONODIOLOGO, NUTRICIONISTA, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, PSICÓLOGO 20 H, PSICÓLOGO 40 H, TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SERV	1,00	54.000,00	54.000,00
TOTAL						54.000,00

Homologo a presente licitação,
Santo Antônio do Sudoeste, em 21/08/2026.

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:4BDC43C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2026 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2026
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2026

OBJETO: aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados à alimentação dos estudantes da rede municipal de educação básica, com recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme as condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública nº 01/2026, em seus anexos e no Projeto de Venda selecionado, que integram este instrumento independentemente de transcrição.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO MUN. DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE MARCO
Valor:

Grupo	Item	Produto	Unidade	Valor unitário adotado
Grupo 01 – Frutas	1	Abacate	kg	R$ 5,50
Grupo 01 – Frutas	2	Amora	kg	R$ 17,96
Grupo 01 – Frutas	3	Banana	kg	R$ 4,48
Grupo 01 – Frutas	4	Banana maçã/prata	kg	R$ 6,25
Grupo 01 – Frutas	5	Caqui	kg	R$ 10,73
Grupo 01 – Frutas	6	Laranja	kg	R$ 5,47
Grupo 01 – Frutas	7	Laranja baiana/lima	kg	R$ 7,57
Grupo 01 – Frutas	8	Mamão	kg	R$ 7,34
Grupo 01 – Frutas	9	Manga	kg	R$ 8,64
Grupo 01 – Frutas	10	Maracujá	kg	R$ 10,91
Grupo 01 – Frutas	11	Melancia	kg	R$ 3,37
Grupo 01 – Frutas	12	Pitaya	kg	R$ 15,80
Grupo 01 – Frutas	13	Tangerina poncã	kg	R$ 5,50
Grupo 01 – Frutas	14	Tangerina mexerica/murcote/bergamota	kg	R$ 6,90
Grupo 01 – Frutas	15	Uva	kg	R$ 14,60
Grupo 02 – Hortaliças	1	Acelga	kg	R$ 8,28
Grupo 02 – Hortaliças	2	Alface	kg	R$ 10,47
Grupo 02 – Hortaliças	3	Couve-manteiga	kg	R$ 12,51
Grupo 02 – Hortaliças	4	Espinafre	kg	R$ 11,40
Grupo 02 – Hortaliças	5	Quiabo	kg	R$ 10,23
Grupo 02 – Hortaliças	6	Repolho	kg	R$ 5,00

Grupo 02 – Hortaliças	7	Rúcula	kg	R$ 11,76
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	1	Abóbora descascada, picada e embalada	kg	R$ 6,62
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	2	Abobrinha verde	kg	R$ 5,46
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	3	Batata-doce	kg	R$ 4,51
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	4	Berinjela	kg	R$ 6,38
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	5	Beterraba	kg	R$ 6,21
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	6	Brócolis	kg	R$ 10,72
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	7	Cenoura	kg	R$ 5,88
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	8	Chuchu	kg	R$ 4,77
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	9	Couve-flor	kg	R$ 9,88
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	10	Inhame	kg	R$ 8,25
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	11	Milho verde com até três palhas	kg	R$ 9,01
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	12	Mandioca descascada, picada, embalada e congelada	kg	R$ 7,66
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	13	Pepino	kg	R$ 5,55
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	14	Tomate	kg	R$ 6,59
Grupo 03 – Legumes e Tubérculos	15	Vagem	kg	R$ 13,52
Grupo 04 – Temperos	1	Alho-poró	kg	R$ 13,45
Grupo 04 – Temperos	2	Cebola	kg	R$ 6,40
Grupo 04 – Temperos	3	Cebolinha verde	kg	R$ 19,24
Grupo 04 – Temperos	4	Limão	kg	R$ 4,98
Grupo 04 – Temperos	5	Pimentão	kg	R$ 7,64
Grupo 04 – Temperos	6	Salsinha	kg	R$ 20,74
Grupo 05 – Panificados	1	Pão caseiro/artesanal	kg	R$ 17,61
Grupo 05 – Panificados	2	Bolacha caseira	kg	R$ 24,57
Grupo 05 – Panificados	3	Macarrão caseiro	kg	R$ 15,27
Grupo 05 – Panificados	4	Cuca/bolo simples	kg	R$ 21,10
Grupo 06 – Feijões, Leguminosas e Complementos	1	Amendoim descascado	kg	R$ 21,92
Grupo 06 – Feijões, Leguminosas e Complementos	2	Feijão carioca tipo 2	kg	R$ 7,04
Grupo 06 – Feijões, Leguminosas e Complementos	3	Feijão preto	kg	R$ 7,04
Grupo 06 – Feijões, Leguminosas e Complementos	4	Melado de cana	kg	R$ 28,33
Grupo 06 – Feijões, Leguminosas e Complementos	5	Mel de abelha	kg	R$ 34,90
Grupo 07 – Ovos	1	Ovos caipiras — tipo grande	dúzia	R$ 11,81

Para fins de planejamento e controle orçamentário, o valor máximo estimado da contratação será distribuído por grupo, da seguinte forma:

Grupo	**Descrição**	**Valor máximo estimado**
Grupo 01	Frutas in natura – Convencional PNAE	R$ 52.000,00
Grupo 02	Hortaliças – Convencional PNAE	R$ 45.000,00
Grupo 03	Legumes e Tubérculos – Convencional PNAE	R$ 48.000,00
Grupo 04	Temperos – Convencional PNAE	R$ 12.000,00
Grupo 05	Panificados – Convencional PNAE	R$ 41.000,00
Grupo 06	Feijões, Leguminosas e Complementos – Convencional PNAE	R$ 25.000,00
Grupo 07	Ovos – Convencional PNAE	R$ 18.000,00
	Valor máximo total estimado da contratação	**R$ 241.000,00**

TOTAL DOS LOTES É DE R$ 241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil reais).
VIGÊNCIA: Expira – se em 06 de agosto de 2027.
São José das Palmeiras, 20 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:D397E92D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

DIVISÃO DE PESSOAL
CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Nos moldes da Lei nº 2.158/25 (artigo 9º, 10º e seus incisos), certifico, por fim, a autenticidade da documentação (título) dos servidores abaixo listados, concedendo o avanço da Progressão por Conhecimento.

Matrícula	**Nome Completo**	**Cargo**	**Grau de Ingresso**	**Nível**
1199	ADÃO RODRIGUES DA COSTA	Auxiliar Administrativo	Médio	II
12	ALEX VAZ VIEIRA	Oficial Administrativo	Médio	II
883	ANA CLAUDIA FLORENTINO DE LIMA	Auxiliar Serviços Gerais	Fundamental	II
1113	ANA CRISTINA PERCEGUINO	Assistente Social	Superior	III
875	ANA HELENA DE SOUZA	Auxiliar De Serviços	Fundamental	III
913	ANDREA DE OLIVEIRA CLARO DA SILVA	Técnico em Enfermagem	Médio	III
463	ANGELICA CRISTINA PIOLA BARBOSA GASPAR	Enfermeiro	Superior	III
873	ANIELI ANTONINA PIOLA BARBOSA ZUCOLLI	Enfermeiro	Superior	III
1198	CARMEN BEATRIZ DE OLIVEIRA	Auxiliar Administrativo	Médio	III
1194	CLAUDIA MENDES CREMONE	Merendeira	Fundamental	II
541	CRISTIANE APARECIDA DA SILVA SANTOS	Auxiliar de Serviços	Fundamental	III
869	CRISTIANE FERREIRA LEOPOLDO	Auxiliar Serviços Gerais	Fundamental	II
818	DAIANE APARECIDA SOUZA ARANHA DA SILVA	Auxiliar de Serviços	Fundamental	II
912	DEBORA RITA SERGIO DOS REIS	Técnico em Enfermagem	Técnico/Médio	II
1282	EDUARDO HENRIQUE BALTRUSCH DE GOIS	Engenheiro Agrônomo	Superior	III
1216	FABIANI APARECIDA DA SILVA CANDIOTO	Enfermeiro	Superior	III
820	GESSICA BERTOLLA	Auxiliar de Serviços	Fundamental	III
1272	IVAN SATIHIRO TAGAMI	Engenheiro Civil	Superior	II
506	JOSE ALFREDO DE CARVALHO NETO	Cirurgião Dentista	Superior	II

366	JOSE ANTONIO DIONISIO	Auxiliar Serviços Gerais	Fundamental	II
870	JULIANA DOMINGUES GONÇALVES	Auxiliar Serviços Gerais	Fundamental	II
382	JUSSARA DOS SANTOS PAULINO DA SILVA	Auxiliar de Serviços	Fundamental	III
857	KAMILA KAROLINE NICOLETTI DA SILVA	Auxiliar de Serviços	Fundamental	II
1217	KARINA MENEZES SOUTO	Técnico em Enfermagem	Técnico/Médio	III
899	KEILA FERNANDA DA SILVA	Auxiliar Serviços Gerais	Fundamental	II
852	KELLY FRANCO DE LIMA	Nutricionista	Superior	III
1203	LUANA ORIAS ARAUJO	Auxiliar Administrativo	Médio	III
527	LUCI TOKIE SAKAMOTO MINAMIZAWA	Enfermeiro	Superior	II
1125	LUCIA GOMES CORREA	Auxiliar de Serviços	Fundamental	II
1155	LUIZ HENRIQUE BARBARA DE ARAUJO	Auxiliar Administrativo	Médio	II
895	MARCIO ADALBERTO OIZUMI	Auxiliar Administrativo	Médio	II
535	MARICIA CIRLENE RAMALHO	Auxiliar de Serviços	Fundamental	II
911	MAURICIO PEREIRA CANDIDO	Administrador	Superior	III
351	NIVALDO MATEUS	Auxiliar Serviços Gerais	Fundamental	II
814	PEDRO ALVES DA COSTA JUNIOR	Agente Tributário	Superior	II
1108	RAFAEL SOARES VIDOTTI	Cirurgião Dentista	Superior	II
1115	RENATA CAROLINA CARVALHO VOLTOLINI	Advogado	Superior	II
856	ROMULO RICARDO JANONI SOARES	Administrador	Superior	III
806	ROSANE CAMARGO ALMEIDA	Agente De Endemias	Médio	III
822	ROSANGELA VALERIA URIAS BARBARA	Auxiliar De Serviços	Fundamental	II
828	VALERIA PADILHA PINTO	Auxiliar De Serviços	Fundamental	II
855	VANIA ANTUNES DOMINGUES DA COSTA	Administrador	Superior	III
824	VIVIANE RODRIGUES PERES VENTURA	Auxiliar De Serviços	Fundamental	III
1132	WAGNER MINORU TAMEHIRO	Auxiliar Administrativo	Médio	II
825	WALTON HONORIO DA SILVA	Auxiliar De Serviços	Fundamental	II

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 20 de agosto de 2026.

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Recursos Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:37013182

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5164/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 520.000,00 (Quinhentos e Vinte Mil Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 520.000,00 (Quinhentos e Vinte Mil Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0004.2006	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
510	00000-Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00
	SUBTOTAL	250.000,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
07.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
20.605.0009.2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
	SUBTOTAL	80.000,00
09	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
09.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	
27.812.0013.2054	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4920	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
12	SECRETARIA DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	
12.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0018.2071	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7170	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
13	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.451.0017.1003	PAVIMENTAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA DE VIAS URBANAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
7480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
20	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	

20.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.0008.2080	MANUTENÇAO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
8300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00
	SUBTOTAL	150.000,00
	TOTAL	520.000,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.006	DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
06.181.0004.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
930	00000-Recursos Ordinários (Livres)	29.000,00
	SUBTOTAL	29.000,00
05	SECRETARIA DE OBRAS, HABITAÇÃO E SANEAMENTO	
05.001	DEPARTAMENTO DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO	
15.451.0006.1001	INFRA ESTRUTURA, OBRAS DE SANEAMENTO	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	59.000,00
15.451.0006.2014	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE OBRAS E SANEAMENTO	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	38.000,00
	SUBTOTAL	97.000,00
06	SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
06.001	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	
04.123.0005.2017	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE FINANÇAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	39.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	89.000,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
07.002	DEPARTAMENTO DE VETERINÁRIA	
20.608.0010.2024	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE VETERINÁRIA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
	SUBTOTAL	200.000,00
09	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
09.002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0012.2055	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE CULTURA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5020	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
	SUBTOTAL	40.000,00
12	SECRETARIA DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	
12.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0018.2071	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7160	00000-Recursos Ordinários (Livres)	65.000,00
	SUBTOTAL	65.000,00
	TOTAL	520.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 21/08/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:EF9C0068

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA 7/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	242/2026
b) Licitação Nº:	7/2026
c) Modalidade:	Concorrência
d) Data Adjudicação:	21/08/2026
e) Objeto Adjudicado:	Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para Execução de uma Creche Projeto Padrão do Programa Infância Feliz Paraná, da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, com área a ser construída de 456,86 m², localizada na Rua Manoel Sevidanis Bibó, nº308, Lote:15, 16 17, 20, 21 e 22 – Quadra: 14, Residencial Alto das Palmeiras, Sertanópolis - Pr, sob número de matrícula 15.615

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
162	06040082430010605144905100000	1000	OBRAS E INSTALACOES
162	06040082430010605144905100000	21011	OBRAS E INSTALACOES

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: FELIZARDO ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA-ME - CNPJ: 07.928.262/0001-60
Valor total adjudicado: R$ 1.629.998,55

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO		UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	OBRAS E INSTALAÇÕES		Obra	1	R$ 1.629.998,55	R$ 1.629.998,55

VALOR TOTAL ADJUDICADO: R$ 1.629.998,55 (um milhão, seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos).
Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 21 de agosto de 2026

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:77690430

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
4º TERMO ADITIVO – REF. CONTRATO Nº. 68/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE – GRUPOS "A", "B" E "E" GERADOS PELO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS/PR, PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO, PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL DE PESSOA JURÍDICA REFERENTE AO CONTRATO Nº 68/2024, OBJETO DA PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2024, FIRMADO ENTRE O SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 78.318.359/0001-07, COM SEDE NA RUA SENADOR SOUZA NAVES, Nº 487, EM SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NESTE ATO REPRESENTADO PELA DIRETORA SUPERINTENDENTE SRA. GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA, BRASILEIRA, CASADA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE R.G. Nº 648.871.09-9, INSCRITA NO CPF/MF SOB N.º 031.604.949-26, RESIDENTE E DOMICILIADA NA CIDADE DE SERTANÓPOLIS/PR, DORAVANTE DENOMINADO DE CONTRATANTE E EMPRESA O3 GESTÃO AMBIENTAL LTDA, CNPJ N.º 02.456.361/0001-72, SITUADO NA RUA SEIS, Nº 131, JARDIM VALE VERDE, CEP: 18.960-000, BERNARDINO DE CAMPOS/SP., REPRESENTADA POR SEU RESPONSÁVEL, SR FRANCISCO MAXIMIANO PINTO FILHO, BRASILEIRO, RG N.º 40.891.811-1 SSP/SP, CPF N.º 364.668.008-30, RESIDENTE E DOMICILIADO EM OURINHOS-SP, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA.
ALTERA-SE A CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO CONTRATO ***N.º 68/2024***, FICANDO ENTÃO PRORROGADA POR 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DA DATA DE 21 DE AGOSTO DE 2026, DE ACORDO COM ART. 107, DA LEI 14.123/21.

CLÁUSULA SEGUNDA
ALTERA-SE A PRIMEIRA E QUINTA CLÁUSULA O CONTRATO N.º 68/2024, R$ 42.988,00 (QUARENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E OITENTA E OITO REAIS), PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor ajustado	Valor. Total
1	Coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos do Serviço Municipal de Saúde – RSS de acordo com a classificação das Resoluções CONAMA n°358/2005 e ANVISA RDC N°222/2018, com estimativa aproximada de 367 kg ao mês, Resíduos dos grupos "A" e "E", "B". Frequência de coleta – semanal.	SERV.	4.400	R$ 9,36	R$ 9,77	R$ 42.988,00

CLÁUSULA TERCEIRA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS.
E, POR ESTAREM JUSTOS CERTOS E ACORDADOS COM O PRESENTE TERMO ADITIVO, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 02 (DUAS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA QUE SERÃO ANEXADAS AO CONTRATO INICIAL, FEITO NA ÉPOCA E ADITADO NESTA OPORTUNIDADE NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS CONSTANTES.

SERTANÓPOLIS, 21 DE AGOSTO DE 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde

FRANCISCO MAXIMIANO PINTO FILHO
O3 Gestão Ambiental LTDA

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:C2119005

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.422/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
21/08/2026
Estado do Paraná
Exercício: 2026

Decreto nº 4422/2026 de 21/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 214.842,83 (duzentos e catorze mil oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
09.000.00.000.0000.0.000.	Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.	Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.361.0006.2.052.	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
641 - 3.3.90.32.00.00 107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA	110.000,00
	DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
09.001.12.365.0006.2.099.	MANUTENÇÃO DO CMEI MARIA DAS DORES DE ALCÂNTARA	
797 - 3.3.90.32.00.00 107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	61.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.302.0007.2.116.	MANUTENÇÃO DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS E PRIVADAS	
1699 - 3.3.90.39.00.00 857	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	43.842,83
Total Suplementação:		**214.842,83**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Provável Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.1.3.50.91.02.00000000	Fonte: 857	43.842,83
Receita:1.7.1.4.50.01.00.00000000	Fonte: 107	171.000,00
Total da Receita:		**214.842,83**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:9E4878E4

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.423/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4423/2026 de 21/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 272.785,00 (duzentos e setenta e dois mil setecentos e oitenta e cinco reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Fazenda e Planejamento	
04.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
04.001.04.129.0014.1.048.		EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	

239 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	785,00
08.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários	
08.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Rodoviários	
08.003.26.782.0013.2.038.		MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	
544 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
939 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
10.001.10.302.0007.2.116.		MANUTENÇÃO DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS E PRIVADAS	
1028 - 3.3.90.39.00.00	494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00
10.001.10.306.0007.2.069.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
1089 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
Total Suplementação:			**272.785,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
04.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Fazenda e Planejamento	
04.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade	
04.003.04.123.0014.2.022.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	
293 - 3.3.91.97.00.00	1000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	785,00
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.122.0007.2.063.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
880 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
936 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
10.001.10.302.0007.2.064.		MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
972 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
10.001.10.302.0007.2.115.		MANUTENÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS E HOSPITAIS	
1022 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Obras e Edificações	
12.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Edificações	
12.003.15.451.0015.1.025.		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ALMOXARIFADO	
1383 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.000,00
Total Redução:			**272.785,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:9EE222E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 374/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 60/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 60/2026 de 07/07/2026(sete dias de julho de 2026) que tem por objeto a **Registro de preço para serviço de alinhamento, balanceamento da linha baixa e média e cambagem..**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

SIDNEI LUQUES NUNES BORRACHARIA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ALINHAMENTO DE VANS, KOMBI E CAMINHONETES	PROPRIA		SER	30,00	104,99	3.149,70
2	1	ALINHAMENTO DIANTEIRO DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE	PROPRIA		SER	70,00	83,99	5.879,30
3	1	ALINHAMENTO TRASEIRO DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE	PROPRIA		SER	80,00	258,99	20.719,20
4	1	BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE	PROPRIA		SER	70,00	83,99	5.879,30
5	1	BALANCEAMENTO DE VANS, KOMBI E CAMINHONETES	PROPRIA		SER	30,00	104,99	3.149,70
6	1	CAMBAGEM	PROPRIA		SER	150,00	104,99	15.748,50

TOTAL	54.525,70

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e um dias de agosto de 2026. (21/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:A69C3C29

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 375/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 66/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 66/2026 de 21/07/2026(vinte e um dias de julho de 2026) que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de buffet na modalidade self-service para evento da vigilância sanitária de Terra Rica nos dias 07, 08 e 09 de outubro de 2026.**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

FATIMA GASPAROTTO ANDRADE 66127564972 - MATRIZ								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	SERVIÇO DE BUFFET PARA EVENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA SERVIÇO DE BUFFET DE EVENTOS Serv iço de buf f et liv re para a Of icina de Vigilância Sanitária a ser realizada nos dias 02, 03 e 04 de setembro de 2026 em Terra Rica. O serv iço inclui o f ornecimento de 3 caf és da manhã, 2 caf és da tarde e 2 almoços, de acordo com as descrições do termo de ref erência, para um público de 120 pessoas. A contratada dev erá serv ir 240 almoços (120 por dia), e 600 cof f e break (caf é da manhã e caf é da tarde, sendo 360 cafés da manhã 240 caf és da tarde. O contratante f ornecerá apenas o espaço para preparo das ref eições, não f ornecendo equipamentos (f ogões, ref rigeradores, f reezers, panelas, utensílios domésticas e de cozinha em geral, gás, etc). A contratada dev e transportar e instalar, por sua conta, todos os equipamentos de cozinha (inclusiv e gás) e utensílios de utilidades domésticas, inclusive expositores de ref eição (assadeiras, tigelas, etc) e pratos e talheres que os presentes se alimentem. A contratada deve ofertar o serviço na modalidade de buffet livre, com oferta dos alimentos a vontade (sem pesagem) a todos os presentes, nas seguintes especificações: Primeiro dia de Almoço: a) arroz branco tipo agulhinha; b) feijão tipo carioca; c) proteínas: 1 proteína bovina (miolo de paleta, colchão mole ou musculo) cozida na panela tipo 'carne de panela' servida com mandioca amarela cozida), 1 carne de frango (carne de frango assada no forno, do tipo coxa e sobrecoxa); d) saladas: alface, repolho, pepino, tomate. Bebidas: refrigerante sabor cola e guaraná, suco natural de fruta (mínimo de 2 sabores). Bebidas (refrigerantes e sucos) servidas geladas entre (temperatura máxima de 5ºC). Segundo dia de almoço: a) arroz branco tipo agulhinha; b) feijão tipo carioca; c) arroz temperado (yakimeshi ou a grega); c) 1 massa (nhoque de mandioca a bolonhesa ou yakisoba vegetariano (com brócolis, acelga, cenoura, gengibre, couve-flor, etc); d) proteína:	PROPRIA	NÃ£O INFORMADO	SER	1,00	33.933,60	33.933,60

		churrasco assado no espeto (miolo de paleta, alcatra ou fraldinha), mandioca amarela cozida, salada (su no mono, acelga, alface, tomate c/ cebola). Bebidas: refrigerante sabor cola e guaraná, suco natural de fruta (mínimo de 2 sabores). Bebidas (refrigerantes e sucos) servidas geladas entre (temperatura máxima de 5ºC). Café da Manhã dos três dias: Pão, pão de queijo, lanche natural, presunto, queijo, manteiga, bolacha artesanal tipo rosquinha de pinga e/ou sequilhos de nata, doce de leite pastoso tipo caseiro, café, chá, iogurte natural (não aceita-se bebida láctea, apenas iogurte), leite, suco natural de laranja. Bebidas (refrigerantes e sucos) servidas geladas entre (temperatura máxima de 5ºC). Café da tarde Primeiro dia: bolo tipo caseiro (2 sabores, podendo ser: laranja, cenoura com cobertura de chocolate, fubá com goiabada ou chocolate com cobertura de chocolate), salgadinho frito de 3 tipos (coxinha, rissoles, quibe, bolinha de queijo ou esfirra), torta salgada de frango, café, leite, suco natural de fruta (mínimo de 2 sabores). Bebidas (refrigerantes e sucos) servidas geladas entre (temperatura máxima de 5ºC). Café da tarde Segundo dia: lanche natural (pão caseiro, presunto, queijo, cenoura, alface, tomate e um molho), mini pastel (recheio de carne moída), salgadinho frito de 3 tipos (coxinha, rissoles, quibe, bolinha de queijo ou esfirra), bolo tipo caseiro (2 sabores, podendo ser: laranja, cenoura com cobertura de chocolate, fubá com goiabada ou chocolate com cobertura de chocolate), café e suco natural de fruta (mínimo de 2 sabores). Bebidas (refrigerantes e sucos) servidas geladas entre (temperatura máxima de 5ºC).						
TOTAL								33.933,60

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e um dias de agosto de 2026. (21/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:7000C735

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4691

DECRETO Nº.4691/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 444.551,40 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	1001	Encargos Especiais	5.2.28.846.1800.4 - Indenizações e Restituições 339093 - Indenizações e restituições Vínculo: 00964 - Transferência Itaipu Binacional nº. 4127403/2023	265.551,40
Suplementar	540	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2035 - Manutenção das Atividades do Programa de Apoio ao Transporte Escolar 339030 - Material de consumo Vínculo: 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	85.000,00
Suplementar	541	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2035 - Manutenção das Atividades do Programa de Apoio ao Transporte Escolar 339030 - Material de consumo Vínculo: 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	80.000,00
Suplementar	716	Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental	10.2.18.541.1350.2048 - Manutenção das Atividades da limpeza, manejo e destinação de resíduos sólidos urbanos 447170 - Rateio pela participação em consórcio público	14.000,00

			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o Superávit, excesso e cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;
I. Superávit Financeiro apurado no encerramento do exercício financeiro de 2025, conforme prevê o inciso I do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na importância de R$ 252.090,24 (duzentos e cinquenta e dois mil, noventa reais e vinte e quatro centavos), nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recurso	
00964 - Transferência Itaipu Binacional nº. 4127403/2023	252.090,24

II. Excesso de arrecadação, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na importância de R$ 13.461,16 (treze mil, quatrocentos e sessenta e um reais e dezesseis centavos), nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recurso				
Excesso			4132101110500000000 Vínculo: 00964 - Transferência Itaipu Binacional nº. 4127403/2023	13.461,16
Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	503	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno 339030 - Material de consumo Vínculo: 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	50.000,00
Anulação Dotação	504	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno 339030 - Material de consumo Vínculo: 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	20.000,00
Anulação Dotação	510	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno 339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita Vínculo: 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	30.000,00
Anulação Dotação	512	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno 339033 - Passagens e despesas com locomoção Vínculo: 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	35.000,00
Anulação Dotação	530	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno 449052 - Equipamentos e material permanente Vínculo: 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	30.000,00
Anulação Dotação	697	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	10.1.18.122.1350.2042 - Manutenção da Secretaria do meio Meio Ambiente 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	14.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 21 de Agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:1AFED1FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 67-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 108/2026, MODALIDADE: PREGÃO Nº 67/2026
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 108/2026, Modalidade: PREGÃO Nº 67/2026, o(s) participante(s):

23639 - DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP							
Lote: 1 - LOTE 01- GESTÃO							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ESTUDOS INICIAIS E ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE AÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO, CONFORME SUBITEM 3.1 DESTE TR.	RELATORIO/UNIDADE		1	R$35.800,00	R$35.800,00
2	IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA GESTÃO DO CTM, CONFORME SUBITEM 3.2 DESTE TR.	SOFTWARE/UNIDADE		1	R$55.290,00	R$55.290,00
3	LICENÇA DE USO DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA DE GESTÃO DO CTM E SERVIÇOS DE NUVEM, CONFORME SUBITEM 3.3 DESTE TR.	MESES		12	R$11.662,50	R$139.950,00
4	CONSULTORIA EM PROCESSOS E TREINAMENTOS, CONFORME SUBITEM 3.4 DESTE TR.	HORAS		30	R$179,88	R$5.396,40
5	LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DIGITAL DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO PARA OBTENÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS VERTICAIS COLORIDAS DO TERRITÓRIO URBANO DO MUNICÍPIO, COM GSD 6 CM OU MELHOR, CONFORME SUBITEM 3.5 DESTE TR.	KM2		12	R$5.775,00	R$69.300,00
6	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO TERRESTRE MULTIDIRECIONAL (360º) DOS LOGRADOUROS URBANOS, RESOLUÇÃO DE 12K, CONFORME SUBITEM 3.6 DESTE TR.	IMOVEL/UNIDADE		9.000	R$7,46	R$67.140,00
7	ATUALIZAÇÃO DO MAPA DIGITAL URBANO - MDU, CONFORME SUBITEM 3.7 DESTE TR.	IMOVEL/UNIDADE		9.000	R$22,75	R$204.750,00
8	REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO IMOBILIÁRIO URBANO - CTM, INCLUINDO FOTO DE FACHADA DAS EDIFICAÇÕES E RECLASSIFICAÇÃO DO PADRÃO CONSTRUTIVO, CONFORME SUBITEM 3.8 DESTE TR.	IMOVEL/UNIDADE		9.000	R$39,43	R$354.870,00
9	ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES IMÓVEIS URBANOS - PGV, DE ACORDO COM A NBR 14.653 DA ABNT, CONFORME SUBITEM 3.9 DESTE TR.	IMOVEL/UNIDADE		9.000	R$14,03	R$126.270,00
	Total do Fornecedor:					R$1.058.766,40

23639 - DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP			
Lote	% Desc.	% Desc. Neg.	Valor Total
1 - LOTE 01- GESTÃO		0	R$ 1.058.766,40

Total Fornecedor:	R$ 1.058.766,40

Terra Roxa, 21 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:AB8E89E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
DECRETO Nº 59/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 75.697.094/0001-07
Site: www.tomazina.pr.gov.br
Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Centro, Tomazina – PR - CEP: 84935-000
DECRETO Nº 59/2026

SÚMULA: Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento de 2026 do Município de Tomazina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOMAZINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e autorização contida na Lei Municipal nº 676/2025, de 10 de Dezembro de 2025, e o art. 43, parágrafo 1º, da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de março de 1964.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício um crédito no valor de R$ 362.883,47 (trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
03.001 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.4.122.3.2015-3.3.90.14.00.00.00.00 - 26 - DIÁRIAS-CIVIL	R$2.905,09
00000/00000. Recursos Ordinários (Livres)	2.905,09
04.000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
04.001 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
04.001.15.452.13.2017-3.3.71.70.00.00.00.00 - 57 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO	R$20.000,00
00511/00511. Taxas - Prestação de Serviços	20.000,00
04.001.15.452.13.2017-3.3.90.30.00.00.00.00 - 59 - MATERIAL DE CONSUMO	R$50.000,00
00000/00000. Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA	
05.001.10.301.6.2023-3.3.90.14.00.00.00.00 - 95 - DIÁRIAS-CIVIL	R$100.000,00
00303/00303. Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	100.000,00
05.001.10.301.6.2023-3.3.90.30.00.00.00.00 - 96 - MATERIAL DE CONSUMO	R$115.978,38
00303/00303. Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	100.000,00
00937/00494. Bl. Custeio das Ações e Serv. Saúde - Emenda Ind. 202538090001	13.504,94
00945/00494. (SF) - Operação Verão Maior PR - Resolução 1729/2025	2.473,44
05.001.10.302.26.2028-3.3.71.70.00.00.00.00 - 164 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO	R$45.000,00
00303/00303. Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	45.000,00
06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.003 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
06.003.12.361.9.2063-3.3.90.30.00.00.00.00 - 232 - MATERIAL DE CONSUMO	R$20.000,00
00104/00104. Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	20.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
07.002 - ESPORTE	
07.002.27.812.17.2065-3.3.90.39.00.00.00.00 - 267 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	R$5.000,00
00921/01050. Recursos - Fundo Mun. do Esporte	5.000,00
09.000 - SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA	
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
09.001.8.122.4.2071-3.3.90.14.00.00.00.00 - 395 - DIÁRIAS-CIVIL	R$3.000,00
00000/00000. Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
09.001.8.245.4.1075-3.3.90.40.00.00.00.00 - 362 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	R$1.000,00
00901/01011. Programa FMS - BLPSB	1.000,00

Art. 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
03.002 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
03.002.22.691.18.2085-3.3.90.30.00.00.00.00 - 44 - MATERIAL DE CONSUMO	R$2.905,09
00000/00000. Recursos Ordinários (Livres)	2.905,09
09.000 - SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA	
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
09.001.8.122.4.2071-3.3.90.40.00.00.00.00 - 400 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	R$3.000,00
00000/00000. Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
09.001.8.245.4.1075-3.3.90.39.00.00.00.00 - 361 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	R$1.000,00
00901/01011. Programa FMS - BLPSB	1.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$353.504,94
00000/00000. Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
00104/00104. Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	20.000,00

00303/00303. Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	245.000,00
00511/00511. Taxas - Prestação de Serviços	20.000,00
00921/01050. Recursos - Fundo Mun. do Esporte	5.000,00
00937/00494. Bl. Custeio das Ações e Serv. Saúde - Emenda Ind. 202538090001	13.504,94
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$2.473,44
00945/00494. (SF) - Operação Verão Maior PR - Resolução 1729/2025	2.473,44

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor nessa data, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 de Agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Sidnei Cruz de Souza
Código Identificador:C005A94F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 216/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, INCLUINDO O FORNECIMENTO, TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, FIXAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TESTES DE FUNCIONAMENTO E GARANTIA DO PLACAR ELETRÔNICO POLIESPORTIVO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Contratante: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Contratada: ESPORTIVA RV EIRELI - CNPJ N° 19468880000153

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
3	**BOLA DE FUTSAL PROFISSIONAL/OFICIAL** – BOLA DE FUTSAL TAMANHO OFICIAL ADULTO, COM CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA DE **62 A 64 CM** E PESO APROXIMADO DE **400 A 440 G**, CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, EXIGE-SE PU TEXTURIZADO OU MATERIAL EQUIVALENTE, COM GOMOS UNIDOS POR TECNOLOGIA TERMO SOLDADA, TERMOFUSIONADA OU EQUIVALENTE, SEM COSTURA APARENTE, COM BAIXA ABSORÇÃO DE ÁGUA, CÂMARA DE AR BUTÍLICA E MIOLO SUBSTITUÍVEL. DEVERÁ POSSUIR BOA ADERÊNCIA, RESISTÊNCIA AO USO EM QUADRA E ATENDER ÀS NORMAS OFICIAIS DA MODALIDADE, EXIGE-SE COM CERTIFICAÇÃO OU APROVAÇÃO POR ENTIDADE ESPORTIVA COMPETENTE. COR PREDOMINANTE BRANCA, PODENDO CONTER DETALHES CONTRASTANTES. GARANTIA MÍNIMA DE **3 MESES**. **MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA SUGERIDO: PENALTY MAX 500, OU EQUIVALENTE, DESDE QUE ATENDA INTEGRALMENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS**	PÇ	10	PENALTY	199,90	1.999,00
4	**BOLA DE FUTSAL OFICIAL PARA TREINAMENTO** – BOLA DE FUTSAL TAMANHO OFICIAL ADULTO, COM CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA DE **62 A 64 CM** E PESO APROXIMADO DE **400 A 440 G**, CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO RESISTENTE, PVC, PU OU MATERIAL EQUIVALENTE, COM GOMOS COSTURADOS À MÁQUINA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, CÂMARA DE AR BUTÍLICA E MIOLO SUBSTITUÍVEL. INDICADA PARA TREINOS, AULAS, ATIVIDADES ESPORTIVAS E USO REGULAR EM QUADRA. DEVERÁ APRESENTAR BOA RESISTÊNCIA, ESTABILIDADE E DESEMPENHO COMPATÍVEL COM A MODALIDADE, ATENDENDO ÀS NORMAS OFICIAIS DO FUTSAL. COR PREDOMINANTE BRANCA, PODENDO CONTER DETALHES CONTRASTANTES. GARANTIA MÍNIMA DE **3 MESES**. **MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA SUGERIDO: PENALTY MAX 200, OU EQUIVALENTE, DESDE QUE ATENDA INTEGRALMENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS.**	PÇ	6	PENALTY	172,36	1.034,16
5	**BOLA DE FUTSAL PARA INICIAÇÃO/LAZER** – BOLA DE FUTSAL TAMANHO OFICIAL ADULTO, COM CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA DE **62 A 64 CM** E PESO APROXIMADO DE **400 A 440 G**, CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO RESISTENTE, PVC OU MATERIAL EQUIVALENTE, COM GOMOS COSTURADOS À MÁQUINA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, CÂMARA DE AR BUTÍLICA E MIOLO SUBSTITUÍVEL. INDICADA PARA ATIVIDADES RECREATIVAS, INICIAÇÃO ESPORTIVA, AULAS E TREINAMENTOS LEVES. DEVERÁ POSSUIR RESISTÊNCIA ADEQUADA AO USO EM QUADRA E DESEMPENHO COMPATÍVEL COM A FINALIDADE EDUCACIONAL E ESPORTIVA. COR PREDOMINANTE BRANCA, PODENDO CONTER DETALHES CONTRASTANTES. GARANTIA MÍNIMA DE **3 MESES**. **MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA SUGERIDO: PENALTY MAX 50, OU EQUIVALENTE, DESDE QUE ATENDA INTEGRALMENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS**	PÇ	5	PENALTY	172,36	861,8
6	**BOLA DE VÔLEI PROFISSIONAL/OFICIAL** – BOLA DE VOLEIBOL TAMANHO OFICIAL, TAMANHO 5, COM CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA DE **65 A 67 CM** E PESO APROXIMADO DE **260 A 280 G**, CONFECCIONADA EM COURO SINTÉTICO, MICROFIBRA, PU OU MATERIAL EQUIVALENTE DE ALTA RESISTÊNCIA, COM **18 PAINÉIS/GOMOS**, CONSTRUÇÃO TERMOSSOLDADA, COSTURADA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, CÂMARA DE AR EM BORRACHA BUTÍLICA, VÁLVULA/MIOLO SUBSTITUÍVEL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA PARA MELHOR ADERÊNCIA E CONTROLE, INDICADA PARA JOGOS E TREINAMENTOS DE ALTO RENDIMENTO EM QUADRA. DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS OFICIAIS DA MODALIDADE E POSSUIR CERTIFICAÇÃO, APROVAÇÃO OU PADRÃO TÉCNICO COMPATÍVEL COM ENTIDADE ESPORTIVA COMPETENTE. COR A DEFINIR OU CONFORME DISPONIBILIDADE DO FABRICANTE. GARANTIA MÍNIMA DE **3 MESES**. **MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA SUGERIDO: PENALTY PRO 8.1, OU EQUIVALENTE, DESDE QUE ATENDA INTEGRALMENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS.**	PÇ	20	PENALTY	392,72	7.854,4
TOTAL GERAL					**R$ 11.749,36**	

Valor total registrado para o fornecedor: R$ 11.749,36 (Onze mil e setecentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos).
Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado conforme especificado no contrato administrativo.
Prazo: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogada conforme Art.111 da Lei 14.133/2021.
Data da assinatura: 20/08/2026.

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:658CCDF7

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 217/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, INCLUINDO O FORNECIMENTO, TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, FIXAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TESTES DE FUNCIONAMENTO E GARANTIA DO PLACAR ELETRÔNICO POLIESPORTIVO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Contratante: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Contratada: LEAL EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 53953936000101

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
2	**CAIXA DE SOM AMPLIFICADA / CAIXA ACÚSTICA ATIVA**, COM 02 MICROFONES SEM FIO, TIPO CAIXA ACÚSTICA ATIVA, DESTINADA À SONORIZAÇÃO DE EVENTOS, ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS, RECREATIVAS E INSTITUCIONAIS, COM FORNECIMENTO COMPLETO, PRONTA PARA USO, ACOMPANHADA DE 02 MICROFONES SEM FIO COMPATÍVEIS, COM RESPECTIVO DONGLE/ RECEPTOR, CABOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.100 W RMS, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA APROXIMADA DE 30 HZ A 20 KHZ, CONECTIVIDADE BLUETOOTH VERSÃO 5.3 OU SUPERIOR, WI-FI, ENTRADA AUXILIAR DE ÁUDIO TIPO P2 DE 3,5 MM, SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, CONTROLE POR APLICATIVO OU SISTEMA EQUIVALENTE, PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS D'ÁGUA COM CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA IPX4, ESTRUTURA RESISTENTE E ADEQUADA PARA TRANSPORTE E UTILIZAÇÃO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS COBERTOS. DEVERÁ POSSUIR DIMENSÕES APROXIMADAS DE 45,5 CM X 105 CM X 44 CM E PESO APROXIMADO DE 39,5 KG, ADMITIDA VARIAÇÃO, DESDE QUE NÃO COMPROMETA A FUNCIONALIDADE, A POTÊNCIA, A QUALIDADE SONORA E AS DEMAIS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS EXIGIDAS. OS MICROFONES SEM FIO DEVERÃO SER COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO, POSSUIR TRANSMISSÃO ESTÁVEL, BATERIA RECARREGÁVEL OU SISTEMA EQUIVALENTE, RECEPTOR/ DONGLE PRÓPRIO E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, DE PRIMEIRO USO, ENTREGUE EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS, CERTIFICADO/ HOMOLOGAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES, INCLUSIVE ANATEL, QUANDO APLICÁVEL, E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, ADMITINDO-SE EQUIPAMENTO EQUIVALENTE OU SUPERIOR, VEDADA A RESTRIÇÃO A MARCA ESPECÍFICA.	UNID.	1	JBL	8.000,00	8.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 8.000,00**	

Valor total registrado para o fornecedor: R$ 8.000,00 (Oito mil reais).
Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado conforme especificado no contrato administrativo.
Prazo: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogada conforme Art.111 da Lei 14.133/2021.
Data da assinatura: 20/08/2026.

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:8C09BAB0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º72/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º72/2026

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado à empresa: **JOEL TINFEL GONÇALVES DE ALMEIDA** CNPJ: sob nº. 37.503.327/0001-96,
OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de **Empresa para Prestação de Serviços de Pedreiros e Ajudante de Pedreiro**, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**.**

	LOTE 2: R$ 52.103,00 (cinquenta e dois mil, cento e três reais**).** PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	Prestação de Serviço de Mão de Obra de Pedreiro	horas	2250	23,15	52.103,00

	LOTE 4: R$ 44.500,00 (Quarenta e quatro mil, quinhentos reais**).** PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	Prestação de Serviço de Mão de Obra para ajudante Pedreiro	horas	2250	19,77	44.500,00

VALIDADE DOS PREÇOS: 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei n. º14.133/2021.

DAS DOTAÇÕES: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

04.001.122.0004.2.006 – Gestão Municipal dos Serviços de Administração e Finanças			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
46	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1001

05.001.12.122.0016.2.014 - Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. Educação			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
77	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1103

05.002.12.361.0017.2.022 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
104	3.3.90.30.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1104

05.002.12.365.0018.2.017 - Manutenção da Educação Infantil

Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
128	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1104

07.001.08.122.0006.2.027 Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Des. Social e Família			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
270	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1001

06.002.10.301.0013.2.041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
188	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	11494

06.001.10.122.0011.2.040 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
169	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1303

08.001.15.451.0022.2.073 – Gestão de Obras e Infraestrutura			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
336	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1001

09.001.15.452.0021.2.064 – manutenção e Conservação de Espaços Públicos			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
361	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1013

10.001.27.812.0030.2.054 – Apoio e Promoção das Atividades Desportivas			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
397	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1001

11.001.04.122.0004.2.070 – Gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
407	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1001

DATA: Tunas do Paraná, 21 de agosto de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - Prefeito Municipal
JOEL TINFEL GONÇALVES DE ALMEIDA- Representante Legal Empresa Contratada.

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:979BAEF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 095/2026

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar em virtude do cancelamento de dotação orçamentária do exercício, superávit financeiro do exercício anterior e excesso de arrecadação do exercício.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 82 de 24 de novembro de 2025, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 7.997,96** (sete mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
04.002	DEPARTAMENTO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
28.846.0000.0110	MANUTENÇÃO COM DESPESAS DE RESTITUIÇÃO, DEVOLUÇÃO DE CONVÊNIOS, DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES, PRECATÓRIOS, SENTENÇAS JUDICIAIS	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1065	00891-CONV ESTADUAL SEDU N° 1238/2022	4.684,81
1064	00963-CONVENIO ESTADUAL N° 909/2024 SECID	42,60
1063	00987-CONVENIO FEDERAL SICONV N° 957279/2024 MAPA	1.270,55
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
10.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
22.661.1001.2087	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
6070	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	TOTAL	**7.997,96**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto, em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de **R$ 2.000,00** (dois mil reais), conforme segue:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
10.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
23.691.1001.2089	CENTRO COMERCIAL MUNICIPAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	TOTAL	**2.000,00**

§ 2º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso I, os provenientes do superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior de fontes vinculadas do orçamento vigente no valor de **R$ 3.820,86** (três mil, oitocentos e vinte reais e oitenta e seis centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00891	CONV ESTADUAL SEDU N° 1238/2022	3.780,97
00963	CONVENIO ESTADUAL N° 909/2024 SECID	39,89
	TOTAL	**3.820,86**

§ 3º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso II, os provenientes do excesso de arrecadação orçamentária de fontes vinculadas do orçamento vigente no valor de **R$ 2.177,10** (dois mil, cento e setenta e sete reais e dez centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00891	CONV ESTADUAL SEDU N° 1238/2022	903,84
00963	CONVENIO ESTADUAL N° 909/2024 SECID	2,71
00987	CONVENIO FEDERAL SICONV N° 957279/2024 MAPA	1.270,55
	TOTAL	**2.177,10**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 21 de agosto de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:79759779

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADENDO 004 AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2025 - FMS

ADENDO 004 AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS PARA ATENDER AOS PACIENTES ENCAMINHADOS POR ESTA SECRETARIA EM ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do edital para até 22 de fevereiro de 2027.

Cláusula Segunda: Prorroga-se o prazo de credenciamento para até 22 de fevereiro de 2027.

Cláusula Terceira: Ficam INCLUÍDOS à **TABELA 09 - INCENTIVOS** os seguintes itens:

Código Sigtap	Descrição	Valor Tabela SUS (federal)	Complemento Recursos Próprios	Valor total Unitário	Edital Referência
SEM VALOR SUS	TAXA DE VÍDEO PARA CIRURGIA DE ENDOMETRIOSE	R$0,00	R$1.000,00	R$1.000,00	CISA 02/2025
SEM VALOR SUS	KIT 1 PARA CIRURGIA DE ENDOMETRIOSE (TROCATER 12MM, PINÇA HARMONIC ULTRACISION)	R$0,00	R$2.700,00	R$2.700,00	CISA 02/2025
SEM VALOR SUS	KIT 2 PARA CIRURGIA DE ENDOMETRIOSE (TROCATER 12MM, PINÇA HARMONIC ULTRACISION, ECHELON 45MM E 4 CARGAS EXTRAS)	R$0,00	R$8.700,00	R$8.700,00	CISA 02/2025
SEM VALOR SUS	CIRURGIA DE ENDOMETRIOSE INTESTINAL	R$0,00	R$2.800,00	R$2.800,00	CISA 02/2025
02.05.02.018-6[1] 02.05.02.005-4[2] 02.05.02.004-6[3]	MAPEAMENTO DE ENDOMETRIOSE COM EMISSÃO DE LAUDO POR PROFISSIONAL COMPETENTE COM, OBRIGATORIAMENTE, TODOS OS SEGUINTES EXAMES DE IMAGEM: - ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL[1], - ULTRASSONOGRAFIA DE VIAS URINÁRIAS[2] E - ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL COM DOPPLER[3]	R$ 24,20[1] + R$ 24,20[2] + R$ 37,95[3] = R$ 86,35	R$ 313,65	R$ 400,00	CISA 02/2025
SEM VALOR SUS	INCENTIVO CIRURGIA DE ENDOMETRIOSE POR VIDEOLAPAROSCOPIA (INCLUINDO UM CIRURGIÃO E DOIS AUXILIARES, E INCLUÍDA A TAXA DE VÍDEO PARA CIRURGIA DE ENDOMETRIOSE)	R$ 0,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	CISA 02/2025
04.17.01.004-4	ANESTESIA DE CIRURGIA DE ENDOMETRIOSE	R$ 84,00	R$ 916,00	R$ 1.000,00	CISA 02/2025

- As demais cláusulas deste edital permanecem inalteradas.

Umuarama, 21 de agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:A5C27687

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 211/2026

DECRETO Nº 211/2026

Dispõe sobre a baixa do acervo patrimonial dos bens móveis inservíveis (veículos, máquinas e equipamentos) alienados por meio do Leilão Eletrônico nº 002/2026 – PMU, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto no art. 76, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que condiciona a alienação de bens móveis da Administração Pública à existência de interesse público devidamente justificado, precedida de avaliação e de licitação, dispensada esta nas hipóteses legais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.618, de 2022, o Decreto Federal nº 11.461, de 2023, e o Decreto Municipal nº 144, de 2024, que disciplinam, no âmbito do Município de Umuarama, os procedimentos de licitação e de alienação de bens;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 2025/11/983, no qual restaram justificadas a oportunidade e a conveniência da alienação, ante a inservibilidade dos bens, a redução de custos administrativos com manutenção e a obtenção de recursos para aquisição de novos bens permanentes;
CONSIDERANDO a Portaria nº 2.254, de 3 de outubro de 2025, republicada por incorreção, que constituiu a Comissão Especial para Análise e Avaliação da situação física de veículos, máquinas e sucatas do Município de Umuarama, responsável pela avaliação prévia dos bens;
CONSIDERANDO o Edital de Leilão Eletrônico nº 002/2026 – PMU, cuja sessão pública de disputa de lances realizou-se em 30 de junho de 2026, sob a condução da Leiloeira Pública Oficial Jaqueline Sperança, matrícula nº 21/328-L PR;
CONSIDERANDO a Portaria nº 939, de 13 de julho de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 14 de julho de 2026, edição nº 3572, que homologou o julgamento proferido pela Leiloeira Pública Oficial, declarou fracassados os lotes nº 18, 36, 41 e 62 e revogados os lotes nº 20 e 47;
CONSIDERANDO o Protocolo nº 2026/07/11922, no qual o arrematante do lote nº 57 requereu a desistência da arrematação e a restituição dos valores pagos, ante a divergência entre a descrição constante do Edital e o estado físico do bem constatado no momento da retirada, tendo a Comissão de Avaliação, em parecer de 28 de julho de 2026, opinado favoravelmente ao pedido, com a consequente devolução do valor de arrematação,processada por meio da Nota de Despesa Extraorçamentária nº 3539/2026, de 31 de julho de 2026;
CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 240/2026, da Divisão de Patrimônio, e a planilha de arrematação que a instrui;
CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de adequar os registros patrimoniais e contábeis do Município à efetiva transferência de titularidade dos bens alienados.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica determinada a baixa do acervo patrimonial do Município de Umuarama dos bens móveis inservíveis — veículos, máquinas e equipamentos — arrematados no Leilão Eletrônico nº 002/2026 – PMU e relacionados no Anexo Único deste Decreto, individualizados por número de lote, descrição, número de patrimônio, número de frota, placa, Renavam, chassi, valor de arrematação e respectivo arrematante.

§ 1º A baixa de que trata o caput alcança exclusivamente os lotes efetivamente arrematados, pagos e retirados, permanecendo integrados ao acervo patrimonial do Município:
I – os lotes nº 18, 36, 41 e 62, declarados fracassados pela Portaria nº 939/2026;
II – os lotes nº 20 e 47, revogados pela mesma Portaria;
III – o lote nº 57, correspondente ao veículo Renault/Master BUS16 DCI, diesel, Fab./Mod. 2007, CAP 11P, 114 CV, cor branca, Patrimônio nº 44219 (Frota nº 701), Placa APC-1C19, Renavam 00930622677, Chassi 93YCDDUH57J890046, cuja arrematação restou desfeita nos termos do Protocolo nº 2026/07/11922.

§ 2º A baixa patrimonial de cada lote somente será efetivada mediante prévia certificação, pela Divisão de Patrimônio, do implemento cumulativo das seguintes condições:
I – quitação integral do valor do lance e da comissão da Leiloeira Oficial, nos termos dos itens 9.2 a 9.5 do Edital;
II – efetiva tradição do bem ao arrematante, comprovada pelo termo de responsabilidade e entrega de bens (Anexo II do Edital) e pela declaração de vícios redibitórios (Anexo III do Edital), devidamente assinados.
§ 3º Não implementadas as condições do § 2º nos prazos fixados nos itens 9.5 e 10.1.1 do Edital, o bem reverterá em favor do Município, na forma dos itens 9.7, 10.1.4 e
12.10 do Edital, hipótese em que a baixa não será processada ou, se já processada, será imediatamente estornada, com o consequente restabelecimento do registro patrimonial.

§ 4º O bem correspondente ao lote nº 57, mantido no acervo patrimonial na forma do § 1º, III, deverá ser submetido a nova avaliação pela comissão competente, com registro circunstanciado do seu estado físico atual e da data em que constatada a divergência, previamente à sua inclusão em novo certame.

Art. 2º Compete à Divisão de Patrimônio, vinculada à Secretaria Municipal de Administração:
I – proceder à exclusão dos bens relacionados no Anexo Único dos registros do sistema de controle patrimonial e do cadastro de frota do Município, mediante termo circunstanciado individualizado por bem;

II – efetuar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da entrega do veículo, a comunicação de venda ao órgão executivo de trânsito competente, nos termos do art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, a fim de afastar a responsabilidade solidária do Município por infrações cometidas após a tradição;
III – requerer, quanto aos veículos alienados na condição de sucata, a baixa do registro perante o órgão executivo de trânsito, na forma do art. 126 do Código de Trânsito Brasileiro, observado o item 8.1.3.1 do Edital, que exclui tal providência das atribuições da Leiloeira Oficial;
IV – exigir do arrematante, previamente à retirada, a descaracterização de toda e qualquer identificação visual do Município de Umuarama aposta no bem, nos termos do item 10.8 do Edital;
V – entregar ao arrematante a documentação dos bens, com IPVA, multas, seguro obrigatório, licenciamento e taxas quitados até a data do leilão, observado o item
16.10 do Edital;
VI – manter arquivada, no Processo Administrativo nº 2025/11/983, a documentação comprobatória do pagamento, da tradição e das comunicações de que tratam os incisos II e III.
Art. 3º Compete à Divisão de Contabilidade proceder ao registro contábil da baixa dos bens, apurando o ganho ou a perda de capital decorrente da diferença entre o valor contábil líquido e o valor de alienação.

Parágrafo único. A receita decorrente da alienação, classificada como receita de capital, não poderá ser aplicada no financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 4º A Controladoria-Geral do Município acompanhará a execução deste Decreto, certificando a regularidade do procedimento de baixa e a conformidade dos registros patrimoniais e contábeis.

Art. 5º Este Decreto não constitui, ratifica ou convalida o ato de alienação, que decorre da arrematação e da homologação de que trata a Portaria nº 939/2026, limitando-se a determinar a atualização dos registros patrimoniais e contábeis do Município.
Art. 6º Integra este Decreto o Anexo Único, contendo a relação dos bens baixados.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, ouvida, quando necessário, a Secretaria Municipal da Procuradoria-Geral.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 20 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS BAIXADOS – LEILÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 – PMU

LOTE	DESCRIÇÃO / IDENTIFICAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)	ARREMATANTE
01	Caminhão Mercedes Benz L 1111, sem carroceria, diesel, Fab./Mod. 1968, CAP 6,00T, 120 CV, cor azul — Patrimônio nº 0502 (Frota nº 36), Placa AJT-5826, Renavam 00514779535, Chassi 34400712033240. Obs.: não funciona, no estado em que se encontra.	15.200,00	BRUNO ALVES DOS SANTOS — CPF 475.309.388-35
02	Trator marca Massey Fergusson, ano 1970 — Patrimônio nº 0558 (Frota nº 37). Obs.: não funciona, no estado em que se encontra.	17.600,00	CLAUDIO SACRAMENTO TURNER — CPF 112.916.868-94 (conferir grafia no processo)
03	Caminhão Basculante Mercedes Benz L 1113, diesel, Fab./Mod. 1973, CAP 19T, 147 CV, cor azul — Patrimônio nº 1407 (Frota nº 62), Placa AAO-8243, Renavam 00515760668, Chassi 34404112061104. Obs.: retirado o basculante e colocada carroceria de madeira, sem alteração de documento; não funciona.	17.300,00	VALDECIR JOSÉ PEREIRA — CPF 537.782.949-20
04	Caminhão, sem caçamba, Mercedes Benz L 1113, diesel, Fab./Mod. 1976, CAP 12,5T, 130 CV, cor azul — Patrimônio nº 1626 (Frota nº 104), Placa AAQ-3209, Renavam 00511335040, Chassi 34404112282553. Obs.: não funciona.	17.000,00	RAFAEL FURLAN CAMPAROTO — CPF 084.714.849-19
05	Caminhão M. Benz L 1113, diesel, Fab./Mod. 1980, CAP 12,05T, 130 CV, cor amarelo — Patrimônio nº 2741 (Frota nº 159), Placa AAO-8240, Renavam 00512225460, Chassi 34404112491024. Obs.: funciona, porém necessita manutenção; alteração de cor sem alteração no documento.	31.000,00	SS MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA — CNPJ 40.608.221/0001-61
06	Ônibus Mercedes Benz OH 1313, diesel, Fab./Mod. 1980, CAP 38P, 172 CV, cor azul — Patrimônio nº 7422 (Frota nº 263), Placa ADD-3674, Renavam 00512982988, Chassi 34520011492590. Obs.: não funciona.	16.900,00	O. S. BARBOSA & CIA. LTDA — CNPJ 50.651.409/0001-46

LOTE	DESCRIÇÃO / IDENTIFICAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)	ARREMATANTE
07	Trator Agrale 4200, diesel, Fab./Mod. 1980 — Patrimônio nº 48850 (Frota nº 302). Obs.: não funciona.	10.500,00	JOÃO PEREIRA DE QUEIROZ FILHO — CPF 274.325.678-83
08	Caminhão Ford F14000-A, diesel, com caçamba, Fab./Mod. 1987, CAP 1,4T, 120 CV, cor azul — Patrimônio nº 12500 (Frota nº 339), Placa CMP-8452, Renavam 00399364811, Chassi 9BFXXXLM8HDB62232. Obs.: não funciona.	31.600,00	MARCIO LUIZ ZOZ — CPF 053.818.549- 00
09	Ônibus Mercedes Benz OF 1318, diesel, Fab./Mod. 1990, CAP 32P, 184 CV, cor bege — Patrimônio nº 12980 (Frota nº 345), Placa AAC-4106, Renavam 00523478470, Chassi 9BM384088LB873016. Obs.: não funciona.	19.100,00	FELIPE PALERMO LEAL — CPF 452.524.768-10
10	Camioneta VW/Kombi, gasolina, Fab./Mod. 1999, CAP 9P, 1T, 61 CV, cor branca — Patrimônio nº 13033 (Frota nº 348), Placa AJA-2572, Renavam 00728145286, Chassi 9BWZZZ237XP012992. Obs.: não funciona.	12.100,00	DYONATAN REGIS DE SOUZA — CPF 084.733.609-31
11	Ônibus Mercedes Benz OF 1318, diesel, Fab./Mod. 1991, CAP 36P, 184 CV, cor bege — Patrimônio nº 13758 (Frota nº 353), Placa AAV-0575, Renavam 00523887400, Chassi 9BM384088LB889058. Obs.: não funciona.	18.400,00	ADALBERTO CAMARGO — CPF 051.867.089-92
12	Kombi VW, gasolina, Fab./Mod. 1997, CAP 9P, 56 CV, cor branca — Patrimônio nº 14192 (Frota nº 357), Placa AGX-1049, Renavam 00671097709, Chassi 9BWZZZ231VP006914. Obs.: não funciona.	6.300,00	RAUL FABIANO MUNIZ DIAS — CPF 036.803.169-91
13	Camioneta aberta, cabine dupla, Ford Ranger XLT 13D, diesel, Fab./Mod. 2000/2001, CAP 5P, 1T, 115 CV, cor vermelha — Patrimônio nº 47064 (Frota nº 358), Placa AJN-8516, Renavam 00745189601, Chassi 8AFER13D11J170422. Obs.: não funciona.	11.200,00	IVAIR GONÇALVES CUSTODIO — CPF 072.418.688-38
14	Caminhão Ford/Cargo 1622, diesel, Fab./Mod. 1998, cor branca — Patrimônio nº 15157 (Frota nº 364), Placa AIC-1262, Renavam 00706836693, Chassi 9BFYTNFT3WDB85812. Obs.: não funciona.	45.400,00	KAIRA CANDIDA DA SILVA — CPF 111.055.969-07
15	Saveiro Ambulância VW 1.6, gasolina,	11.900,00	VAGNER XANDER

LOTE	DESCRIÇÃO / IDENTIFICAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)	ARREMATANTE
	Fab./Mod. 2002/2003, CAP 4P, 0,71T, 94 CV, cor branca — Patrimônio nº 11624 (Frota nº 387), Placa AKV-1047, Renavam 00801197228, Chassi 9BWEB05X03P009692. Obs.: não funciona.		RODIGUES DA SILVA — CPF 009.687.689-11
16	Caminhão/Ambulância Iveco Fiat/Daily 4912 Van 1, diesel, Fab./Mod. 2002/2003, CAP 5P, 2,8T, 122 CV, cor	23.100,00	MARCELO GASTARDELI PEREIRA — CPF

	vermelha — Patrimônio nº 46279 (Frota nº 389), Placa AKW-7958, Renavam 00803669739, Chassi 93ZC4980138309472. Obs.: não funciona.		271.218.708-35
17	Corsa Classic GM Chevrolet, gasolina, Fab./Mod. 2003, CAP 5P, 70 CV, cor branca — Patrimônio nº 51296 (Frota nº 393), Placa AKY-9558, Renavam 00806565926, Chassi 8AGSB19X03R141760. Obs.: não funciona.	3.700,00	ALESSANDRO DE ALCANTARA — CPF 074.215.339-82
19	Fiat Palio Week ELX Flex, Fab./Mod. 2006/2007, CAP 5P, 80 CV, cor branca — Patrimônio nº 21807 (Frota nº 406), Placa ANX-4041, Renavam 00889117276, Chassi 9BD17301A74179581. Obs.: não funciona; motor desmontado.	4.600,00	RENAN JUNIOR DA COSTA — CPF 070.828.449-30
21	Fiat Ducato Minibus, diesel, Fab./Mod. 2008, CAP 16P, 1,17T, 127 CV, cor branca — Patrimônio nº 53691 (Frota nº 430), Placa AQG-7041, Renavam 00972281479, Chassi 93W245L3382028269. Obs.: retirada a condição de passageiro e/ou bancos, sem alteração de documento; não funciona.	19.400,00	MARCELO GASTARDELI PEREIRA — CPF 271.218.708-35
22	GM/Classic Life Flex, Fab./Mod. 2009, CAP 5P, 78 CV, cor branca — Patrimônio nº 26775 (Frota nº 436), Placa ARB-6264, Renavam 00129863432, Chassi 9BGSA19109B255666. Obs.: não funciona.	7.900,00	ALESSANDRO DE ALCANTARA — CPF 074.215.339-82
23	Saveiro VW 1.6 CS Flex, Fab./Mod. 2010, CAP 2P, 0,71T, 104 CV, cor branca — Patrimônio nº 29085 (Frota nº 445), Placa ASK-3260, Renavam 00200304003, Chassi 9BWKB05U7AP114770. Obs.: não funciona.	16.800,00	TAIANE MARCIA PADILHA — CPF 105.202.699-00
24	Saveiro VW 1.6 CS Flex, Fab./Mod. 2010, CAP 2P, 0,71T, 104 CV, cor branca — Patrimônio nº	15.800,00	SIMONE FERREIRA DA SILVA — CPF

LOTE	DESCRIÇÃO / IDENTIFICAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)	ARREMATANTE
	29086 (Frota nº 446), Placa ASK-3261, Renavam 00200309102, Chassi 9BWKB05U4AP122471. Obs.: não funciona.		010.042.569-06
25	Corsa Classic Flex, Fab./Mod. 2010, CAP 5P, 78 CV — Patrimônio nº 29143 (Frota nº 448), Placa ASN-1E93, Renavam 00204716683, Chassi 9BGSA1910AB262872. Obs.: não funciona.	6.300,00	LAYS ALVES BARBOSA — CPF 081.730.329-47
26	Motocicleta Yamaha/YBR 125 E, gasolina, Fab./Mod. 2002, CAP 2P, 12,5 CV, cor branca — Patrimônio nº 29195 (Frota nº 451), Placa AKO-6305, Renavam 00793887836, Chassi 9C6KE010020067746. Obs.: não funciona.	4.200,00	ROBSON TEIXEIRA — CPF 031.508.659- 99
27	Fiat/Strada Working, álcool, Fab./Mod. 2001, CAP 2P, 76 CV, cor branca — Patrimônio nº 58983 (Frota nº 453), Placa AGE-4143, Renavam 00773975772, Chassi 9BD27801112797172. Obs.: não funciona; sem motor.	9.300,00	DEVAIR CUNHA DE SOUZA — CPF 087.577.539-03
28	Fiat/Strada Working, álcool, Fab./Mod. 2002, CAP 2P, 76 CV, cor branca — Patrimônio nº 29196 (Frota nº 454), Placa AKO-9679, Renavam 00794206611, Chassi 9BD27801122362063. Obs.: não funciona; sem motor.	7.800,00	DANIEL DIERGIS SANTOS VALADÃO — CPF (conferir no processo)
29	Corsa Classic Flex, Fab./Mod. 2010, CAP 5P, 78 CV, cor branca — Patrimônio nº 29244 (Frota nº 457), Placa ASP-6284, Renavam 00210186836, Chassi 9BGSA1910AB263460. Obs.: não funciona.	10.900,00	VICTOR HUGO DA LUZ SILVA — CPF 116.618.049-26
30	GM Blazer Advantage Flex, Fab./Mod. 2010/2011, CAP 5P, 147 CV, cor branca — Patrimônio nº 29778 (Frota nº 461), Placa ASU-5256, Renavam 00223649350, Chassi 9BG116GF0BC414616. Obs.: não funciona.	16.000,00	ROSIMEIRE DOS SANTOS STRABELLI — CPF 021.287.259- 17
31	GM Celta, gasolina, Fab./Mod. 2001, CAP 5P, 60 CV, cor preta — Patrimônio nº 53692 (Frota nº 473), Placa IKE-3786, Renavam 00765014386, Chassi 9BGRD08Z01G176660. Obs.: funciona, porém necessita manutenção.	5.500,00	FABIANO BRUNO DA SILVA — CPF 069.107.249-33
32	Fiat/Strada Fire Flex, Fab./Mod. 2011/2012,	19.200,00	DIONATHAN POI

LOTE	DESCRIÇÃO / IDENTIFICAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)	ARREMATANTE
	CAP 2P, 0,7T, 86 CV, cor branca — Patrimônio nº 31833 (Frota nº 480), Placa AUF-3446, Renavam 00336809476, Chassi 9BD27803MC7424902. Obs.: não funciona.		MARANGONI — CPF 091.415.389-78
33	Fiat Ducato MC Rontanamb, diesel, Fab./Mod. 2010/2011, CAP 7P, 1,54T, 127 CV, cor branca — Patrimônio nº 33287 (Frota nº 483), Placa AUT-4870, Renavam 00361151241, Chassi 93W245G34B2055257. Obs.: não funciona.	42.400,00	JAILDO DUTRA DE AGUIAR — CPF 242.134.032-20
34	Fiat/Doblô C F TCA Ambulância, flex, Fab./Mod. 2011/2012, CAP 5P, 1T, 132 CV, cor branca — Patrimônio nº 33039 (Frota nº 489), Placa AUQ-3614, Renavam 00374659338, Chassi 9BD223156C2023610. Obs.: não funciona.	15.600,00	CHRISTIAN RECALDE RIVERO — CPF 233.229.168- 71
35	Chevrolet/Celta 1.0L LS Flex, Fab./Mod. 2013, CAP 5P, 78 CV, cor branca — Patrimônio nº 38095 (Frota nº 512), Placa AWT-5178, Renavam 00532079647, Chassi 9BGRG08F0DG228672. Obs.: não funciona.	9.100,00	ELIEL VICHETTI — CPF 071.463.899-44
37	Fiat Uno Mille Economy Flex, Fab./Mod. 2013, CAP 5P, 66 CV, cor branca — Patrimônio nº 38312 (Frota nº 518), Placa AWZ-2990, Renavam 00540360872, Chassi 9BD15802AD6842983. Obs.: não funciona.	11.100,00	PATRYCK GABRYEL FERREIRA TAMIOSO — CPF 139.430.489-77
38	Camioneta/Ambulância Renault/Master, diesel, Fab./Mod. 2006, CAP 3P, 1T, 114 CV, cor branca — Patrimônio nº 52315 (Frota nº 525), Placa ANM-9869, Renavam 00877510857, Chassi 93YADCUD56J698192. Obs.: não funciona; sem motor.	12.200,00	ELIEL KAISER RAFAEL — CPF 022.950.199-07
39	Camioneta/Saveiro VW CL, gasolina, Fab./Mod. 1996/1997, 0,58T, 82 CV, cor branca — Patrimônio nº 39192 (Frota nº 527), Placa AGW-6H13, Renavam 00667491600, Chassi 9BWZZZ308TP063892. Obs.: não funciona.	7.900,00	NOEL DOS REIS POLYMANTE — CPF 045.002.489-00
40	Fiat Palio Weekend 1616V, gasolina, Fab./Mod. 2002, CAP 5P, 106 CV, cor branca — Patrimônio nº 39325 (Frota nº 540), Placa AKD-6081, Renavam 00778850846, Chassi 9BD17304824053428. Obs.: não funciona.	4.300,00	ELIEL VICHETTI — CPF 071.463.899-44

LOTE	DESCRIÇÃO / IDENTIFICAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)	ARREMATANTE
42	Fiat Palio 1.5, álcool, Fab./Mod. 2002, CAP 5P, 77 CV, cor branca — Patrimônio nº 46760 (Frota nº 557), Placa AKE-1781, Renavam 00779312996, Chassi 9BD17849322334971. Obs.: não funciona.	6.200,00	MARIANA BETTI MANSO DE OLIVEIRA — CPF 065.158.529-59
43	Fiat Palio Weekend Adventure Flex, Fab./Mod. 2004/2005, CAP 5P, 110 CV, cor preta — Patrimônio nº 46761 (Frota nº 558), Placa MCK-0223, Renavam 00828806659, Chassi 9BD17309C54109069. Obs.: não funciona.	8.700,00	LUCIANO APARECIDO PEREIRA — CPF 032.978.859-04
44	Peugeot/Boxer Rontan Ambulância, diesel, Fab./Mod. 2012/2013, CAP 3P, 1,54T, 127 CV, cor branca — Patrimônio nº 46845 (Frota nº 560), Placa OVF-6321, Renavam 00993589685, Chassi 936ZCWMNCD2098451. Obs.: funciona, porém necessita manutenção.	49.400,00	DANIEL FERNANDO FERREIRA MINALI — CPF 057.361.509- 80
45	Camioneta/Ambulância Fiat/Doblô C F TCA, flex, Fab./Mod. 2015/2016, CAP 5P, 0,62T, 132 CV, cor branca — Patrimônio nº 40187 (Frota nº 561), Placa BAG-7414, Renavam 01074890873, Chassi 9BD22315SG2041595. Obs.: não funciona.	21.600,00	MATHEUS FERREIRA DE JESUS SANTOS — CPF 242.254.698-67
46	Fiat/Doblô C F TCA AMB, flex, Fab./Mod. 2015/2016, CAP 5P, 0,62T, 132 CV, cor branca — Patrimônio nº 40186 (Frota nº 562), Placa BAG-7415, Renavam 01074888780, Chassi 9BD22315SG2041589. Obs.: não funciona.	25.600,00	MARCIO ALEX SCOLARO — CPF 029.808.059-12
48	Chevrolet Spin 1.8L MT LT, flex, Fab./Mod. 2016, CAP 5P, 108 CV, cor branca — Patrimônio nº 48286 (Frota nº 575), Placa BAS-5804, Renavam 01093894765, Chassi 9BGJB75E0GB190283. Obs.: no estado em que se encontra, batido.	17.200,00	RODRIGO DA SILVA BITTENCOURT — CPF 099.868.197-09
49	VW/Kombi, gasolina, Fab./Mod. 2002, CAP 9P, 1,0T, 61 CV, cor branca — Patrimônio nº 51138 (Frota nº 608), Placa AKH-4014, Renavam 00784107076, Chassi 9BWGB07X92P012448. Obs.: funciona, porém necessita manutenção.	12.000,00	ROBERTO CERANTO FILHO — CPF 060.884.989-86
50	Ford KA SE 1.0 HA C Flex, Fab./Mod. 2018/2019, CAP 5P, 85 CV, cor branca — Patrimônio nº 43481 (Frota nº 651), Placa BCP-	17.600,00	ROSIMEIRE DOS SANTOS STRABELLI — CPF 021.287.259-

LOTE	DESCRIÇÃO / IDENTIFICAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)	ARREMATANTE
	0536, Renavam 01170510598, Chassi 9BFZH55L5K8245970. Obs.: não funciona; batido.		17
51	Caminhão Volkswagen 25.370 CLM T 6x2, diesel, Fab./Mod. 2008, CAP 3P, 367 CV, cor branca — Patrimônio nº 52133 (Frota nº 658), Placa AQH-6C04, Renavam 00974225568, Chassi 9BWYW82768R846222. Obs.: funciona, porém necessita manutenção; motor fraco.	71.200,00	FABIANY ALEXANDRE DA SILVA BARBOSA — CPF 071.975.259-00
52	Trator cortador de grama 25HP 54, marca Husqvarna, modelo LGT54DXL — Patrimônio nº 51629 (Frota nº 659). Obs.: não funciona.	10.800,00	GUILHERME DA SILVA CAMTRUCK LTDA — CNPJ 43.497.859/0001-60
53	Citroën AirCross Start MT, flex, Fab./Mod. 2018/2019, CAP 5P, 122 CV, cor branca — Patrimônio nº 53589 (Frota nº 675), Placa BDD-2C52, Renavam 01193559445, Chassi 935SUNFN1KB521333. Obs.: não funciona; batido.	25.400,00	DIERISON TORSANI — CPF 430.485.668- 55
54	Carreta Semirreboque Facchini SRF PC, Fab./Mod. 2005, cor vermelha — Patrimônio nº 55296 (Frota nº 697), Placa MEH-0J61, Renavam 00846529068, Chassi 94BJ124355V008374. Obs.: no estado em que se encontra.	35.200,00	CONTAINER PASSOLONGO LOCAÇÃO E VENDA LTDA — CNPJ 48.558.496/0001-40
55	Ford Escort GL 1.6, álcool, Fab./Mod. 2002/2003, CAP 5P, 109 CV, cor branca — Patrimônio nº 44216 (Frota nº 698), Placa AKP-0C91, Renavam 00793852838, Chassi 8AFZZZEFF3J285151. Obs.: não funciona.	4.900,00	RICARDO ALEXANDRE DE SOUZA — CPF 032.795.689-51
56	Renault/Master Rontanamb 2.8 DTI, diesel, Fab./Mod. 2003/2004, CAP 6P, 1T, 114 CV, cor branca — Patrimônio nº 44218 (Frota nº 700), Placa ALT-4F79, Renavam 00827337221, Chassi 93YADCRD54J462541. Obs.: não funciona.	27.600,00	ADAIR ANTONIO SCOLARO — CPF 192.176.419-87
58	Fiat/Fiorino Working, gasolina, Fab./Mod. 1998/1999, 0,5T, 76 CV, cor branca — Patrimônio nº 55719 (Frota nº 716), Placa AIB-2D80, Renavam 00705712338, Chassi 9BD255394W8627935. Obs.: não funciona.	8.100,00	SIMONE FERREIRA DA SILVA — CPF 010.042.569-06

LOTE	DESCRIÇÃO / IDENTIFICAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)	ARREMATANTE
59	Parati VW 1.6 Flex, Fab./Mod. 2008/2009, CAP 5P, 102 CV, cor branca — Patrimônio nº 56714 (Frota nº 728), Placa AQQ-7G49, Renavam 00988558726, Chassi 9BWGB05W99P079118. Obs.: não funciona.	11.100,00	JORGE WILLIAM CHOSSANI — CPF 230.959.268-47
60	GM/S10 Colina D 4x4 Especial, diesel, Fab./Mod. 2010/2011, CAP 6P, 1,0T, 140 CV, cor branca — Patrimônio nº 58229 (Frota nº 747), Placa AST-3I60, Renavam 00219170037, Chassi 9BG138JJ0BC412196. Obs.: funciona, porém	43.600,00	ALF ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA — CNPJ 34.762.581/0001-10

	necessita manutenção.		
61	Ford Escort GL 1.6, álcool, Fab./Mod. 2002/2003, CAP 5P, 109 CV, cor branca — Patrimônio nº 44654 (Frota nº 751), Placa AKP-0H62, Renavam 00793754461, Chassi 8AFZZZEFF3J285147. Obs.: não funciona.	5.500,00	CLOVIS CANEDO GOMES — CPF 617.261.849-00

Valor total de arrematação dos 55 (cinquenta e cinco) lotes objeto de baixa: R$ 956.300,00 (novecentos e cinquenta e seis mil e trezentos reais). O lote nº 57, arrematado por R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), não integra esta relação, por força do desfazimento da arrematação (Protocolo nº 2026/07/11922).

PAÇO MUNICIPAL, aos 20 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:A3DD7311

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 4.993

LEI Nº 4.993
De: 21 de agosto de 2026.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu , Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Município Municipal, aprovado pela Lei Municipal n ° 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II deste Projeto de Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, em 21 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Projeto de Lei n° 077/2026
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Autor

ANEXO I					
ANEXO A LEI N° 4.993 DE 21/08/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)					
ÓRGÃO: 08. - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS					
UNIDADE: 08.002. - DIRETORIA DE OBRAS					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
26.782.0005.1105	Construção, Reforma, Estruturação e Ampliação de Terminal Rodoviário	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	R$ 2.000.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 2.000.000,00**
TOTAL GERAL					**2.000.000,00**

ANEXO II					
ANEXO A LEI N° 4.993 DE 21/08/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
CANCELAMENTO DE DESPESA					
ÓRGÃO: 01. PODER LEGISLATIVO					
UNIDADE: 01.001. - CAMARA MUNICIPAL					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
01.031.0001.1.086	Ampliação do Prédio da Câmara Municipal	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1	R$ 450.000,00
01.031.0001.1.186	Aquisi ç ã o e Reposi ç ã o de Equipamentos e Material Permanente - Câmara Municipal	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1	R$ 350.000,00
01.031.0001.1.327	Aquisição e Reposição de Veículos	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1	R$ 180.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1	R$ 20.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1	R$ 50.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1	R$ 20.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.1.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1	R$ 20.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.1.90.94.00.00	INDENIZA Ç Õ ES E RESTITUI Ç Õ ES TRABALHISTAS	1	R$ 20.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.1.91.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1	R$ 20.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.1.91.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1	R$ 20.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento	3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1	R$ 20.000,00

	da Câmara Municipal de Umuarama				
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEF Í CIOS ASSISTENCIAIS DO	1	R$ 30.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.3.90.30.00.00	SERVIDOR E DO MILITAR MATERIAL DE CONSUMO	1	R$ 200.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	1	R$ 20.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.3.90.35.00.00	SERVI Ç OS DE CONSULTORIA	1	R$ 50.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVI Ç OS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1	R$ 30.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVI Ç OS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1	R$ 300.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1	R$ 50.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1	R$ 15.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.3.90.49.00.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1	R$ 20.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1	R$ 20.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.3.91.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1	R$ 50.000,00
01.031.0001.2.106	Manutenção das Atividades de Funcionamento da Câmara Municipal de Umuarama	3.3.91.93.00.00	INDENIZA Ç Õ ES E RESTITUIÇÕES	1	R$ 45.000,00
					R$ 2.000.000,00
TOTAL GERAL					**2.000.000,00**

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:22646E2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO 209/2026

DECRETO Nº 209/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, altera o PPA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.929 de 12 de dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Municipio, aprovado pela Lei Municipal n° 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 488.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1° decorrem de:
I - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 448.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais), conforme indicado no Anexo II.
II - excesso de arrecadação da Fonte 92 - Fundo Municipal de Esporte e Lazer, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), considerando a tendência do exercício nos termos do art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4320/64.
Art. 3º Este Decreto altera as despesas previstas nos anexos das leis Municipais nº 4.928/25 - PPA, a seguir relacionados:
I – PPA:
a) - Programas e Ações;
b) - Demonstrativo por Função;
c) - Demonstrativo por Programa;
d) - Demonstrativo por Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, em 19 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ANDREIA DE PAULA GUIMARÃES
Secretária Municipal de Fazenda

CLAUDECIR LUIS DE OLIVEIRA
Contador
CRC – PR 058645/0-5

ANEXO I					
ANEXO AO DECRETO N° 209 DE 19/08/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)					
ÓRGÃO: 21. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER					
UNIDADE: 21.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.E.L					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
27.122.0019.1162	S.M.E.L - Aquisição e Reposição de Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	92	R$ 40.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 40.000,00**
ÓRGÃO: 08. - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS					
UNIDADE: 08.003. - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**

15.452.0006.2030	Manutenção dos Serviços de Iluminação Publica	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	507	R$ 100.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 100.000,00**
ÓRGÃO: 06. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
UNIDADE: 06.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.A					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
04.122.0002.2012	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	R$ 50.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 50.000,00**
ÓRGÃO: 08. - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS					
UNIDADE: 08.002. - DIRETORIA DE OBRAS					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
27.813.0005.1085	Revitalização de Praças, Instalações e Manutenção de Parques Infantis e ATI's	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	R$ 298.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 298.000,00**
TOTAL GERAL					**488.000,00**

ANEXO II					
ANEXO AO DECRETO N° 209 DE 19/08/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
CANCELAMENTO DE DESPESA					
ÓRGÃO: 08. - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS					
UNIDADE: 08.003. - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
15.451.0005.1180	Extensão de Redes, Aquisição e Instalação de Poste para a Iluminação Pública	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	507	R$ 100.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 100.000,00**
ÓRGÃO: 23. - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO					
UNIDADE: 23.001. - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICIPIOS					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
99.999.9999.9001	Reserva de Contigência	9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999	R$ 348.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 348.000,00**
TOTAL GERAL					**448.000,00**

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7412445D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO 210/2026

DECRETO Nº 210/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, altera o PPA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.929 de 12 de dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral da Câmara Municipal, aprovado pela Lei Municipal n° 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II deste Decreto.
Art. 3º Este Decreto altera as despesas previstas nos anexos das leis Municipais nº 4.928/25 - PPA, a seguir relacionados: I – PPA:
a) - Programas e Ações;
b) - Demonstrativo por Função;
c) - Demonstrativo por Programa;
d) - Demonstrativo por Projetos, Atividades e Operações Especiais.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, em 19 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ANDREIA DE PAULA GUIMARÃES
Secretária Municipal de Fazenda

CLAUDECIR LUIS DE OLIVEIRA
Contador
CRC - PR 058645/0-5

ANEXO I					
ANEXO AO DECRETO N° 210 DE 19/08/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)					
ÓRGÃO: 01. - PODER LEGISLATIVO					
UNIDADE: 01.001. - CÂMARA MUNICIPAL					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
01.031.0001.1.327	Aquisição e Reposição de Veículos	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1	R$ 180.000,00
			TOTAL GERAL		**R$ 180.000,00**
			TOTAL GERAL		**180.000,00**
ANEXO II					

ANEXO AO DECRETO N° 210 DE 19/08/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
CANCELAMENTO DE DESPESA					
ÓRGÃO: 23. - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO					
UNIDADE: 23.001. - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICIPIOS					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
99.999.9999.9001	Reserva de Contigência	9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999	R$ 180.000,00
			TOTAL GERAL		**R$ 180.000,00**
			TOTAL GERAL		**180.000,00**

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F7D83EB9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260819_187925.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AUF0F99	279370T000018255	30/07/2026	55412
AZJ1795	279370T000018301	17/08/2026	56300
DXA9I66	279370T000018258	30/07/2026	55412
EMM4E59	279370NIC0008821	28/07/2026	50020
FCJ8I77	279370T000018267	30/07/2026	55412
FCT5I74	279370T000018263	30/07/2026	55412
IWV1I89	279370T000018262	30/07/2026	55412
JAM7D03	279370T000018256	30/07/2026	55412
MBA5J06	279370T000018261	30/07/2026	55412
MDT2G19	279370T000018268	30/07/2026	55412
MFW5A14	279370T000018304	17/08/2026	55250
MGV3E34	279370T000018259	30/07/2026	55412
MIT2I33	279370T000018257	30/07/2026	55412
MIU6G41	279370T000018272	30/07/2026	55412
MKB1D44	279370T000018250	17/08/2026	56731
MKT9098	279370T000018271	30/07/2026	55412
MLU0368	279370T000018248	17/08/2026	51851
MNN3A50	279370T000018275	18/08/2026	51851
OOK5H34	279370T000018265	30/07/2026	55412
QIT2A79	279370T000018305	17/08/2026	55250
QNX2F15	279370T000018249	17/08/2026	56731
QOZ5E18	279370T000018306	17/08/2026	55250
RTR2F43	279370T000018273	18/08/2026	51852

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:B19EDD55

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20260819_188002.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 08/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABJ4D67	279370T000017265	28/05/2026	55412	R$ 195,23
AGT9H77	279370T000017269	28/05/2026	55412	R$ 195,23
AHJ0843	279370T000017253	28/05/2026	55412	R$ 195,23
AJY7277	279370NIC0008711	26/05/2026	50020	R$ 390,46
AJZ7283	279370T000017165	26/05/2026	55412	R$ 195,23
ANX1B07	279370T000017096	26/05/2026	55412	R$ 195,23
AQB9B62	116100T001398442	06/06/2026	54600	R$ 130,16
ASG9A40	279370T000017246	28/05/2026	55412	R$ 195,23
ASV4J22	279370T000017220	27/05/2026	55412	R$ 195,23
ATJ8D79	279370T000017217	27/05/2026	55412	R$ 195,23
ATL4C03	279370T000017237	27/05/2026	55412	R$ 195,23
AUP1G90	279370T000017243	27/05/2026	55412	R$ 195,23
AUU4191	279370T000017250	28/05/2026	55412	R$ 195,23
AWI8J59	279370NIC0008709	26/05/2026	50020	R$ 390,46
AWJ4E70	279370T000017206	23/05/2026	55412	R$ 195,23
AWU1D13	279370T000017267	28/05/2026	55412	R$ 195,23
AYU0E78	279370T000017210	23/05/2026	55412	R$ 195,23
AZD6427	279370T000017213	23/05/2026	55412	R$ 195,23
AZU3C79	279370T000017222	27/05/2026	55412	R$ 195,23
BCO4B20	279370T000017164	26/05/2026	55412	R$ 195,23
CTP6725	279370T000017152	26/05/2026	55412	R$ 195,23
DQA2I38	279370T000017098	26/05/2026	55412	R$ 195,23
DSB4D96	279370T000017095	26/05/2026	55412	R$ 195,23
EYB4H87	279370T000017158	26/05/2026	55412	R$ 195,23

FNQ6B83	279370T000017258	28/05/2026	55412	R$ 195,23
FWD8A53	279370T000017163	26/05/2026	55412	R$ 195,23
HBS2C87	279370T000017260	28/05/2026	55412	R$ 195,23
HGP1B77	279370NIC0008713	26/05/2026	50020	R$ 586,94
HKR2607	279370T000017241	27/05/2026	55412	R$ 195,23
HKR2607	279370T000017212	23/05/2026	55412	R$ 195,23
IKV7C65	279370T000017228	27/05/2026	55412	R$ 195,23
IRN3C95	279370T000017235	27/05/2026	55412	R$ 195,23
JAJ4E48	279370T000017242	27/05/2026	55412	R$ 195,23
JDB9F54	279370T000017159	26/05/2026	55412	R$ 195,23
JPR1B31	279370T000017221	27/05/2026	55412	R$ 195,23
LYQ9966	279370T000017248	28/05/2026	55412	R$ 195,23
MBK9766	279370T000017263	28/05/2026	55412	R$ 195,23
MBT3513	279370T000017153	26/05/2026	55412	R$ 195,23
MBX9958	279370T000017151	26/05/2026	55412	R$ 195,23
MDL8523	279370T000017154	26/05/2026	55412	R$ 195,23
MEO2E84	279370T000017157	26/05/2026	55412	R$ 195,23
MFJ7E70	116100T003736325	08/06/2026	54526	R$ 195,23
MHQ4134	279370T000017264	28/05/2026	55412	R$ 195,23
MID1A90	116100T003533130	05/06/2026	55411	R$ 195,23
OUH1B84	279370T000017227	27/05/2026	55412	R$ 195,23
PBF0B29	279370T000017099	26/05/2026	55412	R$ 195,23
PVX8F12	279370T000017232	27/05/2026	55412	R$ 195,23
PZL5I09	279370T000017268	28/05/2026	55412	R$ 195,23
QDJ1E38	279370T000017266	28/05/2026	55412	R$ 195,23
QHC9F36	279370T000017238	27/05/2026	55412	R$ 195,23
QHG6077	279370T000017160	26/05/2026	55412	R$ 195,23
QJM7C40	279370T000017209	23/05/2026	55412	R$ 195,23
QJS0802	279370T000017247	28/05/2026	55412	R$ 195,23
QNZ8H45	279370T000017229	27/05/2026	55412	R$ 195,23
QPW4F13	279370T000017249	28/05/2026	55412	R$ 195,23
QXL8E12	279370T000017094	26/05/2026	55412	R$ 195,23
REA0C00	279370T000017097	26/05/2026	55412	R$ 195,23
RHI1D20	279370T000017236	27/05/2026	55412	R$ 195,23
RXT8D69	279370T000017215	27/05/2026	55412	R$ 195,23
TAN5F29	279370NIC0008708	26/05/2026	50020	R$ 390,46
TBI1G06	279370T000017270	28/05/2026	55412	R$ 195,23
TPQ1F26	279370NIC0008714	26/05/2026	50020	R$ 260,32
UBU4J89	279370T000017252	28/05/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:FEF3C366

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER
AUXÍLIO TRANSPORTE DE ALUNOS DE TERCEIRO GRAU E CURSO TÉCNICO RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO DOS CADASTROS REF. EDITAL 03/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES
E LAZER
AUXÍLIO TRANSPORTE DE ALUNOS DE TERCEIRO GRAU E CURSO TÉCNICO RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO DOS CADASTROS REF. EDITAL 03/2026

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, Valmir Martinello, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei 2148/2025 que "concede auxílio-transporte à estudantes de Ensino Superior de Graduação e Cursos Técnicos de nível médio presenciais e semipresenciais, de baixa renda que se deslocarem diariamente do município de Vitorino", e de acordo com o contido no EDITAL nº 03/2026, **TORNA PÚBLICO,** o resultado da homologação dos cadastros para o Auxílio Transporte aos estudantes de Ensino Superior de Graduação e Cursos Técnicos de nível médio presenciais e semipresenciais.

NOME	RG	CPF	SITUAÇÃO	% AUX. TRANSPORTE*
Afonso Luiz Orzechowski	132.919.529-95	132.919.529-95	DEFERIDO	14
Alex Rosaneli	13.114.082-7	094.030.719-74	DEFERIDO	14
Alice Fracaro Echer	14.929.326-4	095.636.929-42	DEFERIDO	14
Amanda Francio	108.025.659-80	108.025.659-80	DEFERIDO	14
Ana Caroline Veiga	15.988.443-0	147.153.199-59	DEFERIDO	14
Ana Julia Lorenzi Chini	13.525.312-0	102.451.579-64	DEFERIDO	14
Ana Laura Antunes Carvalho	14.603.593-0	123.180.649-46	DEFERIDO	14
Ana Laura Mattei	14.779.526-2	127.588.109-21	DEFERIDO	14
Ana Luiza Zuconelli	15.121.989-6	142.888.529-35	DEFERIDO	14
Ana Maria Borges	106.863.219-44	106.863.219-44	DEFERIDO	7
André Carlos Giacomini dos Santos	10.587.123-6	059.558.189-79	DEFERIDO	20
Bianca Natalia Alves Ribeiro Jovenal	14.072.200-6	111.535.999-10	DEFERIDO	7
Bianca Cardoso Gobatto	15.459.041-2	145.703.889-73	DEFERIDO	14
Brenda Raiana Machado Brandoli	14.753.068-4	092.846.329-00	DEFERIDO	14
Bruna Badia	13.986.44-1	110.978.819-38	DEFERIDO	14
Bruna Eduarda Votteri	13.589.974-7	103.781.949-76	DEFERIDO	14
Bruna Martins Santana	12.465.285-5	079.816.629-07	DEFERIDO	7
Bruno Pietro Bom Kempfer	14.311.193-8	117.509.429-33	DEFERIDO	14
Camila Paganini	122.987.039-30	122.987.039-30	DEFERIDO	14

Camila Peron	14.823.158-3	128.371.749-20	DEFERIDO	14
Carla Vitória Geremia	15.573.708-5	148.612.659-67	DEFERIDO	14
Carlos Vinicius Carneiro	14.757.744-3	113.472.919-70	DEFERIDO	14
Daniel Bergamaschi	075.846.239-56	075.846.239-56	DEFERIDO	14
Davi Capoani de Souza	14.246.818-2	115.247.539-80	DEFERIDO	14
Diana Aparecida Lorenzi	15.230.698-9	138.948.989-25	DEFERIDO	14
Diana Fagundes	12.935.622-7	084.985.349-41	DEFERIDO	14
Dieine Fernanda Ramos	13.570.037-1	103.181.289-00	DEFERIDO	7
Eduardo Werworn	13.763.084-2	106.688.199-52	DEFERIDO	14
Emanuel Lanzarin Almeida	12.858.248-7	088.547.179-60	DEFERIDO	14
Emanuelly Aparecida Thiesen	094.563.659-80	094.563.659-80	DEFERIDO	14
Érica Ap dos Santos Martinello	14.068.766-9	112.277.789-29	DEFERIDO	14
Érica Lais Tamagno	14.064.783-7	112.437.079-09	DEFERIDO	14
Evair Henrique Tamagno	14.064.820-5	112.436.919-80	DEFERIDO	14
Fabiana Echer Carneiro	15.961.866-8	145.200.809-40	DEFERIDO	14
Fabiana Tajariol Rolin	10.612.604-6	065.478.239-38	DEFERIDO	7
Felipe Franciscon Martello	084.783.569-32	084.783.569-32	DEFERIDO	14
Gabriel Bernardi de Souza	14.441.342-3	098.533.499-14	DEFERIDO	14
Gabriel Carniel de Oliveira	098.534.799-66	098.534.799-66	DEFERIDO	14
Gabrielli Copachinski	15.168.039-9	137.301.159-95	DEFERIDO	14
Gabrieli Ribeiro de Lima	14.250.892-3	089.789.379-42	DEFERIDO	14
Giovani Carlos Pecin	13.729.101-0	106.106.606-69	DEFERIDO	14
Grasiele Rocha Gobato	107.015.189-01	107.015.189-01	DEFERIDO	14
Grazieli Cristina Ladaninski	16.171.285-0	160.651.099-16	DEFERIDO	7
Guilherme Alexandre Francio	12.413.493-5	089.511.399-64	DEFERIDO	7
Guilherme Forcelini Facin	13.897.911-3	109.217.169-07	DEFERIDO	14
Guilherme Szepainski Perone	14.103.426-0	113.131.919-22	DEFERIDO	14
Helen Santos Medeiros	14.985.521-1	114.357.539-33	DEFERIDO	14
Helena Cristina Monteiro	108.460.239-38	108.460.239-38	DEFERIDO	14
Heloisa Facin Tonon	14.857.927-0	119.742.709-04	DEFERIDO	14
Hemely Lanzarin Almeida	12.858.231-2	088.647.189-31	DEFERIDO	14
Henrique de Conto	109.299.269-35	109.299.269-35	DEFERIDO	14
Higor Potratz	15.790.510-4	151.414.989-30	DEFERIDO	14
Isabela Antunes de Oliveira	156.720.259-43	156.720.259-43	DEFERIDO	7
Isabela Martinello Beninca	14.807.133-0	128.094.869-80	DEFERIDO	14
Izadora Carniel	12.852.491-6	098.534.879-85	DEFERIDO	14
Izadora Geremia	15.573.685-2	148.612.209-47	DEFERIDO	14
Jessika Fritzen Bueno	118.246.289-86	118.246.289-86	DEFERIDO	14
João Guilherme Eleuterio Zilio	12.792.417-1	096.253.159-69	DEFERIDO	14
Julia Letícia Tibiletti	14.419.016-5	089.702.839-27	DEFERIDO	14
Julia Maria Zancanaro	13.622.977-0	104.369.009-39	DEFERIDO	14
Julia Martinello Muetzenberg	14.811.953-8	064.751.269-69	DEFERIDO	14
Kaliane Alves	12.656.403-1	154.238.689-83	DEFERIDO	14
Kamila Demo	15.050.818-5	116.524.789-57	DEFERIDO	14
Kamila Vitória Antunes Carvalho	123.180.769-52	123.180.769-52	DEFERIDO	14
Kellyson Gabriel de Lima	152.688.989-73	152.688.989-73	DEFERIDO	14
Ketlen Ribeiro Mussio	15.290.201-8	140.389.029-35	DEFERIDO	14
Laisa Furlanetto	13.033.421-0	097.619.829-04	DEFERIDO	7
Laura Santana Copetti	12.714.444-3	085.263.399-82	DEFERIDO	14
Leonardo Mari Bringhentti	15.178.959-5	094.867.229-35	DEFERIDO	7
Leonardo Smaniotto	14.067.031-6	112.417.019-70	DEFERIDO	14
Leticia da Corregio	14.794.360-1	127.914.279-02	DEFERIDO	14
Lincoln Calixto da Silva Junior	13.870.732-6	357.598.348-86	DEFERIDO	14
Livia Begnin	15.843.094-0	086.437.679-05	DEFERIDO	14
Livia Maria da Silva	6.644.064	120.191.649-65	DEFERIDO	14
Luana Tizziani Rasbold	13.718.072-3	114.370.209-33	DEFERIDO	14
Lucas Eduardo Groth	13.054.679-0	123.852.179-70	DEFERIDO	14
Luciane Siqueira	7.609.823-9	043.397.909-74	DEFERIDO	14
Luiz Gabriel da Silva Furlanetto	14.130.236-1	113.654.089-06	DEFERIDO	14
Luys Felipe Zilio de Ramos	093.015.919-52	093.015.919-52	DEFERIDO	14
Maiara Liana Zampoli	53.165.255	411.179.668-01	DEFERIDO	14
Maiara Lorenzi Martinello	13.371.262.-3	098.753.779-29	DEFERIDO	14
Maicon Eduardo Brum	12.857.139-6	088.629.729-03	DEFERIDO	14
Marcelo João Borges	14.967.257-5	131.609.109-03	DEFERIDO	14
Marco Luiz Scapini	119.441.469-97	119.441.469-97	DEFERIDO	14
Maria Eduarda Ferrarese Netto	10.415.950-8	093.941.899-12	DEFERIDO	14
Maria Eduarda Guzzi	12.847.302-5	089.321.019-65	DEFERIDO	14
Maria Gabriela Inácio	14.769.763-5	081.894.259-27	DEFERIDO	7
Maria Luisa Colet	13.181.293-0	095.433.089-77	DEFERIDO	14
Maria Luisa Lucietti	13.764.766-4	079.841.309-30	DEFERIDO	14
Maria Luiza Perão	118.253.549-60	118.253.549-60	DEFERIDO	14
Maria Rita Martinello da Silva	16.034.659-0	156.660.729-94	DEFERIDO	14
Marina Gabrielli Lorenzi	13.446.431-3	100.706.169-30	DEFERIDO	14
Matheus Eduardo Borges	14.998.501-8	131.609.509-64	DEFERIDO	14
Mauricio Kremchinski	6.984.113	105.951.569-59	DEFERIDO	14
Natália Brum	12.860.334-4	088.629.719-23	DEFERIDO	14
Nathan Mari Bringhentti	13.236.106-1	096.491.889-75	DEFERIDO	14
Naiandra Cristina Mazoroski Spenassato	5.679.012	073.968.409-45	DEFERIDO	14
Nayara Carvalho Di Normandi	13.948.655-2	109.926.519-30	DEFERIDO	14
Nicoli Ecker	14.798.221-6	127.987.279-95	DEFERIDO	14
Priscila Brandes Ramos da Silva	120.369.489-01	120.369.489-01	DEFERIDO	14
Rafael Tomazini	123.988.739-60	123.988.739-60	DEFERIDO	14
Raika Fernanda Berté	14.998.194-2	133.266.119-00	DEFERIDO	14
Raissa Maggi Koch	117.963.589-24	117.963.589-24	DEFERIDO	14
Raissa Paloschi Zorzetto	14.789.569-0	118.236.169-25	DEFERIDO	14
Rodolfo Damaceno Pagnoncelli	14.811.688-5	128.253.579-01	INDEFERIDO	14
Romulo Eduardo Carollo	10.587.105-8	145.469.549-80	DEFERIDO	14
Rudney Carlos Rammos	5.732.798	079.384.319-74	DEFERIDO	14
Sabrina da Rocha Madruga	15.287.356-5	141.073.649-09	DEFERIDO	14

Sara de Oliveira	111.156.689-51	111.156.689-51	DEFERIDO	14
Talita Mariele Cararo	9.361.220-5	053.330.529-21	DEFERIDO	7
Thainar da Silva	13.802.144-0	089.579.059-95	DEFERIDO	14
Thais Fernanda Copachinski	15.170.258-9	137.300.699-42	DEFERIDO	14
Thais Ferrarese	13.183.577-9	094.259.529-73	DEFERIDO	14
Thiago Henrique Martinello	13.574.165-5	103.340.499-38	DEFERIDO	14
Vanessa Tomazini Rosaneli	14.825.449-4	120.250.949-57	DEFERIDO	14
Vanessa Veiga	6.255.854	139.922.319-41	DEFERIDO	14
Vitor Tomazini	16.541.955-3	133.484.379-11	DEFERIDO	14
Willian de Almeida Borsoi	7.707.267	127.128.219-47	DEFERIDO	14
Yasmin Tomazini	14.504.991-3	119.199.989-00	DEFERIDO	14
Yasmin Natália Vargas dos Santos	15.025.883-9	133.921.469-51	DEFERIDO	14

*****Percentual pago de acordo com o salário mínimo:
Presencial: 14%
Semipresencial: 7%
PCD: 20%

Secretaria Municipal de Educação, em 21 de agosto de 2026.

VALMIR MARTINELLO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer
Dec. nº 5.725/2025

Publicado por:
Daniana Carla Hoffmann Paulini
Código Identificador:EDAF1E37

